

Universidade Aberta



**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES
NO ENSINO INDUSTRIAL PÚBLICO (1884-1910).
REALIDADES E REPRESENTAÇÕES**

Maria Teresa Valente Pinto

Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres
Especialidade História das Mulheres e do Género

2008

Universidade Aberta



***A formação profissional das mulheres no ensino industrial
público (1884-1910).
Realidades e representações***

Maria Teresa Valente Pinto

**Orientadora: Professora Doutora Anne Cova
Co-Orientador/a: Professora Doutora Irene Vaquinhas**

Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres
Especialidade História das Mulheres e do Género

2008

Oficina da Escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, no início do século XX.



FONTE: Reprodução fotográfica da autora de fotografia exposta no Museu Municipal de Peniche.

"(...) a grande indústria e o emprego cada vez mais extenso da máquina-ferramenta, tendem a destruir a pouco e pouco a pequena industria e a indústria caseira."

Relatório preambular ao Decreto de 24/11/1898, de Elvino de Brito,
Diário do Governo nº 272 de 03/12/1898.

Distribuição de Prémios, em 1904, aos alunos e às alunas premiadas da Escola Industrial Marquês de Pombal.



FONTE: *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, 12/12/1904. Biblioteca Nacional.

ÍNDICE

RESUMO	IX
ABSTRACT	XI
NORMAS DE TRANSCRIÇÃO	XIII
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS	XIII
AGRADECIMENTOS	XV
INTRODUÇÃO	1
1. O LUGAR INSTITUCIONAL E EPISTEMOLÓGICO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES E DA HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÉNERO	27
1.1. UMA PROGRESSIVA PRESENÇA INSTITUCIONAL DE DÚBIA LEGITIMAÇÃO ACADÉMICA	27
1.1.1. <i>A institucionalização académica nos EUA</i>	29
1.1.2. <i>A institucionalização académica no sul da Europa</i>	31
1.1.2.1. <i>França</i>	32
1.1.2.2. <i>Itália</i>	35
1.1.2.3. <i>Espanha</i>	37
1.1.2.4. <i>Grécia</i>	38
1.1.2.5. <i>Portugal</i>	39
1.1.3. <i>A História das Mulheres e do Género e a História da Educação</i>	46
1.1.4. <i>O impacto dos feminismos na agenda internacional</i>	52
1.1.5. <i>A presença das mulheres nas universidades</i>	55
1.1.6. <i>Interdisciplinaridade e disciplinaridade – um debate em aberto</i>	58
1.2. A HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÉNERO E A PERMANENTE RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO	62
1.2.1. <i>A História no Feminino</i>	64
1.2.2. <i>Por uma História Relacional</i>	68
1.2.3. <i>O conceito de género na investigação histórica</i>	74
1.2.4. <i>Dicotomias e historicidade</i>	81
1.2.5. <i>O debate História das Mulheres / História do Género</i>	87
1.2.6. <i>A História das Mulheres e do Género na hierarquia dos saberes</i>	91
1.3. A HISTÓRIA DAS MULHERES E OS USOS DA MEMÓRIA: A HISTÓRIA COMO PROJECTO DE VERDADE	96
1.3.1. <i>Memória e história: alguns legados conceptuais relevantes</i>	97
1.3.2. <i>A história das mulheres e o trabalho de memória em história</i>	104
1.3.3. <i>A história das mulheres e a busca da verdade em história</i>	116
2. TRABALHO E EDUCAÇÃO: A RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO NO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX	127
2.1. DE TRABALHADORA A INACTIVA. INDUSTRIALIZAÇÃO E DOMESTICIDADE FEMININA	127
2.1.1. <i>A ideologia da domesticidade feminina</i>	128
2.1.2. <i>Regulamentação e estatísticas industriais: a ocultação do trabalho feminino</i>	141
2.1.3. <i>As mulheres e o trabalho: discursos e realidades</i>	156
2.1.4. <i>A construção de um novo modelo social de género</i>	169
2.2. DA VIRTUDE À COMPETÊNCIA – EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO OITOCENTISTA SOBRE A INSTRUÇÃO DAS MULHERES	175
2.2.1. <i>A racionalização dos predicados femininos</i>	176
2.2.2. <i>Propósitos e embargos da escolarização feminina</i>	181
2.2.3. <i>Projectos e modelos de ensino profissional feminino na Europa de Fin de Siècle</i>	197
3. AS ESCOLAS INDUSTRIAIS E DE DESENHO INDUSTRIAL: UM ENSINO ABERTO AO SEXO FEMININO	209
3.1. O LENTO PROCESSO DE INSTITUIÇÃO DO ENSINO EM ESCOLAS INDUSTRIAIS	209
3.1.1. <i>A instituição de um sistema de ensino industrial</i>	211
3.1.2. <i>A criação das primeiras escolas públicas de ensino industrial</i>	220

3.2. A DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS E DOS DESTINATÁRIOS DO ENSINO NAS ESCOLAS INDUSTRIAIS	227
3.2.1. <i>Sobre os conceitos de artes e indústrias na viragem do século XIX para o século XX</i>	227
3.2.2. <i>Uma leitura das determinações legais numa perspectiva de género</i>	232
3.2.2.1. <i>O primado do ensino do desenho industrial (1884-1886)</i>	234
3.2.2.2. <i>A valorização do ensino oficinal e do prosseguimento de estudos (1886-1891)</i>	237
3.2.2.3. <i>A formalização dos cursos industriais em função das áreas profissionais (1891-1897)</i>	241
3.2.2.4. <i>Dos cursos industriais para o sexo feminino aos cursos de labores femininos (1897-1910)</i>	248
4. CONTRIBUTOS POLÍTICOS E TÉCNICOS PARA O INCREMENTO DO ENSINO NAS ESCOLAS INDUSTRIAIS	257
4.1. A ACTUAÇÃO PARLAMENTAR	257
4.1.1. <i>A criação de escolas</i>	257
4.1.2. <i>O fomento da vertente profissional</i>	267
4.1.3. <i>O reforço da oferta curricular</i>	276
4.1.4. <i>Os interesses dos grupos profissionais das escolas</i>	280
4.2. O PAPEL DA COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	286
4.2.1. <i>As atribuições legais das estruturas de coordenação</i>	286
4.2.2. <i>Os dirigentes dos organismos centrais</i>	292
4.2.3. <i>Os directores e os conservadores dos Museus Industriais e Comerciais</i>	298
4.2.4. <i>Os inspectores das escolas</i>	303
4.2.4.1. <i>A instalação das primeiras escolas</i>	304
4.2.4.2. <i>A introdução do ensino oficinal nas escolas</i>	306
4.2.4.3. <i>O período de instabilidade do serviço de inspecção</i>	310
4.2.4.4. <i>A consolidação dos cursos profissionais na circunscrição do sul</i>	313
4.2.4.5. <i>Um ensino industrial sem oficinas na circunscrição do norte</i>	315
4.2.4.6. <i>A influência de um inspector interino</i>	317
5. UMA ANÁLISE SEXUADA DA EVOLUÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR (1884-1910)	323
5.1. AS ESCOLAS E A POPULAÇÃO DISCENTE	323
5.1.1. <i>A rede escolar</i>	323
5.1.2. <i>A afluência feminina e masculina às escolas</i>	332
5.2. A PRÁTICA OFICINAL NAS ESCOLAS	353
5.2.1. <i>O funcionamento de oficinas para cada um dos sexos</i>	353
5.2.2. <i>A afluência feminina e masculina às oficinas</i>	365
5.3. AS PROFISSIONAIS DO ENSINO NAS ESCOLAS INDUSTRIAIS	380
5.3.1. <i>Evolução do pessoal feminino nas escolas industriais</i>	382
5.3.2. <i>Professoras de desenho e directoras de escolas</i>	386
5.3.3. <i>Mestras e ajudantes de oficinas</i>	396
6. O IMPACTO DOS RESULTADOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SEXO FEMININO MINISTRADA NO ENSINO INDUSTRIAL PÚBLICO	410
6.1. A EXIBIÇÃO PÚBLICA DOS TRABALHOS ESCOLARES	410
6.1.1. <i>As mostras das escolas nos Museus Industriais</i>	410
6.1.2. <i>A participação das escolas nas Exposições Industriais Nacionais</i>	420
6.1.3. <i>A presença das escolas nas Exposições Internacionais e Universais</i>	436
6.2. A REVITALIZAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA E DE UMA LOCALIDADE – O ÊXITO DA ESCOLA DE PENICHE	450
6.2.1. <i>As rendas de bilros no contexto económico da região</i>	450
6.2.1.1. <i>A difícil sustentabilidade da actividade piscatória</i>	450
6.2.1.2. <i>As rendas, uma actividade a tempo inteiro</i>	462
6.2.2. <i>O carácter paradigmático da escola Rainha D. Maria Pia em Peniche</i>	473
7. OS DISCURSOS POLÍTICOS E TÉCNICOS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO QUADRO DO ENSINO INDUSTRIAL PÚBLICO	488
7.1. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO NAS ESCOLAS INDUSTRIAIS NOS DEBATES PARLAMENTARES	488
7.1.1. <i>Intervenções na Câmara dos Deputados – abordagem quantitativa</i>	489
7.1.2. <i>Os debates sobre a organização do ensino industrial nas escolas</i>	497

7.1.2.1. <i>As reacções às reformas decretadas pelos governos</i>	499
7.1.2.2. <i>Os Projectos de Lei de iniciativa parlamentar</i>	506
7.1.2.3. <i>As escolas industriais na discussão das despesas públicas</i>	508
7.1.3. <i>Controvérsias sobre os objectivos do ensino industrial</i>	521
7.1.3.1. <i>O défice da vertente profissionalizante</i>	521
7.1.3.2. <i>Dissonâncias e incongruências em torno do ensino profissional feminino</i>	524
7.2. O PENSAMENTO E AS PROPOSTAS DOS TÉCNICOS COORDENADORES DO ENSINO NAS ESCOLAS	
INDUSTRIAIS	537
7.2.1. <i>O corpus documental</i>	538
7.2.2. <i>A visibilidade conferida à frequência feminina do ensino industrial pelos primeiros inspectores</i>	542
7.2.3. <i>Um ensino feminino dissociado do ensino industrial – a viragem de meados dos anos noventa</i>	554
CONCLUSÃO	570
FONTES E BIBLIOGRAFIA	596
1. FONTES	596
1.1. Fontes Manuscritas	596
1.1.1. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)	596
1.1.2. Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME).....	598
1.1.3. Arquivo Histórico Parlamentar (AHP).....	598
1.1.4. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alenquer (AHCM de Alenquer)	598
1.2. Fontes Impressas	599
1.2.1. Dicionários e Descrições Gerais de Portugal	599
1.2.2. Estatísticas e Inquéritos	599
1.2.3. Textos Legislativos e Regulamentares	601
1.2.4. Relatórios e Catálogos oficiais	602
1.2.5. Publicações Periódicas	606
1.2.5.1. Oficiais	606
1.2.5.2. Imprensa	607
1.2.6. Estudos e Ensaios.....	608
2. BIBLIOGRAFIA	613
2.1. <i>Instrumentos de trabalho</i>	613
2.2. <i>Obras de carácter geral</i>	617
2.3. <i>Estudos teóricos e metodológicos sobre Produção Historiográfica, Memória e Género</i>	619
2.4. <i>Construção sócio-histórica da feminidade e da masculinidade</i>	640
2.5. <i>Estudos e Ensaios sobre Portugal</i>	642
2.5.1. História da Educação	642
2.5.1.1. História do Ensino Industrial	647
2.5.2. História do Trabalho e da Educação das Mulheres.....	650
2.5.3. Portugal Contemporâneo.....	656
2.6. <i>Estudos e Ensaios sobre outros Países</i>	663
3. SÍTIOS WEB	677
ANEXOS	680
ÍNDICE DE GRÁFICOS	787
ÍNDICE DE IMAGENS	789
ÍNDICE DE MAPAS	791
ÍNDICE DE ORGANIGRAMAS	793
ÍNDICE DE QUADROS	795
ÍNDICE DE ANEXOS	797

RESUMO

Este trabalho procura problematizar o papel reprodutor e produtor das escolas públicas de ensino industrial na construção e afirmação da sociedade burguesa e das concepções de homem *ganha-pão* e da mulher *dona-de-casa* em finais do século XIX e inícios do século XX.

A problemática que conformou a presente investigação constituiu-se na intersecção de três interrogações de fundo. Em primeiro lugar, como interpretar a frequência feminina das escolas industriais públicas oitocentistas e respectivas oficinas, independentemente da localização geográfica, desde a sua fundação, em 1884? Em segundo lugar, qual o grau de congruência entre as representações discursivas sobre as mulheres e a realidade da sua situação face ao trabalho na sociedade portuguesa oitocentista? Como se relacionavam as modalidades e finalidades de formação profissional para o sexo feminino propostas no quadro institucional oitocentista com as representações sobre o trabalho das mulheres presentes nos discursos coevos? Em terceiro lugar, como se coadunou a oferta de ensino industrial para o sexo feminino a uma representação social das mulheres que as dissociava, cada vez mais, da noção de trabalho produtivo e profissional? Que tipo de representações sobre a relação das mulheres com a(s) actividade(s) profissional(ais) são veiculadas pelos discursos políticos, normativos e técnicos sobre o ensino industrial? Em que medida é que este tipo de oferta formativa por parte do Estado influenciou, de forma directa ou simbólica, o reposicionamento socioprofissional das mulheres que o frequentaram?

O estudo analisa, na perspectiva da história das mulheres, entendida como história relacional, isto é, uma história das relações sociais entre mulheres e homens, a formação profissional feminina no quadro do ensino industrial público em Portugal, desde a criação das primeiras escolas, em 1884, até à implantação da 1ª República, na dupla perspectiva das realidades e das representações. Estes vinte e sete anos correspondem à concretização possível do projecto da monarquia constitucional relativo ao incremento de um ensino industrial e profissionalizante.

ABSTRACT

This work is an attempt at analysing the role of state industrial schools, as producers and reproducers, in building and reinforcing bourgeois society and the concept of male breadwinner and female housewife in the late 19th and early 20th centuries.

This research centres on the problems thrown up by the intersection of three basic questions. Firstly, how to interpret female enrolment in state industrial schools and their associated workshops from their foundation in 1884 without regard to their geographical location? In second place, how far did the discursive representation of women correspond to the the reality life and work in 19th century Portuguese society? How did the forms and objectives attributed to women's training by the institutional reality of the 19th century relate to the representation of women's work in contemporary discourse? Thirdly, how did the provision of industrial training for females fit in with a social representation of women which increasingly dissociated them from the concept of productive or professional work? How is the relationship of women to professional activity represented in the political, normative and technical discourse concerning industrial training? How far did the provision of training by the state influence – directly or symbolically – the socio-professional repositioning of the women involved?

This study analyses, from the perspective of women's history – understood as a relational history, that is, a history of the relations between men and women – women's professional training in the context of state industrial training in Portugal, from the foundation of the first schools in 1884 to the founding of the 1st Republic, from the dual perspective of reality and representation. The achievements and limitations of these 27 years constitute the concrete legacy of the constitutional monarchy's project for the expansion of professional and industrial training.

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Nas transcrições de textos oitocentistas optou-se por actualizar a ortografia, mantendo-se, todavia a pontuação original. Respeitou-se, no caso de textos estrangeiros, a língua da edição consultada.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

AHCM de Alenquer – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alenquer
AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação
AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
AHP – Arquivo Histórico Parlamentar
AIP – Associação Industrial Portuguesa
APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
APIHM – Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres
CCF – Comissão da Condição Feminina
CIDM – Comissão Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
CIG – Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género
CSIIC – Conselho Superior de Instrução Industrial e Comercial
DGA – Direcção-Geral de Agricultura
DGCE – Direcção-Geral do Comércio e Estatística
DGCI – Direcção-Geral do Comércio e Indústria
DGCT – Direcção-Geral dos Correios e Telégrafos
DGE – Direcção-Geral de Estatística
DGOPM – Direcção-Geral de Obras Públicas e Minas
IEIDICS – Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscricção do Norte
ME – Ministério da Educação
MIP – Ministério da Instrução Pública (1870)
MIPBA – Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (1890)
MOP - Ministério das Obras Públicas
MOPCI – Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
OGE – Orçamento Geral do Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

QCA III - Quadro Comunitário de Apoio III

RC – Repartição Central

REEI – Repartição do Ensino e Estatística Industrial

REIC – Repartição do Ensino Industrial e Comercial

RI – Repartição de Indústria

RSTMI – Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria

SG – Secretaria Geral

AGRADECIMENTOS

No decurso dos anos de pesquisa e de redacção deste trabalho, beneficiei de frutuosa contributos intelectuais e de reconfortantes solidariedades que quero rememorar e agradecer, convicta de que deixaram uma marca indelével na minha vida e neste texto.

As primeiras palavras dirigem-se às orientadoras deste projecto. À Professora Doutora Anne Cova agradeço o incentivo para que encetasse este trabalho e a compreensão, desde o primeiro momento, do sentido e da problemática que sustentavam este projecto de investigação. O apoio e o alento que me deu ao longo destes anos foram esteios fundamentais para a prossecução do mesmo. À Professora Doutora Irene Vaquinhas o meu reconhecimento pela disponibilidade em acompanhar este trabalho, o rigor científico e metodológico com que seguiu a pesquisa, bem como os avisados comentários e as generosas sugestões que tanto enriqueceram o seu desenvolvimento. Devo-lhe, ainda, o amparo amigo em momentos difíceis deste processo.

À Professora Doutora Fernanda Henriques agradeço a amizade e o interesse com que prontamente aceitou discutir algumas problemáticas teóricas inerentes aos Estudos sobre as Mulheres, em especial aquelas em que História e Filosofia se entrecruzam, e apreciar alguns dos capítulos que sobre elas versam. À Mestre Teresa Alvarez a minha gratidão pelos entusiasmados debates, em torno de ideias e de interpretações, que tanto reforçaram a minha confiança neste trabalho. À Professora Doutora Teresa Joaquim devo o ter acreditado que eu levaria este trabalho ao seu termo, antecipando-me situações de realização académica.

Expresso, ainda, o meu agradecimento às e aos funcionárias/os da Biblioteca Nacional, que tanto se empenharam em trazer à consulta as obras menos disponíveis, do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, que envidaram diligências no sentido de localizar e disponibilizar documentação pertinente para o tema em estudo, do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cujo esforço permitiu reduzir as dificuldades de acesso à documentação inventariada e, ainda, do Arquivo

Histórico Parlamentar pelas orientações de consulta que prestaram, e do Centro de Documentação da CIDM/CIG, cujo acervo específico em Estudos sobre as Mulheres se afigura incontornável numa investigação nesta área. Devo ao Ministério da Educação a concessão de uma bolsa que tornou possível a necessária pesquisa em arquivos e bibliotecas.

Uma palavra muito singular de gratidão é devida a um conjunto de pessoas amigas, as quais, cada uma à sua maneira e em diferentes aspectos, encorajaram, com a sua presença, e enriqueceram, com os seus comentários e apoios, este trabalho: Edite Salgado, Fernanda Branco, Fernanda Henriques, Filomena Cravo, Isabel de Castro e Paula Reis.

À minha mãe, Maria Fernanda, ao meu pai, José Ruy e à minha tia, Aida Alves, o meu reconhecimento pela compreensão de tantas ausências e pelos múltiplos encorajamentos.

Introdução

A problemática – contexto de emergência e sua configuração

O investimento na educação e na formação dos recursos humanos, ou por outras palavras, o investimento no capital humano, é considerado, actualmente, um factor crucial no desenvolvimento dos países. A qualificação das pessoas é encarada como um factor decisivo de modernização e, no contexto da União Europeia, no qual Portugal se insere, apontam-se metas ambiciosas, no sentido de prolongar a permanência escolar e de lograr uma melhor articulação entre os sistemas educativos e formativos e o mundo do trabalho¹.

Um dos indicadores mais expressivos da dissensão entre o sucesso obtido no percurso escolar e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho remete para a problemática das relações sociais de género: as estatísticas mostram-nos que as raparigas alcançam um sucesso escolar superior aos rapazes na conclusão, quer do ensino básico, quer do ensino secundário². O sucesso académico do sexo feminino é, também, visível no ensino superior, onde a taxa de feminização dos diplomados em 2005/06 foi de 65,4%³.

A análise desagregada por sexo da estrutura do emprego e dos níveis remuneratórios revela, porém, que os resultados escolares não se traduzem numa situação mais favorável para as mulheres. Estas são mais afectadas pelo desemprego (9% para as mulheres e 6,5% para os homens em 2006⁴), situação que se agrava nos níveis etários mais jovens (entre os 15 e os 24 anos, 18,4% das mulheres e 14,5% dos

¹ Cf. Programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objectivos dos sistemas de educação e de formação na Europa, (2002/C 142/01), *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 14.6.2002 [em linha], disponível em <http://www.gaeri.min-edu.pt/biblioteca.asp?pub=2> (consultado em 05/12/2006); *Estudos Temáticos para a Preparação do Próximo Ciclo de Intervenções Estruturais QREN 2007-2013 (inclusão social)*, Edição do Observatório do QCAIII, 2006.

² Em 2005/06, a taxa de sucesso, no final do ensino básico regular, era de 81,4% para as raparigas e de 76,4% para os rapazes e, no final do ensino secundário (cursos gerais e tecnológicos) era de 57,1% para elas e de 49,0% para eles (Cf. GEPE, *Estatísticas da Educação 2005/06*, Lisboa, Ministério da Educação, 2007 [em linha], disponível em http://www.gepe.min-edu.pt/np3content/?newsId=7&fileName=estatisticas_educacao_0506.pdf (consultado em 28/02/2008).

³ GPEARI, *Evolução do número de diplomados no Ensino Superior, por Distrito e NUTS II:1997 - 1998 a 2005 - 2006*, Lisboa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2008 [em linha], disponível em http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/EvolucaoNumeroDiplomadosES9798_200506.xls (consultado em 28/02/2008).

⁴ *A Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa, CIG, 2007, p. 85 (a fonte utilizada foi: *Inquérito ao Emprego, Média anual - 2006*, INE).

homens, e, entre os 25 e os 34 anos, 11,5% das mulheres e 6,9% dos homens⁵), apesar das mulheres com graus superiores de qualificação estarem em maioria. Com efeito, a taxa de feminização no desemprego aumenta na relação directa do nível de habilitação (3º ciclo do ensino básico 52,2%, ensino secundário 55,1% e ensino superior 68,0%⁶). No que respeita aos níveis remuneratórios, a média mensal auferida pelas mulheres era, em 2004, 80,0% da dos homens e nos níveis mais elevados da hierarquia profissional, como é o caso dos quadros superiores, cujo valor era de 73,8%, a diferença torna-se mais acentuada⁷.

As discrepâncias reveladas pelos dados estatísticos apresentados não são específicas da realidade portuguesa e têm constituído fonte de preocupação dos organismos nacionais e internacionais. Em 2003, o relatório *Gender and Education for All. The Leap to Equality*, da UNESCO, alertava para o facto de, nos países mais desenvolvidos, onde se garantiu a igualdade de acesso ao ensino para raparigas e rapazes e onde se verifica um maior sucesso escolar das raparigas, se observar uma clara assimetria ao nível do mercado de trabalho e dos níveis remuneratórios. Sublinhava o mesmo relatório que, nesses países, persistia uma representação das mulheres que as associa ao seu papel no seio da família em actividades não remuneradas⁸. Estudos sobre a realidade portuguesa têm revelado que as opções curriculares de alunas e de alunos determinam vias profissionais distintas e que as escolhas das mulheres conduzem a profissões menos remuneradas, mais precárias e mais frágeis⁹. Em 2000, o relatório introdutório ao Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) diagnosticava que as raparigas se orientavam menos para cursos profissionais e qualificantes e preconizava o desenvolvimento de medidas que invertessem essa tendência¹⁰.

A sub-representação das mulheres neste tipo de cursos não tem evidenciado mudanças significativas. Em 2005/06, a taxa de feminização das matrículas no 3º ciclo do ensino básico era de 49%, mas nos cursos profissionais e no ensino qualificante era

⁵ *Ibidem*, p. 86.

⁶ *Ibidem*, p. 86.

⁷ *Ibidem*, p. 87 (a fonte utilizada foi: *Quadros do Pessoal. Outubro de 2004*, DGEEP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Os dados referem-se a todas as entidades com trabalhadores por conta de outrem, exceptuando a Administração Pública, onde só se consideram os casos em regime de contrato individual de trabalho, entidades que empregam trabalhadores rurais não permanentes e trabalhadores domésticos).

⁸ Cf. EFA Global Monitoring Report 2003/04, *Gender and Education for All. The Leap to Equality*, Paris, UNESCO, 2003.

⁹ Cf. FONSECA, Laura e MAGALHÃES, M^a José, "Reflectindo sobre dicotomias na orientação escolar profissional", in AAVV, *Reconstruir os nossos olhares. O papel da orientação escolar e profissional na promoção da igualdade de oportunidades*, Coimbra, ME/DREC, 2001, pp. 53-63.

¹⁰ Cf. QCA - *Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal 2000-2006*, Ministério do Planeamento [em linha], disponível em http://www.qca.pt/n_qca/pdf/QCA_2000_06.pdf (consultado em 30-09-2005).

apenas de 31,9% e de 30,7%, respectivamente¹¹. No ensino secundário a disparidade mantém-se, prevalecendo as raparigas (58,5%) no total dos matriculados nos cursos científico-humanísticos e estando sub-representadas nos cursos tecnológicos (42,2%) e profissionais (44,6%), bem como no ensino qualificante (36,3%)¹². As raparigas orientam-se menos para este tipo de oferta escolar e, quando o escolhem, concentram-se em cursos direccionados para a Intervenção Pessoal e Social (80,4%), o Têxtil, o Vestuário e o Calçado (79,6%), contrastando com os rapazes, dominantes nas áreas da electricidade e da electrónica (92,9%) e da informática (71,3%), para citar alguns exemplos¹³. O enviesamento das escolhas escolares é também visível no ensino superior, sobretudo nos sectores da engenharia e das TIC – tecnologias de informação e comunicação. Nestas, paradoxalmente, a proporção de mulheres matriculadas tem decrescido nos últimos anos, passando de 21,0% em 1997/98 para 19,9% em 2001/02 e para 15,4% em 2006/07¹⁴.

Em Portugal, nas últimas décadas, o ensino técnico-profissional tem mantido, globalmente, índices baixos de procura, mercê de uma cultura empresarial que não valoriza a escola. O investimento na qualificação e na tecnologia de ponta não se tem assumido prioritário numa economia assente em mão-de-obra barata e cujo tecido empresarial é constituído, na quase totalidade, por pequenas empresas onde predominam as sociedades por quotas de natureza familiar¹⁵. É neste ensino, porém, que as disparidades entre as escolhas efectuadas por cada um dos sexos são mais acentuadas, como se observou.

O modo como raparigas e rapazes se posicionam face às alternativas de formação e de prosseguimento de estudos oferecidas pelo sistema educativo reflecte

¹¹ GEPE, *Estatísticas da Educação 2005/06... op. cit.*

¹² *Ibidem.*

¹³ *A Igualdade de Género em Portugal. 2003*, Lisboa, CIDM, 2004. Os dados estatísticos referem-se ao lectivo de 1999/2000. O Ministério da Educação deixou de disponibilizar estatísticas discriminadas por curso profissional e por sexo desde então.

¹⁴ Cf. GPEARI, *Oferta e procura de formação em Tecnologias da Informação e da Comunicação no ensino superior – 1997-1998 a 2006-2007*, Lisboa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2008 [em linha], disponível em http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/dadostic_310108.xls (consultado em 28/02/2008).

¹⁵ Cf. PARDAL, Luísa, VENTURA, Alexandre, DIAS, Carlos, *O ensino técnico em Portugal*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2003. Um conjunto de medidas recentes intentam inverter este desinvestimento na formação mais profissionalizante com o objectivo de estreitar a ligação da escola ao mundo do trabalho. Entre essas medidas contam-se o alargamento dos Cursos de Educação e Formação, o aumento da oferta de Cursos Profissionais e de Cursos de Especialização Tecnológica, a criação da Iniciativa Novas Oportunidades, bem como de certificação (cf. Ministério da Educação, *Educação e Formação em Portugal*, Lisboa, Ed. Do Ministério da Educação, 2007 [em linha], disponível em http://www.gepe.min-edu.pt/np3content/?newsId=7&fileName=educacao_e_formacao.pdf (consultado em 28/02/2007)). No entanto, ainda não é possível apurar se esta nova dinâmica introduzirá alterações significativas na distribuição de cada um dos sexos pelas novas fileiras profissionais oferecidas pelo sistema de educação e formação.

concepções estereotipadas de género, bem enraizadas na população feminina e masculina, que condicionam a forma como homens e mulheres se relacionam socialmente na vida pública e privada. No interior das famílias, por exemplo, as investigações sobre a realidade portuguesa têm mostrado que os cônjuges do sexo masculino realizam muito poucas tarefas domésticas e que os sinais de mudança nas gerações mais novas não são inequívocos, ou seja, as gerações mais novas exibem comportamentos pouco congruentes¹⁶. A ideia de que os homens devem ter profissões adequadas à sua responsabilidade de *ganha-pão*, isto é, de sustento da família, e de que as mulheres precisam de ter uma actividade profissional coadunante com a sua função *maternal*, perdura na sociedade portuguesa e atravessa todas as gerações¹⁷. Esta concepção, consolidada ao longo da segunda metade de oitocentos, disseminou-se a par do desenvolvimento do ensino industrial público em Portugal.

A escola reproduz e integra, mas exerce, também, uma função produtora, a qual se acentua com a construção e consolidação da sociedade burguesa¹⁸. Ao longo do processo de escolarização, homens e mulheres interiorizam representações e "*ces productions imaginaires étant aptes par un effet en retour de conditionner profondément les conduites humaines (...)*"¹⁹ geram modos de ser consonantes com determinadas imagens de feminidade e de masculinidade que se vão tornando socioculturalmente dominantes. Neste sentido, como afirma Michelle Perrot, "*considérer comment les femmes sont «produites» dans la définition variable de leur féminité renouvelle le regard porté sur les systèmes éducatifs, leurs principes et leurs pratiques.*"²⁰ A análise cruzada do incremento das escolas industriais públicas oitocentistas e da afirmação dos paradigmas de feminidade (vinculada à domesticidade e ao não-trabalho) e de masculinidade (associada ao trabalho e *ganha-pão*) afigura-se, pois, potencialmente fecunda para uma melhor compreensão, quer dos objectivos que nortearam a implementação daquela modalidade de ensino em Portugal, quer do modo

¹⁶ Cf. *Estudos Temáticos para a Preparação do Próximo Ciclo de Intervenções Estruturais... op. cit.*; VIEIRA, Cristina Coimbra, *Educação e desenvolvimento do género. Os trilhos percorridos na família*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003 (policopiado) [publicado com o título *É menino ou menina? Género e educação em contexto familiar*, Coimbra, Almedina, 2006].

¹⁷ Cf. HENRIQUES, Fernanda, *Projectos de Vida, Projectos de Aprendizagem*, Lisboa, CIDM, 1994; TORRES, Anália Cardoso (coord), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, DEEP-CID, 2004.

¹⁸ Cf. CANDEIAS, António, *Educar de outra forma. A Escola Oficina nº 1 de Lisboa – 1905-1930*, Lisboa, IIE, 1994.

¹⁹ VOVELLE, Michel, "Histoire et représentations", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'Histoire aujourd'hui*, Auxerre, Sciences Humaines Editions, 1999, p. 46.

²⁰ PERROT, Michelle, "Michel Foucault et l'Histoire des Femmes", in *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998, p. 424.

como se foram redefinindo os lugares sociais de mulheres e de homens na sociedade contemporânea.

Neste contexto, a problemática que conformou a presente investigação constituiu-se na intersecção de três interrogações de fundo. Em primeiro lugar, tendo em conta que, em Portugal, as escolas industriais públicas oitocentistas foram frequentadas por raparigas desde a sua fundação, em 1884, como interpretar o sentido dessa presença feminina²¹? Assumindo que a actual discrepância das escolhas escolares, em função do sexo, tem subjacente a interiorização individual de determinadas concepções de feminidade e de masculinidade, as quais, por sua vez, se encontram incrustadas numa memória que, não só é partilhada colectivamente, como legitima com a chancela da tradição e da intemporalidade as ideias que veicula, como se explica a afluência do sexo feminino às escolas industriais em meados da década de oitenta do século XIX? Por outras palavras, o que impeliu raparigas e mulheres, independentemente da localização geográfica das escolas industriais, a matricularem-se, não só no currículo teórico, mas também nas oficinas? Qual a expressão efectiva da população feminina naquela modalidade de ensino em relação à população discente total?

Uma segunda ordem de questões organiza-se em torno da relação entre o princípio oitocentista da domesticidade, como paradigma da existência social das mulheres, e o acesso das mulheres ao ensino industrial público em Portugal. Qual o grau de congruência entre as representações discursivas sobre as mulheres e a realidade da sua situação face ao trabalho na sociedade portuguesa oitocentista? Que representações comuns e transversais à diversidade dos discursos educativos e dos posicionamentos ideológicos que lhes estão subjacentes podem ser identificadas? Que formas foram assumindo essas imagens sobre as mulheres face ao confronto com a realidade e com as alterações decorrentes da dinâmica social? Como se configuravam as relações sociais de género no Portugal finissecular, em particular no que respeita à divisão sexual do trabalho e ao papel que mulheres e homens desempenhavam na economia familiar? Como se relacionavam as modalidades e finalidades de formação profissional para o sexo feminino propostas no quadro institucional oitocentista com as representações sobre o trabalho das mulheres presentes nos discursos coevos?

²¹ Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990; ALVES, Luís Alberto Marques, "A frequência feminina no arranque do ensino industrial (1884-1910)", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, MEA, Elvira Cunha de Azevedo (org.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 261-276; PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista. A Escola Damião de Góis em Alenquer*, Lisboa, Colibri, 2000.

O terceiro campo de questionamento centra-se no próprio sistema do ensino industrial público liberal, em particular no que respeita aos objectivos, à organização e ao funcionamento das escolas. Como se coadunou a oferta de ensino industrial para o sexo feminino a uma representação social das mulheres que as dissociava, cada vez mais, da noção de trabalho produtivo e profissional? Como se explica que as escolas industriais portuguesas tenham aberto as suas portas, desde a primeira hora, à frequência feminina, num contexto educativo marcado, a nível internacional, pelo incremento das escolas vocacionadas para o ensino da economia doméstica e, a nível nacional, pela ausência de ensino secundário para o sexo feminino? Qual a razão do investimento do Estado numa oferta de ensino profissionalizante para as mulheres? De que forma é que o sistema de ensino público liberal, ao integrar as mulheres e ao conferir-lhes graus de qualificação para o exercício profissional, pode ter (ou não) reforçado a diferenciação sexual do trabalho e da sociedade? Que tipo de representações sobre a relação das mulheres com a(s) actividade(s) profissional(ais) é veiculado pelos discursos políticos, normativos e técnicos sobre o ensino industrial? Em que medida é que este tipo de oferta formativa por parte do Estado influenciou, de forma directa ou simbólica, o reposicionamento socioprofissional das mulheres que o frequentaram?

Em termos globais, problematizam-se:

- O tipo de representações, no que respeita ao papel social das mulheres e à sua relação com o trabalho, veiculado e produzido pelos discursos políticos e normativos e pelas práticas de funcionamento do ensino industrial.
- A forma como o ensino industrial oitocentista poderá ter contribuído, directa ou simbolicamente, para uma reorganização das relações sociais de género consonante com a ideologia da domesticidade feminina e da consequente dissociação das mulheres das actividades produtivas.
- Os objectivos e o funcionamento do ensino nas escolas industriais portuguesas, na viragem do século XIX para o século XX, em função das áreas de formação privilegiadas e da população que as frequentou, tendo em conta a sua dimensão sexuada.

O aprofundamento do grau de permeabilidade, quer dos discursos coevos sobre o ensino industrial e o profissional feminino, quer da realidade social portuguesa de finais de oitocentos e inícios de novecentos, à ideologia da domesticidade feminina / homem *ganha-pão* poderá contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno da reconstrução das relações sociais de género. A abordagem da temática do ensino nas

escolas industriais sob a perspectiva da história das mulheres ou, mais precisamente, de uma história das relações sociais entre mulheres e homens, procura conferir historicidade à dissociação, real e simbólica, das mulheres do ensino profissionalizante tão presente nos diagnósticos actuais da realidade portuguesa atrás patenteados. Por outras palavras, esta abordagem obriga a encarar os processos de reconfiguração das relações sociais entre mulheres e homens como fenómenos situados e, como tal, confere particular relevo aos condicionalismos espaço-temporais em que aqueles ocorrem.

A escola, ao naturalizar a diferenciação sexual, contribui para conformar as mulheres a uma determinada existência, isto é, actua em convergência com as representações socialmente construídas sobre as relações sociais e pessoais entre homens e mulheres²². As instituições educativas, porém, são agências dinâmicas, portadoras e geradoras de conflito e de mudança, na medida em que os saberes que proporcionam sustentam, também, atitudes de não-consentimento que contrariam o efeito hegemónico projectado²³. Nesta consonância, torna-se relevante analisar o modo complexo como se processou a integração das mulheres no sistema de ensino, bem como os múltiplos e díspares desenlaces dele decorrentes, no horizonte da problemática do papel desempenhado pela escola na reconfiguração das relações sociais de género.

O objecto de estudo – âmbito e fundamentos

Definiu-se como objecto de estudo a análise da formação profissional feminina no quadro do ensino industrial público em Portugal, desde a criação das primeiras escolas, em 1884, até à implantação da 1ª República, na dupla perspectiva das realidades e das representações. A opção de circunscrever a investigação a um período determinado, em detrimento de uma análise de longa duração, que traçasse o processo evolutivo dos percursos de formação profissional para o sexo feminino, prende-se com fundamentos de ordem teórica.

Este estudo é conduzido a partir da história das mulheres entendida como história relacional, isto é, uma história das relações sociais entre mulheres e homens. De

²² Cf. PERROT, Michelle, "Pouvoir des Hommes, puissance des Femmes? L'exemple du XIXe siècle", in *Les Femmes ou les silences... op. cit.*, pp. 213-225.

²³ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching as Women's Work in Portugal, 1870-1933*, Dissertação de Doutoramento (PhD), Inglaterra, Open University, 1993 (policopiado) [publicado em versão portuguesa com o título: *Pioneiras na Educação. As professoras primárias na viragem do século. 1870-1933*, Lisboa, IIE, 2000].

acordo com este pressuposto teórico, o conceito de género assume um lugar central, quer como categoria de análise, isto é, como grelha de leitura aplicada, de forma sistemática, ao longo de todo o processo de pesquisa, quer como dimensão da realidade cultural, ou seja, como elemento estruturante de todas as relações sociais e humanas²⁴. Assim, esta investigação não se orientou no sentido de conferir visibilidade e protagonismo ao ensino de cariz profissional dirigido ao sexo feminino, através de uma narrativa que, colmatando as inúmeras lacunas nesta matéria, explicasse como aquele evoluiu ao longo do período da história contemporânea portuguesa até aos nossos dias. Não obstante a importância e necessidade desse trabalho, afigurou-se que seria de privilegiar, numa perspectiva de história relacional, uma temática e um período específicos, que pudessem ser significativos do modo como operam as relações sociais de género, permitindo identificar processos de redefinição dos papéis das mulheres e dos homens, conferindo-lhes historicidade, e problematizar os mecanismos através dos quais se instituem paradigmas e se impõem memórias, histórica e historiográfica, por exemplo, conformadoras da vida social²⁵. Nesta consonância, proceder-se-á a uma permanente inserção dos quadros informativos e interpretativos sobre o ensino nas escolas industriais, resultantes da investigação, no contexto de uma realidade social sexuada. Isto significa que a situação das mulheres será confrontada com a situação dos homens, com o objectivo de contribuir para a compreensão do modo como se foram constituindo e reconstituindo as relações sociais de género que configuram os lugares sociais específicos ocupados por cada um dos sexos de acordo com os grupos sociais e profissionais de pertença, entre outras variáveis.

No que respeita às balizas temporais da investigação, considerou-se o período que decorreu entre a criação das primeiras escolas públicas de ensino industrial, em 1884, e a implantação da 1ª República, em 1910. Estes vinte e sete anos correspondem à concretização possível do projecto da monarquia constitucional relativo ao incremento de um ensino industrial e profissionalizante. Este período integra-se numa fase particularmente significativa no contexto do liberalismo português oitocentista, marcada

²⁴ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", in *Gender and the Politics of History*, New York, Columbia University Press, 1988, pp. 28-50; BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres, História do Género", *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 4, 1989, pp. 158-187; STROBEL, Margaret, BINGHAM, Marjorie, "The Theory and Practice of Women's History and Gender History in Global Perspective", in SMITH, Bonnie G. (ed.), *Women's History in Global Perspective*, vol. 1, Urbana, University of Illinois Press, 2004, pp. 9-34.

²⁵ A diferença entre definir as mulheres ou definir as relações de género como objecto central da operação histórica repercute-se no tipo de conhecimento produzido e no modo como este se integra no conhecimento histórico. Cf. TIMM, Annette F., SANBORN, Joshua A., *Gender, Sex and the Shaping of Modern Europe. A History from the French Revolution to the Present Day*, New York, Berg, 2007.

por um conjunto de fenómenos ocorridos na década de 1870, em especial, o incremento do ensino primário e da instrução feminina, a expansão do desenvolvimento económico, a reconfiguração dos movimentos sociais e políticos decorrente das influências da Comuna de Paris, da I Internacional Socialista e do republicanismo espanhol e francês e o início da disputa pelo continente africano. Assim, se bem que a pesquisa empírica se tenha centrado no período definido, tornou-se necessário, por vezes, alargá-la aos anos precedentes e, no processo de interpretação, ela foi integrada em unidades de contexto de limites temporais diferenciados.

A criação das escolas, em 1884, é o ponto de chegada de um longo processo, iniciado com a Regeneração. Em 1852, com a constituição do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (MOPCI) e a criação, na dependência deste, do ensino técnico, objectivou-se, pela primeira vez, a preocupação de interacção entre o ensino e o desenvolvimento industrial. O lento processo de industrialização em Portugal traduziu-se na fraca procura por parte do mundo empresarial de uma formação escolar profissionalizante²⁶. Assim, a sua implementação ficou dependente da capacidade de resposta dos executivos governamentais às prioridades que iam sendo definidas. A Conferência de Berlim, iniciada no mesmo ano de 1884, apesar de se situar nas margens da problemática do ensino industrial, sublinha a debilidade do país face ao conjunto das outras potências europeias coloniais e a incapacidade de com elas rivalizar em termos de domínio no continente africano. A pressão dos países com economias mais fortes e competitivas acentua-se e culmina com o *Ultimatum* de 1890, que marca, de forma indelével, a posição periférica de Portugal no contexto internacional. O grande impulso do ensino industrial ocorreu entre aquelas duas datas, pois, nas duas décadas que se seguiram, até à implantação da República, o seu crescimento foi escasso.

A criação das escolas industriais beneficiou dos efeitos da estabilidade política garantida pela Regeneração. O desenvolvimento económico nacional, após a descolagem da primeira metade dos anos sessenta, apresenta uma expansão assinalável a partir de 1870. Esta aceleração económica permitiu que Portugal se situasse a par das outras economias europeias em termos de ritmo de crescimento e introduz um novo

²⁶ Como sublinha José Amado Mendes, "a industrialização portuguesa, além de tardia, só muito lentamente se foi concretizando" ("A Indústria portuguesa: do Ultimato ao Estado Novo, 1890-1926", in RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa... op. cit.*, p. 263).

período na história económica portuguesa²⁷. Este contexto foi propício ao desenvolvimento de modalidades de ensino profissional, incluindo a industrial.

Na segunda metade do século XIX o ensino primário feminino expandiu-se, observando-se, até, que as escolas para raparigas se multiplicaram a um ritmo mais acelerado do que o verificado para o sexo masculino. Este desenvolvimento foi acompanhado pela criação das Escolas Normais para o sexo feminino²⁸. A partir da década de setenta, a instrução feminina foi alvo de medidas legislativas mais específicas, que introduziram a vertente profissionalizante, como foi o caso da legislação produzida por D. António da Costa quando encabeçou o efémero Ministério de Instrução Pública, em 1870, e da reforma do ensino primário, de Rodrigues Sampaio, de 1878²⁹.

A concepção de que as mulheres eram as educadoras, por excelência, da infância disseminou-se, em Portugal, sobretudo a partir da década de 1870, sob a influência de D. António da Costa, e contribuiu para reforçar a vinculação da identidade feminina à noção de utilidade social e para difundir uma nova imagem de mulher, mais culta e competente. Em 1887, o debate em torno da proposta de José Luciano de Castro para que fossem criados liceus femininos em Lisboa, Porto e Coimbra retomou, em parte, o malogrado projecto de *Instituto da Educação para o Sexo Feminino*, decretado em 1870 por D. António da Costa³⁰. A proposta viria a ser aprovada em 1888, mas nunca chegaria a ser concretizada. Ela reflectia, todavia, as influências europeias, mormente da França, prevendo um currículo diferente do dos liceus masculinos, com a incorporação de disciplinas como a de Economia Doméstica³¹.

A análise dos dois últimos censos do século XIX revelou que a literacia das mulheres resulta mais directamente da frequência do ensino primário do que a dos homens, o que significa que elas dependem mais da escola para a aprendizagem da

²⁷ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Ed. Vega, 1988-89; REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX. 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993; MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Ed. Presença, 1993.

²⁸ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching... op. cit.*. Designavam-se *Escolas Normais* as que preparavam profissionais para o magistério primário.

²⁹ Cf. CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

³⁰ Cf. ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates Parlamentares. O caso do Ensino Secundário Liceal*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/ Ed. Afrontamento, 2002.

³¹ Cf. ROCHA, Cristina, "Contribuição do Ensino Secundário Liceal Feminino para um Modelo de Educação Pública da Mulher - 1888-1940", in AAVV, *Ciências da Educação em Portugal - Situação Actual e Perspectivas*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1991, pp. 219-233; LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino - os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH/Universidade Nova de Lisboa, 1989 (policopiado).

leitura e da escrita do que eles³². A escola reveste-se, assim de significativa importância para as mulheres, que nela investiam, quer a nível reivindicativo³³, quer em termos de conclusão de graus de escolaridade que lhes permitissem aceder a novas profissões, designadamente no sector terciário, o qual em finais do século XIX apresenta já uma tendência visível de feminização³⁴. Paradigmático foi o caso do corpo docente das escolas primárias, onde as mulheres se tornaram maioritárias na viragem do século XIX para o século XX³⁵. A criação, a partir de 1884, de escolas públicas de ensino industrial, abertas ao sexo feminino, proporcionou uma nova via de escolarização para as mulheres que elas não deixaram de aproveitar³⁶.

No que se refere ao contexto político, o sistema governativo entre o início da Regeneração, em 1851, e a implantação da 1ª República, em 1910, foi dominado pelo Rotativismo, que alternou, no poder, o Partido Regenerador com o Partido Histórico (1851-1865) e, depois, com o Partido Progressista (1878-1890 e 1893-1906). A alternância dos ministérios de cada um daqueles dois grandes blocos do centro monárquico funcionou como barreira às correntes políticas que saíam dos quadros da monarquia representativa³⁷. No entanto, a partir da década de setenta, a difusão das ideias socialistas e o reforço organizativo do movimento republicano foram introduzindo, progressivamente, novas posições nos debates políticos. As cisões dentro dos dois partidos com maior representatividade parlamentar, acentuadas a partir de 1890, com os custos políticos do *Ultimatum* e da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, introduziram alterações substanciais no sistema bipartidário e favoreceram o protagonismo do Partido Republicano³⁸.

³² Cf. CANDEIAS, António, "Ritmos e Formas de Alfabetização da População Portuguesa na Transição de Século: o que nos mostram os Censos Populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930", *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 5, 1996, pp. 35-63.

³³ Cf. SILVA, Maria Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX*, 2ª edição, Lisboa, CIDM, 1992 (1ª edição 1982).

³⁴ Cf. BAPTISTA, Virginia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, ONG/CC da CIDM, 1999.

³⁵ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching... op. cit.*

³⁶ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista... op. cit.*

³⁷ Cf. VARGUES, Isabel Nobre, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORRAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 183-203; TENGARRINHA, José, "Três temas de História Política da segunda metade do século XIX: rotativismo, reformismo, progressismo", in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Ed. Caminho, 1983, pp. 85-108.

³⁸ Cf. RAMOS, Rui, "A Vida Nova", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 125-297; ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*, Porto, Afrontamento, 2003.

Com a influência da 1ª Internacional (fundada em 1864), da Comuna de Paris (1871) e das ideias socialistas e republicanas, o movimento operário vitalizou-se e o carácter mutualista foi dando progressivamente lugar a um associativismo de classe. A instrução constituía uma das preocupações daquele movimento e a criação da Associação da Fraternidade Operária, em inícios dos anos setenta, por cisão do Centro Promotor das Classes Laboriosas, conferiu um enérgico dinamismo à rede de escolas associativas.

No processo de mudança ideológica do movimento socialista português e de abertura aos conceitos europeus de progresso foi fundamental a influência do grupo da *Geração de 70* e a polémica iniciativa das *Conferências Democráticas do Casino*. Ligados por um programa que visava "*ligar Portugal com o movimento moderno (...) [e] preocupar a opinião com o estudo das ideias que devem presidir a uma revolução, do modo que para ela a consciência pública se prepare e ilumine (...)*"³⁹, aliando os objectivos culturais ao de cariz social e político, esta plêiade intelectual não partilhava uma doutrina comum. Entre o socialismo mais comprometido de Antero e a sensibilidade mais republicana de Teófilo Braga, grandes obreiros da fundação, respectivamente, do Partido Socialista e do Partido Republicano, as posições ideológicas e políticas dentro do grupo apresentavam um espectro diferenciado e atravessado por divergências. Todavia, no seu conjunto, foram vitais para a difusão das ideias positivistas e prodhounianas em Portugal e deixaram uma marca inegável, quer no campo das questões educativas, quer no que respeita ao reforço da divisão sexual dos espaços e das esferas sociais de intervenção.

O ensino profissional e industrial mereceu comentários, críticas e propostas nos escritos de Antero de Quental e de Ramalho Ortigão ou nas intervenções parlamentares de Augusto Fushini, para citar apenas alguns exemplos. Outros integraram o próprio sistema, como Adolfo Coelho, director da escola primária superior Rodrigues Sampaio, criada pela Câmara Municipal de Lisboa e, mais tarde, transformada em escola industrial pública, ou Oliveira Martins, nomeado Director do Museu Industrial do Porto aquando do arranque das escolas industriais. Num grupo perpassado por inúmeras divergências políticas e ideológicas, só o modelo de mulher confinada ao interior do lar e apartada das actividades económica, política e científica parece ter colhido expressiva consonância ideológica, o que levou Ana Costa Lopes, depois de analisar os discursos produzidos na imprensa oitocentista, a comentar que "*durante este período áureo da*

³⁹"Programa das Conferências Democráticas", in QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 3ª ed., 1979, p. 8.

Geração de Setenta, parece haver apenas lugar para uma forma de pensar a mulher"⁴⁰.

A transformação do socialismo português, iniciada em 1870, culminaria com a criação do Partido Socialista Português, em 1875, o que não impediu, todavia, o desenvolvimento de correntes socialistas fora daquela estrutura⁴¹. O pensamento socialista ultrapassou, pois, a débil base social de apoio de um partido que não logrou impor-se face às alternativas republicana e anarco-sindicalista.

O republicanismo foi impulsionado, na década de setenta, por influência do contexto internacional, em particular pelo republicanismo espanhol e pela III República francesa, cuja difusão, em Portugal, foi favorecida pelo desenvolvimento das comunicações promovido pelo *Fontismo*. A nível interno, as revoltas e protestos que grassaram na sociedade portuguesa na década de sessenta, dos quais se pode destacar a *Janeirinha*, em 1868, criaram um terreno favorável para a propagação do ideário republicano. Em 1869 publicava-se o semanário *A República Federal*, órgão de um centro republicano, ao qual se seguiu, no ano seguinte, a criação do Centro Democrático de Lisboa, iniciando-se o processo que conduziria à constituição, em 1876, do Directório do Partido Republicano Português, assinalado por muitos autores como o nascimento do Partido Republicano⁴².

Ligada ao republicanismo e favorecida pelo decreto de 15/06/1870, que garantia o direito de reunião sem licença prévia de qualquer autoridade, afirmou-se uma oratória revolucionária⁴³. O discurso a favor da laicização do ensino foi relançado, sobretudo com a Conferência "A Questão do Ensino" proferida por Adolfo Coelho, em 1871, no Casino Lisbonense, e viu reforçada a sua influência com a crescente difusão das ideias positivistas⁴⁴. Estas enfatizaram, por um processo de racionalização, as diferenças de papéis sociais atribuídos a mulheres e a homens e conferiram maior importância à

⁴⁰ LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, Lisboa, Quimera, 2005, p. 553.

⁴¹ Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Movimento operário e a formação cultural", Separata de *Los 98 Ibéricos y el mar*, Madrid, Comisaría General de España/Expo Lisboa 98, 1998; OLIVEIRA, César, *O socialismo em Portugal. 1850-1900*, Porto, Afrontamento, 1973.

⁴² Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho, "O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal... op. cit.*, vol.5, pp. 131-145; CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Ed. Notícias, 2ª Ed., 2000 (1ª Ed. 1999). A discussão em torno da pertinência de se atribuir a fundação do Partido Republicano ao Directório criado no Centro Republicano Democrático de Lisboa, tendo em conta a prevalência da característica *clubista* dos núcleos republicanos na década de setenta e a ausência de um pensamento político unificado, ultrapassa o âmbito deste estudo.

⁴³ Cf. TENGARRINHA, José Manuel, "A oratória política de 1820 a 1910", in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Ed. Caminho, 1983, pp. 129-180.

⁴⁴ Cf. MATOS, Sérgio Campos, "Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista", Separata *Clio*, Nova Série, vol. 2, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Colibri, 1997, p. 85-107; COELHO, Francisco Adolfo, *A questão do ensino*, Porto, 1872.

instrução feminina, o que se traduziu em propostas educativas tendentes a conformar umas e outros a lugares distintos de acordo com a ideologia das esferas separadas. A presença de figuras representantes do pensamento republicano no Parlamento, mormente na Câmara dos Deputados, a partir de 1878 e, sobretudo, na década de oitenta, intensificou o debate em torno das questões educativas, incluindo as que diziam respeito às mulheres⁴⁵. Embora sem assento na cena política parlamentar, algumas mulheres, ligadas à actividade política e educativa dos Centros Republicanos e ao movimento feminista da viragem do século, defenderam a instrução e a formação profissional das mulheres. Os posicionamentos destas, à semelhança do que acontecia com os seus colegas masculinos, divergiam quanto aos objectivos e às destinatárias de tal educação, sendo raras as vozes que defendiam igual direito à educação e ao trabalho para mulheres e para homens⁴⁶.

Com a implantação da República altera-se a correlação de forças entre as correntes em confronto durante o período anterior e é legislado um largo conjunto de medidas referentes ao ensino. Todavia, se 1910 constitui o marco de uma ruptura política com repercussões nos discursos educativos dominantes, ao nível das escolas industriais a República não parece ter alterado de modo significativo a herança monárquica, o que corrobora o postulado de Joel Serrão de que "*o sistema de ensino, virtualmente contido no projecto burguês, se havia consolidado, em Portugal, num conjunto de práticas bastantes para assegurar o status quo, as quais, perspectivadas de outro ângulo, bem podem ser tomadas como um espelho desse mesmo status quo social e cultural*"⁴⁷. Os ideais republicanos de transformação social conferiam à educação e ao ensino um lugar central, pois era a escola que formava "*o cidadão e o patriota*"⁴⁸, socializando ideias e valores de acordo com um projecto de demopédia que atribuía competências cívicas diferenciadas em função do sexo.

Tendo em conta o enquadramento temporal do trabalho, a abordagem do tema definido privilegiou, ao nível da pesquisa, a constituição e o desenvolvimento do

⁴⁵ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa... Notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica de Bernardino Machado. Propostas a favor da Igualdade e da Emancipação das mulheres*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1996 (policopiado).

⁴⁶ SILVA, Maria Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal... op. cit.*; MONTEIRO, Natividade da Conceição André, *Maria Veleda (1871-1955) – uma professora feminista, republicana e livre-pensadora: caminhos trilhados pelo direito de cidadania*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (policopiado).

⁴⁷ SERRÃO, Joel, "Perspectiva Histórica do Ensino em Portugal (do último quartel do século XVIII a cerca de 1930)", in LOUREIRO, João Evangelista (coord.), *O Futuro da Educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*, Aveiro, Universidade Aveiro, 1985, p. 41.

⁴⁸ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal... op. cit.*, p. 267.

próprio sistema de ensino nas escolas industriais, entendido como um fenómeno que corporizou, reproduziu e gerou paradigmas sociais de género. A dupla perspectiva das realidades e das representações, que orienta esta investigação, implicou diversas opções. Perante a inexistência, a nível nacional, de uma caracterização desagregada por sexo das escolas industriais oitocentistas, afigurou-se essencial o levantamento, a sistematização e a interpretação de dados quantitativos relativos à presença feminina nas escolas industriais e nas oficinas a estas anexas, criadas durante os vinte e sete anos em análise. Para a compreensão da abertura daquelas escolas aos dois sexos, considerou-se, também, indispensável, proceder a uma análise qualitativa do papel desempenhado, quer pelas estruturas de coordenação central e regional das escolas, quer pela classe política parlamentar e governativa. O impacto deste ensino na formação profissional das mulheres que o frequentaram e a visibilidade pública conferida na época aos trabalhos por elas produzidos no quadro das suas aprendizagens escolares constituiu outro vector de pesquisa. A este nível, com o objectivo de averiguar, por um lado, a "*distorsion entre discours et pratiques*"⁴⁹ e, por outro lado, o modo como os discursos "*foram vividos pelas mulheres*"⁵⁰, decidiu-se confrontar, através do caso paradigmático de uma escola fundada com o objectivo prioritário de formar profissionais do sexo feminino, as representações discursivas com a realidade do ensino profissional e do trabalho das mulheres.

A incomensurabilidade dos discursos educativos obrigou a definir, de acordo com a problemática em estudo, critérios de delimitação, no que respeita, designadamente, à multiplicidade dos seus lugares de produção (autoria e sua inserção e permeabilidade face ao contexto cultural, político, ideológico, religioso, social, económico), dos locais da sua expressão (tribuna política, conferências, congressos, teatros, cafés, entre outros) e dos suportes de divulgação (documentação legal, relatórios oficiais, imprensa periódica, manuais de civildade, ensaios, romances, panfletos, por exemplo). Assim, a investigação circunscreveu-se aos discursos produzidos no âmbito do – ou respeitantes ao – sistema escolar, ou seja, segundo a definição de Rogério Fernandes, "*às estruturas formais (...) sob controlo directo ou indirecto do Estado*"⁵¹. Excluíram-se, pois, as actividades educativas de carácter informal ou exclusivamente

⁴⁹ COVA, Anne, *Maternité et Droits des Femmes en France (XIXè-XXè siècles)*, Paris, Anthropos, 1997, p. 6.

⁵⁰ VAQUINHAS, Irene Maria, «*Senhoras e Mulheres*» na *Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri, 2000, p. 195.

⁵¹ FERNANDES, Rogério, "Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910)", in PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 23.

particular, como por exemplo, a educação doméstica, o ensino livre ou religioso e a instrução operária assegurada pelo movimento associativo. O *corpus* de análise restringiu-se, ainda, a duas categorias, a dos “discursos políticos” e a dos “discursos técnicos”.

A categoria dos “discursos políticos” incluirá os projectos, as propostas e os diplomas legais relativos às reformas do ensino nas escolas industriais, bem como os debates parlamentares a eles referentes, nos casos em que tal se verificou, incluindo os pareceres emanados das comissões parlamentares. O critério subjacente à designação de “discursos políticos” para esta categoria assenta no vínculo governamental ou parlamentar dos respectivos discursos. Considerou-se que os discursos normativos, contidos nos diplomas legislativos, bem como nas propostas e nos projectos de lei que lhes deram origem ou que não chegaram a ser promulgados, forneceriam informação relevante sobre a relação entre os princípios educativos e formativos enunciados e o lugar social (real ou simbólico) ocupado pelas mulheres. Os discursos parlamentares, fundamentalmente as intervenções na Câmara dos Deputados, afiguram-se, potencialmente, um barómetro da sensibilidade política às questões da formação profissional, em geral, e das mulheres, em particular.

Na categoria dos “discursos técnicos” considerar-se-ão os textos produzidos por profissionais de educação directamente ligados e intervenientes no sistema do ensino nas escolas industriais (coordenação central e regional). Este constituiu o critério de selecção do material documental a analisar, entre o qual se contam circulares, relatórios, correspondência, registos de intervenções públicas e textos publicados (na imprensa ou em ensaios).

A análise da vasta panóplia dos discursos de cariz especificamente pedagógico ficou à margem deste estudo. Todavia, a sua importância para perceber pontos de concordância e de discordância nas representações de mulheres e de homens sobre a formação profissional e o trabalho femininos, perscrutando de que forma e até que ponto as representações do feminino são partilhadas por mulheres e por homens, conduziu a abordagens, de carácter subsidiário, de algumas figuras que, de algum modo, influenciaram ou intervieram de forma mais directa no ensino professado nas escolas industriais.

As fontes e os arquivos

A realização deste estudo mobilizou um conjunto diversificado de fontes manuscritas e impressas. A adopção da perspectiva de género na análise da instituição e do incremento do ensino nas escolas industriais implicou a releitura sistemática dos diplomas legislativos, que enquadraram e definiram os seus objectivos e estruturas organizativas, e a consulta de propostas, relatórios, correspondências, processos individuais e de alguns artigos de opinião, que fazem parte de um precioso legado deixado por alguns dos protagonistas no processo. A fim de caracterizar a evolução de uma realidade escolar que integrou os dois sexos, recorreu-se, também, a este tipo de documentos a fim de cotejar e completar os dados fornecidos pelas fontes estatísticas coevas.

A recolha das estatísticas relativas ao funcionamento das escolas industriais obrigou a usar tipologias diferenciadas de fontes, pois não existe um registo único e constante para a totalidade do período considerado. A esta discontinuidade, acresce a disparidade dos valores nos casos em que existe mais do que uma fonte disponível. Refira-se, a título de exemplo, que os dados referentes às matrículas nas escolas registados nos *Anais de Estatística* não coincidem com os dos relatórios dos inspectores ou com os lançados no *Anuário Estatístico de Portugal*, ou, ainda, com os publicados pelo *Boletim da Propriedade Industrial* e nenhum deles confere com os números obtidos a partir dos livros de matrículas das escolas⁵². Estes últimos parecem ser os mais fidedignos, mas raros são os estudos monográficos sobre escolas industriais e apenas três desagregam os dados por sexo⁵³.

A tarefa de recolha dos elementos constantes nos livros ou registos das escolas a nível nacional afigura-se ciclópica e inexequível no quadro de uma pesquisa individual e de prazo restrito. Os documentos relativos ao ensino nas escolas industriais encontram-se dispersos, alguns entre os Arquivos Históricos do Ministério das Obras

⁵² BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul (1885-1886, 1888-1889, 1890-1891)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885-1891; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887-1891; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1891)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888-1892; *Anais de Estatística*, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

⁵³ Cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque... op. cit.*; DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola Industrial Campos de Melo na Covilhã (1884-1984). Estudos de História*, Covilhã, Ed. Autor, 2ª ed., 1985 (1ª ed. [5 ex.] 1984); PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista... op. cit.*

Públicas (AHMOP) e do Ministério da Educação (AHME), em virtude da transferência de tutela política deste ensino do primeiro para o segundo no tempo da 1ª República, outros espalhados pelo país em bibliotecas ou sótãos de escolas, outros desaparecidos para sempre. A extinção do Instituto Histórico de Educação interrompeu um trabalho notável, mas tão-só iniciado, de levantamento dos espólios existentes nas escolas do país e de promoção da sua preservação junto das comunidades educativas locais⁵⁴. As escolas que detêm documentação arquivística, relativa à escola industrial oitocentista de origem, completa e bem conservada são uma minoria. Na maior parte dos casos o material de arquivo encontra-se em sótãos⁵⁵. Em alguns casos os documentos transitaram para os Arquivos Históricos Municipais por falta de continuidade das respectivas instituições de ensino⁵⁶.

No que respeita à documentação das estruturas de coordenação do ensino nas escolas industriais, os relatórios anuais dos inspectores entre 1884/85 e 1890/91 foram publicados pelo MOPCI e no *Apêndice ao Diário do Governo*. A sua informação é muito pormenorizada, quer sobre as escolas e sobre os esforços e iniciativas que desenvolveram para o incremento daquele ensino, quer sobre o pensamento dos seus autores acerca das finalidades e público destinatário daquele ensino, incluindo o modo como encaravam a frequência de escolas e oficinas pelo sexo feminino⁵⁷. A partir dessa data, porém, apenas se conhece um relatório sobre a circunscrição do Norte para o ano lectivo de 1891/92 e três relatórios circunstanciados sobre escolas, todos eles posteriores à implantação da República⁵⁸. O facto de também terem deixado de ser

⁵⁴ A interrupção precoce deste processo desincentivou as iniciativas locais, sendo, todavia, de ressalvar a constituição do Museu da Escola Secundária da Covilhã, com o espólio da escola industrial Campo de Melo, fundada em 1884 naquela localidade.

⁵⁵ A título de exemplo, refira-se o estado do espólio da escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche descrito, em 1997, no relatório do Instituto Histórico de Educação: "*o material de Arquivo definitivo encontra-se depositado no sótão, amontoado no chão, não obedecendo a qualquer lógica organizadora. (...) Tem sido muito material destruído ao longo dos anos, mas ainda foram encontrados documentos importantes que remontam à data da criação [1887] da Instituição, de cuja existência nem o próprio CD tinha conhecimento, facto que poderá colocar em risco, de certa forma, o destino destes documentos.*" ("Ficha-resumo da Escola Secundária de Peniche", in NÓVOA, António (coord.), *Instituto Histórico de Educação*, II vol. , Lisboa, Ministério da Educação, 1997, s/ p. , sublinhado no original). No que respeita ao espólio museológico da mesma escola, pouco resta para além do que se encontra exposto nos corredores e nas oficinas. Em meados da década de 1990, com o fito de libertar espaço no sótão, permitiu-se que os elementos do pessoal docente e não docente levassem para casa as peças que quisessem. O material remanescente foi queimado no pátio da escola (cf. *Ibidem*).

⁵⁶ Exemplo disso é o espólio da Escola Industrial de Alenquer, depositado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alenquer. Os resultados da sua consulta, apresentados em grande parte em trabalho anterior (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*), foram integrados no presente estudo.

⁵⁷ Fontes referenciadas na nota 51.

⁵⁸ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891-1892)... op. cit.*; ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911; ARROIO, António, *Relatório sobre a situação da Escola Industrial «Campos Melo» da Covilhã*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914; ARROIO, António, *Relatórios sobre a reorganização do ensino elementar, industrial e*

publicados relatórios no *Diário do Governo* após 1892 sugere que essa prática terá sido abandonada⁵⁹. Em consequência, as fontes disponíveis para o período de 1891 a 1910 são muito mais descontínuas tornando-se necessário recorrer a registos de carácter mais pontual e disperso.

No Fundo do MOPCI do AHMOP encontra-se um conjunto diversificado de documentos manuscritos (correspondência trocada entre a administração central, os museus industriais, a inspecção e as duas câmaras parlamentares, registos de despesas e de pessoal, catálogos de equipamento e mobiliário, processos individuais) com informação muito relevante para o tema em estudo. As colecções estão, contudo, muito incompletas e o avançado estado de deterioração em que se encontram dificulta ou impossibilita a sua lisibilidade⁶⁰. A maior parte do espólio a que pertenceria este pequeno núcleo terá sido transferido para o Ministério da Educação (ME) e, caso não se tenha extraviado, encontrar-se-á, porventura, por inventariar, no imenso depósito do AHME. O único Fundo inventariado neste arquivo, no que concerne ao ensino industrial, é muito reduzido, o acesso é difícil e incerto e o seu estado de conservação é deplorável⁶¹. Os cadastros de pessoal e os processos individuais fornecem, no entanto, informação complementar muito importante para a identificação do corpo docente das escolas.

As fontes respeitantes aos discursos parlamentares, se bem que de consulta morosa para um período de cerca de trinta anos, gozam, actualmente, de um acesso facilitado, quer pela publicação de obras de sistematização de debates parlamentares, quer pela possibilidade de consulta *em linha* dos diários das sessões das duas câmaras, a qual se mostra vantajosa na preparação da consulta dos originais, por enquanto indispensável. Os índices de projectos, de propostas e de pareceres existentes no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) permitiram identificar e confirmar algumas iniciativas, mas a sua descontinuidade e a dispersão da informação neles contida levou a que não tivessem sido explorados de forma sistemática.

A consulta da maior parte das fontes impressas realizou-se em três bibliotecas, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas e a secção de

commercial em Setúbal e Alenquer, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

⁵⁹ Cf. *Apêndice ao Diário do Governo*, Lisboa, Imprensa Nacional (1887-1910).

⁶⁰ Os documentos apresentam graves danos causados pela humidade e pelos fungos, a tinta encontra-se desvanecida e as folhas carcomidas e manchadas, pelo que urgiria uma rápida intervenção que obviasse à sua perda total.

⁶¹ A documentação, na sua grande parte constituída por folhas avulsas, encontra-se em caixas, e o inventário não recobre todos os documentos, mas tão-só o assunto a que se reportam. Acresce que a consulta dessas caixas, que se encontram no depósito do arquivo, tem de ser solicitada com um a três meses de antecedência e sem garantia de ser contemplada na íntegra.

reservados da Biblioteca da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)⁶². É na Biblioteca Nacional, cujo fundo documental é manifestamente superior, que os documentos, sobretudo do século XIX, se encontram em pior estado de conservação. Muitos estão vedados à consulta, em particular publicações periódicas, sem alternativas de acesso, sendo que os microfimes existentes apenas recobrem uma pequena parte do acervo existente e encontram-se, também, deteriorados. As descrições (geográficas, económicas, biográficas e políticas) presentes em obras gerais e de carácter enciclopédico, as estatísticas, inquéritos, relatórios, catálogos, textos normativos e regulamentares, estudos e ensaios coevos sobre ensino industrial e formação profissional, trabalho e educação das mulheres e publicações periódicas constituíram os núcleos principais do vasto conjunto de fontes impressas consultadas.

A estrutura e a organização do trabalho – razões e fundamentos

A estrutura do trabalho comporta três dimensões, a saber: a explicitação dos postulados teóricos que subjazem à definição da problemática e do objecto de estudo e que sustentam o próprio processo heurístico e hermenêutico da pesquisa; o enquadramento sociohistórico das duas grandes temáticas que orientam este estudo, o trabalho e a educação, sob a perspectiva das relações sociais de género; a análise interpretativa dos resultados da investigação empírica.

A primeira dimensão corresponde ao primeiro capítulo *O lugar institucional e epistemológico dos Estudos sobre as Mulheres e da História das Mulheres e do Género*. Este organiza-se em três partes, de acordo com os principais eixos teórico-epistemológicos que perpassam o presente estudo. A inserção na História das Mulheres e do Género constitui o seu ponto de partida, pelo lugar institucional em que se inscreve a sua produção e pelos pressupostos teóricos assumidos no processo de configuração da sua problemática.

Considerou-se importante reflectir sobre o modo como os Estudos sobre as Mulheres e em História das Mulheres e do Género se têm afirmado, em termos nacionais e internacionais, no espaço institucional e académico porque, por um lado, eles têm uma existência recente em Portugal e, por outro lado, eles suscitam importantes

⁶² A CIG substituiu a anterior Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), extinta em 2007.

debates no campo epistemológico que obrigam a opções teóricas e metodológicas ao nível da investigação. No caso vertente, estas determinaram que o objecto de estudo se tivesse inserido na área da ciência histórica. Este posicionamento originou a conveniência de clarificar a emergência e o alcance de uma História das Mulheres entendida como *história relacional*, perspectiva adoptada nesta pesquisa, e de sublinhar os seus contributos para a construção do conhecimento histórico.

O conceito de género e as suas repercussões epistemológicas, teóricas e metodológicas ocupará um lugar central nessa análise, afigurando-se incontornável numa história que seja entendida como projecto de verdade. O modo como cada historiador/a se posiciona face à sua área do saber não é de somenos importância em todo o processo de investigação e, no caso específico da História das Mulheres e do Género, o debate sobre o estatuto científico da História entrosa-se com especial acuidade com a problemática da memória, na sua dupla face de recordar e esquecer. Este terceiro eixo do enquadramento teórico, ao sublinhar que é fundamental, por um lado, adoptar uma atitude de suspeita face à memória transmitida e, por outro lado, ter consciência de que a produção historiográfica também fabrica memória, situa-se no horizonte do presente estudo e confere-lhe sentido⁶³.

A dimensão de contexto sociohistórico é apresentada no segundo capítulo, *Trabalho e educação: a reconfiguração das relações sociais de género no século XIX e inícios do século XX*, articulando dois vectores indissociáveis na abordagem do ensino industrial, a aprendizagem de competências em contexto escolar e o exercício de profissões no mundo do trabalho. O primeiro subcapítulo discute a reconstrução dos modelos de feminidade e de masculinidade, ao longo do século XIX, e a sua conformidade com a organização sexual do trabalho na viragem de oitocentos para novecentos. Procura-se confrontar discursos e realidades sobre o trabalho das mulheres, contrapondo os modelos hegemónicos de feminidade e de masculinidade, dominantes na ideologia da sociedade liberal finissecular, à multiplicidade de situações oferecida pela análise da realidade em diferentes países e, dentro destes, em regiões distintas.

No segundo subcapítulo analisa-se o modo como o paradigma da domesticidade feminina se cruza, na segunda metade do século XIX, com o fenómeno de progressiva racionalização da sociedade e das competências associadas a cada um dos sexos e com a gradual ascendência das instituições e dos saberes escolares. Questiona-se, por um lado, com base em dados referentes à realidade de vários países, a congruência entre os

⁶³ Cf. CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

modelos educativos propostos para as mulheres e as modalidades de ensino profissional que lhes são oferecidas em função do seus grupos sociais de pertença e, por outro lado, o grau de consenso nos posicionamentos assumidos por algumas personalidades coevas, de ambos os sexos, em matéria de escolaridade feminina e actividade profissional.

A apresentação da investigação empírica desenvolve-se ao longo dos capítulos três a sete. O terceiro capítulo, *As escolas industriais e de desenho industrial: um ensino aberto ao sexo feminino*, examina numa perspectiva de género o processo de constituição e de (re)organização do sistema de ensino industrial, cruzando novos elementos de pesquisa com a releitura do *corpus* jurídico que o conformou. Ensaia uma atitude de suspeita atrás mencionada, proceder-se-á a um exercício interpretativo que tenha em conta que os discursos normativos, como outros, traduzem e reproduzem, em simultâneo, os modelos ideológicos dominantes e os não dominantes, bem como a heterogeneidade que caracteriza a vida social.

O quarto capítulo, *Contributos políticos e técnicos para o incremento do ensino nas escolas industriais*, centra-se na intervenção dos políticos com assento parlamentar e dos técnicos que coordenaram e supervisionaram o funcionamento daquele ensino. As dinâmicas que foram sendo imprimidas, as inflexões no rumo da formação técnico-profissional nas escolas, o modo concreto como o sexo feminino foi integrando o corpo discente e docente daqueles estabelecimentos são alguns dos aspectos que permitem passar do nível mais abstracto e normativo do quadro jurídico em vigor, analisado no capítulo anterior, para o nível do concreto e do vivido. Os contributos concretos dos indivíduos implicados nas iniciativas e nas decisões que foram sendo tomadas, sobretudo no que respeita ao corpo técnico, em virtude do seu maior protagonismo, reflecte, ainda, o modo como conceberam o ensino industrial e os seus objectivos de formação para homens e para mulheres. A fim de não sobrecarregar o texto com informação detalhada sobre os elementos da coordenação técnica deste ensino, construiu-se um anexo com notas biográficas de cada um deles.

O capítulo seguinte, *Uma análise sexuada da evolução da realidade escolar (1884-1910)*, apresenta e interpreta um retrato da rede e da população escolares, ao longo do período considerado, tendo em conta que nas escolas trabalhavam e aprendiam homens e mulheres. A recolha de dados estatísticos desagregados por sexo só foi viável para as matrículas, dado que as fontes coevas não permitem informação continuada equivalente para os resultados escolares. Num primeiro momento apresenta-se uma leitura dos dados estatísticos relativos ao estabelecimento da rede escolar e à afluência

às escolas e, num segundo momento, serão examinados os valores referentes às oficinas. Os quadros e gráficos apresentados e comentados resultam de um tratamento selectivo prévio da informação recolhida, cuja consulta integral é remetida para quadros, inseridos nos anexos, com a estatística completa de todas as escolas ao longo dos vinte e sete anos em estudo e para fichas individuais por escola que permitem desagregar por áreas formativas as oficinas que nelas funcionavam. A análise é completada com a cartografia da rede de escolas e de oficinas para os momentos cruciais do seu alargamento. O terceiro subcapítulo incide sobre as mulheres que ensinavam nas escolas industriais, quer como professoras de desenho, quer como mestras e ajudantes de oficinas, bem como sobre as que foram encarregues de dirigir escolas. A síntese que se apresenta dos percursos dessas mulheres implicou uma pesquisa alargada, cujos resultados se apresentam em anexo.

O sexto capítulo, *O impacto dos resultados da formação profissional para o sexo feminino ministrada no ensino industrial público*, emergiu da necessidade de averiguar a relação entre a frequência feminina das escolas industriais e as competências nelas aprendidas e a vida económica e social fora da escola. Considerou-se que as Exposições Industriais, iniciativas que se revestiram da maior relevância no último quartel de oitocentos e inícios de novecentos e que integravam, nos vários países, mostras das escolas industriais e profissionais, poderiam constituir um indicador significativo da importância que se conferia à presença feminina nas escolas industriais. Procedeu-se ao levantamento das exposições realizadas dentro e fora das fronteiras nacionais e cruzaram-se dados quantitativos com informações de carácter qualitativo provenientes de fontes diversificadas. Ao identificar, por exemplo, o leque de produtos exibidos pelas alunas, os eventos em que estiveram representadas, o grau de acolhimento por parte do público, os comentários e críticas de que foram alvo e as distinções que receberam, é possível completar o quadro informativo sobre as aprendizagens das raparigas nas escolas, perceber a (in)visibilidade conferida aos resultados desse processo e compreender melhor o(s) modo(s) como os contemporâneos encaravam a formação profissional feminina.

No segundo subcapítulo optou-se por uma abordagem de cariz socioeconómico, explorando-se o caso paradigmático da escola de Peniche. Esta foi uma das primeiras escolas a ser criada, com a particularidade de se vocacionar, logo de início, para a aprendizagem prática do fabrico de rendas de bilros. A análise dos motivos subjacentes ao investimento do Estado na formação profissional de mulheres que, numa pequena

localidade, trabalhavam para o mercado, e das repercussões na vida e na economia do respectivo concelho, contribuirá para aprofundar os mecanismos de funcionamento do ensino industrial, bem como os seus resultados. Ao confrontar o trabalho e as aprendizagens profissionais das mulheres de Peniche com as representações oitocentistas sobre a feminidade, tornar-se-á mais visível o modo como os discursos e vivências se articulam. Não obstante o carácter singular deste estabelecimento e da população feminina que o frequentou não permitir extrapolar os resultados da análise a outras localidades e escolas, o seu aprofundamento pode sublinhar a diversidade da realidade social e a relevância de a evidenciar no processo de produção historiográfica.

O último capítulo, *Os discursos políticos e técnicos na construção da memória sobre a formação profissional feminina no quadro do ensino industrial público*, é dedicado à análise das intervenções sobre o ensino industrial produzidas no hemiciclo parlamentar, por um lado, e das ideias, dos pareceres e das propostas emitidas pelos técnicos que coordenaram o seu funcionamento. Pretende-se perscrutar a relação entre os discursos produzidos sobre o ensino industrial, durante o período em estudo, e a construção de uma determinada memória colectiva e historiográfica que converge e sustenta a dissociação entre o sexo feminino e o ensino técnico e profissional.

Na conclusão serão sistematizados os resultados do estudo, procurando estabelecer nexos significativos entre as conclusões parciais contidas em cada capítulo, com vista a evidenciar eventuais refigurações da realidade, ao nível das práticas sociais e das representações simbólicas, que esta investigação, conduzida sob os pressupostos teóricos da história das mulheres, entendida como história *relacional*, possa fazer emergir. Encarando como um fenómeno incontornável do sistema de ensino industrial português, implementado nos finais da centúria de oitocentos, a incorporação de mulheres nos corpos discente e docente das escolas, espera-se demonstrar a importância da perspectiva de género para uma melhor compreensão/interpretação do desígnio de institucionalizar e racionalizar, a partir da acção centralizadora do Estado, a formação técnico-profissional em Portugal.

Os anexos obedecem a três ordens de objectivos. Em primeiro lugar, impunha-se disponibilizar a vasta informação, inédita, recolhida ao longo do processo de investigação e que sustenta este trabalho. Para o efeito, os elementos, de natureza qualitativa e quantitativa, foram sistematizados em quadros (estatísticas das escolas, por exemplo) ou em relatórios de dados (percursos profissionais das professoras, evolução cronológica de cada escola, intervenção dos deputados parlamentares no que concerne

ao ensino nas escolas industriais). Em segundo lugar considerou-se pertinente fornecer instrumentos que, fruto de um processo selectivo e organizativo, mediarão a interpretação dos dados relativamente a conteúdos específicos do trabalho (identificação das escolas, relação entre os diplomas referentes ao ensino industrial e as legislaturas, factos relevantes no processo de criação das escolas, notas biográficas dos intervenientes nas estruturas coordenadoras do sistema). Por último, alguns documentos iconográficos completam e ilustram alguns aspectos relativos à escola de Peniche e à actividade profissional das suas alunas no contexto da actividade económica do concelho (imagens demonstrativas da tradição das rendas de bilros em Peniche, do seu fabrico, da especificidade das técnicas utilizadas, da escola industrial e dos materiais produzidos e apresentados nas exposições industriais).

Uma nota final para esclarecer que a decisão de conferir visibilidade à identidade sexual dos e das protagonistas deste estudo incluiu a inscrição sistemática do feminino e do masculino na linguagem utilizada. Subjaz a este princípio o postulado de que a linguagem não é um mero veículo de transmissão de ideias, mas é um sistema constitutivo do próprio pensamento e das práticas sociais

1. O lugar institucional e epistemológico dos Estudos sobre as Mulheres e da História das Mulheres e do Género

1.1. Uma progressiva presença institucional de dúbia legitimação académica¹

Nas últimas três décadas, os Estudos sobre as Mulheres e a História das Mulheres têm granjeado legitimidade nas universidades e nos centros de investigação e têm conquistado espaços editoriais prestigiados, como é o caso de revistas académicas especializadas². Em inícios da década de 1980, nos EUA, país onde esta área de estudos teve um desenvolvimento mais precoce e acelerado, funcionavam 300 programas universitários e esse número subiu para 600, em 1990, e 700 na entrada do século XXI³. A nível internacional, nos primeiros anos da década de 1990, existiam programas de estudos, centros de investigação e publicações sobre as mulheres em mais de uma centena de países⁴. Em 1997 funcionavam programas de estudos sobre as mulheres e de género em 32 países europeus⁵.

A institucionalização académica desta nova área de investigação tem seguido vias e ritmos diferenciados nos vários países. Beatriz Nizza da Silva destacou três tipos fundamentais de soluções adoptadas. O aproveitamento da "*brecha oferecida por cada área académica*"⁶, sobretudo em países onde as universidades se estruturam de forma mais flexível, como o Canadá, os EUA e, mesmo, o Brasil, tem permitido a realização de teses de doutoramento em temáticas relevantes para o estudo das mulheres. Tal não é

¹ Este capítulo é uma versão mais completa e actualizada do artigo PINTO, Teresa, "História das Mulheres e do Género. Uma progressiva presença institucional de dúbia legitimação académica", *Ex æquo*, nº 16, 2007, pp. 141-166.

² Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire l'histoire des femmes*, Fontenay/Saint-Cloud, ENS Editions, 1998; COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire des femmes dans la Péninsule Ibérique", in SOHN, Anne-Marie, THÉLAMON, Françoise (dir.), *L'Histoire sans les femmes est-elle possible?*, Paris, Perrin, 1998, pp. 313-323; COVA, Anne, "Balanço historiográfico da história das mulheres: o século XX", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, (orgs.), *Mulheres, História e Sociedades. Linhas de investigação nos finais do século XX*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 107-117.

³ Cf. BOXER, Marilyn J. *When Women Ask the Questions: Creating Women's Studies in America*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1998; BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies» aux États-Unis trente ans de succès et de contestation", *Clio*, nº 13, *Intellectuelles*, 2001, 34 páginas [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document142.html?format=print> (consultado em 08/09/2006).

⁴ COVA, Anne, "Balanço historiográfico...", in *op. cit.*, p. 108.

⁵ Cf. RAMOS, Maria Dolores, "¿Clio en la encrucijada? A propósito de la historia de las mujeres (1990-2000)", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 10, nº 1, 2003, pp. 81-103.

⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, "Passado e presente nos Estudos sobre as Mulheres", in NETO, Félix, JOAQUIM, Teresa, SOARES, Rui, PINTO, Teresa (orgs.), *Igualdade de Oportunidades, Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 43.

o caso, como sublinha a autora, de Portugal e da maioria dos países europeus, onde um projecto de investigação pode ser recusado por um orientador ou um departamento. Uma segunda solução tem sido a criação, por investigadoras e alguns investigadores, de núcleos ou centros de investigação nas universidades, os quais constituem lugares institucionais para a realização e divulgação de estudos no domínio em questão. Por último, a autora refere a organização de programas específicos de pós-graduação em Estudos sobre as Mulheres.

A institucionalização, todavia, não é sinónima de plena legitimidade académica. O facto de os estudos sobre as mulheres serem, em geral, introduzidos na universidade pelas camadas mais baixas da hierarquia académica, "*par la petite porte*"⁷, constitui, à partida, um obstáculo à sua legitimidade, verificando-se que a sua aceitação assume, por vezes, a forma de tolerância, decorrente de uma mera postura *politicamente correcta*. Deste modo, mesmo quando logram estabelecer-se, os estudos sobre as mulheres e de género permanecem isolados, confinados a *ghettos*, o que se torna ainda mais acentuado quando se inscrevem na interdisciplinaridade. O desvio face à compartimentação científica é visto como sinónimo de acientificidade. O facto de os apoios académicos e financeiros aos projectos de investigação se organizarem em função das áreas científicas já instituídas dificulta, também, a viabilização de propostas em áreas novas ou interdisciplinares⁸.

Programas universitários, revistas ou conferências podem ser indicadores do alargamento e consolidação da história das mulheres, mas não são sinónimo do seu enraizamento naquela que se poderia designar por "*grande história*"⁹. O processo de reconhecimento tem sido lento, com excepção para os EUA, onde, desde os anos 1970, revistas prestigiadas da história, como a *The American Historical Review*, *History and*

⁷ CHAPONNIÈRE, Martine, "Impossible interdisciplinarité?", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n° 1, *Les disciplines en jeu*, 2004, p. 14.

⁸ Cf. JOAQUIM, Teresa, "Notas sobre os Estudos sobre as Mulheres na Produção e Formação Científicas", in PINTO, Teresa (coord.), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM, 2001, pp. 29-39. As áreas científicas consideradas pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia para efeitos de apresentação de candidaturas a financiamento são: Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências da Terra e do Espaço, Ciências Agrárias e Florestais, Ciência Animal e Medicina Veterinária, Ciências da Saúde, Engenharia Mecânica, Ciências e Engenharia dos Materiais, Engenharia Civil e de Minas, Engenharia Bioquímica e Biotecnologia, Engenharia Química, Engenharia Electrotécnica e Informática, Economia, Gestão, Ciências Jurídicas, Ciência Política, Sociologia, Demografia, Antropologia, Geografia, Ciências da Educação, Psicologia, Linguística, Ciências da Comunicação, Filosofia, História e Arqueologia, Arquitectura e Urbanismo, Estudos Literários, Estudos Artísticos. Cf. FCT - áreas científicas [em linha], disponível em <http://www.fct.mctes.pt/pt/apoios/facc/formularios/pdf/areasc.pdf> (consultado em 17/02/2008).

⁹ Expressão utilizada por Anne Cova, "Género e História das Mulheres", in NETO, Félix, JOAQUIM, Teresa, SOARES, Rui, PINTO, Teresa (orgs.), *Igualdade de Oportunidades, Género... op. cit.*, pp. 49-55.

Theory ou a *French Historical Studies* têm integrado artigos ou consagrado números especiais a esta temática¹⁰. Na Europa, podem também identificar-se alguns casos de abertura editorial nos anos 1980, com a publicação de números dedicados à história das mulheres em algumas revistas conceituadas de história, mas uma inclusão mais sistemática não foi, ainda, alcançada¹¹. A situação é ainda mais notória nas obras gerais, nas quais "*leur réalité a été ajoutée; elle n'a pas modifié la ligne directrice*"¹². A integração da história das mulheres na chamada história mundial tem-se revelado também difícil no EUA, quer ela seja abordada a partir de temas (como gerir a selecção face ao diferente impacto dos temas em homens e mulheres?) ou de culturas (como evitar a tendência para a estereotipia reducionista?), quer numa óptica mais integrada e comparativa (correndo riscos como, por exemplo, o de integrar Catarina a Grande "*as part of a group of generic enlightened despots*" e, desse modo, descentrar a análise do facto de "*almost all eighteenth-century Russia was ruled by women*"¹³). Em qualquer dos casos, a incorporação da história das mulheres permanece deficitária.

Anne Cova sublinha a importância, em termos de reconhecimento académico, da temática das mulheres ter passado a constar, desde os anos 1980, do International Congress of Historical Sciences. Encontram-se filiadas no Comité Internacional de Ciências Históricas, organizador daquele Congresso, vinte e quatro organizações internacionais, incluindo a International Federation for Research in Women's History (IFRWH) na qual se encontra filiada a Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM)¹⁴.

1.1.1. A institucionalização académica nos EUA

Nos EUA, o reconhecimento dos *women's studies*¹⁵ e da história das mulheres resultou de uma forte implantação da sua investigação e do seu ensino a nível

¹⁰ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

¹¹ Cf. BOCK, Gisela, "La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional", *Historia Social*, nº 9, Universidad de Valencia, 1991, pp. 55-77 [em linha], disponível em http://www.sas.ac.uk/ilas/genero_segunda1_bock.pdf (consultado em 07/07/2004).

¹² DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire des femmes. Une historienne face à l'histoire des femmes*, Montreal, Ed. Remue-Ménage, 2002, p. 104.

¹³ STROBEL, Margaret, BINGHAM, Marjorie, "The Theory and Practice...", in *op. cit.*, p. 23.

¹⁴ Cf. COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal: le XXe siècle", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 49-66.

¹⁵ Optou-se, para o contexto dos EUA, por não traduzir a expressão *women's studies*, pois ela comporta uma multiplicidade de significados que as traduções adoptadas pelas línguas latinas não logram abarcar. A expressão usualmente utilizada no contexto português, *estudos sobre as mulheres*, indica um objecto de estudo, mas não o sexo ou a atitude politicamente comprometida (p. ex. feminista) de quem o realiza.

académico. Entre 1978 e 1995 foram atribuídos neste país mais de 10 000 diplomas de doutoramento nesta área de estudos¹⁶. Os suportes institucionais foram essenciais para o seu desenvolvimento e legitimação. O apoio da Berkshire Conference of Women Historians à investigação em história das mulheres, bem como os financiamentos por parte de entidades públicas e privadas, de que é exemplo a Fundação Ford, são algumas das iniciativas que, nos anos 1970, convergiram naquele sentido¹⁷. Note-se que o colóquio bienal *Berkshire Conference* congrega milhares de investigadores de ambos os sexos¹⁸.

A relação, nos estabelecimentos de ensino superior público norte-americanos, entre investigação e docência, por um lado, e entre número de matrículas e dotação orçamental, por outro, mostrou-se um factor favorável ao incremento dos *women's studies*, muito pretendidos, nas décadas de 1970 e 1980, pela massa estudantil, em detrimento de cursos mais tradicionais. A procura por parte do corpo discente e o aumento de uma oferta assente na contratação de jovens professoras/investigadoras, exteriores aos quadros académicos, conferiu aos *women's studies* nos EUA uma forte ligação com os movimentos feministas. O seu cunho interdisciplinar atraiu públicos diversificados, pois dava a possibilidade de especialização em áreas que não integravam os departamentos disciplinares clássicos. Sublinhe-se, todavia, que a história e a literatura ocuparam um lugar de destaque nos primeiros cursos em *women's studies*, o que se tem reflectido, não só no predomínio quantitativo da investigação, mas também no papel que a história, em conjunto com a antropologia, desempenhou na elaboração dos primeiros quadros conceptuais da teoria feminista¹⁹.

A consciência do reduzido impacto dos *women's studies* no reduto das disciplinas tradicionais, incluindo a história, conduziu, nos EUA, a uma necessidade de aprofundamento teórico que não era ainda sentida no quadro europeu. Assim, a filosofia pós-estruturalista europeia iria influenciar as teorias feministas americanas com um grau

¹⁶ Cf. BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*.

¹⁷ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "The Problem of Invisibility", in KLEINBERG, S. Jay (ed.), *Retrieving Women's History. Changing Perceptions of the Role of Women in Politics and Society*, Oxford, Berg, 1988, pp. 5-29; NASH, Mary (ed.), *Presencia y protagonismo. Aspectos de la historia de la mujer*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1984, pp. 9-50 (esta obra divulga em língua castelhana uma selecção de comunicações apresentadas na 1ª e na 2ª Conferências de Berkshire, realizadas, respectivamente, em 1973 e 1974).

¹⁸ Cf. HUFTON, Olwen, "Femmes/hommes: une question subversive", in BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (dir.), *Passés recomposés. Champs et Chantiers de l'Histoire*, Paris, Ed. Autrement, 1995, pp. 235-242.

¹⁹ Cf. COVA, Anne, "Balanço historiográfico...", in *op. cit.*; BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*.

de profundidade, desenvolvimento e veemência inatingido nos países do velho continente²⁰.

Nos últimos anos, muitas Universidades nos EUA têm introduzido, nos cursos de licenciatura, a obrigatoriedade de frequência de disciplinas ligadas aos estudos de género ou da multiculturalidade²¹. A inclusão de opções sobre história das mulheres, literatura feminina e outras nos níveis de licenciatura também contribuiu para aumentar a procura e, em consequência, a oferta de cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos, nas áreas dos estudos sobre as mulheres. A preocupação de integrar cursos e programas no meio académico não foi, porém, acompanhada, pelo menos no que respeita à história das mulheres e do género, por um cuidado equivalente em potenciar as investigações realizadas para fins de ensino, apetrechando o corpo docente de materiais e proporcionando-lhe oportunidades de formação. Alguns projectos nesse sentido têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos, disponibilizando recursos na Internet²².

1.1.2. A institucionalização académica no sul da Europa

Na Europa, a implantação institucional dos estudos sobre as mulheres e da história das mulheres tem sido, em geral, mais lenta e menos generalizada, sendo, todavia, de relevar as diferenças decorrentes dos distintos contextos nacionais. Pode-se, no entanto, identificar um nível de resistência, que não se atém às fronteiras nacionais, por parte da comunidade intelectual instituída e que resulta da desconfiança face a duas particularidades associadas aos estudos sobre as mulheres: a marca (real e/ou simbólica) de dupla pertença (com limites mal definidos) das investigadoras ao mundo académico e ao movimento feminista; o destaque atribuído ao questionamento teórico-epistemológico da importância da identidade do sujeito que investiga, ou seja, da sua própria identidade sexual, na construção do conhecimento²³. Dolores Ramos alerta para o facto de a criação do espaço universitário europeu constituir uma oportunidade (a aproveitar ou a perder)

²⁰ Cf. BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*

²¹ Cf. ZOOK, Melinda S., "Integrating Men's History into Women's History: A Proposition", *The History Teacher*, vol. 23, nº 3, 2002 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ht/35.3/zook.html>, (consultado em 30/05/2004).

²² Cf. STROBEL, Margaret, BINGHAM, Marjorie, "The Theory and Practice...", in *op. cit.*; as autoras destacam "The National Women's History Project" [em linha], disponível em <http://www.nwhp.org> (consultado em 15/12/2006) e "The Clio Project *Worldwide Women's History on the Web*" [em linha], disponível em: <http://www.clioproject.org> (consultado em 15/12/2006).

²³ Cf. DE GIORGIO, Michela, "Women's history in Italy (nineteenth and twentieth centuries)", *Journal of Modern Italian Studies*, Vol. 1, nº 3, 1996, pp. 413-431.

de afirmação dos estudos sobre as mulheres e de género no campo académico²⁴.

Não obstante as especificidades nacionais, a Europa do noroeste – em particular o Reino Unido e a Holanda²⁵ – e a do norte escandinavo distinguem-se pela maior difusão e institucionalização desta área de estudos. Situando-se Portugal na designada Europa do Sul, justifica-se integrar a sua análise num balanço que privilegie os ritmos, as direcções e as dificuldades de consolidação desta área de estudos em França, Itália, Espanha e Grécia²⁶. Portugal, Espanha e Grécia evidenciam em comum um desenvolvimento mais tardio dos estudos sobre as mulheres e em história das mulheres mercê do restabelecimento recente da democracia (meados da década de 1970), mas as suas trajectórias apresentam-se distintas²⁷.

1.1.2.1. França

Em França, foi sob o ímpeto feminista dos anos 1970 que se desenvolveu a crítica e a desmistificação da falsa neutralidade científica, vista como instrumento da dominação masculina sobre as mulheres. A elaboração de teorias feministas que sustentassem a acção prevaleceu, então, sobre a investigação empírica. A constituição dos primeiros grupos de pesquisa feminista nas universidades francesas foi, pois, tardia e, salvo alguns casos, muito localizados, verificou-se só na década seguinte²⁸. A organização, em 1982, do colóquio *Femmes, féminisme, recherche*, em Toulouse, na sequência do qual seriam atribuídos os três primeiros lugares de investigação em estudos sobre as mulheres nas universidades francesas, representa um marco dessa viragem, que foi entendida também como fractura entre feminismo e investigação. O percurso de institucionalização, todavia, revelou-se difícil, fosse pela ausência de políticas sustentadas de apoio financeiro por parte do Estado, fosse pelos

²⁴ Cf. RAMOS, Maria Dolores, "¿Clío en la encrucijada?... ", in *op. cit.*.

²⁵ Na Bélgica, por exemplo, os primeiros estudos são tardios e centraram-se na análise dos manuais escolares de algumas disciplinas, incluindo a História, evidenciando a omissão das mulheres e fornecendo informação no sentido de corrigir as lacunas identificadas (Cf. CRABBE, Brigitte et al., *Les femmes dans les livres scolaires*, Bruxelles, Pierre Mardaga Edit., 1985). A produção tem-se situado, na maioria, fora dos meios académicos (Cf. GUBIN, Eliane, "Histoire des femmes, histoire de genre", *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Etudes sur les Femmes*, nº 2, 1994, pp. 89-103).

²⁶ A adequação e pertinência da categoria *Europa do sul* para a história das mulheres, bem como os problemas decorrentes da utilização de categorias demasiado homogeneizadoras e conotadas com diferenciações valorativas – norte/sul como equivalente a desenvolvido/subdesenvolvido ou a centro/periferia – são questionados por Gisela Bock e Anne Cova em "Introduction" in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes... op. cit.*, pp. 1-8.

²⁷ Cf. COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire...", in *op. cit.*

²⁸ Podem referir-se, a título exemplificativo, duas iniciativas da década de 1970: o Centre d'Etudes Féminines de l'Université de Provence (criado em 1972 e reconhecido em 1976) e a primeira revista de história das mulheres *Pénélope. Pour l'histoire des femmes* (1979).

condicionalismos de progressão nas carreiras universitária e de investigação, que atingiam, em especial, as investigadoras que mantinham uma atitude feminista mais assumida ou trabalhavam temas menosprezados pelo poder institucional, como a homossexualidade²⁹.

O contexto disciplinar rígido das universidades francesas, pouco favorável à interdisciplinaridade, e o receio de isolamento no seio das instituições e da comunidade intelectual conduziram muitas investigadoras a uma solução intermédia. Em vez de criarem cursos específicos em estudos sobre as mulheres ou em história das mulheres, organizaram grupos ou núcleos de trabalho dentro das instituições. Estes não chegaram a converter-se em cursos e departamentos específicos em *women's studies*. Face à forte resistência institucional, os movimentos feministas, apesar de diversas organizações se terem congregado, em 1989, na Association Nationale d'Études Féministes, demonstraram-se incapazes de impor as suas reivindicações nesse sentido. Deste modo, as investigações têm estado sediadas na academia, em algumas universidades, mas, ou são o produto de investigações individuais, no âmbito de doutoramentos, por exemplo, ou emergem de grupos disciplinares ou interdisciplinares de investigadoras e alguns investigadores, cuja inserção institucional varia em função do estatuto académico da investigadora coordenadora³⁰. Arlette Farge sintetizava, em 1979, a posição prevalecente das historiadoras francesas ao opor-se à institucionalização da história das mulheres como campo específico da história, considerando que "*une place que l'on nous assigne est toujours une place contrôlée, un enclos dont on ne sort pas toujours indemne, un ghetto où il ne fait pas vraiment bon vivre*"³¹.

O dinamismo deste *feminismo intelectual* foi, porém, notável³². Podem destacar-se, entre outros, os casos de Michelle Perrot, na Universidade de Paris VII, de Yvonne Kniebihler, na Universidade de Provence, e de Marie-France Brive, na Universidade de Toulouse, organizadoras de cursos, debates e colóquios nas décadas 1970 e 1980. No primeiro grupo inscreveu-se o colectivo responsável por *L'Histoire sans Qualités*, editado em 1979, e o núcleo inicial da equipa da *História das Mulheres*

²⁹ Cf. BARD, Christine, "Jalons pour une histoire des études féministes en France (1970-2002)", *Nouvelles Questions Féministes. Revue Internationale francophone*, vol. 22, nº 1, 2003, pp. 14-30.

³⁰ Cf. PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998; BARD, Christine, "Jalons pour une histoire...", in *op. cit.*

³¹ FARGE, Arlette, "L'histoire ébruitée. Des femmes dans la société pré-révolutionnaire parisiennes", in DUFRANCATEL, Christiane, et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Galilée, 1979, p. 18.

³² A expressão *feminismo intelectual* é utilizada para distinguir a investigação realizada no quadro académico do *feminismo militante*, associado à acção de cariz socio-político e à produção de teorias feministas fora do quadro institucional. Cf. BARD, Christiane, "Jalons pour une histoire...", in *op. cit.*

no Ocidente, publicada na versão original entre 1991 e 1993³³.

A publicação desta obra de referência, a realização de colóquios e seminários nas universidades, a proliferação da pesquisa empírica em história das mulheres e do género e o seu reconhecimento expresso por parte de historiadores e outros investigadores consagrados, como Georges Duby, Jean Delumeau, Roger Chartier, Alain Corbin, Maurice Godelier, Pierre Bourdieu e outros, têm contribuído para consolidar a sua imagem pública. A sua legitimação no interior da ciência histórica, porém, não acompanhou tão rapidamente esta tendência³⁴. A história das mulheres permaneceu até muito tarde ausente das revistas universitárias e da especialidade. A prestigiada revista *Annales* tardou até 1993 para organizar um dossier sobre *História das mulheres, história social*³⁵. Seis anos mais tarde, a mesma revista dedicou oitenta e duas páginas da secção de recensões à apresentação de trinta e cinco obras sobre a história das mulheres, publicadas entre 1992 e 1998³⁶. O facto da *História das Mulheres no Ocidente*, de direcção francesa, ter resultado da iniciativa de uma editora italiana e da versão francesa ter sido recusada pela editora Le Seuil ilustra a resistência dos editores deste país a publicar obras neste domínio³⁷. A inclusão no Service du Droit des Femmes³⁸, desde os anos 1990, de uma linha de financiamento destinada a estudos, teve o efeito de acantonar os projectos feministas culturais num organismo específico sobre os direitos das mulheres e, em consequência, retirar-lhes legitimidade no seio dos ministérios da investigação, da educação e do ensino superior.

A partir de 1995, porém, assiste-se a um recrudescimento de iniciativas convergentes de âmbito académico – revistas, colóquios, associações³⁹ – do movimento

³³ Cf. DUFRANCANTEL, Christiane, et al., *L'Histoire sans Qualités... op. cit.*, DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, 5 vols., Porto, Ed. Afrontamento, 1993-1995; cf. PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*; THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France: parcours historiographiques, débats méthodologiques et rapports avec les institutions", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes... op. cit.*, pp. 97-115.

³⁴ Cf. PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes: bilan d'une expérience", in LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret (dir.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, Paris, PUF, 2002 (1ª ed. 2001), pp. 229-244; THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*

³⁵ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*; COVA, Anne, "Balanço historiográfico...", in *op. cit.*

³⁶ Cf. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, nº 1, 1999, pp. 87-168.

³⁷ Cf. THÉBAUD, Françoise, "De Pénélope a Clio. Forces et faiblesses de l'histoire des femmes en France", *Faces de Eva*, nº 11, 2004, pp. 15-30.

³⁸ Mecanismo nacional francês para a igualdade entre mulheres e homens.

³⁹ Constituem exemplos a revista *Clio. Histoire, femmes et sociétés* (1995), que pretendeu desde o início introduzir a dimensão internacional da história das mulheres (cf. THÉBAUD, Françoise, "De Pénélope a Clio...", in *op. cit.*); o colóquio "Une histoire sans les femmes est-elle possible?" (Rouen, 1997); um conjunto de associações criadas em 2000: Société internationale d'étude des femmes sous l'Ancient Régime (SIEFAR), Archives du féminisme (ARCHFEM) e Association pour le développement de l'histoire des femmes et du genre (Mnémosyne) (cf. BARD, Christine, "Jalons pour une histoire...", in *op. cit.*).

feminista – mobilização activa e massiva em torno de questões políticas controversas⁴⁰ – e das instâncias governativas – medidas políticas em prol da igualdade entre mulheres e homens⁴¹. A desejada integração encontrou um contexto mais favorável, reforçado pela substituição, cada vez mais generalizada, do termo mulheres pelo de género, pelo alargamento dos estudos às problemáticas da masculinidade e das sexualidades e pela constituição de equipas de investigação mistas. Christine Bard sugere que os estudos feministas se tornaram, em França, o pólo mais dinâmico do feminismo. Não obstante, como declara Françoise Thébaud, "*resta ainda o problema da institucionalização*"⁴², ou seja, de um reconhecimento legitimado por lugares de quadro no ensino superior e nos institutos de investigação, no incremento de centros de pesquisa e de arquivos documentais e, ainda, no estabelecimento de programas de formação de docentes.

1.1.2.2. Itália

Michela De Giorgio filia em três trabalhos fundadores, produzidos, entre 1963 e 1976, por investigadoras italianas, as origens da história das mulheres naquele país⁴³. Nesta primeira fase, a influência dos *women's studies* americanos não teve o peso que mais tarde se lhe atribuiu. Para esta autora, o arranque da história das mulheres em Itália liga-se sobremaneira ao trabalho desenvolvido por um pequeno grupo de historiadoras reunido em torno de três revistas, *Quaderni Storici* (1966), *DWF. Donna-Woman-Femme* (1975), que foi a primeira revista italiana em estudos sobre as mulheres, e *Memoria. Rivista di storia delle donne* (1981), a qual se constituiu num fórum de debate de ensaios, nacionais e estrangeiros, com particular enfoque nas problemáticas

⁴⁰ Preparação da IV Conferência mundial da ONU sobre as mulheres (Pequim, 1995); as questões do aborto e da paridade, por exemplo (cf. BARD, Christine, *Ibidem*).

⁴¹ Destaca-se a *Convention pour la promotion de l'égalité des chances entre les filles et les garçons, les femmes et les hommes dans le système éducatif*, assinada em 25 de Fevereiro de 2000 pelos Ministros do Emprego e Solidariedade, da Educação Nacional, Investigação e Tecnologia, da Agricultura e Pescas, pela Ministra delegada responsável pelo Ensino Escolar e pela Secretária de Estado para os Direitos das Mulheres e para a Formação Profissional (cf. PINTO, Teresa, "Educação e políticas para a igualdade em Portugal. Balanço e prospectiva", in AMÂNCIO, Lúcia, et al. (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote, 2007, pp. 141-154). Esta convenção interministerial contém um programa global de igualdade de oportunidades no sistema educativo no âmbito do qual o IUFM (Institut Universitaire de Formation des Maîtres) de Lyon foi designado como o estabelecimento piloto para a concretização da convenção no que respeita à articulação entre os centros de investigação em estudos e história das mulheres e as instituições de formação de docentes. Sob a coordenação da historiadora Michelle Zancarini-Fournel foram elaborados módulos de formação e foram criados um Seminário e um Centro de documentação (ASPASIE) sobre história das mulheres e do género e educação (cf. THÉBAUD, Françoise, "De Pénélope a Clío...", in *op. cit.*).

⁴² SILVA, Janine Gomes da, "Sobre a «aventura intelectual da história das mulheres»: entrevista com Françoise Thébaud", *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, nº 1, 2003, p. 210.

⁴³ DE GIORGIO, Michela, "Raconter l'histoire des femmes en Italie", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes... op. cit.*, pp. 67-79.

teóricas⁴⁴. Inaugurou-se, assim, nos anos 1980, uma segunda fase, marcada pela procura de legitimidade teórica e política e pela grande abertura à problemática das relações simbólicas do poder. Um ensaio de 1983 de Gianna Pomata, que colocava a história na interface da história e da antropologia, suscitou um profícuo debate interdisciplinar e o artigo de Joan Scott sobre a categoria de género (1986) foi traduzido e publicado em Itália no ano seguinte, ou seja, um ano antes da versão francesa⁴⁵. As historiadoras e outras investigadoras italianas demonstraram uma apetência especial, no contexto dos países do sul da Europa, pelos contributos teóricos provenientes dos *women's studies* americanos.

Em 1989 foi criada a Società Italiana delle Storiche, que congregou as investigadoras em história das mulheres e pugnou pela afirmação institucional desta área de estudos. No entanto, o facto da editora italiana Laterza ter entregue a *História das Mulheres no Ocidente*⁴⁶ a uma equipa de coordenação francesa (tornando maioritária a colaboração deste país) sugere, ou uma certa falta de reconhecimento público do trabalho das historiadoras nacionais ou/e a insuficiente investigação empírica produzida. Sobre este assunto, Victoria De Grazia comentava, em 1991, que o grande investimento na reflexão teórica não fora acompanhado, em Itália, por equivalente produção de investigação empírica⁴⁷. Nos anos 1990, o êxito daquela obra junto do público e o incremento dos estudos empíricos convergiram no sentido de um maior acolhimento editorial, o que proporcionou o aumento substancial das publicações.

Em finais dos anos 1990 e inícios do novo século multiplicaram-se os Centros de Investigação (33 em 2006) e as universidades foram integrando os estudos sobre as mulheres e de género nos seus programas de estudo. Em 2006, o observatório sobre estudos de género nas universidades italianas⁴⁸, sediado na Universidade de Nápoles "Federico II", recenseava 5 doutoramentos (Roma e Nápoles), um dos quais em História; 7 cursos de mestrado ou pós-graduação (Milão, Bergamo, Trento, Roma, Palermo e um *on line*); 12 disciplinas, seis delas de história, a funcionar em dez

⁴⁴ Cf. DE GIORGIO, Michela, "Women's history in Italy...", in *op. cit.*

⁴⁵ Cf. POMATA, Gianna, "La storia delle donne; una questione di confine", citado in DE GIORGIO, Michela, "Racontar l'histoire des femmes...", in *op. cit.* pp. 70 e 79; SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.* [publicação original: SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5, 1986].

⁴⁶ DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* *op. cit.*

⁴⁷ Cf. DE GIORGIO, Michela, "Women's history in Italy...", in *op. cit.*

⁴⁸ Osservatorio sulla differenza/differenze [em linha], disponível em www.osservatoriosulladifferenza.unina.it/ricerca.htm (consultado em 12/10/2006). O site não foi actualizado desde 2006 (consultado em 10/04/2008).

universidades⁴⁹; um programa de estudos de género no Instituto Universitário Europeu de Florença e uma licenciatura em história das mulheres e do género a funcionar na Universidade de Bolonha desde 2001/02.

O panorama de cursos não parece inverter a fragilidade institucional dos estudos sobre as mulheres, situados sobretudo no campo das matérias opcionais, e a avaliação, enunciada por Michela de Giorgio em 1995, de que "*relations with academic institutions still remain the weak point of women's history in Italy*"⁵⁰, não perdeu ainda actualidade.

1.1.2.3. Espanha

Em Espanha, após algumas iniciativas esporádicas nos anos setenta, assiste-se, na década seguinte, ao forte incremento dos estudos sobre as mulheres e à consolidação da história das mulheres⁵¹. Em 1991, as universidades contavam já com quinze grupos de investigação interdisciplinar, três dos quais em história das mulheres⁵². A criação da Asociación Española de Investigación Histórica de las Mujeres (1991) e da revista *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres* (1994) criou espaços de debate e de divulgação na área da história das mulheres que muito contribuíram para o crescente número de historiadoras e da respectiva produção. O reconhecimento da investigação em estudos sobre as mulheres e de género conferido, em 1995, pelos organismos ministeriais ligados aos programas de Investigação e Desenvolvimento traduziu-se, não só em incentivos financeiros, mas também na obtenção de prestígio académico⁵³.

Em 2008, a AUDEM (Asociación Universitaria de Estudios de las Mujeres) regista, nas universidades espanholas, 65 centros de investigação em estudos sobre as mulheres, seis dos quais associados a faculdades ou departamentos de história (Jaen, Barcelona, Castilón de la Plana, Las Palmas, Madrid, Oviedo, Tarragona) e oito a faculdades de filosofia e letras (Albacete, Barcelona, Cadiz, Granada, Palma, Valladolid, e dois em Málaga)⁵⁴. O menor crescimento relativo dos centros mais

⁴⁹ Turim, Florença, Verona, Ferrara, Veneza, Teramo, Trieste, Aquila, Bolonha, Pavia; cf. *ibidem*.

⁵⁰ Cf. DE GIORGIO, Michela, "Women's history in Italy...", in *op. cit.* p. 428.

⁵¹ Cf. BALLARÍN DOMINGO, Pilar, *La educación de las mujeres en la España contemporánea (siglos XIX-XX)*, Madrid, Síntesis, 2001.

⁵² Cf. COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire...", in *op. cit.*.

⁵³ Cf. NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain: Issues in the 1990s", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes...* *op. cit.*, pp. 9-26.

⁵⁴ AUDEM [em linha], disponível em <http://www.audem.com/centrosuniversitarios.php> (consultado em 18/02/2008). As universidades das comunidades autónomas de Andaluzia, Barcelona e Madrid concentram 62% dos centros registados.

directamente dedicados à história das mulheres em relação aos interdisciplinares já tinha sido percebido, em 1998, por Anne Cova, induzindo a autora a interrogar-se sobre o seu significado⁵⁵. A produção historiográfica espanhola em história das mulheres e do género é, porém, assinalável, com predomínio dos estudos regionais, entre os quais se destacam os da Catalunha, da Andaluzia e do País Basco. Esta particularidade apresenta a mais-valia, segundo Mary Nash, de permitir examinar a diversidade no interior de um Estado e de enriquecer, com a introdução da categoria de género, a análise da construção cultural e política do nacionalismo, das identidades nacionais e da edificação do próprio Estado⁵⁶.

A nível editorial, para além das publicações das universidades e do Instituto de la Mujer, são de assinalar algumas editoras (Cátedra, Castalia) que têm dado à estampa colecções ou obras de história das mulheres. Dolores Ramos afirmava, em 2003, que 24,5% do total de edições no âmbito dos estudos de género pertenciam à área da história⁵⁷. O reconhecimento público da importância das mulheres na história traduziu-se na renomeação de ruas, atribuindo-lhes nomes femininos, e na elaboração de guias com percursos pelos locais ligados a actividades femininas em algumas cidades⁵⁸. Não obstante esta dinâmica, o reconhecimento institucional da história das mulheres permanece insuficiente e desproporcionado face ao aumento da produção historiográfica. O aumento dos centros de investigação, do número de especialistas e da produção em história das mulheres não logrou ainda inverter a sua situação periférica no quadro geral da disciplina histórica. É necessário, segundo a historiadora Dolores Ramos, ampliar e consolidar a docência e as linhas de investigação⁵⁹. A inclusão de painéis sobre a temática em importantes Congressos Anuais de História, desde finais dos anos 1990, revela, no entanto, uma maior permeabilidade por parte da comunidade histórica instituída⁶⁰.

1.1.2.4. Grécia

Na Grécia o processo de institucionalização dos estudos e da história das mulheres tem sido mais lento e denota algumas particularidades. O contexto político

⁵⁵ Cf. COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire...", in *op. cit.*

⁵⁶ Cf. NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain...", in *op. cit.*

⁵⁷ RAMOS, Maria Dolores, "¿Clío en la encrucijada?... ", in *op. cit.*, p. 102.

⁵⁸ Cf. NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain...", in *op. cit.*

⁵⁹ Cf. RAMOS, Maria Dolores, "¿Clío en la encrucijada?... ", in *op. cit.*

⁶⁰ Cf. NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain...", in *op. cit.*

democrático pós 1974 favoreceu o desenvolvimento e afirmação de uma nova historiografia, mas esta mostrou-se indiferente e, mesmo, fechada, à história das mulheres. Face ao modelo historiográfico até então dominante, a "*historiografia neo-helénica*"⁶¹ contrapôs uma reinterpretação da história nacional, sobretudo da época contemporânea, mas as duas grandes tendências seguidas pela nova produção, a da história económica e estrutural, de influência francesa, e a da história política anglo-americana, mostraram-se, segundo Efi Avdela, pouco dirigidas para as problemáticas da história social propriamente dita, na qual se situava grande parte da investigação sobre as mulheres⁶². Neste contexto, quando se processou a reforma das instituições universitárias, com a criação de novos estabelecimentos e respectiva descentralização geográfica, as disciplinas e praticantes da nova historiografia obtiveram o seu lugar institucional, mas a história das mulheres ficou à margem.

Os primeiros estudos em história das mulheres de autoria grega foram realizados no âmbito de doutoramentos realizados no estrangeiro, a maioria em França, beneficiando do apoio financeiro de centros de investigação semi-públicos. Entre 1985 e 1990 foram publicados seis desses trabalhos. O encerramento desses centros na década seguinte e a marginalização da história das mulheres nas instituições académicas constituíram factores de bloqueio à investigação nesta área.

Nos últimos anos, o interesse crescente da historiografia grega pela história social e cultural tem conduzido à integração da problemática de género na investigação, traduzindo-se na introdução de disciplinas ao nível de licenciaturas e de mestrados sobre história das mulheres e do género⁶³. Em 2007, o Centro de Estudos de Género da Universidade Panteão de Atenas recenseava, no conjunto das universidades gregas, quatro programas de mestrado, um deles em história e antropologia (Mitilene, Lesbos), um em filosofia (Atenas) e dois em educação (Atenas e Rodes) e um de doutoramento em estudos de género (Rodes)⁶⁴.

1.1.2.5. Portugal

Em Portugal, como salienta Irene Vaquinhas, "*tudo remonta ao 25 de Abril de*

⁶¹ Cf. AVDELA, Efi, "L'histoire des femmes au sein de l'historiographie grecque contemporaine", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes...* op. cit., p. 84.

⁶² Cf. *Ibidem*.

⁶³ Cf. *Ibidem*.

⁶⁴ Cf. Centro de Estudos de Género [em linha], disponível em <http://www.genderpanteion.gr/en/index.php> (consultado em 20/12/2007).

1974..."⁶⁵. Sob as novas condições democráticas, a história, como as outras ciências sociais e humanas, empreendeu o estimulante caminho da abertura e da mudança de paradigmas epistemológicos, teóricos e metodológicos. A conjuntura parecia favorável aos estudos e à história das mulheres, mas o seu incremento realizou-se à margem da universidade. A Comissão da Condição Feminina (CCF), mecanismo nacional para a igualdade, revelou-se a grande impulsionadora dos estudos sobre as mulheres, nos anos 1970 e 1980, face ao carácter pontual e descontínuo das actividades emanadas do meio universitário. A CCF publicou, na segunda metade da década de setenta, estudos sobre a situação das mulheres a nível demográfico, do direito, do emprego, da educação, da publicidade e do planeamento familiar e, ainda, biografias de mulheres do feminismo português de finais do século XIX e inícios do século XX⁶⁶. Em 1983 promoveu, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, um seminário de *Estudos sobre as Mulheres*, acompanhado de uma exposição bibliográfica⁶⁷. No que respeita a iniciativas académicas, constituem marcos importantes os dois colóquios realizados em 1985, um no Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulado *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, e o outro organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, subordinado ao tema *Mulheres em Portugal*⁶⁸. No ano seguinte, um seminário organizado pela CCF com o apoio da Junta Nacional de Investigação Científica, introduz a temática de *A Mulher e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal*⁶⁹. Embora as universidades tivessem acusado um período de interregno na realização deste tipo de iniciativas, os trabalhos de investigação prosseguiram no seu interior, como atesta o elevado número de dissertações de mestrado e algumas de doutoramento defendidas nos finais da década de

⁶⁵ VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História", *Ex æquo*, nº 6, 2002, p. 148.

⁶⁶ Cf. *A Igualdade de Género em Portugal... op. cit.*; SILVA, Maria Regina Tavares da, "«Estudos» sobre as Mulheres em Portugal – Breve perspectiva histórica", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993, pp. 59-67; SILVA, Maria Regina Tavares da, "Estudos sobre as mulheres em Portugal. Um olhar sobre o passado", *Ex æquo*, nº 1, 1999, pp. 17-28; COVA, Anne, "Escrever a História das Mulheres", *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (6 a 11 de Julho de 1998)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, vol. 4, pp. 117-129;

⁶⁷ Cf. SILVA, Maria Regina Tavares da (org.), *Exposição Bibliográfica sobre a Mulher. Catálogo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

⁶⁸ Cf. COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal...", in *op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*

⁶⁹ Cf. AAVV, *A Mulher e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal*, Lisboa, CCF, 1987.

1980 e inícios da seguinte⁷⁰. A primeira tese de doutoramento em história das mulheres, numa universidade portuguesa, seria apenas concluída em 1991⁷¹.

Em 1990, as Organizações Não Governamentais de Mulheres do Conselho Consultivo da CIDM (ex CCF) instituíram três prémios, um dos quais, intitulado Carolina Michaëlis de Vasconcelos, destinado a estimular trabalhos de investigação em estudos sobre as mulheres⁷². No ano seguinte foi criada a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), que tem organizado diversos Colóquios e mantém, desde 1999, a publicação da revista semestral interdisciplinar *Ex æquo*⁷³. Em 1993, a CIDM/CCF organizou, em conjunto com esta associação, um seminário de *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, realizado nas instalações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁷⁴. Para além do balanço da investigação produzida, foram apresentados estudos em curso e/ou de conclusão recente. A produção historiográfica nacional naquela área era ainda recente e diminuta, como ressalta dos primeiros balanços historiográficos elaborados por Irene Vaquinhas, em 1993 e em 1996⁷⁵.

⁷⁰ Sem pretensão de exaustividade, identificaram-se, para o período entre 1987 e 1993 doze dissertações, três das quais de doutoramento: SANTOS, Maria José Moutinho, *O folheto de cordel: mulher, família e sociedade no Portugal do século XVIII (1750-1800)*, Dissertação de Mestrado, Porto, FL – Universidade do Porto, 1987 (policopiado); FONSECA, Maria Manuel Baptista Vieira da, *Práticas de educação feminina nas classes superiores*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 1988; BRETES, Maria da Graça, *O discurso sobre a educação sexual em Portugal (do início do século XX até à década de trinta do mesmo século)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1989; ESTEVES, João Gomes, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1989; LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*; ROCHA, Cristina, *A Educação Feminina entre o particular e o público: o ensino secundário liceal nos anos 30*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1989; RIBEIRO, Maria da Conceição, *Pano para Mangas: uma revolução na moda feminina urbana portuguesa (1914-1930)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1990; BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves, *Universos femininos em Portugal: retrato da burguesia em Lisboa – 1890-1930*, Dissertação de Doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1991; CORREIA, Judite, *A mulher e a associação de classes em Portugal: 1880-1900*, Dissertação de Mestrado, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1991; RIBEIRO, Maria Manuela Macedo, *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha: Barroso, 1940-1990. Um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*, Dissertação de Doutoramento, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes, 1992; LAMAS, Rosa Maria Wank-Nolasco, *O Feminismo Português através da leitura da Alma Feminina e do Portugal Feminino*, Dissertação de Doutoramento, FCH – Universidade Católica, 1993; MIRANDA, Helena Costa Pinto dos Reis, *"A pedagogia de Teresa Saldanha". Um contributo para a história da formação pessoal e social em Portugal no século XIX*, Dissertação de Mestrado, Aveiro, Universidade Aveiro, 1993.

⁷¹ Cf. BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves, *Universos femininos... op. cit.* [publicada: *História das Nossas Avós. Retrato da Burguesa em Lisboa*, Lisboa, Colibri, 1992]. Em 1993 foi defendida em Inglaterra uma Dissertação de Doutoramento sobre História das Mulheres em Portugal (ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching... op. cit.*

⁷² SILVA, Maria Regina Tavares da, "Estudos sobre as mulheres em Portugal...", in *op. cit.*

⁷³ Cf. FERREIRA, Virgínia, "A Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Breve Apresentação", *Faces de Eva*, n° 4, 2000, pp. 125-128.

⁷⁴ Cf. AAVV, *Estudos sobre as Mulheres... op. cit.*

⁷⁵ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Estudos sobre as Mulheres na Área da História", *História*, Ano XVIII (Nova Série), n° 18, 1996, pp. 51-61 (versão actualizada de "Estudos sobre as Mulheres na Área da História", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres... op. cit.*, pp. 107-139).

A partir de meados dos anos noventa, porém, a situação altera-se. Na Universidade Aberta, em 1995 e em 2002 foram criados, respectivamente, o primeiro mestrado e o primeiro ramo de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, o último com três especialidades, uma delas em História das Mulheres e do Género⁷⁶. Ainda em 1995, a disciplina "As mulheres no mundo contemporâneo: História comparada", incluída no Mestrado em História Económica e Social Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, inaugurou a introdução da temática em estruturas curriculares existentes⁷⁷.

Em 1997 foi constituída a APIHM, cujo dinamismo se tem traduzido na realização de Encontros e publicação das respectivas actas, logrando congregar historiadoras conceituadas, nacionais e estrangeiras, a par de náveis investigadoras e investigadores⁷⁸. No ano seguinte foi criado o centro de investigação *Estudos sobre a Mulher*, sediado na Universidade Nova de Lisboa, que lançou a primeira revista em história das mulheres, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* (1999), e que organizou o mestrado interdisciplinar "Estudos sobre as mulheres. As mulheres na sociedade e na cultura" naquela universidade⁷⁹. Em 1999 abriu o primeiro concurso ao abrigo de uma linha específica de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para projectos de investigação no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal, o que constituiu um passo decisivo no processo de legitimação institucional desta área de estudos. Diversos projectos em história das mulheres têm sido aprovados no quadro deste programa⁸⁰.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*; JOAQUIM, Teresa, "Notas sobre os Estudos...", in *op. cit.*; despacho nº 3725/2002 de 30 de Janeiro, *Diário da República*, nº 42, II série, de 19 de Fevereiro de 2002. O mestrado e o ramo de doutoramento referidos funcionam ambos na Universidade Aberta de Lisboa.

⁷⁷ A disciplina em questão, leccionada por Irene Vaquinhas, continua em funcionamento. Cf. SOUSA, Maria Reynolds de, "Estudos sobre as Mulheres em Portugal", in PINTO, Teresa (coord.), *A Profissão Docente... op. cit.*, pp. 21-28; VAQUINHAS, Irene (coord.), *Entre Garçonnes e Fadas do Lar. Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do século XX*, Coimbra, FL-Universidade de Coimbra, 2004. Na licenciatura de História da FL da Universidade de Lisboa, Ana Maria Rodrigues lecciona uma disciplina de opção sobre "História do Género na Idade Média" [em linha], disponível em http://www.fl.ul.pt/historia/programas2007/hist_genero_AMR.pdf (consultado em 17/02/2008). Na Universidade do Porto, a licenciatura de História teve, até 2007, uma disciplina de opção sobre "História do Género", leccionada por Maria José Moutinho dos Santos [em linha], disponível em <http://www.letras.up.pt/dhepi/documentos/Plano%20estudos%202006-2007.pdf> (consultado em 17/02/2008), a qual deixou de constar no plano de estudos para o ano lectivo 2007/2008 segundo a Reforma de Bolonha.

⁷⁸ Cf. ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, "Ser mulher ontem e hoje; e amanhã? A Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres", *Faces de Eva*, nº 3, 2000, pp. 137-146; COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal...", in *op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*.

⁷⁹ O curso iniciou-se como pós-graduação em 2003/04 e constituiu, a partir de 2006/07, uma proposta de mestrado integrada no quadro de referência do acordo de Bolonha.

⁸⁰ Cf. COVA, Anne, "Balanço historiográfico...", in *op. cit.* JOAQUIM, Teresa, "*Ex æquo*: Contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal", *Revista de Estudos Feministas* [em linha], vol. 12, nº especial, pp. 88-

Este novo impulso foi acompanhado pela realização de numerosos seminários e colóquios. Destacam-se, a nível da história, o colóquio *A História das Mulheres*, promovido pela APEM, em 1995, sobre a publicação da versão portuguesa da *História das Mulheres no Ocidente*, dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot⁸¹; dois Cursos de Verão da Arrábida, o primeiro, em 1997, coordenado por Olwen Hufton, intitulado *Engendering the European Academy. Women's Studies, Gender Issues, Changes and Resistances*, e o segundo, em 1999, coordenado por Gisela Bock e Anne Cova, sobre *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles*⁸². Em 1997, a Universidade de Coimbra acolheu a Third European Feminist Research Conference⁸³, subordinada ao tema *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, a qual reuniu, durante cinco dias, cerca de uma centena e meia de comunicantes de diferentes disciplinas e provenientes de mais de trinta países. Em 2001 e 2002, a APEM comemorou os dez anos da sua existência com um conjunto de estudos e um Encontro destinados a fazer um balanço do estado de desenvolvimento e da produção em estudos sobre as mulheres nas várias áreas disciplinares, incluindo a história, realizada ao longo de trinta anos⁸⁴.

Em 2003 foram recenseadas doze universidades onde se realizam estudos sobre as mulheres, sendo que algumas reúnem vários núcleos ou centros de investigação⁸⁵. Em 2007 os estudos sobre as mulheres e o género estavam já presentes em mestrados de diversas áreas, registando-se, no conjunto, dois interdisciplinares (Universidade Aberta e FCSH da Universidade Nova de Lisboa), dois de educação (FPCE da Universidade do Porto e Universidade de Évora) e os restantes em áreas ou temáticas mais específicas⁸⁶.

93, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-026X2004000300009&Ing=en&nrm=iso (consultado em 02/10/2006). A linha de financiamento resultou de um protocolo firmado em 1998 entre a FCT e a CIDM. Foram abertos concursos subsequentes em 2003 e 2005.

⁸¹ Cf. DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* op. cit..

⁸² Cf. COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal...", in op. cit..

⁸³ "Third European Feminist Research Conference". Parte das comunicações apresentadas foram publicadas in FERREIRA, Virginia, TAVARES, Teresa, PORTUGAL, Sílvia (ed.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, 1998.

⁸⁴ Cf. *Ex æquo*, nº 5, *A construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal I*, 2001; *Ex æquo*, nº 6, *A construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal II*, 2002; Encontro *O Século dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Santarém, 14 e 15 Janeiro de 2002.

⁸⁵ Cf. SOUSA, Maria Reynolds de, "Instituições onde se realizam Estudos sobre as Mulheres", *Notícias – CIDM*, nº 68, 2003, pp. 21-22.

⁸⁶ Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta [em linha], disponível em <http://www.univ-ab.pt/cursos/mestrados/mem/index.html> (consultado em 17/02/2008); Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura, FCSH – Universidade Nova de Lisboa [em linha], disponível em http://www.fch.unl.pt/pg/regulamentos0708/Regulamento_Estudos_Mulheres.pdf (consultado em 17/02/2008); Mestrado em Educação, Géneros e Cidadania(s), FPCE – Universidade do Porto [em linha], disponível em <http://www.fpce.up.pt/edugencid.htm> (consultado em 17/02/2008); Mestrado Educação: Questões de Género e Educação para a Cidadania [em linha], disponível em <http://www.uevora.pt/index.php?module=cursos&action>

A progressiva implementação do Processo de Bolonha tem provocado algumas alterações no mapeamento dos Estudos sobre as Mulheres e o Género em Portugal, conduzindo, quer à adequação de pós-graduações e mestrados que já se encontravam a funcionar, quer à emergência de novos cursos⁸⁷. Destaca-se o recente mestrado interdisciplinar em *Estudos Feministas* da Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, no qual a História é uma das três áreas científicas do respectivo currículo⁸⁸. Este crescimento tem-se revelado fértil em produção de conhecimento, designadamente na História, como testemunham os balanços historiográficos realizados⁸⁹. As investigações empíricas predominam, procurando preencher, com grande massa informativa laboriosamente recolhida em arquivos e bibliotecas, as grandes lacunas sobre a história das mulheres⁹⁰. Faltam, todavia, "*les synthèses générales et les interpretations d'ensemble*"⁹¹, bem como reflexões e debates de ordem teórica.

Verifica-se, também, desde finais dos anos 1990, uma maior abertura das editoras comerciais (Afrontamento, Celta, Colibri, Cosmos, Livros Horizonte, Quimera, entre outras) face aos estudos sobre as mulheres e de género, incluindo os de história das mulheres, o que tem proporcionado a publicação de repertórios bibliográficos, dicionários e teses de mestrado e doutoramento⁹². Também alguns dicionários de

=mes07&channel=F6754C78A641-41A6-95 8B-B558717C117F&content=03A74810-3529-4BF0-0FA-3183B565851D (consultado em 17/02/2008).

⁸⁷ Cf. VIEIRA, Cristina Maria Coimbra, "A dimensão de género nos *curricula* do ensino superior: factos e reflexões a partir de uma entrevista focalizada de grupo a especialistas portuguesas no domínio", *Ex æquo*, nº 16, 2007, pp. 167-178.

⁸⁸ Estrutura Curricular do Mestrado em Estudos Feministas [em linha], disponível em http://www.uc.pt/informacaosobre/ensino/curs20072008/cursos_pdf/MEstFem.pdf (consultado em 17/02/2008).

⁸⁹ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Breve reflexão historiográfica sobre a História das Mulheres em Portugal: o século XX", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 3, 2000, pp. 81-101; VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, "Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço", *História. Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 201-221; VAQUINHAS, Irene Maria, "L'historiographie sur les femmes au Portugal: le XIXe siècle", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes...* *op. cit.*, pp. 27-47; COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal...", in *op. cit.*

⁹⁰ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*

⁹¹ VAQUINHAS, Irene Maria, "L'historiographie sur les femmes au Portugal...", in *op. cit.*, p. 36

⁹² Na impossibilidade de referir todas as obras, destacam-se algumas obras de referência ou de publicação mais recente: SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias: 1518-1998)*, Lisboa, Cosmos, 1999; CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005; BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Ecrire l'Histoire des Femmes...* *op. cit.* (Celta, 2003); JOAQUIM, Teresa, GALHARDO, Anabela (orgs.), *Novos Olhares. Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Oeiras, Celta, 2003; VAQUINHAS, Irene Maria, «*Senhoras e Mulheres*»... *op. cit.*; LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da Mulher...* *op. cit.*; para finalizar esta selecção, refira-se, ainda, que a editora Afrontamento publicou a versão portuguesa da *História das Mulheres no Ocidente*, dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot, e que os Livros Horizonte têm uma colecção intitulada "Mulher e Sociedade" que tem dado à estampa diversas teses de mestrado.

História mais recentes têm incluído numerosas entradas sobre as mulheres⁹³. Algumas Câmaras Municipais têm integrado problemáticas relativas à história das mulheres no âmbito de encontros e palestras sobre história regional, proporcionando a divulgação, a nível local, de trabalhos de pesquisa realizados no quadro universitário⁹⁴.

Os grandes colóquios e encontros de história, promovidos pelas universidades, pelos institutos de investigação ou pelas associações científico-pedagógicas da disciplina continuam, porém, a não eleger a história das mulheres como tema de desenvolvimento de uma conferência de abertura, de uma sessão temática, de um painel, de uma mesa, de um *atelier*, e são raras e isoladas as intervenções que neles ocorrem sobre este domínio⁹⁵. No entanto, as parcerias universitárias granjeadas pelo *Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação*⁹⁶, em 2004, no qual a história das mulheres marcou presença, as recentes iniciativas realizadas no ICS da Universidade de Lisboa, sob coordenação de Anne Cova, com destaque para a conferência de Gisela Bock intitulada *Gender dimensions in transnational history and the history of West European Colonialism*⁹⁷, a mesa-redonda *European Comparative Women's History, XX Century*⁹⁸ e a conferência *International Feminisms in Historical Comparative Perspective, 19th-20th centuries*⁹⁹, bem como a realização em Portugal, na Universidade de Lisboa, da sétima *European Social Science History Conference (ESSHC)*¹⁰⁰, na qual a história das mulheres e do género corporizou sessões específicas

⁹³ Cf. NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003; CRUZ, Manuel Braga da, PINTO, António Costa, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, 2. vols., Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2005.

⁹⁴ Cf. VAQUINHAS, Irene, *Nem Gatas Borracheiras, nem Bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

⁹⁵ Cf. COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal...", in *op. cit.*

⁹⁶ Seminário realizado na Fundação Calouste Gulbenkian e na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 04-06/05/2004. A Comissão Organizadora do Seminário foi constituída por: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, APIHM – Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres, APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, APMD – Associação Portuguesa Mulheres e Desporto, CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, FACES DE EVA – Centro de Estudos sobre a Mulher da Universidade Nova de Lisboa, GRAAL; ISCTE, MEM – Mestrado em Estudos sobre as Mulheres da Universidade Aberta, NEHM – Núcleo de Estudos História das Mulheres da Universidade de Évora, Universidade do Minho – Estudos de Género; FPCE da Universidade do Porto; UMAR – União de mulheres Alternativa e Resposta. Cf. AMÂNCIO, Lúcia, et al. (orgs.), *O longo caminho das mulheres... op. cit.*

⁹⁷ Conferência realizada no ICS, Lisboa, em 07/04/2006.

⁹⁸ Mesa-redonda realizada no ICS, Lisboa, em 10/09/2007, com a participação de Marilyn J. Boxer, Karen Offen, Michela de Giorgio e Mariette Sineau.

⁹⁹ Conferência coordenada por Anne Cova (ICS – Universidade Lisboa) e Ann T. Allen (Universidade de Louisville), realizada no ICS, Lisboa, em 25/02/2008, que reuniu dezasseis investigadoras/es provenientes de diversas universidades europeias e dos EUA.

¹⁰⁰ Conferência internacional, organizada pelo International Institute of Social History, realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa 26/02/2008 a 01/03/2008 [em linha], disponível em <http://www2.iisg.nl/esshc/Programme.asp?selyear=9&room=57> (consultado em 17/02/2008).

e integrou mesas de temáticas diversificadas, poderão contribuir para dinamizar esta área de estudos no seio da academia.

1.1.3. A História das Mulheres e do Género e a História da Educação

O papel das mulheres na educação, ao longo da história, está presente na maior parte dos estudos em História das Mulheres e do Género, pois não é possível dissociar a presença feminina dos contextos familiares e comunitários de socialização das crianças, em geral, e de construção da feminidade, em particular¹⁰¹. No entanto, justifica-se destacar a produção historiográfica sobre Género e Educação como campo específico de investigação. A historiografia internacional nesta área é demasiado vasta para ser enumerada com exaustividade, mas a referência a alguns trabalhos e obras permitirá sublinhar algumas linhas de estudo que têm vindo a ser desenvolvidas, bem como destacar a integração desta temática em obras mais gerais.

A partir de 1976, a historiadora francesa Françoise Mayeur tornou-se uma referência incontornável, oferecendo novos caminhos na área do ensino secundário feminino e, mais recentemente (2004), incorporou o ensino feminino, de forma transversal, no volume que lhe foi cometido da obra *Histoire de l'enseignement et de l'éducation*¹⁰². O salto quantitativo de produção nesta área deu-se, porém, na década seguinte. A grande obra colectiva *Histoire Mondiale de l'Education* (1981)¹⁰³, dirigida por Gaston Mialaret e Jean Vial, ao introduzir capítulos sobre educação feminina, demonstra a importância que o tema ia adquirindo, se bem que colocado à margem, reflectindo uma perspectiva de história compensatória. Sobre o século XIX foram desenvolvidos trabalhos que diversificaram as abordagens: ensaios de história comparada entre França e Québec (sob a direcção de Nadia Fahmy-Eid e Micheline Dumont, 1983¹⁰⁴); cruzamento entre a educação das mulheres e os modelos de

¹⁰¹ Cf. JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça, a construção social da feminilidade*, Lisboa, Fim de Século, 1997.

¹⁰² Cf. MAYEUR, Françoise, "L'enseignement secondaire des jeunes filles (1867-1924)", *Le mouvement social*, nº 96, 1976, pp. 103-110; MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire des Jeunes Filles sous la Troisième République*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977; MAYEUR, Françoise, *L'Education des Filles en France au XIXe siècle*, Paris, Hachette, 1979; MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement et de l'éducation. III. 1789-1930*, Paris, Perrin, 2004.

¹⁰³ Cf. MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale de l'Education*, vol. 3, *De 1815 à 1945*, Paris, PUF, 1981.

¹⁰⁴ Cf. FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison, maîtresses d'école. Femmes, famille et éducation dans l'histoire du Québec*, Montréal, Boréal Express, 1983.

feminidade (Laura Struminger, 1983¹⁰⁵, Marie-Françoise Lévy, 1984¹⁰⁶, Isabelle Bricard, 1985¹⁰⁷), entre outros. Em Inglaterra, onde a produção historiográfica neste domínio foi mais precoce, a compilação de ensaios, organizada por Madeleine Arnot e Gaby Weiner (1987)¹⁰⁸, constituiu um marco importante de revisão crítica dos estudos realizados em história da educação e de alargamento da problemática em função da perspectiva de género.

Nos finais dos anos oitenta e inícios dos anos noventa, surgiram importantes trabalhos sobre a profissão docente, com destaque para *La Vie Quotidienne des Premiers Instituteurs. 1833-1882*, de Fabienne Reboul-Scherrer (1989)¹⁰⁹, *Madame le Professeur. Women Educators in the Third Republic*, de Jo Burr Margadant (1990)¹¹⁰ e *Women Teachers and Popular Education in Nineteenth-Century France. Social Values and Corporate Identity at the Normal School Institution* de Anne Quartararo (1995)¹¹¹. A historiadora Rebecca Rogers, cujo trabalho sobre *Les demoiselles de la Légion d'honneur. Les maisons d'éducation de la Légion d'honneur au XIXe siècle* (1992)¹¹² aprofundou a evolução do funcionamento e da oferta curricular de uma instituição específica para o ensino das raparigas, alargou as suas investigações à história da coeducação, tendo dirigido a obra recente *La mixité dans l'éducation. Enjeux passés et présents* (2004)¹¹³. Neste domínio, onde os trabalhos de Nicole Mosconi foram

¹⁰⁵ Cf. STRUMINGER, Laura, S., *What Were Little Girls and Boys Made Of? Primary Education in Rural France 1830-1880*, Albany, State University of New York, 1983.

¹⁰⁶ Cf. LÉVY, Marie-Françoise, *De Mères en Filles. L'éducation des françaises. 1850-1880*, Paris, Calmann-Lévy, 1984.

¹⁰⁷ Cf. BRICARD, Isabelle, *Saintes ou Pouliches. L'Éducation des Jeunes Filles au XIXe siècle*, Paris, Albin Michel, 1985.

¹⁰⁸ Cf. ARNOT, Madeleine, WEINER, Gaby (eds.), *Gender and the Politics of Schooling*, 2ª ed., London, Unwin Hyman / The Open University, 1989 (1ª ed. 1987).

¹⁰⁹ Cf. REBOUL-SCHERRER, Fabienne, *La Vie Quotidienne des Premiers Instituteurs. 1833-1882*, Paris, Hachette, 1989.

¹¹⁰ Cf. MARGADANT, Jo Burr, *Madame le Professeur. Women Educators in the Third Republic*, Princeton, Princeton University Press, 1990.

¹¹¹ Cf. QUARTARARO, Anne T., *Women Teachers and Popular Education in Nineteenth-Century France. Social Values and Corporate Identity at the Normal School Institution*, Newark, University of Delaware Press, 1995.

¹¹² Cf. ROGERS, Rebecca, *Les demoiselles de la Légion d'honneur. Les maisons d'éducation de la Légion d'honneur au XIXe siècle*, Paris, Plon, 1992.

¹¹³ Cf. ROGERS, Rebecca (dir.), *La mixité dans l'éducation. Enjeux passés et présents*, Lyon, ENS Éditions, 2004. Cf. ROGERS, Rebecca, "État des lieux de la mixité. Historiographies comparées en Europe", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 18, *Coéducation et mixité*, 2003, pp. 177-202; ROGERS, Rebecca, "Le professeur a-t-il un sexe ? Les débats autour de la présence d'hommes dans l'enseignement secondaire féminin, 1840-1880", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 4, 1996 [em linha], disponível em: <http://clio.revues.org/document445.html> (consultado em 20/05/2004).

pioneiros (1989)¹¹⁴, destaca-se, ainda, o dossier temático sobre *Coéducation et mixité* na revista *Clio* (2003)¹¹⁵ coordenado por Michelle Zancarini-Fournel e Françoise Thébaud.

Em Espanha, a investigação de Rosa Capel Martínez, *El Trabajo y la Educación de la Mujer en España* (1982)¹¹⁶, estimulou o interesse de outras investigadoras para a temática e os resultados foram visíveis em dois repertórios historiográficos publicados na mesma década¹¹⁷. A produção tem-se multiplicado, incluindo monografias regionais, estudos circunscritos a períodos históricos ou a instituições específicas e biografias sobre pedagogas e educadoras. Saliente-se que o *VI Coloquio de Historia de la Educación* (1990), foi dedicado ao tema *Mujer y Educación en España. 1868-1975*¹¹⁸, tendo sido apresentadas dezenas de contributos provenientes das várias regiões autónomas espanholas. A recente obra *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*, dirigida por Consuelo Flecha García, Marina Nuñez Gil e María José Rebollo Espinosa (2005)¹¹⁹, reúne um amplo leque de ensaios, organizados em quatro grandes temáticas: o cuidado e o saber maternal; a construção de identidades; as instituições de educação feminina; a profissionalização do ensino. Algumas obras gerais de maior fôlego têm sido publicadas nos últimos anos, demonstrando a importância que a historiografia sobre género e educação atingiu neste país. Refiram-se, *La educación de las mujeres en la España contemporánea (siglos XIX-XX)*, de Pilar Ballarín (2001)¹²⁰, e a *Historia de las Mujeres en España y América Latina*, dirigida por Isabel Morant (2006)¹²¹.

A problemática das mulheres na história ensinada, colocada na década de 1980 numa perspectiva de história contributiva numa interessante obra colectiva publicada em Bruxelas (1885)¹²², tem sido retomada em trabalhos que questionam os mecanismos

¹¹⁴ Cf. MOSCONI, Nicole (1989), *La mixité dans l'enseignement secondaire: un faux-semblant?*, Paris, PUF.

¹¹⁵ Cf. *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 18, THÉBAUD, Françoise, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (dir.), *Coéducation et mixité*, 2003.

¹¹⁶ Cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, *El Trabajo y la Educación de la Mujer en España (1900-1930)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982.

¹¹⁷ Cf. FLECHA GARCÍA, Consuelo, "Historiografía sobre educación de las mujeres en España", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del, et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 335-353.

¹¹⁸ Cf. AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990.

¹¹⁹ Cf. FLECHA GARCÍA, Consuelo, NUÑEZ GIL, Marina, REBOLLO ESPINOSA, María José (dir.), *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*, Sevilla/Buenos Aires, Deputación Provincial de Sevilla/ Miño y Dávila, 2005.

¹²⁰ Cf. BALLARÍN DOMINGO, Pilar, *La educación de las mujeres... op. cit.*

¹²¹ Cf. MORANT, Isabel (dir.), *Historia de las Mujeres en España y América Latina*, Madrid, Cátedra, 2006.

¹²² Cf. CRABBE, Brigitte et al., *Les femmes... op. cit.*

de produção e de transmissão da memória, podendo destacar-se, em Espanha, Antonia Fernández (2001)¹²³ e, em Portugal, Teresa Alvarez Nunes (2004)¹²⁴.

O ensino técnico tem sido menos estudado do ponto de vista das mulheres e do género, circunscrevendo-se, em geral, a trabalhos monográficos. É de salientar, todavia, que a grande obra colectiva *L'Enseignement Technique et la Formation Professionnelle*¹²⁵, editada, em 1954, pelo ministério de educação francês, incluiu informação relativa aos dois sexos, quer de forma integrada, quer através de artigos sobre colégios e escolas profissionais e técnicas para raparigas. Na Bélgica, a obra *Histoire de l'enseignement en Belgique*, dirigida por Dominique Grootaers (1998), incorporou, de forma transversal, a abordagem do ensino feminino, incluindo o de carácter profissional¹²⁶.

A produção portuguesa, na área da História da Educação, ultrapassou, nas últimas décadas, o carácter cronológico, descritivo e unidimensional, alargando-se para além da história institucional e dos objectivos de ensino¹²⁷. Foi sobretudo em finais da década de oitenta, com a realização do *1º Encontro de História da Educação em Portugal*, em 1987, e com a criação da secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, em 1989, que se perspectivaram novas linhas de investigação nesta área. Fez-se apelo aos estudos monográficos, aos estudos comparados, à valorização da história e das tradições orais, à abertura a perspectivas metodológicas diferentes, ao recurso a novas fontes e, enfim, à construção de novos objectos de estudo. Foram identificados diversos temas por investigar ou que o foram de modo insuficiente e não sistematizado. A educação e o ensino femininos, bem como o ensino técnico (industrial, comercial e agrícola), foram também referidos nos balanços historiográficos provenientes da história das mulheres, como temas praticamente inexplorados¹²⁸.

¹²³ Cf. FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia (coord.), *Las mujeres en la enseñanza de las ciencias sociales*, Madrid, Ed. Síntesis, 2001.

¹²⁴ Cf. NUNES, Maria Teresa Alvarez, *Género e cidadania nas imagens de história: estudo exploratório de manuais escolares do 12º ano e de software educativo*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia, Lisboa, Univ. Aberta, 2004 (policopiado) [publicada: *Género e Cidadania nas imagens de História*, Lisboa, CIG, 2007].

¹²⁵ Cf. MINISTERE DE L'EDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique et la Formation Professionnelle*, Paris, Ed. Rombaldi, 1954.

¹²⁶ Cf. GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement en Belgique*, Bruxelles, CRISP, 1998.

¹²⁷ Cf. TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Séculos XIX -XX*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996.

¹²⁸ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Estudos sobre as Mulheres...", in *op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*

Os estudos mais recentes têm integrado, de forma notável, as perspectivas e práticas interdisciplinares, com particular destaque para as abordagens da sociologia e da economia históricas, mas têm-se mantido, em geral, à margem da problemática de género. Esta situação reflecte a lentidão com que a ciência histórica, nas suas diversas áreas disciplinares e interdisciplinares, tem acolhido e assimilado o contributo teórico e metodológico da história das mulheres e do género. A investigação empírica realizada no âmbito desta última é relativamente recente no contexto nacional e os estudos em história da educação escasseiam, sobretudo no que se refere ao ensino industrial.

A investigação específica sobre história da educação feminina em Portugal emerge em meados da década de 1980¹²⁹. As comunicações em congressos e os artigos em revistas científicas foram reforçados pelas primeiras dissertações de mestrado sobre o tema, nas quais sobressaem o ensino secundário e a educação das classes superiores¹³⁰. Uma das primeiras teses de doutoramento em história das mulheres, defendida em 1993 e atrás referida, abordou a problemática da conversão do magistério primário em profissão feminina entre 1870 e 1933¹³¹. Dois anos depois, uma tese de doutoramento sobre a construção social da feminidade, entre os séculos XVII e XIX, colocava no centro da problemática a educação das mulheres¹³². A produção historiográfica nesta área registou um incremento significativo ao longo desta década, beneficiando dos trabalhos realizados no âmbito de mestrados nas várias universidades, com particular destaque para o Mestrado em Estudos sobre as Mulheres (Universidade Aberta), bem como de uma maior divulgação proporcionada, a partir de 1999, pelas revistas *Ex æquo* e *Faces de Eva*. As investigações começaram por privilegiar os períodos do final da Monarquia Constitucional e da 1ª República e alargaram-se, depois, ao Estado Novo, sendo, pois, a época contemporânea a que reúne maior número de

¹²⁹ Cf. HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa, "Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação", *Ex æquo. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 6, 2002, pp. 11-54.

¹³⁰ Os dois Congressos realizados em 1985 (Lisboa e Coimbra), já mencionados no capítulo 1.1.2.5., podem considerar-se um marco importante nesta matéria. As primeiras dissertações de mestrado nesta área foram: SOARES, Maria Isabel, *Da Blusa de brim à touca branca. Contributo para a história do ensino de enfermagem em Portugal 1880-1950*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1983 (policopiado) [publicada: *Da Blusa de brim à touca branca*, Lisboa, Educa, 1997]; FONSECA, Maria Manuel Baptista Vieira da, *Práticas de educação feminina... op. cit.*; BRETES, Maria da Graça, *O discurso sobre a educação sexual... op. cit.*; LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*; ROCHA, Cristina, *A Educação Feminina... op. cit.*

¹³¹ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching... op. cit.*

¹³² Cf. JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça: a construção social da feminilidade, séculos XVII-XIX*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, 1995. [publicada: *Menina e Moça, a construção social da feminilidade*, Lisboa, Fim de Século, 1997].

estudos¹³³. Os trabalhos que incidem sobre a história da educação nas últimas três décadas, porém, são ainda em número reduzido¹³⁴. As biografias de mulheres educadoras e pedagogas apresentam já um número significativo de trabalhos que contribuem para um acréscimo significativo de conhecimento em história da educação¹³⁵. Mais raras são as abordagens sobre a educação feminina nos estudos biográficos sobre pedagogos¹³⁶.

Na investigação sobre ensino técnico industrial, os estudos que integram uma abordagem de género ou que, pelo menos, conferem visibilidade às mulheres permanecem escassos. Merecem aqui particular menção, pela sua incidência sobre o ensino industrial oitocentista, as investigações desenvolvidas por Joaquim Ferreira Gomes e por Mário Alberto Nunes Costa, que constituem referências indispensáveis para qualquer pesquisa naquele domínio¹³⁷. O primeiro é um estudo pioneiro sobre o tema e desbrava campos a serem posteriormente aprofundados. Após um breve enquadramento legal do ensino industrial e de desenho industrial, acompanha ano a ano, de 1884/85 a 1890/91, a situação real das escolas do país, sistematizando dados estatísticos das matrículas em cada uma delas. O segundo analisa muito pormenorizadamente a numerosa documentação legal produzida no último quartel do

¹³³ Cf. ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da, *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas: Instrução de Meninas em Viana, 1778-1884*, Dissertação de Mestrado, Porto, FL-Universidade do Porto, 1995 (policopiado); BARBOSA, Branca Maria Rocha, *A educação familiar rural - entre a ideologia e a pedagogia: subsídios para o estudo da educação da mulher no Estado Novo*, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1997 (policopiado); BARBAS, Maria Manuela, *Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1945)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1998 (policopiado); VILELA, Ana Maria de Oliveira, *O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1999 (policopiado).

¹³⁴ Cf. MAGALHÃES, Maria José de Sousa, *Movimento Feminista e Educação: em torno da análise dos discursos sobre Educação em Portugal, nas décadas de 1970 e 1980*, Dissertação de Mestrado, Porto, FPCE-Universidade do Porto, 1995 (policopiado). [publicada: *Movimento feminista e educação: Portugal, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta, 1998].

¹³⁵ Cf. MIRANDA, Helena Costa Pinto dos Reis, "A pedagogia de Teresa Saldanha". *Um contributo... op. cit.*; CÂMARA, Isabel Maria dos Santos Batista da, *Pensar o feminino. Alice Pestana e a educação*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996 (policopiado); CARVALHO, Maria Margarida Mota da Cunha Rego de, *Domitila de Carvalho: biografia de um percurso singular*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (policopiado); EDUARDO, Joaquim Mário Cortes, *Adelaide Cabete (1867-1935): biografia de uma professora feminista*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (policopiado); MONTEIRO, Natividade, *Maria Veleda (1871-1955) - uma professora feminista... op. cit.*; MOACHO, Dulce Maria Baptista, "Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal", Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, 2004 (policopiado).

¹³⁶ Cf. ROSA, Elzira Maria Terra Dantas Machado, *Situação da educação feminina na obra pedagógica de Bernardino Machado: propostas a favor da igualdade e da emancipação das mulheres*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1996 [publicada: *A educação feminina na obra pedagógica de Bernardino Machado: propostas a favor da igualdade e da emancipação das mulheres*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1999].

¹³⁷ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira, "Escolas Industriais e Comerciais", in *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 73-145; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

século XIX sobre o ensino industrial, quer nas Escolas, quer nos Institutos, e caracteriza as suas condições de funcionamento, incluindo estatísticas globais nacionais até 1900. Foi preocupação dos dois autores a desagregação de elementos estatísticos por sexo e a inclusão de algumas informações sobre a presença feminina naquele ensino. Algumas resenhas históricas e investigações que incidem sobre reformas de ensino ou sobre ministros que tutelaram o ensino industrial proporcionam um quadro global de referência sobre o tema¹³⁸.

A maior parte dos estudos sobre escolas industriais ou de carácter mais abrangente sobre o sistema de ensino industrial não inclui a variável sexo¹³⁹. No entanto, têm sido produzidas algumas investigações, de carácter monográfico, que salientam a realidade feminina¹⁴⁰. Resulta evidente a necessidade de se multiplicarem os estudos sobre a história da educação e do ensino femininos nos seus múltiplos aspectos, em particular no que diz respeito ao ensino técnico.

1.1.4. O impacto dos feminismos na agenda internacional

As primeiras pesquisas sobre as mulheres antecederam a renovação universitária

¹³⁸ Cf. SERRÃO, Joel, "Estrutura Social, Ideologias e Sistemas de Ensino", in SILVA, Manuela e TAMEN, Maria Isabel (coord.), *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 17-45; TORGAL, Luís Reis, "A Instrução Pública", in MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 609-651; CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino... op. cit.*; ROCHA, Filipe, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português. I. Período de 1820 a 1926*, Porto, Paisagem Ed., 1984; NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs. Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*, vol. 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987; PROENÇA, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1993, (policopiado); BRITO, Ana Maria Tomé Parracho, *João Franco e as Reformas do Ensino*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, FPCE - Universidade de Coimbra, 1996, (policopiado).

¹³⁹ Cf. SOUSA, Acácio Fernando, *O aparecimento do ensino técnico-profissional em Leiria. Escola Domingos Sequeira*, Boletim da Escola Secundária de Domingos Sequeira – edição comemorativa do 1º Centenário, Leiria, 1988; MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso, *A Escola Avelar Brotero (1884-1974). Contributo para a história do ensino técnico-profissional*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FPCE-Universidade de Coimbra, Guarda, 1993; FERREIRA, João Filipe Evangelista, *A Escola Marquês de Pombal: Um estudo de caso do Ensino Técnico em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1999 (policopiado); OLIVEIRA, A. Nazaré, *Da Escola de Desenho Industrial de Viseu à Escola Secundária de Emídio Navarro. 1898-1998*, Viseu, Esc. Sec. de Emídio Navarro, 1999; CLARO, Rogério, *Um século de ensino técnico profissional em Setúbal. Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1988)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 2000; GRÁCIO, Sérgio, *Destinos do ensino técnico em Portugal (1910-1990)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1992 (policopiado); ANDRADE, Fernando de Azevedo, *Ensino Técnico Profissional (1756-1991). Contributo para o estudo da sua organização e funcionamento*, Dissertação de Mestrado apresentada à FPCE-Universidade de Coimbra, Viseu, 1991; CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro, *Do ensino industrial à formação profissional. As políticas públicas de qualificação em Portugal*, 2 vols., Lisboa, ISCPs da Universidade Técnica de Lisboa, 2005;

¹⁴⁰ Cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque... op. cit.*; DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola... op. cit.*; PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*

e devem tributo aos "movimentos feministas que, na tentativa de recuperação de uma memória colectiva, colocaram as mulheres na cena da história"¹⁴¹. O forte impacto dos movimentos de mulheres e feministas implicou a valorização das questões relativas às mulheres, por via da sua vertente reivindicativa, e suscitou um profícuo debate teórico e epistemológico no seio das ciências sociais e humanas, pela crítica aos paradigmas do universal, do progresso, da neutralidade e da natureza humana, entre outros¹⁴².

Não menos importante foi o seu papel junto das organizações internacionais que, a partir da década de 1970, incluíram na sua agenda, de modo mais sistemático, as questões relativas aos direitos das mulheres. A celebração do Ano Internacional da Mulher e a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1975, a proclamação, pela ONU, da Década das Mulheres (1976-1985) e a aprovação, em 1979 da *Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*, com carácter global e vinculativo para todos os países que a ratifiquem, mobilizaram a comunidade internacional para a luta contra a discriminação e pela afirmação dos direitos das mulheres¹⁴³. Os estudos sobre as mulheres foram particularmente incentivados na II Conferência Mundial sobre as Mulheres (1980) promovida pelas Nações Unidas. Convergiram nesse sentido uma forte presença de mulheres do meio académico no *forum* de organizações não governamentais, a apresentação de um relatório da UNESCO, de carácter transnacional, que fazia o ponto da situação sobre programas de investigação e de ensino naquela área de estudos e indicava recomendações para o seu desenvolvimento, e, por fim, o facto de o local escolhido para a conferência (Copenhaga) se situar na Europa escandinava onde aqueles estudos conheciam um avanço significativo. Esta conjuntura foi crucial para o grande estímulo conferido pela então CCF aos estudos sobre as mulheres em Portugal¹⁴⁴.

Nos anos noventa aqueles deixaram de ser considerados como questões específicas das mulheres e a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) constituiu um marco fundamental ao consignar os Direitos das Mulheres como parte integrante e inalienável dos Direitos Humanos. Tratou-se, não de uma reconceptualização da universalidade dos direitos humanos na sua essência, mas de um

¹⁴¹ VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*, p. 149.

¹⁴² Cf. SCOTT, Joan Wallach, "The Problem of Invisibility...", in *op. cit.*.

¹⁴³ Cf. ERGAS, Yasmine, "O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980", DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* *op. cit.*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, pp. 583-611; SILVA, Regina Tavares da, *O Associativismo e os Direitos das Mulheres*, Odivelas, Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, 2000. Portugal foi dos primeiros países a ratificar, em 1980, a *Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*.

¹⁴⁴ Cf. SILVA, Maria Regina Tavares da, "Estudos sobre as mulheres em Portugal...", in *op. cit.*.

questionamento da sua interpretação e aplicação¹⁴⁵. A partir dessa data, todas as conferências mundiais integraram esta perspectiva no pressuposto de que *"não é mais possível pensar a solução dos problemas do mundo em termos neutros"*¹⁴⁶. A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995) consolidou de forma notória este processo e identificou áreas críticas em relação às quais definiu objectivos e medidas prioritárias. Entre as medidas a adoptar pelos governos, autoridades educativas e outras instituições educativas e académicas inclui-se *"apoiar e desenvolver a investigação e os estudos de género em todos os níveis de educação, especialmente a nível de pós-graduação por instituições académicas, e aplicá-los na elaboração dos curricula, inclusive os universitários, nos manuais escolares e nos meios auxiliares assim como na formação de docentes"*¹⁴⁷. As Nações Unidas têm desempenhado um papel pioneiro e crucial, pois *"n'ont pas seulement indiqué aux autres organisations internationales et aux gouvernements nationaux les lignes de fond et les idées essentielles, mais elles ont constitué de fait une opinion publique mondiale sur ces thèmes"*¹⁴⁸.

A nível europeu, mais do que a União Europeia, ainda muito vinculada às competências económicas, sua marca de origem, destaca-se a acção do Conselho da Europa¹⁴⁹. Em matéria de igualdade, passou-se de uma perspectiva centrada nas mulheres e de estratégias focalizadas nas áreas legislativa e social para *"a new approach that envisages equality in the framework of human rights"*¹⁵⁰. Esta nova abordagem tem-se traduzido na formulação de novos desafios e recomendações aos Estados-membros, nomeadamente no que se refere ao alargamento de competências e de domínios de acção dos Mecanismos Nacionais para a Igualdade. Preconiza-se, neste sentido, que *"chercheurs et universitaires peuvent être des partenaires précieux des mécanismes institutionnels, à la fois pour ce qui est de la recherche fondamentale en termes d'études sur les femmes et sur l'égalité entre les femmes et les hommes et aussi pour développer le cadre théorique, les outils et les instruments permettant de contrôler et d'évaluer le succès des politiques d'égalité et de l'approche intégrée de l'égalité entre*

¹⁴⁵ Cf. *Ibidem*; PROCACCI, Giovanna, ROSSILLI, Maria Grazia, "La construction de l'égalité dans l'action des organisations internationales", in FAURÉ, Christine (dir.), *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, Paris, PUF, 1997, pp. 827-859.

¹⁴⁶ SILVA, Regina Tavares da, *O Associativismo... op. cit.*, p. 15.

¹⁴⁷ *Plataforma de Acção de Pequim, 1995, e Iniciativas e Acções Futuras. Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o século XXI*, Lisboa, CIDM, 2001, p. 59.

¹⁴⁸ PROCACCI, Giovanna, ROSSILLI, Maria Grazia, "La construction de l'égalité...", in *op. cit.*, p. 827.

¹⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁵⁰ SILVA, Regina Tavares da, *Twenty-five years of Council of Europe action in the field of equality between women and men*, Strasbourg, Conselho da Europa, 2002, p. 20.

les femmes et les hommes"¹⁵¹. A história das mulheres e o seu ensino mereceram, também, por parte do Conselho da Europa, uma atenção especial que se traduziu na publicação, em 2000, da obra, cometida à historiadora Ruth Tudor, intitulada *Enseigner l'histoire des femmes au 20e siècle: la pratique en salle de classe*¹⁵².

Em Portugal, a acção da CIDM em prol dos estudos sobre as mulheres remonta aos anos setenta, incluindo a publicação de comunicações em congressos e de pesquisas por ela impulsionadas. Nos últimos anos, a política de co-edição e patrocínio tem-se reforçado, sendo de destacar, na área da história, o apoio a duas obras de referência, a saber, o repertório bibliográfico *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias: 1518-1998)* e o *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*¹⁵³.

1.1.5. A presença das mulheres nas universidades

O aumento do número de mulheres nas universidades e centros de investigação tem sido apontado como um factor propício ao adiantamento dos estudos e da história das mulheres. Esta conjectura tem de ser ponderada, em função do questionamento dos seus próprios termos, a três níveis. Em primeiro lugar, o interesse pelos estudos sobre as mulheres e de género não é um atributo inerente às mulheres, pelo que o seu acesso à investigação e à docência universitária não se traduz no desenvolvimento automático daquelas áreas ao nível da investigação e do ensino. O aumento do número de mulheres nas instituições apenas possibilita um acréscimo das probabilidades daquelas áreas de estudo serem incrementadas, tendo em conta que mais mulheres do que homens a elas se têm dedicado.

Em segundo lugar, é necessário analisar como se apresenta, em rigor, essa presença de mulheres no ensino superior e nos centros de investigação, isto é, como é que os pesos relativos entre mulheres e homens se têm alterado nas distintas instituições e, dentro de cada uma delas, nas diversas áreas disciplinares, na hierarquia profissional, nos cargos de coordenação e de direcção, de modo a compreender os contextos de potencial liberdade (ou poder) para uma intervenção efectiva. Verifica-se que, mesmo

¹⁵¹ SILVA, Regina Tavares da, *Étude sur le bilan de fonctionnement effectif des mécanismes nationaux pour l'égalité entre les femmes et les hommes dans les États membres du Conseil de l'Europe*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, 2004, p. 41.

¹⁵² Cf. TUDOR, Ruth, *Enseigner l'histoire des femmes au 20e siècle: la pratique en salle de classe*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, 2000.

¹⁵³ Cf. SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher. Bibliografia Portuguesa... op. cit.*; CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino... op. cit.*

quando as percentagens de investigadoras e professoras universitárias são elevadas, a proporção de mulheres titulares de lugares de topo de carreira ou de cargos de direcção e de coordenação mantém-se baixa. A importância do estatuto académico das professoras e investigadoras, a estrutura e o funcionamento orgânico do sistema e a maior ou menor resistência dos poderes instituídos geram diferenças a nível internacional e no interior dos países, relativizando o peso do quantitativo de efectivos na projecção daquelas áreas de estudo. A própria existência de efeitos directos da elevada feminização da população discente das universidades no aumento da percentagem de mulheres no corpo docente é discutível¹⁵⁴.

Um estudo de Irene Vaquinhas revela, por exemplo, que na Universidade de Coimbra o aumento do peso relativo das professoras após o 25 de Abril de 1974 não é tão espectacular como se poderia esperar face à elevada feminização do corpo discente: "*Em 1975-1976, a percentagem de mulheres no corpo docente (...) era de 28,2%, em 1985-1986, de 29,8%, alcançando, na actualidade, cerca de 39,1%*"¹⁵⁵. Acresce que o último valor, como alerta a autora, poderá pecar por excesso, dado não incluir as Faculdades de Ciências e de Tecnologia. No que respeita aos cargos de chefia (Presidentes dos Conselhos Directivo, Científico, Pedagógico e da Assembleia de Representantes), as percentagens são ainda mais baixas: 19,4% e 23,1%, respectivamente, para 1985/86 e 1998/99¹⁵⁶. A análise da situação específica do Departamento de História causa, ainda, maior perplexidade. Na década de 1990, as historiadoras representavam, em média, apenas 35,2% do total de docentes e investigadores, valor que se situava abaixo do registado para a década anterior (35,4%)¹⁵⁷. A autora conclui que "*o Grupo de História, na Universidade de Coimbra, tem permanecido como um universo masculinizado, não se perspectivando, a curto prazo, alterações significativas, dado o congelamento da abertura de vagas*"¹⁵⁸.

A nível nacional, em 2001/02, as mulheres representavam 41,4% do pessoal docente do ensino superior, mas esta percentagem desce para 34,8% quando se excluem as pessoas que se encontravam em situação de pré-carreira¹⁵⁹. Em meados da década de 1990, apenas 6,7% do total de mulheres inseridas na carreira académica eram

¹⁵⁴ Cf. PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes...", in *op. cit.*.

¹⁵⁵ VAQUINHAS, Irene, "Breve reflexão a propósito da igualdade de oportunidades na Universidade de Coimbra depois do 25 de Abril de 1974", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, MEA, Elvira Cunha de Azevedo (org.), *Em torno da História... op. cit.*, p. 339.

¹⁵⁶ Cf. *Ibidem*, p. 340.

¹⁵⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 340-341.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 341.

¹⁵⁹ Cf. *A Igualdade de Género em Portugal. 2003... op. cit.*, p. 62.

professoras catedráticas, enquanto que no caso dos homens a percentagem era de 24,4%¹⁶⁰.

Um estudo comparativo em onze países da Commonwealth revela que, em 2002, a percentagem de professoras universitárias apenas ultrapassa os 20% em três países, Nova Zelândia (20,7%), Austrália (22,4%) e Jamaica (42,1%)¹⁶¹. O Reino Unido e o Canadá, pertencentes ao que se designa por mundo ocidental, exibem valores inferiores (17,6% e 19,9% respectivamente). O peso das professoras nos cargos de decisão diminui. Nos mesmos países, as percentagens variam entre 0% (Jamaica e Uganda) e 24,4% (Austrália). O Canadá apresenta a segunda percentagem mais elevada (18,8%) e o Reino Unido a terceira (14,7%). Em sete dos onze países a percentagem de mulheres não ultrapassa os 10%¹⁶². A autora sublinha o contraste entre a lentidão das mudanças no ensino superior no que respeita às relações de género e a rapidez a que se têm processado as alterações a nível geral.

Em França a taxa de feminização do corpo docente nas faculdades de letras era, no início do século XXI, de 27%, mas este valor diminui para 23% quando se consideram apenas os níveis mais elevados da carreira¹⁶³.

As mulheres continuam a estar sub-representadas nos lugares mais elevados da carreira e nos cargos de responsabilidade, bem como em determinadas áreas científicas, como a engenharia e a tecnologia. O peso da dificuldade da conciliação entre a vida profissional e familiar, por exemplo, é ilustrado pelo caso da Open University do Reino Unido¹⁶⁴. As suas faculdades de ciências e de tecnologia, situadas entre as mais bem cotadas do país, exibem percentagens mais elevadas de professoras do que as outras suas congéneres. Em 1999 a faculdade de ciências contava com 42% de professoras a tempo parcial e 35% a tempo inteiro contra os 25% da média nacional; a faculdade de tecnologia tinha 19% a tempo parcial e 22% a tempo inteiro contra os 13% a nível nacional¹⁶⁵. A oportunidade de trabalho docente a tempo parcial permite às mulheres com crianças pequenas não interromper a carreira profissional e a respectiva progressão,

¹⁶⁰ Cf. JESUÍNO, Jorge Correia (coord.), *A Comunidade Científica Portuguesa em finais do Século XX – comportamentos, atitudes e expectativas*, Oeiras, Celta, 1995, citado in *A Igualdade de Género... op. cit.*, p. 63.

¹⁶¹ Cf. MORLEY, Louise, "Gender equality in Commonwealth higher education", *Women's Studies International Forum*, vol. 23, nº 2-3, 2005, pp. 209-221. Os países considerados foram: África do Sul, Austrália, Canadá, Índia, Jamaica, Nigéria, Nova Zelândia, Reino Unido, Sri Lanka, Tanzânia e Uganda.

¹⁶² Cf. *Ibidem*.

¹⁶³ Cf. PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes...", in *op. cit.*

¹⁶⁴ Cf. DONOVAN, Claire et al., "Women in higher education: Issues and challenges for part-time scientists", *Studies International Forum*, vol. 23, nº 2-3, 2005, pp. 247-258.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 249. A oferta de trabalho a tempo parcial é específica da Open University em virtude da sua vocação de ensino à distância.

facilitando-lhes, mais tarde a passagem para o trabalho a tempo inteiro. Este exemplo mostra como o trabalho a tempo parcial se pode afigurar circunstancialmente favorável às mulheres, ao mesmo tempo que contribui para perpetuar as assimetrias nas relações sociais entre mulheres e homens.

Um terceiro nível de questionamento prende-se com a relação entre investigação e ensino, aspecto fundamental da sustentabilidade de qualquer área do saber¹⁶⁶. A análise da implantação institucional dos estudos sobre as mulheres e da história das mulheres em distintos contextos nacionais, atrás realizada, mostrou que o ensino é um dos pontos mais frágeis da sua afirmação nas universidades. Esta dificuldade remete para a problemática da relação entre os lugares epistemológicos e institucionais de produção e de transmissão de conhecimento nesta área de estudos.

1.1.6. Interdisciplinaridade e disciplinaridade – um debate em aberto

Os riscos dos programas de ensino interdisciplinares em estudos sobre as mulheres ou sobre género têm sido enunciados. Em geral, os currículos são compostos por matérias que, embora se destinem a conferir uma formação interdisciplinar, são leccionadas por docentes provenientes de quadros disciplinares específicos. Cada estudante toma contacto com as potencialidades da interdisciplinaridade, mas confronta-se, também, com os limites de uma "*acquisition de plusieurs savoirs disciplinaires intégrés «hors de contexte», sans connaissances des fondements théoriques ou des écoles de pensée auxquelles se rattachent les textes étudiés*"¹⁶⁷. Não menos relevante é a dificuldade sentida pelo corpo docente em avaliar trabalhos que se inserem de forma mais radical numa perspectiva interdisciplinar.

Beatriz Nizza da Silva defende que o alargamento às diversas áreas do conhecimento constitui um importante elemento formativo para quem investiga, porque lhe abre novas perspectivas e lhe proporciona novos questionamentos, mas a fidelidade à disciplina de origem, por exemplo à história, deve manter-se com os seus métodos e ferramentas próprias¹⁶⁸. No mesmo sentido, Susan Friedman refere-se a uma "*double*

¹⁶⁶ Cf. FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "El género como categoría de análisis en la enseñanza de las Ciencias Sociales", in VERA MUÑOZ, María Isabel, PÉREZ I PÉREZ, David (ed.), *Formación de la ciudadanía: las TICs y los nuevos problemas*, Alicante, Asociación Universitaria del Profesorado de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2004, pp. 565-583; DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire... op. cit.*

¹⁶⁷ CHAPONNIÈRE, Martine, HILTMANN, Gabrielle, "L'interdisciplinarité entre idéal et réalité – une approche pragmatique", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n° 1, *Les disciplines en jeu*, 2004, p. 7.

¹⁶⁸ Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, "Passado e presente nos Estudos...", in *op. cit.*

«home» from which I «travel» to other disciplines and back again: a disciplinary «home base» (...) and a political «home base» (...)»¹⁶⁹. A primeira casa confere-lhe uma pertença intelectual, base de conhecimento e de metodologia, e a segunda é o lugar onde a abordagem das relações de género e de poder se traduz num compromisso político de mudança e de justiça social.

Fazendo o balanço de um programa inter-universitário de doutoramento em Estudos de Género criado na Suíça, Lorena Parini conclui que "*un aller-retour constant entre disciplinarité et interdisciplinarité permet de garder un équilibre entre la spécialisation nécessaire à l'obtention du titre de docteur et l'interdisciplinarité qui constituera très souvent la condition de travail effectif après la thèse*"¹⁷⁰. A valorização da interdisciplinaridade como processo, no qual o trabalho individual ocupa uma posição central, é compartilhada por Susan Friedman. Esta autora defende a relação entre a investigação feminista disciplinar e interdisciplinar, mas coloca reservas aos doutoramentos em estudos sobre as mulheres no actual contexto académico americano enquanto formalização de um campo interdisciplinar¹⁷¹.

Nos EUA a interdisciplinaridade expandiu-se na academia, mas "*it seems to come from above, from supportive administrators and grant-making agencies*"¹⁷² e não, como nos anos 1970, da proposta de investigadoras. Como sustenta Susan Friedman, este novo discurso institucional resultou menos da influência dos estudos sobre as mulheres, apesar do seu inegável contributo para alterar as territorialidades disciplinares, do que do "*interface of two or more disciplines, especially from the collaborative work done by scientists trained in different disciplines who come together to solve particular problems, thus forming interdisciplinary knowledge out of multidisciplinary teamwork*"¹⁷³. Isto significa que a interdisciplinaridade se afirmou a partir de modos de fazer subordinados a objectivos pragmáticos e não do núcleo de uma ou mais ciências, por isso tem resultado menos da interacção entre as ciências do que da justaposição de saberes e métodos. No quadro europeu, Martine Chaponnière e

¹⁶⁹ FRIEDMAN, Susan Stanford, "Academic Feminism and Interdisciplinarity", *Feminist Studies*, Summer 2001 [em linha], disponível em http://www.findarticles.com/cf_0/m0300/2_27/78392727/print.jhtml (consultado em 30/09/2003).

¹⁷⁰ PARINI, Lorena, "L'expérience interdisciplinaire à l'École Doctorale Lémanique en Études genre", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, nº 1, *Les disciplines en jeu*, 2004, p. 30. O referido programa de doutoramento envolve quatro universidades: Basileia, Zurique, Berna/Friburgo e Lausanne/Genève.

¹⁷¹ Cf. FRIEDMAN, Susan Stanford, "Academic Feminism...", in *op. cit.*

¹⁷² FINGER, Anke, ROSNER, Victoria, "Doing Feminism in interdisciplinary contexts", *Feminist Studies*, Summer 2001 [em linha], disponível em http://www.findarticles.com/cf_0/m0300/2_27/78392726/print.jhtml (consultado em 30/09/2003).

¹⁷³ FRIEDMAN, Susan Stanford, "Academic Feminism...", in *op. cit.*

Gabrielle Hiltmann apelidam de retórica a exigência da interdisciplinaridade por parte das instituições de financiamento da investigação científica "*sans que l'on sache au juste ce qui est demandé, et bien sûr, sans référence aucune aux trente ans d'expérience universitaire en études femmes et études genre*"¹⁷⁴.

O problema da marginalização dos estudos sobre as mulheres, não só em termos académicos, mas também no que respeita às lógicas de empregabilidade, tem conduzido a soluções de compromisso, como o da Universidade de Toronto (Canadá), que fornece diplomas disciplinares com uma menção de especialização em estudos sobre as mulheres. Estes tão pouco logram atingir um estatuto assaz meritório nos EUA, onde "*Les étudiant-e-s comme les enseignantes qui s'engagent dans le féminisme académique risquent une perte de pouvoir, de prestige, de relations amicales et d'argent*"¹⁷⁵.

Neste contexto, como configurar, por exemplo, uma carreira universitária em Portugal, presente ou futura, para pessoas doutoradas em Estudos sobre as Mulheres? O problema afigura-se incontornável face à estrutura disciplinar que preside à orgânica das instituições e, em consequência, à definição das vagas postas a concurso¹⁷⁶. Apesar do discurso da interdisciplinaridade, "*personne ne se préoccupe de changer véritablement l'organisation du savoir qui est structurellement disciplinaire*"¹⁷⁷. A vinculação disciplinar funciona como factor de bloqueio à institucionalização dos estudos sobre as mulheres ou sobre género, mesmo nos EUA, nos quais se constata que, não só cerca de quatro quintos do corpo docente está afecto aos quadros das disciplinas tradicionais, como a maioria daqueles programas de estudos funcionam com base na contratação de pessoal a tempo parcial¹⁷⁸.

O desenvolvimento dos estudos culturais nos EUA e na Alemanha tem-se mostrado favorável à introdução da problemática da pluri e/ou da interdisciplinaridade na cultura científica, distintamente do que ocorre noutros países, onde o quadro disciplinar impera¹⁷⁹. Em França, a integração disciplinar continua a ser a via privilegiada pela história das mulheres, como testemunha e escolha do título da revista *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, pois, de acordo com uma das suas directoras, "*s'appeler «CLIO» (...) c'est dire que l'histoire des femmes et du genre appartient à*

¹⁷⁴ CHAPONNIÈRE, Martine, HILTMANN, Gabrielle, "L'interdisciplinarité...", in *op. cit.*, p. 4.

¹⁷⁵ BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.* p. 16.

¹⁷⁶ Cf. PARINI, Lorena, "L'expérience interdisciplinaire...", in *op. cit.*

¹⁷⁷ CHAPONNIÈRE, Martine, "Impossible interdisciplinarité?...", in *op. cit.*, p. 15.

¹⁷⁸ Cf. BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*

¹⁷⁹ Cf. CHAPONNIÈRE, Martine, HILTMANN, Gabrielle, "L'interdisciplinarité...", in *op. cit.*; HUFTON, Olwen, "Femmes/hommes...", in *op. cit.*

*part entière à la discipline historique, c'est pousser, par le dialogue avec la communauté des historiens français, les portes de la légitimité*¹⁸⁰.

Martine Chaponnière distingue duas direcções na investigação feminista. Uma, mais disciplinar, de pesquisa sobre as mulheres e sobre as relações sociais de género. A outra, que procura desenvolver uma metodologia própria para a investigação feminista e que "*passé de plus en plus par un discours sur la recherche féministe elle-même*"¹⁸¹, tornando-se um metadiscorso. Este, apesar de impelir para a interdisciplinaridade, não se tem mostrado favorável ao diálogo com as e os investigadores das várias disciplinas, porque o debate centrado em torno da diversidade das teorias feministas o tem encerrado num certo hermetismo. Segundo a autora, estas duas direcções têm dificuldade em convergir. Ela considera que "*tout concorde aujourd'hui pour qu'on reste dans la disciplinarité la plus sclérosée*"¹⁸², porque "*lorsque nous faisons de l'interdisciplinarité, nous ne faisons pas progresser notre propre discipline et, lorsque nous ne faisons pas progresser notre propre discipline, c'est fondamentalement notre pouvoir que nous mettons en jeu*"¹⁸³. Preocupação idêntica é enunciada por June Purvis face à tendência, no Reino Unido, de integrar as disciplinas de história das mulheres e do género em cursos de cariz interdisciplinar, em detrimento da sua inclusão nos cursos de história¹⁸⁴.

A valorização da interdisciplinaridade em termos académicos suscita o re-questionamento não só do seu próprio conceito – mistura ou fusão de disciplinas? –, como do próprio sentido da existência de cada disciplina específica – incluindo a reflexão sobre o duplo lugar da disciplina como área de saber e como área de poder académico. Susan Friedman prevê, ainda, a possibilidade de novas áreas nascidas da interdisciplinaridade, como os estudos sobre as mulheres ou os estudos culturais, se virem a converter em disciplinas específicas e, portanto, com as suas fronteiras e as suas metodologias bem delimitadas¹⁸⁵.

A institucionalização desta área de estudos significa, também, integrar num conjunto disciplinar delimitado as suas problemáticas inovadoras e subversivas e conter, de certo modo, a sua dimensão política. A expressão *estudos feministas*,

¹⁸⁰ THÉBAUD, Françoise, "De Pénélope a Clío...", in *op. cit.*, p. 21.

¹⁸¹ CHAPONNIÈRE, Martine, "Impossible interdisciplinarité...", in *op. cit.*, p. 16.

¹⁸² *Ibidem*, p. 18.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 19.

¹⁸⁴ Cf. PURVIS, June, "From «women worthies» to poststructuralism? Debate and controversy in women's history in Britain", in PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, 2ª ed., London, UCL Press, 1997 (1ª ed. 1995), pp. 1-22.

¹⁸⁵ Cf. FRIEDMAN, Susan Stanford, "Academic Feminism...", in *op. cit.*.

independentemente das duas direcções atrás assinaladas, uma de carácter mais disciplinar e empírico e outra mais supra-disciplinar e teórica, reporta-se à faceta política, que marcou aqueles estudos na sua origem e que os relacionava de forma intrínseca ao imperativo de mudança, e à filiação em teorias feministas. Deste modo, nem todos os trabalhos em estudos sobre as mulheres ou em história das mulheres são feministas¹⁸⁶. O progressivo reconhecimento académico dos estudos sobre as mulheres ou de história das mulheres não eliminou os constrangimentos à investigação pois "*des processus d'assimilation qui peuvent aussi être des processus de neutralisation ont été mis en place*"¹⁸⁷. Pressões de ordem diversa, como a progressão na carreira, a inserção em grupos ou projectos de investigação, a resposta a trabalhos encomendados ou a maior ou menor aceitação editorial, coagem a escolha dos temas e o próprio modo de os abordar. A assunção de um vínculo entre o político e o teórico não deve ser entendida como uma manipulação do pensamento e da investigação em função de objectivos de acção predeterminados, mas pode traduzir, como propõe Françoise Collin, uma atitude de vigilância intelectual permanente, a fim de "*sauvegarder l'indiscipline dans la discipline*"¹⁸⁸, ou seja, continuar a subverter o campo teórico e simbólico, através da reformulação e diversificação qualitativa das problemáticas e da renovação dos próprios processos de pesquisa.

1.2. A História das Mulheres e do Género e a permanente reconstrução do conhecimento histórico

A História é, como qualquer ciência – desde o lugar epistemológico que a define, passando pelas teorias que a conformam, até aos modos de recolha e selecção dos dados empíricos que a sustentam –, uma construção social. Como tal, situa-se e re-situa-se historicamente. Isto significa que é influenciada pelo sistema de valores e pela trama das relações sociais de poder, incluindo as relações sociais de género, estabelecidas em cada época e lugar. A investigação está, pois, como afirma Michel Certeau, "*circunscrita pelo lugar que uma conexão do possível e do impossível define*" e

¹⁸⁶ Cf. MIES, Maria, "Women's Research or Feminist Research? The Debate Surrounding Feminist Science and Methodology", in FONOW, Mary Margaret, COOK, Judith A. (ed.), *Beyond Methodology. Feminist Scholarship as Lives Research*, Bloomington, Indiana University Press, 1991, pp. 60-84; PURVIS, June, "From «women worthies»...", in *op. cit.*

¹⁸⁷ COLLIN, Françoise, "Ruptures. Résistance. Utopie", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 22, n° 1, *In/discipline. La volonté de faire science?*, 2003, p. 68.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 62.

a história conforma-se, não só "*por uma relação da linguagem com o corpo (social) (...) [como] também, pela sua relação com os limites que o corpo impõe, quer sobre o modo de ser do lugar particular donde se fala, quer sobre o modo de ser do objecto diferente (passado, morto) de quem se fala*"¹⁸⁹.

A renovação historiográfica, operada na década de 1970 e enunciada na trilogia *Fazer História*¹⁹⁰ – novos problemas, novos contributos, novos objectos –, editada em França em 1974, traduziu-se num alargamento do "*território do historiador*"¹⁹¹ favorável ao desenvolvimento da História das Mulheres. A esta foram propícias, sobretudo, a interpelação suscitada pelas pesquisas sobre o trabalho feminino realizados no âmbito da sociologia, a partir de finais dos anos 1960, a abertura interdisciplinar, que elegeu como interlocutora privilegiada a Antropologia, e o aprofundamento dos estudos da demografia histórica, com o método de reconstituição das famílias¹⁹² e a sistematização dos dados quantitativos¹⁹³, os quais estimularam a história da família e concorreram para tornar a história das mentalidades e das representações uma das principais linhas de força da Nova História¹⁹⁴.

O diálogo com a Antropologia contribuiu para esbater as fronteiras entre as duas ciências, estabelecidas aquando da organização dos saberes disciplinares, no século XIX. Não obstante, o político e o poder continuam, na actualidade, a dominar o topo da hierarquia dos saberes históricos, dificultando a integração da pesquisa da história das mulheres, por efeito da perenidade de uma herança que atribuiu "*à l'anthropologie ce qui relevait de la stabilité dans la société – donc le monde féminin – et à l'histoire ce qui est dynamique et politique – donc masculin*"¹⁹⁵. Em Portugal, o peso da esfera política é ainda mais marcado no ensino da história e acentua-se nos conteúdos mais próximos do tempo presente, como sustentou Teresa Alvarez Nunes com base numa análise de manuais escolares de história contemporânea¹⁹⁶. Michèle Le Dœuff inscreve

¹⁸⁹ CERTEAU, Michel de, "A operação histórica", in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História*, vol. 1, *Novos Problemas*, Venda Nova, Bertrand, 2ª ed., 1987, p. 31 (itálicos no original).

¹⁹⁰ LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História*, 3 vols., Venda Nova, Bertrand, 1977-1987.

¹⁹¹ Cf. LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Le territoire de l'historien*, Paris, Gallimard, 1973.

¹⁹² Cf. HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.

¹⁹³ Cf. LASLETT, Peter, *O Mundo que nós perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975.

¹⁹⁴ Cf. LE GOFF, Jacques et al. (dir.), *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990; PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences...* *op. cit.*; THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*.

¹⁹⁵ Cf. STUDER, Brigitte, THÉBAUD, Françoise, "Entre Histoire et mémoire", in GUBIN Eliane et al. (dir.), *Le siècle des féminismes*, Paris, Les Éditions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 2004, pp. 27-45.

¹⁹⁶ Cf. NUNES, Maria Teresa Alvarez, *Género e cidadania nas imagens de história...* *op. cit.*; a autora verificou que os temas e acontecimentos políticos e militares predominam, privilegiando a reprodução de imagens figurativas masculinas em detrimento das femininas e das mistas.

a divisão atrás enunciada na distinção Rousseauiana entre o sujeito do contrato social, inconstante e mutável, e os outros grupos humanos, vinculados a uma natureza estável, "*donc objets d'une connaissance anthropologique*"¹⁹⁷.

1.2.1. A História no Feminino

A réplica à omissão e à subvalorização das esferas da vida social associadas ao feminino, a que Michelle Perrot chamou "*les silences de l'histoire*"¹⁹⁸, concretizou-se, numa primeira fase, na produção de conhecimento centrado sobre o lugar das mulheres na sociedade, ou seja, sobre o seu contributo específico para o desenvolvimento humano¹⁹⁹. As questões que orientavam a pesquisa – "Les femmes ont-elles une histoire?"²⁰⁰, "Is There a History of Women?"²⁰¹, "Frauen suchen ihre Geschichte"²⁰² – traduziam uma reacção face à invisibilidade das mulheres na narrativa histórica.

Nesta fase, a denúncia da falta de fontes arquivísticas referentes às mulheres tornou-se um argumento recorrente, pois, como observa Anne Cova, "*a conservação dos arquivos não é neutra*"²⁰³ e a própria forma como as fontes se constituem "*intègre l'inégalité sexuelle et la marginalisation ou dévalorisation des activités féminines*"²⁰⁴. As fontes orais constituíram-se, então, como "*a new document*"²⁰⁵ preferencial, sobretudo no estudo dos movimentos de mulheres contemporâneos, objecto de estudo privilegiado pelos grupos feministas que pretendiam reconstituir a memória colectiva das mulheres enquanto sujeitos políticos. Sylvie Van de Castele-Schweizer e Danièle Voldman testemunham que "*nous nous sommes appuyées avant tout sur les sources orales dont on sait que l'usage a renforcé l'hypothèse qu'un groupe pouvait se*

¹⁹⁷ LE DŒUFF, Michèle, *Le sexe du Savoir*, Paris, Flammarion, 1998, p. 297; cf. HENRIQUES, Fernanda, "Rousseau e a exclusão das mulheres de uma cidadania efectiva", in FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro, *O que os Filósofos pensam sobre as mulheres*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 171-190.

¹⁹⁸ PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*

¹⁹⁹ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

²⁰⁰ Designação do primeiro curso na Universidade de Paris VII, dinamizado, em 1973, por Michelle Perrot, Fabienne Bock e Pauline Schmitt. Cf. PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*, p. XI.

²⁰¹ DEGLER, Carl N., *Is There a History of Women?*, London, Oxford University Press, 1975, cit. in BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*

²⁰² HAUSE, Karin (ed.), *Frauen suchen ihre Geschichte. Historische Studien Zum 19. und 20. Jahrhundert*, München, Beck, 1983, cit. in BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*

²⁰³ Anne Cova, "Género e História...", in *op. cit.*, p. 54.

²⁰⁴ PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*, p. IV.

²⁰⁵ GLUCK, Sherna Berger, "What's So Special about Women? Women's Oral History", in ARMITAGE, Susan H., HART, Patricia, WEATHERNON, Karen (eds.), *Women's Oral History. The Frontiers Reader*, London, Frontiers Pub., 2002, p. 5.

constituer à travers sa mémoire"²⁰⁶. Nesta consonância, a valorização das fontes orais foi acompanhada por um esforço de legitimação da subjectividade e da proximidade entre objecto de pesquisa e sujeito investigador.

As investigações feministas, pelo enfoque particular atribuído à relação investigação-acção, enfatizaram a importância e, mesmo, a imprescindibilidade da identificação do sujeito que pesquisa com o objecto estudado²⁰⁷. Em causa estava uma concepção de conhecimento científico objectivo, assente no pressuposto de que o/a investigador/a é um elemento passivo face a uma realidade que se lhe vai desvelando mediante a aplicação rigorosa dos procedimentos metodológicos da sua disciplina, o qual se mostrava incompleto e enviesado no que se referia às mulheres e às suas actividades. Sublinhando que o conhecimento histórico é sempre tributário do presente, isto é, que a reflexão histórica é "*regressiva*"²⁰⁸, na expressão de Jean Chesneaux, e que a delimitação de um campo de investigações obedece a pressupostos ideológicos prévios, a epistemologia feminista contribuiu para uma alteração semântica do conceito de objectividade, evidenciando a importância da prática científica que sustenta a produção de conhecimento e o contexto social da própria ciência²⁰⁹. A pessoa que investiga passa, também, a ser vista como um sujeito situado, ou seja, alguém com uma pertença de género, social, étnica e outras. Este questionamento abalou um dos fundamentos da ciência moderna, a separação entre o sujeito cognoscente (e as condições do saber) e o objecto de conhecimento.

A introdução de todas estas variáveis, contudo, não deve ser confundida com o relativismo, pois o que está em causa não é o valor do processo de conhecimento, mas a concepção positivista de objectividade²¹⁰. Isto significa que não se pretende passar de uma verdade histórica, entendida como conhecimento mimético de um objecto exterior e estável, para a contingência de uma verdade individual e subjectiva, o que negaria a razão de existência da própria ciência histórica. A objectividade do conhecimento construído convoca uma intersubjectividade, ou seja, resulta da articulação de

²⁰⁶ VAN DE CASTEELE-SCHWEIZER, Sylvie, VOLDMAN, Danièle, "Les sources orales pour l'histoire des femmes", in PERROT, Michelle (dir.), *Une Histoire des Femmes est-elle possible?*, Marseille, Rivages, 1984, p. 60 (itálicos no original).

²⁰⁷ Cf. MIES, Maria, "Women's Research...", in *op. cit.*; Cf. ERGAS, Yasmine, "O sujeito mulher...", in *op. cit.*.

²⁰⁸ Cf. CHESNEAUX, Jean, *Du passé faisons table rase?*, Paris, Maspero, 1976, p. 53.

²⁰⁹ Cf. NASH, Mary, "Nuevas dimensiones en la historia de la mujer", in NASH, Mary (ed.), *Presencia y protagonismo...* *op. cit.*.

²¹⁰ Cf. HÖNIG, Kathrin, "Relativism or Anti-Anti-Relativism? Epistemological and Rhetorical Moves in Feminist Epistemology and Philosophy of Science", *European Journal of Women's Studies*, vol. 12, nº 4, 2005, pp. 407-419.

procedimentos teóricos e metodológicos, definidos e redefinidos pela disciplina histórica e desenvolvidos por um sujeito situado²¹¹. Como afirma José Mattoso, a História é uma ciência porque "*propõe um discurso não arbitrário, quer do ponto de vista do conteúdo, quer do ponto de vista da forma (...) [e] reivindica a possibilidade de encontrar uma relação necessária entre o discurso e o seu objecto*"²¹².

A perspectiva tradicional da História das Mulheres, denominada "*história no feminino*" (a *herstory* por oposição a *history* na língua inglesa), "*fase de acumulação*"²¹³, "*história compensatória*" ou "*história contributiva*"²¹⁴, procurou preencher os vazios do saber histórico com dados relativos ao passado das mulheres. Esta etapa, não obstante ter-se situado numa perspectiva de "*aditamento*"²¹⁵, mostrou-se importante na produção de trabalhos monográficos que favoreceram o desenvolvimento de teorias e de metodologias e que conferiram visibilidade e estatuto académico, em alguns países, a este campo de pesquisa²¹⁶. A ciência histórica foi confrontada com a incongruência de se manter cega perante metade do seu objecto de estudo, limitando-se a ser uma "*demi-histoire en quelque sorte*"²¹⁷, sendo que, como declara José Mattoso, "*não só se escreveu só a metade, como esta metade não tem sentido algum sem o resto*"²¹⁸.

Proliferaram as biografias de mulheres célebres, os estudos sobre "As mulheres no tempo de...", ao mesmo tempo que a demografia histórica abria novas perspectivas para o estudo da família e das mulheres na época moderna e, na senda da dominante história económico-social, os trabalhos sobre o trabalho feminino no quadro do processo de industrialização marcavam, em França e na Grã-Bretanha, uma ligação

²¹¹ Cf. PREISWERK, Roy, PERROT, Dominique, *Ethnocentrisme et Histoire*, Paris, Anthropos, 1975; CARDOSO, Ciro F. S., *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e história*, Barcelona, Ed. Crítica, 1981; RAMA, Carlos M., *Teoria da História*, Coimbra, Almedina, 1980; HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales. Escribir Historia hoy*, Madrid, Ed. Akal, 2004.

²¹² MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Estampa, 1988, p. 23.

²¹³ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

²¹⁴ Cf. LERNER, Gerda, "Placing Women in History: a 1975 Perspective", in CARROLL, Berenice (ed.), *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, Chicago, University of Illinois Press, 1976, pp. 357-367. A autora distingue a história compensatória, que incidiu sobretudo em biografias de mulheres excepcionais, da história contributiva. Esta, apesar de também continuar centrada na visibilidade das mulheres sem questionar o carácter androcêntrico dos parâmetros que definem a produção histórica, alargou o objecto histórico à análise do estatuto e da imagem das mulheres e ao contributo destas para determinados acontecimentos ou movimentos.

²¹⁵ A historiadora Selma LEYDESDORFF utiliza a expressão "add on approach"; cf. LEYDESDORFF, Selma, "Politics, identification and the writing of women's history", in ANGERMAN, Arina et al. (ed.), *Current issues in women's history*, London, Routledge, 1989, pp. 9-20.

²¹⁶ Cf. LEYDESDORFF, Selma, *Ibidem*; THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

²¹⁷ GUBIN, Eliane, "Histoire des femmes,..." , in *op. cit.* p. 95.

²¹⁸ MATTOSO, José, "Introdução ao painel «Estudos sobre as mulheres em Portugal»", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres... op. cit.*, p. 56.

estreita entre a história das mulheres e a história do movimento operário no período contemporâneo. Novos objectos foram também introduzidos, como o corpo, a maternidade, o divórcio, a sexualidade, os feminismos, sublinhando a importância das experiências femininas²¹⁹.

Este modo de fazer história, porém, ao circunscrever a análise da intervenção das mulheres a realidades predefinidas por uma perspectiva histórica androcêntrica, revelou-se insuficiente para incorporar as diversas experiências das mulheres e para reinterpretar a sociedade como um todo, apreendendo a acção de mulheres e de homens sobre uma determinada realidade, bem como a forma como esta actua sobre umas e outros e conforma as suas relações e hierarquias²²⁰. Tornava-se necessário ultrapassar a noção, subjacente à maioria dos estudos realizados, de que as mulheres eram vítimas ou rebeldes no quadro de um poder opressor masculino hegemónico.

Ainda nos anos 1970, nos EUA, a noção de *cultura feminina* foi aplicada à análise histórica como reacção à universalização da concepção da supremacia masculina. Em França esta abordagem acompanhou o impulso da história cultural e das representações. Desenvolveu-se, assim, um campo de investigação sobre a construção de uma cultura específica das mulheres, com base no pressuposto que a doutrina das esferas separadas criara lugares, objectos e condutas próprias da sociabilidade e da identidade femininas. O enaltecimento da maternidade, decorrente da idealização da mulher-mãe, atribuía às mulheres determinados poderes que lhes advinham das suas funções reprodutoras. As limitações e os perigos desta perspectiva têm sido apontados, em especial porque, em primeiro lugar, é inconsistente face à comprovada inflexibilidade das fronteiras entre as esferas pública e privada, em segundo lugar, conduz à essencialização de uma natureza feminina invariante e, em terceiro lugar, escamoteia a desigualdade das relações entre os sexos em nome da complementaridade dos poderes. Acresce que a noção de cultura feminina não só resiste com dificuldade às análises multiculturais, ou

²¹⁹ Cf. PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*; THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*; HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, "Historia, historia de las mujeres e historia de las relaciones de género", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres... op. cit.*, pp. 29-55.

²²⁰ Cf. LERNER, Gerda, "Placing Women...", in *op. cit.*; LERNER, Gerda, "New Approaches to the Study of Women in American History", in CARROLL, Berenice (ed.), *Liberating Women's History... op. cit.*, pp. 349-356; GORDON, Linda, "What's new in Women's History", in GUNEW, Sneja (ed.), *A Reader in Feminist Knowledge*, London, Routledge, 1991.

que têm em conta outras diversidades, como inscreve na imutabilidade a história da relação entre os sexos²²¹.

1.2.2. Por uma História Relacional

A consciência de que as mulheres não têm todas a mesma história, ou seja, de que as mulheres não constituem uma categoria homogênea, exigiu que a história das mulheres se re-situasse face à diversidade, complexidade e, mesmo, incongruência inerentes a essa pluralidade²²². O título do colóquio de Saint-Maximin, *Une histoire des femmes est-elle possible?*²²³, assinala essa viragem, que questiona o sentido de se considerar as mulheres um objecto histórico específico e a história das mulheres uma subdisciplina da história. Foram as próprias categorias da história tradicional que foram postas em causa e a principal dificuldade da história das mulheres deslocou-se, então, da questão técnica da falta de fontes para questões de ordem teórica e metodológica. Conscientes das limitações da história no feminino, as historiadoras, como afirma Linda Gordon, "*moved to less glorious and also more ambivalent analyses of the past*"²²⁴ procurando realizar, não só uma história diferente, mas sobretudo crítica e conducente a uma reescrita da História. As fontes escritas foram reabilitadas e revisitadas a partir de novas interrogações.

As periodizações são um bom exemplo do questionamento da exclusão das mulheres da inteligibilidade histórica. Como sublinha Yvonne Knibiehler, "*chercher les périodes, c'est repérer les points de rupture, marquer les étapes, découvrir une évolution, ou la construire*"²²⁵ e essa operação é realizada a partir de uma selecção, organizada previamente, de acontecimentos, a cronologia. Ambas são sustentadas por acontecimentos que se afiguram, ao olhar do/a historiador/a, em função de critérios de escolha definidos pela comunidade científica, como marca de mudança. Esses critérios são etnocêntricos, sociocêntricos de classe, androcêntricos e, em maior ou menor grau, reflectem uma concepção universalista do processo histórico, unificando a humanidade

²²¹ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*; DAUPHIN, Cécile et al., "Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie", *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, nº 2, 1986, pp. 271-293; DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire... op. cit.*; NASH, Mary, "Nuevas dimensiones en la historia...", in *op. cit.*

²²² Cf. BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*

²²³ Colóquio realizado em 1983 em Saint-Maximin e cujas actas foram publicadas no ano seguinte; cf. PERROT, Michelle (dir.), *Une Histoire des Femmes... op. cit.*

²²⁴ GORDON, Linda, "What's new...", in *op. cit.*, p. 74.

²²⁵ KNIBIEHLER, Yvonne, "Chronologie et Histoire des Femmes", in PERROT, Michelle (dir.), *Une Histoire des Femmes... op. cit.*, p. 54 (itálicos no original).

numa história comum²²⁶. A consciência da dimensão do tempo é, como defende Pierre Vilar, "o contrário de um dado ingénuo"²²⁷. As mulheres, associadas à permanência ou a esferas da vida social consideradas secundárias para o devir histórico, ficaram, à partida, excluídas dos factos considerados relevantes. Tendo em conta que os acontecimentos envolvem sempre homens e mulheres, isto é, "ne respectent pas la distinction des sexes"²²⁸, questiona-se o porquê e o como dos processos de invisibilização das mulheres na história.

Determinar rupturas significativas para as mulheres ou para os homens é uma tarefa árdua que se confronta com a dificuldade em apreender e tornar inteligível as múltiplas e incomensuráveis temporalidades inscritas na realidade social em toda a sua historicidade²²⁹. A título ilustrativo, refiram-se dois exemplos significativos: na Europa, o Renascimento não representou para as mulheres um período de progresso e avanço cultural, mas, pelo contrário, restringiu de forma notória o seu palco de actuação e de poder²³⁰; no século XIX, em Portugal, as invasões francesas e a revolução liberal de 1820 não introduziram mudanças significativas nos papéis sociais de homens e de mulheres, verificando-se, pelo contrário, uma permanência da organização sociosexual do Antigo Regime, que só a Regeneração começará a alterar²³¹.

A proposta de Nathalie Zemon Davis de tomar como referentes para a periodização as alterações nas práticas de infanticídio ou nas prescrições religiosas relativas ao casamento e celibato do clero, não discutindo aqui a sua pertinência específica, tem o mérito de ritmar o fluxo do tempo com base em fenómenos sociais e não políticos²³². No que se refere à História Mundial, Mary Strobel e Marjorie Bingham

²²⁶ Cf. CHESNEAUX, Jean, *Du passé... op. cit.*; PREISWERK, Roy, PERROT, Dominique, *Ethnocentrisme et Histoire... op. cit.*, GORDON, Anne D., BUHLE, Mari Jo, DYE, Nancy Schrom, "The Problem of Women's History", in KARROLL, Berenice A. (ed.), *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, Chicago, University of Illinois Press, 1976, pp. 75-92.

²²⁷ VILAR, Pierre, *História Marxista, História em Construção. Ensaio de diálogo com Louis Althusser*, Lisboa, Estampa, 1976, p. 56-57.

²²⁸ KNIBIEHLER, Yvonne, "Chronologie et Histoire...", in *op. cit.*, p. 51.

²²⁹ Cf. BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença, 1972. O autor contrapõe o "tempo social multi-forme" (p. 62), ou seja "os tempos múltiplos e contraditórios da vida" (p. 10) ao tempo do historiador, um tempo "medida" (p. 61) que assenta em modelos construídos e, por isso, também eles "de duração variável" (p. 52).

²³⁰ Cf. KELLY-GADOL, Joan, "The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History", in HARDING, Sandra (ed.), *Feminism and Methodology. Social Science Issues*, Milton Keynes, Open University Press, 1987, pp. 15-28.

²³¹ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "L'historiographie sur les femmes au Portugal...", in *op. cit.*; LEAL, Maria Ivone, "Os Papéis Tradicionais Femininos: Continuidade e Rupturas de meados do século XIX a meados do século XX", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 2, Coimbra, IHES, FL-Universidade de Coimbra, 1986, pp. 353-368.

²³² Cf. DAVIS, Natalie Zemon, "«Women's History» in Transition: The European Case", in SCOTT, Joan Wallach (ed.), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 79-104.

apresentam uma proposta de tópicos para incluir, em cada um dos grandes períodos estabelecidos, as questões das mulheres e do género²³³. O seu interesse reside, sobretudo, no facto de alertar para a necessidade de perspectivar a integração da história das mulheres e do género numa história mundial que já não pode ser entendida como uma história ocidental, isto é, centrada na Europa e nos EUA. Josemi Lorenzo, considerando que a periodização é uma das representações mais efectivas que os seres humanos têm para pensar a história, surpreende-se com "*la carencia de reflexiones sobre la noción de tiempo en una disciplina, la historia, que ha hecho de él su materia prima fundamental*"²³⁴.

É necessário questionar as convenções que conformam as divisões temporais, não só ao nível de periodizações, mas também no que respeita ao sentido que adquirem as cesuras que ritmam os dias, as semanas, os meses e os anos face, por exemplo, às experiências das mulheres. Nesta óptica, Giana Pomata propõe uma reflexão prévia sobre a construção dos critérios que subjazem às categorias de *história particular* e de *história geral*, dado que é na perspectiva desta última que se elegem os acontecimentos considerados significativos para organizarem o tempo cronológico. A autora considera, pois, precoce "*to hazard «time lines» of crucial dates in women's history*"²³⁵ e interroga-se, mesmo, sobre a sua pertinência numa história que privilegie a complexidade, em detrimento de uma linearidade cronológica pretensamente universal.

A introdução da categoria género na disciplina histórica constituiu um contributo teórico fundamental para o avanço qualitativo da história das mulheres, proporcionando novas abordagens teóricas da mudança social²³⁶. A conceptualização desta categoria de análise tem sido influenciada por distintas formulações teóricas, destacando-se o papel da ideologia das esferas separadas e hierarquizadas, produção e actividades públicas *versus* reprodução e actividades privadas, na diferenciação sexual (marxismo); o enfoque na importância da linguagem e das representações simbólicas na identidade sexual e na construção das relações sociais (Lacan); e o peso do discurso na estruturação das relações sociais de poder entre mulheres e homens (Foucault)²³⁷.

²³³ Cf. STROBEL, Margaret, BINGHAM, Marjorie, "The Theory and Practice...", in *op. cit.*.

²³⁴ LORENZO ARRIBAS, Josemi, "El telar de la experiencia. historia de las mujeres y epistemología feminista", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres...* *op. cit.*, p. 80.

²³⁵ POMATA, Gianna, "History, Particular and Universal: on Reading some Recent Women's History Textbooks", *Feminist Studies*, vol. 19, nº 1, 1993, p. 39.

²³⁶ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*, pp. 28-50; BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*.

²³⁷ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "The Problem of Invisibility...", in *op. cit.*.

A análise marxista introduziu um postulado teórico importante, não só ao sublinhar a importância da ideologia na construção de um modo de diferenciação social ajustado às necessidades do desenvolvimento capitalista, mas ao definir esse modelo ideológico em termos de esferas separadas, nas quais se inscreveram dicotomicamente espaços (público/privado), funções (produção/reprodução) e sexos (homens/mulheres). Este modelo foi-se desenvolvendo ao longo da época moderna e a partir do século XIX consolidou-se como forma de racionalização da sociedade. A associação das mulheres num privado considerado não produtivo permitiu que as actividades por elas realizadas no espaço doméstico pudessem ser pouco ou não ser, em absoluto, remuneradas, o que teria garantido um acréscimo de mais-valia decisivo para o aumento da acumulação de capital. Não se tratou, porém, apenas de uma divisão sexual do trabalho ou do acantonamento funcional das mulheres à esfera do privado. O poder da ideologia das esferas separadas residiu, sobretudo, na capacidade de impor a *normalização* das mulheres, enquanto categoria, como entes do privado, com base na equivalência estabelecida entre as esferas e os sexos, isto é, entre público e masculino e entre privado e feminino²³⁸. Apesar da importância dos contributos da teoria marxista para a história das mulheres, a historiografia marxista permaneceu alheia à problemática das mulheres subordinando-a à análise das classes sociais, pois considerava que as contradições e conflitos entre elas constituíam o motor do devir histórico²³⁹. Algumas abordagens marxistas mais recentes, porém, têm conferido centralidade às relações sociais de género e têm enfatizado o efeito da função de regulação social desempenhada pelas mulheres, elemento facilitador do controlo do capital sobre o trabalho, na maximização dos lucros na sociedade capitalista, em detrimento da lógica explicativa anterior que valorizava as vantagens directas da exploração da mão-de-obra barata feminina para o crescimento económico²⁴⁰.

Os trabalhos de Lacan mostraram que a linguagem, mais do que um mero instrumento de representação de ideias, produtoras ou reprodutoras de relações materiais, é um sistema (verbal e não verbal) de constituição de significado, isto é, de

²³⁸ Cf. *Ibidem*; PERROT, Michelle, "Public, privé et rapports de sexe", in *Les Femmes ou les Silences...* op. cit., pp. 383-391; EISENSTEIN, Hester, "Patriarchy and the universal oppression of women: feminist debates", in ARNOT, Madeleine, WEINER, Gaby (ed.), *Gender and the Politics...* op. cit., pp. 35-49.

²³⁹ Cf. VILAR, Pierre, *História Marxista...* op. cit.; CHESNEAUX, Jean, *Du passé...* op. cit.. Mesmo quando este autor denuncia que a coesão do grupo de historiadores se reforça através de uma endogamia profissional excludente, a nível social e sexual, formando uma "*mini-société des historiens (...) fortement sexiste*" (p. 78), a questão da estrutura hierárquica da máquina histórica, como estrutura de poder, é analisada sob a perspectiva das regras de funcionamento da divisão social do trabalho.

²⁴⁰ Cf. PHILLIPS, Anne, TAYLOR, Barbara, "Sex and Skill: Notes Towards a Feminist Economics", in SCOTT Joan Wallach (ed.), *Feminism and History...* op. cit., pp. 317-330.

construção do próprio pensamento e das práticas sociais. A história das mulheres acolheu esta base teórica para analisar, não só a importância das representações simbólicas na construção social da identidade sexual e da diferença que marca as relações sociais entre mulheres e homens, mas também os processos de mudança dos significados e sua conexão com os modos de (re)estruturação do poder²⁴¹.

O aprofundamento deste segundo nível de questões beneficiou do conceito Foucaultiano de discurso como estrutura sociohistórica complexa que não se inscreve só em palavras, mas também se corporiza em instituições e em relações sociais. Considerando que o discurso não existe em si próprio, como "*un jeu de significations préalables*"²⁴² ou, por outras palavras, como um sentido universal a decodificar, mas se constitui como enunciado e como efeito, num conjunto de práticas que produzem redes de relações materiais, Michel Foucault pôs em causa o essencialismo e o universalismo, demonstrando que as representações do corpo e da diferença sexual foram modeladas pela cultura.

Outro enunciado importante para a história das mulheres é o de que as relações entre mulheres e homens são relações políticas e, portanto, de poder, na medida em que são modeladas pelo discurso e este, como qualquer mecanismo sociocultural de produção de sistemas de pensamento, está carregado de poder. Segundo Joan Scott, o grande contributo daquele autor foi mostrar como o poder se instaura a partir da capacidade de legitimar como verdadeiros os seus pressupostos, ou seja, de os validar como realidades em si, independentes da acção ou do conhecimento humanos, convertendo-os, desse modo, em *verdades objectivas* e, como tal, socialmente partilhadas, como é o caso da noção de que o sexo se funda na natureza²⁴³. O século XIX mostra bem a eficácia do poder persuasivo. A divisão sexual dos papéis e dos espaços sociais foi acentuada como nunca o fora até então, mercê de um complexo e sustentado sistema de validação inscrito, por exemplo, no discurso científico (biomédico, em particular, mas também histórico, antropológico e sociológico), no discurso da economia política, na organização institucionalizada da vida social (escolas, fábricas, hospitais, asilos, prisões, ministérios, sindicatos, etc.) e na multiplicação e consolidação de meios e iniciativas públicas de comunicação e de

²⁴¹ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "Deconstructing Equality-Versus-Difference: or, The Uses of Poststructuralist Theory for Feminism", in *Feminist Studies*, vol. 14, n° 1, 1988, pp. 33-50.

²⁴² FOUCAULT, Michel, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, p. 55.

²⁴³ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "Deconstructing Equality-Versus-Difference...", *op. cit.*; PERROT, Michelle, "Michel Foucault...", in *op. cit.*, pp. 413-427.

difusão de conhecimento, que propagavam com vigor a "palavra dita"²⁴⁴ (periódicos, panfletos, livros, conferências, congressos, teatro, comemorações, exposições industriais, etc.).

Um terceiro aspecto a reter do pensamento Foucaultiano é que o poder não é um sistema unívoco nem coerentemente opressivo, mas, pelo contrário, assume formas e estratégias distintas, ramifica-se em micro-poderes, integra o conflito, produz consentimento e resistência, o que confere às relações de poder um carácter reversível²⁴⁵. A problemática dos poderes torna-se um tópico central das relações humanas e, em particular, das relações entre homens e mulheres, dado que está presente "*dans tous les mécanismes de production des systèmes de pensée et de représentation*"²⁴⁶. Não se pode, porém, compreender o funcionamento dos sistemas de poder sem reconhecer e analisar os "*mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento*"²⁴⁷, estratégia fundamental para a história das mulheres superar o quadro interpretativo de vítima (ou rebelde) face à dominação masculina. A compreensão do como e do quanto as mulheres intervieram no sistema de poder/consentimento, em toda a sua dinâmica e complexidade, constitui "*uma via prometedora, mas ainda pouco explorada*"²⁴⁸. Neste contexto, afigura-se profícua a proposta de Mary Nash de transferir, para a análise das relações de poder com base no género, o conceito de subalternidade aplicado pelos especialistas dos estudos culturais e do pós-colonialismo às sociedades pós-coloniais. Ao perspectivar as mulheres como sujeitos subalternos, na complexidade das múltiplas dimensões dessa subalternidade, a autora pretende contribuir para melhor compreender como as mulheres interiorizam e reproduzem a sua

²⁴⁴ Utilizando a expressão de Maria Manuela Tavares RIBEIRO em "Movimento operário...", in *op. cit.*, p. 390.

²⁴⁵ Cf. PERROT, Michelle, "Michel Foucault...", in *op. cit.*; ELSHTAIN, Jean Bethke, "The power and powerlessness of women", in BOCK, Gisela, JAMES, Susan (ed.), *Beyond Equality and Difference. Citizenship, feminist politics, female subjectivity*, London, Routledge, 1992, pp. 110-125.

²⁴⁶ COURTOIS, Luc, PIROTTE, Jean, ROSART, Françoise, "Introduction. «Mes soeurs, si nous recommençons!»", in COURTOIS, Luc, PIROTTE, Jean, ROSART, Françoise (dir.), *Femmes et Pouvoirs. Flux et reflux de l'émancipation féminine depuis un siècle*, Louvain-la-Neuve/ Bruxelles, Collège Érasme/ Ed. Nauwelaerts, 1992, p. 14.

²⁴⁷ CHARTIER, Roger, "A História das Mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos e violência simbólica", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1995, p. 40.

²⁴⁸ VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*, p. 155; cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "A Mulher e o Poder. Os Poderes da Mulher. Visão Histórica", in AAVV, *A Mulher e o Poder. Comunicações de um Seminário*, Lisboa, CCF, 1987, pp. 155-179; cf. COTTIAS, Myriam, et al., "Entre doutes et engagements: un arrêt sur image à partir de l'histoire des femmes", *Clio*, nº 20, 2004 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document1383.html> (consultado em 14/02/2007).

própria subordinação²⁴⁹.

1.2.3. O conceito de género na investigação histórica

O conceito de género, utilizado para convocar todas as diferenças, socialmente estabelecidas, entre mulheres e homens, surge no início dos anos 1970, sendo de referir a historiadora Nathalie Zemon Davis, que, na segunda metade dos anos 1970, utilizara aquele conceito para sublinhar o peso dos papéis sexuais e do seu simbolismo na história social, de modo a "*to find out what meaning they had and how they functioned to maintain the social order or to promote its change*"²⁵⁰. No entanto, foi a historiadora americana Joan Scott quem, pela primeira vez, numa conferência proferida em 1985 e publicada em 1986, reflectiu teoricamente sobre a sua importância para a investigação histórica²⁵¹. Dois anos mais tarde, no quadro europeu, a historiadora alemã Gisela Bock elaborou também uma análise teórica sobre a matéria²⁵². Os dois ensaios introduziram um ponto de viragem na história das mulheres e constituem, ainda hoje, textos de referência.

No essencial, Joan Scott sustentou, em primeiro lugar, que "*gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes*"²⁵³, o que pressupõe o carácter dinâmico das relações sociais entre mulheres e homens e a precaridade das concepções de masculino e feminino. Como clarifica Gisela Bock, as diferenças baseadas no género não são universais, pois são historicamente

²⁴⁹ Cf. NASH, Mary, *As Mulheres e o Mundo. História, desafios e movimentos*, Vila Nova de Gaia, Ed. Ausência, 2005.

²⁵⁰ Cf. DAVIS, Natalie Zemon, "«Women's History" in Transition... ", in *op. cit.*, p. 88 (publicado originalmente in *Feminist Studies*, vol. 3, nº 3/4, 1976). Françoise Thébaud destaca os trabalhos de Robert Stoller (1968) e de Ann Oakley (1972) sobre a utilização do conceito de género, respectivamente na psicologia e na sociologia, para denominar a construção social das diferenças sexuais; cf. THÉBAUD, Françoise, "Sexe et genre", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 59-66.

²⁵¹ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5, 1986 (conferência proferida em Dezembro de 1985 na American Historical Association); o artigo foi inserido na colectânea de artigos da autora *Gender and the Politics...* *op. cit.*, pp. 28-50; foi com a tradução deste artigo para francês – "Genre: une catégorie utile d'analyse historique", *Les Cahiers du Grief*, nº 37-38, printemps 1988, *Le genre de l'histoire*, pp. 125-153 – que o termo *genre* foi introduzido na historiografia francesa. Este artigo foi traduzido e publicado em vários países europeus, incluindo os do sul da Europa, como a Itália e a Espanha, mas não em Portugal. Existe, porém, uma versão em português do Brasil (SCOTT, Joan Wallach (1990), "Género: uma categoria útil de análise histórica", *Educação e Realidade*, vol. 15, nº 2, 1990, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, pp. 5-22).

²⁵² O artigo foi traduzido para português em 1989: BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*.

²⁵³ SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*, p. 42.

configuradas de modo distinto²⁵⁴. O postulado de Joan Scott sublinha, ainda, o carácter social das diferenças sexuais. O segundo enunciado de Joan Scott é que "*gender is a primary way of signifying relationships of power*"²⁵⁵, ou seja, que o género é uma esfera primordial de enunciação do poder. As diferenças de género afiguram-se sempre assimétricas porque corporizam uma estrutura social hierarquizada repassada por relações de poder. A introdução da dimensão do poder no conceito de género foi fundamental para desvincular a história das mulheres da história social, domínio considerado, à partida, privilegiado para o estudo das relações sociais entre os sexos, mas que deixava de fora áreas como as da política e do poder. A necessidade de introduzir uma dimensão política na história das relações sociais entre os sexos foi também enunciada em França, em 1986, num artigo assinado por um colectivo multidisciplinar de investigadoras que preconizavam a necessidade de repensar em termos políticos a esfera social, ou seja, de a reinterpretar à luz das relações de poder²⁵⁶. A análise da interacção dos poderes e dos contra-poderes que constituem a trama do tecido social tornou-se fundamental para compreender como é que historicamente "*le pouvoir se dit dans le langage du genre*"²⁵⁷.

Para Joan Scott, o conceito de género não se restringe à análise de práticas sociais, mas refere-se, primordialmente, à construção discursiva das categorias sociais, o que implica transferir o objecto de investigação do nível das experiências para o dos discursos que as organizam. Para a autora, a aplicação do conceito de género em história subverte as concepções essencialistas, ao mostrar o carácter instável das categorias feminino e masculino, mas deve, também, questionar a intemporalidade da oposição binária entre elas, conferindo-lhes historicidade, bem como relativizar o peso excessivo conferido ao individual no processo de construção permanente do sujeito. Nesse sentido, defende que o conceito de género envolve a conexão entre os símbolos culturais, que evocam representações múltiplas e nem sempre coerentes, os conceitos normativos, que definem e confinam os sentidos dos símbolos, a dimensão das

²⁵⁴ Cf. BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*

²⁵⁵ SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*, p. 42.

²⁵⁶ Cécile DAUPHIN, Arlette FARGE, Geneviève FRAISSE, Christiane KLAPISCH-ZUBER, Rose-Marie LAGRAVE, Michelle PERROT, Pierrette PÉZSERT, Yannick RIPA, Pauline SCHMITT-PANTEL, Danièle VOLDMAN; cf. DAUPHIN, Cécile et al., "Culture et pouvoir des femmes...", in *op. cit.*

²⁵⁷ THÉBAUD, Françoise, "Sexe et genre...", in *op. cit.*, p. 64; Cf. DELPHY, Christine, "Penser le genre: quels problèmes?", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre*, Paris, CNRS, 1991, pp. 89-101.

questões políticas e das instituições e organizações sociais e, ainda, a identidade subjectiva²⁵⁸.

O uso generalizado da categoria analítica de género foi mais tardio em Portugal, ou noutros países europeus, como a Espanha e a França, datando, sobretudo, de meados dos anos 1990²⁵⁹. Este desfasamento face ao contexto americano não se deve apenas a uma resistência de ordem semântica colocada pelas línguas latinas. Entre outros motivos, tem sido apontado o facto do conceito de género ter sido gerado no seio de um novo centro de produção de pensamento teórico, localizado nos EUA, e não no centro tradicional, a Europa, sobretudo franco-germânica²⁶⁰. Não obstante, a categoria de género e a importância da linguagem e das representações têm vindo a ser integradas progressivamente na história das mulheres, mesmo nos contextos historiográficos onde a história social predomina. A sobrevalorização das práticas discursivas face às práticas sociais, porém, tem permanecido uma questão polémica no seio da comunidade historiadora, criando, mesmo, uma clivagem entre uma história social e uma história discursiva. Nos EUA registou-se uma autêntica viragem, registada como *linguistic turn*, devido à importância alcançada pelos estudos sobre a linguagem, mas esta nova direcção tem prosseguido com reservas em países europeus, como a França ou a Espanha, onde a investigação em história social está muito enraizada²⁶¹. A presença desta tensão nos volumes da *História das Mulheres no Ocidente*²⁶², por exemplo, suscitou um debate crítico, no qual se evidenciaram o excessivo peso dos discursos e a falta de articulação destes com as práticas sociais²⁶³, a redução da história das mulheres a uma ficção em resultado de uma análise centrada nas representações e nas imagens²⁶⁴, mas, também, as virtualidades da relação complexa entre a construção discursiva do social e a construção social dos discursos²⁶⁵.

²⁵⁸ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*.

²⁵⁹ Cf. JOAQUIM, Teresa, "Ex æquo: Contributo decisivo...", in *op. cit.*; THÉBAUD, Françoise, "Sexe et genre...", in *op. cit.*; IZQUIERDO, María Jesus, *El malestar en la desigualdad*, Madrid, Cátedra, 1998.

²⁶⁰ Cf. BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*; VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del, "A modo de introducción. La Historia en los albores del siglo XXI", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres...* *op. cit.*, pp. 11-27.

²⁶¹ Cf. *Ibidem*; PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes...", in *op. cit.*.

²⁶² Cf. DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* *op. cit.*.

²⁶³ Cf. POMATA, Gianna, "História das Mulheres, História do Género. Observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na *História das Mulheres no Ocidente*", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História...* *op. cit.*, pp. 25-35.

²⁶⁴ Cf. RANCIÈRE, Jacques, "Sobre a *História das Mulheres* no século XIX", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História...* *op. cit.*, pp. 45-55.

²⁶⁵ Cf. CHARTIER, Roger, "A História das Mulheres...", in *op. cit.*; o autor destaca o artigo de SCOTT, Joan Wallach, "A mulher trabalhadora", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* *op. cit.*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, pp. 443-475.

Em França, a história das mulheres assimilou os contributos conceptuais e metodológicos do conceito de género numa perspectiva de história relacional e sexuada e, mantendo-se "*réticente envers la nouvelle histoire culturelle, elle intègre une attention au langage dans une approche d'histoire sociale*"²⁶⁶. Nesta consonância, a análise dos discursos realiza-se em estreita articulação com as práticas sociais como se infere da proposta de Michelle Perrot: "*Quatre domaines pourraient être historiquement analysés (...): l'analyse des temps, des arguments et des représentations de l'inégalité (...); l'analyse des pratiques organisatrices de l'inégalité (...); les attitudes – individuelles et collectives – des femmes (et des hommes aussi) devant les inégalités (...); les déplacements frontaliers de l'inégalité, les incessantes décompositions et recompositions des partages entre les deux sexes dans tous les secteurs (...)*"²⁶⁷.

Em Espanha, em finais dos anos 1990, as historiadoras alargaram a análise e o debate em história das mulheres às questões teóricas. Em 2005, o Seminário Internacional *Historia y Feminismo. Joan Scott y la Historiografía feminista en España*, destinado a avaliar o impacto dos contributos teóricos, conceptuais e metodológicos de Joan Scott na produção historiográfica espanhola sobre as mulheres, reuniu mais de cem historiadoras e (alguns) historiadores provenientes de universidades das diversas regiões autónomas²⁶⁸. A reflexão teórica permanece, no entanto, aquém da investigação empírica, denotando o peso da história social, e a influência da historiadora americana não provocou em Espanha, segundo Mary Nash, uma viragem para a análise conceptual pós-moderna²⁶⁹. No mesmo sentido, Ana Aguado sublinha que os recentes debates historiográficos "*parten de la no contraposición entre «lo social» y «lo representado» – el discurso, el lenguaje –, sino de su interacción mutua en la creación de identidades y de experiencias históricas*"²⁷⁰. No caso de Portugal, à semelhança de alguns contextos

²⁶⁶ THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*, p. 105; PERROT, Michelle, "Histoire sociale, histoire des femmes", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre... op. cit.*, pp. 21-26.

²⁶⁷ PERROT, Michelle, "Identité, Egalité, Différence. Le regard de l'Histoire", in *Les Femmes ou les silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998, pp. 401-404.

²⁶⁸ Seminário promovido pela AEIHM (Associação Espanhola de Investigação Histórica sobre as Mulheres) e realizado em Madrid a 6 e 7 de Maio de 2005; cf. BORDERÍAS, Cristina (ed.), *Joan Scott y las políticas de la historia*, Barcelona, Icaria Ed., 2006.

²⁶⁹ Cf. NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain...", in *op. cit.*; HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, "Historia, historia de las mujeres...", in *op. cit.*

²⁷⁰ AGUADO, Ana, "La historia de las mujeres como historia social", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres... op. cit.*, p. 62.

geográfico-culturais não ocidentais, como o latino-americano de língua espanhola, este debate ainda não se fez sentir na historiografia nacional²⁷¹.

A aplicação do género como categoria analítica permite apreender o modo como a sociedade se estrutura em função de um determinado sistema de relações de poder e, portanto, estudar os seus efeitos sobre mulheres e homens e sobre as relações que estabelecem entre si²⁷². Assim, o objectivo da investigação não é só perscrutar as experiências das mulheres, isto é, o quanto e o como as mulheres contribuíram para ou sofreram os efeitos dos acontecimentos históricos, ou traçar a história das relações sociais e simbólicas entre mulheres e homens, mas, sobretudo, compreender o modo como estas se redefiniram em cada momento histórico como relações sociais diferenciadas, hierarquizadas e de poder²⁷³. O parâmetro género funciona, assim, como uma "grelha de leitura científica nova"²⁷⁴ aplicável a todos os domínios do saber. A categoria género tornou-se tão fundamental para a análise histórica como as de classe, de raça e (mais recentemente valorizada) de idade²⁷⁵. Estas têm de ser operacionalizadas em articulação com o género, pois "*embedded in and shaped by the social order, the relation of the sexes must be integral to any study of it*"²⁷⁶, ou, por outras palavras, o género está presente em todas as relações sociais e humanas²⁷⁷. As ferramentas analíticas – género, raça, classe, idade – permitem apreender a constituição real e simbólica das relações sociais estabelecidas, em cada contexto, entre e no interior de cada categoria social – género, raça, classe e idade.

A heterogeneidade e historicidade intrínsecas a cada uma das categorias tornam complexa a abordagem relacional, pois se o género é factor de heterogeneidade nas

²⁷¹ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*; BURIN, Mabel, "Estudios de Género. Reseña histórica", in BURIN, Mabel, MELER, Irene, *Género y Familia. Poder, amor y sexualidad en la construcción de la subjetividad*, Buenos Aires, Paidós, 1998, pp. 19-29.

²⁷² Cf. BLOM, Ida, "Global Women's History: Organising Principals and Cross-Cultural Understandings", in OFFEN, Karen, PIERSON, Ruth Roach, RENDALL, Jane (eds.), *Writing Women's History. International Perspectives*, Bloomington, Indiana University press, 1991, pp. 135-149; SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*; THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

²⁷³ Seguindo também este postulado, Pierre Bourdieu condiciona, na perspectiva da História, o seu potencial hermenêutico ao considerar a existência de "*invariants transhistoriques de la relation entre les «genres»*" (BOURDIEU, Pierre, *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998, p. 91), como sendo a dominação masculina no quadro da diferença social entre os sexos.

²⁷⁴ COLLIN, Françoise, "Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres... op. cit.*, vol. 5, p. 348.

²⁷⁵ Cf. PÉREZ CANTÓ, Pilar, ORTEGA LÓPEZ, Margarita (ed.), *Las edades de las mujeres*, Madrid, IUEM - Universidad Autónoma de Madrid, 2002; Philippe ARIÈS (*L'enfant et la vie familiale sous L'Ancient Régime*, Paris, Ed. du Seuil, 1973) chamara a atenção para a falta de consciência actual sobre a importância atribuída às idades da vida no mundo antigo e medieval, persistindo até ao século XVIII.

²⁷⁶ KELLY-GADOL, Joan, "The Social Relation of the Sexes...", in *op. cit.*, p. 20.

²⁷⁷ Cf. FLAX, Jane, "Postmodernism and Gender. Relations in Feminist Theory", *Signs*, nº 4, 1987, pp. 621-643.

classes, raças, etnias, idades, estas são também factores de heterogeneidade no interior de cada um dos sexos²⁷⁸. As mulheres, como categoria da pesquisa histórica, na qual se cruzam diferenças de época, de lugar, de classe, de raça, de idade, entre outras, são ao mesmo tempo distintas e indistintas dos homens e das suas actividades²⁷⁹. Nesta conformidade, é essencial que a história das mulheres, entendida como uma história relacional, ou uma história das relações sociais entre os sexos, seja também, uma história das relações "no interior dos sexos"²⁸⁰.

A problemática da interacção entre género, classe social e raça, entre outras categorias relacionais socioculturalmente construídas, tem suscitado amplos debates. A trilogia género, raça e classe tornou-se presente de modo sistemático nos EUA, nomeadamente na investigação histórica e no seu ensino²⁸¹. No quadro europeu tem sido privilegiada a relação entre género e classe, a qual se alargou, em alguns países como a Espanha e a França, à problemática da nacionalidade²⁸². A partir dos anos 1990, o contexto social, em parte decorrente dos efeitos dos movimentos migratórios, tem-se mostrado favorável ao aprofundamento das questões de género e cidadania e à conexão género/etnia, questionando-se as diferenças inter e intraculturais²⁸³.

No que respeita à história, são de referir as investigações pioneiras e continuadas de Gisela Bock sobre racismo e género no nacional-socialismo alemão, bem como os estudos sobre género, racismo e colonialismo²⁸⁴. Em França, a problemática do uso do

²⁷⁸ Cf. BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*.

²⁷⁹ Cf. CARROLL, Berenice, "Introduction", in CARROLL, Berenice (ed.), *Liberating Women's History... op. cit.*, pp. IX-XIV.

²⁸⁰ BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*, p. 171 (itálicos no original).

²⁸¹ JOHANEK, Michael, "Race, Gender and Ethnicity in the United States History Survey: Introduction", *The History Teacher*, vol. 37, nº 4, 2004 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ht/37.4/johane.html> (consultado em 27/09/2006); FREDERICKSON, Mary, "Surveying Gender: Another Look at the Way We Teach United States History", *The History Teacher*, vol. 37, nº 4, 2004 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ht/37.4/frederickson.html> (consultado em 27/09/2006).

²⁸² Cf. THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*; COHEN, Yolande, THÉBAUD, Françoise (dir.), *Féminismes et identités nationales. Les processus d'intégration des femmes au politique*, Lyon, Programme Rhône-Alpes Recherches en Sciences Humaines, 1998; NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain...", in *op. cit.*.

²⁸³ Cf. HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, "Historia, historia de las mujeres...", in *op. cit.*; BRAIDOTTI, Rosi, "A diferença sexual e o controverso conceito da cidadania europeia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 50, 1998, pp. 73-82; *Cahiers du Genre*, nº 39, *Féminisme(s): Penser la pluralité*, 2005 [em linha], disponível em http://www.iresco.fr/revues/cahiers_du_genre/numero39.htm (consultado em 02/10/2006); este número inclui a temática género e raça, destacando-se o artigo de DORLIN, Elsa, "De l'usage épistémologique et politique des catégories de «sexe» et de «race» dans les études sur le genre", pp. 83-105, que postula a necessidade de conferir historicidade ao entrecruzamento das duas categorias.

²⁸⁴ Cf. BOCK, Gisela, "Racism and Sexism in Nazi Germany: Motherhood, Compulsory Sterilization, and the State", *Signs*, vol. 8, nº 3, 1983, pp. 400-421; BOCK, Gisela, "A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres", in DUBY, Georges, PERROT, Michèle (dir.), *História das Mulheres... op. cit.*, vol. 5, pp. 185-219; *Clio*, nº 12, *Le genre de la nation*, 2000 (inclui artigos sobre as questões de género nos contextos coloniais, entre os quais Arlette GAUTIER, "« Nou Le Pa Z'enfants batards»: la construction par la France du

vêu tem também suscitado a atenção de sociólogas e historiadoras²⁸⁵. Em Espanha e em Portugal são muito recentes os estudos que integram as categorias raça e etnicidade²⁸⁶. As investigações em história das mulheres desenvolvidas noutros contextos nacionais, geográficos e culturais que não o ocidental têm contribuído para colocar novas problemáticas, que se prendem, por exemplo, com o impacto da edificação dos sistemas coloniais na reestruturação das relações sociais de género em África ou com os perigos enunciados pelas historiadoras chinesas de uma *colonização teórica*, entre os quais se conta a difícil adequação do conceito de género²⁸⁷.

A História das Mulheres, ao introduzir a dimensão de *género*, quer como realidade cultural, quer como categoria analítica, na construção do saber, tem contribuído para questionar os critérios de inteligibilidade histórica. Interrogações sobre, por exemplo, "*how does gender give meaning to the organisation and perception of historical knowledge?*"²⁸⁸, desafiam a ciência histórica a construir novas interpretações e, nesse sentido, a rever objectos, conceitos, categorias, fontes e métodos. As diferentes conceptualizações do género, produzidas pelas teorias feministas, têm suscitado um amplo debate, no qual ressalta a cisão entre os feminismos ditos *da diferença* e *da igualdade*. A excessiva subordinação do género a construções discursivas, sustentada por algumas das teorias feministas pós-estruturalistas, é criticada por retirar conteúdo social e político às relações entre os sexos²⁸⁹. A utilização do

genre outre-mer", *Clio*, N° 12, 2000 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document188.html> (consultado em 12/09/2006); esta investigadora francesa tem-se debruçado sobre a construção social das relações entre mulheres e homens em contextos coloniais e pós-coloniais e participou com o artigo "Femmes et Colonialisme" na obra editada por Marc FERRO, *Le livre noir du colonialisme. XVIe-XXIe siècle: de l'extermination à la repentance*, Paris, Robert Laffont, 2003, pp. 569-607).

²⁸⁵ Cf. GASPARD, Françoise, KHOSROWKHAVAR, Farad, *Le Foulard et la République*, Paris, La Découverte, 1995 (cit. in ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, "France: Vers une histoire des femmes du temps présent", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes... op. cit.*, p. 136) e os trabalhos recentes de Michelle Zancarini-Fournel sobre as jovens designadas "*issues de l'immigration*", *Ibidem*.

²⁸⁶ Cf. NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain...", in *op. cit.*; RAMOS, Maria Dolores, "¿Clio en la encrucijada?...", in *op. cit.*. Em Portugal o cruzamento da história das mulheres e do colonialismo tem constituído um campo de investigação em desenvolvimento (cf. CONCEIÇÃO, Ângela Maria A. da, *Colonialismo e mulheres em Moçambique, anos 50-60: mulheres brancas em terra de negros*, Dissertação de Mestrado em História de África, Lisboa, FL-UL, 2004; RIBEIRO, Margarida Calafate, *África no Feminino. As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento, 2007).

²⁸⁷ Cf. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *Les Africaines. Histoire des femmes de l'Afrique Noire du XIXe au XXe siècle*, Paris, Desjonqueres, 1992 e "Histoire des Femmes d'Afrique", *Clio*, n° 6, 1997 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document373.html> (consultado em 02/10/2006); faz-se notar que esta autora coordena o dossier *Femmes d'Afrique* que constitui a temática deste número da revista *Clio*; WANG, Shuo, "The «New Social History» in China: The Development of Women's History", *The History Teacher*, vol. 39, n° 3, 2006 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ht/39.3/wang.html> (consultado em 27/09/2006); XIAO-JIAN, Li, "Xingbie ou le genre", in TAZI, Nadia (dir.), *Masculin-Féminin*, Paris, La Découverte, 2004, pp. 85-96.

²⁸⁸ SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*, p. 31.

²⁸⁹ Cf. POMATA, Gianna, "História das Mulheres, História do Género...", in *op. cit.*; ROBINSON, Victoria, "Introducing Women's Studies", in RICHARDSON, Diane, ROBINSON, Victoria (eds), *Introducing Women's*

conceito de género e a relação entre sexo e género têm suscitado controvérsia entre investigadoras.

1.2.4. *Dicotomias e historicidade*

Alguns dos questionamentos que têm sido colocados em torno do conceito de género têm particular interesse para a história. Num primeiro momento, o conceito de género surge para desnaturalizar os modos de ser e de estar atribuídos a mulheres e a homens, ou seja, para distinguir os atributos, papéis e comportamentos, social e historicamente construídos para cada um dos sexos, do sexo biológico dos indivíduos²⁹⁰. O género foi, assim, entendido como uma categoria social imposta a um corpo sexuado, o qual se presumia imutável. No pressuposto de que o sexo precedia o género, esta vinculação inscreveu o binómio género/sexo na dicotomia cultura/natureza a qual se incorporava, por sua vez, no binómio mudança (dinâmica)/ permanência (imobilidade)²⁹¹. Joan Scott alertava, precisamente, para a necessidade de substituir "*the fixed and permanent quality of the binary opposition [por] a genuine historicization and deconstruction of the terms of sexual difference*"²⁹².

As diferenças físicas, sejam de ordem sexual, rática, étnica ou outra, ao serem essencializadas e, como tal, remetidas para uma realidade apriorística e intemporal, são usadas para legitimar como naturais as desigualdades sociais, o que conduz a que, como afirma Geneviève Fraisse, "*en matière de sexes, l'histoire est toujours retraduite, retranscrite en nature*"²⁹³. A naturalização das assimetrias de género tem sustentado a falsa dicotomia igualdade/diferença, que coloca em oposição termos de registos diferentes, o primeiro de ordem ontológica e o segundo de ordem política, e que tem enunciado, nas palavras de Joan Scott, "*an impossible choice*"²⁹⁴.

Studies, London, Macmillan, 1993, pp. 1-26; LOUIS, Marie-Victoire, "Dis-moi, «le genre», ça veut dire quoi?", *Sisyphé*, 2005 [em linha], disponível em http://sisyphe.org/article.php?id_article=1810 (consultado em 02/10/2006); PURVIS, June, "From «women worthies»...", in *op. cit.*.

²⁹⁰ Destaque-se o contributo primordial de Simone de Beauvoir (*Le Deuxième Sexe*, Paris, Gallimard, 1949) na concepção da identidade sexual como uma construção social. Gisela Bock chamou a atenção para o facto de o vocábulo *biologia*, inventado em inícios do século XIX, ser uma categoria sociocultural, cuja aplicação apenas se generalizou em finais do século XIX, mas que se tornou "una metáfora de lo que carece de valor" (BOCK, Gisela, "La historia de las mujeres...", in *op. cit.*).

²⁹¹ Cf. DELPHY, Christine, "Penser le genre...", in *op. cit.*; LÖWY, Ilana, ROUCH, Héléne, "Genèse et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre", *Cahiers du Genre*, nº 34, 2003, pp. 5-16 [em linha], disponível em http://www.iresco.fr/revues/cahiers_du_genre/numero34.htm (consultado em 02/10/2006)

²⁹² SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*, p. 41.

²⁹³ FRAISSE, Geneviève, "À côté du genre", in TAZI, Nadia (dir.), *Masculin-Féminin...* *op. cit.*, p. 64.

²⁹⁴ SCOTT, Joan Wallach, "Deconstructing Equality-Versus-Difference...", *op. cit.*, p. 43.

As abordagens pós-modernistas sublinharam que a noção de sexo é também uma construção social e, portanto, histórica. Os estudos de Foucault, ao mostrarem que o sexo e a sexualidade não são um conjunto de atributos biológicos atemporais, mas o efeito de conceitos culturais sobre o comportamento humano, questionaram a imutabilidade, não só das formas assumidas, mas também dos significados que lhes são atribuídos²⁹⁵. Deste modo, não só o corpo tem uma história, como em cada contexto histórico se conferem determinados sentidos e usos sociais à sua identidade e ao seu desempenho.

Na senda de Foucault, Thomas Laqueur evidenciou como a representação da diferença sexual mudou com a modernidade, analisando a passagem, com o desenvolvimento da biologia e da medicina no século XVIII, "*d'un modèle unisexe hiérarchisé à un modèle moderne à deux sexes*"²⁹⁶, ou seja, de uma concepção monista, de um género com duas modalidades diferentes, para uma concepção dualista, de dois sexos, o masculino e o feminino, cada um deles com uma forte identidade física e moral. O sexo, que até então era pensado sobretudo em termos de identidade ontológica e cultural, passa a ser considerado primordialmente em termos físicos e, por isso, como conclui Michelle Perrot, "*le genre, désormais, se fait sexe*"²⁹⁷.

O discurso biomédico usou o impacto das descobertas da fisiologia da reprodução para aprisionar as mulheres num corpo e vinculá-las a uma única e imutável missão, a maternidade, criando o mito do *eterno feminino*. Operou-se, assim, uma biologização da diferença entre os sexos que sustentou a naturalização da divisão sexual da sociedade e do mundo, provendo a ideologia das esferas separadas de um fundamento essencial. Os trabalhos daqueles dois investigadores contribuíram para subtrair as mulheres da imobilidade antropológica a que tinham sido votadas e devolvê-las ao tempo e à narrativa históricas.

A biologia e a medicina têm contribuído, de igual modo, para sublinhar o carácter complexo da noção de sexo biológico, a qual envolve diversos indicadores, situados "*à plusieurs niveaux – anatomique, physiologique, hormonal, cellulaire, chromosomique*"²⁹⁸, que não se harmonizam com uma visão dualista²⁹⁹. A classificação

²⁹⁵ Cf. SCOTT, Joan Wallach (ed.), "Introduction", in *Feminism and History...* op. cit., pp. 1-13; IZQUIERDO, María Jesus, *El malestar...* op. cit..

²⁹⁶ Cf. THÉBAUD, Françoise, "Sexe et genre...", in op. cit., p. 65; cf. PERROT, Michelle, "Michel Foucault...", in op. cit.; JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça...* op. cit..

²⁹⁷ Cf. PERROT, Michelle, "Identité, Egalité, Différence...", in op. cit..

²⁹⁸ LÖWY, Ilana, ROUCH, Hélène, "Genèse et développement du genre...", in op. cit., p. 10.

²⁹⁹ Cf. THÉBAUD, Françoise, "Sexe et genre...", in op. cit.

binária sexo feminino / sexo masculino apenas se torna possível através da redução artificial da referida multiplicidade a um dos seus elementos, o qual passa a ser tomado pelo todo. Eleger uma característica e definir os respectivos critérios de escolha é um processo ou construção social³⁰⁰. Deste modo, o sexo feminino e o sexo masculino são categorias definidas e redefinidas em função de cada contexto histórico. Nelas se encaixam ou se fazem encaixar os corpos. Investigações interdisciplinares, envolvendo a história, a arqueologia, a biologia e a paleoantropologia, mostram, por um lado, como as características sexuais variam em função da origem geográfica e ao longo da evolução humana e, por outro lado, como as concepções de feminidade e de masculinidade dominantes nas sociedades actuais não encontram correspondência nos traços físicos e sexuais dos indivíduos ou na organização dos grupos socioculturais em populações pré-históricas³⁰¹.

O conceito *natural* deixa de fazer sentido a partir do momento em que a natureza perdeu a sua autonomia face à acção humana ou, por outras palavras, desde que se tomou consciência que a própria concepção de natureza se enraíza nas relações sociais. Não há uma realidade pré-existente cuja estrutura possa ser apreendida ou, nas palavras de Jane Flax, "*there is no force or reality «outside» our social relations and activity*"³⁰². O questionamento da distinção natureza/cultura tem também implicações de ordem epistemológica, pois, como advoga Boaventura Sousa Santos, a própria distinção ciências naturais / ciências sociais deixa de ser científica, pois "*todas as ciências são sociais*"³⁰³.

A partir dos anos 1990, os estudos transgénero, salientando que os corpos nem sempre correspondem a essas categorias, mostraram "*that bodies themselves are sites*

³⁰⁰ Cf. DELPHY, Christine, "Penser le genre...", in *op. cit.*; a autora sublinha que os critérios utilizados para eleger uma característica essencial, por exemplo, a função reprodutora, deixam de fora do binómio todos os indivíduos que, pela sua constituição física ou tão só pela idade não se encaixam em qualquer dos termos do binómio.

³⁰¹ Cf. PEYRE, Evelyne, WIELS, Joëlle, FONTON, Michèle, "Sexe biologique et sexe social", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre... op. cit.*, pp. 27-50.

³⁰² FLAX, Jane, "Postmodernism and Gender...", *op. cit.*, p. 642.

³⁰³ SANTOS, Boaventura Sousa, "Ciência", in CARRILHO, Manuel Maria (dir.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 33. O autor considera que o facto das ciências sociais, aquando da sua constituição, no século XIX, terem ficado situadas num plano diverso do das ciências naturais reconstruiu e consolidou, a nível epistemológico, a distinção ontológica entre natureza e cultura/sociedade. Com o desenvolvimento científico e tecnológico, a natureza foi sendo progressivamente apropriada e transformada em artefacto, pelo que a disjunção ontológica entre natureza e cultura se foi diluindo, mas, ao inverso, a divisão epistemológica aprofundou-se e reforçou-se. A classificação dos saberes é sempre convencional, como exemplificou Rui Grácio ao questionar as designações de Universidade Clássica e Universidade Técnica, argumentando que "*se toda a universidade prepara o exercício imediato de uma profissão (incluindo a de investigador), e se toda a profissão é aplicação ou uso prático de um saber, portanto é uma técnica, não deveria dizer-se técnica toda a universidade?*" (GRÁCIO, Rui, "Ensino técnico, ensino industrial", in *Obra Completa*, vol. II, Lisboa, FCG, 1995, p. 7, itálicos no original).

capable of change (...) [e, portanto,] *domains we designate as gendered can have material effects, as when medical technology reorganizes bodies to cohere with normalized gender definitions*"³⁰⁴. Desenvolvendo a noção de que o sexo é uma condição construída, Judith Butler defende que os corpos se tornam inteligíveis a partir da prática contínua do discurso de género, mas este, por sua vez, só se enuncia enquanto prática, pelo que é instável e múltiplo. Nesta base, a autora define o conceito de género como performativo³⁰⁵. A identidade é, assim, o fruto de acções diversas, de uma "«actuação» [que] *acontece num determinado palco cronológico e geográfico e é condicionada pelo «roteiro» dos condicionalismos socio-culturais impostos por uma determinada estrutura de poder*"³⁰⁶. Esta perspectiva, tornando todas as diferenças irreduzíveis, dificulta a construção de categorias que operacionalizem a incomensurável diversidade humana e, em consequência, anula o sujeito que constitui a razão de ser (e o objecto) da história das mulheres ou do próprio feminismo.

A história não pode ficar alheia a esta problemática. Quando, por exemplo, "*les femmes se pensent et se disent faibles, contrairement à toute évidence*"³⁰⁷, que relação se estabelece entre sexo e género? Como se tornou a dualidade sexual tão determinante na constituição identitária dos seres humanos e das relações sociais entre eles?

Considerando que, como postula Fernanda Henriques, parafraseando Simone de Beauvoir, "*não nascemos humanos: tornamo-nos humanos*"³⁰⁸, é fundamental ter em conta o suposto enunciado pela autora de que "*ser homem ou ser mulher é, desde sempre, uma experiência socialmente construída e individualmente vivida*"³⁰⁹, ou seja, que corpo e identidade são modelados pela história, mas não de forma tão absoluta e total que o sujeito se reduza ao efeito de um discurso social determinista³¹⁰. Neste

³⁰⁴ CHANTER, Tina, "Gender Aporias", *Signs. Journal of Women in Culture and Society*, vol. 25, nº 4, 2000, pp. 1240-1241.

³⁰⁵ Cf. DOWNS, Laura Lee, "Les *gender studies* américaines", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre... op. cit.*, pp. 356-363; PUIG, Maria, "(Re)construire les savoirs", in GUBIN Eliane et al. (dir.), *Le siècle des féminismes... op. cit.*, pp. 289-302. A partir da teorização do género proposta por Judith Butler desenvolveram-se as teorias *queer*, que exploram a ideia de que os corpos não são algo completa e definitivamente formado, mas que se reinstituem permanentemente pela sua actividade performativa quotidiana.

³⁰⁶ TOLDY, Teresa Martinho, "Contributo da filosofia feminista para uma nova definição de sujeito", *Revista da UFP*, vol. 2, nº 2, 1998, p. 286.

³⁰⁷ VAN DE CASTEELE-SCHWEIZER, Sylvie, VOLDMAN, Danièle, "Les sources orales...", in *op. cit.*, p. 64.

³⁰⁸ HENRIQUES, Fernanda, "Género e desejo. Da biologia à cultura", *Cadernos de Bioética*, Ano XII, nº 35, 2004, p. 35.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 36. A metáfora "on ne naît pas femme, on devient un individu" (cf. SINGLY, François de, "La place variable du genre dans l'identité personnelle", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre... op. cit.*, p. 48.) remete também para o modo diferente como cada pessoa vive a dimensão de género.

³¹⁰ Cf. ALCOFF, Linda, "Feminismo culturale e post-strutturalismo", *Memoria. Rivista di storia delle donne*, nº 25, *Genere e soggetto. Strategie del femminismo fra Europa e America*, 1989, pp. 7-35.

sentido, entender a experiência como o envolvimento e interação pessoal com o mundo (real e simbólico) vivido no quadro das relações sociais históricas, isto é, como processo de construção da identidade, confere ao sujeito capacidade de interpretar e de agir³¹¹. Nesta óptica, a utilização do conceito de género pode contribuir para redefinir as noções tradicionais do significado histórico de forma a abarcar a experiência pessoal e subjectiva ao mesmo tempo que as actividades públicas e políticas³¹².

A pesquisa histórica tem evidenciado que os corpos têm sido modelados pela história. Pode considerar-se, por exemplo, o modo como diferentes variáveis – educação, moda, actividade física, hábitos alimentares, contextos urbano ou rural, profissional ou de classe, entre outras – influem na constituição física – mais entroncada e robusta, mais delgada e frágil, mais alta ou mais baixa, de formas mais ou menos acentuadas, etc. –, bem como nas posturas e nos desempenhos, procedendo ao ajustamento físico dos corpos a parâmetros definidos³¹³. A sexualização dos desportos, que não se tem configurado da mesma maneira ao longo da história, é um exemplo claro de como as representações dominantes de feminidade prescrevem normativos físicos. A participação ou exclusão das mulheres das modalidades desportivas reflecte como a tensão entre permissões e interditos, em cada contexto histórico, deu lugar à definição e redefinição de espaços e de actividades consideradas adequadas para o uso dos corpos femininos³¹⁴. O tabu da virilização das mulheres, excluindo-as da prática de determinados exercícios físicos, denuncia como a conformidade social dos corpos se produz a partir do conhecimento de que eles são plásticos e moldáveis³¹⁵. Neste contexto, o culturismo, colocando intencionalmente em evidência uma corporalidade trabalhada, ou seja, construída, pode assumir uma componente de resistência face aos imperativos que decorrem da relação sexo/género³¹⁶.

A fertilidade das mulheres tem sido influenciada historicamente por práticas culturais e circunstâncias sociais que interferem na fecundidade, na mortalidade

³¹¹ Cf. DE LAURETIS, Teresa, "Semiótica y experiencia", in *Alicia ya no. Feminismo, Semiótica, Cine*, Madrid, Ed. Cátedra, 1992, pp. 251-294.

³¹² Cf. GORDON, Anne D., BUHLE, Mari Jo, DYE, Nancy Schrom, "The Problem of Women's History...", in *op. cit.*

³¹³ Cf. BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres...", in *op. cit.*; GUILLAUMIN, Colette, "Le corps construit", in *Sexe, Race et Pratique du pouvoir: L'idée de nature*, Paris, Côté-Femmes, 1992, pp. 117-142; JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça...* *op. cit.*

³¹⁴ Cf. CRUZ, Maria Isabel, «Sportwoman». *A construção dos corpos femininos na imprensa desportiva portuguesa da década de 20*, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2003.

³¹⁵ Cf. DAVISSE, Annick, LOUVEAU, Catherine, "Pratiques sportives: inégalités et différences", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre...* *op. cit.*, pp. 139-147; CRUZ, Maria Isabel, SILVA, Paula, GOMES, Paula Botelho, *Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos*, Lisboa, CIDM, 2006.

³¹⁶ Cf. IZQUIERDO, María Jesus, *El malestar...* *op. cit.*

intra-uterina, nos intervalos intergenésicos e na esterilidade temporária e definitiva³¹⁷. A reprodução artificial, cuja primeira prática remonta ao final do século XVIII, potenciada pelas novas biotecnologias, poderá, por exemplo, introduzir novos significados para os conceitos de feminino e de masculino, traduzindo-se em novas, ou no resgate de antigas, configurações das relações sociais de género e das assimetrias nelas presentes³¹⁸. As novas noções de filiação resultantes, tanto das técnicas de procriação, como da coexistência de múltiplos modelos de família, poderão alterar as representações sobre maternidade e paternidade com consequências ao nível da construção das identidades de raparigas e de rapazes³¹⁹. A análise histórica não pode, pois, deixar de ter presente "*what the concepts «being female» and «femininity» means in context*"³²⁰, o que implica, por um lado, evitar a aplicação anacrónica de conceitos e/ou das suas acepções e, por outro lado, ter em conta que o domínio do biológico, tratando-se de uma construção sociocultural, é também ele pólo de mudança³²¹.

É necessário conferir particular atenção à construção das dicotomias que conformam o pensamento e a cultura ocidentais, como cultura/natureza, público/privado, produção/reprodução, trabalho/família, dominação/sujeição, entre outras, e que opõem simbolicamente universalidade, autonomia e agência a especificidade, dependência e passividade. A percepção do primeiro termo de cada um destes binómios como dominante e a sua associação ao masculino fundam, a nível simbólico, as relações de poder assimétricas, historicamente construídas, entre mulheres e homens. A ciência moderna reforçou, segundo Boaventura Sousa Santos, a eficácia destes dualismos ao atribuir à dominância um carácter universal³²².

³¹⁷ Cf. NAROTZKY, Susana, *Mujer, Mujeres, Género. Una aproximación crítica al estudio de las mujeres en las Ciencias Sociales*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995.

³¹⁸ Os efeitos perversos das novas técnicas de reprodução ou da procriação medicamente assistida têm sido apontados, designadamente no que se refere ao reforço camuflado das desigualdades. Cf. ROUCH, Hélène, "Nouvelles techniques de reproduction: de la différence à l'inégalité", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre... op. cit.*, pp. 245-255; COSTA-LASCOUX, Jacqueline, "Procriação e bioética", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres... op. cit.*, vol. 5, pp. 637-657; GARDEY, Delphine, "Procréation, corps, sciences et techniques au XXe siècle", in MARUANI, Margaret (dir.), *Femmes, genre... op. cit.*, pp. 131-138.

³¹⁹ Cf. ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, "France: Vers une histoire...", in *op. cit.*; FERREIRA, Virgínia, "A Reprodução e as Novas Tecnologias. Da volatilização da maternidade à materialização da paternidade", *Ex æquo*, nº 1, 1999, pp. 33-43; MELER, Irene, "Nuevas tecnologías reproductivas: su impacto en las representaciones y prácticas acerca de la parentalidad", in BURIN, Mabel, MELER, Irene, *Género y Familia... op. cit.*, pp. 257-283.

³²⁰ LEYDESDORFF, Selma, "Politics, identification...", in *op. cit.*, p. 20.

³²¹ Já Marc BLOCH comentava que "*para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário de cada vez que mudam de costumes*" (BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1965, p. 35).

³²² Cf. SANTOS, Boaventura Sousa, *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento, 2000, em especial pp. 53-110. O autor sustenta que a ciência moderna é sexista, porque

Perante as oposições simbólicas que têm sustentado as assimetrias entre mulheres e homens, há que ter em conta, em simultâneo, as mudanças nas vivências intra e inter-relacionais experienciadas por ambos os sexos e as alterações das noções de feminidade e da masculinidade³²³. A história tem um papel importante a desempenhar neste processo, pois, como sustenta Geneviève Fraisse, entendida "*comme hypothèse de lecture, décharge la tension inhérente aux représentations binaires et aux impasses des dichotomies*"³²⁴. No entanto, a desconstrução das representações contemporâneas dominantes destas categorias identitárias tem-se revelado mais difícil do que a identificação de realidades distintas em função do seu lugar histórico (tempo, espaço, cultura, religião, classe, raça, etnia, etc.), o que leva Melinda Zook a questionar se "*would we recognize our former selves?*"³²⁵. Observe-se, a propósito, como o paradigma da complementaridade entre os sexos, afirmado no século XIX, reciclou o princípio da inferioridade feminina legitimando, como realidade universal e atemporal, o princípio da domesticidade. A representação desta categoria identitária, ancorada na diferença entre os sexos, é com frequência transposta para contextos culturais e históricos onde não tem aplicação³²⁶.

1.2.5. O debate História das Mulheres / História do Género

A consciência de que as mulheres, sendo metade da humanidade, não constituíam um grupo social específico e de que a designação *história das mulheres* estava, em si própria, marcada pela especificidade, criou uma especial apetência para a adopção do termo *história do género*³²⁷. Pensou-se, também, que a focalização nas relações sociais de género, como problemática central do processo histórico, inverteria a atitude da comunidade académica, que se mostrara pouco sensível aos resultados e

transforma experiências dominantes, neste caso de um sexo, em experiências universais, ou seja, em verdades objectivas.

³²³ Cf. LEYDESDORFF, Selma, "Politics, identification...", in *op. cit.*; NAROTZKY, Susana, *Mujer, Mujeres, Género...* *op. cit.*; STROBEL, Margaret, BINGHAM, Marjorie, "The Theory and Practice...", in *op. cit.*; SCOTT, Joan Wallach (ed.), "Introduction", in *op. cit.*

³²⁴ FRAISSE, Geneviève, "À côté du genre...", in *op. cit.*, p. 65.

³²⁵ ZOOK, Melinda S., "Integrating Men's History...", in *op. cit.*

³²⁶ Na Europa, até à época contemporânea, o discurso que impera sobre as mulheres é o da inferioridade e não o da domesticidade. Cf. LOPEZ-CORDON CORTEZO, Maria Victoria, "Joan Scott y la historiografía modernista en España: influencias y desencuentros", in BORDERÍAS, Cristina (ed.), *Joan Scott y las políticas...* *op. cit.*, pp. 145-167.

³²⁷ A criação de uma especialidade denominada História das Mulheres e do Género no ramo de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, criado, em 2002, na Universidade Aberta, foi uma forma de integrar os termos do debate mantendo-o em aberto.

contributos da história das mulheres, distintamente do que se passara com outras áreas novas da historiografia³²⁸.

A preferência pela história do género inseriu-se numa tendência mais geral, desenvolvida a partir dos anos 1980, mas acentuada ao longo da década seguinte, de renomeação dos estudos sobre as mulheres em estudos de género. As principais razões de tal mudança foram, segundo Marilyn Boxer, o facto da segunda nomenclatura se afigurar, por um lado, mais abrangente, o que permitia incluir outras problemáticas, como a das masculinidades e a das orientações sexuais (estudos *gay*, lésbicos, *queer*), por outro lado, um domínio mais científico e teorizável e, por fim, distinta da filiação feminista e política³²⁹. Esta última questão está também presente no uso da expressão *study of women* em detrimento de *women's studies*, esta última mais polissémica, pois tanto se refere a estudos *sobre as*, como *das*, *de* ou *para as* mulheres. A língua portuguesa, como a castelhana, a italiana ou a francesa, não ofereceu uma possibilidade de tradução equivalente a *women's studies*, de modo que *estudos sobre as mulheres* tem sido, desde o início, a alternativa adoptada com mais frequência. Algumas autoras francófonas, deparando-se com o mesmo problema, optam pela eliminação do artigo, referindo-se a *études femmes* ou *études genre*³³⁰.

A história do género assumiu-se como uma história relacional, uma história das relações sociais de poder entre mulheres e homens. Focalizando o feminino e o masculino como categorias primordiais da estruturação das relações sociais e das relações simbólicas de poder, a história do género pretende favorecer a apreensão do carácter mutável das assimetrias hierarquizadas entre os sexos, não só ao nível social, mas também simbólico. Melinda Zook sublinha que a consciência de que "*women are not the only ones with gender, and that both masculinity and femininity are concepts that have been defined, restricted, limited, and challenged from time immemorial*"³³¹, permite potenciar o contributo da história das mulheres para uma reconstrução mais holística do passado. Ao evidenciar a inexistência de fundamentos estáveis da

³²⁸ Cf. GUBIN, Eliane, "Histoire des femmes...", in *op. cit.*; SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category...", in *op. cit.*; ROBINSON, Victoria, "Introducing Women's Studies...", in *op. cit.*. LÖWY, Ilana, ROUCH, Hélène, "Genèse et développement du genre...", in *op. cit.*

³²⁹ Cf. BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*

³³⁰ Cf. PARINI, Lorena, "L'expérience interdisciplinaire...", in *op. cit.*; THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*

³³¹ ZOOK, Melinda S., "Integrating Men's History...", in *op. cit.*

identidade, a história do género coloca em questão a própria matriz da sua constituição, isto é, a dualidade dicotómica feminino/masculino³³².

A substituição da história das mulheres pela história do género não se afigura, todavia, uma questão pacífica e os seus riscos têm sido enunciados³³³. Um dos efeitos perversos de tal posicionamento poderá ser o abandono ou secundarização de domínios de investigação e de debate teórico e conceptual (e.g. mulheres, feminismo, patriarcado) que estão longe de se terem esgotado³³⁴. Esta questão é particularmente pertinente em países, como Portugal, onde a produção em história das mulheres, é muito recente e, portanto, ainda incipiente e centrada na investigação empírica³³⁵. Um outro argumento sustenta que o enfoque no género despolitiza as relações entre os sexos, pois, ao definir mulheres e homens como categorias equivalentes, escamoteia as desigualdades ao nível das relações de poder³³⁶.

Em países como os EUA, a França, a Itália ou a Alemanha, onde este debate tem sido mais aceso, muitas/os investigadoras/es defendem que a história das mulheres e a história dos homens não se deve diluir na história do género. Considera-se que não é possível compreender a feminidade e a masculinidade como constructos relacionais situados (no espaço e no tempo) sem contrapor à esfera das representações a análise específica das diferentes experiências vividas por mulheres e por homens³³⁷. Construir a história das mulheres e das suas actividades pressupõe analisar como estas se constituíram na rede de relações sociais que organizam cada sociedade e como foram afectadas e afectaram as actividades dos homens. A categoria género, fundamental para analisar as relações sociais de poder, deve ser confrontada, pois, com o comportamento

³³² Cf. HUBERT, Ollivier, "Féminin/masculin: l'histoire du genre", *Révue d'Histoire de l'Amérique Française*, vol. 57, nº 4, 2004, pp. 473-479 [em linha], disponível em <http://www.erudit.org/revue/haf/2004/v57/n4/009638ar.pdf> (consultado em 02/10/2006).

³³³ Cf. GUBIN, Eliane, "Histoire des femmes,...", in *op. cit.*; SILVA, Maria Beatriz Nizza da, "Passado e presente nos Estudos...", in *op. cit.*; PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes...", in *op. cit.*; BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*

³³⁴ Cf. LOUIS, Marie-Victoire, "Dis-moi, «le genre»...", *op. cit.*

³³⁵ Cf. COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire...", in *op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos estudos sobre as mulheres...", in *op. cit.*

³³⁶ Cf. ROBINSON, Victoria, "Introducing Women's Studies...", in *op. cit.*; LOUIS, Marie-Victoire, "Dis-moi, «le genre»...", *op. cit.*

³³⁷ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*; ZOOK, Melinda S., "Integrating Men's History...", in *op. cit.*; BOCK, Gisela, "La historia de las mujeres...", in *op. cit.*; POMATA, Gianna, "História das Mulheres, História do Género...", in *op. cit.* Em Portugal, embora os estudos sobre a masculinidade se tenham desenvolvido nos últimos anos, com destaque para os trabalhos pioneiros de Miguel Vale de Almeida, no âmbito da antropologia (cf. ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 1995), a História dos Homens permanece um campo inexplorado. Situação semelhante é descrita por Françoise Thébaud para a França (THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France...", in *op. cit.*) e por Efi Avdela para a Grécia (AVDELA, Efi, "L'histoire des femmes au sein de l'historiographie grecque...", in *op. cit.*).

singular de indivíduos e grupos³³⁸. Neste sentido, Gianna Pomata preconiza que a história do género e a história das mulheres se devem assumir como campos complementares e distintos, a primeira mais vocacionada para a problemática da construção social das categorias do feminino e do masculino e a segunda mais dirigida para a vida social das mulheres³³⁹. Longe de se antagonizarem, "*they move in a similar direction*"³⁴⁰, como sublinha Anne Cova, e, no conjunto, as investigações levadas a cabo no seu âmbito contribuem para alterar a disciplina histórica.

A utilização generalizada do conceito de género, em função de uma moda ou do que se designa por politicamente correcto, suscita também preocupação, pois pode, na expressão de Gisela Bock, "*descafeinar el desafío que supón la historia de las mujeres*"³⁴¹, corroborando, de forma escamoteada, um discurso neutro sobre o género³⁴². Esta questão remete para uma outra problemática, a da definição do conceito de género, dado que este não é unívoco nem consensual. O seu significado só pode ser compreendido a partir do uso que dele se faz em cada contexto histórico, ou seja, em função de cada lugar teórico, cultural, político, estratégico, ou outro, em que se debatem e reconfiguram as interpretações sobre as relações sociais entre os sexos e sobre as dinâmicas de poder que as constituem. Nesta perspectiva, Joan Scott considera que é menos importante definir género do que questionar "*how does Gender Studies produce its objects of knowledge, to what end, and with what effects*"³⁴³, porque permite conferir ao género e aos estudos de género "*the possibility of a history*"³⁴⁴.

Considerar a história de género como um enfoque distinto da história das mulheres ou da história dos homens é uma forma de explicitar que, havendo "*at least three histories in every culture – «his, «hers» and «ours»*"³⁴⁵, o conhecimento histórico que tem sido produzido não tem integrado essa complexidade.

A história das mulheres mantém a sua legitimidade enquanto investigação situada, não só porque produz conhecimento sobre as mulheres e sobre as relações

³³⁸ Cf. RIOT-SARCEY, Michèle, "Du genre au singulier dans l'histoire", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre... op. cit.*, pp. 181-187.

³³⁹ Cf. POMATA, Gianna, "História das Mulheres, História do Género...", in *op. cit.*

³⁴⁰ COVA, Anne, "Introduction. The Promises of Comparative Women's History", in COVA, Anne (ed.), *Comparative Women's History. New Approaches*, New York, Columbia University Press, 2006, p. 2.

³⁴¹ BOCK, Gisela, "La historia de las mujeres...", in *op. cit.*, p. 16.

³⁴² Cf. JOAQUIM, Teresa, "*Ex aequo: Contributo decisivo...*", in *op. cit.*. Esta autora destaca o uso indevido da palavra género em contextos institucionais.

³⁴³ SCOTT, Joan Wallach, "Fictitious unities. «Gender», «East» and «West»", Paper presented at the 4th European Research Conference, Bologna, Italy, 23/09/2000 [em linha], disponível em <http://www.women.it/cyberarchive/files/scott.htm> (consultado em 16/03/2003).

³⁴⁴ *Ibidem.*

³⁴⁵ FLAX, Jane, "Postmodernism and Gender...", *op. cit.* p. 629.

sociais entre mulheres e homens, mas também porque subverte o conhecimento histórico instituído e questiona a fixidez da noção *as mulheres*. A este propósito, Maria Puig retoma a questão enunciada por Linda Gordon – "*I cannot evade the question whether a scholarship focused on liberation must not also criticize, and even reject, part of what is constituted female. If it does not, then we may be sacrificing the understanding of gender, reverting to an operating assumption that some eternal female principle defines our destiny beyond our control*"³⁴⁶ – e propõe que se deixe indeterminada a questão de saber se *as mulheres*, como realidade ontológica, existirão *ad eternum*³⁴⁷.

1.2.6. A História das Mulheres e do Género na hierarquia dos saberes

As áreas disciplinares não têm todas o mesmo grau de legitimidade científica e a distribuição assimétrica de mulheres e homens pelas diferentes áreas do saber determina, também, uma desigual valorização do seu estatuto. Michelle Weber evidencia que, no Canadá, o rótulo *feminista* ao ser associado a certos conteúdos lhes retira cientificidade aos olhos dos estudantes, pois "*feminist knowledge is continually not taken seriously, it is relegated to the realm of the personal, of opinion, bias, grudge, and bitterness*"³⁴⁸. A demarcação das estudantes dos *women's studies* face ao feminismo é também uma tônica presente nos EUA, não obstante a precoce e alargada aquiescência institucional obtida por aquela área de estudos³⁴⁹. Este obstáculo, a negação ou o trauma do feminismo, é fundamental para se compreender as resistências académicas face, não só aos Estudos sobre as Mulheres, mas também a áreas mais disciplinares, como a História das Mulheres.

O forte enraizamento institucional dos *women's studies* nos EUA converteu a experiência americana num modelo de sucesso aos olhos da comunidade intelectual internacional. Escamoteia-se, assim, com frequência, que, naquele país, esta área de estudos está longe de ter alcançado um lugar confortável na hierarquia dos saberes, pois qualquer que seja a via adoptada, interdisciplinar ou disciplinar, encontra sempre fortes resistências por parte das disciplinas tradicionais³⁵⁰. A comunidade académica

³⁴⁶ GORDON, Linda, "What's new...", in *op. cit.*, p. 82.

³⁴⁷ Cf. PUIG, Maria, "(Re)construire les savoirs...", in *op. cit.*

³⁴⁸ WEBBER, Michelle, "«Don't be so feminist»: Exploring student resistance to feminist approaches in a Canadian university", *Women's Studies International Forum*, vol. 23, nº 2-3, 2005, p. 192.

³⁴⁹ Cf. BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*

³⁵⁰ Cf. SCOTT, Joan Wallach, "História das Mulheres", in BURKE, Peter, *A Escrita da História. Novas Perspectivas*, S. Paulo, Editora UNESP, 1992, pp. 63-95.

permanece, em geral, alheia à abordagem de género, mesmo nos EUA, pois, segundo Marilyn Boxer, "*il reste plus facile (...) de rendre naturelles les différences sexuelles que de comprendre le processus à travers lequel les identités de sexe et de genre se sont développées, se sont maintenues, et ont été contestées*"³⁵¹.

Verifica-se também que nem sempre as/os investigadoras/es que a defendem logram operacionalizá-la de forma congruente ou desobrigada face à ideologia dominante. Numa obra editada em 2001, por exemplo, a denúncia, enunciada na introdução, de que "*incontestablement, la nécessité d'une lecture sexuée du monde social reste à conquérir*"³⁵², coexiste com a expressão «sciences de l'homme», em vez de «sciences humaines», utilizada no título da mesma – *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*³⁵³.

A história das mulheres e do género, ambas consideradas na perspectiva da história relacional, desafiam a ciência histórica, qualquer que seja o seu enfoque – social, económico, político, mentalidades, religiões entre outros –, ou o seu objecto de estudo – o privado, a cidadania, o trabalho, a educação, a democracia, os nacionalismos, a sociabilidade, a religião, o corpo, ou outro –, a problematizar, quer o modo como mulheres e homens se relacionam e experienciam a sua vivência, quer o modo como essas relações se constroem em cada lugar/tempo social e configuram, real e simbolicamente, uma existência humana sexuada.

O título do colóquio realizado em Rouen, em 1997, *L'histoire sans les femmes est-elle possible?*³⁵⁴, condensava a mensagem contida nas interrogações colocadas por Olwen Hufton, num artigo publicado dois anos antes: "*Qui imaginerait désormais une histoire de la religion et des pratiques religieuses sans se rapporter à la distinction des sexes pour expliquer (...)? Qui envisagerait d'écrire une histoire des industries textiles sans évoquer la main-d'œuvre (...) des ouvrières qui permit (...)? Qui, en 1995, se pencherait sur la structure historique des migrations sans considérer les femmes (...)?*"³⁵⁵.

³⁵¹ BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies»...", in *op. cit.*, p. 26.

³⁵² LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret, "Introduction", in LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret (dir.), *Masculin-Féminin... op. cit.*, p. 23.

³⁵³ LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret (dir.), *Masculin-Féminin... op. cit.*

³⁵⁴ Colóquio Internacional *L'Histoire sans les femmes est-elle possible? Réflexion épistémologique et pluralité des approches*, organizado pelo Grupo de Recherches d'Histoire da Universidade de Rouen (27 e 29 de Novembro de 1997) e cujas actas se encontram publicadas: SOHN, Anne-Marie, THÉLAMON, Françoise (dir.), *L'Histoire sans les femmes... op. cit.*

³⁵⁵ HUFTON, Olwen, "Femmes/hommes...", in *op. cit.*, p. 242. Cf. HUFTON, Olwen, "Que é a história religiosa hoje?", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 85-110.

A consciência da importância das relações de poder entre homens e mulheres no objecto de estudo da ciência histórica, bem como nos seus modos de produção, não se enraizou ainda nos baluartes académicos. A categoria género não atingiu ainda, como modo de ver o mundo, um grau de legitimidade semelhante, por exemplo, ao da categoria classe³⁵⁶. A inclusão das mulheres como objecto da história foi ganhando espaço, mas a categoria género, pelas suas implicações epistemológicas, encontrou, como reconhece Michelle Perrot, muito mais resistências³⁵⁷. Afigura-se muito mais problemático o trabalho interpretativo e edificador de sentidos do que a desocultação e recriação de realidades passadas³⁵⁸. A história das mulheres e do género só é aceite, portanto, enquanto domínio específico, não enquanto questionamento da disciplina histórica no seu todo. Neste quadro, incluir a história das mulheres pode ser, também, uma forma de a banalizar usando-a como um alibi de reconhecimento³⁵⁹. Pode dizer-se que, em termos de "*estatuto epistemológico do conhecimento*"³⁶⁰, a história das mulheres é, com frequência, colocada num lugar de charneira entre o conhecimento científico e a ideologia militante.

Face ao exposto, o valor intelectual e institucional da História das Mulheres e das suas investigadoras é, em geral, preterido face a uma História que, construída segundo parâmetros masculinos, "*ce que les américaines surnommaient le malestream de la recherche*"³⁶¹, se considera neutra e universal³⁶². O próprio estatuto de historiador, quando se deu a profissionalização da disciplina histórica em finais do século XIX e inícios do seguinte, foi representado como masculino e o peso simbólico de tal presunção persiste, sugerindo, nas palavras de Bonnie Smith, "*that historical science, with its aspirations to objectivity is grounded in the rhetorical tradition of classical misogyny*"³⁶³. Reafirmando a importância da diferença dos sexos no processo do saber, Françoise Collin explicita que, se o sujeito do saber não se interrogar sobre a sua posição sexuada é levado a "*considerar como «neutro» ou universal um ponto de vista*

³⁵⁶ Cf. ROBINSON, Victoria, "Introducing Women's Studies", in *op. cit.*; BLOM, Ida, "Global Women's History...", in *op. cit.*; JOAQUIM, Teresa, "Notas sobre os Estudos...", in *op. cit.*

³⁵⁷ Cf. PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences...* *op. cit.*

³⁵⁸ Cf. LERNER, Gerda, *Why History Matters. Life and Thought*, New York, Oxford University Press, 1997.

³⁵⁹ Cf. DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire...* *op. cit.*

³⁶⁰ AMÂNCIO, Lígia, "Implicações teóricas e epistemológicas dos estudos de género para a teoria feminista", *Faces de Eva*, nº 9, 2003, p. 29.

³⁶¹ DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire...* *op. cit.*, p. 92 (itálicos no original).

³⁶² Cf. FARGE, Arlette, "Da diferença dos sexos", in *Lugares para a História*, Lisboa, Teorema, 1999, pp. 133-150; LERNER, Gerda, *Why History Matters...* *op. cit.*

³⁶³ SMITH, Bonnie G., "Historiography, Objectivity, and the Case of the Abusive Widow", in SCOTT Joan Wallach (ed.), *Feminism and History...* *op. cit.*, p. 564; cf. PURVIS, June, "From «women worthies»...", in *op. cit.*

imbuído de unilateralidade (...) [e] pode, no objecto que explora, assimilar a generalidade à realidade de um único sexo"³⁶⁴. Anne Cova sublinha que a tendência para classificar a história das mulheres na história das mentalidades, da família, ou da vida privada, confina o seu âmbito a áreas particulares, ignorando o seu "*valeur intrinsèque*"³⁶⁵ para a construção de qualquer conhecimento histórico. Outro obstáculo prende-se com a dominância da vertente estrutural na história económico-social que marcou uma fase da historiografia francesa dos *Annales*, cuja influência foi marcante na renovação historiográfica vivida nos anos de 1970 e 1980 nos países do sul da Europa³⁶⁶. No caso português, a sobrevalorização da história serial durante aquelas décadas dificultou, segundo Irene Vaquinhas, a integração da história das mulheres nos projectos de renovação historiográfica do pós 25 de Abril de 1974³⁶⁷.

O título da obra colectiva *L'Histoire sans Qualités*³⁶⁸, publicada em 1979, expressava a denúncia desta situação e, em 1998, Françoise Thébaud e Michelle Perrot continuavam a dar conta de que em França a história das mulheres "*n'a, par ailleurs, changé ni la démarche historique, réservée, ni les institutions universitaires, qui répugnent à lui faire une place, même modeste*"³⁶⁹. Um colectivo de historiadoras francesas sublinhou, mais recentemente, que a fragilidade do reconhecimento, pela historiografia institucionalizada, de uma história relacional que tenha em conta a dimensão sexuada da humanidade, compele à persistência da história das mulheres como campo específico³⁷⁰.

O estado incipiente da História das Mulheres em Portugal em meados dos anos noventa é comprovado pelo modo como aparece referenciada na *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, publicada em 1996. Esta tornou-se, de imediato, uma obra de referência no nosso país, não só por neste escassearem as reflexões sobre a ciência histórica, mas também porque o trabalho realizado não se circunscreveu a uma análise da historiografia, propondo-se perspectivar também a "*história do «ensino da*

³⁶⁴ COLLIN, Françoise, "Diferença e diferendo...", in *op. cit.*, p. 347.

³⁶⁵ COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal...", in *op. cit.*, p. 54.

³⁶⁶ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "L'historiographie sur les femmes au Portugal...", in *op. cit.*; DE GIORGIO, Michela, "Women's history in Italy...", in *op. cit.*; AVDELA, Efi, "L'histoire des femmes au sein de l'historiographie grecque...", in *op. cit.*

³⁶⁷ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "L'historiographie sur les femmes au Portugal...", in *op. cit.*

³⁶⁸ DUFRANCANTEL, Christiane et al., *L'Histoire sans Qualités...* *op. cit.*

³⁶⁹ PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences...* *op. cit.*, p. XVII; cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

³⁷⁰ Cf. COTTIAS, Myriam, et al., "Entre doutes et engagements...", in *op. cit.*. O artigo, publicado em 2004, foi assinado por Myriam COTTIAS, Cécile DAUPHIN, Arlette FARGE, Nancy L. GREEN, Danielle HAASE-DUBOSC, Danièle POUBLAN e Yannick RIPA.

história» e (...) [a] história da «memória»³⁷¹. Nas novas tendências historiográficas, a par, por exemplo, do "regresso ao político"³⁷² ou da "nova biografia"³⁷³, a história das mulheres é inscrita, na obra em análise, como "a «história no feminino»"³⁷⁴. Na década de noventa, porém, mercê dos debates teóricos que se operavam, a nível internacional, no seio da história das mulheres, aquela expressão já designava, tão-só, uma determinada perspectiva historiográfica.

Se é certo que a produção nacional não era ainda muito significativa em meados dos anos noventa, como atestam os balanços historiográficos de Irene Vaquinhas, para os quais a obra em questão remete, justificava-se uma referência ao contributo da história das mulheres para a renovação dos modos de produção e do conhecimento histórico³⁷⁵. Ao invés, a explicação do conceito de género foi remetida para uma breve citação da tese de doutoramento, concluída em 1988, da socióloga Lusin Bagla-Gökalp: "A distinção (sobretudo anglo-saxónica) feita entre o sexo e o género permite, segundo os defensores desta posição, separar o que parece ser inalterável do que é dinâmico"³⁷⁶. Os trabalhos incontornáveis de historiadoras, como Joan Scott e Gisela Bock, foram ignorados e não se clarificaram as valências da categoria género para a análise histórica.

Entre 1990 e 1992, dera-se à estampa, em simultâneo em Itália e em França, a *História das Mulheres no Ocidente*³⁷⁷. Inscrita na história relacional, "que é, na mesma medida, história dos homens", assumia-se como "balanço provisório, instrumento de trabalho, prazer da História, lugar de memória"³⁷⁸. A edição portuguesa, publicada

³⁷¹ TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, "Introdução", in *História da História... op. cit.*, p. 10.

³⁷² MENDES, José Amado, "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa", in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História... op. cit.*, p. 415.

³⁷³ *Ibidem*, p. 419.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 423.

³⁷⁵ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Estudos sobre as Mulheres...", in *op. cit.*.

³⁷⁶ BAGLA-GÖKALP, Lusin, *Entre terre et machine. Industrialisation et travail des femmes*, Paris, l'Harmattan, 1993, pp. 12-13, cit. in MENDES, J. Amado, "Caminhos e problemas da historiografia...", in *op. cit.*, p. 424 (itálicos no original). Lusin Bagla-Gökalp, socióloga, é Maître de Conférences e investigadora no Institut d'Administration des Entreprises (IAE) - Faculté de Droit, d'Economie et de Gestion da Université d'Orléans [em linha], disponível em <http://www.univ-orleans.fr/annuaire/developpe.php4?lang=fr&nom=bagla-gokalp+lusin&ou1=faculte+de+droit+d%27economie+et+de+gestion+%28ufr+droit+eco+gest+nabuco+901%29&ou2=institut+d%27administration+des+entreprises+%28iae%29> (consultado em 11/09/2006); a obra em questão, *Entre terre et machine. Industrialisation et travail des femmes*, Paris, l'Harmattan, 1993, reeditada em 2000, constitui a publicação da sua tese de doutoramento defendida em 1988 [em linha], disponível em http://www.amazon.fr/Entre-terre-machine/dp/2738419720/sr=8-2/qid=1158000077/ref=sr_1_2/403-7816826517244?ie=UTF8&s=gateway (consultado em 11/09/2006).

³⁷⁷ A edição portuguesa foi publicada entre 1993 e 1995; DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres... op. cit.*

³⁷⁸ DUBY, Georges, PERROT, Michelle, "Escrever a História das Mulheres", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres... op. cit.*, vol. 4, pp. 7-8.

entre 1993 e 1995, foi mencionada na referida *História da História em Portugal*, tão só como a "*desenvolvida História das Mulheres*"³⁷⁹, classificação que poderia ser aplicada a qualquer "*histoire événementielle, como hoje lhe chamamos*"³⁸⁰.

A nova problemática não fora ainda incorporada na historiografia portuguesa. Não faltavam só os debates teóricos, mas também mais investigação e investigação menos centrada na perspectiva *cumulativa*, como classificou Anne Cova, num ensaio de 1998, a produção nacional em história das mulheres³⁸¹. É significativo que António Nóvoa, ao sublinhar o impacto da crítica feminista no questionamento de teses tradicionais na história da educação, não tenha logrado inserir uma única referência bibliográfica portuguesa sobre a matéria³⁸².

Com base na proposta, enunciada por Gérard Noiriel, de que a disciplina histórica se deve revitalizar ao nível do saber, da memória e do poder, Françoise Thébaud sublinhou que, embora a história das mulheres tenha produzido, ao longo das últimas décadas, muito saber novo – ao nível da investigação empírica e dos contributos teóricos e metodológicos –, não tem logrado legitimar a sua existência e, por isso, não tem lugar nos grandes debates historiográficos³⁸³. Esta situação marginal mostra como o poder instituído da corporação histórica se alicerça, também, numa memória que silencia e que exclui, no caso vertente, uma parte do seu património de saber.

A abordagem dos discursos, entendidos não só como instrumentos que representam e reproduzem a realidade, mas, sobretudo, como agentes que a configuram, suscitou um aprofundamento dos mecanismos de produção e de reprodução da memória e tem permitido rever os nexos entre esta e a história.

1.3. A história das mulheres e os usos da memória: a história como projecto de verdade

História e memória foram, até há poucas décadas atrás, percebidas como realidades sobreponíveis, entendendo-se a obra historiográfica como processo e resultado de rememoração. Essa ideia estava de acordo com a concepção positivista da

³⁷⁹ MENDES, J. Amado, "Caminhos e problemas da historiografia...", in *op. cit.*, p. 426 (itálicos no original).

³⁸⁰ CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Da História-Crónica à História-Ciência*, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª ed., 1976, p. 81 (itálicos no original).

³⁸¹ Cf. COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire...", in *op. cit.*

³⁸² Cf. NÓVOA, António, "História da educação: Percursos de uma disciplina", *Análise Psicológica*, nº 4 (XIV), 1996, p. 428.

³⁸³ Cf. THÉBAUD, Françoise, *Ecrire... op. cit.*

história como uma ciência que, por meio de procedimentos metodológicos rigorosos, extraía das fontes *recordações verdadeiras* e lograva reconstituir objectivamente o passado. Se bem que a história positivista fosse sendo questionada, sobretudo a partir da década de 1920, com os trabalhos de Marc Bloch e Lucien Febvre e todo o movimento dos *Annales*, foi só com a consciência da demarcação entre história e memória, "*divórcio decisivo e libertador*"³⁸⁴, nas palavras de Pierre Nora, que a comunidade historiadora passou a encarar a memória como objecto de estudo, avançando para novas reconceptualizações da própria ciência histórica.

A reabilitação do acontecimento, da contingência e da narração, na década de 1970, correspondeu a uma viragem epistemológica que colocou, no centro da operação histórica, a edificação de "*une herméneutique du temps historique qui soit en même temps «transmission génératrice du sens» (...) selon la ligne tracée par Paul Ricoeur*"³⁸⁵. O desenvolvimento de estudos sobre a memória pelas outras ciências sociais e humanas, entre as quais a psicologia, a psicanálise, a sociologia e a antropologia, constituiu um estímulo fundamental para que a história repensasse a especificidade da sua relação com a memória. Após os trabalhos inaugurais de Jacques Le Goff e de Pierre Nora, em 1977 e 1978, a reflexão sobre o conceito de memória e a sua relação intrínseca com a história suscitou um interesse crescente no meio historiográfico, em particular, numa primeira fase, no domínio da história oral³⁸⁶. Esta constituiu, como foi atrás referido, um recurso privilegiado para a história das mulheres naquela década e, desde então, aquela área de estudos tem colocado a problemática da memória no centro dos seus debates teóricos³⁸⁷.

1.3.1. Memória e história: alguns legados conceptuais relevantes

No campo da psicologia, o construcionismo social tem sublinhado que a memória humana é indissociável da vida social. A memória, entendida como actividade

³⁸⁴ NORA, Pierre, "Memória colectiva", in LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques (dir.), *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 453.

³⁸⁵ BÉDARIDA, François, *Histoire, critique et responsabilité*, Bruxelles, Ed. Complexe, 2003, p. 37.

³⁸⁶ Cf. NORA, Pierre, "Memória colectiva...", in *op. cit.*; LE GOFF, Jacques, "Memória", in ROMERO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, *Memória e História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50; THOMPSON, Paul, *The Voice of the Past: Oral History*, Oxford, Oxford University Press, 1978. Refira-se que não há qualquer artigo sobre a memória nos três volumes da obra *Fazer História* (LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História... op. cit.*) originalmente publicada em 1974.

³⁸⁷ Cf. VAN DE CASTEELE-SCHWEIZER, Sylvie, VOLDMAN, Danièle, "Les sources orales...", in *op. cit.*; GORDON, Linda, "What's new...", in *op. cit.*; PERROT, Michelle, *Les Femmes... op. cit.*; MIES, Maria, "Women's Research...", in *op. cit.*. Ver capítulo 1.2.1..

eminentemente social, assume, por força, um carácter dinâmico e multiforme³⁸⁸. Uma memória receptáculo e "*replicativa como a dos computadores*"³⁸⁹ não existe, porque, tal como o pensamento, a memória não é um processo interno ao sujeito, mas o resultado de uma interacção contextualizada que se vai continuamente recriando e actualizando através da comunicação, verbal e não verbal, isto é, de práticas sociais discursivas. Outra característica fulcral da memória é que esta é sempre conceptualizada, isto é, o que ela guarda são imagens, ou conceitos, e não dados puramente sensoriais, porque estes só podem ser retidos a partir do momento em que se tornam significativos³⁹⁰. O mesmo se aplica ao esquecimento, pois o que se esquece é já acontecimento tratado, é como uma perda de recordação³⁹¹. A recordação e o esquecimento, as duas faces da memória, resultam de um acto permanente de aprendizagem que se processa através dos diversos contextos e práticas de socialização. A reconstrução do passado produz-se com frequência de forma colectiva, integrando visões distintas, em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, e contributos nem sempre provenientes de uma experiência vivenciada a nível pessoal³⁹². Se é certo que é "*par la mémoire que nous sommes des individus*"³⁹³, é a capacidade de integrar como *suas* outras memórias, singulares ou colectivas, que confere humanidade aos indivíduos.

A memória compreende diversos conceitos, como os de memória individual, memória colectiva, memória social, memória musical, memória religiosa, entre outros, mas, para o trabalho histórico, os de memória social e de memória colectiva ocupam um lugar central³⁹⁴. O conceito de memória social apresenta-se mais abrangente do que o de memória colectiva, pois, ao invés deste, não se encontra vinculado a um grupo, nem à respectiva duração. A memória social pode ser entendida como um "*fundo matricial*"³⁹⁵, no qual se inscrevem as memórias colectivas e que, "*mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a génese de novas memórias colectivas e históricas*"³⁹⁶.

³⁸⁸ Cf. BILLIG, Michael, EDWARDS, Derek, "La construction sociale de la mémoire", *La Recherche*, vol. 25, nº 267, 1994, pp. 742-745.

³⁸⁹ JOÃO, Maria Isabel, "Memória e História: os problemas e o método", in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, CAMPOS, Maria Cristina Souza (orgs.), *História, Memória e Imagens nas Migrações*, Oeiras, Celta, 2005, p. 1.

³⁹⁰ Cf. FENTRESS, James, WICKHAM, Chris, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994.

³⁹¹ Cf. AUGÉ, Marc, *Les Formes de l'oubli*, Paris, Rivages, 2ª ed., 2001 [1ª ed. 1998].

³⁹² Cf. BILLIG, Michael, EDWARDS, Derek, "La construction sociale de la mémoire...", in *op. cit.*.

³⁹³ VIDAL-NAQUET, Pierre, "Mémoire et histoire", *La Recherche*, vol. 25, nº 267, 1994, p. 726.

³⁹⁴ Cf. CUESTA BUSTILLO, Josefina, "Memoria e historia. Un estado de la cuestion", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia*, Madrid, Marcial Pons, 1998, pp. 203-246.

³⁹⁵ CATROGA, Fernando, *Memória, História... op. cit.*, p. 19.

³⁹⁶ *Ibidem*.

A história deve ao sociólogo Maurice Halbwachs o conceito de *memória colectiva*, que utilizou em 1925 e desenvolveu nos anos subsequentes, para significar a memória de um grupo, seja mais restrito, como uma família, um movimento político ou um grupo profissional, por exemplo, seja mais alargado, como uma nação³⁹⁷.

As memórias colectivas são, pois, múltiplas, como o são os grupos sociais, e cada ser humano "*est plongé en même temps ou successivement dans plusieurs groupes*"³⁹⁸. Em qualquer experiência vivida a pessoa convoca pontos de vista e visões do mundo de vários grupos e reelabora-os a nível individual, procedendo a uma actualização da sua memória individual. Nesta base, aquele autor sustentava que a memória individual é sempre social. Memória individual e memória colectiva interpenetram-se numa reciprocidade total, todavia não se diluem, cada uma segue o seu caminho. Se, por um lado, a memória individual se apoia na memória colectiva, "*la mémoire collective, d'autre part, enveloppe les mémoires individuelles, mais ne se confond pas avec elles*"³⁹⁹, nem constitui um somatório de memórias individuais. Ela é, como sublinha Marita Rampazi, um sistema que organiza a inter-relação entre individual e social, pensamento e acção, real e simbólico, passado, presente e futuro⁴⁰⁰.

Halbwachs considera que a memória colectiva não é tanto uma memória de factos ou sensações, mas sim uma memória cultural, uma memória de ideias e valores partilhados. É esse predicado que a mantém para além da presença dos indivíduos concretos do respectivo colectivo, constituindo o elemento de estabilidade do grupo. No entanto, ela só permanece no tempo até certo ponto, "*elle n'est pas illimitée et ne dépasse jamais une ligne qui se déplace à mesure que les sociétés dont nous sommes membres entrent dans de nouvelles périodes de leur existence*"⁴⁰¹. A sua duração varia em função do grupo, proporcionando uma ilusão de períodos de estabilidade no fluxo inexorável da mudança.

Uma outra ideia fundamental é que na memória de um grupo prevalecem as recordações que são partilhadas pelo maior número dos seus elementos, passando para segundo plano todas as que não logram envolver mais do que uma minoria. Como

³⁹⁷ Cf. NAMER, Gérard, "Les cadres sociaux de la mémoire", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui... op. cit.*, pp. 349-351; NORA, Pierre, "Memória colectiva...", in *op. cit.*; HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (édition critique établie par Gérard Namer).

³⁹⁸ HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective... op. cit.*, p. 129.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 98.

⁴⁰⁰ Cf. RAMPAZI, Marita, "Due Giornate di riflessione su «Memoria e Società»", *Memoria. Rivista di storia delle donne*, n° 25, 1989, pp. 113-116.

⁴⁰¹ HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective... op. cit.*, p. 184.

afirma Pierre Nora, "*a memória colectiva é o que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado*"⁴⁰², no sentido que a memória colectiva retém, apaga e recompõe, de forma consciente ou inconsciente, recordações de experiências, vividas ou mitificadas, que integram o sentimento de passado de uma colectividade.

Halbwachs, embora não use o conceito de memória social, distinguiu um outro nível de memória, que ele considerava uma memória social exterior, a memória histórica⁴⁰³. Para este autor, esta diferencia-se da memória colectiva por ser descontínua, esquemática e formalmente transmitida e aprendida. A memória histórica "*se place hors des groupes et au-dessus d'eux*"⁴⁰⁴ e, por ser exterior aos grupos e não se vincular à memória de qualquer colectivo específico, contrapõe à multiplicidade das memórias colectivas uma memória una das sociedades. A memória histórica é, no fundo, a história-conhecimento, "*non pas une succession chronologique d'événements et de dates, mais tout ce qui fait qu'une période se distingue des autres, et dont les livres et les récits ne nous présentent en général qu'un tableau bien schématique et incomplet*"⁴⁰⁵. Nesta acepção, no entanto, o próprio Halbwachs coloca algumas reticências ao conceito de memória histórica, na medida em que a reconstrução da noção histórica de um acontecimento não equivale a uma recordação, porque "*c'est le savoir abstrait qui interviendrait, et non la mémoire*"⁴⁰⁶. O autor vai mais longe ao afirmar que "*l'expression: mémoire historique, n'est pas très heureusement choisi, puisqu'elle associe deux termes qui s'opposent*"⁴⁰⁷, dado que a história começa no preciso momento em que decompõe a memória social.

A ambiguidade da expressão memória histórica, enunciada por Halbwachs, torna-se evidente quando o seu uso se reporta, como sugere Pierre Nora, tanto à "*memória colectiva do grupo de historiadores*"⁴⁰⁸, isto é, à memória partilhada por essa comunidade profissional, como ao "*fruto de uma tradição sábia e «científica»*"⁴⁰⁹, o conhecimento resultante da actividade historiográfica. A este sentido poder-se-á juntar a memória histórica que resulta do discurso de divulgação ou do que se pode designar por história democratizada, ou seja, a sua transmissão a um público destinatário heterogéneo

⁴⁰² NORA, Pierre, "Memória colectiva...", in *op. cit.*, p. 451.

⁴⁰³ Cf. HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective...* *op. cit.*.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 132.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 105.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 120.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 130.

⁴⁰⁸ NORA, Pierre, "Memória colectiva...", in *op. cit.*, p. 451.

⁴⁰⁹ *Ibidem*.

e exterior à comunidade historiadora. Os romances e documentários históricos, que têm proliferado nas últimas duas décadas, por exemplo, colhem uma procura por parte do público que ultrapassa, de longe, o interesse pelos assuntos do conhecimento histórico *stricto sensu*. As figuras femininas detêm um lugar de relevo neste domínio da ficção histórica, o que torna a sua visibilidade ambígua, no entremeio da realidade e da efabulação. Ocupando um espaço privilegiado na dimensão transmissão/ensino da história, com o qual a comunidade científica não consegue competir, esses produtos firmam com êxito a memória histórica que veiculam através de meios e conteúdos apelativos. Para além dos diversos suportes (escrito, audio-visual, material) e dos inúmeros meios de comunicação (livros, bandas desenhadas, jogos, comemorações, televisão, *CD Rom*, Internet, etc.), são também distintos os seus produtores (historiadores, ficcionistas, jornalistas, produtores, etc.)⁴¹⁰.

Jacques Le Goff enunciava, em finais da década de 1970, que "*tal como o passado não é a história mas o seu objecto, também a memória não é a história, mas um dos seus objectos (...)*"⁴¹¹. Com a ruptura estabelecida entre história e memória, sublinhou-se o carácter de actualidade inerente à segunda, isto é, de integração contínua do passado no presente, em confronto com o carácter relativo da história, sempre mediada pelo vestígio e pela escolha⁴¹². A memória "*se place dans l'événement, le remonte en quelque sorte, cheminant à l'intérieur du sujet*"⁴¹³, enquanto que a história se distancia, aborda o acontecimento a partir de uma perspectiva exterior e crítica. Como afirma Gerda Lerner, "*history is more than collective memory*"⁴¹⁴, é um processo, uma prática, "*by which people preserve and interpret the past, and then reinterpret it in light of new questions*"⁴¹⁵. A memória advoga a fidelidade e a história é uma demanda, cientificamente conduzida, da verdade.

Esta demarcação entre memória colectiva e história associa-se à distinção entre *documentos*, os materiais da memória escolhidos pelo/a historiador/a, e os *monumentos*, herança que o passado legou à memória colectiva, os quais só numa parcela ínfima se

⁴¹⁰ Cf. TORGAL, Luís Reis, "História, divulgação e ficção", in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História... op. cit.*, pp. 491-545.

⁴¹¹ LE GOFF, Jacques, "História", in ROMERO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi... op. cit.*, vol. 1, p. 180.

⁴¹² Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil, 2000. A metáfora do "itinerário", utilizada por Paul Veyne, explicita de forma clara o processo de escolha realizado pelo e pela historiador/a (cf. VEYNE, Paul, *Como se escreve a história*, Lisboa, Edições 70, 1983, p. 53).

⁴¹³ BÉDARIDA, François, *Histoire, critique... op. cit.*, p. 259.

⁴¹⁴ LERNER, Gerda, *Why History Matters... op. cit.*, p. 116.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

compõem de testemunhos escritos⁴¹⁶. O conteúdo restrito conferido pela historiografia positivista ao conceito de documento foi contrariado, desde os primeiros tempos do movimento dos *Annales*, e todos os vestígios que detivessem a marca humana, ou seja, todos os *monumentos* foram convertidos em potenciais documentos⁴¹⁷. Contudo, a "explosão do documento"⁴¹⁸, na expressão de Jacques Le Goff, só se produziria a partir dos anos 1960, com a dilatação do seu campo, ao qual não foi alheio o recurso aos testemunhos orais e à documentação de massa, sendo que o tratamento informático desta última permitiu gerar um novo tipo de documento.

A efectiva ruptura conceptual, porém, foi introduzida, na década seguinte, pelo conceito Foucaultiano de *documento/monumento*. Este traduz a consciência de que não basta tornar todos os monumentos em documentos, pois o principal é a operação que, ao inverso, transforma todos os documentos em monumentos. Isto significa que qualquer documento só pode ser cientificamente utilizado se for criticado enquanto monumento, o que implica determinar as condições históricas da sua produção e proceder à sua desmontagem e desmistificação⁴¹⁹. Examinar cada documento como um monumento pressupõe aplicar princípios e procedimentos oriundos da arqueologia, de modo a encará-lo, não apenas como uma formação discursiva, mas como um *locus* de transformações interdiscursivas, cujas contradições, ao invés de constituírem um problema a superar por via da atribuição de coerência, interessam nos seus próprios termos e no modo como se articulam entre si⁴²⁰.

Inúmeras práticas sociais contribuem para que as pessoas recordem e se identifiquem a diversos níveis, partilhando identidades – nacionais, culturais, de género, de raça, etc.. O conceito operatório de *lugares de memória (lieux de mémoire)*, desenvolvido por Pierre Nora, revelou-se uma ferramenta proficiente na análise dessas práticas. O conceito foi trabalhado ao longo do projecto do mesmo nome, o qual mobilizou, entre 1978 e 1992, uma equipa de mais de cento e vinte investigadores/as em torno do estudo dos lugares materiais ou imateriais onde se incarnava a memória

⁴¹⁶ Cf. LE GOFF, Jacques, "Documento/Monumento", in ROMERO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi...* *op. cit.*, vol. 1, pp. 95-106.

⁴¹⁷ Cf. BLOCH, Marc, *Introdução à História...* *op. cit.*; FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 2ª ed., 1985.

⁴¹⁸ LE GOFF, Jacques, "Documento/Monumento...", in *op. cit.*, p. 99.

⁴¹⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴²⁰ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire,...* *op. cit.*. Ricoeur afirma, sobre este assunto, que "s'il y a un paradoxe de l'archéologie, il n'est pas en ceci qu'elle multiplierait les différences, mais en ceci qu'elle se refuse à les réduire – inversant par là les valeurs habituelles" (p. 255).

nacional francesa⁴²¹. Os *lugares de memória* assumem, para o seu autor, o duplo carácter de "*categoría de inteligibilidad de la historia contemporánea (...)*"⁴²² e um contributo para elaborar uma história nacional numa perspectiva diferente, "*una historia de tipo simbólico, que respondiera más que la historia clásica, a las necesidades científicas y cívicas de nuestro tiempo*"⁴²³.

A plasticidade do conceito, que abarca "*lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as auto-biografias ou as associações*"⁴²⁴, favoreceu a sua adopção em diversos contextos historiográficos. Este conceito permite considerar uma gama infinita de objectos que vão de um local – Aljubarrota – a uma pessoa-memória – a padeira –, de uma noção – geração – a um emblema – o Zé Povinho –, com tudo o que significam simbolicamente no contexto nacional. A tradução de *lieux de mémoire* por *lugares de memória* não é inequívoca. *Lieux* reporta-se a uma localização concebida e construída, isto é, artificial, que não tem relação directa com uma realidade espacial física, mas com o espaço enquanto estrutura coerente de imagens colectivas⁴²⁵. Os *lugares de memória* inscreveram-se na mutação da relação entre história e memória operada nos anos 1970, mas o seu aspecto inovador consiste em ter deslocado a focagem do passado para a sua reutilização, para os rastos dos acontecimentos e das acções, para a sua manipulação, para os modos como se reelaboraram e se transmitiram, para as re-significações a que foram sujeitos, ou seja, "*la construcción de una representación y la formación de un objeto histórico en el tiempo*"⁴²⁶.

Os *lugares de memória* são, como a memória, selectivos e, por isso, os elementos que integram são fruto de uma escolha que, de entre vários possíveis, elegeu e eliminou. Tal é o processo que determina, por exemplo, a maior ou menor percentagem de mulheres celebrizadas na nomeação de ruas, nos Panteões nacionais, nos Prémios Nobel, nos funerais de Estado, para citar alguns exemplos. Pierre Vidal-Naquet salienta que, no processo decisório, mais ou menos institucionalizado, as relações de poder entre as várias memórias colectivas presentes numa sociedade têm um papel preponderante,

⁴²¹ Cf. NORA, Pierre, "La aventura de *Les lieux de mémoire*", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia...* op. cit., pp. 17-34; NORA, Pierre, "Les lieux de mémoire", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui...* op. cit., pp. 343-348.

⁴²² NORA, Pierre, "La aventura...", in op. cit., p. 19.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ NORA, Pierre, "Memória colectiva...", in op. cit., p. 454.

⁴²⁵ Cf. CUESTA BUSTILLO, Josefina, "Memoria e historia...", in op. cit..

⁴²⁶ NORA, Pierre, "La aventura...", in op. cit., p. 22.

sendo que, quanto mais democrática e pluralista é uma sociedade, mais memórias coexistem e rivalizam⁴²⁷. A grande valência do conceito de *lugares de memória* não reside na mera focalização em cada um dos objectos memoriais, mas em tornar percebíveis as organizações inconscientes da(s) memória(s) colectiva(s) através da construção de um modelo de relação entre a história e a memória, isto é, nas palavras de Pierre Nora, "*comprender la administración general del pasado en el presente, mediante la disección de sus polos de fijación más significativos*"⁴²⁸.

1.3.2. A história das mulheres e o trabalho de memória em história

A problemática da memória é central na análise dos processos de invisibilização das mulheres na história e de construção das relações sociais de género. Face à dificuldade de abordagem da memória de uma sociedade no seu conjunto, o conceito de memória colectiva aplicado a grupos tem-se mostrado mais funcional. Os estudos desenvolvidos têm elegido uma grande diversidade de memórias colectivas – popular, erudita, operária, burguesa, comunista, judaica, árabe, negra, local, infantil, feminina e outras – mostrando como cada uma delas é plural (as memórias populares ou burguesas, por exemplo)⁴²⁹. Há que problematizar, porém, os critérios constituintes dessas várias memórias-objecto, designadamente no que respeita à pertinência de reunir conceptualmente num colectivo de memória partilhada a parte feminina ou a masculina da humanidade, ou a população negra, mesmo que consideradas em contextos nacionais específicos, para referir apenas dois exemplos.

Conceber as mulheres, em si próprias, como um grupo, implica abstraí-las dos seus grupos sociais de pertença, por isso, não é pacífico falar de memória colectiva das mulheres⁴³⁰. Poder-se-á, todavia, considerar a memória de colectivos específicos de mulheres, como as associações feministas, por exemplo, ou analisar o modo como as relações sociais entre mulheres e homens se integram, se reproduzem e se reelaboram, ao longo do tempo, nas memórias colectivas dos diversos grupos sociais⁴³¹.

A história das mulheres, ao atribuir particular importância à problemática da memória, não pretende apenas tornar a memória das mulheres significativa, mas

⁴²⁷ Cf. VIDAL-NAQUET, Pierre, "Mémoire et histoire...", in *op. cit.*

⁴²⁸ NORA, Pierre, "La aventura...", in *op. cit.*, p. 32.

⁴²⁹ Cf. CUESTA BUSTILLO, Josefina, "Memoria e historia...", in *op. cit.*

⁴³⁰ A categoria "as mulheres" foi problematizada no capítulo 1.2..

⁴³¹ Cf. FENTRESS, James, WICKHAM, Chris, *Memória... op. cit.*

reclama, sobretudo, que "*il faut construire l'histoire des femmes pour transformer la mémoire collective*"⁴³², ou seja, que ela é um requisito indispensável para re-significar o conhecimento da história de toda a humanidade. Não se trata apenas de conferir identidades às mulheres, ou a grupos de mulheres, através da sua inscrição no tempo, mas de "*iluminar la condición humana a partir de los testigos de la memoria*"⁴³³. Nessa medida, interessa questionar os mecanismos que perpetuam a prevalência de modos androcêntricos de fazer ciência, no suposto que "*aucun oubli n'est éternel et aucune mémoire n'a jamais eu un commencement absolu*"⁴³⁴, pois ela é sempre processo de reatualização e, por isso, nenhuma memória morre por completo ou é plenamente inaugural.

A história oral foi um dos domínios da investigação histórica que mais aprofundou o trabalho sobre a memória. A obra de Paul Thompson, *The Voice of the Past*⁴³⁵, editada em 1978, ao sistematizar as especificidades e as potencialidade da história oral, contribuiu para explicitar o modo como memória e história são ao mesmo tempo indissociáveis e distintas. Segundo o autor, o recurso à memória de informantes permite tornar os domínios da história social, da história política, da história económica, etc., menos abstractos e conferir uma nova dimensão a áreas de investigação novas como a história das mulheres, a história da classe trabalhadora, a história dos analfabetos, entre outras, "*towards a history which is more personal, more social, and more democratic*"⁴³⁶. Esta perspectiva convergia com a grande ênfase conferida pela história das mulheres, nos anos setenta, às fontes orais e à construção de uma memória dos movimentos feministas. Considerava-se válida e histórica a vida e a experiência de cada mulher, de acordo com um modelo de história oral, iniciado nos anos 1920, pelos historiadores negros que procuraram recolher os testemunhos da escravatura⁴³⁷.

O entusiasmo inicial, um pouco ingénuo, sobre o valor dos testemunhos orais para desocultar um real passado inacessível por outras vias, foi relativizado ao longo dos anos oitenta e noventa, como o próprio Paul Thompson evidenciou, marcando também uma viragem na história contemporânea das mulheres⁴³⁸. A credibilidade das

⁴³² DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire... op. cit.*, p. 146.

⁴³³ HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales... op. cit.*, p. 43.

⁴³⁴ NAMER, Gérard, "Posface", in HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective... op. cit.*, p. 271.

⁴³⁵ Cf. THOMPSON, Paul, *The Voice of the Past... op. cit.*

⁴³⁶ *Ibidem*, pp. 224-225.

⁴³⁷ Cf. GLUCK, Sherna Berger, "What's So Special about Women?...", in *op. cit.*

⁴³⁸ Cf. THOMPSON, Paul, "Believe It or Not: Rethinking the Historical Interpretation of Memory", in JEFFREY, Jaclyn, EDWALL, Glenace (Eds.), *Memory and History. Essays on Recalling and Interpreting Experience*, Boston, University Press of America, 1994, pp. 1-13 [em linha], disponível em

fontes orais foi reequacionada a partir do momento em que se entendeu que só podem ser evocadas as experiências memorizadas e, por conseguinte, conceptualizadas através de um processo no qual se inscrevem as formas colectivas de transmissão da memória, as sensibilidades de uma consciência subjectiva com pertenças identitárias próprias (por exemplo, as de género) e os lapsos traumáticos subconscientes, entre outras variáveis. A importância dos testemunhos deixou de estar centrada no seu apego aos factos para se basear no modo como se afastam deles, o que permite explorar o potencial hermenêutico das conexões entre diferentes lugares, esferas ou fases da vida. Qualquer testemunho é verdadeiro e falso, contém factos e mitos, reflecte, em simultâneo, o passado e o presente, o que leva Paul Thompson a sustentar a necessidade de "*to make use of what we can believe and also of what we must doubt, and to bring the two together in a new interpretation which fuses both memory and history*"⁴³⁹. Este enunciado sublinha o carácter dialéctico da relação entre história e memória e flexibiliza as fronteiras que distinguem estes dois níveis de representação do passado⁴⁴⁰.

A incidência dos estudos da história oral sobre grupos, em geral minoritários ou marginais, "*afin d'analyser comment la mémoire historique d'un groupe se constitue et se transmet, comme elle l'aide à renforcer son identité et à assurer sa permanence*"⁴⁴¹, implica algumas reservas no que respeita à sua adequação generalizada à história das mulheres. A história oral pode contribuir para aprofundar e enriquecer o conhecimento sobre grupos de mulheres ou, numa perspectiva de história relacional, focalizar as relações entre homens e mulheres no estudo dos diversos colectivos de que se ocupa.

Esta dupla abordagem, porém, não pode ser confundida com a aplicação da história oral às mulheres como se estas constituíssem um grupo, cuja identidade seria necessário recuperar. É necessário ter em conta que as memórias são marcadas e estruturadas pelos papéis sociais, mas isso não significa que haja diferenças entre a memória das mulheres e a dos homens, ou seja, que se possa divisar uma memória de género essencializada, pois "*la mémoire est non pas sexuée mais diversifiée selon les itinéraires individuelles*"⁴⁴². O que se passa é que o efeito de género na memória tem

http://www3.baylor.edu/oral_history/thompson.pdf (consultado em 17/01/2007); VAN DE CASTEELE-SCHWEIZER, Sylvie, VOLDMAN, Danièle, "Les sources orales...", in *op. cit.*; DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire...* *op. cit.*; COTTIAS, Myriam, et al., "Entre doutes et engagements...", in *op. cit.*

⁴³⁹ THOMPSON, Paul, "Believe It or Not...", in *op. cit.*, p. 12.

⁴⁴⁰ Cf. STUDER, Brigitte, THÉBAUD, Françoise, "Entre Histoire et mémoire...", in *op. cit.*

⁴⁴¹ RAPHAËL, Freddy, "Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale", *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*, n° 1, 1980, p. 127.

⁴⁴² VAN DE CASTEELE-SCHWEIZER, Sylvie, VOLDMAN, Danièle, "Les sources orales...", in *op. cit.*, pp. 63-64; Cf. PERROT, Michelle, "Pratiques de la Mémoire Féminine", *Traverses*, n° 40, 1987, pp. 19-27;

um forte impacto na configuração dos espaços sociais e nas formas de expressão. José Manuel Sobral sublinha o modo como a memória é influenciada pelos percursos pessoais, pela idade, pelo ciclo de vida e como "*o caminho individual de cada um foi igualmente social, por corresponder às vias determinadas pelo género*"⁴⁴³. As expectativas culturais associadas ao que cada sociedade entende por feminino e masculino incorporam-se nas mulheres e nos homens ao longo do processo de construção identitária e manifestam-se em atitudes, em comportamentos e nos percursos de vida. As experiências de vida são, então, conceptualizadas, de acordo com quadros sócio-identitários diferenciados em função do sexo, proporcionando memórias distintas de um mesmo acontecimento.

A história oral tem contribuído, também, para evidenciar que a memória pública e a memória privada podem divergir nitidamente naquilo que esquecem. O recurso a memórias privadas e individuais pode, assim, desafiar noções que conformam a memória pública, como por exemplo, a tendência, na sociedade actual, para considerar *naturais* os papéis de género. As experiências evocadas permitem contrariar o carácter hegemónico e tradicional imputado a representações que associam, por exemplo, as mulheres à dependência, à fragilidade e ao recato⁴⁴⁴.

No trabalho sobre a memória é necessário ter presente que as divergências entre as várias memórias traduzem, tanto a diversidade das recordações, como a dos esquecimentos. A memória, como a história, é sempre uma construção selectiva do passado e, como tal, escolhe. Escolher implica eleição e exclusão, lembrança e esquecimento, voz e silêncio. Cada memória constitui a síntese possível da dialéctica entre conservação e apagamento⁴⁴⁵. Como afirma Fernando Catroga, "*no campo da anamnese e do olvido nada está definitivamente petrificado*"⁴⁴⁶. Assim, não só a memória não se opõe ao esquecimento, como o trabalho sobre cada um deles é indissociável, pois "*we also always need to keep in mind that the reverse side to remembering is forgetting, and so speaking is silence*"⁴⁴⁷ e, por isso, os esquecimentos

FENTRESS, James, WICKHAM, Chris, *Memória... op. cit.*

⁴⁴³ SOBRAL, José Manuel, "Memória social e identidade. Experiências individuais, experiências colectivas", in CARDIM, Pedro (coord.), *A História: entre memória e invenção*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1998, p. 37.

⁴⁴⁴ Cf. LEYDESDORFF, Selma, PASSERINI, Luisa, THOMPSON, Paul (eds.), *Gender and Memory*, Oxford, Oxford University Press, 1996.

⁴⁴⁵ Como clarifica Tzvetan Todorov, a memória não se opõe ao esquecimento, ela resulta da interacção entre "*l'effacement (l'oubli) et la conservation*" (TODOROV, Tzvetan, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, 2004, p. 14, itálicos no original) e são estes os dois termos que se contrapõem.

⁴⁴⁶ CATROGA, Fernando, *Memória, História... op. cit.*, p. 31.

⁴⁴⁷ LEYDESDORFF, Selma, PASSERINI, Luisa, THOMPSON, Paul (eds.), *Gender... op. cit.*, p. 13. Cf.

são tão significativos quanto as lembranças⁴⁴⁸. O que é dito resulta sempre de uma escolha que exclui uma infinidade de não-ditos, os quais, ao permanecerem omissos, se tornam inexistentes⁴⁴⁹. O enunciado não se apresenta, porém, menos coerente, pois as lacunas e as omissões são compensadas, na justa medida, no processo de conceptualização, muitas vezes recorrendo ao uso excessivo daquilo que se rememora, o que conduz, pelo efeito de "*sugestões repetidas*"⁴⁵⁰, a uma falsa memória. Utilizando a metáfora de Marc Augé, no jardim da memória as recordações desabrocham com tanto maior esplendor quanto mais zeloso tiver sido o trabalho do jardineiro quando eliminou as ervas daninhas e o excesso de rebentos⁴⁵¹. Pode, pois, dizer-se que falar é silenciar duplamente.

Tal como a série de "*fases através das quais a memória de acontecimentos reais se torna um conjunto de imagens não é habitualmente visível no produto acabado*"⁴⁵², assim, a própria existência de silêncios é escamoteada, dificultando o seu questionamento. Com frequência, para poder identificar os silêncios a interrogar, o/a historiador/a terá de romper com a "*sedução (e pretensão) consensualizadora da memória colectiva e histórica*"⁴⁵³ e colocar perguntas como "*quem é que quer que se recorde o quê?*"⁴⁵⁴. Os diferentes "*jogos de perspectivas*"⁴⁵⁵, usando a expressão de José-Augusto França, deformam os eventos, por um efeito de luz e de sombra, e atribuem-lhes centralidade ou perifricidade. A relevância desta questão para a investigação histórica fora já reconhecida, em inícios dos anos 1980, por Jacques Le Goff, para quem o estudo dos silêncios da história constituía "*um dos contributos mais interessantes a trazer à epistemologia da história*"⁴⁵⁶. Este enunciado assume particular pertinência para a história das mulheres, pois os fenómenos de esquecimento, de exclusão ou de silêncio, "*les «envers» de l'histoire*"⁴⁵⁷ como os denomina Frédérique Langue, subestimam as mulheres enquanto sujeitos e agentes históricos, ao mesmo

DOSSE, François, *Paul Ricoeur et Michel de Certeau. L'Histoire: entre le dire et le faire*, Paris, Ed. de l'Herne, 2006.

⁴⁴⁸ Cf. RAPHAËL, Freddy, "Le travail de la mémoire...", in *op. cit.*

⁴⁴⁹ Cf. HESPANHA, António Manuel, "Senso Comum, Memória e Imaginação na construção da narrativa historiográfica", in CARDIM, Pedro (coord.), *A História: entre memória...* *op. cit.*, pp. 21-34.

⁴⁵⁰ SOBRAL, José Manuel, "Memória social e identidade...", in *op. cit.*, p. 40.

⁴⁵¹ Cf. AUGÉ, Marc, *Les Formes de l'oubli...* *op. cit.*

⁴⁵² FENTRESS, James, WICKHAM, Chris, *Memória...* *op. cit.*, p. 78.

⁴⁵³ CATROGA, Fernando, *Memória, História...* *op. cit.*, pp. 56 (itálicos no original).

⁴⁵⁴ *Ibidem.*

⁴⁵⁵ FRANÇA, José-Augusto, *História, que História?*, Lisboa, Colibri, 1996, p. 16.

⁴⁵⁶ LE GOFF, Jacques, *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Ed. 70, s/d [ed. original 1982], p. 98.

⁴⁵⁷ LANGUE, Frédérique, "L'histoire des sensibilités. Non-dit, mal dire ou envers de l'histoire? Regards croisés France-Amérique latine", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, nº 6, 2006 [em linha], disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document2031.html> (consultado em 23/01/2007).

tempo que a evocação "*s'intéresse (...) davantage à «la femme», entité collective et abstraite à laquelle on attribue des caractères de convention*"⁴⁵⁸.

Michelle Perrot organizou os silêncios da história relativamente às mulheres em três níveis que se reforçam entre si e que se enraízam na dominação masculina sobre o acontecimento, a narração e a simbólica que os rege. Um primeiro nível prende-se com a reduzida presença das mulheres no espaço público, precisamente aquele que tem sido um objecto privilegiado da investigação histórica e mais determinante na constituição de traços memoriais. Deste aspecto decorre o segundo nível enunciado pela autora, a saber, o do carácter sexualmente dissimétrico das fontes, que se têm revelado mais silenciosas em tudo o que respeita às mulheres. Por fim, é o silêncio firmado pela narração histórica⁴⁵⁹.

Afigura-se pertinente recordar, neste contexto, que foi na segunda metade do século XIX, de acordo com o cientismo vigente e com o reforço das identidades nacionais, que a história política se tornou predominante, em detrimento de uma narração mais ampla, mas que se afigurava, para o pensamento positivista, mais imaginativa do que rigorosa⁴⁶⁰. Para este processo contribuiu a hierarquização em categorias, de maior ou menor valor, da escrita histórica ou literária. Estas sedimentaram-se num discurso académico que se foi tornando cada vez mais hegemónico à medida que se foi perdendo a historicidade da sua construção. Gianna Pomata sustenta, com base na análise da historiografia europeia desde a antiguidade clássica até ao século XIX, que "*the stereotype of the exclusion of women from historical memory does not seem based in fact*"⁴⁶¹, pois a realidade mostra situações muito diversificadas em função dos momentos e dos contextos socioculturais em que ocorrem. O discurso prevalecente, de que não há produção de valor de autoria feminina ou de que as mulheres não constam da memória historiográfica, foi, todavia, interiorizado, mesmo pelas investigadoras que têm uma perspectiva de género, dificultando-lhes a tarefa de interpretar, de maneira adequada, as realidades distintas com que se confrontam, ao estudarem períodos mais distantes do presente⁴⁶².

⁴⁵⁸ PERROT, Michelle, "Pratiques de la Mémoire...", in *op. cit.*, p. 20.

⁴⁵⁹ Cf. PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes...", in *op. cit.*.

⁴⁶⁰ Cf. HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales...* *op. cit.*; DOSSE, François, "L'École des Annales: Histoire d'une Conquête", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui...* *op. cit.*, pp. 279-283.

⁴⁶¹ POMATA, Gianna, "History, Particular...", *op. cit.*, p. 25.

⁴⁶² Cf. POMATA, Gianna, "History, Particular...", *op. cit.*; EDFELDT, Chatarina, *Uma história na História. Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2006.

Uma outra dimensão do fenómeno de divergência entre as diferentes memórias articula-se com o facto da memória de carácter social, tal como a individual, ser uma memória conceptualizada, que busca e retém significados e não dados dos sentidos. Uma imagem, para que possa ser significativa para todo um grupo e facilmente transmitida, tem de ser convencionalizada e simplificada, ou seja, a sua complexidade é reduzida e o seu grau de conceptualização torna-se superior ao da memória individual. Uma das características dos conceitos é que funcionam por descontextualização, quer isto dizer que interactivam uns com os outros sem necessidade de relação com o concreto, com as relações no mundo, a partir do qual se formaram⁴⁶³. Quanto maior for a conceptualização, maior é o peso do significado, em particular o simbólico, das recordações e mais estas se impõem e permanecem, pois "*a memória social não é estável como informação, mas é-o ao nível dos significados partilhados e das imagens recordadas*"⁴⁶⁴. As imagens, todavia, parecem reais e a existência do processo de conceptualização permanece oculta. Esta problemática é fundamental para a história das mulheres, porque "*os elementos essenciais que configuram o que se entende por feminilidade e por masculinidade têm um cariz simbólico, situando-se, portanto, ao nível do sentido que adquirem em si próprios, sem qualquer relação com os contextos que conduziram à sua configuração enquanto representação de algo*"⁴⁶⁵, o que justifica a sua permanência inquestionada no pensamento colectivo.

Memória e história não são sobreponíveis, como atrás se referiu, nem tão pouco dicotómicas⁴⁶⁶. Neste sentido, Fernando Catroga estabelece uma analogia entre a escrita da história e os ritos de recordação, sustentando que "*assim como a visita à necrópole é acto memorial de re-presentificação (...) também a escrita (e a leitura) da história se constrói a partir de traços e de re-presentações que visam situar, na ordem do tempo, algo que se sabe ter existido, mas que já não existe*"⁴⁶⁷. Ambos concorrem, assim, para uma "*re-presentificação do ontologicamente ausente*"⁴⁶⁸, daquilo que já não é, mas cuja não existência é negada. O espaço do nada é, pois, reduzido com signos que simulam existência e provocam "*efeitos performativos*"⁴⁶⁹, o que, por um lado, permite "às

⁴⁶³ Cf. FENTRESS, James, WICKHAM, Chris, *Memória... op. cit.*.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 79.

⁴⁶⁵ NUNES, Maria Teresa Alvarez, *Género e cidadania nas imagens de história... op. cit.*, p. 49.

⁴⁶⁶ Ver capítulo 1.3.1..

⁴⁶⁷ CATROGA, Fernando, *Memória, História... op. cit.*, pp. 41-42 (itálicos no original).

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 43.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 44.

sociedades situarem-se simbolicamente no tempo"⁴⁷⁰ e, por outro lado, configura no espaço dos possíveis "*um sentido para a vida... dos vivos*"⁴⁷¹, porque foi assegurado um futuro ao passado que já não existe.

A importância das práticas performativas na transmissão e na conservação das imagens e do conhecimento recordado do passado foi demonstrada por Paul Connerton a partir da análise particular das cerimónias comemorativas e das práticas sociais⁴⁷². O interesse desta abordagem reside no facto de pôr em evidência como estes rituais, pela sua performatividade, funcionam como uma *memória-hábito* que, não sendo de cariz cognitivo, tem capacidade para reproduzir determinada acção que funciona como norma de conduta partilhada colectivamente. Este aspecto da transmissão da memória é importante para a análise dos processos de reconstrução das relações sociais de género na época contemporânea. A prática de incorporação, por exemplo, é basilar na transmissão de atitudes específicas de um tempo, um lugar, um sexo, uma idade, uma classe, etc., as quais, formando categorias de comportamentos codificadas, se sedimentam no corpo de cada indivíduo moldando-o por esse mesmo acto de transferência. Estas condutas, não só traduzem uma posição social e uma posição face ao poder, como "*forneem as metáforas pelas quais pensamos e vivemos*"⁴⁷³.

O pressuposto de que o passado não é algo petrificado, mas, pelo contrário, existe como efeito em traços permanentemente construídos, reutilizados e transmitidos, introduziu uma mudança no olhar historiográfico, a qual foi materializada no projecto inaugural *Les lieux de mémoire* desenvolvido por Pierre Nora e atrás referido⁴⁷⁴. Os manuais de história, lugares funcionais de memória, de acordo com a tipologia de Pierre Nora, expressam uma "*estratégia de construção e reprodução de tradições*"⁴⁷⁵ através de uma integração coerentemente estruturada de traços memoriais mitificados e de conhecimentos historiográficos desmitificadores. Oferecendo um saber acabado, os manuais resistem, na sua própria elaboração, à historicidade inerente ao conhecimento sobre o passado, veiculando imagens que contrariam, com frequência, os contributos da investigação histórica. Como destaca Gianna Pomata, "*I do not know of a history textbook that openly admits any gaps in our knowledge or that presents historical*

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 44.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 44.

⁴⁷² Cf. CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta, 1999.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 86.

⁴⁷⁴ Cf. NORA, Pierre, "Les lieux de mémoire...", in *op. cit.*; DOSSE, François, *Paul Ricoeur et Michel de Certeau... op. cit.*. Ver capítulo 1.3.1..

⁴⁷⁵ MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Social. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 50.

knowledge as an open-ended research process"⁴⁷⁶. Teresa Alvarez Nunes, ao analisar a iconografia figurativa de manuais escolares de história contemporânea, identificou uma vincada estereotipia na representação de homens e de mulheres, que conduz a que estas sejam omitidas ou secundarizadas como sujeitos do processo histórico, não só na esfera político-militar, predominante nos temas programáticos, mas também na esfera económico-social⁴⁷⁷.

A evidência do quanto o presente se encontra afectado pelo passado reitera a existência de uma forte conexão entre história e memória. Só um processo interpretativo pode conferir historicidade à "*la pluralité des sédimentations de sens déposés dans l'épaisseur du passé*"⁴⁷⁸, decompondo-as, tornando-as inteligíveis e susceptíveis de serem reinterpretadas no modo como se relacionaram e se reelaboraram. Daí que a vertente hermenêutica se torne transversal a todo o trabalho histórico⁴⁷⁹. A questão dos limites da hermenêutica na produção do conhecimento histórico não é pacífica para o estatuto científico da história e tem provocado intensos debates, como o que opôs Paul Veyne e Michel de Certeau no início dos anos 1980. Paul Veyne considera que a história não pode ser uma ciência, porque o objecto desta é sempre um aspecto seleccionado a partir do concreto e formalizado por abstracção, portanto não é o concreto, enquanto que "*a história não quer conhecer senão o concreto*"⁴⁸⁰ e todo ele. A história é, então, para este autor, uma narrativa verdadeira que concebe os acontecimentos concretos vividos, ou seja, que por meio de conceitos, ou imagens, lhes atribui sentido e os torna compreensíveis. "*A formação de novos conceitos é a operação através da qual se produz o enriquecimento da visão*"⁴⁸¹ do mundo, o que significa que é pelo progresso conceptual que o/a historiador/a vê aumentar a probabilidade de fornecer discursivamente maior número de dados no sentido de reconstituir a totalidade e a complexidade do acontecimento sem desvirtuar a sua unidade⁴⁸².

Posição distinta postula Michel de Certeau, sublinhando que não só a prática historiográfica, metódica e crítica, é científica, como o passado, entendido como um

⁴⁷⁶ POMATA, Gianna, "History, Particular...", *op. cit.*, p. 42.

⁴⁷⁷ Cf. NUNES, Maria Teresa Alvarez, *Género e cidadania nas imagens de história...* *op. cit.*.

⁴⁷⁸ DOSSE, François, "Michel de Certeau...", in *op. cit.*, p. 149.

⁴⁷⁹ Cf. HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales...* *op. cit.*.

⁴⁸⁰ VEYNE, Paul, *Como se escreve...* *op. cit.*, p. 169.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 256.

⁴⁸² Este é o fundamento da concepção de história conceptualizante defendida por Paul Veyne (cf. VEYNE, Paul, "A história conceptualizante", in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História...* *op. cit.*, vol. 1, pp. 81-114).

outro ausente, só pode tornar-se inteligível pela aplicação de construções científicas⁴⁸³. A história estabelece uma ruptura com os dados aceitos da memória, criando os seus próprios factos através de uma "operação técnica"⁴⁸⁴.

História e memória afiguram-se distintas ao nível dos seus pressupostos epistemológicos – a primeira estabelece um contrato com a verdade e a segunda alicerça-se na fidelidade – e, ainda, da operação que as sustenta. A *operação histórica* ou *historiográfica*, tal como Michel de Certeau a enunciou, combina três dimensões: articula-se com um lugar social de produção, é uma prática assente em procedimentos técnicos e num aparelho metodológico e é uma escrita⁴⁸⁵. Nesta perspectiva, é fundamental ter em conta, não só a importância do presente na formulação das questões que conduzem a investigação histórica – tópico central da história problemática –, mas também o lugar de produção dessa mesma actividade investigadora⁴⁸⁶.

Sublinhando a fecundidade do conceito de operação historiográfica, Paul Ricoeur utiliza-o, não deixando de o reformular em função do menor peso que atribui à influência do lugar social de produção⁴⁸⁷. Para este autor, a operação historiográfica compõe-se de três fases – a documental, a de explicação/compreensão e a da escrita –, às quais não corresponde uma sucessão cronológica, pois elas interpenetram-se ao longo do processo de investigação. Paul Ricoeur sublinha a transversalidade da interpretação que, para ele, é indissociável da actividade do/a historiador/a qualquer que seja a fase que se considere⁴⁸⁸.

A operação historiográfica implica sempre uma relação com um outro – para Michel de Certeau a alteridade é constitutiva do ofício de historiador/a – que se situa, irremediavelmente, porque passado, na posição de ausente. Este ausente não se encontra preservado à espera de ser descoberto. O passado, metamorfoseado por reconfigurações sucessivas, persiste entretecido e, portanto, actuante, no presente, porque "*the past is precisely that which cannot be grasped by research (...) because in it self the past has*

⁴⁸³ Cf. CERTEAU, Michel de, *L'écriture de l'histoire*, Paris Gallimard, 2ª ed., 2002 [1ª ed. 1975].

⁴⁸⁴ CERTEAU, Michel de, "A operação...", in *op. cit.*, p. 36.

⁴⁸⁵ Cf. CERTEAU, Michel de, "A operação histórica...", in *op. cit.*. Este artigo foi originalmente publicado em 1974. O autor substituiu posteriormente a expressão *operação histórica* por *operação historiográfica* (cf. CERTEAU, Michel de, *L'écriture de...* *op. cit.*). Este conceito tem sido retomado por outros autores que se debruçam sobre a teoria e a epistemologia da história, como é o caso de Paul Ricoeur (cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire,...* *op. cit.*).

⁴⁸⁶ Cf. STUDER, Brigitte, THÉBAUD, Françoise, "Entre Histoire et mémoire...", in *op. cit.*.

⁴⁸⁷ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire,...* *op. cit.*; DOSSE, François, *Paul Ricoeur et Michel de Certeau... op. cit.*.

⁴⁸⁸ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire,...* *op. cit.*.

no meaning and no original unity"⁴⁸⁹. A história tem, então, "*pour objet un absent qui agit*"⁴⁹⁰, um passado que, longe de estar encerrado, permanece aberto a novas atribuições de sentido. A operação historiográfica situa-se "*dans un entre-deux, entre le langage d'hier et celui, contemporain, de l'historien*"⁴⁹¹, porque, para aquele autor, "*d'une part, le réel est le résultat de l'analyse, et, d'autre part, il est son postulat*"⁴⁹², o que significa que a história articula uma dupla feição da realidade, aquela que corresponde ao conhecimento do passado, ao produto da investigação, e a que se reporta à prática investigante, a qual, como actividade historicamente situada, constitui um real implicado na formulação da problemática inicial e em todo o processo que conduz à construção de significado. Neste quadro, a história das mulheres, ao objectivar zonas ensombradas do passado, interpela a sua alteridade na busca de novos significados e pode insinuar "*uma falha na coerência científica de um presente*"⁴⁹³ que valida e perpetua uma visão androcêntrica do decurso histórico. A perspectiva de que a história da humanidade é um processo no qual as relações sociais entre mulheres e homens ocupam um lugar central conduz a novas refigurações e (re)configurações que contrariam a construção e transmissão de um passado no qual "*non mémorisée, la femme reste blanche comme l'oubli*"⁴⁹⁴.

O mundo de possibilidades que se abre ao campo da explicação/compreensão histórica é, teoricamente, infinito. Nesta perspectiva, pode postular-se que a história, ao configurar uma construção mental do passado adequada aos quadros de inteligibilidade do presente, se contrapõe à memória colectiva e, por isso, é ao nível da explicação/compreensão que a sua autonomia face à memória melhor se afirma no plano epistemológico⁴⁹⁵. A consciência partilhada de passado, fomentada pela memória colectiva, traduz-se numa "*estrutura de creencias que aporta sentido e significado a*

⁴⁸⁹ WEYMANS, Wim, "Michel de Certeau and the limits of Historical Representation", *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, nº 43, nº 2, 2004, p. 174.

⁴⁹⁰ DOSSE, François, "Michel de Certeau et l'écriture de l'histoire", *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, nº 78, 2003, p. 150 [em linha], disponível em http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=VING&ID_NUMPUBLIE=VIN_078&ID_ARTICLE=VING_078_0145 (consultado em 22/01/2007).

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 145.

⁴⁹² CERTEAU, Michel de, *L'écriture de... op. cit.*, p. 57 (itálicos no original).

⁴⁹³ CERTEAU, Michel de, "A operação histórica...", in *op. cit.*, p. 50.

⁴⁹⁴ FARGE, Arlette, "L'histoire ébruitée...", in *op. cit.*, p. 17.

⁴⁹⁵ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire, ... op. cit.*. O binómio explicação/compreensão significa, para este autor, que os dois termos se correlacionam reciprocamente através do processo interpretativo, pois, "*do ponto de vista epistemológico (...) não há dois métodos, explicação e compreensão, mas (...) apenas a explicação é metódica, sendo a compreensão um momento não metódico que acompanha, ao nível das ciências humanas, todo o processo explicativo*" (HENRIQUES, Fernanda, *Filosofia e Literatura. Um Percorso Hermenêutico com Paul Ricoeur*, Porto, Afrontamento, 2005, p. 79). Também Vitorino Magalhães Godinho se refere à "*dialéctica inextricável explicação-compreensão*" (GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio IV. Humanismo Científico e Reflexão Filosófica*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, p. 235).

las vidas de los individuos y de los grupos"⁴⁹⁶ e a interpretação historiográfica vem desafiar e ameaçar, exactamente, essa identidade. Não obstante, esse saber construído é, por sua vez, integrado, como referência significativa, na consciência histórica e na memória colectiva⁴⁹⁷.

Vitorino Magalhães Godinho define a ciência como "*um complexo de cultura em situação em certas sociedades*"⁴⁹⁸, sendo que esse *complexo*, "*conjunto interligado, estruturado*"⁴⁹⁹, integra "*uma forma de mentalidade, uma actividade intelectual, um conjunto de resultados, uma linguagem, um processus social, desenrolando-se no tempo dos homens*"⁵⁰⁰. Resulta, então, que cada presente só pode configurar a reconstrução do passado a partir dos quadros sociais de que dispõe, por isso cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico⁵⁰¹. Isto significa que a história, como afirma Pierre Chaunu, "*ne dit que ce que l'on est prêt à entendre*"⁵⁰². Qualquer obra historiográfica está, pois, condicionada pelo facto de a(s) mente(s) que equaciona(m) as perguntas iniciais da investigação estar(em) terminantemente "*pré-ocupada[s] por uma dada formação histórica e por memórias sociais, colectivas e históricas*"⁵⁰³. Está-se perante um processo interactivo entre memória(s) e história, pelo qual a(s) primeira(s) incorpora(m) o produto historiográfico ensinado e divulgado, mas também exerce(m), em contrapartida, "*um papel importante não só no ensino e na divulgação da história, mas também na própria historiografia*"⁵⁰⁴.

Neste contexto, Fernando Catroga considera importante, para a adopção de uma atitude de suspeita face à "*memória transmitida e [à] transparência ontológica da sua narração*"⁵⁰⁵, ter consciência que a produção historiográfica também fabrica memória, isto é, contribui, de forma voluntária ou não, para o modo como no presente se olha e se valora o passado. A operação historiográfica é, desde o início, um processo de escolha em função das exigências do presente e, "*comme déchirure temporelle incessante, pli*

⁴⁹⁶ BRITTON, Diana F., "Historia pública y memoria pública", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia... op. cit.*, p. 158.

⁴⁹⁷ Cf. BÉDARIDA, François, "L'histoire entre science et mémoire?", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui... op. cit.*, pp. 335-342.

⁴⁹⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio IV... op. cit.*, p. 177.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 195.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 177 (itálicos no original).

⁵⁰¹ Cf. RAPHAËL, Freddy, "Le travail de la mémoire...", in *op. cit.*; LE GOFF, Jacques, "História...", in *op. cit.*

⁵⁰² CHAUNU, Pierre, "Quelle image de la condition humaine donne aujourd'hui l'histoire?", in CHAUNU, Pierre, *L'historien dans tous ses états*, Paris, Perrin, 1984, p. 626.

⁵⁰³ CATROGA, Fernando, *Memória, História... op. cit.*, p. 48 (itálicos no original).

⁵⁰⁴ TORGAL, Luís Reis, "História... da «ciência» (ou «arte») à memória", in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História... op. cit.*, p. 371.

⁵⁰⁵ CATROGA, Fernando, *Memória, História... op. cit.*, p. 65.

*dans la temporalité*⁵⁰⁶, rompe com um modelo mitificado de um passado harmonioso, restituindo-lhe o carácter dinâmico próprio dos sistemas sociais⁵⁰⁷. Para a história das mulheres, a atitude de suspeita é fundamental para questionar o carácter estável, porque naturalizado, atribuído às concepções de feminidade e de masculinidade, bem como às relações sociais entre mulheres e homens, porque *"la memoria puede dar pátina de inmemorial a un invento relativamente reciente (...)"*⁵⁰⁸. Nesta consonância, refira-se o exemplo do *eterno feminino*, ditame recuperado amiúde, mas que não resiste à análise desmitificadora da sua instauração, pois, esta, como argumenta Arlette Farge, *"retira precisamente aquilo com que o vocabulário o carregou: a sua eternidade"*⁵⁰⁹.

1.3.3. A história das mulheres e a busca da verdade em história

Fazer a história das mulheres tem sido, também, explicitar os posicionamentos teóricos assumidos por cada historiador/a e que fundamentam e orientam as respectivas investigações. Tem-se vindo a considerar, por um lado, que *"a Ciência (...) não se separa do meio social em que se elabora"*⁵¹⁰, ou seja, que é em função do lugar social, no qual se inscreve a *praxis* histórica, que se definem a problemática e os procedimentos e se constroem as interpretações e, por outro lado, que o sujeito que investiga é, não só um ente histórico, ele próprio portador de memória, mas também um/a cientista que confere intencionalidade à sua actividade de pesquisa, quer disso tenha consciência ou não.

Uma outra questão a ter em conta é que o/a historiador/a, como advoga François Bédarida, *"est le passeur qui procède à l'inscription du passé dans le présent, établissant ainsi un pont vers l'avenir et légitimant une relecture indéfinie des sources – à la recherche du sens"*⁵¹¹. Não é possível pensar qualquer dimensão do tempo abstraindo-a das outras, como se de entidades autónomas se tratasse. A dialéctica entre passado, presente e futuro é, pois, intrínseca à história e esta não pode deixar de, em simultâneo, se confrontar com e traduzir a intenção inerente a cada sociedade de se projectar, ou seja, de *"imprimir uma imagem sobre o futuro"*⁵¹². Face à tendência inerente à memória de legitimar um presente no futuro com base num passado, a

⁵⁰⁶ DOSSE, François, "Michel de Certeau...", in *op. cit.*, p. 150.

⁵⁰⁷ Cf. RAPHAËL, Freddy, "Le travail de la mémoire...", in *op. cit.*.

⁵⁰⁸ CUESTA BUSTILLO, Josefina, "Memoria e historia...", in *op. cit.*, p. 221.

⁵⁰⁹ FARGE, Arlette, *Lugares para a História*, Lisboa, Teorema, 1999, p. 148.

⁵¹⁰ FEBVRE, Lucien, *Combates...* *op. cit.*, p. 62.

⁵¹¹ BÉDARIDA, François, *Histoire, critique...* *op. cit.*, p. 326.

⁵¹² LE GOFF, Jacques, *Reflexões sobre...* *op. cit.*, p. 88.

história deve, pela sua conduta científica distanciada e fundamentada, efectuar um trabalho crítico de interpretação dos mitos e dos usos e abusos da memória, sejam os da amnésia, sejam os do excesso de evocação e de celebração memorial.

O mito é uma construção através da qual um sistema simbólico assente em valores actua, desempenhando, desse modo, uma função social. Inscrito no tempo, o mito assume um carácter dinâmico, revivifica-se em transmutações sucessivas, e, mobilizando as memórias e sendo por elas veiculado, orienta-se tanto para o presente, como para o passado e para o futuro. A história situa-se, pois, "*à la frontière entre la construction des mythes et la démythification (ou la démystification)*"⁵¹³, mas a sua função permanece marcada por um compromisso indelével, o de "*découvrir modestement des vérités, si partielles et précaires qu'elles soient*"⁵¹⁴. É com base neste projecto de verdade que a história das mulheres tem questionado o facto de, ainda hoje, se continuar a verificar que "*la terre découverte [pela História] est la terre des hommes: terre qui ne laisse voir que la moitié du ciel et falsifie la mémoire au point de nous égarer*"⁵¹⁵. As resistências da disciplina histórica aos desafios colocados pela história das mulheres e do género afiguram-se incongruentes perante, por um lado, o postulado de que "*o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história*"⁵¹⁶ e, por outro lado, a actual inconsistência da noção de uma história universal e sintética, face à emergência de uma "*pan-historização*"⁵¹⁷ que pretende superar o efeito dos vários centrismos, como o etnocentrismo, o sociocentrismo e o androcentrismo⁵¹⁸.

Os princípios da verdade e da realidade têm sido os paradigmas que sustentam o estatuto científico da história em dissonância com as posições relativistas mais radicais, assentes no primado absoluto do subjectivismo, segundo as quais, qualquer discurso histórico é pura ficção ou a história é uma arte e não uma ciência⁵¹⁹. José Mattoso é um dos historiadores portugueses que mais se aproxima da concepção de história como arte, ou de história como ficção, ao defender que "*a história é (...) uma representação de*

⁵¹³ BÉDARIDA, François, *Histoire, critique...* op. cit., p. 235.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 248.

⁵¹⁵ FARGE, Arlette, "L'histoire ébruitée...", in op. cit., 17 (sublinhado nosso). A autora conferiu à triangulação história, memória e poder uma posição primacial na problemática da renovação histórica na perspectiva de género.

⁵¹⁶ LE GOFF, Jacques, "História...", in op. cit., p. 163.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 242.

⁵¹⁸ Cf. PREISWERK, Roy, PERROT, Dominique, *Ethnocentrisme et Histoire...* op. cit..

⁵¹⁹ Cf. NOIRIEL, Gérard, "L'historien et l'objectivité", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui...* op. cit., pp. 421-426; TORGAL, Luís Reis, "História... da «ciência»...", in op. cit..

representações. *É um saber, e não propriamente uma ciência*"⁵²⁰. Este autor, todavia, admite que a história não é uma disciplina literária porque "*propõe um discurso não arbitrário (...) [e] reivindica a possibilidade de encontrar uma relação necessária entre o discurso e o seu objecto*"⁵²¹, mas defende ao mesmo tempo que "*a escrita em História é um discurso pessoal (...) que resulta da minha interpretação*"⁵²². Este postulado afasta-se declaradamente daquele que grande parte dos historiadores do movimento do Annales dos anos 1960-70, entre os quais se inclui Vitorino Magalhães Godinho, defendia. Num dos seus ensaios, este historiador distinguia arte e ciência, argumentando que a primeira "*vive no mundo da criação do singular em imagens ou em simbolismo de participação afectiva*"⁵²³, enquanto que a segunda "*desenrola-se no domínio da simbologia operatória e das relações necessárias universalizantes*"⁵²⁴. É o relevo conferido pelo primeiro autor ao subjectivismo individual na actividade historiográfica que o divorcia da posição mais cientista do segundo.

Assumindo como definitiva a mudança de paradigma imposta pelo relativismo absoluto pós-modernista, que retira à história científica a sua razão de ser, negando a existência de objectos historiáveis extrínsecos ao discurso histórico e a possibilidade de poderem ser produzidos conhecimentos cumuláveis e orientados pela busca da verdade, Fátima Bonifácio contrapõe uma história narrativa⁵²⁵. Sublinhando o valor que Ricoeur atribui à narrativa, como estrutura básica da existência humana, aquela autora alega que, enquanto houver seres humanos a viver em sociedade, haverá história narrativa, sendo esta a via legítima possível da sobrevivência da disciplina, tanto mais que assegura uma comunicabilidade que a história de cariz mais estrutural fizera perder. Reassumindo-se como "*um género literário*"⁵²⁶ com um "*estatuto crítico*"⁵²⁷, a narrativa histórica, rompendo com o modelo de causalidade, contrapõe uma "*versão plausível*"⁵²⁸ que faça sentido na época em que é produzida e que exiba congruência com os documentos. Conquanto a verdade que ela comporta seja desprovida de pretensões científicas, mantém-se como verdade moral, ou seja, revela um juízo informado pela consciência que o/a historiador/a tem sobre o mundo. O retorno da narrativa, associada amiúde à

⁵²⁰ MATTOSO, José, *A Escrita da História... op. cit.*, p. 38.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 23.

⁵²² *Ibidem*, p. 29 (itálicos no original).

⁵²³ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio IV... op. cit.*, p. 215.

⁵²⁴ *Ibidem*.

⁵²⁵ Cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, "A narrativa na «época pós-histórica»", *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 150, 1999, pp. 11-28.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 20.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 21 (itálicos no original).

⁵²⁸ *Ibidem*, (itálicos no original).

ficção, é uma tendência que, embora despoletada pelo pós-modernismo, não se circunscreve aos seus defensores. Ela constituiu também uma reacção à prevalência de uma história económica e serial, que não dera lugar aos aspectos mais individuais e identitários e à qual se atribuiu uma quota de responsabilidade na perda do valor socialmente atribuído à história e ao seu ensino⁵²⁹.

Neste contexto, na definição de operação historiográfica proposta por Michel de Certeau e corroborada em grande parte por Paul Ricoeur, revela-se proficiente a distinção entre a pesquisa histórica, que se debate com a presença de um ausente fragmentado e descontínuo, e a escrita histórica, que se apresenta como uma narração unificadora, mediante a qual se enuncia um conteúdo verdadeiro⁵³⁰. A narração preenche lacunas e atribui coerência e sentido ao passado por ela configurado. Apesar de se assemelhar à ficção, a narrativa histórica distingue-se daquela pelo seu pacto com a verdade e com a realidade⁵³¹. A história define-se, na sua essência, por uma prática científica, ela "*n'est donc ni un songe ni un mensonge, mais bien au contraire un récit vrai et non une fiction*"⁵³². É nesta linha de argumentação que se situa Luís Reis Torgal quando apelida a história de "*literatura científica*"⁵³³, pretendendo, deste modo, sublinhar, por um lado, a similitude da escrita histórica com o texto literário e, por outro lado, a relação intrínseca da representação histórica com a prática científica que a sustenta e com a realidade do objecto a que se refere.

O contrato com a realidade e com a verdade constitui, também, um fundamento da responsabilidade como dimensão ética do trabalho historiográfico. Nesta conformidade, François Bédarida, referindo-se à perspectiva pós-modernista, denuncia

⁵²⁹ Cf. EVANS, Richard J., "Prólogo: Que é a História? – Hoje", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História...* op. cit., pp. 17-37.

⁵³⁰ Paul Ricoeur adoptou a expressão *operação historiográfica* de Michel de Certeau, bem como, em termos globais, a sua estrutura em três dimensões ("*l'expression d'opération historique ou mieux historiographique (...) je la dois à Michel de Certeau (...) J'adopte en outre dans ses grandes lignes la structure triadique de l'essai de Michel de Certeau*", RICOEUR, Paul, *La mémoire...* op. cit., p. 168). A convergência dos dois autores em torno da operação historiográfica assume particular evidência nas dimensões da pesquisa e da escrita históricas. A primeira implica, para ambos, procedimentos técnicos rigorosos que convertem a história numa instituição de saber. A escrita histórica é, para os dois autores, conteúdo verdadeiro (porque controlado pelas práticas científicas de que é resultante) semantizado pela narrativa. Situa-se, assim, num lugar de tensão entre ciência e ficção, sem rejeitar qualquer delas. O maior peso atribuído por Michel de Certeau ao lugar social da produção historiográfica e por Paul Ricoeur à hermenêutica são os aspectos mais distintivos entre os dois autores.

⁵³¹ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire...* op. cit.; CHARTIER, Roger (entretien avec), "Les représentations du passé...", in op. cit.; CERTEAU, Michel de, *L'écriture de...* op. cit.; VIGNE, Éric, "Accords et désaccords avec les historiens", *Esprit*, nº 3-4, 2006 [em linha], disponível em <http://eurozine.com/pdf/2006-03-24-vigne-fr.pdf> (consultado em 22/01/2007); BÉDARIDA, François, *Histoire, critique...* op. cit..

⁵³² BÉDARIDA, François, *Histoire, critique...* op. cit., p. 38 (itálicos no original).

⁵³³ TORGAL, Luís Reis, "História... da «ciência»...", in op. cit., p. 369.

que "*tout étant rhétorique, il n'y a plus objectivité ni responsabilité*"⁵³⁴. O discurso histórico, produzido e divulgado, contribui sempre para formar a consciência histórica e a memória social coevas, pelo que, como defendia Marc Bloch, "*o historiador [é] chamado a prestar suas contas*"⁵³⁵ e esse debate extravasa as fronteiras da sua própria corporação científica, alargando-se a toda a sociedade.

O contributo de Paul Ricoeur, convergindo com Michel de Certeau, é o de vincular a verdade a uma dupla tensão, por um lado, a que se estabelece, ao nível da prática historiadora, entre a objectividade do plano científico e o carácter sempre recorrente da hermenêutica, e, por outro lado, a que se reconhece, ao nível da narração histórica, entre identidade narrativa e ambição de verdade⁵³⁶. A verdade em história surge como um compromisso, face à humanidade e à realidade, tanto mais que o passado, aquilo que foi, constitui, para os dois autores, um referente indivorciável da produção de conhecimento histórico⁵³⁷. Esta posição é partilhada pelos historiadores para quem a história, mesmo a das representações, aceita a realidade do seu objecto⁵³⁸. Em consonância com Adam Schaff, a verdade histórica, conotada como conhecimento, é também concebida como devir⁵³⁹. Este processo, que tende para uma verdade total ou absoluta, permanece, todavia, sempre infinito e incompleto, "*inconcluso*"⁵⁴⁰, na expressão de Vitorino Magalhães Godinho, pois o próprio objecto de conhecimento encerra um potencial ilimitado de correlações e de alterações no tempo. Estão aqui em causa, por exemplo, os efeitos de acontecimentos decorridos, cuja emergência possibilita a atribuição de novos significados e, portanto, uma revitalização da imagem do passado. Estabelecem-se, assim, verdades parciais que são superadas por outras desenvolvidas a partir delas, "*acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico (...)*"⁵⁴¹.

Segundo Gérard Noiriel, tal como a verdade, também a objectividade é um dos dois conceitos mais polemizados no quadro dos novos supostos cognitivos, constituindo, para a história, "*un des points sur lesquels la discipline est en train de jouer son devenir*"⁵⁴². É numa concepção de intersubjectividade compreensível e

⁵³⁴ BÉDARIDA, François, *Histoire, critique...* op. cit., p. 313.

⁵³⁵ BLOCH, Marc, *Introdução à História...* op. cit., p. 11.

⁵³⁶ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire...* op. cit..

⁵³⁷ Cf. RICOEUR, Paul, *La mémoire...* op. cit.; CERTEAU, Michel de, *L'écriture de...* op. cit..

⁵³⁸ Cf. TORGAL, Luís Reis, "História... da «ciência»...", in op. cit..

⁵³⁹ Cf. SCHAFF, Adam, *História e Verdade*, Lisboa, Ed. Estampa, 1974.

⁵⁴⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio IV...* op. cit., p. 237.

⁵⁴¹ SCHAFF, Adam, *História...* op. cit., p. 91.

⁵⁴² NOIRIEL, Gérard, "L'historien...", in op. cit., p. 423.

verificável, ou, de "*bonne subjectivité*"⁵⁴³, como a define Paul Ricoeur, que pode assentar a objectividade em história⁵⁴⁴. Segundo esta posição, intermédia entre o objectivismo e o subjectivismo extremos, pode-se falar de um "*paradigma que subsume a objectividade como rigor*"⁵⁴⁵ e que, portanto, atribui ênfase aos procedimentos metódicos que fazem parte do trabalho do/a historiador/a, entre os quais se destacam "*production d'objets, opérations, règles de contrôle*"⁵⁴⁶. A valorização da operação historiográfica sublinha a objectividade da relação cognitiva, cujo rigor permite ao sujeito que investiga enunciar uma resposta verdadeira, isto é, dotada de argumentos plausíveis, verificáveis e prováveis e, por isso, válida para uma comunidade⁵⁴⁷. É neste sentido que Adam Schaff postula que "*a objectividade do conhecimento equivale à intersubjectividade do método científico*"⁵⁴⁸.

Cabe reafirmar que, tal como a operação historiográfica se situa num lugar de produção, também a verdade é sempre uma verdade situada. Com efeito, entender que "*a realidade é constitutivamente histórica porque a temporalidade é a sua estrutura estruturante equivale a recusar a possibilidade de encarar a hipótese de qualquer verdade que não esteja também orientada pelo princípio da historicidade*"⁵⁴⁹. O carácter objectivo da verdade não é, pois, definido em função de uma verdade total, absoluta e imutável, mas da construção de verdades parciais, fragmentárias e variáveis⁵⁵⁰. Partindo deste pressuposto, Wallerstein considera que o conhecimento histórico poderá ser enriquecido se assentar numa verdade dialógica, ou seja, uma "*versão de verdade multi-vocal e de perspectiva múltipla*"⁵⁵¹ que vise a coerência e considere, inclusivamente, a inevitabilidade do seu efeito consequencial, em particular no que se refere à sua instrumentalização pelo poder⁵⁵². Reconhecer que cada configuração do passado contida no discurso histórico é tão só uma de entre um

⁵⁴³ RICOEUR, Paul, *La mémoire...* op. cit., p. 440. Para este autor a *boa subjectividade* decorre do papel activo do sujeito no processo de conhecimento, ou seja, é inerente ao carácter humano do sujeito que investiga, enquanto que a *má subjectividade* resulta de interesses pessoais, preconceitos, modos de vida quotidiana e outros factores de ordem extra-científica.

⁵⁴⁴ Cf. LE GOFF, Jacques, "História...", in op. cit.; SCHAFF, Adam, *História...* op. cit..

⁵⁴⁵ HENRIQUES, Fernanda, *Filosofia e Literatura...* op. cit., p. 254.

⁵⁴⁶ CHARTIER, Roger (entretien avec), "Les représentations...", in op. cit., p. 18; cf. HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales...* op. cit..

⁵⁴⁷ Cf. SCHAFF, Adam, *História...* op. cit.; RICOEUR, Paul, *La mémoire...* op. cit.; CERTEAU, Michel de, *L'écriture de...* op. cit..

⁵⁴⁸ SCHAFF, Adam, *História...* op. cit., p. 275.

⁵⁴⁹ HENRIQUES, Fernanda, *Filosofia e Literatura...* op. cit., p. 246.

⁵⁵⁰ Cf. SCHAFF, Adam, *História...* op. cit..

⁵⁵¹ WALLERSTEIN, Immanuel, "Escrever História", *Ler História*, nº 45, 2003, p. 15.

⁵⁵² Cf. FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe, "Epílogo: Que é a história hoje", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História...* op. cit. pp. 191-206. Este autor defende também que a mudança de perspectiva permite reforçar o grau de objectividade da investigação histórica.

conjunto de possíveis, significa admitir que o passado, tal como o futuro, permanece em aberto. Deste modo, "*a afirmação de uma verdade como unidade realizada só pode emanar de uma instância de poder e nunca de uma instância de saber e da reflexão*"⁵⁵³. A reflexão sobre a verdade em história é, pois, inseparável da análise das relações entre a história e o poder.

A história tem funcionado como um mecanismo de reprodução e fundamentação de discursos hegemónicos e excludentes "*haciendo del Poder algo continuo y sucesivo a la par que condenaba a una eficaz damnatio memoriae a aquellas expresiones que significaron resistencia al mismo*"⁵⁵⁴. A ocultação é uma das vias mais eficazes de controlo do passado pelo poder⁵⁵⁵. A consciência de que a posição marginal das mulheres no conhecimento histórico se prende com "*la question de la transmission du pouvoir et de sa mémoire*"⁵⁵⁶ obriga a perspectivar o próprio discurso histórico como um local de enunciação das assimetrias sociais de género fundadas em relações de poder.

No suposto que a "*produção da história é sempre uma forma do poder, uma forma de poder*"⁵⁵⁷, é fundamental que as "*reconstructions de la condition historique des humains, ce référent ultime de l'enquête historique*"⁵⁵⁸, procedam de um trabalho crítico sobre a memória. Este permitirá rectificar sistematizações precedentes, nomeadamente, sempre que "*une partie des citoyens d'une nation ne se reconnaît pas dans le grand récit national, lorsque des mémoires sans lieu s'affirment, persuadées que c'est aussi faute de lieu dans le récit historique que les discriminations et la citoyenneté de seconde zone dont elles sont les victimes paraissent sinon légitimes, du moins inessentiels (...)*"⁵⁵⁹. Só nesta perspectiva é possível contrariar a fatalidade de um passado encerrado "*entre a falta e o excesso de memória*"⁵⁶⁰, pois, como lembra Alicia Puleo, a história tem sido uma história de vencedores⁵⁶¹. À história das mulheres, entendida como história relacional, não interessa circunscrever-se ao resgate da

⁵⁵³ HENRIQUES, Fernanda, *Filosofia e Literatura... op. cit.*, p. 253.

⁵⁵⁴ LORENZO ARRIBAS, Josemi, "El telar de la experiencia...", in *op. cit.*, p. 85 (itálicos no original).

⁵⁵⁵ Cf. CHESNEAUX, Jean, *Du passé... op. cit.*

⁵⁵⁶ STUDER, Brigitte, THÉBAUD, Françoise, "Entre Histoire et mémoire...", in *op. cit.*, p. 28.

⁵⁵⁷ LE GOFF, Jacques, *Reflexões sobre... op. cit.*, p. 88.

⁵⁵⁸ RICOEUR, Paul, "L'écriture de l'histoire et la représentation du passé", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Ano 55, nº 4, 2000, p. 741.

⁵⁵⁹ VIGNE, Éric, "Accords et désaccords...", in *op. cit.*

⁵⁶⁰ ROSA, José Maria Silva, "Destruição da fatalidade: para um uso crítico da memória", in Henriques, Fernanda (coord.) *A Filosofia de Paul Ricoeur. Temas e percursos*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, p. 220.

⁵⁶¹ Cf. PULEO, Alicia H., "Filosofia e género: da memória do passado ao projecto de futuro", in GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, Coordenaria Especial da Mulher/ Prefeitura do Município de S. Paulo, 2004, pp. 13-34.

memória esquecida ou contribuir para fragmentar o objecto⁵⁶². Ela propõe-se alargar o potencial explicativo, questionando a "*«memória manipulada», ideologização, selecção cuidada do material segundo uma estratégia de esquecimentos cirúrgicos que impõe uma única versão, distorção, auto-justificação triunfal dos vencedores e dos poderes dominantes, monumentalização, celebração, retóricas dos sofistas de serviço, etc.»*"⁵⁶³, e mobilizar toda a operação historiográfica num projecto de verdade e de relação coerente com a realidade referencial.

O conceito de género, tal como o desenvolveram Joan Scott e Gisela Bock, afigura-se um instrumento fecundo de análise, cuja aplicação permite, não só desconstruir o saber histórico edificado, mas também questionar os critérios de selecção, classificação e organização dos factos, os modos de operacionalização da temporalidade, as categorias de análise, as ferramentas conceptuais, enfim, todos os procedimentos, condições e pressupostos inerentes à produção do conhecimento. A dimensão de género não deixa de fora o próprio sujeito cognoscente, sujeito que se inscreve no objecto que estuda com a sua pertença de sexo, de raça, de classe, de idade e o seu presente real, representado e simbólico. Nesta consciência identitária, que Marc Augé condensa na fórmula "*dis-moi ce que tu oublies, je te dirai qui tu es*"⁵⁶⁴, a dimensão de género "*desarrolla hasta el máximo su carácter transversal, su función transgresora (...)*"⁵⁶⁵, apresentando-se como alternativa ao que existe.

A construção de conhecimento sobre as mulheres e sua condição ao longo do tempo, se bem que constitua uma etapa de visibilização necessária, não é suficiente para compreender o modo como se edificaram os sistemas sociais de género que sustentam a invisibilidade do sexo feminino e que perpetuam "*les idées reçues à propos des femmes*"⁵⁶⁶, ideias essas que não encontram equivalente para os homens. Como defende Joan Scott, "*if the writing of history has, for the last two centuries, figured importantly in the construction of knowledge about sexual difference, then it is in the examination of history as part of the «politics» of gender representation that we will perhaps find the answer to the question of women's invisibility in the written story of the past*"⁵⁶⁷.

⁵⁶² Cf. KESSLER-HARRIS, Alice, "Que é a história do género hoje?", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História...* op. cit., pp. 129-149.

⁵⁶³ ROSA, José Maria Silva, "Destruição da fatalidade...", in op. cit., p. 225.

⁵⁶⁴ AUGÉ, Marc, *Les Formes de l'oubli...* op. cit., p. 26.

⁵⁶⁵ HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales...* op. cit., p. 33.

⁵⁶⁶ RIPA, Yannick, *Les Femmes*, Paris, Le Cavalier Bleu, 2002, p. 9. A autora desconstrói algumas ideias feitas sobre as mulheres, popularizadas por via da sua integração em provérbios e ditados, os quais funcionam como veículos de transmissão quotidiana.

⁵⁶⁷ SCOTT, Joan Wallach, "The Problem of Invisibility...", in op. cit. p. 29.

A aplicação do conceito de género na investigação histórica introduz uma grelha nova de questionamento e de leitura que obriga a colocar as relações sociais entre homens e mulheres no centro do processo histórico. Não se trata, pois, de adicionar conhecimento, mas de operar uma verdadeira ruptura no plano epistemológico, pois, tal como "*on n'ajoute pas l'idée que la terre est ronde à l'idée que la terre est plate [também] cette découverte exige que l'on retourne en arrière et qu'on repense tout différemment*"⁵⁶⁸. Os balanços historiográficos mais recentes, não só no contexto anglo-saxónico, cuja permeabilidade à problemática do género foi mais precoce e é actualmente incontornável, mas também em países da Europa continental, incluindo a do sul, têm sustentado e demonstrado que já não é possível compreender qualquer momento ou acontecimento históricos sem incluir o elemento do género, isto é, sem utilizar essa categoria como uma lente que torna mais exigente a pesquisa documental, potencia as possibilidades hermenêuticas e amplia, quantitativa e qualitativamente, a compreensão e a visão do mundo⁵⁶⁹.

No que concerne à temática particular do presente trabalho de investigação, a visibilização da realidade feminina não constitui um objectivo em si próprio, embora constitua uma fase necessária, face ao silêncio a que tem sido votada pela historiografia. Esta questão remete para a dimensão da responsabilidade ética da disciplina tal como a enuncia Paul Ricoeur: "*En effet, il est un privilège qui ne saurait être refusé à l'histoire, celui (...) de corriger, de critiquer, voire de démentir la mémoire d'une communauté déterminée, lorsqu'elle se replie et se referme sur ses souffrances propres au point de se rendre aveugle et sourde aux souffrances des autres communautés*"⁵⁷⁰. O postulado de que a problemática das relações sociais de género é central na configuração da realidade social significa, também, que uma análise sexuada do processo histórico se traduz numa nova aproximação à verdade e, portanto, numa transformação qualitativa da visão da história. Ao analisar, no Portugal de finais de mil e oitocentos e inícios da centúria seguinte, o modo como a concepção e o funcionamento do ensino industrial, frequentado pelos dois sexos, se articula com (consustancializando e/ou conformando e/ou contrariando) um novo modelo de feminidade, associado à domesticidade, pretende-se contribuir para alargar o espectro interpretativo da difícil afirmação da sociedade burguesa e industrial, correlacionando-a com a redefinição das relações

⁵⁶⁸ DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire... op. cit.*, p. 142.

⁵⁶⁹ Cf. CANNADINE, David (coord.), *Que é a História... op. cit.*; HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales... op. cit.*

⁵⁷⁰ RICOEUR, Paul, *La mémoire, ... op. cit.*, p. 650.

sociais de género.

2. Trabalho e educação: a reconfiguração das relações sociais de género no século XIX e inícios do século XX

2.1. De trabalhadora a inactiva. Industrialização e domesticidade feminina

A associação das mulheres à esfera doméstica foi validada, no século XIX, com base numa alegada existência histórica, que remetia "*la femme imaginaire des hommes*"¹ de oitocentos para um passado longínquo. Esse passado, diluído na intemporalidade, ajustava-se de forma modelar ao argumento da perenidade da «natureza feminina». A imagem da mulher doméstica converteu-se num arquétipo imemorial e transformou-se, nas palavras de Anne-Marie Sohn, "*en patrimoine mental, très difficile à éradiquer*"². As investigações, porém, têm permitido identificar e situar historicamente os mecanismos de produção e consolidação da ideologia das esferas separadas e da sua intrínseca relação com a redefinição, ao longo da centúria de oitocentos, das relações sociais de género.

O século XIX incorporou ideologicamente a domesticidade e a maternidade como elementos constitutivos da identidade feminina e tornou-as pedras basilares da família e, através desta, da sociedade. O paradigma da domesticidade trouxe como corolário o princípio da mulher inactiva³, ou seja, da mulher que *não trabalha* segundo o novo conceito de trabalho decorrente do primado da economia de mercado. Distintamente dos séculos XVII e XVIII, o trabalho deixou de ser considerado como "*la actividad de cada miembro de la familia para sacar adelante la casa o la unidad doméstica, dicho en otras palabras, para llevar adelante una determinada estrategia familiar de subsistencia y reproducción*"⁴. Na sociedade pré-industrial, a divisão sexual do trabalho não implicava uma delimitação precisa entre as esferas doméstica e produtiva, isto é, entre a produção para uso e a produção para troca, entre a economia

¹ Utilizando a expressão de DUFRANCATEL, Christiane, "La femme imaginaire des hommes. Politique, idéologie et imaginaire dans le mouvement ouvrier", in DUFRANCATEL, Christiane et al., *L'Histoire sans Qualités... op. cit.*

² SOHN, Anne-Marie, "Un siècle décisif pour les femmes?", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'Histoire aujourd'hui... op. cit.*, p. 99.

³ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu. Femmes au foyer: une mystification de la révolution industrielle*, Paris, Payot, 1982.

⁴ GARRIDO ARCE, Estrella, "El trabajo de las mujeres en la economía familiar preindustrial. La Huerta de Valencia en el siglo XVIII", in RAMOS PALOMO, María Dolores, VERA BALANZA, María Teresa (eds.), *El Trabajo de las Mujeres, pasado y presente. Congreso Internacional del Seminario de Estudios Interdisciplinarios de la Mujer*, Tomo I, Málaga, Diputación Provincial de Málaga/ Universidad de Málaga, 1996, pp. 105-106.

formal e a informal, valorizando-se como produtivas as actividades realizadas por cada um dos sexos⁵.

Com o processo de industrialização, a família deixou de ser uma unidade de produção para se tornar, cada vez mais, numa unidade de consumo⁶. Em concomitância, o trabalho, ou melhor, a força de trabalho, foi equiparado a mercadoria, cujo valor passou a ser expresso num salário⁷. Os conceitos de trabalhador e de operário foram, então, harmonizados com base no critério do salário, o qual passou também a demarcar a população activa da não activa. As mulheres que ganhavam a vida trabalhando no interior das suas casas perderam, deste modo, o estatuto de mulheres trabalhadoras, situação que contribuía para privar de valor produtivo o resultado do seu desempenho⁸. As actividades por elas exercidas no contexto doméstico e no seio da economia informal foram excluídas da categoria trabalho e consideradas, tão-só, como funções e responsabilidades, de acordo com a ideologia que confinou as mulheres ao lar e ao seu papel de mãe e de esposa. Deste modo, como afirma José Amado Mendes, "*o aspecto verdadeiramente inovador trazido pela industrialização não consistiu tanto na mudança do papel da mulher na transformação das matérias-primas (e troca dos produtos), (...) como na separação, quase generalizada, do local de trabalho do domicílio*"⁹.

2.1.1. A ideologia da domesticidade feminina

O século XIX assimilou e validou a herança do pensamento iluminista que, como corolário da enfatização da «natureza» reprodutora da mulher, a excluiu da racionalidade e, congruentemente, do exercício da cidadania. Na configuração do modelo de domesticidade oitocentista, materializado em inícios do século em Inglaterra e progressivamente integrado na Europa continental, foi particularmente determinante a

⁵ Cf. BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview, 1750-1890", in *Connecting Spheres. Women in the Western World, 1500 to the Present*, New York, Oxford University Press, 1987, pp. 95-135; POMATA, Gianna, "História das Mulheres, História do Género...", in *op. cit.*

⁶ Cf. CABRAL, António Madeira Brito, "A família de dupla carreira e a socialização da criança e do jovem – alguns problemas de psico-sociologia na família", in AAVV, *Tempo para o trabalho, tempo para a família*, Lisboa, DGF-MESS, 1989, pp. 87-112.

⁷ Cf. MARX, Karl, *O salário, o preço e o lucro*, Lisboa, Estampa, 1975.

⁸ Cf. NUNES, Ana Bela Ferreira Macias, *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade. Uma contribuição para o crescimento económico português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISE - Universidade Técnica de Lisboa, 1989 (policopiado).

⁹ MENDES, José Amado, "A Mulher no Artesanato Coimbrão, ao tempo das Invasões Francesas", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa...* *op. cit.*, vol. 1, p. 373.

influência de Rousseau. A concepção Rousseauniana de mulher ideal, apropriada ideologicamente pela burguesia vitoriana, seria propagada pelo pensamento político europeu oitocentista e legitimada, do ponto de vista científico, pelo discurso biomédico, que popularizou uma imagem de mulher determinada pelo seu destino biológico, e, do ponto de vista teórico, pelo positivismo, o qual alicerçou a estabilidade social no princípio da diferenciação e complementaridade entre os sexos¹⁰.

A consolidação da ideologia liberal e dos princípios democráticos dela decorrentes implicou a edificação de modelos hegemónicos que enquadrassem as funções sociais dos indivíduos. A domesticidade feminina, modelo erigido pela burguesia, firmou-se como paradigma ao longo do século XIX e determinou a circunscrição das mulheres, ou seja, de todas as mulheres, ao espaço privado e a sua exclusão do espaço público¹¹.

A função ideológica desempenhada pelas mulheres na sociedade liberal, como sustentáculo da ordem e da coesão sociais, era crucial perante a diversidade das classes médias, expressa no plural que as designa, pois "*elles n'ont même pas en commun une relation unique aux moyens de production*"¹². Deste modo, como sublinha Catherine Blunden, o vínculo ideológico, ou seja, "*l'opinion qu'elles ont d'elles-mêmes*"¹³, era o único elemento que as congregava. Com efeito, a categoria *classe média* podia incluir negociantes e patrões, médicos e advogados, professores e funcionários públicos, empregados de comércio e de outros serviços, sendo que a segurança económica e o estatuto social variavam também no interior de cada um destes grupos¹⁴. O conceito de burguesia afigura-se, do mesmo modo, impreciso. Perante a grande diversidade de imagens que sobre ela produziram os autores oitocentistas, a *consciência de classe*, como observa Maria Antonieta Cruz, constitui um elemento fundamental de identificação¹⁵.

O modelo da domesticidade, ao apresentar-se como algo que podia ser almejado semelhantemente por todas as famílias, tornou-se um elemento hegemónico transversal

¹⁰ Cf. POPE, Barbara Corrado, "The Influence of Rousseau's Ideology of Domesticity", in BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H. (eds.), *Connecting Spheres... op. cit.*, pp. 136-145; HENRIQUES, Fernanda, "Rousseau e a exclusão...", in *op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, «*Senhoras e Mulheres*»... *op. cit.*

¹¹ Cf. AGUADO, Ana, "Género y ciudadanía en la formación de la sociedad burguesa", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, nº 10, 2003, pp. 61-79.

¹² BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*, p. 16.

¹³ *Ibidem*, p. 18.

¹⁴ Cf. CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia. Mujeres en el cambio sociocultural europeo, de 1780 a 1920*, Madrid, Narcea, 2000.

¹⁵ Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1999.

à hierarquia social. Este instrumento regulador, actuando ao nível simbólico e das práticas sociais, funcionou como salvaguarda da estabilidade do edifício social. O ideal de feminidade que dele decorre, porém, foi estrategicamente adaptado em função da classe social, dado que o modelo afigurar-se-ia tanto mais convincente e desejável para a generalidade da população, quanto mais tangível se mostrasse para os diversos sectores sociais.

Nesta conformidade, a própria burguesia oitocentista operacionalizou o paradigma da domesticidade, criando, como afirma June Purvis, dois padrões de feminidade, um para as classes médias e outro para as classes populares, que podemos designar, respectivamente, por «boa dona-de-casa» e por «boa doméstica»¹⁶. O primeiro enfatizava, por um lado, as qualidades das mulheres como gestoras dos afectos e dos recursos do lar e como modeladoras dos futuros cidadãos e das futuras mães, através de uma esmerada acção educativa e, por outro lado, o valor da sua inactividade, encarada como sinal evidente da posição social dos maridos. O segundo padrão sublinhava, em particular, as competências domésticas, o saber-fazer manual dos afazeres quotidianos de manutenção de uma casa e de cuidado com os elementos do agregado familiar.

Em qualquer dos casos, as mulheres funcionavam como elemento aglutinador da família, eram o verdadeiro sustentáculo daquela micro-estrutura social, cujo factor fundamental de unidade já não assentava na produção, mas na ideologia. Segundo Mónica Bolufer, já no século XVIII "*al tiempo que se enraizaba el modelo de familia burguesa, se ignoraban o despreciaban los sistemas de crianza tradicionales de la comunidad o la familia que hacían compatibles maternidad y trabajo. Apuntaban de forma incipiente los rasgos de un discurso que en siglo siguiente pretendería hacer extensivos los valores burgueses a la clase trabajadora*"¹⁷.

Na adaptação do ideal de domesticidade feminina, o lugar ocupado na hierarquia social cruzava-se com a variável idade/ciclo de vida ou, por outras palavras, o *estado civil*. Este determinava comportamentos claramente diferenciados para as mulheres. O princípio da domesticidade fundava-se numa concepção de feminidade ancorada no

¹⁶ Cf. PURVIS, June, "Social class, education and ideals of femininity in the nineteenth century", in ARNOT, Madeleine, WEINER, Gaby (eds.), *Gender and the Politics...* op. cit., pp. 253-275; a autora utiliza as expressões "*perfect wife and mother*" e "*good woman*" (pp. 255-256), mas optou-se pela utilização das expressões portuguesas "*dona-de-casa*" e "*doméstica*", adoptadas na tradução portuguesa de "*mâitresses de maison*" e de "*ménagères*", in HALL, Catherine, "Lar, doce lar", in ARIES, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida...* op. cit., p. 75, por se afigurarem mais inequívocas, do ponto de vista semântico, na língua portuguesa.

¹⁷ BOLUFER PERUGA, Mónica, "Actitudes ante el trabajo femenino en el siglo XVIII", in RAMOS PALOMO, María Dolores, VERA BALANZA, María Teresa (eds.), *El Trabajo de las Mujeres...* op. cit., p. 225.

princípio da *natureza feminina*, indissociável da sua função maternal. A mulher casada era, pois, a primeira visada no discurso que veiculava o desígnio da domesticidade e o casamento tornou-se "*la soluzione obbligata del destino individuale e sociale femminile*"¹⁸. De acordo com o ideal de esposa e de mãe, estabelecia-se que as mulheres casadas deviam circunscrever-se ao lar e que não deviam trabalhar fora de casa sob pena de colocarem em risco o casamento e a estabilidade familiar a ele inerente.

Os discursos sobre o exercício de actividades profissionais por solteiras e viúvas eram, todavia, mais flexíveis, pois a situação destas mulheres era encarada como provisória ou excepcional, independentemente do peso real que representassem no conjunto da população feminina. A nível discursivo, a situação de solteira não constituía regra e, como tal, não punha em causa a norma estabelecida. Refira-se, todavia, a título de exemplo, que no *Censo* de 1890, segundo os cálculos efectuados por Virgínia Baptista, as solteiras representavam 59,6% do total da população feminina. Apesar deste valor englobar as menores de 16 anos, não deixa de ser significativo, tanto mais que a taxa de celibato definitivo, calculada pela mesma autora, era de 22,2%¹⁹.

As trabalhadoras celibatárias constituíam, aliás, uma fonte de preocupações, incluindo as mestras e preceptoras. Estas foram representadas de forma ambivalente no imaginário oitocentista, porque, apesar de exercerem socialmente uma função de prolongamento da maternidade, a sua inserção no grupo das mulheres trabalhadoras constituía uma ameaça ao modelo ideologicamente dominante²⁰. Não obstante, a transigência face ao trabalho remunerado exercido, fora de casa, por mulheres cujo estado civil não se ajustava ao preceito instituído, funcionava como uma reconfirmação do normativo da domesticidade da mulher casada, com as devidas adaptações ao contexto social de pertença. Mais tolerado no caso das classes populares do que no das classes médias, o trabalho remunerado era entendido como um meio de assegurar a autonomia das mulheres que não tinham quem as sustentasse e a escolha do emprego deveria ter em conta a respectiva condição social.

Dominique Grootaers define quatro categorias de figura ideal de mulher em função do respectivo contexto socioeconómico de pertença. A figura mais valorizada

¹⁸ DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi. Modelli Culturali e Comportamenti Sociale*, 2ª ed., Roma, Ed. Laterza, 1993 (1ª ed. 1992), p. 292.

¹⁹ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho... op. cit.*, pp. 217 e 221.

²⁰ Esta questão foi abordada in PINTO, Teresa, "Instrução e Feminidade: a pluralidade dos discursos em finais de oitocentos", in CASTRO, Zília Osório de (dir.), *Falar de Mulheres. Da igualdade à paridade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 261-278; cf. ABRANCHES, Graça, "Homens, mulheres e mestras inglesas", in RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (orgs.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, 2002, pp. 255-305.

era a de dona-de-casa que não trabalhava, dirigida às camadas das classes médias que podiam contar com os proventos dos elementos masculinos da família. Nos casos em que estes não eram suficientes para prover às despesas do agregado, surgia a imagem da empregada de escritório, de preferência a que se ocupava da escrituração dos negócios do pai ou do marido. Uma outra figura ideal era a de costureira ao domicílio, a qual, proveniente dos meios populares, ganhava a sua vida sem sair da esfera doméstica. Por último, a figura da operária-doméstica, cujo trabalho remunerado no sector industrial não a impede de assegurar o seu papel *natural e primordial*, como mulher no lar e na família²¹.

A ênfase conferida às virtudes domésticas das mulheres e ao carácter moral das suas responsabilidades pode ser interpretada como um meio de controlo do impacto social da economia de mercado, designadamente da sua vertente de competição desmedida²². Cabia às mulheres contrabalançar este efeito desestabilizador, portanto, o seu trabalho no exterior da casa era encarado como uma dupla ameaça aos valores sociais, pois não só não cumpriam o papel regulador que delas se esperava, como elas próprias se integravam na dinâmica da concorrência. Foi no seio das classes médias, precisamente, que surgiu a possibilidade, se bem que diferenciada consoante os rendimentos, de se estabelecer uma clivagem no interior das famílias entre activos e inactivos. Esta clivagem, convertida em paradigma de existência social, traduziu-se em alterações profundas nas relações sociais entre homens e mulheres.

Catherine Hall mostrou como em Inglaterra, na primeira metade do século XIX as diversas camadas da nobreza integraram o princípio da separação das esferas e o modelo da família burguesa, moralizando os seus costumes em função da salvaguarda da felicidade do lar. O evangelismo desempenhou um papel fundamental na propagação deste ideal junto das classes populares. O lar foi apresentado como um refúgio moral, cuidado pelas mulheres, onde os homens podiam encontrar a estabilidade que os preservava dos malefícios da vida pública.²³ A convergência da acção de evangélicos e utilitaristas com os factores económicos tornou o fenómeno da domesticidade das mulheres das classes médias mais precoce na Grã-Bretanha do que em França onde

²¹ Cf. GROOTAERS, Dominique, "Le projet éducatif et culturel fondant l'enseignement à but professionnel", in GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement...* *op. cit.*, pp. 404-436.

²² Cf. FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth-Century Economic Thought", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 16, nº 3, 1991, pp. 463-484.

²³ Cf. HALL, Catherine, "Lar, doce lar...", in *op. cit.*

grande número daquelas participava, até meados do século XIX, na gestão dos negócios e noutras actividades da esfera económica²⁴.

A construção do aforismo da domesticidade foi acompanhada pela valorização da família, que ganhou um novo significado com a consolidação do ideal de «família - santuário», baluarte da estabilidade social, na qual a mulher, idealizada como «anjo», consumava os seus deveres conjugais e maternais. A família converteu-se num elemento central do sistema social pela sua função mediadora entre as esferas pública e privada²⁵. Através dela garantia-se a reprodução e a integração social de cada indivíduo, o que colocava em primeiro plano o processo de socialização das crianças, e obtinham-se os recursos humanos produtivos necessários, não só à sua sobrevivência, mas também ao crescimento económico das nações. Como afirma Michelle Perrot, "*Garante de la race, elle veille sur la pureté et sa santé. Creuset de la conscience nationale, elle transmet les valeurs symboliques et la mémoire fondatrice*"²⁶. A família assumiu, assim, um papel crucial de regulação social e converteu-se num projecto simultaneamente individual e colectivo, já que o Estado era entendido como uma família em ponto grande²⁷. Compreende-se, pois, que se argumentasse, insistentemente, ao longo de oitocentos, na necessidade de manutenção da família, tomando-se a família nuclear burguesa como modelo da instituição familiar tradicional.

Verifica-se, no entanto, que a realidade era distinta, pois a família nuclear não se generalizaria ao conjunto da população antes de decorridas algumas décadas do século XX, e a própria representação coeva de família exibia uma grande amplitude. Em Portugal, no *Censo* de 1890 a «família» é definida como "*o grupo de pessoas, parentes ou não, que residem usualmente na mesma habitação, vivendo em comum, na dependência de um mesmo chefe. Os serviçais são, pois, considerados como fazendo parte da Família. Uma pessoa vivendo só, em habitação separada, é considerada como uma Família*"²⁸. A análise, desagregada em função da composição das famílias, dos dados deste *Censo*, revela que as famílias com 3 ou mais pessoas correspondiam a 34%

²⁴ Cf. PERROT, Michelle, "Personagens e Papéis", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 4, PERROT, Michelle (dir.), *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 121-185; CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e História... op. cit.*

²⁵ Cf. PERROT, Michelle, "A família triunfante", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada... op. cit.*, vol. 4, pp. 93-103.

²⁶ PERROT, Michelle, "Public, privé... ", in *op. cit.*, p. 386.

²⁷ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, CASCÃO, Rui, "Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal... op. cit.*, vol. 5, pp. 441-457.

²⁸ *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 241(nota ao quadro VIII).

do total, as famílias com 5 ou mais pessoas atingiam 37% e os restantes 29% repartiam-se pelas famílias de 2 pessoas ou de um só indivíduo²⁹.

A projecção da idealização da domesticidade sobre o colectivo das mulheres explica-se, segundo Geneviève Fraisse, pelos próprios fundamentos da democracia, ou seja por "*la mise en pratique de la règle démocratique qui suppose que le droit pour une femmes est un droit pour toutes les femmes*"³⁰. Distintamente do Antigo Regime, num regime democrático não há lugar para a excepção, pois esta "*est sans justification théorique dans un régime supposant l'égalité*"³¹. O estabelecimento da igualdade no que se refere a mulheres e a homens é complexo por causa das relações de poder e da ameaça que as mulheres passariam a constituir se acessem, de forma generalizada e não como meras excepções, a todas as esferas de domínio masculino. Lynn Hunt sublinha, neste sentido, que "*as mulheres eram associadas ao seu «interior», ao espaço privado, não só porque a industrialização permitia às mulheres da burguesia definirem-se apenas em relação a ele, mas também porque a Revolução tinha demonstrado os resultados possíveis (e o perigo para os homens) de uma alteração da ordem «natural»*"³².

A função ideológica da domesticidade feminina é, também, segundo Catherine Blunden, uma resposta ao medo que as classes médias tinham face às classes trabalhadoras, ou melhor, àquilo que elas representavam, "*le cauchemar de la régression sociale*"³³. Mais do que o factor económico, eram o prestígio social e determinados estilos de vida que identificavam e uniam as classes médias³⁴. Assim, a circunscrição das mulheres à casa exibia a prosperidade familiar, ou seja, a possibilidade, criada pela riqueza pecuniária, da fruição de um tempo de não-trabalho. A ociosidade tornou-se um elemento distintivo de classe e, simbolicamente, representação de um poder, o do homem que assegurava tal situação³⁵. Em contrapartida, a afirmação, ao longo do século XIX, do individualismo, herança do Iluminismo, conferia às mulheres uma posição de sujeito, abrindo-lhes um leque

²⁹ Cf. *Ibidem*; cálculos efectuados com base no quadro VIII.

³⁰ FRAISSE, Geneviève, "La rupture révolutionnaire", in *Les femmes et leur histoire*, Paris, Gallimard, 1998, p. 162.

³¹ *Ibidem*, p. 164.

³² HUNT, Lynn, "Revolução Francesa e vida privada", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada... op. cit.*, vol. 4, pp. 50-51.

³³ BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*, p. 23.

³⁴ Cf. GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe, *Hombres y mujeres: el difícil camino hacia la igualdad*, Madrid, Ed. Complutense, 2002.

³⁵ Cf. PAIS, José Machado, *Artes de amar da burguesia. A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal*, Lisboa, Ed. do I.C.S. da Universidade de Lisboa, 1986; BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*

diversificado de identidades possíveis³⁶. A concretização dessa multiplicidade de «individualidades», associadas, por sua vez, a uma multiplicidade de papéis, não logrou, todavia, alterar o princípio da domesticidade enraizado no pensamento colectivo.

A incorporação do ideal da domesticidade, realizada sob os auspícios do liberalismo, cujos princípios democráticos implicavam teoricamente o postulado da livre escolha, consumou-se por via da persuasão. Sustentando a natural vocação das mulheres para a família, teciam-se os maiores elogios às suas virtudes. Katherine Blunden salienta que "*jamais Dieu n'avait été tant évoqué pour justifier la place de la femme au foyer*"³⁷, porque a domesticidade converteu-a em «anjo do lar», simultaneamente pura e redentora. Esta argumentação seria sustentada pela recuperação da dicotomia entre mulher tentadora e salvadora, decorrente da tradição judaico-cristã, que atravessa o pensamento ocidental.

Associava-se, deste modo, a mulher trabalhadora à mulher tentadora, imoral e pecadora, por oposição à mulher salvadora, imaculada, virtuosa, «anjo do lar», «boa doméstica» ou «boa dona-de-casa», ideal que se converteria numa aspiração progressivamente assumida pelas próprias mulheres. Para aquela autora, todavia, o que efectivamente levava as mulheres a escolher de livre vontade uma dedicação plena à família, abdicando de ensejos pessoais, era o amor conjugal ao qual se associava o amor maternal. Os trabalhos das mulheres são, assim, vistos como responsabilidades, como deveres que se cumprem para o bem-estar da família, ou seja, "*this was family labor, not domestic labor – its aim, the fulfillment of God-given responsibilities, not economic efficiency; its motive not self-interest, but love*".³⁸

A pedagogia romântica desempenhou um papel fundamental neste processo, ao oferecer "*aux classes moyennes la Nature et l'Amour comme parrains d'une répartition des tâches et des rôles familiaux, cohérente avec leur idéologie et leurs revenus*"³⁹. Ao longo da segunda metade do século XIX, o papel de mãe e de educadora vai sendo cada vez mais enfatizado, em detrimento do de esposa, na definição do modelo de feminidade⁴⁰. Esta mudança foi acompanhada de outra vertente argumentativa eficaz, a da missão social das mulheres. O discurso da utilidade social, com "*l'immense avantage*

³⁶ Cf. FRAISSE, Geneviève, "La rupture révolutionnaire...", in *op. cit.*; PERROT, Michelle, "Personagens e Papéis...", in *op. cit.*.

³⁷ BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* *op. cit.*, p. 47.

³⁸ FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife...", in *op. cit.*, p. 467.

³⁹ BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* *op. cit.*, p. 71; cf. CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia...* *op. cit.*.

⁴⁰ Cf. CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia...* *op. cit.*.

de la positivité et de l'éloge"⁴¹, sublinhava os atributos e as competências inerentes à natureza feminina e "*comme tel, il séduisait les femmes et suscitait leur consentement*"⁴². A função social que exerciam alargava-se ao exterior da família, à comunidade envolvente, junto da qual elas podem cumprir o seu papel de regulação moral, através da educação ou da assistência⁴³.

A exclusão das mulheres do trabalho considerado produtivo foi escamoteada, em termos discursivos, pela noção de que a função de gestão do orçamento familiar que lhes era cometida se traduzia em actividades geradoras de poupança e que a mera contenção de despesas era equivalente a um acréscimo de rendimento no orçamento familiar. Quando a esfera familiar foi esvaziada da sua substância económica produtiva, a casa passou a ser identificada, sobretudo ao nível simbólico, como lugar de consumo ao mesmo tempo que a própria economia de mercado disponibilizava bens (produtos alimentares, têxteis, confecções, entre outros) e serviços cada vez mais mecanizados (lavagem de roupa, limpezas, por exemplo), cujo consumo aligeirava as tarefas domésticas cometidas às mulheres. O conteúdo do trabalho doméstico ficou, assim, reduzido a incumbências de manutenção e, ainda, ao que se pode designar por «pré-consumo», ou seja, um conjunto de tarefas necessárias à preparação final dos produtos, por exemplo alimentares ou de costura, para que pudessem ser usados e consumidos pelos elementos da família⁴⁴. Era na fase de finalização e nas opções de consumo de determinados serviços que as mulheres podiam controlar as margens de despesa, alimentando a ilusão de que os gastos que não tinham efectuado representavam um ingresso de riqueza na economia doméstica.

A imagem das mulheres como gestoras do consumo, ideal das classes médias, tornou-se, gradualmente, uma aspiração das classes trabalhadoras. A gestão do consumo permitia, igualmente, a par das funções maternais, converter a situação de inactividade feminina, face ao trabalho considerado produtivo, numa situação ocupacional compatível com a *natureza feminina*. Os afazeres femininos, aos quais podemos acrescentar no caso das classes médias a filantropia, tinham como elemento comum o facto de serem realizadas em função do outro e não das próprias mulheres, isto é, eram fruto do altruísmo inerente à virtude feminina. Ao manter as mulheres ocupadas fora das

⁴¹ PERROT, Michelle, "Public, privé...", in *op. cit.*, pp. 387-388.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Cf. PERROT, Françoise, "Pouvoir des Hommes, Puissance des Femmes? L'exemple du XIXe siècle", in *Les Femmes ou les silences... op. cit.*, pp. 213-225.

⁴⁴ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*; ALMEIDA, Ana Nunes de, "Mulheres e Famílias Operárias: a «esposa doméstica»", *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 120, 1993.

atividades consideradas produtivas, lograva-se eximi-las de dois estigmas: o da mulher trabalhadora vista como desviante, viciosa e perversa e o da mulher inactiva ou ociosa encarada como perniciosa e moralmente condenável⁴⁵.

Anne-Marie Sohn verificou que, mesmo no período finissecular, a mulher que não concorria para o orçamento familiar era malvista nos meios operários e pequeno burgueses, que contrapunham à mulher preguiçosa a mulher activa⁴⁶. Esta ideia está presente, por exemplo, em Lopes Praça, para quem o trabalho exercido fora do lar não podia corromper as mulheres, porque, sustentava ele, "*o trabalho afugenta os vícios*"⁴⁷, sendo recomendável que se procurassem noutros factores as causas dos apregoados malefícios associados ao trabalho das mulheres nas indústrias. Salientando que a liberdade de trabalhar nas indústrias era uma "*verdade inconcussa*"⁴⁸ tanto para homens, como para mulheres, qualificava de injusta e inaceitável qualquer lei que restringisse essa liberdade ao sexo feminino. Três décadas mais tarde, em 1905, Ana de Castro Osório testemunhava, no mesmo sentido, que "*é só no povo que encontramos, entrando como valor dotal, as aptidões de trabalho da noiva*"⁴⁹, sendo que a expressão *só no povo* remete para a maioria da população. O facto de, na viragem do século XIX para o século XX, em datas variáveis de país para país, os *Censos* terem substituído a classificação *sem ocupação* ou *desocupada* pela de *dependente*, pode traduzir a tensão entre, por um lado, a rejeição da noção de inactividade e, por outro lado, a consolidação da noção de complementaridade entre os sexos⁵⁰. Nesta conformidade, apesar de não ser considerada trabalhadora, a mulher não era rotulada de inactiva, mesmo quando confinada ao interior da sua casa, porque a sua imagem associava, na expressão de Guadalupe Gómez-Ferrer, "*ocio social y trabajo doméstico*"⁵¹.

No entanto, como afirma Katherine Blunden, "*l'image d'une femme millénaire au foyer est si bien ancrée dans nos discours*"⁵² e essa inscrição assenta em quatro alícerces discursivos: a novidade do trabalho feminino resultante da industrialização; as

⁴⁵ Cf. BOLUFER PERUGA, Mónica, "Actitudes ante el trabajo femenino...", in *op. cit.*.

⁴⁶ Cf. SOHN, Anne-Marie, *Chrysalides. Femmes dans la vie privée (XIXe-XXe siècle)*, vol. I, Paris, Publ. de la Sorbonne, 1996.

⁴⁷ PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principais aspectos (Instrução Secundária)*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1872, 2ª edição facsimilada, Lisboa, Colibri, 2005, p. 256.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 258.

⁴⁹ OSÓRIO, Ana de Castro, *Às mulheres Portuguesas*, Lisboa, Liv. Edit. Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 200.

⁵⁰ Cf. LEWIS, Jane, *Women in England, 1870-1950: Sexual Divisions and Social Change*, Sussex, Wheatsheaf Books, 1984; FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife...", in *op. cit.*; SOTO CARMONA, "Cuantificación de la mano de obra femenina...", in *op. cit.*; BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho...* *op. cit.*

⁵¹ GÓMEZ-FERRER, Guadalupe, *Hombres y mujeres...* *op. cit.*, p. 27.

⁵² BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* *op. cit.*, pp. 205.

duras condições de trabalho das mulheres incompatíveis com a sua natureza frágil; a assimilação absoluta entre trabalho de mulheres e de crianças, ambas entendidas como dependentes e, por isso, objecto de protecção laboral específica; a esperança de que o normal desenvolvimento tecnológico dispensaria o trabalho feminino resolvendo, no futuro, o problema da relação das mulheres com o trabalho⁵³.

O desenvolvimento desta argumentação ao longo do século XIX levou a que a «mulher trabalhadora» fosse entendida como um produto indesejável da industrialização e reforçou a noção de mulher trabalhadora como um problema social. Acresce que a aplicação rigorosa do novo conceito de trabalho e de trabalhador atrás referido excluiu a maior parte das mulheres da categoria «trabalho», pois os seus parâmetros não davam cabimento à multiplicidade de situações laborais que elas apresentavam. Reduzida a proporção daquelas que se incluíam naquela categoria, a sua situação assumia, então, um carácter excepcional. É neste contexto que Joan Scott considera que «a mulher trabalhadora» é um produto conceptual oitocentista⁵⁴. Segundo esta autora, os discursos e práticas dominantes na época, designadamente no que respeita à economia política, às práticas empregadoras, aos sindicatos e à legislação protectora produzida pelo Estado, "tomava[m] a mulher como categoria única e definia[m] o trabalho como violação da sua natureza"⁵⁵.

A progressiva e concomitante dissociação do trabalhador/operário do produto do seu trabalho e sua conseqüente conversão em força de trabalho, que se vende, como uma mercadoria, pelo valor de um salário, actuou no mesmo sentido, ao favorecer a associação da mulher trabalhadora à prostituta. Temia-se que, face aos baixos salários auferidos, claramente insuficientes para assegurar a sua sobrevivência, as mulheres transpusessem os limites do trabalho «lícito», fragilizando simbolicamente a fronteira entre o bem e o mal⁵⁶. Saliente-se, todavia, o carácter ambivalente da atitude oitocentista face à prostituição. Esta era encarada simultaneamente como uma ameaça aos alicerces morais da sociedade e como uma realidade a tolerar pela sua função de absorção de uma sexualidade condenada no interior do casamento⁵⁷.

No século XIX os discursos religioso e biomédico reforçaram as ideias sobre as diferenças sexuais. O primeiro sublinhou a dimensão social da função moralizadora das

⁵³ *Ibidem*, pp. 202-203.

⁵⁴ Cf. SCOTT, Joan, "A Mulher Trabalhadora", in *op. cit.*.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 472.

⁵⁶ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*.

⁵⁷ Cf. CHARLOT, Monica, MARX, Roland, *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Lisboa, Terramar, s/d [DL 1995].

mulheres. A analogia entre mulher e mãe, reforçada com o culto Mariano, consolidar-se-ia com a promulgação do dogma da Imaculada Conceição em 1854. "A maternidade da virgem apagou o pecado de Eva"⁵⁸ e a mulher, enquanto mãe, adquiriu um lugar central na cultura católica oitocentista. Em 1880, a encíclica *Arcanum Divinae Sapientiae* preceituou a submissão da mulher à autoridade do marido, mas essa sujeição era entendida como um acto voluntário de abnegação, isto é, pressupunha a sua aquiescência. A religiosidade da mulher estendia-se dos lugares de devoção ao quotidiano familiar⁵⁹. A esposa tornava-se, assim, pela sua capacidade de eleger para si a dedicação, uma companheira do esposo e devia, como tal, ser por este respeitada. Esta perspectiva entronca com o princípio da complementaridade entre os sexos desenvolvido, sobretudo, a partir do último quartel de oitocentos.

Os valores da maternidade foram reiterados, posteriormente, com a encíclica *Rerum novarum* de 1891, segundo a qual "*la femme est «par nature» mère et il y a tout un discours sur sa «mission maternelle»*"⁶⁰. Esta encíclica resultou de um longo processo de reflexão sobre a questão social, desde que Leão XIII anunciara, em 1885, uma encíclica sobre a matéria, e nela se desenvolveu igualmente a noção da complementaridade dos papéis de mulheres e de homens, competindo a elas as tarefas domésticas e a eles a responsabilidade de governar e sustentar a família⁶¹.

O discurso biomédico defendeu que as mulheres eram mentalmente instáveis, pois o funcionamento do seu aparelho genital determinava um desenvolvimento especializado para a função reprodutora, a qual deveria ser preservada de situações adversas, como o trabalho fabril, por exemplo. A compleição robusta e sadia das mulheres, valorizada na sociedade pré-industrial, na qual a divisão sexual das actividades laborais não dependia da respectiva rudeza, foi convertida, a nível discursivo, em fragilidade, delicadeza e debilidade⁶². Um dos corolários deste postulado é o mito de que a criminalidade e a delinquência não constituem atributos da feminidade, o qual, como demonstrou Irene Vaquinhas, "*não passa de um falso*

⁵⁸ DE GIORGIO, Michela, "O Modelo Católico", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* op. cit., vol. 4, pp. 230.

⁵⁹ Cf. DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi...* op. cit..

⁶⁰ COVA, Anne, «*Au Service de l'Eglise, de la Patrie et de la Famille*». *Femmes catholiques et maternité sous la IIIe République*, Paris, l'Harmattan, 2000, p. 13; cf. SILVA, José Gentil da, "La mujer en España en la Época Mercantil: de la igualdad al aislamiento", in AAVV, *La mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX)*. *Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidade Autónoma de Madrid, 1984, pp. 11-33.

⁶¹ Cf. COVA, Anne, «*Au Service de l'Eglise, de la Patrie et de la Famille*»... op. cit..

⁶² Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* op. cit.; CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia...* op. cit..

problema criado pela misoginia oitocentista"⁶³. O impacto deste discurso deveu-se ao carácter inquestionável conferido à argumentação científica, em virtude do incremento social do seu estatuto, particularmente no último quartel do século XIX.

Segundo Michelle Perrot, o que naturalizou e, portanto, fundamentou a clivagem entre as esferas associadas ao feminino e ao masculino foi o processo de sexualização do género resultante dos discursos da biologia e da medicina a partir do século XVIII. As concepções de género, como atrás se analisou, corporizaram-se em homens e mulheres através de um processo de "*biologisation de la différence des sexes*"⁶⁴. Isto significa que se atribuiu a construção diferenciada das identidades feminina e masculina a uma predeterminação biológica, a qual fundamentou incontornavelmente a divisão sexual da sociedade. Deste modo, a teoria das esferas, pública e privada, que sustenta a organização racional da sociedade no século XIX, assentou num discurso naturalista convergente com o da utilidade social. A existência social das mulheres foi definida em função de um corpo identitário entendido como realidade invariável e primordial, mas, como sublinha Michelle Perrot, "*le corps a une histoire; il est représentation et lieu de pouvoir, comme l'ont montré Michel Foucault et, récemment, Thomas Lacquer*"⁶⁵, autores que partilham uma perspectiva histórica sobre o corpo e, portanto, sobre a sua apropriação pela cultura.

Também o associativismo operário defendia a domesticidade feminina (ex. Thomas Paine, John Locke, William Cobbett). Apenas o socialismo utópico de inícios do século XIX (Fourrier, Owen, Saint-Simon) questionou todas as relações sociais, incluindo o casamento e a família, a monogamia, a heterossexualidade⁶⁶. Adam Smith justificava que os salários femininos deviam ser baixos em virtude da fragilidade e, consequentemente, baixa produtividade das mulheres e, sobretudo, porque eles eram secundários no conjunto dos proventos do agregado. Em última análise, o que ele enfatizava era o carácter primacial do salário masculino nos proventos familiares, em particular no sustento dos filhos⁶⁷. Escamoteavam-se, assim, as situações, não pouco

⁶³ VAQUINHAS, Irene Maria, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1995, p. 306.

⁶⁴ PERROT, Michelle, "Public, privé...", in *op. cit.*, p. 387. Ver capítulo 1.2.4..

⁶⁵ PERROT, Michelle, "Identité, Egalité, Différence...", in *op. cit.*, p. 393; cf. PERROT, Michelle, "Michel Foucault...", in *op. cit.*

⁶⁶ Cf. HUDSON, Pat, "Women and Industrialization...", in *op. cit.*; CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e História...* *op. cit.*; RIPA, Yannick, *Les femmes, actrices de l'Histoire. France, 1789-1945*, Paris, SEDES, 1999.

⁶⁷ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* *op. cit.*

significativas, de mulheres sós (solteiras ou viúvas) com encargos familiares e que nem por isso viam os seus salários aumentar.

2.1.2. Regulamentação e estatísticas industriais: a ocultação do trabalho feminino

O edifício discursivo da domesticidade iria conformar, em simultâneo, a realidade e o modo como se construiu a sua representação. Os esforços desenvolvidos nos diversos países europeus, no sentido de regulamentar o trabalho dos menores e das mulheres nas indústrias e de controlar a realidade demográfica e económica do país através de instrumentos estatísticos, constituem um exemplo paradigmático daquele processo.

No último terço de oitocentos, alguns sectores da sociedade inquietavam-se perante as elevadas taxas de actividade feminina remunerada. Esta era declarada incompatível com a valorizada vertente cuidadora das crianças inscrita na função maternal. Procedeu-se, pois, à progressiva integração de medidas regulamentadoras do trabalho das mulheres e/ou de menores nas leis de protecção do trabalho na maior parte dos países europeus⁶⁸.

A Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Berlim, de 15 a 29 de Março de 1890, constitui o marco fundamental do aprofundamento e generalização da legislação protectora do trabalho dos menores e das mulheres na indústria no espaço europeu⁶⁹. A iniciativa, convocada pela Alemanha, reuniu delegados da Bélgica, da França, da Inglaterra e da Suíça, mas estiveram também presentes representantes da Áustria, da Dinamarca, da Espanha, da Itália, da Holanda, do Luxemburgo, da Noruega, de Portugal e da Suécia.

Até àquela data, as regulamentações sobre trabalho infantil e feminino eram, na maior parte dos países, rudimentares ou, mesmo, inexistentes, como acontecia em Portugal. As medidas de restrição laboral iniciaram-se em Inglaterra, em 1802, e apenas contemplavam o trabalho de menores. A Prússia, em 1839, inaugurou o alargamento geográfico da legislação protectora do trabalho infantil, sendo seguida, na década de

⁶⁸ Cf. "Legislação estrangeira do trabalho das mulheres e dos menores nos estabelecimentos industriais", *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XXIV, nº s 277-278, 1893, pp. 61-63; NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais: exposição e crítica*, Porto, Typographia Progresso, 1918.

⁶⁹ Cf. NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores... op. cit.*; COVA, Anne, *Maternité et Droits de Femmes... op. cit.*

quarenta, pela França. Em meados do século XIX, o debate sobre o emprego de menores e de mulheres nas indústrias opunha os defensores da importância do trabalho, em qualquer idade, no combate à ociosidade, vista como o pior dos vícios e geradora de criminalidade, aos que advogavam os malefícios físicos, intelectuais e morais dessa mesma actividade laboral⁷⁰. Em inícios da década de 1880, Cunha Belém afirmava, a este propósito, que "*quando se levantou o protesto contra o excesso do trabalho dos menores nas fábricas, levantou-se, também, por parte dos higienistas, um protesto antagónico contra o excesso do sedentarismo nas aulas*"⁷¹.

A regulamentação do trabalho feminino surgiu pela primeira vez em Inglaterra com o *Factories Amendment Act of 1844*, resultante do impacto social de uma campanha desenvolvida em torno das condições imorais do trabalho das mulheres nas minas que tinham sido divulgadas por uma comissão de inquérito no início da década⁷². Naquela legislação as mulheres eram equiparadas aos adolescentes dos 14 aos 19 anos. No final do terceiro quartel do século XIX, apenas a Inglaterra, a Alemanha (que integrou e desenvolveu a lei prussiana), a França e a Suíça tinham legislação mais consistente sobre a matéria. Neste último país, em 1877, os preceitos cantonais sobre o trabalho fabril foram uniformizados numa única lei para todo o território helvético, na qual se definiam os horários de trabalho em geral, se proibia o trabalho nocturno e dominical aos menores de 18 anos e às mulheres e se estabelecia o descanso obrigatório para os períodos pré e pós parto⁷³. A lei espanhola, de 1873, permaneceu letra morta e outros países, como a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Finlândia, a Holanda, a Hungria, a Itália, a Rússia e os EUA, só começaram a legislar ao longo da década de 1880⁷⁴.

A legislação laboral decretada na Alemanha em 1891 continha regulamentações específicas para as crianças e mulheres que traduziam um processo de investigação e de debate político sobre o trabalho fabril iniciado na década de setenta.⁷⁵ Em França a Lei de 2 de Novembro de 1892 encerra um período de intensos debates sobre a protecção laboral da maternidade desencadeados a partir de uma proposta de Lei apresentada por

⁷⁰ Cf. NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores... op. cit.*

⁷¹ Intervenção de Cunha Belém, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, sessão de 12 de Março, p. 653.

⁷² Cf. FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*; BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview ...", in *op. cit.*; HALL, Catherine, "Lar, doce lar...", in *op. cit.*. A primeira regulamentação do trabalho em Inglaterra, em 1833, apenas restringia o trabalho de menores.

⁷³ Cf. FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*

⁷⁴ Cf. DENECKER, Gita, *Les Turbulences de la Belle Époque. 1878-1905*, Bruxelas, Ed. Complexe, 2005; BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview ...", in *op. cit.*

⁷⁵ Cf. FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*

Albert De Mun em 1886⁷⁶. No mesmo ano, a Bélgica decidiu aplicar um inquérito mais sistemático à organização do trabalho nas indústrias, o qual sustentou a lei de 1889, que vedou o trabalho subterrâneo às mulheres e o regulamentou no caso dos menores de dezasseis anos e das menores de vinte e um anos. O trabalho nocturno feminino, porém, só viria a ser proibido em 1911⁷⁷. Em Espanha, após alguns documentos legislativos das décadas de setenta e oitenta, a legislação mais completa, que estabeleceu idade mínima de acesso ao trabalho, só foi promulgada em 19 de Março de 1900⁷⁸. Na Conferência Internacional de Berlim de 1890, este país fora o único a abster-se quando foi votada a nova lei protectora do trabalho feminino⁷⁹.

Ao longo das décadas de 1880 e 1890 as medidas de restrição laboral para as mulheres foram sendo incrementadas, em virtude da convergência de quatro ordens de factores: o processo de industrialização foi-se traduzindo num aumento significativo da utilização de mão-de-obra infantil e feminina em estabelecimentos fabris e num agravamento das respectivas condições de trabalho; a realidade do trabalho nas indústrias foi sendo conhecida com maior precisão com os resultados dos instrumentos estatísticos (em Portugal o inquérito industrial de 1881 constitui um ponto de viragem neste domínio); o discurso sobre a especificidade da condição feminina, com base na função social da maternidade e no princípio da diferenciação e da complementaridade entre os sexos, foi-se tornando prevalecente; a influência do higienismo e do movimento internacional de regulamentação do trabalho, em particular no que respeitava à protecção dos menores e das mulheres na indústria, foi-se materializando em orientações e em práticas legislativas nos diversos países e culminaria com a intenção, subjacente à Conferência de Berlim de 1890, de harmonizar os preceitos no espaço europeu. As medidas protectoras do trabalho fabril de menores e de mulheres, decorrentes da perspectiva higienista, não visavam, como sublinhou Miriam Halpern Pereira, garantir direitos sociais para as trabalhadoras, mas, tão-só "*combater a degenerescência da «raça nacional»*"⁸⁰.

⁷⁶ Cf. COVA, Anne, «*Au Service de l'Eglise, de la Patrie et de la Famille*»... *op. cit.*.

⁷⁷ Cf. GUBIN, Eliane, PUISSANT, Jean, "Le travail de nuit des femmes au 19^e siècle. Un débat occulté", *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Études sur les Femmes*, n^o 4, 1995, pp. 11-42.

⁷⁸ Cf. ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, "La construcción social del empleo femenino en España (1850-1935)", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 9, n^o 2, 2002, pp. 215-239; CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación. 1850-1918", in *Mujer y trabajo en el siglo XX*, Madrid, Arco Libros, 1999, pp. 11-33.

⁷⁹ Cf. BALLARÍN DOMINGO, Pilar, *La educación de las mujeres*... *op. cit.*.

⁸⁰ PEREIRA, Miriam Halpern, "As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado", in TEIXEIRA, Nuno Severiano, PINTO, António Costa (coord.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, p. 51.

Em Portugal, o debate sobre a regulamentação do trabalho na indústria foi introduzido, em 1881, com a apresentação na Câmara dos Deputados de um projecto de lei assinado por Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI, e foi-se arrastando ao longo de uma década⁸¹. Até 1886, os projectos apenas pretendiam regulamentar o trabalho dos menores (de ambos os sexos). Em 1886, o deputado Consiglieri Pedroso defendeu que fosse fixado em nove horas o dia de trabalho para os assalariados adultos das oficinas, fábricas e arsenais do Estado, mas não fez qualquer distinção com base no sexo⁸².

Nas propostas e debates anteriores, relativos aos limites a fixar ao trabalho de menores nas indústrias, já se registam, contudo, preocupações relativas ao sexo feminino⁸³. O estudo que precedeu a proposta de lei apresentada pelo ministro Saraiva de Carvalho, em 1881, incluiu um parecer da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa⁸⁴. Esta entidade, segundo Augusto Fushini, preconizara um inquérito que, entre outros aspectos, apurasse as profissões que deveriam ser vedadas às mulheres menores de 15 anos. Acrescentava o deputado, que a Comissão de Inquérito, constituída por dois médicos, dois deputados e um industrial, declarara não ter conhecimento de profissões que não pudessem ser exercidas por mulheres com menos de 15 anos e aconselhara a

⁸¹ "Proposta de lei nº 10-A regulando o trabalho dos menores na indústria", apresentada por Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI, *Diário da Câmara dos Senhores ... op. cit.*, 1881, sessão de 8 de Janeiro, pp. 22-27. O primeiro decreto que regulamentou a matéria foi publicado em 1891 (Decreto de 14/04/1891, *Diário do Governo*, nº 88 de 22/04/1891). No intervalo sucederam-se outros projectos e renovações de iniciativas anteriores, das quais se destacam: "Proposta de renovação do Projecto de lei nº 45 sobre proposta de lei apresentada à Câmara na sessão de 08/01/1881 pelo Sr. Saraiva de Carvalho regulando o trabalho de menores nas fábricas", apresentada pelo deputado Agostinho Lúcio, *Ibidem*, 1883, sessão de 13 de Janeiro, pp. 37-38; "Proposta de renovação de iniciativa sobre organização do trabalho dos menores nas fábricas", apresentada por António Augusto Aguiar, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1885, sessão de 12 de Janeiro, pp. 55 e 93; "Projecto de lei sobre a criação da Inspeção e estatística do trabalho nacional", apresentada pelo deputado Consiglieri Pedroso, *Ibidem*, 1885, sessão de 17 de Março, pp. 780-782; "Projecto de lei sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Ibidem*, 1885, sessão de 11 de Julho, pp. 3064-3097; "Proposta de lei nº 5-G sobre regulamentação do trabalho dos menores na indústria", apresentada por Tomás Ribeiro, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1886, sessão de 29 de Janeiro, pp. 241-242; "Proposta de lei regulando o trabalho dos menores e das mulheres na indústria", apresentado por Emídio Navarro, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1887, sessão de 29 de Julho, pp. 2183-2186; "Proposta de constituição de uma Comissão Parlamentar para inquirir do trabalho das mulheres e menores nas fábricas", apresentada pelo deputado Emídio Navarro, *Ibidem*, 1889, sessão de 5 de Julho, pp. 1560 e 1584; "Proposta de renovação de iniciativa sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Ibidem*, 1890, sessão de 5 de Maio, pp. 65-67; "Ratificação dos decretos ditatoriais", entre os quais o de 11/02/1890, que compromete o governo a regulamentar o trabalho das mulheres e dos menores em estabelecimentos industriais, *Ibidem*, 1890, 16 de Maio, pp. 237-239.

⁸² Cf. Intervenção de Consiglieri Pedroso, *Ibidem*, 1886, sessão de 11 de Janeiro, p. 22 e sessão de 18 de Janeiro, pp. 108-111.

⁸³ Saraiva de Carvalho definira como estabelecimento industrial "*as fábricas, oficinas, minas, pedreiras e casas de trabalho industrial de qualquer género*" ("Proposta de lei nº 10-A regulando o trabalho dos menores na indústria", apresentada por Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI, art. 5º, *Ibidem*, 1881, sessão de 8 de Janeiro, p. 24) e esta enunciação seria repetida nos documentos posteriores.

⁸⁴ Cf. "Proposta de lei nº 10-A regulando o trabalho dos menores na indústria", apresentada por Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1881, sessão de 8 de Janeiro, p. 22.

que não se restringisse em demasia o campo da actividade feminina⁸⁵. Não obstante, a proposta de Saraiva de Carvalho, seguindo a tendência europeia, estipulou que a utilização de menores do sexo feminino nos trabalhos subterrâneos era proibida e contemplara quinze dias de descanso após o parto⁸⁶.

A necessidade de proceder ao levantamento de dados sobre aspectos centrais da situação das classes trabalhadoras, entre os quais, o do trabalho dos menores e das mulheres, esteve presente no projecto de constituição da Inspecção e Estatística do Trabalho Nacional, apresentado pelo deputado Consiglieri Pedroso, em 1885. No mesmo ano, o deputado Augusto Fushini, na introdução ao seu projecto de lei sobre a regulamentação do trabalho dos menores na indústria, sublinhava que o desenvolvimento industrial registado em Portugal no passado próximo ocorrera, sobretudo, em sectores que empregavam mão-de-obra infantil e feminina, como era o caso da fiação, dos tecidos e da estampanaria⁸⁷. Face a esta realidade, Fushini apelava de forma expressa à adopção de medidas protectoras para os menores, as quais, todavia, só a partir de determinado nível etário se diferenciariam em função do sexo. Sustentava o deputado que "*as diferenças essenciais dos dois sexos manifestam-se e acentuam-se com a idade*"⁸⁸, pelo que preceitos iguais se poderiam aceitar "*nos verdes anos da juventude*"⁸⁹, mas não a partir da puberdade, porque as características físicas de cada um dos sexos se começavam a adequar, de modo distinto, ao acto procriador. O deputado concluía, pois, que "*igualar nas condições de protecção o rapaz de dez anos com a rapariga da mesma idade, eis o que não envolve absurdo; mas sujeitar ao mesmo regime de trabalho o homem e a mulher de dezoito anos, parece-nos a maior das desigualdades*"⁹⁰.

Fushini considerava que o ideal seria legislar sobre o trabalho feminino, mas, reconhecendo que em Portugal ainda não havia condições para o fazer, limitou-se a estender às mulheres com menos de 21 anos os limites de horário e outras normas restritivas definidas para os menores entre os 14 e os 16 anos e, em alguns casos, para

⁸⁵ Cf. Introdução ao "Projecto de lei sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Ibidem*, 1885, sessão de 11 de Julho, p. 3073. O parecer citado tinha sido da responsabilidade de João Fialho Gomes, um dos médicos da comissão de inquérito.

⁸⁶ Cf. "Proposta de lei nº 10-A regulando o trabalho dos menores na indústria", apresentada por Saraiva de Carvalho, *op. cit.*, pp. 24-25.

⁸⁷ Cf. Projecto de Lei apresentado pelo deputado Consiglieri Pedroso, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1885, sessão de 17 de Março, pp. 780-782; "Projecto de lei sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Ibidem*, 1885, sessão de 11 de Julho, pp. 3064-3097.

⁸⁸ "Introdução ao Projecto de lei sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Ibidem*, p. 3077.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

os menores de 12 anos⁹¹. Ao contrário dos rapazes, que atingiam a maioridade, para efeitos do trabalho, aos 16 anos, as raparigas tinham de aguardar mais cinco anos⁹². Esta bitola, todavia, ainda não estava vulgarizada. Na proposta sobre regulamentação do trabalho dos menores, apresentada, em 1886, pelo ministro do MOPCI, Tomás Ribeiro, a maioridade era fixada, para os dois sexos, a partir dos 21 anos, de acordo com o estipulado no Código Civil. Os menores de dezoito anos estavam impedidos de trabalhar durante a noite e até aos 16 anos não podiam trabalhar ao Domingo e dias santos. Ao sexo feminino e aos rapazes com menos de 15 anos estava vedado o trabalho subterrâneo e este foi o único caso que mereceu, por parte do ministro, uma medida distinta baseada no sexo⁹³.

Na proposta sobre a criação de Tribunais de Árbitros Avindores, que o mesmo ministro apresentou naquela data, a possibilidade de ser elegível exigia um mínimo de 25 anos e só era franqueada ao sexo masculino⁹⁴. Mulheres e homens só gozavam de igual capacidade como eleitores e, mesmo neste caso, desde que pertencessem à classe trabalhadora. As proprietárias teriam de exercer o seu voto eleitoral através de um representante legal⁹⁵. O estabelecimento destes tribunais foi um dos assuntos que foi transitando de legislatura até à publicação da Lei de 14/08/1889. Três meses antes, o deputado João Pinto comentava, na Câmara dos Deputados, que sem haver leis sobre o trabalho, não eram oportunos os tribunais respectivos⁹⁶.

As mulheres adultas figuraram, pela primeira vez, como destinatárias explícitas de regras restritivas ao trabalho na indústria, na proposta de lei de 1887, apresentada por Emídio Navarro, à data ministro do MOPCI⁹⁷. O ministro retomou a diferença etária que Fushini utilizara, dois anos antes, para distinguir os menores de cada um dos sexos

⁹¹ Cf. *Ibidem*, pp. 3080-3081.

⁹² A instituição do serviço militar obrigatório, segundo Agnès Thiercé, contribuiu para fixar o início da idade adulta, tendo perdurado, para as raparigas, a associação ao casamento; cf. THIERCÉ, Agnès, "«De l'école au ménage»: le temps de l'adolescence féminine dans les milieux populaires (IIIe République)", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.html?id=433> (consultado em 20/05/04).

⁹³ Cf. "Proposta de lei nº 5-G sobre regulamentação do trabalho dos menores na indústria", apresentada por Tomás Ribeiro, ministro do MOPCI, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1886, sessão de 29 de Janeiro, pp. 241-242.

⁹⁴ Estes Tribunais, constituídos por representantes da classe trabalhadora e dos industriais e presididos por um elemento nomeado pelo governo, destinavam-se a julgar pleitos laborais.

⁹⁵ Cf. "Proposta de lei nº 5-H sobre criação de tribunais de árbitros avindores", apresentada por Tomás Ribeiro, ministro do MOPCI, *Ibidem*, pp. 242-244. A proposta de Tomás Ribeiro foi a primeira, em Portugal, sobre a criação dos Tribunais de árbitros avindores, os quais de destinavam a resolver todos os conflitos de ordem laboral nas indústrias.

⁹⁶ Intervenção de João Pinto, *Ibidem*, 1889, sessão de 4 de Maio, pp. 546-548.

⁹⁷ Cf. "Proposta de lei regulando o trabalho dos menores e das mulheres na indústria", apresentado por Emídio Navarro, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1887, sessão de 29 de Julho, pp. 2183-2186.

e alargou às mulheres adultas a interdição do trabalho subterrâneo, vedado, até então, apenas aos menores de 14 anos e às menores. No entanto, ao fixar a carga máxima que os menores eram autorizados a transportar, distingue idades, mas não sexos. A aprovação ou frequência da instrução primária, o sistema de fiscalização por meio de cadernetas e o descanso obrigatório de quinze dias, para as mulheres, após o parto, são medidas recuperadas de projectos anteriores.

A aprovação de um diploma regulamentador do trabalho dos menores e das mulheres ia sendo, contudo, protelada. Assim, na discussão de outros diplomas sobre as indústrias, os deputados que mais se empenhavam no assunto não perdiam a oportunidade de apresentar propostas restritivas ao trabalho em função da idade e do sexo. Foi o caso de Augusto Fushini e de Eduardo de Abreu que, em 1888, apresentaram, com esse propósito, aditamentos ao projecto de lei sobre o monopólio estatal da fabricação de tabaco, visto que o mesmo não previa qualquer medida restritiva em matéria de trabalho de menores e de mulheres⁹⁸. O primeiro deputado, de ideário positivista e socialista, preconizava oficinas separadas para as mulheres, com horários de entrada e de saída desencontrados, estabelecia a idade mínima (10 anos) de acesso ao trabalho para os menores dos dois sexos e compelia as fábricas de tabaco a manterem escolas de instrução elementar, cuja frequência seria obrigatória até aos 16 anos⁹⁹. Eduardo de Abreu, à data filiado no Partido Progressista, centrou-se nos trabalhos perigosos para mulheres e menores e na protecção da maternidade (creches e descanso pós parto) e estabeleceu idades de acesso diferentes para os rapazes (10 anos) e as raparigas (12 anos)¹⁰⁰.

No início de 1890, por decreto ditatorial, o governo comprometeu-se a legislar sobre o trabalho das mulheres e dos menores nos estabelecimentos industriais¹⁰¹. Retomada a actividade parlamentar, no mês de Maio, Augusto Fushini renovou, mais

⁹⁸ Cf. Intervenção de Augusto Fushini, *Ibidem*, 1888, sessão de 10 de Abril, p. 1029 e sessão de 14 de Abril, p. 1081; Intervenção de Eduardo Abreu, *Ibidem*, 1888, sessão de 14 de Abril, p. 1076 e sessão de 17 de Abril, p. 1111. A proposta de Lei (nº 9-C, de 31/12/1887) do Ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho, entrou na Câmara dos Deputados em 16/01/1888 (cf. *Ibidem*, 1888, sessão de 16 de Janeiro, pp. 128-129) e começou a ser discutida após o parecer da Comissão parlamentar da Fazenda (Projecto de Lei nº 23), apresentado no hemiciclo em 26/03/1888 (cf. *Ibidem*, 1888, sessão de 26 de Março, pp. 926-931).

⁹⁹ Após a morte de Fontes Pereira de Melo (1887), Augusto Fushini, regenerador, fundara, com Barjona de Freitas, a Esquerda Dinástica e, no conturbado início dos anos 1890, promoveu a Liga Liberal.

¹⁰⁰ Eduardo de Abreu abandonou o Partido Progressista em 1890 e juntou-se aos republicanos. Cf. SANTOS, Marta Carvalho, "Abreu, Eduardo Augusto da Rocha", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 1, Lisboa, ICS/AR, 2004, pp. 38-42; SILVA, Álvaro Ferreira, "Fushini, Augusto Maria", in *Ibidem*, vol. 2, pp. 262-268.

¹⁰¹ Decreto de 11/02/1890, publicado em período de interrupção das Cortes e ratificado pela Câmara dos Deputados em 16/05/1890 (cf. *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1890, sessão de 16 de Maio, pp. 237-239).

uma vez, o seu projecto, mas não chegou a realizar-se debate sobre a matéria¹⁰². Dois meses depois, o Presidente do Conselho de Ministros, António de Serpa, interpelado por Francisco Beirão sobre o assunto, esclarecia que se aguardavam as conclusões da recém realizada Conferência de Berlim, a fim de serem integradas na legislação portuguesa, o que viria a acontecer¹⁰³. Em termos globais, verifica-se que nos debates ocorridos ao longo dos anos oitenta, foram os progressistas, socialistas e republicanos os que mais pugnaram pela protecção do trabalho dos menores e das mulheres nas indústrias, mas isso também se traduziu numa diferenciação mais acentuada das regras estabelecidas para cada um dos sexos.

QUADRO 1

Restrições ao trabalho de menores e mulheres nas indústrias aprovadas na Conferência de Berlim de 1890

RESTRIÇÕES	MENORES DE AMBOS OS SEXOS	MULHERES
Idade de admissão nas minas	Rapazes – 12 anos (países do norte) 10 anos (países do sul) Raparigas – proibido	Proibido
Trabalho subterrâneo nas minas	Proibido às raparigas	Proibido
Idade de Admissão nas indústrias	14 anos (países do norte) 12 anos (países do sul)	
Limite de horas de trabalho diário	10 a 14 anos – 6h 14 a 16 anos – 10h	11h
Trabalho nocturno	Proibido até aos 18 anos	Proibido
Protecção à maternidade		4 semanas após o parto

FONTE: NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais: exposição e crítica*, Porto, Typographia Progresso, 1918, pp. 233-235.

A Conferência de Berlim, com efeito, consolidou o movimento pela regulação internacional do trabalho ao estabelecer orientações a serem adoptadas, tanto quanto possível, nos diversos países. O Quadro 1 sintetiza as restrições essenciais aprovadas, no que respeita ao trabalho infantil e feminino.

Na sequência daquela conferência internacional e no contexto de um longo debate interno sobre a matéria, Portugal publicou, em 1891, o primeiro diploma sobre o trabalho de menores e de mulheres em estabelecimentos industriais, o qual foi

¹⁰² Cf. Intervenção de Augusto Fushini, *Ibidem*, 1890, sessão de 5 de Maio, pp. 65-67.

¹⁰³ Intervenção de Francisco Beirão, *Ibidem*, 1890, sessão de 17 de Julho, p. 1303; Intervenção do Presidente do Conselho de Ministros, António de Serpa, *Ibidem*, 1890, sessão de 17 de Julho, p. 1303.

regulamentado em 1893¹⁰⁴. Determinava-se que, para efeitos de trabalho, a menoridade terminava aos 16 anos para o sexo masculino, mas que para as mulheres solteiras se prolongava até aos 21 anos. As restrições definidas para o trabalho dos menores não estabeleciam distinção entre os sexos, à excepção do trabalho nocturno que era vedado às mulheres em qualquer idade. A aplicação deste princípio não foi fácil, sobretudo em sectores de actividade fortemente feminizados e nos quais o trabalho durante a noite era indispensável. O caso mais polémico, em Portugal, foi o das fábricas de conservas de peixe, que só viria a ser resolvido em 1914, com uma legislação de excepção¹⁰⁵.

O decreto de 1891 exigia que os menores só fossem autorizados a trabalhar em estabelecimentos industriais se frequentassem a instrução primária, sendo, por isso, obrigados a ter uma caderneta da qual constasse a idade, os comprovativos de vacinas e as notas e certificados escolares. Estas regras também se aplicavam aos estabelecimentos de ensino profissional e trabalho nas oficinas.

Em 1906 realizou-se, em Berna, uma conferência que se debruçou, em exclusivo, sobre o trabalho nocturno das mulheres e na qual Portugal participou. A Convenção Internacional nela aprovada só começaria a vigorar, porém, em 1912. Portugal aprovou-a e ratificou-a em 1908, mas só em 1911 legislou em conformidade¹⁰⁶.

Em questão estava, tão-só, o trabalho industrial, posto que era aquele que punha em causa mais directamente o princípio da domesticidade, pelo que a legislação de protecção laboral oitocentista apenas incidia sobre o trabalho exercido pelas mulheres nos estabelecimentos fabris, ignorando todas as actividades produtivas caseiras ou domiciliárias. Recorde-se, neste contexto, que essa legislação estabelecia uma relação indissociável entre protecção do trabalho das mulheres, protecção da maternidade e protecção das crianças, sendo que as duas primeiras se exercem em função da última, o que determinou, não só restrições ao trabalho (nocturno e nas minas, por exemplo),

¹⁰⁴ *Regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriaes: decretos de 10 de Fevereiro de 1890 e de 14 de Abril de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891; *Regulamento para o trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriaes de qualquer especie ou sob qualquer direcção aprovado por decreto de 16 de Março de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893; cf. MOPCI, *Boletim da Propriedade Industrial*, 2ª série, 13º ano, nº 23, 30/04/1897, pp. 305-336 e nº 24, 18/06/1897, pp. 337-368; FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. I - Cronologia*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1979, pp. 90-96.

¹⁰⁵ Decreto de 13/08/1914 referido in NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores... op. cit.*

¹⁰⁶ Cf. NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores ... op. cit.*

como a criação das primeiras licenças para mulheres grávidas e puérperas e a apologia das creches nas fábricas¹⁰⁷.

Em virtude da legislação regulamentadora do trabalho dos menores e das mulheres só dizer respeito às indústrias, os inspectores do MOPCI tinham a sua tarefa dificultada, pois "*fora dos estabelecimentos é (...) difícil cumprir a lei*"¹⁰⁸, como afirmava um dos inspectores do MOPCI, em 1907. Acrescia que os directores dos estabelecimentos recorriam a diversos subterfúgios para omitir as situações de trabalho ilegal. Três anos antes, Adriano Monteiro, inspector do mesmo ministério, referira que os industriais escamoteavam o número exacto de horas, realizado por menores e por mulheres, quando aquele excedia os limites estipulados na lei, definindo como *incerto* o respectivo horário laboral¹⁰⁹. No caso do sexo feminino, acrescentara o inspector, "*a extravagância das horas incertas de trabalho e de descanso acentua-se exageradamente (...)*"¹¹⁰, sendo possível, do seu ponto de vista, que tal se devesse "*ao pensamento vulgar de considerar o trabalho das mulheres como mister caseiro, alheio ao régimen rigoroso de fábrica (...)*"¹¹¹. Esta inferência é reveladora de como se legitimavam os mecanismos utilizados para ocultar o trabalho efectivo das mulheres nas indústrias, com base no pressuposto ideológico de que toda a actividade laboral do sexo feminino se incluía na categoria de trabalho caseiro ou doméstico. Isto significa, por outras palavras, que a representação coeva do trabalho das mulheres tendia a fornecer uma imagem distorcida da realidade, mas que se ajustava ao paradigma da domesticidade.

A par das medidas regulamentadoras do trabalho feminino nas indústrias, assiste-se, sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, a um processo de ocultação, nas fontes oficiais e estatísticas, das mulheres trabalhadoras. Nos recenseamentos, por exemplo, elas foram progressivamente excluídas das categorias de trabalho produtivo. Os Censos, instrumentos de recolha de informação estatística sobre a população, exibem uma aparência de objectividade que escamoteia a influência da ideologia e dos valores dominantes na construção dos conceitos que subjazem aos seus critérios de organização e de classificação.

¹⁰⁷ Cf. COVA, Anne, *Maternité et Droits des Femmes... op. cit.*

¹⁰⁸ CABIDO, Aníbal Gomes Ferreira, "Relatório dos Serviços da 5ª circunscção dos serviços técnicos da indústria no ano de 1907", *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 16, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 6.

¹⁰⁹ Cf. MONTEIRO, Adriano, "Relatório Geral. 2º período decorrido desde 1 de Janeiro de 1897 a 31 de Dezembro de 1904, nos distritos de Évora, Beja e Faro", *Boletim do Trabalho... op. cit.*, nº 17, 1907.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 15.

¹¹¹ *Ibidem*.

A Economia Política teve, segundo Nancy Folbre, uma importância decisiva na nova formatação dos Censos em Inglaterra e, por influência desta, nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Os recenseamentos da primeira metade do século inquiriam sobre as ocupações das famílias como unidades produtivas e a noção do homem individualizado e como *ganha-pão* estava completamente ausente¹¹². A definição e redefinição dos critérios de selecção e de classificação das actividades produtivas, de acordo com o valor social atribuído aos diversos trabalhos, tornariam invisível, nas estatísticas, o trabalho das mulheres. De facto, a nova concepção de trabalho, que implica a sua realização fora do âmbito doméstico mediante um salário, determinou a exclusão das mulheres, rurais e urbanas, do conjunto da população activa.

Constata-se, ainda, que a exclusão sistemática dessas mulheres das estatísticas coevas também se deveu à inexistência de categorias que se ajustassem à pluriactividade que caracterizava o trabalho feminino, ou seja, à realização simultânea de diversas ocupações sem espaços e tempos profissionais bem definidos¹¹³. Com efeito, os recenseamentos da população apenas registavam a actividade principal de cada indivíduo, homem ou mulher, o que implicava dificuldades de opção na seriação profissional das mulheres e a impossibilidade de inscrever todas as actividades efectivamente exercidas. A decisão cabia, na prática, a quem preenchia os boletins de família, ou seja, ao «chefe de família» (na maioria dos casos homem, já que as mulheres encabeçavam as famílias apenas quando não existia figura masculina) ou ao próprio agente do recenseamento.

A informação relativa ao trabalho feminino, fornecida pelos recenseamentos da população, comporta três tipos de limitações: a não contabilização regular das mulheres como activas na população agrícola; a ocultação do trabalho ao domicílio; a não declaração da actividade quando realizada a tempo parcial¹¹⁴. Deste modo, verifica-se um progressivo sub-registo do trabalho feminino naquelas fontes estatísticas, o que conduziu os/as historiadores/as a caracterizarem a evolução do trabalho feminino desde

¹¹² Cf. FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife...", in *op. cit.*

¹¹³ Cf. BALLESTEROS DONCEL, Esmeralda, "Contribuciones de las mujeres al bienestar material de los hogares en la España contemporánea: aproximaciones socio-históricas", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 9, nº 2, 2002, pp. 241-267.

¹¹⁴ Cf. SOTO CARMONA, Alvaro, "Cuantificación de la Mano de Obra Femenina (1860-1930)", in AAVV, *La Mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 279-298. Paula Guilhermina Fernandes sublinha o facto de o trabalho feminino nunca ter sido correctamente recenseado na Europa, pelo menos até 1914 (cf. FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, "A Classificação Socio-Profissional: uma questão em aberto", *População e Sociedade*, nº 1, 1995, pp. 177-208).

meados do século XIX a meados do século XX em forma de *U*, ocorrendo a inversão apenas após a II Guerra Mundial¹¹⁵.

Em Inglaterra, apesar de os Censos terem introduzido, em meados do século XIX, a categoria de «mulheres no lar», o *Censo* de 1881 foi, segundo Jane Lewis, o primeiro a excluir da categoria de «trabalho produtivo» as tarefas realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres¹¹⁶. Estas passam a surgir, conseqüentemente, como «desocupadas», o que se traduziu na redução da taxa de actividade feminina. A imagem das mulheres como trabalhadoras é substituída pela de consumidoras, nos discursos do último quartel do século XIX. A investigação desenvolvida noutros países, como EUA, Portugal, Espanha e França, tem revelado igualmente este processo de reclassificação das categorias de trabalho recenseadas. Ao mesmo tempo que a categoria «sem profissão» substituiu as anteriores designações de actividades femininas, ocorreu o processo inverso de aumento das categorias relativas aos empregos masculinos¹¹⁷.

Nos EUA, o formato federal, com as respectivas terminologias, só se conseguiu impor nos censos a partir de 1870, pois, até então, apenas os Estados mais industrializados usavam categorias ocupacionais em vez do registo das actividades concretas. Em consequência, no Censo de 1870, as mulheres que ganhavam dinheiro recorrendo a hóspedes, trabalhando ao domicílio para fábricas ou ajudando no negócio ou propriedade rural familiares deixaram de ser contabilizadas como trabalhadoras. É significativo que o responsável pelos Censos, tenha afirmado exactamente que "*we may assume that speaking broadly, she does not produce as much as she consumes*"¹¹⁸. Como a aplicação prática dos recenseamentos não excluiu imediata e completamente o trabalho doméstico de mulheres e filhas, "*in 1911, enumerators were firmly instructed that no entry was to be made for wives or daughters wholly engaged in domestic labour at home*"¹¹⁹. Assim, as taxas de actividade feminina, que permaneciam desde os anos 1850 com valores similares às dos homens, na ordem dos 98%, decresceram para cerca de 42%.

O Estado de Massachusetts, todavia, surge como uma excepção à tendência atrás referida, pois até finais do século XIX trabalhadoras domésticas não remuneradas,

¹¹⁵ Cf. ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, "La construcción social del empleo femenino...", in *op. cit.*.

¹¹⁶ Cf. LEWIS, Jane, *Women in England...* *op. cit.*; HALL, Catherine, "Lar, doce lar...", in *op. cit.*.

¹¹⁷ Cf. STRUMINGHER, Laura S., *What Were Little Girls...* *op. cit.*.

¹¹⁸ WALKER, Francis, *Political Economy*, New York, Henry Holt, 1911, p. 297 (reimpressão da 1ª ed. de 1883), cit. in FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife...", in *op. cit.*, p. 476. Refira-se que Francis Walker apoiava o direito ao voto das mulheres e o acesso destas, até um certo ponto, ao exercício de profissões fora de casa.

¹¹⁹ LEWIS, Jane, *Women in England...* *op. cit.*, p. 146.

casadas ou solteiras, foram classificadas nos «serviços domésticos» e não na categoria de «não proveitosos», «não produtivos» ou «dependentes»¹²⁰. Só em 1905 é que a categoria «serviço doméstico e pessoal»¹²¹ se restringiu a quem auferia salário pelo seu trabalho. Um texto do Serviço de Estatísticas de Massachusetts datado de 1889 revela tão explicitamente a consciência, presente na época, do carácter convencional das concepções mais ou menos valorativas do trabalho doméstico, que se justifica transcrever uma parte: "*There were 372,612 housewives in Massachusetts in 1885, and only 300,999 women engaged in all other branches of industry. If a housewife were not expected nor required to work, then for the labor of 372,612 women paid service would have to be substituted. Such a demand for labor could not be supplied by the inhabitants of the State itself. Consequently (...) the housewife is certainly «in industry». As has been stated, she is excluded from the previous tables in this Part for conventional and arbitrary reasons alone*"¹²². Na primeira década do século XX, todavia, a noção de que as mulheres casadas são dependentes generalizou-se e passa a figurar como verdade incontestável.

Os países ibéricos acompanharam, também, este paradigma. Em Portugal, entre 1890 e 1911, os censos revelam globalmente uma redução da participação feminina nos sectores profissionais e um aumento da sua presença nas categorias de «pessoas sem ocupação»¹²³. Regista-se, assim, no período de duas décadas, uma diminuição das taxas de actividade feminina (de 35,2% para 22,3%) e de feminização da população activa (de 36,4% para 27,4%), tendência que se mantém descendente nas décadas seguintes¹²⁴. Esta evolução resultou, por um lado, da dificuldade de seriação profissional feminina e sua adequação aos grupos socioprofissionais presentes nos censos e, por outro lado, da alteração dos critérios de classificação das profissões.

¹²⁰ Cf. FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife...", in *op. cit.*, p. 479. "Domestic service", "not gainful", "not productive" e "dependent", respectivamente, no original.

¹²¹ *Ibidem*; "Domestic and Personal Service" no original.

¹²² Massachusetts Bureau of Labor Statistics, *Twentieth Annual Report of the Bureau of the Statistics of Labor*, Boston, Wright & Potter, December 1889, p. 579, citado in FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife...", in *op. cit.*, p. 480.

¹²³ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, "A progressiva invisibilidade do trabalho feminino em Portugal (1890-1940)", in VAZ, Maria João, RELVAS, Eunice, PINHEIRO, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social*, Oeiras, Celta, 2000, pp. 85-97.

¹²⁴ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho... op. cit.*, pp. 38-40. A ausência de dados nos *Censos da População* anteriores a 1890 (1864 e 1878) não permite estender este tipo de análise às décadas anteriores e estabelecer uma linha evolutiva de duração mais longa (cf. MENDES, José Amado, "A Mulher no Artesanato Coimbrão...", in *op. cit.*; EVANGELISTA, João, *Um século de população portuguesa: 1864-1960*, Lisboa, CED-INE, 1971).

O recenseamento português de 1890 listava, ainda, uma maioria de profissões masculinas na categoria «trabalhos domésticos». Nas instruções do recenseamento de 1900, porém, sugeria-se que aquela categoria incluísse as mulheres casadas sem profissão determinada. Verifica-se, então, que entre 1890 e 1900 as mulheres vão progressivamente engrossando o subgrupo das pessoas da família sem ocupação lucrativa com mais de 14 anos. Em contrapartida, distintamente da tendência nacional, assiste-se nas cidades de Lisboa e Porto, após 1925, a um ascenso das mulheres no mercado de trabalho, por via do sector terciário, cujos sectores de transportes e comunicações, comércio e serviços diversos incorporam as chamadas «profissões de mulheres»¹²⁵.

No caso Espanhol, a primeira fase de invisibilização das actividades produtivas femininas nos *Censos* verifica-se a partir de 1877 e de 1887, surgindo as mulheres classificadas como «sem actividade» ou «sem qualificação», mas em 1900 já surgem categorizadas num novo item, o de «trabalho doméstico», com designações específicas como «sus labores» ou «amas de casa»¹²⁶. É no primeiro terço do século XX que esta categoria socioprofissional se generaliza, logrando integrar, progressivamente, "*por mimetismo con las clases medias*"¹²⁷, os ideais de vida das mulheres das classes populares, quer do meio operário, quer do meio rural. Todavia, como alerta Joan Scott, "*esta reclassificação (...) não reflectia tanto uma mudança nas condições de emprego mas antes uma interpretação social da diferença entre os sexos*"¹²⁸.

Os Congressos Internacionais de Estatística desempenharam um papel normativo muito importante, pois ao criarem regulamentos que serviam de base à elaboração dos recenseamentos nacionais, conduziam a uma relativa uniformização das taxionomias socioprofissionais nos diferentes países europeus, que se traduziu numa convergência no que respeita à sub-representação do trabalho das mulheres¹²⁹. Esta ocorre igualmente noutro tipo de instrumentos em progressiva generalização nos países europeus em finais de oitocentos, como é o caso dos registos de casamento, onde frequentemente a profissão das mulheres não é mencionada ou surge com designações associadas às funções

¹²⁵ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho... op. cit.*

¹²⁶ Cf. PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España de los siglos XIX y XX: algunas consideraciones metodológicas", in NASH, Mary, BALLESTER, Rosa (coord.), *Mulheres, Trabalho e Reprodução. Atitudes Sociais e Práticas de Protecção à Vida. Actas do III Congresso da ADEH*, vol. 2, Porto, Ed. Afrontamento, 1996, pp. 33-55; ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, "La construcción social del empleo femenino...", in *op. cit.*

¹²⁷ PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España...", in *op. cit.*, p. 34.

¹²⁸ SCOTT, Joan Wallach, "A mulher trabalhadora", in *op. cit.*, p. 473.

¹²⁹ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho... op. cit.*

domésticas¹³⁰. Um estudo sobre os registos de casamento civil em Portugal entre 1879 e 1905 mostra que a profissão está ausente em 95% das mulheres. Estas não representam, contudo, a totalidade da população, pois pertenceriam a uma elite alfabetizada (75% dessas mulheres assinaram o registo) e disposta a aderir ao registo civil¹³¹.

As Tabelas da Contribuição Industrial constituem outro instrumento que contribuiu para a omissão das mulheres na actividade produtiva. As respectivas instruções estabeleciam, em 1893, que "*não se contarão como operários os filhos não casados, a mulher, os irmãos e os pais de qualquer indivíduo, trabalhando como chefe de família em sua própria casa ou oficinas*"¹³² e o mesmo se aplicava aos oficiais de qualquer ofício ou arte¹³³. Com o processo de industrialização, enquanto que as fábricas, manufacturas e trabalho domiciliário cresceram, as pequenas oficinas artesanais reduziram a sua dimensão, circunscrevendo-se ao trabalho do chefe de família, coadjuvado pela mulher, filhos solteiros e ascendentes idosos. Assim sendo, a invisibilidade é menos perene no caso do trabalho masculino (só ocorre no início e no fim do ciclo de vida) do que no do feminino.

A dificuldade em recensear o trabalho domiciliário para a indústria, realizado na sua maioria por mulheres, bem como as indústrias caseiras espalhadas pelo país, também levou o ministro do MOPCI, Manuel Francisco de Vargas, a excluir aquelas unidades de produção do projecto de inquérito às indústrias que apresentou em 1901, ao contrário do que previa a proposta de inquérito de Elvino de Brito, decretada em 1898¹³⁴. A omissão do trabalho oficinal e artesanal é indissociável da invisibilidade do trabalho feminino¹³⁵.

¹³⁰ Cf. STRUMINGHER, Laura S., *What Were Little Girls...* op. cit.; MARÍAS, Julián, *La Mujer en el Siglo XX*, 4ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1982 (1ª ed. 1980).

¹³¹ Cf. FERREIRA, Maria de Fátima Moura, "Um outro olhar sobre o casamento em finais de oitocentos: a prática civil", in NASH, Mary, BALLESTER, Rosa (coord.), *Mulheres, Trabalho e Reprodução...* op. cit., vol. 2, pp. 95-96. A autora salienta que, embora algumas correntes políticas tenham advogado a favor do registo civil desde os anos setenta do século XIX, apenas na década de noventa aquele instrumento se torna mais consensual entre os diferentes quadrantes políticos, sobretudo com a criação da Associação Promotora do Registo Civil em 1895. Recorde-se, a este respeito, que embora o Registo Civil tenha sido criado por Mouzinho da Silveira em 1832, apenas se torna obrigatório em 1911. Cf. SERRÃO, Joel, *Da Situação da Mulher Portuguesa no século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

¹³²"Notas à Tabela A da Contribuição Industrial", *Diário da Câmara dos Senhores ...* op. cit., 1893, sessão de 27 de Junho, p. 23.

¹³³"Notas à Tabela A da Contribuição Industrial", *Ibidem*, p. 30.

¹³⁴ Proposta de Lei do ministro do MOPCI, Manuel Francisco de Vargas, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1901, sessão de 11 de Março, p. 56; Decreto de 24/11/1898, *Diário do Governo* nº 72 de 3 de Dezembro.

¹³⁵ Cf. GUBIN, Eliane, PUISSANT, Jean, "Le travail de nuit des femmes...", in op. cit..

Em suma, como sublinha Yannick Ripa, "*la singularité de cette idée reçue [de «femme d'intérieur»] est d'avoir mobilisé bien des énergies pour sa défense*"¹³⁶. O discurso naturalizador do princípio da domesticidade feminina, com todos os seus corolários, não foi, todavia, um discurso monolítico e, para além das posições assumidas, por homens e por mulheres, a favor ou contra o trabalho feminino ou outras matérias relativas à presença das mulheres na esfera pública, a documentação oficial normativa, programática e informativa também transmite e projecta distintos quadros da realidade.

2.1.3. As mulheres e o trabalho: discursos e realidades

A defesa da exclusão absoluta das mulheres da esfera da produção e da sua circunscrição ao espaço doméstico foi reforçada por uma imagem distorcida do trabalho das mulheres antes e depois da revolução industrial, de modo a criar uma imagem de conciliação impossível entre produção e reprodução na sociedade industrializada. Sublinhava-se, nessa consonância, o contraste entre o carácter informal e doméstico, atribuído ao trabalho da mulher na sociedade pré-industrial, e as exigências de dedicação em tempo e de deslocação espacial, encaradas como uma novidade do trabalho industrial. Assiste-se, deste modo, a uma dupla ocultação, por um lado, do trabalho assalariado feminino na sociedade pré-industrial e, por outro lado, de qualquer actividade produtiva das mulheres, no contexto da sociedade industrial, a partir do momento em que fosse realizada no espaço doméstico.

As investigações realizadas a partir de finais da década de setenta e inícios da década de oitenta de novecentos sobre a sociedade pré-industrial, designadamente as que têm incidido sobre a História das Mulheres, têm questionado os referentes historiográficos que apresentam a imagem de uma unidade económica familiar homogénea característica do Antigo Regime¹³⁷. Inúmeras pesquisas monográficas locais e regionais, bem como os estudos de carácter comparativo têm evidenciado as diversidades geográfico-temporais, decorrentes da conjugação complexa de numerosas variáveis, entre as quais os sectores de actividade de inserção, os grupos socioeconómicos de pertença, as características das estruturas demográficas e

¹³⁶ Cf. RIPA, Yannick, *Les Femmes... op. cit.*, p. 38.

¹³⁷ Cf. JACKSON, Stevi, "Women and the Family", in RICHARDSON, Diane, ROBINSON, Victoria (eds.), *Introducing Women's Studies. Feminist Theory and Practice*, London, Macmillan, 1993, pp. 177-200.

familiares, as estratégias familiares de sobrevivência adoptadas, para referir apenas alguns exemplos.

Estes estudos têm mostrado que uma parte significativa da população dos séculos XVII e XVIII não se encontrava inserida numa mesma unidade económica familiar, mas, pelo contrário, os seus elementos integravam-se em sectores de actividade económica distintos¹³⁸. Muitas mulheres jovens empreendiam longas deslocações para trabalhar como jornaleiras agrícolas, como aprendizas ou como criadas domésticas e mesmo as mulheres casadas não se coíbiam de trabalhar frequentemente fora de casa ou durante longas jornadas, recorrendo a amas para lhes tratar dos filhos. No último quartel do século XIX, em Portugal, a persistência de mulheres almocreves que empreendiam, sozinhas, longas viagens, ou de mulheres que migravam sazonalmente, por exemplo, das Beiras para o Alentejo, para trabalharem nas fainas agrícolas, ilustra aquela realidade¹³⁹.

O serviço doméstico era uma das actividades frequentemente desempenhadas pelas mulheres e era remunerado, em espécie ou em dinheiro, pelo que constituía uma forma de subsistência para mulheres viúvas ou solteiras, estando na base da formação dos dotes de grande parte destas últimas. As mulheres que prestavam esse serviço em casa de familiares eram registadas nas listas paroquiais como criadas e as fontes notariais têm permitido verificar casos de "*algunas mujeres que exigieron un pago por este trabajo a miembros de su propia familia*"¹⁴⁰. Estrella Garrido refere que, na década de 1790, apareceram, nas páginas do *Diario de Valencia*, 350 a 400 anúncios em média por ano de mulheres que se ofereciam para trabalhar no serviço doméstico ou como amas, um dado muito elucidativo da importância destas actividades em finais do século XVIII¹⁴¹.

Uma outra ideia que tem vindo a ser questionada e relativizada é a de que os ofícios pré-industriais eram um mundo masculino. Em Barcelona, por exemplo, as mulheres desempenharam um papel central no funcionamento e manutenção dos ofícios, claramente assumido com a viuvez, revelando ser detentoras do suficiente saber especializado para poderem gerir e dirigir as oficinas. Integradas desde a infância nas actividades produtivas do ofício, este continua a marcar a sua vida depois do casamento devido à endogamia socioprofissional¹⁴². Como afirma Catherine Hall, "*só as pessoas*

¹³⁸ Cf. MOTA, Guilhermina, "O Trabalho Feminino e o Comércio em Coimbra (sécs.XVII e XVIII). Notas para um estudo", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa ... op. cit.*, vol. 1, pp. 351-367.

¹³⁹ Cf. PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida... op. cit.*

¹⁴⁰ GARRIDO ARCE, Estrella, "El trabajo de las mujeres en la economía...", in *op. cit.*, p. 112.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 114.

¹⁴² Cf. BORDERÍAS, Cristina, "El trabajo de las mujeres en la Cataluña contemporánea desde la perspectiva de

*ricas podiam permitir-se não fazer trabalhar a mulher. A mulher do rendeiro tinha a seu cargo a leitaria; a mulher do negociante ocupava-se do estabelecimento ou da contabilidade; a viúva de um fabricante podia retomar a empresa por morte do marido.*¹⁴³ A multiplicidade dos trabalhos realizados pelas mulheres, que podem conciliar actividades de produção e de prestação de serviços, tal como trabalhar, no mesmo dia, fora e dentro de casa são outras características reveladas pelas pesquisas¹⁴⁴. Estes dados sugerem que, como afirma Pat Hudson, "*the pre-industrial family economy was most often nearer in type to the modern family wage economy model than most accounts of industrialization have suggested*"¹⁴⁵.

A investigação mais recente realizada em diversos países tem permitido comprovar que a ausência das mulheres das actividades produtivas, durante o processo de industrialização, correspondeu menos à realidade do que à representação que dela se faz¹⁴⁶. No último quartel de oitocentos, a legislação portuguesa, por exemplo, não excluía as mulheres, incluindo as casadas, da propriedade e da actividade comerciais. Lopes Praça, baseando-se no Código Comercial, afirmava que "*quando uma mulher, proprietária de um estabelecimento comercial contrair matrimónio, o facto do casamento não altera os seus direitos e obrigações relativamente ao comércio e gestão que dele depende*"¹⁴⁷. Analisando os dados de uma contribuição extraordinária aplicada em Portugal, em 1808, José Amado Mendes verificou que, no termo de Coimbra, as mulheres representavam 32,7% dos contribuintes¹⁴⁸. Das mulheres registadas, 30% dedicava-se ao comércio e 70% à indústria¹⁴⁹. Estes dados convergem com o comentário de Mercedes Arbaiza de que "*la reducción de la actividad femenina en la transición a la sociedad industrial (segunda mitad del s. XIX) fue más bien un efecto discursivo que una realidad social*"¹⁵⁰.

A industrialização assentou, desde o seu início, numa pluralidade de mercados de trabalho, ou seja, para além da produção realizada em manufacturas e fábricas, verificou-se a persistência da produção oficinal e um incremento da produção ao

los hogares: balance y perspectivas", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 9, nº 2, 2002, pp. 269-300.

¹⁴³ HALL, Catherine, "Lar, doce lar...", in *op. cit.*, pp. 62-63.

¹⁴⁴ Cf. SCOTT, Joan, "A Mulher Trabalhadora", in *op. cit.*; HUDSON, Pat, "Women and industrialisation", in PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain... op. cit.*, pp. 23-49; GARRIDO ARCE, Estrella, "El trabajo de las mujeres en la economía...", in *op. cit.*.

¹⁴⁵ HUDSON, Pat, "Women and Industrialization...", in *op. cit.*, p. 27.

¹⁴⁶ Cf. SCHWEITZER, Sylvie, *Les femmes ont toujours travaillé. Une histoire du travail des femmes aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Odile Jacob, 2002.

¹⁴⁷ Cf. PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida... op. cit.*, p. 266.

¹⁴⁸ MENDES, José Amado, "A Mulher no Artesanato Coimbrão...", in *op. cit.*, em especial p. 372.

¹⁴⁹ *Ibidem*, em especial p. 373.

¹⁵⁰ ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, "La construcción social del empleo femenino...", in *op. cit.*, p. 236.

domicílio, bem como o desenvolvimento de um conjunto de serviços exigidos pelas novas formas de organização social e do trabalho, sendo que as duas últimas modalidades estavam sobretudo a cargo das mulheres e representavam uma percentagem muito significativa dos proventos familiares. As mulheres inseriram-se, massivamente, em inúmeros ramos da economia informal e esta, quer gerando novas actividades, quer integrando outras mais tradicionais, perdurou como elemento constitutivo do próprio sistema capitalista¹⁵¹.

No que respeita ao trabalho fabril assistiu-se, na Grã-Bretanha, na Alemanha, em França, em Espanha e em Portugal, entre outros países, à progressiva feminização de determinadas indústrias, particularmente as têxteis, do vestuário, da alimentação e do tabaco¹⁵². Teresa Salgado salienta, aliás, que nas três indústrias de ponta em Portugal na segunda metade do século XIX, têxtil, tabaco e papel, predominava a mão-de-obra feminina, a qual era proveniente do Norte e Beiras interiores¹⁵³.

Concomitantemente, o trabalho realizado ao domicílio constituía uma condição do próprio desenvolvimento capitalista e determinados sectores, designadamente o têxtil, a confecção e o papel, intensificaram o trabalho familiar a cargo das mulheres, permitindo-lhes realizar uma actividade produtiva mercantilizada que se coadunava com o princípio da domesticidade¹⁵⁴. Ramalho Ortigão testemunha a dura realidade dessas trabalhadoras comentando que, quando "*a engomadeira de camisas ou a brochadora de livros que habita nos sótãos*"¹⁵⁵ sofriam de tísica, o médico apenas podia prescrever mais duas horas de descanso por dia e um copo de leite, porque "*cada um se trata segundo os seus meios e não segundo os seus males*"¹⁵⁶. Este tipo de referências, porém, pelo seu carácter disperso e pitoresco, não fornece dados quantificáveis ou

¹⁵¹ Cf. FRANZOI, Barbara, "«...with the wolf always at the door...»: Women's Work in Domestic Industry in Britain and Germany", in BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H. (eds.), *Connecting Spheres... op. cit.*, pp. 146-155; GARCÍA ABAD, Rocio, PAREJA ALONSO, Arantza, "Servir al patrón o al marido. Mujeres con destino a la Ría de Bilbao durante la primera industrialización", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 9, nº 2, 2002, pp. 301-326.

¹⁵² Cf. FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*; PERROT, Michelle, "Funções da Família", in ARIES, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida ... op. cit.*, pp. 105-119; FOLGUERA, Pilar, "Hubo una revolución liberal burguesa para las mujeres? (1808-1868)", in GARRIDO, Elisa (ed.), *Historia de las Mujeres... op. cit.*, pp. 446-447.

¹⁵³ Cf. SALGADO, Maria Teresa, "Angelina Vidal: entre le socialisme et le féminisme", in AAVV, *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle. Actes du Colloque (10-13 Janvier 1979)*, Paris. Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982, pp. 307-318.

¹⁵⁴ Cf. DUBESSET, Mathilde, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, *Parcours de femmes. Réalités et représentations. Saint-Etienne 1880-1950*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1993; PERROT, Michelle, "Personagens e Papéis...", in *op. cit.*, pp. 144; LEWIS, Jane, *Women in England... op. cit.*; SCOTT, Joan, "A Mulher Trabalhadora", in *op. cit.*; FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*

¹⁵⁵ ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Liv. Clássica Edit., 1943, p. 272.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 271.

suficientemente descritivos para se contraporem aos que são fornecidos pela documentação oficial produzida e divulgada na época.

Apesar do trabalho ao domicílio obrigar a longas jornadas de trabalho, que se traduziam numa redução substancial da capacidade de resposta das mulheres às solicitações do foro doméstico, o facto é que, não sendo conferida visibilidade a esta realidade, a sua existência não tinha lugar no universo mental coevo. Esta produção ocupava, todavia, um elevado número de mulheres e determinados sectores assentam consideravelmente, na segunda metade do século XIX, numa produção oficinal que se feminiza. Se anteriormente as esposas e filhas dos mestres artesãos já se encontravam vinculadas ao trabalho produtivo, a maioria dos empregados era do sexo masculino.

No caso da confecção, por exemplo, à medida que os artesãos foram perdendo o controlo da circulação dos produtos e, portanto, da gestão da relação entre oferta e procura, ficaram sujeitos a uma maior irregularidade do volume de trabalho. Para atenuar os efeitos críticos dos períodos de desemprego, os ofícios tenderam a circunscrever-se ao trabalho dos elementos da família, que passaram a laborar mais ou menos horas conforme as exigências do trabalho o exigem. Esta reconversão traduziu-se numa redução da proporção de homens na produção oficinal¹⁵⁷. A feminização do sector da confecção ao longo da centúria de oitocentos reforçou a associação das mulheres aos trabalhos de agulha, de tal modo que "*la sacralisation de la couture a envahi toute la littérature édifiante et multiplié les représentations laborieuses de la femme*"¹⁵⁸. Esta imagem prolongou-se com a generalização, no início do século XX, da máquina de coser Singer e a decorrente imagem da costureirinha¹⁵⁹. Michelle Perrot sublinha que a máquina de costura simboliza a perda, pelas mulheres, do último bastião de gestão autónoma: o domínio do uso do tempo¹⁶⁰. Noutros casos é o próprio avanço tecnológico que produz o fenómeno de feminização, como foi o caso da passamanaria em Saint Etienne com a introdução da electricidade. A modernização do equipamento, com a aquisição de motores eléctricos, permitiu dispensar os antigos *companheiros* e potenciar o trabalho de mulheres e filhas, reduzindo a oficina ao grupo familiar¹⁶¹.

¹⁵⁷ Cf. BORDERÍAS Cristina, "El trabajo de las mujeres en la Cataluña...", in *op. cit.*; TILLY, Louise A., "Paths of Proletarianization: organization of Production, Sexual Division of Labor, and Women's Collective Action", *Signs. Journal of Women in Culture and Society*, vol. 7, nº 2, 1981, pp. 400-417.

¹⁵⁸ COSNIER, Colette, *Le silence des filles. De l'aiguille à la plume*, Paris, Fayard, 2001, p. 221.

¹⁵⁹ Cf. MATIAS, Maria Goretti, "As operárias do século XIX e o mito da eterna feminilidade", *Educação e Trabalho*, nº 32, 1984, pp. 23-27.

¹⁶⁰ Cf. PERROT, Michelle, "De la nourrice à l'employé... Travaux de Femmes dans la France du XIXe siècle", in PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*, pp. 191-199.

¹⁶¹ Cf. DUBESSET, Mathilde, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, *Parcours de femmes... op. cit.*

O peso do trabalho feminino na actividade produtiva e o perfil das mulheres trabalhadoras ao longo da segunda metade do século XIX variou consoante os contextos nacionais e locais. Nas aldeias mineiras do País de Gales, por exemplo, os mundos de mulheres e de homens mantiveram-se muito próximos até aos anos 1890, permanecendo à margem do novo paradigma da divisão sexual do trabalho¹⁶². No País Basco espanhol, foram as próprias companhias mineiras a estimular um mercado informal de serviços domésticos, que garantisse o apoio necessário à manutenção dos milhares de operários imigrantes. Um vasto sistema de hospedagem, com inclusão de limpeza, comida e roupa lavada, desenvolveu-se com base no trabalho das mulheres casadas, garantindo casa a mais de 60% da mão-de-obra das minas de ferro e cuja retribuição constituía, entre 1887 e 1913, a fonte principal dos rendimentos das famílias, ou seja, mais de 50% do orçamento familiar¹⁶³. A exclusiva dedicação das mulheres à produção de bens e serviços pessoais garantia-lhes um rendimento superior ao salário que poderiam obter nas minas, pelo que elas fazem uma opção estratégica com vista à melhoria das condições de vida familiares.

O estudo aprofundado das migrações na região da Biscaia, onde a preponderância do sector siderúrgico foi propícia a uma imagem de forte masculinização do mercado laboral e, portanto, da estrutura demográfica, revelou que, entre 1880 e 1890, 49,5% das deslocações verificadas eram de mulheres, protagonizando estas dois modelos de migração: a viagem em família, feita por mulheres casadas, que eram a maioria (58%) em finais do século XIX, ou por viúvas com filhos (10%); a viagem realizada individualmente, por jovens solteiras entre os 15 e os 29 anos (32%)¹⁶⁴. A análise diferenciada dos municípios mostrou, ainda, «cidades de homens» e «cidades de mulheres», de acordo com as ofertas dos mercados de trabalho. A cidade de Bilbao é um dos casos em que se registam maiores entradas de mulheres, dado que nela as mulheres podem encontrar trabalho no serviço doméstico ou como jornaleiras nas actividades portuárias de carregamento e de sirgagem, ou ainda, sobretudo as casadas, no fornecimento de serviços pessoais como lavar, engomar, coser, limpar, cozinhar, etc.

¹⁶² Cf. LEWIS, Jane, *Women in England... op. cit.*

¹⁶³ Cf. PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España... ", in *op. cit.*, pp. 50-51.

¹⁶⁴ GARCÍA ABAD, Rocío, PAREJA ALONSO, Arantza, "Servir al patrón o al marido...", in *op. cit.*, pp. 308-310.

A análise comparativa entre Lisboa e Porto, realizada por Virgínia Baptista a partir dos recenseamentos da população, revela também uma certa disparidade demográfica. Em 1890 a capital é maioritariamente masculina (as mulheres representam 49,44% da população total), enquanto que na cidade invicta predominam as mulheres (52,05% da população total)¹⁶⁵. Esta diferença repercute-se nas taxas de feminização da população activa, que são de 29,1% em Lisboa e de 33,3% no Porto¹⁶⁶. Embora a emigração para o Brasil, entre outros destinos, ocorrida na região norte nas últimas décadas de oitocentos, tivesse uma forte incidência masculina, influenciando nos valores referidos, a importância do serviço doméstico feminino na sociedade portuense não pode ser ignorado. João Evangelista sublinha o progressivo aumento da percentagem feminina no movimento migratório a partir de 1890 (12,4% entre 1879 e 1890; 20% de 1891 a 1900 e de 1901 a 1911; 30,6% de 1912 a 1920)¹⁶⁷. Em termos relativos, as mulheres constituíam, no conjunto dos serviços empregados nos trabalhos domésticos de Lisboa e Porto, 70,2% e 82,4%, respectivamente¹⁶⁸.

Em determinadas regiões de Inglaterra, a migração de mulheres, sobretudo jovens, para as cidades, à procura de emprego, revelou-se, também, mais elevada do que a dos homens¹⁶⁹. Em França registou-se, por exemplo, a concentração de raparigas, de origem predominantemente rural, em sistemas industriais de internato, onde trabalhavam e onde recebiam, por vezes, alguma educação, sobretudo religiosa e moral, dado que muitos destes internatos eram geridos por freiras¹⁷⁰.

Em regiões onde o sector têxtil tinha um papel relevante, a remuneração monetária masculina tão-pouco se mostrava suficiente para suprir as necessidades familiares. Na Catalunha, por exemplo, as mulheres mantiveram-se como mão-de-obra maioritária no sector têxtil até aos anos vinte do século XX, não só nos estabelecimentos fabris, mas também nos oficinais e "*la importancia de esto trabajo no se limitaba a las familias de los artesanos pobres, pues incluso las esposas de los artesanos bienestantes desempeñaban un papel central, más a menudo ligado a la*

¹⁶⁵ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho...* op. cit., pp. 228 e 230. Esta situação carece ainda de investigações mais aprofundadas que permitam compreender melhor, não só as relações das mulheres com as diversas actividades laborais no âmbito das economias formal e informal, mas também as dinâmicas dos fenómenos migratórios.

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁶⁷ EVANGELISTA, João, *Um século de população...* op. cit., pp. 125-126.

¹⁶⁸ Cf. BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho...* op. cit., p. 195.

¹⁶⁹ Cf. HUDSON, Pat, "Women and Industrialization...", in op. cit..

¹⁷⁰ Cf. KNIBIEHLER, Yvonne, et al., *De la pucelle à la minette. Les jeunes filles de l'âge classique à nos jours*, Paris, Temps Actuels, 1993.

gestión de los negocios y a la dirección del trabajo de los operarios"¹⁷¹. Nesta região, também não parece evidenciar-se um afastamento das casadas da actividade laboral têxtil, verificando-se, mesmo, que a situação de ter filhos a cargo em vez de desmotivar a actividade a potenciava.

O predomínio da família extensa e conseqüente apoio das avós no cuidado das crianças favoreceu o prolongamento das trajetórias laborais das mulheres até ao momento em que os primeiros filhos entravam no mercado de trabalho. Em Espanha, os estudos sobre o têxtil catalão, a indústria conserveira galega, o calçado maiorquino, a indústria tabaqueira madrilena, as minas bascas, entre outros, revelam a presença das mulheres nos diferentes sectores de actividade e atestam o seu imprescindível contributo para o sustento do agregado. Em termos globais, no último quartel do século XIX em Espanha, "*entre un treinta y un cuarenta por cien de las mujeres – niveles cercanos a los actuales – ejercían ocupaciones y oficios que podemos considerar como empleo*"¹⁷².

A produção domiciliária, que representa uma vertente crucial do processo de industrialização, gerou grandes lucros com base num investimento mínimo e numa sobre-exploração da mão-de-obra, a qual era favorecida pela convergência de três factores: a forte feminização, o pagamento à peça e a irregularidade do trabalho decorrente da sua dependência muito directa da procura no mercado, dada a predominância de uma produção de bens para consumo. Esta trilogia permitia pagamentos muito baixos e determinava longas jornadas de trabalho, para as mulheres, durante as épocas em que havia trabalho ou o recurso a actividades alternativas nos períodos em que o não havia, como nos exemplifica Barbara Franzoi com a declaração de uma viúva londrina que trabalhava na confecção: "*The slacks in the cloak business occur twice a year – that is to say, at the end of the winter and the summer season. Now I shall have nothing from the warehouse not before next Mach; so I shall have to seek some other employment till then*"¹⁷³. Um dos efeitos imediatos deste sistema era a pobreza iminente das mulheres, agravada no caso das viúvas e das solteiras, situação que ocasionava um aumento das horas de trabalho diário das mulheres.

Os *ateliers* domiciliários, com frequência organizados e explorados por negociantes, integravam, também, numerosa mão-de-obra infantil, de ambos os sexos, e muitos orfanatos e asilos operavam, de igual modo, como manufacturas¹⁷⁴. A produção

¹⁷¹ BORDERÍAS Cristina, "El trabajo de las mujeres en la Cataluña...", in *op. cit.*, pp. 291-292.

¹⁷² ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, "La construcción social del empleo femenino...", in *op. cit.*, p. 237.

¹⁷³ Cit. in FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*, p. 148.

¹⁷⁴ Cf. TILLY, Louise A., "Paths of Proletarianization...", in *op. cit.*.

de rendas de bilros, fossem as francesas de Alençon, fossem as flamengas de Bruges, ou as portuguesas de Peniche, constituem um exemplo cabal do funcionamento de *ateliers* ou escolas de aprendizagem, onde as raparigas entravam com quatro, cinco ou seis anos e começavam a trabalhar para o mercado¹⁷⁵. Na Bélgica, na entrada do século XX, a Flandres mantinha um sector agrícola importante e um sector secundário dependente, sobretudo, do trabalho ao domicílio ou das pequenas unidades produtivas¹⁷⁶.

Em Portugal, o trabalho domiciliário feminino, pago à peça, era utilizado em vários estabelecimentos industriais, incluindo os do Estado, como a Fábrica de Material de Guerra e o Depósito Central de Fardamentos, em Lisboa. Nestes últimos, as mulheres coziavam tendas de campanha e peças de fardamento¹⁷⁷. Perante esta situação, Oliveira Simões comentava, em 1909, que era preferível o pagamento de um salário às mulheres, porque o *sweating system*, ou pagamento à peça nos domicílios, traduzia-se em mais horas de trabalho e menor remuneração para as trabalhadoras¹⁷⁸.

Nas regiões e sectores de actividade onde se verificou uma maior dissociação entre actividades produtivas e espaço privado da casa, ao longo do processo de industrialização, ocorreu menos uma redução do trabalho das mulheres do que uma preceituação minuciosa da divisão sexual do trabalho, acompanhada por uma sexualização dos critérios de valorização e hierarquização económica e social das diversas funções. É nesse sentido que Katherine Blunden defende que os baixos salários das mulheres resultaram menos de um preço estabelecido em função da relação entre oferta e procura, do que da confluência entre ideologia e economia, a qual se traduziu no desejo, por parte do sistema, de excluir as mulheres do trabalho considerado produtivo, usando para isso todos os meios de desincentivo ao seu alcance¹⁷⁹. Como conceptualiza Joan Scott, "*the meaning of «worker» was established through a contrast between the presumably natural qualities of women and men*"¹⁸⁰, o que significa que os papéis atribuídos na família a cada um dos sexos determinaram a divisão sexual dos

¹⁷⁵ Cf. DEROISIN, Sophie, *Petites filles d'autrefois. 1750-1940*, Paris, Epi, 1984. Em relação ao caso português, desenvolve-se o exemplo paradigmático de Peniche e da sua escola industrial com oficina de rendas no capítulo 6.2..

¹⁷⁶ Cf. DENECKERE, Gita, *Les Turbulences... op. cit.*

¹⁷⁷ Cf. SIMÕES, José de Oliveira, *Assistência Social às mulheres de trabalho*, Lisboa, Tip. Anuário Comercial, 1909.

¹⁷⁸ Cf. *Ibidem*. Em Inglaterra utilizava-se a expressão "sweating system" para caracterizar este sistema de sobre-exploração que assentava na subcontratação através da utilização de agentes para a distribuição e recolha de bens; cf. FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*. A expressão foi traduzida para castelhano por "sistema del sudor" (cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación...", in *op. cit.*) e para português por "sistema de suor" (cf. MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, ICS, 1986, p. 172).

¹⁷⁹ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*

¹⁸⁰ SCOTT, Joan Wallach, "Deconstructing Equality-Versus-Difference...", *op. cit.*, pp. 47.

empregos e as respectivas diferenças salariais.

Ana de Castro Osório observava, com argúcia, em 1905, que a divisão sexual do trabalho não se dava "*pela força mas sim pelo salário*"¹⁸¹ e, enumerando um leque diversificado de trabalhos pesados entregues a mulheres, no trabalho das conservas ou de costura, nas fainas agrícolas ou no serviço doméstico, percorrendo longas distâncias "*carregadas com pesos que o homem, certamente, não aguentaria sobre a cabeça*"¹⁸², concluía que isto não causava incómodo ao sexo masculino "*porque são trabalhos que ele não quer para si, por mal remunerados*"¹⁸³. Mencione-se, a este respeito, as propostas de Andrée Michel e de Michèle Le Doeuff no sentido de aplicar, à divisão sexual do trabalho e do saber, respectivamente, o princípio heurístico de que as mulheres são confinadas ao tipo de tarefas e de relação com o saber que os homens não querem¹⁸⁴.

Nas classes populares, no entanto, a remuneração do homem adulto era manifestamente insuficiente, no século XIX, para prover o sustento da família e esta situação não se alterou nas primeiras décadas de novecentos, apesar de alguns aumentos registados nos salários masculinos, resultantes de reivindicações sindicais, como a do «salário familiar»¹⁸⁵. Esta realidade mostra como, na prática, o ideal do homem como *ganha-pão* e sustento da família estava longe de se ter generalizado à maioria da população. Joaquim Lopes Praça, em 1872, não hesitava em afirmar que "*milhares de mulheres se dedicam à indústria [e] milhares de mulheres precisam de conquistar o pão quotidiano com o suor do seu rosto*"¹⁸⁶.

Ao longo do processo de industrialização, as possibilidades laborais para as mulheres aumentaram, em muitos casos, e só no primeiro terço do século XX o ideal de domesticidade feminina parece ter sido assimilado pelas classes populares, através da reconversão do referencial da família burguesa em modelos de «família-cópia»¹⁸⁷, repercutindo-se na ocultação do trabalho produtivo que passou a ser encarado como um estigma para as mulheres. Essa ocultação concretizou-se através de práticas sociais, de que os censos e os registos de casamento são um exemplo, que objectivaram um paradigma discursivo.

¹⁸¹ OSÓRIO, Ana de Castro, *Às mulheres Portuguesas...* *op. cit.*, p. 247 (itálicos no original).

¹⁸² *Ibidem*, p. 248.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Cf. MICHEL, Andrée, *Sociologie de la famille et du mariage*, Paris, PUF, 1972; LE DŒUFF, Michèle, *Le sexe du Savoir...* *op. cit.*

¹⁸⁵ Cf. BORDERÍAS Cristina, "El trabajo de las mujeres en la Cataluña...", in *op. cit.*; BALLESTEROS DONCEL, Esmeralda, "Contribuciones de las mujeres al bienestar material...", *op. cit.*

¹⁸⁶ PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida...* *op. cit.*, p. 257.

¹⁸⁷ Expressão utilizada por Ana Nunes de Almeida na análise das famílias operárias, cf. ALMEIDA, Ana Nunes de, "Mulheres e Famílias Operárias...", *op. cit.*

A caracterização em *U* da evolução do trabalho feminino, com uma acentuada quebra resultante do processo de industrialização e uma inversão proporcionada pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho após a II Guerra Mundial, mostrou-se, pois, inconsistente. A problemática historiográfica deslocou-se, então, para a divisão sexual do trabalho, ou seja, para o modelo social de género que determinou o lugar que mulheres e homens passaram a ocupar face aos diversos tipos de trabalho e cujo valor social foi redefinido em termos dicotómicos: trabalho e não trabalho. É neste sentido que Jane Lewis propõe que, por exemplo, em vez de se olhar para o período da I Guerra Mundial como acelerador da entrada das mulheres no mercado de trabalho, se deve encarar a experiência durante a Guerra como um breve período durante o qual as diversas forças sociopolíticas, sindicais, patronais e governamentais foram consensuais em alterar os parâmetros que estabeleciam os trabalhos próprios para cada sexo. Esta perspectiva é partilhada por outras autoras, entre as quais Françoise Thébaud que sublinha o facto da reconversão profissional das mulheres ser mais significativa do que o aumento do emprego feminino¹⁸⁸. No mesmo sentido, Katherine Blunden afirma que o recrutamento massivo de mulheres para a indústria pesada durante a I Guerra Mundial incorporou, essencialmente, empregadas domésticas, desempregadas de sectores de actividade afectados pela guerra e jovens em idade escolar e não *donas-de-casa*¹⁸⁹.

Outro aspecto importante das alterações ocorridas a partir do período de pré-industrialização, embora com cronologias muito variáveis, consoante os contextos e ritmos de desenvolvimento económico de cada região, foi a progressiva mercantilização de serviços e de bens de consumo imediato, anteriormente assegurados no quadro das relações familiares e de vizinhança, tais como lavar roupa, passar a ferro, cuidar de crianças, confecção de vestuário, fabrico de louças de barro, velas, manteiga, cerveja, etc. O fenómeno de aumento mais generalizado do consumo, visível já em finais do século XVIII, correspondeu a um aumento da procura de bens e serviços, que os agregados familiares passaram a procurar no mercado, à medida que deixaram de ter capacidade de os obter no seu interior¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Cf. THÉBAUD, Françoise, "A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* op. cit., vol. 5, pp. 31-93.

¹⁸⁹ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* op. cit.; LEWIS, Jane, *Women in England...* op. cit.; RIPA, Yannick, *Les femmes, actrices ...* op. cit.

¹⁹⁰ Não nos referimos, neste caso, ao consumo característico das classes médias ou elevadas, associado à ostentação do luxo como distintivo de um determinado estatuto social e respectivo poder e também como "gerador do capitalismo", na perspectiva de Werner Sombart (cf. SOMBART, Werner, *Amor, Luxo e Capitalismo*, Venda Nova, Bertrand, 1990), mas à aquisição no mercado de bens e serviços essenciais, por parte das camadas mais populares, nas situações em que as longas jornadas de trabalho de todos os elementos

Esta alteração não foi alheia à reconversão das actividades femininas, sobretudo nos casos de dedicação a tempo inteiro à actividade industrial, fabril ou domiciliária. Como afirma Katherine Blunden, "*si les classes moyennes peuvent peu à peu s'enfermer chez elles, refuser de partager les services offerts par la rue, les classes laborieuses, elles, n'ont guère le choix*"¹⁹¹. Comprar produtos alimentares ou pagar serviços de costura ou de cuidado de crianças, para referir apenas alguns exemplos, era o preço do tempo ocupado no trabalho, mas implicava simultaneamente o desenvolvimento de uma dinâmica de criação de trabalho para outras mulheres que, por serem demasiado velhas ou novas, não se inseriam no trabalho industrial. Às vendedoras tradicionais, geralmente mulheres casadas que comercializavam os produtos resultantes das actividades económicas familiares, sucederam-se, sobretudo na segunda metade do século XIX e inícios do XX, vendedoras contratadas¹⁹².

Os dados sobre a actividade produtiva realizada pelas mulheres demonstram que a retórica da domesticidade não actuou facilmente fora das classes médias, que a engendraram, o que é atestado, aliás, pelas preocupações expressas por diversos sectores sociais – políticos, intelectuais, pedagogos, sindicalistas, entre outros – acerca do trabalho das mulheres e dos seus malefícios.

Paralelamente ao desenvolvimento de um discurso que penalizava a «mulher trabalhadora» em função da ideologia da domesticidade e da redefinição da noção de feminidade, foi-se definindo, no século XIX, a noção de «trabalhos de mulheres», ou de «profissões de mulheres», isto é, de sectores profissionais específicos para as mulheres, ideologicamente justificados em função dos padrões normativos da concepção de feminidade estabelecidos para cada estrato social, grupo etário e/ou estado civil. Como afirma Michelle Perrot, "*enracinée dans le symbolique, le mental, le langage, (...) la notion de «métier de femmes» est une construction sociale liée au rapport des sexes. Elle montre les pièges de la différence, innocentée par la nature, et érigée en principe organisateur, dans une relation inégale*"¹⁹³. Os critérios da sua definição são subsidiários do reforço da divisão sexual do trabalho decorrente da industrialização e estabelecem as fronteiras da segregação sexual no mercado de trabalho.

Para além da já referida feminização da produção domiciliária e de alguns sectores industriais, o sector terciário é um exemplo paradigmático da criação de

adultos do agregado lhes retiram todas as margens de tempo para os efectuarem em regime de auto-suficiência.

¹⁹¹ BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu...* op. cit., p. 118.

¹⁹² Cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación...", in op. cit..

¹⁹³ PERROT, Michelle, "Qu'est-ce qu'un métier de femme?", in *Les Femmes ou les silences...* op. cit., p. 207.

«profissões de mulheres». O desenvolvimento das classes médias e a interiorização da ideia de que a criadagem é uma expressão de riqueza proporcionaram o aumento do serviço doméstico ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, crescimento esse acompanhado por uma progressiva feminização desta actividade, a qual era, anteriormente, exercida por homens e por mulheres e não se confinava necessariamente ao espaço interior das casas¹⁹⁴. O aumento do número de criadas implicou simultaneamente o estabelecimento de uma forte hierarquização no sector e favoreceu a contratação de gente cada vez menos qualificada para os trabalhos mais duros a troco de salários e condições de vida miseráveis¹⁹⁵.

O comércio, os escritórios, as comunicações, a educação e a saúde foram outros sectores onde algumas actividades profissionais se feminizaram fortemente na viragem do século XIX para o XX. A maior parte dos empregos do terciário abriu-se às mulheres quando as tarefas se tornaram repetitivas, rotineiras e de mera execução, tornando "*la femme comme l'apprendice vivant de la machine*"¹⁹⁶. Essas actividades exigiam baixos níveis de qualificação e um percurso escolar mínimo, embora não ao ponto de se poder recorrer a mão-de-obra masculina sem qualquer tipo de competência específica, e, se fossem executadas por mulheres, os níveis remuneratórios podiam ser inferiores aos dos homens.

Jovens solteiras engrossaram, assim, as fileiras de dactilógrafas, telefonistas telegrafistas, empregadas dos correios, entre outras. O acesso a profissões que implicavam qualificações mais elevadas foi franqueado às mulheres quando esses empregos se afiguraram como o prolongamento da sua missão feminina, como foi o caso da educação e da saúde, onde, de qualquer modo, elas se mantiveram na base da pirâmide, designadamente no ensino primário e na enfermagem¹⁹⁷. O celibato estabeleceu-se como condição necessária ou aconselhável para muitas profissões, em virtude do exercício de profissões, por parte das mulheres, se afigurarem pouco compatível com a sua função maternal.

¹⁹⁴ Cf. PERROT, Michelle, "Personagens e Papéis...", in *op. cit.*; FAUVE-CHAMOUX, Antoinette, "Etat de la question. L'apport de l'historiographie internationale", *Sextant*, nº 15/16, 2001, pp. 9-31; HEAD-KÖNIG, Anne-Lise, "La pénurie de domestiques en Suisse et ses remèdes (1870-1939)", *Sextant*, nº 15/16, 2001, pp. 127-148.

¹⁹⁵ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*; CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación...", in *op. cit.*; SOUSA, António Ferreira de, "A voz das criadas", *Faces de Eva*, nº 4, 2000, pp. 55-69.

¹⁹⁶ PERROT, Michelle, "Femmes et machines au XIXe siècle", in PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences... op. cit.*, p. 179.

¹⁹⁷ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*; CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación...", in *op. cit.*; MATIAS, Maria Goretti, "As operárias do séc. XIX...", in *op. cit.*

Abrindo possibilidades profissionais às mulheres, os *empregos de mulheres* circunscreveram-nas, simultaneamente, à especificidade das actividades que lhes eram destinadas, dando lugar a novas codificações das diferenças entre os sexos. Como sublinha Sheila Rothman, "*the late nineteenth century began a sex-stereotyping of occupations that would persist through most of the twentieth century*"¹⁹⁸, pois as chamadas profissões de *colarinho branco* evidenciaram, globalmente, uma segregação sexual do trabalho superior à verificada nas profissões de trabalho manual, com manifestas consequências discriminatórias. Na realidade, os empregos funcionam como instituições sociais, ou seja, não são somente uma fonte de remuneração, mas conferem uma determinada identidade social a que por sua vez corresponde um estatuto preciso¹⁹⁹.

2.1.4. A construção de um novo modelo social de género

A ênfase conferida no século XIX ao problema do trabalho das mulheres e ao carácter a-histórico da domesticidade feminina, ou seja, a naturalização deste constructo ideológico, com base numa caracterização antitética do trabalho das mulheres antes e depois da revolução industrial, favoreceu o enfoque que foi dado pela historiografia ao impacto das alterações resultantes da revolução industrial sobre as mulheres. Durante muito tempo o processo de industrialização foi associado a uma alteração radical da «economia familiar», com a clivagem entre produção e reprodução, entre produção para uso e produção para troca e entre esfera pública e esfera privada, a qual não deixava outra alternativa às mulheres senão confinarem-se ao espaço doméstico e às funções de reprodução, de acordo com a incorporação da domesticidade na noção de feminidade.

Este postulado convergia com a diminuição da taxa de feminização da população activa ao longo do século XIX e inícios do século XX, disponibilizada pelos recenseamentos da população coevos, e reforçava a importância das reivindicações feministas e do crescimento do sector terciário no processo de «acesso das mulheres ao trabalho», consolidado sobretudo após a II Guerra Mundial. Nesta conformidade, segundo Pat Hudson, foram desenvolvidas duas linhas interpretativas fundamentais, uma mais optimista, que atribuía à industrialização o acesso progressivo das mulheres

¹⁹⁸ ROTHMAN, Sheila M., *Woman's proper place: a history of changing ideals and practices, 1870 to the present*, New York, Basic Books, 1978, p. 42.

¹⁹⁹ Cf. PERROT, Michelle, "Qu'est-ce qu'un métier de femme...", in *op. cit.*; PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España...", in *op. cit.*; LEWIS, Jane, *Women in England... op. cit.*

ao mercado de trabalho, e outra mais pessimista, que responsabilizava aquele mesmo processo pela dissociação das mulheres do processo de produção e, conseqüentemente, pelo aumento da sua dependência económica relativamente aos homens²⁰⁰.

As investigações desenvolvidas nas duas últimas décadas, decorrentes do questionamento das premissas que sustentavam tais interpretações, mostraram que não se confirmam três axiomas essenciais: o da separação radical entre trabalho e lar, o de uma mudança radical na economia familiar que impossibilitaria as mulheres de continuarem a dedicar-se às actividades doméstico-maternais e o de uma quebra substancial do trabalho das mulheres na segunda metade do século XIX e inícios do século XX. O primeiro revelou-se inconsistente a partir do momento em que se comprovou que o trabalho ao domicílio, não só foi incrementado pelo processo de industrialização, como persistiu em toda a sua pujança até bem dentro do século XX. O segundo foi relativizado pela constatação que o trabalho após a revolução industrial não implicou, na prática, deslocações geográficas ou afectações de tempo muito superiores às que se verificaram para as fases de pré e proto industrialização. Os novos indicadores sobre o trabalho feminino, resultantes do cruzamento de novas fontes, demonstraram que o terceiro não correspondeu a uma realidade generalizada, pois os índices de participação das mulheres, incluindo as casadas, em actividades remuneradas mantiveram-se elevados durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX. Estes dados, ao refutarem a alegada tendência em *U* do trabalho das mulheres, obrigam a questionar a ênfase atribuída à evolução, em sentido positivo, da participação das mulheres no mercado de trabalho depois da II Guerra Mundial, e à conseqüente definição daquela como um momento de ruptura com a tendência anterior.

Acima de tudo, no entanto, o que as novas investigações têm revelado é que a diversidade (geográfica, sector de actividade, classe social, etc.) das situações é de tal modo acentuada, seja nos períodos de pré e proto-industrialização, seja no de industrialização, que o que ressalta é a impossibilidade, por um lado, de estabelecer um padrão único caracterizador da situação e do trabalho das mulheres para qualquer dos períodos enunciados e, por outro lado, de definir uma tendência evolutiva linear da relação das mulheres com o trabalho.

A progressiva industrialização e a crescente monetarização da economia, com a decorrente cisão entre produção e lar, traduziram-se num novo modelo social de género assente em relações laborais mais individualizadas e numa reorganização das funções de

²⁰⁰ Cf. HUDSON, Pat, "Women and Industrialization...", in *op. cit.*.

produção e de reprodução. Ao sublinhar-se a diferenciação entre lar e trabalho, designadamente ao nível, quer do espaço, quer do tempo para o exercício de cada uma das incumbências, construiu-se, como refere Joan Scott, um discurso que acentuou e naturalizou a divisão sexual do trabalho²⁰¹. Convocando a dimensão de género na oposição entre lar e trabalho, reprodução e produção, produção para uso e produção para troca, "*se va construyendo un nuevo marco normativo y simbólico a través del cual se gesta una nueva identidad femenina y masculina con diferencias sustanciales respecto a las sociedades preindustriales*"²⁰², ou seja, procedeu-se a uma reconceptualização da feminidade e da masculinidade.

O processo de mecanização implicou, também, algumas alterações na divisão sexual do trabalho, como ocorreu no sector têxtil com a fiação, que passou de actividade feminina a masculina com a introdução das máquinas, e com a tecelagem que, inversamente, se tornou uma actividade fabril predominantemente executada por mulheres²⁰³. O sentido destas alterações, porém, variou de acordo com os contextos regionais. Em Portugal, o caso da tecelagem é apontado por Maria Filomena Mónica como um exemplo do declínio de alguns ofícios femininos provocado pela introdução da maquinofactura²⁰⁴. Um artigo da *Ilustração Portuguesa*, de 1906, prestava homenagem às últimas tecedeiras de linho minhotas, geração que não fora absorvida pela teia fabril. O autor sublinhava que "*a indústria doméstica da tecelagem constituía uma profissão hereditária (...) era um mister que se transmitia de geração em geração*"²⁰⁵ e acrescentava que "*o tear representava o melhor dote da mulher*"²⁰⁶.

A maior diferença produzida por essas mudanças residiu, todavia, no reforço da divisão sexual do trabalho decorrente da sua inscrição simbólica em esferas excludentes, isto é, em categorias dicotómicas rigidamente delimitadas e hierarquizadas em função do género: produção/reprodução, público/privado, as quais remetem para outras dicotomias, como a de cultura/natureza ou razão/emoção. Por outras palavras, a definição do trabalho doméstico como actividade particularmente feminina, porque inerente à «natureza» do seu sexo, e confinada à esfera privada, excluiu os homens, em absoluto, do seu exercício, incluindo a produção de todo um conjunto de bens e serviços com valor de uso para o funcionamento da família, que anteriormente estavam a seu

²⁰¹ Cf. SCOTT, Joan, "A Mulher Trabalhadora", in *op. cit.*

²⁰² PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España...", in *op. cit.*, p. 35; HUNT, Lynn, "Revolução Francesa e vida privada...", in *op. cit.*

²⁰³ Cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación...", in *op. cit.*

²⁰⁴ Cf. MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários...* *op. cit.*

²⁰⁵ PEREIRA, F. Neves, "As últimas tecedeiras", *Ilustração Portuguesa*, II Série, 15/10/1906, p. 339.

²⁰⁶ *Ibidem.*

cargo ou eram realizados de forma partilhada entre mulheres e homens.

A afirmação da feminidade definiu, pela negativa, um dos atributos da masculinidade, o de não lhe pertencer a responsabilidade do privado e das funções a ele associadas²⁰⁷. A esfera privada tornou-se, assim, por via da ideologia da domesticidade e da natureza feminina, uma esfera especificamente feminina, à qual se contrapôs uma esfera pública exclusiva do sexo masculino. Para este definiram-se, então, novas regras de masculinidade "*no solo en cuanto al poder que los hombres ejercían sobre las mujeres, que les estaban subordinadas (...), sino también en las relaciones entre hombres en el ámbito público*"²⁰⁸.

À medida que a indústria domiciliária se foi feminizando, a presença das mulheres na esfera produtiva pública foi sendo intransigentemente desaconselhada. Esta era considerada espaço dos homens, que nela deveriam obter os rendimentos necessários, não só ao seu sustento, mas ao de todos os elementos da família. A fixação das mulheres casadas à casa pressupunha, com efeito, que os proventos auferidos pelos respectivos maridos bastassem ao conjunto das despesas familiares, de acordo com outro atributo da masculinidade, o de *ganha-pão*. Em consonância com este requisito, os discursos da economia política e as reivindicações dos sindicatos convergiam na apologia do «salário familiar», o qual seria calculado de modo a prover às necessidades do conjunto dos elementos da família²⁰⁹. Na base destas propostas estava o conceito, introduzido por Frederic Le Play, de *familiarismo*, pelo qual a família alargada, único modelo que ele considerava estável, era encarada como uma unidade com direitos sociais próprios, que se sobrepunham aos direitos individuais. Para os *familiaristas* as famílias numerosas garantiam a ordem social e a recuperação demográfica, ambas ameaçadas pelo advento da família nuclear, que Le Play considerava instável²¹⁰.

O grau de responsabilidade com o sustento do lar atribuído aos homens variou consoante os contextos nacionais, nomeadamente, com a maior ou menor eficácia da acção protectora dos Estados-Providência²¹¹. As investigações de Susan Pederson revelaram, por exemplo, que "*in light of the French story, the widespread British*

²⁰⁷ A construção dos atributos da masculinidade a partir da exclusão da esfera do privado é congruente com o facto de a definição da identidade masculina se processar por negação da especificidade que é a feminidade (cf AMÂNCIO, Lígia, *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994; ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de Si... op. cit.*).

²⁰⁸ CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia... op. cit.*, p. 83.

²⁰⁹ Cf. SCOTT, Joan, "A Mulher Trabalhadora", in *op. cit.*.

²¹⁰ Cf. CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia... op. cit.*; COVA, Anne, *Maternité et Droits des Femmes... op. cit.*.

²¹¹ Cf. COVA, Anne, *Maternité et Droits des Femmes... op. cit.*.

deference towards male-breadwinner ideals began to look somewhat peculiar"²¹². Se diversos factores, incluindo as condições materiais de sobrevivência das famílias, obstaram sempre a que a maioria das mulheres se tivesse desligado da esfera produtiva, a norma da esfera doméstica como exclusivamente feminina, em contrapartida, logrou firmar-se ao nível da ideologia e das práticas²¹³.

Cristina Borderías insiste no facto de que no século XIX, em Barcelona, apesar de os homens terem sido libertados dos labores considerados de reprodução, as mulheres continuaram a exercer actividades remuneradas, trabalhando mais dias por ano e em jornadas mais prolongadas²¹⁴. Os espaços e os tempos profissionais dos homens foram, pois, os que evidenciaram limites mais rígidos, congruentemente com a nova lógica de ruptura entre produção e lar e entre público e privado.

As fronteiras entre o público e o privado parecem, aliás, ter-se acentuado no que respeita à cidadania política e ao trabalho doméstico do que ao emprego remunerado²¹⁵. A repartição das mulheres pelas dimensões da vida (criar, perpetuar e cuidar) e do trabalho traduziu, distintamente, uma persistência do exercício do conjunto de actividades necessárias à sobrevivência dos agregados familiares que caracterizava a sociedade pré-industrial. Neste contexto pode-se reter, como hipótese teórica subjacente à análise da redefinição das relações sociais de género no século XIX, o pressuposto defendido por Bárbara Franzoi, de que "*under the impact of industrialization, women seem to change less than men, but the continuity should not be read as an expansion of choices*"²¹⁶.

A flexibilidade exibida pelas mulheres acabaria, aliás, por favorecer a ocultação formal do seu papel na esfera económica. No mesmo sentido, mas reportando-se à esfera política, Julian Marías afirma que "*antes del siglo XIX, la situación del hombre se parecía más a la de la mujer*"²¹⁷, pois a diferença entre os sexos acentuou-se com o incremento

²¹² PEDERSON, Susan, "Comparative History and Women's History: explaining Convergence and Divergence", in COVA, Anne (ed.), *Comparative Women's History... op. cit.*, p. 123; cf. PEDERSON, Susan, *Family, Dependence, and the Origins of the Welfare State: Britain and France, 1914-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

²¹³ É importante correlacionar a reconceptualização da feminidade e da masculinidade, pois permite introduzir elementos de reflexão sobre a assimetria que tem persistido, em maior ou menor grau, desde o século XIX até aos dias de hoje, entre a progressiva integração das mulheres no mercado de trabalho e a difícil inclusão dos homens nas responsabilidades e tarefas da esfera doméstica.

²¹⁴ Cf. BORDERÍAS Cristina, "El trabajo de las mujeres en la Cataluña...", in *op. cit.*; a autora estima que os homens trabalhavam 255 dias por ano e as mulheres 284 dias (p. 294).

²¹⁵ Cf. LEWIS, Jane, *Women in England... op. cit.*

²¹⁶ FRANZOI, Barbara, "«... with the wolf always at the door ...", in *op. cit.*; p. 154. Recorde-se, neste sentido, a tese sustentada por Rose-Marie LAGRAVE de que ao longo do século XX, quanto mais portas se abrem às mulheres (sobretudo ao nível da escola e do trabalho) maior, embora menos visível, se torna a segregação sexual (cf. LAGRAVE, Rose-Marie, "Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres... op. cit.*, vol. 5, pp. 501-539).

²¹⁷ MARÍAS, Julián, *La Mujer... op. cit.*, p. 59.

do público na vida social. Lynn Hunt mostrou como a Revolução Francesa, ao favorecer a hipertrofia da «coisa pública», contribuiu para a redefinição, no século XIX, do espaço privado. O exercício da autoridade pública desencadeou um processo de politização da vida quotidiana, de que constituem exemplos evidentes o vestuário, os objectos decorativos das casas e, sobretudo, a vida familiar²¹⁸. O reforço, ao longo daquele século, da demarcação entre as duas esferas é indissociável da subordinação do privado ao público e da família ao político.

O impacto da industrialização implicou uma redefinição das relações de homens e de mulheres com as actividades laborais e produtivas, a qual, conjugada com outros factores, se traduziu na construção de um novo modelo social de género assente, congruentemente, numa reconceptualização da feminidade e da masculinidade. Esse novo modelo, consolidado ao longo do século XIX, resultou menos de mudanças radicais na relação das mulheres com o trabalho, do que da gradual interiorização de um edifício ideológico-discursivo que redefiniu as relações entre mulheres e homens em função de uma marcada diferenciação sexual. Nesta base, dissociaram-se e hierarquizaram-se, do ponto de vista da valorização social, funções, espaços e poderes. A divisão sexual das tarefas, que ao longo do século XIX se impôs progressivamente no seio das famílias e da sociedade, foi modelando o quotidiano, através, nomeadamente, da distribuição sexuada dos espaços e da palavra, pois, como afirma Michelle Perrot, “*restaurer l’ordre, c’est imposer silence aux femmes*”²¹⁹. Tornava-se necessário, segundo Pilar Pérez-Fuentes, assegurar que o controlo sobre os elementos da família, anteriormente exercido no contexto da unidade de produção familiar pelo marido e pelo pai, não se perdesse com a progressiva individualização do trabalho²²⁰. Gaudalupe Gómez-Ferrer evidencia, em relação ao século XIX, que o carácter divergente dos caminhos seguidos por homens e mulheres, na mesma unidade de tempo, sublinharam as diferenças nos campos económico, social e político e aprofundaram “*las distancias entre el mundo de los hombres y el de las mujeres*”²²¹. Por isso, embora as vidas das mulheres e dos homens fossem registando profundas alterações, o modelo social de género que subjaz às relações entre homens e mulheres continuou a assentar, na sua essência, em relações de poder globalmente favoráveis aos primeiros. Giles Lipovetsky, com vista a aprofundar este fenómeno de continuidade relativa das relações sociais entre os sexos na época da

²¹⁸ Cf. HUNT, Lynn, "Revolução Francesa e vida privada...", in *op. cit.*.

²¹⁹ PERROT, Michelle, "Public, privé...", in *op. cit.*, p. 390.

²²⁰ Cf. PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España...", in *op. cit.*.

²²¹ GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe, *Hombres y mujeres...* *op. cit.*, p. 226.

mulher-sujeito, propõe a metáfora da “*terceira mulher*”, que reconcilia a mulher radicalmente nova e a mulher permanentemente recomeçada²²².

Os modelos hegemónicos decorrentes não esgotaram, todavia, a multiplicidade das respostas provenientes da realidade social e “*o poder, a riqueza, o estatuto e a cultura introduzem rupturas significativas na aparente homogeneidade da identidade colectiva de género*”²²³. As novas investigações, à medida que apresentam dados mais completos da realidade social antes e durante o processo de industrialização, evidenciam a complexidade das reestruturações das relações de género no interior dos agregados familiares e na sua relação com os outros subsistemas sociais. Assim, a educação e o ensino, nas suas vertentes socializadora, instrutiva e formativa, converteram-se, na centúria de oitocentos, numa questão social de primeira ordem. É, pois, à luz da relação intrincada entre, por um lado, as exigências decorrentes das mudanças nas estruturas produtivas, dos avanços tecnológicos e das novas formas de organização e de divisão sexual do trabalho e, por outro lado, a emergência de um paradigma que consubstanciou a feminidade e a masculinidade em esferas dicotómicas, que a educação e a instrução femininas, em particular no que concerne à sua vertente profissionalizante, deverão ser analisadas.

2.2. Da virtude à competência – evolução da concepção oitocentista sobre a instrução das mulheres

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento do ensino público foi defendido, com maior ou menor intensidade, nos EUA e na Europa²²⁴. O advento dos sistemas políticos representativos, saídos das revoluções liberais, fez emergir a necessidade de garantir a educação dos cidadãos e as novas concepções sobre o desenvolvimento das crianças convergiam no sentido de criar programas e estabelecimentos específicos e adaptados a cada fase do crescimento. A educação das mulheres visava capacitá-las para formarem, no interior da família e, progressivamente, no próprio sistema escolar, os futuros cidadãos. Esta tarefa socializadora conformava cada indivíduo ao lugar que ocupava na hierarquia social, respondendo, deste modo, a objectivos de estabilidade social. O desenvolvimento de uma educação diferenciada em função do sexo “*suggère à quel point les normes éducatives ont été façonnées selon des modèles masculins et non*

²²² Cf. LIPOVESTSKY, Gilles, *La troisième femme*, Paris, Gallimard, 1997.

²²³ VAQUINHAS, Irene Maria, «*Senhoras e Mulheres*»... *op. cit.*, p. 13.

²²⁴ Cf. BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview ...", in *op. cit.*.

pas universels"²²⁵, reflectindo uma sociedade hierarquizada, na qual o lugar ocupado pelas mulheres na esfera do saber era distinto e inferior ao dos homens. A partir de meados do século XIX, a promoção individual e o progresso colectivo vão-se tornando as pedras basilares do projecto escolar em detrimento da função de enquadramento social que fora privilegiada na primeira metade da centúria²²⁶.

2.2.1. A racionalização dos predicados femininos

A defesa da domesticidade feminina alicerçava-se, na primeira metade do século XIX, numa perspectiva romântica que conferia às mulheres um papel mediador entre Deus e os homens e enaltecia as suas virtudes naturais²²⁷. Atribuía-se às mulheres uma sensibilidade inata para a função de esposa e de mãe e exaltavam-se as emoções e os sentimentos como via de acesso ao conhecimento e à verdade, em detrimento da razão²²⁸. Nesta conformidade, a instrução feminina foi pouco contemplada nas primeiras medidas legislativas (e ainda menos na sua concretização) destinadas a criar um sistema de ensino público laico e generalizado ao conjunto da população, de acordo com a convicção da burguesia liberal de que a educação era um factor chave do progresso e da paz social²²⁹. A instrução das raparigas diluía-se numa educação para a virtude, com frequência de cariz religioso²³⁰.

À medida, porém, que o quotidiano das mulheres das classes médias se foi adequando a novos padrões de vida e de consumo, sob a influência da inovação tecnológica – electricidade, água, aquecimento das casas, transportes, conservação de alimentos, entre outras –, e que se valorizou o papel de educadora, inscrito na missão de mãe, o ideal de mulher virtuosa afigurou-se insuficiente para responder às novas

²²⁵ ROGERS, Rebecca, "L'impensable mixité de l'enseignement secondaire féminin en France au XIXe siècle", in ROGERS, Rebecca (dir.), *La mixité dans l'éducation... op. cit.*, p. 114.

²²⁶ Cf. GROOTAERS, Dominique, "Cent cinquante ans d'instruction publique, à la poursuite de l'intégration sociale et de la promotion individuelle", in GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement... op. cit.*, pp. 85-107.

²²⁷ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*; ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica... op. cit.*

²²⁸ Cf. CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia... op. cit.*; AZEVEDO, Rafael Ávila de, *Tradição educativa e renovação pedagógica (subsídios para a história da Pedagogia em Portugal – século XIX)*, Porto, s/ed., 1972.

²²⁹ Cf. TORRAL, Luís Reis, "A Instrução...", in *op. cit.*; ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, "Da Educação da Mulher no Portugal Oitocentista - notas de um estudo", *Revista de Ciências Históricas*, Vol. V, 1990, pp. 321-341.

²³⁰ Cf. DEROISIN, Sophie, *Petites filles... op. cit.*

exigências²³¹. Como sublinha Sheila Rothman, "*every generation has advanced its special definition of woman's proper place*"²³² e os novos princípios relativos ao cuidado e à educação das crianças, popularizados pelos jardins de infância inspirados nos trabalhos de Froebel dos anos trinta e quarenta de oitocentos, pressupunham uma mulher mais culta e instruída, capaz de acompanhar, formar e modelar aqueles seres vulneráveis em crescimento²³³. Deste modo, "*maternal impulses had to give way to maternal insights*"²³⁴, ou seja, o instinto, que era o principal mérito da mulher virtuosa, passou a ser considerado limitado e foi substituído, no conjunto dos atributos femininos, pelo discernimento, instaurando, na expressão de Geneviève Fraisse, "*la mère consciente*"²³⁵.

Esta mudança ocorreu a par de outra ideia chave, a do valor educativo da escola, com um corpo de profissionais devidamente formados/as na dupla vertente da pedagogia e das matérias específicas da instrução feminina. Como sintetiza Sophie Deroisin, "*par l'école, grâce à l'école, ce sera toute une famille, à travers de l'enfant, qu'on veut éduquer, élever à la lecture, à l'ordre, à la décence*"²³⁶. A educação «de mães para filhas»²³⁷ passava, então, a ser complementada com uma instrução que habilitasse as raparigas a desempenhar a sua função socializadora junto dos futuros filhos, transmitindo-lhes valores adequados, na perspectiva do progresso e da construção de uma sociedade moderna, pelo que "*être éduquée soi-même afin de pouvoir transmettre cette éducation est une condition sine qua non de réussite, et la mère apparaît comme la courroie de transmission du savoir*"²³⁸. Preceituavam-se, para o efeito, currículos subordinados à natureza feminina e ao respectivo exercício da maternidade²³⁹. A educação da mulher não era vista, pois, como um direito que lhe assistia enquanto pessoa, mas como um meio de conformar cada indivíduo ao seu lugar e respectivos papéis, numa hierarquia definida pela classe social e pelo sexo²⁴⁰.

²³¹ Cf. BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu... op. cit.*

²³² ROTHMAN, Sheila M., *Woman's proper place... op. cit.* p. 4.

²³³ Cf. BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview ...", in *op. cit.*

²³⁴ ROTHMAN, Sheila M., *Woman's proper place... op. cit.*, p. 97.

²³⁵ FRAISSE, Geneviève, "Les bavardes. Féminisme et moralisme", in DUFRANCATEL, Christiane, et al., *L'Histoire sans Qualités... op. cit.*, p. 209.

²³⁶ DEROISIN, Sophie, *Petites filles... op. cit.*, p. 113.

²³⁷ Usando a expressão «de mères en filles» de LÉVY, Marie-Françoise, *De Mères en Filles... op. cit.*

²³⁸ COVA, Anne, *Maternité ... op. cit.*, p. 102.

²³⁹ Cf. VAQUINHAS, Irene, CASCÃO, Rui, "Evolução da sociedade em Portugal...", in *op. cit.*; BRICARD, Isabelle, *Saintes ou Pouliches... op. cit.*; MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire... op. cit.* e *L'Education des Filles... op. cit.*

²⁴⁰ Cf. SCANLON, Geraldine, "Nuevos horizontes culturales: la evolución de la educación de la mujer en España. 1868-1900", in AAVV, *Mujer y Educación en España... op. cit.*, pp. 721-740; MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire... op. cit.*, que analisa a oscilação do pensamento republicano, no momento da lei

Aos trabalhos de agulha, considerados, na legislação do ensino primário oitocentista, como parte integrante da formação feminina, adicionar-se-iam, sobretudo no último quartel do século XIX, cursos e disciplinas com uma valência quase exclusiva em ensino doméstico, o qual agregava "*aux connaissances pratiques le façonnement de qualités morales indissociables: l'ordre et l'économie*"²⁴¹. Importados da esfera da industrialização, os conceitos de *gestão* do lar e de *economia* doméstica foram conceptualizados através de uma rigorosa racionalização de tarefas. Estas eram minuciosamente decompostas de modo a permitir que a sua execução se organizasse ao longo do dia, segundo horários predeterminados.

Os livros destinados à educação das filhas das classes médias, que se difundiram, sobretudo, a partir de meados do século XIX, traduziam exactamente estas preocupações e "*crearon y difundieron una serie de imágenes acerca de la niña y de la mujer que orientaron la educación de las menores en consonancia con la mentalidad colectiva y los valores vigentes en la sociedad. Estas convenciones, como conjunto, constituyen el imaginario social sobre la mujer y su formación*"²⁴². Mencione-se, a título ilustrativo, uma das obras analisadas por Agustín Escolano, *La ciencia de la mujer al alcance de las niñas*, escrito em 1855 pela «senhora de» Arteaga y Pereira, em colaboração com don Mariano Carderera. A autora apresentava uma distribuição metódica e escrupulosa, pelas horas do dia, das tarefas que as mulheres tinham de cumprir desde que se levantavam até que se deitavam e, nesta base, propunha que fosse fundada uma ciência da mulher vocacionada para o governo da casa. É significativo que este livro tenha registado 22 edições nos dez anos subsequentes à sua publicação, mantendo um volume elevado de vendas ao longo de toda a segunda metade do século XIX²⁴³. Verificou-se, no mesmo sentido, que em Espanha, como em França, a partir de 1880, a economia doméstica substituiu a moral religiosa na mensagem educativa dos romances destinados a raparigas²⁴⁴. Foi esta racionalização do labor doméstico, consentânea com o pensamento republicano, que implicou a necessidade da sua

Camille Sée, entre duas tradições, a de Talleyrand, que subordina a educação ao bem estar comum, e a de Condorcet, que dá prioridade aos direitos individuais, considerando a instrução das mulheres um direito que lhes assiste enquanto indivíduos, não excluindo, porém, a importância de que se reveste para os maridos e filhos.

²⁴¹ BRICARD, Isabelle, *Saintes ou Pouliches... op. cit.*, p. 123.

²⁴² ESCOLANO BENITO, Agustín, *El Pensil de la Niñas. La educación de la mujer. Invención de una tradición*, Madrid, EDAF, 2001, p. 65.

²⁴³ Cf. *Ibidem*, pp. 16-19 e 53-64. Note-se que o nome da autora aparece ocultado sob a forma de tratamento «señora de».

²⁴⁴ Cf. GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe, "La imagen de la mujer en la novela de la Restauración: hacia el mundo del trabajo (II)", in AAVV, *Mujer y Sociedad en España (1700-1975)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982, pp. 175-206; LÉVY, Marie-Françoise, *De Mères en Filles... op. cit.*

aprendizagem e, portanto, a sua integração no sistema escolar²⁴⁵.

Em Portugal, o regulamento de 1881 para a execução da reforma do ensino primário de Rodrigues Sampaio, decretada em 1878, constitui um exemplo paradigmático da definição minuciosa dos programas das disciplinas relativas à vertente do ensino doméstico que integravam o currículo das Escolas Normais para o sexo feminino²⁴⁶. Para além das "Noções de higiene" e da "Pedagogia e Metodologia", constantes do tronco curricular comum aos dois sexos, as futuras professoras aprendiam "Economia doméstica", "Deveres das mães de família", "Trabalhos de agulha e labores", "Desenho de ornato aplicado aos labores próprios do sexo" e "Jardinagem". Estas matérias contrapunham-se aos "Elementos de agricultura", aos "Direitos e deveres dos cidadãos", à "Escrituração" e aos "Princípios de economia rural e doméstica, industrial e comercial" do currículo das escolas normais para o sexo masculino²⁴⁷.

Cotejando os programas de "Princípios de Economia rural e doméstica ..." e de "Economia doméstica", verifica-se que no primeiro, para o sexo masculino, a unidade relativa à economia doméstica era ministrada apenas em meio ano, embora remetesse para os conteúdos de "Economia doméstica", destinada ao sexo feminino, previstos para dois anos. Este último programa pretendia preparar para uma "*boa administração no governo da casa (orçamento, ordem, actividade, economia, asseio, previdência, vigilância)*"²⁴⁸ e centrava-se na limpeza e arejo da casa e mobiliário, nos combustíveis de aquecimento, na iluminação, nas condições de higiene e conservação da roupa branca e de vestir, na selecção e conservação dos alimentos e nos cuidados aos doentes.

O programa de "Deveres das mães de família" pretendia reflectir sobre "*a mulher considerada como filha, esposa e mãe*"²⁴⁹, sobre os seus deveres e o seu contributo para a "*prosperidade nacional*"²⁵⁰ e, ainda, levar as alunas a compreender o "*amor maternal – em que consiste – e a sua influência benéfica, quando verdadeiramente compreendido*"²⁵¹. Para além de conhecimentos de puericultura e de educação moral, o programa não esquecia o papel da mulher na "*perfectibilidade do género humano*"²⁵², no casamento e na integridade da família monogâmica. Almejava-

²⁴⁵ Cf. ROCHA, Cristina, *A Educação Feminina... op. cit.*

²⁴⁶ Cf. Decreto de 28/06/1881, in *Reformas do Ensino em Portugal*, Tomo I, vol. 2 (1870-1889; Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1991, pp. 88-134.

²⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 116.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 131.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 132.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 133.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Ibidem*.

-se que as mulheres actuassem como elementos regeneradores dos maridos e salvaguardassem a unidade familiar. A disciplina de "Jardinagem" ampliava o currículo do sexo feminino, ocupando as horas remanescentes de uma carga horária mais reduzida em matemática, geometria, geografia e história, e fornecia um conjunto de informações de índole estética e técnica acerca do "*que deve ser o jardim da professora primária*"²⁵³. O jardim tem, segundo Augustín Escolano, uma dimensão metafórica importante, pois ele representa um espaço de beleza – o jardim das delícias –, onde as mulheres cuidam das filhas, que crescem como lindas flores, e um espaço de perdição – jardim labirinto –, onde elas circulam, guiando a progenitura e afastando-a das armadilhas e tentações²⁵⁴.

Da casa ao jardim, do cuidado com os doentes ao amor maternal, toda a vida quotidiana, material e afectiva, se transformou em matérias de aprendizagem, demonstrando que a natureza feminina não despertava por instinto, mas, pelo contrário, carecia ser estudada e assimilada.

Com a conversão dos saberes domésticos em saberes escolares, assistiu-se a um processo de «escolarização do doméstico»²⁵⁵ que legitimou a escola como instância de formação integral das mulheres e, ao mesmo tempo, reforçou o próprio modelo de domesticidade através da diferenciação entre os ensinamentos masculino e feminino. Nicole Thivierge enquadra esta tendência no papel crucial que a família e a escola desempenham na reprodução cultural, sublinhando que "*l'enseignement ménager joue sur ces deux tableaux quand il produit à la fois des mères de famille idéales et des institutrices spécialisées; il assure pour les générations futures une division des fonctions et des rôles sociaux fondée sur le sexe et le maintien de l'ordre social*"²⁵⁶. A dona-de-casa ideal era a que orientava o trabalho da criadagem, a que geria o orçamento do agregado familiar, a que libertava o marido das inquietudes caseiras e lhe oferecia serenidade sem, todavia, deixar de possuir os conhecimentos necessários ao diálogo conjugal. Cabia-lhe, ainda, um papel relacional activo, de acordo com o estatuto do marido, integrando e dinamizando o convívio entre famílias, de modo a reforçar e alargar a rede de conhecimentos e amizades que testemunhava, em termos simbólicos, a pertença a uma determinada posição social. A estas funções acrescia o papel de

²⁵³ *Ibidem.*

²⁵⁴ Cf. ESCOLANO BENITO, Augustín, *El Pensil de la Niñas... op. cit.*

²⁵⁵ Na expressão de LOURO, Guacira Lopes, MEYER, Dagmar, "A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970)", *Educação, Sociedade e Cultura*, nº 5, 1996, pp. 129-159.

²⁵⁶ THIVIERGE, Nicole, "L'enseignement ménager, 1880-1970", in FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir), *Maîtresses de maison, maîtresses d'école. Femmes, famille et éducation dans l'histoire du Québec*, Montréal, Boréal Express, 1983, p. 119.

mãe-educadora, não só como cuidadora da primeira infância, segundo os novos conceitos de higiene e de saúde, mas também como formadora competente de futuros/as homens e mulheres cónscios dos respectivos deveres morais e cívicos²⁵⁷.

À medida que o ensino doméstico vai sendo encarado, de forma mais generalizada, como o mais adequado à formação das mulheres, numa perspectiva de bem-estar social e de progresso económico, determinados temas sobre a instrução das mulheres vão sendo secundarizados. Denise Karnaouch faz notar, por exemplo, que os debates sobre a coeducação e o ensino misto entre raparigas e rapazes, recorrentes nos congressos feministas e de educação realizados a partir da década de 1870, tenderam, na viragem do século, a não incluir o ensino secundário, no qual a disparidade curricular em função do sexo inviabilizava a instrução comum²⁵⁸. O discurso educativo da utilidade doméstica, dirigido às raparigas e às mulheres, não surtiu efeitos imediatos e generalizados, sobretudo nos países que mantinham elevados índices de analfabetismo e nos quais a rede escolar do ensino primário não lograva abarcar senão uma ínfima parte das classes populares²⁵⁹.

2.2.2. Propósitos e embargos da escolarização feminina

O ensino escolarizado constituiu um projecto das classes médias e procurava responder às necessidades, por aquelas sentidas, de garantir o progresso económico e social e a unidade da nação, assegurada a partir da família. A escola assegurava a transmissão e o controlo de saberes estruturados e uniformizados, bem como a validação das competências resultantes das aprendizagens, mas, sobretudo, facilitava a progressiva generalização de um modelo de família e de sociabilidade burguês. A escola primária, a par com a imprensa, constituía um dos instrumentos mais importantes na difusão da cultura burguesa, daí advindo o intuito da sua obrigatoriedade²⁶⁰. Com a sociedade laica e temporal, a cultura e o saber substituíram a religião na conformação da

²⁵⁷ Cf. MARTIN-FUGIER, Anne, "Os ritos da vida privada burguesa", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada...* op. cit., vol. 4, pp. 193-261.

²⁵⁸ Cf. KARNAOUCH, Denise, "Féminisme et coéducation en Europe avant 1914", *Clio. Histoire, Femmes, Sociétés*, nº 18, *Coéducation et Mixité*, 2003, pp. 21-41.

²⁵⁹ Cf. BALLARÍN DOMINGO, Pilar, "La construcción de un modelo educativo de «utilidad doméstica»", DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História de las Mujeres en Occidente*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *El Siglo XIX*, Madrid, Taurus, 2000, pp. 624-639.

²⁶⁰ Cf. VAQUINHAS, Irene, CASCÃO, Rui, "Evolução da sociedade em Portugal...", in op. cit.; BALLARÍN DOMINGO, Pilar, *La educación de las mujeres...* op. cit..

opinião pública, o que exigia um progressivo incremento da instrução²⁶¹.

Os elevados índices de analfabetismo, em particular femininos, preocupavam as elites liberais, na medida em que se atribuía à falta de instrução das classes populares o estado de miséria física e moral em que viviam, bem como a sua propensão para o vício e a criminalidade²⁶². A educação básica das mulheres converteu-se, assim, num objectivo prioritário, dado que através delas se esperava regenerar a sociedade dos males que a ameaçavam. O ensino primário feminino beneficiou, pois, não obstante os distintos pontos de partida de cada país e os respectivos ritmos de implementação, de um forte investimento ao longo do século XIX²⁶³. A difusão geográfica das escolas e, com ela, dos livros, com maior relevo para os manuais escolares e livros infantis, permitia levar às zonas mais recônditas os ideais burgueses de família e de sociedade e os respectivos modelos de feminidade e de masculinidade²⁶⁴.

Em Portugal, a escola de massas iniciou-se, segundo Helena C. Araújo, com a Regeneração e, entre 1854 e 1899, o número de escolas primárias registou um aumento de 2537,7% no caso das femininas e de 146,5% no caso das masculinas²⁶⁵. Neste período, em consonância com o desígnio *maternalista* da mulher educadora, observou-se, em Portugal, à semelhança do que sucedeu noutros países europeus, como a Espanha, a França e a Itália, uma progressiva feminização do professorado primário, que se consolidaria durante a 1ª República²⁶⁶. Acompanhando este processo, as Escolas Normais Primárias para o sexo feminino, já previstas na reforma de Costa Cabral, de 1844, estabeleceram-se, de forma titubeante, nos anos sessenta e consolidaram-se a

²⁶¹ Cf. CASTRO, Zília Osório de, "Os intelectuais e o feminismo", *Revista da História das Ideias*, vol. 24, 2003, pp. 453-474.

²⁶² Cf. GUBIN, Eliane, «Libéralisme, féminisme et enseignement des filles en Belgique aux 19^e-début 20^e siècles», *Cahiers du CRHIDI (Centre de recherches en histoire du droit et des institutions)*, Facultés Universitaires Saint-Louis, Bruxelles, n° 13-14, NANDRIN, Jean-Pierre, VAN YPERSELE, Laurence (coord.), *Politique imaginaire et éducation. Mélanges en l'honneur du professeur Jacques Lory*, 2000, pp. 151-174; FERREIRA-DEUSDADO, "Educação e criminalidade", *Revista de Educação e Ensino*, 1889, pp. 353-367; REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português... op. cit.*

²⁶³ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching... op. cit.*; CIPOLLA, Carlo M., *Educación y desarrollo en Occidente*, Barcelona, Ed. Ariel, 1983.

²⁶⁴ Cf. KNIBIEHLER, Yvonne, et. al., *De la Pucelle ... op. cit.*; STRUMINGHER, Laura S., *What Were Little Girls ... op. cit.*; REBOUL-SCHERRER, Fabienne, *La Vie Quotidienne... op. cit.*

²⁶⁵ Cálculos feitos a partir dos dados apresentados por ARAÚJO, Helena Costa, "Precocidade e «Retórica» na Construção da Escola de Massas em Portugal", *Educação, Sociedade e Culturas*, n° 5, 1996, p. 167.

²⁶⁶ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching ... op. cit.* (esta autora utiliza o conceito de *maternalismo* para designar a perspectiva que estabelece a profissão de professora primária como um prolongamento social da função materna); MARGADANT, Jo Burr, *Madame le Professeur... op. cit.* (esta autora sustenta que a *professora* foi inventada nos anos 1880); NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs... op. cit.*; DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi... op. cit.*; QUARTARARO, Anne T., *Women Teachers ... op. cit.*; FOLGUERA, Pilar, "Revolución y Restauración ...", in *op. cit.*; PURVIS, June, "Social class...", in *op. cit.*

partir do oitavo decénio²⁶⁷.

O espectacular crescimento do ensino primário feminino em Portugal, expresso pelas estatísticas, teve, contudo, um alcance limitado a nível nacional, quando ponderado em função do baixíssimo valor de partida (65 escolas em 1854²⁶⁸). A rede escolar para o sexo masculino não se mostrava, tão-pouco, mais profusa. Em termos globais, Portugal não conseguiu acompanhar o impulso dos outros países do sul da Europa, que lograram reduzir substancialmente os seus índices de analfabetismo na viragem do século, e, em 1910, apresentava já um desfazamento de cerca de cinco décadas face à Espanha e à Itália²⁶⁹. O incremento do número de escolas foi insuficiente para adensar a esparsa rede escolar nacional e, neste contexto, os efeitos do aumento da escolarização feminina não tiveram expressão na respectiva taxa de analfabetismo, que decresceu apenas 0,4% entre 1890 e 1900, menos cinco décimas percentuais do que a masculina no mesmo período²⁷⁰. O diferencial de analfabetismo entre mulheres e homens, em vez de ter diminuído, acentuou-se em prejuízo das primeiras, ao contrário da tendência apurada para a Europa Latina²⁷¹.

O ensino particular, como sublinha Irene Vaquinhas, não logrou, tão-pouco, inverter esta situação, pois o seu carácter selectivo e, em muitos casos, oneroso, determinava níveis de frequência muito restritos²⁷². Acrescia que muitos dos projectos pedagógicos que nele vigoravam, como era o caso do ensino congreganista Ursulino, resistiam aos novos modelos da educação feminina oitocentista e privilegiavam uma educação funcional de cariz doméstico onde a formação intelectual ocupava pouco

²⁶⁷ Cf. NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs...* op. cit.; ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching ...* op. cit..

²⁶⁸ ARAÚJO, Helena Costa, "Precocidade e «Retórica»...", op. cit., p. 167.

²⁶⁹ Cf. CIPOLLA, Carlo M., *Educación y desarrollo...* op. cit.; DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi...* op. cit.; SCANLON, Geraldine, "Nuevos horizontes...", in op. cit.; REIS, Jaime, "O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 75-79 e *O Atrazo Económico Português...* op. cit.. Jaime Reis distingue os países da Europa latina, em que Portugal se insere, dos países escandinavos e da Europa central e de noroeste, cujo processo de alfabetização revelou, para além da precocidade, condições distintas das da Europa do Sul. Recorde-se, por exemplo, que nos Estados Alemães, sobretudo protestantes, a alfabetização obrigatória foi inscrita precocemente na legislação. A escolarização tornou-se obrigatória na Prússia a partir de 1717, mas só foi introduzida na Baviera em 1802 (cf. HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire, "Ler e escrever na Alemanha", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres...* op. cit., vol. 4, pp. 171-197).

²⁷⁰ *Censo da População... de 1890...* op. cit., vol. 1, p. XCIX. *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 2-3.

²⁷¹ Cf. GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi...* op. cit.; GARCÍA FRAILE, Juan Antonio, "«El Fomento de las Artes» durante la Restauración (1876-1912): una Perspectiva Obrera sobre la Educación de la Mujer", in AAVV, *Mujer y Educación en España...* op. cit., pp. 607-614.

²⁷² Cf. VAQUINHAS, Irene, "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance", in *Nem Gatas Borralheiras...* op. cit., pp. 73-83.

lugar²⁷³.

A análise cruzada das taxas de alfabetismo por sexo e por escalão etário, reveladas pelos Censos, demonstrou que a escola teve maior peso na alfabetização das mulheres do que dos homens, sugerindo que estes tinham acesso a vias alternativas de aprendizagem da leitura e da escrita. Nesta consonância, os efeitos da diminuta escolaridade da população portuguesa foram mais penalizadores para elas do que para eles²⁷⁴. O elevado analfabetismo correlacionava-se com o atraso económico do país, de que são indicadores o excessivo peso de um sector agrícola não modernizado, que actuava como factor de bloqueio das restantes actividades económicas, a persistência das pequenas unidades de produção oficinais e artesanais e do trabalho caseiro e domiciliário a par de uma industrialização incipiente e lenta, cujos sectores de ponta assentavam, na sua maioria, no emprego de mão-de-obra barata e não qualificada²⁷⁵. Acrescia, segundo Jaime Reis, a falta de vontade política em aumentar o número de escolarizados, investindo em instalações e recursos humanos, em resultado de não se fazer sentir em Portugal, distintamente do que acontecia em muitos países europeus, como a Alemanha, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Grécia, a Holanda, ou a Itália, a necessidade de impor uma hegemonia linguística que cimentasse a unificação e a estabilidade políticas²⁷⁶. Não obstante, Bernardino Machado, entre outros pensadores oitocentistas, sustentava que o ensino primário induzia na criança o sentido de pertença a uma comunidade de cidadãos, ligados por uma língua e uma história comuns, isto é, por uma cultura nacional e empenhados no fomento da riqueza pública. A escola primária devia, ainda, segundo aquele pedagogo, proporcionar os primeiros rudimentos de ensino profissional a fim dos cidadãos desenvolverem em idade precoce

²⁷³ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino do século XIX: o Caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)", *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 5/6, 1996/1997, pp. 213-247.

²⁷⁴ Cf. CANDEIAS, António, "Ritmos e Formas de Alfabetização...", *op. cit.*; CORREIA, Luís Grosso, "Fugirás à Escola para trabalhar nas Artes Fabris. Escolaridade obrigatória e condição social no Porto de finais do século XIX", *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 5, 1996, pp. 65-97. A utilização de estratégias de aprendizagem da leitura e da escrita no âmbito doméstico, que noutros países, como a Espanha, conduziram a que o aumento das taxas de alfabetização feminina, em finais do século XIX, tivesse superado o das taxas de escolarização, não parece ter funcionado em Portugal (cf. FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "La educación de las niñas: ideas, proyectos y realidades", in MORANT, Isabel (dir.), *Historia de las Mujeres en España...* *op. cit.*, vol. III, pp. 427-453).

²⁷⁵ Cf. REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português...* *op. cit.*; MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica...* *op. cit.*; JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico...* *op. cit.*; SERRÃO, Joel, "Estrutura Social, Ideologias...", in *op. cit.*; MENDES, José Amado, "Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX", *Análise Social*, vol. XVI, n.º 61-62, 1980, pp. 49-51; MENDES, José Amado, "Etapas e limites da industrialização", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal...* *op. cit.*, vol. 5, pp. 355-367; MENDES, José Amado, "Evolução da economia portuguesa", in *Ibidem*, pp. 315-323.

²⁷⁶ Cf. REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português...* *op. cit.*

as suas capacidades produtoras²⁷⁷. A perspectiva de que a ideia de Nação implicava um processo de uniformidade cultural, para o qual o ensino público constituía uma pedra basilar, esteve subjacente às políticas centralizadoras do Estado Português na implementação, não só do ensino primário, como de outros graus e modalidades, incluindo a industrial²⁷⁸.

O objectivo de aumentar o capital escolar das raparigas coadunava-se, sobretudo, com o potencial educativo das instituições escolares, no sentido em que estas funcionavam, de acordo com o conceito enunciado por Louis Althusser, como *aparelho ideológico do Estado*, ou seja, como mecanismo de controlo social ao serviço das classes dominantes²⁷⁹. A escolarização das raparigas, designadamente das que pertenciam às classes trabalhadoras, era vista como uma forma de superar a ameaça de "*déculturation*"²⁸⁰, na expressão de Yvonne Knibiehler, decorrente das novas formas de organização do trabalho. No entanto, legitimado e franqueado o acesso ao sistema, o problema dos limites da instrução feminina não colheu consenso nos discursos coevos²⁸¹. A instrução destinada às mulheres, tal como às classes trabalhadoras, constituiu uma das questões centrais dos debates oitocentistas, pois não se afigurava fácil garantir modelos de ensino que socializassem adequadamente os indivíduos sem lhes fornecer, ao mesmo tempo, os meios de contestarem a sua condição numa ordem social pautada pela desigualdade. Discutiu-se a especialização curricular no ensino secundário de acordo com o sexo, questionou-se o acesso das mulheres ao ensino superior e, por fim, ponderou-se a oferta a implementar para as filhas das classes trabalhadoras. Yvonne Knibiehler sustenta que as finalidades da instrução das raparigas sofreram mais alterações do que as dos rapazes²⁸².

No último quartel do século XIX, incrementou-se, nas classes médias, a frequência do ensino secundário feminino. Este foi-se definindo, em diversos países europeus, como a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Espanha e, também, Portugal, com base em padrões de preparação diferenciados e inferiores face ao ensino para o

²⁷⁷ Cf. ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica...* *op. cit.*.

²⁷⁸ Cf. FERNANDES, Rogério, "Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910)", *Revista de Educação*, vol. VII, nº 1, 1998, pp. 35-47; FERNANDES, António Manuel de Sousa, *A Centralização Burocrática do Ensino Secundário. Evolução do sistema educativo português durante os períodos liberal e republicano*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1992 (policopiado).

²⁷⁹ Cf. ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, Presença, 1974.

²⁸⁰ KNIBIEHLER, Yvonne, *De la Pucelle ... op. cit.*, p. 177.

²⁸¹ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching...* *op. cit.*; LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da Mulher...* *op. cit.*

²⁸² Cf. KNIBIEHLER, Yvonne, "État des savoirs. Perspectives de recherche", *Clio. Histoire, Femmes, Sociétés*, nº 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.439.html> (consultado em 20/05/2004).

sexo masculino²⁸³. As aprendizagens vocacionadas para a vida doméstica e para a puericultura eram privilegiadas em detrimento das humanidades clássicas e das disciplinas científicas, que se eliminavam ou aligeiravam²⁸⁴. Os modelos adoptados variaram com os contextos nacionais, mas quer os colégios femininos ingleses, criados a partir de 1848, quer o ensino secundário francês, decorrente da lei de Camille Sée, em 1880, para citar dois exemplos bastante distintos, minoravam os estudos necessários para o acesso ao ensino superior e ofereciam, tão-só, um suplemento educativo para as filhas das classes médias²⁸⁵.

Em Portugal, o ensino secundário feminino público, aprovado em Cortes, em 1887, e legislado por Luciano de Castro, em 1888, seguiu de perto o modelo francês, mas não logrou concretizar-se²⁸⁶. A iniciativa viria a ser reafirmada por Eduardo José Coelho, em 1906, e a Escola Maria Pia foi, então, transmutada em primeiro liceu feminino²⁸⁷. Aquela escola fora criada pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1885, como escola primária superior, com uma vertente profissionalizante²⁸⁸. Esta componente prática, que a aproximava das escolas de aplicação, segundo Cunha Belém, nunca suscitara muita procura, pois as alunas que a frequentavam preferiam o currículo teórico, que lhes abria as portas para o magistério primário²⁸⁹. O pendor teórico ganhou força com a lei de 1888 e, em 1890, o seu currículo já se tinha harmonizado com o do ensino liceal²⁹⁰. O ensino secundário particular era frequentado por um reduzido

²⁸³ Cf. BOIRAUD, Henri, "L'évolution de l'éducation féminine", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale de l'Éducation*, vol. 3, *De 1815 à 1945*, Paris, PUF, 1981, pp. 319-332; COLOM CAÑELLAS, Antonio J., SUREDA GARCÍA, Bernardo, "Educación Feminina y Confrontación Ideológica en la Restauración", in AAVV, *Mujer y Educación en España... op. cit.*, pp. 104-111; MARTIN-FUGIER, Anne, "Os ritos da vida privada...", in *op. cit.*; KNIBIEHLER, Yvonne, et. al., *De la pucelle... op. cit.*; VAQUINHAS, Irene, CASCÃO, Rui, "Evolução da sociedade em Portugal...", in *op. cit.*

²⁸⁴ Cf. FAHMY-EID, Nadia, THIVIERGE, Nicole, "L'éducation des filles au Québec et en France (1880-1930): une analyse comparée", in FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison... op. cit.*, pp. 191-220; BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview ...", in *op. cit.*; MAYEUR, Françoise, *L'enseignement secondaire ... op. cit.*

²⁸⁵ Cf. PURVIS, June, "Social class...", in *op. cit.*; ANDERSON, Bonnie S., ZINSSER, Judith P., *A History of Their Own. Women in Europe from Prehistory to the Present*, vol.II, New York, Perennial Lybrary, 1989; MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire... op. cit.* e *L'Education des Filles... op. cit.*

²⁸⁶ Cf. Carta de lei de 09/08/1888, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 267-269. A resolução foi suprimida por José Dias Ferreira, em 1892.

²⁸⁷ Cf. Decreto de 31/01/1906, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 4, 2ª parte, pp. 429-433; CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino... op. cit.*; ROCHA, Cristina, *A Educação Feminina... op. cit.*

²⁸⁸ Cf. LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*; CUNHA, Pedro José da, "O ensino secundário do sexo feminino em Portugal", *Separata da Revista de Educação Geral e Técnica*, Lisboa, 1916, pp. 3-15.

²⁸⁹ Cf. BELÉM, António Manuel da Cunha, *Escola Maria Pia. Instrução do sexo feminino. Notícia para o Congresso Pedagógico de Madrid em 1892*, *Separata do Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900. O autor foi director da escola Maria Pia.

²⁹⁰ Cf. GRAÍNHA, Manuel Borges, *A instrução secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Typographia Universal, 1905.

número de raparigas, mas muitas, preparadas por familiares ou por professores/as primários/as, propunham-se, como externas, aos exames de algumas disciplinas nos liceus masculinos²⁹¹.

O aumento da escolaridade feminina proporcionou, às raparigas das classes médias, o ingresso em carreiras profissionais criadas no quadro do sector de serviços, tais como o ensino, a enfermagem, a dactilografia e as telecomunicações, e constituiu, também, uma valia acrescida no mercado nupcial, facilitando uma mobilidade social ascendente²⁹². Ao mesmo tempo, o capital escolar conferiu-lhes uma maior consciência dos seus direitos sociais e políticos, o que favoreceu a sua acção reivindicativa²⁹³. Guiomar Torresão traduziu, de forma clara, esta ideia ao atribuir à instrução o poder de conceder "*a maior e mais perdurável felicidade que a mulher pode encontrar na terra – a independência*"²⁹⁴.

O carácter restrito e excepcional das mulheres ilustradas começava a dar lugar a uma progressiva generalização do acesso das mulheres a níveis superiores de instrução. Esta tendência, ao ameaçar a reprodução dos papéis sexuais socialmente definidos, mostrou-se assaz controversa e suscitou amplos debates ideológicos. Como comenta Yvonne Kniebihler, "*le stéréotype de la «nature féminine» joue ici à plein, pour priver les filles des savoirs réservés aux garçons, et plus encore pour les écarter de toute activité publique*"²⁹⁵. As elites intelectuais mobilizaram-se, pois, no sentido da salvaguarda da diferenciação sexual das esferas pública e privada, com base no paradigma da domesticidade e na função social da maternidade, sendo minoritária a defesa mais radical do acesso pleno das mulheres à instrução e à actividade profissional. Nesta consonância, assistiu-se, sobretudo a partir dos anos setenta de oitocentos, à formalização escolar de uma educação peculiar para as raparigas com incidência no governo da casa e nas actividades domésticas, disseminando-se, em diversos países europeus, nos E.U.A. e no Canadá, o modelo das escolas de economia doméstica ou *ménagères*, o qual conformaria, em França e em Portugal, por exemplo, o currículo do

²⁹¹ Cf. LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*; SEABRA, Maria Judite de Carvalho Ribeiro, *Os Liceus na Sociedade Coimbrã (1840-1930)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1999 (policopiado).

²⁹² Cf. GOMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe, "La imagen de la mujer...", in *op. cit.*; Cf. ROCHA, Cristina, *A Educação Feminina... op. cit.*; SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

²⁹³ Cf. SILVA, Maria Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal...*; LERNER, Gerda, "Placing Women...", in *op. cit.*

²⁹⁴ TORRESÃO, Guiomar, *As Batalhas da Vida*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1892, pp. 183-184.

²⁹⁵ KNIBIEHLER, Yvonne, *De la Pucelle ... op. cit.*, p. 183.

ensino secundário liceal para o sexo feminino²⁹⁶.

Cada país seguiu um percurso próprio, mas o caso da Itália afigura-se singular, dado que a instituição de liceus femininos separados e específicos se revelou um fracasso e as raparigas foram admitidas, na segunda metade do século XIX, nas classes masculinas dos liceus. Apesar das preocupações face aos perigos morais de tal coexistência, definiu-se, em 1883, a obrigatoriedade da instrução mista nas escolas secundárias²⁹⁷. Ao invés do que se poderia supor, porém, este regime revelou-se inibidor das matrículas do sexo feminino, em particular das filhas da aristocracia e da burguesia, que eram colocadas, de preferência, em conventos ou colégios privados, pelo que o acesso das raparigas italianas ao ensino secundário permaneceu muito reduzido²⁹⁸.

Em alguns países, como a Bélgica, a iniciativa das escolas domésticas ou *ménagères*, destinadas às mulheres trabalhadoras, surgiu em paralelo com o desenvolvimento do ensino industrial para os trabalhadores do sexo masculino²⁹⁹. Foi um processo impulsionado, sobretudo, a partir da década de oitenta, em articulação com as medidas regulamentadoras do trabalho feminino e infantil na indústria. Agnès Thiercé correlaciona este facto com o processo de reconhecimento da adolescência feminina como classe etária. Este fenómeno só ocorreu a partir do momento em que a oferta escolar se alargou e diversificou, permitindo que a escolarização das raparigas se estendesse às classes populares, pois até então a adolescência feminina era uma fase da vida das filhas da burguesia³⁰⁰. A autora chama a atenção para a imprecisão terminológica do vocábulo adolescente, que de início só se reportava aos rapazes e muito associado ao ensino secundário. A emergência desta nova categoria etária variou, aliás, de país para país, de acordo com o próprio ritmo dos programas de alfabetização e de escolarização, destacando-se a precocidade da Inglaterra em comparação com outros

²⁹⁶ Cf. CUNHA, Pedro José da, "O Ensino Secundário...", in *op. cit.*; LA FUENTE, Maria José, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*; BENALCANFOR, Visconde de (Ricardo Augusto Pereira), "Instrução Feminina", in *Notas Soltas de Instrução e Pedagogia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, pp. 20-21; MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire ... op. cit.* e *L'Education des Filles... op. cit.*; DUMONT, Micheline, "L'accès des Québécoises à l'éducation et à la mixité", in GUBIN Eliane et al. (dir.), *Le siècle des féminismes... op. cit.*, pp. 149-162.

²⁹⁷ Cf. DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi... op. cit.*

²⁹⁸ Cf. DE GIORGIO, Michela, "Grandir entre deux siècles: mythes et réalité de la jeunesse féminine italienne de la fin du XIXe siècle à l'entre-deux-guerres", *Clio. Histoire, Femmes, Sociétés*, n° 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.html?id=435> (consultado em 20/05/2004).

²⁹⁹ Cf. GROOTAERS, Dominique, "L'émergence des différents types d'institutions scolaires à but professionnel", in GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement... op. cit.*, pp. 367-403.

³⁰⁰ Cf. THIERCÉ, Agnès, "«De l'école au ménage»...", *op. cit.*

países europeus como a Itália ou a França³⁰¹.

O projecto de dotar as futuras mães e esposas, através de um percurso escolar, de um conjunto de conhecimentos e de saberes práticos, adequados às exigências inerentes ao contexto sociocultural das respectivas famílias, revelou-se controverso. Com o alargamento da escolarização, ao longo do século XIX, os processos educativo e instrutivo tenderam a fundir-se, apesar das profundas contradições que atravessavam os objectivos das instituições de ensino³⁰². A distinção entre os conceitos de instrução e de educação, estabelecida por muitos/as pedagogos/as no último quartel de oitocentos, fornece uma chave importante para se compreender a problemática do acesso das mulheres ao ensino³⁰³. Oliveira Martins, por exemplo, retomando o pensamento de Alexandre Herculano, explicitava que a instrução se destinava a desenvolver as faculdades intelectuais, enquanto que a educação se prendia com a formação do carácter e dos sentimentos, ou seja, com a incorporação dos valores éticos e culturais de um grupo³⁰⁴. Maria Amália Vaz de Carvalho separava os dois processos, entendendo que, "*embora a instrução fique a cargo de outrem, a educação do filho é sempre à mãe que compete dirigi-la*"³⁰⁵, mas Ana de Castro Osório, em contrapartida, atribuía à escola um papel importante nas duas vertentes e apelidava as professoras da primeira infância de "*verdadeiras mães do espírito*"³⁰⁶ que "*não ensinam [mas] insinuam (...)*"³⁰⁷. Em causa estavam o cunho e os limites do ensino feminino, sobretudo no que respeitava ao grau de instrução a que poderiam ter acesso, a que acrescia a sua adaptação aos diferentes estratos sociais. Como sustenta Françoise Mayeur, foram as concepções diferenciadas sobre a educação de rapazes e de raparigas que determinaram modelos desiguais de instrução³⁰⁸.

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) ilustra bem uma corrente mais conservadora que subordinava toda a educação feminina ao seu desempenho doméstico³⁰⁹. Considerando que as mulheres ignorantes não tinham capacidade para

³⁰¹ Cf. GIORGIO, Michela, "Grandir entre deux siècles...", *op. cit.*

³⁰² Cf. MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement...* *op. cit.*

³⁰³ Como referem Nadia Fahmy-Eid e Micheline Dumont, "*le concept «éducation» désigne une réalité plus large que celui d'«instruction», lequel recouvre plus spécialement la formation intellectuelle*" (FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline, "Les rapports femmes/famille/éducation au Québec. Bilan de la recherche", in FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison...* *op. cit.*, p. 27).

³⁰⁴ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa...* *op. cit.*

³⁰⁵ CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Cartas a Luiza (Moral, Educação e Costumes)*, Porto, Barros e Filha Editores, 1886, p. 129.

³⁰⁶ OSÓRIO, Ana de Castro, *A Educação da criança pela mulher*, Figueira, Typ. Popular, 1905, p. 9.

³⁰⁷ *Ibidem*.

³⁰⁸ Cf. MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement...* *op. cit.*

³⁰⁹ Helena Costa Araújo classifica a perspectiva de Maria Amália Vaz de Carvalho, sobre os objectivos da

cumprir o seu papel, preconizava uma "escola-modelo, onde a criança aprendesse a ser mulher, onde a mulher aprendesse a ser mãe"³¹⁰ e onde adquirisse os "conhecimentos técnicos e práticos indispensáveis a toda a dona de casa para dirigir o seu ménage"³¹¹. A instrução das mulheres das classes médias não se destinava a formar intelectuais que rivalizassem com os homens nos domínios da ciência ou da política, mas tão-só torná-las conscientes do valor da sua submissão – "a submissão reconhecida (...) é bem diferente da submissão servil e instintiva"³¹² – e prepará-las para proporcionarem ao marido um "espírito que o aprecie, que o siga"³¹³. As mulheres deveriam ser educadas para melhor compreenderem os deveres familiares, para regenerarem os homens e educarem os filhos, para, enfim, "concorrer[em] para o bem-estar dos outros"³¹⁴. As suas posições suavizam-se, porém, quando se refere às mulheres solteiras e sem amparo, porque nessa circunstância o trabalho preveniria a miséria física e moral e, não tendo marido e crianças para cuidar, era-lhes mesmo permitido notabilizarem-se em áreas "que até aqui lhe eram vedadas, na Ciência, na Arte, no Professorado"³¹⁵.

Outras vozes, mais contemporizadoras, mostraram-se favoráveis a uma instrução que habilitasse as filhas das classes médias para o exercício de algumas profissões. D. António da Costa (1824-1892), Alice Pestana (1860-1929) e Bernardino Machado (1851-1944) representam distintos matizes deste posicionamento. O primeiro defendeu a criação de estabelecimentos de ensino com um currículo específico para o sexo feminino em consonância com o princípio da complementaridade entre os sexos que se foi afirmando no último quartel de oitocentos. Aos homens competia a actividade política e científica e às mulheres a acção educativa e moral e "as duas missões reúnem-se numa só, que é a missão completa da humanidade"³¹⁶. D. António da Costa pugnava pelo acesso do sexo feminino ao ensino, pois "pede-se hoje na Europa que mulheres e homens se instruem em proporção igual"³¹⁷ e mostrava-se aberto ao ensino misto na escola primária, no pressuposto que "a escola do século XIX deve representar o mundo

educação feminina, de "reclusão doméstica das mulheres" (cf., *Pioneiras na Educação...* op. cit., p. 135).

³¹⁰ CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Mulheres e Creaças: notas sobre educação*, Porto, Joaquim Antunes Leitão e Irmão, 1880, p. 99.

³¹¹ CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *As Nossas Filhas. Cartas às Mães*, 2ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906 (1ª ed. 1904), pp. 270-271 (itálicos no original).

³¹² CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Cartas a Luiza...* op. cit., p. 11.

³¹³ *Ibidem*, p. 31.

³¹⁴ CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Mulheres e Creaças...* op. cit., p. 178.

³¹⁵ CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *As Nossas Filhas...* op. cit., p. 276.

³¹⁶ COSTA, D. António da, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p. 139.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 127.

em miniatura"³¹⁸ e que o convívio dos dois sexos favorecia o desenvolvimento harmonioso das características específicas de cada um deles. O verdadeiro lugar das mulheres, porém, era o lar, pois era nele que a mulher educada contribuía para o aumento da riqueza nacional.

Em 1870, quando tutelou o efêmero Ministério da Instrução Pública, D. António da Costa criou Institutos de Educação Feminina que formalizavam, em Portugal, a introdução da modalidade de ensino caseiro, dado que, como ele próprio afirmou, "*aparecia pela primeira vez a economia doméstica, a higiene, o talhe (...)*"³¹⁹. O malogro deste projecto, destinado a raparigas das classes desfavorecidas, traduz o desinteresse que à data se votava, em Portugal, àquele tipo de ensino. O pedagogo considerava que as qualidades intelectuais das mulheres não eram iguais às dos homens e alegava que, se o sexo masculino "*preside à força física deve presidir à força intelectual*"³²⁰, pelo que as mulheres que tinham carreiras científicas e intelectuais só eram por ele aceites desde que constituíssem casos excepcionais³²¹. Em contrapartida, com base na suposta propensão natural das mulheres para o acto educativo, decorrente das "*semelhanças nas duas naturezas infantil e feminina*"³²², propunha que fossem professoras a assegurar a instrução primária para ambos os sexos, definindo, assim, uma profissão especificamente feminina. Este princípio viria a ser integrado na reforma do ensino primário de Rodrigues Sampaio, de 1878, com a qual, segundo Helena Costa Araújo, se definiu pela primeira vez uma carreira profissional feminina³²³.

D. António da Costa não deixou de alertar para a falta de Escolas Manuais, que funcionassem junto às escolas primárias, para "*habilitar a mulher a uma carreira ou ofício, ou arte*"³²⁴, fosse "*de alfaiataria, de sapataria, de encadernação, de tinturaria, de tecelagem, de estampania e pintura sobre esmalte (...)*"³²⁵, ou escolas para preparar criadas de servir, caixeiras para o comércio ou enfermeiras. Após a criação das escolas

³¹⁸ COSTA, D. António da, *Auroras da instrução pela iniciativa particular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 145.

³¹⁹ COSTA, D. António da, *A mulher em Portugal: obra póstuma*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 355.

³²⁰ *Ibidem*, p. 410.

³²¹ Com lucidez argumentava D. António da Costa que a "*razão fundada na capacidade igual dos sexos, exigiria, para haver lógica na vossa doutrina, que as funções hoje especiais da mulher, educação infantil, governo da casa, costurar e bordar, formação dos costumes públicos pela influência doméstica, devessem também pertencer ao homem, aliás seríamos nós as vítimas da desigualdade cujo princípio combateis*" (COSTA, D. António da, *Auroras da instrução... op. cit.*, p. 137).

³²² *Ibidem*, p. 214.

³²³ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching... op. cit.*

³²⁴ COSTA, D. António da, *A mulher em Portugal... op. cit.*, p. 361.

³²⁵ *Ibidem*, p. 363.

industriais públicas, por António Augusto Aguiar, em 1884, mostrou-se favorável à frequência feminina daquele ensino, destacando o elevado aproveitamento das alunas, em desenho e em trabalhos manuais, nas escolas de Setúbal, Marquês de Pombal, em Lisboa, de Leira, de Tomar e, em especial, de Peniche³²⁶.

Alice Pestana (Caïel) realizou duas visitas oficiais a estabelecimentos de ensino para o sexo feminino em países europeus. Estas coincidiram, respectivamente, com a criação dos institutos secundários para o sexo feminino (1888) e com a organização curricular do ensino nas escolas industriais de Bernardino Machado (1893)³²⁷. Os seus relatórios, não só forneceram informação relevante sobre os diversos tipos de escolas existentes na Suíça, em Inglaterra e em França, como traduziram o seu ponto de vista face à educação das mulheres³²⁸. A instrução secundária, circunscrita às classes médias, destinava-se a formar mães competentes e conhecedoras dos seus direitos e deveres e não a formar cientistas ou literatas³²⁹. A educação era, para esta pedagoga, fundamental para tornar as mulheres "*mais serenas, mais reflectidas, mais úteis, mais modestas, mais femininas, mais mulheres*"³³⁰ e, por isso, defendia que os currículos fossem diferenciados de acordo com o sexo, aligeirando-se, para as raparigas, as disciplinas mais teóricas e valorizando-se as aprendizagens de economia doméstica, higiene e labores femininos.

O pensamento de Bernardino Machado convergia, em muitos aspectos, com o de Alice Pestana, pois, perfilhando o princípio da complementaridade entre os sexos, definia, à partida, papéis diferenciados para homens e mulheres. A estas cabia a tripla função de dona-de-casa, de mãe educadora e de mediadora entre os interesses individuais e colectivos, o que lhes conferia, ao nível da família, um papel social equivalente ao do Estado, à escala nacional³³¹. Distintamente daquela pedagoga, porém, Bernardino Machado não foi tão peremptório na recusa do exercício de actividades

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ Carta de lei de 09/08/1888, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 267-269; Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* n° 226 de 06/10/1893.

³²⁸ Cf. PESTANA, Alice (Caïel), "Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional do sexo feminino no estrangeiro", in MACHADO, Bernardino, *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro)*. A Indústria, Coimbra, Typographia França Amado, 1898, pp. 320-355; PESTANA, Alice, "Relatório da viagem de estudo a estabelecimentos de instrução secundária do sexo feminino na Inglaterra, Suíça, França para que foi nomeada por portaria de 2 de Novembro de 1888", *Apêndice ao Diário do Governo*, n° 17, 1889.

³²⁹ Cf. PESTANA, Alice (Caïel), *O que deve ser a instrução secundária da mulher?*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1892.

³³⁰ PESTANA, Alice (Caïel), "Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional... ", in *op. cit.*, p. 354.

³³¹ Cf. ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica... op. cit.*

profissionais por parte das mulheres das classes médias, abrindo-lhes, de início, as áreas da educação e da saúde, e, mais tarde, nos alvares do século XX, todas as profissões³³². Nesta conformidade, quando foi aprovada a criação do ensino secundário feminino, em 1888, Bernardino Machado sugeriu que se escolhessem os respectivos dirigentes de entre um conjunto de reputados/as pedagogos/as e intelectuais, como D. António da Costa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Maria Amália Vaz de Carvalho, Adolfo Coelho, Antero de Quental, Francisco da Fonseca Benevides, Joaquim de Vasconcelos, Rodrigues de Freitas e José Júlio Rodrigues. A concretização daquele ensino permaneceu letra-morta e, anos mais tarde, em 1896, ele alargaria a sua proposta a Alice Pestana, Cecília Smith, Isabel Leite, Domitila de Carvalho e Ana Luísa Rodrigues de Freitas³³³.

Bernardino Machado foi um dos adeptos da iniciação profissional na escola primária como forma de estimular, em idade precoce, as capacidades produtivas dos indivíduos e de abarcar, através de obrigatoriedade da sua frequência, faixas populacionais mais vastas³³⁴. O ensino profissional propriamente dito, segundo ele, deveria captar o investimento privado e corresponderia a um grau acima do primário. Se bem que o seu modelo educativo para o sexo feminino se revestisse de alguma ambiguidade, decorrente da dificuldade em conciliar a função de esposa e de mãe, que lhes era socialmente atribuída e que ele perfilhava, com o direito de se qualificarem para o exercício de actividades e carreiras profissionais, o pedagogo considerava que as raparigas, tal como os rapazes, deviam beneficiar do acesso à frequência escolar, bem como a uma formação profissional de qualidade³³⁵.

A defesa mais incondicional da educação das mulheres teve também apoiantes, entre os/as quais se podem referir, ilustrando fundamentos argumentativos e contextos socioculturais distintos, José Joaquim Lopes Praça (1844-1920), Carolina Assunção Lima (1872-1935), Ana de Castro Osório (1872-1935) e Maria Veleza (1871-1955). O primeiro, no início da década de 1870, concebendo a mulher como "*um ser racional, social e livre*"³³⁶, preconizava que as mulheres não deveriam ser educadas apenas para

³³² Cf. *Ibidem*.

³³³ Cf. FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

³³⁴ Cf. *Ibidem*; VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa... op. cit.*

³³⁵ Cf. ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica... op. cit.*

³³⁶ PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida... op. cit.*, p. 81; cf. CASTRO, Helena de, *Emancipação da Mulher e Regeneração Social no século XIX segundo Lopes Praça*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FL – Universidade de Lisboa, 2000 (policopiado); CASTRO, Helena de, "Emancipação da Mulher e Regeneração Social no século XIX segundo Lopes Praça", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 17, 2007, pp. 59-72.

serem mães, mas para que pudessem "*tornar-se cidadãs úteis e prestadias, porque são verdadeiros membros do corpo político, e interessam directamente com a ordem social, e com o bom regímen dos negócios públicos*"³³⁷. Embora admitisse diferenças entre os sexos, atribuindo aos homens a supremacia da razão e às mulheres a do sentimento, não inferia daí qualquer óbice à instrução feminina. Aconselhava a educação científica para as mulheres e a frequência de todos os graus e modalidades de ensino, do primário ao superior e do liceal ao profissional. O destino das mulheres, segundo ele, não se encontrava previamente escrito, pois "*as meninas aprenderão umas os seus deveres de esposas e mães; outras a profissão mais conforme com as suas tendências e todas se tornarão úteis pela sua ilustração, pelo seu trabalho, e pelo emprego razoável da sua actividade*"³³⁸.

Carolina da Assunção Lima, que participou no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, realizado em Madrid, em 1892, posicionou-se ao lado de Emília Pardo Bazán, que encabeçou a mais radical das posições sustentadas na secção sobre "Educação da Mulher"³³⁹. A tese que subscreviam, apoiada na generalidade por Concepción Arenal, favorecia as reivindicações femininas em prol do direito das mulheres a acederem a todos os níveis educativos e a todas as actividades profissionais³⁴⁰. Esta tese saiu vencida (260 votos) em favor de uma outra posição mais moderada (290 votos) apoiada, por exemplo, por Alice Pestana (Caïel), que aceitava o trabalho feminino realizado fora de casa apenas como um mal menor e condicionava o acesso das mulheres a determinadas profissões³⁴¹. Carolina da Assunção Lima, apesar de atribuir às mulheres a tripla missão de "*filha submissa, esposa dedicada e mãe carinhosa*"³⁴², valorizou a sua realização pessoal através da liberdade de se instruírem e de se qualificarem para o desempenho do "*emprego que for da sua escolha e para que*

³³⁷ PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida...* op. cit., pp. 235-236.

³³⁸ *Ibidem*, p. 239.

³³⁹ Cf. LIMA, Carolina da Assunção, *Anotações à Instrucção Primária Feminina em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.

³⁴⁰ Cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "La apertura del horizonte cultural feminino: Fernando de Castro y los Congresos Pedagógicos del Siglo XIX", in AAVV, *Mujer y Sociedad en España...* op. cit., pp. 109-145; SANTALLA, Manuela, "La condición femenina en Concepción Arenal", *Arenal*, vol. 1, nº 1, 1994, pp. 103-115; LACALZADA DE MATEO, María José, "Concepción Arenal: un perfil olvidado de mujer y de humanista", *Arenal*, vol. 1, nº 1, 1994, pp. 71-102. Concepción Arenal, apesar de balancear sobre o tema das profissões mais adequadas ao sexo feminino, defendeu no Congresso de Madrid de 1892, que elas não deveriam ser excluídas senão da profissão das armas, que era contra a sua natureza, mas não deixou de acrescentar que "*ojalá que repugnara a la del Hombre!*" (cit. in LACALZADA DE MATEO, María José, "Concepción Arenal...", in op. cit., p. 90). Corroborava, todavia, a perspectiva de Alice Pestana (Caïel) de que o ideal para as mulheres seria trabalharem o mínimo de tempo fora de casa.

³⁴¹ Cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, *El Trabajo y la Educación...* op. cit., p. 461.

³⁴² LIMA, Carolina da Assunção, *Anotações à Instrucção Primária...* op. cit., p. 4.

tenham vocação"³⁴³. Este posicionamento aproxima-a do postulado de Concepción Arenal de que o trabalho conferia estatuto de pessoa, tanto aos homens, como às mulheres, que, sem ele, se veriam reduzidos/as a coisas³⁴⁴.

Ana de Castro Osório e, sobretudo, Maria Veleda foram mais arrojadas na defesa da instrução e da actividade profissional femininas como factor de autonomia e de realização pessoal³⁴⁵. Ana de Castro Osório, adepta da igualdade de direitos entre os dois sexos, do sufrágio feminino restrito e do divórcio, não restringia a existência feminina ao seu papel de esposa e de mãe e realçava a valia da componente educativa para a inserção profissional e conseqüente independência económica das mulheres³⁴⁶. Entendia, porém que algumas profissões se coadunavam melhor com as suas apetências naturais, como era o caso do ensino, ou da enfermagem. Trabalhando em creches e escolas infantis, as jovens solteiras – "*não as casadas, que têm a sua vida, os seus filhos, os seus encargos*"³⁴⁷ – podiam aprender e treinar o seu futuro papel de mães educadoras. Ana de Castro Osório argumentava que muitas mulheres teriam de permanecer solteiras e sem filhos, pois as estatísticas mostravam que o sexo feminino era mais numeroso que o masculino, para além de que muitos homens não estavam dispostos a casar-se³⁴⁸. No horizonte das suas proposições estão as mulheres da "*classe média, a mais numerosa e nacionalizada*"³⁴⁹, porque considerava que nem o operariado, "*caminhando revoltoso e tumultuosamente para o futuro*"³⁵⁰, nem a população rural, "*muito perto ainda do primitivismo animal*"³⁵¹, nem a alta burguesia e a antiga aristocracia, "*despaísadas pela educação e pela existência só de luxo e egoísmo*"³⁵², poderiam comprovar a proficuidade das mães educadas e instruídas³⁵³.

Maria Veleda, companheira, na militância republicana, de Ana de Castro Osório, entre outras, distinguiu-se pela grande coerência entre o radicalismo das suas posições

³⁴³ *Ibidem*, p. 8.

³⁴⁴ Cf. CARREÑO RIVERO, Miryam, COLMENAR ORZAES, Carmen, "Lo que piensan las mujeres acerca de los problemas de su educación en la España de fines del siglo XIX", in AAVV, *Mujer y Educación en España...* *op. cit.*, pp. 95-103.

³⁴⁵ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching...* *op. cit.*.

³⁴⁶ Cf. OSÓRIO, Ana de Castro, *Às mulheres Portuguesas...* *op. cit.*. No plano laboral a autora assumiu posições radicais que suscitaram críticas e resistências, como o direito a "*por igual trabalho, igual paga*" (*Ibidem*, p. 244) ou a possibilidade das mulheres acederem, por competência, a cargos de chefia, podendo dirigir os seus colegas do sexo masculino.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 93.

³⁴⁸ Cf. OSÓRIO, Ana de Castro, *A Educação da criança...* *op. cit.*.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 114 (itálicos no original).

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*, pp. 114-115.

³⁵³ Cf. ESTEVES, João Gomes, "OSÓRIO, Ana de Castro", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores...* *op. cit.*, pp. 1019-1026.

feministas e a sua prática de vida. Professora primária desde muito jovem, para assegurar a subsistência, exerceu em escolas do Algarve, do Alentejo e de Lisboa e o trabalho foi uma constante da sua vida de mãe solteira com dois filhos a cargo, um deles adoptivo. Ao pugnar pela educação das mulheres, Maria Veleda não a dissociou do exercício de uma profissão, nem a restringiu às classes médias. Denunciou a desigualdade entre os sexos, os elevados índices de analfabetismo feminino, a influência negativa do ensino congreganista e a insuficiência do sistema de ensino público, demasiado teórico e sem ofertas significativas de instrução prática e manual, em particular para as mulheres, que preparasse para um ofício aquelas que não pudessem ou não quisessem enveredar por outro tipo de cursos. A instrução era, para Maria Veleda, um instrumento indispensável para garantir às mulheres de todas as classes sociais o acesso a uma actividade remunerada, única forma de garantir, mesmo dentro do casamento, a sua autonomia. O direito à educação e ao trabalho, segundo a pedagoga, devia aplicar-se da mesma maneira a mulheres e a homens, enquanto seres humanos livres e independentes, obstando a que o casamento funcionasse para elas como um expediente de vida³⁵⁴. Maria Veleda não subordinava, pois, a educação das mulheres, qualquer que fosse o seu lugar social, a uma aprendizagem específica e vocacionada para o desempenho do papel de esposa e de mãe, o que torna o seu discurso singular, mesmo quando confrontado com aqueles e aquelas que flexibilizavam os seus projectos de ensino para o sexo feminino quando se tratava das filhas das classes trabalhadoras.

A generalização da instrução primária para o sexo feminino foi colhendo, cada vez mais, o consenso dos representantes dos vários quadrantes ideológicos, na medida em que se concebiam as mulheres como instrumentos de moralização das famílias e, através destas, da sociedade. Cientes que não era possível subtrair do mercado de trabalho as mulheres que não pertenciam às camadas mais favorecidas da população, algumas e alguns pedagogas/os advogavam que a frequência da escola primária fosse complementada com uma formação de carácter profissionalizante. No entanto, a incapacidade de universalizar a escolaridade elementar para qualquer dos sexos e a dificuldade de conciliar os projectos de ensino profissional com o princípio prevalecente da domesticidade feminina tornaram dúbias as propostas enunciadas.

³⁵⁴ Cf. ESTEVES, João Gomes, "VELEDA [Maria Carolina Frederico Crispim], Maria, in *Ibidem*, pp. 1421-1424; MONTEIRO, Natividade da Conceição André, *Maria Veleda (1871-1955) – uma professora feminista... op. cit.*.

2.2.3. Projectos e modelos de ensino profissional feminino na Europa de Fin de Siècle

A modalidade específica de ensino técnico-profissional, na qual se inseriu o ensino industrial público português, instituiu-se na Europa, sob o impulso da Inglaterra, na segunda metade do século XIX³⁵⁵. Durante a primeira metade da centúria, as propostas de formação profissionalizante tinham-se inscrito no ensino primário, introduzindo neste, por exemplo, um grau superior que fornecesse aos filhos das classe trabalhadoras noções básicas para a sua actividade na agricultura, na indústria ou no comércio e às filhas a aprendizagem dos trabalhos de agulha. Estabeleceu-se, desta forma, uma diferenciação sexual, ao nível do currículo profissionalizante, que viria a ser aprofundada, com conteúdos renovados, na segunda metade do século. O acesso à instrução e à formação profissional escolares tornou-se uma variável de peso na definição dos lugares sociais de homens e de mulheres³⁵⁶. Hierarquia social e diferenciação sexual encontravam correspondência na estrutura dos diversos graus de ensino, desde o primário ao superior.

O modelo de ensino primário com dois graus consubstanciou-se nas Escolas Primárias Superiores francesas, criadas por Guizot, em 1833, e, na sua essência, foi adoptado em Espanha pela lei de 1838³⁵⁷. Em Portugal, ainda na década de trinta, Alexandre Herculano defendeu a mesma solução, a qual viria a ser consignada na lei, por Costa Cabral, em 1844. Na prática, porém, estas medidas ou não foram concretizadas, ou não se adequaram às necessidades económicas locais, pelo que os seus resultados foram parcos em qualquer dos países, sobretudo para o sexo feminino, que apenas suscitaria atenção a partir de finais dos anos quarenta³⁵⁸.

Na segunda metade do século XIX, o projecto do ensino industrial torna-se mais sustentado, na medida em que instruir os trabalhadores em matérias teóricas e tecnológicas da sua área profissional, implicando-os no progresso da humanidade pela

³⁵⁵ Cf. SANTOS, Raúl Esteves dos, *O Ensino Técnico e Profissional sob o ponto de vista histórico*, Lisboa, Ed. da S.I.B. A Voz do Operário, 1948.

³⁵⁶ Cf. BALLESTEROS DONCEL, Esmeralda, "Contribuciones de las mujeres al bienestar material...", *op. cit.*, pp. 241-267.

³⁵⁷ Cf. CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse dans la société française. 1800-1950*, Paris, Armand Colin, 1979; LOPEZ-CORDON CORTEZO, Maria Victoria, "La situación de la mujer a finales del Antiguo Regimen (1760-1860)", in AAVV, *Mujer y Sociedad...* *op. cit.*, pp. 47-107; FOLGUERA, Pilar, "Hubo una revolución...", in *op. cit.*.

³⁵⁸ Cf. CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino...* *op. cit.*; FERNANDES, Rogério, "Génese e consolidação do sistema educativo...", *op. cit.*; COSNIER, Colette, *Le silence des filles...* *op. cit.*. No caso da França, o facto da Lei Falloux, de 1850, de cariz conservador, ter sido omissa em relação ao ensino primário superior cerceou o seu desenvolvimento (cf. MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement...* *op. cit.*).

transformação material do mundo, se torna tão importante quanto formá-los como cidadãos.

A tipologia do ensino técnico-profissional, implementado a partir de meados de oitocentos, variou de acordo com o contexto nacional e, no interior de cada país, com os respectivos promotores. Essa diversidade repercutiu-se na definição das finalidades e dos públicos destinatários dos respectivos estabelecimentos. Independentemente, porém, das orientações políticas e ideológicas subjacentes aos vários modelos adoptados, a vontade de ultrapassar a crise de aprendizagem que se fazia sentir em virtude da concomitância, por um lado, do aniquilamento do controlo corporativo e, por outro lado, da premência de racionalizar e modernizar os processos de trabalho, reunia o consenso dos distintos defensores do ensino industrial³⁵⁹. Esta finalidade excluía, à partida, a numerosa mão-de-obra, infantil ou adulta, inserida na grande indústria, para quem a aprendizagem profissional se afigurava, não só inútil, face às tarefas não qualificadas a que estava sujeita, como insustentável, quer para os patrões, cujo lucro advinha do baixo custo dos assalariados, quer para as famílias, que não se podiam dar ao luxo de desviar horas de trabalho para a frequência de aulas de aprendizagem. Para esta massa populacional, o esforço estatal conferiu prioridade, até às primeiras décadas do século XX, à obrigatoriedade do ensino primário, retardando a idade de ingresso nas fábricas, através de legislação protectora do trabalho infantil nos estabelecimentos industriais³⁶⁰.

O ensino profissional vocacionava-se, assim, para os sectores dos ofícios artesanais, do trabalho ao domicílio e das manufacturas semi-mecanizadas, cujo tipo de produção continuava a assentar em conhecimentos técnicos que exigiam uma aprendizagem. A um nível mais elevado, o ensino industrial destinava-se à formação de operários especializados, criando uma elite qualificada para os sectores produtivos tecnologicamente mais modernizados³⁶¹. O ensino técnico oitocentista balancearia entre esta dupla vocação, consubstanciando-se em modelos que, amiúde, se mostravam contraditórios e inconsistentes. O desenho era o elemento essencial e comum aos vários tipos de cursos que foram sendo criados, fossem de cariz mais teórico, associando a reflexão tecnológica a um ensino geral de nível secundário, fossem eminentemente práticos, de carácter mais utilitário, fossem, ainda, teórico-práticos, adoptando vias

³⁵⁹ Cf. GROOTAERS, Dominique, "Le projet éducatif... ", in *op. cit.*.

³⁶⁰ Cf. ISAMBART-JAMATI, Viviane, "A quoi attribuer les changements?", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale... op. cit.*, pp. 99-114; MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement... op. cit.*.

³⁶¹ Cf. MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement... op. cit.*.

intermédias entre os dois anteriores. O desenho funcionava, pois, como uma linguagem, na qual teoria e prática se imbricavam, a primeira projectando-se e ganhando corpo na segunda³⁶². No último quartel do século XIX, os objectivos e o cunho do ensino técnico-profissional de alguns países europeus, como a França e a Bélgica, foram influenciados por um movimento originário dos países nórdicos, denominado *slöjdien*, que defendia o ensino da produção artesanal a fim de preservar da ameaça do progresso técnico³⁶³.

A oferta escolar, qualquer que fosse o modelo seguido, era transversalizada, à partida, pela especialização, mais ou menos acentuada, em função do sexo. Deste modo, o ensino industrial e profissional só pode ser compreendido na sua globalidade tendo em conta aquele dualismo, pois um modelo universal e neutro, do ponto de vista do género, não existiu. Os diferentes figurinos delineados eram, porém, atravessados por uma finalidade comum, a de moralizar e integrar os produtores e produtoras "*au sein d'un nouvel ordre social en train de s'organiser dans le cadre de l'industrialisation capitaliste*"³⁶⁴.

As soluções adoptadas para o sexo feminino edificaram-se a partir de um primeiro nível de decisão perante duas alternativas possíveis, a de um ensino integrado nos padrões gerais definidos para o sexo masculino, salvaguardadas as matérias consideradas convenientes para cada um dos sexos, e a da criação de matrizes específicas, distintas e segregadas em função do sexo.

Em Inglaterra a precocidade do processo de consolidação da ideologia da domesticidade feminina e a forte dinâmica da iniciativa particular convergiram na criação de colégios femininos que, até meados de oitocentos, se destinavam a educar as raparigas das classes médias. As filhas das classes trabalhadoras só viram alargadas as suas possibilidades de acesso a uma instrução elementar após a promulgação do *Education Act*, em 1870. Até então, um reduzido número usufruía de um currículo básico de leitura e escrita, combinado com aprendizagens utilitárias, em geral de trabalhos de agulha, oferecido pelas Dame Schools (escolas privadas dirigidas por mulheres das classes trabalhadoras nas suas próprias casas), nas escolas dominicais e nas instituições de caridade e religiosas³⁶⁵.

O ideal da domesticidade continuava a prevalecer nos objectivos da instrução

³⁶² Cf. GROOTAERS, Dominique, "Le projet éducatif...", in *op. cit.*.

³⁶³ Cf. LÉON, Antoine, "L'enseignement technique", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale... op. cit.*, pp. 291-306.

³⁶⁴ GROOTAERS, Dominique, "Le projet éducatif...", in *op. cit.*, p. 410.

³⁶⁵ Cf. PURVIS, June, "Social class...", in *op. cit.*.

das raparigas das classes trabalhadoras, mesmo nos estabelecimentos que funcionavam em regime misto, o que leva June Purvis a comentar que "*working-class women were thus bombarded on all sides with the basic assumptions of the domestic ideology*"³⁶⁶. Jane Martin e Joyce Goodman, confrontando as propostas sobre a educação das raparigas defendidas, em meados do século XIX, por duas pedagogas, Sarah Austin e Harriet Martineau, observam que o pensamento mais conservador da primeira apenas se contrapunha às concepções mais progressistas da segunda no caso das classes médias. No que respeita à educação das raparigas das classes trabalhadoras, ambas sustentavam a prioridade a conferir à aquisição de competências domésticas³⁶⁷.

Os colégios profissionais destinavam-se ao sexo masculino, de modo que o facto do People's College Sheffield, fundado em 1842, aceitar também mulheres foi considerado, na época, um acto muito inovador. Só em 1865, com a abertura do Working Women's College, de Londres, se inaugurou a instituição de colégios vocacionados para o ensino profissional feminino, mas os conteúdos práticos continuavam a incidir, tão-só, na aprendizagem da costura e dos trabalhos domésticos³⁶⁸.

Um outro sistema de ensino destinado às classes trabalhadoras, organizado e sustentado, de início, pelas classes médias e, a partir das últimas décadas do século XIX, subsidiado pelo Estado, foi o das escolas nocturnas, onde as mulheres aprendiam corte e costura, talhe de alfaiate, bordados, rendas, chapelaria, bem como economia doméstica e culinária. Com o *Education Act* de 1870, acentuou-se a ênfase na educação doméstica das raparigas, reiterada pela obrigatoriedade da disciplina de economia doméstica a partir de 1878³⁶⁹. Até final do século XIX, as mais diversas modalidades de instrução oferecidas às mulheres das classes trabalhadoras reflectiam uma base curricular idêntica, que somava aos designados "*3 Rs (reading, writing and arithmetic)*"³⁷⁰ certas competências domésticas. A influência da Igreja Protestante na Escócia, mais aberta do que a Igreja Anglicana à educação universal, sem restrição de classe ou sexo, traduziu-se em índices de alfabetização mais elevados e com um reduzido diferencial entre homens e mulheres, mas a instrução das raparigas reflectiu, tanto quanto em Inglaterra e no País de Gales, a ideologia da domesticidade feminina.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 266.

³⁶⁷ Cf. MARTIN, Jane, GOODMAN, Joyce, *Women and Education, 1800-1980*, New York, Palgrave Macmillan, 2004.

³⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

³⁶⁹ Cf. McDERMID, Jane, "Women and education", in PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain... op. cit.*, pp. 107-130.

³⁷⁰ PURVIS, June, "Social class...", in *op. cit.*, p. 264.

Todavia, a resistência das famílias escocesas em aceitar que as aprendizagens domésticas fossem consideradas matérias escolares determinou que a frequência de tal ensino pelas filhas das classes populares só se generalizasse em inícios do século XX³⁷¹.

Na Bélgica, o primeiro instituto laico vocacionado para proporcionar às raparigas um ensino de carácter profissionalizante foi criado em 1864/65, em Bruxelas, por iniciativa de uma associação apoiada pelo filantropo Jonathan Bishoffsheim, mas em 1868 foi reconhecido e assumido institucionalmente pelo poder público da cidade³⁷². O estabelecimento, no entanto, destinava-se expressamente às filhas das classes médias que pudessem vir a necessitar de trabalhar para assegurar uma vida honesta e independente. No respeitante às classes trabalhadoras, os *ateliers d'apprentissage*, a mais antiga instituição de ensino profissional suportada pelo governo belga, que remontam, para o sexo masculino, à primeira metade do século XIX, quase não foram adoptadas para o sexo feminino, registando-se apenas cinco em 1866³⁷³. A partir de então, o seu número aumentou ao mesmo tempo que os congéneres masculinos entravam em declínio, dando lugar às escolas industriais, que foram encorajadas, financeiramente, pelos governos liberais entre 1878 e 1884. A partir desta data, as escolas industriais, que tinham como principal objectivo fomentar e sustentar o progresso industrial e tecnológico, através da formação técnica e científica dos trabalhadores, do sexo masculino, já inseridos no mercado de trabalho, foram secundarizadas, pela primazia conferida às *écoles professionnelles* pelos governos católicos, que se estabeleceram no poder até 1914.

Neste novo modelo de escola, a vertente teórica era aligeirada em função de um projecto distinto, o de "*sauvegarde de métiers menacés par l'industrialisation*"³⁷⁴, recuperando aprendizagens tradicionais. Estes estabelecimentos, todavia, foram sobretudo assegurados por entidades privadas e, em 1903, apenas três dos trinta e sete em funcionamento eram oficiais. Os subsídios governamentais que lhes eram atribuídos eram superiores aos concedidos às escolas industriais, alegando-se que estas, de cariz mais teórico, não enfrentavam as despesas acrescidas da vertente prática. Até à I Guerra Mundial, o ensino profissional predominante tinha uma conotação artesanal e artística que se opunha ao parcelamento das tarefas e à dependência face à máquina a que estavam sujeitos os operários fabris.

³⁷¹ Cf. McDERMID, Jane, "Women and education", in *op. cit.*.

³⁷² Cf. GUBIN, Eliane, «Libéralisme, féminisme et enseignement...», in *op. cit.*.

³⁷³ Cf. GROOTAERS, Dominique, "L'émergence des différents types d'institutions...", in *op. cit.*.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 389.

O ensino das raparigas em escolas profissionais foi também privilegiado pelos católicos. As instituições multiplicaram-se e diversificaram-se de tal forma que, em 1897, o ministro da Indústria e do Trabalho as classificou de acordo com os conteúdos e duração dos respectivos currículos. As escolas profissionais, destinadas a filhas de funcionários, de artesãos e de pequenos comerciantes, foram organizadas em três tipos: escolas unicamente *professionnelles* (4 anos), *professionnelles-ménagères* (3 anos) e *ménagères-professionnelles* (2 anos). Um quarto tipo agrupava as escolas que ministravam em exclusivo o ensino *ménagère* (1 ano) para as filhas das classes operárias³⁷⁵. Se bem que o objectivo de preparar as raparigas para o seu futuro papel de esposa e de mãe transversalizasse os quatro tipos de escola, eram as escolas profissionais-domésticas e domésticas-profissionais as que proporcionavam aprendizagens mais práticas, com vista ao trabalho hábil e rápido exigido pelos ateliers e oficinas de produção, em especial de costura e confecção. Quanto às escolas profissionais, por exemplo, de costura, visavam preparar as donas-de-casa ou mestras de corte e costura para as escolas. O paradoxo de se designarem estas escolas de profissionais era escamoteado pela conotação artística e artesanal atribuída àquele ensino, o que o salvaguardava de uma futura aplicação no quadro de uma produção mais utilitária e o vocacionava para o autoconsumo ou, quanto muito, para a circulação restrita dos artefactos de luxo. Era o domínio do desenho que distinguia este ensino daquele que se praticava nos labores femininos da escola primária³⁷⁶.

Não é, pois, de estranhar que as aprendizagens previstas para as classes mais populares fossem as menos profissionalizantes e de menor duração, os cursos de ensino doméstico de apenas um ano. Nestes, a juventude feminina operária era iniciada nos saberes domésticos racionalizados e escolarizados, familiarizando-se com algumas práticas, mas sem aprofundar de forma sistemática os seus fundamentos científicos e técnicos. Abria-se-lhes, por esta via, uma possibilidade de emprego no serviço doméstico, em expansão na viragem do século XIX para o século XX, com a feminização da criadagem, sobretudo nas classes médias, e a generalização do modelo de *criada para todo o serviço*³⁷⁷. O ensino doméstico granjeou um sucesso superior às outras modalidades oferecidas às raparigas, logrando uma frequência de 12 542 alunas

³⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

³⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

³⁷⁷ Cf. MARTIN-FUGIER, Anne, *La place des bonnes. La domesticité féminine à Paris en 1900*, Paris, Grasset, 1979. O modelo da criada para todo o serviço só se difundiria em Portugal em pleno século XX. Cf. SOUSA, António Ferreira de, "A voz das criadas", *op. cit.*.

em 1910³⁷⁸. Em paralelo com as escolas profissionais, prosseguiram os *ateliers d'apprentissage*, nos quais se oferecia, às raparigas das classes populares, uma alternativa à vida de operária fabril, a de costureira ao domicílio³⁷⁹.

Em França foi criado, em 1867, por Duruy, o ensino secundário *especial*, mas a falta de meios, para incrementar um ciclo de estudos profissionalizantes de três ou quatro anos, tornou tão reduzido o peso da vertente prática e manual, que esta modalidade não ofereceu mais do que as já existentes Écoles Primaires Supérieures (EPS) e acabou por as substituir³⁸⁰. Para o sexo feminino os cursos secundários, pagos, visavam preparar as jovens burguesas para as suas responsabilidades no seio da família, mas a sua frequência foi muito reduzida³⁸¹. A primeira escola profissional feminina fora criada em 1862/63, em Paris, por iniciativa de uma sociedade particular, a Société pour l'Enseignement Professionnel des Femmes, fundada por Elisa Lemonnier. Esta era discípula de Saint-Simon e o seu modelo de escola, laica e destinada a raparigas pobres maiores de 12 anos, difundiu-se e inspirou as escolas públicas para o ensino profissional feminino criadas em França nos finais do século XIX. Em 1907 as escolas privadas Elisa-Lemonnier acabaram por ser estatizadas³⁸². A sua fama transpôs fronteiras, tornando-se uma referência para os/as pedagogos/as de outros países europeus³⁸³.

As mudanças ocorridas durante a III República francesa em matéria educativa, em particular após as leis de Jules Ferry (1880-1882), traduziram-se num reforço do papel centralizador do Estado e na reposição do vínculo entre ensino profissional e ensino primário. Em 1880 as escolas de aprendizagem comunais e departamentais e as escolas de ensino complementar com ensino profissional foram integradas nos estabelecimentos públicos do ensino primário³⁸⁴. No mesmo ano, foram criadas escolas-modelo de aprendizagem de nível médio, designadas Écoles Nationales Primaires Supérieures Professionnels, mais conhecidas por ENP (Écoles Nationales Professionnels). As ENP femininas, como estabelecimentos de instrução média, tinham por objectivo fornecer uma base de cultura geral e conhecimentos profissionais para

³⁷⁸ DENECKERE, Gita, *Les Turbulences... op. cit.*, p. 162.

³⁷⁹ Cf. GROOTAERS, Dominique, "L'émergence des différents types d'institutions...", in *op. cit.*.

³⁸⁰ Cf. CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse... op. cit.*; DUBESSET, Mathilde, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, *Parcours de Femmes ... op. cit.*. A expressão ensino "especial" era comumente usada para designar o ensino profissional.

³⁸¹ Cf. ROGERS, Rebecca, "Le professeur a-t-il un sexe?...", in *op. cit.*.

³⁸² Cf. SIMONIN, J., "Les Collèges Techniques Féminins", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique ... op. cit.*, pp. 139-144.

³⁸³ Cf. CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse... op. cit.*.

³⁸⁴ Cf. RENAUDEAU, F., "La Formation et le Développement de l'Enseignement Technique", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique... op. cit.*, pp. 17-26.

postos, na indústria, no comércio, na banca ou nos serviços de secretariado, que exigiam certa competência técnica. Os currículos incluíam, ainda, o ensino *ménager*, mas a carga horária era muito mais reduzida do que a atribuída à vertente profissional³⁸⁵. Ao longo da década de 1880, foram também criadas várias *Écoles Professionnels de la Ville de Paris*, sendo uma mista (*Métiers de la Chaussure*) e as restantes para o sexo masculino ou para o feminino. Em 1910, nestas escolas da capital francesa, a frequência das raparigas (2 144) quase duplicava a dos rapazes (1 176)³⁸⁶.

Em 1886, com a lei Goblet, as *Écoles Primaires Supérieurs (EPS)* foram restabelecidas, funcionando em paralelo com as ENP (*Écoles Nationales Professionnels*), mas oferecendo uma componente profissional muito rudimentar³⁸⁷. No ano seguinte, as escolas profissionais públicas associadas ao ensino primário foram organizadas em dois tipos: as *Écoles Manuelles d'Apprentissage* (de nível elementar) e as *Écoles Primaires Supérieurs Professionnels* (de nível médio). Estas últimas, em 1892, foram colocadas sob a alçada exclusiva do Ministério do Comércio e da Indústria e renomeadas como *Écoles Pratiques de Commerce et Industrie*, assumindo uma orientação mais precisa³⁸⁸. A organização do ensino técnico e profissional médio – *Écoles Nationales Professionnels (ENP)* e *Écoles Pratiques de Commerce et Industrie* – mantinha-se em vigor nas vésperas da II Guerra Mundial³⁸⁹. Um grau superior da instrução técnica era assegurado pelas *Écoles d'Arts et Métiers*, as quais formavam "*sous-ingénieurs, puis ingénieurs, à partir de 1907*"³⁹⁰.

Ao longo da III República a frequência escolar das raparigas aumentou significativamente nos níveis primário, pós-primário e profissional, mas as grandes beneficiadas foram as filhas da pequena burguesia e das franjas superiores do mundo operário. No entanto, o carácter mais geral do que técnico das aprendizagens convergia com as expectativas familiares de potenciar a instrução das raparigas em termos de promoção social³⁹¹. A partir da década de oitenta, porém, as vertentes mais profissionalizantes do ensino para o sexo feminino foram sendo valorizadas, como

³⁸⁵ Cf. CONSTANS, M., "Les Ecoles Nationales Professionnelles", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique ... op. cit.*, pp. 153-159.

³⁸⁶ RACOIS, A., "Les Ecoles Professionnelles de la Ville de Paris", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION Nationale, *L'Enseignement Technique ... op. cit.*, pp. 163.

³⁸⁷ Cf. CONSTANS, M., "Les Ecoles Nationales Professionnelles...", in *op. cit.*

³⁸⁸ Cf. SIMONIN, J., "Les Collèges Techniques...", in *op. cit.*; RENAUDEAU, F., "La Formation et le Développement...", in *op. cit.*

³⁸⁹ Cf. CASTETS, Jean, "Genre et mixité des certifications professionnelles, d'une guerre à l'autre", *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 18, *Coéducation et mixité*, 2003, pp. 143-153.

³⁹⁰ MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement... op. cit.*, p. 273.

³⁹¹ CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse... op. cit.*; DUBESSET, Mathilde, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, *Parcours de Femmes... op. cit.*

testemunha a adaptação da oferta curricular das sucursais da *Légion d'Honneur* à proveniência social das suas alunas. A casa de Écouen preparava as raparigas das classes médias para o comércio e para o ensino e a de Loges para actividades profissionais manuais³⁹². Verificou-se, contudo, a introdução do ensino *ménager* em todas as escolas técnico-profissionais de raparigas, independentemente da formação específica de cada uma delas³⁹³.

Em Espanha, que sofrerá, na segunda metade de oitocentos, uma influência constante dos modelos franceses, a Lei Moyano, de 1857, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário elementar e manteve o grau superior, cujo currículo integrava, para as raparigas, desenho aplicado aos labores femininos e noções de higiene doméstica³⁹⁴. Foi, porém, após a Revolução de 1868 e, sobretudo, com os governos dos anos oitenta que o ensino público recebeu um forte impulso, como testemunham os Congressos Pedagógicos então iniciados, dos quais se destaca o de 1892, integrado nas comemorações colombianas e atrás referido³⁹⁵. As reformas de Albareda (1881-1882) introduziram a questão do acesso das mulheres a uma instrução profissional vocacionada para o mundo do trabalho e, em algumas escolas de Artes e Ofícios, foram criadas secções para o sexo feminino, com aprendizagens de corte e costura, confecção, bordados, chapelaria e encadernação³⁹⁶.

Uma parte da formação técnica das raparigas e mulheres era assegurada por entidades privadas. Tal foi o caso da Sociedad El Fomento de las Artes, organizadora do Congresso Nacional Pedagógico de 1882 e do Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano de 1892, que manteve, desde 1868, classes dominicais para instrução das mulheres e, a partir de 1883, passou a oferecer, para além da Instrução Primária, cursos de Confecção de flores, Desenho, Caligrafia e Mecanografia³⁹⁷. Um outro exemplo, muito vocacionado para o sector terciário, com cursos de formação de Professoras e de Comércio, em finais de 1870, e, depois, de Correios e Telégrafos (1883) e de Bibliotecárias e Arquivistas (1894), foi a Asociación para la Enseñanza de la Mujer, cujo prestígio lhe granjeou subsídios governamentais, se bem que suspensos

³⁹² Cf. ROGERS, Rebecca, *Les demoiselles de la Légion d'honneur... op. cit.*

³⁹³ Cf. RENAUDEAU, F., "La Formation et le Développement...", in *op. cit.*

³⁹⁴ Cf. FOLGUERA, Pilar, "Hubo una revolución...", in *op. cit.*; FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "La educación de las niñas...", in *op. cit.*; BERRIO, Julio Ruiz, GALINO, Angeles, "L'éducation en Espagne", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir), *Histoire Mondiale... op. cit.*, pp. 197-215.

³⁹⁵ Cf. FOLGUERA, Pilar, "Hubo una revolución...", in *op. cit.*; FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "La educación de las niñas...", in *op. cit.*; BALLARÍN DOMINGO, Pilar, "La construcción de un modelo...", in *op. cit.*. As teses sobre educação feminina discutidas neste congresso foram referidas no capítulo 2.2.2..

³⁹⁶ Cf. SCANLON Geraldine, "Nuevos horizontes...", in *op. cit.*

³⁹⁷ Cf. GARCÍA FRAILE, Juan Antonio, "«El Fomento de las Artes... ", in *op. cit.*, pp. 607-614.

sempre que subiam ao poder executivos conservadores³⁹⁸. A oferta formativa destas associações e sociedades privadas não lograva, porém, abranger largos contingentes de aprendizas. Em 1900, as escolas de Artes e Ofícios, que forneciam uma instrução utilitária, e o real Conservatório de Música e Declamação, onde se ministrava uma cultura de adorno para as classes mais favorecidas, absorviam cerca de 93% das matrículas em cursos profissionais³⁹⁹. O funcionamento dos diversos cursos, incluindo os das escolas de Artes e Ofícios, processava-se por matrícula livre e não estava sujeito a uma agregação por área profissional. Só em 1905 se formalizou um ensino organizado em três ramos distintos, o comercial, o industrial e o artístico⁴⁰⁰.

Na Itália, após o processo de unificação, o Estado actuou no sentido de subtrair a educação feminina das mãos da Igreja e, ao mesmo tempo, de fomentar a instrução profissional para a mão-de-obra fabril e domiciliária, esta última a cargo do ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A Exposição Universal de Paris de 1867 foi acompanhada com muito interesse na Itália, em particular no que respeitava ao desenvolvimento do ensino técnico e industrial, sobretudo masculino, mas também feminino, em Inglaterra, na Bélgica e em França⁴⁰¹. Em 1870 foi criada, em Milão, a primeira escola profissional feminina. O exemplo foi seguido por outras cidades, como Turim, Génova e Bolonha. Apesar do estímulo estatal, as iniciativas partiam e dependiam de cidadãos particulares, de sociedades operárias e de entidades locais. Em 1882 havia já 13 escolas, todas reconhecidas pelo Estado; dois terços beneficiavam de subsídios públicos⁴⁰². Algumas dessas escolas, porém, eram pouco profissionais e constituíam um meio-termo entre "*una opera pia e una scuola primaria, con in più un pouco di apprendistato lavorativo*"⁴⁰³, como foi o caso do Istituto Professionale Femminile Romualdo Gonzaga de Bolonha. Na década de 1890, o tema da instrução profissional ganhou novo impulso e alargou-se às vertentes do ensino comercial, cada vez mais necessário para as novas actividades do terciário, e do ensino doméstico, que

³⁹⁸ Cf. GARCÍA DE LA TORRE, Mercedes, LEDESMA REYES, Manuel, "Un hito histórico en la educación femenina: la Asociación para la Enseñanza de la Mujer", in AAVV, *Mujer y Educación en España... op. cit.*, pp. 615-622; BALLARÍN DOMINGO, Pilar, *La educación de las mujeres... op. cit.*

³⁹⁹ Cf. CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Debate, conquistas y expectativas de la enseñanza de la mujer española durante la Edad de Plata", in AAVV, *Mujer y Educación en España... op. cit.*, pp. 741-754.

⁴⁰⁰ Cf. SCANLON, Geraldine, "Nuevos horizontes...", in *op. cit.*; DAVILA BALSERA, P., "La formación profesional de la mujer en el País Vasco (1900-1930)", in AAVV, *Mujer y Educación en España... op. cit.*, pp. 400-406.

⁴⁰¹ Cf. DALLA CASA, Brunella, "Educazione ed Istruzione professionale per le donne: la Scuola d'arti e mestieri «Regina Margherita», poi Istituto «Elisabetta Sirani», dalla origini agli anni Cinquanta", in *Donne, Scuola, Lavoro*, Bolonha, Istituti Aggregati Sirani, 1996, pp. 15-78.

⁴⁰² Cf. DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi... op. cit.*

⁴⁰³ DALLA CASA, Brunella "Educazione ed Istruzione professionale...", in *op. cit.*, p. 26.

tão caro era à pequena e à média burguesias⁴⁰⁴.

Na Grécia, o ensino pós-primário, assegurado por estabelecimentos privados, estava organizado em três tipos, de acordo com a preparação ministrada. O *pensionato*, para o ensino doméstico, e o *didaskalio*, para a formação de professoras primárias, eram regulamentados pelo Estado. A escola técnica, que constituía a terceira modalidade, estava associada aos orfanatos e instituições de acolhimento de raparigas pobres. Paralelamente, funcionavam, desde a década de 1830, *ateliers* de aprendizagem, em especial de costura, de chapelaria, de bordados e de tecelagem⁴⁰⁵.

Ao longo da segunda metade do século XIX, à medida que o ensino técnicoprofissional vai recebendo maior impulso por parte dos sectores público e/ou privado, de acordo com os diferentes contextos nacionais, as modalidades desenvolvidas para o sexo feminino assimilam o ensino doméstico e vão-se alargando às novas áreas profissionais do sector terciário. O ensino da economia doméstica, fosse em cursos específicos, fosse integrado nos currículos do ensino secundário, destinava-se à formação das competências de dona-de-casa, como gestora do lar, cuidadora e educadora, conforme as expectativas das classes médias. Havia, ainda, o ensino doméstico, de cariz mais utilitário, dirigido às raparigas menos favorecidas e norteado por um duplo objectivo, por um lado, moldar as mulheres e, através delas, as famílias das classes populares aos modelos e normas de funcionamento da sociedade burguesa e, por outro lado, responder à progressiva necessidade de profissionalizar o pessoal de serviço doméstico⁴⁰⁶.

A formação de cariz técnico industrial para o sexo feminino foi menos apoiada pelos Estados e evidencia grandes disparidades no contexto europeu, embora ressalte, como tendência predominante, para além dos currículos distintos face aos do sexo masculino, a quase completa segregação sexual dos respectivos estabelecimentos de ensino.

Em Portugal, o incremento de um ensino técnico profissionalizante, que completasse o papel socializador da instrução primária com uma formação de capital humano adequada às exigências do desenvolvimento económico, estava condicionado, à partida, pela iliteracia generalizada e pelo desinteresse do sector privado.

⁴⁰⁴ Cf. *Ibidem*.

⁴⁰⁵ Cf. REPOUSSI, Maria, "Mixité et enseignement en Grèce aux XIXe et XXe siècles", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 18, *Coéducation et mixité*, 2003, pp. 155-166.

⁴⁰⁶ Cf. PUISSANT, Jean, "Quelques pistes de réflexion en guise de conclusion", *Sextant*, nº 15/16, 2001, pp. 347-354.

Influenciado pelos modelos adoptados na Europa coeva, o sistema português de ensino técnico industrial não os decalcou. O aprofundamento da realidade do ensino industrial em Portugal, entre 1884 e 1910, com particular enfoque na oferta para e na integração do sexo feminino, resultante da pesquisa que se apresentará nos próximos capítulos, permitirá identificar algumas similitudes e especificidades face ao contexto dos países ora esboçado.

3. As escolas industriais e de desenho industrial: um ensino aberto ao sexo feminino

3.1. O lento processo de instituição do ensino em escolas industriais

Ao assinalar as raízes de alguns traços estruturantes na definição dos objectivos do ensino nas escolas industriais, não se ambiciona proceder a uma história dos antecedentes do ensino industrial público, a qual foi já exposta em trabalhos anteriores¹. As primeiras iniciativas no sentido de instituir um sistema de ensino profissional alternativo ao ministrado por corporações de artes e ofícios ou por associações de carácter religioso e caritativo remontam à segunda metade do século XVIII. Foram criadas, para o efeito, diversas *Aulas*, sendo que o ensino do desenho, que será considerado no século XIX o sustentáculo de qualquer ensino vocacionado para a promoção do progresso industrial, constituirá já uma tónica muito presente, como testemunham as *Aulas de Desenho* na Real Fábrica das Sedas (1763), de *Desenho* na Fábrica de Estuques (1766), de *Desenho* na Fábrica das Caixas (1767), de *Gravura Artística* na Imprensa Régia (1768), de *Debuxo e Desenho* no Porto (1779), de *Desenho* na Casa Pia (1781) e a *Aula Régia de Desenho e Figura* (1781)². Segundo Sofia Leal Rodrigues, a componente do ensino do desenho associado à indústria, introduzida em setecentos, "*poderá ser considerada pioneira do que actualmente designamos por design*"³.

Na primeira metade do século XIX, as preocupações com o ensino industrial intensificaram-se, fruto da tomada de consciência do atraso económico-tecnológico nacional face ao desenvolvimento industrial no espaço europeu, em particular em Inglaterra. Acrescia que a aprendizagem pela via tradicional se mostrava insuficiente

¹ Destacam-se, entre outros estudos indicados na bibliografia, GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação...* op. cit.; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal...* op. cit.; ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque...* op. cit.; CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro, *Do ensino industrial à formação...* op. cit.. As reformas do ensino, incluindo o industrial, produzidas no século XIX e inícios do século XX, para além de compiladas nas colecções de legislação referenciadas nas fontes, encontram-se disponíveis em *fac-simile* in *Reformas do Ensino em Portugal*, Tomo I, vol. 1 (1835-1869), vol. 2 (1870-1889), vol. 3 (1890-1899), vol. 4 (1900-1910), Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1989-1996.

² Cf. GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação...* op. cit.; ALMEIDA, Alfredo Betâmio de, "Ensino das Artes Plásticas", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 386-389.

³ RODRIGUES, Sofia Leal, *Joaquim de Vasconcelos: o desenho e as indústrias artísticas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2001 (policopiado), p. 83.

para a desejada modernização, situação que se agravava a partir da extinção das corporações de artes e ofícios, em 1834, pois deixara de haver controlo da formação profissional⁴. As primeiras iniciativas da época liberal com maior significado, sobretudo no que respeita ao ensino técnico profissional, devem-se ao Setembrismo. Passos Manuel, nas reformas decretadas em 1836, por um lado, reiterou a decisão de Rodrigo da Fonseca Magalhães de introduzir a disciplina de Desenho Linear na instrução primária e, por outro lado, expressou, na reforma do ensino secundário, a necessidade de aplicar às artes industriais os elementos científicos e técnicos⁵. A Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto, criadas em 1837⁶, contemplavam igualmente a dimensão da relação entre ciência e artes industriais e destacavam a inclusão do ensino do Desenho no seu currículo, compreendendo "*o da representação de instrumentos, máquinas, e aparelhos*"⁷. O público destinatário da segunda instituição incluía, expressamente, os "*Directores de Fábricas (...) [e] em geral os Artistas*"⁸. Os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa (1836) e do Porto (1837), criados pelo mesmo estadista, destinavam-se à instrução dos *artistas*, a partir da exposição de livros, inventos, modelos, máquinas e outros artefactos resultantes da aplicação da ciência à indústria, de modo a promover o progresso da indústria nacional⁹. Numa tentativa de reforçar a vertente formativa destes "depósitos", como eram designados na letra da própria lei, preconizava-se o apoio da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, a qual chegaria a abrir cursos para operários¹⁰. Estes Conservatórios, na sua dupla vertente de centro de recursos e de coordenação escolar, afiguram-se como os precursores dos Museus Industriais e Comerciais e das escolas industriais criadas nos anos oitenta. Todavia, o papel daqueles estabelecimentos foi relegado para segundo plano com a decisão de Costa Cabral, em 1844, de os integrar, respectivamente, na

⁴ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo* Lisboa, Presença, 1994; RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, AIP/PEA, 1999.

⁵ Decreto de 15/11/1836, *Diário do Governo* nº 274, 18/11/1836 e decreto de 17/11/1836, *Diário do Governo* nº 275, 19/11/1836, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 37-45. Cf. CUNHA, Fanny Andréa Font Xavier da, "O Fomento Industrial através do Ensino (séculos XVIII e XIX)", in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Actas e Comunicações*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1990, pp. 367-387.

⁶ Decreto de 11/01/1837, *Diário do Governo* nº 13, de 16/01/1837; Decretos de 13/01/1837, *Diário do Governo* nº 15, de 18/01/1837 e nº 16, de 19/01/1837, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 74-87.

⁷ Decreto de 11/01/1837, Art. 3º, *Ibidem*, p. 75.

⁸ Decreto de 13/01/1837, Art. 155º, *Ibidem*, p. 84.

⁹ Decreto de 18/11/1836, *Diário do Governo* nº 276 de 21/11/1836, e Decreto de 05/01/1837, *Diário do Governo* nº 15 de 18/01/1837, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 46-47 e 73.

¹⁰ Decreto de 18/11/1836, Art. 1º, 9º e 10º, *Ibidem*, p. 46. Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

Escola Politécnica de Lisboa e na Academia Politécnica do Porto, situação que se manteve até 1852¹¹.

3.1.1. A instituição de um sistema de ensino industrial

Apesar de não constituir uma iniciativa do Estado, afigura-se-nos pertinente, pela posterior interligação com aquela estabelecida, uma referência à Associação Industrial Portuense, cujos estatutos, redigidos em 1849, previam, não só a alfabetização dos trabalhadores no sector industrial, como a criação de uma escola industrial destinada a ministrar-lhes instrução técnica, de carácter teórico e prático, num leque diversificado de profissões¹². Este projecto tomaria forma, em 1852, com a elaboração dos estatutos provisórios da escola. Estes continham o respectivo currículo, elaborado por uma comissão constituída na sequência imediata da aprovação régia dos Estatutos da Associação¹³. Asseguradas a regência das várias disciplinas e a logística da escola, esta iniciou a sua actividade no início do mês de Dezembro do mesmo ano. Esta iniciativa surge associada a reputadas figuras do processo de desenvolvimento do ensino industrial em Portugal, tais como José de Parada e Silva Leitão, José Vitorino Damásio, Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa e Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, entre outros. Os dois primeiros seriam nomeados, no ano seguinte, Directores interinos, respectivamente, da Escola Industrial do Porto e do Instituto Industrial de Lisboa. Já Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa viria a ser lente e director do Instituto Industrial e Comercial do Porto e exerceria, durante um breve período, a função de inspector das escolas industriais da circunscrição do norte¹⁴. Os nomes de Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães e de Vitorino Damásio seriam atribuídos a escolas industriais¹⁵. A afluência à escola da Associação Industrial Portuense ultrapassou as expectativas. O volume de despesas revelou-se superior ao que a Associação conseguia suprir, pelo que esta solicitou ao Governo um subsídio estatal¹⁶. Este foi recusado, porque, entretantes, a *Regeneração* avançara com os princípios e os alicerces do ensino industrial público. Em

¹¹ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação... op. cit.*, e COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

¹² Cf. SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico e Profissional... op. cit.*

¹³ Os Estatutos da AIP foram aprovados pela rainha D. Maria II, em 26/08/1852 e, em 31 de Outubro, segundo o *Jornal da Associação Industrial Portuense* (nº 6 de 01/11/1852, pp. 89-94), os estatutos da escola foram aprovados em assembleia-geral da Associação; cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*, pp. 35-47.

¹⁴ Consultar nota biográfica de Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa no Anexo 13.

¹⁵ A Escola de Torres Novas tomaria o nome de Vitorino Damásio e a do Porto-Bonfim a de Faria Guimarães.

¹⁶ Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

Lisboa, o Centro Promotor das Classes Laboriosas, fundado em 1852, propunha-se, também, difundir o ensino técnico elementar, mas o seu papel neste domínio foi muito menos significativo do que o da Associação Industrial Portuense¹⁷.

A conjuntura nacional, após o golpe militar de Saldanha, pautando-se por uma relativa estabilidade social e governativa, mostrava-se favorável ao investimento numa modernização do país que o integrasse, a nível económico e mental, na Europa contemporânea, verdadeiro paradigma da ideia de *Progresso*. A Exposição de Londres de 1851, ao instaurar a internacionalização das exposições industriais, nas quais, desde finais do século XVIII, se patenteava o desenvolvimento interno dos países europeus, contribuíra decisivamente para o reconhecimento da importância do fomento industrial para o crescimento económico português. A criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), em 1852, pelo Governo presidido pelo Duque de Saldanha e de que faziam parte Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo, este último assumindo a nova pasta, consubstanciava aquela intenção ao criar uma tutela política para as áreas de desenvolvimento consideradas prioritárias¹⁸.

Para a concretização do progresso das indústrias entendia-se como imprescindível a implementação do ensino profissional e técnico¹⁹. A Exposição Universal de 1851 em muito contribuiu para estimular, de forma inovadora, esta causa, pois "*o aperfeiçoamento da arte do desenho, que tão grande desenvolvimento trouxe às indústrias de todo o mundo, deveu o seu mais forte impulso à primeira exposição universal, levada a efeito, na cidade de Londres, em 1 de Maio de 1851*"²⁰. Nesta consonância, ainda em 1852, um decreto, assinado pelo Duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Fontes Pereira de Melo e Jervis de Atouguia, criava, sob a superintendência do novo ministério, o ensino industrial, dividido em três graus: elementar, secundário e complementar²¹. Previa-se, por ordem de complexidade e de carga curricular, cursos de "operário habilitado", "oficial", "mestre", "director de

¹⁷ Cf. SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico... op. cit.*. O Centro Promotor das Classes laboriosas estava ligado a figuras políticas da Regeneração (Rodrigues Sampaio foi o Presidente, Casal Ribeiro o Tesoureiro) e a dirigentes do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Sousa Brandão, autor dos Estatutos), o que o transformava, segundo César Oliveira, num prolongamento do projecto de ilustração das classes trabalhadoras, proveniente do sector regenerador mais democrático (cf. OLIVEIRA, César, *O socialismo em Portugal... op. cit.*, em especial pp. 122-132).

¹⁸ Decreto de 30/08/1852, *Diário do Governo* nº 205, 01/09/1852, referido por COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*, pp. 47-48.

¹⁹ Consultar, no Anexo 2, alguns dos factos mais relevantes, entre 1851 e 1884, para a criação das escolas industriais.

²⁰ SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico... op. cit.*, p. 11.

²¹ Decreto de 30/12/1852, *Diário do Governo* nº 3 de 02/01/1853, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 175-180.

estabelecimento fabril" e, por fim, um "curso geral", que implicava a frequência da totalidade das disciplinas. Para o ensino manual preconizava-se a criação de oficinas nos Arsenais do Estado. O mesmo diploma fundava o Instituto Industrial de Lisboa (para os três graus de ensino) e a Escola Industrial do Porto (com os dois primeiros graus de ensino e a cadeira de Química Aplicada às Artes) e determinava que o primeiro integraria um Museu da Indústria, para o qual seria transferido todo o material do Conservatório das Artes e Ofícios de Lisboa, extinto a partir daquele momento. A Escola Industrial do Porto foi instalada no edifício da Associação Industrial Portuense, assimilando no quadro do ensino oficial a escola criada por aquela Associação²². Sustentava-se, no relatório preliminar do diploma, que "*a protecção concedida à indústria fabril, de que não fizer parte a educação profissional, e a viação rápida e barata, será sempre incompleta, e talvez mais arriscada do que proveitosa*"²³, o que justificava a preferência do governo português em assumir uma acção directa na organização e inspecção do ensino industrial, seguindo os passos de países como a França, a Alemanha e a Espanha.

Aqueles dois estabelecimentos, situados nos dois maiores centros urbanos do país, mantiveram-se os únicos deste tipo de ensino até à década de oitenta e, portanto, a almejada generalização do ensino, que permitiria cumprir o objectivo de só admitir no Estado operários detentores do diploma do curso correspondente à sua profissão, não se concretizou. À inexistência de escolas, acrescia a complexidade do ensino praticado, dado que, de acordo com a crítica de Luís Jardim, "*nestes dois grandes centros mesmos tais como estão organizados os dois institutos, pouco podem aproveitar às classes laboriosas [porquanto] os operários que ali se matriculam não podem perseverar na sua frequência; já porque lhes é gravante perder o dia (...) já porque lhes falecem os conhecimentos necessários para compreenderem as prelecções e explicações dos lentes e demonstradores (...)*"²⁴. Concluía este autor que, tratando-se de um ensino superior, apenas alimentava um estrato da burguesia e não favorecia os operários. No mesmo sentido, Raul Esteves dos Santos proclamava, anos mais tarde, que aqueles cursos só

²² Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

²³ *Ibidem.*

²⁴ JARDIM, Luís (Conde de Valenças), "Artes e ofícios", *O Ocidente*, nº 349, 1888, p. 199. Luís Jardim desenvolveu uma acção educativa meritória, em particular na Câmara Municipal de Lisboa, distinguindo-se pelas propostas relativas à instrução primária, que culminariam com o *Projecto de lei sobre a reforma da instrução primária*, apresentada na Câmara dos Deputados em 1880. Defendeu a criação de escolas profissionais de cariz teórico-prático. Cf. CASTELO, Cláudia, "JARDIM, (Conde de Valenças), Luís leite Pereira", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores... op. cit.*, pp. 686-687.

tinham beneficiado os filhos de comerciantes e industriais detentores de dinheiro e de alguma cultura²⁵.

As reorganizações do ensino industrial na década seguinte pouco alteraram, na prática, o funcionamento existente. João Crisóstomo de Abreu e Sousa, em 1864, elevou a Escola Industrial do Porto a Instituto Industrial, equiparando-o ao de Lisboa, e criou pela primeira vez escolas industriais, para a generalização da instrução de grau elementar, em Guimarães, Covilhã e Portalegre, com o objectivo de difundir o ensino industrial fora de Lisboa e do Porto²⁶. Esta segunda medida permaneceu letra morta. No relatório preliminar sublinhava-se a aposta bem sucedida da Inglaterra, patente na Exposição Universal de Londres de 1862, em equiparar a qualidade dos seus artefactos à dos franceses, superiores, em 1851, no que dependia do desenho. Após a Exposição Universal de 1851, a Inglaterra reformara e generalizara o ensino do desenho e fundara o Museu Industrial de South Kensington, medidas secundadas, em inícios da década de sessenta, pela Áustria e pela Alemanha e, mais tarde, pela Itália, Suécia, Holanda, Dinamarca, Suíça e França²⁷.

Em Portugal, a reforma de 1864, aprovada no contexto de preparação da Exposição Internacional que se realizaria em 1865 no Porto, exprimiu, pela primeira vez na letra da lei, que o "*ensino do desenho (...) [é] a mais importante base do ensino industrial*"²⁸. Este aspecto, ao tornar-se um vector fundamental do ensino industrial, não seria alheio, doravante, à definição dos seus objectivos e dos seus destinatários. No que se refere à clarificação destes últimos, para os diferentes graus de ensino, retenha-se, ainda, o contributo deste decreto, pois esta matéria afigura-se fundamental para compreender a futura integração do sexo feminino no ensino industrial público. Definia-se no relatório preliminar que as escolas industriais apenas professariam o 1º grau, de carácter elementar ou preparatório, dirigido aos operários, enquanto que os institutos garantiriam também o 2º grau, "*destinado em geral a habilitar directores de oficinas, mestres,*

²⁵ Cf. SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico... op. cit.*

²⁶ Decreto de 20/12/1864, *Diário de Lisboa* nº 1 de 02/01/1865, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 257-265.

²⁷ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... do Sul...1888-89... op. cit.*; SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico... op. cit.*, VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III – Reforma do Ensino do Desenho*, Porto, Imprensa Internacional, 1879; ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull. Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização*, Porto, Liv. Int. de Ernesto Chardron, 1887.

²⁸ Decreto de 20/12/1864, Relatório preliminar (itálicos nosso), in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, p. 261.

contramestres, condutores de diferentes ordens de trabalhos"²⁹ e suficiente para o acesso a escolas de ensino superior profissional³⁰.

A reorganização de 1869, da responsabilidade de Joaquim Lobo d'Ávila, para além da transferência do ensino comercial da secção do liceu de Lisboa para o Instituto Industrial de Lisboa, não introduz alterações profundas à reforma de 1864³¹. Atribuindo a dificuldades financeiras a impossibilidade de estabelecer "*escolas profissionais elementares nos principais centros industriais do país, onde se ministrasse a conveniente instrução teórica e prática para o aperfeiçoamento das nossas indústrias, artes e ofícios (...)*"³², o legislador nem as refere no articulado do decreto deixando por cumprir, mais uma vez, o propósito de disseminar o ensino industrial elementar. Qualquer dos diplomas analisados é omissivo quanto ao sexo feminino³³.

Após o esforço legislativo das décadas de 1850 e 1860, sumariamente apresentado, decorreria um interregno de quinze anos até se produzirem resoluções governamentais significativas em matéria de ensino industrial³⁴. Todavia, a década de setenta mostrou-se assaz fértil na defesa da indispensabilidade de um ensino de cariz profissional. Neste contexto, embora o ensino primário não constitua objecto do presente estudo, merecem menção as reformas de D. António da Costa (em 1870) e de António Rodrigues Sampaio (em 1878) por terem consignado a possibilidade de preparação adequada ao exercício da agricultura, indústria ou comércio para aqueles cujo futuro profissional não exigisse o prosseguimento de estudos pela via liceal³⁵.

Sublinhe-se, também, que foram estas reformas da década de setenta a alargar, pela primeira vez de forma explícita, a escolaridade obrigatória às raparigas e o acesso

²⁹ *Ibidem*, p. 258. A expressão *condutores* era aplicada ao pessoal técnico a quem competia a direcção de trabalhos (estradas, aquedutos, caminhos de ferro, minas, etc.) ou de máquinas (vigilância, supervisão).

³⁰ No texto do relatório preliminar (*ibidem*) esclarece-se que não é intenção da reforma converter os Institutos de Lisboa e Porto em estabelecimentos de ensino superior equivalentes à Escola de Artes e Manufacturas de Paris, mas circunscrevê-los ao ensino técnico e geral elementar e secundário. Explicita-se que a criação das mencionadas escolas superiores não é considerada uma prioridade do momento, também porque escasseiam as verbas necessárias para a sua concretização.

³¹ Decreto de 30/12/1869, *Diário do Governo* nº 1 de 03/01/1870, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 308-312.

³² *Ibidem*, Relatório preliminar, p. 308.

³³ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista... op. cit.*

³⁴ Apenas o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa foi alvo de regulamentação pelos Decretos de 18/09/1872 e de 30/09/1879, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 21-30 e 63.

³⁵ Decreto de 16/08/1870 e Carta de Lei de 02/05/1878, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 8-18 e 51-60. Cf. CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino... op. cit.*; ARAÚJO, Helena Costa, *Pioneiras na Educação... op. cit.*; FERNANDES, Rogério, "Ensino primário e debate curricular. O projecto de D. António da Costa em 1857", in AAVV, *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, NAIS-FPCE-Universidade de Coimbra, 1998, pp. 291-298.

das mulheres à docência do magistério primário³⁶. Deve-se, ainda, ao primeiro, embora efêmero, Ministério da Instrução Pública (MIP), à frente do qual se encontrava D. António da Costa, a criação de um *Instituto da Educação para o Sexo Feminino*, destinado a raparigas das classes desfavorecidas, onde se ministraria, se tivesse chegado a funcionar, para além da instrução primária, um esboço de ensino secundário de tipo profissional³⁷. Este conjunto de medidas contribuiu para intensificar o debate sobre a conveniência da generalização da vertente de formação profissional e do seu alargamento ao sexo feminino. Recorde-se que, no decurso da década de setenta do século XIX, se vai também afirmando o modelo de formação feminina na "*ciência do governo da casa*"³⁸, nas palavras de Pedro José da Cunha.

A reforma do Ensino Primário de Rodrigues Sampaio, em 1878, retomou a solução de um grau superior, que preparasse as classes trabalhadoras para o exercício de funções produtivas, o qual tinha sido, em parte, contemplado na legislação de Costa Cabral de 1844, por influência das propostas de Alexandre Herculano e dos exemplos francês e espanhol³⁹. O segundo grau, ou grau complementar, definido por Rodrigues Sampaio, previa noções de agricultura e a possibilidade do seu alargamento a princípios de economia rural, industrial ou comercial, para o sexo masculino, e um conjunto de conteúdos específicos para o sexo feminino, qualquer deles pouco vocacionados para o exercício de actividades no sector produtivo. Com efeito, as matérias propostas, "*deveres de mãe de família*", "*economia domestica*", "*trabalhos de agulha e labores*", "*desenho de ornato aplicado aos labores próprios do sexo feminino*"⁴⁰, aproximavam-se mais do modelo materializado nas escolas de cozinha ou de culinária (Inglaterra e EUA) e nas escolas de economia doméstica ou *ménagères* (Hungria), estas últimas generalizadas nos anos oitenta (Alemanha, Áustria, Suíça, França, Canadá)⁴¹. Esta

³⁶ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *Pioneiras na Educação...* op. cit., Segundo esta autora, a reforma de 1878 integrou em muitos pontos a de 1870 e representou "*uma ruptura na história da escola de massas e na entrada das mulheres no ensino primário em Portugal*" (*ibidem*, p. 86).

³⁷ Decreto de 03/08/1870, in *Reformas do Ensino em Portugal...* op. cit., Tomo I, vol. 2, pp. 6-7. Todas as medidas do Ministério da Instrução Pública (criado em 02/06/1870 e extinto em 27/12/1870) foram revogadas pela lei de 27/12/1870.

³⁸ CUNHA, Pedro José da, "O Ensino Secundário do Sexo Feminino..." op. cit., p. 225.

³⁹ Decreto-Lei de 28/09/1844 in *Reformas do Ensino em Portugal...* op. cit., Tomo I, vol. 1, pp. 115-139; Carta de Lei de 02/05/1878, *Ibidem*, Tomo I, vol. 2, pp. 51-60, em especial artigos 3º e 4º. Cf. CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse...* op. cit.; CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino...* op. cit.; FERNANDES, Rogério, "Génese e consolidação do sistema educativo." op. cit..

⁴⁰ Carta de Lei de 02/05/1878, in *Reformas do Ensino em Portugal...* op. cit., Tomo I, vol. 1, pp. 115-139, e Regulamento de 28/07/1881, *Ibidem*, vol. 2, pp. 88-134.

⁴¹ Cf. CUNHA, Pedro José da, "O Ensino Secundário..." in op. cit.; MAYEUR, Françoise, *L'Education des Filles...* op. cit.; BRICARD, Isabelle, *Saintes ou Pouliches...* op. cit.; KNIBIEHLER, Yvonne, et al., *De la pucelle à la minette...* op. cit.; THIVIERGE, Nicole, "L'enseignement ménager..." in op. cit.; McDERMID, Jane, "Women and education", in op. cit.; PURVIS, June, "Social class..." in op. cit.; ESCOLANO BENITO,

vertente impor-se-ia na configuração do currículo do ensino secundário liceal para o sexo feminino, nomeadamente em França e, por sua influência, em Portugal. Reforçava-se, assim, a diferenciação dos papéis sociais de género nas classes médias e nas classes altas, que o acesso das raparigas a níveis mais elevados de instrução parecia comprometer⁴². Não era, todavia, para estas classes que se destinava o ensino industrial, nem a economia doméstica viria a constar dos seus conteúdos profissionalizantes.

Os princípios que nortearam, mais directamente, a criação das escolas para o ensino industrial em Portugal, foram edificados, na mesma década de setenta, por Joaquim de Vasconcelos. Vaticinando que o ensino do desenho industrial era a verdadeira questão de futuro que se oferecia ao país, apresentou em 1879 uma proposta de dupla reforma: a do ensino do desenho e a do ensino artístico de aplicação, incluindo a organização dos Museus de artes industriais e das escolas de artes e ofícios⁴³.

Para Joaquim de Vasconcelos era fundamental dotar as classes operárias de noções essenciais de desenho aplicado às indústrias, pois só dessa forma se lograria melhorar a qualidade dos produtos de forma a torná-los competitivos no mercado nacional (evitando a importação) e internacional (estimulando a exportação)⁴⁴. Na primeira linha da sua preocupação situavam-se as indústrias de carácter caseiro, em particular as indústrias artísticas tradicionais, cuja revitalização, pouco onerosa, permitiria, à semelhança de outros países europeus, "*transformar as indústrias caseiras em indústrias de concorrência*"⁴⁵. Nesta consonância, a reforma do ensino elementar de desenho constitui a grande prioridade da proposta por ele elaborada e acima referida.

O projecto resultara de um estudo apurado, a que se dedicara após ter criticado com veemência o Projecto de reforma do ensino artístico apresentado por uma Comissão nomeada, para o efeito, em 1875⁴⁶. Tomara, então, consciência de que uma reforma mais global do ensino do desenho tinha forçosamente que ultrapassar a missão das Academias de Belas-artes. Visitou, em duas grandes viagens, as primeiras escolas e museus de arte aplicada na Europa, com particular atenção para o Museu e escolas

Augustín, *El Pensil de la Niñas... op. cit.*

⁴² Cf. MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire... op. cit.*; VAQUINHAS, Irene Maria, "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance", in AAVV, *Turres Veteres III: Actas de História Contemporânea*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000, pp. 93-101; PINTO, Teresa, "Instrução e Feminidade... ", in *op. cit.*

⁴³ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*

⁴⁴ Cf. RODRIGUES, Sofia Leal, *Joaquim de Vasconcelos:... op. cit.*; VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas* (org. e prefácio de Maria Teresa Pereira Viana), Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1983.

⁴⁵ VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*, p. 71 (itálicos no original).

⁴⁶ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma de Belas-Artes: análise do relatório e projectos da Comissão oficial nomeada em 10 de Novembro de 1875*, Porto, Imp. Literário Comercial, 1877.

anexas de South Kensington (Inglaterra) e para o Real-Imperial Museu de Arte e Indústria de Viena (Áustria)⁴⁷. Na Exposição Universal realizada nesta última cidade, em 1873, a modalidade de formação profissional exibida pela Suécia, assente numa estreita ligação entre escola e oficina, tornou-se um exemplo a seguir nos outros países europeus⁴⁸. No mesmo sentido, Joaquim de Vasconcelos advogava que a solução para a indústria nacional não residia na pauta alfandegária, mas na qualificação dos aprendizes, completada com o ensino prático em oficinas, questão que também tinha sido das mais debatidas no Congresso Europeu sobre Estudo das Artes Industriais, realizado em Munique em 1876⁴⁹. Em 1878 realizou prelecções semanais sobre as relações da arte com as indústrias, afirmando que era a primeira vez que "*se falava em Portugal dessas relações em conferências públicas*"⁵⁰. Considerando que é o trabalho de transformação da matéria que confere qualidade artística a um objecto, Joaquim de Vasconcelos valorizava o operário como agente de progresso artístico e industrial e, em consonância, advogava necessidade do fomento do ensino do desenho em escolas profissionais⁵¹.

O seu projecto de reforma de 1879 incluía os orçamentos para a implementação do ensino do desenho elementar em Portugal ao nível de instrução primária, de aulas de desenho em colégios e liceus, de escolas provinciais de arte aplicada e de Escolas Superiores de Arte Aplicada (estas em Lisboa e Porto) e previa, ainda, um museu para cada uma destas duas últimas modalidades⁵². O autor apresentava, por fim, a orgânica de todo o sistema de acordo com o levantamento das indústrias locais tradicionais. A partir das Escolas Superiores de Lisboa e do Porto definiam-se duas zonas, por elas superintendidas no que respeitava a orientação e inspecção. Em cada uma delas criavam-se os museus provinciais e as escolas anexas⁵³. Das indústrias enumeradas

⁴⁷ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*.

⁴⁸ Cf. MENDES, José Amado, "As exposições como «festas da civilização»: Portugal nas exposições internacionais (séculos XIX e XX)", *Gestão e Desenvolvimento*, nº 7, 1998, pp. 249-273.

⁴⁹ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*.

⁵⁰ *Ibidem*, p. IX.

⁵¹ Cf. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Joaquim de Vasconcelos e a valorização das Artes Industriais", in ALMODOVAR, António, ALVES, Jorge Fernandes, GARCIA, Maria do Pilar (orgs.), *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, Porto, CLC-FL da Universidade do Porto, 1997, pp. 229-238.

⁵² Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*, pp. 169-184.

⁵³ Cf. *Ibidem*, pp. 193-199. A orgânica delineada viria a ser, no essencial, adoptada por António Augusto Aguiar quando instituiu os Museus Industriais de Lisboa e Porto e as escolas industriais e de desenho industrial. A coincidência entre as escolas criadas até 1910 e as propostas por Joaquim de Vasconcelos é notável. O plano deste autor foi tão determinante para a concretização do ensino nas escolas industriais que se justifica esquematizá-lo:

destacam-se os fios e tecidos, a cerâmica, o papel e as rendas. O ensino para o sexo feminino deveria ser, para ele, em tudo igual ao do outro sexo, excepto "*quando a perspectiva e a sombração é aplicada a objectos de uso [pois] em lugar destes estuda a discípula, em harmonia com as ocupações do seu sexo (coser, bordar, etc.), a combinação das linhas rectas e curvas em figuras geométricas, em formas estilizadas do reino vegetal (...)*"⁵⁴.

Com base nos elementos recolhidos nas suas viagens, Joaquim de Vasconcelos referiu a admissão do sexo feminino nas Escolas Superiores de Munique, Berlim, Hamburgo, Viena (nesta aceites apenas na secção normal, ou seja, de formação de mestras de desenho), e apresenta exemplos de escolas específicas, com dados da respectiva frequência, como a Escola Superior de Bordar, em Viena (60 discípulas), as escolas provinciais de rendas em Idria (259) e em Proveis (40) e a de bordar em Bleiberg (25)⁵⁵. Mencionou, também, a necessidade de se publicarem obras de arte associadas às indústrias tradicionais, como se fazia noutros países, como a Itália, a Holanda, a Hungria e a Rússia. O seu interesse pelas rendas levou-o a destacar o exemplo de um editor italiano que reproduzira, em apenas dois anos, doze volumes de modelos *fac simulados* da indústria das rendas, "*isto para uma única indústria, num único país, por um único editor*"⁵⁶.

	Museus Provinciais e escolas anexas	Indústrias locais
Escola Superior do Porto	Bragança	seda, lã
	Braga	Barcelos (linho, lã, cortiça); Viana do Castelo (linho, rendas); Vila do Conde (linho, rendas); Vizela (papel)
	Guimarães	
	Porto	quase todas as indústrias
	Aveiro	Ílhavo (porcelana, vidro); Feira (papel); Oliveira de Azeméis (lã, pedra); Oliveira do Bairro (pedra); Ovar (cerâmica); Vagos (cerâmica)
	Viseu	Viseu e Lamego (lã, cerâmica)
	Coimbra	Lousã (papel); Góis (linho); Figueira (vidro)
	Covilhã	Covilhã, Guarda e Castelo Branco (lã, seda)
Escola Superior de Lisboa	Leiria	Marinha Grande (vidro); Caldas (cerâmica), Peniche (rendas)
	Santarém	Tomar (papel, lã); Torres Novas (lã), Constança (rendas)
	Portalegre	Portalegre e Crato (cerâmica, louça preta, lã)
	Lisboa	Setúbal (rendas); Mafra (mármore); Sesimbra (rendas); Sintra (mármore)
	Évora	Beja (cerâmica); Estremoz (cerâmica, mármore); Borba (mármore); Vila Viçosa (mármore)
	Faro	Faro e Olhão (tecidos de crina, rendas)
	Funchal	(tecidos de crina, rendas)
	Angra	(tecidos de crina, rendas)

⁵⁴ *Ibidem*, p. 79.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 212.

⁵⁶ VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*, p. 219.

Joaquim de Vasconcelos foi justificadamente considerado o precursor do ensino industrial nas escolas, concretizado nos anos oitenta⁵⁷. Ele encarava o ensino profissional como um sistema alternativo à antiga aprendizagem controlada pelas corporações de mesteres, suprimida com a extinção destas. No seu entender, era às indústrias caseiras que urgia acudir, "*porque são elas que conservam no operário, de geração em geração, as aptidões técnicas, tradicionais, aptidões que são (...) a manifestação do génio popular nacional*"⁵⁸. Nas palavras de José Marques Abreu, "*a propaganda (...) prosseguida pelo autor durante anos de ardorosa persistência, conseguiu, finalmente, agitar a atenção e a iniciativa dos governantes, para a fundação do ensino industrial*"⁵⁹.

As suas propostas convergiam com o pensamento político educativo de Rodrigues de Freitas, com quem mantinha relações de amizade e profissionais. Este republicano, num discurso parlamentar de grande impacto na opinião pública, proferido em 1879, sublinhou a importância do ensino infantil para a melhoria das qualidades de trabalho da classe trabalhadora, incitou à introdução do desenho no ensino industrial e defendeu a generalização de uma educação feminina que aperfeiçoasse o seu desempenho na esfera doméstica. Em 1880 e 1881, Rodrigues de Freitas publicou, em *O Comércio do Porto*, um conjunto de sete artigos dedicados ao ensino industrial, defendendo a ligação das escolas técnicas à indústria. O autor preconizava um sistema de escolas temporárias, que funcionariam apenas durante o tempo necessário à formação e aperfeiçoamento técnico dos alunos, e sugeria a sua instalação em localidades como Guimarães, Peniche e Covilhã⁶⁰.

3.1.2. A criação das primeiras escolas públicas de ensino industrial

O ano de 1884 constituiu um marco crucial no desenvolvimento do ensino industrial. Em finais de Dezembro de 1883, António Augusto Aguiar, então Ministro das Obras Públicas, instituiu os Museus Industriais de Lisboa e Porto e, nos primeiros

⁵⁷ Cf. *Notas sobre a Instrução Profissional*, Lisboa, Ministério de Instrução Pública, 1930.

⁵⁸ VASCONCELOS, Joaquim de, "Educação Popular. Sobre o ensino profissional, por parte das Associações e do Estado", *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Ano 2, nº 2, 01/02/1882, p. 51.

⁵⁹ ABREU, José António Marques, "Influência do Professor Joaquim de Vasconcelos no ensino industrial", in *O Ensino das Artes do Livro*, Porto, Imprensa das Oficinas de Fotogravura de Marques Abreu, 1942, p. 31.

⁶⁰ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "A construção interior. Rodrigues de Freitas e a questão da instrução", in ALMODOVAR, António, ALVES, Jorge Fernandes, GARCIA, Maria do Pilar (orgs.), *Rodrigues de Freitas... op. cit.*, pp. 271-291.

dias de 1884, criava uma escola industrial e oito escolas de desenho industrial⁶¹. Os museus e as escolas foram enquadradas, do ponto de vista institucional, numa secção da Repartição de Indústria (RI) da DGCI do MOPCI, à qual competia o seu acompanhamento. As escolas foram regulamentadas quatro meses depois e o MOPCI garantiu as condições necessárias para a sua efectiva concretização⁶². Com esta iniciativa procedeu-se a uma regionalização do ensino industrial, circunscrito, até à data, aos Institutos de Lisboa e Porto, com as lacunas já assinaladas. Para além de uma escola industrial na Covilhã, uma das três escolas previstas na reforma de 1864, fundaram-se oito escolas de desenho industrial: três na capital (Alcântara, Xabregas e Belém), três no Porto (Bonfim, Vilar e Vila Nova de Gaia), uma nas Caldas da Rainha e outra em Coimbra. Este número aumentaria até ao final do ano com cinco novas escolas de desenho industrial (Portalegre, Tomar, Guimarães, Torres Novas, Braga), passando uma delas, a de Guimarães, quase de imediato a escola industrial⁶³.

Os conhecimentos colhidos no estrangeiro por aquele estadista, por via, quer da função de Comissário técnico na Exposição Industrial de Paris de 1878, quer da visita ao museu de South Kensington, em Inglaterra, bem como as propostas de Joaquim de Vasconcelos, muito contribuíram para estas medidas. Todavia, um conjunto de iniciativas, levadas a cabo na viragem da década de setenta para a de oitenta, terá também propiciado o amadurecimento do pensamento político sobre a matéria⁶⁴.

Em 1878, na Associação dos Artistas de Coimbra, António Augusto Gonçalves fundou a Escola Livre das Artes do Desenho⁶⁵. A sua relação profissional e de amizade com Joaquim de Vasconcelos e, em especial, a consonância das suas perspectivas quanto ao ensino aplicado às indústrias, testemunhada pela correspondência trocada, reforçam a relevância daquele empreendimento no processo de instituição do ensino industrial oficial⁶⁶. A escola destinava-se a promover o estudo do desenho aplicado às artes e

⁶¹ A identificação das escolas criadas entre 1884 e 1910 consta do Anexo 1. As escolas industriais tinham um currículo mais completo do que as de desenho industrial, que se limitavam a ministrar os diversos graus desta disciplina. Entre 1884 e 1910, nem sempre se manteve esta distinção no nome das escolas, pelo que neste estudo apenas se fará essa distinção quando tal se revelar significativo para os assuntos em análise.

⁶² Decreto de 24/12/1883, *Diário do Governo*, n.º 297 de 31/12/1883; Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo*, n.º 5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, n.º 103 de 07/05/1884.

⁶³ Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, n.º 103 de 07/05/1884, Decreto de 11/12/1884, *Diário do Governo*, n.º 288 de 18/12/1884, Decreto de 03/12/1884, *Diário do Governo*, n.º 282 de 11/12/1884.

⁶⁴ Cf. RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa... op. cit.* (em especial cap. 4.7. "A industrialização e o estrangeiro: veículos das inovações", pp. 216-221).

⁶⁵ António Augusto Gonçalves, afamado pelo restauro da Sé Velha de Coimbra e pela fundação de um Museu de Artes Industriais, futuro Museu Machado de Castro, foi nomeado, em 1884, director da escola de desenho industrial (futura escola industrial Avelar Brotero) daquela cidade. Cf. ABREU, José António Marques, "Influência do Professor Joaquim de Vasconcelos...", in *op. cit.*

⁶⁶ Cf. *Cartas de Joaquim de Vasconcelos*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1975.

indústrias, através, quer de conferências, quer do ensino gratuito a crianças de ambos os sexos e a adultos⁶⁷. Em 1880, Joaquim de Vasconcelos declarava que aquela escola poderia constituir a base de uma organização distrital das artes industriais⁶⁸. Foi, precisamente, na sala da Associação dos Artistas, onde funcionava a Escola Livre, que viria a ser instalada, a título provisório, a escola de desenho industrial de Coimbra criada em 1884.

Em 1879, o Ministério do Reino (MR) enviou circulares aos Governadores Civis incitando-os a criar, com o apoio financeiro das Juntas Gerais e das Câmara Municipais, escolas primárias com ensino profissional, à imagem das escolas parisienses da Rue Tournefort, para rapazes dos doze aos quinze anos, e de Elisa Lemonnier, para raparigas a partir dos doze anos⁶⁹. Esses documentos identificavam as áreas oficinais a desenvolver, numa óptica de revitalização das indústrias locais, como sendo, para citar alguns exemplos que foram mais tarde retomados pelas escolas industriais, a cerâmica e a modelação nas Caldas da Rainha, a Tecelagem e a Tinturaria em Portalegre e na Covilhã, as rendas na Madeira e em Peniche. A resposta geral foi de inércia, por alegada falta de verbas, mas uma parte das poucas iniciativas concretizadas antecipou a criação das escolas industriais e de desenho industrial e as restantes acabariam, mais tarde, por ser integradas, na quase totalidade, no sistema público de ensino industrial⁷⁰.

O Inquérito Industrial de 1881, realizado no contexto da renovação do contrato comercial com a França, introduziu em Portugal os novos critérios de rigor que iam sendo definidos nos países ocidentais para os instrumentos estatísticos. Este instrumento permitiu obter um melhor conhecimento, não só do estado das unidades de produção, fossem fábricas, manufacturas ou oficinas, como "*dos grupos socio-profissionais nele envolvidos*"⁷¹ e dos respectivos níveis de qualificação e escolarização⁷². Os resultados e, sobretudo, a sua evidência, terão contribuído para reforçar a necessidade de criar escolas industriais no país. Sublinhe-se que a comissão central do inquérito incluía, para além

⁶⁷ Cf. MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso, *A Escola Avelar Brotero... op. cit.*

⁶⁸ Cf. *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*

⁶⁹ Cf. SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico... op. cit.*. Esta iniciativa (circular de 19/11/1879) do Ministério do Reino (encabeçado por José Luciano de Castro) constitui uma das primeiras medidas de concretização da reforma de instrução primária de Rodrigues Sampaio (1878) e de implementação do princípio de descentralização nele consignado. Elisa Lemonnier, discípula de Saint-Simon, criou, em 1862, a primeira escola profissional feminina em França (cf. CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse... op. cit.*).

⁷⁰ Cf. AMORIM, António Maria de, "A instrução primária", *Revista de Educação e Ensino*, 1890, pp. 136-144; COELHO, Adolfo, "O ensino primário superior", *Ibidem*, 1892, pp. 158-182; SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico... op. cit.*

⁷¹ RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria... op. cit.*, p. 228.

⁷² Cf. *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

de António Augusto Aguiar, alguns nomes mais tarde associados ao ensino nas escolas industriais, como Oliveira Martins, Eduardo Coelho e Luciano Cordeiro.

Em inícios de 1882, o Ministro do Reino, Tomás Ribeiro, apresentou duas propostas de lei na Câmara dos Deputados. A primeira, sobre instrução secundária, criava escolas secundárias de ensino geral ou profissional, a par dos liceus de 1ª e de 2ª classes⁷³. Previa-se que fossem criadas escolas profissionais em Guimarães, Covilhã e Portalegre, as mesmas localidades seleccionadas por João Crisóstomo de Abreu e Sousa, em 1864, para instalar as escolas industriais, e retomadas, de forma recorrente, na década de 1870. A proposta suscitou um movimento de pressão por parte da Câmara Municipal de Guimarães e de associações da mesma cidade no sentido da criação de uma escola naquela cidade⁷⁴. Enviada à Comissão Parlamentar de Instrução Primária e Secundária, a iniciativa apenas voltaria a ser discutida na Câmara dos Deputados, já convertida em Projecto de Lei, um ano mais tarde, em Março de 1883⁷⁵. O projecto não chegaria a ser aprovado, mas o debate alargou a criação de escolas profissionais às Caldas da Rainha, a Peniche, ao Funchal e à Horta, localidades que viriam a ser, na totalidade, contempladas com escolas industriais.

A segunda proposta apresentada por Tomás Ribeiro, em 1882, dizia respeito à fundação de uma associação nacional protectora da instrução popular, que seria patrocinada pela rainha e denominada Associação Maria Pia. Embora não se tratasse de uma iniciativa pública, é significativo que o ministro nela tivesse advogado a necessidade de escolas profissionais para o sexo feminino⁷⁶. Previa, ainda, esta proposta que, anexas às escolas primárias e profissionais, se fundassem "*oficinas elementares onde os alunos de um e de outro sexo aprendam os processos gerais do trabalho manual*"⁷⁷ e fossem criados museus tecnológicos que proporcionassem "*aos operários de um e de outro sexo (...) modelos necessários à sua instrução profissional, conforme as indústrias locais*"⁷⁸. De notar, ainda, que o Conselho de Administração da referida

⁷³ Proposta de Lei nº 116-A de 29/03/1882, apresentada pelo Ministro do reino, Tomás Ribeiro, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1882, sessão de 29 de Março, pp. 946-953.

⁷⁴ Representações da Associação Comercial de Guimarães e da Associação Artística Vimaranesa, apresentadas pelo deputado Ilídio do Vale, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1882, sessão de 17 de Abril, p. 1131 e sessão de 18 de Abril, p. 1151; Representação da Sociedade Martins Sarmento, apresentada pelo deputado José Luciano de Castro, *Ibidem*, 1882, sessões de 18 de Abril, p. 1155, e de 19 de Abril, p. 1161.

⁷⁵ Projecto de Lei nº 20 apresentado pela Comissão do Ensino Primário e Secundário à Câmara dos 4 Deputados em 21/02/1883 e discutido entre 05/03/1883 e 20/03/1883 (cf. ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates... op. cit.*).

⁷⁶ Proposta de Lei nº 116-B, apresentada pelo Ministro do reino, Tomás Ribeiro, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1882, sessão de 29 de Março, pp. 954-956.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 955.

⁷⁸ *Ibidem*.

Associação incluía, para além do Presidente, do Vice-Presidente, dos Secretários e dos Tesoureiros, vinte vogais, metade dos quais seriam do sexo feminino.

No mesmo ano, Teófilo Ferreira, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, enquadrou na Circular de 1879, atrás mencionada, o projecto da escola Rodrigues Sampaio, que Joaquim de Vasconcelos considerou benéfico desde que executado com rigor. Todavia, só no ano seguinte e após algumas alterações, o plano viria a ser aprovado como Escola Primária Superior para o sexo masculino⁷⁹. A inauguração ocorreu, sob a direcção de Adolfo Coelho, em Outubro de 1883 e, no início de 1884, iniciaram-se as obras para as oficinas. Na década de noventa este estabelecimento seria integrado no sistema de ensino industrial público. No ano de 1883 abriram, ainda, um Curso nocturno de Desenho industrial com aplicação às indústrias, provido pela Câmara Municipal do Funchal; uma Escola de Desenho e Modelagem, em Vila Nova de Gaia, destinada aos artífices das cinco fábricas de cerâmica das Devezas, por iniciativa conjunta dos proprietários e da Sociedade de Instrução do Porto, e os Cursos nocturnos de Desenho e de Francês, criados em Guimarães pela Sociedade Martins Sarmiento, para trabalhadores das artes e ofícios⁸⁰. Na escola das Devezas seria instalada a escola de desenho industrial de Vila Nova de Gaia (futura escola Passos Manuel) e o professor do Curso de Desenho de Guimarães seria o director da escola industrial criada naquela cidade (escola Francisco de Holanda).

A Câmara Municipal de Lisboa viria a criar, mas só em 1885, a escola primária superior Maria Pia, equivalente à escola Rodrigues Sampaio, para o sexo feminino. Esta, contudo, ao contrário da sua congénere masculina, acabaria por abandonar a vertente profissionalizante e vocacionar-se, nos inícios dos anos noventa, para o ensino liceal, tendo-se convertido, em 1906, no primeiro liceu feminino⁸¹.

Em paralelo com a constituição de aulas e cursos de desenho aplicado às indústrias, foram dinamizadas, no início da década de oitenta, exposições especialmente concebidas para estimular a revitalização das artes industriais. Joaquim de Vasconcelos,

⁷⁹ As Escolas Primárias Superiores foram inicialmente uma criação francesa (Lei Guizot, 1833), a qual encontrou defensores em Portugal, como Alexandre Herculano e Costa Cabral (Reforma de 1844). Sem sucesso ao nível da concretização, este tipo de escolas viria a ser relançado em Portugal por Teófilo Ferreira e em França pela Lei Goblet, em 1886; cf. CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse... op. cit.*; CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino... op. cit.*; VIANA, Luís, "Ferreira, Manuel Constantino Augusto Teófilo", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores... op. cit.*, pp. 552-554.

⁸⁰ Cf. COELHO Adolfo, "O ensino primário superior", *op. cit.*; CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio. Relatório do Director Literário com respeito aos anos lectivos de 1883-1884 e 1884-1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885; VASCONCELOS, Joaquim de, "O ensino do desenho em Portugal", *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º ano, nº 8, 01/08/1882, pp. 398-400.

⁸¹ Cf. BELÉM, António Manuel da Cunha, *Escola Maria Pia... op. cit.*; LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*

secretário do Centro Artístico Portuense e membro da direcção da Sociedade de Instrução do Porto, fundadas em 1879 e em 1880, respectivamente, foi o mentor de uma série desses eventos⁸². Em 1881 liderou a primeira exposição do Centro Artístico, a qual patenteou, no Palácio de Cristal, originais e reproduções de vários tipos de indústrias (cerâmica, vidro, metais, têxteis, arte de impressão), incluindo a sua magnífica colecção particular de rendas de bilros. Em 1882, foi a vez da Sociedade de Instrução promover uma exposição de Trabalhos mecânicos e de Indústrias caseiras, para a qual "*mandou vir, de propósito, de Viana do Castelo, Vila do Conde e Peniche, várias rendeiras, que executaram os seus preciosos trabalhos na Exposição, durante quinze dias, sendo generosamente remuneradas, e além disso hospedadas nas casas de dois sócios*"⁸³. Fizeram parte, da lista de expositores, duzentas e setenta e sete mulheres, a maior parte da região norte⁸⁴.

Seguiu-se, no mesmo ano, uma mostra de Cerâmica nacional e, em 1883, uma de Ourivesaria e Joalharia. Joaquim de Vasconcelos tinha delineado outras exposições, mas a sua demissão da Sociedade, em 1884, e a subsequente dissolução da mesma inviabilizaram a sua concretização. Ele, porém, prosseguiria o seu trabalho na qualidade de conservador do Museu Industrial do Porto, instituído por António Augusto Aguiar, organizando-o de raiz e, por inerência de funções, acompanhando o processo de implementação das primeiras escolas industriais e de desenho industrial do norte.

A 1 de Janeiro de 1884, dois dias antes de promulgado o diploma de criação das escolas industriais, foi inaugurada uma exposição distrital de manufacturas em Coimbra⁸⁵. A iniciativa, promovida pela Escola Livre das Artes do Desenho, incluía produtos do sector agrícola, uma mostra de Belas-Artes e outra dedicada ao ensino, na qual se conferiu particular visibilidade ao trabalho realizado naquela escola. António Augusto Gonçalves, fundador da Escola Livre e secretário da comissão organizadora da exposição, seria colocado, meses mais tarde, como professor da escola de desenho industrial de Coimbra⁸⁶.

⁸² Cf. *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1881-1883; *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*; VIANA, Maria Teresa, "Prefácio", in VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas... op. cit.*; VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas... op. cit.*; PASSOS, Carlos de, *Joaquim de Vasconcelos*, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, Ed. Marânus, Porto, 1950.

⁸³ "Extracto do nosso Arquivo", *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º ano, nº 11, 01/11/1882, p. 609.

⁸⁴ Cf. "Exposição de trabalhos mecânicos e indústrias caseiras", *Ibidem*, nº 8, 01/08/1882, pp. 440-447.

⁸⁵ Cf. MENDES, José Amado, "Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX", Separata de *O Instituto*, vol. CXXXIX, 1979, pp. 35-55. Na cidade de Coimbra já se tinha realizado uma exposição similar, em 1869, por iniciativa da Associação dos Artistas de Coimbra.

⁸⁶ Ver nota 65 deste capítulo.

Em Fevereiro do mesmo ano, a Sociedade Martins Sarmento obtém a aprovação da Assembleia de Fabricantes, Produtores e Negociantes para a realização de uma Exposição industrial em Guimarães. Esta realizou-se nos meses de Junho e Julho, com o principal fito de responder "*à preterição que o poder central nos fizera, omitindo a criação de uma escola industrial na nossa cidade (...)*"⁸⁷. A escola de desenho industrial acabaria por ser criada em Maio, mas a Exposição continuou a justificar-se, pois Guimarães não queria ficar atrás da Covilhã, ou seja, queria demonstrar ao ministro "*que este centro produtor tão laborioso e energético não basta uma escola de desenho, mas é indispensável um quadro de estudos largamente desenvolvido*"⁸⁸, ou seja, uma escola industrial. O sucesso da Exposição foi reconhecido pelo director do Instituto Industrial do Porto, Gustavo Adolfo e Sousa, que a visitou por incumbência do MOPCI, e a escola de Guimarães foi elevada a industrial em Dezembro do mesmo ano.

Precedendo a criação das escolas industriais, em Dezembro de 1883, o MOPCI tomou a iniciativa de abrir um concurso para colocar operários portugueses a estagiar em fábricas estrangeiras por um período de dois anos⁸⁹. O Estado suportava, não só as despesas ligadas à deslocação dos operários, mas também um *jornal* a ser abonado às famílias⁹⁰. Os primeiros cinco, dos onze operários seleccionados, foram colocados na Alemanha no final do mês de Abril de 1884 e em Setembro do mesmo ano partiram mais três para aquele país e um para a Bélgica⁹¹. A Inglaterra e a França recusaram-se a admitir operários portugueses nas respectivas fábricas. Não existem muitos elementos sobre os resultados desta iniciativa, embora haja notícia de que um dos operários, Manuel Rosinha, viria a ser colocado como mestre na oficina de Tecelagem da escola industrial da Covilhã, tendo o seu desempenho suscitado um comentário depreciativo por parte do inspector das escolas, Fonseca Benevides⁹². José Amado Mendes, todavia, sublinha o papel de Manuel Rosinha na *espionagem industrial*⁹³.

Um outro factor a mencionar no contexto próximo do lançamento efectivo das escolas industriais foi a tomada de consciência de que o continente africano podia

⁸⁷ *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Porto, Typ. António da Silva Teixeira, 1884, p. 9.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 252.

⁸⁹ Cf. MENDES, José Amado, "Sobre as relações entre a indústria...", *op. cit.*, pp. 49-51.

⁹⁰ AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI-RI, *Registo de Comunicações Expedidas*, vol. 2, ofício de 23/04/1884, fl. 157, e ofício de 28/04/1884, fl. 157vs.

⁹¹ *Ibidem*, ofício de 28/04/1884, fl. 157vs, e ofícios de 18/09/1884, fl. 170.

⁹² Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1889 - 1890)*... *op. cit.*; MENDES, José Amado, "Sobre as relações entre a indústria...", *op. cit.*

⁹³ Cf. MENDES, José Amado, "A indústria durante o liberalismo", in RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria...* *op. cit.*, pp. 179-239.

constituir um mercado potencial para os produtos da indústria nacional⁹⁴. A criação da Sociedade de Geografia, em 1875, respondeu, entre outros vectores da sua actividade, à necessidade de organizar expedições de conhecimento e de afirmação da soberania no interior de territórios, cuja posse era reclamada por direito histórico. As dificuldades de negociação com as outras potências coloniais, realçadas com a exclusão de Portugal da Conferência Internacional de Bruxelas, em 1876, e agudizadas durante e após a Conferência de Berlim, iniciada em 1884, reflectiam a posição periférica de Portugal no quadro europeu e estimularam medidas políticas mais explícitas, na década seguinte, de relação entre o ensino industrial e o desenvolvimento das colónias⁹⁵.

Lançado o sistema, importa apurar e compreender, numa perspectiva de género, os objectivos do ensino nas escolas industriais. Estes, porém, interrelacionam-se, de forma estreita, com o público a que se destinam, pois este constitui o elemento humano concreto a que se reportam os princípios teóricos que foram sendo (re)definidos, na letra da lei, pelo poder político.

3.2. A definição dos objectivos e dos destinatários do ensino nas escolas industriais

3.2.1. Sobre os conceitos de artes e indústrias na viragem do século XIX para o século XX

António Augusto Aguiar, quando criou as escolas industriais e de desenho industrial, em 1884, "*considerando que o trabalho e a indústria, hoje completamente emancipados, devem estar aptos a produzir em condições indispensáveis de barateza e perfeição, não podendo esta aptidão ser adquirida senão pela instrução dada aos trabalhadores nas escolas especiais com uma feição eminentemente prática*"⁹⁶, previa a sua progressiva multiplicação e a formação do "*pessoal de professores que de futuro há-de exercer por todo o reino o ensino de desenho e artes industriais*"⁹⁷. Os objectivos do ensino industrial organizavam-se, pois, em dois planos, o "*do fomento da indústria*

⁹⁴ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Os caminhos da instrução feminina...", in *op. cit.*

⁹⁵ A reorganização das escolas industriais de 1897, que se analisará no capítulo 3.2.2., foi a que introduziu de forma mais explícita a relação entre o ensino industrial e o domínio colonial em África.

⁹⁶ Introdução ao Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo*, n.º 5 de 07/01/1884.

⁹⁷ Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, n.º103 de 07/05/1884, Art. 32.º

fabril, com vista ao desenvolvimento nacional"⁹⁸ e, como corolário, o da instrução e formação profissional dos respectivos recursos humanos. As escolas industriais destinavam-se, em 1884, "às crianças até aos doze anos, idade que se considera anterior à sua entrada no aprendizado fabril ou profissional, e (...) aos adultos, aprendizes ou mestres das várias indústrias e ofícios"⁹⁹. Nos enunciados da finalidade e dos objectivos específicos de formação coexistem expressões como as de *artes industriais, indústrias, ofícios, aprendizes, mestres*, *aprendizado fabril* e *aprendizado profissional*. Importa, pois, precisar o(s) sentido(s) que, na época, assumiam alguns dos conceitos, em particular os de *artes* e *indústrias*, bem como os que destes decorrem.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX, *artes* e *indústrias* permaneciam, na utilização corrente, dois conceitos estreitamente associados. Joaquim de Vasconcelos, nos finais da década de setenta de oitocentos, denunciando a utilização abusiva da expressão *artista* ao nível do senso-comum, esclarecia que "*é artista o que cultiva a grande arte, a parte que subsiste de per si, sem fim utilitário com um fim ideal [;] é artífice-artista ou artista industrial, aquele que aplica a arte à sua indústria [;] é artífice, simplesmente, aquele que se ocupa de um ofício, onde a arte não tem aplicação*"¹⁰⁰. No Censo de 1890, que seguiu a nomenclatura e classificação das profissões de Jacques Bertillon, a categoria "artistas" só englobava "*músicos, pintores, gravadores, fotógrafos e escultores*"¹⁰¹. No ano anterior, D. José Pessanha já tinha estabelecido a distinção entre o *artista*, que concebia o projecto, e o *artífice*, que o aplicava no exercício do seu ofício, pois segundo ele, "*nas indústrias artísticas, unicamente se faz aplicação da obra de Arte – aplicação a que muitas vezes o artista é perfeitamente estranho (...)*"¹⁰². Apesar da progressiva restrição do sentido das palavras *arte* e *artista* às actividades liberais de pendor estético, elas continuavam a convocar os ofícios ou *mesteres* mecânicos e artesanais, bem como os artífices, de ambos os sexos, que a eles se dedicavam¹⁰³. A persistência do carácter polissémico destas expressões

⁹⁸ COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal...* op. cit., p. 51.

⁹⁹ Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, n.º103 de 07/05/1884, Art. 4.º

¹⁰⁰ VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III...* op. cit., p. 74 (itálicos no original).

¹⁰¹ Cf. Censo da População... de 1890... op. cit., vol. 3, p. IV; Cf. BAPTISTA, Virginia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho...*, op. cit..

¹⁰² Cf. PESSANHA, D. José, *A História das Industrias...* op. cit. *Artísticas em Portugal*, Lisboa, Typographia do Jornal O Tempo, 1889, p. 3 (itálicos no original).

¹⁰³ Cf. SERRÃO, Joel, "Artista", in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, vol. I, p. 216; CASTRO, Armando, "Artífice", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História...* op. cit., vol. I, pp. 211-212.

coloca muitas dificuldades na definição e identificação dos grupos profissionais da sociedade oitocentista e das primeiras décadas de novecentos¹⁰⁴.

As *Artes e Ofícios*, no Antigo Regime, agregavam um estrato da população urbana que se dedicava às artes mecânicas, sendo que o conceito de arte tinha um significado distinto daquele que se desenvolve com o Romantismo¹⁰⁵. A *arte* referia-se a um conjunto de normas e a uma disciplina que elevavam o trabalho acima do mero trabalho braçal. Como sublinha Miriam Halpern Pereira, "*as artes mecânicas, domínio onde o trabalho manual era controlado pela inteligência, ficavam (...) acima das actividades que eram inteiramente manuais*"¹⁰⁶, conferindo um estatuto superior aos artesãos. A progressiva generalização da concepção do trabalho como base da felicidade, defendida pelos pensadores iluministas, favoreceu, por um lado, a dissociação entre aquele que sabe e aquele que executa, mas, por outro lado, fundamentou a defesa da instrução técnica como modo de revalorização do trabalho manual¹⁰⁷.

Na viragem do século ainda não se tinha generalizado nem consolidado a restrição semântica do termo *indústria* à transformação de matérias-primas pela utilização da tecnologia fabril, significado que hoje se lhe atribui. O vocábulo era, ainda, assaz usado com a conotação genérica de aptidão, a um tempo arte e perícia, para executar um trabalho manual, decorrente da etimologia latina, demonstrando que a tradicional associação entre artes e ofícios perdurava¹⁰⁸. O termo *indústria* era também empregue, numa acepção lata, para englobar diversas actividades, como a agricultura, o comércio, as pescas, a extracção mineira, os transportes, e entrecruzava-se com o termo *artes*. Em 1838, Oliveira Marreca definira três categorias essenciais de indústria, a manufactora, a comercial e a agrícola, incluindo nesta última a extracção mineira e as pescas, contestando a tendência de confinar a classificação de indústria a empresas comerciais e estabelecimentos fabris de grandes dimensões¹⁰⁹. O desenvolvimento das fábricas foi conduzindo à introdução de qualificativos mais precisos de distinção face à *indústria caseira* e aos *ofícios*, como é o caso das denominações *artes fabris* e *indústria fabril*, esta última utilizada, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, para

¹⁰⁴ Esta questão foi problematizada por FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, "A Classificação Socio-Profissional...", *op. cit.*

¹⁰⁵ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais...* *op. cit.*

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 58.

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁸ Esta é ainda a primeira definição de indústria em Dicionários actuais de língua portuguesa, e.g., *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

¹⁰⁹ Cf. MARRECA, António de Oliveira, *Noções elementares de Economia Política*, Lisboa, 1838, pp. 12-43, in SERRÃO, Joel, MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, pp. 125-132.

se contrapor a *indústria caseira*, mas também a *indústria agrícola*, *indústria comercial*, *indústria das pescas* e outras¹¹⁰.

A expressão *indústria manufactureira* englobava, com frequência, a produção caseira, oficial e fabril e, neste sentido genérico, continuava a ser utilizada em relatórios oficiais, figurando, por exemplo, como título do capítulo sobre a indústria do Catálogo da secção portuguesa da Exposição Universal de Paris em 1900¹¹¹. Em 1908, o capítulo correspondente no Catálogo da secção portuguesa da Exposição do Rio de Janeiro intitulava-se apenas "indústrias"¹¹², mas, no corpo do texto, a expressão empregue é *indústria manufactureira* e, no final do mesmo, reconhece-se que "*a feição dominante do trabalho nacional não se caracteri[za] pela indústria fabril*"¹¹³.

O termo *industrial* para designar o proprietário era, também, pouco usual, prevalecendo o de *fabricante*, que tanto se aplicava a artesão, como a mestre, a dono de oficina, àquele que dava trabalho ao domicílio, bem como ao dono de uma fábrica¹¹⁴.

Artes e indústria surgem igualmente associadas nas designações, com sentido equivalente, de *indústria artística* e *arte industrial*, nas quais as palavras *indústria* ou *industrial* remetem para as *indústrias caseiras*, para os *ofícios* tradicionais, e os termos *artística* ou *arte* estabelecem uma relação intrínseca com as Belas-Artes. Joaquim de Vasconcelos, entre outros, atribuía às *indústrias* locais, às *indústrias artísticas* tradicionais, a verdadeira essência da arte nacional. "*Quem inspirou ali o artífice?*"¹¹⁵ – perguntava o autor, adiantando a resposta – "*a tradição para eles (...) é tudo, na oficina caseira que, transmitida de pais a filhos e a netos, mantém uma técnica primorosa*"¹¹⁶. Nesta consonância, ele classificava as rendas de bilros de Peniche, Vila do Conde, Viana do Castelo e Setúbal, entre outras, como "*produtos da indústria caseira*" e de "*arte popular*"¹¹⁷. A estreita relação entre as Belas-Artes e as artes industriais surge

¹¹⁰ Cf. MENDES, José Amado, *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984; FILIPE, Alda Maria Martins Mourão, *A Formação do Tecido Empresarial na Área Económica de Leiria. 1836-1914*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000 (policopiado).

¹¹¹ Cf. *Exposition Universelle de 1900. Portugal. Catalogue Officiel*, Paris, Aillaud, 1900, p. 95.

¹¹² COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908. Catálogo Oficial da secção Portuguesa*, Lisboa, Typographia "A Editora", 1908, p. 335.

¹¹³ *Ibidem*, p. 344.

¹¹⁴ Cf. MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e Industriais (1879-1914)", *Análise Social*, vol. XXIII, nº 99, 1987, pp. 819-863.

¹¹⁵ VASCONCELOS, Joaquim de, "Arte Decorativa Portuguesa", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 184.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 185. Esta posição de Joaquim de Vasconcelos era partilhada por outros autores, como D. José Pessanha e Ramalho Ortigão, mas enquanto que para estes ela decorria de um apego idílico à tradição e ao passado, para Joaquim de Vasconcelos a perspectiva é de renovação e progresso; cf. RODRIGUES, Sofia Leal, *Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*

¹¹⁷ VASCONCELOS, Joaquim de, "Arte Decorativa...", in *op. cit.*, p. 206.

bem expressa no Relatório preambular à reforma do ensino industrial de 1891, assinada por João Franco, onde se esclarece que "*o ramo da arte industrial segue a tríplice divisão das artes plásticas: à pintura corresponde a pintura decorativa, à escultura a escultura decorativa e à arquitectura a construção do mobiliário*"¹¹⁸.

A importância atribuída, sobretudo nas últimas décadas de oitocentos, ao desenho, visto como elemento fundamental de revitalização, progresso e competitividade das indústrias, contribuiu para manter a associação entre os termos *artes* e *indústria*. O aperfeiçoamento do desenho técnico, como o desenho de máquinas, por exemplo, era estimulado com vigor, mas o desenho artístico não era menos valorizado, pela necessidade de recriar, com modelos originais, as indústrias artísticas, sobretudo tradicionais. Indústria e Belas-Artes não se encontravam, pois, divorciadas.

O Conde de Samodães, presidente da direcção do Palácio de Cristal portuense, afirmava sobre este assunto, nos *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891*, que "*na sala de belas artes também figuraram trabalhos que estavam na raia das duas indústrias, a comercial e a artística no seu ideal. Os bordados pertencem a uma e a outra, e a transição que eles fazem do que é mais simples para os quadros a vidro, a froco, a seda, a cabelo, a oiro é feita por gradações tão insensíveis, que não pode dizer-se onde termina o industrial e principia o artista*"¹¹⁹.

A aceção tradicional, mais genérica, e a contemporânea, mais restrita, foram coexistindo ao longo do lento processo de consolidação da sociedade industrial e a substituição da primeira pela segunda foi acompanhando a progressiva preponderância da produção fabril sobre os modos de produção caseiro ou artesanal e oficial manufactureiro. A maquinofactura e a correspondente divisão do trabalho converteriam, em definitivo, o operário num mero executor de projectos cuja concepção se lhe tornou alheia. Esta dissociação entre projecto e aplicação tornar-se-ia, também, um dos princípios do *design* moderno¹²⁰. A realidade económica portuguesa revela, todavia, que a coincidência espaço-temporal das produções artesanal, manufactureira e industrial se prolongou pelo século XX e que, à excepção dos pólos industriais de Lisboa e Porto e de alguns sectores específicos mais favoráveis à grande indústria (por exemplo têxteis e tabaco), os estabelecimentos fabris eram de reduzida dimensão¹²¹.

¹¹⁸ Relatório do decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891.

¹¹⁹ *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal Portuense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. LXXII.

¹²⁰ Cf. RODRIGUES, Sofia Leal, *Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*

¹²¹ Cf. MENDES, José Amado, *A Área Económica de Coimbra... op. cit.*. Este autor, ao estudar a área económica de Coimbra entre 1867 e 1927, optou por "*distribuir por grupos de pequena, média e grande*

Comentando os resultados do inquérito industrial de 1881, Alda Filipe sublinha que "*a simultaneidade das funções de trabalhador e de patrão, de industrial e de comerciante mantinha-se nesta [têxtil] como em muitas outras actividades que se encontravam num estado de transição para a indústria [e] ultrapassar esta fronteira significava deixar para trás modelos produtivos arcaicos, mas que, infelizmente para o desenvolvimento do sector secundário, continuaram a vigorar no século seguinte*"¹²².

O termo *operário* começou a ser aplicado a partir de meados de oitocentos e vulgarizou-se nas décadas seguintes¹²³. Embora o vocábulo *operário* definisse aqueles que "*executavam uma obra*"¹²⁴, distinguindo-os dos *artífices*, os "*que tinham aprendido uma ars*"¹²⁵, no final do século, o seu uso designava, com muita frequência, tanto uns, como outros. Novos conceitos, como o de *classe operária* e *proletário/proletariado* foram apenas introduzidos na última década do século XIX, por influência do marxismo e dos movimentos socialistas¹²⁶. A expressão *classe* era até então utilizada para referir um ofício e as solidariedades profissionais estavam marcadas por essa identificação¹²⁷.

Os conceitos referidos revestiam-se, como se viu, de uma incontornável polissemia, a qual terá de ser tida em conta na interpretação dos textos coevos que definem os objectivos e os destinatários do ensino nas escolas industriais.

3.2.2. Uma leitura das determinações legais numa perspectiva de género

A orgânica do sistema de ensino industrial nas escolas e os respectivos objectivos e destinatários, definidos inicialmente em 1884, foram sendo reformulados, até 1910, por um conjunto de decretos de reforma e de regulamentação daquele ensino.

indústria as unidades cujo pessoal trabalhador estava compreendido entre 1 e 5, 6 e 20 e acima de 20 elementos" (*ibidem*, p. 39). A mesma realidade é constatada por Alda Filipe, para a região económica de Leiria entre 1836 e 1914, onde dominavam as pequenas e as muito pequenas unidades fabris, nas quais a autora incluiu as oficinas (cf. FILIPE, Alda Maria Martins Mourão, *A Formação do Tecido Empresarial... op. cit.*). A situação do Porto era idêntica, pois como observa Maria Antonieta Cruz, à excepção de algumas unidades ligadas à indústria de ponta, o sector fabril era constituído por unidades tradicionais com mestres e operários ignorantes (cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto... op. cit.*).

¹²² FILIPE, Alda Maria Martins Mourão, *A Formação do Tecido Empresarial... op. cit.*, p. 281.

¹²³ Cf. MENDES, José Amado, "As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal... op. cit.*, vol. 5, pp. 493-499.

¹²⁴ MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários... op. cit.*, p. 9.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ Cf. MENDES, José Amado, "As camadas populares urbanas...", in *op. cit.*.

¹²⁷ Cf. MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários... op. cit.*.

Embora no período em estudo se tenham sucedido vinte e dois ministérios e tenham passado pela pasta do MOPCI trinta e um ministros, apenas seis produziram legislação sobre a matéria¹²⁸. A fim de facilitar a apreensão global dos diplomas promulgados, procedeu-se à sua sistematização no Quadro II¹²⁹.

QUADRO II

Diplomas de organização e regulamentação do ensino nas escolas industriais (1884-1910)

ANO	DIPLOMA	AUTORIA	OBJECTO
1884	Decreto de 03/01/1884	António Augusto Aguiar	Criação das Escolas industriais e de desenho industrial
1884	Portaria de 06/05/1884	António Augusto Aguiar	Regulamento Geral das escolas industriais e de desenho industrial
1886	Decreto de 30/12/1886	Emídio Navarro	Plano de organização do ensino industrial e comercial
1888	Decreto de 23/02/1888	Emídio Navarro	Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial
1891	Decreto de 08/10/1891	João Franco	Reorganização do ensino industrial
1893	Decreto de 05/10/1893	Bernardino Machado e João Franco	Organização dos cursos das escolas industriais
1897	Decreto de 14/12/1897	Augusto José da Cunha	Reorganização das escolas industriais e de desenho industrial
1897	Decreto de 14/12/1897	Augusto José da Cunha	Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial
1901	Decreto de 24/12/1901	Manuel Francisco de Vargas	Organização do ensino elementar industrial e comercial

FONTES: *Diário do Governo* nº5 de 07/01/1884, nº103 de 07/05/1884, nº34 de 14/02/1887, nº44 de 24/02/1888, nº227 de 09/10/1891, nº226 de 06/10/1893, nº283 de 15/12/1897, nº295 de 30/12/1901.

Para além destes diplomas de organização geral do ensino industrial nas escolas, foi produzida legislação sobre matérias específicas relativas, quer a escolas concretas, quer a serviços de coordenação do sistema, mas esses documentos só serão referidos neste capítulo nos casos em que versem o tema em análise.

Alguns aspectos da evolução da orgânica do sistema afiguram-se essenciais para uma melhor compreensão dos seus objectivos e destinatários. Destacam-se o grau de importância conferido ao ensino do desenho e à prática oficial, os critérios de

¹²⁸ Cf. SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados. 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986. Nominalmente foram vinte e cinco ministros, pois quatro deles ocuparam a pasta em dois ministérios diferentes e um deles em três. No Anexo 4 sistematizam-se os diversos governos e respectivos ministros que ocuparam a pasta MOPCI entre 1884 e 1910.

¹²⁹ Cf. *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*

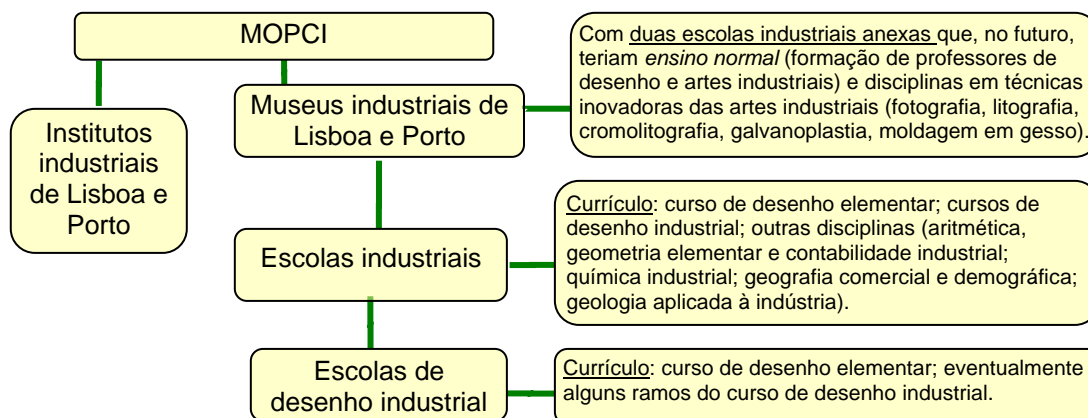
classificação das escolas e a dependência ou autonomia destas face aos estabelecimentos de ensino industrial médio e superior. Procurar-se-á, assim, cruzar estes factores, sistematizados em organigramas, com a análise dos objectivos e destinatários enunciados em cada um dos textos promulgados.

3.2.2.1. O primado do ensino do desenho industrial (1884-1886)

Os diplomas de 1884, que criaram e regulamentaram as escolas industriais, apresentam facetas inovadoras que importa realçar (ver Organigrama 1).

Organigrama 1

Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1884)



FONTES: Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo* nº5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Ibidem*, nº103 de 07/05/1884.

Em primeiro lugar, evidencia-se o primado atribuído ao ensino do desenho, em consonância com o pensamento de Joaquim de Vasconcelos e com os modelos inglês e alemão que o sustentaram¹³⁰. Esta opção consubstanciou-se na prioridade conferida às escolas de desenho industrial, preconizando-se que estas constituíssem os núcleos das futuras escolas industriais a criar nos anos subsequentes¹³¹.

¹³⁰ "As escolas industriais instituídas pelo decreto de 3 de Janeiro de 1884, combinadamente com os museus industriais e comerciais, criados pelo decreto de 24 de Dezembro de 1883, têm por fim lançar os primeiros lineamentos de uma instituição análoga ao real imperial museu austríaco de Arte e Indústria, em Viena e ao museu inglês de South Kensington, promovendo a restauração do ensino industrial, e tomando como ponto de partida para esse fim a difusão do ensino racional do desenho elementar e do desenho industrial.", Portaria de 06/05/1884, Art. 1º, *Diário do Governo* nº 103 de 07/05/1884.

¹³¹ "As cadeiras de desenho, criadas pelo decreto de 3 de Janeiro, e as que, sucessivamente se forem criando, conforme estabelece o mesmo decreto no § único do artigo 3º, serão os núcleos das escolas industriais futuras (§ único do artigo 1º do decreto de 3 de Janeiro)", *Ibidem*, Art. 2º.

Na hierarquia deste ensino, as escolas de Desenho Industrial, limitadas à disciplina de desenho, correspondiam ao grau mais baixo, seguindo-se as Escolas Industriais, de currículo mais alargado e aprofundado, e, por fim, os Museus Industriais de Lisboa e Porto que, tinham a dupla função de centro de recursos (biblioteca, modelos, maquinaria, trabalhos, sala de exposições) e de estrutura de acompanhamento e supervisão dos estabelecimentos de ensino¹³². Previa-se, ainda, que junto aos Museus funcionassem escolas de desenho que viessem a ministrar o *ensino normal*, isto é, a formação dos futuros professores a colocar nas escolas que se fossem abrindo progressivamente no país¹³³.

Esta estrutura orgânica, que colocava as escolas sob a alçada dos Museus, constitui um segundo aspecto de relevo. As escolas não têm articulação directa com os Institutos Industriais de Lisboa e Porto. Em resultado destas medidas, o ensino nas escolas privilegiava a formação e a qualificação de profissionais para o exercício de actividades concretas no sector das "*indústrias e ofícios*"¹³⁴, em detrimento de uma preparação com vista ao prosseguimento de estudos.

Em terceiro lugar, destaca-se a inclusão no sistema, a par dos adultos, de crianças entre os seis e os doze anos de idade, a quem se ministrava apenas o ensino de desenho elementar ou geral. Pretendia-se que ficassem aptos, antes da sua entrada no "*aprendizado fabril ou profissional*"¹³⁵, a "*reproduzir à vista qualquer objecto, não já somente nas suas linhas e contornos, mas também na sua aparência real*"¹³⁶, o que implicava o domínio da perspectiva, dos sombreados e das cores. Aos adultos destinava-se o desenho industrial, dividido em três ramos, o ornamental, o arquitectural e o mecânico. Sublinhe-se, também, que "*aprendizes e oficiais*"¹³⁷ são as designações utilizadas para definir os destinatários específicos de cada um dos ramos do desenho industrial. As escolas industriais podiam ainda oferecer algumas disciplinas teóricas com aplicação às indústrias. Tais aprendizagens, mesmo as de nível elementar, não visavam, decerto, o operariado de unidades fabris de maior dimensão ou tecnologicamente melhor equipadas, onde o baixo custo de uma mão-de-obra não qualificada constituía o

¹³² "Os dois decretos de 24 de Dezembro de 1883 e de 3 de Janeiro de 1884, criam o rudimento de uma instituição, que, tendo por primeiro termo a escola de desenho, tem como segundo a escola industrial, e por último os museus de Lisboa e Porto com as escolas que lhes são anexas.", *Ibidem*, Art. 3º.

¹³³ *Ibidem*, Art. 32º. O *ensino normal* era o ensino que preparava para o magistério ou docência nas escolas, ou seja, que preparava professores/as e mestres/as.

¹³⁴ *Ibidem*, Art. 4º.

¹³⁵ *Ibidem*, Art. 4º.

¹³⁶ *Ibidem*, Art. 7º.

¹³⁷ *Ibidem*, Art. 9º, art. 10º e art. 11º.

principal factor de lucro. Para este nível de indústria justificar-se-ia a preparação de directores de fábricas, mas este cometimento não fora atribuído às escolas.

No pensamento do legislador parecem estar, então, as unidades de produção artesanal e oficial e os estabelecimentos fabris de pequena e média dimensão, de carácter basicamente manufactureiro, reinantes na economia nacional. Em causa estavam os níveis de qualidade e produtividade, os quais não ofereciam competitividade face ao produto estrangeiro. Este défice nacional era atribuído, por um lado, à falta de modernização e de aperfeiçoamento dos padrões reproduzidos, ou, por outras palavras, à necessidade de concepção de novos *designs* e de aptidões para a sua adequada aplicação, e, por outro lado, ao desconhecimento da moderna maquinaria e dos seus modos de utilização. Converte neste sentido a determinação de que no futuro as escolas industriais seriam completadas "*com cursos práticos de tecnologia industrial, ou escolas experimentais de mestres de ofícios, dando-se preferência àquelas indústrias que constituírem a especialidade local*"¹³⁸. À excepção das escolas anexas aos Museus de Lisboa e Porto, designadas "*escolas-oficinas*"¹³⁹, não se prevê o ensino da prática oficial. Nestas duas escolas, porém, pretendia-se criar disciplinas próprias das artes industriais e produzir trabalhos passíveis de venda ao público, revertendo os ganhos para cada um dos museus.

Por fim, se se tiver em conta a execução dos diplomas, sobressai, por um lado, a celeridade que caracterizou todo o processo de instalação das escolas (edifícios, mobiliário, material didáctico) e de provimento dos respectivos professores, proporcionando que doze escolas iniciassem o seu funcionamento no ano lectivo de 1884/85, e, por outro lado, o facto de oito daquelas escolas terem sido também frequentadas pelo sexo feminino¹⁴⁰. Apesar de não haver referência explícita ao sexo feminino na legislação de 1884, observa-se que a enumeração dos destinatários do ramo ornamental do desenho industrial, em vez de constar num único parágrafo, como acontece com os outros dois ramos, está organizado em dois, sendo que o segundo inclui, de forma inequívoca, algumas actividades que eram exercidas por mulheres: "*os aprendizes e oficiais bordadores, tecelões de lã, linho, algodão e seda, os estampadores, os fabricantes de oleados, de papéis de casas, etc., aos quais basta o conhecimento do desenho em plano, poderão ser dispensados do estudo da*

¹³⁸ *Ibidem*, Art. 24º.

¹³⁹ *Ibidem*, Art. 32º, § 3º.

¹⁴⁰ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1885]...op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1885 a 1886-1887)... op. cit.*

modelação"¹⁴¹. Este desdobramento dos destinatários do ramo ornamental afigura-se constituir o fundamento primordial da afluência feminina às escolas desde a sua abertura, tanto mais que foi neste ramo que se concentraram as mulheres que se matricularam em desenho industrial.

3.2.2.2. A valorização do ensino oficial e do prosseguimento de estudos (1886-1891)

Ao longo do ano de 1886, antes de publicada a reforma de Emídio Navarro, foram criadas e regulamentadas oficinas anexas a algumas escolas. Foi o caso das oficinas de Trabalhos em Madeira nas escolas de Portalegre, Afonso Domingues em Lisboa, Tomar, Torres Novas e Covilhã, de trabalhos em Metal nas escolas de Portalegre e Afonso Domingues em Lisboa, de Lavores Femininos na escola Marquês de Pombal em Lisboa, de trabalhos em Pedra na escola Gil Vicente em Lisboa, de Pintura decorativa na escola Afonso Domingues em Lisboa, de Tecelagem e Tinturaria na Covilhã e de Cerâmica nas Caldas da Rainha¹⁴². Estas oficinas tinham duas classes de alunos, ordinários e voluntários. Nas oficinas de trabalhos em Madeira, em Metal e em Pedra, os alunos ordinários eram designados por *operários*, mas nas oficinas de Lavores Femininos e de Pintura Decorativa, os alunos eram denominados *artistas*. Esta nomenclatura traduz a diferença que se estabelecia entre os artífices em geral e aqueles cuja actividade era considerada uma *indústria artística*. A classe de voluntários era frequentada por aprendizes entre os onze e os quinze anos, à excepção da oficina de Pintura decorativa onde o limite máximo de idade se elevava a vinte anos.

A portaria que regulamenta a oficina de Lavores Femininos da escola Marquês de Pombal, em Lisboa-Alcântara, tem sido justificadamente destacada, quer em textos coevos, quer em alguns dos trabalhos historiográficos mais recentes, por ter sido a primeira a focalizar de modo particular a formação do sexo feminino¹⁴³. O regulamento preceituava que nas obras a executar "*deverá atender-se à utilidade prática e aplicações*

¹⁴¹ Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo* nº 103 de 07/05/1884, Art. 9º, ponto 4º, § 2º.

¹⁴² Cf. Portaria de 10/09/1886, *Diário do Governo* nº 209 de 15/09/1886; Portaria de 22/10/1886, *Diário do Governo* nº 244 de 26/10/1886; Portaria de 02/12/1886, *Diário do Governo* nº 279 de 07/12/1886; Decretos de 11/12/1886, citados por BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]... op. cit.*, p. 38.

¹⁴³ Cf. Portaria de 22/10/1886 e, entre outros, LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Escola Industrial Marques de Pombal. O seu estado actual e notícia do movimento escolar no ano lectivo de 1891-1892*, Separata de *O Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899; ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar... op. cit.*; *Escola Industrial Marquês de Pombal. 1888-1963*, Lisboa, Aço Irmãos Lda., 1963; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*; FERREIRA, João Filipe Evangelista, *A Escola Marquês de Pombal... op. cit.*

mais gerais que possam ter nas indústrias locais"¹⁴⁴ e determinava a constituição de duas secções, uma de Trabalhos de agulha e outra de Pintura. Sublinhe-se que na primeira, para além da execução de bordados e rendas, se previa a aprendizagem com máquinas de costura, o que permitia às alunas alargar o seu exercício profissional a sectores menos tradicionais, como era o caso da confecção. A oficina de Pintura habilitava para a elaboração de trabalhos decorativos muito diversificados – em papel, vidro, tecidos, cerâmica, leques, almofadas, azulejos, pratos, taças, flores de papel, pano, cera, seda – que podiam ser produzidos no domicílio, em unidades oficinais ou, mesmo, em estabelecimentos fabris, no caso da cerâmica e indústrias afins. Uma das valências das oficinas, que a legislação produzida até 1910 manteve na sua essência, era a possibilidade de venda dos trabalhos produzidos, revertendo sempre uma parte dos ganhos para os ou as executantes. No caso da oficina de Lavoires Femininos da escola Marquês de Pombal, definia-se a divisão dos proventos em quatro partes, "*uma para o professor, outra para a mestra ou ajudante, outra para a aluna que tiver feito a obra e outra para despesas de material da oficina*"¹⁴⁵.

A reforma de Emídio Navarro (1886) e o respectivo regulamento (1888), como se pode observar no Organigrama 2, introduziram alterações significativas no sistema de ensino nas escolas¹⁴⁶. Os Museus perderam a sua vertente de ensino e ficaram circunscritos à missão de centro de recursos e de exposições, que o diploma de 1888 minoraria ao prescrever de forma expressa que cada escola industrial tivesse uma biblioteca e um museu¹⁴⁷. A definição das novas orientações e da nova orgânica dos Museus foi regulamentada no mesmo ano¹⁴⁸. A quebra da relação orgânica e hierárquica entre os museus e as escolas industriais e de desenho industrial foi irreversível. A encabeçar o sistema passaram a situar-se os Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, nos quais se privilegiava uma preparação mais especializada e destinada, nomeadamente, a condutores, directores de fábricas e outros profissionais necessários aos quadros superiores do MOPCI¹⁴⁹.

¹⁴⁴ Portaria de 22/10/1886, *Diário do Governo* nº 244 de 26/10/1886, Art. 3.º 5.º.

¹⁴⁵ *Ibidem*, Art. 28.º.

¹⁴⁶ Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887; Decreto de 23/02/1888; *Diário do Governo* nº 44 de 24/02/1888.

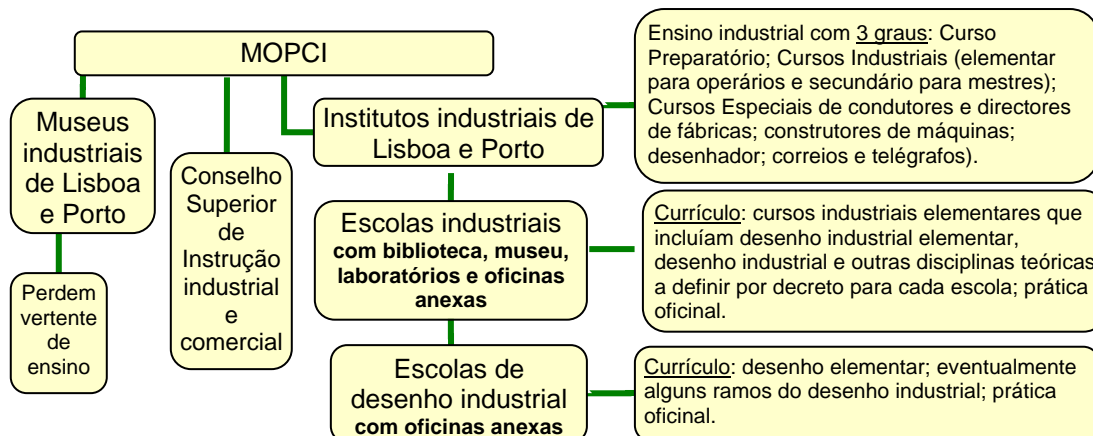
¹⁴⁷ No final do ano (Decreto de 19/12/1888) Emídio Navarro redefiniu a organização dos museus, de acordo com a regulamentação do ensino industrial, limitando-os a uma missão educativa de carácter expositivo. Cf. PÉLICO Filho, Sílvio, *História da Instrução Popular em Portugal*, Lisboa, Lumen / Empresa Internacional Editora, 1923.

¹⁴⁸ Cf. Decreto de 19/12/1888 in FINO, Gaspar Cândido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

¹⁴⁹ Cf. Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, Decreto de 03/02/1888, in

Organigrama 2

Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1886/1888)



FONTES: Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo*, nº34 de 14/02/1887; Decreto de 23/02/1888, *Ibidem*, nº44 de 24/02/1888.

A maior articulação entre as escolas e os institutos foi reforçada com a criação do Conselho de Instrução Industrial e Comercial (CIIC), que substituiu o Conselho de Aperfeiçoamento dos Institutos, que tinha sido criado pela Reforma de 1869¹⁵⁰. O novo órgão tornou-se mais abrangente, como indicia a sua composição: ministro do MOPCI (que presidia), director-geral da DGCI – Direcção-Geral do Comércio e Indústria (vice-presidente), chefe da RI da DGCI (secretário), director do Instituto industrial e comercial de Lisboa, inspector das escolas industriais da circunscrição do sul e quatro indivíduos de reconhecida competência, escolhidos pelo governo. Este órgão consultivo manter-se-ia ao longo das reformas subsequentes.

Omissa ficou a questão do *ensino normal*, para formação de docentes das escolas, admitindo-se que, não existindo no país "indivíduos com os requisitos necessários para o ensino teórico e prático, poderá o governo contratar no estrangeiro, pelo tempo que julgar conveniente, pessoas com as necessárias habilitações"¹⁵¹. Esta via foi amplamente utilizada, a partir de 1888, para o recrutamento de professores e de mestres para as escolas¹⁵².

Reformas do Ensino em Portugal... op. cit., Tomo I, vol. 2, pp. 217-242.

¹⁵⁰ Cf. Art. 12º e 13º do decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887; Art. 20º e 21º do decreto de 30/12/1869, *Diário do Governo* nº 1 de 03/01/1870.

¹⁵¹ Decreto de 30/12/1886, *Ibidem*, art. 42º.

¹⁵² Entre 1888 e 1889 decorreram importantes concursos para contratação de professores para as escolas industriais e de desenho industrial em diversas capitais europeias, como Bruxelas, Viena de Áustria, Paris, Berlim, Roma e Berna; AHME, Fundo da DGCI do MOP, Série Pessoal, Unidade 3565, *Concursos de Bruxelas, Viena de Áustria, Paris, Berlim, Roma e Berna (1888-1889)*. Foram, com efeito, mais de trinta e

As escolas de desenho industrial permaneceram sem alterações curriculares, sendo de destacar, todavia, que a aprovação em desenho elementar passou a ser exigida para o acesso ao desenho industrial, pelo que a sua frequência foi alargada aos adultos, ou seja, a indivíduos já inseridos no mercado de trabalho. Esta medida introduziu uma gradação no ensino do desenho, implicando um prolongamento da escolarização para quem pretendesse completar o desenho industrial. Na prática tornava-se menos provável que este fosse procurado pelos *operários* (no sentido de *obreiros* ou *artífices* que lhe era dado na época), já inseridos no mercado de trabalho, a quem o acréscimo de esforço exigido decerto desencorajaria. Converte neste sentido o facto de se terem alargado as atribuições das escolas industriais, quer pela possibilidade de nelas ser ministrado o curso preparatório para acesso aos Institutos, quer pelo alargamento das suas competências de formação a "*contramestres e mandadores*"¹⁵³, sendo que o ensino do desenho industrial seria acompanhado de uma oferta de disciplinas teóricas definida por decreto para cada escola. Foi-lhes, ainda, inscrita uma dimensão mais vocacionada para a inovação tecnológica, que consistia em "*ensaaiar, por ordem do governo ou a pedido de particulares, os aparelhos, materiais e processos susceptíveis de vantajoso emprego nas indústrias locais, e a divulgar os aperfeiçoamentos que possam ser introduzidos nessas indústrias*"¹⁵⁴. Esta tendência de valorização das escolas industriais em relação às de desenho industrial consumar-se-ia, em 1888 e 1889, com o grande incremento daquele tipo de escolas¹⁵⁵.

A formalização da dimensão teórico-prática do ensino foi outro aspecto inovador dos diplomas de 1886 e de 1888. A prática oficial passa a constituir uma componente

cinco os estrangeiros que incorporaram o pessoal docente das escolas, como predisse Mário Alberto Nunes Costa (in *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*, p. 176). Numa pesquisa não exaustiva foi possível identificar quarenta e um desses indivíduos, todos eles do sexo masculino: Adolph Hausmann, Alfred Schwarz, Alphonse Justin Picard, August Stamm, Baron Paul von Wagner, Carl Holthof, Carl von Bonhorst, Cesar Formilli, Cesare Janz, Charles Lepierre, Eduard Wüstner, Emile Ioch, Enrique Casanova, Ernesto Corrodi, George Ianz, Gerard van Krieken, Giovanni Battista Cristoffanetti, Giuseppe Cellini, Guido Richter, Hans Dickel, Hans Norwack, Henri Emile Possoz, Hugo Richter, Isaias Newton, Jacob Herzfeld, Joseph Benoliel, Joseph Biemann, Joseph Füller, Leopoldo Battistini, Manuel de la Cuadra, Martin Kuratlé, Martius Albert Eduard Braun, Maximiliano Herrmann, Michelangelo Soá, Nicola Bigaglia, Paul von Wagner, Robert Rogenmoser, Silvestro Silvestri, Theodore Rögge, Vittorio Giuseppe Fiorentini e Walter Müller; AHME, Fundo da DGCI do MOP, Série Pessoal, Unidade 3565, *Cadastro do pessoal das escolas industriais da circunscrição Norte (1894)*, *Cadastro do pessoal do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1894)*, *Relação do pessoal das escolas industriais da circunscrição do Norte (1894)*, *Relação de todos os professores das escolas industriais do país (1896-1897)*, *Processos individuais de professores das escolas industriais (1888-1896)*, *Concursos de Bruxelas, Viena de Áustria, Paris, Berlim, Roma e Berna (1888-1889)*; AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894)*.

¹⁵³ Decreto de 23/02/1888, *Diário do Governo* nº 44 de 24/02/1888, art. 39º. Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887, art. 4º e art. 17º.

¹⁵⁴ Decreto de 23/02/1888, *ibidem*, art. 39º.

¹⁵⁵ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*

fundamental do ensino industrial nas escolas e preconiza-se a criação de oficinas a elas anexas. Em alternativa previa-se a utilização de estabelecimentos fabris do Estado ou de particulares, mediante contratos a estabelecer entre o governo e os proprietários¹⁵⁶.

O regulamento de 1888 foi o primeiro documento de organização geral do sistema a fazer menção explícita a "*crianças de ambos os sexos*" e a "*adultos dos dois sexos*"¹⁵⁷ como destinatários do ensino professado nas escolas industriais e de desenho industrial. Os destinatários do ramo ornamental do desenho industrial continuaram a estar divididos em dois parágrafos, aludindo o segundo a "*bordadores, tecelões, estampadores e outros*"¹⁵⁸, ou seja, a profissões que incluíam o sexo feminino.

3.2.2.3. A formalização dos cursos industriais em função das áreas profissionais (1891-1897)

A reforma de João Franco (1891), na qual Bernardino Machado, à data director do Instituto Industrial de Lisboa, colaborou e o diploma de organização dos cursos (1893), assinado por ambos, constituem dois documentos complementares, que se condensaram no Organigrama 3¹⁵⁹.

Como afirmou Mário Alberto Costa, "*a reforma de 91, de estrutura interna por vezes confusa, articulado nem sempre claro nem preciso, ambiciosa mas sem completo apoio financeiro, extensa mas incompleta, revolucionária sem realismo, (...) sofreu fortíssima contestação*"¹⁶⁰. Algumas correcções foram sendo introduzidas a fim de reajustar as medidas aos condicionalismos de acção das escolas, processo que culminaria com o decreto de 1893.

¹⁵⁶ Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887, art. 6º. Foi desta medida que decorreu o contrato com a Fábrica de Louças das Caldas da Rainha, propriedade da família Bordalo Pinheiro, de acordo com o qual o MOPCI pagava uma elevada verba anual (5:000\$000 réis) para que os alunos da escola das Caldas fizessem o seu aprendizado na referida fábrica (cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul. 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 37). Este processo não foi pacífico, tendo sido posto em causa o benefício de tal investimento dos dinheiros públicos. A questão chegou a ser debatida nas duas Câmaras do Parlamento; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, SG, *Correspondência recebida da Câmara dos Deputados, 1887-1891*; *Correspondência recebida da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1887-1891*; Fundo do MOPCI, RC; *Correspondência recebida da Câmara dos Deputados, 1869-1881 e 1883-1886*; *Correspondência recebida da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1883-1886*. A relação entre a Fábrica das Louças e a escola industrial das Caldas da Rainha foi analisada in SERRA, João B., *Arte e indústria na cerâmica caldense (1853-1977)*, Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos da Casa da Cultura das Caldas da Rainha, 1991.

¹⁵⁷ Decreto de 23/02/1888, *Diário do Governo* nº 44 de 24/02/1888, art. 4º.

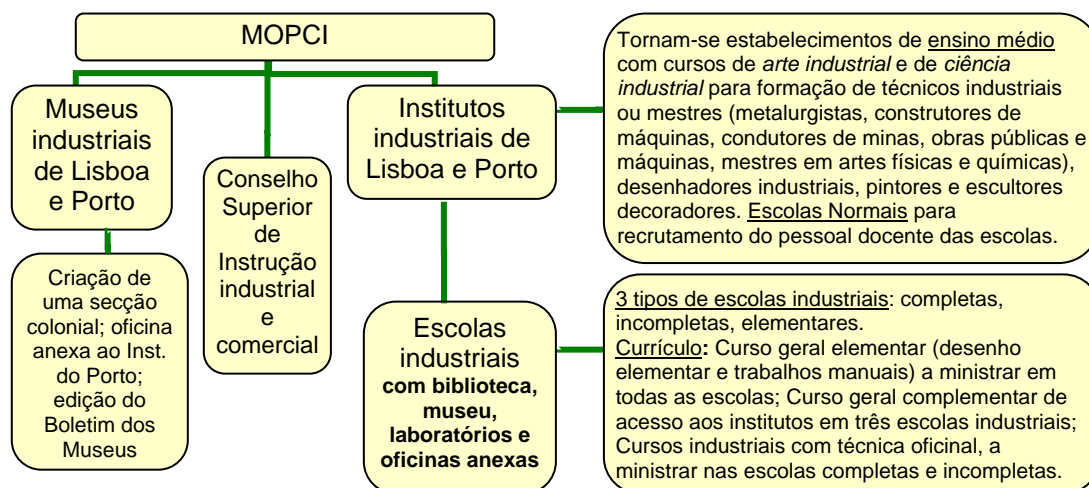
¹⁵⁸ *Ibidem*, art. 10º, 6º, § 2º.

¹⁵⁹ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891; Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* nº 226 de 06/10/1893. A dimensão do contributo de Bernardino Machado para a reforma de 1891 não foi ainda definida com rigor (cf. ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica... op. cit.*. Em Outubro de 1893 Bernardino Machado tutelava o MOPCI e João Franco o MR.

¹⁶⁰ COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*, p. 68.

Organigrama 3

Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1891/1893)



FONTES: Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo*, nº227 de 09/10/1891; Decreto de 05/10/1893, *Ibidem*, nº226 de 06/10/1893.

Em termos globais, apesar da intenção expressa de racionalização e economia do sistema e da conseqüente extinção de algumas escolas, resultante da contenção orçamental imposta pela conjuntura de crise, aqueles diplomas reforçaram a orgânica e os princípios fundamentais instituídos por Emídio Navarro. Com efeito, a tónica nas escolas industriais, a relação entre escolas e institutos e o reforço da dimensão oficial consolidaram-se.

As escolas foram todas classificadas como industriais e divididas em elementares, incompletas e completas. As primeiras correspondiam às antigas escolas de desenho industrial onde se ministrava o curso geral elementar, ou seja, o desenho elementar, e eventualmente alguns cursos industriais. A idade mínima de frequência subiu para oito anos e a aprovação no curso elementar continuou a constituir precedência obrigatória para o acesso aos outros cursos. A diferença entre as escolas incompletas e completas baseava-se na maior ou menor oferta curricular, mas apenas as escolas Marquês de Pombal, em Lisboa, e Infante D. Henrique, no Porto, eram completas.

Foi criado um curso geral complementar, de carácter teórico, nas escolas industriais para preparar os alunos que pretendiam ingressar nos institutos. Esse curso preparatório, com a organização de 1893, ficou confinado às duas escolas completas e à escola Rodrigues Sampaio, a qual transitara, no ano anterior, da Câmara Municipal de

Lisboa para o Estado, sob tutela do MOPCI. Os institutos foram definidos como estabelecimentos de ensino médio, vocacionados para formar pessoal técnico mais especializado, mas acumulavam a valência de *ensino normal*, isto é, de formação dos docentes das escolas, o que indiciava a vontade de reduzir a contratação de pessoal estrangeiro e de aumentar o recrutamento de professores e mestres nacionais competentes. Nesse sentido estipulava-se, também, que o curso de Lavoros Femininos das escolas Marquês de Pombal em Lisboa e Infante D. Henrique no Porto conferia habilitação para o exercício da função de mestra desta modalidade oficial¹⁶¹. Do mesmo modo, o curso de Cerâmica da escola das Caldas da Rainha era considerado *ensino normal* para aquele sector industrial.

Acentua-se, na letra da lei, o carácter profissionalizante do ensino e, portanto, a imprescindibilidade da prática oficial em conformidade com a convicção de João Franco de que "*o ensino devia ser ministrado segundo uma vertente mais utilitária, com vista a formar o cidadão activo*"¹⁶². Neste sentido, o ensino do desenho elementar era complementado, em todas as escolas, por trabalhos manuais educativos para o sexo feminino (costura e bordados) e para o sexo masculino (madeira e ferro)¹⁶³. Para além disso, os cursos industriais propriamente ditos eram complementados por trabalhos práticos oficiais, os quais podiam ser professados nas oficinas das escolas ou, tal como previsto no diploma de 1886, em oficinas particulares mediante contrato. É de realçar, todavia, que foi estabelecido um critério de opção, segundo o qual as oficinas nas escolas se justificavam, sobretudo, quando se pretendia "*restaurar uma indústria decadente por falta de instrução profissional, desenvolver uma pequena indústria ou implantar uma indústria nova*"¹⁶⁴. Sempre que existissem indústrias em franca pujança, sugeria-se que se potenciasses as oficinas e mestres desses estabelecimentos para o ensino prático.

Foi a diversidade das áreas profissionais que sustentou a organização dos trinta cursos industriais, todos com a duração de quatro anos, apresentada no diploma de 1893. A nomenclatura dos cursos reporta-se, não à designação da profissão (p. ex. serralharia ou rendaria), mas à do profissional (p. ex. serralheiro ou rendeira); deste modo, é-se induzido, pelo género gramatical utilizado, a identificar os cursos com o

¹⁶¹ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n° 227 de 09/10/1891, art. 99°.

¹⁶² BRITO, Ana Maria Tomé Parracho, *João Franco e as Reformas ... op. cit.*, p. 50.

¹⁶³ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo...* *op. cit.*, art. 104° e 109° e Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* n° 226 de 06/10/1893, Tabela n° 1.

¹⁶⁴ Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo...* *op. cit.*, art. 92°.

sexo feminino ou masculino¹⁶⁵. Nessa base, têm sido associados ao sexo feminino apenas cinco desses cursos, a saber, Bordadeira, Rendeira (rendaria geral e rendaria de Peniche), Modista, Costureira e Florista¹⁶⁶.

Alguns dos restantes cursos, todavia, terão sido mistos, isto é, frequentados por homens e mulheres, sendo que nesses casos se optou pela designação no masculino¹⁶⁷. Esta situação verificou-se com os cursos de Pintor Decorador e de Encadernador, cujas áreas oficiais foram frequentadas por mulheres em períodos, quer anteriores, quer posteriores a esta reforma¹⁶⁸. A fotografia da Imagem 1, escolhida por Marques Leitão para ilustrar a oficina de Pintura decorativa da escola Marquês de Pombal, na publicação apresentada na Exposição do Rio de Janeiro de 1908, é elucidativa do que se acabou de expor, pois retrata o funcionamento de uma aula para o sexo feminino.

Os cursos de Lavrante de couro e de Fabricante de instrumentos de precisão são paradigmáticos do efeito do género gramatical sobre a representação que se constrói acerca do sexo dos seus destinatários. Apesar das expressões *lavrante* e *fabricante* terem a mesma forma para o feminino e para o masculino, como não estão precedidas de artigo definido, as profissões têm sido figuradas no masculino. O curso de Lavrante de couro aplicado ao mobiliário, no entanto, correspondeu à autonomização da área oficial de trabalhos em couro que existia na oficina de Lavores Femininos da escola Marquês de Pombal em Lisboa¹⁶⁹. A mestra continuou a ser mesma, tendo sido reconfirmada na sua função após as alterações curriculares de 1891 e de 1893, e só se registaram matrículas do sexo feminino¹⁷⁰.

¹⁶⁵ Foram definidos no masculino os seguintes cursos: Pintor decorativo, Pintor cerâmico, Tecelão, Abridor de metais (prancha e cilindros para estampagem), Lavrante de couro, Serralheiro civil, Ourives cinzelador, Formador, Estucador, Entalhador, Encadernador, Oleiro e louceiro formista, Carpinteiro de machado, Canteiro, Marceneiro, Carpinteiro civil, Poleiro, Carpinteiro mecânico, Serralheiro mecânico, Condutor de máquinas, Fundidor, Cutileiro, Curtidor, Tintureiro; foram definidos no feminino os seguintes cursos Bordadeira, Rendeira (rendaria geral e rendaria de Peniche), Modista, Costureira, Florista; Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo... op. cit.*, Tabela nº 1.

¹⁶⁶ Cf., entre outros autores, COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

¹⁶⁷ Poder-se-ão, ainda, acrescentar, a título hipotético, os cursos de Pintor cerâmico e de Tecelão. As estatísticas coevas relativas ao período de vigência do diploma de 1893, porém, não discriminam os cursos em real funcionamento em cada escola e, portanto, não é possível apurar com rigor quais os cursos que as mulheres e os homens frequentaram.

¹⁶⁸ Sobre a frequência das oficinas ver Capítulo 5.2.2..

¹⁶⁹ O decreto de 08/10/1891 já tornara a oficina de "lavor em couro aplicado ao pequeno e grande mobiliário" independente da oficina de Lavores Femininos (art. 95º). O decreto de 05/10/1893 cria o curso industrial de "lavrante de couro" (Tabela I).

¹⁷⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891- 1894)*, vol. 1, ofício de 23/11/1891, fl. 45-46 e vol. 2, ofício nº 8049, [sem dia]/12/1893, fl. 63.

IMAGEM 1

Fotografia da oficina de Pintura Decorativa da escola industrial Marquês de Pombal, em Lisboa.



FONTE: LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, "Ensino industrial e commercial", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 580.

O diploma de 1893 estabeleceu o currículo preciso de cada escola e os programas minuciosos das disciplinas teóricas e dos cursos práticos¹⁷¹. Interessa relevar, em primeiro lugar, que o currículo teórico de vinte e três dos trinta cursos industriais, incluindo os definidos no feminino, era apenas composto pelas disciplinas de desenho elementar e industrial. Apenas sete

desses cursos tinham uma maior carga de disciplinas teóricas. Em segundo lugar, os programas dos cursos de Bordadeira, Rendeira (geral e de Peniche), Modista, Costureira, Florista e Lavrante de Couro ostentavam um elevado grau de complexidade no que concerne a domínio de materiais e ferramentas do ofício e de técnicas de execução; os três primeiros incluíam o conhecimento erudito de técnicas e/ou modelos nacionais e estrangeiros de diversos períodos históricos; o curso de Lavrante de Couro exigia o conhecimento dos motivos nacionais e dos vários estilos decorativos e, ainda, o domínio das distintas aplicações do couro, desde o mobiliário à encadernação; os cursos de Modista e de Costureira implicavam o uso da máquina de costura. Com as devidas adaptações às diversas profissões, estas características estão de igual modo presentes nos cursos definidos no masculino.

Os diplomas de 1891 e de 1893 reflectem uma clara influência do sistema belga, o qual, nos relatos de Fonseca Benevides sobre a Exposição Universal de Paris de 1889, tinha sido considerado muito vantajoso e convergente com o modelo português¹⁷². As

¹⁷¹ Cf. *Ibidem*, Tabelas nº 2, nº 3 e nº 4.

¹⁷² A orgânica do sistema de ensino industrial e profissional belga, de acordo com o relatório de Fonseca Benevides, era a seguinte:

coincidências são assinaláveis: uma estrutura orgânica assente num primeiro grau, com ensino manual, preferencialmente ligado à instrução primária, medida que convergia com a obrigatoriedade, estipulada no decreto regulamentador do trabalho dos menores e das mulheres na indústria, de todas as crianças, que trabalhassem em estabelecimentos industriais, frequentarem aquele grau de ensino¹⁷³; seguia-se um segundo grau com duas vias alternativas, a das escolas profissionais, com cursos teórico-práticos de três anos para os dois sexos, e a das escolas industriais, onde nas escolas belgas (pintura sobre vários materiais, rendas, confecção e corte, roupa o ensino ministrado era apenas teórico. Os cursos profissionais para o sexo feminino branca, bordados, flores artificiais) eram muito semelhantes aos que Bernardino Machado propôs em 1893. Enquanto preparava a reorganização curricular, o seu interesse pela instrução feminina levou-o a converter em incumbência oficial a proposta que Alice Pestana lhe apresentou, de visitar estabelecimentos de ensino profissional para o sexo feminino no estrangeiro, nos meses de verão daquele ano.

A grande finalidade das escolas profissionais, para Alice Pestana, era educar as raparigas para a vida caseira, o que significava aprendizagens específicas e, sobretudo, a interiorização do valor da domesticidade¹⁷⁴. Em segundo plano ficava a instrução para o exercício de uma actividade remunerada na indústria ou no comércio, tanto quanto possível cumprida dentro de casa. Qualquer que fosse o modelo adoptado, ela preconizava que estas escolas fossem específicas para o sexo feminino e privilegiassem o ensino doméstico. Os exemplos que referiu, no relatório da viagem de 1893, foram de Escolas Municipais Profissionais para raparigas, Escolas Primárias Superiores femininas, Escolas Profissionais Elisa Lemonnier e a secção feminina, em edifício separado, da École Nationale des Arts Décoratifs de Paris. No entanto, ao caracterizar as escolas profissionais francesas que visitou, teve o cuidado de sublinhar que conciliavam o objectivo de proporcionar empregos na indústria e no comércio, às raparigas que as frequentavam, com o da educação doméstica, matéria essencial para todas as mulheres,

<u>Escolas Profissionais</u> Ensino Profissional – Teórico-prático Cursos de 3 anos para os dois sexos	<u>Escolas Industriais</u> Ensino Industrial –Teórico
<u>Oficinas de Aprendizagem</u> ensino profissional e industrial com ensino manual	

Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e Profissionais na Exposição Universal de Paris de 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, pp. 13-25.

¹⁷³ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891, art. 85º b); Decreto de 14/04/1891, *Diário do Governo*, nº 88 de 22/04/1891.

¹⁷⁴ Cf. CÂMARA, Isabel Maria dos Santos Batista da, *Pensar o feminino. Alice Pestana... op. cit.*

mas "com dobrado título para as das classes menos abastadas"¹⁷⁵. Essa dupla aprendizagem, porém, ficava aquém do modelo de vida caseiro, o único que ela reconhecia como adequado ao sexo feminino e, por isso, comentava que o ideal seria que as escolas profissionais resolvessem "a questão do trabalho das mulheres, habilitando a maior parte delas a desenvolverem-no dentro das suas próprias casas, sem o desgraçado, ominoso, abandono do lar"¹⁷⁶.

A pedagoga propôs, ainda, como medida prioritária, que todos os asilos fossem convertidos em asilos-oficinas, para que as raparigas órfãs e pobres começassem a trabalhar sob a vigilância da instituição e assegurassem, para o seu futuro, uma clientela fixa e perdurável. Este modelo de formação profissional convergia com o de Concepción Arenal, que contrapunha às Escolas de Artes e Ofícios femininas a organização de oficinas, tuteladas e controladas por mulheres das classes médias, onde as raparigas das classes populares pudessem aprender um ofício sob a orientação de mestras criteriosamente escolhidas¹⁷⁷. Em suma, não fez qualquer alusão a escolas técnicas mistas que pudessem equiparar-se às escolas do ensino industrial público português em funcionamento desde 1884¹⁷⁸.

Os destinatários expressos do ensino ministrado nas escolas são, no diploma de 1891, "operários de todas as artes e ofícios"¹⁷⁹, "contramestres, capatazes e mandadores industriais"¹⁸⁰, "indivíduos dos dois sexos, aprendizes, artífices, mestres e contramestres de várias indústrias ou ofícios"¹⁸¹. No entanto, quando o decreto de 1893 definiu os trinta cursos atrás referidos, clarificou que se dirigiam aos operários, ficando a formação de contramestres a aguardar a publicação dos respectivos programas¹⁸². Mencione-se, ainda, a intenção de fomentar, através do ensino industrial nas escolas, "o estabelecimento do ensino corporativo livre, que compete moralmente às associações de classe"¹⁸³, o que, segundo António Arroio, traduzia, pela primeira vez, a formulação de um objectivo de carácter social¹⁸⁴.

¹⁷⁵ PESTANA, Alice (Caíel), "Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional...", in *op. cit.*, p. 327.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 331.

¹⁷⁷ Cf. SANTALLA, Manuela, "La condición femenina en Concepción Arenal...", in *op. cit.*.

¹⁷⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁹ Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n° 227 de 09/10/1891, art. 85°.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*, art. 109°.

¹⁸² Cf. Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* n° 226 de 06/10/1893, art. 1°, § 1°.

¹⁸³ Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo... op. cit.*, art. 85° a).

¹⁸⁴ Cf. ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar... op. cit.*.

Os Museus Industriais, que tinham sido subestimados por Emídio Navarro, foram objecto de algumas medidas no sentido da sua revitalização, destacando-se a instituição de uma secção colonial, a renovação da incumbência de publicação de um Boletim e, no caso do Porto, a criação de uma oficina anexa ao museu¹⁸⁵.

3.2.2.4. *Dos cursos industriais para o sexo feminino aos cursos de trabalhos femininos (1897-1910)*

A reforma e o regulamento de Augusto José da Cunha (1897) recuperaram alguns dos princípios subjacentes à criação das escolas por António Augusto Aguiar (ver Organigrama 4)¹⁸⁶. As escolas deixaram de estar subalternas aos institutos e foram reclassificadas em industriais e de desenho industrial. Não se retomou, todavia, a antiga ligação com os Museus Industriais de Lisboa e Porto, que prosseguiram sem modificações até serem extintos, em 1899, por Elvino de Brito¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo... op. cit.* Desde a criação dos museus que se previa a publicação de um Boletim, o qual estava a cargo do conservador segundo o regulamento (Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo* nº 103 de 07/05/1884, art. 27º), mas tal iniciativa nunca se chegou a concretizar.

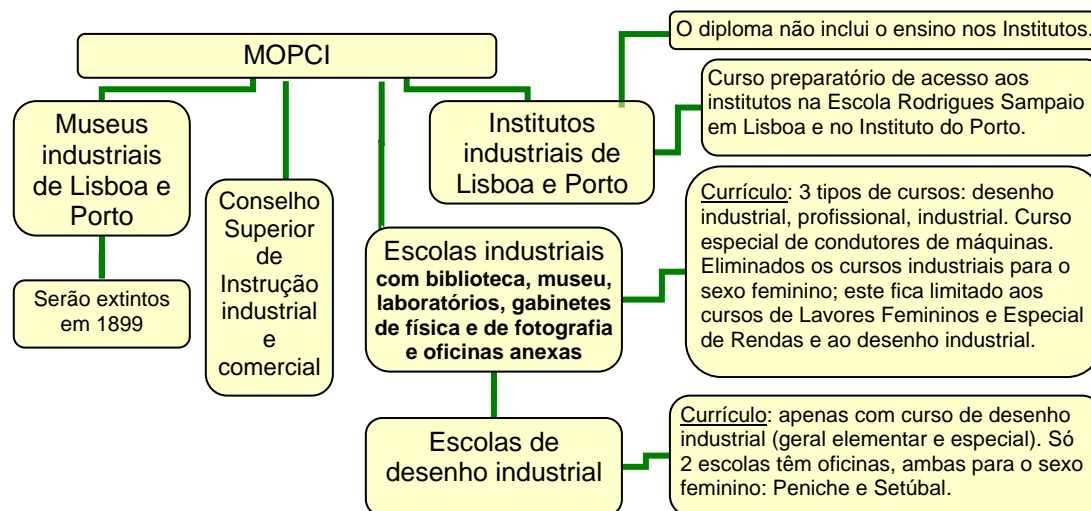
¹⁸⁶ Não partilhamos da perspectiva defendida por Marques LEITÃO ("Ensino industrial e commercial", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal... op. cit.*, vol. 1, pp. 569-584) e subscrita por Luís Alberto Marques ALVES (*O Porto no Arranque do Ensino Industrial... op. cit.*) de que os diplomas de Augusto José da Cunha de 1897 não constituem uma reforma propriamente dita, pois se teriam limitado a harmonizar a legislação anterior. Não está em causa o insuficiente conhecimento destes diplomas por Marques Leitão, o qual, tendo coadjuvado o ministro na sua elaboração, decerto corroborou o texto do relatório preliminar ao decreto de Reorganização das escolas, onde se afirma que este não é "uma reforma, no sentido etimológico e vulgar da palavra". Posição semelhante está também presente, aliás, na reforma de 1901 (decreto de 24/12/1901) em cujo relatório prévio se pode ler que "não se propõe o presente diploma a introduzir novas disposições orgânicas no regime do ensino elementar industrial (...) [mas] ele visa, tão somente, por um lado, a fundir e condensar num só corpo de doutrina a matéria expressa em diplomas anteriores". Consideramos que, independentemente dos discursos coevos, a Reorganização de 1897 foi, de facto, uma reforma, pois produziu alterações muito significativas e de carácter estrutural na orgânica e nos objectivos do ensino industrial nas escolas. Destacam-se a reclassificação das escolas em industriais e de desenho industrial (em analogia com o estipulado até à reforma de João Franco em 1891), a separação entre cursos industriais (só teóricos) e cursos profissionais (os únicos com ensino oficinal), a eliminação dos cursos industriais para o sexo feminino, a eliminação dos trabalhos manuais educativos, a cessação do carácter de subalternidade entre escolas e institutos (introduzida por Emídio Navarro em 1886/1888) e a formalização da integração e formação de alunos com destino às colónias. Analisando o sistema de ensino industrial à luz das políticas públicas de formação profissional, José Eduardo Cardim admite, no mesmo sentido, que "se houve uma verdadeira rotura na estruturação do sistema talvez ela se situe mais em 1897 do que em 1901" (CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro, *Do ensino industrial à formação... op. cit.*, vol. 1, p. 306), admitindo que a acção de alguns protagonistas coevos terá determinado a sobrevalorização da reforma de 1901.

¹⁸⁷ Cf. Decreto de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº 294 de 28/12/1899. Foi criada uma Comissão Superior de Exposições com a missão de organizar exposições periódicas no país. Joaquim de Vasconcelos, em 1911, afirma que continuou no "lugar do museu, que está extinto (...) mas as funções são as mesmas, figurando eu na Comissão em que estou: Comissão Superior de Exposições, cuja lei orgânica ainda não foi cumprida (...). O Museu é criação minha; está intacto; o de Lisboa desapareceu (...)" ("Porto, 02/11/1911", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 213).

Como foi retirada às escolas a vertente de prosseguimento de estudos, determinou-se que, em Lisboa, caberia em exclusivo à escola Rodrigues Sampaio o curso preparatório de acesso aos institutos e, no Porto, aquele fosse assegurada pelo próprio instituto.

Organigrama 4

Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1897)



FONTES: Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo*, nº283 de 15/12/1897; Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*, nº283 de 15/12/1897.

As escolas destinavam-se, segundo o decreto, a "operários", "obreiros" e "artífices", aqueles que "formam o grande exército da população trabalhadora", a quem a instrução profissional podia desenvolver a "inteligência, aumentar o valor económico do seu trabalho, colocando-o em condições de contribuir para o aumento da produção"¹⁸⁸.

A oferta curricular organizava-se em três cursos, todos eles com a duração de cinco anos: o curso de Desenho Industrial, dividido em dois graus, o geral (dois anos) e o especial (três anos), o curso Profissional, de carácter teórico e prático e dirigido a menores, e o curso Industrial, apenas teórico. Foram eliminados os trabalhos manuais elementares e a prática oficinal ficou circunscrita aos cursos profissionais. A esta opção subjaz a ideia, de algum modo presente nos diplomas de 1884, de que os adultos inseridos em estabelecimentos oficinais ou fabris tinham já actividade prática nos seus locais de trabalho, competindo à escola dotá-los de conhecimentos de ordem teórica e

¹⁸⁸ Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897, Relatório preliminar.

tecnológica. Nas escolas de desenho industrial ministrava-se apenas o ensino do desenho, aberto a ambos os sexos, mesmo sem prática oficial, mas pela primeira vez se estipula na letra da lei a preferência por classes separadas em função do sexo. Nas escolas industriais podiam funcionar todos os cursos ou só o de desenho com um dos outros dois, o profissional ou o industrial¹⁸⁹.

A reforma de 1897, ao mesmo tempo que defendeu "*a primitiva e especial feição*"¹⁹⁰ das escolas, introduziu novas orientações no sistema. Formalizava-se a formação de alunos com destino às colónias, cujo fomento se afigurava, cada vez mais, crucial para o progresso da metrópole, e eliminaram-se os cursos industriais para o sexo feminino. Para substituir estes últimos foram criados os cursos de *Lavores Femininos e Especial de Rendas*, aos quais as mulheres ficaram confinadas de forma expressa. O enquadramento destes cursos na orgânica do sistema ficou ambíguo. Se bem que o seu currículo, ao qual "*corresponde somente o ensino de desenho elementar e ramo ornamental [do desenho especial]*"¹⁹¹, tivesse sido definido num artigo respeitante aos cursos profissionais, a redução curricular, em comparação com os restantes cursos profissionais para o sexo masculino, colocou os cursos para o sexo feminino ao nível do curso de desenho industrial completo (geral e especial, com duração total de cinco anos)¹⁹². Concomitantemente, porém, os cursos de *Lavores Femininos e especial de Rendas* tinham prática oficial, vertente apenas prevista para os cursos profissionais. A designação genérica de *Lavores Femininos* ocultou as áreas oficiais nela compreendidas. A especialidade de *Lavrante de couro*, por exemplo, deixou de ser mencionada, mas pode ter continuado a funcionar, pois a mestra manteve-se ao serviço até 1910.

O formato conferido aos cursos profissionalizantes para o sexo feminino colocou-os num limbo, pois, em rigor, nem eram cursos de desenho industrial, porque tinham trabalhos oficiais, nem cursos profissionais, porque lhes faltava a componente teórica que particularizava estes últimos. No entanto, assinala-se que o currículo dos cursos de *Lavores Femininos e especial de Rendas* mantinha a composição que tinha sido fixada para a maioria dos cursos industriais na organização de 1893. A diferença introduzida pelo diploma de 1897 foi a de não ter aplicado àqueles cursos o reforço da

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*, art. 4º a art. 8º.

¹⁹⁰ *Ibidem*, Relatório preliminar.

¹⁹¹ *Ibidem*, art. 11º, § único.

¹⁹² *Ibidem*, art. 8º. O curso profissional, para além da disciplina de desenho industrial, incluía Língua Portuguesa, Aritmética e Geometria e Princípios de Física e Química.

carga teórica atribuído à modalidade de curso profissional. As consequências para o sexo feminino foram, para além da extinção formal dos cursos industriais a elas destinados, a sua circunscrição a dois cursos que, apesar da sua componente oficial, surgem desvalorizados como cursos profissionais.

No relatório preambular ao decreto esta medida foi justificada como a alternativa possível, dada a falta de meios financeiros, a um ensino que se assemelhasse às "*escolas profissionais para mulheres*", criadas em "*alguns países*"¹⁹³. Embora as primeiras escolas profissionais para o sexo feminino na Europa tivessem surgido na década de 1860, nomeadamente em França e em Inglaterra, foi sobretudo a partir das décadas de setenta e oitenta que estas se alargaram, naqueles e noutros países, como a Itália, a Espanha e os E.U.A., incorporando o modelo do ensino *ménagère*, ou seja, da economia doméstica¹⁹⁴. A educação com incidência no governo da casa e nas tarefas e responsabilidades domésticas conformou o currículo do ensino secundário liceal para o sexo feminino, nomeadamente em França¹⁹⁵. O alargamento do acesso das raparigas ao ensino primário e, sobretudo, o propósito das raparigas das classes médias e altas prosseguirem estudos pela via liceal, constituía uma ameaça à consolidação dos distintos papéis socialmente atribuídos a mulheres e a homens. Assim, a criação do ensino liceal feminino tornou-se o cerne das preocupações com a instrução secundária para as raparigas e o ensino profissional, destinado a outras camadas sociais, manteve-se até mais tarde à margem deste debate¹⁹⁶. O decreto de 1897 traduz a intenção de diferenciação formal do ensino profissional em função do sexo. Todavia as vantagens do trabalho profissional das mulheres foram expressas, não só em termos de "*acção moralizadora*", mas também do modo como aquele "*há-de concorrer também, em grande parte, para o desenvolvimento de algumas indústrias*"¹⁹⁷.

Sistematizando, os cursos para o sexo feminino eram profissionalizantes, mas a preparação teórica reduzia-se ao desenho industrial; os cursos profissionais, com maior equilíbrio entre as dimensões teórica e prática, dirigiam-se apenas a menores do sexo masculino; os cursos de desenho industrial, sem prática oficial, destinavam-se a operários e artífices adultos de ambos os sexos e, portanto, já inseridos no mercado de

¹⁹³ *Ibidem*, Relatório preliminar.

¹⁹⁴ Cf. PURVIS, June, "Social class...", in *op. cit.*, pp. 253-275; CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse...* *op. cit.*; SIMONIN, J., "Les Collèges Techniques..." , in *op. cit.*, pp. 139-144; GIORGIO, Michela De, *Le Italiane dall'Unità a Oggi...* *op. cit.*; SCANLON, Geraldine, "Nuevos horizontes..." , in *op. cit.*, pp. 721-740.

¹⁹⁵ Cf. BENALCANFOR, Visconde de (Ricardo Augusto Pereira), "Instrução Feminina", in *op. cit.*.

¹⁹⁶ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino...* *op. cit.*.

¹⁹⁷ Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283 de 15/12/1897, Relatório preliminar.

trabalho. O público destinatário dos cursos industriais, porém, ficava com contornos pouco definidos. A adequação do seu currículo, composto apenas por uma forte componente teórica, aos operários e artífices, definidos como os destinatários das escolas, afigura-se improvável, salvo a título excepcional. Os cursos industriais parecem vocacionar-se para mestres e, eventualmente, directores de fábricas. Assim sendo, os "artífices e operários" adultos de ambos os sexos ficavam confinados ao curso de desenho industrial e aos cursos especiais de Lavoros Femininos e de Condutores de Máquinas, estes distintos em função do sexo, e mesmo nestes casos, com uma nova restrição introduzida pelo diploma de 1897, a exigência de aprovação prévia no exame de instrução primária.

A reforma de 1897 definiu o currículo para cada escola, porém, face à impossibilidade orçamental de abertura imediata de todas as disciplinas e oficinas, anexava um quadro com aquelas que começariam a funcionar de imediato. Registe-se que, nesse quadro, todas as escolas contempladas com prática oficial incluíam oficinas de Lavoros Femininos ou de Rendas, mas nem todas proporcionavam trabalhos para o sexo masculino. As oficinas de Rendas só existiam nas escolas de Peniche e de Setúbal, mas as de Lavoros distribuíam-se pelas escolas Infante D. Henrique, no Porto, Marquês de Pombal, Afonso Domingues e Príncipe Real, em Lisboa, Campos de Melo, na Covilhã, Fradesso da Silveira, em Portalegre, Pedro Nunes, em Faro, Domingos Sequeira, em Leiria, e António Augusto Aguiar, no Funchal¹⁹⁸.

Manteve-se a determinação de que o curso completo de Lavoros Femininos das escolas Marquês de Pombal em Lisboa e Infante D. Henrique no Porto habilitava mestras para o respectivo curso em qualquer das escolas do país, mas é introduzido um ano de aperfeiçoamento com vista a prepará-las para a direcção de oficinas¹⁹⁹.

A reforma de Manuel Francisco de Vargas (1901), representada no Organigrama 5, consolidou e fomalizou a separação entre escolas industriais e institutos, criando as escolas preparatórias, vocacionadas em exclusivo para os que naqueles pretendessem ingressar²⁰⁰. Em Lisboa, a escola Rodrigues Sampaio é convertida em definitivo em escola Preparatória para os Institutos e, no Porto, continua a ser o próprio Instituto a

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, Quadro anexo referente ao art. 18º.

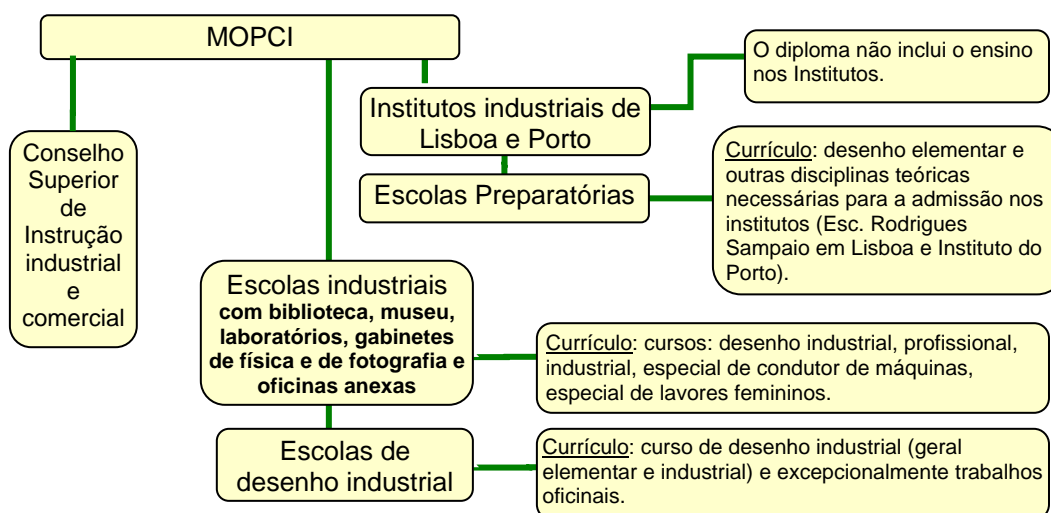
¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, art. 20º e Regulamento, Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*, art. 23º. Constituíam requisitos para a admissão ao ano de aperfeiçoamento: "1º Ter frequentado o curso profissional com regularidade, tendo obtido, pelo menos, classificações distintas em dois exames de provas oficiais; 2º Possuir a aptidão necessária comprovada pela mestra de labores femininos; 3º Ter mais de dezoito anos de idade." (Regulamento, Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*, art. 23º, § 2º).

²⁰⁰ Cf. Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901, art. 1º.

assegurar essa função. Um dos aspectos inovadores deste diploma foi ter harmonizado o ensino elementar industrial e comercial professado nas escolas dependentes do MOPCI²⁰¹.

Organigrama 5

Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1901)



FONTE: Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº295 de 30/12/1901.

Mantiveram-se, quase sem alteração curricular, os cursos de desenho industrial, profissional e industrial, todos com cinco anos, mas foi introduzida uma outra categoria, a de curso especial, que passa a enquadrar os cursos de Labores Femininos, também com cinco anos, e o curso de Condutor de Máquinas, com quatro anos, que já funcionava na escola Marquês de Pombal em Lisboa²⁰².

O Curso Especial de Labores Femininos, que assimilou o Curso de Rendas, conservou a mesma estrutura curricular (dois anos de desenho geral elementar e três anos de desenho industrial ornamental com prática oficinal). A sua categorização como curso especial, contudo, tornou mais evidente o seu estatuto periférico em relação aos cursos profissional e industrial²⁰³. A preparação de mestras e directoras de oficinas não sofreu alteração em relação ao prescrito em 1897²⁰⁴.

²⁰¹ A vertente de ensino comercial não será abordada, pois não constitui objecto deste estudo.

²⁰² Cf. Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901, art. 4º.

²⁰³ Cf. *Ibidem*, Quadro I.

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*, art. 14º, § 2º.

Visto que o currículo definido para cada escola era demasiado ambicioso para a disponibilidade orçamental, foi anexado, tal como em 1897, um quadro com as disciplinas e oficinas que deveriam funcionar no período de transição. Mais uma vez, todas as escolas contempladas nesse quadro com prática oficial incluíam oficinas de Lavoros Femininos. Às escolas de Peniche e de Setúbal foi atribuído o curso especial de Lavoros Femininos, incluindo as oficinas de Rendas²⁰⁵. Os Lavoros Femininos estavam presentes em mais nove escolas, as mesmas que tinham sido consideradas no decreto de 1897²⁰⁶.

A análise global do conjunto dos diplomas, que reorganizaram ou regulamentaram o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial desde a sua criação até à República, revela a dificuldade de definição de um sistema coerente e sustentado. O enunciado dos objectivos e destinatários das escolas traduz um balancear permanente entre a prioridade de formação dos futuros aprendizes e dos operários, no sentido de obreiros e artífices, e a habilitação de mestres, contramestres, condutores de trabalhos, capatazes e outro pessoal mais especializado. No primeiro caso valoriza-se o ensino do desenho e no segundo integra-se uma maior carga de disciplinas teóricas. Estas opções traduzem-se num maior ou menor investimento nas escolas de desenho industrial, de feição mais elementar, ou nas escolas industriais, de currículo mais completo, bem como na demarcação de distintas fronteiras entre as missões dos institutos e das escolas. Estes dois tipos de estabelecimento tanto foram entendidos como subsistemas distintos no interior do sistema de ensino industrial (diplomas de 1884, 1897 e 1901), como foram configurados em termos de elementos de um mesmo sistema, numa relação de continuidade hierárquica e numa perspectiva de prosseguimento de estudos (diplomas de 1886, 1888, 1891 e 1893).

No primeiro caso, a definição dos destinatários é mais clara, privilegiando-se a preparação inicial, de carácter mais geral, das crianças antes do aprendizado fabril ou oficial, e a habilitação de operários e artífices. No articulado da lei pretendia-se que este ensino tivesse uma ampla difusão, isto é, que lograsse qualificar profissionalmente uma significativa parte da população que trabalhava nas *indústrias*, via pela qual se esperava incrementar a produtividade e a qualidade dos produtos a fim de atingir níveis de competitividade que permitissem ao país melhorar a sua situação económico-

²⁰⁵ Cf. *Ibidem*, Quadro II.

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*, Quadro III. As nove escolas eram: Infante D. Henrique no Porto, Marquês de Pombal, Afonso Domingues e Príncipe Real em Lisboa, Campos de Melo na Covilhã, Fradesso da Silveira em Portalegre, Pedro Nunes em Faro, Domingos Sequeira em Leiria e António Augusto Aguiar no Funchal.

-financeira. A formação destes destinatários, porém, só faz sentido no caso da produção artesanal e ofical ou, quanto muito, da produção manufactureira, a qual caracterizava a maior parte dos pequenos e médios estabelecimentos fabris. De facto, só nestes casos se justificava a necessidade de preparação em desenho e, porventura, em algumas disciplinas teóricas (aritmética, física, química, por exemplo), pois estava-se perante indivíduos que executavam trabalhos, nomeadamente ligados à arte industrial, em que o *design*, como hoje se designa, desempenhava um papel fundamental.

No segundo caso, a intenção de alargar o ensino professado nas escolas a mestres e contramestres, mandadores de trabalhos e capatazes acaba por conduzir ao primado dos cursos industriais, mais complexos, e da via de prosseguimento de estudos para os Institutos, com vista à qualificação de quadros médios e directores de fábricas. Este rumo, talvez mais elitista, porque menos preocupado com a massa de operários e artífices, poderia, no entanto, adequar-se melhor ao incremento de novas indústrias e à renovação e ampliação dos estabelecimentos fabris, através da modernização de equipamento e tecnologias, decisões que só poderiam ser tomadas se quem se situava em posição de chefia ou de direcção tivesse um determinado nível de conhecimentos.

A esta descontinuidade evolutiva, resultante da dificuldade de cada legislador redefinir a orgânica do sistema e os seus objectivos e destinatários, em função de um quadro de coerência entre as prioridades identificadas e as necessidades reais do país, acresce o frequente desfasamento, no interior de cada reforma, entre os currículos prescritos e os propósitos enunciados. Assim, os diplomas de 1897 e 1901, que pretendiam conferir prioridade à preparação de operários e artífices, circunscreveram-nos à aprendizagem do desenho industrial sem prática ofical e instituíram currículos de maior complexidade programática (cursos profissionais e industriais) que se destinavam a pessoal mais especializado. Em contrapartida, o bloco legislativo de 1891/1893, apesar de dedicar especial ênfase à preparação de mestres, contramestres, condutores de trabalhos, capatazes, entre outros, e de facilitar o prosseguimento de estudos para os institutos, concentrou a sua oferta num leque muito diversificado de cursos teórico-práticos em que a base teórica assentava em exclusivo no ensino do desenho industrial. Estas contradições no próprio articulado das leis tornavam inconsistente, à partida, o impacto da sua implementação. Acrescia a dificuldade de implementar uma formação de cariz técnico num país de fraca escolarização. As medidas tomadas no sentido de exigir a escolaridade primária no acesso às escolas industriais acentuaram o carácter elitista destas últimas, mas a sua oferta formativa

permanecia demasiado elementar para cativar aqueles que poderiam estar interessados numa preparação mais adequada ao exercício de funções de direcção e de supervisão em estabelecimentos fabris de maior envergadura e mais abertos à modernização tecnológica e aos conhecimentos técnicos que este pressupunha²⁰⁷.

²⁰⁷ Cf. CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro, *Do ensino industrial à formação... op. cit.*

4. Contributos políticos e técnicos para o incremento do ensino nas escolas industriais

4.1. A actuação parlamentar

O poder legislativo, de acordo com os princípios da monarquia constitucional, pertencia às Cortes Gerais, constituídas por duas Câmaras, a dos Deputados e a dos Pares¹. Os Deputados, para além de se pronunciarem sobre as iniciativas dos Governos, introduziam assuntos e propostas, defendendo interesses gerais (políticos, sociais, económicos, culturais), regionais e locais (das populações e entidades dos círculos eleitorais que representavam), profissionais (de associações ou grupos) e individuais (indenizações, pensões), de natureza muito diversa.

A aposta no desenvolvimento do ensino industrial público a nível local suscitou a intervenção de alguns deputados, sobretudo daqueles que representavam círculos eleitorais ligados a localidades com as quais mantinham relações mais directas, fosse por nascimento, fosse por património familiar, incluindo o da respectiva cônjuge, fosse por residência fixada em função de estudos académicos ou de actividade profissional. A criação, ampliação, manutenção e restauração de determinadas escolas, o fomento da vertente profissional e o reforço da oferta curricular foram alguns dos principais temas que convocaram a palavra, entre 1884 e 1910, de oitenta e nove deputados, dominando os eleitos pelos dois grandes partidos, o Regenerador (53,9%) e o Progressista (40,4%)². Importa avaliar o resultado concreto destas iniciativas no incremento das escolas industriais, designadamente no que respeita à sua frequência pelo sexo feminino.

4.1.1. A criação de escolas

¹ A Carta Constitucional de 1826 permaneceu o texto fundamental até 1910. A Câmara dos Deputados era electiva e as legislaturas tiveram uma duração normal de quatro anos até 1885, tendo passado a três anos pelo 2º Acto Adicional. A Câmara dos Pares era de nomeação régia, com carácter vitalício e hereditário, e com número ilimitado. O Acto Adicional de 1885 suprimiu o pariatto hereditário (mantinham-se os pares por direito próprio e os de direito hereditário já existentes), limitou o número de pares vitalícios e criou pares electivos temporários. Estes foram eliminados pelo Acto Adicional de 1896. Cf. CANOTILHO, J. Joaquim Gomes, "As Constituições", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal... op. cit.*, vol. 5, pp. 149-165; VARGUES, Isabel Nobre, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal... op. cit.*, vol. 5, pp. 183-203.

² As filiações partidárias e a referência ao círculo eleitoral de cada deputado serão indicadas em nota de rodapé a primeira vez que forem mencionados ou sempre que a sua situação se altere. Cf. MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, 3 vols., Lisboa, ICS/AR, 2004-2006. Sobre o alinhamento partidário dos Deputados, consultar o Anexo 10.3..

Um dos móbéis da acção de um significativo número de deputados foi a da possibilidade, prevista na lei, de criação de "*escolas de desenho industrial nas diferentes localidades onde o seu estabelecimento pareça conveniente*"³. Propostas concretas neste sentido foram apresentadas na Câmara dos Deputados logo em 1884. A primeira, exposta pelo Conde de Tomar, foi uma representação da Câmara Municipal de Tomar enviada à Comissão de Instrução Primária e de Fazenda⁴. As outras propostas surgiram no mês de Março, durante a discussão do orçamento rectificativo. Dantas Barracho, Fonseca Coutinho e Mariano de Carvalho intervieram a favor do estabelecimento de escolas, respectivamente, em Torres Novas, Portalegre e Guimarães⁵. A Comissão do Orçamento pronunciou-se positivamente sobre a inclusão no MOPCI das verbas necessárias para o estabelecimento das escolas nestas três localidades, bem como na de Tomar⁶. No final do mês, Wenceslau de Lima e Mariano de Carvalho insistiram na necessidade de instituir escolas industriais em Guimarães e Portalegre⁷. As quatro escolas em questão viriam a ser criadas pela portaria de 6 de Maio de 1884 que regulamentou o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial⁸.

Após o surto inicial de instituição de escolas, regista-se um interregno nos desígnios parlamentares face a esta matéria, até inícios da década seguinte, apenas quebrado por uma proposta para a criação de uma escola prática de agricultura e indústria na cidade da Guarda, apresentada, em 1887, por José de Azevedo Castelo Branco⁹. Apesar do distrito se comprometer a assegurar o edifício para a sua instalação, esta nunca viria a ser criada no quadro do ensino industrial e a iniciativa nunca foi renovada¹⁰.

Em Julho de 1891, Teófilo Ferreira defendeu a criação de uma escola industrial na cidade da Horta, com o argumento de que as indústrias ali existentes, "*do fabrico dos chapéus, das tranças e bordados de palha, das obras de vime, dos tecidos de fio de*

³ Art.3º, § único do Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo* nº 5 de 07/01/1884.

⁴ Cf. Intervenção do Conde de Tomar e Representação da Câmara Municipal de Tomar, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1884, sessão de 15 de Fevereiro, pp. 355-356. António Bernardo da Costa Cabral, 2º Conde de Tomar, era à data deputado pelo círculo de Tomar.

⁵ Cf. Propostas de Dantas Baracho, Fonseca Coutinho e Mariano de Carvalho, *Ibidem*, 1884, sessão de 22 de Março, pp. 812-813. Dantas Baracho, regenerador, era deputado por Torres Novas, Fonseca Coutinho do mesmo partido, representava Portalegre e Mariano de Carvalho, líder progressista, tinha sido eleito por Timor.

⁶ Cf. Intervenção e Propostas de A. Carrilho, relator da Comissão, *Ibidem*, 1884, sessão de 22 de Março, p. 816.

⁷ Cf. Intervenções de Wenceslau de Lima e Mariano de Carvalho, *Ibidem*, 1884, sessão de 31 de Março, pp. 926-927. Os deputados referiram igualmente a escola industrial da Covilhã, mas esta já se encontrava criada pelo decreto de 3/01/1884. Wenceslau de Lima, Regenerador, era, à data, deputado por Guimarães.

⁸ Cf. Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo* nº 103 de 07/05/1884.

⁹ José de Azevedo Castelo Branco, regenerador, era deputado pelo círculo da Guarda.

¹⁰ Cf. Proposta de José de Azevedo Castelo Branco, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1887, sessão de 20 de Julho, p. 1863.

piteira, dos bordados e obras delicadíssimas de miolo de figueira"¹¹, a justificavam de forma inquestionável. Dando como exemplo a escola D. Maria Pia, de Peniche, cujas oficinas de Rendas e de Bordados resultou da indústria local, aquele deputado argumentava que uma escola idêntica na Horta "*bastante deviria contribuir para o aperfeiçoamento daquele género de trabalhos, em que se ocupam tantas raparigas pobres*"¹². Nesta iniciativa está presente a convicção de que o ensino prestado às raparigas nas escolas industriais se adequava ao exercício de actividades remuneradas no quadro das indústrias já existentes a nível local. O deputado não chegou, porém, a apresentar projecto nesse sentido e, até 1910, essa escola nunca foi criada.

A reforma do ensino nas escolas industriais, decretada em Outubro do mesmo ano, por João Franco, ministro do MOPCI, ao extinguir as escolas de Belém, em Lisboa, de Chaves, da Figueira da Foz, de Matosinhos e de Angra do Heroísmo, deu azo, em finais do mês de Novembro e ao longo do mês de Dezembro, a um conjunto de protestos no hemiciclo. José Júlio Rodrigues, F. F. Dias Costa e Eduardo J. Coelho foram os primeiros a reagir por meio de requerimentos e de interpelações¹³. As cinco escolas extintas, a redução do currículo da escola de Bragança e a demissão dos professores de nomeação provisória que nelas leccionavam foram alvo de severas críticas, alegando-se que a magra poupança daí resultante não compensava os malefícios decorrentes da redução do número de escolas num país onde o atraso do ensino e das indústrias imperava¹⁴. A escola da Figueira da Foz viria a ser restabelecida em 1893, mas a de Matosinhos, apesar do ministro ter afirmado que ela tinha casa própria e que a Junta de Paróquia se comprometera a pagar ao professor para que ela continuasse em funcionamento, permaneceria à margem da rede do ensino industrial público até final do período em estudo¹⁵.

¹¹ Intervenção de Teófilo Ferreira, *Ibidem*, 1891, sessão de 2 de Julho, p. 33. Este deputado, regenerador, representava o círculo da Horta.

¹² *Ibidem*.

¹³ Cf. Requerimento ao Ministério das Obras Públicas e Notas de Interpelação, 1ª e 2ª, de José Júlio Rodrigues, *Ibidem*, 1891, sessão de 30 de Novembro; Requerimentos de F. F. Dias Costa e de Eduardo J. Coelho, *Ibidem*, 1891, sessão de 2 de Dezembro, p. 3, e Nota de Interpelação de Eduardo J. Coelho, *Ibidem*, p. 12. Francisco Felisberto Dias Costa e Eduardo José Coelho, progressistas, foram eleitos pelos círculos, respectivamente, de Arouca e de Bragança.

¹⁴ Cf. intervenções de Dias Costa, *Ibidem*, 1891, sessão de 2 de Dezembro, p. 6; José Júlio Rodrigues, *Ibidem*, sessão de 15 de Dezembro, p. 16, sessão de 16 de Dezembro, pp. 6-7, sessão de 18 de Dezembro, pp. 5-6; Eduardo José Coelho, *Ibidem*, sessão de 21 de Dezembro, pp. 9-12; Francisco Machado, *Ibidem*, sessão de 23 de Dezembro, p. 10; Dias Costa, *Ibidem*, sessão de 23 de Dezembro, pp. 10-12, sessão de 28 de Dezembro, p. 9; Frederico Laranjo, *Ibidem*, sessão de 29 de Dezembro, pp. 9-11. José Frederico Laranjo, progressista, era à data deputado pelo círculo de Braga.

¹⁵ Segundo João Franco o edifício da escola de Matosinhos fora construído com o legado do Conde Ferreira. Cf. Intervenção de João Franco Castelo Branco, *Ibidem*, 1891, sessão de 19 de Dezembro, p. 16; Cf. *Annaes de Estatística*, vol. II, Série II, *Instrução Publica, nº 1, Estatística do Ensino Commercial e Industrial (1884-*

A escola de Angra do Heroísmo foi objecto de particular debate, alimentado, em particular, pelo deputado José Júlio Rodrigues¹⁶. Este criticou com veemência a sua supressão e frisou as representações da população daquela vila solicitando a sua continuidade, mas João Franco, contraditou os argumentos alegados. Declarou que já tinha deferido tais pedidos e que os materiais de ensino adquiridos pelo Estado tinham sido cedidos à Junta Geral do distrito, que fundara a escola e que se tinha proposto mantê-la a funcionar¹⁷. Corroborando o ministro, Jacinto Cândido, deputado por Terceira, explicitaria com mais pormenor a solução encontrada, a qual, por proposta dele, congregava as boas vontades da Câmara Municipal, que cedia a título gratuito a casa onde funcionava a escola, do professor, que se tinha disponibilizado a dar as aulas sem remuneração, e da Junta Geral, de cuja comissão executiva aquele deputado era presidente¹⁸.

A alternativa encontrada para a escola de Angra ia claramente ao encontro de um dos objectivos da reforma de João Franco, a saber, a diminuição dos encargos do estado com as escolas industriais e a responsabilização das entidades locais pela criação e manutenção das escolas. No entanto, tal como Jacinto Cândido ia deixando transparecer no seu discurso, ao declarar que "*a câmara municipal de Angra (...) também é regeneradora (...) [e] entendo que estes assuntos de verdadeira utilidade prática e de interesse geral, se tratam melhor directamente, junto do governo, solicitando e alegando nos gabinetes dos ministros com quem mantemos boas relações de amizade pessoal e política, do que numa interpelação na câmara*"¹⁹, estava-se perante os

1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

¹⁶ A escola de Angra do Heroísmo foi inicialmente fundada pela Junta Geral do Distrito de Angra. Em 1885, segundo Fonseca Benevides, o Governo Civil de Angra solicitou que a escola fosse incluída no quadro das escolas da circunscrição sul, assegurando a Junta o edifício, bem como o pagamento das despesas com iluminação, professor e expediente e cabendo ao MOPCI o fornecimento da mobília e material de ensino. Apesar do inspector indicar que a escola fora inaugurada em 21/09/1885, o facto é que não foi incluída nas estatísticas do ensino nas escolas industriais senão após a sua criação como escola de desenho industrial por decreto de 31/10/1889. Depois da sua extinção em 1891 a escola foi restabelecida em 03/05/1904. Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1886]... op. cit.*; *Annaes de Estatística... op. cit.*; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal (1892-1905)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-251908; *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 4.

¹⁷ Cf. Intervenções de José Júlio Rodrigues, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 15 de Dezembro, p. 16; Ministro das Obras Públicas, Franco Castelo Branco, *Ibidem*, sessão de 15 de Dezembro, p. 16, sessão de 19 de Dezembro, p. 16. José Júlio Bettencourt Rodrigues, progressista, representava, à data, o círculo do Funchal.

¹⁸ Cf. Intervenção de Jacinto Cândido, *Ibidem*, 1891, sessão de 28 de Dezembro, pp. 6-8. Deputado regenerador por Angra.

¹⁹ Intervenção de Jacinto Cândido, *Ibidem*, 1891, sessão de 28 de Dezembro, p. 7.

enredos políticos que frequentemente se sobrepunham às finalidades e conteúdos das reformas em discussão.

A congregação de interesses políticos por parte dos regeneradores, que garantiam o apoio parlamentar ao governo, cessou, no imediato, a polémica, mas não ofereceu uma resposta perdurável²⁰. Com efeito, dois meses depois, José Júlio Rodrigues, no início de um novo governo, interveio para apresentar um requerimento em defesa de uma nova representação do operariado de Angra para que fosse restabelecida a escola industrial²¹. O problema do pagamento ao professor persistia e aquele não podia assegurar as aulas sem vencimento. O ministro das Obras Públicas, o Visconde de Chancelheiros, concordou que a situação não era sustentável, mas apenas se comprometeu a ter esta questão em mente para que, no momento em que a conjuntura de crise que obrigava à adopção de medidas de contenção financeira se alterasse, o professor pudesse ser readmitido²².

As tentativas de restaurar a escola foram retomadas, em 1893, pelos deputados António Francisco da Costa, Jacinto Cândido e José Abreu Castelo Branco²³. Estes assinaram uma proposta no sentido de ser inscrita no orçamento a verba necessária ao pagamento do professor e do guarda da escola, que continuavam a trabalhar gratuitamente desde que aquele estabelecimento fora suprimido por João Franco. Não lograram, porém, levar a sua iniciativa a bom termo. Abreu Castelo Branco reintroduziu o assunto na Câmara, em 1900, advogando uma representação da Junta Geral do distrito de Angra. Esta propunha-se continuar a sustentar a escola de desenho industrial, mas demandava a sua integração no regime de escolas do Estado, a fim de que fossem oficialmente reconhecidas as habilitações aos alunos que a frequentavam e cujo número ultrapassava uma centena²⁴. Mais uma vez a cidade açoriana veria gorado o esforço de colocar a sua escola sob a tutela do MOPCI.

A escola viria a ser restabelecida, no quadro do ensino industrial público, em

²⁰ Estava em funções o 44º Governo Constitucional, extra-partidário, presidido por João Crisóstomo de Abreu e Sousa, que contava com o apoio parlamentar do Partido Regenerador.

²¹ Cf. Intervenção e requerimento de José Júlio Rodrigues, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1892, sessão de 12 de Fevereiro, pp. 2-3 e sessão de 13 de Fevereiro, p. 3, respectivamente.

²² Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Visconde de Chancelheiros, *Ibidem*, 1892, 12 de Fevereiro, p. 3.

²³ Cf. Proposta de António Francisco da Costa, Jacinto Cândido e J. F. Abreu Castelo Branco, *Ibidem*, 1893, sessão nocturna de 22 de Junho, p. 14; Proposta nº 103 de alteração do orçamento, sessão de 26 de Junho, p. 24. Os três deputados tinham sido eleitos pelo círculo de Angra, os dois primeiros pelo partido regenerador e o último pelo partido progressista.

²⁴ Cf. Intervenção de Abreu Castelo Branco e Representação da comissão distrital da junta geral do distrito de Angra do Heroísmo, *Ibidem*, 1900, sessão de 25 de Maio, pp. 3 e 13 respectivamente.

1904, com um novo nome, escola de desenho industrial Madeira Pinto²⁵. O seu funcionamento iniciou-se no ano lectivo de 1904/05 com a frequência de alunos dos dois sexos, ainda sem oficinas, abrindo a primeira, de Costura, no ano lectivo seguinte e a de Rendas em 1906/07²⁶.

A proposta de criação de uma escola industrial em Évora, apresentada pelo respectivo município, em 1893, estimulou o deputado José Carlos de Gouveia a interpelar o ministro da Fazenda²⁷. Indagava o deputado se o MOPCI já teria requerido o edificio da extinta Escola Normal daquela cidade para aí ser instalada uma escola industrial. Responde-lhe o ministro que o edificio continuava na posse do Ministério do Reino e que não tinha sido dirigido ao Ministério da Fazenda qualquer pedido do MOPCI no sentido de lhe ser entregue o edificio²⁸. A autarquia foi autorizada a instalar a escola, com o apoio do MOPCI, processo que foi encetado, no último trimestre do ano, e chegou a envolver o inspector das escolas da circunscrição do sul²⁹. Não obstante, até 1910 não se estabeleceu qualquer escola industrial em Évora e o assunto não voltaria a ser retomado na Câmara dos Deputados.

No mesmo ano, Almeida de Azevedo questionou Bernardino Machado, então ministro das Obras Públicas, sobre o propósito de criar em Aveiro uma escola de desenho industrial³⁰. O deputado justificava a iniciativa com a necessidade de preparação profissional em desenho para o trabalho nas duas fábricas de louça ali existentes. O ministro mostrou-se disposto a fundar a escola desde que a cidade comparticipasse nas despesas, fornecendo casa e mobiliário e uma dotação anual para o ensino³¹. A escola foi criada, em Outubro do mesmo ano, e iniciou o seu funcionamento no ano lectivo de 1893-94³². Este caso, em conjunto com o da escola da Figueira da Foz, restabelecida na mesma altura, foi um dos poucos exemplos em Portugal de escolas de ensino industrial suportadas financeiramente pelas autarquias com o apoio de subsídios estatais. A

²⁵ O nome de António Augusto Aguiar tinha sido atribuído, em 1891, à escola do Funchal.

²⁶ Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1904-1905*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1906 e 1907*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

²⁷ Cf. Intervenção de José Carlos de Gouveia, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1893, sessão de 6 de Junho, p. 7. Deputado progressista pelo círculo de Évora.

²⁸ Cf. Intervenção do Ministro da Fazenda, Fushini, *Ibidem*, 1893, sessão de 14 de Junho, p. 7.

²⁹ As diligências de Luciano Cordeiro, à data inspector das escolas industriais da circunscrição do sul, para organizar a escola de Évora são referidas no capítulo 4.2.4.4..

³⁰ Cf. Intervenção de Almeida de Azevedo, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1893, sessão de 16 de Junho, pp. 5-6. Deputado independente pelo círculo da Feira.

³¹ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, *Ibidem*, 1893, sessão de 16 de Junho, p. 6.

³² Cf. Portaria de 28 de Outubro de 1893, *Diário do Governo* nº 273 de 01/12/1893.

diminuta iniciativa local não conseguiu, portanto, contrariar a forte ou, mesmo, total dependência financeira da quase totalidade dos estabelecimentos face ao MOPCI.

Antes de findado o século, no primeiro semestre de 1898, foram propostas, no Parlamento, duas novas escolas industriais. O deputado José Oliveira Matos apresentou um projecto de lei para a criação de uma escola em Castanheira de Pêra, concelho de Pedrógão Grande, distrito de Leiria, declarando que aquela localidade, em termos de indústria, se posicionava em quarto lugar, a nível nacional, depois de Lisboa, Porto e Covilhã³³. Argumentava, ainda, que o operariado de ambos os sexos, empregado nos treze estabelecimentos de lanifícios ali existentes, carecia de ensino apropriado, de modo a que os produtos fabricados melhorassem em qualidade, "*rivalizando com os similares de outras procedências mais adiantadas*"³⁴. O projecto foi enviado às Comissões de Artes e Indústrias, de Instrução Pública Superior e Especial e de Fazenda. A primeira Comissão emitiu parecer, o qual deu entrada na mesa da Câmara dos Deputados quatro meses mais tarde e foi enviado à Comissão de Fazenda, sem ter sido lido. O encerramento da sessão legislativa fez caducar a iniciativa antes de esta chegar ao seu termo³⁵. Embora este projecto tenha transposto as primeiras fases dos trâmites parlamentares, faltando-lhe, apenas, o parecer financeiro, a referida escola nunca chegou a ser criada. No ano seguinte, o deputado Tavares Festas apresentou uma representação da Câmara Municipal de Pedrógão Grande em que se pedia a aprovação do projecto³⁶. Enviada à Comissão de Obras Públicas, a iniciativa não teve seguimento, nem o assunto seria retomado na Câmara até ao final da monarquia³⁷.

Ao invés do que sucedeu com a malograda criação da escola de Castanheira de Pêra, o outro projecto defendido naquele ano apresenta a singularidade de ter sido um caso quase totalmente bem sucedido de uma iniciativa parlamentar. Para este facto não terá sido alheia a experiência profissional do seu proponente, Joaquim Telo, que conhecia plenamente, quer o MOPCI, quer o ensino industrial, pois chefiou a RI

³³ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1898, sessão de 27 de Janeiro p. 135; Projecto de Lei de 27/01/1898, de José Maria de Oliveira Matos, *Ibidem*, 1898, sessão de 28 de Janeiro p. 146; AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1897-1899, Livro nº 1427, Projecto de Lei nº 4-D de José Maria de Oliveira Mattos. Oliveira Matos, progressista, era, à data, representante do círculo de Arganil, mas este deputado foi sendo eleito por diversos círculos de acordo com os interesses do partido.

³⁴ Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1898, sessão de 27 de Janeiro p. 135.

³⁵ Cf. Intervenção de João de Melo, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 28 de Maio, p. 1285. A II Sessão da 32ª legislatura encerrou em 04/06/1898.

³⁶ António Tavares Festas, progressista, era em 1899 deputado pelo círculo de Santa Comba Dão.

³⁷ Cf. Representação da Câmara Municipal de Pedrógão Grande apresentada pelo sr. deputado Tavares Festas, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1899, sessão de 17 de Julho, p. 21.

daquele ministério entre 1886 e 1910³⁸. A cidade contemplada foi Viseu. A estratégia prosseguida por este deputado merece destaque, pois ele desdobrou a sua iniciativa em dois processos paralelos, introduzidos durante a discussão do orçamento do MOPCI.

Em 23 de Abril de 1898, Joaquim Telo propôs a transformação da escola agrícola de Viseu numa escola de desenho industrial, a ser custeada por verbas do orçamento, sem aumento de despesas³⁹. A proposta foi enviada para a Comissão do Orçamento, à qual aquele deputado pertencia. Em 6 de Maio, o deputado apresentou um projecto de lei com o mesmo teor, que foi enviado, depois de admitido na Câmara dos Deputados, às Comissões de Artes e Indústrias, de que ele era igualmente membro, e de Instrução Superior e Especial⁴⁰. Nos considerandos do projecto apresentam-se apenas dois argumentos, todavia, o seu carácter abonatório é convincente: uma representação do Governador Civil daquela cidade sublinhando que a nova escola "*satisfaz melhor neste momento os desejos e aspirações dos viseusenses*"⁴¹ e, de novo, o facto de não haver acréscimo de despesas.

A primeira proposta, depois de analisada pela Comissão do Orçamento foi remetida ao Governo em 9 de Maio, sem que a Câmara se tivesse manifestado a favor ou contra⁴². O projecto de lei, entretanto, seguiu o seu curso e, no final do mês, os pareceres das Comissões de Artes e Indústrias e de Instrução Superior e Especial entraram na Câmara. Caso singular no conjunto dos projectos de lei sobre escolas industriais, este foi posto à discussão na Ordem da Noite na sessão nocturna da Câmara dos Deputados do dia 1 de Junho⁴³. O debate, porém, praticamente não ocorreu. Apenas o deputado Avelar Machado interveio, combatendo o projecto por considerar que a conversão da escola agrícola de Viseu em escola de desenho industrial iria diminuir as verbas destinadas aos serviços agrícolas⁴⁴. Joaquim Telo alegou que a despesa que se fazia com a escola agrícola cobria as despesas com a nova escola e ainda permitia

³⁸ Joaquim José Pimenta Telo, progressista, era deputado pelo círculo de Lagos (ver nota biográfica no Anexo 13). As funções que desempenhou como técnico do MOPCI serão abordadas no capítulo 4.2..

³⁹ Cf. Proposta de Joaquim Telo, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, p. 923; Intervenção de Joaquim Telo, *Ibidem*, pp. 920-923.

⁴⁰ Cf. Projecto de Lei de 05/05/1898, apresentado por Joaquim Telo, *Ibidem*, 1898, sessões de 6 de Maio, p. 1048, e de 7 de Maio, p. 1108; AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1897-1899, Livro nº 1427, Projecto de Lei nº 71-A de Joaquim José Pimenta Telo.

⁴¹ Projecto de Lei de 05/05/1898, apresentado por Joaquim Telo, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1898, sessão de 7 de Maio, p. 1108.

⁴² Cf. Projecto de Lei do Orçamento, Proposta nº 133 e Art. 11º, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 9 de Maio, p. 1146 e 1160 respectivamente.

⁴³ Cf. Intervenção de Joaquim Telo e Projecto de Lei nº 92, *Ibidem*, 1898, sessões de 30 de Maio, p. 1302, e nocturna de 1 de Junho, p. 1366-1367.

⁴⁴ Cf. Intervenção de Avelar Machado, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 1 de Junho, pp. 1366-1367.

conservar "o horto e os trabalhos práticos de agricultura"⁴⁵. Avelar Machado conseguiu adiar a discussão chamando a atenção para o reduzido número de deputados presentes, estratégia que volta a utilizar na sessão seguinte⁴⁶. Deste modo, as duas sessões foram interrompidas por falta de quórum. A discussão não foi retomada, porque encerrou a II sessão da 32ª legislatura e a Câmara não voltou a reunir-se naquele ano. O projecto não chegou a obter aprovação parlamentar.

A escola de Viseu não deixou, porém, de ser criada. Em Dezembro do mesmo ano, um decreto de Elvino de Sousa e Brito, detentor da pasta do MOPCI, estabeleceu a organização da escola e esta iniciaria o seu funcionamento no ano lectivo seguinte⁴⁷. Joaquim Telo, em 1905, no discurso de homenagem a Emídio Navarro por ocasião da sua morte, propôs que à escola de Viseu fosse dado o nome daquele estadista, dado ele ter nascido nessa localidade, sugestão secundada de imediato pelo ministro das Obras Públicas, D. João de Alarcão⁴⁸. Nas estatísticas relativas ao ano lectivo de 1904/05 a escola já consta com a designação de "*Escola de desenho industrial Emídio Navarro, em Viseu*"⁴⁹.

Um requerimento de Oliveira Simões, em 1905, indagando o MOPCI sobre a existência de uma representação para que fosse criada uma escola para o ensino industrial na Marinha Grande, sugere que teria havido alguma iniciativa da Câmara Municipal nesse sentido⁵⁰. O pedido ficou, contudo, inconsequente e o deputado não tornou ao assunto.

Até à República apenas foi proposta, no Parlamento, a criação de mais uma escola. Foi uma iniciativa de Chaves Mazziotti, em 1908, para que se instituisse uma escola nocturna de desenho industrial na freguesia de Montelavar, concelho de Sintra⁵¹. No projecto de lei apresentado, o deputado salientava as vantagens daquele ensino para

⁴⁵ Intervenção de Joaquim Telo, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 1 de Junho, pp. 1367.

⁴⁶ Cf. Ordem da Noite. Continuação da discussão do Projecto de Lei nº 92, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 3 de Junho, p. 1411.

⁴⁷ Cf. Decreto de 09/12/1898, *Diário do Governo* nº 294 de 30/12/1898; Portugal, Ministério da Fazenda. *Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, Anuario Estatístico de Portugal. 1903*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

⁴⁸ Cf. Intervenções de Joaquim Telo e do Ministro das Obras Públicas, D. João de Alarcão, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1905, sessão de 21 de Agosto, p. 4.

⁴⁹ Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1904-1905... op. cit.*

⁵⁰ Cf. Requerimento de Oliveira Simões, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1905, sessão de 2 de Maio, p. 9. José Maria de Oliveira Simões, regenerador, era representante do círculo de Leiria.

⁵¹ Cf. Projecto de Lei de 07/08/1908 de Chaves Mazziotti, *Ibidem*, 1908, sessões de 7 de Agosto, p. 10 e de 8 de Agosto, pp. 3-4. António Maria Dias Pereira Chaves Mazziotti, progressista, era à data deputado pelo círculo de Lisboa, que tinha integrado a partir de 1901 o círculo de Sintra, pelo qual este deputado tinha sido eleito em mandatos anteriores.

proteger e aperfeiçoar o valor artístico dos operários canteiros daquela localidade. O projecto foi enviado à comissão de Instrução Primária e Secundária, mas não há registo de que tenha sido emitido parecer e até 1910 a escola não foi criada no quadro do ensino industrial público⁵².

Nos vinte e sete anos que decorreram entre o decreto de António Augusto Aguiar, em 1884, que instituiu as primeiras escolas industriais, e a implantação da República, emergiram na Câmara dos Deputados iniciativas relativas à criação de doze novas escolas e ao restabelecimento das cinco escolas suprimidas, em 1891, por João Franco. As primeiras quatro escolas, propostas entre a publicação do decreto supra mencionado e a portaria que o regulamentou, foram contempladas neste último diploma. Passado o período inicial, porém, raros foram os projectos bem sucedidos. Registaram-se, apenas, os das escolas de Aveiro (1893) e de Viseu (1898), ambos conduzidos por Joaquim Telo. Até ao final da monarquia, não chegaram a ser criados estabelecimentos na Guarda, na Horta, em Évora, em Castanheira de Pêra, na Marinha Grande e em Montelavar. Dos cinco que tinham sido encerrados, em 1891, os de Chaves, de Matosinhos e de Belém, em Lisboa, tão-pouco voltaram a abrir e a escola de Angra só viria a ser reintegrada na rede pública em 1904.

As propostas de criação ou de reabertura de escolas apresentadas na Câmara dos Deputados ocorreram, com apenas quatro excepções, em períodos subsequentes à promulgação de diplomas de organização ou de regulamentação do ensino nas escolas industriais. Os casos de Tomar, Torres Novas, Portalegre e Guimarães surgiram no seguimento do decreto inaugural daquele ensino, em 1884. A escola da Guarda foi alvitrada, em Julho de 1887, após a reforma de Emídio Navarro⁵³. A polémica em torno das escolas de Belém, em Lisboa, de Chaves, da Figueira da Foz, de Matosinhos e de Angra, suprimidas pela reforma de João Franco, em Outubro de 1891, foi desencadeada em Dezembro do mesmo ano⁵⁴. Os pedidos relativos a Castanheira de Pêra e a Viseu sucederam nos meses imediatos à reforma de Augusto José da Cunha, de 1897⁵⁵. Dos quatro casos restantes, os dois que foram propostos em 1893, relativos a Évora e a Aveiro, surgiram no mês de Junho, quando se discutiu o OGE.

⁵² AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1908 a 1910, Livro nº 1432, Projecto de lei nº 44-E de António Maria Dias Pereira Chaves Mazziotti.

⁵³ O Decreto de Emídio Navarro, de 30/12/1886, foi publicado em Fevereiro de 1887 (Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887).

⁵⁴ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891.

⁵⁵ Cf. Decretos de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897.

A coincidência entre as acções tendentes a alargar, por via parlamentar, a rede escolar a nível local e as reformas decretadas pelo governo revela o quanto esta matéria foi impulsionada pelos executivos ministeriais. Face às medidas prescritas, os municípios e os deputados parecem ter-se sentido estimulados a enviar representações ou a elaborar propostas e projectos, com vista a aproveitar em benefício da população ou a contestar, com eventuais ganhos políticos, as decisões governamentais. Raras foram, contudo, as iniciativas locais ou dos seus representantes no sentido de, usando a prerrogativa que os vários diplomas legais lhes concediam, participarem nas despesas de instalação, funcionamento ou melhoria das escolas de ensino industrial.

4.1.2. O fomento da vertente profissional

A partir da introdução do ensino oficial nas escolas industriais, deliberado pelo ministro Emídio Navarro, em 1886, esta vertente mais profissionalizante foi alvo de alguns comentários e de propostas concretas relativas às escolas em funcionamento no país. A determinação daquele ministro em privilegiar o ensino prático, em detrimento do teórico, nas escolas industriais, ficou explícita quando, no ano seguinte, contrapôs a criação de oficinas de cutelaria, Serralharia e Tecelagem, na escola de Guimarães, à inclusão de disciplinas de línguas requerida pelo deputado João Franco, na Câmara dos Deputados⁵⁶. Um ano mais tarde, as primeiras oficinas daquela escola foram estabelecidas e a disponibilização de verbas para a construção de um edifício para as instalar foi negociada entre o MOPCI e a Câmara Municipal do concelho⁵⁷. A evolução do processo foi sendo acompanhada ao longo de três anos pelos deputados João Franco e Francisco Machado através de interpelações ao ministro⁵⁸.

Em 1893, foi o próprio ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, que referiu o bom andamento das oficinas da escola de Guimarães, como exemplo abonatório do seu interesse pela melhoria daquele ensino⁵⁹. No entanto, o assunto foi-se

⁵⁶ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1887, sessão de 20 de Julho, p. 1863; Projecto de Lei nº 157, de Franco Castelo Branco, *Ibidem*, 1887, sessão de 20 de Julho, p. 1863 (no contexto da discussão de um projecto de lei tendente a igualar o currículo do liceu de Braga ao dos liceus centrais). João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo-Branco era, à data, deputado por Guimarães.

⁵⁷ Cf. Decreto de 13/06/1888, *Diário do Governo* nº 185, de 16/08/1888.

⁵⁸ Cf. Intervenções João Franco Castelo Branco e Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1888, sessão de 17 de Fevereiro, pp. 470-472, e sessão de 27 de Abril, pp. 1247-1248; Francisco José Machado, *Ibidem*, 1890, Apêndice à sessão de 28 de Julho, p. 1578B. Francisco José Machado, progressista, era deputado pelo círculo das Caldas da Rainha.

⁵⁹ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, *Ibidem*, 1893, sessão de 12 de Junho,

arrastando e cinco anos mais tarde, no mês de Fevereiro 1898, João de Melo apresentava um *aviso prévio* de que pretendia interrogar o ministro das Obras Públicas, Augusto José da Cunha, sobre a organização das oficinas daquela escola⁶⁰. A intenção do deputado seria, quiçá, questionar o ministro sobre o facto de, na reorganização do ensino nas escolas industriais, publicada dois meses antes, não ter contemplado, com qualquer oficina, a escola de Guimarães. O ministro não chegou, porém, a ser interpelado e, até 1910, não voltaria a ser incluída qualquer oficina no currículo desta escola.

As oficinas da escola de Braga foram motivo de intervenção de Ferreira de Magalhães, em 1893, no contexto de melhoramentos em algumas escolas industriais promovidos por Bernardino Machado, então ministro das Obras Públicas⁶¹. Naquela escola funcionara uma única oficina, a de Lances Femininos, nos anos lectivos de 1890-91 e 1891-92, a qual tinha sido extinta com a reforma de João Franco de 1891, tendo a respectiva professora sido transferida para a escola Infante D. Henrique, no Porto⁶². Face à interrupção das obras de construção do novo edifício da escola e respectivas oficinas, o deputado solicitava que as mesmas fossem concluídas a fim de não serem comprometidas as avultadas somas já investidas até ao momento. O ministro afiançou que daria todo o seu apoio para que se concretizasse a iniciativa e, uns meses mais tarde, não deixaria de incluir no currículo daquela escola, na organização dos cursos das escolas industriais, que decretou em conjunto com João Franco, um leque diversificado de cursos profissionalizantes⁶³.

As palavras proferidas e o currículo legislado, contudo, não se converteram em actos e, três anos mais tarde, outro deputado, Oliveira Guimarães, chamou a atenção do então ministro das Obras Públicas, Artur Campos Henriques, para o facto de o edifício da escola permanecer há muitos anos apenas com paredes e à mercê da degradação resultante das intempéries⁶⁴. Sublinhou, ainda, que a perda era dupla, pois ao estrago do que tinha sido feito somava-se o dispêndio com o aluguer da casa particular onde a

p. 8.

⁶⁰ Cf. Aviso Prévio de João de Melo, *Ibidem*, 1898, sessão de 11 de Fevereiro, p. 276.

⁶¹ Cf. Intervenção de Ferreira de Magalhães, *Ibidem*, 1893, sessão de 12 de Junho, p. 9. José Ferreira de Magalhães, progressista, era deputado pelo círculo de Braga.

⁶² Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1889 - 1892)... op. cit.*

⁶³ Cf. Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* nº 226 de 06/10/1893. À escola de Braga foram atribuídos os cursos de pintor decorador, modista, costureira, serralheiro civil, ourives cinzelador, formador, estucador, entalhador, marceneiro e carpinteiro civil. Estes cursos iniciar-se-iam à medida que fossem sendo criadas as condições para o seu funcionamento.

⁶⁴ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1893, sessão de 12 de Junho, p. 9; intervenção de Oliveira Guimarães, *Ibidem*, 1896, sessão de 29 de Fevereiro, p. 381. Manuel José de Oliveira Guimarães, regenerador, era deputado pelo círculo de Braga.

escola funcionava sem condições específicas para tal. O ministro reconheceu a relevância da questão, todavia limitou-se a prometer estudar o assunto e a tentar satisfazer o pedido dentro dos limites permitidos pelo orçamento⁶⁵.

O problema das obras da escola de Braga, iniciadas havia oito ou nove anos e há muito interrompidas, viria a ser retomado por António Cabral, em 1898⁶⁶. O deputado utilizou argumentos semelhantes aos dos seus antecessores para defender as vantagens da sua conclusão para a cidade e para o país, mas a resposta do novo ministro das obras públicas, Augusto José da Cunha, conseguiu ser ainda menos promissora que as anteriores ao alegar a falta de elasticidade das verbas e a sua insuficiência para todas as obras necessárias⁶⁷. Este desinteresse por parte do executivo não foi independente do facto de aquele ministro, na reforma assinada em 1897, não ter incluído ensino oficial no currículo daquela escola⁶⁸. As obras, destinando-se ao mero funcionamento de aulas teóricas, deixaram de ser consideradas prioritárias. Assim, no ano seguinte, a situação mantinha-se inalterada. O mesmo deputado, aproveitando a presença do ministro da Justiça na Câmara dos Deputados, solicitou-lhe que transmitisse ao seu colega das Obras Públicas, à data Elvino de Brito, a necessidade de terminar as obras do edifício destinado à escola de Braga⁶⁹. O ministro não chegaria a responder e a questão não voltou a ser colocada na Câmara, nem mesmo após a reforma de 1901, segundo a qual as oficinas de Carpintaria, Entalhador e Marcenaria eram reintroduzidas naquela escola, mas a sua abertura, não sendo considerada prioritária, continuava a ficar adiada *sine die*⁷⁰. Nenhuma delas chegou a funcionar até à República.

O problema da falta de mestre que assegurasse o funcionamento da oficina da escola industrial de Coimbra foi uma das questões levantadas por Oliveira Matos em Maio de 1901⁷¹. Nesta escola apenas funcionara, em 1890/91, uma oficina de Gravura em metal. A organização dos cursos de 1893 previra um conjunto alargado de oficinas para a escola de Coimbra, mas a de Gravura em metal não fora uma das contempladas e, em todo o caso, nenhuma delas chegara a abrir, apesar de Bernardino Machado, então

⁶⁵ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Campos Henriques, *Ibidem*, 1896, sessão de 29 de Fevereiro, pp. 381.

⁶⁶ Cf. Intervenção de António Cabral, *Ibidem*, 1898, sessão de 27 de Janeiro, p. 133. António Ferreira Cabral Pais do Amaral, progressista, era à data deputado pelo círculo de Braga.

⁶⁷ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Augusto José da Cunha, *Ibidem*, 1898, sessão de 27 de Janeiro, p. 133.

⁶⁸ Cf. Decretos de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283 de 15/12/1897.

⁶⁹ Cf. Intervenção de António Cabral, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1899, sessão de 1 de Fevereiro, p. 3.

⁷⁰ Cf. Decreto de 24/12/1901 (em especial Quadros II e III), *Diário do Governo*, n° 295 de 30/12/1901.

⁷¹ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1901, sessão de 11 de Maio, p. 14-15. Oliveira Matos, progressista, era nesta data deputado pelo círculo de Fafe.

ministro das Obras Públicas, ter anunciado, meses antes, que as obras das oficinas daquela escola se encontravam em estado adiantado⁷². A reorganização de 1897 não atribuíra oficinas àquela escola, pelo que a intervenção do deputado parece um pouco desfasada da realidade⁷³. Argumentava ele que, ao contrário de algumas escolas onde faltava o equipamento para o ensino oficial, em Coimbra tinham sido adquiridos excelentes instrumentos que permaneciam sem uso por falta de mestre na oficina, descurando-se, assim, uma das principais vertentes do ensino das escolas industriais, ou seja, o ensino prático.

Manuel Francisco de Vargas, na reforma que decretou sobre o ensino nas escolas industriais, no mês de Dezembro de 1901, quando detinha a pasta do MOPCI, contemplou aquela escola com oficinas de Serralharia, Cerâmica, Entalhador e Formação, mas, mais uma vez, não tendo sido consideradas de abertura primordial, o propósito quedaria letra morta. No ano seguinte, Oliveira Matos voltou a introduzir o assunto, solicitando que o MOPCI transferisse, da verba inscrita no orçamento na rubrica de pessoal para a construção do caminho-de-ferro de Arganil, até ao momento sem resultados visíveis, a quantia necessária para o pagamento dos vencimentos de dois mestres que assegurassem o funcionamento das oficinas da escola industrial de Coimbra, cujo equipamento se encontrava empacotado há sete anos⁷⁴. O ministro retorquiu-lhe que tal verba correspondia a pessoal efectivo que trabalhava independentemente da obra de Arganil, pelo que não poderia aplicá-la com outros fins⁷⁵.

O mesmo deputado voltou a interpelar o ministro em Fevereiro de 1903, lamentando que os equipamentos comprados para a oficina da escola industrial de Coimbra continuassem abandonados, deteriorando-se, num claustro do convento, "*só pelo facto de com isso se fazer economia com um mestre de máquinas que ganha apenas 300\$000 réis*"⁷⁶. O ministro das Obras Públicas manifestou a sua concordância com a importância da vertente prática no ensino das escolas industriais, mas esclareceu

⁷² Cf. Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* nº 226 de 06/10/1893. À escola de Coimbra foram atribuídos cursos profissionais de pintor cerâmico, modista, costureira, serralheiro civil, formador, estucador, encadernador, oleiro e louceiro formista, marceneiro, carpinteiro civil, serralheiro mecânico e condutor de máquinas; Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1893, sessão de 12 de Junho, p. 8.

⁷³ Cf. Decretos de 14/12/1897, *Diário do Governo...* *op. cit.*

⁷⁴ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1902, sessão de 26 de Abril, p. 4.

⁷⁵ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Manuel Francisco de Vargas, *Ibidem*, 1902, sessão de 28 de Abril, p. 4.

⁷⁶ Intervenção de Oliveira Matos, *Ibidem*, 1903, sessão de 14 de Fevereiro, p. 4.

que as suas prioridades foram no sentido de conferir alguma ordem na organização das escolas industriais, consolidando as diversos diplomas legais anteriores e concretizando as garantias neles previstas para o pessoal docente⁷⁷. Segundo o ministro, antes de contratar novos professores, tinha havido necessidade de aplicar o acréscimo de despesa orçamental na progressiva efectivação de um elevado número de professores, comprovadamente competentes, que já se encontravam em exercício nas escolas. Oliveira Matos voltaria a tocar neste assunto, três meses depois, numa intervenção de censura aos cortes nas despesas com as escolas industriais efectuados no orçamento do MOPCI⁷⁸. As oficinas na Escola Brotero, de Coimbra, só viriam a iniciar o seu funcionamento no ano lectivo de 1907-08⁷⁹.

As intervenções parlamentares a favor do ensino oficial foram mais numerosas em relação às escolas da circunscrição do sul. A concretização do projecto de construção de novas instalações para a escola das Caldas da Rainha foi alvo de pressões, em 1890, por parte de Francisco Machado⁸⁰. Naquela escola, funcionavam, à data, as oficinas de trabalhos em Madeira e de Cerâmica. A passagem eminente do ensino industrial para o recém-criado MIPBA e a exorbitância das verbas necessárias, previstas no projecto elaborado pelo arquitecto estrangeiro contratado pelo governo anterior, foram as razões objectadas para justificar o adiamento das obras⁸¹.

Em 1898, Joaquim Telo, sustentou, na discussão do orçamento, a utilidade das escolas industriais, apresentando, como fundamento dos seus considerandos, o sucesso da oficina de Cerâmica da escola de Viana do Alentejo. Segundo o deputado, aquela oficina, para além de criar e desenvolver uma indústria nova e de abastecer com a sua produção a zona alentejana em que se inseria, oferecia, ainda, a valência de ter sido estabelecida e ser dirigida exclusivamente por discípulos da mesma escola⁸².

A escola Marquês de Pombal, em Lisboa, considerada, desde cedo, como um estabelecimento exemplar, foi sempre dotada da oferta curricular mais completa do país,

⁷⁷ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Manuel Francisco de Vargas, *Ibidem*, 1903, sessão de 14 de Fevereiro, pp. 6-7; "Organização do ensino elementar industrial e comercial", de Manuel Francisco de Vargas, ministro das Obras Públicas, subscrito por todos os elementos do governo e aprovado por Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901.

⁷⁸ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 14.

⁷⁹ Cf. Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

⁸⁰ Cf. Intervenções de Francisco José Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1889, sessão de 10 de Abril, p. 326, e *Ibidem*, 1890, Apêndice à sessão de 1 de Julho, pp. 950A-950B.

⁸¹ Cf. Intervenções do Ministro das Obras Públicas, Arouca, *Ibidem*, 1890, sessão de 1 de Julho, p. 944, e de Charters de Azevedo, *Ibidem*, 1890, sessão de 2 de Julho, p. 977.

⁸² Cf. Intervenção de Joaquim Telo, relator, *Ibidem*, 1898, sessão de 23 de Abril, p. 922.

de excelentes condições materiais e de um numeroso e competente corpo docente. Estes aspectos foram referidos por diversas vezes na Câmara dos Deputados, mas só na primeira década do século XX é que se registaram intervenções que não se limitaram a secundar as medidas governamentais⁸³. Em 1903, Oliveira Matos, face às disposições relativas ao curso de maquinistas navais previstas na reforma da Escola Naval, proposta pelo ministro da Marinha, defendeu, num longo discurso, que as saídas profissionais dos condutores de máquinas, formados pela escola Marquês de Pombal, deveriam continuar a ser garantidas⁸⁴. Sublinhou que, desde 1896 até 1902, tinham sido colocados, nas marinhas mercante e de guerra portuguesas, 38 alunos daquela escola industrial e lembrou que "*antes da existência do curso especial de máquinas e da escola dar alunos prontos, todos os maquinistas dos vapores portugueses da nossa praça, que faziam carreiras entre a metrópole e as províncias ultramarinas, eram estrangeiros e no seu maior número ingleses*"⁸⁵. No mesmo ano, durante a discussão do orçamento, Clemente Pinto, Queirós Ribeiro e Oliveira Simões tentaram impedir que fossem reduzidas as verbas da referida escola, argumentando que a "*bitola da Marquês de Pombal*"⁸⁶ era superior à da maioria das escolas.

As oficinas da escola da Covilhã motivaram duas veementes intervenções, de Antonino Vaz de Macedo e de António José de Almeida, respectivamente, em 1906 e em 1908, ambas sustentando a sua necessidade face ao agravamento da situação económica⁸⁷. Os dois deputados convergiram na caracterização dos problemas da indústria e do operariado daquela cidade e nas propostas relativas à escola. A crise relatada foi considerada muito mais grave do que a vivida nos anos 1891-92, visto tratar-se de uma manifesta superprodução, acentuada desde 1900, à qual se associara, inevitavelmente, o desemprego de homens e de mulheres, reduzidos à fome e à miséria.

⁸³ Os elogios à escola Marquês de Pombal e ao seu director, Marques Leitão, pronunciados na Câmara dos Deputados, foram referidos no capítulo 4.1.2.3.

⁸⁴ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1903, Apêndice à sessão de 10 de Março, pp. 21-23. A reforma da Escola Naval previa a criação de um curso de maquinistas navais da marinha de guerra e da marinha mercante. O Ministro da Marinha justificava a sua proposta alegando que o Estado não tinha assegurado, até à data, tal formação. O deputado acusou o ministro de não conhecer a oferta de cursos da escola industrial Marquês de Pombal, em particular o de condutores de máquinas, cujo currículo compreendia as mesmas disciplinas previstas no novo curso da Escola Naval.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 21.

⁸⁶ Intervenção de Oliveira Simões, *Ibidem*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 9. Cf. Intervenções de Clemente Pinto, *Ibidem*, sessão de 18 de Abril, p. 17; Queirós Ribeiro, *Ibidem*, sessão de 6 de Maio, p. 8. Clemente Joaquim dos Santos Pinto, regenerador, era deputado pelo círculo do Porto. Gaspar Queirós Ribeiro de Almeida e Vasconcelos, progressista, era, à data, deputado por Viana do Castelo.

⁸⁷ Cf. Intervenções de Antonino Vaz de Macedo, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, pp. 5-6, e de António José de Almeida, *Ibidem*, 1908, sessão de 6 de Agosto, p. 7. Antonino Vaz de Macedo, regenerador, era deputado pelo círculo da Guarda e António José de Almeida, republicano, tinha sido eleito pelo círculo de Lisboa Oriental.

O primeiro deputado apontou diversas causas para a conjuntura crítica, como sendo as alterações monetárias decorrentes do abandono do padrão-ouro, a diminuição da protecção aduaneira, a escassez de capitais para investimento e as dificuldades de obtenção de créditos, os elevados custos da energia e dos transportes, a restrição dos mercados pela impossibilidade de colocação dos produtos, quer nas colónias, quer no estrangeiro, e, finalmente, a insuficiência do ensino industrial ministrado na escola da Covilhã. Esta, argumentava Antonino Vaz de Macedo, apesar de ter sido a primeira escola industrial aberta no país, em 1884, não lograra abrir, ao longo dos anos, senão a oficina de Tecelagem, apesar de muitas outras constarem do currículo que lhe fora sendo definido pelas várias reformas legisladas, e continuava a funcionar na acanhada casa inicial, oferecida pela Câmara Municipal.

Omitia ou desconhecia o orador que naquela escola tinham funcionado outras oficinas. Em 1886/87 tinham iniciado a sua actividade as oficinas de Tecelagem, Tinturaria, trabalhos em Madeira e em Torno, embora a partir da reforma de 1891 apenas a de Tecelagem e a de Lavoros Femininos, criada por aquele diploma, tenham permanecido. A oficina de Tecelagem viria a ser extinta pela reforma de 1897, mas a de Lavoros Femininos manteve-se, apesar de algumas interrupções, até 1904/05, ou seja, durante um período de 13 anos e até ao ano anterior à intervenção deste deputado. A oficina de Tecelagem foi restabelecida no ano lectivo de 1905/06⁸⁸.

Antonino Vaz de Macedo insistia que, por falta de dotação orçamental para professores, mestres e equipamentos, o operariado carecia de formação, actualização e reconversão profissional, para que "*a indústria não fique interminavelmente acorrentada aos processos rotineiros, transmitidos de geração em geração, e possa ter a vida moderna, intensa e inovadora, que lhe é imposta pela necessidade inelutável de produzir cada vez melhor e mais barato, sob pena de ficar esmagada na concorrência brutal*"⁸⁹. Não conseguiu do ministro das Obras Públicas, Malheiro Reymão, mais do que a promessa vaga de que faria o que estivesse ao alcance do executivo para melhorar o ensino industrial⁹⁰.

As considerações de António José de Almeida, dois anos mais tarde, foram menos

⁸⁸ Cf. ARROIO, António, *Relatório sobre a situação da Escola Industrial...* op. cit.; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910...* op. cit.

⁸⁹ Intervenção de Antonino Vaz de Macedo, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1906, sessão de 26 de Outubro, p. 6.

⁹⁰ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Malheiro Reymão, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, p. 6.

desenvolvidas, mas nelas estava presente a mesma ideia de reconversão da escola numa "oficina para aprendizagem industrial, sobretudo com aplicação prática às indústrias covilhanenses"⁹¹. Assegurou-lhe o Presidente do Conselho de Ministros, Ferreira do Amaral, que o ministro das Obras Públicas actuaria no sentido do pedido feito⁹². No entanto, até ao final do período estudado, a oficina de Tecelagem da escola da Covilhã manteria uma frequência reduzida, que oscilava entre 5 e 10 matriculados por ano⁹³.

A única iniciativa parlamentar bem sucedida de criação de ensino oficial numa escola, a de Lagos, foi da responsabilidade de Joaquim Telo, em 1908, e contemplava oficinas para o sexo feminino. Sublinhando o sucesso desta escola, aberta no ano lectivo de 1905/06, por iniciativa ministerial e com o apoio da Câmara Municipal, o deputado apresentou um projecto de lei para a sua transformação numa escola profissional, ou seja, que nela fosse ministrado o curso profissional, sendo, para tal, criadas as correspondentes disciplinas e oficinas, de acordo com o decreto de 1901⁹⁴. Justificou a sua proposta com dois tipos de argumentos: a importância da vertente prática para as finalidades do ensino industrial, ainda mais numa escola que exibia elevados níveis de frequência, uma centena de alunos por ano com notável aproveitamento, e os baixos custos que tal alteração implicava, dado que a escola funcionava no edifício de um antigo convento, oferecido pela Câmara Municipal, cujas instalações permitiam o funcionamento de oficinas.

Profundo conhecedor da legislação e sabendo que seria difícil obter verbas para a totalidade do curso, Joaquim Telo serviu-se dos preceituados trâmites transitórios e propôs que apenas fossem criadas de imediato duas oficinas, uma de Lavoros Femininos e outra de Carpintaria. As novas disciplinas teóricas seriam inscritas no quadro que definia o currículo a implementar em cada escola "à medida que as necessidades do ensino o aconselhem, depois de autorizada no orçamento da despesa do Estado a

⁹¹ Intervenção de António José de Almeida, *Ibidem*, 1908, sessão de 6 de Agosto, p. 7.

⁹² Cf. Intervenção do Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Reino, Ferreira do Amaral, *Ibidem*, 1908, sessão de 6 de Agosto, p. 8.

⁹³ Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1904-1905... op. cit.*; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1906 e 1907... op. cit.*; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910... op. cit.*

⁹⁴ Cf. Intervenções de Joaquim Telo, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1908, sessões de 20 de Maio, p. 12, e de 27 de Julho, pp. 10-11; Projecto de Lei de 27 de Julho, de Joaquim Telo, *Ibidem*, sessões de 27 de Julho, p. 11, e de 28 de Julho, pp. 9-10. O Decreto de 24/12/1901 (*Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901) estipulava, no art. 55º, § 1º que as oficinas "serão criadas nas escolas que as não possuam actualmente, à medida que nos orçamentos anuais forem estabelecidas as respectivas verbas".

respectiva verba"⁹⁵, o que na prática significava ficarem no papel *sine die*. O projecto foi enviado às comissões de Instrução Primária e Secundária e de Fazenda⁹⁶. Sem esperar pelo parecer das comissões e a fim de viabilizar a abertura das oficinas, Joaquim Telo em conjunto com outros deputados, aproveitou a discussão do orçamento do MOPCI para apresentar uma Proposta de Emenda para que se acrescentassem os 660\$000 réis relativos aos vencimentos do mestre (360\$000) e da mestra (300\$000) das oficinas da escola de Lagos, a qual mereceu a aprovação da comissão do Orçamento⁹⁷. Das duas oficinas, porém, só a de Lavoros Femininos viria a funcionar⁹⁸. A iniciativa deste deputado é reveladora da importância conferida ao ensino profissional feminino ministrado nas escolas industriais.

Na discussão do OGE do mesmo ano, Joaquim Telo conseguiu ver aprovada outra proposta de emenda que beneficiava, com um acréscimo de 100\$000 réis à verba que lhe fora inscrita, a escola de Faro, na qual funcionavam oficinas para os dois sexos⁹⁹.

Em 1909 foi a própria Comissão do Orçamento que tomou a iniciativa de reduzir a rubrica de despesas gerais destinada à aquisição de maquinismos para as escolas e privilegiar duas delas, a de Aveiro e a Marquês de Pombal, em Lisboa, com um reforço de verbas destinadas às oficinas, respectivamente, de Cerâmica e de ourivesaria, joalheria e gravura de medalhas¹⁰⁰.

Oliveira Simões, em 1910, manifestou intenção de interrogar o governo sobre o ensino na escola de Leiria, entre outras¹⁰¹. Não era a primeira vez que o deputado expressava, na Câmara, o seu interesse pelas escolas industriais do distrito, pois cinco

⁹⁵ Art. 8º, Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901.

⁹⁶ Cf. AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1908 a 1910, Livro nº 1432, Projecto de Lei nº 35-C de Joaquim José Telo.

⁹⁷ Cf. Proposta de Emenda de António José Guerreiro, Estêvão de Vasconcelos, João José Sinel de Cordes, António de Macedo Ramalho Ortigão, Joaquim Telo e José Francisco Teixeira de Azevedo, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1908, sessões de 17 de Agosto, p. 13, e de 29 de Agosto, p. 54.

⁹⁸ Cf. Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910...* *op. cit.*.

⁹⁹ Cf. Proposta de Emenda de Joaquim Telo, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1908, sessões de 19 de Agosto, p. 9, e de 29 de Agosto, p. 63.

¹⁰⁰ Cf. Projecto de Lei do Orçamento, *Ibidem*, 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 35, 182-183, 196-197. Na despesa ordinária verificou-se um aumento de 2:680\$000 réis em pessoal e de 20\$000 réis em material para a escola de Aveiro; na despesa extraordinária houve uma redução de 4:000\$000 réis em aquisição de maquinismo para as escolas e um aumento de 1:000\$000 réis para as oficinas das escolas de Aveiro e Marquês de Pombal. Da comissão do orçamento, presidida por Rodrigo A. Pequito, faziam parte José de Ascensão Guimarães, José Cabral Correia do Amaral, Alberto Navarro, Lourenço Cayolla, Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcellos, João Henrique Ulrich, José Maria de Oliveira Simões, Anselmo Vieira, Antonio José Garcia Guerreiro, Francisco Limpo de Lacerda Ravasco, João Soares Branca, Joaquim Tello e Antonio Rodrigues Nogueira (este último relator geral).

¹⁰¹ Cf. Aviso de José Maria de Oliveira Simões, *Ibidem*, 1910, sessão de 5 de Abril, p. 9.

anos antes tinha requerido informações sobre elas ao MOPCI¹⁰². Desta vez entregou uma declaração, a corroborar uma representação da Câmara Municipal daquela cidade, solicitando que fosse incluída no orçamento a verba necessária à conclusão das obras da escola de Leira e das respectivas oficinas¹⁰³. Com efeito, a oficina de Carpintaria daquela escola deixara de funcionar no ano lectivo de 1906-07 e até 1909-10, inclusive, apenas continuou em actividade a oficina de Lavoros Femininos¹⁰⁴. O pedido, porém, ficou inconsequente.

Uma dezena de escolas foi alvo de intervenções no Parlamento no sentido do reforço da vertente profissional do seu ensino, fosse pela abertura das oficinas, fosse pelo seu melhoramento. Mais uma vez, um conjunto de deputados se interessou pelas escolas dos círculos eleitorais que representavam, mas as suas intervenções foram de carácter pontual e não se traduziram em resultados concretos. Cerca de metade das diligências relativas a oficinas, registadas entre 1884 e 1910, decorreram na sequência de reorganizações do sistema de ensino decretadas pelos governos, à semelhança do que sucedera com as propostas de criação de escolas. As únicas iniciativas parlamentares com êxito foram as que visaram as escolas de Lagos e de Faro, ambas conduzidas por Joaquim Telo, um deputado que mantinha, desde 1886, um vínculo especial ao ensino nas escolas industriais¹⁰⁵. No caso da primeira escola, o deputado logrou introduzir o ensino profissional, sendo que uma das oficinas criadas, a única que logrou abrir até à República, se destinava ao sexo feminino.

4.1.3. O reforço da oferta curricular

O alargamento da oferta curricular teórica das escolas industriais, com destaque para as línguas, mereceu a atenção de alguns deputados. O ensino das línguas, em particular do inglês e do francês, era considerado essencial no currículo das escolas industriais, visto que instruções de laboração, manuais e restante literatura na área da indústria se encontravam quase exclusivamente em língua estrangeira.

Em 1887 João Franco propôs, na Câmara dos Deputados, a introdução, na escola

¹⁰² Cf. Requerimento de Oliveira Simões, *Ibidem*, 1905, sessão de 2 de Maio, p. 9.

¹⁰³ Cf. Declaração de José de Oliveira Simões, *Ibidem*, sessão de 18 de Abril, p. 8.

¹⁰⁴ Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1904-1905... op. cit.*; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1906 e 1907... op. cit.*; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910... op. cit.*

¹⁰⁵ O papel de Joaquim Telo nos organismos de coordenação central será analisado no capítulo 4.2.2.1..

de Guimarães, das disciplinas de francês e de inglês, para que os operários tivessem acesso às instruções de manejo das máquinas e aos compêndios sobre as suas artes, inexistentes em língua portuguesa¹⁰⁶. O ministro do MOPCI, Emídio Navarro, que considerara prioritária a existência de oficinas naquela escola, quando decretou a sua criação, introduziu, também, a disciplina de Francês¹⁰⁷. Em 1900, seria a vez de João Monteiro Vieira de Castro defender os interesses do mesmo estabelecimento, apresentando, na análise do orçamento do MOPCI, uma proposta de inscrição da verba para pagamento do professor da disciplina de Português, que se encontrava sem dotação¹⁰⁸. A inscrição desta verba no orçamento foi recomendada pela respectiva comissão no seu parecer, o qual foi aprovado pela Câmara¹⁰⁹.

A reintrodução da disciplina de Francês na escola industrial de Coimbra, prevista na reforma de 1897, foi motivo de um projecto de lei apresentado por Oliveira Matos, em Março de 1898, e enviado às Comissões de Artes e Indústria e de Instrução Superior e Especial. Apesar de não haver registo de Parecer, a verba foi inscrita no OGE para o exercício de 1898-1899¹¹⁰.

A escola do Funchal registou várias propostas de introdução de disciplinas. Um projecto de lei para a introdução da disciplina de Mecânica Aplicada à condução de máquinas a vapor foi apresentado, em Abril de 1898, pelo Visconde de Ribeira Brava e por João Catanho de Menezes¹¹¹. O projecto foi enviado à Comissão de Obras Públicas, cujo parecer entrou na mesa da Câmara dos Deputados em Maio, mas foi mandado imprimir sem leitura e o processo caducou com o encerramento dos trabalhos parlamentares¹¹². Em 1902 Alexandre Sarsfield, Frederico dos Santos Martins e Alberto Botelho assinaram uma proposta, de introdução de verbas no orçamento do MOPCI,

¹⁰⁶ Cf. Projecto de Lei nº 157, de Franco Castelo Branco, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1887, sessão de 20 de Julho, p. 1863 (no contexto da discussão de um projecto de lei que visava igualar o currículo do liceu de Braga ao dos liceus centrais).

¹⁰⁷ Cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, *Ibidem*, 1887, sessão de 20 de Julho, p. 1863; Decreto de 13/06/1888.

¹⁰⁸ Cf. Proposta de João Monteiro Vieira de Castro, *Ibidem*, 1900, sessão de 7 de Maio, p. 21. Este deputado, progressista, era representante do círculo de Fafe.

¹⁰⁹ Cf. Intervenção de Teixeira de Sousa, *Ibidem*, 1900, sessão de 22 de Maio, p. 12. O parecer da comissão do Orçamento sobre as propostas de alteração ao OGE foi aprovado na sessão de 23 de Maio de 1900.

¹¹⁰ Cf. Projecto de lei de 30/03/1898, apresentado por José Maria de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1898, sessão de 30 de Março, pp. 751-752; AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1897-1899, Livro nº 1427, Projecto de Lei nº 26-B de José Maria de Oliveira Mattos.

¹¹¹ Cf. Projecto de Lei apresentado por Visconde de Ribeira Brava e João Catanho de Menezes, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1898, sessão de 1 de Abril, p. 772. Francisco Correia de Herédia, 1º Visconde da Ribeira Brava, era, à data, progressista e deputado pelo círculo de Ponta do Sol (Madeira). João Catanho de Menezes era, à data, independente e deputado pelo círculo de Santana (Madeira).

¹¹² Cf. Intervenção de Augusto Ricca, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 24 de Maio, pp. 1246. A II Sessão da 32ª legislatura encerrou em 04/06/1898.

para pagamento dos professores necessários ao funcionamento das disciplinas de Português e de Matemática previstas para aquela escola¹¹³. A proposta foi aprovada, tendo sido integrada, no quadro orçamental, a quantia de 800\$000 referente ao salário anual de dois professores¹¹⁴.

Em 1907 foi apresentado um projecto de lei, assinado por Brum do Canto, para que fosse criada naquela escola a disciplina de inglês, pois a importância da população inglesa na Ilha da Madeira tornava necessário o conhecimento daquela língua para aqueles que, saindo da escola, pretendessem arranjar emprego¹¹⁵. O projecto foi enviado às Comissões de Instrução Secundária e de Fazenda, mas o encerramento e dissolução das Cortes determinaram a caducidade do processo¹¹⁶. Dois anos mais tarde, Soares Branco apresentou um projecto de lei, recuperando uma anterior sugestão de Egas Moniz, para que fosse extinta a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, dado que deixara de ser frequentada, e que a verba fosse utilizada no desenvolvimento da escola industrial através da introdução das disciplinas de Inglês e de Francês, de forma a garantir o emprego da população local e a diminuição da importação de empregados estrangeiros¹¹⁷. O projecto foi enviado às Comissões de Instrução Superior e Especial e de Fazenda, mas o encerramento da sessão legislativa determinou, mais uma vez, a prescrição da iniciativa¹¹⁸.

Um projecto de lei para restabelecer, na escola da Figueira da Foz, a cadeira de Desenho Architectónico, suprimida pelo decreto de 1897, foi apresentado em 1898 pelo deputado António Mazziotti¹¹⁹. Este projecto apresentou como relatório preliminar um requerimento enviado ao Rei pela direcção da Associação de Instrução Artística

¹¹³ Cf. Emenda no capítulo 5º, artigo 49º, secção 26ª, por Alexandre Sarsfield, Frederico dos Santos Martins e Alberto Botelho, *Ibidem*, 1902, sessões de 22 de Março, p. 44 e de 1 de Abril, p. 22. Estes três deputados, regeneradores, eram todos representantes do círculo do Funchal,

¹¹⁴ Cf. "Orçamento Geral do Estado", *Ibidem*, 1902, sessão de 1 de Abril, p. 7 e p. 22.

¹¹⁵ Cf. Intervenção de Brum do Canto, *Ibidem*, 1907, sessão de 20 de Março, p. 4; Projecto de Lei de 20/03/1907, apresentado por Salvador Manuel Brum do Canto, *Ibidem*, 1907, sessão de 22 de Março, pp. 4-5. Este deputado era deputado pelo círculo do Funchal.

¹¹⁶ A II Sessão da 39ª legislatura encerrou a 12/04/1907 e a 10/05/1907 as Cortes foram dissolvidas sem convocação de eleições.

¹¹⁷ Cf. Intervenção de Soares Branco, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1909, sessão de 18 de Agosto, p. 7; Projecto de Lei apresentado por João Soares Branco, *Ibidem*, 1909, sessão de 20 de Agosto, pp. 3-4; intervenção de Egas Moniz, *Ibidem*, 1902, sessão de 30 de Janeiro, p. 6. João Soares Branco, progressista, à data deputado pelo círculo do Funchal. António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, progressista, tinha sido eleito pelo círculo de Aveiro.

¹¹⁸ A II Sessão da 40ª legislatura encerrou a 22/09/1909.

¹¹⁹ Cf. Projecto de Lei de 26/04/1898, apresentado por António Maria Dias Pereira Chaves Mazziotti, *Ibidem*, 1898, sessões de 26 de Abril, p. 943, e de 27 de Abril, p. 956; AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1897-1899, Livro nº 1427, Projecto de Lei nº 49-E, de António Maria Dias Pereira Chaves Mazziotti. Este deputado, progressista, era à data representante do círculo de Sintra.

Figueirense, no qual se sublinhava a importância daquela disciplina para a população operária da localidade e a existência de recursos materiais e humanos na escola, que dispensavam o aumento de despesa. Enviado às Comissões de Artes e Indústrias e de Instrução Pública Superior e Especial, o projecto ficaria esquecido como atestam duas novas intervenções de Mazziotti, um ano mais tarde, inquirindo se a Comissão de Instrução já tinha emitido o seu parecer¹²⁰. Na realidade, encontrando-se já numa nova sessão parlamentar, haveria que renovar a iniciativa, o que o deputado não fez. Em 1902, na discussão do orçamento, Pereira dos Santos apresentou uma proposta de inscrição de uma verba para o pagamento a um professor da cadeira de Noções Gerais do Comércio, Escrituração e Cálculo Comercial¹²¹. A proposta foi aprovada pela Comissão do Orçamento, com a justificação de que a população que frequentava a escola se dedicava maioritariamente ao comércio¹²².

Em 1902, um projecto de lei assinado por José de Lacerda e Júlio Augusto Petra Viana pretendia obter autorização para que a Junta Geral do distrito de Angra integrasse na escola de desenho industrial, a cargo daquela instituição, o curso nocturno de Português e o respectivo professor, que ficaria equiparado a professor das escolas industriais¹²³. Este curso, frequentado pelas classes operárias, seria, ainda, ampliado com Noções Elementares de Corografia e História Pátrias, Aritmética e Ciências Naturais, disciplinas para o ensino das quais o mesmo professor detinha competência. O projecto foi enviado às Comissões Parlamentares de Administração Pública e de Instrução Primária e Secundária, mas não há registo de parecer, pelo que nunca chegou a ser discutido¹²⁴. Um ano mais tarde José de Lacerda renovou a iniciativa, mas esta teria o mesmo desfecho¹²⁵. Os longos intervalos entre as sessões da 35ª legislatura contribuíram para a caducidade dos projectos¹²⁶. Contudo, quando a escola foi

¹²⁰ Cf. Intervenções de Mazziotti, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1899, sessões de 25 de Abril, p. 3 e 19 de Maio, p. 5.

¹²¹ Cf. Proposta de Pereira dos Santos, *Ibidem*, 1902, sessão de 22 de Março, p. 43. Esta disciplina constava do currículo das escolas elementares de comércio, definidas, na reforma de 1901, para Lisboa e Porto (cf. Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901). José Gonçalves Pereira dos Santos, regenerador, era deputado pelo círculo de Coimbra.

¹²² Cf. Proposta nº 55, *Ibidem*, 1902, sessão de 1 de Abril, p. 22.

¹²³ Cf. Intervenção de José de Lacerda, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1902, sessão de 2 de Abril, p. 3; Projecto de Lei de José C. de S. e Lacerda e Júlio Augusto Petra Viana, *Ibidem*, 1902, sessões de 8 de Abril, p. 11 e 9 de Abril, p. 2. José Caetano de Sousa e Lacerda, regenerador, era deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo. Júlio Augusto Petra Viana, regenerador, deputado pelo círculo de Angra.

¹²⁴ Cf. AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1902-1904, Livro nº 1430, fl. 170 vs, Projecto de Lei nº 56-B de Júlio Augusto Petra Viana.

¹²⁵ Cf. Renovação de iniciativa por José de Lacerda, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1903, sessão de 26 de Maio, p. 8.

¹²⁶ A interrupção entre a primeira e a segunda sessões da 35ª legislatura decorreu entre 02/05/1902 e

reintegrada na rede pública de ensino industrial, em 1904, incluía no seu currículo a disciplina de Português.

Marques Leitão, simultaneamente deputado e director da escola Marquês de Pombal, em Lisboa, interveio, em 1907, para propor a criação de uma disciplina de condutores de motores de explosão, a fim de qualificar pessoal nacional que respondesse à procura criada pelo progresso tecnológico¹²⁷.

Em 1909, perante a falta de cumprimento do currículo definido, na reforma de 1901, para a escola de Aveiro, a Câmara Municipal daquela cidade enviou três representações ao Parlamento¹²⁸. Solicitava o município que fossem desbloqueadas as verbas necessárias para introduzir as disciplinas então criadas, bem como a inclusão no OGE de uma verba para a aquisição de um edifício onde se pretendia alojar, conjuntamente, o asilo-escola distrital e a escola industrial¹²⁹.

As propostas no sentido do reforço da oferta de disciplinas teóricas nas escolas industriais incidiram apenas em seis escolas e, na sua maior parte, decorreram de alterações introduzidas pelas medidas governamentais, isto é, traduzem, sobretudo, uma atitude de reacção e não um expediente derivado de uma genuína vitalidade local em torno do ensino industrial.

4.1.4. Os interesses dos grupos profissionais das escolas

A defesa dos interesses profissionais do pessoal docente e não docente das escolas, sendo um tema introduzido apenas a partir de problemas concretos, sobrevém de forma circunstancial.

Em 1888, quando o ministro Emídio Navarro alargou aos professores dos institutos industriais o regime de dois vencimentos, o de categoria (permanente) e o de exercício (eventual), vigente para os professores dependentes do Ministério do Reino,

02/01/1903 e a interrupção entre a segunda e a terceira sessões foi entre 23/06/1903 e 02/01/1904 (cf. SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional... op. cit.*).

¹²⁷ Cf. Intervenção de Marques Leitão, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1907, sessão de 4 de Março, p. 3. Marques Leitão, embora deputado desde 1 de Outubro de 1906, continuava a desempenhar o cargo de director da escola Marquês de Pombal. Carlos Adolfo Marques Leitão, regenerador-liberal, foi eleito pelo círculo de Lisboa Ocidental.

¹²⁸ Cf. Representações da Câmara Municipal de Aveiro, *Ibidem*, 1909, sessões de 20 de Março, p. 66, de 24 de Julho, p. 22 e de 26 de Julho, p. 25.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*; intervenção de Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, 1909, sessão de 26 de Julho, p. 16. António Rodrigues Nogueira, progressista, deputado pelo círculo de Aveiro.

os professores das escolas industriais e de desenho industrial reagiram¹³⁰. Enviaram representações à Câmara dos Deputados a solicitar que lhes fosse aplicado o mesmo sistema¹³¹. Reivindicavam o direito ao vencimento de exercício, alegando que tinham mais serviço lectivo, quer pelo facto do ensino feminino implicar desdobramento de aulas, quer pelo trabalho nas oficinas. Na realidade, aquela distinção destinava-se a resolver os problemas de acumulação de funções, frequentes no professorado. O vencimento de categoria era invariável e correspondia ao lugar ocupado no quadro de pessoal do organismo a que o professor se encontrava vinculado e o vencimento de exercício variava consoante a actividade efectivamente realizada, ou seja, o seu valor era processado em cada organismo onde ele exercesse funções. A questão arrastou-se e, um ano mais tarde, Silva Cordeiro apresentou um projecto de lei no mesmo sentido, o qual foi enviado à Comissão de Instrução Superior e Especial, a qual não chegou a emitir parecer, pelo que o projecto não foi discutido¹³². Uma nova representação sobre o mesmo assunto foi enviada pelos professores das escolas industriais e deu entrada pela mão de Baptista de Sousa¹³³.

A alteração viria a ser contemplada, em 1891, no decreto de João Franco. No entanto, este limitou-se a decompor o valor de 600\$000 réis anuais, estipulado, desde 1886, como vencimento único para os professores efectivos das escolas industriais em regime do que, actualmente, se designa por exclusividade, em 400\$000 réis de categoria e 200\$000 réis de exercício¹³⁴. Deste modo, os professores das escolas deixavam de ter o mesmo vencimento dos seus homólogos dos Institutos, dado que para estes o vencimento de categoria passava a situar-se entre 550\$000 e 600\$000 e o de exercício entre 250\$000 e 300\$000 réis anuais¹³⁵. Nos Institutos, como desaparecia a diferenciação de vencimentos entre lentes e professores e eram suprimidas outras categorias profissionais, as novas classificações e respectivos vencimentos apenas se

¹³⁰ Cf. Carta de Lei de 01/06/1888, de Emídio Navarro, *Diário do Governo* n° 126 de 04/06/1888; este decreto resultou da Proposta de Lei n° 228-B, de 05/08/1887, apresentado pelo ministro à Câmara dos Deputados, cf. *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1887, sessões de 5 de Agosto, p. 2341 e 8 de Agosto, p. 2378.

¹³¹ Cf. Representação E. n° 189, de 22/05/1888, dos professores das escolas industriais e de desenho industrial, solicitando que lhes seja concedido o vencimento de exercício com o qual não foram contemplados pelo Projecto de Lei aprovado, em 15/05/1888, na Câmara dos Pares, apresentada pelo deputado Madeira Pinto, *Ibidem*, 1888, sessão de 22 de Maio, pp. 1656 e 1685.

¹³² Cf. Projecto de Lei de 31/05/1889 de Silva Cordeiro sobre vencimentos dos professores das escolas industriais e de desenho industrial, enviado à Comissão de Instrução Superior, *Ibidem*, 1889, sessão de 31 de Maio, p. 960.

¹³³ Cf. Representação dos professores das escolas industriais e de desenho industrial apresentada por Baptista de Sousa, *Ibidem*, 1889, sessão de 5 de Junho, p. 1050.

¹³⁴ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n° 227 de 09/10/1891, art. 144°; Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* n° 34 de 14/02/1887, Tabelas n° 1 e n° 2.

¹³⁵ Cf. art. 41°, Decreto de 08/10/1891, *Ibidem*.

aplicariam às nomeações realizadas a partir daquela data, salvaguarda que não estava prevista para os professores das escolas¹³⁶. Alguns anos mais tarde, em 1899, Catanho de Menezes, considerando que os professores das escolas, nomeados anteriormente ao decreto de 1891, tinham ficado prejudicados, apresentou um projecto de lei para que o decreto de 1891 também não tivesse efeitos retroactivos para aquele grupo profissional¹³⁷. O projecto foi enviado às Comissões de Obras Públicas e de Fazenda, mas não há registo de parecer¹³⁸.

À medida que as reformas foram sendo decretadas, a situação profissional do pessoal docente das escolas industriais tornou-se cada vez mais indefinida. As categorias que enquadravam os professores iam-se sobrepondo, pois nunca eram claramente enunciados os princípios transitórios aplicáveis às condições contratuais existentes. Acrescia que a intenção, firmada desde 1891, de reduzir o número de professores provisórios permanecia letra morta. O legislador tinha pretendido dispensar todos os professores provisórios e proceder a uma redistribuição dos professores definitivos pelas escolas. Esperava, assim, poder identificar com rigor os casos de absoluta necessidade de recorrer a novos professores, os quais, só seriam admitidos através de concurso¹³⁹. Previa-se, contudo, a possibilidade, por urgência de serviço, de conservar alguns professores provisórios em funções, mediante concurso no prazo de seis meses. Esta cláusula permitiu, na prática, a inalterabilidade da situação de muitos professores.

Na sequência do decreto de 1897, de Augusto José da Cunha, a regularização da situação profissional dos professores das escolas industriais e de desenho industrial suscitou algumas preocupações¹⁴⁰. O diploma reafirmava o concurso como o procedimento a adoptar para a contratação de docentes, os quais, ao fim de dois anos de exercício como provisórios, obteriam nomeação definitiva, salvo se houvesse parecer negativo da inspecção, caso em que seriam dispensados do ensino¹⁴¹. Face ao eventual aumento de despesas que tal medida implicaria, compreende-se que Teixeira de Sousa, durante a discussão do orçamento, em Janeiro de 1898, tenha requerido ao MOPCI informação sobre o número de professores cuja nomeação passara a definitiva e cujo

¹³⁶ Nos Institutos, nas tabelas do decreto de 1886 supra citado, os professores efectivos situavam-se hierarquicamente abaixo dos lentes catedráticos, o que não se verificava no decreto de 1891; cf. art. 34º a 44º, Decreto de 08/10/1891, *Ibidem*.

¹³⁷ Cf. Intervenção e Projecto de Lei de Catanho de Menezes, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1899, sessões de 5 de Abril, pp. 4-5, e de 7 de Abril, p. 2, respectivamente.

¹³⁸ Cf. AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1897-1899, Livro nº 1427, Projecto de Lei nº 18-D de João Catanho de Menezes.

¹³⁹ Cf. Decreto de 08/10/1891, art. 144º a 148º.

¹⁴⁰ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897.

¹⁴¹ Cf. Art. 159º e 177º a 179º do Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*.

vencimento aumentara de 400\$000 para 600\$000 réis¹⁴². Não há registo sobre a sequência deste pedido.

Elvino de Brito, ministro das Obras Públicas, em Maio de 1899, na apresentação da Proposta de Lei sobre remodelação dos serviços técnicos do MOPCI, dava conta da persistência do problema do corpo docente ao afirmar que "*tais disposições não têm podido ser, em grande parte, cumpridas, e daí o aumento sucessivo do pessoal docente, sem a observância das formalidades legais, tendo sido admitidos, por simples portarias ou despachos ministeriais, muitos professores, quer a título de contratados, quer como auxiliares*"¹⁴³. Alegando o insuficiente conhecimento da situação das escolas quanto às suas reais vantagens e à efectiva competência dos seus professores, sustentou que só um inquérito rigoroso permitiria diagnosticar as alterações necessárias a introduzir naquele ensino para que se tornasse vantajoso para a indústria nacional¹⁴⁴. Esta resposta remetia para a necessidade de aplicação do Plano de Inquérito à situação da indústria e do ensino industrial decretado por este ministro, no final do ano anterior, o qual, todavia, não chegou a efectivar-se¹⁴⁵.

Na discussão do orçamento, em Maio de 1901, Oliveira Matos, ao criticar os critérios que presidiram à distribuição das verbas, referia que os professores provisórios das escolas industriais auferiam um vencimento inferior ao dos efectivos, apesar de efectuarem o mesmo trabalho¹⁴⁶. Insistindo na questão, o deputado defendeu o aumento dos vencimentos dos professores das escolas industriais, sustentando que estes não podiam "*viver honestamente em Lisboa ou no Porto com 400\$000 réis de ordenado, sujeito a deduções, quando os ordenados dos professores dos liceus e de outros estabelecimentos são superiores e têm sido aumentados*"¹⁴⁷.

A reforma de 1901 atestava o complicado imbróglgio em que se tinha tornado a carreira daquela classe profissional ao eleger como uma das suas principais finalidades a sua resolução: "*(...) o presente diploma, inspirado no desejo de tornar cada vez mais profícuo este valioso ramo do ensino técnico (...) pelo reconhecimento efectivo das garantias que toda a legislação anterior confere ao pessoal docente*"¹⁴⁸. Na prática,

¹⁴² Cf. Requerimento de Teixeira de Sousa, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1898, sessão de 14 de Janeiro, p. 44.

¹⁴³ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Elvino de Brito, *Ibidem*, 1899, sessão de 19 de Maio, p. 16.

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 17; recorde-se que Elvino de Brito tinha aprovado no ano anterior o plano desse inquérito (cf. decreto de 24/11/1898, *Diário do Governo*, nº 272 de 03/12/1898).

¹⁴⁵ Cf. Decreto de 24/11/1898, *op. cit.*

¹⁴⁶ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1901, sessão de 8 de Maio, p. 17.

¹⁴⁷ Intervenção de Oliveira Matos, *Ibidem*, 1901, sessão de 11 de Maio, p. 15.

¹⁴⁸ Introdução ao Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901.

contudo, os problemas persistiriam, como comprovam os processos individuais de alguns professores, designadamente no momento em que, para requererem o direito à aposentação, necessitavam ver a sua situação regularizada¹⁴⁹.

Em 1904, Oliveira Matos voltou a instar o MOPCI para que analisasse uma reclamação dos professores das escolas industriais, cujo conteúdo, todavia, não explanou¹⁵⁰.

Abel Andrade, dois anos mais tarde, solicita uma cópia de um parecer do Conselho Superior de Instrução Pública e do despacho ministerial pelos quais os professores das escolas industriais tinham prioridade na nomeação de professores interinos dos liceus¹⁵¹. Este pedido relacionava-se, certamente, com o problema concreto, apresentado, dias depois, por aquele deputado e por Moreira de Almeida, de um professor que, naquelas condições, tinha sido indigitado para o liceu de Braga e posteriormente demitido¹⁵².

A realização de concursos também não aligeirou os processos, como se pode deduzir de uma intervenção de Claro da Ricca, em 1908, mencionando uma representação de professores das escolas que tinham sido aprovados em concurso, mas que alegavam não lhes ter servido de nada até à data, pois estavam pendentes da existência de verbas para a criação da cadeira de inglês em algumas escolas¹⁵³.

Em 1909, Moreira de Almeida propôs, num projecto de lei sobre ensino secundário, que o recrutamento dos docentes dos ensinos secundário e industrial fosse uniformizado pelo dos professores do ensino superior, tendo o Presidente do Conselho e Ministro do Reino discordado de imediato no que se referia aos professores do ensino industrial¹⁵⁴. O projecto foi enviado à Comissão de Instrução Secundária e Superior.

O pessoal menor das escolas foi lembrado apenas duas vezes e, em ambas as ocasiões, em resultado de documentos dele provenientes. Em 1899, Augusto José da Cunha, entregou uma petição dos serventes das escolas industriais para que lhes fossem equiparados os vencimentos aos dos seus colegas dos Institutos Comerciais e

¹⁴⁹ Cf. AHME, Fundo da DGCI do MOP, Série Pessoal, Unidade 3565, *Processos individuais de professores das escolas industriais (1888-1896)*; Série Processos Individuais, Unidades 2790, 2832, 3531, 3532, *Processos individuais de professores (1872-1916)*.

¹⁵⁰ Cf. Intervenção de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit., Ibidem*, 1904, sessão de 1 de Março, p. 7.

¹⁵¹ Cf. Intervenção de Abel Andrade, *Ibidem*, 1906, sessão de 5 de Novembro, p. 8.

¹⁵² Cf. Intervenções de Abel Andrade, *Ibidem*, 1906, sessão de 7 de Novembro, pp. 4-5, e de Moreira de Almeida, *Ibidem*, sessão de 10 de Novembro, p. 15.

¹⁵³ Cf. Intervenção de Claro da Ricca, *Ibidem*, 1908, sessão de 18 de Agosto, p. 8.

¹⁵⁴ Cf. Intervenções de Moreira de Almeida e do Presidente do Conselho e Ministro do Reino, Wenceslau de Lima, *Ibidem*, 1909, sessão de 7 de Setembro, p. 5; Projecto de Lei de 07/09/1909 de José Augusto Moreira de Almeida, *Ibidem*, sessão de 8 de Setembro, pp. 3-6.

Industriais¹⁵⁵. Em 1904, Manuel Afonso Espregueira deitou na caixa de petições um requerimento dos serventes da escola de Viana do Castelo, cujo teor não foi explicitado, nem publicado¹⁵⁶.

A incidência de representações e intervenções sobre os vencimentos do corpo docente das escolas industriais, bem como sobre o tipo de contrato e de vínculo ao Estado, é reveladora da indefinição da carreira daquele grupo profissional. As propostas no sentido de serem equiparados, fosse em vencimentos, fosse nos processos de recrutamento, aos grupos homólogos dos institutos industriais, dos liceus ou do ensino superior, suscitava sempre controvérsia e resistência. Tendo a seu cargo um ensino que não era de grau médio ou superior, também não eram aceites como pares dos professores liceais. Quiçá este desapeço tenha contribuído para obstar à defesa de teses contrárias ao acesso das mulheres ao exercício de funções docentes e de direcção nas escolas de ensino industrial.

Verificou-se que a abertura de novas escolas ou a ampliação das já existentes, através, quer de melhores instalações, quer do alargamento do currículo, quer, sobretudo, da abertura das oficinas, indispensáveis à concretização da vertente prática do ensino industrial, foram as preocupações mais frequentes dos deputados que intervieram em defesa da adequação da oferta do ensino às necessidades das indústrias locais. Sublinhe-se que 51% das escolas (18 num total de 35 que funcionaram entre 1884 e 1910), foi alvo de menção na Câmara dos Deputados¹⁵⁷.

Algumas escolas sobressaem pelo empenho ou pela continuidade conferida pelos deputados aos problemas que as afectam. São exemplo dessa situação as escolas dos arquipélagos adjacentes, Madeira e Açores, que beneficiaram, durante o período analisado, da acção de catorze deputados, ou seja, mais de um quarto daqueles que intervieram nestas matérias. A maioria dos estabelecimentos não colheu, contudo, senão sugestões fortuitas o que terá contribuído para o insucesso da quase totalidade destas iniciativas. Houve casos, porém, em que as intervenções dos deputados lograram influir positivamente no percurso das escolas. Para além do caso de Viseu, que assume um carácter especial de sucesso de uma iniciativa parlamentar, Guimarães, Aveiro, Angra, Funchal, Figueira da Foz, Lagos e Faro testemunham o êxito de algumas diligências feitas pelos deputados em benefício das suas escolas. Estes casos não deixam, porém, de

¹⁵⁵ Cf. Intervenção e Representação apresentada por Augusto José da Cunha, *Ibidem*, 1899, sessão de 24 de Março, pp. 6 e 36 respectivamente.

¹⁵⁶ Cf. Intervenção de Manuel Afonso Espregueira, *Ibidem*, 1904, sessão de 9 de Março, p. 7.

¹⁵⁷ Consideraram-se todas as escolas que funcionaram entre 1884 e 1910, mesmo que só parte do período.

ser pontuais, tendo em conta o contexto nacional ao longo dos vinte e sete anos de funcionamento destas escolas até à I República.

Um outro aspecto relevante foi o predomínio de iniciativas, quer na discussão do Orçamento Geral do Estado, quer nos meses subsequentes à publicação de diplomas de organização ou regulamentação geral do ensino nas escolas industriais, o que reflecte o peso determinante dos executivos políticos nas decisões relativas a este ensino.

4.2. O papel da coordenação central e regional

Os diplomas que criaram, regulamentaram e reorganizaram o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial definiram finalidades e princípios orientadores de estrutura e funcionamento, de acordo com a vontade política dos respectivos executivos governamentais, como atrás se analisou¹⁵⁸. Porém, foi a acção do pessoal técnico, ao nível das coordenações centrais e regionais, que determinou, de modo significativo, a sua concretização.

As respostas às diversas situações que se foram colocando ao longo do processo de criação e de abertura dos estabelecimentos, as propostas subsequentes relativas a novas escolas, as alterações curriculares, o provimento de pessoal e outros aspectos de execução e, ainda, alguns diplomas de cariz regulamentar deveram-se, em grande parte, aos responsáveis por estas estruturas de coordenação. A posição mediadora que ocupavam justifica um estudo mais aprofundado da acção individual de cada um, por forma a identificar, tanto quanto possível, o seu contributo, teórico e/ou prático, não só na operacionalização das directrizes legais e governamentais, imprimindo-lhes ritmos e rumos, mas também na própria redefinição dos objectivos do ensino ministrado aos dois sexos nas escolas industriais e de desenho industrial.

Como adiante se constatará, no período que decorre entre o diploma de 03/01/1884, que criou as primeiras escolas, e a queda da monarquia constitucional, o conjunto de indivíduos que superintenderam ao nível central e regional o ensino nas escolas foi relativamente reduzido, dele se destacando alguns nomes pela sua longa permanência no exercício de funções.

4.2.1. As atribuições legais das estruturas de coordenação

¹⁵⁸ Ver capítulo 3.2.2..

A coordenação central do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial coube, desde o início, à DGCI do MOPCI¹⁵⁹. Esta mediava a comunicação entre o governo e a coordenação regional, como se pode ver no Organigrama 6. Cabia à DGCI, através da gestão da dotação orçamental do MOPCI afectada às escolas industriais, assegurar os recursos humanos e materiais para a instalação e abertura das escolas, viabilizando a contratação de pessoal docente e não docente e apreciando as propostas apresentadas pelos elementos da coordenação regional, quer de compra, aluguer e obras em edifícios destinados às escolas, quer de equipamentos e materiais escolares, quer de regulamentos e programas dos estabelecimentos, para citar apenas alguns exemplos. Em termos orgânicos, o ensino industrial estava integrado numa das secções da Repartição de Indústria daquela Direcção-geral.

A coordenação regional deste ensino estava cometida, entre 1884 e 1886, às Direcções dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e aos Inspectores das escolas das circunscrições do Norte e do Sul, os quais supervisionavam directamente as Escolas Industriais e de Desenho Industrial¹⁶⁰.

Configurados os Museus como o topo da hierarquia da rede escolar, atribuiu-se-lhes um papel interveniente nas diversas fases do processo de arranque e funcionamento das escolas. A sua autoridade estava expressamente salvaguardada, pois

Organigrama 6 **Coordenação do ensino nas escolas industriais (1884 a 1886)**



FONTES: Decreto de 24/12/1883, *Diário do Governo* n.º 297 de 31/12/1883; Decreto de 03/01/1884, *Ibidem*, n.º 5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Ibidem*, n.º 103 de 07/05/1884.

¹⁵⁹ Cf. Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo*, n.º 5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, n.º 103 de 07/05/1884.

¹⁶⁰ O decreto de criação dos museus determinava que as direcções dos museus eram colegiais: "*O Museu Industrial e Comercial de Lisboa será administrado por uma direcção composta de cinco elementos: Presidente da Associação Comercial de Lisboa, Provedor da Real Casa Pia, Chefe de Repartição do Comércio e Indústria do MOPCI, Delegado do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, escolhido pelo Conselho Escolar e um indivíduo que reúna os dotes necessários para o desempenho destas funções. (...) O Museu Industrial e Comercial do Porto será administrado por uma direcção composta de três membros: o Presidente da Associação Industrial do Porto, um delegado do Instituto Industrial do Porto e um indivíduo que reúna os dotes necessários para o desempenho destas funções*"; Decreto de 24/12/1883, *Diário do Governo* n.º 297 de 31/12/1883, art. 2.º e art. 3.º.

"no caso de divergência de pareceres entre o do inspector e o do museu, entende-se que o aquiescimento tácito do governo é dado ao parecer da direcção do museu"¹⁶¹. O Regulamento dos Museus não imputava às respectivas direcções funções particulares de coordenação das escolas. As competências expressas diziam respeito ao exercício e às actividades dos próprios museus, incluindo o acompanhamento da escola industrial que, em Lisboa e no Porto, se encontrava anexada às suas instalações¹⁶².

Prevvia-se que junto à direcção de cada museu se instituísse um Conselho de dez membros, o qual integrava obrigatoriamente o Presidente da respectiva Câmara Municipal e o inspector das escolas da circunscrição, para além de industriais, comerciantes e outras pessoas para tal seleccionadas¹⁶³. Garantia-se, deste modo, a articulação entre os Museus, a inspecção das escolas e a comunidade local. Para cada museu seria, ainda, nomeado um Conservador, ao qual cumpria organizar e manter as colecções e a biblioteca com os correspondentes catálogos e supervisionar a sua abertura ao público¹⁶⁴. O museu de Lisboa foi instalado na ala poente da fachada principal do edifício da Real Casa Pia de Lisboa, em Belém, e o do Porto no Palácio de Cristal.

O serviço de inspecção foi entregue a dois inspectores que, de acordo com o decreto de 03/01/1884, superintendiam o ensino nas duas circunscrições, a do Norte e a do Sul, criadas pela reforma de 1864 e nas quais foram agrupadas administrativamente as escolas¹⁶⁵. Estipulava o dito decreto que o governo nomearia dois inspectores de entre os professores de qualquer escola de ensino superior, incluindo os Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto. O regulamento das escolas industriais e de desenho industrial, publicado em inícios do mês de Maio do mesmo ano, definiu o âmbito de acção dos inspectores¹⁶⁶. Em síntese, competia-lhes fiscalizar o ensino, observando os métodos utilizados, a execução dos programas e a frequência e aproveitamento dos alunos; dar parecer sobre os regulamentos internos das escolas; vigiar a organização e gestão dos estabelecimentos, incluindo o cumprimento dos regulamentos, o estado de conservação dos materiais, os horários e o bom serviço dos professores; visitar mensalmente as escolas e informar com regularidade as instâncias

¹⁶¹ Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo* n° 103 de 07/05/1884, art. 15°, § 7°.

¹⁶² Cf. *Ibidem*, "Regulamento Geral dos Museus", art. 17° e art. 23°.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*, art. 25°.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, art. 26° e art. 27°.

¹⁶⁵ Cf. Art. 6° do decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo*, n° 5 de 07/01/1884; as duas circunscrições tinham sido criadas pelo decreto de João Crisóstomo de Abreu e Sousa, de 20/12/1864, *Diário de Lisboa* n° 1 de 02/01/1865.

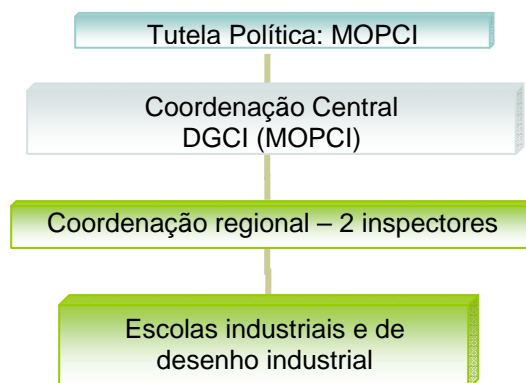
¹⁶⁶ Cf. Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, n° 103 de 07/05/1884.

superiores dos resultados da sua actividade; presidir aos exames de desenho e aprovar as propostas de alunos a premiar apresentadas pelos directores das escolas; elaborar a estatística escolar da respectiva circunscrição; apresentar ao governo um relatório anual circunstanciado e com propostas de melhoramento do ensino industrial.

Em 1886, Emídio Navarro, como já foi mencionado, retirou aos museus o seu papel essencial no sistema escolar industrial e determinou que, estando as escolas subordinadas ao MOPCI, este "*resolve todos os negócios, que lhes são relativos, pela direcção geral do comércio e indústria*"¹⁶⁷. Esta alteração, patente no Organigrama 7, manter-se-ia até 1892.

A reforma e o regulamento das escolas industriais e de desenho industrial de Emídio Navarro (1886 e 1888, respectivamente¹⁶⁸) mantiveram a escolha dos inspectores de entre os lentes ou professores dos institutos industriais e comerciais de Lisboa e Porto "*ou de qualquer escola superior de aplicação*"¹⁶⁹ e limitaram-se a introduzir pequenas alterações nas atribuições. Ao conjunto de competências definidas em 1884, atrás indicadas, acrescentavam-se as de presidir aos júris de concursos e de "*apresentar os programas para os cursos e os projectos de instruções regulamentares para o regime interno de cada uma das escolas*"¹⁷⁰. As visitas às escolas deixavam de ter periodicidade mensal e passavam a efectuar-se quando fosse ordenado ou tão-só oportuno. Previa-se, também, que na falta ou impedimento do inspector fosse designado, pelo governo, um substituto de entre os docentes das escolas industriais ou de desenho industrial.

Organigrama 7 Coordenação do ensino nas escolas industriais (1886 a 1892)



FONTES: Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887; Decreto de 23/02/1888, *Ibidem*, nº 44 de 24/02/1888; Decreto de 08/10/1891, *Ibidem*, nº 227 de 09/10/1891.

¹⁶⁷ Art. 2º do decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887. Ver capítulo 3.2.2.2..

¹⁶⁸ Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo*, nº 34 de 14/02/1887, e Decreto de 23/02/1888, *Diário do Governo*, nº 44 de 24/02/1888.

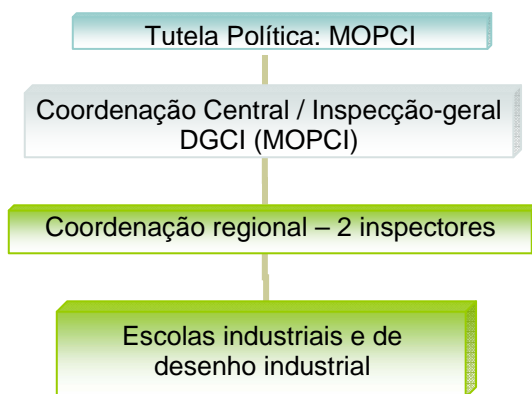
¹⁶⁹ Decreto de 30/12/1886, *Ibidem*, Art. 4º, § 1.

¹⁷⁰ Art. 98º do Decreto de 23/02/1888.

A reforma de João Franco, em 1891, reiterou estas disposições, mas introduziu uma alteração significativa ao instituir que os inspectores deixassem de ser escolhidos de entre os lentes ou professores dos institutos ou de escolas superiores congéneres e passassem a ser nomeados livremente pelo governo, "*mas sempre pessoa idónea que haja provado a sua capacidade, quer no professorado das escolas profissionais, quer na direcção de estabelecimento dependente da direcção geral do comércio e indústria, ou ainda por trabalhos de carácter especial, profissional, de reconhecido mérito*"¹⁷¹. As competências dos inspectores mantiveram-se, apenas se alargando os intervalos de visitas às escolas de mensais para trimestrais.

Em finais de 1892 o sistema vigente alterou-se mais profundamente, como o Organigrama 8 traduz. As disposições centralizadoras de Pedro Victor da Costa Sequeira, então ministro das Obras Públicas, perdurariam até 1899. Ao reorganizar os serviços internos do MOPCI, reforçou as competências da DGCI com a criação de uma

Organigrama 8
Coordenação do ensino nas escolas industriais (1892 a 1899)



FONTES: Decreto com força de Lei nº 1, de 01/12/1892; Portaria de 18/01/1893, *Diário do Governo* nº 17 de 21/01/1893; Decretos de 14/12/1897, *Ibidem*, nº 283, de 15/12/1897.

Inspeção-geral do ensino industrial e comercial a ser dirigida, em regime de acumulação de funções, pelo director daquela direcção-geral¹⁷².

O novo cargo de inspector-geral, regulamentado em inícios de 1893, implicava estudar e propor alterações quanto à criação ou supressão de escolas, construção ou adaptação de edifícios para escolas, regulamentação, definição curricular, organização de cursos, horários, programas, métodos de ensino, regime do ensino manual, estabelecimento de museus anexos às escolas e organização de exposições de provas e

trabalhos dos institutos e das escolas, avaliar da adequação do ensino às particularidades locais, inspeccionar os estabelecimentos de ensino industrial e comercial duas vezes ao

¹⁷¹ Art. 159º do Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891.

¹⁷² Cf. Decreto com força de Lei nº 1, de 01/12/1892, in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação... op. cit.*. Este diploma, que reorganizou os serviços internos do MOPCI, comete ao Director-geral da DGCI (renomeada Direcção-Geral do Comércio e Estatística) a Inspeção-geral do ensino industrial e comercial (art. 136º, § único).

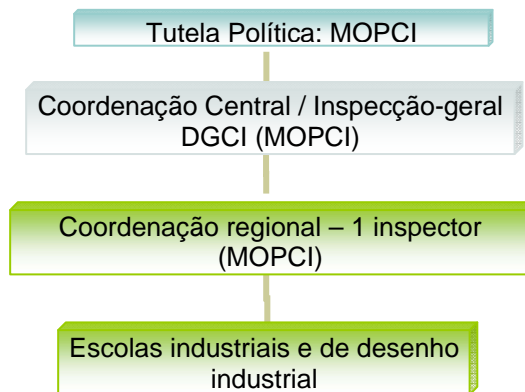
ano¹⁷³. Uma parte significativa destas responsabilidades continuava, em simultâneo, a estar sob a alçada dos inspectores, pois as suas prerrogativas não tinham sido alteradas. Deste modo, apesar do carácter de coordenação do inspector-geral, as fronteiras entre as competências deste e as dos inspectores resultaram imprecisas.

A reorganização e o respectivo regulamento de 1897, de Augusto José da Cunha, mantiveram os dois inspectores e os critérios da sua nomeação¹⁷⁴. As atribuições anteriores mantiveram-se, embora mais uma vez as visitas às escolas tenham abandonado o carácter periódico. Novas tarefas, porém, foram definidas no sentido de valorar a dimensão profissionalizante das escolas em relação às necessidades locais, como sendo "*proceder ao inquérito sobre o movimento industrial da sua circunscrição, propondo todas as providências tendentes à mais profícua utilização das escolas, a bem do progresso e desenvolvimento das indústrias (...) [e] organizar junto da escola ou escolas que escolher, os museus tecnológicos e de material pedagógico*"¹⁷⁵. Acentuou-se, ainda mais, a duplicação de incumbências entre os inspectores e o inspector-geral da DGCI.

Elvino de Brito, em finais de 1899, reforçou, ainda mais, a tendência de centralização das funções de inspecção no MOPCI, como se pode ver no Organigrama 9. Os dois lugares de inspectores das circunscrições do Norte e do Sul foram extintos e foi nomeado um engenheiro adjunto do quadro do MOPCI para supervisionar todas as escolas do país sob dependência do inspector-geral e director-geral da DGCI¹⁷⁶.

Estas alterações no serviço de inspecção foram confirmadas pela reforma de

Organigrama 9 Coordenação do ensino nas escolas industriais (1899 a 1910)



FONTE: Decreto nº 2 de 23/12/1899,
Diário do Governo nº 294 de
28/12/1899

¹⁷³ Cf. Portaria de 18/01/1893, *Diário do Governo* nº 17 de 21/01/1893. À data, mas durante um breve período, a DGCI denominava-se Direcção-geral do Comércio e Estatística; cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

¹⁷⁴ Cf. Decretos de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283, de 15/12/1897.

¹⁷⁵ *Ibidem*, "Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial", Art. 133º, § 6º e 7º.

¹⁷⁶ Cf. Decreto nº 2 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº 294 de 28/12/1899; AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *ARROIO*, António José.

1901, de Manuel Francisco de Vargas, a qual estipulava que "*a inspecção-geral do ensino industrial e comercial continuará a cargo do director geral do comércio e indústria [e que] a inspecção do ensino elementar industrial e comercial é incumbida a um inspector sob as ordens do mesmo director geral*"¹⁷⁷. Estes princípios organizativos manter-se-iam até à 1ª República.

4.2.2. Os dirigentes dos organismos centrais

Em 1884, quando foram criadas as primeiras escolas, era director-geral da DGCI Silvestre Bernardo Lima, que desempenhou o cargo até Junho de 1886¹⁷⁸. A fim de assegurar a instalação e o início de funcionamento dos diversos estabelecimentos, Silvestre Lima superintendeu as diligências desenvolvidas pelas direcções dos Museus Industriais de Lisboa e do Porto e pelos inspectores das duas circunscrições. Coadjuvava-o o chefe da RI, Miguel Maurício de Faria¹⁷⁹.

Na sequência da criação dos Museus Industriais de Lisboa e Porto, Silvestre Lima elaborou uma "Classificação sistemática" para a sua organização, a qual viria a ser aprovada em inícios de 1885¹⁸⁰. A classificação proposta constituía uma matriz para a organização e catalogação das obras entradas em cada museu e das que viessem a integrar as exposições, integrando produtos resultantes de actividades desempenhadas, com maior ou menor peso, pelo sexo feminino, o que teria implicações práticas no tipo de produtos exibidos nos museus.

Silvestre Lima assinou o programa do concurso para provimento dos lugares de professor de desenho industrial, previsto nos diplomas de criação e de regulamentação das escolas e garantiu a sua publicitação na imprensa de Lisboa (*Diário de Notícias, Comércio de Portugal, Diário Popular, Economista, Jornal do Comércio*) e do Porto (*Primeiro de Janeiro e Comércio do Porto*)¹⁸¹. O concurso, porém, não permitiu suprir todas as vagas, o que implicou um esforço redobrado, por parte dos dirigentes e

¹⁷⁷ Art. 15º do Decreto de 24/12/1901, *op. cit.*.

¹⁷⁸ Silvestre Bernardo Lima era director-geral da DGCI desde 1881; consultar nota biográfica no Anexo 13.

¹⁷⁹ Não se dispõe de informação relevante sobre Miguel Maurício de Faria.

¹⁸⁰ Cf. Portaria de 19/01/1885, *Diário do Governo* nº 28 de 06/02/1885.

¹⁸¹ Cf. "Programa de concurso dos lugares de professores das cadeiras de desenho industrial criadas pelo decreto de 3 de Janeiro de 1884, especificadas no Regulamento aprovado por portaria de 6 de Maio de 1884" (assinado por Silvestre Bernardo Lima e datado de 28 de Maio de 1884), *Diário do Governo* nº 121 de 29/05/1884, nº 124 de 02/06/1884, nº 126 de 04/06/1884, nº 128 de 06/06/1884, nº 130 de 09/06/1884; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI-RI, *Registo de comunicações expedidas*, vol. 2, officio de 26/09/1884, fl. 172vs.

coordenadores, a fim de seleccionarem e contratarem os professores que faltavam¹⁸². Foi igualmente sob a sua supervisão que decorreram todas as diligências para assegurar salas ou edifícios para as escolas e para as mobilar e equipar em breves meses, de modo a permitir a sua abertura no ano lectivo de 1884/85.

No que respeita ao ensino feminino, Silvestre Lima, que despachava directamente com o ministro, apresentou, em Julho de 1884, a proposta de Francisco da Fonseca Benevides, inspector das escolas da circunscrição do Sul, de se estabelecerem na escola de Alcântara (futura escola Marquês de Pombal) duas classes especiais para o sexo feminino, uma diurna e outra nocturna, com o objectivo de "*organizar o ensino profissional da mulher*"¹⁸³. Ao comunicar ao inspector a respectiva aprovação ministerial, acrescentou que o governante vira "*com especial agrado o conteúdo do referido ofício*"¹⁸⁴. A rápida aquiescência à sugestão de alargamento do ensino industrial ao sexo feminino, que a lei não referia, de modo expresso, e a satisfação expressa pelo ministro, que Silvestre Lima fez questão em transmitir, sugerem que, para estes intervenientes, a presença de mulheres nas escolas se enquadrava nos objectivos gerais daquele ensino e se afigurava, mesmo, desejável¹⁸⁵. Na sequência daquela decisão, o mesmo director-geral aprovou, no mês de Outubro, a abertura daquelas classes e, em Dezembro, a pedido de José Guilherme de Parada e Silva Leitão, autorizou "*que nas escolas de desenho industrial da circunscrição do Norte sejam admitidos indivíduos do sexo feminino*"¹⁸⁶.

A inexistência de menção expressa ao sexo feminino nos diplomas legais não traduz forçosamente a intenção de impedir o seu acesso, pois, como observa Mário Alberto Costa, "*a omissão não deve, contudo, ser interpretada nessa época, como, aliás, nas anteriores, como exclusão de algum dos dois sexos*"¹⁸⁷. Já atrás se evidenciou, aliás, que não é unívoca a ilação de que o sexo feminino se encontrava em absoluto omissos na lei¹⁸⁸. Contudo, o facto de as primeiras matrículas terem suscitado um pedido de ratificação ministerial mostra que a interpretação da lei não era, tão-

¹⁸² Cf. Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo*, nº 5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Ibidem*, nº 103 de 07/05/1884. Para as treze vagas (oito na circunscrição do sul e cinco na do norte), houve apenas seis concorrentes; cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1885]... op. cit.*

¹⁸³ AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI - 2ª secção, *Registo de correspondência expedida para os museus e escolas industriais e comerciais (1884-1887)*, Ofício de 11/07/1884, fl. 1.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ Cf. *Ibidem*. Entre o ofício de Fonseca Benevides, datado de 05/07/1884, e o ofício de resposta de Silvestre Lima, de 11/07/1884, decorreram apenas quatro dias.

¹⁸⁶ AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI - 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*, Ofício de 16/12/1884, fl. 9; cf. *Ibidem*, ofício de 30/10/1884, fl. 5.

¹⁸⁷ COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.* p. 118.

¹⁸⁸ Ver capítulo 3.2.2..

pouco, evidente para os implicados no arranque das escolas.

A Silvestre Lima se deve, também, o início do processo de regulamentação específica das escolas, sendo responsável, nomeadamente, pelo primeiro regulamento de uma escola industrial, a escola Campos Melo da Covilhã¹⁸⁹.

Após a demissão de António Augusto Aguiar, em Fevereiro de 1885, a pasta do MOPCI passou por dois titulares no espaço de um ano, pelo que aquele director-geral terá desempenhado um papel essencial na continuidade do processo de expansão e actividade das escolas¹⁹⁰.

O governo progressista de José Luciano de Castro, com Emídio Navarro na pasta do MOPCI, introduziu mudanças nas chefias do ministério logo após o início do seu mandato em finais de Fevereiro de 1886¹⁹¹. Em inícios de Março, o Chefe da RI, Miguel Maurício de Faria, foi substituído por Elvino de Brito¹⁹². A partir dessa data, a documentação emanada da RI da DGCI, até então assinada por Silvestre Bernardo Lima, passou a ser assinada por Elvino de Brito e, no mês de Junho, aquele solicitou aposentação como director-geral da DGCI¹⁹³. Este cargo foi entregue a Elvino de Brito, mas, um mês depois, na sequência do decreto de 28/07/1886, que reorganizou os serviços do MOPCI, este foi nomeado director-geral da Direcção-geral de Agricultura¹⁹⁴. A DGCI foi, então, entregue a Ernesto Madeira Pinto e, em Agosto, a RI passou a ser chefiada por Joaquim José Pimenta Telo¹⁹⁵. Esta dupla manter-se-ia em

¹⁸⁹ Cf. "Regulamento da escola Campos Melo na Covilhã" (assinado por Silvestre Bernardo Lima), in IEIDICS, *Instruções, Regulamento e Programma das Cadeiras aprovadas pelo Ministro das Obras Públicas, Commercio e Industria em 7 de Abril de 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885. O regulamento saiu em Decreto de 09/06/1885, *Diário do Governo* nº 167 de 30/06/1885, assinado por António Augusto Aguiar.

¹⁹⁰ Após a demissão de António Augusto Aguiar, em 04/02/1885, a pasta das Obras Públicas é assumida interinamente pelo Presidente do Conselho, Fontes Pereira de Melo, até à nomeação, em 19/11/1885 de Tomás Ribeiro Ferreira, que permanecerá no lugar apenas três meses, pois, em 20/02/1886, tomaria posse o novo executivo, chefiado por Luciano de Castro.

¹⁹¹ O 41º governo constitucional, do Partido Progressista, iniciou funções em 20/02/1886. O Partido Regenerador estava no poder desde 25/03/1881 (38º governo constitucional).

¹⁹² Elvino de Brito, à data chefe de Repartição de Estatística, ocupou o novo cargo em regime de acumulação. Consultar nota biográfica sobre Elvino de Brito no Anexo 13.

¹⁹³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas (1884-1887)*, vol. 3. Apesar de Silvestre Bernardo Lima ter alegado motivos de idade e de saúde no pedido de exoneração do cargo, não deixou de ficar disponível para exercer outras funções no MOPCI. Este facto, conjugado com a coincidência de ter deixado de assinar documentação da DGCI, eventualmente por ausência, logo após a indigitação de Elvino de Brito para a RI, sugerem que terão sido sobretudo motivos políticos a determinar o seu afastamento. Consultar nota biográfica sobre Silvestre Bernardo Lima no Anexo 13.

¹⁹⁴ O decreto de 28/07/1886 autonomizou a anterior Repartição de Agricultura da DGCI, considerando-a uma remodelação da DGCI, o que implicou que o anterior director-geral da DGCI, à data Elvino de Brito, passasse a director-geral da DGA (art. 95º); Decreto de 28/07/1886, in *Colecção de legislação de 1886 e 1887 relativa a Obras Públicas e Minas*, Lisboa, Imprensa nacional, 1888, pp. 59-95.

¹⁹⁵ Até à nomeação de Joaquim Telo, a RI foi dirigida interinamente por Marques Lobato, 2º oficial da mesma repartição; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de comunicações...* op. cit., vol. 3, comunicação de 18/08/1886, fl. 80.

exercício, nos organismos de coordenação do ensino industrial, por longos anos, à margem das diversas recomposições político-governamentais¹⁹⁶.

Ernesto Madeira Pinto viria a ser o dirigente que mais se destacaria no quadro da coordenação central do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial até ao final do período em estudo¹⁹⁷. Iniciara a sua carreira profissional no MOPCI com 18 anos de idade e o seu currículo revela um percurso ascendente e caracterizado, sobretudo entre 1883 e 1910, por uma visível capacidade de permanência em funções de chefia, designadamente director-geral da DGCT – Direcção Geral dos Correios e Telégrafos (entre 1883 e 1886 e entre 1893 e 1899) e da DGCI (entre 1886 e 1893 e entre 1899 e 1910) e Secretário-Geral do MOPCI (entre 1900 e 1910)¹⁹⁸. O desempenho destas funções tê-lo-á tornado um elemento-chave de continuidade num período marcado pela instabilidade política e pela frequente sucessão e alternância dos governos. Confirma este facto a circunstância de, como Mário Alberto Costa assinalou, a coordenação do ensino nas escolas industriais ter permanecido, a partir de 1886, vinculada a Madeira Pinto, independentemente dos cargos, atrás enumerados, que ele foi desempenhando¹⁹⁹.

Emídio Navarro, em 1886, criara no MOPCI o Conselho Superior de Instrução Industrial e Comercial (CSIIC), como atrás se mencionou, ao qual cabia dar parecer sobre todos os assuntos que contribuíssem para o aperfeiçoamento do ensino industrial²⁰⁰. A sua presidência cabia ao próprio ministro e Madeira Pinto ocupava, por inerência das suas funções de director-geral da DGCI, o lugar de vice-presidente.

Comissário Régio na Exposição Nacional Industrial de 1888, a primeira do género em que estiveram patentes trabalhos das escolas industriais, Madeira Pinto foi também delegado do governo na Exposição Industrial do Porto de 1891 e encarregado, no mesmo ano, de proceder aos estudos necessários relativos à Exposição Industrial de Braga²⁰¹. Integrou outras comissões organizadoras da secção portuguesa em exposições

¹⁹⁶ Emídio Navarro tinha-se rodeado de técnicos da sua confiança, todos progressistas. Joaquim Telo era seu secretário particular desde o início da sua governação; Elvino de Brito, deputado, tinha sido secretário particular de Augusto Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI no governo progressista de Anselmo José Brancamp, em 1879; Madeira Pinto tinha larga experiência no MOPCI e as suas convicções políticas remontavam à sua filiação, na década de setenta, no Partido Histórico. Consultar as respectivas notas biográficas no Anexo 13.

¹⁹⁷ Ernesto Madeira Pinto foi nomeado Director-geral da DGCI por decreto de 29/0712/1886; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, Coleção de Processos Individuais, *PINTO, Ernesto Madeira*.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁹ Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

²⁰⁰ Sobre a criação do Conselho Superior de Instrução Industrial e Comercial ver capítulo 3.2.2.2..

²⁰¹ Cf. *As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa em 1888. Catálogo dos Desenhos e outros objectos executados e expostos pelos alumnos*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1888; Portaria de 07/12/1891, in AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, 2ª secção, *Registo de Portarias acerca do ensino comercial e industrial (1891-1892)*, fl. 94.

internacionais, como foi o caso da Exposição do Rio de Janeiro de 1908²⁰².

Em finais de 1892, as suas funções de director-geral foram alargadas com o cargo de inspector-geral do ensino industrial e comercial, o que na prática implicou alguma sobreposição com as competências dos inspectores das duas circunscrições, como atrás se assinalou²⁰³.

A partir de 1893, embora tenha passado a chefiar a DGCT, Madeira Pinto manteve-se à frente da inspecção-geral das escolas, por decisão de Bernardino Machado, então ministro das Obras Públicas²⁰⁴. Quando, em Dezembro de 1899, o ministro Elvino de Brito reforçou a centralização, na DGCI, do serviço inspectivo das escolas industriais e de desenho industrial, Madeira Pinto reassumira aquela direcção-geral três meses antes²⁰⁵.

Estes dados sugerem que Madeira Pinto terá tido um papel crucial no desenvolvimento do ensino industrial em Portugal. O trabalho de coordenação de todo o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, para além da permanente articulação com o governo e os inspectores, responsáveis pela supervisão directa dos estabelecimentos, traduziu-se, também, na definição de orientações regulamentares.

O director-geral acompanhou, desde o início, o processo de criação do ensino oficial nas escolas. Encaminhou para o ministro, com parecer favorável, a respectiva proposta do inspector da circunscrição do sul e assinou os regulamentos que definiram os objectivos e o modo de funcionamento do ensino profissional nas primeiras oficinas, anexas às escolas, criadas em 1886. Entre estes, conta-se o regulamento do ensino profissional na oficina de Laveres Femininos na escola Marquês de Pombal, o qual, como atrás se referiu, constituiu o primeiro diploma a legislar directamente sobre o ensino industrial para o sexo feminino²⁰⁶.

Joaquim de Vasconcelos, referindo-se-lhe em 1888, afirmava que "*M. Pinto é*

²⁰² Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro...* *op. cit.*

²⁰³ Ver capítulo 4.2.1..

²⁰⁴ Cf. Decreto de 14/09/1893, *Diário do Governo* nº 212 de 20/09/1893; AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *PINTO, Ernesto Madeira*.

²⁰⁵ Madeira Pinto é novamente nomeado director-geral da DGCI por decreto de 07/09/1899; cf. AHMOP Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *PINTO, Ernesto Madeira*.

²⁰⁶ A especificidade da Portaria de 22/10/1886, que regulamenta o ensino profissional na oficina de laves femininos na escola Marquês de Pombal, em Alcântara (secções de trabalhos de agulha e de pintura) foi salientada no capítulo 3.2.2.2.. No que respeita às outras oficinas, cf. portaria de 10/09/1886, que regulamenta a oficina da escola Fradesso da Silveira, em Portalegre (secções de trabalhos em madeira e em metal); portaria de 26/10/1886, que regulamenta a oficina da escola Gil Vicente, em Belém (secções de trabalhos em pedra, em madeira e em gesso); portaria de 02/12/1886, que regulamenta o ensino profissional nas oficinas da escola Afonso Domingues, em Xabregas (oficina de Pintura decorativa e oficina de trabalhos em madeira e em metal) in *Reformas do Ensino em Portugal...* *op. cit.*, Tomo I, vol. 2; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]...* *op. cit.*

activo e inteligente (...) é o verdadeiro Inspector [da circunscrição do norte] – e se não fosse ele, as Escolas do Norte estariam mortas; as de Viana, Vila Real, Bragança e Figueira estavam planeadas desde fins de 1886!! – e foram abertas há dois meses”²⁰⁷, deixando críticas implícitas ao desempenho do inspector.

Na primeira década do século XX, acumulou a função de director-geral da DGCI com a de secretário-geral do MOPCI, mas após a implantação da República rescindiu do cargo e, um ano mais tarde, solicitou a aposentação²⁰⁸.

Joaquim José Pimenta Telo, indigitado, em Agosto de 1886, para o lugar de chefe da RI, manteve a chefia da repartição incumbida dos assuntos das escolas industriais até aos finais da monarquia, embora aquela tenha, nas sucessivas remodelações orgânicas do MOPCI, tomado outras designações (Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria, Repartição do Ensino e Estatística Industrial e Repartição do Ensino Industrial e Comercial)²⁰⁹. Coadjuvando Madeira Pinto dentro da DGCI, a sua influência no ensino industrial não deverá ser ignorada, pois o serviço que chefiava comunicava directamente com a inspecção e com as escolas.

A partir de Dezembro de 1886, Joaquim Telo integrou o já citado CSIIC, exercendo a função de secretário por inerência das suas funções de chefe da RI²¹⁰. Dois anos mais tarde, foi nomeado membro da direcção do Museu Industrial e Comercial de Lisboa, posição que lhe conferiu um papel relevante na organização das exposições dos trabalhos realizados nas escolas integradas na circunscrição do sul²¹¹. Chegou a chefiar interinamente a DGCI, na ausência de Madeira Pinto, função que lhe mereceu um louvor régio²¹².

Médico militar de carreira, o desempenho de Joaquim Telo no MOPCI foi expressamente louvado, em 1905, por Madeira Pinto, numa comunicação à Secretaria da Guerra: *"exerce com zelo e competência as funções de Chefe de Repartição nesta*

²⁰⁷ "Porto, 28 de Dezembro de 1888", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 133.

²⁰⁸ Cf. Portarias de 27/06/1900 e de 05/12/1910 e decreto de 13/01/1912, cit. in AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *PINTO, Ernesto Madeira*.

²⁰⁹ Cf. Decreto de 12/08/1886, AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *TELO, Joaquim José Pimenta*.

²¹⁰ Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34 de 14/02/1887.

²¹¹ Cf. Decreto de 19/12/1888, art. 23º, in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Commercial de Lisboa e executados nas Escolas Industriaes e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul no Anno lectivo de 1889-1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891; MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu Industrial e Commercial de Lisboa em 28 de Julho de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

²¹² *"Tendo o director-geral do Comércio e indústria, Ernesto Madeira Pinto, reassumido as funções, manda S. M. El-Rei louvar o Chefe de Repartição Joaquim Telo pelo desempenho das funções interinas de director-geral do Comércio e Indústria"*, *Diário do Governo* nº 236 de 18/10/1889.

Direcção Geral"²¹³. Acumulou, entre 1897 e 1910, estas actividades técnicas com as parlamentares, apresentando diversas iniciativas relativas às escolas industriais, como atrás se mencionou²¹⁴.

4.2.3. Os directores e os conservadores dos Museus Industriais e Comerciais

Na mesma data em que foram criados os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e em consonância com o artigo que definia a composição das suas direcções, nomeou-se, para cada um deles, o "*indivíduo que reun[ia] os dotes necessários para o bom desempenho destas funções*"²¹⁵ e cuja escolha competia ao Governo. Para a direcção do Museu do Porto foi indigitado Joaquim Pedro de Oliveira Martins, que colaborara no Inquérito de 1881 às Indústrias do Porto, e para a do Museu de Lisboa foi escolhido Manuel Raimundo Valladas, director da Real Casa Pia de Lisboa²¹⁶. Os restantes lugares pertenciam a representantes de diversas instituições e associações²¹⁷. Em Janeiro de 1884, António Augusto Aguiar dava posse aos cinco elementos do executivo do Museu de Lisboa, tendo sido designados, para presidente, Carlos Ferreira dos Santos e Silva, presidente da Associação Comercial de Lisboa, para vice-presidente, Carlos Maria Eugénio de Almeida, Par do Reino e provedor da Real Casa Pia de Lisboa, e para secretário, Manuel Raimundo Valladas²¹⁸.

O museu do Porto era dirigido por apenas três elementos: Oliveira Martins, nomeado pelo governo, o presidente da Associação Industrial Portuense, Augusto Pinto Moreira da Costa, e um delegado do Instituto Industrial do Porto, Manuel Rodrigues Miranda Júnior²¹⁹.

Regulamentados os museus a 6 de Maio, no dia seguinte foram nomeados os

²¹³ AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *TELO*, Joaquim José Pimenta, documento datado de 05/01/1905.

²¹⁴ As iniciativas de Joaquim Telo na Câmara dos Deputados foram analisadas no capítulo 4.1..

²¹⁵ Cf. Decreto de 24/12/1883, *Diário do Governo* nº 297 de 31/12/1883, art. 2º e art. 3º.

²¹⁶ Cf. Portarias de 24/12/1883, *Diário do Governo* nº 297 de 31/12/1883.

²¹⁷ Sobre a composição das direcções dos museus de Lisboa e Porto, ver capítulo 4.2.1., nota 160.

²¹⁸ Pertenciam ainda à direcção, Francisco Augusto Florido de Mouta e Vasconcelos, Chefe Interino da Repartição de Comércio e Indústria do MOPCI, e Tomás Tolento, delegado do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; Cf. "Auto de inauguração do Museu Industrial e Comercial de Lisboa", 14/01/1884, *Diário do Governo* nº 21 de 26/01/1884.

²¹⁹ Cf. "Regulamento do serviço interno do Museu Industrial e Comercial do Porto", 23/11/1885, in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação... op. cit.*; Oliveira Martins ocuparia o cargo até 1889, ano em que seria substituído por Joaquim de Vasconcelos; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *VASCONCELOS*, Joaquim de, ficha de registo de 23/02/1897; *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*

respectivos Conservadores, Francisco de Mello Breyner, para Lisboa, e Joaquim de Vasconcelos, para o Porto²²⁰. As nomeações eram por um ano, mas convertiam-se em definitivas desde que os responsáveis dessem prova de competência²²¹.

A direcção do museu do Porto apressou-se a cumprir o estipulado no Regulamento e apresentou superiormente uma proposta de composição do Conselho adjunto à direcção, a qual foi ratificada por portaria. Dela faziam parte, para além do presidente da Câmara Municipal do Porto e do inspector das escolas industriais da circunscrição do norte, já fixados no Regulamento, o director do Palácio de Cristal, negociantes e proprietários de fábricas e o director do jornal *Comércio do Porto*²²².

Não se dispõe de informação relativa à constituição do conselho congénere para o museu de Lisboa, embora o director-geral da DGCI tenha instado o respectivo presidente a elaborar a proposta de constituição daquele Conselho²²³.

A direcção e o conservador do museu do Porto, de acordo com o testemunho de Joaquim de Vasconcelos, tiveram um papel bastante activo na concretização do novo sistema na circunscrição do norte, apesar daquele se queixar, no início do ano lectivo de 1884/85, que continuava "*trabalhando só, no Museu [enquanto que] em Lisboa já está todo o pessoal subalterno nomeado há semanas!*"²²⁴. As nomeações para o Museu do Porto registaram, de facto, um atraso de quase um ano em relação às do de Lisboa²²⁵. Os problemas iniciais prenderam-se com a logística das escolas, a colocação de

²²⁰ Cf. "Regulamento Geral dos Museus", Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo* nº 297 de 31/12/1883, art. 26º; Despachos de 07/05/1884, *Diário do Governo* nº 126 de 04/06/1884. Sobre os conservadores dos Museus, ver as respectivas notas biográficas no Anexo 13.

²²¹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DCCI-RI 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas... op. cit.*, vol. 2, comunicação de 24/05/1884, fls. 159-159vs.

²²² Em cumprimento do art. 25º do Regulamento dos Museus, os dez membros do Conselho adjunto do Museu do Porto foram: José Augusto Correia de Barros, presidente da Câmara Municipal do Porto, José Guilherme de Parada e Silva Leitão, inspector das escolas industriais da circunscrição do norte, conde da Silva Monteiro, presidente da direcção do Palácio de Cristal do Porto, António Manuel Lopes Vieira de Castro, secretário da Associação Comercial e director da Companhia da fábrica de artefactos de malha, Henrique Carlos de Miranda, proprietário e redactor do jornal *Comércio do Porto*, Henrique Meireles Kendall, negociante, Augusto Pinto Moreira da Costa, da firma Viúva Moreira & Filhos, fabricantes de objectos de prata, António José Carneiro e Silva, director gerente da fábrica de fiação e tecidos de algodão em Salgueiros, António de Almeida Costa, director e proprietário da fábrica de cerâmica das Devezas, Joaquim de Carvalho de Assunção, gerente da Companhia Aliança, com fundição de ferro em Massarelos; cf. Portaria de 11/06/1884, *Diário do Governo* nº 137 de 19/06/1884.

²²³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI - 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*, officio de 08/07/1884, fl. 1.

²²⁴ "Porto, 22-10-1884", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 73 (negrito no original).

²²⁵ O primeiro servente e o guarda do Museu de Lisboa foram nomeados provisoriamente, por portarias de 24/05/1884 e de 27/05/1884, respectivamente, passando a definitivos em 10/06/1885, e o segundo servente foi nomeado por despacho de 20/12/1884; o pessoal do museu do Porto foi apenas nomeado em 13/03/1885; cf. Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas (1884-1887)*, comunicações de 13/03/1885, fl. 22 e de 10/06/1885, fl. 30vs; *Registo de correspondência expedida... op. cit.*, officio de 20/12/1884, fl. 9vs.

professores, o equipamento e o material escolar.

Oliveira Martins e Joaquim de Vasconcelos envidaram esforços, junto da sua rede de conhecimentos, para que não faltassem professores nas escolas sob a sua jurisdição. Escrevia o segundo, em Junho de 1884, a António Augusto Gonçalves, o qual viria a ser colocado, após o concurso, a dirigir a escola de Coimbra, que "*o Sr. O. Martins pede-me q proponha um bom professor p. a escola central do Porto (...)*"²²⁶ e, em Outubro, já sabendo os resultados do concurso, confidenciava-lhe que "*a sua nomeação para a cadeira de C^a. me parece fora de dúvida (...)* [mas] *há gr.^{des} dificuldades em preencher os outros lugares, por falta de candidatos idóneos (...)* *pode-me indicar alguma pessoa que possa ser recomendada, com alguma justiça?*"²²⁷.

Consultado pela coordenação central – "*foram-me pedidas algumas informações, individualm^{te}, como sempre, acerca das novas escolas e museus*"²²⁸ –, Joaquim de Vasconcelos articulou com o inspector das escolas quanto ao apetrechamento inicial – "*a mobília p. as Escolas do Norte arremata-se aqui no dia 18*"²²⁹ –, à compra de material escolar na Alemanha (Hamburgo) e Áustria (Viena) – "*os gessos e modelos vêm todos de fora [,] é isto o que combinei com o Sr. Parada*"²³⁰ –, à escolha de compêndio para o ensino de desenho – "*resolveu-se aqui (Parada e eu) que (...) adoptar-se-á o Grandauer (todo) combinado com os Compêndios de Herdtle de Stuttgart*"²³¹. As relações do conservador do museu com o inspector, porém, parecem degradar-se com o correr dos meses, alegadamente por ineficiência deste último, e a direcção do museu também deixa de reunir com regularidade. Joaquim de Vasconcelos responsabiliza o inspector pela abertura tardia de escolas, pelo adiamento sucessivo das decisões, pela demora no envio dos materiais para as escolas e sublinha o atraso na entrega dos relatórios anuais da inspecção²³².

²²⁶ "Porto, 5-6-84", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 64 (abreviaturas no original).

²²⁷ "Porto, 29-10-84", *Ibidem*, p. 74 (abreviaturas no original).

²²⁸ "Porto, 2-6-84", *Ibidem*, p. 61 (abreviaturas e itálicos no original).

²²⁹ "Porto, 5-11-84", *Ibidem*, p. 75 (abreviaturas e itálicos no original).

²³⁰ "Porto, 13-12-84 à noite", *Ibidem*, p. 82; "*Estão prontos a partir de Hambg^o (e talvez já partissem) todos os modelos, madeira, arame, carton-pierre, etc. (...)*" ("Porto, 4-2-85", *Ibidem*, p. 86). A questão dos materiais arrastou-se e provocou alguns atritos com o inspector: "*Os gessos que vieram de Viena e que foram barbaramente tratados na Alfândega (...)* o Sr. Parada teve-os fechados desde Maio (...)" ("Porto, 16-10-85", *Ibidem*, p. 96).

²³¹ "Porto, 13-12-84 à noite", *Ibidem*, p. 82.

²³² Cf. *Ibidem*, em particular "Porto, 16-10-85", pp. 95-96; "Porto, 29-10-85", pp. 96-97; "Porto, 24-1-86", pp. 97-99; "Porto, 20-06-86", pp. 107; "Porto, 20-02-87", pp. 111-114; "Porto, 21-07-87", pp. 119; "Porto, 28 de Dezembro de 1888", pp. 132-134. Em relação aos relatórios da inspecção, verifica-se que os da circunscrição do sul são publicados anualmente, o primeiro datado de 1885 e o último de 1891, enquanto os da circunscrição do norte vão sendo sempre editados com atraso, o primeiro em 1886, os dois seguintes apenas em 1888, o último em 1893; cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)*... *op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul (1886-1888, 1889-*

Paralelamente, cabia a Joaquim de Vasconcelos, como Conservador, obter as colecções para o museu, organizá-lo e abri-lo com a brevidade possível. Afirmava, em Dezembro de 1884, que "*o Governo (...) deseja mandar-me em expedição às províncias da circunscrição do Norte (...) para coleccionar especialmente os produtos das indústrias caseiras (...) porque o Gov.^{no} (Sr. Aguiar) pretende abrir o Museu em fins de Fevereiro*"²³³. O conservador foi dispensado do serviço no liceu e no museu durante dois meses para aquela missão, mas, segundo ele, necessitaria de fazer uma viagem anual durante cinco ou seis anos²³⁴. Acrescentava que, além de serem quatro províncias, "*incluindo Trás-os-Montes, que é como se estivesse no centro de África*"²³⁵, não havia quase nada feito sobre as indústrias caseiras.

A importância conferida, pela tutela do museu e das escolas, às indústrias caseiras e que vai ao encontro, também, das convicções de Joaquim de Vasconcelos, para quem a revitalização daquelas indústrias era factor de desenvolvimento económico e artístico nacional, indicia a conexão entre o ensino nas escolas industriais e aquele tipo de produção²³⁶. Em finais de 1885, o Conservador preparava a exposição inaugural do museu e, reconhecendo que "*a enfiada de amostras de carvão, de madeiras, de cal, e de barros, de lãs e algodões, de granitos, etc., é de efeito pouco artístico*"²³⁷, solicitou o empréstimo de objectos artísticos a amigos e abriu metade do espaço a expositores individuais²³⁸. Em 21 de Março de 1886, já em plena acção governativa de Emídio Navarro na pasta das Obras Públicas, abria oficialmente o Museu Industrial do Porto, mas o de Lisboa só um ano mais tarde, em 28 de Julho de 1887, seria inaugurado, embora no ano anterior nele se tivesse realizado uma exposição de trabalhos das escolas²³⁹.

As dificuldades de relação com o inspector Parada Leitão, enunciadas por Joaquim de Vasconcelos, mostram que este não estava investido de autoridade suficiente e que contava cada vez menos com o apoio da direcção do museu, o que

1890)... *op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1892)... op. cit.*

²³³ "Porto, 13-12-84 à noite", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 81 (abreviaturas, negrito e itálico no original).

²³⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 81-82; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*, ofício de 05/01/1885, fl. 11.

²³⁵ "Porto, 13-12-84 à noite", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 82.

²³⁶ A relação entre o ensino do desenho, a revitalização das indústrias artesanais e o desenvolvimento do país foi exposta no capítulo 2.1.2..

²³⁷ "Porto, 16-10-85", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 95.

²³⁸ Cf. "Porto, 24-1-86", *Ibidem*, pp. 97-98.

²³⁹ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas... op. cit.*; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]... op. cit.*; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Minutas de ofícios para Escolas e Museus (1887)*, ofício n.º 179 de 19/07/1887.

remetia para a DGCI, em última instância, todas as decisões. O facto de a função de director não ser remunerada pode ter constituído um elemento desincentivador, pois a direcção do museu do Porto foi espaçando, progressivamente, as suas reuniões²⁴⁰. Acresce que a vida política de Oliveira Martins se intensificara a partir de inícios de 1886, quando iniciou a sua actividade parlamentar²⁴¹. A capital, porém, não parecia oferecer uma prática distinta. Segundo Joaquim de Vasconcelos, "*a Direcção do Museu de Lx.^a não se reúne nunca e (...) o Inspector faz lá o que quer, consultando apenas o Director geral do Com.^{cio} e Indústria, imediato ao ministro*"²⁴².

A análise da correspondência endereçada pela DGCI para os museus e escolas revelou que os assuntos destas eram sempre tratados com os inspectores das duas circunscrições e que os ofícios para os museus versavam questões mais específicas dos mesmos²⁴³. A correspondência com Fonseca Benevides foi mais frequente do que com Parada Leitão, denotando a maior rapidez do primeiro no processo de instalação das escolas. Verificou-se, também, que o apetrechamento das escolas esteve, no norte, muito associada às aquisições do próprio museu, sendo os processos no sul mais independentes. A influência de Joaquim de Vasconcelos fez-se notar na importação de materiais de ensino de países estrangeiros, com destaque para a Alemanha. Este facto pode indiciar uma maior interferência do museu do Porto nos assuntos das escolas, em comparação com o de Lisboa. Embora Madeira Pinto não tenha deixado de enviar à direcção do Museu de Lisboa, para parecer, como previa a legislação, alguns documentos do inspector, este tipo de registo não é frequente²⁴⁴. O comentário de Joaquim de Vasconcelos, atrás citado, pode traduzir, também, as dificuldades decorrentes da distância face aos serviços centrais. A este factor não serão decerto alheias as incorrecções de natureza processual e outras falhas apontadas pela DGCI à direcção do Museu do Porto e ao inspector da circunscrição do norte, o que nunca ocorre com os seus congéneres do sul²⁴⁵.

Pode inferir-se, face a este cenário, que a decisão de Emídio Navarro de retirar

²⁴⁰ Segundo o Regulamento Geral dos Museus, o cargo de director era gratuito; cf. Portaria de 06/05/1884, *op. cit.*, art. 22º.

²⁴¹ Oliveira Martins foi candidato do Partido Progressista pelo círculo de Viana do Castelo nas eleições suplementares de 1886 à legislatura de 1884-1887 e prestou juramento em 31/03/1886; cf. RAMOS, Rui, "Martins, Joaquim Pedro de Oliveira", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico... op. cit.*, pp. 773-779.

²⁴² "Porto, 20-2-87", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 113 (abreviaturas e itálicos no original).

²⁴³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*

²⁴⁴ Cf. *Ibidem*, em particular ofícios de 17/08/1886, fl. 30, de 23/01/1886, fl. 21, de 15/02/1886, fl. 22vs, de

²⁴⁵ Cf. *Ibidem*, ofícios de 13/04/1885, fl. 13vs e 14, de 23/01/1886, fl. 21, de 15/02/1886, fl. 22vs, de 17/03/1886, fl. 23vs, de 06/04/1886, fl. 24, de 03/01/1887, fl. 42.

aos Museus o seu papel de ensino e de superintendência das escolas, colocando os inspectores directamente sob alçada da DGCI, pode ter constituído a mera ratificação de uma prática centralizadora já instituída. Em concomitância, ao decretar novo Regulamento para os Museus, em 1888, o ministro estipulou que o cargo de director fosse ocupado por uma só pessoa, escolhida pelo governo, e com direito a gratificação, passível de ser acumulada com outro vencimento²⁴⁶. Foram nomeados Joaquim Telo e Joaquim de Vasconcelos, respectivamente, para os museus de Lisboa e do Porto.

Uma década mais tarde, a extinção dos museus, decretada por Elvino de Brito, produziu efeitos imediatos no museu de Lisboa, mas o do Porto manteve-se em funcionamento, a cargo de Joaquim de Vasconcelos, na qualidade de membro da Comissão Superior de Exposições criada pelo mesmo decreto²⁴⁷. O museu tornou-se um projecto vital para Joaquim de Vasconcelos, dando forma à sua convicção de que era nas indústrias artísticas caseiras tradicionais que se podiam encontrar os elementos de identidade nacional fundamentais para a afirmação da individualidade portuguesa. Afirmava ele, em 1911, que "*o Museu é criação minha; está intacto; o de Lisboa desapareceu; (...) enfim, tirem-me o Museu é amputarem-me as pernas*"²⁴⁸.

4.2.4. Os inspectores das escolas

Os inspectores desempenharam um papel crucial na criação das escolas e na implementação do ensino nelas professado. Ao longo dos vinte e sete anos que decorreram entre a criação das escolas, em 1884, e a implantação da República, em 1910, os nomeados para tal função foram apenas sete, sendo que o tempo de exercício e o alcance das iniciativas variou consoante os casos²⁴⁹:

Circunscrição do Sul (1884-1899)

- Francisco da Fonseca Benevides, entre 1884 e 1891 (7 anos e meio);
- José Duarte Ramalho Ortigão, entre 1891 e 1892 (9 meses);
- Luciano Baptista Cordeiro de Sousa, entre 1892 e 1999 (7 anos);

²⁴⁶ Cf. Decreto de 19/12/1888, art. 23º, in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação... op. cit.*. A gratificação prevista era de 450\$000 reis anuais, quantia semelhante ao vencimento de categoria de um professor do Instituto.

²⁴⁷ Cf. Decreto nº 1 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº 294 de 28/12/1899. A Comissão Superior de Exposições era composta pelos directores e conservadores dos museus extintos, ou seja, por Joaquim Telo e Manuel Luís Seabra Pereira, do Museu de Lisboa, e por Joaquim de Vasconcelos que acumulara as duas funções no Museu do Porto. Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1896-1911, Lisboa.

²⁴⁸ "Porto, 02/11/1911", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, p. 213.

²⁴⁹ Consultar notas biográficas sobre cada um dos inspectores no Anexo 13.

Circunscrição do Norte (1884-1899)

- José Guilherme de Parada e Silva Leitão, entre 1884 e 1891 (7 anos e meio);
- Joaquim António da Fonseca e Vasconcelos, entre 1891 e 1892 (7 meses);
- Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa, interinamente em 1892 (3 semanas);
- António José Arroio, entre 1892 e 1899 (7 anos);

A nível nacional (1899-1910)

- António José Arroio, entre 1899 a 1910 (11 anos).

A partir do Regulamento das Escolas Industriais, de Emídio Navarro, os inspectores eram substituídos, nas faltas e impedimentos, por um professor de uma escola nomeado pelo governo²⁵⁰. Registou-se a aplicação desta determinação apenas para a circunscrição do sul e sempre com a designação do mesmo professor: Carlos Adolfo Marques Leitão, professor e depois director da escola industrial Marquês de Pombal, em Lisboa²⁵¹. O seu notável contributo para o ensino industrial e o facto de ter substituído com frequência os inspectores justificam a sua integração no grupo dos inspectores das escolas industriais e de desenho industrial.

Constata-se que o tempo de permanência em funções de cada um dos inspectores é muito variável, o que influiu sobremaneira na forma como intervieram naquele ensino.

4.2.4.1. A instalação das primeiras escolas

Em meados do mês de Maio de 1884, poucos dias depois de publicada a portaria supra mencionada de 06/05/1884 que definiu as competências dos inspectores das escolas, foram nomeados para aqueles cargos Francisco da Fonseca Benevides e José Guilherme de Parada e Silva Leitão, respectivamente para as circunscrições do Sul e do Norte²⁵². Aos seus esforços se deve a implementação do ensino industrial nas escolas na década de oitenta do século XIX, trabalho que efectuaram quase sem apoio administrativo até 1887. Só então lhes foi autorizado o auxílio de um amanuense²⁵³. A admissão de matrículas do sexo feminino, logo no primeiro ano de funcionamento das escolas, por proposta dos inspectores das duas circunscrições, como atrás se sublinhou, é um exemplo inequívoco da importância dos inspectores no modo como a lei foi sendo

²⁵⁰ Cf. Decreto de 23/02/1888, *Diário do Governo* n° 44 de 24/02/1888.

²⁵¹ Consultar nota biográfica sobre Marques Leitão no Anexo 13.

²⁵² Cf. Despacho de 15/05/1884, *Diário do Governo* n° 116, de 23/05/1884.

²⁵³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI - 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*, officio de 26/02/1887, fl. 43vs.

interpretada e aplicada²⁵⁴.

Saliente-se que Fonseca Benevides, após a sua nomeação como inspector, tomou a iniciativa de se deslocar nos meses de Junho e Julho a diversos países europeus (França, Alemanha, Itália) "*com o intuito de se habilitar para mais proficientemente desempenhar as funções do seu cargo*", como afirmou António Augusto Aguiar em nota prévia ao relatório sobre a viagem²⁵⁵. Benevides visitou escolas industriais e de desenho, registou inovações metodológicas e dedicou especial atenção à Exposição de Turim, relatando com pormenor todos os estabelecimentos nela representados, incluindo os destinados ao sexo feminino. Foi agraciado com um louvor régio pela qualidade do trabalho realizado²⁵⁶.

Responsáveis pela instalação das primeiras escolas industriais e de desenho industrial, os inspectores estabeleceram contactos com os municípios, associações comerciais e industriais, fábricas e outras entidades locais para assegurar a logística dos estabelecimentos a custos mais reduzidos, fosse pela oferta gratuita de instalações, fosse por arrendamentos mais convenientes, fosse, ainda, pelo recurso a donativos. O apetrechamento das escolas com mobiliário, equipamento e materiais de ensino exigiu uma multiplicidade de encomendas a empresas nacionais e estrangeiras²⁵⁷. Cabia aos inspectores o controle directo das despesas com as escolas, ou seja, dos custos de instalação, incluindo obras e materiais, e dos custos de manutenção, como rendas e iluminação²⁵⁸.

Os procedimentos inerentes à concretização da abertura das escolas foram, com frequência, morosos, sobretudo quando as localidades se mostravam pouco empenhadas ou ineficazes na resolução das dificuldades e imprevistos. Os relatórios dos inspectores descrevem essas situações e a correspondência entre a inspecção e alguns interlocutores locais testemunha no mesmo sentido²⁵⁹.

²⁵⁴ Sobre a admissão de mulheres nas escolas de ensino industrial desde 1884, ver capítulo 4.2.2.1.

²⁵⁵ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre alguns estabelecimentos de instrução e escolas de desenho industrial em Itália, Alemanha e França e na Exposição de Turim de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 3. Foi-lhe concedida uma licença com vencimento por dois meses; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas... op. cit.*, vol. 2, comunicação de 25/06/1884, fl. 161vs e 162.

²⁵⁶ Cf. Portaria de 23/08/1884, *Diário do Governo* nº 196 de 30/08/1884.

²⁵⁷ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1885]... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1885 a 1886-1887)... op. cit.*

²⁵⁸ No início, a iluminação a gás era usada na maioria das escolas, mas algumas ainda utilizavam a iluminação a petróleo. A escola Marquês de Pombal, em Lisboa, com a inauguração do novo edifício, em 1888, foi a primeira a introduzir a electricidade, funcionando com um sistema misto, pois o gás ainda se manteve.

²⁵⁹ A correspondência entre a Câmara Municipal de Alenquer e o inspector Fonseca Benevides no caso da escola de Alenquer ilustra bem o desfasamento entre o discurso da municipalidade sobre as vantagens da escola para a localidade e a total incapacidade prática de colaborar na sua instalação (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*).

Face a todos os condicionalismos enumerados, pode-se considerar notável o dinamismo que Fonseca Benevides imprimiu a todo este processo, logrando a abertura, no primeiro trimestre do ano lectivo de 1884/85, da totalidade das escolas (oito) criadas na circunscrição do sul, ou seja, menos de um ano após a publicação do decreto (03/01/1884) que as criou e cerca de seis meses depois da sua nomeação como inspector. Em Dezembro de 1884, António Augusto Aguiar premiou os bons e céleres serviços de Fonseca Benevides com uma gratificação de 450\$000 réis²⁶⁰.

O processo de instalação das escolas na circunscrição do norte não foi tão rápido e resultou na abertura mais tardia das escolas, quatro das cinco inicialmente criadas naquela circunscrição²⁶¹. O problema do absentismo terá sido, também, mais acentuado no norte, pois foi um assunto recorrente nos relatórios de Parada Leitão. O prolongamento sazonal dos horários de trabalho nas fábricas, a ocupação dos serões no Inverno com trabalho domiciliário e a pouca importância atribuída à continuidade das aprendizagens foram algumas das causas apontadas pelo inspector. Este propunha que fossem adoptadas medidas dissuasoras de matrículas inconsequentes²⁶².

4.2.4.2. A introdução do ensino oficial nas escolas

A criação de oficinas anexas às escolas, incluindo para o sexo feminino, ficou a dever-se às propostas de Fonseca Benevides, as primeiras das quais datam de 1886. Justificando-as com base no sucesso da execução prática de projectos, desenhados pelos alunos com o acompanhamento vantajoso dos professores, levada a cabo, a título experimental, em alguns estabelecimentos, o inspector "*viu aprovadas estas ideias pelo Exmo. Sr. conselheiro director-geral do comércio e indústria, Ernesto Madeira Pinto, e por S. Exa. o Sr. conselheiro Emídio Júlio Navarro, ministro das obras públicas comércio e indústria (...)*"²⁶³. O inspector Fonseca Benevides dava conta da persistência generalizada, fora dos centros urbanos mais populosos, da pluriactividade profissional, ou seja, do exercício de diversos ofícios por parte do mesmo indivíduo: "*por exemplo, é*

²⁶⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de correspondência expedida...* op. cit., ofício de 29/12/1884, fl. 10vs.

²⁶¹ A escola do Vilar, no Porto, ainda chegou a aceitar matrículas em 1884/85, mas o atraso das obras do edifício do Museu Industrial do Porto, onde ia funcionar, atrasou a sua abertura para Janeiro de 1886, Já no ano lectivo seguinte. A escola de Braga, criada em Dezembro de 1884, abriria igualmente em 1885/86.

²⁶² Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1885 a 1887/1888)*... op. cit.. Parada Leitão chegou a propor uma caução obrigatória no acto de matrícula, a qual só pudesse ser reavida em caso de frequência regular até ao final do ano. Esta medida viria a ser instituída, anos mais tarde, com a reforma de 1897 (Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283, de 15/12/1897, art. 59°).

²⁶³ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]*... op. cit., p. 35.

vulgar ser o ferreiro também serralheiro, ferrador, e às vezes torneiro, e até relojoeiro; o barbeiro é sangrador, dentista e chapeleiro; o carpinteiro é marceneiro, torneiro e pintor; o pedreiro é canteiro, estucador e caiador (...)"²⁶⁴. Face a esta realidade, ele defendia que se deveria optar por alargar a todas as escolas as oficinas de trabalhos em madeira e, em seguida, as de obras em metal, pois eram as que tinham aplicação mais geral.

Entre Agosto e Dezembro de 1886 foram criadas catorze oficinas, em oito escolas, cuja inauguração decorreu entre Novembro de 1886 e Março de 1887. Para além de seis oficinas de trabalhos em Madeira e de duas de obras em Metal, abriram oficinas de Lavoros Femininos, trabalhos em Pedra, Pintura decorativa, Cerâmica, Tecelagem e Tinturaria²⁶⁵. A oficina de Lavoros Femininos, na escola Marquês de Pombal, em Lisboa, compreendia "*trabalhos de costura, bordados, pintura em papel, pano, seda, barro, etc.*"²⁶⁶ e o seu equipamento incluía máquina de costura.

Em 1887, após ter sido criada, por iniciativa do governo, a escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, Benevides relata que procurou "*logo de início, organizar, juntamente com a escola de desenho, a oficina de rendas (...)* [e] *aprovada (...)* a minha proposta para [a] *instalar (...), podendo nela estabelecer jornais ou empreitadas, conforme a experiência melhor aconselhasse, tratei logo de procurar para a oficina o necessário material e pessoal*"²⁶⁷. O caso da escola de Peniche, pela sua especificidade, será objecto, em capítulo próprio, de uma análise mais aprofundada, mas importa aqui sublinhar o facto do inspector ter incluído na sua proposta a utilização de um sistema de "jornais" ou de "empreitadas", ou seja, de uma forma de pagamento às alunas, fosse de salários regulares, fosse de quantias em função dos produtos fabricados²⁶⁸. Foi a primeira vez que tal se adoptou em oficinas das escolas e apenas viria a ser aplicado em mais uma escola, a Marquês de Pombal, em Lisboa. Este sistema visava subtrair crianças ou jovens adultas e adultos a unidades de produção (oficinais ou domiciliárias) nas quais se encontravam já inseridas/os, mas cuja aprendizagem se considerava deficiente e reduzida ao mínimo indispensável para garantir baixos custos geradores de lucros fáceis.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 20.

²⁶⁵ Escolas Marquês de Pombal, Afonso Domingues e Gil Vicente, em Lisboa, Caldas da Rainha, Torres Novas, Tomar, Portalegre e Covilhã. Consultar dados sobre a evolução das escolas no Anexo 5.

²⁶⁶ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]... op. cit.*, p. 37.

²⁶⁷ MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul. 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 33; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas... op. cit.*, vol. 3, officios de 21/09/1887, fl. 141vs e 142.

²⁶⁸ Sobre a escola de Peniche ver capítulo 6.2.2..

Entre 1888 e 1890 abriram mais quinze oficinas, distribuídas por nove escolas, entre as quais duas oficinas de Lavoros Femininos (escolas de Setúbal e de Leiria)²⁶⁹. A oficina da escola de Leiria fora proposta pelo professor, justificando que havia alunas que a tinham solicitado²⁷⁰. Neste caso fora a procura a estimular a oferta daquela modalidade de ensino profissional. Na oficina de Lavoros Femininos da escola Marquês de Pombal em Lisboa foi criada uma nova secção de fabrico de flores de papel ou pano e de trabalhos em couro. Continuavam a predominar as oficinas de trabalhos em Madeira e em Metal, mas novas áreas foram introduzidas, como a ourivesaria, Pintura decorativa, modelação e instrumentos de precisão. Em suma, no final do ano lectivo de 1890/91, Fonseca Benevides tinha assegurado a instalação e abertura de trinta oficinas, sendo que todas as escolas da circunscrição do sul, dezasseis em exercício naquele ano, tinham pelo menos uma oficina em actividade. O inspector, no relatório desse ano, frisava que as escolas "*cujas oficinas maior produção de artefactos tiveram foram as de Peniche, Setúbal, Alcântara, Portalegre e Leiria*"²⁷¹, o que é muito significativo dos níveis de produtividade das oficinas para o sexo feminino, pois quatro das cinco escolas enumeradas tinham oficinas de Lavoros Femininos e nas duas primeiras só estas existiam.

O seu papel foi, também, essencial na mostra de trabalhos das escolas na Exposição Industrial Nacional de 1888, na Avenida da Liberdade, tendo organizado o respectivo catálogo, e na representação das escolas industriais na Exposição Universal de Paris de 1889. Em ambas, como se desenvolverá mais à frente, conferiu particular destaque aos trabalhos da oficina de Lavoros Femininos da escola de Peniche²⁷².

A situação do ensino oficinal nas escolas da circunscrição do norte é de tal forma distinta que causa perplexidade. A primeira menção de Parada e Silva Leitão ao assunto regista-se no relatório do ano lectivo de 1889/90, quando afirma que estão a ser feitas obras em algumas escolas para instalação de oficinas e refere a contratação de uma mestra para a oficina de Lavoros Femininos, criada em Agosto de 1889, na escola de Braga²⁷³. Aquela, porém, foi apenas inaugurada em Janeiro do ano lectivo seguinte, porque, segundo o inspector, "*não havia alunas devidamente habilitadas com os*

²⁶⁹ Escolas de Setúbal, Leiria, Alenquer, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Caldas da Rainha, Tomar, Portalegre e Marquês de Pombal em Lisboa. Consultar dados sobre a evolução das escolas no Anexo 5.

²⁷⁰ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul (1889-1890)... op. cit.*

²⁷¹ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul... 1890-91... op. cit.*, p. 41.

²⁷² Ver capítulos 6.1.2. e 6.1.3..

²⁷³ Consultar dados sobre a evolução das escolas no Anexo 5.

conhecimentos de desenho exigidos"²⁷⁴. No mesmo mês, abriu uma oficina de trabalhos em Metal na escola de Coimbra. No final do ano lectivo de 1890/91 havia, pois, apenas duas oficinas a funcionar na circunscrição do norte.

O desfazamento entre os resultados apresentados pelos dois inspectores não tem razões expressas. Responsabilidade de Parada Leitão, como sugerem diversos comentários de Joaquim de Vasconcelos e as incorrecções processuais apontadas pelos serviços centrais?²⁷⁵ Maior dificuldade em ultrapassar entraves burocráticos, devido à localização periférica do Porto face à coordenação central, sediada em Lisboa, e de cuja decisão, em última instância, tudo dependia? Menor interesse das municipalidades, associações, trabalhadores e industriais da região norte e centro-norte em promover ou frequentar oficinas nas escolas? A zona do país onde predominava a produção artesanal, domiciliária e oficinal, factores apresentados por Parada Leitão como favoráveis à frequência das escolas, como atrás se focou, foi exactamente aquela onde o ensino oficinal não foi incrementado²⁷⁶.

No entanto, em abono do inspector, pode-se considerar a hipótese de o peso das pequenas unidades de produção de carácter oficinal e familiar ter pesado em desfavor das oficinas nas escolas. Os artífices e aprendizes procurariam as escolas para obter conhecimentos de desenho e, em alguns casos, rudimentos de outras disciplinas, de modo a aperfeiçoarem os seus produtos a nível técnico e artístico. Não careciam, porém, de oficinas nas escolas, pois aplicariam as aprendizagens nos seus próprios locais de trabalho, recorrendo aos professores em caso de dúvida. Em 1911, António Arroio, referindo-se, a pedreiros, canteiros, carpinteiros, serralheiros, entre outros, testemunhava a persistência das pequenas unidades de produção no início da 1ª República ao comentar que "*a maneira como as suas diversas profissões ainda se exercem entre nós permite que a aprendizagem se faça à vontade dentro do trabalho corrente, sem prejuízo para ele*"²⁷⁷.

²⁷⁴ MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1890 a 1891)... op. cit.*, p. 12.

²⁷⁵ Joaquim de Vasconcelos imputou a Parada Leitão o atraso na abertura das escolas Infante D. Henrique (Porto), Viana do Castelo, Vila Real, Bragança e Figueira da Foz e acusou-o de subutilizar as verbas atribuídas à circunscrição do norte (cf. *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, pp. 96, 99, 133, 146-147). Em 24/12/1890, afirmava que o inspector "*gastou, portanto, menos dez contos do orçamento legal, e Benevides dezanove contos a mais!*" do seu orçamento legal" (*ibidem*, p. 147). A nível dos serviços centrais são tecidas críticas em diversos officios (cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*, officios de 23/01/1886, fl. 21, de 15/02/1886, fl. 22vs, de 17/03/1886, fl. 23vs, de 03/01/1887, fl. 42).

²⁷⁶ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1885 a 1886-1887)... op. cit.*

²⁷⁷ ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial e comercial professado nas escolas dependentes do Ministério do Fomento. Abril de 1911", in *Relatórios sobre o ensino elementar industrial... op. cit.*, p. 143 (sublinhado nosso).

Assinale-se que a opção de destinar a primeira oficina ao sexo feminino e de a instalar na escola de Braga, de acordo com as características da população trabalhadora enunciadas, acabou por ser votada ao fracasso. A intensidade e a dispersão do trabalho artesanal oficial e domiciliário não favoreciam a frequência da oficina por parte das raparigas e das mulheres trabalhadoras. Os colégios femininos privados, muitos de cariz religioso, que proporcionavam aprendizagens idênticas às das oficinas de Lavoros Femininos, teriam, também, subtraído alunas às escolas industriais públicas, sobretudo no norte do país, onde eram mais numerosos²⁷⁸.

4.2.4.3. O período de instabilidade do serviço de inspeção

Em inícios do ano lectivo de 1891/92, com a reforma de João Franco, os inspectores das duas circunscrições foram substituídos. Na circunscrição do sul, Fonseca Benevides, pediu a sua demissão a 14 de Outubro, cinco dias após a publicação do diploma, e aquela foi-lhe concedida a 23 do mesmo mês, data em que é nomeado José Duarte Ramalho Ortigão em sua substituição²⁷⁹. Este, porém, viria a pedir exoneração no final do ano lectivo, em 9 de Julho, e seria substituído por Luciano Cordeiro, que se teria mantido em funções até finais de 1899, ou seja, quando Elvino de Brito substituiu os dois inspectores, das circunscrições do Norte e do Sul, por um único inspector, do quadro do MOPCI, para todas as escolas²⁸⁰.

Na circunscrição do Norte, Parada e Silva Leitão foi exonerado a seu pedido, em 16 de Outubro de 1891, e substituído por Joaquim de Vasconcelos, o qual permaneceu em exercício até 12 de Maio do ano seguinte, data em que António Arroio foi nomeado

²⁷⁸ Para além de colégios destinados a raparigas da nobreza ou da média e alta burguesia, como os das Ursulinas (cf. VAQUINHAS, Irene Maria, "Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio...", *op. cit.*.; VAQUINHAS, Irene Maria, "O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua História", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 427-447), existiam colégios e asilos para as classes populares (cf. COSTA, D. António da, *Auroras da instrução...* *op. cit.*; COSTA, D. António da, *História da Instrução Popular em Portugal. Desde a Fundação da Monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871).

²⁷⁹ Fonseca Benevides pediu a exoneração em 14/10/1891, a qual lhe foi concedida por decreto de 23/10/1891; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894)*, fl. 1; Ramalho Ortigão foi nomeado inspector por decreto de 23/10/1891; cf. *Ibidem*, fl. 91.

²⁸⁰ Ramalho Ortigão foi exonerado a seu pedido por decreto de 09/07/1892; cf. *Ibidem*, fl. 91; Luciano Cordeiro foi nomeado inspector por decreto de 09/07/1892 e tomou posse em 16/07/1892; cf. *Ibidem*, fl. 93vs; AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*, vol. 1, fl. 387. Luciano Cordeiro estava comprovadamente em funções em finais de 1898; cf. AHCM de Alenquer, Fundo da Escola *Damião de Góis*, Caixa 1, Comunicação de Serviço da Inspeção de 28/10/1898. Sobre as alterações ao serviço de inspeção decretadas por Elvino de Brito em 1899 ver capítulo 4.2.1.. Consultar notas biográficas sobre Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro no Anexo 13.

para o cargo²⁸¹. Como este último apenas iniciou funções em Junho, o cargo foi entregue interinamente, durante esse curto período, a Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa²⁸².

A sucessão de pessoas na inspecção das escolas, em qualquer das circunscrições, ao longo do ano lectivo de 1891/92, reflecte a instabilidade dos executivos governamentais (duas mudanças naquele período) e sugere que as orientações por eles emanadas, decorrentes da concretização da nova reforma do ensino industrial, não terão sido pacíficas²⁸³.

Na circunscrição do sul, desde o início das suas funções, Ramalho Ortigão foi expondo, superiormente, a sua perspectiva face ao ensino industrial nas escolas e apresentando propostas concretas sobre a matéria. Poucas foram, porém, as que obtiveram concordância e puderam ser incrementadas. Destaca-se a proposta de alteração do processo utilizado para o fornecimento de mobílias e materiais de ensino às escolas, visando uma maior economia. Segundo ele, as oficinas das escolas e dos institutos poderiam suprir as necessidades das escolas em peças de mobiliário e em instrumentos de desenho. Sugeriu, ainda, que as pastas e os envelopes, para consumo das escolas, nelas fossem feitos, constituindo esse "*trabalho, devidamente retribuído às alunas que deste se encarregarem, um dos ramos do ensino de labores femininos*"²⁸⁴.

A última proposta colheu aprovação superior e, no primeiro trimestre de 1892, o inspector inicia as diligências para estabelecer uma oficina de cartonagem, anexa à oficina de Labores Femininos da escola Marquês de Pombal, com o fim de produzir pastas, envelopes e cartas²⁸⁵. Um operário encadernador, aluno da escola, seria o mestre da oficina, e as aprendizas seriam escolhidas de entre as alunas mais aplicadas, prevendo-se que viessem a auferir salário após terem obtido a habilitação de operárias

²⁸¹ Cf. Decretos de 16/10/1891, *Diário do Governo* n° 235 de 19/10/1891; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891 - 1892)... op. cit.*, António Arroio foi nomeado por decreto de 12/05/1892; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, Coleção de Processos Individuais, *ARROIO, António José*. Consultar notas biográficas sobre Joaquim de Vasconcelos e António Arroio no Anexo 13.

²⁸² António Arroio só tomou posse do lugar em 01/06/1892 e só assumiu funções no final do ano lectivo; cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891-1892)... op. cit.*, p. 3. Consultar notas biográficas sobre Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa no Anexo 13.

²⁸³ João Franco (Governo presidido por João Crisóstomo de Abreu e Sousa) passou a pasta do MOPCI, em 17/01/1892, ao Visconde de Chancelheiros (Governo presidido por José Dias Ferreira), que cedeu o lugar, em 27/05/1892, a Pedro Victor Sequeira (Governo também presidido por José Dias Ferreira), cf. SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional... op. cit.* Não se dispõe de relatórios anuais dos inspectores das escolas a partir da exoneração de Fonseca Benevides e de Parada Leitão, à excepção de um único relatório, de António Arroio, relativo à circunscrição do norte em 1891/92. A informação relativa ao período subsequente é, pois, muito lacunar e descontínua. Ver ministros e dirigentes do MOPCI no Anexo 4.

²⁸⁴ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 1, Ofício n° 1534 de 03/12/1891, fl. 67.

²⁸⁵ A oficina foi criada por despacho ministerial de 11/04/1892; cf. *Ibidem*, Ofício n° 3695 de 02/05/1892, fl. 313.

cartonadoras²⁸⁶. Neste caso seriam remuneradas, mas trabalhariam por empreitada, fosse em casa própria, fosse na oficina da escola, mas mediante autorização e em horas desencontradas do trabalho normal da oficina²⁸⁷. Em inícios do mês de Junho a oficina entrou em funcionamento²⁸⁸. Esta iniciativa perdurou e em 1909/10 a oficina de encadernação e cartonagem daquela escola continuava a ser frequentada pelos dois sexos²⁸⁹.

Ramalho Ortigão tomou, por diversas vezes, posição favorável relativamente à escola de Peniche, quer defendendo as alunas rendeiras e os seus interesses, quer solicitando o reforço do pessoal docente da escola, quer propondo uma oficina de obras de rede²⁹⁰. Protestando, em Janeiro de 1891, contra a decisão do ministro, João Franco, em reduzir para metade o valor dos *salários* pagos às alunas de Peniche, Ramalho declarava que "*não tendo merecido atenção nenhuma das propostas que tenho tido a honra de submeter a V. Ex.^a, é-me extremamente doloroso ter de começar a reforma dos serviços confiados à minha inspecção por um acto que reputo da mais dura crueldade*"²⁹¹.

A reforma de João Franco, não só pelas medidas de contenção orçamental, como pelo facto de ter sido decretada após o início do ano lectivo, levantou dificuldades de aplicação e ocasionou a desorganização dos serviços. Ramalho alude por diversas vezes às reclamações provenientes das escolas pelos atrasos verificados no pagamento dos vencimentos de professores/as e mestres/as²⁹². Assinale-se que foi na sequência da mestra de labores da escola de Leiria se ter despedido, em Abril de 1892, por não poder continuar a assegurar gratuitamente a sua função, que Ramalho Ortigão comunica, pela primeira vez, a possibilidade de pedir a sua exoneração²⁹³. A situação dos salários foi sendo regularizada, embora com atrasos, e a referida mestra manteve-se na escola, o que terá adiado tal decisão.

Em inícios de Maio o inspector envia ao Director-geral da DGCI uma proposta

²⁸⁶ Cf. *Ibidem*, Ofício nº 3636 de 15/02/1892, fls. 203-205, circular às escolas nº 3643 de 20/02/1892, fls. 214-215; ofício nº 3663 de 22/03/1892, fls. 248-249.

²⁸⁷ Cf. *Ibidem*, Ofício nº 3636 de 15/02/1892, fls. 203-205.

²⁸⁸ Cf. *Ibidem*, Ofício nº 3732 de 08/06/1892, fl. 367.

²⁸⁹ Consultar ficha da escola Marquês de Pombal no Anexo 8.

²⁹⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 1. Sobre a escola de Peniche ver capítulo 6.2.2..

²⁹¹ *Ibidem*, ofício nº 3582 de 07/01/1892, fl 131. Ramalho Ortigão refere, no mesmo ofício, que solicitara repetidas vezes, sem êxito, uma audiência do ministro, a fim de o convencer a revogar o despacho de 30/12/1891 que reduzira os salários das aprendizas.

²⁹² Cf. *Ibidem*, fls. 74-75, 120 e 270.

²⁹³ Cf. *Ibidem*, ofício nº 3690 de 30/04/1892, fls. 281-282. O ministro do MPICI era, à data, o Visconde de Chancelieiros.

de reforma do ensino industrial, da qual não se conhece seguimento. Esta última contrariedade, aliada à tomada de posse de Pedro Victor da Costa Sequeira, cujas medidas centralizadoras foram já referidas, não terá sido alheia à demissão de Ramalho, pois a partir de meados daquele mês e até ao respectivo pedido, em inícios de Julho, poucos foram os dias em que não foi substituído no serviço de inspecção por Marques Leitão, director da escola Marquês de Pombal²⁹⁴.

4.2.4.4. A consolidação dos cursos profissionais na circunscrição do sul

Luciano Cordeiro, ao tomar posse, em 16 de Julho, deparou-se com atrasos no envio de orientações às escolas e assumiu uma atitude de diálogo com os directores dos estabelecimentos, solicitando-lhes informações e sugestões para o melhoramento do ensino, não deixando de afirmar que ele próprio tinha ideias sobre o assunto²⁹⁵.

Durante o seu mandato estabeleceu contactos com Câmaras Municipais para obtenção de terrenos para a construção de novas instalações para algumas escolas (Peniche, Setúbal, Tomar) e assegurou a instalação de oficinas, incluindo as de Lavoros Femininos nas escolas de Portalegre e do Funchal. Considerando fundamental a vertente de aprendizagem prática, Luciano Cordeiro comentou que "*continuo a pensar, é claro, que o estabelecimento das oficinas é a salvação daquela escola [Funchal] que tão útil pode tornar-se*"²⁹⁶. Defendeu, como o seu antecessor, os interesses da escola de Peniche, designadamente a continuação do pagamento de subsídios às alunas aprendizas, conseguiu que fosse contratado um professor de desenho para auxiliar a directora da escola de Setúbal e garantiu, por proposta das directoras e dos directores das escolas, a colocação e substituição de mestras e de mestres nas oficinas, para citar apenas alguns casos significativos da sua prática inspectiva²⁹⁷.

No ano lectivo de 1893/94, coube-lhe implementar as alterações introduzidas pela Organização dos Cursos decretada em Outubro de 1893 por Bernardino Machado e João Franco²⁹⁸. Em menos de dois meses o inspector fizera o levantamento dos recursos humanos existentes e a prover nas escolas, designadamente no que respeitava às oficinas, de acordo com os novos cursos organizados em função da prática oficial,

²⁹⁴ Cf. *Ibidem*, fls. 335-387. Sobre a centralização dos serviços de inspecção ver capítulo 4.2.1..

²⁹⁵ Cf. *Ibidem*, ofício nº 3751 de 18/07/1892, fls. 387-388 e ofício circular nº 3785 de 07/08/1892, fl. 435.

²⁹⁶ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 3, ofício nº 8012, s/d, fls. 10-11.

²⁹⁷ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, 3 vols.

²⁹⁸ Sobre a importância de vertente profissionalizante na organização dos cursos decretada em 1893 ver capítulo 3.2.2.3..

recebera os programas reformulados de oito das quinze escolas da sua circunscrição e solicitara a confirmação urgente do pessoal oficial das escolas de Peniche e de Setúbal, único óbice à sua abertura²⁹⁹. Estas eram as duas únicas escolas dirigidas por mulheres, ambas professoras das disciplinas de desenho (desenho geral e desenho ornamental).

O decreto de 1893 previa que, em articulação com o Ministério do Reino, fossem estabelecidas aulas de ensino primário nas escolas industriais, para quem pretendia seguir os cursos industriais, assunto que foi acompanhado de perto por Luciano Cordeiro³⁰⁰. Este reporta o movimento dessas aulas, destacando a numerosa frequência nas escolas de Setúbal, Leiria e Peniche, a qual "*é naturalmente mista predominando nos cursos da noite os alunos do sexo masculino e nos de dia os do sexo feminino nas escolas de Peniche e de Setúbal*"³⁰¹.

No mesmo ano lectivo, o inspector envidou os esforços necessários para a instalação de novas escolas (Viana do Alentejo e Évora) resultantes da iniciativa local e da autorização e apoio governamentais³⁰². A escola de Évora não chegaria a abrir durante o período da monarquia constitucional. O processo foi, todavia, encetado e, segundo o relato do inspector, que se deslocara à localidade, a Câmara Municipal já tinha definido aspectos essenciais para a sua concretização, incluindo a opção pelos cursos de costureira e de modista e respectivas oficinas³⁰³.

Observa-se que os cursos oficiais para o sexo feminino constituem uma oferta assumida pelo sistema e, no caso da circunscrição do sul, pelas localidades. O papel de Luciano Cordeiro não deve ser menosprezado, pois tem sempre presente que a oferta existente se dirige aos dois sexos. Comprova-o o equilíbrio das sugestões indicadas quando questionou o Presidente da Câmara de Évora sobre os cursos oficiais que se pretendiam criar na escola: "*carpintaria, serralharia, marcenaria, etc., para o sexo masculino? Costura e corte de roupa (costureira), bordados, modista, etc., para o sexo feminino?*"³⁰⁴.

A relevância dos trabalhos oficiais para o sexo feminino está também presente numa circular enviada pelo inspector às escolas comunicando que "*S. Ex.^a o Ministro*

²⁹⁹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 2, Ofícios nº 7063, de 08/11/1893, fls. 426-427 e nº 7072, de 12/11/1893, fls. 437-438.

³⁰⁰ Cf. Decreto de 05/10/1893, *op. cit.*, art. 2º.

³⁰¹ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 2, ofício nº 8051 de 12/12/1893, fls. 77-78.

³⁰² Cf. Portarias de 28/10/1893, *Diário do Governo* nº 273 de 01/12/1893 e de 19/12/1893, *Ibidem* nº 294 de 28/12/1893; AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 3.

³⁰³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 3, ofícios nº 9055 de 25/01/1894, fl. 253 e nº 9061 de 29/01/1894, fl. 264.

³⁰⁴ *Ibidem*, vol. 3, ofício nº 9003 de 02/01/1894, fl. 164.

autoriza o fornecimento do material individual de ensino de desenho, costura e bordados, aos alunos reconhecidamente pobres"³⁰⁵, competindo aos directores das escolas apurar os alunos e as alunas que se encontravam em tais circunstâncias. O material colectivo continuava a cargo do Estado e os produtos feitos nas oficinas pertenciam a quem fornecesse a matéria-prima, isto é, ou às escolas, ou aos alunos. O ofício enviado pela RI da DGCI ao inspector clarificava este assunto com uma única situação concreta: "*uma aluna de bordados, por exemplo, que apresente um lenço e o necessário para a execução do bordado, pode, findo o ano lectivo, receber o lenço que bordou*"³⁰⁶.

A preocupação com o ensino profissional para o sexo feminino, visível na abertura de oficinas, na contratação de mestras e no reforço das escolas de Setúbal e de Peniche, constituiu um aspecto relevante dos sete anos de exercício de Luciano Cordeiro.

4.2.4.5. Um ensino industrial sem oficinas na circunscrição do norte

Na circunscrição do norte, depois da demissão de Parada Leitão, Joaquim de Vasconcelos não chegou a exercer a função até final do ano lectivo e Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa, interino durante poucas semanas, só teria assegurado a gestão corrente. Foi António Arroio, que se manteve no cargo desde meados de 1892 até 1924, tornando-se, a partir de 1899, o único inspector para as duas circunscrições, a figura que marcou a coordenação regional nos últimos lustros da monarquia.

A quase inexistência de oficinas nas escolas da circunscrição do norte revelou-se um elemento estrutural até à 1ª República, pois nenhum dos sucessores de Parada Leitão logrou inverter a situação. Em 1891/92, as duas oficinas inauguradas no ano anterior não se mantiveram. A de trabalhos em Metal da escola de Coimbra fechou e a de Lavoros Femininos da escola de Braga foi transferida, a meio do ano, para a escola Infante D. Henrique no Porto, permanecendo a única oficina em funcionamento em toda a circunscrição durante dezasseis anos. António Arroio vaticinava, em 1892, que, para além daquela, as oficinas que poderiam funcionar mais cedo eram as da escola de Coimbra, que naquele ano fora agraciada com a visita do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia³⁰⁷. As primeiras oficinas a abrir, foram, com efeito, as de Cerâmica, de Marcenaria e de Serralharia na referida escola, mas só no ano lectivo de 1907/08.

³⁰⁵ AHCM de Alenquer, Fundo da Escola *Damião de Góis*, Caixa 1, Comunicação de Serviço da Inspeção nº 804 de 24/11/1894. O ministro do MOPCI era, à data, Artur Campos Henriques.

³⁰⁶ AHCM de Alenquer, Fundo da Escola *Damião de Góis*, Caixa 1, Ofício da RI ao Inspector das escolas da circunscrição do sul nº 970 de 17/11/1894.

³⁰⁷ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891-1892)... op. cit..*

O diploma de 1891 extinguiu as escolas de Chaves, de Matosinhos e da Figueira da Foz, mas o acordo entre o governo e as comunidades locais, em 1893, permitiu o restabelecimento da última escola, em 1893/94, e a criação de uma em Aveiro, em 1894/95³⁰⁸. Em 1898, na sequência de uma proposta local, foi criada uma escola em Viseu, que viria a abrir no ano lectivo de 1899/1900³⁰⁹. Não foram, porém, as diligências de António Arroio, mas as iniciativas de Joaquim Telo, atrás referidas, que contribuíram para a abertura destas escolas.

O facto das escolas da circunscrição do norte não terem concretizado a vertente oficial não se deveu a omissão nos documentos legislativos que organizaram aquele ensino. O decreto de 1891 instaurara os trabalhos manuais elementares em todas as escolas e a partir do decreto de 1893 os diplomas determinaram sempre as oficinas a criar em cada estabelecimento. As razões da ausência de oficinas podem ter decorrido da falta de empenho das localidades, do inspector, ou dos directores das escolas. Para esta eventual inércia contribuíram, decerto, problemas logísticos, isto é, a falta de espaço nos edifícios das escolas, bem como a falta de interesse por parte dos próprios destinatários das escolas. António Arroio manifestara, logo no início do seu mandato, uma especial preocupação com o abandono escolar e considerava que o operariado, pouco motivado, não estimulava a abertura de oficinas³¹⁰. A dificuldade em desbloquear as verbas necessárias à compra, aluguer ou reconversão de instalações é outro factor a ter em conta. Já atrás se assinalou a delonga na nomeação do pessoal subalterno do museu do Porto e alguns comentários de Joaquim de Vasconcelos, referindo, por exemplo, que "*os modelos estiveram meses em Lx. e foram remetidos tarde para aqui, e em mau estado*"³¹¹, sublinham os inconvenientes da localização periférica face à capital, centro de decisão e sede dos serviços centrais. Este argumento, porém, perde consistência a partir da nomeação de António Arroio, engenheiro do quadro do MOPCI, sobretudo quando este, após 1899, assumiu sozinho a inspecção a nível nacional.

Entre 1899 e 1910, abriram ou reabriram oficinas em cinco escolas da circunscrição do sul – Angra do Heroísmo, Covilhã, Funchal, Lagos e Ponta Delgada – e apenas numa da circunscrição do norte – Coimbra –, como já se assinalou. A criação

³⁰⁸ Cf. Portaria de 28/10/1893, *op. cit.*.

³⁰⁹ Cf. Decreto de 09/112/1898, *Diário do Governo*, nº 294 de 30/12/1898.

³¹⁰ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891-1892)... op. cit.*.

³¹¹ "Porto, 5-11-84", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*, pp. 75-76 (itálicos e abreviaturas no original).

de oficinas para o sexo feminino, em quatro das novas escolas, continuou a ser apanágio da circunscrição do sul³¹².

Durante o seu mandato como inspector, António Arroio integrou comissões portuguesas em exposições internacionais, nomeadamente na Exposição Universal de Paris de 1900 e na Exposição do Rio de Janeiro de 1908³¹³. Em 1907 fez parte, conjuntamente com Carlos Adolfo Marques Leitão e Augusto Patrício Prazeres, de uma comissão nomeada para estudar a orientação a dar ao ensino industrial com vista a adaptá-lo melhor às necessidades locais através do incremento do ramo profissional³¹⁴.

4.2.4.6. A influência de um inspector interino

Carlos Adolfo Marques Leitão foi adquirindo, progressivamente, uma influência incontornável nos rumos do ensino nas escolas industriais. A partir do momento em que assume a direcção da escola industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, em Março de 1890, esta revela um apreciável desenvolvimento que, muito rapidamente, a distancia das outras escolas e a converte naquilo que hoje designaríamos como escola-piloto³¹⁵. Funcionando provisoriamente, desde 1884/85, numa parte de um edifício na Rua de Alcântara, a inicial escola de desenho industrial não pudera abrir mais do que uma oficina de Laveres Femininos (1886) com secções de costura e bordados e de pintura. O espaço revelava-se exíguo e, em 1887, o ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, sublinhava que a afluência de alunos excedia em muito as vagas existentes, inferindo de tal procura a existência de movimento espontâneo "*que provém de necessidades imperiosas da nossa vida social*"³¹⁶. Foi por iniciativa deste estadista, com o apoio pessoal do Príncipe D. Carlos, que se construiu, de raiz, um edifício para a escola

³¹² A análise aprofundada da rede escolar e da população que frequentou as escolas industriais e de desenho industrial, bem como as oficinas a elas anexas, será apresentada nos capítulos 5.1. e 5.2..

³¹³ Cf. PORTUGAL, Idalina, "Arroio, António José", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores... op. cit.*, p. 112; MÓPCI, DGCI, *Documentos relativos à organização da secção portuguesa da Exposição do Rio de Janeiro de 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

³¹⁴ Portaria de 09/09/1907, *Diário do Governo* n.º 207 de 16/09/1907. Não se localizaram relatórios desta comissão.

³¹⁵ Carlos Adolfo Marques Leitão exerceu o cargo de director da escola Marquês de Pombal interinamente a partir de 1889 e a título definitivo entre 14/03/1890 e 14/06/1929 (cf. FERREIRA, João Filipe Evangelista, *A Escola Marquês de Pombal... op. cit.*, p. 234); Integrado na carreira militar, foi professor e, a partir de 1910, director do Real Colégio Militar (Cf. NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores... op. cit.*, p. 707); desempenhou um papel de destaque nas reformas, no funcionamento e na leccionação do ensino técnico em Portugal, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, destacando-se, antes da I República, o auxílio que prestou a Augusto José da Cunha na elaboração da reforma de 1897 (cf. *Escola Industrial Marquês de Pombal... op. cit.*).

³¹⁶ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1887, sessão de 14 de Julho, p. 1758.

Marquês de Pombal, o qual foi inaugurado em 31 de Outubro de 1888³¹⁷.

A construção de um edifício específico para a escola permitiu a sua passagem a escola industrial com o respectivo alargamento das ofertas curricular e oficial³¹⁸. As novas oficinas criadas só seriam, todavia, inauguradas no ano lectivo de 1890/91, já sob o impulso da direcção de Marques Leitão: Ourivesaria, labores em Metal, trabalhos de Madeira e secções de Flores de papel ou pano e de trabalhos em Couro na oficina de Lavores Femininos³¹⁹.

João Franco, ao reorganizar o ensino nas escolas industriais, em 1891, decidiu "*concentrar toda a atenção e os recursos que tinha em completar a organização da escola Marquês de Pombal*"³²⁰, de acordo com a opção de apetrechar melhor as escolas com maior sucesso em detrimento das que revelavam menor afluência, algumas das quais foram encerradas por motivo de contenção orçamental. Neste contexto, afigura-se estranho um pedido de demissão de Marques Leitão do cargo de director daquela escola, apresentado em Abril de 1892 e reiterado em Setembro do mesmo ano³²¹. O eventual desentendimento com Ramalho Ortigão, inspector à data do primeiro requerimento, poderia ter estado na origem de tal posição, mas o comentário de Luciano Cordeiro, já em funções quando aquele insiste no assunto, anula a singularidade da desavença. Afirmava o inspector que "*nada tenho a objectar a este pedido, tendo infelizmente reconhecido que teria de ser eu quem tivesse de fazê-lo por iniciativa própria, mais cedo ou mais tarde*"³²². Na sequência propôs que aquele fosse transferido de modo a evitar que um ex-director ficasse na mesma escola. Outra hipótese a considerar é ter surgido alguma incompatibilidade com os ministros que sucederam, ao longo daquele ano lectivo, a João Franco³²³.

Não obstante, Marques Leitão não só não foi exonerado, como viria a ser escolhido para apresentar uma comunicação sobre a escola Marquês de Pombal no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, realizado em Madrid, em 1892. Na sua fala, salientou que a oficina de Carpintaria mecânica, na qual os alunos recebiam

³¹⁷ Cf. *Escola Industrial Marquês de Pombal... op. cit.*

³¹⁸ Quatro meses antes da inauguração da escola era decretada a sua conversão em escola industrial (Decreto de 13/06/1888).

³¹⁹ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... 1890-91... op. cit.*

³²⁰ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Franco Castelo Branco, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 19 de Dezembro, p. 16 (itálicos no original).

³²¹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 1, ofício nº 3917 de 06/09/1892, fls. 496-497.

³²² *Ibidem*, vol. 1, ofício nº 3917 de 06/09/1892, fls. 496-497.

³²³ O Visconde de Chancelheiros exerceu o cargo entre meados de Janeiro de 1882 até finais do mês de Maio e foi substituído por Pedro Victor da Costa Sequeira que se manteve em exercício até Fevereiro de 1893.

salários de incentivo, "*tem dado os mais brilhantes resultados (...) [porque nela se formava um] operário perfeito em metade do tempo que está estabelecido nas oficinas particulares*"³²⁴. Sublinhe-se que o coordenador da secção portuguesa naquele Congresso foi Bernardino Machado, que colaborara com João Franco na reforma de 1891 e viria a assumir a pasta do MOPCI em 1893, sucedendo a Victor Sequeira. Ramalho Ortigão, ainda em exercício das suas funções de inspector das escolas industriais, era vice-presidente da secção do ensino técnico no Congresso de Madrid³²⁵.

No ano seguinte, o prestígio daquele director seria reconfirmado por um louvor régio³²⁶ e Bernardino Machado, enquanto ministro, beneficiou igualmente aquele estabelecimento de ensino, dando conta, na Câmara dos Deputados, que "*já dei o maior incremento que pude às oficinas da Escola Marquês de Pombal*" na qual "*dentro de poucos dias, haverá o ensino de maquinistas e de fogueteiros*"³²⁷. A dissonância atrás descrita contraria, pois, a imagem coeva, positiva e aparentemente consensual, criada em torno de Marques Leitão, cujas virtudes foram enaltecidas, em várias ocasiões, por diversos deputados e ministros quando se pronunciaram sobre a escola Marquês de Pombal³²⁸. Foi o caso de Joaquim Telo que, em 1898, ao defender na Câmara dos Deputados as vantagens socioeconómicas das escolas industriais, convidou a audiência a visitá-las, "*principalmente uma, que é mais largamente dotada e que é superiormente dirigida por um cavalheiro de grandes aptidões – refiro-me à escola Marquês de Pombal (...)*"³²⁹. Referiu, ainda, a competência dos alunos formados por aquela escola, atestada pelos prémios ganhos em concursos, bem como a qualidade dos trabalhos que, mercê de encomendas recebidas, nela tinham sido executados. No mesmo sentido, Antonino Vaz de Macedo, em 1906, não poupa elogios à escola e ao seu director, não hesitando afirmar sobre ela que "*pode servir de modelo para as do nosso país e ser equiparada às similares no estrangeiro*"³³⁰.

³²⁴ LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Escola Industrial Marquez de Pombal... op. cit.*, p. 12.

³²⁵ Cf. ROSA, Elzira Machado, *Bernardino Machado, Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*, Lisboa, CCF, 1989.

³²⁶ Cf. Portaria de 02/05/1893; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 2, ofício nº 5017 de 04/05/1893, fl. 9.

³²⁷ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1893, sessão de 12 de Junho, p. 8.

³²⁸ Cf. Intervenções de Santos Viegas e do Ministro da Guerra, Pimentel Pinto, *Ibidem*, 1896, sessão de 12 de Março, pp. 577-578; Intervenção de Joaquim Telo, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, p. 922; intervenções Oliveira Matos, *Ibidem*, 1903, Apêndice à sessão de 10 de Março, pp. 21-23; Clemente Pinto, *Ibidem*, 1903, sessão de 18 de Abril, p. 17; Queirós Ribeiro, *Ibidem*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 8; Oliveira Simões, *Ibidem*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 9; Intervenção de Antonino Vaz de Macedo, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, p. 6.

³²⁹ Intervenção de Joaquim Telo, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, p. 922.

³³⁰ Intervenção de Antonino Vaz de Macedo, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, p. 6.

Marques Leitão substituíu, a partir de 1888, os inspectores da circunscrição do sul quando estes se ausentavam alguns dias, o que ocorreu, por exemplo, sempre que Fonseca Benevides, Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro se deslocavam para visitar as escolas³³¹. Na década seguinte, o director da escola Marquês de Pombal consolidou a sua influência e tornou-se um colaborador regular dos governantes e das instâncias responsáveis pelo ensino industrial. Em 1897, foi consultor de Augusto José da Cunha na elaboração do Plano de Organização das escolas industriais decretado no final desse ano³³².

O volume de matrículas da escola e o crédito conferido aos cursos nela ministrados, a par da ascendência pessoal de que gozava junto da tutela do MOPCI e do rei, levaram-no a fazer exigências, nem sempre encaradas de bom grado pelo inspector da circunscrição. Em 1897, Luciano Cordeiro colocou reservas ao pedido de Marques Leitão para que lhe fossem abonados cerca de 30\$000 réis para que a escola pudesse participar na Exposição do Ateneu Comercial de Lisboa. Argumentava o inspector que, se o ministro autorizasse aquela verba, teria de contemplar também "*as escolas Príncipe Real, Fradesso da Silveira, António Augusto Aguiar, Rainha D. Amélia e Rainha D. Maria Pia que se acham habilitadas e autorizadas a concorrer*"³³³. A escola Marquês de Pombal era a que detinha a maior dotação orçamental, absorvendo, em 1901-1902, por exemplo, 26% das verbas atribuídas à totalidade das escolas para despesas diversas e com material³³⁴.

A partir de 1900, Marques Leitão integrou o Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial e, em 1907, fez parte, tal como António Arroio, da comissão criada para estudar o desenvolvimento a dar ao ensino industrial. Foi incumbido de elaborar a brochura sobre as escolas da circunscrição do sul para a Exposição Universal de Paris de 1900, na qual foi agraciado com uma medalha de ouro, como colaborador, e foi-lhe cometida a autoria do capítulo sobre o ensino industrial e comercial da obra publicada pela secção portuguesa da Exposição Industrial do Rio de Janeiro de 1908³³⁵.

³³¹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI - 2ª secção, *Registo de correspondência expedida... op. cit.*; *Registo de comunicações... op. cit.*; Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*; Fundo do MOPCI, RI, *Registo de correspondência entrada (1895-1897)*.

³³² Cf. *Escola Industrial Marquês de Pombal... op. cit.*

³³³ AHMOP, Fundo do MOPCI, RI, *Registo de correspondência entrada (1895-1897)*, Livro nº 2, officio de 03/03/1897, fl. 58.

³³⁴ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI-REEI- 1ª secção, *Livro de Contas-correntes com as dotações orçamentais*, fls. 7-33. No ano lectivo de 1901-1902, a escola Marquês de Pombal teve uma dotação de 4.632\$000 réis num total de 17.900\$000 réis.

³³⁵ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel et commercial. Les écoles industrielles et de dessin industriel de la Circonscription du Sud*, s/l., Exposition Universelle de 1900 –Section

Marques Leitão tinha, ainda, contactos privilegiados com a Família Real, tendo sido escolhido, em 1899, para preceptor e professor dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel e, em 1903, estreitou os seus elos com a classe política ao aderir ao Partido Regenerador-Liberal de João Franco. Três anos mais tarde foi eleito deputado por esse partido, usando essa prerrogativa para propor a introdução de um curso novo, o de condutor de motores de explosão, para a escola Marquês de Pombal, que continuava a dirigir³³⁶.

Em 1909/10 a escola Marquês de Pombal tinha em funcionamento seis oficinas, três de trabalhos masculinos (Marcenaria/entalhador, Carpintaria e Serralharia), duas frequentadas pelos dois sexos (Pintura decorativa e encadernação) e uma de Lavoros Femininos. Para além do currículo completo das escolas industriais a escola oferecia, ainda, um curso livre de química e um curso de condutor de máquinas.

O grande prestígio de que Marques Leitão gozava junto do poder político permitiu-lhe não ser afectado, nem pelas alternâncias partidárias dos executivos monárquicos, nem pela implantação da República³³⁷.

Em suma, a análise da acção dos diversos responsáveis pela inspecção do ensino industrial nas escolas evidencia, em primeiro lugar, uma maior proficiência na circunscrição do sul do que na do norte, em especial no que se refere ao incremento da prática oficial. Em segundo lugar, sobressai uma convergência significativa entre os três primeiros inspectores do sul, Fonseca Benevides, Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro, quanto à valorização do ensino do desenho e da formação profissional para o sexo feminino. Neste sentido, fomentaram a abertura e manutenção de oficinas, as quais, embora designadas genericamente de Lavoros Femininos, abrangiam trabalhos diversificados. Para além da costura, corte e bordados, mais vulgarizados, contavam-se as rendas de bilros, a pintura decorativa aplicada a diversos materiais, os labores em couro, as flores de papel e pano e a cartonagem.

A frequência das escolas industriais pelas raparigas e mulheres era vista pelos

Portugaise, 1900; Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa – Inspecção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas obtidas pelos expositores de Portugal e pelos seus colaboradores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902; LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, "Ensino industrial e commercial", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal... op. cit.*, vol. 1, pp. 569-58.

³³⁶ Cf. Intervenção de Marques Leitão, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1907, sessão de 4 de Março, p. 3.

³³⁷ Cf. NÓVOA, António, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores... op. cit.*, pp. 707-708; RAMOS, Rui, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico... op. cit.* vol. 2, pp. 520-522. Após a implantação da República, entre outras funções que acumulou com a direcção da escola Marquês de Pombal, dirigiu a Escola Normal para o Ensino do Desenho (1922) e colaborou com Azevedo Neves na reforma do ensino industrial de 1918; cf. *Escola Industrial Marquês de Pombal... op. cit.*

inspectores como imprescindível à revitalização, modernização e aperfeiçoamento de sectores de produção, realizados por mulheres, que careciam atingir níveis de competitividade a fim de se imporem no mercado, ganhando nova e mais exigente clientela.

5. Uma análise sexuada da evolução da realidade escolar (1884-1910)

5.1. As escolas e a população discente

5.1.1. A rede escolar

O processo de fundação das escolas industriais e de desenho industrial, desencadeado por António Augusto Aguiar, decorreu entre 1884 e 1890, embora num ritmo descontínuo¹. A partir de 1891 algumas escolas foram encerradas ou criadas, mas estas alterações integraram-se já no processo de desenvolvimento e manutenção do sistema. Por opção metodológica, a análise que se segue sobre o progresso da rede escolar terá em conta a efectiva abertura das escolas e não a data da sua criação no papel, o que proporcionará uma articulação mais congruente com a evolução das matrículas estudada no capítulo seguinte².

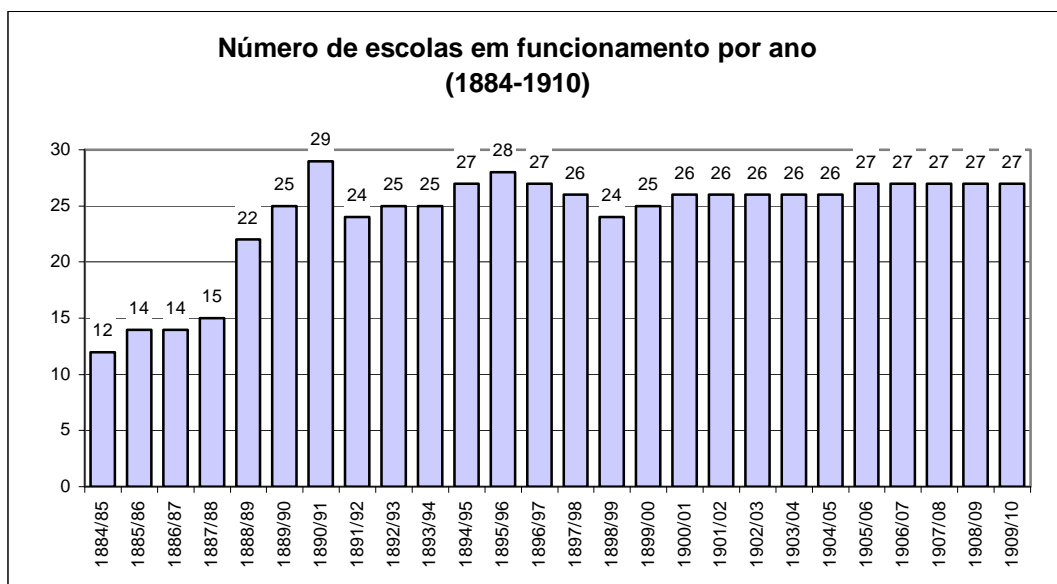
Como se pode observar no Gráfico 1, o arranque deste ensino, no ano lectivo de 1884/85, é assinalado pela inauguração de doze escolas, seguindo-se um período de aumento moderado até 1888/89. Nesse ano, a abertura de sete novas escolas representa um acréscimo significativo (47%), mercê da acção de Emídio Navarro. Inicia-se um período ascendente até ao ano lectivo de 1890/91, durante o qual funcionaram vinte e nove escolas, valor que não seria superado, nem repetido, até ao final da monarquia constitucional. O número de estabelecimentos sofre uma quebra em 1891/92, reflectindo o encerramento de escolas determinado pelos objectivos de contenção orçamental da

¹ Para o estudo da evolução, entre 1884 e 1910, da rede escolar para ambos os sexos e da respectiva procura, traduzida em matrículas, optou-se por não distinguir as escolas de desenho industrial das industriais. Como a dupla nomenclatura não se aplica a todo o período analisado (entre 1891 e 1897 todas as escolas são industriais) considerou-se mais adequado o uso da expressão *escolas industriais* para englobar também as escolas de desenho industrial nos anos em que essa distinção vigorou. Verificou-se, também, que, ao longo do período em estudo, o mesmo patrono foi utilizado, em períodos diferentes, para apelidar escolas distintas e que algumas escolas, ao reabrirem, assumiram um novo nome. Estabeleceu-se, pois, como critério preferencial de identificação das escolas a localidade em que se situam, sendo que no caso de Lisboa e Porto, as únicas cidades que tiveram mais de uma escola industrial, se torna necessário indicar também o nome.

² Todos os dados estatísticos apresentados neste capítulo resultam da consulta das seguintes fontes: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Annaes de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Commercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905... op. cit.*; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1906-1910... op. cit.*; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

reforma de João Franco, decretada em Outubro de 1891. Segue-se um período de oscilações até ao ano lectivo de 1900/01, a partir do qual o número de escolas estabiliza, somando vinte e seis até 1904/05 e, no ano seguinte, atingindo um total de vinte e sete, que se manteve até ao final do período em estudo. Em síntese, a análise evolutiva mostra um primeiro período de arranque e crescimento (1884/85 – 1890/91), a que se segue um certo desinvestimento e recuperação hesitante (1891/92 – 1899/00) e, por fim, uma fase de estabilidade, indiciadora de alguma consolidação do sistema, mas, também, da falta de empenhamento no seu crescimento (1900/01 – 1909/10).

GRÁFICO 1

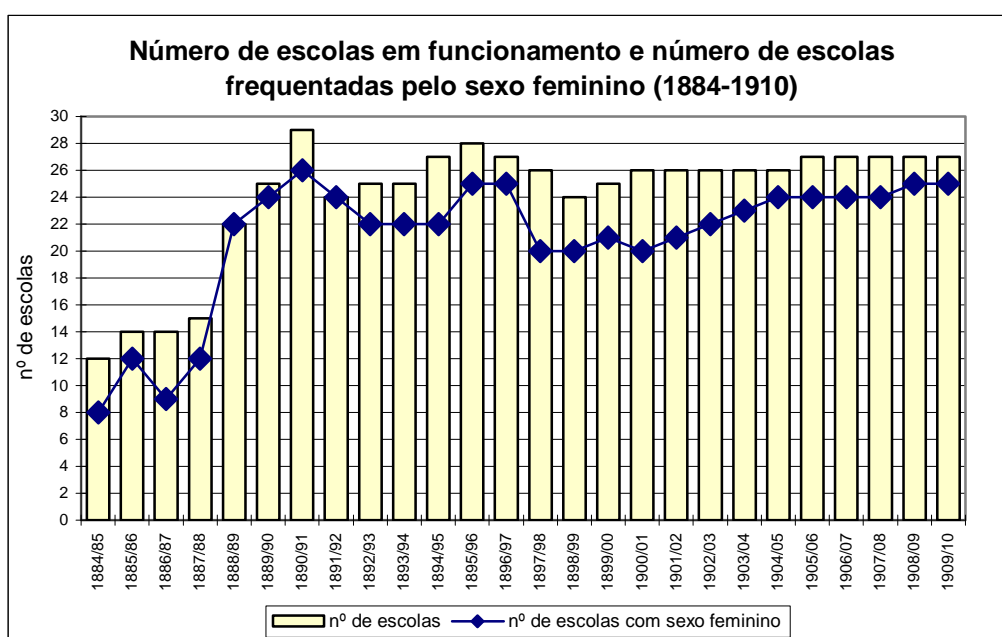


Os esforços dos primeiros ministros das Obras Públicas, com especial destaque para António Augusto Aguiar e Emídio Navarro, lograram abrir vinte e nove escolas até 1890/91, na senda do incremento de um ensino profissional assente no desenho aplicado às indústrias, promovido noutros países da Europa, como a França, a Alemanha, a Bélgica, a Inglaterra e a Suíça. O facto de, vinte anos mais tarde, a rede das escolas industriais não ter voltado a alcançar aquele número reflecte, em termos relativos, a incapacidade de investimento dos executivos governamentais nesta modalidade de ensino. Esta, todavia, era proclamada nos discursos da época como a pedra basilar do progresso industrial e económico do país. Na prática, a aposta na formação de profissionais qualificados para os diversos ramos da actividade industrial, mormente no que respeita ao *design* (como actualmente se designa) aplicado à indústria fabril ou

artesanal, não constituiu uma prioridade em Portugal. Em inícios do século XX, Manuel Borges Graíinha denunciava, ainda, os diminutos efeitos daquela oferta escolar³.

As escolas industriais foram, como se sabe, frequentadas por elementos do sexo feminino (crianças, jovens e adultas, tal como sucedia com o sexo masculino) desde o seu início⁴. O Gráfico 2 permite constatar o quão expressiva foi essa realidade durante todo o período que decorre entre o início de funcionamento das escolas e a implantação da República.

GRÁFICO 2



A linha que representa o número de escolas frequentadas pelo sexo feminino situa-se sempre muito próxima do topo das barras indicadoras da totalidade das escolas em funcionamento. Apesar de algumas variações, a incorporação do sexo feminino foi acompanhando a evolução da rede escolar ao longo dos anos, destacando-se o acréscimo verificado em 1888/89, ano em que a totalidade das escolas é frequentada por raparigas. Constata-se, pois, que não só as novas escolas, como algumas das anteriores, incluíram o sexo feminino. Apesar da sua permanência na totalidade das escolas não se ter mantido (só se repetiria em 1891/92), o número de escolas sem a sua presença nunca ultrapassou o máximo de seis, atingido em 1897/98 e 1900/01. A partir deste último

³ Cf. GRAINHA, Manuel Borges, *A instrução secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Typographia Universal, 1905.

⁴ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

ano, à estabilidade da rede escolar contrapõe-se a tendência ascendente da linha das escolas frequentadas pelo sexo feminino.

Para poder identificar com rigor a evolução de cada uma das escolas durante o período considerado, em termos de funcionamento e de presença feminina, construiu-se o Quadro III. Nele se pode constatar que entre 1884 e 1910 abriram trinta e cinco estabelecimentos, vinte e um na circunscrição do sul e catorze na do norte, os quais nunca lograram estar activos em simultâneo, como se viu pelo total máximo de vinte e nove atingido num dos anos.

QUADRO III

Evolução do funcionamento das escolas industriais (1884-1910)

IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS		1884/85	1885/86	1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	
Circunscrição do Sul	Alenquer							+																				
	Angra Heroísmo							+															+	+	+	+	+	+
	Batalha								+																			
	Caldas da Rainha																											
	Covilhã	+	+	+	+																							
	Faro																											
	Funchal																											
	Lagos																											
	Leiria																											
	Lisboa - R. Sampaio																											
	Lisboa - Príncipe Real																											
	Lisboa - M. de Pombal	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Lisboa - Gil Vicente																											
	Lisboa - A. Domingues	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Peniche																											
	Ponta Delgada																											
	Portalegre																											
	Setúbal																											
	Tomar																											
Torres Novas																												
Viana Alentejo																												
Circunscrição do Norte	Aveiro																											
	Braga																											
	Bragança																											
	Chaves																											
	Coimbra	+																										
	Figueira da Foz																											
	Guimarães	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
	Matosinhos																											
	Porto - Faria Guimarães	+	+																									
	Porto - Inf. D. Henrique																											
	Viana do Castelo																											
	Vila Nova Gaia Manuel	+																										
	Vila Real																											
	Viseu																											
Nº total de escolas		12	14	14	15	22	25	29	24	25	25	27	28	27	26	24	25	26	26	26	26	26	27	27	27	27	27	
Nº de escolas com sexo feminino		8	12	9	12	22	24	26	24	22	22	22	25	25	20	20	21	20	21	22	23	24	24	24	24	25	25	

LEGENDA: ■ escola frequentada pelo sexo masculino; □ escola frequentada pelo sexo feminino

Sublinhe-se que a maior parte das escolas criadas subsistiu até ao final da monarquia constitucional. Apenas seis escolas foram encerradas definitivamente (Gil Vicente em Lisboa, Torres Novas, Alenquer, Bragança, Matosinhos e Chaves). Em relação à sucursal de Leiria na Batalha, embora tenha deixado de constar separadamente nas estatísticas, continua a ser referida na legislação, inclusive no decreto de 1901, última reforma anterior à República⁵. A escola Rodrigues Sampaio tornou-se em exclusivo uma escola preparatória para os Institutos, com um currículo distinto das escolas industriais, a partir da reforma de 1897⁶. Três outras sofreram interrupções mais ou menos prolongadas, mas qualquer delas logrou reabrir e encontrava-se em exercício nos últimos anos do período em estudo (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Figueira da Foz). Em termos globais, não considerando as vicissitudes destes três últimos casos, 77% dos estabelecimentos criados mantiveram-se até 1909/10, o que reflecte uma relativa estabilidade do sistema, não obstante terem sido decretadas diversas reformas e reorganizações das escolas com efeitos circunstanciais consideráveis.

Note-se que a completa ausência do sexo feminino só ocorreu na escola de Matosinhos, a qual só funcionou durante dois anos lectivos. A presença de mulheres nas escolas mostra-se, pois, generalizada ao conjunto de estabelecimentos, embora protelada nuns e irregular noutros. Observam-se períodos de interrupção, seja pontuais, por apenas um ano lectivo – caso das escolas da Covilhã, do Funchal, Afonso Domingues em Lisboa, Infante D. Henrique no Porto –, seja repetidos ou de maior duração – como as escolas das Caldas, de Tomar, de Coimbra, de Braga, de Viana do Castelo, de Vila Real, de Viseu, Passos Manuel, em Vila Nova de Gaia e Faria Guimarães, no Porto. Nesta última, acabaria por se verificar o abandono definitivo por parte do sexo feminino. Nas escolas de Alenquer, Torres Novas e Gil Vicente em Lisboa, o abandono feminino precedeu o encerramento das mesmas, ocorrido nos anos seguintes. Nos casos de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Figueira da Foz só não houve frequência feminina nos anos em que as respectivas escolas não funcionaram, pelo menos no quadro do ensino industrial tutelado pelo MOPCI. Em relação à escola de Aveiro, só um levantamento estatístico para além das balizas cronológicas deste estudo permitirá saber se a ausência de elementos do sexo feminino no ano lectivo de 1909/10 foi pontual ou de carácter definitivo⁷.

⁵ Cf. Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901.

⁶ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283, 15/12/1897. A partir deste ano, dado que o currículo da escola Rodrigues Sampaio deixou de incluir os cursos das escolas industriais, optou-se por não a considerar neste estudo, pois nele não se aborda o ensino nos institutos ou nos cursos específicos de acesso aos mesmos, os quais, no Porto, funcionavam no próprio Instituto.

⁷ Em 1917 mantinham-se oficinas de Liores Femininos nas escolas da Covilhã, Faro, Funchal, Leiria, Afonso

Sistematizando, das vinte e sete escolas que se mantinham em actividade no ano lectivo de 1909/10, vinte e cinco (93%) eram frequentadas pelos dois sexos e 80% destas registavam elementos femininos desde a respectiva abertura. Em suma, poucas foram as escolas industriais onde as raparigas e mulheres estiveram completamente ausentes, não obstante a dissonância entre os objectivos do ensino que nelas era ministrado e a consolidação progressiva do discurso da domesticidade, que conformava a função social atribuída às mulheres.

A análise do Quadro III permite, ainda, constatar que o facto de se manter o mesmo número de escolas de um ano para o outro não significa que não tenha havido o encerramento de uma e a abertura de outra em sua substituição. Completado o período inicial de estabelecimento das escolas, em 1890/91, as primeiras alterações fizeram-se sentir com a reforma de 1891 de João Franco, que ocasionou o encerramento de cinco escolas (Angra do Heroísmo, Chaves, Matosinhos, Figueira da Foz e Gil Vicente em Lisboa)⁸.

A recuperação nos anos seguintes deveu-se, por um lado, à passagem da escola primária superior Rodrigues Sampaio, criada pela Câmara Municipal de Lisboa, para o Estado e à sua subsequente reorganização e integração no sistema de ensino industrial, em 1892 e 1893, e, por outro lado, ao estímulo conferido por Bernardino Machado, em 1893, à assinatura de protocolos com entidades locais com vista a criar novas escolas⁹. A esta orientação se deveu, em 1893/94, a reabertura da escola da Figueira da Foz e a criação da escola de Aveiro e, em 1894/95, da escola-oficina de Viana do Alentejo. Neste último ano, a 2ª secção da escola Rodrigues Sampaio autonomizou-se com o nome de escola do Príncipe Real. As reformas ulteriores não se repercutiram directamente no encerramento de escolas. A escola de Alenquer fechou por falta de matrículas (1898/99) e pelo mesmo motivo a escola de Torres Novas foi transferida para Lagos (1904/05)¹⁰. A aula da Batalha não foi encerrada, apenas deixou de constar separadamente das estatísticas, e a escola Rodrigues Sampaio deixou de ministrar os

Domingues (em Lisboa), Portalegre, Porto, Viseu e Lagos (esta também com oficina de rendas) e funcionavam cursos de Lavoros Femininos e Rendas, com cinco anos de duração, em Peniche e Setúbal; cf. VAZ, Mário (coligido por), *O ensino industrial em Portugal*, Lisboa, Pedro Bordallo Pinheiro, 1917.

⁸ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n.º 227 de 09/10/1891.

⁹ Cf. Decreto de 06/05/1892, *Diário do Governo*, n.º 103 de 09/05/1892; Decreto de 10/09/1892, *Diário do Governo*, n.º 212 de 20/09/1893; Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo*, n.º 226 de 06/10/1893; Aditamento à Tabela n.º 2 do decreto de 05/10/1893, "Organização da escola «Rodrigues Sampaio»", de 14/10/1893, in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação ... op. cit.*; Portaria de 28/10/1893, *Diário do Governo*, n.º 273 de 01/12/1893.

¹⁰ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1904-1905... op. cit.*

cursos das escolas industriais a partir de 1897, como atrás foi exposto¹¹.

Verificou-se, pois, que apenas com João Franco, em 1891, houve uma decisão de encerramento de um conjunto de escolas. A falta de inscrições foi a causa do fecho nos restantes casos. A reabertura de algumas escolas e a inauguração de outras, contrabalançou, em parte, o défice, mas não foi suficiente para alargar a rede escolar.

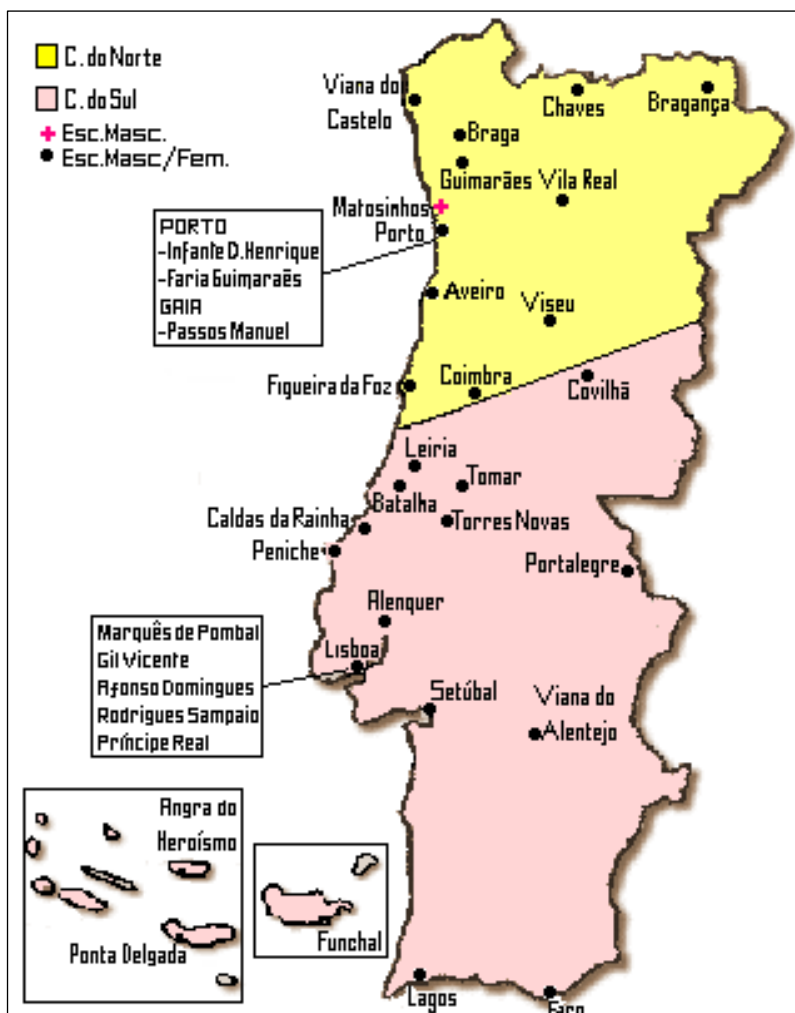
No período entre 1884 e 1910, foram, ao todo, vinte e nove as localidades contempladas com este tipo de estabelecimentos de ensino. Apenas Lisboa e Porto detiveram mais de uma escola. Embora, como já se viu, as escolas não tenham funcionado todas em simultâneo, considerou-se pertinente analisar a distribuição geográfica da totalidade

das escolas que funcionaram neste período, construindo-se, para o efeito, o Mapa A¹².

Ressaltam, da leitura do Mapa A, a reduzida dimensão geográfica da circunscrição do norte em relação à do sul e, nesta, a ausência de escolas no Baixo Alentejo, região que não foi visivelmente considerada prioritária, na época, para a implementação de um ensino desta natureza.

O vazio espacial criado por esta situação reduz o desequilíbrio geográfico entre as duas

MAPA A
Escolas industriais (1884-1910)



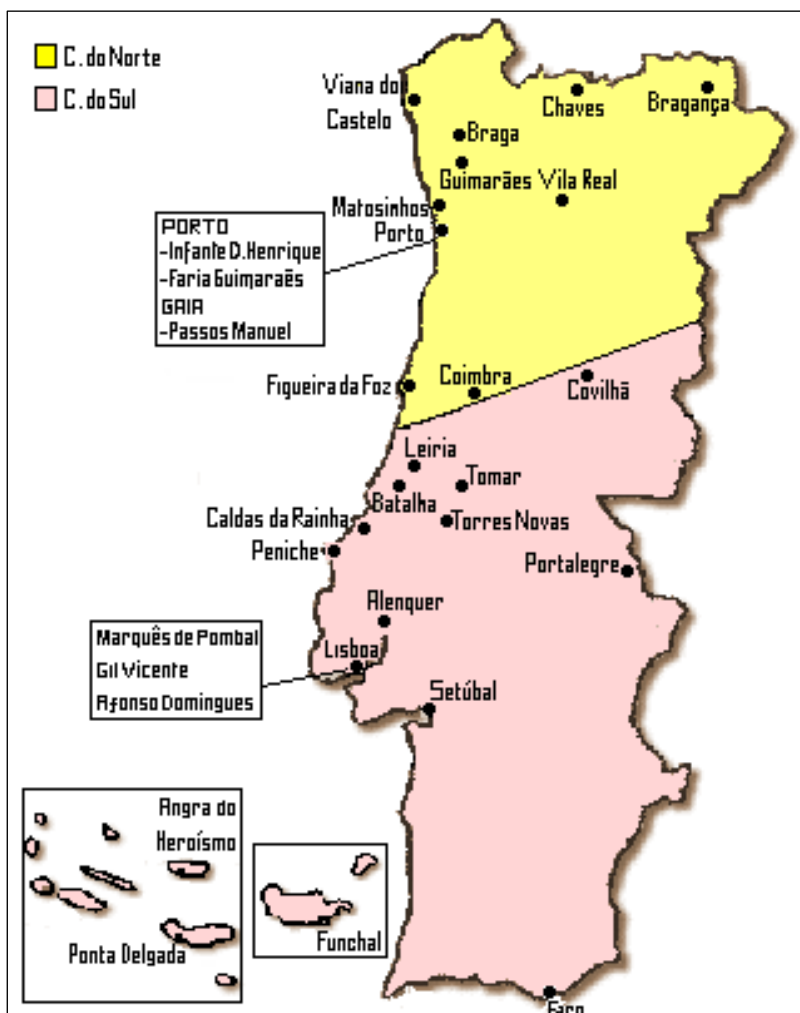
¹¹ Ver nota 2 deste capítulo.

¹² O Mapa A inscreve todas as localidades onde existiram escolas do ensino industrial entre 1884 e 1910, independentemente do período de funcionamento de cada uma delas.

circunscrições, abrangendo a do sul a capital e mais dezasseis localidades, incluindo três dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, e a do norte a cidade do Porto e outras onze localidades. Apesar do peso do litoral (38,5%) no conjunto das localidades, verifica-se um esforço de distribuição das escolas existentes pelas diversas províncias do território nacional continental. Recorde-se que, à excepção da escola de Matosinhos, todas as outras registaram a frequência de elementos do sexo feminino, ou seja, é inegável a generalização do acesso de raparigas e mulheres à oferta disponível de escolas industriais a nível nacional.

MAPA B

Escolas industriais (1890/91)



Tendo em conta a abertura e o encerramento de estabelecimentos, afigura-se relevante, para melhor compreender a implementação do ensino industrial, apurar as repercussões daquelas alterações no espaço geográfico nacional. Os Mapas B e C permitem comparar a rede escolar em dois anos relevantes no período em estudo: 1890/91 (termo do período inicial de criação das escolas) e 1909/10 (último ano lectivo antes da implantação da República).

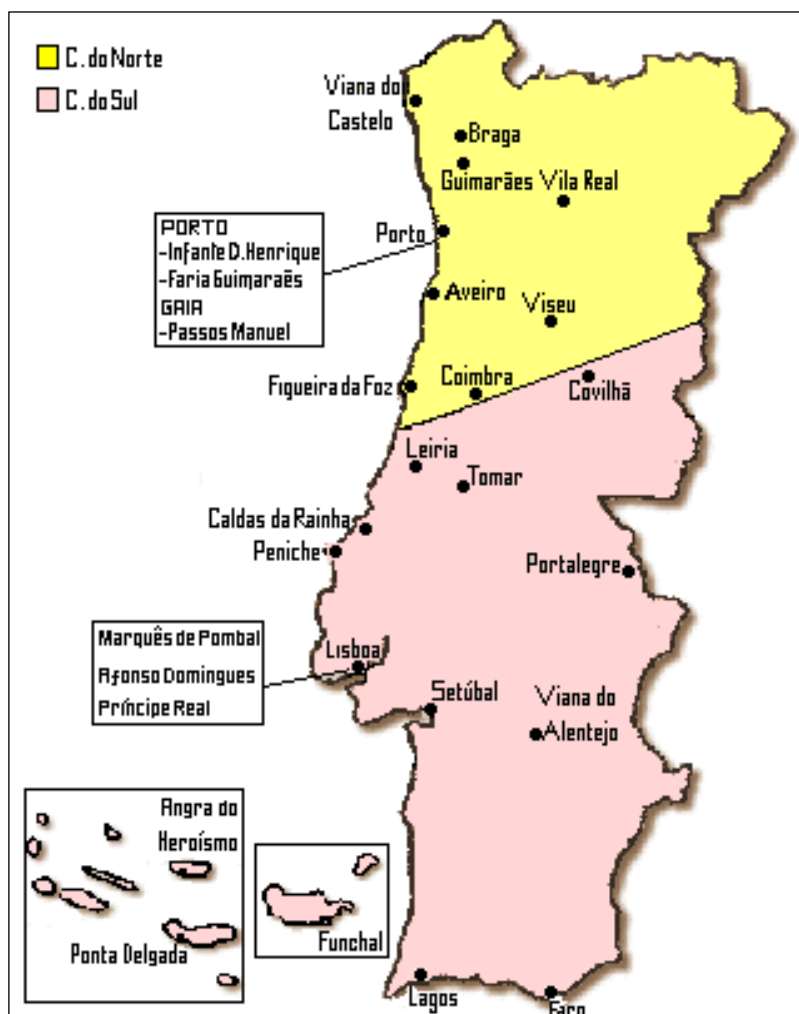
Em termos meramente quantitativos, os dois anos considerados assemelham-se: vinte e cinco localidades em 1890/91 e vinte e três em 1909/10. É, porém, a sua distribuição geográfica que revela diferenças mais visíveis entre os dois anos em comparação.

No Mapa B sobressai, claramente, a aglomeração de localidades com escolas industriais em duas áreas distintas e separadas entre si. Uma situa-se a norte, da costa atlântica (Porto, Matosinhos, Viana do Castelo) ao nordeste transmuntano (Bragança), e a outra localiza-se na zona central do país, ocupando uma faixa transversal delimitada, a norte, por Figueira da Foz, Coimbra e Covilhã e, a sul, por Setúbal, no litoral, e Portalegre, no interior. Entre uma e outra estende-se uma larga clareira da orla marítima à fronteira com Espanha. A sul da linha Setúbal – Portalegre alonga-se uma área ainda maior, correspondente à quase totalidade do Alentejo, sem qualquer estabelecimento de ensino industrial. Faro, no sul algarvio, é um enclave isolado, tal como o são Angra do Heroísmo e Ponta Delgada no arquipélago dos Açores e Funchal no da Madeira. No Mapa C, a distribuição das localidades mostra-se mais disseminada, reduzindo-se a dimensão das áreas geográficas não abrangidas por esta rede escolar. Permanecem, todavia, três superfícies desprovidas de escolas, o Baixo Alentejo, a zona interior da Estremadura e do Ribatejo e o norte e nordeste interiores.

Na circunscrição do sul, a abertura das escolas de Viana do Alentejo (segunda presença no interior da província alentejana, mas bem mais a sul, a raiar o Baixo Alentejo) e de Lagos (no barlavento algarvio) traduziu-se num certo reforço da rede escolar ao sul do Tejo. Em simultâneo, o encerramento das escolas de Alenquer e de

MAPA C

Escolas industriais (1909/10)



Torres Novas reduziu a cobertura do interior da Estremadura e do Ribatejo. Na circunscrição do norte a configuração modifica-se significativamente, pois a extinção das escolas de Chaves e de Bragança excluiu da rede escolar a zona do extremo norte e do nordeste enquanto as novas escolas de Aveiro e de Viseu conferiram continuidade geográfica entre o norte e o centro do país. No seu conjunto, estas alterações ocasionaram uma disposição mais esparsa no espaço do território continental e, portanto, um pouco menos desequilibrada. Nos arquipélagos da Madeira e dos Açores não se observam mudanças.

A deslocalização de escolas não estorvou a frequência feminina, pois em 1909/10, só em Aveiro não se registaram matrículas de alunas, situação que pode ter sido casual, como atrás se aventou com base na ininterrupção dos anteriores treze anos. Embora uma das escolas do Porto, a Faria Guimarães, tenha deixado, definitivamente, de integrar mulheres a partir de 1899/1900, a escola Infante D. Henrique, na mesma cidade, bem como a de Gaia preencheram essa lacuna naquele pólo urbano.

Em suma, não obstante a rede de escolas industriais, nas vésperas da República, se afigurar diminuta, em virtude da falta de crescimento efectivo, já assinalada no início deste capítulo, houve matrículas de raparigas em todas as localidades com oferta deste ensino (ver Mapa C) ¹³.

As escolas industriais tiveram, não só períodos de duração distintos, como importâncias diferenciadas em função do respectivo volume de matrículas. A análise da evolução da afluência de cada um dos sexos ao conjunto das escolas e a cada uma delas permitirá identificar algumas das especificidades que marcaram o processo de implementação do ensino industrial no território português.

5.1.2. A afluência feminina e masculina às escolas

A disparidade entre os valores estatísticos constantes das diferentes fontes coevas não permite obter cifras definitivas das matrículas nas escolas industriais. A esta dificuldade acresce a de destrinçar o número de discentes do número de matrículas. Como o sistema de matrícula funcionava, no período estudado, por disciplina e não por ano do curso, nas escolas industriais com um currículo mais completo só é possível identificar o número de indivíduos quando os documentos os referem, explicitando o "número de alunos contados individualmente". Apesar da legislação, a partir de 1897,

¹³ Com a ressalva, já aludida, da escola de Aveiro.

ter passado a prever expressamente que os alunos ordinários se inscrevessem por ano, os voluntários continuavam a matricular-se por disciplina¹⁴. Os dados quantitativos apresentados neste estudo resultaram de um minucioso cotejo do conjunto de fontes disponíveis, com especial relevo para os Relatórios dos Inspectores das escolas e para o Anuário Estatístico de Portugal¹⁵. Os dados mais fiáveis são, indiscutivelmente, os que provêm da consulta directa dos livros de matrículas, pelo seu carácter nominativo. Porém, os estudos monográficos sobre escolas industriais escasseiam e nem todos divulgam os dados provenientes da consulta directa dos livros das escolas e, ainda menos, desagregados por sexo. Nos casos que satisfizeram estes requisitos, optou-se por se lhes dar preferência em relação às outras fontes¹⁶. Assim, os valores de matrículas a seguir apresentados, beneficiando das correcções proporcionadas pelas investigações realizadas até ao momento, aproximam-se com maior rigor do número efectivo de discentes de cada um dos sexos¹⁷.

Nas escolas industriais registou-se, entre 1884 e 1910, um total de 99 632 matrículas, sendo 83 130 do sexo masculino e 16 502 do sexo feminino, o que corresponde a uma taxa de feminização de 16,6%, como se observa no Gráfico 3. Esta taxa não é irrelevante para o ensino em questão, se se tiver em conta que as taxas registadas para o ensino primário eram de 30,2% em 1883/84, 35,5% em 1899/00 e 39,2% em 1909/10¹⁸.

Analisando as flutuações do total de matrículas, patente no Gráfico 4, identifica-se uma primeira fase ascendente, marcada pela irregularidade, entre 1884/85 e 1896/97. Esta tendência crescente está associada ao aumento do número de escolas, sobretudo na fase de arranque do ensino nas escolas industriais.

¹⁴ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897, e Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901.

¹⁵ As fontes que sustentam os dados estatísticos analisados neste capítulo foram já enumeradas na nota 2 do capítulo 5.1.1.. Para o período entre 1884/85 e 1890/91 privilegiaram-se os dados constantes dos Relatórios dos Inspectores das escolas industriais e de desenho industrial das Circunscrições do Sul e do Norte. No ano lectivo de 1891/92 só existe Relatório do inspector para as escolas industriais e de desenho industrial da Circunscrição do Norte. No mesmo ano, as escolas da circunscrição do Sul só são referidas nos *Annaes de Estatística*. No ano lectivo de 1892/93, os dados fornecidos pelos *Annaes de Estatística* e pelo *Anuário Estatístico* não são coincidentes. Optou-se pela última fonte por garantir maior continuidade para o período considerado, pois é a única fonte disponível para o período de 1893/94 a 1909/10.

¹⁶ Cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque...* *op. cit.*; DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola...* *op. cit.*; PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino...* *op. cit.*

¹⁷ Os quadros 6.1., 6.2. e 6.3., do Anexo 6, contêm toda a informação estatística recolhida respeitante às matrículas nas escolas entre 1884 e 1910, a partir da qual se construíram os instrumentos de leitura e análise utilizados neste capítulo. Sempre que as fontes consultadas o permitiram, foi contabilizado o número de alunos/as contados/as individualmente, tendo sido devidamente assinalados nos quadros referidos os casos em que tal identificação não foi possível.

¹⁸ Cf. ARAÚJO, Helena Costa, *Pioneiras na Educação...* *op. cit.*, pp. 76 e 187.

GRÁFICO 3

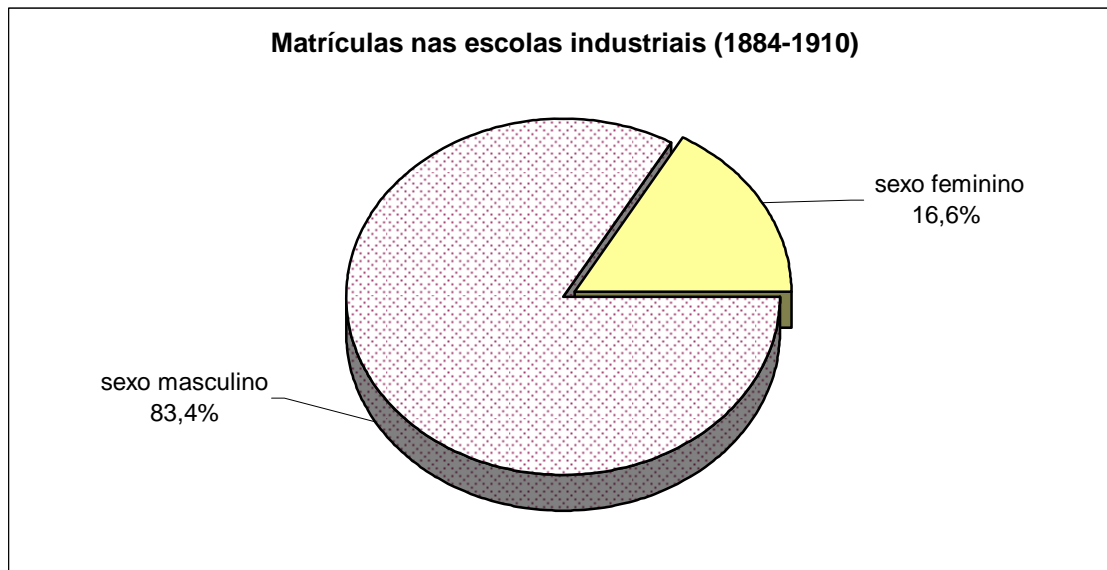
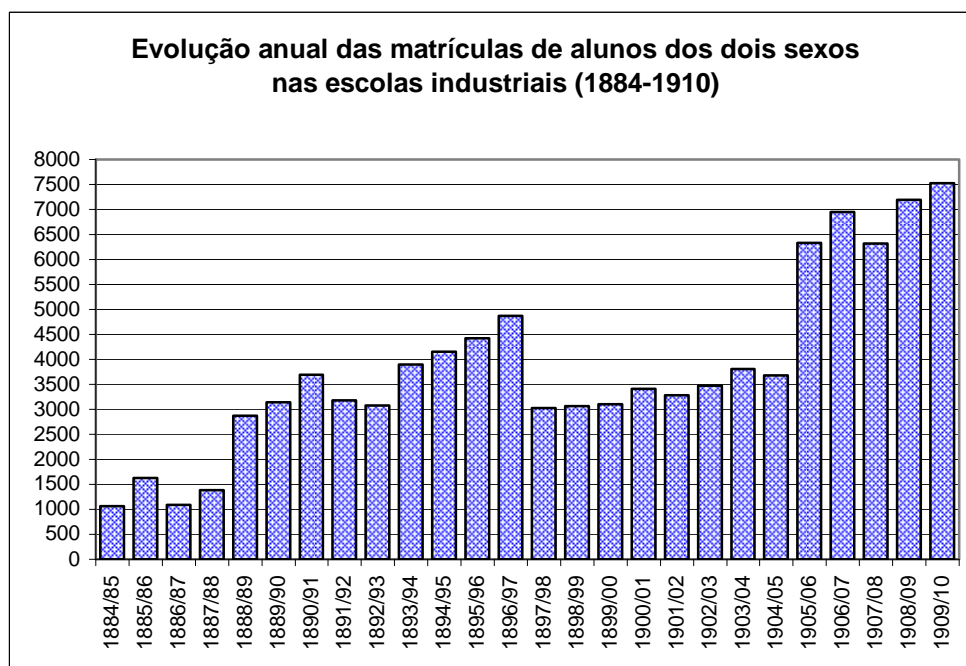


GRÁFICO 4



Os anos de quebra (1886/87 e 1891/92) coincidem com as reformas de Emídio Navarro (1886) e de João Franco (1891) respectivamente¹⁹. No primeiro caso, todavia, outros factores terão sido mais determinantes na quebra do número de discentes. Em primeiro lugar, os valores de 1886/87, dizem respeito, explicitamente, a indivíduos,

¹⁹ Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* n° 34, 14/02/1887 e Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n° 227 de 09/10/1891.

enquanto que os dos dois anos anteriores, em algumas escolas, correspondem a matrículas e, portanto, podem representar por excesso a frequência das escolas. Em segundo lugar, algumas escolas acusaram uma redução de matrículas, sobretudo na circunscrição do norte (as duas do Porto e a de Braga), embora nas Caldas e na Covilhã, no sul, também se tenha verificado um ligeiro decréscimo²⁰. No segundo caso, as alterações decorrentes da Reforma de João Franco, em especial a extinção de escolas, influíram de modo mais inequívoco na baixa assinalada.

A fractura registada em 1897/98 é visivelmente acentuada e de efeito prolongado, pois segue-se-lhe uma fase de estagnação com a duração de oito anos. Mais uma vez se presencia a coincidência com uma reforma, a de Augusto José da Cunha (1897)²¹. Em 1905/06 regista-se um aumento considerável que introduz uma nova fase de crescimento. Nenhuma reforma, porém, antecede directamente o início desta fase e o total de escolas passou apenas de vinte e seis para vinte e sete como se viu no capítulo anterior²². Note-se, contudo, que este crescimento pode estar inflacionado, pois neste período os dados relativos a nove escolas reportam-se a matrículas e não expressamente a indivíduos²³.

Com o objectivo de analisar como se processou a evolução, entre 1884 e 1910, do número de matrículas do sexo feminino face aos totais anuais, construiu-se o Gráfico 5. Optou-se por uma escala semi-logarítmica para tornar relacionáveis as duas séries de dados, cuja ordem de grandeza é bastante díspar. Esta escala oferece também a vantagem de permitir identificar e comparar tendências, pois representa graficamente o peso relativo da variação numérica. As linhas de tendência linear relativas a cada uma das séries de dados revelam que o respectivo diferencial se reduz ao longo do período considerado, reflectindo uma taxa de crescimento das matrículas do sexo feminino ligeiramente superior à do total de matrículas. Por outras palavras, a frequência de mulheres nas escolas industriais não só se mantém ao longo dos vinte e seis anos lectivos estudados, como se reforça.

No contexto do total de matrículas, a evolução do sexo feminino exhibe uma configuração semelhante, com a diferença de ter invertido de modo acentuado a fase

²⁰ Consultar Quadros 6.1. e 6.2. do Anexo 6.

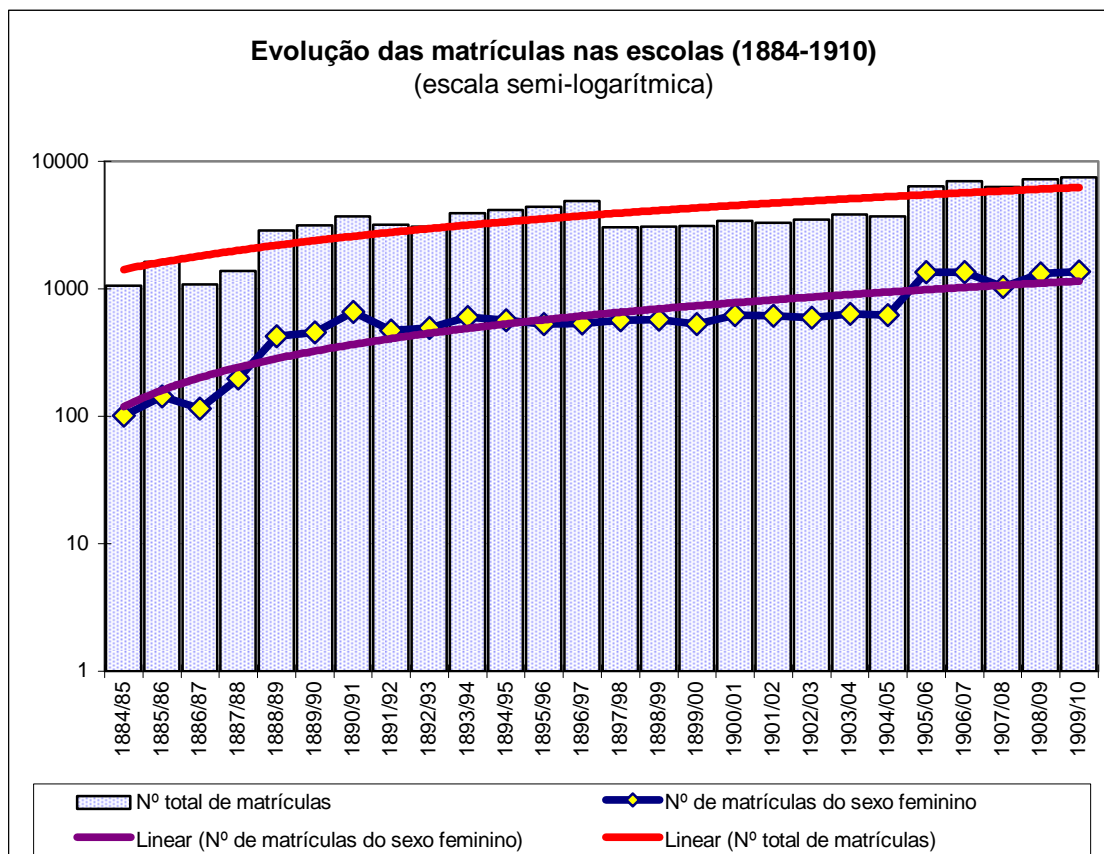
²¹ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283, 15/12/1897.

²² Ver Capítulo 5.1.1., em particular o Gráfico 1.

²³ As fontes disponíveis para este período não facultam os dados relativos aos "*alunos contados individualmente*"; a discrepância entre o número de matrículas e o número de discentes só se verifica nas escolas industriais com maior número de disciplinas, neste caso nove do total de escolas em funcionamento (consultar Quadros 6.1. e 6.2. do Anexo 6).

ascendente inicial, em 1891/92, coincidindo com os efeitos da Reforma de João Franco (1891), dando lugar a uma fase de inalterabilidade mais longa.

GRÁFICO 5



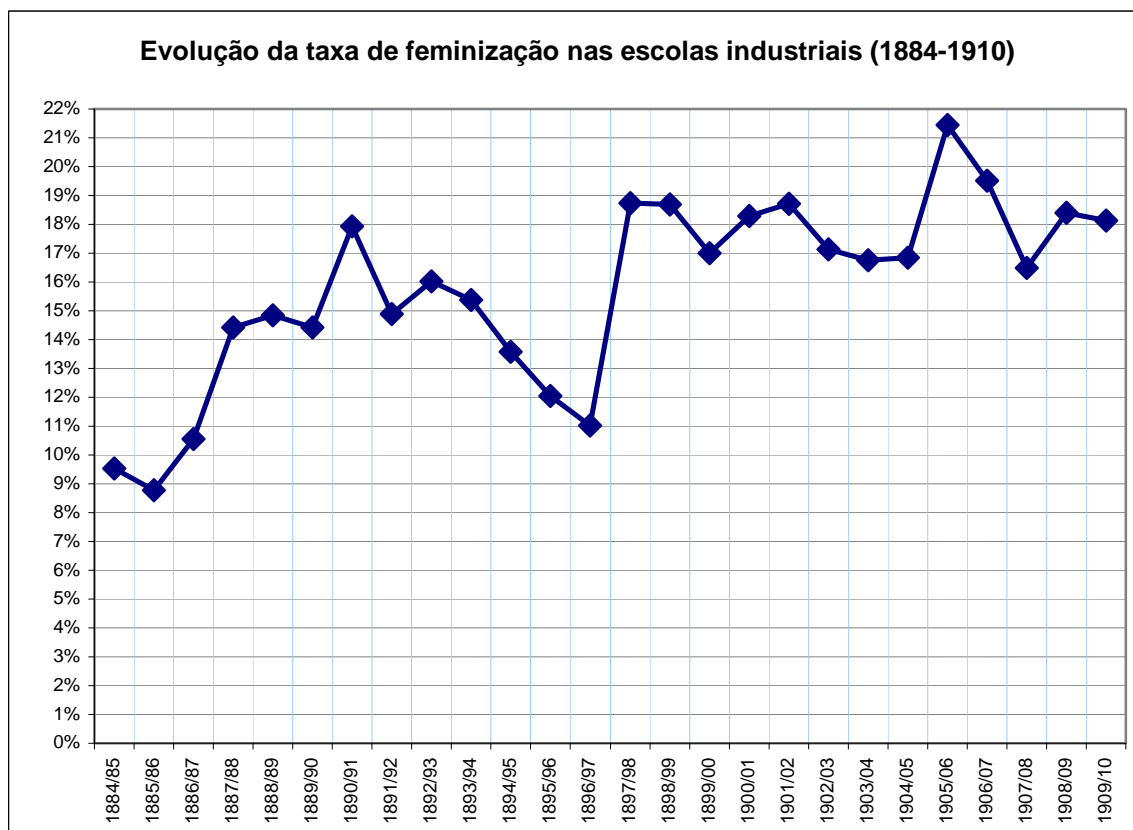
A leitura global realizada sugere que algumas reformas do ensino industrial tiveram uma influência significativa nos ritmos de frequência das escolas, a qual, no entanto, se revelou distinta em função do sexo, questão que se procurará aprofundar.

O Gráfico 6, que expressa a evolução da taxa de feminização ao longo do período em estudo, permite aferir a proporção das matrículas femininas face ao total e, portanto, o peso de cada um dos sexos na frequência das escolas. A linha, bastante irregular, mostra, todavia, uma tendência ascendente, o que confirma o crescimento progressivo, embora moderado, do peso relativo das alunas nas escolas e a correspondente redução do peso dos alunos.

A afirmação da presença feminina nas escolas industriais é significativa, tendo em conta que as sucessivas alterações legislativas foram circunscrevendo, gradualmente, o ensino para o sexo feminino aos cursos específicos de labores e de rendas. Foi precisamente após a eliminação dos cursos industriais para o sexo feminino

(1897) que as taxas de feminização recuperaram e se estabilizaram em valores mais elevados, tendo atingido 21,4% em 1905/06.

GRÁFICO 6



A inversão do crescimento em 1891/92, já constatada pela leitura do Gráfico 4, traduz-se numa quebra muito acentuada e longa (até 1896/97) da taxa de feminização. Entre 1891 e 1893, a redução do número de alunas foi, proporcionalmente, muito superior à redução do número de alunos, aumentando, em consequência, o diferencial entre os dois sexos. O período de recuperação e de relativa estabilidade do número de matrículas femininas, entre 1892/93 e 1904/05, que se observara no Gráfico 5, continuou a ser marcado pela baixa da taxa de feminização até 1896/97. Isto significa que, apesar do número de matrículas do sexo feminino não apresentar alterações expressivas, o seu peso relativo variou em função do aumento das matrículas dos seus colegas masculinos. A leitura das oscilações da taxa de feminização precisa ser cotejada com a evolução dos valores numéricos respeitantes aos dois sexos, a fim de poder ser interpretada.

Como se pode ler no Quadro IV, no período de arranque do ensino nas escolas industriais, entre 1884/85 e 1890/91, a taxa de feminização quase duplica, passando de 9,5% para 17,9%. Sublinhe-se, ainda, que este aumento da percentagem das mulheres, no conjunto dos matriculados, representa um acréscimo do número de alunas superior a 550%. Isto significa que, num período de considerável alargamento da rede escolar, a

QUADRO IV
Evolução anual das matrículas e da taxa de feminização nas escolas industriais (1884-1910)

	Nº de matrículas do sexo feminino	Nº de matrículas do sexo masculino	Nº total de matrículas	Taxa de Feminização
1884/85	101	959	1060	9,5%
1885/86	143	1488	1631	8,8%
1886/87	115	974	1089	10,6%
1887/88	199	1180	1379	14,4%
1888/89	427	2450	2877	14,8%
1889/90	453	2686	3139	14,4%
1890/91	662	3029	3691	17,9%
1891/92	473	2706	3179	14,9%
1892/93	494	2588	3082	16,0%
1893/94	600	3302	3902	15,4%
1894/95	564	3590	4154	13,6%
1895/96	532	3888	4420	12,0%
1896/97	536	4331	4867	11,0%
1897/98	568	2464	3032	18,7%
1898/99	572	2488	3060	18,7%
1899/00	527	2571	3098	17,0%
1900/01	623	2783	3406	18,3%
1901/02	615	2672	3287	18,7%
1902/03	595	2880	3475	17,1%
1903/04	638	3168	3806	16,8%
1904/05	621	3064	3685	16,9%
1905/06	1358	4975	6333	21,4%
1906/07	1356	5592	6948	19,5%
1907/08	1041	5275	6316	16,5%
1908/09	1324	5869	7193	18,4%
1909/10	1365	6158	7523	18,1%
Total	16502	83130	99632	16,6%

afluência do sexo feminino às escolas, não só acompanhou esse crescimento, como o superou, logrando aumentar o seu peso relativo face ao total de discentes. No mesmo período, o acréscimo de efectivos do sexo masculino não chegou a atingir 220%.

Em 1891/92, inverte-se a tendência ascendente da taxa de feminização, a qual minora, com oscilações, até atingir os 11%, em 1896/97, valor semelhante ao de dez anos antes, na fase inicial de implementação deste ensino. Esta quebra, que coincide com o período de contracção da rede escolar analisado no capítulo anterior, sugere que as alterações decorrentes do diploma de João Franco (1891) terão tido, no que concerne a frequência das escolas, repercussões mais desfavoráveis para o sexo feminino do que para o sexo masculino. Verifica-se que a reforma de João Franco se traduz, logo no ano lectivo em curso (1891/92), numa redução do número total de matrículas, a qual, em termos relativos, foi mais

penalizadora para as mulheres. A extinção de escolas, então decretada, afectou qualquer dos sexos, mas a alteração da idade mínima de frequência, que passou de seis para oito anos, pode, eventualmente, ter atingido mais as raparigas do que os rapazes. É abusivo classificar este factor como determinante, mas um conjunto de indicadores converge no sentido de lhe conferir relevância. Em primeiro lugar, o facto de as escolas de Peniche e

de Setúbal, com oficinas de Rendas, terem sido das que acusaram maior quebra²⁴, sabendo-se que a aprendizagem do fabrico das rendas se iniciava, inclusive, antes dos seis anos de idade. Em segundo lugar, o estudo monográfico da escola de Alenquer revelou que cerca de 10% das alunas que frequentaram a escola tinha menos de oito anos à data da primeira matrícula²⁵.

No ano seguinte, o efeito conjugado do aumento ligeiro de matrículas do sexo feminino e da continuação da diminuição das do sexo masculino, permitiu a recuperação da taxa de feminização. Esta situação foi, todavia, pontual, pois nos anos subsequentes a quebra continua, visto que as matrículas do sexo feminino não logram acompanhar o incremento evidenciado pelas do outro sexo, o que sugere que a Reorganização de Bernardino Machado (1893) poderá ter beneficiado mais o sexo masculino ao proporcionar-lhe uma maior oferta de cursos e ao favorecer a abertura de novas escolas que, nos primeiros anos, não tiveram matrículas do sexo feminino.

No ano de 1897/98 a taxa de feminização subiu bruscamente para 18,7%, mas este salto não decorreu tanto de um aumento do número de alunas como da substancial quebra numérica dos seus colegas masculinos, que passam de 4331 para 2464, o que representa uma redução de 43%. Como já foi referido, o diploma de 1897 constituiu um ponto de viragem fundamental na legislação portuguesa no que se refere ao ensino industrial feminino²⁶. O decreto eliminou formalmente os cursos industriais para o sexo feminino e criou, em sua substituição, os cursos profissionais de Lavoros Femininos, de currículo mais reduzido. A frequência do curso de desenho industrial continuava, apesar disso, a ser-lhes possibilitada, de preferência em classes separadas por sexo²⁷. Verificasse, no entanto, que estas alterações não se repercutiram negativamente na afluência das mulheres às matrículas e, em contrapartida, foram os elementos do sexo masculino que acusaram um indubitável desincentivo. A reforma de 1897 introduziu duas medidas restritivas à entrada nas escolas – a exigência de diploma de instrução primária e a imposição de uma caução no acto de matrícula – que podem ter afectado mais o sexo masculino. Embora não se possam extrapolar para todas as escolas os resultados da monografia sobre a escola de Alenquer, estes sugerem que a maior parte das alunas completara a instrução primária²⁸. A questão da caução, pelo seu peso nos baixos

²⁴ Consultar Quadro 6.1. do Anexo 6.

²⁵ Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial... op. cit.*

²⁶ Ver capítulo 3.2.2.4.

²⁷ Cf. Decreto de 14/12/1897 (Regulamento), *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897, art.4º.

²⁸ Cf. *Ibidem*; neste estudo foi possível apurar o grau de escolaridade obtido por metade das alunas que frequentaram a escola; estas tinham pelo menos aprovação no exame de instrução primária e 50% tinha no

orçamentos das famílias em que se inseriam os destinatários deste ensino, afectaria, em princípio ambos os sexos. A caução, todavia, era devolvida no final do ano lectivo desde que a frequência dos cursos fosse escrupulosamente cumprida. Deste modo, esta medida poderá ter tido um efeito inibidor menor sobre as mulheres, cujo sucesso escolar foi, com frequência, superior ao dos homens²⁹. Até 1904/05 as ligeiras oscilações na taxa de feminização resultam de mudanças pouco sensíveis no movimento de ambos os sexos.

O aumento acentuado da taxa de feminização em 1905/06 traduz uma realidade distinta. Embora se tenha observado um crescimento muito significativo do número total de matrículas, este deveu-se, sobretudo, ao acréscimo do número de alunas (119%), o qual foi muito superior ao dos alunos (62%)³⁰. Com efeito, o número de alunas (1358) atingiu mais do dobro do valor mais alto atingido por elas até então (638 em 1903/04), enquanto o número de matrículas do sexo masculino (4975) pouco ultrapassou o registado em 1896/97 (4331). Nos anos seguintes, o número de alunas mantém-se, com excepção de 1907/08, e as variações da taxa são provocadas, sobretudo, pelas alterações nas matrículas dos alunos.

A análise da distribuição das matrículas de cada sexo pelas diversas escolas permite apurar aquelas que mais concorreram para as mudanças assinaladas. Construíram-se, para o efeito, os Gráficos 7 e 8, que expressam o movimento anual de

mínimo o exame de admissão aos liceus (p. 153). A análise da origem socioprofissional das alunas desta escola revelou um predomínio do sector terciário e, neste, o peso do funcionalismo público. Este perfil não é generalizável a todas as escolas, mas é verosímil que as alunas de Alenquer não constituam um caso singular.

²⁹ Taxas de sucesso mais elevadas para o sexo feminino foram observadas na escola de Alenquer (cf. *Ibidem*) e na escola Infante D. Henrique, no Porto (cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque... op. cit.*), mas dados mais gerais convergem no mesmo sentido. Comparando os índices de aproveitamento por sexo nos anos anteriores ao decreto de 1897 com os dos anos subsequentes, verifica-se que a taxa de sucesso das mulheres é superior à dos homens e que a redução das matrículas do sexo masculino funcionou, de facto, como instrumento regulador do sucesso, permitindo aumentar significativamente os seus valores:

ANO	Matrículas sexo feminino	Taxa de sucesso feminino	Matrículas sexo masculino	Taxa de sucesso masculino
1895/96	532	56,8%	3888	38,3%
1896/97	536	60,4%	4331	38,0%
1897/98	568	75,5%	2464	54,0%
1898/99	572	78,5%	2488	79,0%
1899/00	527	86,7%	2571	83,2%

Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1900... op. cit.*, pp. 278-287.

³⁰ Apesar da ressalva atrás exposta, no que respeita ao real crescimento deste período, tal não afecta as análises relacionais em função do sexo, pois o provável efeito inflacionário recai sobre ambos. O desfasamento entre o número de matrículas e o de alunos é, aliás, admissivelmente mais elevado para o sexo masculino do que para o feminino, dado que é naquele que se verifica, mais amiúde, a duplicação de matrículas nas diversas disciplinas das escolas industriais, pois os cursos para o sexo feminino, definidos pelas reformas de 1897 e de 1901, têm uma composição curricular mais reduzida.

matrículas, respectivamente para os sexos feminino e masculino, desde o início do funcionamento das escolas até ao final da monarquia constitucional.

Numa leitura comparativa global, os Gráficos 7 e 8 confirmam que a principal diferença na evolução do número de matrículas de cada um dos sexos reside no momento em que se evidencia uma clara inversão do crescimento inicial. Para o sexo feminino sobreveio no ano lectivo de 1891/92, enquanto que no caso do sexo masculino apenas sucedeu em 1896/97, ou seja, após o período de vigência das reorganizações de 1891 e 1893 já referidas.

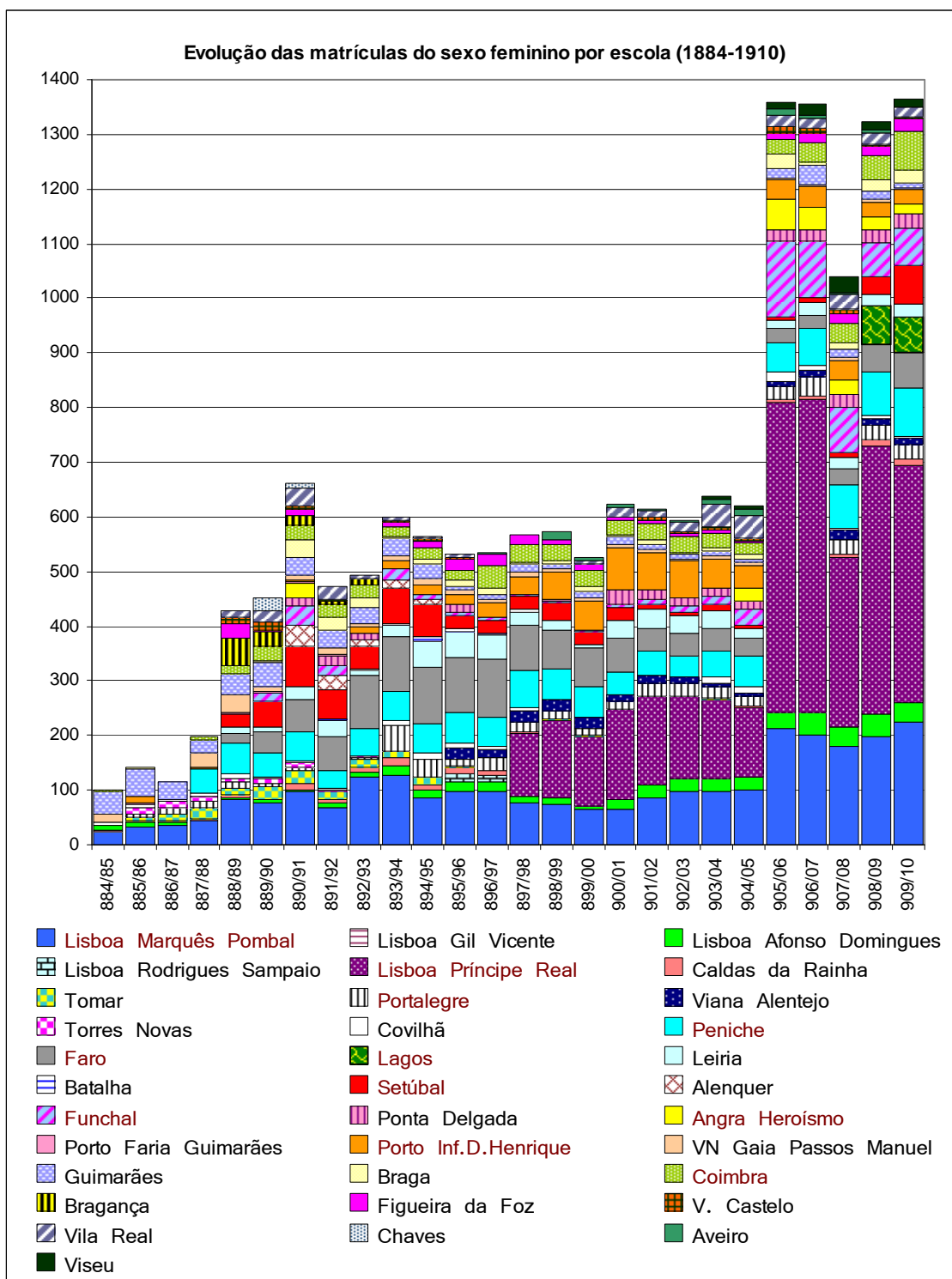
Embora a presença de trinta e cinco escolas num período de vinte e seis anos torne difícil a leitura pormenorizada dos gráficos, optou-se pela sua utilização por serem reveladores de três características fundamentais da progressão das presenças feminina e masculina nas escolas. Destacaram-se nas legendas dos gráficos, a vermelho escuro, as escolas que se evidenciaram, para cada um dos sexos, a fim de facilitar a sua localização no gráfico e a respectiva lisibilidade.

Em primeiro lugar, constata-se o peso determinante de algumas escolas nas variações das matrículas. O aumento notório, atrás assinalado, do número de alunas em 1905/06 e a sua manutenção até 1909/10, devem-se, sobretudo, à escola do Príncipe Real, em Lisboa, embora seja de realçar, também, o contributo das escolas do Funchal e Marquês de Pombal em Lisboa e o efeito conjugado do acréscimo de matrículas num conjunto de escolas, como as de Peniche, Setúbal, Portalegre, Angra do Heroísmo, Coimbra, Afonso Domingues, em Lisboa, bem como a abertura da escola de Lagos. Em relação à escola Marquês de Pombal, é interessante notar a evolução similar evidenciada pela frequência dos dois sexos ao longo dos vinte e seis anos examinados, tornando-se, nos últimos anos que precedem a República, a segunda escola com maior número de efectivos do sexo feminino e a primeira no caso do sexo masculino. Quanto ao sexo masculino, a escola Afonso Domingues foi a que mais concorreu para o aumento do número de matrículas a partir de 1905/06³¹.

Em segundo lugar, torna-se visível que, ao longo de todo o período, as matrículas do sexo masculino se distribuem mais equilibradamente pelas escolas, enquanto que as do sexo feminino apresentam um grau de concentração mais elevado em algumas escolas.

GRÁFICO 7

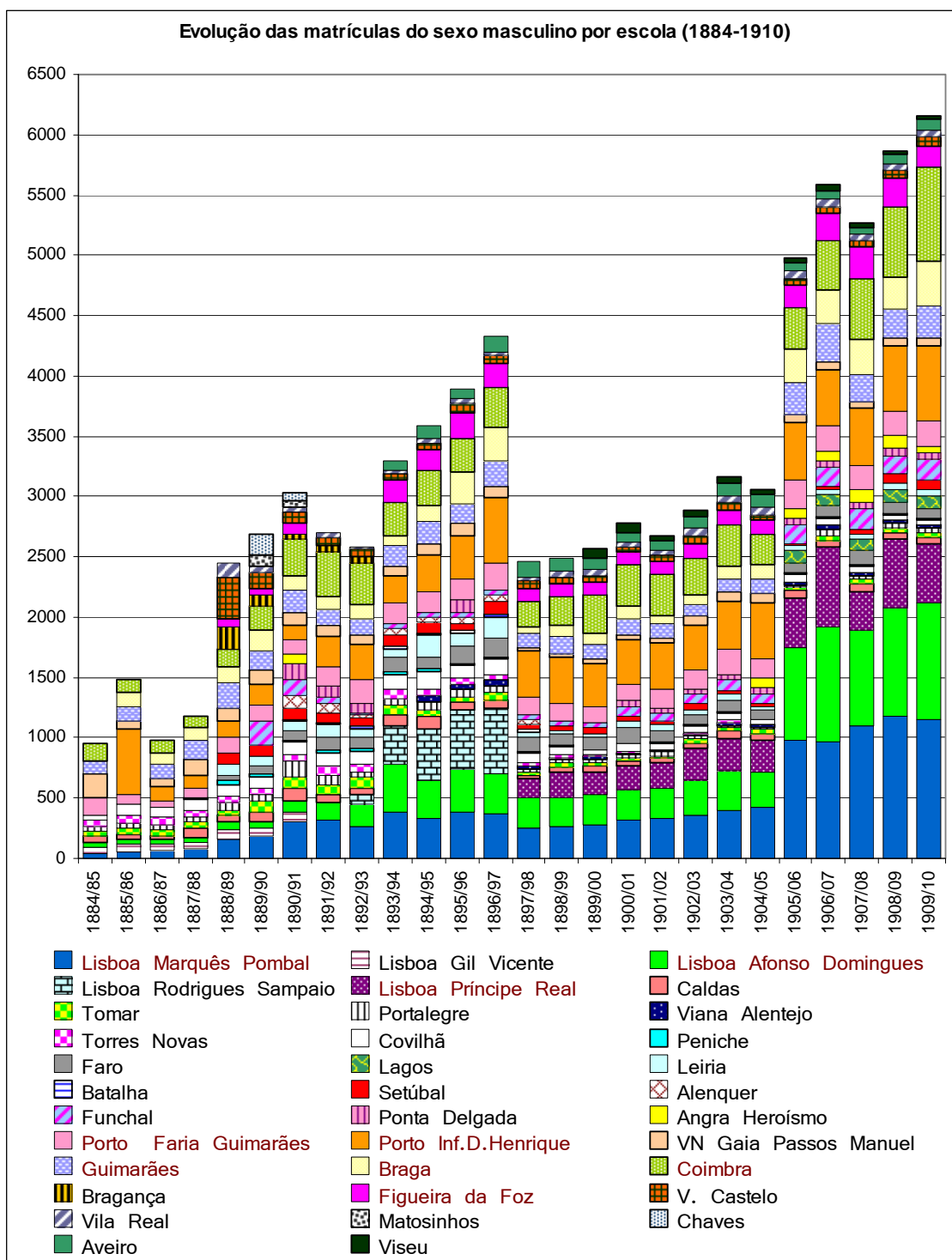
³¹ Em qualquer destas escolas os valores a partir de 1905/06 dizem respeito a matrículas e não a indivíduos, o que pode ter desmentado os indicadores da afluência de ambos os sexos às escolas, como atrás se referiu.



Em terceiro lugar, alguns estabelecimentos destacam-se por manterem, após a sua criação, níveis de frequência relativamente significativos e estáveis. Nomeiem-se, para ambos os sexos, as escolas Marquês de Pombal, em Lisboa, e Infante D. Henrique, no Porto, a de Coimbra e, a partir de 1897/98, a do Príncipe Real, em Lisboa. São de

referir, ainda, para o sexo feminino, as escolas de Peniche, Setúbal, Faro e Funchal e, para o sexo masculino, as de Braga, Guimarães, Afonso Domingues, em Lisboa, e Faria Guimarães, no Porto.

GRÁFICO 8



As escolas enunciadas, oito para cada sexo (embora algumas sejam comuns), representam cerca de dois terços do volume total de matrículas no período em estudo, com maior peso para o sexo feminino (69%) do que para o masculino (64%), como se pode observar nos Gráficos 9 e 10.

GRÁFICO 9

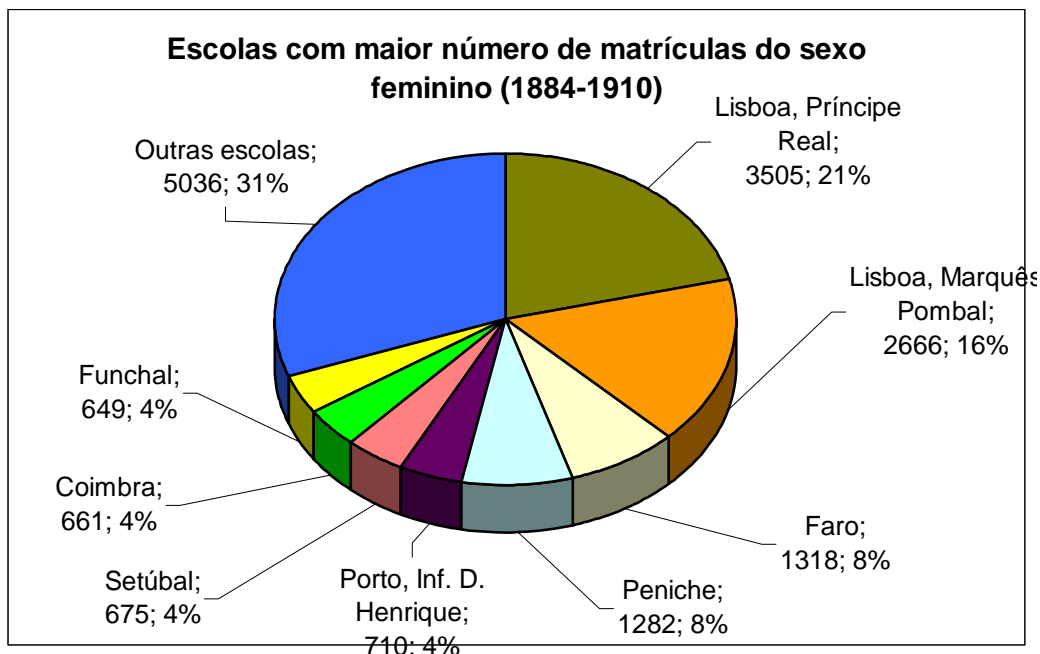
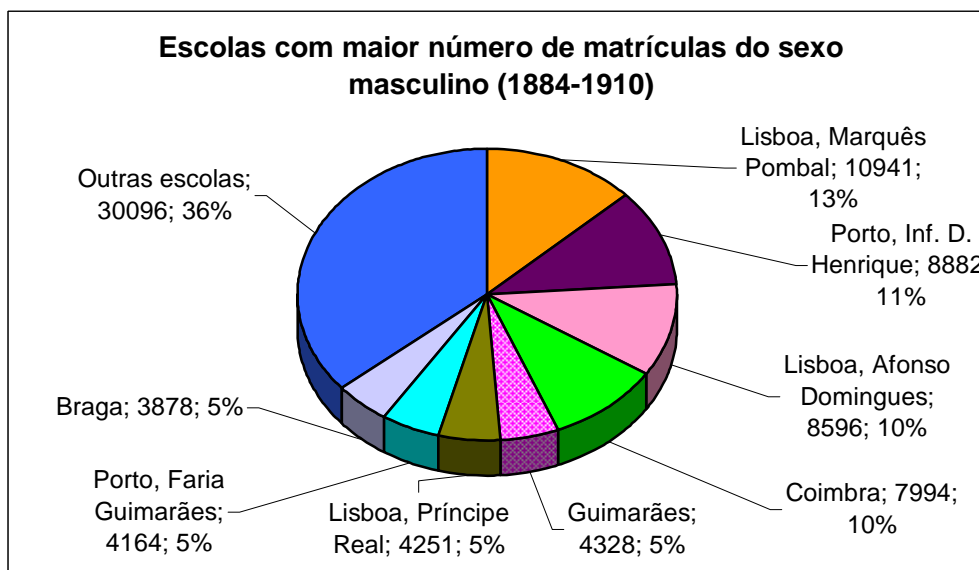


GRÁFICO 10



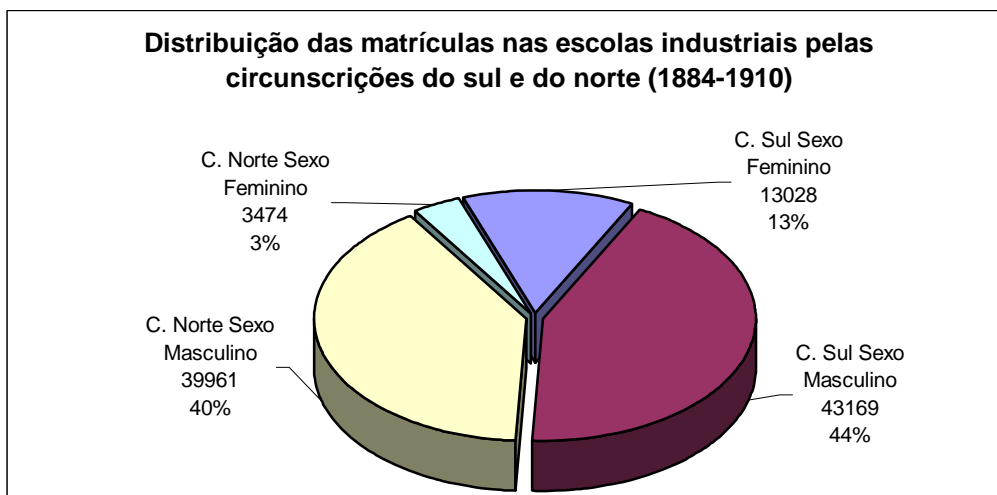
No caso do sexo feminino destacam-se as escolas do Príncipe Real e Marquês de Pombal, ambas em Lisboa, que concentram mais de um terço do montante total de

matrículas no período considerado. As outras seis escolas nomeadas correspondem a outro terço das matrículas, com evidência para as de Peniche e de Faro. O último terço distribui-se pelas restantes vinte e seis escolas. O gráfico mostra, ainda, a predominância de escolas da circunscrição do sul, com seis escolas a monopolizarem 61% do quantitativo de matrículas do sexo feminino.

O Gráfico 10, referente ao sexo masculino, configura uma realidade diferente. Em primeiro lugar, a superioridade numérica já não pertence tão inequivocamente à circunscrição do sul, à qual pertencem três das oito escolas, representando 28% das matrículas. Por outras palavras, das oito escolas com maior número de alunos, cinco localizam-se na circunscrição do norte. Em segundo lugar, nenhuma das escolas apresenta um grau de concentração de matrículas equivalente ao verificado para o sexo feminino nas escolas Príncipe Real e Marquês de Pombal, portanto, o diferencial entre o valor mais alto e o mais baixo é menor para eles do que para elas (8% *versus* 17%).

Saliente-se que do grupo de escolas examinadas, seis abriram em 1884/85 e cinco até 1889/90, ou seja, durante o período inicial de criação de escolas. Apenas uma, a escola do Príncipe Real, entrou mais tarde em funcionamento, registando grande afluência de ambos os sexos³². Estes dados indicam que alguns dos estabelecimentos, criados por António Augusto Aguiar e por Emídio Navarro, nos anos oitenta, se foram consolidando nas décadas seguintes.

GRÁFICO 11



³² A escola do Príncipe Real autonomizou-se da Escola Rodrigues Sampaio em 1894/95, mas até 1897/98 as fontes estatísticas não fornecem dados, justificando que um incêndio destruiu a escola. Recorde-se que as estatísticas relativas ao período de 1892/93 a 1899/1900 não foram publicadas anualmente, mas compiladas no Anuário Estatístico de 1900 (Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico... 1903... op. cit.*

O Gráfico 11 confirma a notória assimetria na distribuição das matrículas do sexo feminino pelas duas circunscrições, a que se contrapõe o relativo equilíbrio no caso do sexo masculino, situação já sugerida pela leitura dos Gráficos 9 e 10.

QUADRO V
Total de matrículas e taxa de feminização
nas escolas industriais (1884-1910)

ESCOLAS	Fem	Masc	Total	Tx Fem
Alenquer	97	439	536	18,1%
Angra Heroísmo	211	573	784	26,9%
Batalha	32	162	194	16,5%
Caldas	137	1553	1690	8,1%
Covilhã	141	2043	2184	6,5%
Faro	1318	2143	3461	38,1%
Funchal	649	1843	2492	26,0%
Lagos	134	504	638	21,0%
Leiria	538	1506	2044	26,3%
Lisboa, Afonso Domingues	445	8596	9041	4,9%
Lisboa, Gil Vicente	9	446	455	2,0%
Lisboa, Marquês de Pombal	2666	10941	13607	19,6%
Lisboa, Príncipe Real	3505	4251	7756	45,2%
Lisboa, Rodrigues Sampaio	26	1849	1875	1,4%
Peniche	1282	346	1628	78,7%
Ponta Delgada	272	920	1192	22,8%
Portalegre	454	1117	1571	28,9%
Setúbal	675	1357	2032	33,2%
Tomar	166	1267	1433	11,6%
Torres Novas	69	854	923	7,5%
Viana Alentejo	202	459	661	30,6%
<i>Total C. Sul</i>	<i>13028</i>	<i>43169</i>	<i>56197</i>	<i>23,2%</i>
Aveiro	86	1556	1642	5,2%
Braga	244	3878	4122	5,9%
Bragança	112	435	547	20,5%
Chaves	34	234	268	12,7%
Coimbra	661	7994	8655	7,6%
Figueira da Foz	264	2952	3216	8,2%
Guimarães	584	4328	4912	11,9%
Matosinhos	0	140	140	0,0%
Porto, Faria Guimarães	19	4164	4183	0,5%
Porto, Inf. D. Henrique	710	8882	9592	7,4%
V.N.Gaia, Passos Manuel	205	2051	2256	9,1%
Viana Castelo	100	1701	1801	5,6%
Vila Real	350	1096	1446	24,2%
Viseu	105	550	655	16,0%
<i>Total C. Norte</i>	<i>3474</i>	<i>39961</i>	<i>43435</i>	<i>8,0%</i>
TOTAL	16502	83130	99632	16,6%

Cerca de quatro quintos (78,9%) das matrículas de raparigas e mulheres são provenientes de escolas da circunscrição do sul, enquanto que o outro sexo se reparte identicamente pelo sul (51,9%) e pelo norte (48,1%). Sublinhe-se que o número de alunas da escola Príncipe Real em Lisboa (3505³³) é, só por si, superior ao totalizado pelo conjunto das escolas da circunscrição do norte (3474).

A diferença entre o número de escolas no norte e no sul pode constituir justificação plausível para a ligeira diferença quantitativa das matrículas do sexo masculino, mas no caso do sexo feminino ter-se-á de identificar outros factores que expliquem tão marcada discrepância.

As escolas com maior número de matrículas de alunas não correspondem, necessariamente, àquelas em que a sua presença é mais significativa em relação ao total de alunos. O Quadro V permite confrontar, em cada escola e para a totalidade do período em estudo, o volume de matrículas com a taxa de

³³ Ver Gráfico 9.

feminização.

A leitura do quadro evidencia, de imediato, que a circunscrição do norte não só soma menos matrículas do sexo feminino, como apresenta globalmente uma taxa de feminização (8%) muito mais reduzida do que a da circunscrição do sul (23,2%). No norte apenas duas das catorze escolas registaram taxas de feminização acima do valor nacional (16,6%) – Vila Real (24,2%) e Bragança (20,5%) – e das restantes, apenas três se situam acima dos 10%.

No conjunto das escolas do sul, em contrapartida, destaca-se a escola de Peniche, cuja taxa de feminização (78,7%) a converte num caso singular no conjunto das escolas industriais, pois teria sido a única, no país, a destinar-se, prioritariamente, ao sexo feminino, pelo que se justifica uma abordagem mais aprofundada, a realizar noutro capítulo deste estudo³⁴. A ordenação das escolas por ordem decrescente das respectivas taxas de feminização, presente no Quadro VII, evidencia as cifras relativamente elevadas atingidas por outras escolas, como a do Príncipe Real (45,2%), Faro, Setúbal e Viana do Alentejo (entre 30% e 40%) e, ainda, Angra do Heroísmo, Funchal, Leiria e Portalegre (entre 25% e 30%). Verifica-se, assim, que das vinte e uma escolas da circunscrição do sul, nove registam taxas de feminização superiores ao valor mais alto alcançado na circunscrição do norte (24,2%) e treze logram superar o valor da taxa nacional (16,6%). Esta reflecte, aliás, o predomínio de taxas de feminização baixas nas escolas da circunscrição do norte.

Da análise dos totais de matrículas por escola, ordenadas por ordem decrescente de grandeza no Quadro VI, ressalta a forte concentração das matrículas em Lisboa. As cinco escolas da capital (Marquês de Pombal, Afonso Domingues, Príncipe Real, Rodrigues Sampaio e Gil Vicente) totalizaram 32734 matrículas, ou seja, 32,9% do total nacional. A maior escola industrial do país, a Marquês de Pombal, reuniu, por si só, 13,7% das matrículas registadas nos vinte e seis anos em estudo e a escola Afonso Domingues segue-se-lhe com um peso de 9,1%. O conjunto das escolas da cidade do Porto, contabilizando Gaia, correspondeu a 16,1% do total de matrículas. Destaca-se a escola Infante D. Henrique, a segunda maior do país, com 9,6% dos efectivos. Finalmente, a escola da cidade de Coimbra vem em quarto lugar, com 8,7% dos matriculados. Observa-se, contudo, que na circunscrição do norte as escolas que atingiram níveis de frequência acima de 3000 alunos se distribuíram por mais localidades do que na circunscrição do sul. Para além das escolas Infante D. Henrique e

³⁴ Ver capítulo 6.2.2..

Faria Guimarães, do Porto, e da escola de Coimbra, já referidas, destacam-se as de Guimarães, de Braga e da Figueira da Foz, enquanto no sul, ressaltando a capital, só a escola de Faro ultrapassou aquele valor.

QUADRO VI
Total de matrículas nas escolas industriais (1884-1910) por ordem decrescente de grandeza

ESCOLAS	Matric	% do total
Lisboa, Marquês de Pombal	13607	13,7%
Lisboa, Afonso Domingues	9041	9,1%
Lisboa, Príncipe Real	7756	7,8%
Faro	3461	3,5%
Funchal	2492	2,5%
Covilhã	2184	2,2%
Leiria	2044	2,1%
Setúbal	2032	2,0%
Lisboa, Rodrigues Sampaio	1875	1,9%
Caldas	1690	1,7%
Peniche	1628	1,6%
Portalegre	1571	1,6%
Tomar	1433	1,4%
Ponta Delgada	1192	1,2%
Torres Novas	923	0,9%
Angra do Heroísmo	784	0,8%
Viana do Alentejo	661	0,7%
Lagos	638	0,6%
Alenquer	536	0,5%
Lisboa, Gil Vicente	455	0,5%
Batalha	194	0,2%
<i>Total C. Sul</i>	<i>56197</i>	<i>56,4%</i>
Porto, Inf. D. Henrique	9592	9,6%
Coimbra	8655	8,7%
Guimarães	4912	4,9%
Porto, Faria Guimarães	4183	4,2%
Braga	4122	4,1%
Figueira da Foz	3216	3,2%
V.N.Gaia, Passos Manuel	2256	2,3%
Viana Castelo	1801	1,8%
Aveiro	1642	1,6%
Vila Real	1446	1,5%
Viseu	655	0,7%
Bragança	547	0,5%
Chaves	268	0,3%
Matosinhos	140	0,1%
<i>Total C. Norte</i>	<i>43435</i>	<i>43,6%</i>
TOTAL	99632	100,0%

QUADRO VII
Taxa de feminização nas matrículas das escolas industriais (1884-1910) por ordem decrescente de grandeza

ESCOLAS	FEM	Tx Fem
Peniche	1282	78,7%
Lisboa, Príncipe Real	3505	45,2%
Faro	1318	38,1%
Setúbal	675	33,2%
Viana do Alentejo	202	30,6%
Portalegre	454	28,9%
Angra do Heroísmo	211	26,9%
Leiria	538	26,3%
Funchal	649	26,0%
Ponta Delgada	272	22,8%
Lagos	134	21,0%
Lisboa, Marquês de Pombal	2666	19,6%
Alenquer	97	18,1%
Batalha	32	16,5%
Tomar	166	11,6%
Caldas	137	8,1%
Torres Novas	69	7,5%
Covilhã	141	6,5%
Lisboa, Afonso Domingues	445	4,9%
Lisboa, Gil Vicente	9	2,0%
Lisboa, Rodrigues Sampaio	26	1,4%
<i>Total C. Sul</i>	<i>13028</i>	<i>23,2%</i>
Vila Real	350	24,2%
Bragança	112	20,5%
Viseu	105	16,0%
Chaves	34	12,7%
Guimarães	584	11,9%
V.N.Gaia, Passos Manuel	205	9,1%
Figueira da Foz	264	8,2%
Coimbra	661	7,6%
Porto, Inf. D. Henrique	710	7,4%
Braga	244	5,9%
Viana Castelo	100	5,6%
Aveiro	86	5,2%
Porto, Faria Guimarães	19	0,5%
Matosinhos		0,0%
<i>Total C. Norte</i>	<i>3474</i>	<i>8,0%</i>
TOTAL	16502	16,6%

A presença feminina não segue, todavia, esta hierarquia, como a análise do Gráfico 9 já tinha sugerido. Comparando os Quadro VI e VII verifica-se, por um lado, que nem sempre o maior volume de matrículas do sexo feminino se verificou nas escolas mais frequentadas em termos gerais e, por outro lado, que não existe uma relação directa entre as taxas de feminização e o valor absoluto das matrículas do sexo feminino. Examinando as oito escolas consideradas no Gráfico 9, por terem somado um maior número de matrículas entre 1884 e 1910, observa-se que as duas da circunscrição do norte apresentam taxas de feminização baixas – Coimbra (7,6%) e Infante D. Henrique no Porto (7,4%) –, apesar do seu estatuto no contexto nacional. Em contrapartida, quatro das do sul, com dimensões distintas entre si, correspondem às taxas mais elevadas – Peniche (78,7%), Príncipe Real (45,2%), Faro (38,1%) e Setúbal (33,2%). Nas restantes duas escolas, Funchal e Marquês de Pombal, em Lisboa, o peso do sexo feminino (26,0% e 19,6% respectivamente) situa-se acima da taxa nacional, mas abaixo da apurada para outros estabelecimentos – Viana do Alentejo (30,6%), Portalegre (28,9%), Angra do Heroísmo (26,9%), Leiria 26,3%) –, os quais, sendo mais pequenos ou tendo funcionado menos anos, receberam menor número de alunos e alunas, mas onde a presença destas é significativa.

Infere-se, pois, por um lado, que só na circunscrição do sul há coincidência, em algumas escolas, de valores elevados ao nível de matrículas do sexo feminino e de taxas de feminização, ou seja, em que há conformidade entre os pesos absoluto e relativo da frequência feminina; por outro lado, não são as maiores escolas, situadas nos mais importantes centros urbanos, as que apresentam taxas de feminização mais elevadas, excepção feita à escola Príncipe Real, em Lisboa.

Isolando as escolas que registaram mais de 3000 efectivos, constata-se que as da circunscrição do norte exibem uma fraca presença feminina, com taxas inferiores a 10%, à excepção de Guimarães (11,9%), enquanto que as do sul patenteiam taxas mais variáveis (entre 4,9% e 45,2%). No norte a taxa mais elevada (24,2%) pertence à escola de Vila Real, uma escola relativamente pequena em funcionamento desde 1888/89, mas as três taxas imediatamente abaixo coincidem com escolas que tiveram poucos anos de vida, em virtude de terem sido extintas (Bragança e Chaves) ou criadas mais tarde (Viseu). No sul as taxas mais consideráveis advêm de escolas de projecção diversa, como já se viu, algumas em funcionamento desde os anos oitenta (Peniche, Faro,

Setúbal) e outras de criação posterior (Príncipe Real, em Lisboa, e Viana do Alentejo), mas todas elas em funcionamento aquando da implantação da República³⁵.

Em suma, se no norte a proporção de raparigas e mulheres nas escolas de maior dimensão é sempre diminuta, no sul não se verifica qualquer padrão de relação entre a taxa de feminização e a lotação do estabelecimento.

Em termos geográficos, as escolas com mais elevadas taxas de feminização encontram-se, na área da circunscrição do sul, disseminadas, embora em maior número na orla litoral – Faro, Leiria, Lisboa (Príncipe Real), Peniche e Setúbal – do que no interior – Portalegre e Viana do Alentejo. As escolas dos arquipélagos, Angra, Funchal e Ponta Delgada, exibem também taxas de feminização relevantes. No norte, o factor litoral não parece influir tanto na afluência do sexo feminino às escolas, pois as taxas mais elevadas ocorrem na região do norte e nordeste transmontano (Vila Real, Bragança e Chaves) e no interior beirão (Viseu).

As taxas de feminização que têm vindo a sustentar a análise correspondem a valores médios para a totalidade dos anos considerados. Algumas escolas mantiveram, ao longo do seu período de funcionamento, taxas de feminização relativamente estáveis, mas outras acusaram variações significativas³⁶. Não se justifica, neste estudo, acompanhar exaustivamente o percurso de cada uma delas, contudo afigura-se pertinente salientar alguns traços decorrentes de uma apreciação global e comparar as taxas relativas aos anos lectivos de 1890/91 e de 1909/10 (Quadro VIII), cuja eleição foi anteriormente utilizada e justificada³⁷.

Na maioria das escolas, as disparidades registadas entre os valores constantes dos Quadros V e VIII são, sobretudo, resultado da irregularidade anual, mas em alguns casos verifica-se um crescimento tendencial da taxa de feminização – Caldas da Rainha, Funchal, Leiria, Peniche, Ponta Delgada, Portalegre, Viseu – e noutros, ao inverso, uma redução – Marquês de Pombal, em Lisboa, Tomar, Guimarães, Braga. A escola de Vila Real constitui um caso peculiar, caracterizado por uma acentuada irregularidade da taxa de feminização ao longo do período considerado. O valor de 1890/91 foi pontual e o mais elevado que registou. Estas diferenças nem sempre procedem de alterações do número de alunas, pois traduzem a evolução do peso relativo de cada um dos sexos. Vejam-se, a título exemplificativo, as escolas das Caldas, da Covilhã e de Leiria, onde a manutenção de um número semelhante de alunas se traduziu num aumento das taxas de

³⁵ Sobre o período de funcionamento das escolas, consultar o Quadro III no capítulo 5.1.1..

³⁶ Consultar o Quadro 6.3. do Anexo 6.

³⁷ Ver capítulo 5.1.1., em particular Mapas B e C.

feminização, ou as escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues em Lisboa, nas quais o acréscimo significativo das matrículas não foi proporcional ao verificado para o sexo masculino, originando uma diminuição daquela taxa.

QUADRO VIII
Taxas de feminização das matrículas (1890/91 e 1909/10)

Identificação das escolas	1890/91				1909/10			
	Fem	Mas	Total	Taxa Fem	Fem	Mas	Total	Taxa Fem
Alenquer	38	105	143	26,6%			a)	
Angra do Heroísmo	26	87	113	23,0%	19	53	72	26,4%
Batalha	0	14	14	0,0%			b)	
Caldas	10	104	114	8,8%	12	56	68	17,6%
Covilhã	3	109	112	2,7%	4	44	48	8,3%
Faro	61	70	131	46,6%	66	79	145	45,5%
Funchal	36	126	162	22,2%	67	175	242	27,7%
Lagos			c)		63	97	160	39,4%
Leiria	21	81	102	20,6%	23	52	75	30,7%
Lisboa, Rodrigues Sampaio			d)				e)	
Lisboa, Príncipe Real			c)		434	494	928	46,8%
Lisboa, Marquês Pombal	96	298	394	24,4%	224	1155	1379	16,2%
Lisboa, Gil Vicente	0	92	92	0,0%			a)	
Lisboa, Afonso Domingues	5	83	88	5,7%	35	959	994	3,5%
Peniche	52	16	68	76,5%	88	12	100	88,0%
Ponta Delgada	16	132	148	10,8%	28	50	78	35,9%
Portalegre	7	124	131	5,3%	27	43	70	38,6%
Setúbal	75	98	173	43,4%	72	81	153	47,1%
Tomar	24	103	127	18,9%	1	33	34	2,9%
Torres Novas	9	56	65	13,8%			a)	
Viana do Alentejo			c)		11	28	39	28,2%
Circunscrição do sul	479	1698	2177	22,0%	1174	3411	4585	25,6%
Aveiro			c)		0	85	85	0,0%
Braga	32	118	150	21,3%	24	367	391	6,1%
Bragança	18	48	66	27,3%			a)	
Chaves	8	63	71	11,3%			a)	
Coimbra	27	302	329	8,2%	72	777	849	8,5%
Figueira da Foz	12	90	102	11,8%	24	180	204	11,8%
Guimarães	31	182	213	14,6%	7	271	278	2,5%
Matosinhos	0	52	52	0,0%			a)	
Porto, Faria Guimarães	3	117	120	2,5%	0	210	210	0,0%
Porto, Infante D. Henrique	3	119	122	2,5%	25	624	649	3,9%
Viana do Castelo	7	90	97	7,2%	1	72	73	1,4%
Vila Nova Gaia	9	107	116	7,8%	4	67	71	5,6%
Vila Real	33	43	76	43,4%	20	62	82	24,4%
Viseu			c)		14	32	46	30,4%
Circunscrição do norte	183	1331	1514	12,1%	191	2747	2938	6,5%
Total nacional	662	3029	3691	34,1%	1365	6158	7523	32,1%

LEGENDA: a) Escola extinta ; b) Registos agregados aos da escola de Leiria;
c) Escola criada mais tarde; d) Escola ainda não integrada no ensino industrial; e) Escola passou em exclusivo a Preparatória.

Observa-se no Quadro VIII que, na circunscrição do sul, as taxas de feminização são globalmente mais elevadas em 1909/10 do que em 1890/91, enquanto que na circunscrição do norte a situação é inversa. Esta situação é comprovada, em primeiro lugar, pela taxa de feminização global por circunscrição, a qual passa de 22,0% para 25,6% no sul e de 12,1% para 6,5% no norte. Em segundo lugar, assiste-se, no sul, a um

aumento muito significativo do número de escolas com taxas de feminização acima dos 25%, as quais passam de quatro num total de dezassete, em 1890/91, para onze num total de dezasseis, em 1909/10; no norte, onde as taxas registam valores bastante mais baixos, não só aquele número diminuiu de duas em doze para uma em onze, como as escolas com taxas abaixo de 10% passaram de seis para oito num total de dez em cada um dos anos.

Identifica-se, assim, um reforço da presença feminina nas escolas da circunscrição do sul, embora seja de ressaltar a redução relativa nas escolas mais antigas de Lisboa, Marquês de Pombal e Afonso Domingues, especialmente na primeira, e um agravamento da sub-representação daquele sexo nas escolas da circunscrição do norte. A distribuição das matrículas pelas escolas em 1909/10 vem demonstrar de forma inequívoca um aspecto já atrás mencionado, a saber, que o sexo masculino reforçou o seu peso relativo nos centros urbanos mais importantes (Lisboa, Porto, Braga), enquanto o sexo feminino o consolida em localidades de menor envergadura (Caldas, Leiria, Peniche, Portalegre e as três dos arquipélagos, com destaque para Ponta Delgada).

A caracterização da evolução da frequência das escolas industriais e da sua diferenciação em função do sexo provoca algumas perplexidades e suscita interrogações. Partindo da premissa que a afluência das raparigas e mulheres a este tipo de escolas se relaciona menos com a sua inserção na indústria fabril e mais com a sua participação na pequena produção oficial ou domiciliária, será esta razão suficiente para justificar que não alcancem grande peso relativo nas escolas dos grandes pólos urbanos industriais (Lisboa e Porto)? Como explicar, todavia, a sua sub-representação no norte (por exemplo em Braga), onde o trabalho ao domicílio e a pequena oficina continuam a imperar nos inícios do século XX? A escola de Peniche, situada no litoral, constitui um caso particular de uma escola onde o sexo feminino prevalece de forma continuada e consistente. Qual a razão deste sucesso, que a distancia de outros estabelecimentos com taxas significativas, mas bastante mais baixas, em localidades, igualmente costeiras, de idênticas actividades económicas e modos de vida, onde as indústrias artísticas de rendas e/ou bordados se distinguem, como Faro, Setúbal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Funchal? Como interpretar a fraca expressão da presença feminina na escola de Viana do Castelo, também na orla marítima e igualmente famosa naqueles labores?

A compreensão da oferta e da procura dos cursos das escolas industriais, entre 1884 e 1910, no que respeita ao sexo feminino afigura-se complexa, mas neste processo

a análise da evolução e da frequência das oficinas, a que se procederá seguidamente, afigura-se imprescindível. A partir de 1886, o ensino nas escolas industriais tornou-se indissociável das oficinas, criadas exactamente para conferir a dimensão prática e profissionalizante prevista nos objectivos enunciados nos diplomas que organizaram e regulamentaram aquele ensino, por isso, em última instância, são aquelas que conferem o sentido pleno da qualificação profissional conferida pelas escolas.

5.2. A prática oficial nas escolas

5.2.1. O funcionamento de oficinas para cada um dos sexos

A legislação que criou e regulamentou as escolas de ensino industrial, em 1884, prescrevia que o ensino do desenho ministrado nas escolas fosse adaptado às indústrias predominantes nas respectivas localidades, subentendendo-se que naquelas se efectuaría a aplicação prática da aprendizagem escolar. Não foi, por isso, prevista a criação de oficinas nas escolas³⁸.

Em 1886, Francisco da Fonseca Benevides, inspector das escolas da circunscrição do sul, tomou a iniciativa, como atrás se mencionou, da criação de oficinas anexas às escolas, tendo visto as suas propostas aprovadas superiormente³⁹. Criada e regulamentada, em Agosto de 1886, a primeira oficina, na escola de Portalegre, outras se lhe seguiram entre Outubro e Dezembro do mesmo ano: Caldas da Rainha, Covilhã, Lisboa-Belém, Lisboa-Alcântara, Lisboa-Xabregas, Torres Novas e Tomar⁴⁰. A reforma e o regulamento de Emídio Navarro, respectivamente de 1886 e 1888, reforçaram estas medidas de incremento da dimensão profissional das escolas, inscrevendo e regulamentando expressamente as oficinas a elas anexas⁴¹.

A reforma de João Franco, em 1891, e a reorganização dos cursos de Bernardino Machado, em 1893, cujos preceitos nortearam as escolas até 1897, caracterizaram-se pela definição minuciosa dos planos curriculares e sua organização em função das práticas oficiais, cuja generalização à totalidade das escolas constituía um objectivo

³⁸ Cf. Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo* nº 5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo* nº 103, 07/05/1884.

³⁹ Ver capítulo 2.3.2.3..

⁴⁰ Consultar dados sobre a evolução das escolas no Anexo 5.

⁴¹ Cf. Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo* nº 34, 14/02/1887, Art. 6º; Decreto de 23/02/1888, *Diário do Governo* nº 44, 24/02/1888, art. 37º e 86º a 89º.

prioritário⁴². No que respeita às oficinas anexas às escolas, as alterações produzidas não decorreram apenas da incontornável contenção orçamental decorrente da crise de inícios dos anos noventa, mas também de uma nova orgânica das escolas que visava privilegiar o ensino prático e profissional.

Algumas das bases em que assenta a reforma de 1891 são exactamente "*a introdução dos trabalhos manuais com carácter educativo em todas as escolas industriais (...) a acentuação do carácter especial e profissional do ensino (...) dada sobretudo pelo desenvolvimento do trabalho oficial*"⁴³. Nesta conformidade, uma das três secções em que se estruturou o ensino nas escolas era de "técnica oficial", a qual compreendia os cursos elementar ou de aprendizes, complementar ou de artífices e especial ou de contramestres⁴⁴. A oferta de áreas oficiais era ampla e a sua distribuição pelas escolas procurava adequar-se às necessidades locais. A abertura progressiva das oficinas, todavia, ficava pendente das dotações anuais do orçamento geral do Estado⁴⁵.

O diploma de 1893 reiterou a intenção de reforçar a componente oficial. Os cursos gerais tinham trabalhos manuais educativos ou elementares, que eram de Madeira e ferro para o sexo masculino e de costura e bordados para o sexo feminino⁴⁶. Os cursos industriais, num total de trinta, foram definidos em função das respectivas áreas oficiais. Cinco dos cursos eram claramente vocacionados para o sexo feminino – bordadeira, rendeira (rendaria geral e rendaria de Peniche), modista, costureira, florista –, mas outros, tendo em conta os labores das anteriores oficinas femininas e alguns elementos estatísticos posteriores, concernentes a matrículas nas oficinas, terão sido frequentados, pelo menos a nível oficial, pelos dois sexos – pintor decorador, lavrante de couro e encadernador⁴⁷.

⁴² Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n.º 227 de 09/10/1891; Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* n.º 226, 06/10/1893.

⁴³ Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n.º 227 de 09/10/1891, Relatório.

⁴⁴ *Ibidem*, art. 86.º.

⁴⁵ As oficinas, previstas no art. 95.º do decreto de 08/10/1891, eram: Carpintaria naval; Cerâmica; Curtumes e ultimateção das peles e labores em couro; Cutelaria; Encadernação e cartonagem; Escultura decorativa (madeira, pedra, estuque); Fiação e tecelagem; Trabalho de metais e esmaltes; Trabalho em couro, aplicado ao pequeno e grande mobiliário; Labores femininos (costura, bordados, corte, rendas, flores artificiais, pintura menor decorativa em objectos de adorno); Marcenaria e obra de torno; Obra de sirgueiro; Obra de verga e vime; Pintura decorativa; Pintura em loiça; Poliame; Serralharia; Tecelagem; Tinturaria. Muitas escolas não chegaram a inaugurar qualquer das oficinas que lhes tinham sido atribuídas e as outras apenas lograram abrir uma parte. Não se detém, todavia, informação precisa, pois as estatísticas disponíveis para o período entre 1891/92 e 1900/01, embora desagregadas por sexo, não discriminam as oficinas.

⁴⁶ Cf. Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo* n.º 226, 06/10/1893, Tabela 1.

⁴⁷ Ver Quadros de Matrículas nas Oficinas no Anexo 7. A oficina de Labores Femininos da escola Marquês de Pombal, em Lisboa, oferecia em 1890/91 as seguintes áreas: costura, bordados, pintura, trabalhos em couro e flores. A área oficial de Pintura decorativa e de encadernação foi frequentada pelos dois sexos entre 1902/03 e 1909/10 na escola Marquês de Pombal. Para o período entre 1891/92 e 1900/01 as estatísticas disponíveis, embora desagregadas por sexo, não discriminam as oficinas.

A reforma e o respectivo regulamento de Augusto José da Cunha, em 1897, estipularam três tipos de cursos a serem professados nas escolas – Desenho Industrial, Profissional e Industrial –, mas circunscreveu os trabalhos oficinais aos cursos profissionais⁴⁸. Os trabalhos manuais elementares foram eliminados. Esta estrutura não foi alterada com a reforma de Manuel Francisco de Vargas, em 1901, mantendo-se até ao final da monarquia constitucional⁴⁹.

Como já se referiu, o diploma de 1897 excluiu as mulheres dos cursos industriais e circunscreveu-as a dois cursos profissionais, o de Lances Femininos e o de Especial de Rendas, os quais, não obstante, funcionavam nas escolas industriais e de desenho industrial, consideradas "*estabelecimentos de instrução para operários e aprendizes de ambos os sexos*"⁵⁰. Recorde-se que o currículo daqueles cursos era, no entanto, muito mais reduzido do que os dos cursos para o sexo masculino, incluindo apenas a disciplina de desenho (elementar e industrial ornamental) e a prática oficial.

A reforma de 1901 integrou o Curso Especial de Rendas, específico das escolas de desenho industrial de Peniche e de Setúbal, no Curso Especial de Lances Femininos, que se converteu no único curso de cariz profissional destinado às mulheres⁵¹. Estas continuavam a poder frequentar o curso de desenho industrial, o qual, em si próprio, só excepcionalmente era acompanhado de ensino oficial profissionalizante⁵².

Importa averiguar de que modo se foram repercutindo estas alterações, quer na quantidade e diversidade da oferta de oficinas resultante de cada reforma legislativa, quer no movimento das mesmas, ou seja, na evolução da proporção de matrículas de cada um dos sexos.

As oficinas anexas às escolas foram criadas, reformuladas, algumas confirmadas, outras encerradas definitiva ou temporariamente, quer pelos sucessivos planos gerais de organização curricular, quer por diplomas específicos⁵³. As fontes disponíveis, contudo, não permitem contabilizar, com rigor, o número de oficinas em

⁴⁸ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283, 15/12/1897.

⁴⁹ Cf. Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901. Sem subvalorizar a perspectiva de harmonização dos ensinos industrial e comercial nas escolas presente neste diploma, considerou-se que, no respeitante especificamente ao ensino industrial, não são introduzidas alterações essenciais.

⁵⁰ Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283, 15/12/1897, art.1º. As alterações introduzidas, a partir da reforma de 1897, nos cursos para o sexo feminino, foram analisados no capítulo 3.2.2.4..

⁵¹ Cf. Decreto de 24/12/1901, art.4º e quadro II.

⁵² Cf. *Ibidem*, art.1º.

⁵³ Consultar dados sobre a evolução das escolas no Anexo 5.

funcionamento para a totalidade do período compreendido entre 1886 e 1910⁵⁴. Acresce que as oficinas se organizavam com base em critérios distintos consoante o sexo.

O critério primordial utilizado em 1886 consistia na criação de uma oficina por escola, dividida em secções. Em breve, porém, as secções foram-se autonomizando em oficinas distintas, à excepção das oficinas de Lavoros Femininos. Estas mantiveram a lógica das secções em vez de se desdobrarem em novas oficinas, como acontecia com as destinadas ao sexo masculino. Assim, a oficina de Lavoros Femininos da escola Marquês de Pombal, em Lisboa, tinha secções de costura e bordados, pintura, trabalhos em couro e fabrico de flores em papel e em pano; as das escolas D. Maria Pia, em Peniche, e Princesa D. Amélia, em Setúbal, ofereciam costura e bordados e rendas; a da escola Domingues Sequeira, em Leiria, também chegou a ter estas opções em 1889/90, mas no ano seguinte circunscreveu-se aos trabalhos de costura e bordados. Dado que as oficinas para o sexo feminino e para o sexo masculino não constituem termos equivalentes susceptíveis de adição, optou-se por analisar o número de escolas onde funcionaram oficinas para os dois sexos, de modo a perceber a representatividade de cada um deles no quadro nacional.

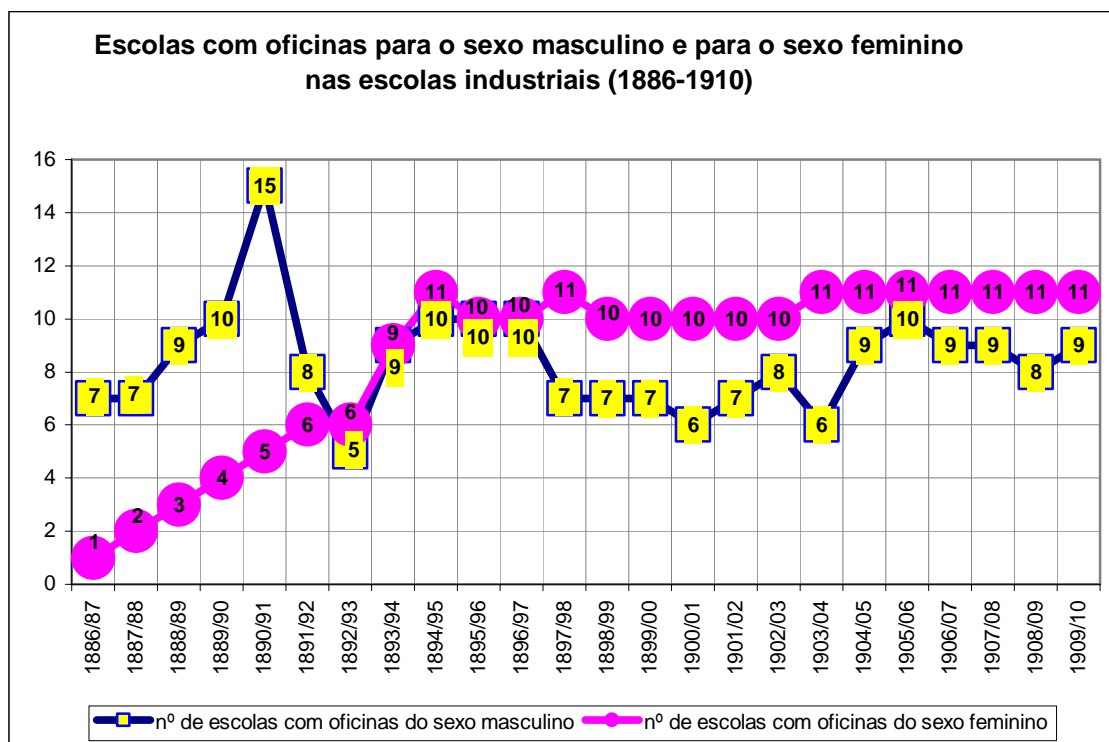
A leitura do Gráfico 12 permite constatar que a evolução do número de escolas com oficinas se afigura distinta em função dos sexos.

O investimento inicial privilegia, de forma notória, o sexo masculino, com sete escolas a abrirem oficinas em 1886/87, enquanto apenas uma o fazia para o sexo feminino. O alargamento das oficinas foi, também, no primeiro caso, muito mais rápido nos anos subseqüentes, contrapondo-se a um ritmo mais lento de extensão a novas escolas de oficinas para o sexo feminino, processo que nos primeiros seis anos acumulou apenas uma escola por ano. Em 1890/91 subia para quinze o número de escolas que asseguravam tal oferta para o sexo masculino. Estas, todavia, reduziram-se para um terço, no curto intervalo de dois anos, na sequência da reforma de 1891, apesar da valorização da vertente profissionalizante nela expressa. A recuperação coincide com a legislação de 1893 e, nos dois anos seguintes, o número daquelas escolas duplicou.

⁵⁴ As fontes consultadas foram já enumeradas na nota 2 do capítulo 5.1.1.. As fontes estatísticas de matrículas nas oficinas para o período entre 1891/92 e 1901/02, apesar de fornecerem os dados desagregados por sexo, não discriminam o nome das oficinas em funcionamento. Após essa data, em virtude da descontinuidade da sua publicação, o *Anuário Estatístico* apenas fornece elementos específicos sobre cada oficina de dois em dois ou de três em três anos, optando por resumir em totais a informação para os restantes anos. Como nem todas as oficinas, definidas para cada escola nos diversos diplomas de reforma do ensino nas escolas industriais, lograram iniciar o seu funcionamento, não se dispõe, para este período, de informação rigorosa sobre o número e a área profissional das oficinas existentes em cada escola, sobretudo para o sexo masculino. No caso do sexo feminino a imprecisão é menor, pois, de acordo com a legislação em vigor, aquele concentra-se nas oficinas de Lavoros Femininos, embora, também para estas falte a designação das respectivas secções.

No que respeita ao sexo feminino, se a reforma de 1891 não se repercutiu negativamente no ritmo de implementação das oficinas, a de 1893 suscitou um impulso notório equivalente ao atrás constatado para o outro sexo. Em 1894/95 são onze e dez, respectivamente, as escolas com oficinas para o sexo feminino e para o sexo masculino. A leitura do Gráfico 12 mostra que, do ponto de vista quantitativo, as primeiras se consolidam, oscilando entre dez e onze até 1903/04 e fixando-se, a partir desta data, no valor mais elevado. As segundas, porém, a partir do ano lectivo de 1897/98 entram numa nova fase de retracção, mais uma vez concomitante com uma reorganização do ensino nas escolas industriais, a de 1897. Uma ligeira tendência ascendente manifesta-se a partir de meados da primeira década do século XX, mas o seu número mantém-se inferior ao das escolas com oficinas para o sexo feminino.

GRÁFICO 12



Em termos globais, o que ressalta da leitura do Gráfico 12 é que o processo de expansão das oficinas para o sexo feminino nas escolas configura um crescimento inicial lento, depois mais acentuado, mas sempre continuado e sem perdas, até 1894/95. A partir desta data inicia-se um período de estabilidade e o número total anual fixa-se acima do registado para o sexo masculino. Ao longo dos vinte e quatro anos examinados, não se detectam repercussões negativas decorrentes das reformas do ensino

a nível do quantitativo de escolas com oficinas para o sexo feminino, notando-se, pelo contrário, alguns efeitos estimulantes, sobretudo entre 1892/93 e 1894/95. A evolução das escolas com oficinas para o sexo masculino apresenta-se muito mais irregular, ao longo de todo o período, e as suas oscilações coincidem, com frequência, com a entrada em vigor de algumas reformas, em particular as de 1891, 1893 e 1897. Evidencia-se, ainda, que a oferta para o sexo masculino se circunscreve, em definitivo, até ao final da monarquia constitucional, a menos escolas do que a do sexo feminino.

QUADRO IX

Evolução do funcionamento das oficinas nas escolas industriais (1884-1910)

IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS		1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	
Circunscrição do Sul	Alenquer																									
	Angra Heroísmo																					♀	♀	♀	♀	
	Batalha																									
	Caldas																									
	Covilhã								♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Faro								♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Funchal								♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Lagos																									
	Leiria				♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Lisboa - Rodrigues Sampaio																									
	Lisboa - Príncipe Real										a)	a)	a)													
	Lisboa - Marquês Pombal	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Lisboa - Gil Vicente																									
	Lisboa - Afonso Domingues																									
	Peniche		♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Ponta Delgada																									
	Portalegre									♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Setúbal			♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Tomar									♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀
	Torres Novas																									
Viana Alentejo																										
Circunscrição do Norte	Aveiro																									
	Braga					♀	♀																			
	Bragança																									
	Chaves																									
	Coimbra																									
	Figueira da Foz																									
	Guimarães																									
	Matosinhos																									
	Porto - Faria Guimarães																									
	Porto - Infante D. Henrique							♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	♀	
	Viana do Castelo																									
	Vila Nova de Gaia																									
	Vila Real																									
Viseu																										
Nº de escolas com oficinas para		7	7	9	10	15	8	5	9	10	10	10	7	7	7	6	7	8	6	9	10	9	9	8	9	
Nº de escolas com oficinas para		1	2	3	4	5	6	6	9	11	10	10	11	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11	11	11	

LEGENDA: ■ escola frequentada pelo sexo masculino; ♀ escola frequentada pelo sexo feminino; a) Não existem dados sobre matrículas.

A leitura do Quadro IX revela o reduzido investimento nos estabelecimentos de ensino oficial na circunscrição do norte, onde apenas três, num total de catorze escolas, lograram abrir oficinas e, mesmo estas, salvo a de Lavoros Femininos na escola Infante D. Henrique no Porto, de curta duração (Braga e Coimbra). Na circunscrição do sul, ao inverso, apenas duas escolas, num total de vinte e uma, não chegaram a ter oficinas, a da Batalha, que era apenas uma aula de desenho, sucursal da escola de Leiria, e a Rodrigues Sampaio em Lisboa, a qual, mesmo no período (1892 a 1897) em que integrou a rede das escolas industriais, privilegiava no seu currículo a preparação para o acesso aos Institutos.

As primeiras oficinas abriram no ano lectivo de 1886/87 em oito escolas da circunscrição do sul, sendo uma para o sexo feminino, a oficina de Lavoros Femininos, na escola Marquês de Pombal, em Lisboa. A iniciativa prosseguiu até ao final da década e, no ano lectivo de 1890/91, as dezasseis escolas da circunscrição do sul apresentavam oficinas em efectivo funcionamento, quatro delas de Lavoros Femininos.

Na circunscrição do norte a instalação de oficinas seguiu um ritmo muito mais lento. As duas primeiras estrearam-se apenas em 1890/91, uma de Lavoros Femininos, na escola de Braga, que fecharia dois anos mais tarde, e outra de Gravura em Metal, na escola de Coimbra, que não passaria daquele ano.

A extinção de escolas, decorrente da reforma de 1891, repercutiu-se também nas oficinas, como atrás se salientou, mas mantiveram-se todas as oficinas de Lavoros Femininos, nas escolas de Setúbal, Peniche, Leiria, Marquês de Pombal em Lisboa e Braga, embora em meados do ano lectivo esta última tenha sido transferida para a escola Infante D. Henrique no Porto.

Nos anos seguintes a situação tendeu a regularizar-se, sobretudo na sequência da Organização dos cursos de Bernardino Machado, em 1893. Na circunscrição do sul, em 1894/95, funcionavam oficinas para os dois sexos em oito escolas: Marquês de Pombal e Afonso Domingues, em Lisboa, Campos Melo, na Covilhã, Jácome Ratton, em Tomar, Domingos Sequeira, em Leiria, Fradesso da Silveira, em Portalegre, Pedro Nunes, em Faro, e António Augusto Aguiar, no Funchal. Apesar de não existirem dados estatísticos para a escola do Príncipe Real, em Lisboa, é muito provável que esta tivesse também oficinas a funcionar⁵⁵. As escolas Vitorino Damásio, em Torres Novas, e

⁵⁵ Os dados de matrículas da escola do Príncipe Real foram destruídos num incêndio, de acordo com a informação constante do *Anuário Estatístico* (cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1900... op. cit.*). Todavia, o facto de serem efectuados pagamentos a uma mestra de Lavoros Femininos, no ano lectivo de 1894/95 (cf. AHMOP, Fundo do

Médico de Sousa, em Viana do Alentejo, apenas tinham oficinas para o sexo masculino, enquanto que as escolas Rainha D. Maria Pia, em Peniche, e Rainha D. Amélia, em Setúbal, se limitavam às oficinas de Lavoros Femininos.

A oficina de Lavoros Femininos na escola Infante D. Henrique, no Porto, permaneceria até 1907/08 a única oficina em funcionamento na circunscrição do norte. Apenas a partir daquele ano a oferta de prática oficial naquela área geográfica se alargará ao sexo masculino com a abertura, na escola Brotero, em Coimbra, das oficinas de Cerâmica, Marcenaria e Serralharia. Em 1909/10, nesta circunscrição, apenas funcionavam as oficinas destas duas escolas.

No mesmo ano, na circunscrição do sul, funcionavam oficinas em doze escolas. As escolas de Peniche, de Setúbal, de Lagos e de Leiria tinham apenas oficinas de Lavoros Femininos. Neste último estabelecimento, a oficina de Carpintaria encerrara em 1906/07. A oficina da escola de Lagos iniciou o seu funcionamento exactamente em 1909/10. Nas escolas de Viana do Alentejo e da Covilhã funcionavam oficinas só para o sexo masculino, sendo que, na segunda, a oficina de Lavoros Femininos dera lugar, em 1905/06 a uma oficina de Tecelagem. Nas escolas de Portalegre, de Faro, do Funchal, e de Lisboa – Marquês de Pombal, Afonso Domingues e Príncipe Real – funcionavam oficinas para os dois sexos. Sublinhe-se que nas escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues as mulheres frequentavam, para além da oficina de Lavoros Femininos, a oficina de Pintura Decorativa e, ainda, na primeira escola, a de Encadernação.

A sumária inventariação, atrás apresentada, das alterações nas oficinas ao longo do período em estudo permite constatar que o leque de oferta oficial varia de ano para ano, facto que, conjugado com a descontinuidade da informação sobre as oficinas que realmente funcionaram em cada um dos anos do período em estudo, dificulta uma percepção sequenciada mais precisa da sua evolução. Sublinhe-se, porém, que a maior instabilidade no funcionamento das oficinas está associada às áreas destinadas ao sexo masculino. As oficinas para o sexo feminino apresentam maior continuidade, ou seja, a sua maioria (60%) funcionou mais de quinze anos e 20% ultrapassou mesmo os vinte anos. Ao inverso, a maior parte (59%) das oficinas para o sexo masculino não excedeu os quinze anos de vida e nenhuma perdurou mais de vinte anos.

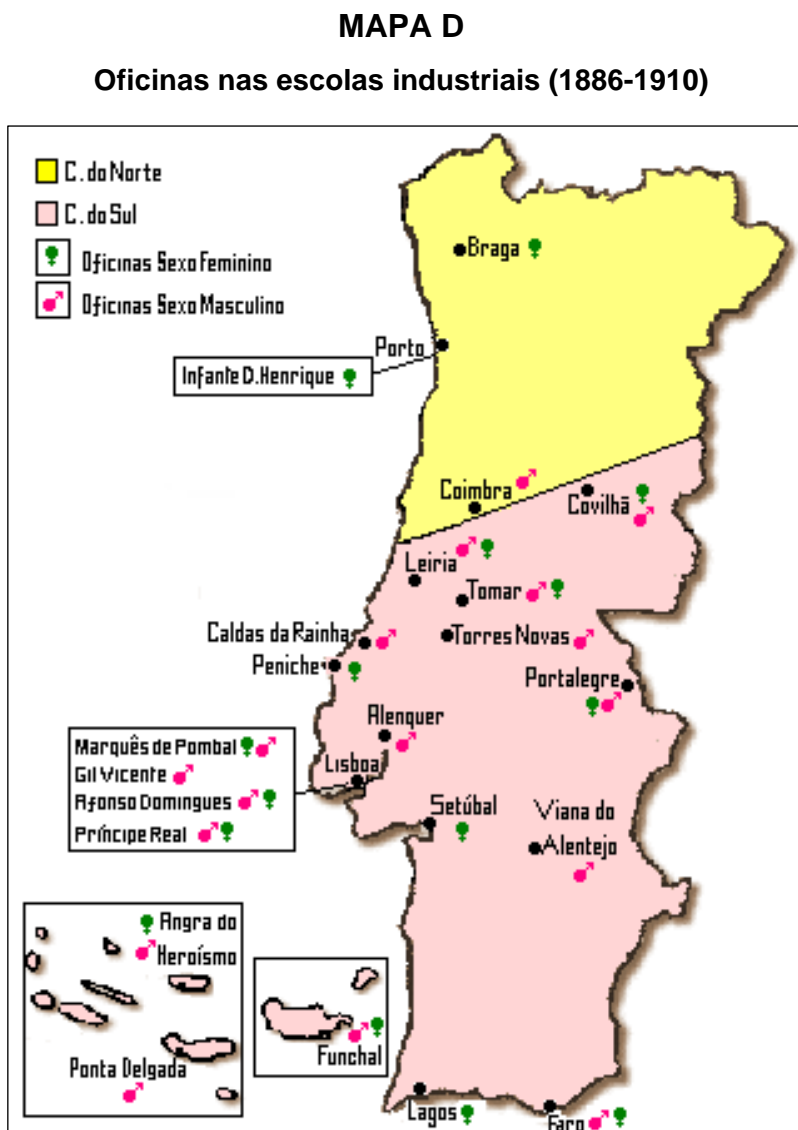
MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*, vol. 3), sugere que a respectiva oficina se encontrava em funcionamento.

Entre 1886 e 1910, abriram oficinas em vinte e duas escolas, sendo que em dezassete delas houve oferta para o sexo masculino e em quinze para o sexo feminino, mas nunca lograram funcionar todas em simultâneo. Considerou-se, no entanto, relevante traduzir cartograficamente a distribuição das escolas que, pelo menos em algum momento do período em estudo, proporcionaram o ensino oficial a mulheres e a homens.

As oficinas que abriram nas escolas industriais, como se pode observar no Mapa D, situaram-se em dezanove localidades, pois em Lisboa houve quatro escolas com aquela oferta de formação qualificante. Pela observação do mapa, torna-se ainda mais expressiva a quase ausência de oficinas na circunscrição do norte e a consequente discrepância face à do sul. Afigura-se, também singular, o facto de duas das três oficinas da circunscrição do norte se destinarem ao sexo

feminino. Na zona central do país, identifica-se um espaço geográfico de forte conglomeração, uma faixa que se estende de leste a oeste, limitada, a norte, por Coimbra e Covilhã e, a sul, por Setúbal e Viana do Alentejo.

A distribuição geográfica das oficinas de cada um dos sexos é bastante equilibrada, inclusive entre o litoral e o interior. Note-se que o vazio na região do Baixo



Alentejo se deve à ausência de escolas, a qual já atrás se assinalou.

O Mapa D, não obstante fornecer uma imagem global das oficinas inauguradas entre 1886 e 1910, ao justapô-las independentemente da sua duração, funde, numa só, vinte e quatro situações espacio-temporais diferentes. Para se poder visualizar a implementação do ensino oficial, recorreu-se, tal como para a rede escolar, à comparação entre dois anos relevantes neste período: 1890/91 (termo da fase de

arranque das escolas e oficinas) e 1909/10 (derradeiro ano deste estudo).

Confrontando os Mapas E e F, constata-se, em primeiro lugar, que a oferta de prática oficial nas escolas sofre uma retracção, pois de dezasseis localidades com oficinas em 1890/91 passou-se para doze em 1909/10.

Na circunscrição do norte apenas se assiste à transferência da oficina de Braga para uma escola do Porto, pelo que as alterações têm lugar, sobretudo, na do

sul. Nesta, a distribuição geográfica das oficinas evolui de forma semelhante à já verificada para as escolas, o que, em síntese, se traduz num ligeiro reforço a sul do Tejo (Viana do Alentejo e Lagos) e numa redução das oficinas no interior da Estremadura e

MAPA E

Oficinas nas escolas industriais (1890/91)



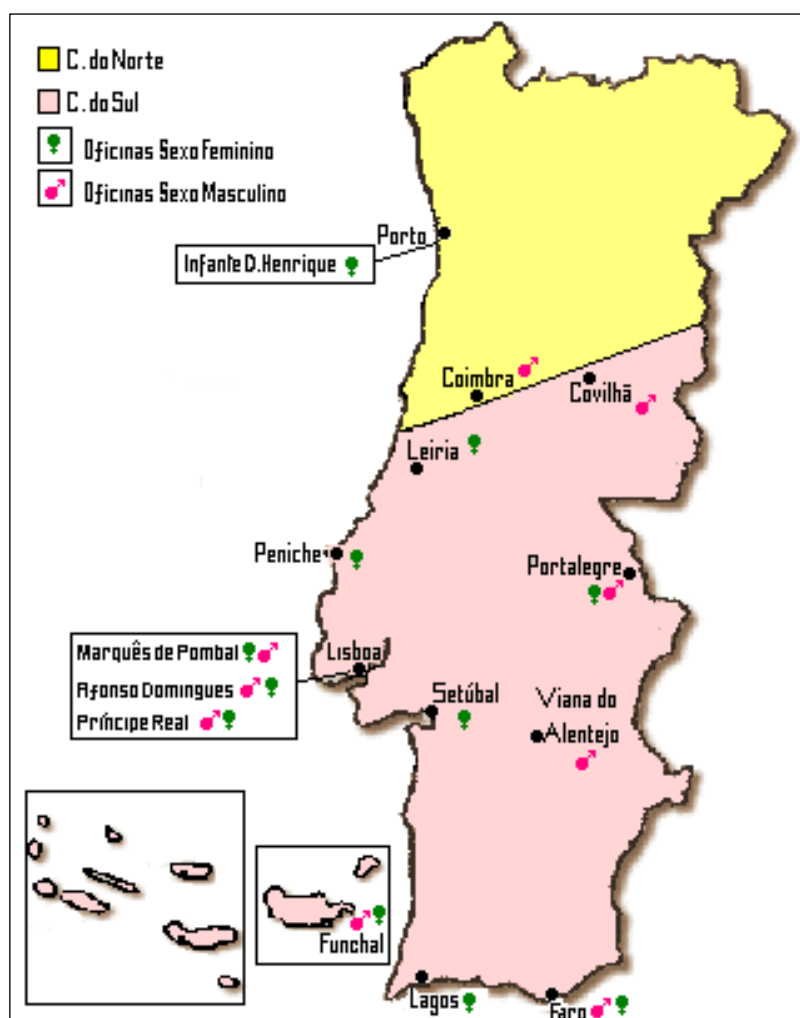
no Ribatejo (Caldas da Rainha, Alenquer, Torres Novas, e Tomar)⁵⁶. O que sobressai como pecu-liar é, por um lado, a interrupção do funcio-namento das oficinas no arquipélago dos Açores⁵⁷ e, por outro lado, o aumento substancial da oferta de ensino oficial para o sexo feminino. Esta verificava-se, em 1890/91, em apenas cinco das localidades assinaladas no Mapa E – Braga, Leiria, Peniche, Lisboa e Setúbal –, enquanto que o sexo masculino dispunha de oficinas em treze localidades. Em 1909/10

a situação mudara, como retrata o Mapa F, pois não só o diferencial entre os dois sexos se reduziu, como passou a ser favorável às mulheres. Estas dispõem de oficinas em escolas de nove localidades do país, baixando este número para sete no caso dos homens.

Em termos globais constatou-se que a oferta de ensino oficial não foi assegurada por todas as escolas (a não ser pontualmente, e para a circunscrição do sul, em 1890/91),

desvirtuando, em parte, a dimensão de qualificação profissionalizante apregoada nos diplomas de reforma do ensino nas escolas industriais a partir de 1886. A distribuição geográfica das oficinas que funcionaram entre 1886 e 1910 mostra uma grande

MAPA F
Oficinas nas escolas industriais (1909/10)



⁵⁶ Comparar com Mapas B e C, capítulo 5.1.1..

⁵⁷ Apenas no ano lectivo de 1909/10, o que pode não ser definitivo.

assimetria geográfica, com uma concentração quase exclusiva na zona central do país, mas, nesta, sem rupturas entre o litoral e o interior.

Um dos aspectos mais relevantes da abertura de oficinas para cada um dos sexos é o facto de resultarem sempre de um acto voluntário de criação e de investimento, ao contrário da admissão de raparigas e mulheres nas escolas. Por outras palavras, a progressiva integração do sexo feminino nas escolas apenas exigia, do sistema, o desdobramento de classes, e, mesmo este, apenas quando fosse possível, pois o funcionamento misto não era interdito. Não havia, por exemplo, necessidade de contratar novos professores ou de adquirir novo equipamento específico. No caso das oficinas a situação é completamente diferente. Uma oficina implicava um acto legislativo de criação e, depois, de regulamentação; em seguida era necessário assegurar a logística (um espaço apropriado), bem como os recursos materiais (equipamento e materiais de ensino) e humanos (mestras devidamente habilitadas).

As despesas de instalação das oficinas para o sexo feminino foram, em muitas escolas, superiores às das que se destinavam ao sexo masculino, como comprovam, por exemplo, os orçamentos apresentados por Luciano Cordeiro para as escolas do Funchal e de Portalegre⁵⁸. Na primeira, previam-se 244\$980 réis para as oficinas de costura, corte e bordados e 224\$120 réis para a oficina de Carpintaria e Marcenaria⁵⁹. Em Portalegre os custos eram mais baixos mas a discrepância foi maior, pois inscreviam-se 25\$000 para a oficina de Carpintaria, 44\$000 para a de Serralharia e 88\$590 para a de costura e corte⁶⁰. O carácter globalmente equitativo do investimento na abertura de oficinas para os dois sexos, mas com tendência para favorecer o feminino nas vésperas da República, parece contrariar a idealização discursiva sobre a instrução feminina, matéria a ser aprofundada.

Sistematizando, colocam-se algumas interrogações. Como explicar que numa rede insuficiente de oficinas nas escolas industriais, cerca de metade (e mais nos últimos anos da monarquia) das escolas que abriram oficinas tivesse contemplado o sexo feminino? Como interpretar o sentido da estreita relação entre os efeitos das reformas e a evolução quantitativa da oferta de oficinas para o sexo masculino nas escolas, ao mesmo tempo que as oficinas para o sexo feminino evoluíram incólumes às diversas

⁵⁸ Os elevados custos com a instalação da oficina de rendas da escola de Peniche serão analisados no capítulo 6.2.2..

⁵⁹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência op. cit.*, vol. 2, ofício nº 6028 de 24/07/1893, fls. 191-193.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, ofício nº 7079 de 14/11/1893, fls. 454-456.

reformas? Intencionalidade ou inércia? A manutenção e o alargamento das oficinas para o sexo feminino servem interesses do sistema? Em caso afirmativo, de que ordem? Ou, pelo contrário, pensa-se tão pouco sobre elas que, por inércia, a expansão do sistema se processa sem solavancos? Relembre-se, todavia, que a abertura de oficinas não se fazia sem decisão formal e sem custos. Não se aperceberam os dirigentes políticos (ao nível do MOPCI) ou os responsáveis pela coordenação central e regional (DGCI do MOPCI e inspeção) do desfasamento, a favor do sexo feminino, do número de escolas com oficinas em funcionamento? Tendo em conta as contenções orçamentais, que pautam as reformas, sobretudo a partir de 1891, e que constituem justificação sucessivamente reiterada para a reorganização dos cursos e da sua valência profissionalizante, apresentar-se-iam as oficinas para o sexo feminino suficientemente vantajosas para compensar os custos a elas inerentes? Como explicar a discrepância entre as duas circunscrições e, concomitantemente, o facto de a única oficina que funcionou com continuidade no norte ter sido de trabalhos femininos? Para além das dinâmicas locais e dos contextos económicos peculiares de cada região, outros factores terão de ser perscrutados, nomeadamente no interior do próprio sistema de ensino. Torna-se necessário identificar as vicissitudes que condicionaram a vitalidade das escolas setentrionais no que respeita à prática oficial.

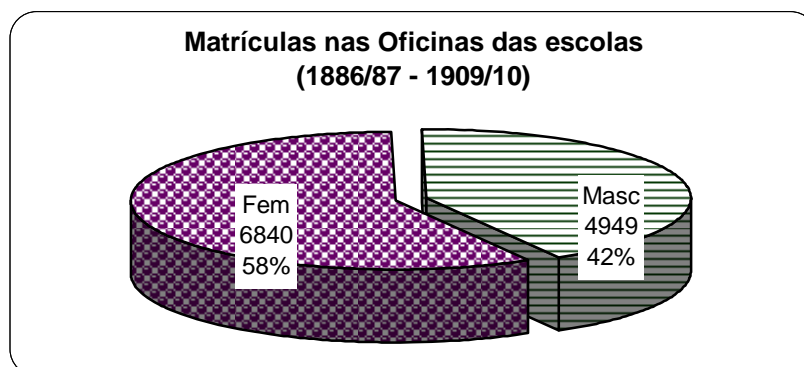
Traçado o cenário da oferta, há que analisar o vigor da procura, ou seja, traçar a evolução do movimento das oficinas a partir da afluência às matrículas por parte de cada um dos sexos e em cada escola.

5.2.2. A afluência feminina e masculina às oficinas

As oficinas das escolas industriais e de desenho industrial registaram um total de 11 789 matrículas entre o início do seu funcionamento, no ano lectivo de 1886/87, e 1909/10, término do período em estudo⁶¹. Do total de matrículas, mais de metade (58%) são do sexo feminino, como se pode ler no Gráfico 13.

GRÁFICO 13

⁶¹ As estatísticas disponíveis fornecem o número de matrículas e não o número de alunos e alunas contado/as individualmente. O levantamento anual por escola das matrículas em cada oficina no período compreendido entre o ano lectivo de 1886/87 e o de 1909/10 encontra-se sistematizado nos quadros 7.1, 7.2. e 7.3. no Anexo 7. Os dados apresentados neste capítulo reportam-se a esses quadros estatísticos. As fontes consultadas foram já enumeradas na nota 2 do capítulo 5.1.1. .

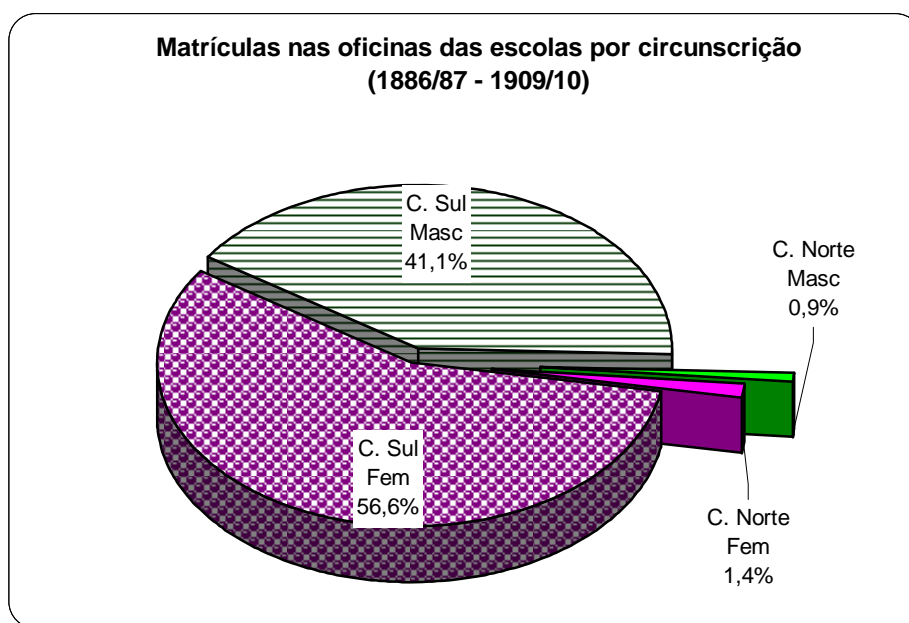


Esta situação afigura-se surpreendente, mesmo tendo em conta a relativa supremacia numérica das escolas com oficinas para o sexo feminino, constatada no capítulo anterior. Na realidade, configura-se, aqui, uma situação distinta da verificada em relação às matrículas nos cursos das escolas, pois na procura do ensino oficial é indubitável o predomínio feminino no período que decorre entre a abertura das primeiras oficinas até ao final da monarquia constitucional.

A comparação entre as duas circunscrições, que organizavam regionalmente as escolas, expressa no Gráfico 14, torna visível a desmesurada concentração (98% do total) das matrículas em oficinas na circunscrição do sul e a superioridade relativa das matrículas do sexo feminino no sul e no norte, resultados consonantes com a discrepância geográfica, já salientada em relação ao número de escolas com oficinas⁶². Estes dados revelam que, até à República, foi quase em exclusivo na área geográfica da circunscrição do sul e com primazia para o sexo feminino que se verificou o maior índice de concretização do ensino profissional prático nas escolas industriais.

GRÁFICO 14

⁶² Ver capítulo 5.2.1. .

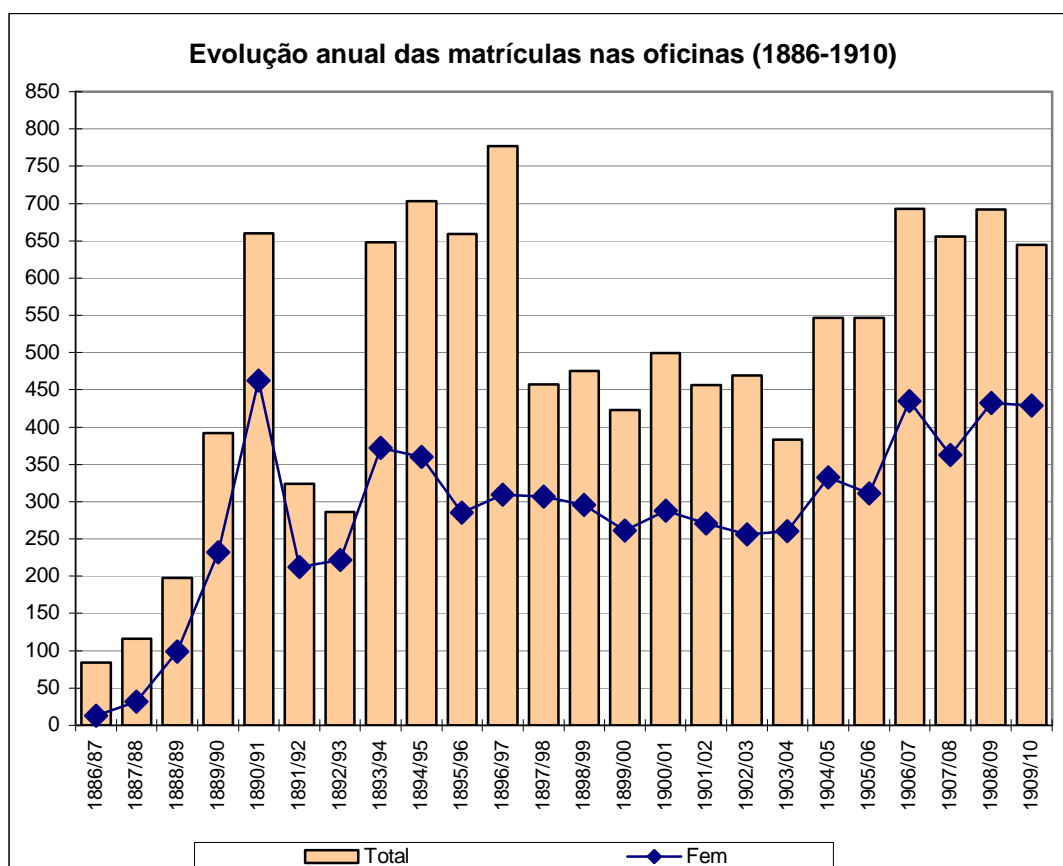


O Gráfico 15 permite acompanhar a evolução do volume de matrículas e, neste, a proporção do sexo feminino, ao longo daqueles vinte e quatro anos.

A evolução do movimento total das oficinas mostra-se mais irregular do que o do sexo feminino, sobretudo a partir de 1893/94, o que significa que foi o número de matrículas do sexo masculino que se tornou mais variável. Recorde-se, neste sentido, que foi, precisamente, o número de escolas com oficinas para este sexo aquele que sofreu mais alterações ao longo dos anos⁶³.

GRÁFICO 15

⁶³ Ver Gráfico 12 no capítulo 5.2.1..



Observa-se, num primeiro momento, uma tendência ascendente comum às duas séries até 1890/91, embora muito mais acentuada para a que representa o sexo feminino, que atinge naquele ano o valor mais elevado de todo o período⁶⁴. Segue-se uma quebra, também em ambas as séries, em 1891/92 e 1892/93. Esta coincide, mais uma vez, com os efeitos da reforma de João Franco (1891), mas, distintamente do que se verificou com as matrículas nas escolas, a organização dos cursos de Bernardino Machado (1893) saldou-se num claro acréscimo das matrículas do sexo feminino nas oficinas.

A partir de 1893/94, até 1896/97, o volume total de matrículas regista um aumento visível. Este é menos acentuado para o sexo feminino e os respectivos valores sofrem, dois anos mais tarde, uma ligeira redução, fixando-se entre 255 e 310 matrículas anuais até meados da primeira década do século XX⁶⁵. O acréscimo do número total de matrículas no intervalo entre 1893/94 e 1896/97 associa-se, pois, em particular ao sexo masculino, que atinge a cifra mais elevada de todo o período no último daqueles anos⁶⁶. À semelhança do movimento geral das escolas analisado anteriormente, a reorganização

⁶⁴ Ver Quadro 7.1. no Anexo 7.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ Ver Quadro 7.2. no Anexo 7.

de 1893 parece ter tido efeitos mais favoráveis para este sexo e mais uma vez a oferta diversificada de cursos e a abertura de novas oficinas parecem constituir factores relevantes.

A quebra acentuada do total de matrículas em 1897/98, que só apresenta indícios mais consistentes de inversão a partir de 1904/05, ocorre no período de relativa estabilidade das matrículas do sexo feminino e sugere, tal como se viu para as escolas, que a reforma de 1897 só se repercutiu desvantajosamente para o sexo masculino⁶⁷. Este ocorre menos às oficinas porque também reduzira os seus níveis de afluência às escolas, como atrás se verificou, mas o facto do decreto de 1897 determinar que os alunos voluntários não eram admitidos nas oficinas, acentuou essa quebra. Em 1904/05 inicia-se uma recuperação, quer do volume total de matrículas, quer das respeitantes ao sexo feminino.

As matrículas nas oficinas reflectem, mais uma vez, os efeitos, diferenciados em função do sexo, das reformas do ensino industrial, embora aqueles nem sempre tenham sido em absoluto coincidentes com os verificados em relação às matrículas nas escolas.

A análise da evolução da taxa de feminização, expressa no Gráfico 16, revela a preponderância do sexo feminino ao longo de quase todo o período em estudo, dado que esta só foi inferior a 50% em quatro anos. Dois deles são os primeiros anos de introdução da prática oficial nas escolas (1886/87 e 1887/88). Os outros dois, também consecutivos (1895/96 e 1896/97), não correspondem a qualquer alteração do número de escolas com oficinas para os sexos feminino ou masculino⁶⁸. Neste caso a alteração da taxa resulta do efeito conjugado de uma ligeira redução do número de matrículas do sexo feminino, provocada, sobretudo, pelas oficinas das escolas de Portalegre, Covilhã, Leiria e Setúbal, e de um aumento daquele número no caso do sexo masculino, devido, em especial, às oficinas das escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues em Lisboa⁶⁹. A partir de 1897/98 a taxa de feminização sobe para cerca de 70% e até 1909/10 a sua oscilação fica confinada entre os valores extremos de 55,3% (1907/08) e 67,9% (1903/04)⁷⁰.

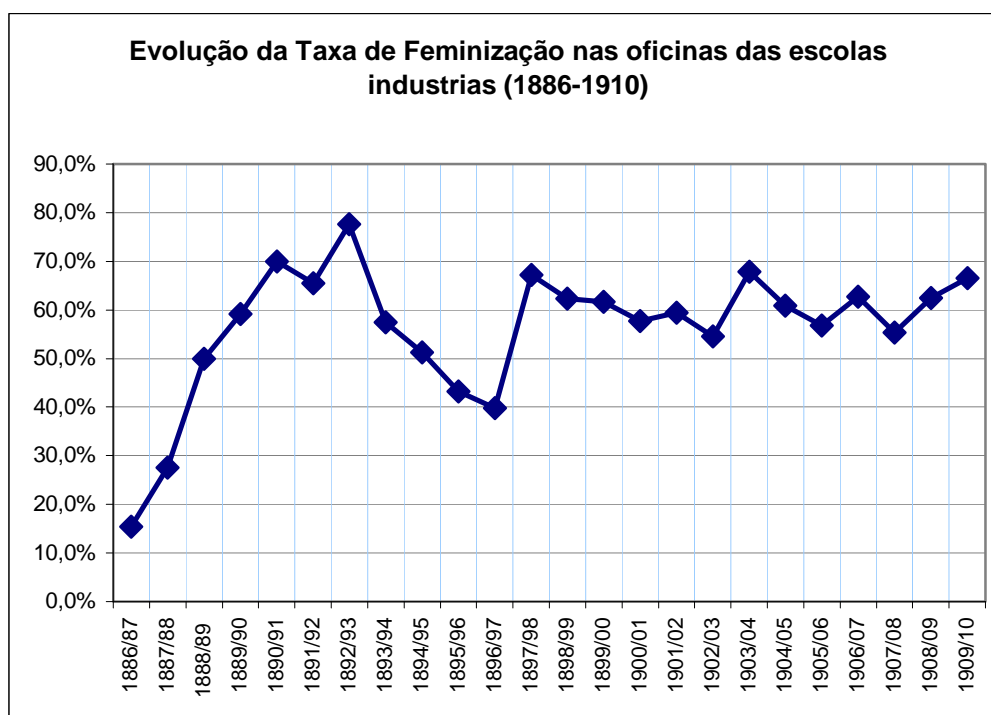
GRÁFICO 16

⁶⁷ Ver capítulo 5.2.2..

⁶⁸ Consultar Gráfico 12 no capítulo 5.2.1..

⁶⁹ Consultar Quadros 7.1. e 7.2. no Anexo 7.

⁷⁰ Consultar Quadro 7.3. no Anexo 7.



A leitura do Gráfico 16 indicia, ainda, que a elevada proporção de matrículas do sexo feminino não está sempre directamente associada à quantidade de oficinas. Essa realidade é perceptível, em especial, na década de oitenta e inícios da de noventa, quando o número de escolas com oficinas para as mulheres era ainda diminuto. A fim de exemplificar esta situação, construiu-se o Quadro X, que reúne a informação sobre as matrículas e as taxas de feminização em todas as oficinas em actividade, relativamente a três anos que se consideraram relevantes. O critério que presidiu à selecção do primeiro, 1888/89, foi o valor muito significativo da taxa de feminização quase no início da fase de criação das oficinas. Quanto aos outros dois anos, 1890/91 e 1909/10, a escolha pautou-se pelas razões já aludidas nos capítulos anteriores⁷¹.

Em 1888/89, só com oficinas em três escolas, o sexo feminino registou o mesmo total de matrículas que o sexo masculino em nove, o que significa que elas, para representarem 50% do total, acorreram numerosamente a cada oficina que lhes foi disponibilizada. O confronto entre os valores das matrículas comprova esta situação, pois a frequência nas oficinas de trabalhos femininos situa-se entre 26 (Setúbal) e 44 (Peniche), enquanto que no caso do sexo masculino o mínimo e o máximo são,

⁷¹ A primeira vez que se seleccionaram estes dois anos para efeitos de análise comparativa foi no Capítulo 5.1.1., em particular para a construção dos Mapas B e C. A relevância da comparação entre estes dois anos lectivos deve-se ao facto de corresponderem, respectivamente, ao termo do período inicial de criação das escolas e ao último ano lectivo da monarquia constitucional, ou seja, do período em estudo.

respectivamente, de 4 (Leiria) e de 19 (Torres Novas). À data, a oficina de Lavoros Femininos de Setúbal tinha secções de Rendas, Costura e Bordados, todavia, a de Peniche, só com Rendas, acolheu maior número de inscrições; em Leiria só havia oficina de Madeira, enquanto que, em Portalegre, funcionavam oficinas de Madeira, Torno e Metal⁷². O acréscimo da procura está, pois, menos dependente da diversidade da oferta oficial no caso do sexo feminino do que no do sexo masculino.

QUADRO X
Matrículas nas oficinas das escolas em 1888/89, 1890/91 e 1909/10⁷³

		1888/89				1890/91				1909/10			
		Fem	Masc	Total	Taxa Fem	Fem	Masc	Total	Taxa Fem	Fem	Masc	Total	Taxa Fem
Circunscrição do Sul	Alenquer					10	10	0,0%					
	Angra do Heroísmo					9	9	0,0%					
	Caldas		7	7	0,0%	0	16	16	0,0%				
	Covilhã		15	15	0,0%		14	14	0,0%		5	5	0,0%
	Faro		11	11	0,0%		14	14	0,0%	26	16	42	61,9%
	Funchal					0	14	14	0,0%	17	1	18	94,4%
	Lagos									25		25	100,0%
	Leiria		4	4	0,0%	16	17	33	48,5%	14		14	100,0%
	Lisboa - Príncipe Real									116	16	132	87,9%
	Lisboa - Marquês Pombal	29		29	100,0%	168	18	186	90,3%	44	75	119	37,0%
	Lisboa - Gil Vicente		7	7	0,0%		5	5	0,0%				
	Lisboa - Afonso Domingues		11	11	0,0%		16	16	0,0%	2	36	38	5,3%
	Peniche	44		44	100,0%	93		93	100,0%	141		141	100,0%
	Ponta Delgada						5	5	0,0%		0	0	-
	Portalegre		17	17	0,0%		15	15	0,0%	26	32	58	44,8%
	Setúbal	26		26	100,0%	175		175	100,0%	16		16	100,0%
	Tomar		8	8	0,0%		24	24	0,0%				
	Torres Novas		19	19	0,0%		15	15	0,0%				
	Viana do Alentejo										2	2	0,0%
C. Norte	Braga				10	0	10	100,0%					
	Coimbra					6	6	0,0%		33	33	0,0%	
	Porto - Inf.D.Henrique								2		2	100,0%	
Total		99	99	198	50,0%	462	198	660	70,0%	429	216	645	66,5%

LEGENDA: □ inexistência de oficina em funcionamento; 0 - oficina sem matriculados/as.

Em 1890/91, são cinco e quinze as escolas que asseguram oficinas, respectivamente para os sexos feminino e masculino, contudo, a taxa de feminização consegue atingir os 70%. Em três das oficinas, as matrículas de mulheres registaram, em termos comparativos, valores muito elevados – 93 em Peniche, 168 na Marquês de

⁷² Os dados discriminados sobre a oferta oficial em cada escola e respectivas matrículas, utilizados na análise em curso, encontram-se sistematizados em fichas por escola no Anexo 8.

⁷³ Quadro construído a partir da informação constante dos Quadros 7.1., 7.2. e 7.3. no Anexo 7.

Pombal em Lisboa e 175 em Setúbal –, enquanto que o número mais alto de matrículas do outro sexo foi 24 em Tomar, ficando as restantes oficinas abaixo da vintena. Peniche e Setúbal contavam ambas com secções de Rendas, Costura e Bordados, mas é nestas últimas que reside a grande diferença entre os totais das duas escolas; a oficina de Lavoros Femininos da escola Marquês de Pombal tinha Costura, Bordados, Pintura Decorativa e Trabalhos em Couro e de Flores, mas é também nas duas primeiras que as matrículas avultam⁷⁴. As oficinas de Ourivesaria, Madeira e Torno da escola Marquês de Pombal só tinham aberto nesse ano, o que pode explicar a discrepância de matrículas em relação à oficina de Lavoros Femininos, já no quinto ano de funcionamento. Em Tomar, para além das anteriores oficinas de Madeira e Torno, abriu uma nova de Trabalhos em Metal, que suscitou mais ingressos. No conjunto, porém, as oficinas para o sexo masculino, no mínimo de duas na maior parte das escolas, são pouco procuradas. Refira-se, como exemplo, a escola da Covilhã, que no total das quatro oficinas abertas, Madeira, Torno, Tecelagem e Tinturaria, somava catorze matrículas no ano em questão.

Em 1909/10 inverteu-se a relação do número de escolas com oficinas para cada um dos sexos, onze para o sexo feminino e nove para o masculino. O volume total de matrículas do sexo feminino é inferior (429) ao de 1890/91 (462), tal como a taxa de feminização, que baixou para 66,5%, resultado de um crescimento da afluência masculina às oficinas e, concomitantemente, de uma redução da feminina. A maior diferença, contudo, assenta no peso alcançado pelas oficinas do sexo masculino de algumas escolas, destacando-se, em primeiro lugar, a da Marquês de Pombal em Lisboa (75 matrículas) e, seguidamente, a da Afonso Domingues em Lisboa (36), a de Portalegre (32) e a de Coimbra (33). A escola Marquês de Pombal, a única a dispor de instalações construídas de raiz e a ela destinadas, pudera alargar, apreciavelmente, a oferta de oficinas: Lavoros Femininos, Marcenaria, Entalhador, Carpintaria, Serralharia, Pintura Decorativa e Encadernação. As duas últimas eram frequentadas pelos dois sexos. A frequência das oficinas para o sexo masculino nas escolas de Portalegre e Afonso Domingues em Lisboa consolidou-se sem que a oferta se tenha diversificado. São de frisar as novas oficinas de Cerâmica, Marcenaria, Entalhador e Serralharia da escola de Coimbra, inauguradas em 1907/08, as primeiras para aquele sexo na

⁷⁴ Como foi referido na nota 61 deste capítulo, os números de matrículas podem não corresponder ao número efectivo de alunas e alunos. Nos anos lectivos de 1889/90 e 1890/91 e no caso das oficinas de Costura e Bordados, discriminadas nas fontes estatísticas coevas, pode haver duplicação do número de alunas, pois é plausível que haja alunas que se matriculem nas duas áreas. Uma duplicação semelhante pode acontecer no caso das oficinas do sexo masculino, por exemplo entre Madeira e Torno, mas como o número de alunos é sempre inferior, o efeito multiplicador também o é.

circunscrição do norte desde a efémera existência da oficina de Gravura em Metal, na mesma escola, no ano lectivo de 1890/91.

As cifras registadas para o sexo feminino em oficinas como a de Peniche (141) ou a do Príncipe Real em Lisboa (116) são, contudo, claramente superiores. As matrículas nas oficinas da escola Marquês de Pombal, embora longe do volume alcançado em 1890/91 (168), ainda somam um valor considerável (44) no contexto da comparação entre os dois sexos. Todavia, há que notar que este total não se deve apenas à oficina de Lavoros Femininos, mas inclui as mulheres inscritas nas oficinas mistas de Pintura Decorativa (10) e de Encadernação (2). Quanto à escola de Peniche, esta faculta prática oficial apenas para o sexo feminino, Rendas e Lavoros Femininos (costura e bordados), esta última reaberta em 1904/05, depois de uma interrupção que data da reforma de 1897⁷⁵. Na escola Príncipe Real em Lisboa a oficina de Lavoros Femininos, em actividade desde 1897/98, recebeu desde o início elevado número de matrículas, contrastando com a oficina de Ourivesaria e Cizelaria, inaugurada no ano seguinte e destinada ao sexo masculino.

Em suma, não só a presença das mulheres nas oficinas das escolas do ensino industrial foi numericamente superior à dos homens, no total do período em estudo, como esse predomínio se verificou em vinte dos vinte e quatro anos analisados. Essa supremacia quantitativa traduz, no essencial, o facto de um número significativo de oficinas de Lavoros Femininos, independentemente do seu desdobramento em secções, ter logrado atrair e manter um afluxo massivo de matrículas, o que não aconteceu no caso do sexo masculino, não obstante a diversidade das áreas oficiais propiciadas pelas escolas.

Os gráficos 17 e 18, que apresentam a evolução anual das matrículas nas oficinas para os sexos feminino e masculino, respectivamente, comprovam, em termos globais, esta realidade. Verifica-se que até inícios dos anos noventa, apesar de terem aberto oficinas para o sexo masculino num maior número de escolas, houve um número mais elevado de matrículas do sexo feminino, o que acentuou o efeito de concentração daquelas em poucas escolas, com especial relevo para Peniche, Marquês de Pombal em Lisboa e Setúbal. A inauguração de novas oficinas para o sexo feminino, a partir de 1893/94, com destaque para as de Faro e de Portalegre, originou um aumento global de matrículas. Estas, no entanto, não atingiram nem os valores de 1890/91, nem os

⁷⁵ O decreto de 1897 atribui apenas oficina de rendas (do curso especial de rendas) à escola de Peniche. Com o decreto de 1901 o curso especial de Rendas é integrado no curso especial de Lavoros Femininos, o que proporcionará a reabertura da oficina de costura e bordados naquela escola.

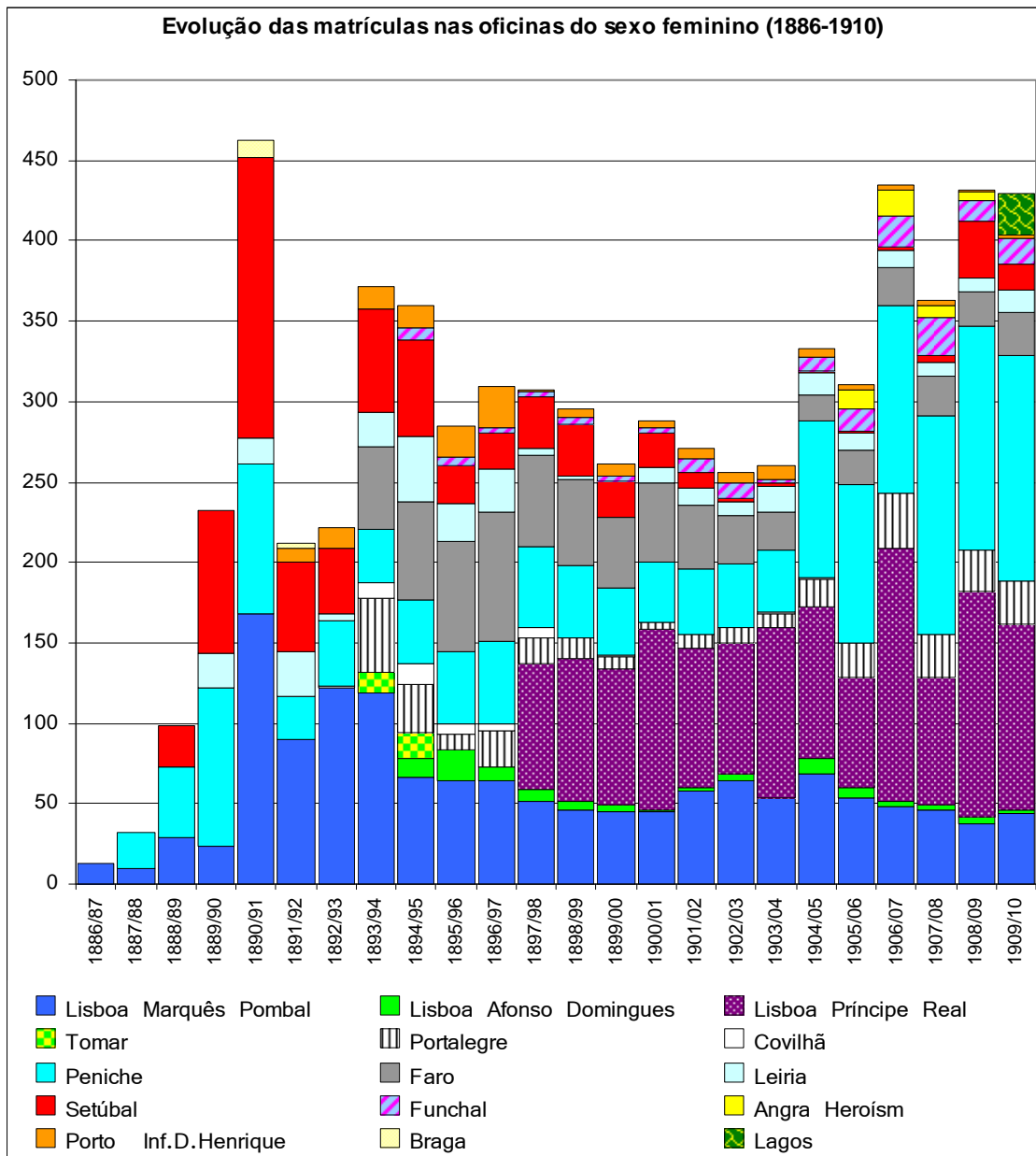
atingidos pelas oficinas masculinas, mas passaram a repartir-se de modo mais equilibrado pelas diferentes escolas. Nos anos seguintes, porém, a diminuição da afluência às oficinas das escolas Marquês de Pombal e de Setúbal traduziu-se numa tendência global decrescente que só não foi mais acentuada devido, num primeiro momento, ao incremento da oficina da escola de Faro e, num segundo momento, a partir de 1897/98, à oficina da escola Príncipe Real em Lisboa, cujo movimento ganhou posição de relevo até ao final do período em estudo⁷⁶.

No que respeita ao sexo masculino, verifica-se, até inícios dos anos noventa, a distribuição equilibrada do reduzido número de matrículas pelas várias oficinas em actividade. A partir de 1893/94 a escola Marquês de Pombal, em Lisboa, passou a reunir uma parte substancial das matrículas em oficinas, apenas igualada, e mesmo suplantada, entre 1894/95 e 1896/97, pela escola Afonso Domingues. Tendo em conta a brevidade de período áureo desta última, foi a escola Marquês de Pombal que se singularizou significativamente no contexto das oficinas para o sexo masculino. No Gráfico 18, pode observar-se a expressividade inquestionável da afluência do sexo masculino às oficinas da escola Marquês de Pombal em comparação com as restantes oficinas, as quais não lograram aumentar os seus efectivos, distintamente do que se constatou para o sexo feminino. Constatou-se, assim, que o recobro dos anos 1893/94 a 1896/97, que já atrás se relacionara com o crescimento da afluência às oficinas por parte do sexo masculino, na sequência da reorganização dos cursos de 1893, se deveu, não a um impulso generalizado ao conjunto das escolas e a nível nacional, mas ao incremento daquelas duas escolas de Lisboa, cujas oficinas se afiguraram as únicas do sexo masculino favorecidas pelas medidas legisladas. O movimento das matrículas do sexo masculino passou a ser determinado por esta concentração ao contrário do que se verificou para o sexo feminino.

A quebra considerável, em 1897/98, das matrículas do sexo masculino, atribuiu-se, não só à baixa das matrículas nas duas maiores escolas, Afonso Domingues e Marquês de Pombal, sobretudo na primeira, como à extinção de oficinas em algumas escolas. Nas oficinas do sexo feminino não se verificou alteração análoga e, nem mesmo subtraindo os valores da nova oficina do Príncipe Real, o ano de 1897/98 seria tão desvantajoso para a frequência feminina.

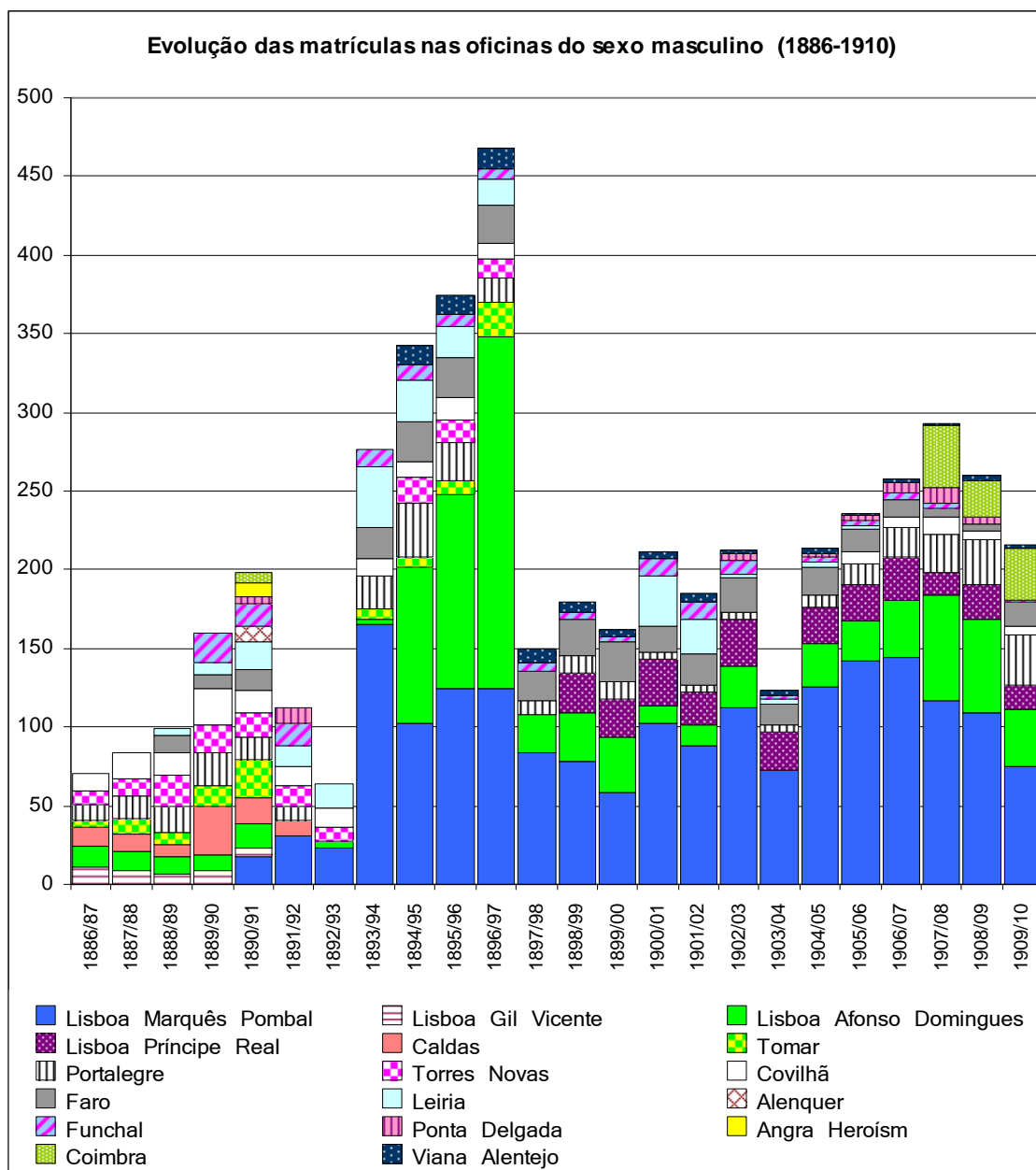
⁷⁶ Já se assinalou que, apesar da oficina da escola do Príncipe Real ter iniciado, com toda a probabilidade, a sua actividade em 1894/95, só existem dados estatísticos disponíveis a partir de 1897/98. Ver nota 55 no capítulo 5.2.1..

GRÁFICO 17



Na primeira década do século XX, o movimento das oficinas da escola Marquês de Pombal determina no essencial as oscilações das matrículas do sexo masculino, mas no final da década, a abertura da oficina na escola de Coimbra e a revitalização das oficinas em Portalegre e na Afonso Domingues em Lisboa traduzem-se numa diminuição do peso relativo da escola Marquês de Pombal no conjunto das matrículas.

GRÁFICO 18

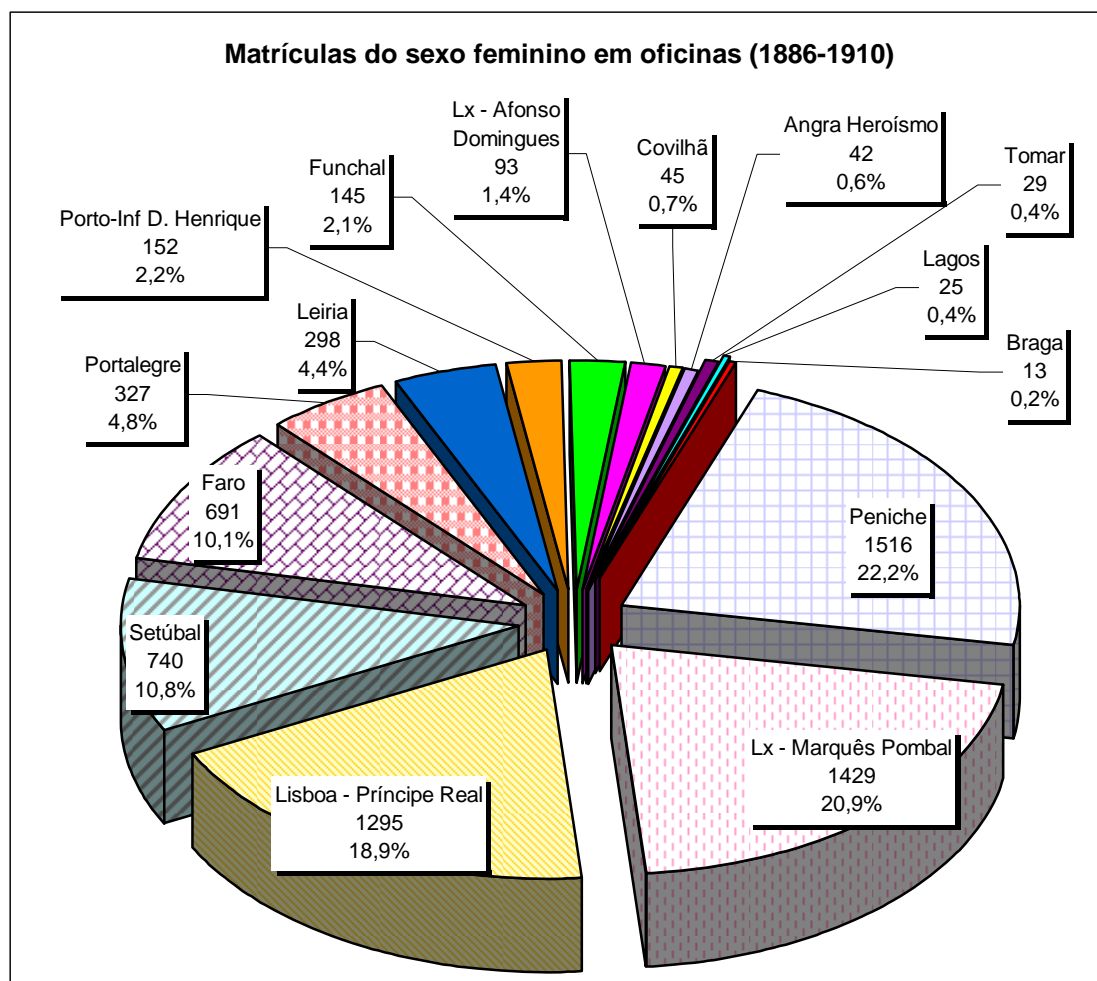


As matrículas do sexo feminino registam, também, um aumento em meados da mesma década, para o qual contribuiu, em maior escala, a oficina da escola de Peniche e, em seguida, a revitalização das oficinas de Portalegre, do Funchal e de Setúbal e a abertura da oficina de Lagos. A oficina que traduziu, ao longo do período em estudo, um movimento mais sustentado foi a de Peniche, porque, não só conseguiu manter índices de frequência estáveis nos anos noventa, diversamente do que aconteceu com Setúbal, como redobrou manifestamente o número de efectivas em meados da primeira década do século XX, logrando suplantar a grande oficina da escola Príncipe Real em Lisboa.

A desigual distribuição das matrículas pelas várias oficinas e também ao longo dos anos, bem como o relevo alcançado por algumas delas, justificam uma análise mais pormenorizada dessa heterogeneidade, para cada um dos sexos, com o objectivo de identificar as que patentearam maior projecção até ao final da monarquia. Construíram-se, para o efeito, os Gráficos 19 e 20, que representam a repartição pelas oficinas do total das matrículas recenseadas para cada um dos sexos no período em estudo.

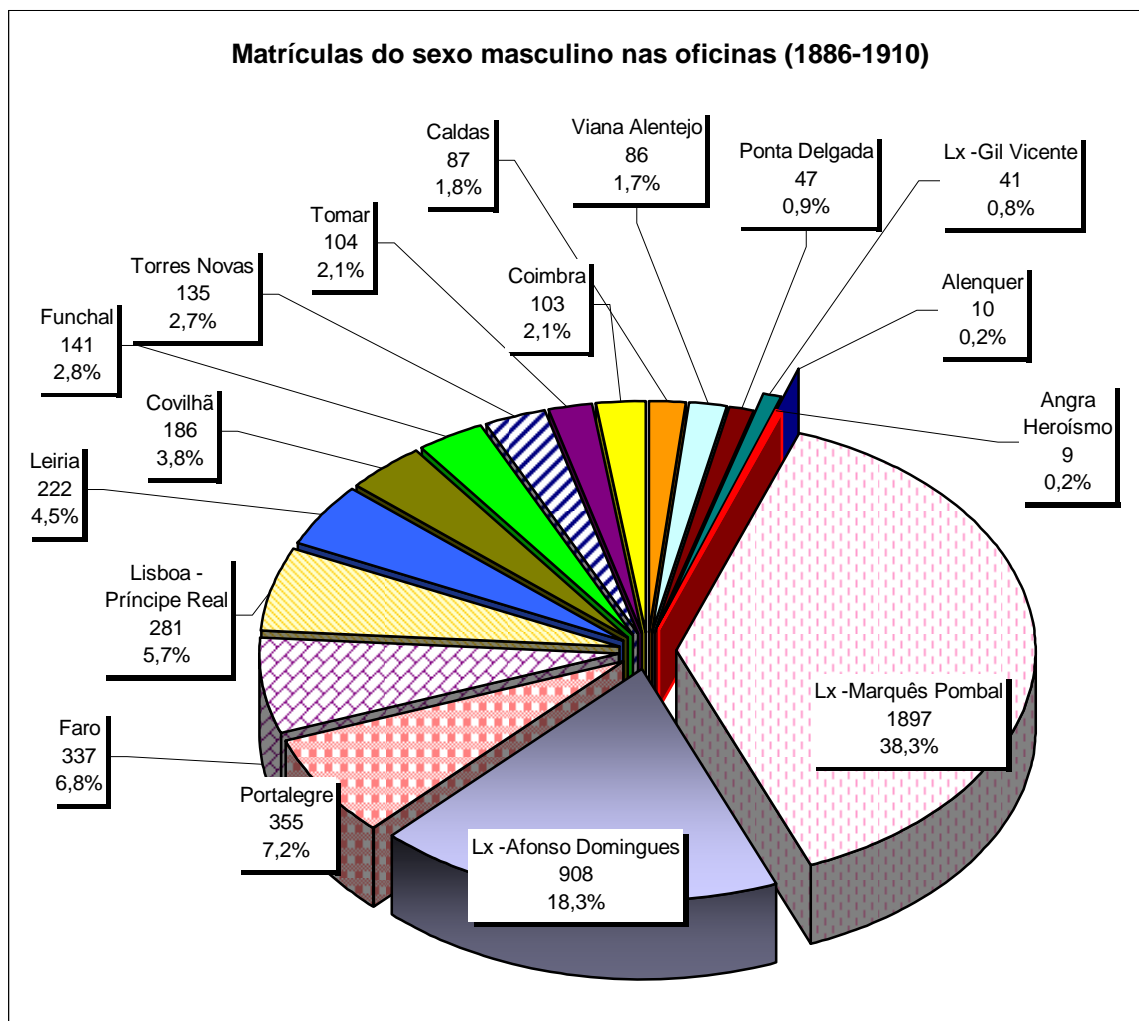
Numa leitura comparativa dos dois gráficos, ressalta, em termos globais, um maior desequilíbrio entre as oficinas do sexo masculino, provocado, no essencial, pelo peso de duas grandes escolas, que monopolizam mais de metade (56,6%) das matrículas, do que entre as do sexo feminino. Esta circunstância parece contrariar a tendência, atrás assinalada, de concentração das matrículas do sexo feminino em algumas escolas por contraposição às do sexo masculino, em menor quantidade e distribuídas por mais escolas.

GRÁFICO 19



Particularizando a análise, todavia, constata-se que a repartição das matrículas pelas oficinas do sexo feminino apresenta menos discrepâncias do que a do sexo masculino. Cerca de dois terços do total de matrículas (62%) distribui-se de modo bastante equitativo pelas oficinas de três escolas, Peniche, Marquês de Pombal e Príncipe Real (estas últimas em Lisboa), as quais, não se distanciam muito entre si. As restantes oficinas vão assumindo progressivamente menos importância, mas merecem ser ainda mencionadas as de Setúbal (10,8%) e de Faro (10,1%). Como se observa no Gráfico 19, a oficina mais frequentada, Peniche, dista apenas doze pontos percentuais da quinta, Faro. Note-se, que esta logrou atingir quase o dobro de matrículas (691) da terceira maior oficina para o sexo masculino, Portalegre (355). Identifica-se, para os dois sexos, o mesmo número de escolas (6) com menos de cem matrículas nas oficinas, a maior parte delas com breve período de funcionamento.

GRÁFICO 20



O número de anos de actividade de cada oficina constitui uma variável essencial no somatório atingido, salvo algumas excepções que merecem ser referenciadas. A oficina da escola do Príncipe Real, por exemplo, logrou suplantar, com nítida vantagem, escolas com um percurso mais longo, como Setúbal, Leiria, Infante D. Henrique no Porto, Faro, Portalegre, Funchal e Afonso Domingues em Lisboa. A oficina da escola de Setúbal é outro caso particular, mas inverso, pois, sendo uma das mais antigas oficinas, com grande afluência nos primeiros anos, o seu volume de matrículas ficou aquém das oficinas de maior dimensão, mercê da retracção que sofreu a partir de meados da década de noventa, como atrás se verificou⁷⁷.

No que concerne ao sexo masculino, as duas maiores presenças oficinais reúnem 56,6% do total de matriculados nas oficinas. A primeira, a Marquês de Pombal, concentra, sozinha, mais de um terço das matrículas (38,3%) e o valor numérico alcançado é duplo do da segunda, a Afonso Domingues. Relembrando o curto período de três anos em que as oficinas desta última escola lograram atingir elevados índices de alunos, o primado pertence de modo inequívoco às oficinas da escola Marquês de Pombal. As restantes matrículas, montante relativamente baixo (2144, depois de subtraídas as daquelas duas escolas), repartiram-se por quinze oficinas. As diferenças de oficina para oficina são graduais e, ponderada a duração da sua existência, não apresentam discrepâncias significativas entre si⁷⁸. Exceptuam-se casos, como, a oficina de Viana do Alentejo, que em dezasseis anos de funcionamento não chegou a somar cem matrículas, e as oficinas de Coimbra, que com um total de quatro anos de exercício, consegue suplantar aquele número.

No conjunto, a escola Marquês de Pombal em Lisboa não é de somenos importância. O número de matrículas de mulheres e de homens nas suas oficinas representa mais de um quarto (28%) do total registado, a nível nacional, entre 1886 e 1910. Sublinhe-se, todavia, que no caso do sexo feminino, foi a oficina de Peniche que constituiu um caso paradigmático de longevidade e de sucesso, sustentando a existência da escola em função da qualificação profissional do sexo feminino. Recorde-se, ainda, que, em Lisboa, a oficina de Lavoros Femininos da escola Marquês de Pombal cedeu a primazia à da escola Príncipe Real.

A comparação entre os Gráficos 19 e 20 evidencia, ainda, o peso das oficinas das escolas de Lisboa, mais marcado para o sexo masculino do que para o feminino.

⁷⁷ Ver capítulo 5.2.1., em particular o Quadro IX.

⁷⁸ Ver capítulo 5.2.1..

Neste, a importância das oficinas de Peniche, Setúbal e Faro (43,1% do total) contrabalança a influência das escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues em Lisboa (39,8%) e confere uma posição relevante ao litoral marítimo. No tocante ao sexo masculino, três das cinco escolas com oficinas mais frequentadas são de Lisboa e representam 62,3% do total de matrículas.

Os valores das matrículas nas oficinas revelam uma forte assimetria entre as circunscrições do norte e do sul e uma procura inusitada, por parte de raparigas e de mulheres, dos cursos práticos das escolas industriais. Esta realidade, não só se mostra dissonante em relação às matrículas nas escolas, como confere vantagem ao sexo feminino ao longo da quase totalidade do período analisado.

Tinha-se constatado que nas escolas industriais públicas, abertas aos dois sexos, mas dirigidas em especial ao sexo masculino, a presença do sexo feminino, apesar de ter atingido níveis significativos de frequência no contexto nacional coevo, traduziu-se numa taxa de feminização reduzida, a nível global (16,6%). A análise da rede e da procura da prática oficial naquelas mesmas escolas, porém, revelou uma realidade destoante, ou seja, a supremacia dos índices de matrículas do sexo feminino. Por outras palavras, o ensino oficial público afigurou-se dirigido prioritariamente para o sexo feminino e, nesta perspectiva, há que reconhecer que os índices de frequência obtidos pelo sexo masculino, apesar de inferiores, não devem ser ignorados.

Como interpretar esta realidade paradoxal do ensino industrial nas escolas públicas portuguesas até ao final da monarquia? Como explicar o sucesso das oficinas do sexo feminino, nomeadamente no quadro da legislação que sustenta o ensino nas escolas industriais? Que factores terão confluído para imprimir dinâmicas tão díspares, em função do sexo, entre os cursos das escolas industriais e os das suas oficinas?

5.3. As profissionais do ensino nas escolas industriais

A integração das mulheres nas escolas industriais não se circunscreveu ao corpo discente.

O ano lectivo de 1886/87, com a abertura da primeira oficina de trabalhos femininos, na escola Marquês de Pombal, em Lisboa, marca o início da contratação de mulheres como mestras nas escolas industriais. Um ano mais tarde, não só a disciplina de desenho foi entregue, pela primeira vez, também a elementos do sexo feminino,

como a gestão de uma nova escola foi cometida a uma mulher. A partir de então, a contratação de professoras e, sobretudo, de mestras e ajudantes de oficinas aumentou e, até 1910, trinta e seis mulheres, pelo menos, trabalharam nas escolas industriais⁷⁹.

Professoras e mestras pertenciam a categorias profissionais distintas. As professoras, tal como os seus colegas do sexo masculino, eram equiparadas a professores dos liceus centrais e leccionavam as disciplinas constantes do currículo de cada escola. No caso das escolas onde se professava apenas o desenho industrial, o/a respectivo/a professor/a assumia também as funções de director/a e secretário/a⁸⁰. Para dirigir e ministrar o ensino prático manual nas oficinas anexas às escolas eram contratadas/os mestras/es, uma categoria considerada, em termos formais, à parte do pessoal docente⁸¹. Os regulamentos de 1888 e de 1893 limitaram-se a incluir as suas atribuições nos capítulos sobre oficinas e estabelecimentos anexas às escolas, não lhes conferindo visibilidade como grupo profissional. Isso aconteceria, pela primeira vez, no regulamento de 1897, quanto à definição de competências "*Dos mestres e mestras*" e ao "*Provisamento dos mestres e mestras*"⁸². As normas estabelecidas foram iguais para os dois sexos, com excepção dos dois artigos que regulamentaram a formação e o recrutamento de mestras para as oficinas de labores⁸³.

Num período em que não existiam liceus para o sexo feminino, em que o acesso das mulheres à docência se limitava à instrução primária e em que se afirmava progressivamente um discurso desencorajador da participação das mulheres na esfera produtiva, como compreender o recurso a mulheres para o ensino nas escolas industriais? De que modo se processou o seu recrutamento e quais os critérios que presidiram à sua escolha? Que tipo de habilitações possuíam essas mulheres e como se caracterizou o seu percurso profissional nas escolas industriais? Estas são algumas questões a que se procurará responder neste capítulo.

⁷⁹ Os dados recolhidos sobre os percursos profissionais das professoras, mestras e ajudantes nas escolas industriais foram compilados no Anexo 9.

⁸⁰ Cf. Decreto de 03/01/1884, *op. cit.*, decreto de 30/12/1886, *op. cit.*, e, em especial, decreto de 23/02/1888, *op. cit.*, art. 31º, 33º, 65º e 70º.

⁸¹ Cf. decreto de 23/02/1888, *op. cit.*, art. 86º e 87º.

⁸² *Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial*, Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897, Capítulo V – 3. e Capítulo VII – 2.

⁸³ Cf. *Ibidem*, art. 23º ("*O curso de labores femininos feito nas escolas «Marquês de Pombal» e «Infante D. Henrique», habilita para a regência de trabalhos idênticos nas escolas industriais e noutros estabelecimentos oficiais*"). § 1º "*Este curso compreende, além do curso profissional completo, mais um ano de aperfeiçoamento, a fim das alunas adquirirem o tirocício indispensável para poderem dirigir uma oficina.*") e art. 191º ("*Os lugares de mestras das oficinas de labores femininos das escolas industriais e de outros estabelecimentos de ensino profissional para o sexo feminino que o governo criar, são providos em alunas que tenham o curso de labores femininos, e completado o ano de aperfeiçoamento a que se refere o art. 23º do presente regulamento*").

5.3.1. Evolução do pessoal feminino nas escolas industriais

O número de mulheres contratadas para ensinar nas escolas industriais foi acompanhando, até 1890/91, o ritmo de crescimento do ensino oficial para aquele sexo, como se pode ver no Quadro XI.

QUADRO XI

Pessoal docente feminino nas escolas industriais (1886/87 – 1909/10)⁸⁴

	1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10
Nº de Professoras	0	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Nº de Mestras	1	2	3	3	4	5	9	16	17	17	17	17	17	17	17	17	17	16	15	16	16	16	16	16
Nº de Ajudantes de oficina	0	0	0	0	0	0	1	2	2	2	2	2	2	2	4	2	2	2	0	0	5	3	3	3
<i>TOTAL</i>	<i>1</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>12</i>	<i>20</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>23</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>20</i>	<i>17</i>	<i>18</i>	<i>23</i>	<i>20</i>	<i>20</i>	<i>20</i>
Escolas com oficinas de trab. femininos	1	2	3	4	5	6	6	9	11	10	10	11	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11	11	11

FONTES: AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894)* e *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1886, 1888-1889, 1890-1891)*... *op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)*... *op. cit.* e *Relatórios sobre as Escolas. Circunscrição do Norte (1884-1892)*... *op. cit.*; Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo*, nº 283 de 15 de Dezembro de 1897; *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1896-1911, Lisboa.

Em 1891/92, apesar das medidas de contenção financeira de João Franco, a única alteração no pessoal docente feminino das escolas resultou da colocação de um professor e director na escola de Peniche, passando a professora que tinha esse encargo a mestra da oficina. Nos dois anos subsequentes, porém, o número de mestras aumentou a um ritmo mais acelerado do que o da criação de oficinas, o que também denota o aumento da frequência nas já existentes. No início dos anos noventa, assistiu-se ao crescimento da oficina de Lvores Femininos da escola Marquês de Pombal, em Lisboa, e à abertura, em 1893/94, de oficinas de trabalhos femininos nas escolas de Faro, de

⁸⁴ Em virtude do carácter descontínuo das fontes mais directamente relacionadas com o ensino nas escolas industriais, utilizaram-se, para o período entre 1897/98 e 1909/10 os dados constantes no *Anuário Comercial*, cuja actualização, pelas características desta publicação, nem sempre era realizada no ano em que as alterações ocorriam; cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1896-1911, Lisboa (as escolas industriais começam a constar do Anuário em 1895, mas a discriminação do pessoal só é introduzida em 1896).

Portalegre e de Tomar⁸⁵. As oficinas das escolas de Peniche e de Setúbal registaram, também, significativos índices de matrículas, tendo sido responsáveis pelo acréscimo de pessoal docente feminino em 1892/93. Cada uma delas recebeu duas novas mestras e a de Peniche voltou a ter uma professora a reger a disciplina de desenho e contratou, ainda, uma decuriã. A legislação previa, desde 1886, a possibilidade de contratar decuriões para ajudar no ensino, quer teórico, quer prático, quando o número de inscrições o justificava⁸⁶. Não foram prescritas restrições de sexo, de modo que as oficinas mais concorridas recorriam ao apoio de alunos ou de alunas que se encontravam mais adiantados.

Em 1893/94, o aumento de sete mestras deveu-se às novas oficinas, ao reforço da oficina de Leiria e à integração da escola Rodrigues Sampaio, em Lisboa, no sistema das escolas industriais.

A partir de 1894/95, tal como o número de escolas com oficinas estabilizou, também o pessoal docente feminino não sofreu alterações quantitativas significativas. De salientar que, a partir de 1887/88, para além das mestras, houve sempre mulheres como professoras nas escolas industriais, embora nunca tenham estado ao serviço mais do que duas, em simultâneo, no conjunto das escolas.

O decreto de Augusto José da Cunha que, em 1897, reorganizou o ensino industrial, inclui a listagem oficial mais completa, para o período em estudo, do pessoal que leccionava nas escolas industriais e que regia as respectivas oficinas⁸⁷. Sistematizou-se, no Quadro XII, a informação relativa ao pessoal docente, incluindo mestres/as de oficinas e decuriões/ãs, em exercício naquele ano lectivo, de modo a perceber e comparar o peso de cada um dos sexos em cada grupo profissional.

A discriminação dos dados por circunscrição justifica-se pela disparidade, em função do sexo, evidenciada pela realidade oficial das escolas e assinalada nos dois capítulos anteriores. As duas professoras registadas leccionaram, de facto, apenas na circunscrição do sul e, apesar de representarem uma percentagem mínima no conjunto dos professores das escolas (3,8% em relação ao sul e 2,1% a nível nacional), é de realçar que a presença de mulheres como professoras de desenho não foi uma situação pontual.

QUADRO XII

⁸⁵ Ver capítulos 5.2.1. e 5.2.2..

⁸⁶ Cf. decreto de 30/12/1888, *op. cit.*

⁸⁷ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897.

Pessoal docente feminino e masculino nas escolas industriais em 1897/98

	Professores/as			Mestres/as			Decuriões/ãs		
	Masc	Fem	Tx Fem	Masc	Fem	Tx Fem	Masc	Fem	Tx Fem
Circunscrição do Norte	44	0	0,0%	2 (a)	1	33,3%	6	0	0,0%
Circunscrição do Sul	50	2	3,8%	14	16	53,3%	2	1	33,3%
TOTAL	94	2	2,1%	16	17	51,5%	8	1	11,1%

LEGENDA: (a) dois mestres atribuídos à escola Infante D. Henrique, no Porto, para as oficinas de Carpintaria e de Serralharia, as quais nunca chegaram a funcionar.

FONTE: "Distribuição do pessoal por escolas", Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283 de 15/12/1897.

O Quadro XII mostra, ainda, a supremacia numérica das mestras em relação aos seus colegas do sexo masculino, situação consonante com o predomínio das matrículas do sexo feminino nas oficinas. Observe-se que a indicação, em 1897/98, de dois mestres para a circunscrição do norte não foi seguida da abertura de oficinas, pelo que, na prática, só a mestra exerceu. O diferencial entre mestres e mestras na circunscrição do sul, porém, é menor do que a discrepância evidenciada pelas matrículas dos dois sexos. Esta situação remete para o facto, já assinalado, de as oficinas do sexo feminino patentearem, em geral, níveis de concentração superiores às do sexo masculino, pois não se verificava um equivalente desdobramento das classes nem, em consequência, um aumento do número de mestras contratadas⁸⁸. Com o objectivo de apurar o número médio de alunos por mestre e de alunas por mestra construiu-se o Quadro XIII.

QUADRO XIII

Média de alunos/as por mestre/a nas oficinas das escolas industriais em 1897/98

		N° alunos/as	N° mestres/as	Média al/m
Circunscrição do Norte	Fem	1	1	1
	Masc	0	2	0
Circunscrição do Sul	Fem	306	16	19,1
	Masc	150	14	10,7

LEGENDA: Média al/m – valor médio de alunos/as por mestre/a.

FONTES: "Distribuição do pessoal por escolas", Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283 de 15/12/1897; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

⁸⁸ Ver capítulo 5.2.1..

A leitura do Quadro permite constatar que, em média, cada mestra tinha a seu cargo quase o dobro do número de aprendizas do que cada um dos seus colegas do sexo masculino. Deste modo, apesar de terem sido contratadas mais mulheres do que homens para o ensino oficial nas escolas industriais, não o foram na proporção do diferencial de matrículas entre os dois sexos.

No ano lectivo de 1897/98 eram duas as mulheres directoras de escolas, mas este valor adquire maior relevo do que no caso das professoras, pois o total de directores é deveras mais reduzido, como revela o Quadro XIV. Constata-se, mais uma vez, que a presença feminina é exclusiva da circunscrição do sul.

QUADRO XIV

Directores das escolas industriais em 1897/98

	Masc	Fem	Total	Tx Fem
Circunscrição do Norte	8	0	8	0,0%
Circunscrição do Sul	11	2	13	15,4%

FONTE: "Distribuição do pessoal por escolas", Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283 de 15/12/1897.

As escolas em questão são as de Peniche e de Setúbal, vocacionadas, prioritariamente, para o ensino profissional do sexo feminino, mas com frequência mista nas disciplinas de desenho. Desde a sua criação que estas escolas foram dirigidas por mulheres. A de Setúbal manteve a mesma directora até 1907, ano em que esta se reformou, tendo sido substituída por um homem⁸⁹. A de Peniche, com excepção de um curto período de cerca de um ano, após a reforma de João Franco, foi dirigida por mulheres até 1928, ano em que foi nomeado um director⁹⁰. Estas duas escolas não são de somenos importância no contexto nacional. Comprovam-no os níveis de frequência, pois, se hierarquizarmos as escolas da circunscrição do sul, em função do total de matrículas registadas para o período entre 1884 e 1910, verificamos que num total de vinte e uma escolas, as de Setúbal e de Peniche se situam, respectivamente, em oitava e décima primeira posições⁹¹.

⁸⁹ Até 1974, ano em que a figura de Conselho Directivo substituiu a de Director, a escola de Setúbal não voltou a ser dirigida por uma mulher; cf. CLARO, Rogério, *Um século de ensino técnico profissional... op. cit.*

⁹⁰ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003.

⁹¹ Dados constantes no Quadro VI, capítulo 5.1.2..

O aspecto mais importante, porém, do exercício da função de direcção por mulheres, é o seu significado simbólico a nível das relações de poder. O cargo de directora é de natureza distinta do de professora e, mais ainda, do de mestra. Estas últimas surgem indissociáveis dos labores de costura, corte, bordados e rendas, os quais, integrados nas oficinas de trabalhos femininos, são vinculados de forma exclusiva às mulheres. O ensino do desenho, ao contrário, era igual para os dois sexos. A nomeação de professoras de desenho traduz, em simultâneo, a existência de mulheres com a preparação exigida e o reconhecimento oficial da sua competência para aquela docência. Recorde-se que escasseavam, em Portugal, professores de desenho devidamente habilitados, o que levou à contratação de numerosos estrangeiros para ensinarem nas escolas industriais⁹².

A atribuição de funções directivas a algumas destas professoras, porém, tem repercussões mais profundas a nível do sistema de ensino industrial. As escolas de Setúbal e de Peniche não se destinavam a preparar esposas prendadas que rendibilizassem o domínio dos trabalhos de agulha em termos de economia do orçamento familiar. O objectivo destas escolas de ensino industrial era a capacitação profissional de mulheres em labores femininos, como bordados, costura e rendas, em especial, de bilros. Este ensino destinava-se a mulheres trabalhadoras, fossem elas adultas, já inseridas no mercado de trabalho, ou jovens aprendizas. A indigitação de mulheres para a direcção destas escolas significa que o sistema assumiu que elementos do sexo feminino pudessem aceder a um cargo dirigente, ou seja, a um lugar com algum poder de decisão, no contexto de um ensino que almejava profissionalizar e qualificar os recursos humanos para o mundo do trabalho industrial.

5.3.2. *Professoras de desenho e directoras de escolas*

Até 1910 foram três as mulheres que exerceram as funções de professora de desenho e de directora de uma escola industrial⁹³. Qualquer delas foi colocada por nomeação ministerial, tal como sucedeu com os professores do sexo masculino entre 1884, quando teve lugar o concurso inicial, e 1902, ano em que se utilizou de novo o concurso como método de recrutamento do pessoal docente nacional das escolas⁹⁴.

⁹² Sobre a contratação de professores estrangeiros ver capítulo 3.2.2.2., em particular nota 153.

⁹³ Consultar o Anexo 9.

⁹⁴ Após o concurso de provimento de professores de desenho realizado, em 1884, na sequência da criação das escolas industriais, o qual, como se viu no capítulo 4.2.2., não logrou preencher todas as vagas abertas, o

Foi com a criação da escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, que foi nomeada, em 1 de Setembro de 1887, a primeira professora de desenho industrial, Maria Augusta Prostes Bordalo Pinheiro⁹⁵. Esta foi também incumbida da direcção da escola e da respectiva oficina. Filha de Augusta Maria do Ó Carvalho Prostes e de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Maria Augusta, à data com quarenta e seis anos de idade, era uma artista distinta, com participação em diversas exposições de Belas Artes⁹⁶. Pertencia ao afamado Grupo do Leão, que reunia artistas plásticos de nomeada, alguns dos quais foram igualmente professores e directores de escolas industriais⁹⁷. Mais tarde, outros elementos da sua família próxima viriam a ser, também, professores de desenho industrial⁹⁸.

A colocação na escola de Peniche assinalou a iniciação de Maria Augusta Bordalo Pinheiro na feitura das rendas de bilros, pois teria sido com uma rendilheira veterana daquela localidade que ela aprendeu a manusear os bilros⁹⁹. Foi uma arte que

peçoal docente das escolas passou a ser colocado por nomeação ministerial, apesar de todos os diplomas subsequentes continuarem a estipular o concurso como forma de provimento. O decreto de 24/12/1901 prescreve um conjunto de medidas com o objectivo de regularizar e uniformizar a situação de contratação do pessoal docente das escolas industriais, entre as quais a obrigatoriedade do concurso como método obrigatório de recrutamento, o que viria a concretizar-se em 1902; cf. Decreto de 24/12/1901, *op. cit.*; ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar... op. cit.*

⁹⁵ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894)*.

⁹⁶ Maria Augusta Bordalo Pinheiro nasceu em 14/11/1841 e morreu em 22/10/1915. A sua actividade no âmbito das Belas Artes foi sistematizada por LEANDRO, Sandra, "Maria Augusta Bordalo Pinheiro", in CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino... op. cit.*, pp. 585-587.

⁹⁷ Os retratos dos membros do Grupo do Leão foram publicados em *A Ilustração Portuguesa* aquando do seu quarto certame nas salas do Comércio de Portugal; cf. *A Ilustração Portuguesa*, I Série, Ano 2, nº 23, 21/12/1885, pp. 6-7. Maria Augusta Bordalo Pinheiro é qualificada no mesmo periódico como "*uma verdadeira vocação artística. Discípula de Columbano fez a sua educação em Paris. Tem-se tornado conhecida e muito distinta, não só pelas pinturas em faiança, mas também pelos seus magníficos, vigorosos e potentes quadros de flores*", *Ibidem*, p. 8. Pertencentes ao Grupo do Leão e também recrutados para as escolas industriais foram José Cipriano Martins (escola de Tomar), Manuel Henriques Pinto (escola de Portalegre e, depois, de Tomar) e João Ribeiro Cristino da Silva (escola de Leiria e, depois, Marquês de Pombal, em Lisboa); cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*; AHME, Fundo da DGCI do MOP, Série Pessoal, Unidade 3565, *Relação de todos os professores das escolas industriais do país (1896-1897)*.

⁹⁸ O seu irmão Tomás foi contratado, em 1889, para a escola Afonso Domingues, em Lisboa, e o seu sobrinho Gustavo Manuel, filho de Rafael, foi professor, a partir de 1896, da escola Rodrigues Sampaio, em Lisboa; cf. *Ibidem*.

⁹⁹ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*. Este autor utiliza a expressão *rendilheira* para designar a executante das rendas, o que permite distingui-la das *rendeiras* negociantes, ou seja, as que dirigem unidades de produção e comercializam o produto. Calvet de Magalhães denomina as primeiras de *feitoreiras* e as segundas de *rendeiras* ou de *industriais* (cf. MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, *Bordados e rendas de Portugal*, Lisboa, Vega, 1995). A palavra *rendilheira*, segundo Nuno Luís Madureira, "*é utilizada para descrever a passamanaria de renda que enlaça o fio com a ajuda de um jogo de bilros de madeira e da respectiva almofada*" (MADUREIRA, Nuno Luís, "Rendilheira/rendeira", in MADUREIRA, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das ocupações*, vol. I, *A indústria têxtil*, Oeiras, Celta, 2001, p. 181. Apesar de *rendilheira* e *rendeira* terem o mesmo significado, podendo ambas significar a executante e a vendedora, optou-se, em termos operatórios, por utilizar a distinção proposta por Mariano Calado, por um lado para não

ela nunca mais abandonaria, a par da pintura, participando com os seus trabalhos, nas duas modalidades, em exposições nacionais e internacionais.

No primeiro ano em que dirigiu a escola, em 1887/88, Maria Augusta desenvolveu, sem pessoal docente auxiliar, um trabalho meritório. Os trabalhos da escola, patenteados na Exposição Industrial Nacional de 1888, realizada na Avenida da Liberdade, receberam os maiores elogios¹⁰⁰. Para além das rendas, a artista exibiu, na secção destinada às Belas Artes daquela Exposição, quatro quadros de pintura a óleo¹⁰¹.

Em Novembro de 1888, foi colocada, para a coadjuvar, Etlvina Augusta da Paz Assunção¹⁰². No final do ano lectivo, a colecção de rendas de bilros das alunas da escola Rainha D. Maria Pia figurou, igualmente, na Exposição Universal de Paris de 1889, tendo sido a única representação das escolas industriais portuguesas. A qualidade dos trabalhos, realizados sobre desenhos originais de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, foi premiada com uma medalha de ouro atribuída pelo júri internacional¹⁰³.

Em 26 de Julho, decorria aquela Exposição Universal em Paris, a professora foi encarregue oficialmente de visitar algumas escolas industriais em França e na Bélgica,

IMAGEM 2

Maria Augusta Bordalo Pinheiro com as alunas da escola Rainha D. Maria Pia em 1888/89



FONTE: Reprodução fotográfica da autora de um pormenor de Fotografia exposta no Museu Municipal de Peniche.

retirar a ligação da trabalhadora ao respectivo ofício (o que não acontece com o vocábulo *feitoreira*) e, por outro lado, para manter o termo que na época mais se usava para nomear a negociante, o de *rendeira*.

¹⁰⁰ Cf. *As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa em 1888. Catálogo dos Desenhos e outros objectos executados e expostos pelos alunos*, Lisboa, Tipografia e Estereotipia Moderna, 1888. A participação das escolas industriais nas exposições industriais será analisada no capítulo 6.1..

¹⁰¹ Cf. Associação Industrial Portuguesa. Exposição Industrial com uma secção agrícola em 1888, *Catálogo da Exposição de Bellas Artes. Secção de Pintura, Escultura, Gravura e Architectura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

¹⁰² Etlvina Paz Assunção foi nomeada com um vencimento de 20\$000 reis mensais; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*, despacho de 28/11/1888, fl. 45.

¹⁰³ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre... Exposição Universal de Paris de 1889... op. cit.*; *Exposition Universelle de Paris en 1889. Catalogue Officiel des Sections Portugaises*, Paris Imprimerie de la Société Anonyme de Publications Périodiques, 1889.

com uma gratificação de 270\$000 réis, valor considerável se se tiver em conta que o vencimento anual de um professor efectivo de uma escola industrial era de 600\$000. Desconhece-se a duração da visita, mas uma portaria de 14 de Agosto de 1889 conferiu-lhe dispensa de serviço na escola de Peniche para o efeito¹⁰⁴.

Em 1891, foi intimada, por um despacho datado de 3 de Setembro, a voltar de imediato a Peniche a abandonar o Asilo de N^a Sr^a da Conceição, em Lisboa, onde leccionava, sob pena de perder o vencimento que auferia pelo Ministério das Obras Públicas, que tutelava o ensino industrial. Maria Augusta não voltou à escola Rainha D. Maria Pia e foi exonerada a 8 de Outubro do mesmo ano, data do decreto de reorganização do ensino nas escolas industriais assinado por João Franco, e no final do mês o lugar foi preenchido por transferência de um professor¹⁰⁵. Esta alteração na escola foi contestada, na Câmara dos Deputados, por Francisco Machado, representante do círculo eleitoral a que pertencia Peniche, o qual sublinhou a competência da antiga professora e da sua ajudante¹⁰⁶.

Poucos meses mais tarde, em 4 de Abril de 1892, o inspector das escolas industriais da circunscrição do sul, Ramalho Ortigão¹⁰⁷, comunicava superiormente a necessidade de reformar os métodos de ensino na escola de Peniche, sublinhando que o seu único professor e, simultaneamente, director não entendia dos trabalhos específicos daquele estabelecimento. Reiterando a proposta já apresentada no início do ano lectivo ao Director Geral do Comércio e Indústria do MOPCI, Ortigão defendia "*a vantagem de não ser excluída do quadro de professores a Senhora D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro, de cujo ensino, como consta da minha informação escrita, resultou sempre sensível progresso para a indústria das rendas de Peniche*"¹⁰⁸. A ex-professora, porém, não voltaria a ensinar nas escolas industriais e de desenho industrial.

Durante os dois anos em que se manteve à frente da escola Rainha D. Maria Pia, contribuiu, todavia, de forma decisiva, não só para o êxito alcançado por aquele estabelecimento no conjunto das escolas e para a sua plena inclusão na comunidade

¹⁰⁴ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*, Portaria de 14/08/1889, fl. 44. Desconhece-se se Maria Augusta Bordalo Pinheiro elaborou algum relatório da visita. Os relatórios de visitas oficiais ao estrangeiro eram publicados no *Diário do Governo*, em geral no *Suplemento*, mas este relatório, a ter sido feito, nunca foi publicado naquele periódico oficial.

¹⁰⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁶ Cf. Intervenção de Francisco José Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 29 de Dezembro, pp. 4-5. Ver capítulo 6.2.2..

¹⁰⁷ Ramalho Ortigão substituiu Francisco da Fonseca Benevides, primeiro inspector das escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul, após o decreto de 8/10/1891, no qual João Franco procede a uma reorganização do ensino nas escolas industriais pautada pela contenção orçamental.

¹⁰⁸ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida, 1891-1892*, Ofício n^o 3669 de 04/04/1891, fls. 358-359.

local, como também para a revalorização das rendas de bilros de Peniche nos contextos nacional e internacional. Os seus desenhos originais, renovando os motivos tradicionais ou introduzindo motivos inovadores, alguns de carácter erudito, elevaram o espírito artístico das rendas daquela localidade, deixando uma marca indelével¹⁰⁹. Segundo Clementina Carneiro de Moura ela logrou integrar a arte das rendas na corrente da *Arte Nova*¹¹⁰.

A professora de desenho Maria Augusta Bordalo Pinheiro tornou-se, também, pela sua actividade na escola de Peniche, mestra de rendas de bilros. Após a sua passagem pelo ensino industrial público, a revitalização daquelas rendas converteu-se na prática artística privilegiada de Maria Augusta. Esta não deixou de exercer o seu ensino, daí em diante desenvolvido no âmbito de instituições particulares. Montou, para o efeito, um *atelier* em Lisboa, inicialmente na Rua das Taipas e depois transferido para a Rua António Maria Cardoso, onde também trabalharam experientes rendilheiras de Peniche¹¹¹. No desenvolvimento da sua actividade a artista contou com o apoio da rainha D. Amélia, a qual não deixou de se deslocar à Rua das Taipas para visitar o *atelier*¹¹².

O sucesso que Maria Augusta Bordalo Pinheiro continuou a alcançar, patente nas exposições nacionais e internacionais, foi sustentando a fama das rendas de bilros portuguesas, contribuindo para valorizar a importância do seu ensino nas escolas industriais, em particular na de Peniche que tanto beneficiara do seu contributo. Um dos relatórios da Exposição Industrial portuguesa realizada no Palácio de Cristal, no Porto, em 1891, da autoria de Clorinda Máxima de Macedo Araújo, dedica uma longa descrição elogiosa aos trabalhos de rendas de bilros apresentados por aquela artista, felicitando a "*habilidosa e inteligente criadora*" e vaticinando "*que o futuro nos dará mais de uma ocasião de admirar as delicadas concepções de seu notável talento*"¹¹³.

Em 1894 foi a única expositora de rendas portuguesas na Exposição Internacional de Antuérpia e obteve uma medalha de ouro¹¹⁴. Em 1896 participou, com um álbum de vinte e seis amostras de rendas de bilros, na Exposição Industrial e

¹⁰⁹ Cf. MOURA, Maria Clementina Carneiro de, "Rendas de Peniche", in BARREIRA, João (dir.), *Arte Portuguesa. As Artes Decorativas*, vol. 2, Lisboa, Ed. Excelsior, s/d, pp. 299-354.

¹¹⁰ Cf. *Ibidem*.

¹¹¹ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*; MAGDALENA, Maria (Pseud.), *Evocações de Rendas*, Porto, Oficinas de Empreza Litt. e Typographica, 1917.

¹¹² Cf. MAGDALENA, Maria (Pseud.), *Evocações de Rendas... op. cit.*

¹¹³ *Exposition Universelle de Paris en 1889... op. cit.*; *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891... op. cit.*, pp. 322-323.

¹¹⁴ Cf. SOUSA, Hermínio Soares da Costa, "Indústria de Rendas", *Boletim do Trabalho Industrial... op. cit.*, nº 94, p. 18.

Internacional de Joanesburgo¹¹⁵. Em 1900, mesmo no final do século, a artista exibiu trabalhos na Exposição Universal de Paris e foi premiada com uma menção honrosa na classe de "Pintura, cartões e desenhos" e com uma medalha de ouro na classe de "Rendas, bordados e passamanaria"¹¹⁶.

Nos anos seguintes, já no século XX, Maria Augusta continuou a exibir os seus trabalhos, mormente de rendas de bilros. Em 1904 marcou presença na Exposição Universal de S. Luís, nos Estados Unidos da América, com a obtenção do *Grand Prix*¹¹⁷. Em 1908 expôs na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, onde Portugal foi especialmente convidado a participar, e mereceu uma alusão especial de Cincinato da Costa, autor do Catálogo da Secção Portuguesa: "*As rendas da Sra. D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro têm já hoje celebridade no país e no estrangeiro. Nas últimas Exposições de Paris em 1900, e de S. Luís (Mo.), em 1904, na América do Norte, os seus trabalhos foram justamente reputados como dos melhores no género*"¹¹⁸. No certame brasileiro recebeu o *Grande Prémio* em "Rendas e Bordados" e em "Arte Aplicada".¹¹⁹ Em 1915 participou na Exposição de S. Francisco, também nos EUA¹²⁰.

Num relatório sobre a indústria de rendas, apresentado em 1914 ao Ministério do Fomento, Hermínio Soares da Costa e Sousa sublinhava o aperfeiçoamento que a escola D. Maria Pia conferira à indústria de rendas de Peniche, a qual, à data, pela originalidade dos modelos, permanecia uma excepção no quadro geral do país, "*porque à frente desse empreendimento dirige a sugestão de uma Bordalo Pinheiro*"¹²¹.

A escola de Peniche beneficiou, porém, de outra grande mestra e professora de rendas, Etelvina Augusta da Paz Assunção, coadjuvante de Maria Augusta desde o início do ano lectivo de 1888/89. Em Agosto de 1889, três dias depois desta ter sido dispensada de serviço, Etelvina Assunção foi nomeada professora de desenho e encarregue de reger provisoriamente a escola de Peniche¹²². A partir do mês de Outubro passa a dirigir a oficina da escola com uma gratificação anual de 90\$000 e manterá estas

¹¹⁵ Cf. *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II série, 13º ano, nº 13, 28/04/1896. Apesar do governo português não ter concorrido oficialmente à exposição, apoiou os expositores e as expositoras a nível de transporte e de instalação de produtos (cf. *Ibidem*, 12º ano, nº 11, 26/02/1896).

¹¹⁶ Cf. Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa - Inspecção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas...* *op. cit.*

¹¹⁷ Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro...* *op. cit.*

¹¹⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 532-533.

¹¹⁹ Cf. Exposição Nacional de 1908, *Prémios concedidos pelo Jury Superior. Julgamento da Secção Portuguesa*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

¹²⁰ Cf. "Portugal na Exposição do Panamá", *Ilustração Portuguesa*, 10/05/1915.

¹²¹ SOUSA, Hermínio Soares da Costa, "Indústria de Rendas", *op. cit.*, p. 20.

¹²² Etelvina Assunção passou a auferir 45\$000 reis mensais; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal...* *op. cit.*, despacho de 17/08/1889, fl. 45.

três funções durante dois anos, até João Franco ter determinado a sua substituição por Francisco Gil¹²³.

Etelvina Paz Assunção tinha sido uma aluna distinta da escola Marquês de Pombal, em Lisboa. Possuía já alguns conhecimentos de desenho de ornato quando, em Setembro de 1887, com dezoito anos incompletos, iniciou o curso de desenho industrial naquela escola, onde foi discípula do professor João Hilário Pinto de Almeida¹²⁴. No final do ano lectivo foi premiada com 8\$000 réis em "Desenho geométrico rigoroso" e com distinção em "Princípios de desenho de ornato" e exibiu cinco trabalhos na Exposição Industrial Nacional de 1888, realizada na Avenida da Liberdade¹²⁵. Estes dados curriculares terão sido determinantes na sua contratação e o seu desempenho posterior justificou, certamente, a sua permanência no lugar.

Em 15 de Novembro de 1892, Etelvina Assunção voltou a ser incumbida de reger a escola, com um salário de 1\$500 réis diários, devido à transferência de Francisco Gil para a escola de Leiria¹²⁶. O exercício deste, durante um ano, na escola de Peniche não fora pacífico e o seu desempenho tinha sido contestado pelos inspectores Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro¹²⁷. Este último insistia que a professora, "*que a bem dizer salvou e consolidou aquela escola e cujo serviço é dos que não posso deixar de considerar impreteríveis, sob todos os aspectos*"¹²⁸, deveria receber 600\$000 réis anuais, como lhe competia como professora de desenho do quadro, lugar previsto na tabela da escola de Peniche, e não os 1\$500 réis diários que lhe tinham sido atribuídos como professora provisória.

Em 1897, Etelvina da Paz Assunção recebia 540\$000 réis anuais, como professora auxiliar, e na sequência do decreto de 14/12/1897, que reorganizou o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, passou a professora efectiva, auferindo um vencimento de 600\$000 réis anuais¹²⁹. Este valor, correspondente à categoria e ao

¹²³ Cf. *Ibidem*, despacho de 05/10/1889, fl. 45.

¹²⁴ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*. Segundo Mariano CALADO (*História da Renda... op. cit.*), Etelvina Paz Assunção nasceu em 13 de Dezembro de 1869.

¹²⁵ Cf. *As Escolas Industriais... Exposição Industrial de Lisboa em 1888... op. cit.*

¹²⁶ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*, despacho de 15/11/1892, fl. 45. O vencimento diário de 1\$500 réis estava previsto para os professores extraordinários, ou seja, para os que eram chamados a reger a título eventual qualquer disciplina; cf. Tabela de Vencimentos anexa ao decreto de 30/12/1886, *op. cit.*

¹²⁷ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*, vol. 1, ofício nº 3668 de 01/04/1892, fl. 255 e ofício nº 3669 de 04/04/1892, fls. 357-359; *Ibidem*, vol. 2, ofício nº 6029 de -/07/1893, fl. 194.

¹²⁸ *Ibidem*, ofício nº 6035 de 31/07/1893, fl. 209.

¹²⁹ Cf. AHME, Fundo da DGCI do MOP, Série Pessoal, Unidade 3565, *Relação de todos os professores das escolas industriais do país (1896-1897)*; Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo*, nº 283 de 15 de

exercício de professor/a, fora definido por Emídio Navarro, no decreto de 1886 que reorganizou o ensino nas escolas industriais, e era aplicado indiferentemente aos dois sexos. Note-se que estes vencimentos eram superiores aos praticados no ensino primário e nas Escolas Normais, acrescendo que nestas últimas havia diferença salarial entre mulheres e homens. Os vencimentos no ensino primário elementar variavam entre 150\$000 e 200\$000 réis, consoante a classe das escolas, e no grau complementar entre 220\$000 e 340\$000 réis¹³⁰. Nas Escolas Normais, as professoras efectivas recebiam 300\$000 réis e os professores 400\$000 réis¹³¹.

Na Exposição Universal de Paris de 1900 Etelvina Augusta da Paz Assunção foi agraciada individualmente, no Grupo I "Educação e ensino", com uma medalha de prata como colaboradora¹³². Exerceu o cargo de direcção da escola até quase à data da sua morte, ocorrida em 26 de Janeiro de 1928¹³³. Foi substituída interinamente pelas mestras da escola até ser nomeado um director¹³⁴. Tendo adquirido, por casamento, o apelido Guizado, este nunca foi usado nos registos da sua actividade profissional.

Em 1888 foi nomeada, numa outra escola, a terceira professora de desenho, Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro, a qual prosseguiria uma carreira profissional notável. Foi uma das professoras primárias que cursou a escola Marquês de Pombal, em Lisboa, onde também foi discípula do professor João Hilário Pinto de Almeida. No final do ano lectivo de 1886/87, com 33 anos de idade, recebeu um prémio de 7\$000 réis em "Desenho geométrico rigoroso"¹³⁵. Em 1887/88, foi nomeada mestra da oficina de Lavoros Femininos da mesma escola, com um vencimento de 10\$000 réis mensais, mas antes de terminado o ano lectivo, em meados de Março, foi designada para reger extraordinariamente, com um vencimento de 1\$500 réis diários, os cursos de desenho da escola Jacome Ratton, em Tomar¹³⁶. Substituiria, até ao final do ano, o respectivo

Dezembro de 1897.

¹³⁰ Cf. Carta de lei de 18/03/1897, *Diário do Governo* nº 70 de 31/03/1897, in *Reformas...*, tomo I, vol. III, pp. 309-313.

¹³¹ Decreto de 18/06/1896, *Diário do Governo* nº 144 de 02/07/1896, in *Ibidem*, pp. 277-297.

¹³² Cf. Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa - Inspecção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas...* *op. cit.*

¹³³ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*. Em 1925 a escola já passara por diversas reorganizações; em 1912 foi designada de Escola Industrial de Rendeiras de Josefa de Óbidos, em 1918 é classificada como escola de artes e ofícios com o nome de Escola de Rendeiras de Josefa de Óbidos e a partir do ano lectivo de 1919/20 tornou-se exclusivamente feminina; cf. *Ibidem*.

¹³⁴ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*

¹³⁵ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888...* *op. cit.*. Joaquina Baptista Guerreiro teria nascido em 1853 ou 1854.

¹³⁶ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*, despachos de 20/09/1887 e de 15/03/1888, fl. 5vs.

professor e director, José Cipriano Martins, que adoeceu gravemente e viria a falecer pouco tempo depois.

No mês de Julho do mesmo ano Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro foi nomeada professora provisória de desenho da recém-criada escola Princesa D. Amélia, em Setúbal, e a partir do mês de Outubro receberia a gratificação de 90\$000 réis anuais por dirigir, sem ajudante, a oficina de Lavoros Femininos¹³⁷. No dia 1 de Outubro presidiu à sessão de inauguração da escola, em representação do inspector das escolas industriais da circunscrição do sul, que não pôde estar presente¹³⁸. A professora discursou perante as individualidades e população ali presentes, "*o meritíssimo administrador deste concelho Maurício Carlos Martins d'Oliveira bem como vários cavalheiros e senhoras sendo sete e meia horas da noite*"¹³⁹, expondo as grandes finalidades da nova escola. O administrador do concelho, também usou da palavra, frisando o elevado número de matrículas e a importância da escola para a localidade.

No final do ano lectivo de 1888/89, o primeiro do seu exercício na escola de Setúbal, Joaquina Guerreiro recebeu o prémio de 100\$000 réis atribuído ao professor de desenho que, em cada circunscrição, desse maiores provas de zelo e aptidão pelo serviço prestado¹⁴⁰. Foi a única mulher a ganhar este prémio anual. Após cumpridos os dois anos de tirocínio exigidos aos professores providos pela primeira vez, foi nomeada definitivamente professora de desenho da escola de Setúbal, em 22 de Maio de 1890, e directora da mesma, em 15 de Setembro do mesmo ano¹⁴¹.

Participou em diversos júris de exames de desenho industrial em escolas da circunscrição do sul, como Peniche e Alenquer, e também de desenho do ensino secundário, em 1893, por solicitação do Ministério do Reino ao MOPCI¹⁴².

¹³⁷ Cf. *Ibidem*, decreto de 26/07/1888 e despacho de 13/10/1888, fl. 54.

¹³⁸ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul... 1888-89... op. cit.*

¹³⁹ Acta da inauguração da Escola de desenho industrial", in *Centenário do Ensino Industrial em Setúbal*, nº 1, 1988, p. 11. A acta da sessão foi assinada por Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro e por mais duas mulheres, Maria José Palma e Maria das Dores Máximo Saquete, eventualmente professoras primárias de Setúbal; cf. CLARO, Rogério, *Um século de ensino técnico profissional... op. cit.*

¹⁴⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*, despacho de 25/06/1889, fl. 54.

¹⁴¹ Cf. *Ibidem*. O decreto de 30/12/1886 determinava que "*o primeiro provimento dos lugares de lentes e professores, tanto nos institutos como nas escolas industriais e de desenho industrial, será temporário e de tirocínio, devendo este durar dois anos de exercício. Findo este prazo, o governo, em vista da informação (...) do inspector das escolas (...) tornará o provimento definitivo se o lente ou professor tiver dado provas de aptidão, zelo e assiduidade no ensino (...)*", decreto de 30/12/1888, *op. cit.*, art. 39º § 5º.

¹⁴² Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 2, ofício nº 5092 de 28/06/1893, fl. 113; *Damião de Góis*, nº 282, 24/05/1891, p. 3; CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*

No ano lectivo de 1892/93, Joaquina Guerreiro passou a ser auxiliada por três mestras, colocadas para as oficinas de Costura, de Bordados e de Rendas. Uma delas, Maria Júlia Canedo, foi incumbida, a título provisório, de coadjuvar a professora no ensino da primeira parte do desenho, ou seja, do desenho elementar¹⁴³. No ano seguinte, continuando a ser excessivo o trabalho que recaía sobre a professora e directora da escola, foi contratado como professor auxiliar de desenho um desenhador das Obras Públicas, Isaías Newton¹⁴⁴. Em 1897, Joaquina Guerreiro auferia, como professora efectiva, 600\$000 reis anuais e Isaías Newton 400\$000 como professor auxiliar¹⁴⁵.

Na Exposição Universal de Paris de 1900, Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro foi agraciada individualmente, no Grupo I "Educação e ensino", com uma medalha de prata como colaboradora. Dirigiu a escola de desenho industrial Rainha D. Amélia até Abril de 1907, tendo sido substituída por um director, José Francisco Marques¹⁴⁶. Embora tenha adquirido, por casamento, em 1893, o apelido Henriques, este nunca é usado nos registos da sua actividade profissional.

As três professoras e directoras analisadas apresentam percursos profissionais notáveis. Maria Augusta Bordalo Pinheiro deixou o seu cunho na escola de Peniche à qual se ficou a dever a revitalização de uma das mais importantes indústrias artísticas nacionais. Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro e Etelvina Paz Assunção exerceram longamente as funções de professora e de directora, a primeira durante dezanove anos e a segunda durante perto de quarenta anos. Sublinhe-se que, depois de se terem aposentado, já no século XX, as escolas que dirigiram durante tantos anos foram entregues a directores do sexo masculino. Esta situação afigura-se mais insólita no caso da escola de Peniche. Apesar de ter sido sempre uma escola vocacionada prioritariamente para o sexo feminino, foi uma escola mista até 1919, não tendo constituído este facto um obstáculo a uma direcção feminina. Nos finais da década de vinte, quando era uma escola feminina de rendas, passou a ser dirigida por um homem. Esta ocorrência traduz o reforço de um processo de exclusão das mulheres de cargos directivos e de decisão, ou seja, de uma maior dissociação entre os papéis sociais femininos e masculinos. As três mulheres atrás analisadas representam, é certo, uma

¹⁴³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*, despachos de 15/12/1892, fl. 56vs. Maria Júlia Canedo recebia um vencimento de 10\$000 réis mensais.

¹⁴⁴ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 2, officio nº 6029, de -/07/1893, fls. 194-198.

¹⁴⁵ Cf. Tabela de vencimentos, Decreto de 14/12/1897, *op. cit.*

¹⁴⁶ Isaías Newton assegurou a direcção da escola até ao final do ano lectivo e José Francisco Marques foi transferido da escola de Faro e dirigiu a escola de Setúbal até 1913; cf. CLARO, Rogério, *Um século de ensino técnico... op. cit.*

reduzida percentagem no conjunto dos directores e uma presença ainda menos expressiva no grupo dos professores de desenho de escolas industriais durante a monarquia constitucional. No entanto, o facto de terem sido indigitadas é em si próprio significativo.

A competência que demonstraram no exercício das funções que lhes foram cometidas é testemunhada pelos inspectores e confirmada pela obra que desenvolveram. Terão sido as suas aptidões o factor determinante da sua contratação inicial? Não há dados objectivos disponíveis para responder de forma inequívoca a esta questão, tal como os não há para os seus colegas masculinos. Foram já referidas as diligências efectuadas, em 1884, pelos inspectores e dirigentes dos museus industriais e comerciais, para preencher os lugares remanescentes após o concurso de provimento de professores de desenho aberto no Verão daquele ano, bem como o papel dos coordenadores centrais e regionais na escolha dos docentes nomeados, nos anos seguintes¹⁴⁷.

São conhecidas as relações da família Bordalo Pinheiro com a Família Real e com personalidades influentes no sistema de ensino nas escolas industriais, como Joaquim de Vasconcelos, Ramalho Ortigão e Emídio Navarro. Este último detinha a pasta do MOPCI no ano em que aquele ministério celebrou um contrato com Rafael Bordalo, para que a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha formasse alunos da escola industrial daquela localidade, e em que Maria Augusta foi nomeada para a escola de Peniche¹⁴⁸. Ao Grupo do Leão, que a artista integrava, pertenceram, como já foi mencionado, outros professores das escolas industriais¹⁴⁹. Joaquina Aurélia Guerreiro e Etelvina Paz Assunção tinham em comum terem sido discípulas do afamado pintor João Hilário Pinto de Almeida. É crível que as redes de conhecimentos tenham contribuído, em alguns casos, para a selecção de docentes, fossem do sexo feminino ou masculino, para as escolas industriais. O certo é que essas nomeações recaíram, também, sobre mulheres e, mesmo que se considerem estes casos como excepcionais, quer pelo número reduzido, quer pela excelência do seu desempenho, é inegável que se esperou delas o mesmo zelo e proficiência que se exigiu aos seus colegas do sexo masculino. O prémio anual de 100\$000 réis recebido por Joaquina Guerreiro assim o comprova.

5.3.3. *Mestras e ajudantes de oficinas*

¹⁴⁷ Ver capítulos 4.2.2., 4.2.3. e 4.2.4..

¹⁴⁸ Cf. SERRA, João B., *Arte e indústria na cerâmica caldense... op. cit.*

¹⁴⁹ Ver nota 97 deste capítulo.

A grande proliferação de oficinas de Lavoros Femininos anexas às escolas industriais, sobretudo na circunscrição do sul, como atrás se verificou, implicou a contratação de mestras, na sua maioria de bordados, de costura e de corte, mas também de rendas (escolas de Peniche e de Setúbal), de flores e de trabalhos em couro (escola Marquês de Pombal, em Lisboa)¹⁵⁰. Entre 1886 e 1910, como revela o Quadro XV, foram contratadas, pelo menos, vinte e quatro mestras para as escolas industriais, sem contar as três professoras atrás analisadas, as quais desempenharam também essa função durante algum período da sua actividade profissional¹⁵¹.

Mais de metade (66,7%) das mestras das escolas industriais, a partir do momento em que foram contratadas, permaneceram em funções pelo menos até 1910. O Quadro XV mostra, aliás, que a maior parte delas apresenta longos percursos profissionais. Durante o período em análise, 62,5% das mestras trabalhou pelo menos 15 anos. É também visível o elevado número de novas mestras contratadas em 1892/93 e 1893/94, coincidindo com os efeitos dos diplomas de 1891 e de 1893, de João Franco e Bernardino Machado, em especial o segundo, que tanto favoreceu o impulso das oficinas nas escolas¹⁵². As mestras contratadas nesses dois anos representam mais de metade (58,3%) do total de mestras contratadas durante os vinte e quatro anos estudados¹⁵³. No ano lectivo de 1893/94 encontrava-se, pois, consolidado e estabilizado, numerica e nominalmente, o conjunto de mestras ao serviço nas oficinas de trabalhos femininos. Com efeito, 68,8% das mestras, no ano lectivo de 1909/10, já se encontrava a trabalhar desde 1893.

QUADRO XV

Exercício de funções das mestras das escolas industriais

¹⁵⁰ Consultar o Anexo 9.

¹⁵¹ Como já se observou, o carácter descontínuo das fontes, a inexistência de monografias sobre a maioria das escolas e a ausência de informação sobre as mulheres, discentes ou docentes, em grande parte dos trabalhos de investigação consultados, não permitem determinar com exactidão todas as mestras contratadas entre 1888 e 1910, bem como o período durante o qual exerceram. A informação sobre essas profissionais, apresentada neste capítulo, baseia-se, salvo nos casos devidamente assinalados, nas seguintes fontes: AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de registo do pessoal... op. cit.*; *Copiadores de correspondência... op. cit.*; Fundo do MOPCI, RI, *Registo de correspondência entrada (1895-1897)*; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul (1885-1886, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1891)... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial... op. cit.*; Decreto de 14/12/1897, *op. cit.*; *As Escolas Industriais... Exposição Industrial de Lisboa em 1888... op. cit.*; *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar (1896-1911)*, Lisboa. Consultar o Anexo 9 sobre as professoras, mestras e auxiliares das oficinas.

¹⁵² As medidas políticas de Bernardino Machado em relação às escolas industriais foram abordadas nos capítulos 3.2.2.3., 5.1.1. e 5.1.2..

¹⁵³ Não se contabilizou Ana de Jesus Almeida que pediu demissão ao fim de um mês.

(1886/87 – 1909/10)

MESTRAS a)	1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10
Maria Eugénia Bianchi	■																							
Maria do Carmo M. F. Escazena		■																						
Maria Silvério Laborde Nunes			■																					
Albina Cândida Pereira Magro				■																				
Maria Helena Silveira da Silva					■																			
Benvinda da Conceição Fernandes						■																		
Maria da Conceição Carvalho							■																	
Maria José Escazena								■																
Maria Júlia Baptista Guerreiro									■															
Maria Júlia Canedo										■														
Augusta das Dores Ornellas											■													
Laura Gonçalves												■												
Maria Amália Reis Bentes													■											
Maria Augusta Vasconcelos Soares														■										
Carolina da Assunção Lima															■									
Elisa da Conceição Paninho																■								
Elvira Barreto Figueiredo Perdigão																	■							
Maria Luisa Faria de Magalhães																		■						
Rita de Jesus Mendes																			■					
Ana de Jesus Almeida																								
Maria da Conceição Prezado																								
Virgínia C. Sacramento Marques																								
Albertina de Sousa Pedroso e Mota																								
Maria Elisa Moura C. Pimentel																								

LEGENDA: ■ período de exercício de funções; a) Não se incluíram as professoras apesar de terem desempenhado funções de mestra em alguns períodos; b) pediu demissão ao fim de um mês.

FONTES: Utilizaram-se as mesmas fontes do Quadro XI.

A primeira mestra foi Maria Eugénia Bianchi, contratada para a oficina de Lavoros Femininos da escola Marquês de Pombal, a primeira a ser criada para o sexo feminino, em 1886, ano em que se inaugurou o ensino oficial nas escolas industriais. Algumas oficinas de trabalhos para o sexo masculino começaram a funcionar sob a orientação do professor de desenho. Assim, nesse ano lectivo de 1886/87, para além de Maria Eugénia Bianchi, apenas foi contratado um mestre para uma oficina destinada ao sexo masculino na escola da Covilhã. Maria Eugénia era professora do ensino primário, tendo-se inscrito na escola industrial Marquês de Pombal onde foi distinguida, no final do ano lectivo de 1885/86, com 23 anos de idade, com um prémio de 12\$000 réis em "Princípios de desenho de figura". Regeu a oficina desde 4 de Novembro de 1886, data da sua inauguração, até 30 de Junho de 1887, *terminus* do seu contrato. Foi substituída por Joaquina Aurélio Baptista Guerreiro, a qual, como se verificou no capítulo anterior, iniciou alguns meses mais tarde a sua carreira de professora.

A transição da carreira de professora primária para a de mestra ou professora das escolas industriais, já registada para Maria Eugénia Bianchi e para Joaquina Aurélia Guerreiro, não foi pontual. Outras mulheres fizeram a mesma opção, tendo-se identificado os casos de Carolina da Assunção Lima (escola Infante D. Henrique, no Porto), Elisa da Conceição Paninho (escola de Peniche), Elvira Barreto de Figueiredo Perdigoão (escola de Leiria), Maria da Conceição Carvalho (escola de Setúbal), Maria do Carmo Escazena (escola Marquês de Pombal, em Lisboa). Deste grupo, apenas Carolina da Assunção Lima não cursou igualmente uma escola industrial.

Carolina da Assunção Lima foi uma das três únicas mestras registadas para a circunscrição do norte. A primeira foi Albina Cândida Pereira Magro, nomeada em Agosto de 1889 para a oficina da escola de Braga, cuja inauguração, porém, só viria a concretizar-se em Janeiro de 1891. A redução do número de matrículas terá levado ao seu encerramento, no ano lectivo seguinte, e Albina Magro foi transferida, em Dezembro de 1891, para a escola Infante D. Henrique, no Porto, onde preparou a abertura da respectiva oficina de labores, concretizada em Maio de 1892¹⁵⁴. Foi substituída, em Dezembro de 1893, por Carolina da Assunção Lima que, com 31 anos, apresentava já no seu currículo nove anos de experiência de magistério primário e uma comunicação apresentada no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, que teve lugar em Madrid no ano de 1892¹⁵⁵. Inicialmente nomeada, como mestra de costura, foi autorizada, em 1895, a acumular o ensino de bordados. A partir de 1905/06 foi colocada outra mestra de costura e bordados na mesma escola, Maria Elisa Moura Coutinho Pimentel. Ambas se encontravam ao serviço à data da implantação da República.

O número de mestras que fizeram um percurso prévio como alunas de uma escola industrial, tal como se verificou com Maria Eugénia Bianchi e com as professoras Joaquina Aurélia Guerreiro e Etelvina Paz Assunção, foi significativo. Dez

¹⁵⁴ Consultar o Anexo 9.

¹⁵⁵ Nascida em 26 de Abril de 1862, em Santarém, completou dois cursos de instrução primária elementar, o antigo e o moderno, na Escola Normal de Lisboa e concluiu o curso complementar da Escola Normal do Porto, em 14 de Agosto de 1890, com a classificação de bom; iniciou o magistério primário em 1884, tendo exercido no Asilo da Ajuda, na escola de Massarelos e na escola da Anadia (Aveiro), onde se manteve até 9 de Abril de 1893; entrou ao serviço do MOPCI em 19 de Dezembro de 1893; cf. AHME, Fundo da DGCI do MOP, Série Pessoal, *Cadastro do pessoal das escolas industriais da circunscrição Norte (1894)* e *Relação do pessoal das escolas industriais da circunscrição do Norte (1894)*. Na comunicação apresentada no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, intitulada *Anotações à instrução primária feminina*, defendeu o direito das mulheres exercerem qualquer tipo de actividade profissional e pugnou pela criação de escolas profissionais que as preparassem para os futuros empregos; cf. PINTO, Teresa, "Instrução e Feminidade...", in *op. cit.*

das vinte e quatro mestras identificadas, ou seja, mais de 40%, foram boas ou excelentes alunas de uma escola industrial.

Em Março de 1888, quando Joaquina Aurélia foi designada para substituir o professor de desenho da escola de Tomar, foi escolhida para a substituir, como mestra da secção de trabalhos de agulha da oficina de Liores Femininos na escola industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, Maria do Carmo Mazzachiodi Fernandez Escazena. Professora primária formada pela Escola Normal de Lisboa, tinha 26 anos de idade quando iniciou o curso de desenho industrial na escola industrial Marquês de Pombal em Janeiro do ano anterior, tendo alcançado um prémio honorífico em "Desenho geométrico rigoroso". No final do ano lectivo de 1887/88, obteve, como aluna, um prémio pecuniário de 7\$000 réis em "Princípios de modelação" e exibiu trabalhos na Exposição Industrial Nacional realizada na Avenida da Liberdade. Em Agosto foi-lhe renovada a nomeação como mestra para o ano lectivo seguinte. Continuou, porém, a frequentar a escola como aluna, voltando a ser distinguida, no final do ano lectivo, com um prémio de 10\$000 réis pelos trabalhos realizados na secção de pintura da oficina de liores, dirigida pelo Professor João Hilário Pinto de Almeida. Manteve esta dupla presença, como mestra e aluna da escola, até ao final do ano lectivo de 1889/90. Ao longo da sua carreira profissional como mestra na escola Marquês de Pombal, Maria do Carmo Escazena manteve o exercício do magistério primário em escolas de Lisboa¹⁵⁶. Ainda exercia à data da implantação da República.

No início do ano lectivo de 1888/89, foi nomeada uma segunda mestra para a oficina de Liores Femininos da escola Marquês de Pombal, Maria Silvério Laborde Nunes. Com a abertura, em Outubro de 1890, das novas secções de "*fabrico de flores de papel ou pano*" e de "*lavor em couro aplicado ao pequeno e grande mobiliário*" naquela oficina, foi incumbida de dirigir os novos trabalhos. Em Dezembro de 1893, por proposta do inspector Luciano Cordeiro, foi autorizada a acumular a regência das secções de Bordados, de Florista e de trabalhos em Couro da oficina de Liores Femininos. Exerceu, também, funções, em regime de acumulação, na Escola Normal Primária de Lisboa para o sexo feminino e, em meados da primeira década do século XX, deixou a escola industrial.

A oficina da escola de Leiria teve como únicas mestras duas das suas ex-alunas, Maria Helena Silveira da Silva, nomeada logo no primeiro ano de funcionamento, em

¹⁵⁶ Cf. *Anuário Comercial de Portugal... op. cit.* Maria do Carmo Escazena leccionou em várias escolas primárias de Lisboa, entre as quais a escola Central nº 10 e as escolas Paroquiais de Alcântara, da Ajuda e das Necessidades.

1890/91, e Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão, contratada três anos mais tarde. Apenas a primeira se manteria até à implantação da República. Tinha obtido, como aluna, em 1889/90, com 28 anos, um prémio honorífico em "Princípios de desenho geométrico rigoroso" e uma distinção em "Aquarelas em ornato". Foi nomeada mestra de Lavoros Femininos em Junho de 1890. Em Abril de 1892, quando o pagamento dos vencimentos de mestres e mestras registou um atraso de cinco meses, foi a sua atitude, ao apresentar a demissão por não poder continuar a trabalhar gratuitamente, que levou o inspector, Ramalho Ortigão, a prenciar superiormente a sua própria demissão¹⁵⁷. Este facto terá contribuído para a regularização dos pagamentos, pelo que a mestra continuou na escola, tendo sido novamente reconfirmada para o cargo em Janeiro de 1894.

Elvira Perdigão, professora primária, cursou a escola de Leiria e, em 1890/91, foi distinguida com dois prémios honoríficos, um na oficina de Lavoros Femininos e outro em "Desenho de ornatos a aquarela". No ano lectivo de 1893/94 foi contratada para os labores de costura. Em 1904 deixou a escola industrial, mas encontrava-se a leccionar na escola de habilitação para o Magistério Primário de Leiria, onde se mantinha à data da implantação da República¹⁵⁸.

Em Peniche, uma brilhante aluna da escola, Benvinda da Conceição Fernandes, foi nomeada mestra de rendas, em Janeiro de 1893, e manter-se-ia em funções, pelo menos até 1928¹⁵⁹. Rendilheira de Peniche, começou a frequentar, com 21 anos, a escola de desenho industrial Rainha D. Maria Pia, daquela localidade, desde a sua abertura, no ano lectivo de 1887/88. Após a conclusão do grau de desenho elementar, cursou desenho geométrico e ornamental do curso de desenho industrial, tendo completado o seu percurso escolar em 1891. Foi uma aluna distinta, como comprovam os diversos prémios obtidos, não só pecuniários (10\$000 réis, 11\$000 réis e 10\$000 réis em "Fabrico de rendas", respectivamente, em 1888, 1890 e 1891), como honoríficos ("Oficina de rendas" em 1889, "Desenho de ornato" em 1891) e de distinção ("Oficina de labores" em 1890). Enquanto aluna participou na Exposição Industrial Nacional de 1888, realizada na Avenida da Liberdade, e os seus trabalhos figuraram igualmente na Exposição Universal de Paris de 1889.

¹⁵⁷ Esta situação encontra-se contextualizada no capítulo 4.2.4.3..

¹⁵⁸ Em 1898 fora criada, em Leiria, uma escola mista de habilitação para o Magistério Primário, sendo possível que Elvira Perdigão já lá leccionasse antes de 1904. Cf. SOUSA, Acácio Fernando, *O aparecimento do ensino técnico-profissional... op. cit.*

¹⁵⁹ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*

No ano lectivo seguinte foi contratada Elisa da Conceição Paninho, o único caso de uma ex-aluna de uma escola industrial colocada como mestra numa escola que não frequentou. Aluna da escola de Setúbal, iniciou a sua carreira profissional como mestra de costura, corte e bordados na oficina da escola de Peniche com 22 anos. Substituiu Maria José Escazena que, tendo sido nomeada em Janeiro de 1893, foi obrigada, no final do ano lectivo, a deixar o lugar por motivos de saúde. No ano lectivo de 1897/98, em virtude do encerramento da oficina de costura e bordados decorrente da reforma de 1897, Elisa Paninho passou a mestra de rendas. Chegou a assumir a direcção da escola, a título interino, em 1928¹⁶⁰. O seu percurso escolar fora meritório, com diversas distinções. No ano lectivo de 1889/90 ganhara o prémio honorífico em "Princípios de desenho geométrico rigoroso" e em "Oficina de labores – costura, corte e em bordados". No final do ano lectivo de 1890/91 obtivera 15 valores no último exame e fora-lhe, mais uma vez, atribuído um prémio honorífico. A sua colocação na escola de Peniche partiu de uma proposta da directora, Etelvina Augusta Paz Assunção, que Luciano Cordeiro, inspector das escolas industriais da circunscrição do Sul, defendeu superiormente até a autorização ter sido concedida.

As duas primeiras mestras da escola de Portalegre, Ana de Jesus Almeida e Rita de Jesus Mendes, eram também ex-alunas da escola. A primeira recebeu o prémio honorífico em "Desenho elementar completo" em 1887/88. A segunda tinha 14 anos quando recebeu um prémio de 9\$000 réis, na disciplina de "Princípios de desenho de figura", no final do ano lectivo de 1886/87. Continuou, ao longo do seu percurso escolar, a receber diversos prémios, não só pecuniários (8\$000 réis em "Desenho geométrico rigoroso desenvolvido", 10\$000 réis em "Projecções e teoria de sombras", e 5\$000 réis em "Princípios de desenho de figura", respectivamente, em 1888, 1889 e 1891), como honoríficos ("Princípios de desenho de figura" em 1890) e de distinção ("Princípios de desenho de figura" em 1888). Ambas integraram a mostra das escolas industriais na Exposição Industrial Nacional de 1888 e Rita de Jesus exibiu rendas de bilros na Exposição Industrial de Portalegre de 1892¹⁶¹.

Criada a oficina da escola de Portalegre, em 1893, Luciano Cordeiro, à data inspector da circunscrição do Sul, propôs Ana de Jesus Almeida para mestra de costura e corte e Rita de Jesus Mendes para mestra de bordados. A nomeação concretizou-se em

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*.

¹⁶¹ Cf. "Catálogo e relatório da exposição industrial, agrícola e de belas artes do distrito de Portalegre, promovida pela direcção do Montepio Operário artístico portalegrense em 1892", *Apêndice ao Diário do Governo*, nº 5 de 1894, 06/04/1894.

1 de Dezembro do mesmo ano. Ana de Jesus Almeida, todavia, demitiu-se e o inspector, Luciano Cordeiro, por indicação do Governador Civil e de outros elementos da comunidade local, encarregou Maria Amália Reis Bentes, costureira-modista de profissão, de reger a respectiva oficina. Em 1897 Ana de Jesus Almeida volta a ser contratada, em substituição de Rita Mendes e manteve-se em exercício para além da queda da monarquia constitucional. Amália Reis Bentes foi transferida, em inícios de Dezembro de 1908, para o quadro da escola de Lagos, cuja oficina de Lavoros Femininos iniciou a sua laboração em 1909/10.

Na escola de Tomar, onde a oficina de Lavoros Femininos funcionou apenas nos anos lectivos de 1893-95, foi de igual modo contratada uma antiga aluna, Maria Luisa Faria de Magalhães. Iniciara a frequência da escola com 16 anos, em 1887/88 e, ao longo do seu percurso escolar, foi distinguida com diversos prémios, não só pecuniários (7\$000 réis em "Princípios de desenho rigoroso", 9\$000 réis em "Desenho de figura", 8\$000 réis em "Desenho de bordados aguarelado" e 6\$000 réis em "Modelação", respectivamente, em 1888, 1889, 1890 e 1891), como de distinção ("Desenho decorativo de leques" em 1891). Exibiu trabalhos na Exposição Industrial Nacional de 1888.

Em Dezembro de 1892, por proposta do inspector, Ramalho Ortigão, foram contratadas três mestras para auxiliarem a professora e directora da escola de Setúbal, Joaquina Guerreiro, que assegurava sozinha o funcionamento da escola e da oficina. Para costura e corte foi escolhida Maria da Conceição Carvalho, antiga aluna da escola. Exercia a actividade de professora primária e tinha 38 anos de idade quando iniciou a frequência da escola, em 1889/90. No final do ano fora distinguida com dois prémios honoríficos, em "Princípios de desenho geométrico rigoroso" e em "Oficina de labores – costura, corte e bordados". Em 1893/94 passou a mestra de rendas. A segunda mestra, Maria Júlia Baptista Guerreiro, foi nomeada, logo de início, como mestra de rendas e piques¹⁶². As duas mantinham-se em funções à data da implantação da República.

Maria Júlia Canedo foi a terceira contratada, como mestra de bordados e auxiliar da directora no ensino do desenho. No ano seguinte deixou o ensino do desenho e passou a acumular a regência da oficina de bordados com a de costura e corte. Com a

¹⁶² *Pique* é o cartão depois de picado e com o desenho riscado. O desenho original é colocado sobre o cartão e é picado nos pontos de cruzamento do desenho; a seguir, retira-se o papel do desenho e, com uma caneta, unem-se os furos, *riscando*, deste modo, o desenho no cartão. Este cartão furado é a base onde a rendilheira espeta os alfinetes que vão orientando o entrelaçamento das linhas e segurando a renda à medida que vai sendo tecida. O cartão era fabricado, pintado com açafraão, riscado e perfurado pelas picadeiras (cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*, pp. 118-123).

reforma do ensino nas escolas industriais, decretada em 1897, a escola de Setúbal encerrou a oficina de corte e costura, dispensando a respectiva mestra.

A oficina de Lavoros Femininos da escola de Faro iniciou o seu funcionamento no ano lectivo de 1893/94, tendo como mestra Laura Gonçalves. No mesmo ano, por proposta de Luciano Cordeiro, foi nomeada Augusta das Dores Ornellas, para a recém criada oficina de costura, corte e bordados da escola do Funchal, que viria a abrir no ano seguinte. Em 1894/95 foi também inaugurada a oficina da escola Afonso Domingues, em Lisboa, e foi contratada a mestra Maria da Conceição Prezado. Estas três mestras ainda se mantinham ao serviço em 1910.

Em 1895, candidatou-se ao lugar de mestra, da oficina de trabalhos manuais elementares para o sexo feminino na escola da Covilhã, Albertina de Sousa Pedroso e Mota, a qual foi de imediato contratada¹⁶³. Com a reforma de 1897 foi instituído, naquela escola, o curso de Lavoros Femininos, com a respectiva oficina, que Albertina Pedroso e Mota passou a reger. Regista-se o seu longo percurso profissional na escola da Covilhã, na qual ainda se encontrava ao serviço em 1916. Em 1914, o inspector António Arroio, ao ser incumbido de averiguar as causas do deficiente funcionamento daquela escola, referiu, no respectivo relatório, as sugestões de Albertina Pedroso e Mota no sentido de adequar a oficina de Lavoros Femininos às necessidades locais. Segundo a mestra, as raparigas, na sua maioria filhas de operários, preferiam a aprendizagem da costura à dos bordados, mas para isso tornava-se necessário equipar a oficina de máquinas e material. António Arroio propôs no seu relatório que os trabalhos manuais femininos fossem reorganizados, continuando sob a regência de Albertina Pedroso e Mota.

Na escola do Príncipe Real, que se destacou pela elevada frequência do sexo feminino, a oficina de Lavoros Femininos contou com a presença continuada das mestras Maria Augusta de Vasconcelos Soares e de Virgínia Cassia do Sacramento Marques, contratadas desde o início do seu funcionamento e ainda ao serviço em 1910.

Na selecção das mestras influíram as sugestões provenientes das/os directoras/es

¹⁶³ Os trabalhos manuais elementares para o sexo feminino, ou seja, costura e bordados, tinham sido criados pela reforma de João Franco (1891) e confirmados pela Reorganização dos cursos de Bernardino Machado (1893). A oficina terá iniciado a sua actividade em 1892/93, ano em que são registadas as primeiras matrículas. Todavia, não foi possível determinar a identidade da primeira mestra. Em Março de 1894 o director da escola propôs Rosa Viana dos Santos para mestra, mas não se encontrou informação comprovativa da sua contratação. Albertina de Sousa Pedroso e Mota candidatou-se em 25 de Fevereiro de 1895 e foi nomeada dois dias depois. Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 3, ofício nº 10001 de 02/08/1894, fl. 319; Fundo do MOPCI, RI, *Registo de correspondência entrada (1895-1897)*; AHME, Fundo da DGCI do MOP, *Processos individuais de professores das escolas industriais (1888-1896)*.

das escolas, as quais eram depois submetidas a aprovação superior pelos inspectores. A contratação de antigas alunas da escola revelou-se um critério preferencial de escolha, desde que os currículos oferecessem garantia de habilitação para o cargo. As professoras primárias parecem ter constituído outro grupo privilegiado de recrutamento, sendo que em muitos casos as duas formações se sobrepuseram. Assim, apesar de ter sido estabelecido, a partir do diploma de reforma de 1891, que a habilitação para o exercício da função de mestra de Lavoros Femininos era conferida pelo respectivo curso das escolas Marquês de Pombal, em Lisboa, e Infante D. Henrique, no Porto, este requisito não foi, na prática, exigido¹⁶⁴. Uma das razões, por certo bastante determinante, era a dificuldade em deslocar, para outras localidades do país, alunas formadas na escola Marquês de Pombal, sita na capital¹⁶⁵. O caso de Elisa Paninho que, tendo sido aluna da escola de Setúbal, desenvolveria toda a sua carreira profissional na escola de Peniche, não só foi singular, como nem sequer ilustra uma qualificação obtida na referida escola de Lisboa. A sua escolha terá resultado dos contactos entre as directoras da escola de Peniche e de Setúbal, fosse por altura das exposições de trabalhos das escolas, fosse aquando da realização dos exames anuais¹⁶⁶.

Até 1897, os diplomas que organizam o ensino nas escolas industriais não definem os vencimentos de mestres e mestras das oficinas. As mestras contratadas antes de 1888 recebiam 10\$000 reis mensais, como aconteceu com Maria Eugénia Bianchi e Maria do Carmo Mazzachiodi Fernandez Escazena no início da sua carreira. A partir daquele ano o vencimento mensal mais usual passou a ser de 12\$000, montante auferido por Maria do Carmo Mazzachiodi Fernandez Escazena, Maria Silvério Laborde Nunes, Maria Júlia Baptista Guerreiro, Ana de Jesus Almeida, Rita de Jesus Mendes, Elisa da Conceição Paninho, Elvira Perdigão, Maria Amália Reis Bentes, Maria Luisa Faria de Magalhães, Maria Júlia Canedo, Benvinda da Conceição Fernandes, Maria Helena Silveira da Silva e Maria da Conceição Carvalho. As quatro últimas, porém, receberam quantias mais baixas durante o seu primeiro ano de actividade, as quais variaram entre os 10\$000 reis para Júlia Canedo e os 9\$000 reis para as restantes. Também se verificou o caso contrário, isto é, de redução do vencimento. Maria Júlia Baptista Guerreiro,

¹⁶⁴ Cf. Decreto de 08/10/1891, *op. cit.*, art.99º e decreto de 14/12/1897, *op. cit.*, art. 23º. Ver capítulo 3.2.2.4., em particular nota 199.

¹⁶⁵ No que respeita à escola Infante D. Henrique, no Porto, a questão nem se colocava devido à falta de oficinas nas escolas da circunscrição do norte.

¹⁶⁶ Joaquina Aurélia Guerreiro, directora da escola de Setúbal, integrava os júris de exame da escola de Peniche; cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*.

mestra de rendas e piques, iniciou a sua actividade com 14\$000 reis mensais, passando, no ano seguinte a 12\$000 reis.

Ao salário de base podia acrescer uma gratificação de 6\$000 pela acumulação de outra oficina. Assim, aconteceu, por exemplo, com Maria Júlia Canedo e Elisa da Conceição Paninho que acumularam a regência da oficina de bordados com a de costura e corte, auferindo 18\$000 reis por mês. Maria Silvério Laborde Nunes, a partir de 1893, chegou a acumular três oficinas, a de "bordados", a de "florista" e a de "trabalhos em couro" recebendo um vencimento total de 24\$000 réis mensais.

Augusta das Dores Ornellas, mestra da oficina da escola do Funchal, constituiu um caso particular, com um vencimento de 20\$000 réis mensais em 1893/94. Mesmo tendo em conta que acumulava o ensino de costura e corte com o de bordados, o montante que auferia era superior ao das suas colegas do continente. De notar, ainda, que Augusta Ornellas recebia exactamente a mesma quantia que os seus dois colegas das oficinas de Carpintaria e Marcenaria e de incrustações em madeira, contratados na mesma altura. Nas oficinas do continente o salário dos mestres, embora variável, era em regra superior ao das mulheres. A título de exemplo refiram-se os vencimentos mensais de 27\$000 e de 25\$000 dos mestres (serralharia e carpintaria) da escola de Tomar, de 24\$000 do mestre (serralharia) da escola de Portalegre e de 15\$000 de cada um dos mestres (carpintaria, marcenaria, formador) da escola de Leiria.

Na sequência do decreto de 14/12/1897, que reorganizou o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, os vencimentos dos mestres e das mestras foram harmonizados e os valores mensais foram substituídos por um valor anual. Esta medida permitiu, também, regularizar os pagamentos dos períodos de férias, que deixaram de estar dependentes do facto das oficinas continuarem ou não a laborar. Segundo a tabela de vencimentos publicada, as mestras passaram a auferir 300\$000 réis anuais, menos 60\$000 que os seus colegas do sexo masculino¹⁶⁷. Esta diferenciação salarial, em função do sexo, no ensino oficial, não se verificou, como atrás se viu, no caso do corpo docente propriamente dito. Uma mestra de uma escola industrial recebia tanto quanto uma professora efectiva de uma Escola Normal e mais 100\$000 réis do que uma professora auxiliar daquele ensino. As/os professoras/es ajudantes recebiam ainda menos (entre 102\$000 e 160\$000 réis)¹⁶⁸. No ensino primário, apenas o salário de

¹⁶⁷ Cf. Tabela de vencimentos anexa ao decreto de 14/12/1897, *op. cit.*.

¹⁶⁸ Cf. Decreto de 18/06/1896, *Diário do Governo* n° 144 de 02/07/1896, in *Ibidem*, pp. 277-297.

um/uma professor/a de uma escola de grau complementar de 1ª classe (340\$000 réis) era superior¹⁶⁹.

Algumas escolas integraram, ainda, outro pessoal auxiliar para as oficinas, como foi o caso dos decuriões, atrás referidos, e que eram recrutados, sem restrição de sexo, de entre os alunos e as alunas de nível mais avançado, com o objectivo de orientarem os trabalhos de colegas principiantes¹⁷⁰. Identificaram-se oito decuriãs nas oficinas para o sexo feminino.

Maria Inácia, rendilheira, tinha quarenta e oito anos quando começou a frequentar a escola de Peniche desde a sua abertura, no ano lectivo de 1887/88. Participou na Exposição Industrial de 1888 e na Exposição Universal de Paris de 1889. Foi contratada como decuriã em 1892/93 e manteve-se em funções pelo menos até meados da primeira década de mil e novecentos.

Na primeira década do século XX, a escola do Príncipe Real também contratou pessoal auxiliar, sobretudo em anos de maior afluência às matrículas. Registaram-se os nomes de Augusta Hermínia Abranches e Ida Amélia Garcia (1900/01), Pudenciana Avelina da Silva e Maria Soledad Carvalhais (1906/07) e Ludovina d'Oliveira, Beatriz Lourenço e Etelvina Rebelo (1906-1910).

A oficina de Peniche contou, ainda, com uma fiel. Fiel era a pessoa que geria os materiais e produtos das oficinas. Esta função era, na maior parte das vezes, executada pela mestra ou pelo mestre que dirigia a oficina, mas nos casos em que os níveis de produção eram elevados e implicavam vendas para o exterior, tornava-se necessário entregar a tarefa a outra pessoa. Foi o inspector Luciano Cordeiro quem propôs pela primeira vez, em finais de 1893, que fosse contratada uma fiel para a escola de Peniche, argumentando que o movimento da escola e do depósito de exposição e venda de produtos mandado organizar assim o exigia¹⁷¹. Foi-lhe indicada, como pessoa idónea para o cargo, Maria do Carmo Dias da Silva, viúva de um alferes da guarda fiscal da localidade. Esta foi contratada e manteve-se em funções até 1904.

O pessoal auxiliar, com excepção da escola de Peniche, mostrou-se flutuante, pois a sua função só se justificava em momentos de maior afluência às matrículas e de consequente necessidade de desdobramento de classes ou de grupos de aprendizes. Em

¹⁶⁹ Cf. Carta de lei de 18/03/1897, *Diário do Governo* nº 70 de 31/03/1897, in *Reformas...*, tomo I, vol. II, pp. 309-313.

¹⁷⁰ Ver capítulo 5.3.1..

¹⁷¹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 3, ofício nº 8040 de 06/12/1893, fl. 60.

contrapartida, a constância das mestras, tal como a das professoras, surge como um traço marcante da presença feminina nos grupos profissionais ligados ao ensino nas escolas industriais. Esta característica sugere, à partida, não só a competência para o exercício das funções que lhes eram cometidas, mas também o reconhecimento da mesma, pelo que poderá ter sido um factor favorável à estabilidade e continuidade das próprias oficinas para o sexo feminino, as quais, como se viu anteriormente, suplantaram em número e em duração as do sexo masculino¹⁷².

¹⁷² Ver capítulo 5.2.1..

6. O impacto dos resultados da formação profissional para o sexo feminino ministrada no ensino industrial público

6.1. A exibição pública dos trabalhos escolares

Os trabalhos realizados nas escolas industriais, sobretudo os desenhos e os produtos do trabalho oficial, para além de materializarem o processo de aprendizagem e servirem de base à avaliação de alunos e alunas, adquiriam uma função educativa ao nível local e nacional. Pretendia-se, por um lado, publicitar as escolas industriais e, por outro, revelar a qualidade e os progressos realizados no país. Era necessário sensibilizar as populações, em especial as que estavam ligadas às indústrias, qualquer que fosse o tipo de unidade de produção, para a importância da formação profissional escolar, convencendo-as de que este era o meio de ultrapassar os problemas económicos nacionais.

6.1.1. As mostras das escolas nos Museus Industriais

A nível local previa-se a realização de mostras de trabalhos em cada escola no final do ano lectivo, com distribuição de prémios aos alunos e às alunas que mais se tinham distinguido¹. Essa prática, segundo Fonseca Benevides, era bem acolhida, não só pelo corpo docente e discente das escolas, mas também pelo público. Este, ligado à população escolar por laços familiares e de amizade, comparecia em grande número, superando, em termos relativos, a afluência às grandes exposições dos museus industriais de Lisboa e do Porto². As escolas da capital eram, por vezes, honradas com a presença do ministro do MOPCI, como ocorreu, por exemplo, com a escola Marquês de Pombal, em 1904 e com a escola Afonso Domingues, em 1893 e em 1906³. A *Ilustração Portuguesa* registou as cerimónias de 1904 e de 1906 com fotografias dos premiados e das premiadas. No caso da escola Afonso Domingues, como se pode ver na

¹ A documentação oficial relativa às escolas industriais quase não refere estas exposições das escolas, as quais, todavia, terão sido, pelo menos em alguns casos, noticiadas na imprensa local. O levantamento dessa informação de carácter local, fora do âmbito deste trabalho, está por realizar. Estas iniciativas nem sempre se realizavam, como previsto, no final do ano lectivo, o que dificulta o seu levantamento na imprensa.

² Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul... 1890-91... op. cit.*

³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiador de correspondência expedida*, vol. 3, ofício nº 8075, de 21/12/1893, fl. 121; *Ilustração Portuguesa*, II Série, Ano 2, nº 58 de 12/12/1904, pp. 82-83, e Ano 3, nº 115 de 15/01/1906, p. 43.

Imagem 3, só o sexo feminino aparece representado e o texto sublinha que "*as alunas (...) são em grande número, sobretudo nesta escola, onde, agora, foram premiadas*"⁴.

IMAGEM 3
Escola Afonso Domingues em Lisboa
Alunas premiadas em 1906



FONTE: *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, 15/01/1906, p. 384.
Biblioteca Nacional

As exposições nos Museus Industriais e Comerciais, de Lisboa e do Porto, preceituadas por António Augusto Aguiar nos diplomas de criação dos museus e das escolas, tinham, no entanto, uma maior envergadura. Nestas pretendia-se aliar as obras efectuadas pelos/as alunos/as à divulgação dos novos contributos da ciência e da tecnologia nacional e

internacional, através dos modelos de inventos e de maquinaria existentes nos próprios museus.

A abertura tardia dos museus e a sua dissociação das escolas industriais, a partir dos diplomas de Emídio Navarro, de 1886 e de 1888, condicionaram a sua missão expositiva. Os certames organizados não foram muitos, mas os poucos relatórios e catálogos que nos chegaram registam informações e comentários de inegável interesse para a análise do desempenho das alunas e dos alunos das escolas industriais.

Os museus expunham, na íntegra, os trabalhos enviados por cada escola. Cabia aos/às professores/as e directores/as das escolas o envio dos trabalhos realizados, acompanhados de um texto identificativo, no qual constava a autoria, uma descrição sumária e o tempo de realização⁵. Deste modo a exposição permitia, em simultâneo,

⁴ *Ilustração Portuguesa*, II Série, Ano 3, nº 115 de 15/01/1906, p. 43.

⁵ A título exemplificativo transcrevem-se duas descrições relativas a desenho e a trabalho de oficina respectivamente: "*Benvinda da Conceição Fernandes, 25 anos de idade, rendeira. Desenho a lápis brando, executado em quatro lições, à luz de petróleo, copiado de um modelo de gesso, em dimensão igual. Tem três anos de frequência anterior nesta escola. Obteve 14 valores no último exame*"; "*Cacilda Maria Leitão, 14 anos de idade, rendeira. Cobertura em estamemha, trabalho executado em dezanove lições, copiado, na mesma*

confrontar os diferentes níveis de execução e avaliar globalmente os resultados do ensino professado nas escolas. A quantidade dos trabalhos enviados para os museus dependia, para além da produção realizada – de acordo com o ritmo das lições, a exigência de professores/as e mestres/as, o grau de preparação dos/as alunos/as, a sua assiduidade e dedicação –, dos critérios de selecção utilizados em cada escola. É importante ter em conta este factor, pois, o número de trabalhos expostos pode não ser proporcional à produção efectiva de cada estabelecimento, de cada aluno/a ou de cada sexo.

Em 1886/87, realizou-se a primeira exposição de trabalhos das escolas no Museu Industrial de Lisboa⁶. Nela se patentearam desenhos executados desde 1884/85, primeiro ano de funcionamento das escolas. Como ainda não tinham funcionado oficinas naqueles anos, os trabalhos de índole mais prática restringiram-se a alguns modelos e trabalhos de modelação enviados por quatro escolas, a Marquês de Pombal e a Gil Vicente, de Lisboa, a de Tomar e a de Portalegre. Nestas registara-se, como aspecto inovador do ensino, a execução, por parte de alunos mais adiantados, de modelos e objectos, em madeira ou metal, a partir de desenhos por eles efectuados nas escolas.

De Junho a Agosto de 1887, esteve patente ao público, no Palácio de Cristal, no Porto, uma Exposição Industrial e de Belas Artes, que incluiu uma mostra de trabalhos de desenho das escolas⁷. Em Junho de 1890, Joaquim de Vasconcelos dá conta de uma Exposição Pedagógica que exibira 3000 desenhos executados nas dez escolas industriais da circunscrição do norte no ano lectivo de 1888/89. Pormenorizava o director do Museu Industrial do Porto que os trabalhos ocupavam duas grandes galerias do Palácio de Cristal, numa área total de setecentos metros quadrados⁸.

Em 1891 exibiram-se, no Museu Industrial de Lisboa, os trabalhos do ano lectivo 1889/90 e foi elaborado o respectivo Catálogo⁹. Além dos desenhos, dos cursos elementar e industrial, marcaram presença as obras efectuadas nas oficinas. A análise das pessoas que concorreram com trabalhos revela que, num total de 366 expositores,

grandeza, de um desenho feito pela professora" (cf. MOPCI, DGCI, Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Commercial de Lisboa... op. cit., pp. 131 e 133).

⁶ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]... op. cit..*

⁷ Cf. *Regulamento e Programa para a Exposição Industrial no Palácio de Cristal que se realizará no mês de Junho a Agosto de 1887*, Porto, Tipografia Central Avelino António Mendes Cerdeira, 1886; *O Comércio do Porto*, 04/06/1887 a 03/08/1887.

⁸ Cf. "Porto, 29/06/1890", in *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit., p. 144.*

⁹ Cf. MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Commercial de Lisboa... op. cit..*

112 (30,6%) eram do sexo feminino, ou seja quase um terço, como revela o Quadro XVI.

QUADRO XVI
Exposição no Museu Industrial de Lisboa (1891)
Expositores/as na mostra das escolas

ESCOLAS		EXPOSITORES/AS				Tx Fem matrículas nas escolas %	OFICINAS		Tx Fem matrículas nas oficinas %
		FEM	MASC	TOTAL	Tx FEM %		FEM	MASC	
Lisboa	Marquês de Pombal	14	12	26	53,9	29,2	X		100,0
	Afonso Domingues	1	23	24	4,2	7,5		X	0,0
	Gil Vicente	0	24	24	0,0	1,5		X	0,0
Portalegre		6	12	18	33,3	11,3		X	0,0
Tomar		9	19	28	32,1	19,5		X	0,0
Torres Novas		4	17	21	19,1	15,2		X	0,0
Covilhã		0	16	16	0,0	3,1		X	0,0
Caldas da Rainha		0	32	32	0,0	1,2		X	0,0
Peniche		24	6	30	80,0	60,6	X		100,0
Setúbal		31	15	46	67,4	33,8	X		100,0
Leiria		15	60	75	20,0	12,3	X	X	72,4
Faro		5	11	16	31,3	35,8		X	0,0
Funchal		3	7	10	30,0	7,9		X	0,0
TOTAL		112	254	366	30,6	19,8	4	10	59,2

LEGENDA: Tx Fem – Taxa de Feminização.

FONTE: MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos...* op. cit., p. 235; as taxas de feminização das matrículas foram retiradas dos quadros 6.3. e 7.3. em anexo.

Todas as escolas incluíram expositores do sexo masculino. As mulheres estiveram ausentes em três delas e noutra apenas uma aluna expôs trabalhos, o que fez reduzir a taxa de feminização relativa ao universo de pessoas expositoras. Estes quatro casos (Covilhã, Caldas da Rainha, Gil Vicente e Afonso Domingues, em Lisboa) correspondem a escolas com reduzido número de matrículas do sexo feminino. A escola de Portalegre ilustra uma outra situação: todas as alunas matriculadas (6) expuseram trabalhos, mas apenas doze dos quarenta e sete alunos o fizeram¹⁰. Estas discrepâncias podem resultar dos índices de abandono e/ou dos critérios de selecção dos professores. Deste modo, o peso de cada sexo nas matrículas, embora possa ter, à partida, alguma influência na proporção de expositores e expositoras, não constitui um factor determinante.

No Quadro XVI incluíram-se as taxas de feminização nas matrículas, das escolas e das oficinas, a fim de confrontar a proporção de mulheres que participaram na

¹⁰ Para o número de matrículas ver Quadros 6.1. e 6.2. no Anexo 6.

exposição com a daquelas que acederam ao ensino industrial no ano lectivo a que se reportam os trabalhos (1889/90). Constata-se que o peso relativo das expositoras (30,6%) superou o das matriculadas nas escolas (19,8%), ou seja, que a proporção entre alunos e alunas, registada nas matrículas, se alterou visivelmente a favor delas na exposição. Esta situação pode reflectir a influência directa das oficinas, onde as mulheres predominaram (59,2% do total de matrículas), e/ou derivar de níveis inferiores de abandono ou superiores de desempenho, por parte do sexo feminino.

A primeira hipótese é corroborada pela constatação de que, nas três escolas que só têm oficinas para o sexo feminino (Marquês de Pombal, em Lisboa, Peniche e Setúbal), as expositoras ultrapassaram, em termos quantitativos, os expositores, registando-se valores particularmente elevados das taxas de feminização nas escolas de Peniche (80,0%) e de Setúbal (67,4%).

A comparação entre as taxas de feminização registadas nas matrículas e no grupo de expositores/as revela que as mulheres também ganharam expressão como expositoras em quatro das nove escolas que só têm oficinas para o sexo masculino (Portalegre, Tomar, Torres Novas e Funchal), o que aponta para a validade, também, da segunda hipótese. Com efeito, a relação quantitativa entre alunos e alunas pode ter-se afigurado menos desfavorável para estas no final do ano lectivo, por via de um menor abandono, ou elas poderiam ter sido seleccionadas em maior número para a exposição, mercê de níveis superiores de produção e/ou de qualidade. Os diferenciais são particularmente expressivos nas escolas de Portalegre e do Funchal, onde as taxas de feminização relativas a expositores/as (33,3% e 30,0% respectivamente) excedem em mais de vinte pontos percentuais os valores atingidos nas matrículas (11,3% e 7,9%). Em termos globais, observa-se que em oito das treze escolas, ou seja, em quase dois terços, as mulheres adquiriram na exposição um peso relativo superior ao que detinham como alunas e que esta ocorrência não é explicável apenas pela vertente oficial.

A fim de aprofundar mais esta questão, interessa analisar a participação de cada sexo na mostra das escolas, no que se refere à quantidade de exemplares expostos, seja de desenho, seja de produtos das oficinas. Cada peça era identificada, classificada e descrita de forma sucinta, mas precisa, como ilustram os seguintes exemplos: "*Francisco do Nascimento Henriques, 14 anos de idade, canteiro. Desenho a lápis brando, executado em dez lições, a luz de petróleo, copiado de um modelo de gesso, em escala igual. Tem um ano de frequência anterior nesta escola. Obteve 10 valores no último exame. (...) Cacilda Maria Leitão, 15 anos de idade, rendeira. Desenho a lápis*

brando, executado em cinco lições, a luz de petróleo, copiado de um modelo de gesso, em dimensão igual. Tem dois anos de frequência anterior nesta escola. Obteve 11 valores no último exame. (...) Clementina Marques e Maria da Luz, cabeção [de renda de bilros], executado em quinze dias a sete horas por dia, copiado, na mesma grandeza, de um desenho feito pela professora"¹¹. A cada registo correspondia um número inscrito no Catálogo, pelo que é possível quantificar os objectos exibidos. O número de trabalhos por aluno/a foi muito variável (oscilou entre o mínimo de um e o máximo de vinte e quatro), mas a análise agregativa por sexo permitirá avaliar o peso relativo de alunas e de alunos no que respeita ao total de expositores/as e aos exemplares expostos¹².

QUADRO XVII

Exposição no Museu Industrial de Lisboa (1891)

Relação entre expositores/as e exemplares de trabalhos expostos

Expositores/as e trabalhos		Nº expositores/as			Nº exemplares de trabalhos			Média exempl/exposit		
		Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total
ESCOLAS										
Lisboa	Marq. Pombal	14	12	26	27	18	45	1,9	1,5	1,7
	Af. Domingues	1	23	24	1	39	40	1,0	1,7	1,7
	Gil Vicente	0	24	24	0	43	43	0,0	1,8	1,8
Portalegre		6	12	18	19	37	56	3,2	3,1	3,1
Tomar		9	19	28	42	44	86	4,7	2,3	3,1
Torres Novas		4	17	21	6	40	46	1,5	2,4	2,2
Covilhã		0	16	16	0	49	49	0	3,1	3,1
Caldas da Rainha		0	32	32	0	107	107	0	3,3	3,3
Peniche		24	6	30	44	6	50	1,8	1,0	1,7
Setúbal		31	15	46	86	67	153	2,8	4,5	3,3
Leiria		15	60	75	85	369	454	5,7	6,2	6,1
Faro		5	11	16	8	24	32	1,6	2,2	2,0
Funchal		3	7	10	3	9	12	1,0	1,3	1,2
TOTAL		112	254	366	321	852	1173	2,9	3,4	3,2

FONTE: MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos... op. cit.*, pp. 42-235.

O Quadro XVII sistematiza a informação por escola, relativa ao número de expositores/as e de exemplares expostos por cada um dos sexos, apresentando a média de trabalhos por expositor/a. Verifica-se que o sexo masculino apresenta, na globalidade, um número médio de exemplares (3,4) por expositor superior ao sexo

¹¹ MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Commercial de Lisboa... op. cit.*, pp. 130-132.

¹² Cf. *Ibidem*.

feminino (2,9), o que significa que elas perdem alguma representatividade a nível de produtos expostos em relação ao seu peso relativo como expositoras. A situação, porém, varia consoante as escolas, se bem que neste caso não sejam as escolas com maior peso de oficinas para o sexo feminino as que registam médias mais altas de exemplares expostos por expositora. A escola de Setúbal, por exemplo, que só tinha oficina de Lavoros Femininos, acusa um dos diferenciais mais elevados (1,7) entre as médias calculadas para cada um dos sexos (2,8 e 4,5), favorecendo os alunos. Na escola de Tomar, em contrapartida, onde não havia oficina para o sexo feminino, o valor médio de trabalhos por aluna supera em 2,4 o do sexo masculino, ou seja, as alunas expuseram, em média, mais do dobro dos trabalhos do que os seus colegas (4,7 e 2,3 respectivamente). Sublinhe-se, contudo, que estes valores médios só são mais elevados para o sexo feminino em quatro das treze escolas em análise, as de Peniche, de Portalegre, de Tomar e a Marquês de Pombal, em Lisboa.

QUADRO XVIII

Exposição no Museu Industrial de Lisboa (1891) Exemplares de trabalhos oficiais e de desenho expostos por alunos e alunas

Exemplares trabalhos		OFICINAIS				DESENHO				OFICINAIS + DESENHO			
		Fem	Masc	Total	% Fem	Fem	Masc	Total	% Fem	Fem	Masc	Total	% Fem
ESCOLAS													
Lisboa	Marquês Pombal	19	0	19	100,0	8	18	26	30,8	27	18	45	60,0
	Afonso Domingues	0	6	6	0,0	1	33	34	2,9	1	39	40	2,5
	Gil Vicente	0	7	7	0,0	0	36	36	0,0	0	43	43	0,0
Portalegre		0	19	19	0,0	19	18	37	51,4	19	37	56	33,9
Tomar		0	16	16	0,0	42	28	70	60,0	42	44	86	48,8
Torres Novas		0	15	15	0,0	6	25	31	19,4	6	40	46	13,0
Covilhã		0	7	7	0,0	0	42	42	0,0	0	49	49	0,0
Caldas da Rainha		0	41	41	0,0	0	66	66	0,0	0	107	107	0,0
Peniche		25	0	25	100,0	19	6	25	76,0	44	6	50	88,0
Setúbal		44	0	44	100,0	42	67	109	38,5	86	67	153	56,2
Leiria		13	32	45	28,9	72	337	409	17,6	85	369	454	18,7
Faro		0	2	2	0,0	8	22	30	26,7	8	24	32	25,0
Funchal		0	0	0	0	3	9	12	25,0	3	9	12	25,0
TOTAL		101	145	246	41,1	220	707	927	23,7	321	852	1173	27,4

FONTE: MOPCI, DGCI, *Catálogo dos trabalhos expostos...* op. cit., pp. 42-235.

Comparando, com base nos Quadros XVI e XVIII, as taxas de feminização globais, verifica-se, no mesmo sentido, que a proporção dos trabalhos de autoria feminina (27,4%) no conjunto de exemplares expostos é inferior ao peso das mulheres (30,6%) face ao total de expositores/as. A quantidade de exemplares expostos pelas

alunas, no entanto, continua a superar as expectativas decorrentes das taxas de feminização nas matrículas. O Quadro XVIII não só apresenta o peso dos trabalhos expostos por cada um dos sexos e por escola, como também desagrega os trabalhos realizados nas oficinas e nas aulas de desenho. Analisando o número de exemplares expostos pelos dois sexos, verifica-se que as mulheres se evidenciam, mais uma vez, nas três escolas onde só funcionaram oficinas para o sexo feminino, a de Peniche, a Marquês de Pombal e a de Setúbal. Nestas, os trabalhos das alunas representaram 88%, 60% e 56,2%, respectivamente, do total de obras exibidas. As oficinas para o sexo feminino revelaram-se, pois, nas escolas onde funcionaram, favoráveis à superioridade de mulheres expositoras e, em consequência, dos exemplares por elas expostos.

A leitura do Quadro XVIII mostra, ainda, que as mulheres se destacaram, também, ao nível dos trabalhos provenientes dos cursos de desenho. Nas escolas de Portalegre, de Tomar e de Peniche elas expuseram mais desenhos do que os seus colegas. Na última escola poder-se-á atribuir esse facto às características específicas da escola, na qual o ensino do desenho tinha como principal objectivo a aplicação aos trabalhos da oficina para o sexo feminino, em especial os de rendas.

As escolas de Portalegre e de Tomar, porém, constituem dois casos diferentes. Ambas possuíam oficinas apenas para o sexo masculino. Apesar disso, as alunas atingiram um peso significativo como expositoras (33,3% e 32,1% respectivamente) e a sua representatividade registou valores ainda mais elevados quanto a exemplares expostos (33,9% e 48,8%). Com este último valor, a escola de Tomar expôs quase tantos trabalhos de mulheres como de homens. Estas duas escolas ilustram com clareza que a relevância dos exemplares executados por mulheres não dependeu do seu desempenho nas oficinas, mas dos seus trabalhos de desenho. Estes representaram 51,4% e 60% dos desenhos expostos, respectivamente, por Portalegre e por Tomar, tornando-se prevacentes em termos quantitativos e contrastando de forma visível com as baixas percentagens de matrículas do sexo feminino registadas nestas escolas (11,3% e 19,5%, como consta do Quadro XVI). Estas duas escolas são paradigmáticas, mas não são as únicas em que se verifica a afirmação relativa do sexo feminino ao nível dos trabalhos de desenho expostos. Na realidade, em oito das treze escolas, o peso dos desenhos executados por mulheres é superior à proporção de mulheres registadas nas matrículas em cada um daqueles estabelecimentos. Isto significa que o sucesso das alunas, recompensado pela sua presença e dos seus trabalhos na exposição, não

dependeu em exclusivo de um ensino que lhes fosse mais directamente vocacionado, como era o caso das escolas que só tinham oficinas para o sexo feminino.

O carácter descritivo do Catálogo dos trabalhos apresentados pelas escolas da circunscrição do sul no Museu de Lisboa permitiu quantificar a informação e retirar inferências a partir da correlação dos diversos dados em presença. De natureza distinta é o testemunho de Joaquim de Vasconcelos, director e conservador do Museu Industrial do Porto, sobre a exposição de trabalhos das escolas da circunscrição do norte, que se realizou naquele espaço, no mês de Abril do mesmo ano de 1891¹³. Neste autor prevalece a apreciação qualitativa dos trabalhos. Embora se reportem a realidades diferentes (outras escolas, outros trabalhos) é interessante contrapor os dois registos no que se refere ao desempenho de cada um dos sexos.

Os trabalhos expostos no Museu do Porto pertenciam, à semelhança dos de Lisboa, ao ano lectivo anterior, ou seja, 1889/90, e todas as escolas da circunscrição do norte estiveram representadas. Não tendo sido inaugurada, até à data, qualquer oficina naquela circunscrição, os trabalhos provinham dos cursos de desenho. Comentava globalmente Joaquim de Vasconcelos que "*os cursos femininos apresentam-se com singular galhardia, dando as mulheres esperanças pela qualidade e pelo número de alunas (cerca de 50)*"¹⁴. O seu olhar é o de um conhecedor de arte que procede a uma observação crítica do material exposto e do que este revela acerca dos níveis de desempenho, quer dos alunos e das alunas, quer dos professores.

No desenho de ornato, o director do museu destacou a qualidade das estampas de Chaves, de Matosinhos e, sobretudo, dos cursos femininos da Figueira da Foz e de Bragança¹⁵. Afirmava ele que "*merecem louvor particular as numerosas alunas de Bragança (curso do Sr. Capela), infelizmente julgadas pela mesma bitola: oito, com 10 valores cada uma – tudo cortado pelo mesmo nível. Os rapazes do curso (dois) obtiveram 12 valores por desenhos muito inferiores aos das raparigas. E geralmente mereciam mais, todas elas, pela limpeza, apuro e correcção das provas, e ainda pela sua singular aplicação, porque são muito numerosos os trabalhos; mandaram cada uma, termos médio, 24 estampas (total 185)*"¹⁶. Esta apreciação coloca diversas questões. Em primeiro lugar, salienta a qualidade dos trabalhos das oito alunas da

¹³ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas de desenho industrial*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1891. Esta é a primeira exposição das escolas no Museu Industrial do Porto sobre a qual existe informação sistematizada (cf. *O Comércio do Porto*, 01/04/1891 a 30/04/1891).

¹⁴ VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas...* op. cit., p. 10.

¹⁵ O desenho de ornato (vegetal ou geométrico) era um dos ramos do curso de desenho industrial.

¹⁶ VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas...* op. cit., p. 23.

escola, cujo nível, segundo o autor, era muito superior ao dos rapazes. Em segundo lugar, elas também superaram os seus colegas na quantidade de exemplares apresentados, o que foi interpretado como maior dedicação e não como resultado de alguma selecção por parte do professor. Em terceiro lugar, é questionado o critério de avaliação do professor, que teria atribuído as classificações em função do sexo dos alunos e não da qualidade dos trabalhos, desfavorecendo, injustamente, as raparigas.

Os trabalhos da classe complementar da mesma escola, orientada por outro professor, de nome Müller, são também elogiados por Joaquim de Vasconcelos, que mais uma vez observa que "*as suas alunas, principalmente, distinguem-se de um modo notável*"¹⁷, o que o leva a qualificar de distinto o curso feminino da escola de Bragança.

O autor considerou os trabalhos de ornato das três alunas da Figueira da Foz quase tão bons quanto os das de Bragança e destacou a sua capacidade de produção, pois em conjunto somaram 268 estampas. Enaltece o trabalho desenvolvido no curso feminino desta escola, sem deixar de comentar, em relação aos alunos, que "*também estes trabalharam bem (...)*"¹⁸. Note-se que a alusão aos trabalhos dos rapazes é introduzida pela expressão *também estes*, o que significa que são os trabalhos das raparigas que conferem elevado nível de qualidade a esta escola. As classificações induzem no mesmo sentido, pois uma das alunas obteve 14 valores, as outras duas 12 valores e os rapazes situaram-se entre os 10 e os 12 valores. Face a estes resultados, a única observação do autor é que não foram altas para qualquer dos sexos, de onde se infere que foram, em termos relativos, justas.

Em relação às restantes escolas não há referências a discrepâncias de desempenho ou de avaliação em função do sexo dos alunos. Os trabalhos das escolas de Matosinhos, Chaves, Porto (Infante D. Henrique), Viana do Castelo, foram considerados em geral bons e, em contrapartida, os de Vila Real e de Braga globalmente fracos. Refere que, na escola de Coimbra, um dos professores classificara com demasiada parcimónia a sua classe, enquanto que o outro fora tão benemérito, com os alunos e as alunas, que estas obtiveram mais valores por desenhos da classe complementar do que tinham tido as alunas de Bragança por "*estampas mais bem acabadas da classe preparatória*"¹⁹.

¹⁷ *Ibidem*, p. 31.

¹⁸ *Ibidem*, p. 23.

¹⁹ *Ibidem*, p. 28. O curso de desenho elementar estava dividido em classe preparatória e classe complementar.

A constante denúncia das desigualdades verificadas, quer entre escolas, quer dentro da mesma escola, quer em função do sexo dos alunos mostra que, para Joaquim de Vasconcelos, a disparidade dos critérios aplicados constituía uma preocupação de primeira ordem, a par dos níveis de qualidade alcançados e a alcançar. Deste modo, é na perspectiva do percurso e dos resultados do ensino do desenho industrial que ele analisa os exemplares exibidos, primeiro por discente, depois por escola e, por fim, pelo conjunto das escolas. O seu testemunho crítico revela uma atitude interessante face à presença de elementos do sexo feminino nas escolas industriais. Em primeiro lugar, denunciou o caso de alguns professores terem discriminado as alunas, subclassificando-as, em relação aos seus colegas do sexo masculino. O facto de esta situação ser pontual sugere que seriam minoritários os professores que considerariam este ensino inadequado para o sexo feminino. Em segundo lugar, conferiu especial destaque à aplicação e à qualidade de execução demonstrada pelas alunas, fosse no desenho elementar, fosse no industrial.

A convergência entre a apreciação de carácter qualitativo de Joaquim de Vasconcelos, sobre as escolas da circunscrição do norte, e os dados sugeridos pela análise quantitativa dos dados referentes à exposição do mesmo ano das escolas da circunscrição do sul suscita algumas reflexões. O sistema de ensino nas escolas industriais, que na vertente oficial se mostrara favorável à frequência do sexo feminino, parece ter proporcionado outro domínio de sucesso para as raparigas e mulheres, o dos cursos de desenho. Não obstante as reduzidas taxas de feminização nas matrículas, os desenhos de autoria feminina destacaram-se nas exposições dos Museus Industriais de Lisboa e do Porto²⁰. As considerações de Joaquim de Vasconcelos evidenciaram a capacidade de aplicação das alunas, fosse pelo elevado número de trabalhos executados, fosse pela excelência do seu desempenho em algumas escolas.

6.1.2. A participação das escolas nas Exposições Industriais Nacionais

As exposições Industriais constituíram verdadeiros expoentes do desenvolvimento interno dos países europeus a partir de meados do século XVIII, nelas se patenteando os últimos contributos da ciência e da tecnologia, bem como o estado de *Progresso* das indústrias. Em Portugal, a mostra de produtos da indústria portuguesa,

²⁰ Recorde-se que a taxa de feminização relativa às matrículas foi, entre 1884 e 1910, de 16,6%. Ver Gráfico 3, capítulo 5.1.2..

promovida pelo Marquês de Pombal, em 1775-1776, é considerada a iniciativa precursora das exposições nacionais. Só a partir de finais da década de trinta de oitocentos, porém, é que estas adquiriram a sua verdadeira dimensão com as exposições de 1838, 1840, 1844 e 1849 empreendidas pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Na segunda metade do século, em dissonância com o atraso real do sector industrial português, estes eventos multiplicaram-se por todo o país, por acção de entidades públicas e/ou particulares. Alguns eram de âmbito nacional, convocando por vezes toda a actividade económica (indústria, agricultura, pecuária), bem como a produção científica, tecnológica e artística, mas outros, em regra de menor vulto e de teor mais restrito, tinham carácter regional, distrital ou local²¹. A venda de produtos e a atribuição de prémios (Diploma de honra, medalhas de ouro, de prata e de cobre e menção honrosa) serviam de estímulo à participação de industriais e artistas nos certames²².

As exposições industriais, em particular as realizadas entre 1882 e 1884, desempenharam um papel importante na criação das escolas industriais²³. Recorde-se o caso específico da escola industrial de Guimarães, que muito deveu ao êxito da exposição industrial realizada em 1884 naquela cidade²⁴. Em 1888, com a realização da *Exposição Industrial Nacional com uma Secção Agrícola*, realizada na Avenida da Liberdade, as escolas começaram a participar neste tipo de iniciativa²⁵. Este certame, embora tivesse sido promovido por uma entidade particular, a Associação Industrial Portuguesa (AIP), teve amplos apoios, logísticos e financeiros, por parte do Estado. A articulação com os organismos oficiais de ensino industrial foi também assegurada, sendo de sublinhar que a *Comissão Protectora* da exibição, encabeçada pela Família

²¹ Cf. CASTRO, Armando, "Exposições Agrícolas e Industriais", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História... op. cit.*, vol. II, pp. 509-511; MENDES, José Amado, "As exposições como «festas da civilização»...", *op. cit.*; BARREIRA, Cecília, «Onde está a Felicidade» (*O conceito de Progresso Técnico no Século XIX*), Lisboa, Universitária Editora, 1997.

²² *Regulamento Geral e Programma da Exposição Industrial Portuguesa na Real Tapada da Ajuda que será inaugurada no 1º de Maio de 1888 sob a protecção de Sua Magestade o Rei Senhor D. Luiz*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

²³ Faz-se notar que as exposições industriais constituem um tema pouco estudado e a reduzida produção historiográfica nacional disponível não particulariza a relação com as escolas industriais ou a participação das mulheres nesses certames.

²⁴ Ver capítulo 3.1.2..

²⁵ Esta exposição tinha sido decidida para 1887 pela Associação Promotora da Indústria Fabril, que foi extinta. A Associação Industrial Portuguesa (AIP), presidida por António Augusto Aguiar, assumiu o evento, adiando a sua realização para 1888. O regulamento e o programa da exposição foram ainda elaborados por António Augusto Aguiar, mas este, tendo falecido em 1887, não presenciaria a sua inauguração. Cf. *Regulamento Geral e Programma da Exposição Industrial... op. cit.*; Associação Industrial Portuguesa, *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1888-1890.

Real, integrava os professores do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, do Instituto Industrial do Porto, os inspectores do ensino industrial, os/as professores/as das escolas industriais e as direcções dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto.

A organização de uma secção de Belas-Artes constitui um exemplo da coexistência das artes e das indústrias nas suas acepções mais abrangentes²⁶. Os produtos de transformação de matérias-primas, de origem mineral, vegetal e animal, provenientes das indústrias fabris e caseiras, os inventos portugueses, as secções agrícola e pecuária, bem como a de Belas-Artes, os trabalhos das escolas primárias, dos institutos industriais e das escolas industriais e de desenho industrial, distribuíram-se pelos pavilhões, galerias e anexos do recinto²⁷.

É interessante verificar o elevado número de mulheres expositoras, bem como a sua presença em alguns júris de atribuição dos prémios. De ressaltar, também, a diversidade dos produtos e dos sectores de actividade que dirigem, bem como o valor dos trabalhos que expõem²⁸. A título exemplificativo, refiram-se: as vogais de júris D. Carlota Sofia Pinheiro Brito Freire e D. Leonilda de Magalhães Torres Pilar²⁹; a expositora de rendas de bilros, D. Maria do Carmo Esteves, de Coimbra, que exhibia trabalhos produzidos por uma outra mulher, D. Emília Portugal³⁰; a expositora portuense Joaquina Braga, bandeireira, que trabalhava neste mester desde 1848³¹; o preço de 27\$000 réis (valor superior ao vencimento mensal de um mestre ou de uma mestra de oficina de uma escola industrial) marcado, quer numa capa de *crochet*, executada por uma mulher, quer num quadro pintado a óleo por um artista do sexo masculino³²; por último, registe-se que, no conjunto de vinte e oito expositores e seis expositoras de pintura a óleo, foi a pintora Josefa Garcia Greno que patenteou maior número de obras³³.

Numa das "Crónicas" de *A Ilustração Portuguesa* dava-se testemunho desta

²⁶ Assinale-se a presença de artistas pertencentes ao Grupo do Leão na comissão executiva desta secção, entre os quais se contam Rafael Bordalo Pinheiro e João Vaz, este último professor numa escola industrial; cf. SOUTO, Maria Helena, "Da Avenida da Liberdade a Paris. A Exposição Industrial Portuguesa em 1888 e a representação nacional na Exposição Universal de 1889", *Leituras: Revista da Biblioteca nacional de Lisboa*, S.3, nº 1, Abril-Out, 1997, pp. 175-182.

²⁷ Cf. Associação Industrial Portuguesa, *Catálogo da Exposição Nacional... op. cit.*

²⁸ Cf. *Ibidem*.

²⁹ Cf. *Ibidem*, vol. 1, p. 148.

³⁰ Cf. *Ibidem*, vol. 2, p. 255.

³¹ Cf. *Ibidem*, vol. 3, p. 287.

³² Cf. *Ibidem*, vol. 3, p. 268.

³³ Cf. Associação Industrial Portuguesa. Exposição Industrial com uma secção agrícola em 1888, *Catálogo da Exposição de Bellas Artes... op. cit.* Maria Augusta Bordalo Pinheiro, à data professora na escola de Peniche, expôs nesta secção quatro obras, cujo preço oscilou entre 30\$000 e 50\$000 réis.

realidade ao afirmar-se que "*à parte mais gentil da humanidade – a mulher, parece estar destinado um grande papel. (...) Temos um exemplo na exposição próxima: são as senhoras que desempenharão um papel importante. Como? Na parte industrial há trabalhos, vindos de todos os pontos do reino, em que a infinita delicadeza de concepção e de execução, só poderia ser levada a cabo por imaginação e por mãos femininas*"³⁴.

A mostra das escolas industriais e de desenho industrial foi instalada na Galeria António Augusto Aguiar e a organização do espaço ocupado por cada estabelecimento foi da responsabilidade dos/as respectivos/as professores/as³⁵. Todas as escolas das circunscrições do sul e do norte estiveram representadas e os trabalhos, realizados por alunos e alunas, compreendiam desenhos, modelos e artefactos construídos a partir de desenhos feitos nas aulas e, ainda, produtos das oficinas³⁶. Não foi atribuída qualquer medalha ou distinção às escolas industriais³⁷.

O Catálogo relativo às escolas da circunscrição do sul permite verificar que a escola Afonso Domingues, em Lisboa, foi a única que não exibiu trabalhos executados por alunas³⁸. Esta lacuna deveu-se ao facto de, precisamente no ano lectivo de 1887/88, não se terem registado matrículas do sexo feminino naquela escola³⁹. As alunas das restantes oito escolas expuseram desenhos de complexidade variável – desenho à vista, desenho geométrico rigoroso elementar e desenvolvido, desenho de ornato elementar e desenvolvido, desenho de figura, desenho a aguadas – e estudos de modelação em barro⁴⁰.

No ano lectivo de 1887/88, todas as escolas da circunscrição do sul tinham já oficinas em actividade e as duas oficinas de trabalhos femininos existentes, a de Lavoros Femininos (secção de trabalhos de agulha) da escola Marquês de Pombal, em Lisboa, e

³⁴ AZULAY, "Chronica", *A Ilustração Portuguesa*, I Série, Ano 4, nº 42, 01/05/1888, pp. 1-2.

³⁵ Cf. *As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa... op. cit...*

³⁶ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1887 a 1888)... op. cit.*. A exposição das escolas foi comentada por Manuel Barradas num dos artigos que dedicou à Exposição Industrial Portuguesa no periódico *O Ocidente (O Ocidente*, 11º ano, nº 352, 01/10/1888, p. 219).

³⁷ Cf. Associação Industrial Portuguesa, *Catálogo da Exposição Nacional... op. cit.*, vol. 3.

³⁸ Cf. *As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa... op. cit.*. Como não foi elaborado Catálogo para as escolas da circunscrição do norte e o inspector, Parada Leitão, no relatório referente àquele ano, se limita a mencionar a participação das escolas na exposição, não apresentando informação descritiva, não é possível apurar o grau de participação dos alunos e das alunas.

³⁹ Esta ocorrência foi um caso singular na história da escola Afonso Domingues, pelo menos entre 1884 e 1910. Ver Quadro 6.1. no Anexo 6.

⁴⁰ Em 1887/88, para além da escola Afonso Domingues, estavam em funcionamento na circunscrição do sul, as escolas da Covilhã, de Portalegre, de Tomar, das Caldas da Rainha, de Peniche, de Torres Novas e, em Lisboa, a Marquês de Pombal e a Gil Vicente; cf. *As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa... op. cit.*

a de Rendas, da escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, já estavam a laborar de forma regular⁴¹. Todas as escolas apresentaram produtos, mas foi a escola de Peniche, com apenas um ano de funcionamento, que se impôs pelo sucesso alcançado. O inspector Fonseca Benevides, no relatório desse ano lectivo, quando se refere ao evento, apenas destaca os trabalhos dessa escola, sobretudo as rendas produzidas na respectiva oficina, na sua maioria a partir de desenhos originais de Maria Augusta Bordalo Pinheiro⁴². O mesmo autor salientou a originalidade dos padrões novos, incluindo "*alguns de cores, o que representava uma novidade neste ramo da indústria portuguesa*"⁴³. A renda designada por *Antiga Peniche* não deixou, porém, de estar representada em alguns trabalhos realizados pelas alunas⁴⁴.

No espaço ocupado por aquela escola, foi, inclusivamente, instalado um *atelier*, para que três alunas, de 22, 15 e 7 anos, executassem rendas de bilros, à vista do público. A estratégia de execução de rendas de bilros junto aos objectos expostos, já anteriormente utilizada na *Exposição de Trabalhos Mecânicos e Indústrias Caseiras*, realizada pela Sociedade de Instrução do Porto, em 1882, foi coroada de êxito⁴⁵. A perfeição dos trabalhos, a simpatia das executantes e o interesse do processo de produção das rendas, quase desconhecido para a maior parte das pessoas, tornaram aquele acontecimento, segundo o inspector Francisco da Fonseca Benevides, um dos maiores atractivos do certame Avenida da Liberdade⁴⁶.

O assunto foi comentado na imprensa e estimulou desenhos e crónicas, mas o testemunho de Fialho de Almeida, pelo seu cunho pitoresco e irónico, sublinha alguns traços do contexto social em que se insere aquela indústria artística⁴⁷. Os contrastes surgem inesperadamente na descrição, contrapondo a aparente facilidade com que "*no jogo dos dedos, os centos de bilros dançam, giram, turbilham, indo e vindo, tocados de pequeninos piparotes, tais como os daria um gatinho gaiato, numa bola de papel com que brincasse*", aos malefícios do "*encantado trabalho que as estanca, e lhes tira a*

⁴¹ Na primeira escola já tinha sido inaugurada uma secção de pintura, mas só iniciaria o seu funcionamento no ano lectivo seguinte.

⁴² Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*

⁴³ *Ibidem*, pp. 37-38.

⁴⁴ Cf. *As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa... op. cit.*

⁴⁵ A Sociedade de Instrução do Porto tinha colocado rendilheiras de Viana do Castelo, Vila do Conde e Peniche a executar trabalhos de rendas na exposição, durante quinze dias, hospedando-as em casas de sócios e remunerando-as pelo seu trabalho; cf. *Revista da Sociedade... op. cit.*, vol. 2, nº 11, 01/11/1882, p. 609.

⁴⁶ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*

⁴⁷ Cf. ALMEIDA, José Valentim Fialho de, *Vida Irónica (Jornal de um Vagabundo)*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914; *Pontos nos ii*, 05/07/1888, p. 622.

vista aos trinta anos de idade, e nem sequer às vezes lhes dá o estipêndio modesto de que necessitam para sustentar-se"⁴⁸. Após sublinhar a destreza das três rendilheiras "no entretecer daquelas tenuíssimas fantasias", descreveu em traços rápidos o horizonte real que se oferecia à rapariga de quinze anos, "uma loira picante de olhos pálidos, fresca e senhoril, cuja pequena boca, espremida em morango vermelho, parece dizer bastantes coisas acerca da aspiração das mulheres bonitas que ganham dois tostões por dia no trabalho, e têm na fantasia, em núcleo ainda, um rol de despesas para mais de seis libras quotidianas"⁴⁹.

Foi, porém, na criança de sete anos, "loira também, de grandes olhos, carita original (...) divina cabecinha de ave e querubim, agitadiça e vivida (...) reparando em tudo, fazendo caretas a tudo, sorrindo a tudo"⁵⁰, que se deteve durante mais tempo. Destacou que ela tinha começado a fazer rendas com três anos e que "a rapidez do seu jogo, a perfeição e a brancura das suas mãozinhas gordas, cheias de covinhas, rosadas nos dedos"⁵¹ atraíam à sua volta homens e mulheres, que, formando círculo, observavam a agilidade dos seus movimentos. Era um trabalho de adulta, mas Fialho, para não deixar esquecer a idade da rendilheira, preveniu que "fechada, a boquinha dela é encantadora (...), façam-na rir: fica horrorosa! Não tem dentes na frente, está na muda, e tem-se então diante a mais engraçada e a mais estranha figurinha de velha que seria possível caricaturar"⁵². Uma outra cena não escapou ao olhar de Fialho, pois nela transparece o fosso social que separa as rendilheiras das potenciais compradoras. Uma senhora, com duas filhas, aproximou-se para observar aquele labor e, de imediato, "os dedos da pequena batem os bilros com precoces nervosismos" perante a presença das "duas princezinhas ali postadas, a vê-la trabalhar, como uma macaca sábia que diverte a galeria"⁵³. Aproveitando, então, um momento de distração das adultas, a gaiata obreira "bruscamente vinga-se da toilette das duas bonecas, fazendo-lhes uma carantonha mefistofélica, uma carantonha inteiramente inédita e extraordinária, na qual ressumbra toda uma índole livre de plebeia, e toda uma audácia cruel de penicheira"⁵⁴.

O interesse desta descrição, para além da ambiência visual que invoca, reside no facto de demonstrar, de forma consciente e inequívoca, o quanto o trabalho

⁴⁸ ALMEIDA, José Valentim Fialho de, *Vida Irónica...* op. cit., p. 174.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 173-174.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 174.

⁵¹ *Ibidem*. P.174.

⁵² *Ibidem*, p. 175.

⁵³ *Ibidem*, pp. 175-176.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 176.

desenvolvido na escola de Peniche estava longe da representação idealizada dos labores para o sexo feminino. Nela se integravam, com idades precoces, raparigas que procuravam aperfeiçoar-se e qualificar-se na profissão que lhes garantiria sustento ao longo da vida.

Em finais de 1891 foi inaugurada uma nova Exposição Industrial Portuguesa, desta vez no Porto, nas instalações do Palácio de Cristal. O contexto de crise, a um tempo colonial, com a marca do *Ultimatum* ainda muito recente, e económico-financeira, com o inevitável agravamento da instabilidade político-governamental, mostrou-se, segundo os seus organizadores, desfavorável. O director do Palácio e Presidente da Comissão Executiva da iniciativa salientou a grande adesão dos industriais do norte, mas lamentou a falta de apoios governamentais e o tempo reduzido de que tinham disposto para a preparar⁵⁵. Estes factores poderão explicar, em parte, que não tenham estado presentes nem expositores do sul, nem as escolas industriais⁵⁶. No que respeita a estas últimas, sabe-se que expuseram, no mesmo ano, nos museus industriais de Lisboa e do Porto. Causa estranheza, no entanto, o facto de na cidade do Porto as duas exposições, a das escolas e a industrial, não se terem associado.

O contraste entre a importância atribuída às escolas industriais no certame de 1888, em Lisboa, e a sua ausência no do Porto sugere algumas reflexões. Na capital, a AIP e as entidades oficiais, incluindo os responsáveis pelos diversos organismos de ensino industrial, tinham colaborado de forma estreita na preparação da exposição. No Porto tal não aconteceu, pois o evento não logrou ultrapassar o empenho privado, revelando a falta de interesse, por parte do MOPCI e dos estabelecimentos de ensino dele dependentes, em inscrever um cunho pedagógico na exibição e em reforçar os vínculos entre o ensino industrial e as unidades e associações ligadas às actividades industriais da região. O carácter incipiente da vertente oficial nas escolas do norte converge no mesmo sentido, indiciando a debilidade dos elos existentes entre as escolas e os núcleos produtivos, nos quais se inseria o seu público destinatário.

Em Julho de 1893 inaugurou-se, no Museu Industrial de Lisboa, mais uma Exposição Industrial Portuguesa, também designada por Exposição de Belém, pois o

⁵⁵ Cf. *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891... op. cit.*. O director da Comissão Executiva da exposição foi o Conde de Samodães, director do Palácio de Cristal.

⁵⁶ Algumas pessoas das regiões do sul do país expuseram a título particular. No que respeita às mulheres, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, que tinha sido exonerada de professora e de directora da escola de Peniche dois meses antes, foi a única expositora não residente no norte do país. Os seus trabalhos de rendas de bilros mereceram uma referência especial por parte da relatora da respectiva secção, D. Clorinda Máxima de Macedo Araújo; cf. *Ibidem*, pp. 321-323.

museu ocupava uma parte do Mosteiro dos Jerónimos. A iniciativa, que reuniu 279 expositores individuais e colectivos, perfazendo um total de 514 registos catalogados, foi dinamizada por Joaquim Telo, director do museu e chefe da RI da DGCI do MOPCI⁵⁷. Este reconheceu que não tinha solicitado apoio às corporações particulares, pois não se pretendia a grandiosidade alcançada em 1888, mas não deixou de lamentar que os elementos oficiais tivessem falhado com a sua ajuda, exceptuando as escolas industriais (a tal obrigadas por lei) e o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Foi notável, porém, o longo período de abertura da exibição, a qual só encerraria cerca de um ano mais tarde, em Junho de 1894. Nela estiveram representadas as diversas indústrias, desde a fiação e tecidos de algodão e os lanifícios, que se destacavam no contexto nacional, passando pela metalurgia, que marcou presença pelo elevado número de casas expositoras, até às faianças ou à vidraria⁵⁸.

A mostra incluiu produtos de fabrico recente em Portugal, alguns dos quais envolviam trabalho feminino. Mencionem-se, a título de exemplo, a passamanaria, quer para senhora, quer aplicada ao adorno de móveis⁵⁹, as "*confeccões de fino gosto e talho, para senhoras e crianças, produtos que até agora eram importados*"⁶⁰ e, ainda, os novos trabalhos de labores em couro. A propósito destes últimos, recorde-se que, desde 1890, funcionava na escola Marquês de Pombal, em Lisboa, uma oficina de "Labores em Couro", dirigida por Maria Silvério Laborde⁶¹.

As escolas industriais da circunscrição do sul expuseram, em conjunto com o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e com alguns produtos de indústrias caseiras, numa galeria nova do museu, que foi preparada de propósito para o efeito⁶². Na secção de indústrias caseiras, integrada na galeria onde se encontravam as escolas, destacaram-se os exemplares de rendas de bilros de várias zonas do país. Foram apresentados exemplares de Vila do Conde e de Viana do Castelo, pertencentes, respectivamente, a D. Ana Pinheiro das Dores e a D. Teresa de Passos Sacadura, bem

⁵⁷ Cf. *Comércio de Portugal*, nº 4204 de 29/07/1893. A exposição foi inaugurada em 28/07/1893.

⁵⁸ Cf. MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.* [o Relatório é assinado por Joaquim Telo]. Faz-se notar que cada entidade, particular ou colectiva, um negociante, um colégio ou uma escola, por exemplo, era considerada um expositor, apesar de patentear trabalhos executados por diversas pessoas.

⁵⁹ A passamanaria produzida em Portugal era, sobretudo, a que fornecia acessórios destinados ao exército.

⁶⁰ MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*, p. 12.

⁶¹ Ver capítulo 4.2.4.2..

⁶² No relatório que antecede o Catálogo, Joaquim Telo explicita que só foram incluídas as escolas industriais da circunscrição do sul em cumprimento do regulamento dos museus (decreto de 19/12/1888), cf. MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*, p. 37.

como de diferentes fabricantes de Setúbal e de Peniche, pertença da colecção do Museu Industrial de Lisboa.

As indústrias caseiras estiveram pouco representadas, sobretudo com objectos novos⁶³. Cavalleiro e Sousa denunciava esse facto, afirmando que muitos trabalhos industriais e artísticos tinham ficado esquecidos, talvez de propósito, talvez por ignorância. "*Onde estão as nossas tapeçarias, os nossos instrumentos músicos (...) o nosso papel de impressão, a nossa ourivesaria, os nossos relógios, e tantas outras provas da actividade portuguesa em tempos mais felizes que os actuais?*"⁶⁴, questionava ele, deixando transparecer na crítica a tensão resultante do predomínio progressivo das novas formas de produção sobre as antigas.

Sobre este assunto, é significativa a perspectiva de Joaquim Telo ao esclarecer que se pretendia com a exposição dar conta do estado da indústria, mas que não podia ser considerada "*indústria o que é simplesmente uma fábrica, uma oficina, ou ainda, a habilidade de um artista*"⁶⁵. Nesta afirmação estava subjacente o carácter pedagógico atribuído aos museus industriais. Estes tinham o duplo intuito de divulgar, junto do público, a qualidade dos produtos nacionais, resultantes das novas indústrias ou da aplicação de novos processos técnicos, e de patentear a história das indústrias e das artes industriais portuguesas, por meio de mostras retrospectivas⁶⁶. As indústrias caseiras e artísticas de reduzida expansão eram classificadas, pelo director do Museu de Lisboa, na segunda categoria, cujo interesse residia mais na diversidade do que na quantidade. Desse ponto de vista, justificava-se que algumas classes de produtos estivessem representadas por objectos pertencentes ao museu e já exibidos em anos anteriores⁶⁷.

Joaquim Telo considerou a secção das escolas uma das mais importantes, porque "*representa uma orientação moderna, prática e de incalculável alcance económico*"⁶⁸. Na sua perspectiva, "*propagar e dotar as escolas profissionais, que são os esteios mais resistentes desta muralha de ouro e de luz, que se chama indústria, é preparar o futuro do país, enchendo-o de prosperidade e de glória*"⁶⁹. Os elementos do corpo docente e discente das escolas usufruíram de condições especiais e de apoios concedidos pelo

⁶³ Algumas classes de produtos foram representadas por objectos pertencentes ao Museu Industrial de Lisboa e já expostos na exposição das escolas de 1891. Cf. MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*

⁶⁴ SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *A exposição industrial de Belém em 1893*, Lisboa, Lucas e Filho Editores, 1894, p. 62.

⁶⁵ MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*, p. 18.

⁶⁶ Cf. Decreto de 08/10/1891, *op. cit.*, art. 67º.

⁶⁷ Cf. MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*

⁶⁸ *Ibidem*, p. 26.

⁶⁹ *Ibidem*.

ministério para participarem na Exposição⁷⁰. Patentear o êxito e a utilidade das escolas industriais constituía, pois, uma prioridade desta exposição, convergindo com alguns dos objectivos para ela enunciados, como sendo o de avaliar os avanços das indústrias nacionais, medindo os efeitos da pauta proteccionista, e o de demonstrar a fabricantes e a consumidores que os artefactos nacionais tinham qualidade competitiva face ao produto estrangeiro. Pretendia-se que os primeiros vendessem os produtos portugueses sem encobrir a sua origem e que os segundos os comprassem preterindo os dos países concorrentes. Tratando-se de um evento promovido por organismos dependentes do MOPCI, é compreensível que conferisse primazia à divulgação e propaganda das preocupações, medidas e acções governamentais, quer se tratasse do défice da balança comercial, quer da pauta, quer das escolas industriais⁷¹.

O mentor da iniciativa salientou, ainda, que a qualidade dos trabalhos das escolas superara em muito os resultados obtidos em 1891, apesar dos cortes orçamentais que as tinham afectado, sobretudo a nível de ensino oficinal, o mais sacrificado por ser o mais dispendioso⁷². Atribuiu as melhorias obtidas à actividade pedagógica dos professores que, aproveitando a experiência adquirida, não tinham esmorecido face ao que ele apelidou de "*desfavor oficial*"⁷³. Uma outra perspectiva optimista é-nos transmitida por Cavalleiro e Sousa ao declarar que, apesar das escolas terem existência recente, "*anima ver como elas se apresentam na exposição*"⁷⁴.

Estiveram representadas todas as escolas do Continente e a ausência das escolas do Funchal (Madeira) e de Ponta Delgada (Açores) foi atribuída ao atraso com que seguiu o aviso para as escolas e a sua coincidência com a época de exames, o que determinou que elas nem sequer tivessem sido notificadas. Joaquim Telo mencionou de forma especial os trabalhos das escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues, em Lisboa, mas admitiu que estas, por um lado, tinham beneficiado de informação atempada e de transportes facilitados e, por outro lado, que "*são as que vivem na capital, as mais bem dotadas de pessoal, as que têm fiscalização mais eficaz e as que, pela sua aproximação, melhor se aquecem no calor oficial*"⁷⁵.

⁷⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida*, vol. 2, officio nº 6031, de 26/07/1893, fls. 201-202.

⁷¹ Estas preocupações são expressas por Joaquim Telo in MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu...* op. cit., pp. 15-19.

⁷² Joaquim Telo refere-se à Exposição das escolas no Museu Industrial e Comercial de Lisboa já analisada no capítulo 6.1.1..

⁷³ MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu...* op. cit., p. 28.

⁷⁴ SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *A exposição industrial...* op. cit., p. 41.

⁷⁵ Cf. MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu...* op. cit. p. 29.

As duas escolas de Lisboa exibiram, com efeito, colecções numerosas e diversificadas de desenhos, quer das classes do curso elementar, quer dos três ramos do curso industrial (ornamental, arquitectónico e mecânico)⁷⁶. A escola Marquês de Pombal sobressaiu, como se pode ver no Quadro XIX, pela diversidade de áreas oficinais – encadernação, cartonagem, trabalhos em metais e esmaltes, trabalho em couros, carpintaria, fabrico de flores, *atelier* de corte, costura e bordados – e pela quantidade de exemplares expostos. Com efeito, quase metade (49,5%) dos produtos das oficinas provinha daquela escola.

QUADRO XIX

Exposição Industrial Portuguesa – 1893 Produtos das oficinas das escolas industriais (nº)

ÁREA OFICINAL	SEXO	ESCOLAS								TOTAL	
		Marquês de Pombal (Lx)	Covilhã	Portalegre	Setúbal	Caldas da Rainha	Leiria	Peniche	Torres Novas		
Costura, Bordados	FEM	-	-	-	-	-	26	-	-	26	
Corte, costura, bordados	FEM	51	-	-	-	-	-	-	-	51	
Rendas, costura, bordados	FEM	-	-	-	68	-	-	32	-	100	
Flores	FEM	9	-	-	-	-	-	-	-	9	
Lavores em couro	FEM	21	-	-	-	-	-	-	-	21	
Cartonagem, encadernação	FEM/MASC	153	-	-	-	-	-	-	-	153	
Pintura decorativa	MASC	-	-	-	-	-	20	-	-	20	
Lavores em metal	MASC	12	-	-	-	-	-	-	-	12	
Serralharia	MASC	-	-	4	-	-	27	-	-	31	
Lavores em pedra	MASC	-	-	-	-	-	-	-	4	4	
Carpintaria	MASC	50	-	2	-	-	28	-	20	100	
Cerâmica	MASC	-	-	-	-	15	-	-	-	15	
Pintura em Loiça	MASC	-	-	-	-	56	-	-	-	56	
Fiação e tecelagem	MASC	-	Ind	-	-	-	-	-	-	Ind	
TOTAL		296	Ind	6	68	71	101	32	24	598	100,0 %
Total produtos de oficinas	FEM	81	Ind	0	68	0	26	32	0	207	34,6%
Total produtos de oficinas	MASC	62	Ind	6	0	71	75	0	24	238	39,8%
Total produtos de oficinas	FEM /MASC	153	Ind	0	0	0	0	0	0	153	25,6%

LEGENDA: Ind. – Nº indeterminado (não foi registado o número exacto de trabalhos).

FONTE: MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu ... op. cit.*, pp. 495-512.

As outras escolas apresentaram, na sua totalidade, exemplares das diversas classes do curso de desenho e aquelas onde funcionavam oficinas enviaram também os respectivos produtos. Foram, assim, exibidos trabalhos de fiação e tecelagem (Covilhã),

⁷⁶ Cf. *Ibidem*. A descrição dos produtos, constante do Catálogo, não fornece informação sobre o número e o sexo dos expositores das escolas.

carpintaria e serralharia (Portalegre e Leiria), carpintaria e pedra (Torres Novas), Pintura decorativa (Leiria), Cerâmica e Pintura em loiça (Caldas da Rainha), Rendas de bilros, Costura e Bordados (Peniche e Setúbal) e Costura e Bordados (Leiria)⁷⁷. Em termos quantitativos observa-se um equilíbrio relativo entre os objectos executados pelas alunas (34,6%) e pelos alunos (39,8%). No que se refere aos trabalhos da oficina de Encadernação e Cartonagem, frequentada pelos dois sexos, a informação disponível não permite determinar quem executou cada um dos 153 trabalhos expostos. No entanto, sabendo que as mulheres predominavam na área da cartonagem, a descrição dos objectos sugere que lhes pertenceria a maior parte: "52 pastas, 6 colecções de cortes de caixas, 20 capas para talões, 21 carteiras para amostras, 11 capas para livros, 1 carteira para valores, 26 caixas grandes, 16 caixas pequenas"⁷⁸. Mesmo excluindo, por falta de dados mais precisos, o caso desta oficina, os trabalhos das alunas marcaram presença nesta exposição, tal como sucedera com a das escolas em 1891.

A sugestão dada por um expositor de guarnições para cadeiras, embora tenha constituído um caso pontual, afigura-se interessante. Aquele defendia que a indústria ornamental de aplicação de seda sobre veludo, técnica seiscentista, deveria ser introduzida nas oficinas de Lavoros Femininos das escolas industriais, de modo a formar uma classe de bordadeiras especializadas em bordados antigos. Esta proposta revela, por um lado, o quanto o ensino oficinal para o sexo feminino era associado às indústrias artísticas e tradicionais e, por outro lado, que esse tipo de produção, estando em vias de desaparecer por falta de mão-de-obra qualificada, continuava a ter, por certo, alguma procura, caso contrário não seria valorizado pelos fabricantes/negociantes⁷⁹.

Não foram atribuídos prémios às escolas, o que é compreensível, tendo em conta, por um lado, os factores condicionantes que envolveram a sua participação e, por outro lado, que as escolas premiavam anualmente os alunos e as alunas que mais se distinguiam. A mostra visava, no essencial, criar uma imagem pública positiva das escolas, tornando visível o trabalho nelas desenvolvido, objectivo que encontrou eco na imprensa, onde foram referidos os milhares de exemplares expostos⁸⁰.

A Exposição Industrial Portuguesa seguinte teve lugar, em 1897, no Porto. Mais uma vez promovida pelo director do Palácio de Cristal e realizada naquele recinto, estava prevista para decorrer entre inícios de Junho e finais de Agosto, mas acabaria por

⁷⁷ Cf. *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 496.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 340.

⁸⁰ Cf. *Comércio de Portugal*, nº 4204 de 29/07/1893.

ser inaugurada apenas neste último mês, encerrando em inícios de Outubro⁸¹. Não obstante o tempo para a preparar se ter revelado, de novo, escasso, a boa resposta por parte dos industriais foi sublinhada, tal como acontecera em 1891. A constituição de júris para avaliarem os produtos e atribuírem os prémios instituídos conferiu uma nova dinâmica a este certame do Porto. As mulheres integraram e presidiram dois dos dezoito júris, o de "*Tapetes, tapeçaria, rendas, bordados, passamanaria, flores artificiais, obras de cabelo, penas etc.*" e o de "*Artigos de vestuário e moda, compreendendo chapéus, luvas, etc.*"⁸². O júri para os produtos das escolas industriais era constituído apenas por elementos do sexo masculino.

Participaram expositores de todo o país, com predomínio dos sediados nos distritos do norte, que perfizeram 546 entradas no respectivo catálogo. Todas as escolas da circunscrição do norte estiveram presentes, mas a do sul foi apenas representada por Torres Novas. Os trabalhos expostos foram os executados nas diversas classes dos cursos de desenho elementar e industrial⁸³. Eram, na maioria, desenhos, mas também havia modelos sólidos executados em materiais diversos (cartão, madeira, pedra, gesso, zinco...) e alguns exemplares de pintura, geometria descritiva e projectos. A prática oficial continuava a não constituir uma prioridade nas escolas da circunscrição do norte, pelo que a única oficina existente, a de Lavoros Femininos na escola Infante D. Henrique, no Porto, não foi tida em conta para efeitos de exposição industrial.

Nos anos subsequentes e até à República, não se conhecem outras Exposições Industriais Nacionais⁸⁴. A extinção dos museus industriais e comerciais de Lisboa e Porto, em 1899, poderá ter obstado à sua realização, sobretudo em Lisboa, onde tais iniciativas tinham sido promovidas por aquele organismo oficial dependente do MOPCI.

⁸¹ Cf. Secção de Indústria da Sociedade de Geografia de Lisboa, *Exposição Nacional Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896; *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Crystal Portuense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900. O director do Palácio de Cristal continuava a ser o Conde de Samodães.

⁸² O júri de "*Tapetes, tapeçaria, rendas, bordados, passamanaria, flores artificiais, obras de cabelo, penas, etc.*" era presidido por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a qual acumulava com a função de relatora, e secretariado por D. Clorinda de Macedo; os restantes elementos, quatro vogais, eram homens. O júri de "*Artigos de vestuário e moda, compreendendo chapéus, luvas, etc.*" era presidido por D. Eulália Torres, e tinha uma mulher como vogal, D. Júlia Augusta Pereira Peixoto, Viscondessa de Vilarinho de S. Romão; o outro lugar de vogal, bem como as funções de secretário e de relator foram entregues a indivíduos do sexo masculino. Cf. *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897... op. cit.*, pp. XVII-XVIII.

⁸³ Os elementos fornecidos pelo Catálogo da exposição não permitem determinar o número e sexo dos/as expositores/as. Cf. *Ibidem*.

⁸⁴ As exposições de carácter nacional realizadas ulteriormente foram, sobretudo, agrícolas, pecuárias e coloniais.

As escolas participaram, também, em exposições de âmbito mais restrito. O convite que a "Cooperativa Caixa Económica Operária" endereçou, em 1889, às escolas da circunscrição do sul para que participassem, com produtos feitos pelos alunos, numa mostra operária que estavam a organizar na zona da Graça, em Lisboa, ilustra a importância que algumas associações conferiam àquele ensino. Pretendia-se promover o "trabalho individual do operário"⁸⁵, permitindo-lhe "expor a obra que produziu, independentemente de qualquer patronato"⁸⁶, ou seja, valorizar a actividade das oficinas e pequenas manufacturas. Neste caso concreto, o inspector escolheu a escola mais próxima, a Afonso Domingues, situada em Xabregas, para representar a circunscrição do sul. A colecção de desenhos apresentada mereceu um diploma de 2ª classe atribuído pelo júri⁸⁷.

QUADRO XX

Exposição Industrial, Agrícola e de Belas-Artes de Portalegre (1892) Secções e expositores/as

Secções Expositores	Artes Manuais		Industrial		Agrícola		Belas- -Artes		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	52	16,7	0	0	217	69,5	43	13,8	312	83,0
Mulheres	17	38,6	0	0	7	15,9	20	45,5	44	11,7
Estabelecimentos	3	15,0	11	55,0	6	30,0	0	0	20	5,3
TOTAL	72	19,1	11	2,9	230	61,2	63	16,8	376	100

FONTE: "Catálogo e relatório da exposição industrial, agrícola e de belas artes do distrito de Portalegre...", in *op. cit.*

Em Junho de 1892 realizou-se uma Exposição Industrial, Agrícola e de Belas-Artes do distrito de Portalegre, promovida pelo Montepio Operário Artístico Portalegrense⁸⁸. A iniciativa teve lugar nas instalações da escola industrial de Portalegre, mas esta não participou como entidade expositora, pois não foram registados trabalhos identificados com a escola. Dado que funcionavam na escola, desde 1886, oficinas de trabalhos de Madeira, Torno e Metal, é possível que alguns exemplares,

⁸⁵ Expressão utilizada por Azedo Gneco num pequeno texto publicado em *A Exposição Operária em 1889, Jornal publicado pela Caixa Económica Operária*, nº único, Lisboa, Maio de 1889, pp. 2-3.

⁸⁶ LOURENÇO, Ramos, "A Exposição Operária", in *A Exposição Operária em 1889... op. cit.*, p. 2.

⁸⁷ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul... 1888-1889... op. cit.*

⁸⁸ Cf. "Catálogo e relatório da exposição industrial, agrícola e de belas artes do distrito de Portalegre, promovida pela direcção do Montepio Operário Artístico Portalegrense em 1892", *Apêndice ao Diário do Governo*, nº 5 de 1894, 06/04/1894.

produzidos pelos respectivos alunos, tivessem integrado a secção de artes manuais. Observe-se, neste sentido, que apesar da oficina de Lavoros Femininos só ter sido criada um ano mais tarde, Rita de Jesus Mendes, aluna da escola e futura mestra da referida oficina, participou na exposição com rendas de bilros.

A exposição estava organizada em quatro secções e nelas participaram expositores individuais, dos dois sexos, e estabelecimentos ou organismos, como mostra o Quadro XX. Um dos aspectos interessantes desta exibição reside no facto de a secção de artes manuais, a segunda mais concorrida, com 72 expositores, 17 dos quais mulheres, ser distinta da industrial. Essa dissociação permite verificar que as áreas de trabalhos oficinais criadas nas escolas, a saber, os bordados (em papel, em ouro, a matiz, de aplicação), as rendas (de bilros, de *crochet*, de fios tirados), as flores (em madeira, miolo de figueira, seda, lã, papel), a metalurgia e fundição, a serralharia, a ferraria, as obras de talha, a escultura em madeira, os trabalhos de serra mecânica, a marcenaria, os trabalhos de torneiro, a olaria, a encadernação e a pintura, se encontram todos conotados com as artes manuais⁸⁹.

IMAGEM 4

Vitrinas de Maria Augusta Bordalo Pinheiro e da escola de Peniche na Exposição do Ateneu Comercial de Lisboa em 1897.



FONTE: *Branco e Negro*, 25/04/1897, pp. 61-62. Biblioteca Nacional (digitalização).

Em Abril de 1897, algumas escolas industriais participaram na Exposição de Rendas e Bordados que esteve patente no Ateneu Comercial de Lisboa num horário que

⁸⁹ Na secção de Belas-Artes desta exposição foram patenteados objectos antigos e/ou valiosos, de vária ordem, desde mobiliário a colchas, por exemplo, e os ou as expositores/as eram os/as proprietários/as. Assim, a tipologia de objectos expostos nesta secção não é distinta em função do sexo dos expositores; cf. *Ibidem*.

se estendia das 11 às 22 horas. O *Diário de Notícias* noticiou a grande concorrência do público, mas o pagamento de 100 réis de entrada sugere o valor dos produtos que se encontravam no seu interior e que não seriam adquiridos pelas camadas menos afortunadas da população⁹⁰. É de assinalar que a escola de Peniche tinha uma vitrina própria, tal como a conceituada Maria Augusta Bordalo Pinheiro. O semanário *Branco e Negro* conferiu-lhes destaque, utilizando fotografias de ambas, como se pode ver na Imagem 4, para ilustrar o artigo sobre o evento⁹¹. Os trabalhos da escola de Peniche, foram premiados com uma medalha de ouro⁹².

Nos meses de Setembro e Outubro de 1901, realizou-se no Palacete do Paço da Figueira da Foz, por iniciativa particular e sem apoios estatais ou municipais, a Exposição Industrial e Agrícola do Concelho⁹³. Para além das secções agrícola e industrial, esta última expondo artigos da produção oficial e manufactureira (cerâmica, carpintaria, marcenaria, serralharia, tecidos, calçado, chapelaria, alfaiataria, modistas, entre outros), existiam salas de belas-artes e de labores femininos. A ornamentação das salas foi dirigida pelo professor de desenho da escola industrial da Figueira da Foz. Esta escola participou com trabalhos de desenho e obteve uma medalha de ouro e o seu director recebeu uma medalha de prata em pintura a óleo⁹⁴. A *Gazeta da Figueira* não deixa de aproveitar a oportunidade para manifestar o ensejo local de criação de uma oficina de Labores Femininos na escola industrial, alvitando como "*excelente professora de labores numa escola industrial*"⁹⁵ uma das expositoras de labores e esculturas no certame.

A análise efectuada privilegiou as denominadas Exposições Industriais Nacionais que se foram realizando, ora em Lisboa, ora no Porto. Constataram-se alguns traços distintivos entre os certames de cada uma das cidades. Na capital predominaram as iniciativas do Museu Industrial, cujo director, Joaquim Telo, era também chefe de repartição na DGCI do MOPCI. Era, pois, o sector público que as promovia, organizava e, por consequência, definia os seus objectivos prioritários. Nesta conformidade, ressalta a integração sistemática dos resultados visíveis do ensino nas escolas industriais, em

⁹⁰ A exposição foi inaugurada a 18/04/1897 e esteve aberta ao público durante uma semana. Cf. *Diário de Notícias*, 18/04/1897 e 19/04/1897.

⁹¹ Cf. *Branco e Negro*, 1897, nº 56, 25/04/1897, pp. 61-62.

⁹² Cf. "Artes e indústrias nacionais. As rendas de Peniche", *Ilustração Portuguesa*, II Série, 15/05/1905, pp. 438-439.

⁹³ A exposição abriu a 1 de Setembro de 1901. Cf. *Programa da Exposição Industrial e Agrícola do Concelho da Figueira da Foz em 1901*, Figueira, Imprensa Lusitana, 1901; *Gazeta da Figueira*, nº 993, 04/09/1901.

⁹⁴ Cf. *Gazeta da Figueira*, 1901-1902, em especial do nº 993, de 04/09/1901 ao nº 1005, de 19/10/1901 e Suplemento ao nº 38 de 1902. O júri dos prémios era presidido por Bernardino Machado.

⁹⁵ *Gazeta da Figueira*, nº 997, de 18/09/1901, p. 1. O Jornal referia-se a D. Rita Jardim, cujos trabalhos destacou no conjunto dos patenteados.

particular os trabalhos resultantes da prática oficial. Acresce que, no conjunto destes últimos, os objectos executados pelas alunas têm uma presença significativa, mercê da vitalidade evidenciada, na circunscrição do sul, pelas oficinas destinadas àquele sexo.

A Exposição de 1888 foi a única promovida pela Associação Industrial Portuguesa, mas o facto de esta ser, à data da sua concepção, presidida por António Augusto Aguiar, não terá sido alheio aos profusos apoios oficiais de que beneficiou. Sublinhe-se, ainda, que este foi o único dos certames atrás mencionados que se revestiu de real âmbito nacional, no que respeita, quer aos expositores em geral, quer à presença de todos os estabelecimentos de ensino industrial do país.

As exposições do Porto foram de iniciativa particular, da responsabilidade da direcção do Palácio de Cristal e não contaram com o suporte das entidades públicas. A falta de diálogo entre os promotores das exposições industriais e os responsáveis pelo ensino industrial foi particularmente visível em 1891, com a realização na cidade invicta de duas exposições distintas, a das escolas, no Museu Industrial, e a Industrial Nacional, no Palácio de Cristal. Este divórcio, apenas quebrado em 1897, terá alimentado a inércia que cerceou o fomento da prática oficial nas escolas da circunscrição do norte.

6.1.3. A presença das escolas nas Exposições Internacionais e Universais

As exposições industriais assumiram, com a Exposição de Londres de 1851, uma dimensão internacional. Como se afirmava na *Ilustração Portuguesa*, a propósito da Exposição de Londres, em 1908, "*as grandes nações precisam de tempos a tempos mostrar umas às outras quanto têm progredido e escolhem para esse efeito as exposições, que não são mais que o inventário do seu estado de civilização ou montras abertas aos olhos do mundo*"⁹⁶.

As Exposições Internacionais e Universais apresentavam valências múltiplas, quer de carácter socioeconómico, possibilitando o alargamento de mercados e a divulgação de avanços tecnológicos, quer de natureza científica e cultural, com a exibição de inventos e a realização de congressos, quer de índole pedagógica, com a permuta de novos métodos de formação e de ensino profissional, quer, ainda, de intuito político, associando nacionalismo e imperialismo, através das exibições coloniais e da afirmação das identidades nacionais. Este último objectivo foi reforçado, a partir do último quartel do século, com a tónica comemoracionista introduzida pela primeira

⁹⁶ "A Inglaterra e a França. A Exposição em Londres", *Ilustração Portuguesa*, II série, 28/09/1908, p. 287.

exposição realizada nos Estados Unidos (Filadélfia - 1876), na qual se evocou a Declaração de Independência, cujo centenário então se celebrava⁹⁷. À ciência e à indústria adicionava-se, segundo Isabel João, um novo pilar dos valores oitocentistas, o "Merecimento"⁹⁸.

As Exposições Universais eram, utilizando as palavras escritas em 1890 por José Maria Fernandes, a "*acumulação de todas as manifestações do saber humano*"⁹⁹. Estes certames não se limitavam a ostentar o que de melhor e de mais inovador se produzia nos domínios da ciência, da técnica ou da arte, entre outros, mas integravam outros estímulos, com destaque para os Congressos e para os grandes *padrões* da civilização contemporânea, como os Palácios de Cristal (por exemplo, Londres, 1851, e Porto, 1865), a Estátua da Liberdade (Paris, 1878) ou a Torre Eiffel (Paris, 1889)¹⁰⁰. Nessa consonância, o Presidente da República francesa, no discurso de encerramento da exposição de Paris de 1889, não só assegurava que "*l'Exposition n'a pas été seulement une exposition de choses. Elle a été une exposition d'idées*"¹⁰¹, como concluía que "*L'Exposition de 1889 aura encore servi la grande cause de la paix e de l'humanité*"¹⁰², querendo com isto exaltar as suas potencialidades universalizantes.

Consustanciando manifestações diferenciadas, as exposições convertiam a vida social, com a sua multiplicidade material, científica, política, intelectual, artística e moral, numa unidade inteligível. Constituíam verdadeiros *fora* de expressão ideológica do mundo que a burguesia pretendia afirmar e logravam incutir no povo uma devoção pelo bem comum¹⁰³. Elas fundamentavam uma nova fé, assente na convicção de um avanço sem limites e conducente a um grau supremo e universal do progresso civilizacional. O triunfo da ideologia do progresso no Ocidente ocorreu entre 1840 e

⁹⁷ Cf. MENDES, José Amado, "As exposições como «festas da civilização»...", *op. cit.*.

⁹⁸ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 (policiado), vol. 1, p. 58.

⁹⁹ FERNANDES, José Maria da Conceição, *O trabalho manual na escola. Visita à Exposição Universal de Paris de 1889. Relatório apresentado à Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa em 25 de Janeiro de 1890*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira, 1890, p. 3. O autor era mestre de serralharia na escola primária superior Rodrigues Sampaio, a qual, à data, pertencia à Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁰⁰ Cf. MENDES, José Amado, "As exposições como «festas da civilização»...", *op. cit.*; PLUM, Werner, *Exposições mundiais no século XIX: espectáculos da transformação sociocultural*, Bonn, Friedrich – Ebert – Stiftung, 1979. A Estátua da Liberdade, ainda inacabada, foi exibida na Exposição Universal de Paris de 1878 e foi oferecida pela França aos EUA e colocada em Nova Iorque em 1886.

¹⁰¹ AAVV, *Les merveilles de l'Exposition de 1889*, Paris, A la Librairie Illustrée, 1889, p. 1070.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ Cf. RAMOS, Rui, "Os intelectuais no Estado Liberal (segunda metade do século XIX)", in VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP/ISCTE, 2005, pp. 107-133.

1890 "em simultâneo com o grande «boom» económico e industrial (...)"¹⁰⁴. A crença no aperfeiçoamento técnico, sustentáculo de um incessante aumento da produção material, permitia superar a noção de finitude humana e afirmar a possibilidade de acesso a um estado superior de bem-estar na senda do ideal setecentista de felicidade¹⁰⁵. Como comenta Werner Plum, "as exposições industriais cumpriram, de forma exemplar, as exigências da concepção moderna da história da cultura, de absorver, através de uma observação interdisciplinar da sociedade, a totalidade dos factores culturais e funcionalizá-los"¹⁰⁶. Neste contexto, a capacidade dos engenheiros em aplicar de forma sistemática o conhecimento, ou, por outras palavras, objectivar os avanços científicos e tecnológicos em benefícios quotidianos da sociedade industrial, converteu-os nos grandes obreiros do progresso da humanidade¹⁰⁷. Profissão recente, reconhecida oficialmente na década de 1860, a sua expansão e implantação foi rápida "mediante o esboço de uma ambiência tecnicista"¹⁰⁸.

A função ideológica destas iniciativas é indissociável de uma forte dimensão publicitária, que convertia a imagem de cada país num factor crucial da sua afirmação perante os outros¹⁰⁹. Por esta via, sancionavam-se os paradigmas que ditavam, a nível internacional, os rumos do progresso. As exposições eram, pois, locais de aprendizagem, pelo que a componente educativa se tornou duplamente prioritária. Em primeiro lugar, valorizava-se o intuito pedagógico da iniciativa, cuidando do modo de exibição, e, em segundo lugar, destacava-se o ensino profissional e/ou industrial, difundindo métodos, instrumentos e resultados. A participação portuguesa ocorreu, de forma regular, desde 1851, realizando-se a exposição de 1865 na cidade do Porto, para a qual se edificou o Palácio de Cristal¹¹⁰.

¹⁰⁴ LE GOFF, Jacques, "Progresso/reacção", in ROMERO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi...* op. cit., vol. 1, p. 355.

¹⁰⁵ Cf. BARREIRA, Cecília, «Onde está a Felicidade»... op. cit.; PEREIRA, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais...* op. cit..

¹⁰⁶ PLUM, Werner, *Exposições mundiais no século XIX...* op. cit., p. 155.

¹⁰⁷ Cf. SANTOS, Paulo Coelho Mesquita, COSTA, Adilson Rodrigues da, "A Escola de Minas de Ouro Preto, a «Sociedade de Geografia Económica de Minas Gerais» e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX", *Rem: Revista da Escola de Minas* [on line], vol. 53, nº 3, 2005, pp. 279-285 [em linha], http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=so370-44672005000300014&Ing=pt&nrm=iso (consultado em 21/06/2006). Um dos tópicos do debate era, exactamente, o da necessidade de substituir professores e responsáveis das escolas industriais, recrutados nas Universidades ou Academias, por engenheiros.

¹⁰⁸ SERRÃO, Joel, "«Regeneração», o capitalismo possível", in SERRÃO, Joel, MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa...* op. cit., p. 277.

¹⁰⁹ Cf. MENDES, José Amado, "As exposições como «festas da civilização»...", op. cit..

¹¹⁰ Cf. PORTUGAL, Idalina, "Portugal nas Exposições Universais (1851-1900)", *Leituras*, Série 3, nº 2, Out. 1997/ Abril 1998, pp. 231-235. Segundo o levantamento apresentado por esta autora, Portugal participou, na segunda metade do século XIX, nas Exposições de Londres - 1851, Paris - 1855, Londres - 1862, Porto - 1865, Paris - 1867, Viena - 1873, Filadélfia - 1876, Paris - 1878, Antuérpia - 1885, Paris - 1889, Antuérpia - 1894, Paris - 1900.

A Exposição de Londres, de 1851, como atrás se assinalou, despertara nos países europeus, incluindo Portugal, a necessidade de criar e fomentar o ensino industrial¹¹¹. A partir daquele ano, os certames internacionais ostentaram, de forma sistemática, os avanços do ensino industrial, em particular do desenho industrial e suas aplicações, como símbolo do próprio desenvolvimento económico de cada nação.

A primeira Exposição Universal em que as escolas de ensino industrial portuguesas estiveram representadas foi a de Paris, em 1889.¹¹² Esta, fosse pelo poder simbólico da comemoração da Revolução Francesa de 1789, fosse pela inauguração da construção emblemática da arquitectura do ferro, a Torre Eiffel, fosse pela grande cobertura noticiosa que dela se fez na época, foi uma das mais marcantes da segunda metade de oitocentos. Felinto de Oliveira definia-a como "*uma enciclopédia gigantesca, onde nada foi esquecido*"¹¹³.

Após muitas hesitações, Portugal acabou por participar, mas a decisão tardia reflectiu-se em falta de tempo, para mobilizar expositores e produtos, e de espaço disponível no recinto para os acolher. Estes condicionalismos não impediram que fossem patenteados alguns resultados das recém criadas escolas de ensino industrial. O Estado português não podia perder a oportunidade de mostrar, além fronteiras, que tinha elegido aquele ensino como uma área prioritária de investimento, tal como vinha acontecendo em muitos países europeus, como a Alemanha, a Áustria, a França, a Inglaterra e a Itália, entre outros. O ensino industrial, directamente vocacionado para a "*funcionalidade económica*", tornava-se "*sinónimo de progresso*"¹¹⁴, por isso, a ausência das escolas portuguesas seria interpretada como sinónimo do atraso do país e da falta de iniciativas, quer públicas, quer privadas, naquele domínio.

Os frutos da prática oficial, instituída nas escolas industriais da circunscrição do sul em 1886, constituíam uma mais-valia publicamente reconhecida, sobretudo desde a Exposição Industrial Nacional de 1888. Face à impossibilidade de reunir, em tempo útil, trabalhos de vários estabelecimentos, Fonseca Benevides optou por limitar a representação das escolas industriais portuguesas às rendas de bilros das alunas da escola de Peniche, face ao êxito obtido, no ano anterior, na Avenida da Liberdade. Os

¹¹¹ Ver capítulo 3.1.2..

¹¹² A exposição esteve aberta ao público durante seis meses (06/05/1889 a 06/11/1889).

¹¹³ OLIVEIRA, Felinto de, *O Binóculo: visita à Exposição Universal de 1889*, Lisboa, Typografia da Companhia Nacional, 1890, p. 185.

¹¹⁴ ALVES, Luís Alberto Marques, "Ensino Técnico. Uma filosofia específica para uma dinâmica diferente", *Estudos do século XX*, nº 6, 2006, p. 60.

artigos das alunas da escola foram expostos com o respectivo preço, prática adoptada nas exposições industriais por constituir um indicador de competitividade¹¹⁵.

QUADRO XXI

Exposição Universal de Paris (1889) Preços de trabalhos das alunas de Peniche

ARTIGO	Francos	Réis
Rendas (cada metro)	0.80 a 25	\$135 a 4\$218
Almofadas	30	5\$063
Lenços	25 e 34	4\$218 e 5\$738
Toalhas	35 e 45	5\$906 e 7\$594
Mantilha fina	350	59\$063
Cabeções	60 a 150	10\$125 a 25\$313

FONTES: MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*, pp. 56-57; OLIVEIRA, Felinto de, *O Binóculo... op. cit.*, p. 69.

Com base no Catálogo da Exposição e na equivalência cambial (1 franco e 20 cêntimos = 540 réis) referida por Felinto de Oliveira, apuraram-se alguns preços para os trabalhos das alunas de Peniche, que se apresentam no Quadro XXI. O valor elevado das peças, algumas das quais atingiram cifras surpreendentes, reflectia a complexidade e longa duração do trabalho e vocacionava os seus produtos para o consumo de luxo. O preço de uma mantilha (59\$063 réis), por exemplo, correspondia a um décimo do vencimento anual de um/a professor/a efectivo/a de uma escola industrial e um artigo menos precioso, como um lenço (25\$313), podia ultrapassar em muito a quantia mensal auferida por um/a mestre/a de oficina.

A escola de Peniche, apesar de ter sido a única representante portuguesa daquele ensino, não passou despercebida. Afirmou-se como o principal expositor nacional de rendas e um dos melhores a nível internacional, suplantando a Áustria, a Espanha e a Inglaterra, entre outros, e situando-se ao nível da Bélgica e da França¹¹⁶. A qualidade dos trabalhos – rendas, lenços, almofadas, toalhas, cabeções, e uma mantilha –, realizados sobre desenhos originais de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, foi premiada com uma

¹¹⁵ Em Portugal, apesar de se tentar instituir esse hábito, impondo-o como requisito para a atribuição de prémios, tornou-se difícil a sua generalização, pois, segundo Joaquim Telo, os mercadores ameaçavam os fabricantes de deixarem de lhes comprar os produtos se estes revelassem o preço de fábrica, pois isso revelaria o lucro do comerciante. Cf. MOPCI, RI, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu... op. cit.*

¹¹⁶ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre ... Exposição Universal de Paris de 1889... op. cit.*

medalha de ouro atribuída pelo júri internacional¹¹⁷. Comentava Cavalleiro e Sousa que "não podemos deixar de mencionar também, e com imenso prazer, as rendas de Peniche, de magnífica execução artística (...). À escola industrial respectiva são devidos os progressos alcançados naquela indústria; (...) bastou impor-lhe os modernos progressos, para ela atingir a perfeição que todos lhe distinguem e apreciam"¹¹⁸. Os museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto também expuseram exemplares das suas colecções de rendas de bilros de Peniche e Joaquim de Vasconcelos colocou, da sua colecção particular, rendas de bilros de Viana do Castelo e de Vila do Conde. Cada um destes expositores foi laureado com uma medalha de prata¹¹⁹.

A exibição das escolas industriais e profissionais estava inserida no 2º Grupo da exposição, denominado "*Ensino e educação, material e processo das artes liberais*"¹²⁰, o qual, segundo Fonseca Benevides, ocupava uma grande área do recinto. O inspector sublinhou que a França, a Holanda, a Suíça e a Bélgica tinham sido os países mais representados e relatou em pormenor a orgânica do sistema de ensino de cada um deles e os resultados patenteados pelas respectivas escolas, destacando, no que se refere ao sexo feminino, os cursos de pintura decorativa, rendas, confecção e corte, roupa branca, bordados e flores artificiais¹²¹.

Perante o sucesso notório da escola de Peniche, importa questionar a sua omissão no relatório, sobre o ensino nas escolas industriais, apresentado pela secção portuguesa à Exposição Universal de 1900¹²². A sua redacção foi cometida a Carlos Adolfo Marques Leitão, director da maior escola industrial do país, a Marquês de Pombal, em Lisboa, e substituto do inspector da circunscrição do sul, nos seus impedimentos. Não é crível que esta proeminente figura desconhecesse a participação e o sucesso da escola de Peniche na Exposição Universal de 1889. No entanto, no referido relatório, afirmava que, em 1900, Portugal ia, pela primeira vez, expor produtos das escolas num certame universal¹²³. O êxito internacional das rendas das alunas da escola de Peniche, em 1889, acontecimento que fora motivo de orgulho nacional, era olvidado, apenas dez anos depois, num documento oficial de difusão internacional. Não se

¹¹⁷ Cf. *Exposition Universelle de Paris en 1889... op. cit.*. O desenho das medalhas destinadas aos e às expositores/as premiados/as foi publicado em *O Ocidente*, 12º ano, nº 394, 01/12/1889, p. 267.

¹¹⁸ SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *Uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889*, 2ª ed., Lisboa, Lucas e Filho Editores, 1893, pp. 301-302.

¹¹⁹ Cf. *Ibidem*; *Exposition Universelle de Paris en 1889 ... op. cit.*.

¹²⁰ SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *Uma visita à Exposição Universal... op. cit.*, p. 17

¹²¹ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório... Exposição Universal de Paris... op. cit.*.

¹²² Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel... op. cit.*.

¹²³ Cf. *Ibidem*, p. 5.

conhece o grau de intencionalidade de tal acto. Afigura-se, todavia, significativo que tal esquecimento tenha recaído sobre trabalhos representativos de uma indústria artística feminina. Acresce, que não é possível alegar que a sua importância, enaltecida e laureada na exposição, tivesse sido obscurecida por outros produtos das escolas, pois a de Peniche fora única participante nacional.

Neste caso concreto, a existência de diversos registos sobre a ocorrência permite rectificar com facilidade a informação¹²⁴. Em situações, porém, menos publicitadas, um simples acto de omissão pode tornar invisível, ou seja, inexistente, aspectos significativos da realidade social.

IMAGEM 5

Folha de rosto de um Catálogo de rendas da Escola de Peniche (1893)



FONTE: MOPCI, IEICS, *Rendas Portuguesas. Rendas de Peniche. Escola industrial Rainha D. Maria Pia*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893. Biblioteca Nacional (digitalização).

Entre 1892 e 1893, as comemorações do 4º centenário da descoberta da América por Cristóvão Colombo deram azo a múltiplas iniciativas, algumas de carácter inter-continental. Os E.U.A., valorizando a data de 12 de Outubro, convencionada como Dia de Colombo, em 1792, pela Sociedade de Tammany, organizaram quatro dias de festejos em Nova York. O acto comemorativo teve continuidade com uma grande Exposição

¹²⁴ D. António da Costa foi outro dos autores coevos a destacar o êxito da escola de Peniche na Exposição Universal de 1889 (cf. COSTA, D. António da, *A mulher em Portugal... op. cit.*).

Internacional, realizada em 1893, em Chicago, a Exposição Universal Colombiana¹²⁵. Para além da importância conferida, na exposição, às Artes e Ofícios, realizaram-se vários congressos, incluindo um sobre educação, no qual se abordaram temáticas relacionadas com as mulheres, como a da sua admissão em escolas profissionais¹²⁶. A participação das escolas industriais portuguesas nesta mostra não se encontra documentada, contudo, um catálogo da escola de Peniche, cuja folha de rosto se reproduz na Imagem 5, editado pelo MOPCI, em 1893, e escrito em três línguas, Português, Francês e Inglês, sugere que esta escola nela teria estado presente¹²⁷. Nele se apresentam oito imagens com padrões de rendas realizados na oficina da escola em 1893¹²⁸.

As comemorações colombianas envolveram também iniciativas dos países da Península Ibérica e América Latina, destacando-se o Congresso Hispano-Português-Americano de 1892, realizado em Madrid. O ensino industrial português foi apresentado por Carlos Adolfo Marques Leitão, que se centrou na escola Marquês de Pombal, em Lisboa, de que era director, e por José Miguel de Abreu que apresentou um relatório referente à circunscrição do norte¹²⁹. A escola Rodrigues Sampaio foi apresentada pelo respectivo director, Adolfo Coelho¹³⁰.

Na Exposição Universal de Paris de 1900 o ensino industrial português marcou presença com uma exposição colectiva das escolas da circunscrição do sul e uma mostra do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. A primeira incluía monografias e plantas de edifícios de algumas escolas e trabalhos executados por alunos e alunas de quase todos os estabelecimentos, pois só não participaram as escolas das Caldas da Rainha e de Viana do Alentejo. O material exposto foi distinguido pelo respectivo júri com o Grande Prémio (Grand Prix)¹³¹.

A secção portuguesa empenhou-se em divulgar no certame o estado de desenvolvimento do ensino nas escolas industriais, tendo publicado o relatório elaborado por Marques Leitão, atrás referido, para acompanhar os materiais enviados para a exibição. A brochura enquadrava a criação das escolas nacionais no contexto

¹²⁵ Cf. JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império...* op. cit., vol. 1, p. 25.

¹²⁶ Cf. "Congresso Internacional de Educação de Chicago", *Revista de Educação e Ensino*, 1893, pp. 117-126.

¹²⁷ Cf. MOPCI, IEICS, *Rendas Portuguesas. Rendas de Peniche. Escola industrial Rainha D. Maria Pia*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.

¹²⁸ O Catálogo encontra-se reproduzido no Anexo 12.

¹²⁹ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Escola Industrial Marquez de Pombal...* op. cit.; ABREU, José Miguel de, *Apontamentos acerca do ensino de desenho industrial no Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

¹³⁰ Cf. COELHO, Adolfo, *Ensino Primário Superior*, Lisboa, Imp de Lucas Evangelista Torres, 1892.

¹³¹ Cf. *Exposition Universelle de 1900. Portugal...* op. cit.. Participaram as escolas da Covilhã, de Faro, do Funchal, de Leiria, de Peniche, de Portalegre, de Setúbal, de Tomar, de Torres Novas e Afonso Domingues, Marquês de Pombal, Príncipe Real e Rodrigues Sampaio (esta última era já Escola Técnica Preparatória para acesso aos Institutos), de Lisboa,

Europeu, explicava a orgânica e o funcionamento do sistema, descrevia e fundamentava os currículos e programas vigentes, caracterizava as escolas e apresentava estatísticas globais do movimento escolar¹³².

Foram premiados, a título individual, como colaboradores, os directores e as directoras das escolas participantes. Marques Leitão e João Vaz, respectivamente das escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues, em Lisboa, receberam medalhas de ouro e os restantes, entre os quais se encontravam Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro e Etelvina Augusta da Paz Assunção, das escolas de Setúbal e de Peniche, e Francisco Adolfo Coelho, da escola Técnica Preparatória Rodrigues Sampaio, foram distinguidos/as com medalhas de prata¹³³. A mostra do Instituto Industrial de Lisboa foi, também, recompensada com uma medalha de ouro, bem como o seu director, Francisco da Fonseca Benevides, ex-inspector das escolas.

As escolas industriais da circunscrição do norte e o Instituto industrial do Porto estiveram, em absoluto, ausentes. O efeito conjugado da macrocefalia do país e do centralismo do sistema de ensino, com a consequente concentração na capital dos poderes públicos e políticos, geradores daquele tipo de iniciativa, terá influído nesta disparidade regional. No entanto, um dos elementos da Comissão Portuguesa na Exposição Universal de 1900 era António Arroio, o inspector da circunscrição do norte, recém-nomeado supervisor único das escolas industriais do país, coadjuvando o inspector-geral, ou seja, o director-geral da DGCI do MOPCI¹³⁴. Este encontrava-se, pois, em situação privilegiada para poder promover o envolvimento das escolas do norte, que ele conheceria, na mostra das escolas. Tal, porém, não aconteceu, fosse por ausência de ordens superiores nesse sentido, fosse por não constituir uma prioridade nas suas actividades. Arroio tão pouco se encarregou da mostra das escolas da circunscrição do sul. A sua função na exposição da capital francesa obrigou-o a estar ausente do país, como ele próprio declarou, até Julho de 1901, só tendo tomado posse do novo cargo de inspecção nessa altura¹³⁵.

¹³² Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel... op. cit.*

¹³³ Cf. Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa - Inspeção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas... op. cit.*

¹³⁴ António Arroio foi inspector das escolas da circunscrição do norte até Dezembro de 1899; com o Decreto nº 2 de 23/12/1899, os dois lugares de inspecção, do norte e do sul, foram extintos, e foi nomeado um engenheiro adjunto do quadro do MOPCI para supervisionar todas as escolas do país sob dependência do inspector-geral e director-geral da DGCI; esse cargo foi cometido a António Arroio. Sobre este assunto ver capítulo 4.2.4..

¹³⁵ Cf. "Missão de estudo a algumas escolas de Ensino Técnico Industrial, Artístico e Comercial do Grau elementar e secundário na Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra em 1901. Esboço de um Relatório", in ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar... op. cit.* pp. 231-237.

Neste contexto, o papel desempenhado por Marques Leitão não se terá limitado à elaboração da brochura atrás referida. Com a extinção dos dois lugares de inspectores, em 1899, findara o exercício de Luciano Cordeiro e é crível que Marques Leitão, que costumava assumir, a título interino, a função inspectiva das escolas do sul, tivesse sido, mais uma vez, encarregue de o fazer¹³⁶. Ao prestígio que detinha como director da escola Marquês de Pombal somava-se o reconhecimento oficial, através de louvores régios e da integração em comissões, e o seu contributo para a reforma de 1897. Acrescia que, sendo preceptor e professor dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel, desde 1899, privava com a Família Real¹³⁷. O seu estatuto junto das estruturas do poder, ou melhor, de um conjunto de individualidades que o exerciam, era privilegiado. Face à ausência de interlocutor responsável na circunscrição do norte e não apresentando as respectivas escolas um dinamismo equivalente às do sul, mormente no que respeita à prática oficial, não teria sido difícil optar por restringir a estas últimas a representação nacional.

Em 1908, comemorando o 1º Centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, realizou-se uma Exposição Nacional Agrícola, Industrial, Pecuária e de Artes Liberais no Rio de Janeiro, à qual Portugal foi convidado a associar-se. Note-se que Portugal estabelecera no Rio de Janeiro, em 1905, uma agência comercial denominada "Exposição Permanente de Produtos Portugueses", na qual se patenteavam amostras da produção nacional e se transaccionavam mercadorias¹³⁸. A comissão organizadora da secção portuguesa, dependente do MOPCI, integrava os presidentes das principais Associações Industriais e Agrícolas e das Associações de Belas-Artes, de Lisboa e do Porto, os directores-gerais do Comércio e Indústria e da Agricultura e, ainda, dois engenheiros do mesmo ministério, um dos quais era António Arroio, inspector do ensino elementar industrial e comercial¹³⁹.

Apenas algumas escolas industriais foram seleccionadas para participar, e a maioria pertencia, mais uma vez, à circunscrição do sul. Não tendo sido reservado um espaço específico para as escolas, os trabalhos de alunos e alunas foram integrados nos

¹³⁶ Recorde-se que Luciano Cordeiro faleceu em 1900. Consultar nota biográfica no Anexo 13.

¹³⁷ Sobre Carlos Adolfo Marques Leitão consultar nota biográfica no Anexo 13.

¹³⁸ Cf. Decreto de 05/06/1905, *Diário do Governo*, nº 133, de 14/06/1905; MOPCI, DGA, *Instruções para o funcionamento da Exposição permanente de Produtos Portugueses na cidade do Rio de Janeiro*, Lisboa, tipografia do Comércio, 1906. Os produtos admitidos nesta agência eram vinhos, vinagres, licores e aguardentes, azeites, cortiças, frutas secas e preparadas, legumes secos, queijos, sal, conservas, faiança e **artigos de cerâmica, objectos de ourivesaria, rendas e bordados**, tecidos de linho, calçado e obras de arte (cf. *Ibidem*, p. 4, sublinhado nosso).

¹³⁹ Cf. MOPCI, DGCI, *Documentos relativos à organização da secção... Rio de Janeiro de 1908... op. cit.*

respectivos grupos de produtos, a par com os dos expositores particulares. Deste modo, uma mesma escola pôde colocar artigos em grupos diferentes¹⁴⁰.

Estão identificadas no Catálogo Oficial da secção portuguesa três escolas de Lisboa (Afonso Domingues, Marquês de Pombal e Príncipe Real) e as escolas do Funchal, de Setúbal e Faria Guimarães, no Porto. Esta última, como não tinha oficinas, foi a única a expor na secção de *Obras Científicas, Literárias e Mapas*, apresentando um álbum com aguarelas, fotografias e exercícios de composição feitos pelos alunos¹⁴¹. Estranhamente, a escola de Peniche não consta do Catálogo elaborado pela secção portuguesa, apesar de ter sido distinguida com medalha de ouro em mais de um grupo, como atestam o respectivo diploma, patente na Imagem 6, e a listagem dos prémios publicada no Brasil pela Comissão Organizadora da Exposição¹⁴².

Na secção de *Indústria* as escolas marcaram presença em cinco dos quinze grupos catalogados¹⁴³. No grupo *Fios, Tecidos e Vestuário* foram integrados trabalhos executados nas oficinas de *Lavores Femininos* das escolas de Setúbal e do Príncipe Real. As peças expostas eram resultado da aprendizagem de costura e corte e incluíam, por exemplo, lenços, guardanapos, naperons, almofadões, toucas, punhos, colarinhos e camisas.

As escolas Afonso Domingues e Marquês de Pombal expuseram um quadro de exercício de serralharia e castiçais de ferro forjado no grupo de *Indústria Metalúrgica*, obras de carpintaria e marcenaria, incluindo uma caixa pintada, um cofre com ferragens, uma moldura de estilo, e duas peças de pequeno mobiliário, no grupo de *Marcenaria*,

IMAGEM 6

Diploma de Medalha de Ouro atribuído à Escola Rainha D. Maria Pia, de Peniche, na Exposição do Rio de Janeiro de 1908



FONTE: Reprodução fotográfica da autora do documento exposto no Museu Municipal de Peniche

¹⁴⁰ De acordo com o respectivo Catálogo, a exposição portuguesa estava organizada em sete secções: I. Agricultura; II. Minas; III. Indústria; IV. Belas-Artes; V. Arte Aplicada; VI. Higiene e Assistência; VII. Obras Científicas, literárias, mapas, etc.. Cada secção subdividia-se em grupos que reuniam produtos afins. Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro... op. cit.*

¹⁴¹ Cf. *Ibidem*.

¹⁴² Cf. Exposição Nacional de 1908, *Prémios concedidos pelo Jury... op. cit.* É possível que outras escolas tenham estado presentes na exposição, apesar de não figurarem no Catálogo.

¹⁴³ Seguiu-se a organização presente no catálogo oficial. Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro... op. cit.*

Mobiliário e Decoração e, ainda, um quadro com litografias e dois exemplares de encadernação, no grupo com o mesmo nome. Os trabalhos de encadernação eram provenientes da oficina, frequentada pelos dois sexos, que funcionava na escola Marquês de Pombal¹⁴⁴.

Nas *Indústrias Diversas* foram também incluídos alguns objectos da escola Marquês de Pombal – um porta-relógio, um calendário e pregadeiras – que podem ter sido feitos, pelo menos os dois últimos, pelas alunas, pois artefactos do mesmo tipo foram agrupados com rendas, numa mesma legenda na secção de *Arte Aplicada* ("232 – *Pregadeira, calendário e rendas*"¹⁴⁵). Nesta secção, a escola do Funchal exibiu bordados feitos pelas alunas, exemplificando técnicas diversas, e embutidos para soalhos resultantes da oficina de Marcenaria e Entalhador. Mais diversificada e numerosa foi a mostra da escola Marquês de Pombal, que incluía, para além das pregadeiras e do calendário atrás referidos, produtos das oficinas de Lavoros Femininos e de Pintura Decorativa, esta última frequentada pelos dois sexos. A título ilustrativo, refiram-se os bordados (amostras, toalhas, almofadas, lenços, fundos de cadeiras), as aplicação de flores (pandeiro, cartões), as rendas (quadros, guardanapos, as aplicações para vestuário) e as peças de vestuário (colarinhos, estolas, punhos, cabeções), produzidas na primeira, bem como os quadros e *abat-jours* de pintura decorativa¹⁴⁶. A diversidade dos produtos executados pelas alunas das oficinas sobressai no conjunto de produtos enumerados.

O número de exemplares expostos nem sempre é indicado, mas pode-se tomar como indicador quantificável cada registo catalogado¹⁴⁷. A leitura do Quadro XXII mostra que, mesmo sem a listagem da escola de Peniche, os objectos provenientes do trabalho feminino nas oficinas representavam 63% dos 54 conjuntos inventariados, ou seja, um peso muito superior aos 22,2% alcançados pelos labores executados pelo sexo masculino. Os 14,8% remanescentes correspondiam a obras que podem ter sido executadas por mulheres ou por homens, pois são oriundas das oficinas de encadernação e de Pintura decorativa, que eram frequentadas pelos dois sexos.

QUADRO XXII

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 345-431. Os trabalhos não estão nominalmente identificados.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 559.

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 559-560. As rendas da escola Marquês de Pombal eram de agulha e não de bilros.

¹⁴⁷ Cada registo no catálogo corresponde a um ou mais objectos, rotulados com um número de ordem e uma descrição identificativa.

Exposição do Rio de Janeiro (1908)
Distribuição dos objectos executados pelas alunas e pelos alunos das oficinas das escolas industriais pelas secções e grupos de produtos da secção portuguesa¹⁴⁸

Grupos de produtos sexo aluno/as oficinas	SECÇÃO DE INDÚSTRIA					SECÇÃO DE ARTE APLICADA	TOTAL	
	Fios, Tecidos, Vestuário	Indústria Metalúrgica	Marcenaria, Mobiliário e Decoração	Tipografia, Litografia e Encadernação	Indústrias Diversas		Nº	%
Sexo Feminino	15 (nº146 a nº160)					19 (nº228 a nº243 e nº245 a nº247)	34	63,0
Sexo Masculino		2 (nº99 a nº100)	8 (nº42 a nº49)	1 (nº18)		1 (nº248)	12	22,2
Ambos os sexos				1 (nº17)	3 (nº50 a nº52)	4 (nº225 a nº 227 e nº244)	8	14,8
TOTAL	15	2	8	2	3	24	54	100

FONTES: COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908... op. cit.*, pp. 345-479; 537-561.

O Catálogo respeitante à presença portuguesa na exposição não se limita a enumerar expositores/as e produtos, mas apresenta para cada uma das secções um relatório sobre o estado de desenvolvimento do respectivo sector. As escolas integraram trabalhos nas secções de *Indústria* e de *Arte Aplicada*, mas só no texto introdutório à segunda é referida a sua importância para o aperfeiçoamento das artes decorativas. A importância daquele ensino foi mencionada, em particular, para a indústria das rendas de bilros. Sublinhava-se que as escolas podiam contribuir de forma decisiva para consolidar e perpetuar o prestígio nacional e internacional que as rendas portuguesas tinham alcançado, graças à obra de Maria Augusta Bordalo Pinheiro¹⁴⁹.

As escolas industriais receberam prémios nos diversos grupos de produtos em que se integraram os seus trabalhos¹⁵⁰. Na secção de *Indústria* obtiveram sete medalhas de ouro, duas delas em *Rendas e Bordados* pelas escolas de Peniche e de Setúbal. Na secção de *Artes Liberais* alcançaram oito medalhas de ouro e dois *Grandes Prémios*.

¹⁴⁸ Faltam os dados relativos aos trabalhos da oficina da escola de Peniche. A escola Faria Guimarães, no Porto, não tinha oficinas.

¹⁴⁹ Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro... op. cit.*, pp. 532-533.

¹⁵⁰ A organização das secções e grupos de produtos da relação dos prémios não segue a mesma classificação do catálogo elaborado pela secção portuguesa. Cf. *Exposição Nacional de 1908, Prémios concedidos pelo Jury... op. cit.* e COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro... op. cit.*

Estes últimos foram atribuídos às escolas Marquês de Pombal e Afonso Domingues, de Lisboa, no grupo de *Instrução*, no qual se distinguiram também as escolas do Príncipe Real, em Lisboa, de Setúbal e Faria Guimarães, no Porto, com medalhas de ouro. Os trabalhos de *Arte Aplicada* da escola de Peniche e de *Papelaria e Encadernação* da escola Marquês de Pombal arrecadaram duas das restantes quatro medalhas de ouro¹⁵¹.

A participação das escolas industriais portuguesas nas exposições internacionais e universais, a partir de 1889, confirma a importância que se atribuía àquele ensino naqueles eventos. Constatou-se, todavia, a ausência das escolas da circunscrição do norte, o que denota, de forma explícita, a clivagem, entre o sul e o norte, que foi marcando o desenvolvimento daquele ensino no país. Apesar da primazia conferida ao desenho aplicado às indústrias, patente na letra da lei e na organização curricular das escolas, foram sempre preferidos os produtos das oficinas para efeito de exposições além fronteiras. O desenvolvimento incipiente da prática oficial na circunscrição do norte repercutiu-se, assim, na sua exclusão sistemática, condenando, por arrasto, os resultados da única oficina nela existente, a de *Lavores Femininos* da escola Infante D. Henrique, no Porto, a uma completa invisibilidade.

Um segundo aspecto merece destaque. À semelhança do que se verificara nas exposições das escolas ou nas industriais nacionais, também nos certames internacionais os trabalhos das alunas superaram os dos alunos. No conjunto, apresentam-se em maior quantidade e variedade. Sobressaem as rendas de bilros, os bordados e as peças de costura, estas ligadas ao vestuário e, portanto, à confecção. Sabe-se que havia maior número de matrículas nas oficinas para o sexo feminino do que nas destinadas ao sexo masculino, mas, mais uma vez se constata que os diferenciais se acentuam quando se comparam os produtos expostos. As oficinas de trabalhos femininos, quando comparadas com as vocacionadas para o sexo masculino, apresentariam progressos mais visíveis e mais consentâneos com os avanços processados nos outros países europeus? As rendas de bilros acompanham, de certo modo, a expansão do sector da confecção, em resultado da integração e generalização, ao nível das classes médias, de novos padrões de consumo. No entanto, sendo uma indústria artística destinada a um consumo mais selecto, poder-se-á questionar se constituiu um exemplo paradigmático do papel das escolas industriais portuguesas no desenvolvimento económico nacional.

¹⁵¹ Cf. Exposição Nacional de 1908, *Prémios concedidos pelo Jury... op. cit.*, pp. 444-468.

6.2. A revitalização de uma indústria e de uma localidade – o êxito da escola de Peniche

A adequação das escolas às necessidades locais foi um objectivo enunciado desde a sua criação, mas nem sempre alcançado. No caso de Peniche, porém, a indústria das rendas de bilros, que se pretendeu revitalizar com a escola ali instalada, não era secundária no contexto das actividades económicas do concelho. Importa apurar o seu grau de importância a fim de poder avaliar o real contributo da escola no seu desenvolvimento.

6.2.1. As rendas de bilros no contexto económico da região

6.2.1.1. A difícil sustentabilidade da actividade piscatória

O concelho de Peniche constituía, na segunda metade de oitocentos, um espaço micro-económico periférico no contexto distrital de Leiria. A especificidade das suas actividades económicas essenciais, a pesca e a indústria de rendas de bilros, foi marcada não só pela sua localização na orla marítima, mas também pelo carácter quase insular de uma parte do município, situado na península do mesmo nome¹⁵². O istmo de areia que ligava três das cinco freguesias de Peniche ao continente ficava, com frequência, alagado no Inverno, devido às altas marés e aos fortes ventos¹⁵³. As dificuldades de comunicação terrestre não foram completamente resolvidas até à República.

A Câmara solicitou insistentemente (1860, 1862, 1870, 1875, 1884) para que fossem construídas estradas de ligação com Óbidos, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Santarém, mas, mesmo quando os projectos eram aprovados, as obras eram suspensas por insuficiência de verbas. A partir de inícios de década de oitenta (1880, 1883, 1904, 1905, 1906, 1907, 1912) os esforços concentraram-se na tentativa que a linha-férrea entre Lisboa e Figueira da Foz se aproximasse o mais possível do concelho ou fosse construído um ramal com uma estação ou apeadeiro que servisse o movimento de

¹⁵² A área onde se situava a vila (actualmente cidade) de Peniche era uma ilha, a qual só nos finais da idade moderna ficou unida à terra firme transformando-se em península. Cf. CALADO, Mariano, *Peniche na História e na Lenda*, Peniche, Ed. Autor, 4ª ed., 1991 [1ª ed. 1962]. A vila de Peniche integrava as freguesias de N.ª Sra. da Ajuda, N.ª Sra. da Conceição e S. Pedro; as outras duas freguesias do concelho, Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei, eram predominantemente rurais (cf. *Censo da População ... de 1900. op. cit.*, vol. 1, , p. 164).

¹⁵³ Cf. SILVA, António Arthur Baldaque da, *Relatório sobre pesca marítima nas águas de Peniche, Berlengas e Farilhões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

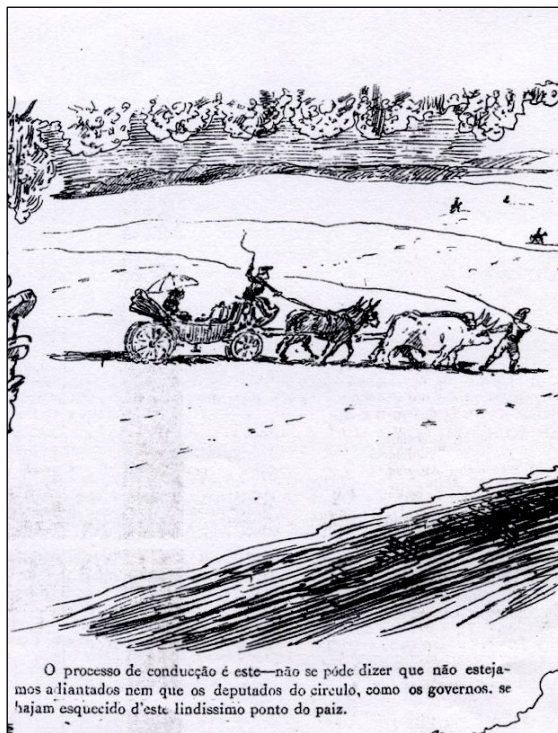
pessoas e mercadorias de Peniche¹⁵⁴.

O isolamento de Peniche face às outras regiões do distrito, agudizado pelo estado deplorável dos caminhos, que a estação invernal tornava intransitáveis, foi um argumento diversas vezes usado para lograr obter um acréscimo de estatuto administrativo e jurídico para o concelho, que apresentava, aliás, a maior densidade populacional do distrito¹⁵⁵. A título de exemplo, refira-se o anseio, expresso pela Câmara Municipal, em 1881, de o julgado de Peniche se converter em sede de comarca, obviando difíceis deslocamentos à comarca das Caldas da Rainha¹⁵⁶.

Na Câmara dos Deputados, Peniche contou com o empenho de Francisco Machado, expresso em diversas intervenções proferidas ao longo do período em que foi eleito pelo círculo das Caldas (1887 a 1894), na defesa da conclusão da estrada entre as duas localidades, a qual, segundo ele afirmava em 1887, estava em construção havia mais de vinte anos, apesar daquela vila ser das mais populosas do país¹⁵⁷. O deputado fazia também notar que, apesar do caminho-de-ferro ter chegado, por fim, às Caldas, Peniche continuava a não lhe ter acesso¹⁵⁸.

IMAGEM 7

Transportes terrestres para Peniche.



FONTE: Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, *Pontos nos ii*, 29/09/1887, p. 309.

¹⁵⁴ Cf. CALADO, Mariano, *Visão Cronológica da História de Peniche*, Lisboa, Ed. Autor, 1999.

¹⁵⁵ A forte concentração de população marítima e a reduzida área territorial (cerca de 75 Km²) contribuíam para que a densidade populacional naquele concelho fosse, em 1900, de 110 habitantes por Km², superior à média distrital de 70 habitantes por Km² e à média nacional de 60 habitantes por Km². O próprio concelho de Leiria tinha apenas 80 habitantes por Km² (cf. *Censo da População... 1900*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 36-40).

¹⁵⁶ Cf. Representação E nº 36 da Câmara Municipal de Peniche, de 20/02/1881, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1881, sessão de 15 de Março, pp. 997-998.

¹⁵⁷ Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Ibidem*, 1887, sessão de 25 de Junho, pp. 1415-1417. O deputado insistiu no assunto em 1889 (cf. *Ibidem*, 1889, sessão de 10 de Abril, pp. 325-327). O círculo eleitoral das Caldas incluía, no período em que o deputado foi eleito, os concelhos de Óbidos e de Peniche (cf. SERRA, João Bonifácio, "Machado, Francisco José", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico... op. cit.*, vol. 2, pp. 677-678).

¹⁵⁸ Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1887, sessão de 25 de Junho, pp. 1415-1417.

O mau estado das comunicações terrestres foi também denunciado, no mesmo ano, por Rafael Bordalo Pinheiro, como a Imagem 7 exemplifica¹⁵⁹. O caricaturista, em jeito de zombaria, comparava o percurso a "*um areal medonho, uma perfeita vista do deserto, a que só falta o camelo*"¹⁶⁰ e, lançando um repto ao deputado Francisco Machado – "*Abre bem os olhos! oh! Machado! Abre-os bem!*"¹⁶¹ –, concluía que com estradas "*Peniche ocupará na sociedade o elevado lugar a que lhe dão direito as suas condições lisonjeiramente excepcionais*"¹⁶².

Um dos argumentos utilizados por Francisco Machado era que Peniche dispunha de uma ótima praia que poderia ser frequentada em época balnear, caso houvesse estrada em condições¹⁶³. O próprio deputado Francisco Machado ali passava temporadas com a família e a imprensa distrital publicava testemunhos abonatórios sobre a qualidade balnear daquele "*sítio magnífico, para quem (...) carece de banhos ou ares do mar*"¹⁶⁴. Nos anos noventa e inícios do século seguinte, a excelência daquela praia de banhos e a afluência de visitas durante o Verão era também publicitada no *Anuário Comercial de Lisboa*¹⁶⁵.

Em 1903 aquele deputado, à época eleito pelo círculo de Coimbra, voltava a denunciar o atraso das obras da estrada de ligação de Peniche às Caldas e, em 1907, apesar do distrito de Leiria apresentar uma rede de estradas superior à média nacional, o concelho de Peniche continuava a não ser beneficiado¹⁶⁶. A construção do ramal que ligava Peniche à linha-férrea do Oeste, decretada em 1907, permaneceria letra morta¹⁶⁷. A via marítima era o elo privilegiado de ligação de Peniche com o exterior, como assinalava Francisco Machado, ao exemplificar que uma carta "*tem de vir primeiro a*

¹⁵⁹ Na legenda pode ler-se: "*O processo de condução é este – não se pode dizer que não estejamos adiantados nem que os deputados do círculo, como os governos, se hajam esquecido deste lindíssimo ponto do país*".

¹⁶⁰ Pinheiro, Rafael Bordalo, "Festa simpática", *Pontos nos ii*, 29/09/1887, p. 311.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ É de notar que o hábito de frequentar as estâncias balneares se intensificou a partir de meados do século XIX e que a praia da Nazaré, por exemplo, situada também no distrito de Leiria, era já procurada por uma população diversificada. Cf. VAQUINHAS, Irene Maria, CASCÃO, Rui, "Evolução da sociedade em Portugal... ", in *op. cit.*, pp. 441-457.

¹⁶⁴ "Carta Aberta a Gomes Avelar", *O Caldense*, Caldas da Rainha, 13/11/1892. António Baldaque da Silva (cf. *Relatório sobre pesca marítima... op. cit.*) corroborava, em 1889, no mesmo sentido.

¹⁶⁵ Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, Lisboa, 1893-1911.

¹⁶⁶ Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1903, sessão de 17 de Abril, p. 27 e sessão de 5 de Maio, pp. 21-22. As estradas do distrito de Leiria em 1907 atingiam uma média de 185 metros por Km² e de 2,70 Km por 1000 habitantes, enquanto que a média nacional se ficava pelos 115 metros por Km² e pelos 2,04 Km por 1000 habitantes (cf. VIEIRA, António Lopes, "Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1940", *Revista de História Económica e Social*, nº 5, 1980, pp. 57-94).

¹⁶⁷ Cf. CALADO, Mariano, *Visão Cronológica... op. cit.*;

Lisboa e daqui seguir para as Caldas"¹⁶⁸, o mesmo sucedendo com qualquer outro destino. Os transportes marítimos e fluviais, aliás, só viriam a ser secundarizados em Portugal na terceira década do século XX, quando se desenvolveram os transportes rodoviários motorizados¹⁶⁹.

Em meados de mil e oitocentos, a zona industrial de Lisboa, de acordo com a categorização proposta por David Justino, compreendia os subúrbios e concelhos limítrofes, em especial os que se situavam ao longo do Tejo¹⁷⁰. Sobressaíam dois eixos principais, um para norte, do Beato e Xabregas a Olivais e Sacavém, e outro para poente, de Alcântara a Belém, aos quais se agregavam Almada, Barreiro e Seixal, do lado sul do Tejo. A região por ela polarizada, porém, estendia-se a maiores distâncias, seguindo, em particular, a linha do vale do Tejo, numa faixa que se dilatava por Santarém, Torres Novas, Tomar, e estendia os seus braços até à Marinha Grande, no coração do distrito de Leiria.

As facilidades de acesso não se traduziam apenas no escoamento de produtos para um grande centro de consumo e de exportação ou na obtenção de matérias-primas provenientes do estrangeiro, mas favoreciam a expansão do investimento de capitais que se encontravam concentrados em Lisboa. Maria Filomena Mónica corrobora no mesmo sentido ao evidenciar que "*as fábricas modernas, Vizela, Tomar, Arrentela, Alenquer, Torres Novas ou Alcobaça, foram todas fruto de iniciativas exteriores à região*"¹⁷¹. A capital, para além de fornecer investidores, nacionais e estrangeiros, concorria, ainda, com pessoal técnico qualificado, serviços e tecnologia¹⁷².

Peniche, todavia, desenvolvia-se à margem, quer da expansão económica da capital, quer do desenvolvimento da área económica leiriense¹⁷³. Nesta última, a paisagem era dominada pelo mundo agrícola e a pequena indústria de apoio ao sector primário – lagares e moinhos – predominou até ao século XX. Como salienta Alda Filipe, "*sob o ponto de vista industrial, o distrito de Leiria contribuía para a economia nacional, no terceiro quartel do século XIX, com a produção de vidros e cristais, com os produtos resinosos, ambos da Marinha Grande, e com as louças das Caldas da*

¹⁶⁸ Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1887, sessão de 25 de Junho, p. 1417.

¹⁶⁹ Cf. MENDES, José Amado, "Comércio, transportes e comunicações", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal...* op. cit., vol. 5, pp. 369-379.

¹⁷⁰ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico...* op. cit., vol. 1.

¹⁷¹ MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e Industriais..." , op. cit., p. 845.

¹⁷² Na região industrial polarizada pelo Porto a situação é similar. Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço...* op. cit., vol. 1.

¹⁷³ Cf. FILIPE, Alda Maria Martins Mourão, *A Formação do Tecido Empresarial...* op. cit.. Esta autora não inclui Peniche na área económica que definiu para estudar o tecido empresarial do distrito de Leiria.

*Rainha*¹⁷⁴. A fiação e a tecelagem permaneciam ligadas ao trabalho doméstico e manual, não ultrapassando uma produção de auto-consumo.

Dois novos estabelecimentos, de maior dimensão, sobressaíam, a par da Real Fábrica dos Vidros da Marinha Grande, no Inquérito industrial de 1881: a Fábrica de Lanifícios de Pedrógão Grande, fundada em 1868 e a Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão de Alcobaça, fundada em 1875. Em conjunto, as três únicas fábricas de grande dimensão reuniam os cinco motores a vapor da região. Sublinhe-se que Peniche foi um dos quatro concelhos do distrito de Leiria que estiveram completamente ausentes naquele inquérito. O progresso dos sectores vidreiro e têxtil algodoeiro ficou registado no Inquérito Industrial de 1890 e "*no final de oitocentos a realidade da área económica de Leiria definira dois centros industriais: Alcobaça e Marinha Grande*"¹⁷⁵.

A situação periférica de Peniche, no espaço distrital a que pertencia, é exemplo da desarticulação litoral-interior a nível intra-regional salientada por David Justino¹⁷⁶. Faz-se notar que, em 1867, quando se colocou a hipótese de o distrito de Leiria ser extinto, a Câmara Municipal de Peniche asseverou que a população preferia que a Vila fosse integrada no distrito de Lisboa¹⁷⁷. Aquela atitude assentava no facto de aquela localidade se encontrar integrada na dinâmica da capital através de uma intensa e directa ligação comercial marítima. O volume do movimento de entrada e saída de produtos no porto de Peniche, por via marítima de cabotagem, tinha atingido 3669 toneladas em 1851, o que representara 2,3% do total nacional. Tendo em conta a forte polarização dos portos de Lisboa e do Porto, que no seu conjunto concentravam 41,3% das exportações e 51,9% das importações, o volume de transacções de Peniche ganha relevância. A sua exportação superava a importação, quer em tonelagem, quer em diversidade de destinos, e o volume das saídas colocava Peniche à frente dos portos de Tavira, Ericeira, Esposende/ Póvoa do Varzim e numa posição equivalente aos de Lagos, Olhão/ Fuzeta e Vila Real de Santo António/ Mértola¹⁷⁸.

Os produtos que saíam de Peniche, por via marítima, dirigiam-se a doze portos, que se distribuíam de Caminha ao Algarve, como se pode ver no Quadro XXIII. O mercado preferencial era, sem dúvida, a capital, que absorvia 53,9% das toneladas

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 276.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 286.

¹⁷⁶ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço...* op. cit., vol. 1.

¹⁷⁷ Cf. CALADO, Mariano, *Visão Cronológica...* op. cit..

¹⁷⁸ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço...* op. cit., vol. 1, Quadro 5.1., intercalado em pp. 198-199.

exportadas, nas quais o peixe prevalecia seguindo-se as rendas e o vinho¹⁷⁹.

Observando as importações, verifica-se que o movimento proveniente dos portos ao sul do Tejo era quase nulo, ganhando importância as transacções feitas através do porto de Lisboa, com relevo para o sal, o azeite, os têxteis, alguns produtos coloniais, como o açúcar, e produtos importados, como o bacalhau. A capital distinguia-se também como principal porto de proveniência dos produtos que entravam em Peniche, mas o volume deste movimento era muito mais baixo do que o das trocas em sentido inverso. Aveiro ocupava o segundo lugar, com uma tonelagem não muito inferior à da capital. Apesar do sal de Aveiro se destinar, na sua maior parte, aos portos do litoral minhoto, uma parte era consumida por Peniche, que também recebia, daquele porto, leguminosas e chumbo¹⁸⁰. A conservação do peixe exigia que Peniche importasse grandes quantidades de sal (2500 toneladas em 1904¹⁸¹), o que tornava pesado o pagamento do respectivo imposto, cuja redução fora solicitada, em 1883, pela Câmara Municipal¹⁸².

QUADRO XXIII

Movimento marítimo por cabotagem no porto de Peniche em 1851 Importações e exportações (em toneladas)

PORTOS MOVIMENTO COMERCIAL	Caminha	Viana Castelo	Vila do Conde	Porto	Aveiro	Figueira da Foz	S. Martinho, Nazaré, Pedrneira, Vieira	Ericeira	Lisboa	Setúbal, Sesimbra, Sines, V.N. Mil Fontes, Odemira	Lagos	Portimão	Faro, Albufeira	Olhão, Fuzeta	TOTAL
Exportações	0	24	34	109	0	192	201	134	1135	87	20	36	13	121	2106
Importações	43	46	50	86	390	312	133	28	464	0	0	0	11	0	1563

FONTE: JUSTINO, David, *A Formação do Espaço ... op. cit.*, vol. 1, Quadro 5.1, intercalado em pp.198-199.

Os portos do Minho forneciam sobretudo milho e o da Figueira da Foz, para além de cereais, como o trigo, e de produtos químicos, garantia, conjuntamente com S. Martinho do Porto, o abastecimento de Peniche em madeiras, importantes para a

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁸⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 198-208; JUSTINO, David, "Problemas de História dos Preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro (1862-1931)", *Revista de História Económica e Social*, nº 2, 1978, pp. 29-58.

¹⁸¹ Cf. CALADO, Mariano, *Peniche na História...* op. cit., p. 205.

¹⁸² Cf. Representação Câmara Municipal de Peniche, apresentada por Zeferino Rodrigues, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1883, sessão de 30 de Março, p. 844.

construção de barcos¹⁸³. O comércio terrestre era assegurado por almocreves que, na viragem do século, continuavam a utilizar as bestas de carga como principal transporte, dado que o estado dos caminhos, principalmente no Inverno, dificultava a utilização das carroças, as chamadas *galeras*¹⁸⁴.

As pescas constituíam uma actividade importante para a população da extensa costa marítima portuguesa, mas o seu valor não era, no conjunto das actividades económicas, de grande monta. Na década de 1850, segundo a estimativa de David Justino, o valor médio anual situar-se-ia entre 2200 a 2400 contos de reis, sendo que 44,7% do imposto sobre o pescado era procedente da circunscrição da Administração de Lisboa, que abrangia a costa desde Vila Nova de Mil Fontes até Peniche¹⁸⁵. Na segunda metade do século XIX a pesca perdeu importância no cômputo do rendimento nacional. Armando de Castro calcula que, entre 1870 e 1875, o rendimento médio anual dos produtos da pesca descera para cerca de 1800 contos de reis, o que representava menos de 2% do rendimento nacional líquido¹⁸⁶.

Nos anos 1880 a maior parte dos portos marítimos e fluviais do país, à excepção da costa algarvia, viram decrescer as suas transacções comerciais, circunscrevendo-se em grande parte à actividade piscatória, em resultado da opção de investimento na modernização dos portos de Leixões, de Lisboa e da Figueira da Foz, aos quais se adicionava, no arquipélago dos Açores, o de Ponta Delgada. Os três principais portos do continente articulavam-se com a linha ferroviária e concentravam o movimento comercial nacional e internacional¹⁸⁷. O desenvolvimento dos grandes portos, a proclamação da área marítima exclusiva portuguesa, em 1885, e a progressiva utilização dos barcos a vapor na faina pesqueira de alto mar, reflectiram-se num aumento do rendimento dos produtos da pesca, cuja média anual aumentou para 2800 contos de reis no período entre 1882 e 1892¹⁸⁸.

Esta recuperação, todavia, não logrou inverter, a longo prazo, a decadência

¹⁸³ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço... op. cit.*, vol. 1, pp. 198-208; CALADO, Mariano, *Peniche na História... op. cit.*, pp. 204-205.

¹⁸⁴ Cf. PEIXOTO, Luís Correia, *Apontamentos para a História da Pesca da Sardinha e da Construção Naval em Peniche*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche, 1991. A *galera* era um tipo de carroça puxada por três cavalgaduras.

¹⁸⁵ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço... op. cit.*, vol. 1, p. 72. O autor calculou o valor do imposto com base nas médias anuais do imposto de 6% e adicionais entre 1848 e 1852.

¹⁸⁶ Cf. CASTRO, Armando, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 4ª ed., Porto, Ed. Limiar, 1978 (1ª ed. 1947), pp. 115-117.

¹⁸⁷ Cf. MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica... op. cit.* p. 151.

¹⁸⁸ Valores calculados a partir dos dados anuais de 1882 a 1892 relativos ao imposto do pescado (5%), constantes do preâmbulo ao projecto de decreto-lei de Alberto Pimentel sobre o imposto do pescado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1893, sessão de 26 de Maio, p. 3.

tendencial das pescas apontada por Armando Castro. A população activa ligada àquela actividade, que somava 27 milhares em 1890, diminuiu para 21 milhares em 1900 e, em 1911, ficava-se pelos 19 milhares¹⁸⁹. A utilização de barcos a vapor, com a dupla vantagem de navegação em alto mar e de maior capacidade de captura de peixe no arrasto, não deixava de ocasionar duas ordens de problemas. A primeira decorria da ineficácia da fiscalização face ao incumprimento das normas que regiam a dimensão das malhas das redes e a distância mínima da costa que aqueles barcos deviam respeitar. Aproximando-se, com frequência da costa, estas embarcações desertificavam de matéria orgânica aquelas águas, pela destruição dos pastos e locais de reprodução do fundo do mar, empobrecendo a costa em quantidade e diversidade de espécies piscícolas e provocando a ruína dos pequenos pescadores¹⁹⁰. Neste contexto, a tese optimista de A. H. de Oliveira Marques de que a pesca se contava entre as actividades mais lucrativas da economia portuguesa, pela sua associação à indústria conserveira, em grande parte de sardinhas, apoia-se numa situação conjuntural que se afigurou, todavia, pouco sustentável¹⁹¹.

O número de fábricas de conservas de peixe aumentou. Estas passaram de 54 para 76, entre 1890 e 1896, e totalizavam 116 em 1912, registando-se uma elevada concentração (85,5%) em Setúbal e no Algarve¹⁹². O volume das exportações de conservas, na sua quase totalidade de sardinhas, cresceu de 7871 toneladas, em 1889, para 23788 toneladas, em 1905, das quais, cerca de 60% era proveniente de Setúbal¹⁹³. Na primeira década do século XX, o vinho ocupava o primeiro lugar entre as exportações portuguesas, mas no campo industrial as conservas de peixe eram o único

¹⁸⁹ Cf. MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica... op. cit.*, p. 251.

¹⁹⁰ Cf. SERRÃO, Joel, "A máquina a vapor em Portugal", in SERRÃO, Joel, MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa... op. cit.*, pp. 356-366; LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995; REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português... op. cit.* A presença de vapores de pesca ao largo da costa ocidental de Peniche foi também relatada, em 1889, por António Baldaque da Silva (cf. *Relatório sobre pesca marítima... op. cit.*). Os abusos dos barcos a vapor, com referência a um caso particular que a marinha de guerra detectara, sem luzes, entre as Berlengas e a costa, são narrados no preâmbulo do projecto de decreto-lei de 07/03/1891, de Alberto Pimentel, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 11 de Março, pp. 2-11. O mesmo problema é mencionado no projecto de decreto-lei de 04/04/1900, apresentado por Francisco Machado, *Ibidem*, sessão de 5 de Abril, pp. 2-5.

¹⁹¹ Cf. SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Ed. Presença, 1991, em especial pp. 137 e 176.

¹⁹² Cf. *Ibidem*, p. 135; RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa... op. cit.*, p. 253.

¹⁹³ Cf. CASTRO, Armando, *A Revolução Industrial... op. cit.*, p. 73; CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 150. A prevalência de Setúbal, como mercado exportador de conservas de sardinha, foi também sublinhada por António Arroio, em 1916, para justificar a ampliação da escola de Setúbal (cf. ARROIO, António, *Relatórios sobre a reorganização... op. cit.*).

produto com peso significativo¹⁹⁴. A dinâmica deste sector na viragem do século deveu-se ao investimento de capitais estrangeiros, ligados ao mesmo ramo no país de origem, com destaque para a França. Face à escassez de sardinha nas costas daquele país, os baixos salários praticados em Portugal afiguravam-se bastante atractivos¹⁹⁵. Recorde-se que mais de metade (cerca de 57%) da mão-de-obra empregue no sector era constituída por mulheres¹⁹⁶.

Este sucesso, porém, foi demasiado enfatizado pelos indicadores de crescimento fulgurante do peso relativo das conservas no conjunto das exportações portuguesas, que de 0,1% na década de 1870, passara para 2,1% na década seguinte e atingira 5,5% no primeiro decénio do século XX¹⁹⁷. No entanto, como demonstrou Pedro Lains, o aumento da produção, após 1886, não acompanhou aquele ritmo, pois aqueles valores beneficiaram do decréscimo do valor global das exportações¹⁹⁸.

A fim de analisar a sustentabilidade do desenvolvimento deste sector, Jaime Reis, utilizando a técnica do contrafactual, sublinhou o peso condicionador da inelasticidade dos recursos naturais e da procura de conservas por parte dos mercados externos¹⁹⁹. O problema do escoamento decorria da incapacidade de absorção, pelo mercado internacional, de grandes quantidades de conservas portuguesas, em parte porque a produção se associava a investimentos directos dos próprios países de destino²⁰⁰. No que respeita à matéria-prima, porém, a questão remete para a incerteza e variabilidade que caracterizava a "*oceanografia da sardinha portuguesa*"²⁰¹. Cada um destes factores, condicionante das actividades piscatória e conserveira a nível nacional, repercutia-se localmente de forma mais ou menos acentuada. As localidades, como Peniche, com menor capacidade de modernização dos meios e equipamentos utilizados nas pescas e com maior dificuldade em atrair capitais para a indústria de conservas, designadamente por não oferecerem boas condições de acessibilidade, eram as que mais

¹⁹⁴ Cf. MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica... op. cit.*

¹⁹⁵ Cf. RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria... op. cit.*; CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada... op. cit.*

¹⁹⁶ Cf. CASTRO, Armando, *A Revolução Industrial... op. cit.*, pp. 176-177.

¹⁹⁷ Cf. LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa... op. cit.*, p. 92.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 95.

¹⁹⁹ A técnica do contrafactual "*consiste em alterar um ou mais dos parâmetros duma dada situação histórica de modo a criar uma outra situação, hipotética, mas verosímil, que se possa comparar com a real de uma forma quantificada*" (REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português... op. cit.*, p. 17). No caso das conservas, o autor simulou, por via de hipotéticas medidas políticas e iniciativas empresariais positivas, a situação deste sector se apresentar como motor de industrialização do país, decuplicando a sua produção (cf. *ibidem*, pp. 22-23).

²⁰⁰ Cf. LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa... op. cit.*

²⁰¹ REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português... op. cit.*, p. 23.

sofriam os revezes da natureza e dos mercados.

Em 1887 o deputado Francisco Machado estimava que as pescas de Peniche rendiam 50 contos de reis por ano, o que correspondia a 1,8% do rendimento nacional do sector²⁰². No ano seguinte, o valor declarado das pescas naquele concelho ultrapassara os 55 contos de réis, mas os métodos tradicionais de pesca predominavam²⁰³. Dos 643 pescadores penichenses recenseados naquele ano, apenas cerca de um quarto trabalhava com armações, isto é, aparelhos que usavam redes e que tinham maior capacidade de captura de peixe²⁰⁴. Dos restantes, cerca de metade utilizava cabos de anzóis múltiplos e a outra metade pescava à linha, com cana, em pequenos barcos, mal conseguindo assegurar a sua subsistência. Em Peniche, distintamente da Póvoa do Varzim, por exemplo, a preponderância da pesca costeira da sardinha acentuava o carácter sazonal da actividade piscatória, já de si condicionada pelos factores climatéricos²⁰⁵.

Na pesca com armações, distinguíam-se o sistema volante e o sistema fixo, ambos utilizados em Peniche nas suas variadas modalidades tradicionais. Cada armação envolvia cerca de cinco a oito embarcações de um ou dois mastros de vela (caíques, batéis e lanchas), sendo poucos os que, mesmo recorrendo ao regime de sociedade, detinham capital suficiente para investir em tal empreendimento. Pinho Leal estimava em cerca de um conto e quinhentos mil réis o custo médio de cada armação²⁰⁶. Acrescia que, ao contrário da construção dos barcos, que era feita em Peniche, as redes eram importadas da costa norte²⁰⁷. Foi só em 1889 que se introduziu naquela costa um novo sistema fixo, já utilizado nas costas algarvia e do litoral alentejano, o da armação valenciana, que proporcionava um volume de pescas muito superior ao do sistema redondo²⁰⁸. Este último, todavia, continuou a predominar, registando-se, ao longo da

²⁰² Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1887, sessão de 25 de Junho, p. 1416.

²⁰³ Cf. SILVA, António Arthur Baldaque da, *Relatório sobre pesca marítima...* op. cit..

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*, p. 45. Segundo o relatório realizado por este autor, por solicitação do Ministério da Marinha, o pessoal adstrito à pesca de armações totalizava 159 indivíduos, incluindo os proprietários.

²⁰⁵ Cf. AMORIM, Inês, "A organização do trabalho da pesca, em finais do século XIX, na Póvoa de Varzim", in RAMOS, Luís de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins, e POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FL – Universidade do Porto, 2001, vol. I, pp. 113-133.

²⁰⁶ Cf. LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Empreza Litterária Fluminense, s/d [18..], vol. VI, p. 645.

²⁰⁷ O fabrico de redes beneficiava, no norte de Portugal, da disponibilidade de matéria-prima e constituía uma das actividades do trabalho feminino no sector das pescas (cf. AMORIM, Inês, "Mulheres, tempo e trabalho no sector das pescas no século XIX – uma proposta de estudo", comunicação apresentada no XXII Encontro APHES, *Empresas e Instituições em perspectiva histórica*, Universidade de Aveiro (15 e 16 de Novembro de 2002) [em linha], disponível em <http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/artigos/a%20Amorim%20onM&t.pdf> (consultado em 15/09/2007).

²⁰⁸ Cf. LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...* op. cit.; PEIXOTO,

primeira década do século XX, apenas três valencianas²⁰⁹.

Os pescadores que trabalhavam para os ou as proprietários/as das armações eram contratados na altura da matrícula ou inscrição das armações e embarcações na delegação marítima, o que se realizava em Janeiro de cada ano, ficando definidos os locais em que os aparelhos podiam ser fixados. Embora predominassem os proprietários do sexo masculino, registaram-se mulheres que, por herança ou viuvez, assumiam a propriedade e a gestão do negócio, denotando que em vida dos pais ou maridos teriam colaborado o suficiente na actividade para estarem em condições de os substituírem. Não se dispondo de um levantamento exaustivo, citem-se os exemplos de Angélica da Silva Gonçalves, que juntamente com as suas duas irmãs, tomou conta da armação redonda deixada por seu pai, um dos mais antigos armadores de Peniche, empregando uma tripulação de dezassete homens em 1890. Ana da Conceição Monteiro, Maria Gonçalves e a viúva de José Maria da Conceição são proprietárias de armações nos primeiros anos do século seguinte²¹⁰.

A introdução da armação valenciana em Peniche foi recebida com resistência pelos pescadores ligados às armações redondas ou à pesca de anzol, que viam no novo sistema uma séria ameaça à sua actividade, tanto mais que a classe piscatória não deixava de sentir, também, os efeitos da conjuntura de crise de finais da década de oitenta e inícios da seguinte²¹¹. Os problemas, decorrentes da conjugação do défice estrutural da balança comercial com os sobressaltos das remessas brasileiras (1888-1891) e com a quebra da casa bancária *Baring Brothers* (1890), culminaram, em 1891-1892 com a falta de liquidez internacional, a inconvertibilidade da moeda portuguesa, o abandono do padrão ouro e a bancarrota parcial. Acresceu o ambiente de forte instabilidade política e social desencadeada pelo *Ultimatum* de 1890 e pela revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891²¹².

Lúis Correia, *Apontamentos para a História da Pesca... op. cit.*

²⁰⁹ Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar* (1901-1910); *Anuario da Folha de Torres Vedras para 1906*, Torres Vedras, Typographia d' A Folha de Torres Vedras, 1905.

²¹⁰ Cf. *Ibidem*; Intervenções de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1890, apêndice à sessão de 15 de Julho, pp. 1278A-1278C e apêndice à sessão de 19 de Julho, pp. 1378A-1378E. Havia também proprietárias de embarcações não associadas às armações, como era o caso de Maria E. Nunes de Carvalho e de Maria Rosa, inventariadas por António Arthur Baldaque da Silva, em 1889 (cf. *Relatório sobre pesca marítima... op. cit.*, pp. 48-55).

²¹¹ Cf. SILVA, António Arthur Baldaque da, *Relatório sobre pesca marítima... op. cit.*; Intervenções de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1890, apêndice à sessão de 15 de Julho, pp. 1278A-1278C e apêndice à sessão de 19 de Julho, pp. 1378A-1378E; 1891, sessão de 7 de Dezembro, pp. 6-10; 1892, sessão de 4 de Março, pp. 7-8.

²¹² Cf. SIDERI, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1978; LAINS, Pedro, "A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos", in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de

O aumento das receitas fiscais através do agravamento das taxas dos impostos e da perenidade dos supostamente temporários *adicionais*, todos os anos renovados, tornavam o imposto sobre o pescado insustentável, sobretudo nos anos em que a costa atlântica sofria Invernos de notável rigor, o que sucedeu entre 1889 e 1894²¹³. Ficou célebre a intervenção de Francisco Machado na Câmara dos Deputados quando, em Julho de 1890, em plena crise pós *Ultimatum*, contraditou, durante sete horas e ao longo de seis sessões, a proposta de João Franco de lançar um adicional de 6%, congratulando-se por, ao menos, ter atrasado a aprovação do imposto e com isso poupado algum dinheiro aos contribuintes²¹⁴.

Na viragem do século, as pescas continuavam a encabeçar as principais indústrias do concelho. Em 1900, as 587 pessoas que se dedicavam à pesca marítima em Peniche representavam 2,1% do total no território continental²¹⁵. Na resposta a um questionário da Companhia Real dos Caminhos-de-ferro, realizado em 1904, as rendas de bilros ocupavam a segunda posição, depois das pescas, na enumeração das principais indústrias do concelho de Peniche, seguindo-se o fabrico de telha, tijolo, tijoleira e louça. Na produção agrícola sobressaíam o vinho, o milho, o feijão, a cevada, a batata e a cebola²¹⁶.

A produção excedentária era escoada para fora do concelho. O peixe, que atingia uma média de quatro mil toneladas, continuava a ser transportado, quase na totalidade, por via marítima, destacando-se alguns destinos, como Lisboa e Vale do Tejo (Arruda, Alenquer, Sobral, Torres Vedras, Cartaxo, Santarém) e, ao norte, Aveiro, Porto e Viana do Castelo. As rendas, para além dos mercados nacionais eram exportadas para o estrangeiro, em particular para o Brasil²¹⁷. A indústria conserveira estreou-se em Peniche só após 1910. A actividade pesqueira foi estimulada e a oferta de emprego para homens e mulheres cresceu, o que atraiu população marítima de diversas proveniências, uma parte fixando-se em definitivo e outra parte estabelecendo-se por períodos

Lisboa, 2002, pp. 57-79; MATA, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto", in *Ibidem*, pp. 33-55.

²¹³ Cf. MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica... op. cit.*; Intervenção de Costa Pinto, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1892, sessão de 8 de Março, pp. 8-9; Projecto de decreto-lei de Alberto Pimentel, *Ibidem*, 1891, sessão de 11 de Março, pp. 2-11.

²¹⁴ Cf. SERRA, João Bonifácio, "Machado, Francisco José", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico... op. cit.*

²¹⁵ Cf. Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal. 1900... op. cit.*, pp. 344-345.

²¹⁶ Cf. CALADO, Mariano, *Visão Cronológica... op. cit.*

²¹⁷ Cf. CALADO, Mariano, *Peniche na História... op. cit.*

sazonais, regressando às terras de origem no Inverno²¹⁸.

A preponderância persistente de métodos tradicionais de pesca, pela insuficiência de capitais, quer locais, quer exteriores, e o relativo isolamento face aos mercados interiores da região, imposto pela dificuldade das comunicações terrestres, acentuaram as consequências nefastas dos temporais sobre a actividade piscatória. O efeito conjugado destes factores traduziu-se em crises periódicas de subsistência, as quais atingiram com dureza a população marítima. Na segunda metade do século XIX alguns Invernos, como os de 1856, 1857, 1862, 1868, 1889, 1893 e 1894, foram de especial infortúnio para a população de Peniche, ocasionando grandes perdas materiais em redes e barcos destruídos pelo mar, como testemunham os pedidos de apoio dirigidos ao rei e ao governo. Ocupando-se da pesca a quase totalidade dos homens penichenses, as respectivas famílias eram sustentadas durante estes meses pela actividade das rendas de bilros executada pelas mulheres, a qual, apesar de mal paga, se revelava a primeira actividade económica durante os Invernos²¹⁹.

6.2.1.2. As rendas, uma actividade a tempo inteiro

A história das origens das rendas de bilros em Portugal e, em particular, em Peniche, assunto já debatido por diversos autores, não constitui objecto do presente estudo²²⁰. No entanto, justifica-se sublinhar que a introdução das rendas naquela localidade é anterior ao século XVIII e que, segundo Calvet de Magalhães, a forte influência dos padrões franceses e irlandeses lhes proporcionaram fama internacional²²¹. Estes últimos foram, no entendimento de Joaquim de Vasconcelos, os que mais marcaram as rendas de Peniche antes da criação da escola industrial de Peniche, sendo mais raros os padrões de estilo francês²²². Assinale-se, ainda, a representação de rendas de bilros nos quadros de Josefa de Óbidos do terceiro quartel do

²¹⁸ Cf. PEIXOTO, Luís Correia, *Apontamentos para a História da Pesca... op. cit.*

²¹⁹ Cf. CALADO, Mariano, *Visão Cronológica... op. cit.*; Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1889, sessão de 10 de Abril, pp. 325-327. No ano seguinte o deputado lembra o requerimento entregue sobre a situação da classe dos pescadores de Peniche (cf. *Ibidem*, 1890, sessão de 7 de Julho, p. 1085). O rigor dos Invernos de 1893 e de 1894 é testemunhado em artigos vários em *O Caldense*, Caldas da Rainha, 1893-1894.

²²⁰ Cf. MOURA, Maria Clementina Carneiro de, "Rendas de Peniche", in *op. cit.*, pp. 299-354; MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, "Rendas", in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 16º, Lisboa, Verbo, 1974, pp. 297-299 e *Bordados e rendas... op. cit.*; CALADO, Mariano, *Peniche na História... op. cit.*, e *História da Renda... op. cit.*

²²¹ Cf. MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, *Bordados e rendas... op. cit.*. Mariano Calado cita um conjunto de documentos seiscentistas que referem as rendas de Peniche, o que sugere que o seu fabrico poderá remontar a inícios daquele século; CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*

²²² Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, "Arte Decorativa... ", in *op. cit.*, pp. 179-208.

século XVII²²³.

Na primeira metade do século XIX o fabrico entrou em crise, por falta de qualidade técnica e artística. No terceiro quartel do século, porém, as rendas de Peniche participaram nas exposições industriais nacionais e internacionais e foram distinguidas com menções honrosas e louvores especiais em Londres (1851 e 1857) e Paris (1851 e 1878), com uma medalha de mérito em Viena de Áustria (1873), com uma medalha de bronze em Paris (1867) e com medalhas de prata nas exposições nacionais do Porto (1857 e 1861) e nas de Paris (1861) e de Londres (1862)²²⁴. Este sucesso tem sido atribuído a D. Margarida de Cocio, que viria a ser Condessa de Casal, poetiza e dramaturga, que viveu em Peniche entre 1834 e 1838, período em que o marido exerceu o cargo de Governador da Praça daquela vila. Preocupada em proteger as rendilheiras mais pobres e constatando o carácter grosseiro das rendas, teria renovado o seu fabrico através de novos padrões e do uso de linhas mais finas. Os trabalhos aperfeiçoaram-se, adquiriram maior delicadeza, e tornaram-se os mais famosos do país²²⁵.

Em inícios dos anos 1860, a indústria das rendas de bilros de Peniche ocupava, segundo Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, 962 mulheres, ou seja, dois terços do total de recenseadas em 1862²²⁶. O autor descreve que as rendas fabricadas eram entregues a rendeiras ou rendeiros, ou seja, a mulheres ou homens que faziam "*adiantamentos às fabricantas em dinheiro, em comestíveis, e em artigos de vestuário, sempre cotados por um preço exorbitante, para receber em paga as rendas que vão produzindo*"²²⁷. Essas ou esses negociantes, por sua vez, entregavam as rendas a vendedores ambulantes, homens ou mulheres, que se encarregavam de as vender, por uma comissão de dez por cento. O ganho das rendeiras ficava muito aquém do valor final dos produtos. Pedro Cervantes ilustrava aquela discrepância com uma guarnição para lenço, vendida por 4\$500 reis, pela qual a fabricante, tendo ocupado trinta dias de trabalho, recebera apenas 3\$000 reis, em géneros, tendo arcado com a despesa da linha. Em média, afirmava ele, uma rendilheira hábil, trabalhando um dia inteiro, podia ganhar entre 80 a 100 reis e as velhas e as crianças recebiam muito menos.

A aprendizagem, segundo o mesmo autor, iniciava-se aos quatro anos de idade,

²²³ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda...* op. cit., p. 65 e 89. Ver Anexo 11.

²²⁴ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda...* op. cit., pp. 106-107 e 255.

²²⁵ Cf. *Ibidem*.

²²⁶ Cf. FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho, *A indústria de Peniche*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 7 (o texto, publicado em 1865, está datado de 1863). Este autor foi escrivão da Câmara de Peniche durante 40 anos, tendo falecido em 1881; Cf. CALADO, Mariano, *Visão Cronológica...* op. cit., p. 76.

²²⁷ FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho, *A indústria de Peniche...* op. cit., p. 10.

numa das oito escolas particulares existentes em Peniche. Sentadas no chão, em fileiras, frente às almofadas, as crianças cumpriam a empreitada que lhes fora cometida, vigiadas pelas mestras que, munidas de uma longa cana, impediam conversas ou distrações. Ainda na escola, "*já as mães destas raparigas lhes procuram rendeiros*"²²⁸ ou negociantes, que, por sua vez, entregavam as rendas a vendedores e vendedoras ambulantes, que, percorrendo "*Lisboa, Porto, e outros sítios de concorrência, como Caldas, Figueira, praia da Nazaré, foz do Douro no tempo dos banhos*"²²⁹, se encarregavam de as colocar no mercado. Este sistema de comercialização perdurou nas primeiras décadas do século XX, como atesta Ana de Castro Osório ao evocar os homens e as mulheres que percorriam as termas e praias ou as casas particulares em Lisboa e Porto, vendendo "*o produto desvalorizado do trabalho das pobres mulheres dos pescadores do litoral*"²³⁰.

O fabrico das rendas de Peniche apresentava algumas características que o singularizavam face a outros centros nacionais e estrangeiros²³¹. Em primeiro lugar, como se pode observar na Imagem 8, trabalhavam com as palmas das mãos voltadas para cima e não para baixo, como a maioria das outras rendilheiras²³². Este processo, segundo Mariano Calado, "*pela maior facilidade de movimento, proporciona um certo esticamento das linhas e, conseqüentemente, uma*

IMAGEM 8 Monumento à Rendilheira, Peniche.



FONTE: Reprodução fotográfica da autora.

²²⁸ *Ibidem*. Rendeiro ou rendeira era o nome que se dava aos/às negociantes de rendas.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ OSÓRIO, Ana de Castro, "Rendas Portuguezas", *Terra Portuguesa*, Ano I, vol. II, nº 12, 1917, p. 172.

²³¹ Este assunto foi aprofundado de forma notável por CALADO, Mariano, *Peniche na História... op. cit.* e *História da Renda... op. cit.*, bem como por MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, "Rendas...", in *op. cit.* e *Bordados e rendas... op. cit.*

²³² Sobre a utilização dos termos *rendilheira* e *rendeira* ver nota 99 no capítulo 5.3.2..

maior consistência do trabalho"²³³. A observação de documentos iconográficos relativos a diferentes regiões e países permite verificar que, ao invés dos instrumentos de trabalho, em particular a almofada sobre a qual se tece a renda e o respectivo apoio, que apresentavam formas muito desiguais, a posição das mãos na urdidura era bastante constante, sobressaindo, como invulgar, a técnica de trabalho das penicheiras²³⁴.

Uma outra originalidade das rendas de Peniche era não terem avesso, pela técnica utilizada no disfarce dos remates. Calvet de Magalhães sublinha, também, que em Peniche a execução da renda não se fazia directamente sobre o desenho, mas sobre o *pique*, o que permitia a criação de novas rendas com desenhos originais²³⁵. A criação de desenhos e a capacidade de executar ou transformar *piques* correctamente exigiam uma aprendizagem especializada, sem a qual o fabrico se transformava numa repetição automática de modelos. Um outro traço peculiar, testemunhado na Imagem 9, era a forma como, no século XIX e primeira metade do século XX, as mulheres se sentavam a trabalhar, não em cadeiras, mas no chão, de pernas cruzadas, à maneira turca, como o faziam também os antigos alfaiates²³⁶.

Não obstante os progressos alcançados pelas rendas, Pedro Cervantes comentava, em 1863, que os desenhos riscados e picados pelas picadeiras se pautavam pela falta de gosto e de variedade. Defendia ele que fosse criada uma companhia que zelasse pela escolha dos desenhos, pela compra de melhores linhas e pela comercialização das rendas, de modo a assegurar um pagamento mais justo às rendilheiras e, por consequência, um aumento da qualidade do produto²³⁷. Quinze anos mais tarde, os elementos do júri da Exposição de Paris de 1878, não deixando de elogiar o encanto das rendas de Peniche, faziam notar, de igual modo, a falta de conhecimentos de desenho das suas executantes²³⁸.

²³³ CALADO, Mariano, *Peniche na História...* op. cit., p. 384.

²³⁴ As reproduções iconográficas constantes do Anexo 11 exemplificam os diferentes tipos de almofadas usados em diferentes países e testemunham a singularidade da posição das mãos das rendilheiras de Peniche.

²³⁵ Cf. MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, *Bordados e rendas...* op. cit.. Sobre o *pique* ver nota 162 do capítulo 5.3.3..

²³⁶ No Anexo 11, pode observar-se a imagem de rendilheiras galegas, trabalhando nas ruas, ao longo das casas, como as portuguesas, mas sentadas em cadeiras.

²³⁷ Cf. FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho, *A indústria de Peniche...* op. cit..

²³⁸ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda...* op. cit..

IMAGEM 9
Rendilheiras de Peniche trabalhando na rua
(primeira metade do séc. XX)



FONTE: Fotografia de A. Montez, reproduzida em CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003, p. 81.

A nível nacional as rendas de Peniche iam ganhando prestígio. Gerard Péry, em meados da década de 1870, colocava Peniche entre os sete principais centros de produção de rendas e avaliava o valor nacional desta pequena indústria em 30 contos de reis anuais²³⁹. No final da década, Pinho Leal sublinhava a perfeição das rendas de Peniche em comparação com as de Ovar ou do Algarve e estimava em 900 o número das mulheres que a elas se dedicavam²⁴⁰. Observava, ainda, que as rendilheiras se ocupavam, quase em exclusivo, com o fabrico das rendas, o qual lhes tomava longas jornadas de trabalho diário. Fonseca Benevides relatava, em 1888, que aquelas mulheres trabalhavam por conta das *rendeiras*, as quais as mantinham endividadas por via de lhes anteciparem o material (linhas, almofadas, bilros, alfinetes, etc.) necessário para o fabrico das rendas e de lhes adiantarem dinheiro ou assegurarem o fiado em lojas para despesas de primeira necessidade, cobrando depois, com benefício, sobre as rendas²⁴¹.

Este sistema de dependência era agravado pelo facto do trabalho das rendilheiras ser essencial para cobrir as despesas quotidianas das famílias, impelindo-as a prolongar,

²³⁹ Cf. PÉRY, Gerard A., *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

²⁴⁰ Cf. LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno... op. cit.*

²⁴¹ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*

ao máximo, as jornadas de trabalho. Francisco Machado, aludindo à fome que grassava entre as famílias de pescadores, no Inverno de 1889, frisava que aquelas mulheres trabalhavam "*desde o nascer do dia até ao sol desaparecer para ganharem 30 e 40 réis por dia*"²⁴². No mesmo sentido testemunhava Maria Ribeiro Artur, em 1897, reiterando que em Peniche as mulheres que trabalhavam na actividade das rendas não se dedicavam a qualquer outra ocupação²⁴³.

Os testemunhos recolhidos por Mariano Calado, junto de algumas rendilheiras mais idosas, confirmam a importância da sua actividade para a economia familiar. Uma das entrevistadas, Maria dos Anjos Cordeiro, começou a fazer renda em 1907, com cinco anos de idade, e afirmou que "*fazia renda porque precisava (...) os maridos não ganhavam e a gente trabalhava à almofada (...), não era só quando os maridos não iam ao mar*"²⁴⁴. A situação relatada por Marlene Avelino, que se estreou no trabalho de renda com seis anos de idade, em 1944, não é muito diferente: "*meu pai era marítimo e a pesca nem sempre dava (...) tive que começar a fazer renda, tinha de estar de empreitada, para ajudar em casa*"²⁴⁵.

A dedicação plena de muitas das fabricantes de rendas de Peniche era incompatível com tarefas complementares das pescas (amanhos, condução e venda de peixe, por exemplo) e contrariava os discursos coevos que classificavam como *ajuda* os trabalhos das mulheres dos pescadores. Foi o caso, por exemplo, de Alberto Pimentel, deputado da Póvoa do Varzim, que, em 1893, argumentava que o envolvimento das mulheres nas fainas da pesca devia ser considerado apenas "*como um pacto de amizade conjugal*", defendendo que elas ficassem isentas do pagamento do imposto do pescado²⁴⁶.

A discrepância assinalada constitui um indicador da importância da diversidade regional e local no que respeita às actividades económicas exercidas pelas mulheres, bem como à organização da divisão sexual do trabalho nas famílias das classes trabalhadoras. Não é possível generalizar a feitura de rendas a todas as mulheres das famílias de pescadores, nem tão pouco a exclusividade da ocupação a todas as que a ela se aplicavam. O caso de Peniche, porém, revela uma especialização profissional com

²⁴² Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1889, sessão de 10 de Abril, p. 326.

²⁴³ Cf. ARTUR, Maria Ribeiro, "Viagens no País", *Branco e Negro*, nº 69, 25/07/1897, pp. 257-262, citada por CALADO, Mariano, *História da Renda...* op. cit., p. 110.

²⁴⁴ Entrevista transcrita em CALADO, Mariano, *História da Renda...* op. cit., p. 276.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 277.

²⁴⁶ Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1893, sessão de 26 de Maio, p. 6.

importante significado para a economia familiar. Com efeito, ao invés de contribuírem de modo irregular e complementar para o rendimento familiar, as rendilheiras garantiam ingressos permanentes e mais regulares do que os pescadores, sujeitos às contingências incontornáveis da sua actividade²⁴⁷. No Concelho de Peniche também havia mulheres que faziam rendas a par de outras actividades, como se deduz de alguns testemunhos coevos. Maria Ribeiro Artur afirmava, em 1897, que todas as mulheres de Peniche faziam rendas, fosse qual fosse a classe social a que pertencessem²⁴⁸. Não obstante, não era deste último grupo que provinha o grande volume de rendas produzido no concelho e comercializado fora dele.

O facto de a aprendizagem, iniciada em idade precoce, como já atrás se referiu, se realizar em escolas revela que as rendilheiras não podiam despende tempo a ensinar as mais jovens, preferindo pagar a mestras que a isso se dedicavam. Um sistema semelhante perdurou na Bélgica flamenga até 1914, ano em que foi promulgada a instrução obrigatória até aos catorze anos. As escolas de rendas (*dentellières*) eram *écoles-manufactures*²⁴⁹ que as raparigas frequentavam desde os seis ou sete anos até casarem. Esses estabelecimentos eram subsidiados pelo Estado desde 1842, o que implicava, como contrapartida, que teriam de assegurar a instrução primária. No entanto, geridas por instituições religiosas e submetidas ao ritmo produtivo imposto pelos comerciantes que encomendavam os trabalhos, essas escolas privilegiavam a vertente moral, em detrimento da instrutiva, no ensino das raparigas²⁵⁰.

As interrupções na jornada de trabalho reduziam a produtividade e tornavam ainda mais morosa a feitura das peças, o que acarretava a diminuição do montante auferido pela trabalhadora. O ensino de mães para filhas, no interior da casa, só era possível nos casos em que a feitura das rendas se limitava aos tempos deixados livres pelas diversas ocupações do quotidiano e não quando constituía uma actividade profissional exclusiva. Os dois modos de transmissão da técnica das rendas terão coexistido, segundo Mariano Calado, no concelho de Peniche²⁵¹.

Nas escolas, afirmava Pedro Cervantes Figueira, em 1863, as mestras ensinavam

²⁴⁷ A separação profissional dos cônjuges, garantindo uma maior diversidade de ingressos no orçamento familiar, foi uma estratégia utilizada desde a época moderna e noutros contextos socio-profissionais (cf. MOTA, Guilhermina, "O Trabalho Feminino e o Comércio em Coimbra... ", in *op. cit.*).

²⁴⁸ Cf. ARTUR, Maria Ribeiro, "Viagens no País", *Branco e Negro*, nº 69, 25/07/1897, pp. 257-262, citada por CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*, p. 135.

²⁴⁹ GROOTAERS, Dominique, "L'émergence des différents types d'institutions... ", in *op. cit.*, p. 373.

²⁵⁰ Cf. *Ibidem*.

²⁵¹ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*

também "outras prendas e também a ler e a rezar"²⁵², mediante um suplemento no pagamento mensal. Daqui pode advir a explicação para o facto das mulheres de Peniche serem mais alfabetizadas do que os homens e até do que a média nacional²⁵³. Em 1890, 27,7% das mulheres daquele concelho eram alfabetizadas, enquanto apenas 22,4% dos homens o eram (os valores médios nacionais eram de 14,6% e de 27,5%, respectivamente)²⁵⁴. Uma década mais tarde, em 1900, embora a taxa global de alfabetismo se apresentasse mais baixa para os dois sexos, a das mulheres, com o valor de 20,7%, continuava a prevalecer sobre a dos homens, de apenas 17,5% (os valores médios nacionais, de 15% e de 28,4%, respectivamente, eram, mais uma vez, dissonantes)²⁵⁵. Mesmo considerando as variações regionais, que apontam para uma alfabetização feminina mais acentuada no sul do que no norte, ao invés do que se verificava com o sexo masculino, as diferenças que têm sido evidenciadas nunca se traduziram na inversão do posicionamento relativo dos dois sexos²⁵⁶. A análise desagregada por freguesias revela discrepâncias muito acentuadas, como se pode ler no Quadro XXIV.

QUADRO XXIV

Taxa de alfabetismo, por sexo, nas freguesias do concelho de Peniche em 1900

FREGUESIAS		Sexo Fem. %	Sexo Masc. %
Peniche	N ^a . S ^a . da Ajuda	34,7	23,2
	N ^a . S ^a . da Conceição	25,6	16,6
	S. Pedro	45,5	36,6
Atouguia da Baleia		10,0	13,3
Serra de El-Rei		24,0	17,4

FONTE: *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 164-165 (as taxas foram calculadas a partir dos valores absolutos para o concelho e respectivas freguesias).

Constata-se, em primeiro lugar, que as três freguesias da vila de Peniche, com

²⁵² FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho, *A indústria de Peniche... op. cit.*, p. 8.

²⁵³ Tal como sublinha Justino de Magalhães, no século XIX e grande parte do século XX, ser alfabetizado não significava ter escolarização e só a partir do censo de 1911 é que o conceito de alfabetizado ficou em definitivo associado à tripla competência de saber ler, escrever e contar (cf. MAGALHÃES, Justino Pereira de, "Um apontamento para a História da alfabetização e da educação de adultos nos séculos XIX e XX em Portugal", in AAVV *Educação de Adultos em Portugal. Situação e Perspectivas. Actas*, Coimbra, Comissão Organizadora das Jornadas de Educação de Adultos em Portugal, 1996, pp. 83-102).

²⁵⁴ Cf. *Censo da População... de 1890... op. cit.*, vol. 1, pp. 4-5 e 10-11.

²⁵⁵ Cf. *Censo da População... 1900... op. cit.*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 2-3 e 164-165.

²⁵⁶ Cf. MAGALHÃES, Justino Pereira de, "Um apontamento para a História...", in *op. cit.*; SILVA, Francisco Ribeiro da, "História da Alfabetização em Portugal: Fontes, Métodos, Resultados", in NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruíz (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: Investigação e Actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 101-121.

predominância de actividade marítima, mas também de serviços (comércio, funcionalismo público e outros), apresentam taxas de alfabetismo superiores às outras duas freguesias, mais rurais, de maior área e, também, com maior número de habitantes. Destacava-se, sobretudo, a freguesia da Atouguia, que reunia 53,7% da população do concelho, enquanto que as três freguesias da vila, em conjunto, apenas atingiam 33,9%²⁵⁷. Na vila de Peniche, as taxas de alfabetismo das duas freguesias costeiras (N^a. S^a. da Ajuda e S. Pedro) contrastam com a da freguesia interior da povoação (N^a. S^a. da Conceição), cujo valor, significativamente inferior, é próximo dos verificados nas freguesias rurais.

O que sobressai, porém, como inusual é, por um lado, o elevado valor das taxas de alfabetismo atingidas pelas penicheiras, destacando-se a freguesia de S. Pedro com 45,5%, e, por outro lado, o facto do diferencial entre mulheres e homens ser favorável às primeiras em quatro das cinco freguesias, em particular nas da vila de Peniche, variando entre cerca de 9% (N^a. S^a. da Conceição e S. Pedro) e de 11,5% (N^a. S^a. da Ajuda). Estes dados corroboram as taxas de alfabetismo superiores registadas para as localidades piscatórias em Portugal referidas, em 1908, por Vicente Almeida d'Eça. Segundo o autor, o facto de, nessas comunidades, o número de mulheres que sabia ler e escrever ser muito superior ao dos homens determinava que "*muitas vezes são elas as gerentes das pequenas sociedades*"²⁵⁸.

A excelência e a fama internacional das rendas de Peniche registaram um nítido incremento a partir da última década de oitocentos, devido ao estímulo e à criatividade imprimidas pela escola de desenho industrial Rainha D. Maria Pia, criada em 1887. D. José Pesanha asseverava, em 1889, que todos conheciam, nem que fosse só de nome, as rendas de Peniche²⁵⁹.

O *Anuário da Folha de Torres Vedras para 1906* destacava a importância do comércio de peixe e de rendas em Peniche e nomeava, para além da escola Rainha D. Maria Pia, um conjunto de oficinas particulares dirigidas por homens e por mulheres e que concentravam grande número de fabricantes (Jacinto Alexandre, José Maria de Oliveira, José Maria da Conceição & Damaso, Diogo Melo, Maria Cândida Monteiro, Piedade Frederico e Laura Leitão)²⁶⁰. As três últimas proprietárias de oficinas não são

²⁵⁷ Cf. *Censo da População... 1900... op. cit.*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 2-3 e 164-165.

²⁵⁸ EÇA, Vicente M. M. C. Almeida d', "As Pescas em Portugal. As salinas", in *Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, Notas sobre Portugal... op. cit.*, vol. 1, p. 276.

²⁵⁹ Cf. PESSANHA, D. José, *A História das Industrias... op. cit.*

²⁶⁰ Cf. *Anuario da Folha de Torres Vedras para 1906*, Torres Vedras, Typographia d' A Folha de Torres

referidas, entre 1905 e 1910, no *Anuário Comercial de Portugal*, constando em seu lugar os nomes de Ana de Jesus Leitão, Maria da Conceição Lopes Monteiro e, também, a partir de 1909, José António²⁶¹. O negócio das rendas associar-se-ia, por vezes, ao das pescas, como sugere a coincidência de alguns apelidos de proprietários de armações: Artur Monteiro, Herdeiros de Ana da Conceição Monteiro e José Monteiro²⁶².

Em 1908, António Arroio, inspector das escolas industriais e de desenho industrial e membro da comissão organizadora da secção portuguesa na Exposição do Rio de Janeiro, salientava Peniche, Vila do Conde e Viana do Castelo como os principais centros de produção de rendas de bilros nacionais²⁶³. Num relatório oficial, datado de 1914, Hermínio da Costa e Sousa frisava que a indústria portuguesa de rendas, "*excepção feita ao impulso das rendas de Peniche, porque à frente desse empreendimento dirige a sugestão uma Bordalo Pinheiro*"²⁶⁴, não se desenvolvia por falta de desenhos originais e criativos. Dois anos mais tarde, as estatísticas evidenciavam 450 operárias ligadas à indústria das rendas no concelho de Peniche²⁶⁵. Este valor denotava, no entanto, um decréscimo do número de rendilheiras, que poderá estar relacionado com a indústria conserveira estabelecida em Peniche após 1910, pois o Censo de 1890 inscrevera, ainda, 707 mulheres penichenses ligadas à indústria, a maior parte das quais, por certo, fabricantes de rendas²⁶⁶.

As rendas de bilros eram, a um tempo, dispendiosas, pela complexidade e morosidade da sua confecção, e requintadas, no primor dos seus motivos e na finura da sua urdidura. Os preços variavam consoante o material utilizado (as linhas podiam ser de algodão, linho, seda, ou, mesmo fio de ouro, embora este último não fosse comum em Peniche), a qualidade do desenho, a complexidade técnica e a dimensão do trabalho, que se reflectiam em mais ou menos horas de trabalho. Constituíam, deste modo, artefactos de luxo, cujo sucesso dependia da sua competitividade nos mercados internacionais e, a nível interno, do seu consumo por parte das camadas sociais com poder económico e gosto mais refinado.

Vedras, 1905.

²⁶¹ Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, Lisboa, 1905-1910.

²⁶² Cf. *Ibidem*.

²⁶³ Cf. ARROIO, António, "Praias e Estações Thermaes. Portugal estação de inverno", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal...* op. cit., vol. 2, pp. 101-145. A participação das escolas nesta exposição foi analisada no capítulo 6.1.3..

²⁶⁴ SOUSA, Hermínio Sousa da Costa, "Indústria das Rendas", op. cit., p. 20.

²⁶⁵ Cf. REAL, Fernando Homem da Cunha Corte, "A indústria da fiação e tecelagem do linho e de outras fibras vegetais na 3ª circunscrição dos serviços técnicos de indústria", *Boletim do Trabalho Industrial...* op. cit., nº 101, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, p. 52.

²⁶⁶ Cf. *Censo da População... 1890...* op. cit., vol. 3, pp. 118-119.

Ao contrário dos trabalhos de agulha, as rendas de bilros raras vezes constituíam um produto de consumo final. Destinavam-se a ser usadas, em geral, como adorno artístico, com aplicações muito diversificadas: no vestuário (blusas, roupa interior, cintos, vestidos de noiva ou de baptizado, véus, xailes, mantilhas, lenços, gravatas, luvas, punhos, etc.); em roupa de cama e de mesa (capas de almofada e de travesseiro, lençóis, toalhas, argolas de guardanapos, abafadores de bules, colchas, etc.); em objectos de mobiliário ou de decoração (biombos, recostos para espaldar, quebra-luzes, cortinados, caixas para prendas, tabuleiros, pratos, etc.); em objectos de uso pessoal (brincos, pregadeiras, carteiras, leques, sombrinhas, etc.); em paramentos religiosos (frontais de altar, toalhas de altar, vestido de Menino Jesus, véus de cálice, panos de sacrário, etc.)²⁶⁷.

As características específicas das rendas de bilros poderão justificar o facto de, apesar de provirem do que se designa por indústria caseira, serem com frequência classificadas de modo distinto nos relatórios e catálogos oficiais. Integradas nas artes decorativas, ou arte aplicada, a par da azulejaria, da ourivesaria, dos bordados, da cerâmica ornamental, da talha em madeira e dos embutidos, as rendas adquirem um estatuto diferente dos artefactos de verga, dos cestos e encanastrados de giesta, dos tecidos de esparto, dos capachos e esteiras, dos palitos de madeira, dos objectos de palma, entre outros, na sua maioria produzidos também por mulheres²⁶⁸.

Em meados do século XX, a caracterização de Peniche mantinha contornos semelhantes, com a pesca a liderar a actividade económica e o trabalho das rendilheiras a sustentar as famílias durante os períodos mais rigorosos do Inverno ou quando a morte ceifava os elementos masculinos da casa²⁶⁹. Comenta Calvet de Magalhães que as mulheres de Peniche, mesmo quando não precisam do lucro das rendas para o orçamento familiar, continuam a fazê-las para poderem ter "*o seu pé-de-meia de rendas*"²⁷⁰, o que pode ser interpretado como persistência do papel fulcral que elas desempenhavam na subsistência das famílias. O desenvolvimento da indústria conserveira a partir da Primeira República, porém, parece ter introduzido alterações na organização da divisão sexual do trabalho em Peniche, mas a sua análise ultrapassa o

²⁶⁷ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*. No anexo 11 reproduzem-se alguns exemplos dessas aplicações, designadamente nos quadros de Josefa d' Óbidos.

²⁶⁸ Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro... op. cit.*. O estatuto variável das rendas, oscilando entre as artes e a indústria, decorria não só das características específicas daquela actividade, mas também da amplitude semântica daqueles dois termos, como se analisou no capítulo 3.2.1..

²⁶⁹ Cf. MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, *Bordados e rendas... op. cit.*

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 119.

objecto do presente estudo²⁷¹.

Existindo em Peniche, no último quartel do século XIX, escolas particulares onde se fazia a aprendizagem das rendas, afigura-se relevante compreender as razões que sustentaram a criação de uma escola pública de desenho industrial, as condições que favoreceram essa dinâmica e o impacto específico da escola Rainha D. Maria Pia na produção local de rendas e na projecção nacional e internacional patenteada nas exposições industriais atrás mencionadas²⁷².

6.2.2. O carácter paradigmático da escola Rainha D. Maria Pia em Peniche

A escola Rainha D. Maria Pia foi a segunda das três escolas industriais e de desenho industrial no distrito de Leiria, criadas na década de 1880²⁷³. A partir de 1890 existiu, ainda, uma quarta escola, a Aula D. João I, na Batalha, embora funcionasse como uma aula dependente da escola de Leiria. Com excepção de Lisboa e Porto, este foi o distrito favorecido com maior número de escolas desta modalidade de ensino. A primeira escola, a das Caldas da Rainha, pertenceu ao grupo inicial de doze escolas definido por António Augusto Aguiar, em 1884, e iniciou o seu funcionamento em 1884/85. A partir do ano seguinte passou a ser frequentada pelos dois sexos, mas a sua oficina de Cerâmica, que funcionou entre 1886 e 1892, só foi frequentada pelo sexo masculino. Em 1887 foram criadas a escola e a oficina de Lavoros Femininos de Peniche, ambas inauguradas no início do ano lectivo com matrículas dos dois sexos no ensino do desenho e só do sexo feminino na oficina. A capital distrital teve de esperar mais um ano pelo estabelecimento da sua escola e das oficinas para o sexo masculino, abrindo a oficina de Lavoros Femininos apenas um ano mais tarde.

À intenção de promover a tecelagem e a tinturaria (Covilhã e Portalegre) através de uma formação escolar, já presente na reforma de 1864, associou-se, nas iniciativas e projectos em torno da concretização de um sistema escolar de ensino industrial, desenvolvidos na década de 1870, a necessidade de revitalizar outras indústrias locais, com particular relevo para a Cerâmica e Modelagem (Caldas da Rainha), e Rendas (Peniche e Madeira)²⁷⁴. A grande valia conferida por Joaquim de Vasconcelos às

²⁷¹ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.*

²⁷² Ver capítulos 6.1.1., 6.1.2. e 6.1.3..

²⁷³ A evolução da rede escolar do ensino industrial foi analisada nos capítulos 5.1. e 5.2..

²⁷⁴ O lento processo de instituição do ensino em escolas industriais foi apresentado nos capítulos 3.1.1. e 3.1.2..

indústrias artísticas e a influência que os seus projectos exerceram na definição das medidas políticas que nortearam o arranque das escolas industriais, constituíram factores de peso na escolha das localidades, mas não determinaram que Peniche ou as Caldas, por exemplo, tenham prevalecido face a outras opções assinaladas por aquele estudioso, como Viana do Castelo e Vila do Conde ou Ílhavo e Estremoz, respectivamente²⁷⁵.

A influência da classe intelectual e política afigura-se importante na eleição de algumas localidades onde se fundaram escolas industriais²⁷⁶. No que respeita às escolas das Caldas e de Peniche podem ser identificados alguns elementos favoráveis coincidentes, designadamente o interesse de algumas individualidades ligadas ao desempenho de funções políticas ou com responsabilidades no próprio sistema de ensino industrial, a protecção da Família Real e a influência da família Bordalo Pinheiro.

Nas Caldas da Rainha, uma das estâncias mais concorridas durante a época balnear, reuniam-se, para além da Família Real que ali veraneava durante um mês a mês e meio, intelectuais, técnicos, deputados e ministros, como Emídio Navarro, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, para citar algumas das individualidades que estiveram directamente ligadas às escolas industriais. Refiram-se, ainda, Rafael Bordalo Pinheiro, que ali regularmente se deslocava, mercê das responsabilidades e trabalho que a Fábrica de Faianças acarretava, e Francisco Machado, deputado, a partir de 1887, pelo círculo das Caldas²⁷⁷. No ano de 1887, a escola de desenho industrial das Caldas da Rainha passou a industrial e foi estabelecido um contrato com a Fábrica de Louças de Bordalo Pinheiro, para que os alunos da escola ali fizessem o seu aprendizado a troco de um elevado subsídio anual (500\$000 réis) pago pelo MOPCI²⁷⁸.

No mesmo ano, a escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, foi criada por iniciativa do governo, sendo ministro do MOP Emídio Navarro, amigo pessoal de Rafael Bordalo Pinheiro, cuja irmã, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, seria nomeada

²⁷⁵ As propostas de Joaquim de Vasconcelos foram examinadas no capítulo 3.1.1..

²⁷⁶ O papel determinante de elementos da classe política na criação das escolas industriais, na ausência de iniciativas por parte dos industriais, foi também sublinhado no caso da escola de Alenquer (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*).

²⁷⁷ Cf. *Pontos nos ii* (1885-1891), *O Caldense* (1890-1893). Francisco Machado, militar de carreira, tinha exercido funções profissionais em Peniche e detinha nesta vila a sua base eleitoral mais expressiva (cf. SERRA, João Bonifácio, "Machado, Francisco José", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico... op. cit.*).

²⁷⁸ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas ... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*. A polémica desencadeada por este contrato foi referida no capítulo 3.2.2.2., em particular nota 156.

directora da escola²⁷⁹. A escola fora inscrita no OGE para o ano económico de 1887/88, aprovado por Carta de lei de 30/06/1887, mas o inspector iniciou no mês anterior as diligências necessárias ao seu funcionamento no início do ano lectivo seguinte²⁸⁰. A escola foi instalada numa casa particular, com quinze divisões no piso principal, o primeiro andar, e cinco divisões no rés-do-chão²⁸¹. A autorização para o arrendamento, por um período de seis anos, foi deferida em 17 de Maio e, três dias depois, eram autorizadas obras de restauro, tendo sido requisitado um funcionário da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas para se deslocar ao local e proceder à feitura do respectivo orçamento²⁸². Apesar de uma parte da casa estar em muito mau estado e não haver verbas disponíveis, na altura, para obras tão dispendiosas, as reparações no andar superior disponibilizaram espaço suficiente para instalar os diversos serviços da escola – aulas, gabinetes de modelos e material de ensino, oficina de rendas – e a habitação da professora, o que permitiu reduzir as despesas²⁸³.

A oficina de Rendas não constava da supra referida Carta de lei, tendo sido o próprio inspector a tomar a iniciativa de organizar conjuntamente a escola e a oficina de Rendas, a qual viria a ser aprovada já no mês de Setembro²⁸⁴. Constatando que as rendas de bilros e as pescas constituíam os dois focos de vitalidade da vila de Peniche e que aquelas se encontravam em decadência "*na falta de desenvolvimento e variedade de produtos, e na desgraçada condição das mulheres*"²⁸⁵, o inspector atribuía ao ministro,

²⁷⁹ Rafael Bordalo Pinheiro refere, no jornal *Pontos nos ii* de 17/05/1888 (p. 562), que participou, em Agosto de 1886, na qualidade de amigo particular, numa reunião na casa de campo de Emídio Navarro, no Luso, na qual se discutiram, com a presença de engenheiros das obras públicas, questões relativas às vias de caminho-de-ferro. O percurso de Maria Augusta Bordalo Pinheiro foi desenvolvido no capítulo 5.3.2.. Sobre o funcionamento e afluência às matrículas na escola e na oficina ver capítulos 5.1.2. e 5.2.2..

²⁸⁰ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 31; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, fls. 119-120.

²⁸¹ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 31. A casa, que se situava na Rua Direita n.º 69 (actual R. Marquês de Pombal) e tinha paredes para três ruas (R. Direita, R. dos Hermínios e R. das Flores), ainda existe (cf. CALADO, Mariano, *História da Renda... op. cit.* e PEIXOTO, Luís Correia, *Peniche. Pormenores que testemunham o passado*, 2ª ed., Rio Maior, Ed. autor, 1997). No Anexo 11 podem ver-se duas plantas da escola, uma apresentada na Exposição Universal de Paris de 1900 (LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel... op. cit.*, p. XXIII) e outra reproduzida por Mariano CALADO (*História da Renda... op. cit.*, p. 144.)

²⁸² Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, officios de 20/05/1887 e 21/05/1887, fls. 119-120; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI-2ª secção, *Registo de correspondência expedida para os museus e escolas industriais e comerciais (1884-1887)*, officio de 18/05/1887, fl. 46 vs.

²⁸³ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, officio de 20/07/1887, fl. 119.

²⁸⁴ A oficina foi aprovada por despacho ministerial de 17/09/1887. Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 33). O papel crucial de Fonseca Benevides na criação das oficinas anexas às escolas foi sublinhado no capítulo 4.2.4.2..

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 33.

quando criara a escola, a intenção de desenvolver ali "*a indústria, debaixo do ponto de vista artístico, pelo ensino do desenho e trabalho na oficina da escola*"²⁸⁶.

Como escola de desenho industrial e vocacionada para o desenvolvimento artístico da indústria de rendas, competia-lhe oferecer o ensino do desenho elementar e o ramo ornamental do desenho industrial. Todavia, foi equipada com todo o material "*para o ensino do desenho elementar, geométrico, e industrial nos seus diversos ramos, ornamental, mecânico, arquitectónico, de figura, e modelação, compreendendo modelos de madeira, arame, gesso, ferro, cartão, torçal, rendas, etc.*"²⁸⁷, isto é, ficou apetrechada para poder vir a ministrar um currículo mais completo. A maior parte do material de trabalho (almofadas, bilros, linhas, etc.) foi comprada em Viana do Castelo, sendo o restante adquirido em Lisboa e em Peniche, mas as amostras de rendas, livros, estampas e fotografias foram encomendados no estrangeiro²⁸⁸.

Os objectivos da escola, segundo Fonseca Benevides, eram o ensino do desenho, o progresso da indústria das rendas e a melhoria das condições de vida das trabalhadoras e, para o atingir, o inspector considerava imprescindível recrutar operárias e atribuir-lhes um salário, sem o qual elas não poderiam sobreviver e libertar-se do jugo das e dos rendeiras/os²⁸⁹. Com efeito, dado que as crianças, em Peniche, iniciavam com cerca de quatro anos a aprendizagem das rendas, frequentando as escolas particulares existentes, não era o ensino da execução de rendas que justificava a escola pública. A grande valia desta residia no desenvolvimento do desenho – a cargo da professora, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, artista de sólida formação erudita e cujos trabalhos já tinham sido distinguidos em exposições de Belas Artes – e na sua aplicação às rendas. Era nesta articulação que a oficina se legitimava, logrando que rendeiras experientes e outras mais jovens, ainda aprendizas, fossem introduzindo os novos motivos, mais criativos, mais elaborados e mais formosos. A escola não ia, pois, suprir uma lacuna sentida pela própria localidade ou pelas rendilheiras, mas pretendia-se que impulsionasse aquela produção, aliando a perfeição técnica à qualidade estética, tornando-a mais competitiva no mercado interno e convertendo-a numa insígnia de

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ *Ibidem*. A evolução da estrutura curricular das escolas foi analisada no capítulo 3.2.2..

²⁸⁸ Cf. *Ibidem*, p. 35.

²⁸⁹ No catálogo elaborado para a Exposição Industrial Nacional de 1888, Fonseca Benevides explicitou os objectivos da oficina de rendas da escola de Peniche: "*1º Fabricar rendas com a maior perfeição, melhorando sucessivamente os desenhos, introduzindo novos padrões, e desenvolvendo o gosto artístico, conservando, porém, sempre o carácter especial das rendas de Peniche. 2º Contribuir para o levantamento e progresso desta indústria naquela localidade. 3º Contribuir para melhorar a sorte da classe que se emprega naquela localidade.*" (*As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa... op. cit.*, pp. VI-VII).

projecção internacional.

A maior dificuldade foi, pois, encontrar alunas para a oficina de Rendas, dado que tal contrariava os interesses das e dos rendeiras/os que, por sua vez, pressionavam as rendilheiras. Estas, agrilhoadas pelas dívidas, temerosas de represálias e incertas face ao futuro que a escola lhes oferecia, mantinham-se hesitantes e não se matriculavam "com medo de abandonar as rendeiras que, desde longos anos, e sempre, lhes davam trabalho"²⁹⁰. Narrava um semanário do distrito que "quando foi aberta a matrícula (...) apenas compareceram, como por manguação, uns dois trocistas e umas mulheres que, segundo disse um nosso ilustrado colega, nunca poderiam entrar na escola"²⁹¹, acrescentando que tal se devera aos "monopolistas da indústria de rendaria, e que estes, trabalhando na sombra, chegaram a conseguir que, as míseras operárias (...) repudiassem o benefício que lhes era oferecido"²⁹². Estes incidentes implicaram a presença em Peniche do inspector que "depois de muitas diligências, consegui[u], na noite de 23 para 24 de Setembro de 1887, angariar algumas raparigas"²⁹³, prometendo-lhes saldar as suas dívidas para com as rendeiras e logrando, desse modo, inaugurar a oficina na manhã seguinte, ou seja, dois dias antes da inauguração oficial da escola, que se realizou no dia 26.

A escola foi inaugurada em sessão oficial, "no meio de grande concurso de convidados e alunos, e assistindo as principais autoridades da terra"²⁹⁴ e com a presença do inspector, o qual entregou às rendilheiras o dinheiro com que pagariam as dívidas e se libertariam da dependência face às e aos negociantes²⁹⁵. O irmão de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, Rafael, registou, em traço pitoresco, o evento, fundindo, em liberdade criativa, como se pode observar na Imagem 10, a inauguração da oficina e a da escola, que tinham ocorrido com um dia de intervalo²⁹⁶.

²⁹⁰ MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul...1886-1887 e 1887-1888... op, cit., p. 34.*

²⁹¹ *O Distrito de Leiria*, 02/10/1887.

²⁹² *Ibidem.*

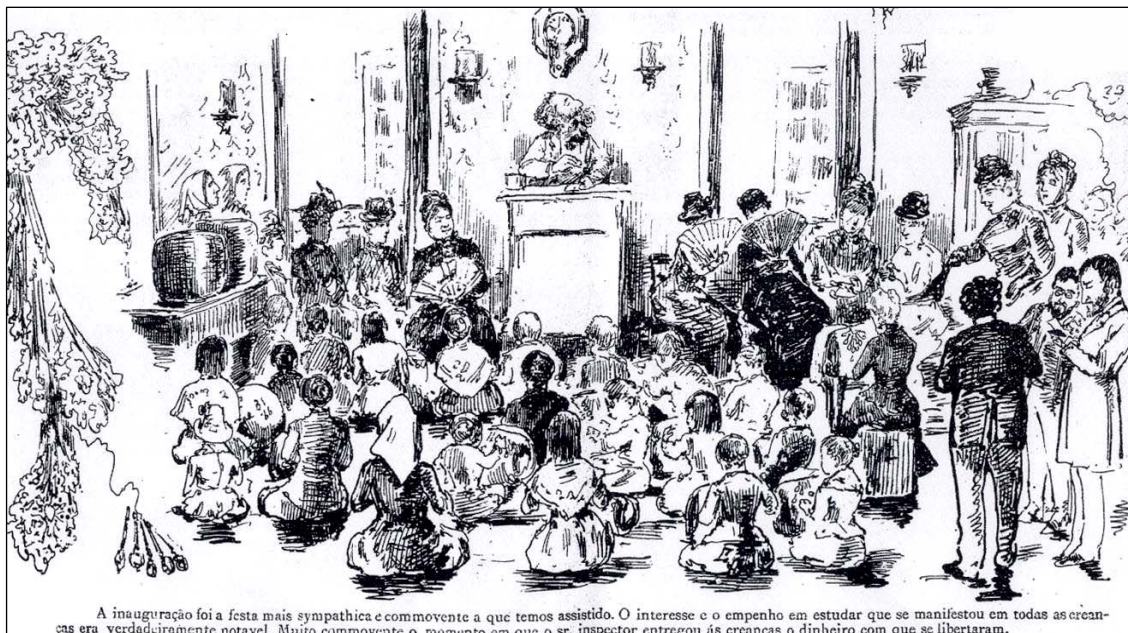
²⁹³ MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul...1886-1887 e 1887-1888... op, cit., p. 35.*

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 32.

²⁹⁵ *Ibidem.*

²⁹⁶ Na legenda pode ler-se: "A inauguração foi a festa mais simpática e comovente a que temos assistido. O interesse e o empenho em estudar que se manifestou em todas as crianças era verdadeiramente notável. Muito comovente o momento em que o sr. inspector entregou às crianças o dinheiro com que se libertaram".

IMAGEM 10
A cerimónia de inauguração da Escola de Peniche numa
caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro



FONTE: *Pontos nos ii*, 29/09/1887, pp. 308-309.

Os custos iniciais e de manutenção da escola de Peniche teriam de ser, de acordo com o que foi descrito atrás, superiores aos de outras escolas, incluindo a de Leiria, que só seria criada um ano mais tarde²⁹⁷. As despesas, entre Agosto e meados de Outubro de 1887, somaram 1371\$210 reis, a que acresceram 78\$870 reis gastos com a cerimónia de inauguração e com o pagamento efectuado às rendilheiras para as libertar das dívidas que as vinculavam às/aos rendeiras/os, totalizando 1450\$080 reis, como consta do Quadro XXV²⁹⁸.

No que respeita aos vencimentos do pessoal, a verba da escola de Peniche não se destacou. No orçamento de 1887/88, a quantia que lhe foi atribuída (780\$000 réis) naquela rubrica era igual à de doze num total de quinze escolas²⁹⁹. Só as escolas de Guimarães, da Covilhã e das Caldas da Rainha registaram um maior gasto com pessoal.

QUADRO XXV

²⁹⁷ As despesas de instalação da escola de Leiria, com uma oficina de Carpintaria, em 1888, somaram 366\$430 réis (SOUSA, Acácio Fernando, *O aparecimento do ensino técnico-profissional... op. cit.*, p. 12). Quatro anos mais tarde, a verba proposta pelo inspector, Ramalho Ortigão, para o estabelecimento de uma oficina de Serralharia na escola de Leiria foi de 240\$000 réis (cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida*, vol. 1, ofício nº 3631, de 11/02/1892, fls. 197-198).

²⁹⁸ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, ofícios de 16/08/1887, fl. 133, de 29/08/1887, fl. 139, de -/10/1887, fls. 145-145vs, de -/10/1887, fl. 145vs.

²⁹⁹ As escolas de Braga, de Coimbra, de Portalegre, de Tomar, de Torres Novas, do Porto (Infante D. Henrique, Faria Guimarães e Passos Manuel) e de Lisboa (Gil Vicente, Marquês de Pombal e Afonso Domingues) recebiam a mesma quantia (cf. *Ibidem*, ofício de 22/07/1887, fls. 129vs e 130).

Despesas de instalação da escola de Peniche (1887)

Agosto	Material de ensino (modelos, livros, artigos de desenho, etc.)	356\$240
	Candeeiros, mobília, máquinas de costura	480\$100
Setembro	Material de ensino	274\$805
	Despesas de inauguração da escola:	
	○ gratificação às reparigas da oficina de rendas	7\$500
	○ Custo da sua libertação	52\$370
	○ gratificação ao guarda	2\$000
	○ gratificação aos operários, músicos, etc.	17\$000
Outubro (1 a 15)	○ Materiais de ensino (modelos, linhas, etc.)	238\$055
	○ Jornais (salários às rendilheiras)	22\$010
TOTAL		1450\$080

FONTES: AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de despesas pagas pela Inspeção (1884-1893)*, fl. 19-20; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI-2ª secção, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, fls. 131-145; AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, ofícios de 16/08/1887, fl. 133, de 29/08/1887, fl. 139, de -/10/1887, fls. 145-145vs, de -/10/1887, fl. 145vs

A escola de Peniche foi a primeira e quase única escola a utilizar o sistema de pagamento de salários às alunas da oficina, o que inflacionou as despesas com pessoal³⁰⁰. Em 1894, a despesa mensal média do MOPCI com os vencimentos e salários da escola de Peniche era de 148\$300 reis, que se distribuíam da seguinte forma: 46\$560 para a professora de desenho e directora, 55\$000 para as duas mestras, a fiel e a decuriã e 46\$800 para pagamento dos subsídios às alunas das oficinas³⁰¹. Esta última parcela correspondia, pois, a cerca de um terço das despesas com pessoal e, no final do ano, totalizara 571\$445 réis³⁰². No ano seguinte, o aumento do número de inscrições na oficina reflectiu-se num acréscimo da despesa, que atingiu 824\$735 réis³⁰³. Este valor não sofreu grandes alterações nos anos subsequentes³⁰⁴.

No que respeita a despesas diversas e com material, a dotação orçamental da escola de Peniche, para o ano de 1901/02, era das mais baixas no conjunto das vinte e sete escolas, com um valor de 223\$000 réis, verba superior, no entanto, ao das escolas

³⁰⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*, vol. 3, ofício de 21/09/1887, fls. 141vs e 142. Apenas a escola Marquês de Pombal em Lisboa a secundou no regime de pagamento de salários. Este assunto foi analisado no capítulo 4.2.4.2..

³⁰¹ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, RI, *Registo de despesas com as escolas industriais e de desenho industrial da Circunscrição do Sul (1895-1896)*, fl. 33. A documentação relativa às escolas existente no AHMOP apresenta-se descontínua e casual, pelo que não se dispõe de informação para todo o período em análise.

³⁰² Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 71.

³⁰³ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul... 1888-89... op. cit.*, p. 69.

³⁰⁴ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1889 - 1890)... op. cit.*

de Aveiro, Caldas da Rainha, Tomar, Torres Novas, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu³⁰⁵.

Não obstante as dificuldades iniciais, em breve a afluência à oficina excedia a sua capacidade e o inspector foi obrigado a fixar em 25 o número máximo de admitidas, "*ficando em grande número inscritas como suplentes à espera de vaga para entrarem*"³⁰⁶. No ano seguinte foram recebidas 44 alunas na oficina e, em 1889/90, com a abertura da secção oficial de costura e bordados, as matrículas duplicaram³⁰⁷. Uma quebra acentuada em 1891/92 introduziu um período de instabilidade que se manteve até 1904/05, ano que inaugura uma tendência ascendente nas inscrições³⁰⁸. As 141 matrículas registadas em 1909/10 representaram o número mais elevado alcançado a nível nacional nas oficinas das escolas industriais. Entre o início do funcionamento de oficinas anexas às escolas, em 1886/87, e 1909/10, a oficina da escola de Peniche foi a mais frequentada das oficinas para o sexo feminino e a segunda no universo das oficinas para os dois sexos, totalizando 1516 matrículas. Este valor foi apenas suplantado pelo conjunto das oficinas da maior escola industrial do país, a Marquês de Pombal, no bairro de Alcântara, em Lisboa, que somaram 1897 inscrições do sexo masculino e 1429 do sexo feminino.

Os benefícios da oficina da escola para as mulheres que lá trabalhavam constituíram um dos aspectos mais valorizados, desde o início, por Fonseca Benevides, que salientava, em comparação com as escolas particulares, os melhores salários auferidos (entre 40 e 200 réis diários), o horário de trabalho mais reduzido (cerca de sete horas por dia, interrompendo duas horas para o almoço) e a aprendizagem do desenho, aula que todas elas frequentavam³⁰⁹. As condições vantajosas oferecidas pela escola levaram Francisco Machado a propor ao governo, em 1889, que a escola admitisse "*um certo número de raparigas, além das que já lá estão, e tantas quantas a casa comportar*"³¹⁰, para que estas, com o dinheiro que aí receberiam, pudessem atenuar a situação de fome e miséria em que se encontravam as famílias de pescadores naquele tempestuoso Inverno. A segunda actividade que assegurava a subsistência da população

³⁰⁵ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, REEI – 1ª secção, *Livro de Contas-correntes com as dotações orçamentais (1901-1902)*, fls. 7-33.

³⁰⁶ MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 35.

³⁰⁷ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1889 - 1890)... op. cit.*

³⁰⁸ Consultar os quadros com dados estatísticos relativos à frequência das escolas e oficinas nos Anexos 6 e 7.

³⁰⁹ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 35.

³¹⁰ Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1889, sessão de 10 de Abril, p. 327.

daquela vila era o fabrico de rendas, este a cargo das mulheres e das raparigas. O deputado argumentava com base na diferença dos salários, pois, segundo ele, enquanto que a escola pagava 80 a 160 réis diários, os e as rendeiras locais não iam além dos 30 ou 40 réis³¹¹. Acrescentava que tal medida não implicaria despesa para o Estado porque o produto da venda das rendas produzidas cobriria os gastos.

A preocupação com a sobre-exploração a que as mulheres de Peniche estavam sujeitas e a apologia das condições de trabalho na oficina de Rendas constituem aspectos singulares nos relatórios do inspector. Este, quando se refere a outras escolas e oficinas, incluindo as de Liores Femininos, concentra-se no seu funcionamento, no progresso do ensino, nos seus resultados e na sua mais-valia para o país. O facto de Fonseca Benevides, no caso da escola de Peniche, alimentar uma certa ambiguidade na definição do seu principal objectivo, situando ao mesmo nível o incremento artístico da indústria de rendas, através do desenho, e a melhoria das condições das rendilheiras, sugere que a situação com que ele se deparou naquela localidade lhe provocou alguma perplexidade.

A oficina de rendas tinha como público destinatário um grupo profissional feminino, integrado numa produção para o mercado, laborando a tempo inteiro e em longas jornadas diárias por conta de negociantes que as exploravam, num sistema equivalente ao *sweating system* inglês³¹². O impulso artístico que a escola proporcionasse à indústria das rendas não iria beneficiar em especial as rendilheiras, mas reverteria em favor daqueles/as para quem elas trabalhavam. Face a esta situação e sensível, por certo, ao contexto discursivo coevo, que insistia na perversidade social da condição a que estavam sujeitas as mulheres, que não podiam atender às suas incumbências domésticas por se entregarem em excesso ao trabalho remunerado, o inspector foi impelido a contrariar a imagem de uma escola que fomentasse esse regime de trabalho. Publicitava-se, assim, uma jornada de trabalho considerada modelar, cujo horário de funcionamento era menos incompatível com as tarefas caseiras que as mulheres deveriam assegurar (início às 9h, interrupção entre as 12h e as 14h, saída às 18h ou, no Inverno, ao sol posto)³¹³.

A especial vocação da escola de Peniche para o ensino das rendas de bilros e o sistema de pagamento de salários às alunas da oficina viria a ser posto em causa por

³¹¹ Cf. *Ibidem*, pp. 325-327.

³¹² O *sweating system* (ou *sistema do suor*) foi caracterizado no capítulo 2.1.3..

³¹³ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul... 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888... op. cit.*, p. 35.

João Franco, quando assumiu a pasta do MOPCI, em 1891. Em Dezembro daquele ano, Francisco Machado interpelou o ministro na Câmara dos Deputados sobre o atraso de três meses no pagamento às alunas da escola Rainha D. Maria Pia, situação que, segundo ele, poderia ser resolvida se as rendas ali produzidas desde a sua instalação fossem vendidas³¹⁴. Sublinhava o deputado que tal paga era imprescindível, dado que "*a população de Peniche é muito pobre e quem trabalha não pode esperar três meses pelo seu salário*"³¹⁵, e enfatizava a juventude das alunas: "*crianças, que trabalham o dia inteiro, (...) pobres meninas que ganham o dinheiro com muito trabalho*"³¹⁶. O deputado contestou, ainda, a substituição da professora responsável por um professor, argumentando que "*havia ali uma professora que dirigia a escola e uma outra que servia de ajudante, ambas muito competentes (...) e não me parece que a direcção da escola deva ser confiada a um professor que nada sabe daquela especialidade*"³¹⁷. Teceu rasgados elogios à qualidade e originalidade das rendas feitas na escola e aludiu à sua projecção internacional e à medalha de ouro que tinham ganho na Exposição Universal de Paris, de 1889.

João Franco explicou que os referidos pagamentos se encontravam suspensos em virtude de serem "*exagerados esses ordenados ou gratificações [porque] dar o governo (...) 300 réis diários a cada aluna da escola de Peniche, era (...) estabelecer uma desigualdade absoluta com as outras escolas (...)*"³¹⁸. Acrescentou, ainda, que tais salários se destinavam a promover a frequência das escolas profissionais quando a apetência por este tipo de aprendizagem não surgia espontaneamente, "*mas daqui a ter operários ou operárias já feitas, como vulgarmente se diz, e pagar-lhes o salário que eles podem ganhar numa oficina de qualquer particular, vai uma distância absoluta. Era o que se estava fazendo em Peniche e eu julguei que era absolutamente inconveniente*"³¹⁹. Segundo ele, a escola não se destinava à produção de rendas para vender, como se fosse uma oficina particular, mas o seu objectivo era o ensino oficial e do desenho. Deste modo, cada aluna não deveria permanecer mais do que dois ou três anos na oficina, para que pudesse dar lugar a uma nova aprendiz.

³¹⁴ Cf. intervenção de Francisco José Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 29 de Dezembro, pp. 4-5.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 4.

³¹⁶ *Ibidem*, pp. 4-5.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 4.

³¹⁸ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, João Franco, *Ibidem*, sessão de 29 de Dezembro, p. 6.

³¹⁹ *Ibidem*.

O ministro esclareceu, ainda, que a direcção da escola estava entregue a uma professora interina, da localidade, que regia a disciplina de desenho desde que "*uma professora provisória (...) [que] houve em tempos*"³²⁰ (o nome de Maria Augusta Bordalo Pinheiro não foi referido), se tinha ido embora. Encontrando-se vago o lugar de director da escola e havendo professores vitalícios de desenho que tinham ficado sem colocação, em virtude da reforma do ensino implementada, foi um deles nomeado para reger a escola e ensinar desenho industrial aos alunos e às alunas. Tratava-se de Francisco Gil, transferido da escola da Figueira da Foz, uma das que tinham sido extintas pela reorganização do ensino nas escolas industriais, decretada por João Franco no dia 8 do mesmo mês. Em 24 de Outubro foi designado para director e professor de desenho da escola de Peniche. A oficina continuaria a ser dirigida por Etelvina da Paz Assunção, a qual dirigira a escola e assegurara o ensino do desenho durante os dois anos anteriores³²¹.

Esta controvérsia revela distintos pontos de vista sobre os objectivos da escola de Peniche. Francisco Machado, ciente que, quando os pescadores não podem trabalhar, as famílias vivem apenas dos ingressos femininos, encara a escola como uma fonte de salários para as mulheres e raparigas de menor idade que a frequentam, com a vantagem acrescida de ser também um local de aprendizagem. Esta distorção da função das oficinas anexas às escolas industriais é claramente denunciada por João Franco na sua intervenção. Ao entregar a direcção da escola e o ensino do desenho industrial a um professor que tinha ficado sem colocação, o ministro apenas se preocupou em resolver um problema administrativo e não teve em conta as exigências específicas de um desenho projectado para ser aplicado nas rendas de bilros.

Alguns dias depois, em inícios do mês de Janeiro de 1893, Ramalho Ortigão, à data inspector das escolas industriais e de desenho industrial, fazia notar que o plano de reforma que tinha proposto para aquela escola, se fosse aprovado, só se poderia concretizar nos meses de Verão, pois "*bem ou mal taxados desde o estabelecimento da escola os salários das aprendizas faziam parte da receita de numerosas famílias, às quais no coração do Inverno, quando a indigência é geral por falta de outros recursos de trabalho, a eliminação ou a redução daquela verba seria um decreto de fome para muitas bocas*"³²². Lamentava, mesmo, que o ministro mantivesse silêncio quanto à criação de uma oficina de fabrico de redes, por ele alvitrada, e que, em contrapartida,

³²⁰ *Ibidem*, p. 6.

³²¹ O percurso profissional de Etelvina Paz Assunção foi analisado no capítulo 5.3.2..

³²² AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência... op. cit.*, vol. 1, Ofício nº 3582 de 07/01/1892, fls. 130-131.

tivesse reduzido a metade os salários das aprendizas de rendas³²³.

A competência do director e professor da escola, colocado por João Franco, é também questionada com palavras contundentes pelo inspector: "*É certo que o professor único e director desta escola pouco entende dos trabalhos que está encarregado de dirigir, mas é igualmente certo que ainda menos entendia quando o governo de Sua Majestade para esse efeito o nomeou*"³²⁴. O inspector impugnara, até, uma pena de suspensão atribuída, por aquele director, às alunas da oficina de Rendas, por faltas "*motivadas por uma encomenda de trabalho de renda a prazo fixo que as mesmas alunas executaram*"³²⁵. Alegando que a escola deveria fomentar o trabalho, Ramalho Ortigão instou o director da escola a anular o castigo e a compensar as alunas pelo prejuízo sofrido. Fizera-lhe, ainda, notar que não estava a ser distribuído trabalho de suficiente complexidade à classe mais adiantada, frisando que "*o canto que V^a. Ex.^a me enviou como amostra (...) é trabalho unicamente para a classe mais atrasada*"³²⁶.

Em Julho do mesmo ano, o novo inspector, Luciano Cordeiro, corroborava esta apreciação, em ofício ao chefe da RI, contrapondo a competência de Etelvina Paz Assunção, que fora renomeada como professora de desenho e directora da escola, ao desempenho do "*professor Gil, que ali estava e não podia continuar*"³²⁷. Defendia, também, o inspector que os subsídios pagos às aprendizas desde a abertura da escola se deveriam manter, pois constituíam uma medida imprescindível para garantir a frequência das rendeiras dada a "*extrema pobreza da população*"³²⁸. Propunha o inspector, em consonância, aliás, com a sugestão já enunciada por Francisco Machado no Parlamento, que se vendessem os produtos feitos na escola, possibilidade que se lhe afigurava, do ponto de vista legal, lícita e que poderia compensar a despesa com os subsídios³²⁹.

Na sequência do rigoroso Inverno de 1894, Francisco Machado voltou a insistir na ideia de se venderem as rendas produzidas na escola, em benefício da Comissão de Socorros organizada para acudir aos pescadores mais desafortunados, e, por indicação do ministro do MOPCI, articulou directamente com Luciano Cordeiro. Este gizou um projecto de exposição e venda, num local central da capital, de trabalhos da escola de

³²³ Recorde-se que Peniche não tinha fabrico de redes, importando-as da costa norte.

³²⁴ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência...* op. cit., vol. 1, Ofício nº 3669 de 04/04/1892, fls. 357-359.

³²⁵ *Ibidem*, ofício nº 3668 de 01/04/1892, fl. 255.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ *Ibidem*, vol. 2, ofício nº 6029 de -/07/1893, fl. 194.

³²⁸ *Ibidem*, vol. 2, ofício nº 6035 de 31/07/1893, fls. 211-212.

³²⁹ Cf. *Ibidem*, fls. 208-220.

Peniche, a que se poderiam associar algumas rendas da escola de Setúbal. A fim de tornar mais apelativa e instrutiva a mostra e elevar o nível de vendas, nela trabalhariam seis alunas com a respectiva mestra. Cerca de 50% das receitas obtidas, quer das entradas no recinto, quer das vendas, seria entregue à dita comissão e da outra metade se reembolsariam as despesas, revertendo a quantia remanescente a favor da escola. O inspector solicitou autorização superior para adiantar as verbas necessárias à organização do evento, dado que não se podia tomar por certo o valor do produto das vendas³³⁰.

A exposição foi autorizada, mas na condição de não implicar qualquer aumento de despesa pública, ou seja, os gastos teriam de ser cobertos na totalidade pelas receitas. O inspector objectou que não podendo "*computar essa receita (...) me sinto na impossibilidade de preparar e organizar aquela exposição, a não ser que tomasse à minha responsabilidade pessoal, o que não seria regular nem justo, essa despesa e qualquer diferença que viesse a haver em relação à receita*"³³¹. Considerando que os 157:840\$000 réis orçamentados representavam uma quantia irrisória face aos proventos estimados, Luciano Cordeiro rematava que apenas podia "*informar que a exposição se pode fazer em regulares condições, sem provável encargo, e com vantagem para a Escola*"³³², cabendo ao ministro a decisão final. Não se tem conhecimento que a iniciativa se tenha concretizado.

Os índices de frequência da oficina da escola de Peniche conferem-lhe um lugar de destaque no conjunto das escolas de ensino industrial, mas a sua projecção a nível nacional e internacional não foi de somenos importância. A qualidade atingida pela produção de rendas daquela escola mereceu elevado reconhecimento e distinção nas mostras nacionais e internacionais realizadas até à implantação da República³³³. No final do primeiro ano de funcionamento a sua participação na Exposição Industrial Nacional de 1888 foi um êxito a que a imprensa deu ampla cobertura. No ano seguinte, seria a única presença na Exposição Universal de Paris e encetaria a participação das escolas industriais portuguesas em certames internacionais. A medalha de ouro obtida certificou a excelência das rendas, pela originalidade e beleza dos desenhos e pela finura e perfeição da técnica de execução³³⁴. A partir de então, as rendas de Peniche lograram manter os elevados níveis de qualidade que as distinguiram nas últimas décadas do

³³⁰ Cf. *Ibidem*, vol. 3, ofício nº 10 092 de 08/05/1894, fls. 468-471.

³³¹ *Ibidem*, ofício nº 10 098 de 10/05/1894, fl. 479.

³³² *Ibidem*, fl. 480.

³³³ Destacam-se aqui, tão-só, alguns aspectos relativos ao impacto dos trabalhos da escola nas Exposições, assunto que foi alvo de desenvolvimento mais aprofundado no capítulo 6.1..

³³⁴ A presença da escola de Peniche nas exposições industriais nacionais e internacionais foi desenvolvida no capítulo 6.1..

século XIX.

Em 1897, o deputado Joaquim Telo, a propósito de uma representação do município de Peniche, na qual se pressagiavam nefastas consequências da diminuição do estatuto da sua Praça de Guerra para o desenvolvimento económico local, evidenciava o êxito e a projecção nacional e internacional que a escola industrial tinha vindo a proporcionar às rendas de bilros e instigava as autoridades locais a estimularem a iniciativa individual, não só nos sectores agrícola e piscatório, como também no incremento da indústria de rendas³³⁵. As rendas de bilros de Peniche responderam, também, a um certo espírito nacionalista coevo, que se apegava ao valor dos traços mais genuínos da cultura portuguesa, procurando "*o génio artístico nacional*"³³⁶ nas indústrias caseiras tradicionais.

A escola de Peniche coexistiu com as escolas populares e com as oficinas particulares, mas o contributo de Maria Augusta Bordalo Pinheiro e das suas sucessoras teve um impacto efectivo na qualidade das rendas produzidas no concelho e na sua revitalização³³⁷. De acordo com Mariano Calado, a primeira directora da escola introduziu novos e mais perfeitos desenhos, alguns com motivos eruditos, sem ter abandonado, todavia, os motivos tradicionais. Substituiu as linhas mais grosseiras por outras mais finas e mais consistentes e aperfeiçoou alguns processos técnicos, quer na feitura dos piques, quer na execução de pontos. O nome Bordalo Pinheiro, preservando a sua marca nesta indústria artística, é uma das designações dadas aos diferentes padrões das rendas de Peniche que o mesmo autor inventariou³³⁸.

Muitas das alunas da escola de desenho industrial, completados os cursos, integravam as oficinas particulares locais ou tornavam-se mestras nas escolas populares que se mantiveram pelo século XX. Foi por esta via que os aperfeiçoamentos desenvolvidos na escola de desenho industrial se foram transmitindo às outras fabricantes do concelho proporcionando a melhoria global da produção e contribuindo para manter vivas e famosas até aos nossos dias as rendas de Peniche.

As escolas de Peniche e de Setúbal foram as únicas que mantiveram oficinas de Rendas de bilros até à República, mas só a primeira prosseguiu com aquela oferta de ensino perpetuando o aperfeiçoamento daquela indústria artística local³³⁹. É certo que o

³³⁵ Cf. Intervenção de Joaquim Telo, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1897, sessão de 10 de Agosto, p. 581.

³³⁶ PESSANHA, D. José, *A História das Indústrias...* op. cit., p. 6.

³³⁷ O papel das professoras e mestras das oficinas foi analisado no capítulo 5.3..

³³⁸ Cf. CALADO, Mariano, *História da Renda...* op. cit.; CALADO, Mariano, *Peniche na História...* op. cit..

³³⁹ A reforma de 01/12/1918 (decreto nº 5029) classificou a escola mista de desenho industrial Rainha D. Maria

peso do fabrico das rendas na economia de Peniche estava muito enraizado, mas a sua persistência deveu-se, também, a uma menor absorção das mulheres no trabalho da indústria conserveira nesta localidade do que em Setúbal, onde, segundo comentava Ana de Castro Osório, em 1915, "*a grande indústria da conserva de peixe, levando a mulher do povo para o maior ganho das fábricas, tirou-as da indústria pobre, mas artística, das rendas de bilros*"³⁴⁰. A autora diferencia o fabrico de rendas a nível de indústria artística da sua execução como mero exercício de *prenda* feminina, integrado nas obrigações domésticas das classes médias e destaca as rendas de Peniche como indústria de exportação. Dois anos mais tarde, a mesma autora afirmava que as indústrias femininas, que outrora se tinham desenvolvido nos conventos, à falta de escolas próprias, só tinham logrado sobreviver nos casos em que se tinham tornado uma forma de sustento para as classes populares³⁴¹.

O investimento na escola Rainha D. Maria Pia revelou-se fundamental na revitalização, na projecção nacional e internacional e na sustentabilidade de uma indústria caseira com grande peso na economia do concelho. Constituem indicadores da importância desta actividade a quantidade de mulheres que nela trabalhavam, com a especificidade de se lhe dedicarem a tempo inteiro, a preponderância dos ganhos auferidos nos orçamentos familiares e a sua expressão no comércio de exportação. A mais-valia da escola de Peniche para a valorização das rendas de bilros de Peniche e para a consolidação de uma actividade económica, através da requalificação e da certificação de uma profissão feminina, afigura-se indiscutível.

Pia em escola de Artes e Ofícios, com a designação de Escola de rendeiras Josefa de Óbidos e limitou-a ao ensino do sexo feminino. Com a reorganização de 1930-1931 (decretos nº 18420 e nº 20420) passou a chamar-se Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos e manteve-se exclusivamente feminina, com os cursos de rendeira e de costura e bordados. Manteve-se a funcionar de acordo com esta legislação até ao ano lectivo de 1953-54, pois só nessa data foi possível concretizar as obras que viabilizaram a aplicação do plano de cursos decretado em 1948, que introduziu o ciclo preparatório destinado a ambos os sexos. Até aos anos 1950 não existiu em Peniche qualquer escola de formação profissional para o sexo masculino. Cf. PROENÇA, Carlos (relator), "Parecer aprovado em sessão do Conselho Permanente da Acção Educativa de 21 de Abril de 1952 e homologado por despacho ministerial de 19 de Maio de 1952", in *Escola Industrial e Comercial de Peniche*, Separata do *Boletim das Escolas Técnicas*, nº 15, 1956.

³⁴⁰ Cf. OSÓRIO, Ana de Castro, *A mulher na Agricultura, nas Industrias regionaes e na Administração Municipal. Tese apresentada ao Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28, 29 e 30 de Outubro de 1915*, Lisboa, Casa Editora «Para as Crianças», 1915, p. 58.

³⁴¹ Cf. OSÓRIO, Ana de Castro, "Rendas Portuguezas", *op. cit.*.

7. Os discursos políticos e técnicos na construção da memória sobre a formação profissional feminina no quadro do ensino industrial público

7.1. A importância do ensino nas escolas industriais nos debates parlamentares

O poder legislativo pertencia às duas Câmaras Parlamentares, não obstante, o governo, para além de usar a prerrogativa de apresentar propostas, com frequência, promulgava diplomas, fosse porque se estava em período de interrupção da legislatura ou de dissolução das Cortes, fosse porque, simplesmente, não baixavam à Câmara, mesmo em pleno funcionamento das legislaturas. Recorreu-se, de forma sistemática, ou à posterior ratificação parlamentar, através do denominado *Bill de Indemnidade*, ou a alegadas autorizações estipuladas em diplomas anteriormente aprovados. Em qualquer dos casos, adoptava-se, como refere Manuel Pinto dos Santos, "*a ditadura como um mecanismo político absolutamente normal*"¹, atitude que, no que respeita ao ensino industrial, parece ter constituído uma estratégia política, pela sua utilização sistemática.

Uma reforma que seguisse os trâmites normais, daria entrada na Câmara dos Deputados, ou como proposta de lei, se fosse iniciativa do governo, ou como projecto de lei, se partisse dos deputados. Em seguida, era enviada à respectiva comissão parlamentar, a qual, no caso do ensino industrial, tutelado pelo MOPCI, era a Comissão de Artes e Indústria, cujo parecer era formalizado em projecto de lei a ser discutido nas sessões plenárias do hemiciclo. As alterações propostas e aprovadas pela Câmara dos Deputados desciam, de novo, à comissão que elaborava a versão a enviar à Câmara dos Pares, onde seria apreciada em plenário. As sugestões que daí adviessem eram analisadas na Câmara dos Deputados, procedendo-se, depois, à aprovação final do projecto. Este era, então, enviado ao governo que o submetia a sanção régia².

A duração das legislaturas foi muito inconstante, verificando-se que, entre 1885 e 1910, apenas cinco cumpriram os três anos normais (1887-89, 1890-92, 1897-99, 1902-04 e 1908-10)³. No momento em que a Câmara dos Deputados fosse dissolvida ou encerrasse a sessão legislativa, os projectos de lei pendentes caducavam. Este preceito

¹ SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional... op. cit.*, p. 199.

² Cf. *Ibidem*; ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates... op. cit.*.

³ Cf. SANTOS, Manuel Pinto, *Monarquia Constitucional... op. cit.*; MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico... op. cit.*

exigia que a iniciativa fosse renovada na sessão seguinte para que pudesse voltar a ser discutida e eventualmente votada. O abuso dos actos de encerramento das Cortes ou de dissolução da Câmara dos Deputados provocava descontinuidade nos trabalhos dos órgãos legislativos e dava azo a que um conjunto de matérias fosse resolvido, de forma sistemática, pelos executivos ministeriais.

Esta foi a situação verificada no que respeita ao ensino industrial. No entanto, afigura-se relevante apurar o contributo específico da actividade parlamentar no que se refere ao incremento do ensino nas escolas industriais e analisar os pontos de vista enunciados pelos oradores sobre esta modalidade de ensino, bem como sobre a formação profissional feminina, dado que aquelas escolas e as oficinas a elas anexas foram frequentadas por um número significativo de raparigas e de mulheres. Verificou-se que, entre 1884 e 1910, não entrou qualquer projecto sobre o ensino industrial na Câmara dos Pares e que as intervenções que referiram esta matéria foram esporádicas (dez no total). A análise privilegiará, pois, as intervenções na Câmara dos Deputados.

7.1.1. Intervenções na Câmara dos Deputados – abordagem quantitativa

À semelhança do que concerne o ensino secundário liceal, como observou Áurea Adão, as reformas do ensino técnico industrial não são todas discutidas no Parlamento⁴. Em rigor, nenhum diploma, de reorganização ou de regulamentação geral do ensino nas escolas industriais, foi discutido previamente à sua publicação. Todos eles resultaram de decisão governamental e o debate que se registou em torno de alguns desses diplomas, na Câmara dos Deputados, ocorreu depois de terem entrado em vigor. As iniciativas provenientes dos deputados revelaram-se pontuais e caíram muitas vezes no esquecimento. Para tal contribuiu o facto de as Comissões Parlamentares, para as quais eram remetidos aqueles documentos, não emitirem pareceres atempados no período de cada legislatura, pelo que os assuntos não voltavam a ser discutidos no hemiciclo. Acresce que, em nova legislatura, os projectos não foram renovados, ou foram-no um ou mais anos após a sua caducidade.

As escolas industriais e de desenho industrial eram consideradas, como as escolas profissionais em geral, estabelecimentos de ensino especial, sendo tuteladas pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, distintamente de todas as outras

⁴ Cf ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates... op. cit.*

modalidades de ensino, que estavam dependentes do Ministério do Reino. Esta situação nem sempre foi clara para os deputados, facto que levou o ministro do Reino, Barjona de Freitas, durante a discussão do projecto de organização do Conselho Superior de Instrução Pública, em Maio de 1884, a esclarecer que essas escolas não eram tuteladas pelo seu ministério e por isso não constavam daquele projecto de diploma⁵. Apesar do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes (MIPBA), criado em 5 de Abril de 1890, integrar nas suas competências o ensino industrial, este permaneceu, na prática, sob tutela do MOPCI. Na realidade, até à extinção do MIPBA, em 3 de Março de 1892, não se verificou a transferência de serviços e o orçamento das despesas continuou a ser inscrito no MOPCI. Uma década mais tarde, porém, a confusão persistia entre alguns deputados. Em Outubro de 1904, por exemplo, tendo sido anunciado, no Discurso da Coroa, o funcionamento de uma comissão para estudo da reforma do ensino secundário, Moreira de Almeida interveio para criticar a reforma do ensino liceal de 1894/95, de autoria de Jaime Moniz, responsabilizando aquela por ter dado "*um fundo golpe no ensino técnico, industrial e comercial, que em 1886 o Sr. Emídio Navarro inteligentemente organizou*"⁶.

As Comissões Parlamentares, a quem competia analisar as iniciativas relativas ao ensino industrial, eram as de Ensino Superior e Especial (aplicava-se a designação de ensino especial ao ensino profissional) e as de Artes e Indústrias, mas por vezes os documentos admitidos eram enviados para a Comissão de Instrução Pública ou de Ensino Primário e Secundário, o que favorecia a ausência de pareceres das comissões e impedia a sua discussão na Câmara.

A partir do levantamento de todas as referências ao ensino nas escolas industriais e de desenho industrial ocorridas na Câmara dos Deputados, entre 1884 e 1910, procedeu-se a uma análise quantitativa das intervenções dos deputados e dos ministros. Para efeitos metodológicos, considerou-se como intervenção cada uso da palavra, ou seja, cada exposição oral registada no *Diário das Sessões*, não se tendo contabilizado manifestações parlamentares escritas (representações, requerimentos e outras) que, apesar de inscritas naquela publicação, não foram acompanhadas de qualquer tomada de palavra. Estas serão, todavia, integradas na análise qualitativa.

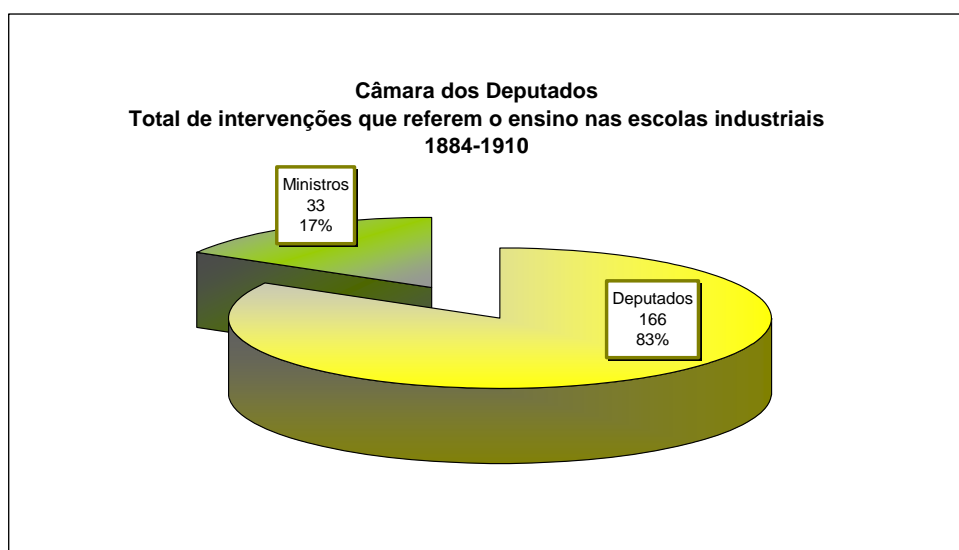
O número total de intervenções identificadas no período considerado foi de 199,

⁵ Cf. Intervenção do Ministro do Reino, Barjona de Freitas, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1884, sessão de 2 de Maio, pp. 1387-1388.

⁶ Intervenção de Moreira de Almeida, *Ibidem*, 1904, sessão de 14 de Outubro, p. 5; cf. Discurso da Coroa, *Ibidem*, sessão de 10 de Outubro, p. 10.

número pouco elevado para um período de 27 anos, dado que corresponde, em média, a 7 intervenções por ano⁷. O número de oradores foi, ainda, menor, pois muitos deles tomaram a palavra mais do que uma vez, seja no decurso de uma mesma discussão, seja em momentos diferentes ao longo do período considerado. O Gráfico 21, no qual se discriminam as intervenções dos deputados e dos ministros, permite verificar que os primeiros foram os autores de mais de três quartos delas (83%).

GRÁFICO 21



FONTE: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884-1910.

As intervenções distribuem-se por todo o período, de 1884 a 1910, como se pode observar no Gráfico 22. No mesmo Gráfico, assinalaram-se, também, em termos quantitativos, as alusões ao ensino feminino nas intervenções em que ocorreram.

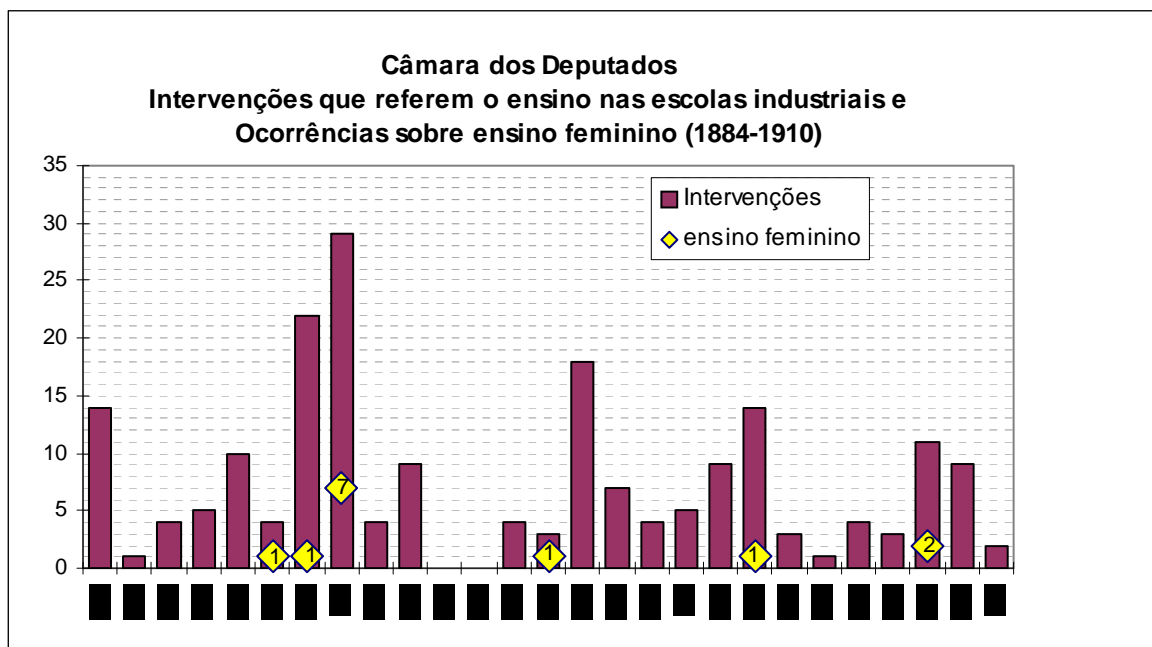
O Gráfico 22, não só confirma o reduzido número de intervenções por ano, como revela uma significativa irregularidade na distribuição ao longo dos anos. Com efeito, em 16 dos 27 anos considerados, isto é, em mais de metade (59%) do período considerado, o valor atingido não ultrapassou as 5 intervenções. Em dois dos anos, 1894 e 1895, verifica-se a ausência de ocorrências, o que se explica pela própria conjuntura político-parlamentar, dado que após a dissolução das Cortes em Dezembro de 1893, a actividade da Câmara dos Deputados só viria a regularizar em Janeiro de 1896⁸. Recorde-se, neste contexto, que o Governo de Hintze Ribeiro (22/02/1893–07/02/1897)

⁷ Os dados relativos a este levantamento constam do Quadro 10.1. no Anexo 10.

⁸ Apesar das eleições de Abril de 1894, a nova Legislatura apenas funcionaria cerca de dois meses (entre 01/10/1894 e 28/11/1894) e as Cortes voltariam a ser dissolvidas em Março de 1895 sem convocação de eleições, as quais só se viriam a realizar em Novembro daquele ano.

restringiu ao máximo a actividade do poder legislativo. Nos restantes 14 anos, o número de intervenções permanece reduzido.

GRÁFICO 22



FONTE: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884-1910.

Observa-se, pela leitura do gráfico, que apenas se destacam cinco anos (1884, 1890, 1891, 1898 e 1903) com um valor próximo ou superior a 15 intervenções anuais. O primeiro, de 1884, foi o ano de criação das escolas industriais. Os anos de 1890 e de 1891 ostentam os valores mais elevados e constituem mesmo um caso singular em todo o período, não só pela sua sequencialidade, como pelo facto de, em conjunto, contabilizarem um quarto do total de intervenções registadas. Sobressaem, depois, os anos de 1898 e de 1903. Apesar da leitura do gráfico poder sugerir algumas linhas tendenciais, por exemplo, ascendente entre 1886 e 1891, descendente entre 1898 e 1900, novamente ascendente entre 1900 e 1903, o facto de se estar perante valores absolutos muito baixos, o que significa um maior peso das contingências casuísticas, não permite atribuir-lhes relevância.

Mais significativos se afiguram os contextos que podem ter favorecido, num panorama global pautado praticamente pelo silêncio no que respeita ao ensino nas escolas industriais, a emergência de um maior número de intervenções naqueles anos específicos. Igualmente dispersas, mas ainda em menor número, são as intervenções que referem o ensino feminino nas escolas industriais. Coincidentemente, o valor mais

elevado regista-se no ano de 1891, situação que merece uma análise mais pormenorizada ao nível de conteúdo.

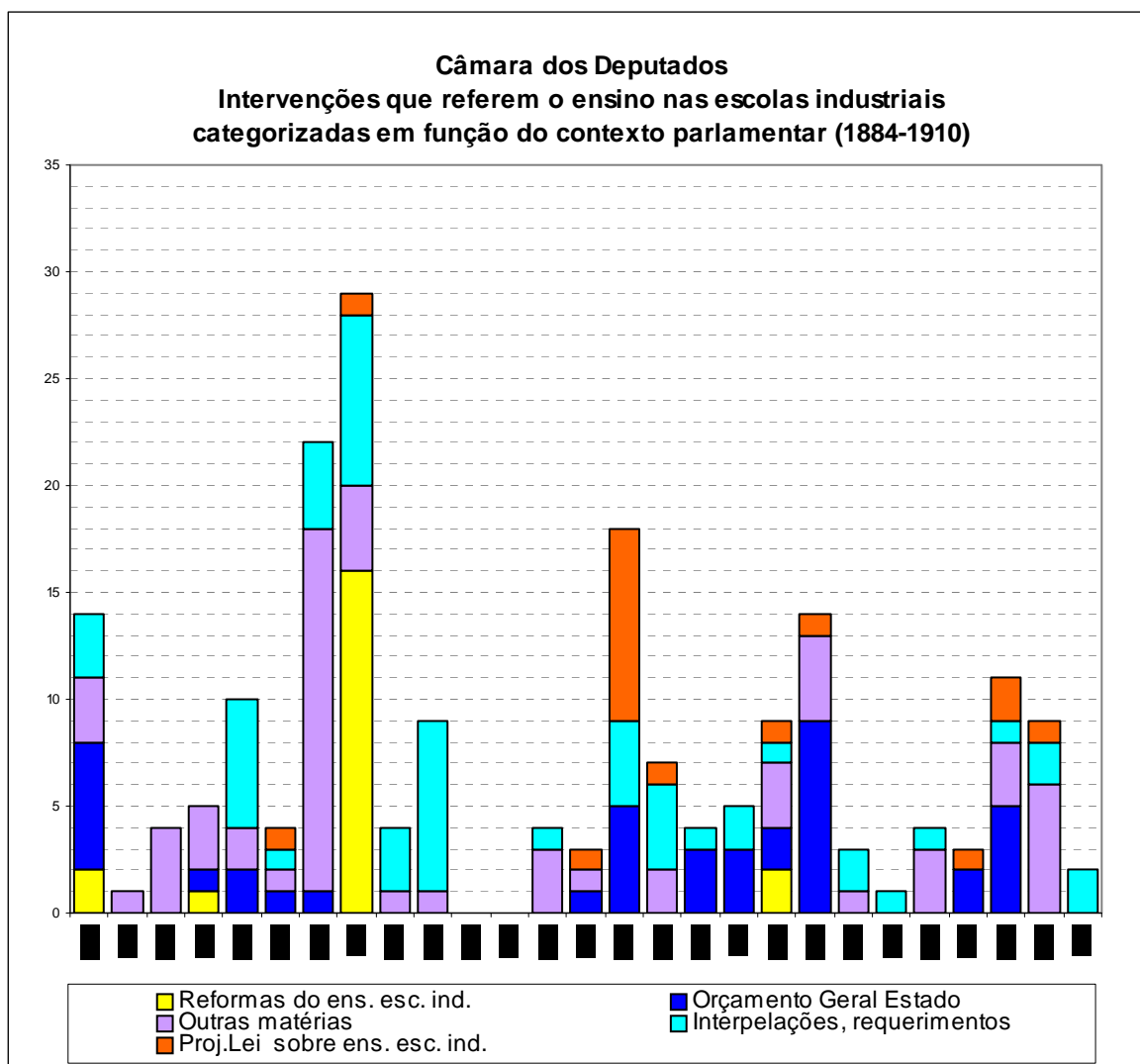
Tendo em conta os anos que somaram mais intervenções, uma primeira hipótese explicativa que se pode colocar é a de coincidirem com as reformas que reorganizaram o ensino em questão. Com efeito, em 1884 deu-se a criação e respectiva regulamentação das escolas industriais e de desenho industrial, por António Augusto Aguiar. O ano de 1891 coincidiu com a reforma do ensino industrial de João Franco e o ano de 1898 sucede de imediato à reforma de Augusto José da Cunha, publicada em Dezembro do ano anterior. A reforma e respectiva regulamentação do ensino industrial de Emídio Navarro, em 1886 e em 1888, respectivamente, bem como a organização dos cursos das escolas industriais de Bernardino Machado, em 1893, e a reforma de Manuel Francisco de Vargas, em 1901, não se reflectiram de forma tão significativa no debate parlamentar, embora tenham suscitado um ligeiro acréscimo das intervenções na Câmara dos Deputados. Em contrapartida, em 1903, ano em que se verificaram 14 intervenções, não ocorreu qualquer reorganização do ensino em análise. Não existe, pois, uma correlação directa entre o número de intervenções e as reformas. Cabe à análise qualitativa aferir quais os problemas levantados pelos deputados e ministros que tomaram a palavra na Câmara dos Deputados, bem como o tipo e o grau de relação com o conteúdo de determinadas reformas.

A fim de identificar os assuntos que contextualizaram as referências ao ensino nas escolas industriais na Câmara dos Deputados, organizaram-se as intervenções em cinco categorias temáticas, definidas a partir dos casos apurados:

- discussão de reformas do ensino industrial;
- discussão do Orçamento Geral do Estado;
- discussão de outras matérias⁹;
- apresentação e/ou discussão de projectos de lei de iniciativa parlamentar sobre o ensino nas escolas industriais;
- interpelações, perguntas, propostas, notificação de avisos, de requerimentos e de representações feitas por deputados e respostas de ministros nos casos em que sucederam.

⁹ A título exemplificativo apontam-se, entre outras, as discussões relativas aos problemas económico-financeiros do país, às vias de comunicação, às taxas de contribuição industrial, à pauta aduaneira, projectos de lei relativos a matérias de outros ministérios.

GRÁFICO 23



FONTE: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884-1910.

O Gráfico 23 distribui, anualmente, as intervenções parlamentares pelas diversas categorias mencionadas. Verifica-se que algumas categorias estão presentes ao longo de todo o período ou de grande parte dele, enquanto que outras estão associadas a anos específicos. No primeiro caso estão as de "discussão de outras matérias", bem como "interpelações, perguntas, propostas, notificação de avisos, de requerimentos e de representações feitas por deputados e respostas de ministros nos casos em que sucederam", qualquer delas assinalada em 19 dos 27 anos considerados, e, ainda, a "discussão do OGE", presente em cerca de metade dos anos. No segundo caso temos as categorias "apresentação e/ou discussão de projectos de lei de iniciativa parlamentar sobre o ensino nas escolas industriais", com forte incidência num dos anos (1898) e com

expressão mínima nos restantes nove anos em que ocorre. Já a "discussão de reformas do ensino industrial" é, inquestionavelmente, a menos representativa, pois ocorre apenas em 4 dos anos com forte destaque para um deles, o de 1891.

Uma análise mais particular dos anos que apresentam maior número de intervenções permite constatar que, dos três anos coincidentes ou subsequentes à publicação de reformas (1884, 1891 e 1898), apenas o de 1891 regista forte expressão da categoria "discussão de reformas do ensino industrial". Em 1884 os usos da palavra concentraram-se, sobretudo, durante a discussão do OGE e, em 1898, não há, sequer, debate da reorganização e regulamento do ensino nas escolas industriais publicados em Dezembro de 1897. Neste último ano, as intervenções dos deputados surgem, de modo evidente, agregadas a "projectos de lei de iniciativa parlamentar sobre o ensino nas escolas industriais", ocorrendo as restantes na "discussão do OGE" ou a propósito de "interpelações, requerimentos...". Estes dados são consonantes com a forte incidência de projectos concretos, de criação de escolas industriais ou de alargamento da oferta curricular e oficial nos estabelecimentos já existentes, apresentados pelos deputados, em defesa dos interesses locais.

As iniciativas parlamentares, na sua maior parte de carácter pontual, emergiram, sobretudo, como atrás se teve ocasião de sublinhar, nos períodos subsequentes às reformas sobre o ensino nas escolas industriais decretadas pelos governos sem prévia discussão parlamentar¹⁰. A reforma de João Franco, de 1891, provocou particular celeuma, em virtude de ter retraído a rede escolar, quer suprimindo algumas escolas, quer reduzindo o currículo de outras. O primeiro semestre de 1898, na sequência da reforma publicada em Dezembro do ano anterior, foi, também, fértil em propostas tendentes a alargar ou melhorar a rede escolar a nível local. Os projectos de lei sobre o ensino industrial apresentados em 1898 referem-se, na sua totalidade, às escolas e reflectem o sentido de oportunidade de alguns deputados, que, baseados na possibilidade prevista na reforma de 1897, tentam, por via parlamentar, alargar ou reforçar a oferta escolar nas regiões que representam.

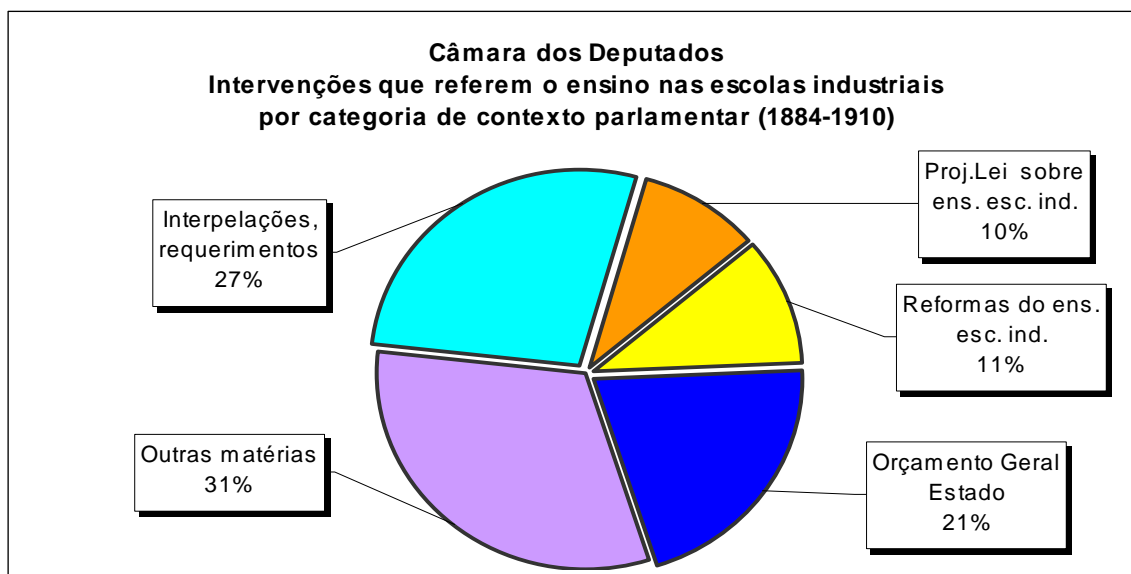
Em relação aos restantes dois anos que registaram maior número de intervenções e nos quais não se verificaram reformas do ensino nas escolas industriais, destaca-se o ano de 1890, com o segundo valor mais elevado do total de registos. Neste ano, as alusões à matéria em estudo integram-se, na sua maior parte, na categoria "discussão de outras matérias". Não se verifica, pois, uma coincidência temática justificativa da

¹⁰ Ver capítulo 4.1..

ocorrência, em dois anos consecutivos, 1890 e 1891, de um elevado número de referências ao ensino nas escolas industriais nas intervenções parlamentares. Em 1903 é sobretudo o número de vezes em que foi abordado o ensino industrial no contexto de discussão do OGE que explica o destaque deste ano.

A leitura do gráfico permite, ainda, observar que as "interpelações, requerimentos..." foram mais utilizadas entre 1888 e 1893 (60% do total desta categoria) e que a maioria (56%) das intervenções no contexto da "discussão do OGE" se concentra nos finais da década de noventa e nos primeiros anos de 1900. A prevalência das preocupações orçamentais, a partir de 1890, decorreu da convergência do contexto de crise, que se vivia a nível nacional, com o pesado ónus financeiro que o ensino nas escolas industriais implicava para as despesas públicas, dadas as características centralizadoras do sistema e a falta de iniciativas privadas a nível local.

GRÁFICO 24



FONTE: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884-1910.

O Gráfico 24 apresenta a distribuição do total de intervenções que referem o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, apuradas entre 1884 e 1910, pelas categorias temáticas atrás definidas. Confirma-se que a maioria (58%) ocorreu em dois contextos, o de "discussão de outras matérias" e o de "interpelações, requerimentos...". As ocasiões em que no contexto da "discussão do OGE" foi referido aquele ensino, apesar de se distribuírem, como atrás se apontou, por todo o período considerado, representam apenas um quinto do total. Sublinhe-se que a discussão das reformas

daquela modalidade de ensino foi muito reduzida, o que sugere a escassa importância atribuída à matéria nos debates parlamentares. Uma parte significativa dos projectos de lei de iniciativa parlamentar, como já se apurou, não versava os objectivos ou organização do ensino industrial, mas contemplava, tão-só, questões particulares da rede escolar¹¹.

O ensino nas escolas industriais e de desenho industrial revelou-se um assunto secundário na Câmara dos Deputados e as referências ao ensino feminino têm uma expressão muito reduzida. A criação das escolas e a sua sucessiva reorganização decorreram sempre da iniciativa dos executivos ministeriais e nunca foram subordinadas a debate prévio no hemiciclo. A distribuição das intervenções entre 1884 e 1910 é marcada pela irregularidade, com o visível destaque de alguns anos, sobretudo na sequência da publicação de reformas, que registam maior número de intervenções. As tomadas de palavra sobre esta temática sucedem em distintos contextos de debate parlamentar, sendo que o da "discussão das reformas" daquela modalidade de ensino não tem expressão significativa. É sobretudo no quadro da "discussão de outras matérias" ou de questionamentos ou contestações, através de "interpeleções, requerimentos...", ou seja, por via de actos pontuais, que o ensino nas escolas industriais vai marcando presença no decurso das actividades parlamentares.

Apesar da reduzida expressão quantitativa das intervenções parlamentares que incidem sobre a organização geral do ensino industrial, procurar-se-á apreender, pela análise do conteúdo dos discursos proferidos, o modo como aquela modalidade de ensino, em plena expansão nos outros países da Europa e nos EUA, era ponderada no quadro nacional, bem como as sensibilidades manifestadas face à formação profissional feminina.

7.1.2. Os debates sobre a organização do ensino industrial nas escolas

Quatro dos nove diplomas de reforma geral ou de organização e regulamentação do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial foram promulgados em períodos de actividade parlamentar, como se pode verificar pela leitura do Quadro XXVI.

As medidas legislativas enumeradas devem-se, de forma bastante equilibrada, a governos regeneradores e progressistas, os primeiros responsáveis por cinco dos diplomas e os segundos por quatro¹². Dos cinco diplomas publicados em período de

¹¹ Ver capítulo 4.1..

¹² De iniciativa de governos regeneradores são o decreto de 03/01/1884, a portaria de 06/05/1884 e os decretos

interrupção dos trabalhos parlamentares, três são de governos regeneradores e dois de progressistas. Estes dados sugerem que, quer o interesse pelo desenvolvimento do ensino industrial, quer as estratégias políticas utilizadas pelos governos para legislar sobre a matéria são transversais aos partidos no poder, independentemente das orientações políticas inscritas nos objectivos e conteúdos das reformas estatuídas.

QUADRO XXVI

Contexto parlamentar e governamental das reformas do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial

ANO	DIPLOMA	CÂMARA DOS DEPUTADOS		GOVERNO EM EXERCÍCIO
		<i>período de funcionamento</i>	<i>período de interrupção</i>	
1884	Criação das escolas industriais e de desenho industrial (A. A. Aguiar)	III sessão da 24 ^a legislatura		Regenerador
1884	Regulamento Geral das escolas industriais e de desenho industrial (A. A. Aguiar)	III sessão da 24 ^a legislatura		Regenerador
1886	Plano de organização do ensino industrial e comercial (Emídio Navarro)		entre as 25 ^a e 26 ^a legislaturas	Progressista
1888	Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial (Emídio Navarro)	II sessão da 26 ^a legislatura		Progressista
1891	Reorganização do ensino industrial (João Franco)	II sessão da 28 ^a legislatura		extra-partidário com apoio do Partido Regenerador
1893	Organização dos cursos das escolas industriais (Bernardino Machado)		entre as 29 ^a e 30 ^a legislaturas	Regenerador
1897	Reorganização das escolas industriais e de desenho industrial		entre as I e II sessões da 32 ^a legislatura	Progressista
1897	Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial (Augusto José da Cunha)		entre as I e II sessões da 32 ^a legislatura	Progressista
1901	Organização do ensino elementar industrial (Manuel Francisco de Vargas)		entre as 34 ^a e 35 ^a legislaturas	Regenerador

FONTES: Decreto de 03/01/1884, *Diário do Governo* n^o5 de 07/01/1884; Portaria de 06/05/1884, *Ibidem*, n^o103 de 07/05/1884; Decreto de 30/12/1886, *Ibidem*, n^o34 de 14/02/1887; Decreto de 23/02/1888, *Ibidem*, n^o44 de 24/02/1888; Decreto de 08/10/1891, *Ibidem*, n^o227 de 09/10/1891; Decreto de 05/10/1893, *Ibidem*, n^o226 de 06/10/1893; Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*, n^o283 de 15/12/1897; Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*, n^o283 de 15/12/1897; Decreto de 24/12/1901, *Ibidem*, n^o295 de 30/12/1901. Legislaturas e governos em exercício organizados com base em SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional... op. cit.*

Como atrás se salientou, nenhuma das reformas, antes ou depois da sua

de 05/10/1893 e de 24/12/1901; o decreto de 09/10/1891 é produto de um governo extra-partidário com apoio do Partido Regenerador; a governos progressistas devem-se os decretos de 30/12/1886, de 23/02/1888 e de 15/12/1897.

promulgação, foi colocada à discussão, pelo Governo, na Câmara dos Deputados, fosse qual fosse a conjuntura da actividade parlamentar. Do mesmo modo, os diplomas que definiram aspectos específicos, em especial a criação de escolas, a definição dos seus currículos e dos programas das diferentes disciplinas, o funcionamento das oficinas, o recrutamento e vencimentos do pessoal docente e não docente e o serviço de inspecção, saíram em períodos de interrupção de actividade parlamentar¹³.

Do conjunto de reformas atrás referido, as únicas que suscitaram ulteriormente algum debate na Câmara foram a da criação das escolas industriais e de desenho industrial de *António Augusto Aguiar*, em 1884, referida por alguns deputados em comunicações ou interpelações ao Governo, as quais, todavia, não lograram suscitar grande discussão, e a de João Franco, decretada em 1891¹⁴. A discussão desta última constituiu um caso singular, pois revestiu-se de maior formalidade ao ser agendada na Ordem do Dia de uma série de sessões da Câmara dos Deputados, na sequência de uma interpelação do deputado José Júlio Rodrigues.

Sobre a organização global do ensino nas escolas industriais, apenas se registaram, entre 1884 e 1910, dois projectos de lei de iniciativa parlamentar. A discussão do Orçamento Geral do Estado proporcionou, com significativa regularidade ao longo de todo o período considerado, referências a esta modalidade de ensino.

7.1.2.1. As reacções às reformas decretadas pelos governos

O decreto de 3/01/1884, de António Augusto Aguiar, que estabeleceu as escolas industriais e de desenho industrial foi precedido pela criação dos Museus Industriais e Comerciais em finais do mês de Dezembro¹⁵. Nenhum dos diplomas foi colocado à discussão na Câmara dos Deputados, apesar desta se encontrar em pleno funcionamento durante o período governativo referido¹⁶.

Raras foram as reacções imediatas ao decreto de 3 de Janeiro por parte dos deputados. Uns dias depois, Elias Garcia criticou o facto de tal reforma não ter sido discutida na Câmara, considerando que mereceria, certamente, o acordo de todos os quadrantes políticos. Mariano de Carvalho fez, também, saber que pretendia interpelar o

¹³ A identificação destes diplomas encontra-se sistematizada no Anexo 3.

¹⁴ Cf. *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1891, sessões de 15, 16, 18, 19, 21, 23, 28 e 29 de Dezembro.

¹⁵ Cf. Decretos de 03/01/1884, *Diário do Governo* nº 5 de 07/01/1884 e de 24/12/1883, *Ibidem*, nº 297 de 31/12/1883.

¹⁶ A II sessão da 24ª legislatura abriu em 02/01/1883 e encerrou em 29/12/1883. A abertura da III sessão da 24ª legislatura foi em 02/01/1884.

ministro das Obras Públicas sobre o assunto, intento que não chegou a concretizar¹⁷. No final do mês, no contexto da discussão da reforma eleitoral, a criação daquelas escolas foi citada como uma excelente medida de promoção da regeneração económica do país, por Marçal Pacheco, mas os restantes deputados não replicaram¹⁸. O processo de revisão eleitoral, tornado premente para os partidos Regenerador e Progressista após a forte expressividade da votação republicana, registada em 1881, mobilizou o debate dos deputados entre a apresentação da proposta de reforma de Fontes Pereira de Melo, em Dezembro de 1883, e a sua aprovação, no mês de Maio de 1884, secundarizando outros assuntos, como foi o caso da concretização do ensino em escolas industriais¹⁹.

Bernardino Machado foi o único deputado que, embora felicitando o ministro das Obras Públicas pela criação de uma escola industrial e de oito escolas de desenho industrial, expressou a sua discordância face ao modelo adoptado, criticando o governo por tal medida não ter sido discutida previamente na Câmara²⁰. Observe-se, no entanto, que só o fez durante a discussão do orçamento, iniciada a 21 de Março. António Augusto Aguiar retorquiu-lhe, porém, que se "*tivesse proposto à câmara um pensamento completo sobre a reforma do ensino industrial talvez a esta hora nada tivesse conseguido; mas o meu pensamento incompleto já passou no orçamento, e daqui a algum tempo teremos escolas de desenho, e mais tarde escolas de ensino industrial*"²¹.

O diploma viria a ser, circunstancialmente, posto em causa nos dois anos seguintes. Em 1885, Souto Rodrigues defendeu que a criação das escolas de agricultura era mais urgente do que a das industriais ou do que o estabelecimento do ensino primário de artes e ofícios. No ano seguinte, Elvino de Brito contestou, junto do novo Ministro das Obras Públicas, Tomás António Ribeiro Ferreira, a legalidade do decreto de 3 de Janeiro de 1884 e das verbas que desde então tinham sido afectadas às escolas

¹⁷ Cf. Intervenções de Elias Garcia, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1884, sessão de 12 de Janeiro, pp. 41-42, e de Mariano de Carvalho, *Ibidem*, sessão de 14 de Janeiro, p. 46; AHMOP, Fundo do MOPCI, Repartição Central, *Correspondência recebido da Câmara dos Deputados*, Ofício nº 18 da Direcção Geral das Repartições da Câmara dos Senhores Deputados, 1ª Repartição, 2ª secção, de 15/01/1884, para o Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas Comércio e Indústria.

¹⁸ Cf. Intervenção de Marçal Pacheco, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1884, sessão de 28 de Janeiro, p. 153.

¹⁹ Cf. MÓNICA, Maria Filomena, "As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910", *Análise Social*, vol. XXXI, nº 139, 1996, pp. 1039-1084. A reforma aprovada em 21/05/1884 introduziu o sistema de representação proporcional e, segundo a autora, "*as eleições passaram a ser «cozinhadas» em Lisboa*" (p. 1062).

²⁰ Cf. Intervenção de Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1884, sessão de 22 de Março, pp. 810-812.

²¹ Intervenção do Ministro das Obras Públicas (A. A. Aguiar), *Ibidem*, 1884, sessão de 22 de Março, p. 814.

industriais²². O ministro fundamentou a legalidade do decreto com base nas disposições constantes do decreto de 1852, que criou o ensino industrial, e nos diplomas subsequentes, e declarou que, se dispusesse de meios, "ia semear largamente essas escolas pelo país"²³. Caberia, porém a Emídio Navarro, que lhe sucedeu na pasta das Obras Públicas, a concretização do alargamento deste ensino.

Foi durante o período de governação de Emídio Navarro que mais medidas concretas para o desenvolvimento do ensino nas escolas industriais se produziram²⁴. Este ministro criou 10 escolas de desenho industrial, converteu 5 em escolas industriais e introduziu o ensino profissional nas escolas, tendo criado e regulamentado oficinas em 10 escolas, entre as quais a oficina de Lances Femininos da escola *Marquês de Pombal*²⁵. O Plano de Organização do ensino industrial e comercial, de 1886, e o Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial, de 1888, ambos de sua autoria, passaram despercebidos na Câmara dos Deputados, à semelhança do que acontecera com o Regulamento Geral das escolas industriais e de desenho industrial, assinado por António Augusto Aguiar, no mês de Maio de 1884²⁶. A Organização dos cursos professados nas escolas industriais, de 1893, de Bernardino Machado, bem como a Organização e o Regulamento das escolas industriais e de desenho industrial, de 1897, de Augusto José da Cunha, não lograram, tão pouco, suscitar o interesse do hemiciclo²⁷.

A reforma de João Franco, decretada em 8 de Outubro de 1891, foi a única, como atrás se referiu, que proporcionou um debate mais continuado na Câmara dos Deputados²⁸. Em finais do mês de Novembro, José Júlio Rodrigues requereu ao MOPCI documentos relativos às despesas com o ensino técnico e apresentou ao respectivo ministro duas notas de interpelação, uma sobre a reforma em geral e outra, mais específica, sobre a supressão da escola de Angra do Heroísmo²⁹. Estas interpelações

²² Cf. Intervenção de Souto Rodrigues, *Ibidem*, 1885, sessão de 19 de Junho, p. 2423; intervenções de Elvino de Brito, *Ibidem*, 1886, sessão de 27 de Janeiro, p. 222, e sessão de 3 de Fevereiro, p. 289.

²³ Intervenção do Ministro das Obras Públicas (Tomás Ribeiro), *Ibidem*, 1886, sessão de 3 de Fevereiro, p. 290.

²⁴ Emídio Navarro esteve à frente do MOPCI entre 20/02/1886 e 23/02/1889.

²⁵ Emídio Navarro criou as escolas de desenho industrial de Peniche, Bragança, Figueira da Foz, Viana do Castelo, Vila Real, Faro, Leiria, Setúbal, Matosinhos e Funchal; converteu em industriais as escolas das Caldas da Rainha, Faria Guimarães no Porto-Bonfim, Marquês de Pombal em Lisboa-Alcântara, Braga e Coimbra; criou e/ou regulamentou as oficinas das escolas de Portalegre, Gil Vicente em Lisboa-Belém, Afonso Domingos em Lisboa-Xabregas, Marquês de Pombal em Lisboa-Alcântara (incluindo a oficina de Lances Femininos), Torres Novas, Tomar, Caldas da Rainha, Covilhã, Peniche e Guimarães.

²⁶ Cf. Portaria de 06/05/1884, *Diário do Governo*, nº 103 de 07/05/1884; Decreto de 30/12/1886, *Diário do Governo*, nº 34 de 14/02/1887; Decreto de 23/02/1888, *Diário do Governo*, nº 44 de 24/02/1888.

²⁷ Cf. Decreto de 05/10/1893, *Diário do Governo*, nº 226 de 06/10/1893; Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo*, nº 283 de 15/02/1897.

²⁸ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891. O decreto foi promulgado em pleno exercício da II sessão da 28ª legislatura.

²⁹ Cf. Requerimento ao Ministério das Obras Públicas e Notas de Interpelação, 1ª e 2ª, de José Júlio Rodrigues,

foram colocadas à discussão na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados entre 15/12/1891 e 29/12/1891, verificando-se, mesmo, que, por requerimento de Eduardo José Coelho, aprovado pela Câmara em 19 de Dezembro, a interpelação foi generalizada, ou seja, passaram a poder intervir no debate todos os deputados que assim o pretenderam³⁰.

Assinale-se, no entanto, que esta matéria foi abordada na Câmara em ordem do dia, não por ser considerada prioritária, mas porque não estava agendado qualquer assunto considerado relevante. Frederico Laranjo comenta no último dia de discussão que "*encerra-se hoje o parlamento e se não fossem as interpelações apresentadas pela minoria progressista, não teria havido nada que fazer*"³¹. No dia anterior, face à apresentação da proposta de lei do governo sobre a pauta aduaneira, Dias Costa afirmara que "*sendo agora as circunstâncias um pouco diferentes daquelas em que se iniciou o debate relativo ao ensino técnico, porque então nenhum projecto importante estava dado para ordem do dia, (...) a oposição progressista estava resolvida a pôr de parte a discussão deste assunto, para ocupar-se do projecto da reforma das pautas*"³². A razão invocada não foi, sequer, a da prioridade dos assuntos, mas tão-só que um projecto importante tinha surgido, ficando claramente expressa a reduzida importância atribuída ao tema do ensino industrial.

A reforma foi pouco questionada nos seus objectivos e/ou nos aspectos mais significativos da reorganização do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial. Esta atitude foi aproveitada pelos defensores do governo, como Carlos Lobo d'Ávila: "*que melhor elogio da sua reforma do que o discurso do Sr. Eduardo José Coelho (...) [que] nada pôde dizer contra o plano desse decreto, contra a organização do ensino técnico ali estabelecida?*"³³. Apenas o discurso de José Júlio Rodrigues, cuja versão integral, porém, não chegou a ser entregue, parece ter abordado a reforma em múltiplos aspectos, como se pode inferir do texto publicado e das referências que a ele fazem o

Diário da Câmara dos Senhores... op. cit., 1891, sessão de 30 de Novembro, p. 3; uma semana mais tarde o deputado volta a instar o MOPCI para que lhe remeta os documentos pedidos, cf. Intervenção de José Júlio Rodrigues, *Ibidem*, 1891, sessão de 9 de Dezembro, p. 2. A polémica específica em torno da escola de Angra foi já analisada no capítulo 4.1.1.. José Júlio Rodrigues era deputado pelo Partido Progressista.

³⁰ Cf. *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessões de 15, 16, 18, 19, 21, 23, 28 e 29 de Dezembro; requerimento de Eduardo José Coelho, *Ibidem*, 1891, sessão de 19 de Dezembro, p. 21. Eduardo José Coelho era deputado pelo Partido Progressista.

³¹ Intervenção de Frederico Laranjo, *Ibidem*, 1891, sessão de 29 de Dezembro, p. 9. Frederico Laranjo era deputado pelo Partido Progressista.

³² Intervenção de Dias Costa, *Ibidem*, 1891, sessão de 28 de Dezembro, p. 9. Francisco Felisberto Dias Costa era deputado pelo Partido Progressista.

³³ Intervenção de Carlos Lobo d'Ávila, *Ibidem*, 1891, sessão de 21 de Dezembro, p. 12.

ministro e os deputados que o refutam³⁴.

A maior parte das questões colocadas incidiu, no essencial, sobre algumas repercussões concretas e imediatas do decreto, em especial a decisão de suprimir ou simplificar algumas escolas³⁵. Norteados pela necessidade de reduzir despesas, João Franco optou por suprimir as escolas "*de cujo ensino tinha as piores informações, e que, sendo de recente data, não representavam, desaparecendo, a quebra de uma tradição*"³⁶, definindo como prioridade dotar as restantes escolas de oficinas bem equipadas "*em harmonia com as indústrias da localidade*"³⁷, pois "*o ensino profissional e técnico não pode ser perfeito, desde que não tenha as oficinas indispensáveis*"³⁸. No mesmo sentido, de fomentar o ensino manual em detrimento de uma mera formação de carácter geral e semelhante à que era ministrada nos liceus, foi justificada a eliminação de disciplinas de algumas escolas, que viram o currículo reduzido. O deputado Adriano Monteiro, nas suas intervenções a favor da reforma, que ele considerou ter atingido o duplo objectivo de reduzir as despesas públicas sem desorganizar o ensino técnico, teceu críticas severas à anterior reforma de Emídio Navarro, acusando-o de ter criado escolas arbitrariamente, apenas para nomear pessoal de entre os seus conhecidos³⁹.

José Eduardo Coelho, quando interveio, iniciou uma nova celeuma, pois acusou o governo de não estar autorizado para proceder a uma reforma do ensino industrial e profissional, ou seja, pôs em causa a própria legalidade do decreto⁴⁰. A argumentação centrou-se em torno dos limites de actuação a que o governo estava sujeito, em função da autorização conferida pelas Cortes através do *Bill de Indemnidade* e da *Lei de Meios*, e, ainda, da situação peculiar em que se encontrava o ensino industrial. Referia-se o deputado ao facto deste ensino ter sido integrado, do ponto de vista formal, no novel Ministério de Instrução Pública (MIPBA) e à ambiguidade de uma reforma que era assinada por João Franco, a um tempo ministro do MOPCI e ministro interino do

³⁴ Cf. intervenções José Júlio Rodrigues, *Ibidem*, 1891, sessão de 15 de Dezembro, p. 16, sessão de 16 de Dezembro, pp. 6-7, sessão de 18 de Dezembro, pp. 5-6; Ministro das Obras Públicas, Franco Castelo Branco, *Ibidem*, sessão de 18 de Dezembro, pp. 6-7, sessão de 19 de Dezembro, pp. 10-21; Carlos Lobo d'Ávila, *Ibidem*, sessão de 21 de Dezembro, pp. 12-14; Adriano Monteiro, *Ibidem*, sessão e apêndice à sessão de 28 de Dezembro, pp. 9 e 11-15, sessão e apêndice à sessão de 29 de Dezembro, pp. 8-9 e 13-20.

³⁵ Ver capítulo 4.1.1..

³⁶ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Franco Castelo Branco, *Ibidem*, 1891, sessão de 19 de Dezembro, p. 17.

³⁷ *Ibidem*, p. 18.

³⁸ *Ibidem*, p. 15.

³⁹ Cf. intervenções de Adriano Monteiro, *Ibidem*, 1891, apêndice às sessões de 28 de Dezembro, pp. 11-15 e de 29 de Dezembro, pp. 13-20.

⁴⁰ Cf. Intervenção de Eduardo José Coelho, *Ibidem*, 1891, sessão de 21 de Dezembro, pp. 9-12.

MIPBA⁴¹. Curiosamente, após a extinção deste ministério, Mateus de Azevedo, o único deputado a intervir na Câmara sobre o regresso formal do ensino industrial para a tutela do MOPCI, limitou-se a observar que o decreto também deveria ter sido assinado pelo ministro das Obras Públicas⁴².

O deputado progressista Francisco José Machado, que apenas falou uma vez ao longo das sessões em que decorreu este debate, revelou uma atitude singular. No último dia em que se discutia a reforma de João Franco, o deputado tomou a palavra, antes da *Ordem do Dia*, para colocar ao ministro das Obras Públicas um problema específico da escola de desenho industrial de Peniche e das rendeiras da respectiva oficina, mas não questionou, nem tão-pouco mencionou o decreto, mantendo-se à margem do respectivo debate⁴³. Sublinhou que o novo professor colocado naquela escola não se adequava à especificidade dos cursos nela ministrados e que o atraso no pagamento dos salários às aprendizas da oficina era assaz prejudicial, dada a miséria daquelas famílias. Esta intervenção de Francisco Machado integra-se na defesa sistemática, que empreendeu, enquanto deputado, em prol da escola de Peniche e das fabricantes de rendas, como atrás se evidenciou⁴⁴. O que provoca perplexidade é o facto do deputado não ter articulado as duas medidas de João Franco respeitantes à escola de Peniche (suspensão do pagamento dos subsídios às aprendizas e colocação do professor), com as orientações gerais contidas no decreto de reforma em debate, abstendo-se de contribuir, de forma directa, para avolumar as críticas que os seus colegas de partido sustentavam contra o mesmo.

A última reforma do ensino nas escolas industriais promulgada durante o regime monárquico, decretada por Manuel Francisco de Vargas, em 1901, mereceu apenas um comentário no contexto da discussão sobre o uso que, no período de interrupção das cortes, o governo fizera das autorizações parlamentares que lhe tinham sido concedidas⁴⁵. Rodrigues Nogueira, tendo requerido anteriormente informações sobre o ensino industrial, nomeadamente relatórios que tivessem servido de base à reforma, fez

⁴¹ A Carta de Lei de 07/08/1890 autorizou a Organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e Belas Artes, cuja regulamentação foi decretada em 22/08/1890. O MIPBA, criado por decreto de 05/04/1890, viria a ser extinto por decreto de 03/03/1892. Cf. Intervenções de Eduardo José Coelho e Carlos Lobo d'Ávila, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 21 de Dezembro, pp. 9-12 e 12-14, respectivamente; Dias Costa, *Ibidem*, sessão de 23 de Dezembro, pp. 10-12.

⁴² Cf. Intervenção de Mateus de Azevedo, *Ibidem*, 1892, sessão de 7 de Março, p. 5.

⁴³ Cf. intervenção de Francisco José Machado, *Ibidem*, 1891, sessão de 29 de Dezembro, pp. 4-5.

⁴⁴ Ver capítulos 6.2.1.2. e 6.2.2..

⁴⁵ Cf. Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo*, nº 295 de 30/12/1901. As Cortes tinham sido dissolvidas em 04/06/1901 e a nova legislatura, resultante das eleições realizadas no mês de Outubro, iniciou os seus trabalhos em 02/01/1902.

uma apreciação crítica do conteúdo do decreto⁴⁶. Considerou que não tinham sido cumpridos os objectivos apregoados, a saber, "*a elasticidade dos programas e a plasticidade da organização*"⁴⁷ e que não tinha sido feita qualquer reorganização profunda do ensino industrial. Segundo aquele deputado, o ministro limitara-se a acrescentar no título da reforma o qualificativo de elementar, pois os programas mantinham-se iguais aos de finais da década de oitenta e, sobretudo, nada tinha sido acrescentado à vertente profissional. Acusa, por fim, o ministro das Obras Públicas de ter excedido as autorizações parlamentares ao gerar, com a nova reforma, um inevitável aumento de despesas, mormente com as previstas nomeações definitivas de professores em situação de provimento temporário.

Em defesa do decreto vituperado, argumentou Rodrigues Monteiro, elogiando o alcance da reforma, cujas medidas, na sua opinião úteis e justas, permitiriam aperfeiçoar aquele ensino⁴⁸. Em relação à questão financeira colocada, objecta que o orçamento do MOPCI deve ser analisado no seu todo, de modo a identificar os sectores em cuja melhoria se investiram mais verbas em detrimento de outros considerados de menor importância. Estas considerações encerraram o assunto, tanto mais que os sectores de obras públicas, estradas e caminhos-de-ferro facilmente monopolizaram a discussão sobre a acção do MOPCI.

Do conjunto de estadistas responsáveis, enquanto ministros das Obras Públicas, por reformas do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, António Augusto Aguiar e Emídio Navarro foram os que suscitaram, na Câmara dos Deputados, maior número de intervenções elogiosas sobre o seu contributo para o desenvolvimento daquele ensino⁴⁹. Em contrapartida, as referências abonatórias à acção de João Franco, de António José da Cunha e de Manuel Francisco Vargas foram raras⁵⁰.

Emídio Navarro surge, incontestavelmente, como a figura que reúne maior consenso no meio parlamentar. As suas medidas de promoção do ensino industrial, enquanto ministro das Obras Públicas, são amplamente louvadas e a notícia da sua

⁴⁶ Cf. Requerimento de A. R. Nogueira, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1902, sessão de 17 de Janeiro, p. 7 e intervenção de Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, sessão de 22 de Fevereiro, pp. 7-8.

⁴⁷ Intervenção de Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, 1901, sessão de 22 de Fevereiro, p. 7.

⁴⁸ Cf. Intervenção de Rodrigues Monteiro, *Ibidem*, 1902, sessão de 22 de Fevereiro, pp. 8-9.

⁴⁹ Cf. Intervenções de Eduardo Villaça, *Ibidem*, 1888, sessão de 9 de Maio, p. 1531; Francisco Machado, *Ibidem*, 1890, apêndice à sessão de 9 de Julho, pp. 1036H-1036I; Oliveira Matos, *Ibidem*, 1903, Apêndice à sessão de 10 de Março, p. 21; Queirós Ribeiro, *Ibidem*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 8; Moreira de Almeida, *Ibidem*, 1904, sessão de 14 de Outubro, p. 5; Antonino Vaz de Macedo, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, p. 5.

⁵⁰ Cf. Intervenções de Oliveira Matos, *Ibidem*, 1903, Apêndice à sessão de 10 de Março, p. 21; Antonino Vaz de Macedo, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, p. 5.

morte, em 1905, suscitou expressivos votos de sentimento de todos os quadrantes políticos, tendo intervindo, após o Presidente da Câmara, o ministro da Justiça, em representação do governo, e os líderes dos Partidos Progressista, Regenerador e Regenerador-Liberal⁵¹. Cumprida a praxe, vários deputados, na sua maioria progressistas, fizeram questão de homenagear, em nome pessoal, Emídio Navarro, enaltecendo as suas actividades jornalística, parlamentar e governativa, com especial destaque para a fecunda obra de implementação do ensino industrial⁵².

A Câmara dos Deputados não prestou semelhante tributo a António Augusto Aguiar, a quem se deve a criação efectiva das primeiras escolas industriais e de desenho industrial. Para tal terá contribuído o facto do estadista ter falecido em período de interrupção legislativa⁵³. Quatro meses mais tarde, no reinício dos trabalhos parlamentares, Avelar Machado afirmou que Pinheiro Chagas lhe tinha manifestado intenção de propor um voto de sentimento pelo falecimento de António Augusto Aguiar, mas o facto é que não se registou qualquer homenagem no hemiciclo⁵⁴.

7.1.2.2. Os Projectos de Lei de iniciativa parlamentar

Sobre a organização ou funcionamento global do ensino nas escolas industriais, foram apresentados dois únicos Projectos de Lei de iniciativa parlamentar, ambos enviados às comissões parlamentares, as quais nunca emitiram o respectivo parecer. Não foram, portanto, discutidos na Câmara, e nenhum deles foi alvo, posteriormente, de renovação de iniciativa.

O primeiro, de autoria de João de Paiva e datado de 1891, tinha por finalidade propor medidas que favorecessem o desenvolvimento da indústria nacional, uma das condições de superação da grave crise económica que o país atravessava⁵⁵. O projecto incluía um capítulo sobre reorganização do ensino profissional, a qual foi longamente

⁵¹ Cf. Intervenções de Presidente da Câmara, *Ibidem*, 1905, sessão de 17 de Agosto, p. 3; Ministro da Justiça, Artur Montenegro, *Ibidem*, p. 3; António Cabral, *Ibidem*, p. 3; Pereira dos Santos, *Ibidem*, p. 4; Martins de Carvalho, *Ibidem*, sessão de 21 de Agosto, p. 3.

⁵² Cf. Intervenções de Pereira Lima, *Ibidem*, 1905, sessão de 17 de Agosto, p. 4; Carlos Ferreira, *Ibidem*, p. 5; ministro dos Negócios Estrangeiros, Eduardo Vilaça, *Ibidem*, p. 5; Paulo Cancela, *Ibidem*, p. 6; Joaquim Telo, *Ibidem*, sessão de 21 de Agosto, p. 3-4; Oliveira Matos, *Ibidem*, p. 4.

⁵³ António Augusto Aguiar morreu em 04/09/1887. A I sessão da 26ª legislatura encerrou a 13/08/1887 e a II sessão só abriu a 02/01/1888.

⁵⁴ Cf. Intervenção de Avelar Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1888, sessão de 11 de Janeiro, p. 65.

⁵⁵ Cf. Projecto de Lei de 16/06/1891 de João de Paiva, *Ibidem*, 1891, sessão de 17 de Junho, pp. 2-19. O projecto entrou na Câmara na sessão de 16 de Junho e teve segunda leitura na sessão de 17 de Junho, tendo sido "remetido à respectiva comissão" (p. 19).

explicitada no respectivo texto introdutório. Propunha-se, para além de adaptações curriculares no ensino primário de acordo com os destinatários – "*precisamos principalmente de industriais, de agricultores, de operários e artistas*"⁵⁶ –, a criação "*em todas as sedes de distrito, e ainda nas cidades ou vilas de mais importância industrial [d]o ensino prático profissional secundário*"⁵⁷, em substituição de alguns liceus e cursos superiores. Globalmente, três áreas de formação destacam-se como prioritárias: a agricultura, a piscicultura e a arte de minas. Este modelo de ensino profissional pretende oferecer uma alternativa ao ensino ministrado nas escolas industriais existentes, considerado demasiado centralizado, pouco disseminado no país e, ainda, suportado por uma vertente teórica excessiva a que faltava o complemento prático das oficinas. A necessidade de escolas de piscicultura foi longamente explanada, pois João de Paiva considerava aquela indústria uma actividade económica de futuro, que deveria ser fomentada, não só nas zonas beneficiadas pelos cursos dos rios, mas também nas orlas marítimas. Acrescia, argumentava o deputado, que não exigia capitais muito avultados e que poderia ser exercida por trabalhadores dos dois sexos.

O outro projecto foi elaborado por Carneiro de Moura, em 1897, e traduzia as preocupações decorrentes do contexto internacional de implementação dos sistemas coloniais, no continente africano, necessários à exploração económica das colónias por parte das respectivas metrópoles⁵⁸. A reforma de Augusto José da Cunha, decretada no final daquele ano, viria, aliás, a contemplar esta vertente. A consciência de que não era possível ao país cumprir o seu papel de potência colonizadora, nos novos moldes traçados pelos países mais desenvolvidos, sem que a indústria se desenvolvesse internamente e a acção missionária e administradora favorecessem a ocupação e gestão das riquezas africanas, orientava as propostas deste deputado. Criticando a desadequação à realidade portuguesa dos currículos das escolas, que considerava terem um peso exagerado de matérias de carácter especulativo e humanista, propôs o encerramento dos liceus em treze localidades e a instituição, em seu lugar, de escolas profissionais, as quais substituiriam, igualmente, qualquer escola industrial que aí existisse.

O projecto definia dois tipos de escolas profissionais, o primeiro com um currículo teórico mais completo, mas sem oficinas, e o segundo com menos disciplinas

⁵⁶ *Ibidem*, p. 5.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 18.

⁵⁸ Cf. Projecto de Lei de 27/01/1897 de João Lopes Carneiro de Moura, *Ibidem*, 1897, sessão de 29 de Janeiro, pp. 163-165. O projecto entrou na Câmara na sessão de 28 de Janeiro e teve segunda leitura na sessão de 29 de Janeiro.

e com conteúdos programáticos simplificados em favor do funcionamento oficial. Estas seriam duas, uma de trabalho em Madeira e outra em Metal. O sexo feminino não era mencionado assim como não se previam oficinas a ele destinadas⁵⁹. Duas outras modalidades seriam igualmente criadas, duas escolas coloniais, em Aveiro e Horta, e uma escola de missionários ultramarinos, em Guimarães, cujo ensino seria entregue aos cônegos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira daquela cidade. O projecto foi enviado às comissões de instrução primária e secundária, artes e indústria e marinha, mas não há registo de parecer e não chegou a ser discutido⁶⁰.

7.1.2.3. As escolas industriais na discussão das despesas públicas

Foi sobretudo na discussão de temas de despesas públicas, em particular do OGE para o MOPCI, que se abordou a questão do maior ou menor investimento no ensino industrial.

Na segunda metade da década de oitenta, em que se verificam os mais significativos aumentos das verbas anualmente orçamentadas naquele ministério, para fazer face às despesas decorrentes do arranque do sistema de ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, com a criação de novos estabelecimentos e respectiva dotação de recursos humanos e materiais, raras foram as vezes em que o assunto foi afluído no Parlamento. No mês de Fevereiro de 1884, na apresentação da proposta de Orçamento Geral do Estado Rectificado, o Ministro da Fazenda, Hintze Ribeiro, referiu as escolas industriais na justificação do aumento de despesas no MOPCI⁶¹. Antes da entrada na Câmara do parecer da comissão do Orçamento sobre o OGE e ainda no decurso da discussão da reforma eleitoral, regista-se uma breve menção, inconsequente, do deputado Illydio do Valle à insuficiência de verbas para as escolas industriais⁶². No seu projecto de lei sobre o OGE, a respectiva comissão limitou-se a ratificar as despesas orçamentadas pelo governo para as escolas recém

⁵⁹ A ausência de qualquer menção ao sexo feminino no projecto de Carneiro de Moura sugere que as posições, por ele assumidas, a favor da emancipação das mulheres e da sua educação com vista a novas possibilidades de vida social não tinham como destinatárias as mulheres trabalhadoras (cf. MOURA, Carneiro de, *A mulher e a civilização. Estudo histórico, económico e jurídico da evolução paralela dos sexos*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editor, 1900).

⁶⁰ Cf. AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1896-1897, Livro nº 1426, Projecto de Lei nº 2-N de João Lopes Carneiro de Moura.

⁶¹ Cf. "Relatório e proposta de lei rectificando as receitas e despesas do Estado", *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1884, sessão de 15 de Fevereiro, p. 366.

⁶² Cf. Intervenção de Illydio do Valle, *Ibidem*, 1884, sessão de 1 de Março, p. 486.

criadas⁶³.

Durante a gestão da pasta do MOPCI por Emídio Navarro, este e o ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, declararam na Câmara a necessidade de aumentar a despesa com as escolas e de proceder à criação de oficinas, afectando verbas para o efeito⁶⁴. Recorde-se que se deveu àquele estadista a disseminação do ensino industrial no país através da criação de um elevado número de escolas em diversas localidades. Para o ministro das Obras Públicas, referindo-se aos liceus e universidades, havia já em excesso estabelecimentos de ensino para as classes ricas, urgindo criar os que se destinavam às classes operárias. Frederico Laranjo foi o único deputado que secundou expressamente as vantagens do investimento nas escolas industriais, afirmando que "*o que houve de aumento real foram as escolas industriais, (...) mas pela criação destas escolas eu aplaudo o Sr. ministro das obras públicas*"⁶⁵.

Exemplo da informação prestada à Câmara sobre o destino concreto de algumas dessas verbas foi a do contrato que estabeleceu "*um subsídio à escola industrial de cerâmica estabelecida nas Caldas da Rainha*"⁶⁶, articulando, nesta localidade, a escola de desenho industrial e a Fábrica de Loijas dirigida pelos irmãos Bordalo Pinheiro⁶⁷. Justificaram-se as verbas pelo benefício proveniente do estímulo à produção, "*despesas por exemplo com o ensino tecnológico, com o ensino agrícola e industrial nos seus diversos ramos; tem-se enchido o país com escolas de desenho, com os melhores modelos, com professores vindos de fora, e de tudo há de resultar em alguns anos o aperfeiçoamento, o melhor acabamento, o melhor gosto artístico dos produtos industriais fabricados no país*"⁶⁸.

As vozes contrárias ao acréscimo de despesas naquele ministério com as escolas industriais começam a ouvir-se em 1890, no contexto da grave crise económica e financeira que o país enfrentava. O Projecto de Lei que organizou o Ministério de Instrução Pública e Belas Artes, criado pelo Decreto de 05/04/1890, e que integrou no

⁶³ Cf. "MOPCI – Nota das alterações ao orçamento de despesa rectificada, proposto para o exercício de 1883-1884" da comissão do Orçamento, *Ibidem*, 1884, sessão de 21 de Março, pp. 778-779.

⁶⁴ Cf. Intervenções do Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, *Ibidem*, 1887, sessão de 14 de Julho, pp. 1757-1758, e sessão de 20 de Julho, p. 1863; intervenção do Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, *Ibidem*, 1888, sessão de 16 de Janeiro, pp. 112 e 125; Proposta do Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, sobre o Orçamento Geral de Estado para 1889-1890, *Ibidem*, 1889, sessão de 12 de Janeiro, p. 73.

⁶⁵ Intervenção de Frederico Laranjo, *Ibidem*, 1888, Apêndice à sessão de 12 de Março, p. 750-I.

⁶⁶ "Relatório do Ministério da Fazenda sobre actos do seu Ministério acerca de autorizações que lhe foram concedidas e de que fez uso no intervalo das sessões", *Ibidem*, 1888, sessão de 30 de Junho, p. 2343.

⁶⁷ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as... do Sul... 1886-1887... e 1887-1888... op. cit.*; SERRA, João B., *Arte e indústria na cerâmica caldense... op. cit.*

⁶⁸ Intervenção do Ministro da Fazenda, Barros Gomes, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1889, sessão de 24 de Maio, p. 847.

novo ministério o ensino industrial, suscitou muito debate na Câmara⁶⁹. Este, porém, foi monopolizado pela problemática da política de centralização/descentralização do sistema de ensino e, salvo algumas críticas à insuficiência ou ao carácter demasiado teórico do ensino industrial, não recaiu sobre questões concretas da sua organização ou das respectivas escolas⁷⁰. Em defesa do desenvolvimento do ensino industrial existente intervieram Luciano Cordeiro, relator da Comissão, Teófilo Ferreira e Elias Garcia, contestando este último a sua transferência do MOPCI para o MIPBA⁷¹.

Um mês mais tarde, no âmbito do debate sobre o imposto adicional, as despesas com o ensino industrial foram alvo de severas críticas políticas dirigidas ao Governo. O Ministro das Obras Públicas, Frederico Arouca foi acusado, em particular, de gastos desnecessários com as escolas industriais⁷². Francisco Machado, da bancada progressista, empenhou-se em denunciar as contradições do partido e do governo regeneradores, que, segundo ele, criticavam a criação de escolas industriais e o excesso de despesas com o pessoal docente, mas, em vez de terem reformado a organização daquele ensino, tinham-no ampliado, pelo que parte do imposto adicional teria de ser canalizado para aquele efeito⁷³. Justificou com as despesas decorrentes da nomeação de professores para a escola de Braga e da conversão da escola de desenho industrial de Portalegre em industrial, cuja majoração equivalia, de acordo com os seus cálculos, ao montante do imposto adicional de 6% dos distritos de Angra, Funchal, Horta e Ponta Delgada no seu conjunto. O deputado mostrou-se mais preocupado em combater as

⁶⁹ Cf. Projecto de Lei nº 133, de 19/06/1890, das Comissões de Instrução e de Comércio e Artes (*Ibidem*, 1890, sessão de 23 de Junho, pp. 845-848) que constitui o Parecer sobre a Proposta de lei nº 131-A de 16/06/1890 de João Marcelino Arroyo sobre a Organização do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes, criado por Decreto de 05/04/1890 (*Ibidem*, 1890, sessão de 16 de Junho, pp. 684-686); a discussão decorre entre 23/06/1890 e 28/06/1890, data em que o projecto é aprovado na Câmara dos Deputados.

⁷⁰ Cf. Intervenções de José Júlio Rodrigues, *Ibidem*, 1890, sessão de 25 de Junho, pp. 864-865; Lourenço Malheiro, *Ibidem*, 1890, sessão de 27 de Junho, p. 910 e sessão nocturna de 27 de Junho, pp. 911-912.

⁷¹ Cf. Intervenções de Luciano Cordeiro, relator da Comissão, *Ibidem*, 1890, sessão de 25 de Junho, p. 872; Teófilo Ferreira, *Ibidem*, 1890, sessão de 26 de Junho, p. 895; Elias Garcia, *Ibidem*, 1890, sessão de 28 de Junho, p. 930. Recorde-se que a transferência do ensino industrial para a tutela do MIPA nunca se efectivou.

⁷² Cf. Intervenções de Matoso Santos, *Ibidem*, 1890, sessão de 1 de Julho, p. 964; Frederico Laranjo, *Ibidem*, 1890, sessão de 2 de Julho, p. 985; Francisco Machado, *Ibidem*, 1890, sessão de 7 de Julho, pp. 1081-1083 e Apêndice à sessão nocturna de 7 de Julho, pp. 1096G-1096M (este deputado critica particularmente as despesas com a passagem da escola de desenho industrial de Portalegre a escola industrial e com a nomeação de professores para a escola de Braga antes da sua abertura) e sessão de 8 de Julho, pp. 1002I (na qual o deputado critica o facto de não se ter reduzido o pessoal do MOPCI apesar de o ensino industrial ter passado para o MIPBA). Observe-se a este respeito que a integração do ensino industrial no MIPBA, prevista no decreto de 22/08/1890 que reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e Belas Artes, nunca chegou a efectivar-se na prática. O orçamento de Estado em 1891 ainda inclui no MOPCI a respectiva verba de despesa (cf. Aditamento de Teixeira de Vasconcelos, *Ibidem*, 1891, sessão de 25 de Junho, p. 20). O MIPBA viria a ser extinto pelo decreto de 03/03/1892.

⁷³ Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1890, sessão de 7 de Julho, pp. 1081-1083 e Apêndice à sessão nocturna de 7 de Julho, pp. 1096G-1096M.

medidas do Ministro das Obras Públicas do que confirmar o rigor dos dados e cálculos apresentados. Foi o caso de ter partido do pressuposto de que a escola de Braga ainda não se encontrava a funcionar como escola industrial, o que não correspondia à verdade, como, aliás, lhe foi retorquido por Alves Passos, professor na referida escola, e como atestam os relatórios de inspecção daquele ensino e os mapas estatísticos do movimento escolar⁷⁴.

No ano seguinte, na discussão do Programa do 44º Governo Constitucional, presidido por João Crisóstomo de Abreu e Sousa, o deputado Eduardo Abreu sublinhou os excessivos custos das escolas industriais em relação à situação económica do país, sem deixar, todavia, de reconhecer a importância deste ensino e a qualidade dos equipamentos e da organização das escolas⁷⁵. Meses mais tarde, a forte contenção orçamental da reforma de João Franco, decretada em 8 de Outubro, responde à inquietude daquele contexto de crise.

Eduardo José Coelho, em 1893, na discussão do projecto de modificação das taxas de contribuição industrial, ao contestar o aumento das taxas de Chaves e de Bragança definido por João Franco, na altura ministro do Reino, não perdeu a oportunidade de acusar este estadista de alterar os critérios de avaliação do desenvolvimento industrial e comercial das regiões consoante os seus interesses. Lembrou, então, que dois anos antes, quando João Franco encabeçava a pasta das Obras Públicas, não tinha reconhecido tal relevância económica às duas cidades em causa, pois extinguiu e reduziu, respectivamente, as suas escolas industriais⁷⁶.

José Jardim entregou na Câmara, em 1896, um requerimento dirigido ao MOPCI solicitando que antes da discussão do orçamento lhe fossem disponibilizadas informações sobre estatísticas de frequência das escolas e do respectivo pessoal docente, bem como montantes globais e *per capita* das despesas anuais. Não obstante, não chegou a intervir sobre a matéria⁷⁷. O ensino industrial só voltaria a ser motivo de considerações de ordem financeira em 1897.

Na apresentação do capítulo respeitante ao MOPCI do segundo Orçamento Geral do Estado para 1897, o ministro da Fazenda, Ressano Garcia, dedicou especial e

⁷⁴ Cf. Intervenção de Alves Passos, *Ibidem*, 1890, sessão de 7 de Julho, p. 1096M; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1889 - 1890) e (1890 a 1891)... op. cit.*; a escola de desenho industrial de Braga foi convertida em escola industrial por decreto de 10/01/1889.

⁷⁵ Cf. Intervenção de Eduardo Abreu, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 30 de Maio, p. 9.

⁷⁶ Cf. Intervenção de Eduardo José Coelho, *Ibidem*, 1893, 5 de Julho, p. 24.

⁷⁷ Cf. Requerimento de J. Jardim, *Ibidem*, 1896, sessão de 27 de Março, p. 894.

inusitado destaque ao ensino industrial, traçando a sua evolução e sublinhando os seus benefícios para o país. Apesar de concluir com a magra promessa de que o governo haveria de "*procurar, sem agravamento de despesas, que não seria compatível com o actual estado de coisas, tirar o melhor resultado dos recursos que o ensino técnico hoje dispõe*"⁷⁸, o orçamento apresentado por este ministro representa o primeiro aumento de verbas para o ensino industrial e comercial desde 1891, e um significativo reforço para o sector em relação à primeira proposta de orçamento elaborada pelo governo anterior no início do mesmo ano⁷⁹. Os Deputados não reagiram a esta moderada inversão de política orçamental, sendo que poderá ter contribuído para o silêncio da Câmara o facto de o governo progressista contar com o apoio da maioria parlamentar. No final do ano seria publicada uma reforma do ensino industrial, da responsabilidade de António José da Cunha⁸⁰.

O período em que decorreu a discussão do OGE em 1898 coincidiu com o impacto dos decretos de 14/12/1897, que reorganizaram e regulamentaram o ensino nas escolas industriais. Os deputados, porém, não se centraram sobre as despesas orçamentadas no MOPCI para aquele ensino, não obstante as inúmeras intervenções registadas no primeiro semestre do ano sobre a criação de escolas⁸¹. Registaram-se, contudo, as intervenções dos deputados Ferreira de Almeida, Malheiro Reymão e Pereira dos Santos, e as respostas do ministro da Marinha, Dias Costa, e do relator da comissão do Orçamento, Joaquim Telo⁸².

Estabelecendo um paralelo entre as escolas de alunos marinheiros e as escolas industriais, Ferreira de Almeida criticou a progressiva abertura destas últimas, desde 1886, sem resultados visíveis a não ser o grande aumento de despesas e a criação de empregos públicos para amigos dos governantes. Malheiro Reymão considerou inúteis as despesas com disciplinas de Francês e outras matérias que, segundo ele, eram impróprias para o ensino industrial.

⁷⁸ Relatório e Proposta de Lei do Orçamento apresentados pelo Ministro da Fazenda, Frederico Ressano Garcia, *Ibidem*, 1897, sessão de 12 de Julho, p. 194.

⁷⁹ A primeira Proposta de Lei do Orçamento de 1897 propunha 215:931\$759 réis para o ensino industrial e comercial (Cf. *Ibidem*, sessão de 18 de Janeiro, p. 87); Dissolvidas as Cortes, realizadas eleições, o governo (progressista) apresenta um orçamento diferente no início da nova legislatura afectando 232:135\$449 réis ao ensino industrial e comercial, valor que se mantém no Projecto de Lei da Comissão do Orçamento (cf. *Ibidem*, 1897, sessão de 30 de Junho, p. 36, e sessão de 26 de Julho, p. 396, respectivamente).

⁸⁰ Cf. Decretos de 14/12/1897, *Diário do Governo* n.º 283 de 15/12/1897.

⁸¹ Este assunto foi analisado no capítulo 4.1.1..

⁸² Cf. Intervenções de Malheiro Reymão, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1898, Apêndice à sessão de 1 de Abril, p. 778-G, de Ferreira de Almeida, *Ibidem*, 1898, sessão de 21 de Abril, pp. 893-894, de Pereira dos Santos, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, pp. 917-918, do Ministro da Marinha, Dias Costa, *Ibidem*, 1898, sessão de 21 de Abril, p. 899, e de Joaquim Telo, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, pp. 922-923.

O ministro da Marinha, Dias Costa, sublinhou as influências positivas, para a indústria nacional, da formação adquirida pelos operários que frequentaram aqueles estabelecimentos e fez uma breve alusão aos melhoramentos promovidos pelo ministro das Obras Públicas, mas foi o relator da comissão do Orçamento, Joaquim Telo, quem mais argumentou em defesa das escolas industriais.

Este deputado, que chefiava, desde 1886, a RI da DGCI, por onde passava o expediente das escolas industriais e de desenho industrial, e tinha sido director do Museu Industrial e Comercial de Lisboa, possuía um conhecimento profundo, não só sobre o funcionamento daquele ensino e respectivas necessidades orçamentais, mas também sobre as inúmeras dificuldades com que se debatia o ministério que o tutelava⁸³. Informando que mais de oito mil alunos as frequentavam, salientou as vantagens, de carácter moral e educativo, decorrentes de "*tirar oito mil rapazes, pertencentes às classes inferiores da sociedade, das tavernas, das ruas e outros lugares, onde certamente nada aprenderiam de bom e útil, levando-os para as escolas profissionais*"⁸⁴. Recordou, ainda, que as escolas já tinham formado professores e mestres que se encontravam em exercício, exemplificando com o caso da oficina de Cerâmica da escola de Viana do Alentejo, criada e mantida exclusivamente por antigos discípulos daquelas escolas. Acrescentou que o curso de condutores de máquinas já tinha permitido integrar seis profissionais nos paquetes nacionais, que até então contavam apenas com contratados estrangeiros.

Joaquim Telo frisou, também, que, embora o ministério tivesse vindo a recorrer, à semelhança dos outros países, ao pagamento de salários de estímulo aos aprendizes, a dotação orçamental nunca se mostrara suficiente para suprir o atraso daquele ensino em Portugal, sobretudo na sua vertente mais prática. O deputado renunciou, todavia, um futuro melhor em resultado das medidas previstas na reforma decretada pelo ministro das Obras Públicas. Particularizou, nesse sentido, a progressiva regularização da situação profissional dos professores das escolas, nomeados sem concurso prévio por simples despachos ministeriais ao longo dos anos. No que respeita à objecção levantada por Malheiro Reymão ao ensino de Francês nas escolas industriais, Joaquim Telo explicou que essa disciplina só existia nas poucas escolas que tinham ensino

⁸³ Joaquim Telo foi nomeado Chefe de Repartição do MOPCI em 12/08/1886; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, Coleção de Processos Individuais, *Joaquim José Pimenta Telo*. Ver notas biográficas sobre Joaquim Telo no Anexo 13.

⁸⁴ Intervenção de Joaquim Telo, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, p. 922.

complementar, nas quais era indispensável o ensino daquela língua estrangeira.

O terceiro deputado, Pereira dos Santos, denunciou a incoerência entre as reduções feitas no orçamento do MOPCI e a nova organização do ensino industrial, decretada em 14/12/1897, acusando o ministro de estar a contar recorrer aos créditos especiais. Joaquim Telo esclareceu que aquele orçamento tinha sido elaborado antes do decreto e entregou na mesa, em nome da comissão do Orçamento, uma proposta de emenda nesse sentido⁸⁵.

Nos anos que se seguiram, o orçamento das escolas industriais mereceu poucas observações e as que se registaram ficaram sem resposta. A redução das despesas orçamentadas para o ensino industrial e comercial, em 1900, cujo valor era o mais baixo nos últimos dez anos, suscitou uma única crítica, de Pereira dos Santos: "*a redução de 8 contos de réis nas despesas de material e expediente das escolas industriais representa, porventura, economia no funcionalismo do ministério, ou representa, muito pelo contrário, a falta de protecção, a um dos ramos para que o governo deve olhar mais, que é a indústria nacional?*"⁸⁶. Uma outra intervenção, de Teixeira de Sousa, afigura-se mais um exemplo de contestação política. Ao contestar o acréscimo da verba destinada ao pagamento do professor de Português da escola de Guimarães, o deputado revelou o seu reduzido conhecimento sobre a matéria numa sequência de interrogações: "*Está criada essa escola? Se está criada, e não tem professor nomeado, porque é que a ilustre comissão do orçamento nos vem recomendar que o tesouro gaste mais 400\$000 réis destinados a um professor (...)? Esta proposta tem tão grande justificação, como todas as outras que foram recomendadas pela comissão (...). São destinadas a servir amigos, afilhados e compadres*"⁸⁷. Observe-se que o governo progressista contava, à data, com uma maioria na Câmara e, conseqüentemente nas comissões parlamentares⁸⁸.

No ano seguinte, Rodrigues Nogueira, apesar de um ligeiro aumento de verbas

⁸⁵ Cf. Intervenções de Pereira dos Santos, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, pp. 917-918 e de Joaquim Telo, *Ibidem*, pp. 920-921.

⁸⁶ Intervenção de Pereira dos Santos, *Ibidem*, 1900, sessão de 7 de Maio, p. 8; o orçamento para 1900/01 atribuíra 194:168\$999 réis para as despesas do MOPCI com o ensino industrial e comercial (cf. Proposta de Lei do Orçamento e Projecto de Lei do Orçamento, *Ibidem*, 1900, sessões de 26 de Janeiro, p. 58, e de 31 de Março, p. 46, respectivamente); refira-se, a título comparativo, que as verbas orçamentadas para os estabelecimentos de instrução a cargo do MOPCI em 1883, isto é, antes da criação das escolas industriais e de desenho industrial, totalizavam 145:456\$663, ou seja, 5,3% do orçamento do MOPCI (cf. Projecto de Lei do Orçamento, *Ibidem*, 1883, sessão de 2 de Abril, p. 915).

⁸⁷ Intervenção de Teixeira de Sousa, *Ibidem*, 1900, sessão de 22 de Maio, p. 12.

⁸⁸ Após a abertura da 33ª legislatura, em 2 de Janeiro de 1900, decorrente das eleições de Novembro de 1899, nas quais o Partido Progressista obteve a maioria, o 49º governo, encabeçado por Luciano José de Castro, contava com o apoio parlamentar até dar lugar, em 25 de Junho do mesmo ano, ao novo governo, regenerador, de Hintze Ribeiro (cf. SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional... op. cit.*).

para o ensino industrial, após ter solicitado ao MOPCI, por duas vezes, dados sobre o ensino industrial, limitou-se a fazer uma alusão retórica à falta de aumento de verbas, nos últimos vinte anos, com as despesas que ele considerava produtivas e nas quais incluía aquele ensino⁸⁹.

Em 1902, Anselmo Vieira insurgiu-se contra as elevadas despesas orçamentadas para o ensino liceal, defendendo que seria muito mais útil criar escolas profissionais devidamente equipadas do que alimentar liceus que só serviam para formar "*uma legião de proletários intelectuais*"⁹⁰. Em contrapartida, Luís José Dias, exibindo uma listagem discriminada de cada verba adicionada no novo orçamento, incluindo as destinadas às escolas industriais, considerou que o aumento orçamental do MOPCI só serviria para criar lugares para os amigos do ministro das Obras Públicas⁹¹.

O orçamento para 1903/04, distintamente dos que o antecederam, suscitou um debate significativo sobre o ensino nas escolas industriais. A este facto não terá sido alheia a alteração governamental operada entre a apresentação e a discussão do orçamento. A passagem do 50º para o 51º governos, em 28/02/1903, ambos Regeneradores e presididos por Hintze Ribeiro, representou tão-só uma remodelação, com a mudança dos ministros de quatro pastas, duas das quais eram, precisamente, a da Fazenda (António Teixeira da Sousa sucedeu a Fernando Matoso dos Santos) e a das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Conde de Paçô Vieira substituiu Manuel Francisco de Vargas)⁹². Esta alteração não provocou interrupção da Legislatura, também de maioria Regeneradora.

A discussão, mantida entre finais de Março e meados de Maio, sobre as verbas inscritas no projecto de lei do orçamento para as escolas industriais, apresentou a singularidade de pôr em causa os cortes feitos pela comissão do Orçamento à Proposta de Lei inicialmente elaborada por Manuel de Vargas, anterior ministro das Obras Públicas. Confrontaram-se, assim, a comissão do Orçamento, pela voz de Clemente Pinto, Rodrigues Monteiro e Oliveira Simões, justificando o novo projecto, e os deputados Oliveira Matos, Moreira Júnior, Mello e Sousa, José Luís Dias, Lourenço

⁸⁹ Cf. Requerimento de António Rodrigues Nogueira, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1901, sessão de 15 de Janeiro, pp. 8-9; Intervenções de Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, sessões de 8 de Abril, p. 6, e de 10 de Maio, p. 9; o orçamento para 1901/02 atribuiu 214:339\$166 réis para as despesas do MOPCI com o ensino industrial e comercial (cf. Proposta de Lei do Orçamento e Projecto de Lei do Orçamento, *Ibidem*, 1901, sessões de 8 de Janeiro, p. 34, e de 30 de Abril, p. 17).

⁹⁰ Intervenção de Anselmo Vieira, *Ibidem*, 1902, sessão de 8 de Março, p. 11.

⁹¹ Cf. Intervenção de Luís José Dias, *Ibidem*, 1902, 22 de Março, pp. 4-15 (despesas com escolas industriais p. 12).

⁹² Cf. SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional...* *op. cit.*.

Cayolla, Rodrigues Nogueira e Queirós Ribeiro, na defesa da Proposta original⁹³.

Oliveira Matos alegou que as economias feitas com as escolas e respectivo pessoal iriam desorganizar o seu funcionamento, reduzir a afluência dos alunos e, por consequência, agravar os males sociais, aumentando o "*número dos tuberculosos como também (...) dos criminosos*"⁹⁴. Esta linha argumentativa foi corroborada por Queirós Ribeiro que enfatizava as consequências da redução do montante dos subsídios concedidos, como incentivo, aos alunos das oficinas: "*(...) significa tirar o pão a uns desgraçados e tirar-lhes além disso a única possibilidade que eles têm, de se manterem nas oficinas dessas escolas, lançando-se assim na ociosidade e no crime*"⁹⁵. Moreira Júnior, Mello e Sousa e Lourenço Cayolla limitaram-se a acusar o novo governo de ter permitido cortes tão gravosos em serviços que urgia desenvolver, entre os quais destacavam o ensino industrial.

As referências de José Luís Dias e de Rodrigues Nogueira são mais contundentes, o primeiro atribuindo a redução das despesas com o ensino industrial a um sinal da desorientação e incapacidade governativa do executivo e o segundo a um acto de ignorância "*que esmaga o coração de quem conhece a desgraça daqueles que, à custa de tanto sacrifício, vão ali procurar uma parcela de instrução*"⁹⁶. Insta o ministro do MOPCI a restituir a dotação do material de ensino às escolas industriais sob pena de se voltarem contra ele os falecidos Pina Manique e António Augusto Aguiar e a "*pena, ainda viva*"⁹⁷ de Emídio Navarro.

Os elementos da comissão do Orçamento, alegando que os abatimentos propostos incidiam, sobretudo, na área do material, para não comprometer a situação dos professores em exercício, utilizaram dois tipos de argumentos para os fundamentar. O primeiro foi a necessidade de reduzir a sobrecarga de despesas que recaía sobre o Estado em virtude de, em Portugal, escassear a iniciativa privada, que tanto contribuía nos outros países europeus para o incremento daquele ensino. Neste sentido, Oliveira Simões manifestou-se perplexo perante o facto de o projecto de orçamento estar a ser combatido por diminuir a despesa, ao contrário do que seria presumível.

⁹³ Cf. Intervenções de Oliveira Matos, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1903, sessões de 24 de Março, p. 8, e de 6 de Maio, pp. 13-14; Moreira Júnior, *Ibidem*, sessão de 1 de Abril, p. 8; Mello e Sousa, *Ibidem*, sessão de 15 de Abril, p. 10; Luís José Dias, *Ibidem*, sessão de 14 de Abril, p. 11; Lourenço Cayolla, *Ibidem*, sessão de 18 de Abril, p. 10; Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, sessão de 4 de Maio, pp. 4-5; Queirós Ribeiro, *Ibidem*, sessão de 6 de Maio, p. 8; Clemente Pinto, *Ibidem*, sessão de 18 de Abril, p. 17; Rodrigues Monteiro, *Ibidem*, sessão de 5 de Maio, p. 10; Oliveira Simões, *Ibidem*, sessão de 6 de Maio, pp. 8-10.

⁹⁴ Intervenção de Oliveira Matos, *Ibidem*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 14.

⁹⁵ Intervenção de Queirós Ribeiro, *Ibidem*, p. 8.

⁹⁶ Intervenção de Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, sessão de 4 de Maio, p. 4.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 5.

A segunda linha argumentativa assentou nas diferenças entre as escolas, a maioria das quais, nas palavras de Clemente Pinto, não "*tem frutificado, como era para desejar, o que justifica a redução proposta*"⁹⁸. Oliveira Simões frisou, ainda, o seu maior ou menor grau de adequação à população dos locais onde estavam implantadas, as melhores ou piores condições oferecidas pelos edifícios e equipamentos, a desigual competência dos professores e a distinta motivação de operários ou de jovens aprendizes para a sua frequência. Na opinião deste deputado, é no caso destes últimos, frequentadores do ensino diurno, que deviam ser atribuídos prémios, "*não para os aprendizes, mas para as mães, para as famílias, às quais um pequeno auxílio de 40 ou 50 réis, vai satisfazer uma pequena necessidade e representa muito, porque assim deixam de entregar os seus filhos aos mestres, artífices rotineiros, e os levam à escola (...)*"⁹⁹. Rodrigues Monteiro mostrou-se também sensível à questão dos salários para os/as alunos/as das oficinas e deixou mesmo a sugestão para que fossem entregues emendas ao orçamento com esse propósito. Oliveira Matos parece ter acolhido a ideia e entregou quatro propostas, uma para que se mantivesse a verba para os referidos salários e três para que não fossem reduzidos os montantes destinados a material e despesas diversas das escolas e a custos de instalação de oficinas¹⁰⁰. O deputado sugeria que fossem aplicados, para o efeito, os fundos existentes na Caixa Geral de Depósitos provenientes da venda de trabalhos realizados nas escolas industriais. No entanto, apenas foi aprovada a reposição do valor inicial dos salários dos/as aprendizes/as¹⁰¹.

Em 1908, o ministro da Fazenda, Manuel Espregueira, ao apresentar a Proposta de Lei do OGE evidenciou o reforço de verbas para pessoal das escolas industriais¹⁰². Dias mais tarde, Oliveira Simões declarou que pretendia interrogar o MOPCI sobre o ensino nas escolas industriais, mas não chegaria a fazê-lo¹⁰³. Na discussão do Projecto de Lei da comissão do Orçamento, todavia, para além de propostas de emendas em benefício de escolas concretas, registaram-se apenas duas breves menções a esta matéria, uma de Ascensão Guimarães, que pugnou pelo alargamento do ensino industrial e pelo reforço da sua vertente prática, e outra de João de Menezes, que

⁹⁸ Intervenção de Clemente Pinto, *Ibidem*, 1903, sessão de 18 de Abril, p. 17.

⁹⁹ Intervenção de Oliveira Simões, *Ibidem*, sessão de 6 de Maio, p. 9.

¹⁰⁰ Cf. Propostas de Oliveira Matos, *Ibidem*, p. 15.

¹⁰¹ Cf. Proposta nº 33^a, *Ibidem*, sessão de 15 de Maio, p.15; Propostas nº 103^a, 106^a, 107^a, *Ibidem*, p. 32.

¹⁰² Cf. Apresentação da Proposta de Lei do Orçamento pelo Ministro da Fazenda, Manuel Afonso Espregueira, *Ibidem*, 1908, sessão de 16 de Maio, p. 13.

¹⁰³ Cf. Intervenção de Oliveira Simões, *Ibidem*, 1908, sessão de 25 de Maio, p. 12.

relembrou a necessidade de remodelação do ensino, incluindo o industrial¹⁰⁴.

Em 1909, o Projecto de Lei do Orçamento, apresentado pela respectiva comissão, alterou a distribuição das verbas destinadas às escolas industriais, aumentando em pessoal e reduzindo em materiais e máquinas, à excepção das escolas de Aveiro e Marquês de Pombal, às quais foi atribuído um reforço de verba¹⁰⁵. Embora estas opções tivessem sido destacadas pelo relator da comissão, António Rodrigues Nogueira, não houve qualquer deputado que se pronunciasse directamente sobre o assunto¹⁰⁶. Apenas João de Menezes, ao contestar um projecto de lei para a atribuição de subsídios a alguns liceus municipais, advogou a fundação de escolas profissionais em substituição dos liceus municipais existentes em localidades onde, segundo ele, tal modalidade de ensino não de justificava¹⁰⁷.

Com o objectivo de conceder alguma maleabilidade financeira aos diversos ministérios, as leis do orçamento elegiam serviços, para os quais o governo ficava autorizado a abrir créditos especiais, desde que as receitas dos respectivos ministérios fossem superiores ao orçamentado e cobrissem os referidos créditos. As escolas industriais também foram contempladas e essa situação foi algumas vezes referida na Câmara. Foi o caso de Campos Henriques que, durante a discussão do orçamento de 1907, mencionou que em 1893 fora aberto um crédito especial de 10:228\$020 réis para dotação das escolas industriais, ao abrigo da lei orçamental, acrescentando que a de 1906 também estipulava tal autorização¹⁰⁸.

A persistência da situação de contenção das despesas públicas reflectia-se, contudo, no montante das verbas orçamentadas para o ensino nas escolas industriais, sector que dificilmente poderia rivalizar em prioridade com o vasto leque de serviços tutelados pelo MOPCI, o qual era alvo de acérrima discussão no Parlamento pela fatia considerável do OGE que absorvia. A controvérsia, porém, centrava-se, sobretudo, nas intermináveis obras públicas (edifícios públicos, estradas, pontes, caminhos de ferro, portos e docas, linhas de telecomunicações, etc.), a que se seguiam matérias relativas aos sectores de agricultura, pescas, florestas, minas e indústrias. Este ministério

¹⁰⁴ Cf. Intervenções de Ascensão Guimarães e de João de Menezes, *Ibidem*, 1908, sessão de 24 de Agosto, p. 6. Durante a discussão do orçamento do MOPCI foram apresentadas propostas de acréscimo de verbas para o melhoramento da escola de Lagos (ver capítulo 7.1.2.2.).

¹⁰⁵ Cf. Projecto de Lei do Orçamento, *Ibidem*, 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 35, 182-183, 196-197. Ver capítulo 4.1.2..

¹⁰⁶ Cf. Apresentação do Projecto de Lei do Orçamento por António Rodrigues Nogueira, *Ibidem*, 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 165-166.

¹⁰⁷ Cf. Intervenção de João de Menezes, *Ibidem*, 1909, sessão de 6 de Setembro, p. 16.

¹⁰⁸ Cf. Intervenção de Campos Henriques, *Ibidem*, 1897, sessão de 7 de Agosto, pp. 547-548.

intervinha, assim, em áreas que sofriam directamente os efeitos mais previsíveis das crises económicas e os mais imponderáveis das catástrofes naturais.

Joaquim Telo, relator da comissão do orçamento em 1898, manifestava-se favorável, face aos muitos e imperiosos encargos que recaíam sobre aquele ministério, à ideia de criação de um ministério do Fomento e consequente desdobramento do MOPCI¹⁰⁹. Com efeito, absorvendo uma fatia cada vez mais pesada do OGE, este ministério alcançou o segundo lugar em volume de despesas. No orçamento para o ano económico de 1909/10, o MOPCI recolhia 10 biliões de réis do OGE, num total de 70 biliões¹¹⁰. O ministério de Fazenda era o que tinha a maior dotação orçamental (39 biliões de réis), mas, subtraindo o montante correspondente à dívida pública, não excedia os 8 biliões de réis com os restantes encargos. Quase três quartos (71,6%) das despesas do MOPCI procediam das Direcções-gerais dos Caminhos-de-ferro, das Obras Públicas e dos Correios e Telégrafos. O ensino industrial, embora pesasse pouco no conjunto do orçamento do MOPCI, tinha dificuldade em ver ampliadas as verbas que lhe eram inscritas¹¹¹.

As despesas orçamentadas para o ensino técnico, como se pode verificar no Quadro XXVII, pouco se alteraram nas últimas duas décadas da monarquia e a sua importância relativa foi decrescendo ao longo do tempo. O seu peso no conjunto do orçamento do MOPCI, que era da ordem dos 5% no início dos anos 1890, não atingia os 2,7% em 1909/10¹¹².

Os valores presentes no Quadro XXVII evidenciam o insuficiente investimento financeiro nas escolas e institutos industriais e comerciais. Em 1909/10, por exemplo, a verba inscrita no Ministério do Reino para o ensino secundário liceal excedia, em mais de 30%, os 282:974\$966 réis destinados, no orçamento do MOPCI, para o ensino técnico e profissional, incluindo os Institutos Industriais e Comerciais e as respectivas escolas preparatórias¹¹³. A frequência do primeiro era, contudo, mais reduzida, pois, no mesmo ano lectivo, verificou-se que o valor das matrículas do conjunto dos 32 liceus

¹⁰⁹ Cf. Intervenção de Joaquim Telo, *Ibidem*, 1898, sessão nocturna de 23 de Abril, p. 921.

¹¹⁰ Cf. "Mapa de despesas do Estado para o exercício de 1909-1910", *Ibidem*, 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 212-213.

¹¹¹ Cf. *Ibidem*.

¹¹² Cálculos feitos a partir dos Mapas das despesas ordinárias do Estado para os anos económicos de 1892-1896, 1898-1899, 1901-1902 e 1909-1910, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, respectivamente, 1892, sessão de 30 de Janeiro, pp. 16-17; 1898, sessão de 8 de Janeiro, pp. 22-23; 1901, sessão de 30 de Abril, p. 17; 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 165, 196 e 212-213.

¹¹³ Cf. Mapa das despesas ordinárias do Estado para o ano económico de 1909-1910, *Ibidem*, 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 212-213

existentes (8691¹¹⁴) pouco ultrapassou o que se registou nas escolas industriais e respectivas oficinas (8168¹¹⁵), que constituíam apenas uma parte do ensino técnico.

QUADRO XXVII

Despesas das escolas e institutos industriais e comerciais no orçamento de despesas ordinárias do MOPCI

ANOS ECONÓMICOS	Orçamento de despesas do MOPCI (em réis)	Orçamento de despesas das escolas e institutos industriais e comerciais	
		Em réis	%
1892/93	4.317:377\$698	225:416\$052	5,2%
1898/99	5.815:148\$879	233:685\$449	4,0%
1901/02	4.828:844\$967	214:339\$166	4,4%
1909/10	10.456:217\$583	282:974\$966	2,7%

FONTE: Mapas das despesas ordinárias do Estado para os anos económicos de 1892-1896, 1898-1899, 1901-1902 e 1909-1910, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados ... op. cit.*, respectivamente, 1892, sessão de 30 de Janeiro, pp. 16-17; 1898, sessão de 8 de Janeiro, pp. 22-23; 1901, sessão de 30 de Abril, p. 17; 1909, sessão de 1 de Setembro, pp. 165, 196 e 212-213.

Do conjunto das intervenções, que incidiram sobre a problemática orçamental das escolas industriais, ressalta, como um dos problemas de fundo daquele ensino, o seu carácter demasiado teórico. Compreendem-se, assim, as diversas tentativas para que fossem disponibilizadas verbas para materiais, equipamentos e instalações para as oficinas, a fim de promover o desenvolvimento da sua vertente prática. No entanto, a verba orçamentada para as escolas, reduzida a valores mínimos, esgotava-se, na sua quase totalidade, com os vencimentos do pessoal docente e não docente.

Alguns discursos, em particular nos debates de 1903, ao criticarem os cortes orçamentais para o ensino industrial, sublinharam as vantagens, não só económicas, mas também sociais destas escolas. A sua frequência era vista como um remédio para os males sociais, tais como a ociosidade, a criminalidade, o vício e a doença. Esta perspectiva é significativa para a compreensão do sentido multifacetado então atribuído ao ensino industrial. Aquelas escolas, vocacionadas, especificamente, para as classes operárias, eram, assim, chamadas a cumprir a dupla função de educar para e pelo trabalho.

¹¹⁴ Cf. CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino... op. cit.*, p. 714.

¹¹⁵ Cf. Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910... op. cit.*

7.1.3. Controvérsias sobre os objectivos do ensino industrial

Os objectivos do ensino industrial e, de modo mais abrangente, do ensino profissional, foram pouco debatidos na Câmara dos Deputados. Como atrás se assinalou, as intervenções dos deputados centraram-se, na sua maior parte, sobre aspectos concretos decorrentes de medidas tomadas pelos executivos ministeriais ou de situações pontuais relacionadas com as escolas das localidades dos círculos eleitorais que representavam. Algumas intervenções, todavia, questionavam aspectos mais globais daquela modalidade de ensino, traduzindo a convicção de que o seu desenvolvimento era imprescindível para o progresso económico do país. A relação entre o ensino industrial, frequentado pelos dois sexos, e a formação profissional para o sexo feminino constitui, no pensamento dos deputados, uma área nebulosa, cujos paradoxos merecem ser evidenciados.

7.1.3.1. O défice da vertente profissionalizante

O carácter profissionalizante do ensino industrial foi um dos aspectos que mais preocupou os deputados. Esta era exactamente a vertente mais onerosa deste ensino. Às despesas com instalações somavam-se o apetrechamento e manutenção das oficinas, em maquinaria e materiais de aprendizagem, bem como os subsídios atribuídos, com a designação usual de salários, a aprendizes/as, como estratégia de motivação da população operária para a frequência das mesmas, à semelhança de outros países europeus. Acrescia a contratação de mestres, por vezes estrangeiros, para colmatar a falta de pessoal habilitado no país. A gratuidade deste ensino implicava, pois, avultadas despesas que o MOPCI não lograva obter num OGE, cuja contenção se foi tornando, sobretudo após o final da década de oitenta, cada vez mais rigorosa. Deste modo, as oficinas inscritas nos currículos das escolas definidos pelos diplomas de organização do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial permaneciam, na sua maioria, letra morta, por falta de dotação para se criarem na prática.

A insuficiente disseminação das escolas a nível nacional constituiu outro motivo de crítica ao ensino industrial, considerado fundamental para combater as gritantes dificuldades económico-financeiras atribuídas, em grande parte, ao atraso do sector industrial. A falta de verbas e de interlocutores do sector privado, que comparticipassem nas despesas de tais iniciativas, constituía outro dos problemas com que se debatia o

MOPCI. Apesar deste problema se articular com a tendência centralizadora do sistema de ensino português oitocentista, também presente no ensino industrial, a verdade é que os debates parlamentares sobre a centralização e a descentralização do sistema de ensino se polarizaram em torno dos ensinos primário e secundário, tutelados pelo Ministério do Reino, e não incluíram o ensino industrial¹¹⁶.

Bernardino Machado é, enquanto deputado, um dos poucos que expressa claramente um pensamento elaborado sobre a matéria, pois os seus discursos traduzem uma perspectiva holística do sistema de ensino, à qual correspondem finalidades educativas bem definidas que se traduzem em projectos específicos para cada um dos graus e modalidades de instrução. Sublinhando a imprescindibilidade do ensino profissional, o deputado defendia a sua integração na estrutura de ensino já existente, desde o primário ao superior, considerando que era naquele último grau, menos descentralizado, que a administração do Estado devia intervir mais directamente, limitando-se, nos restantes, a estimular e apoiar a iniciativa particular a nível local. Apontava como exemplos os casos bem sucedidos da Sociedade de Instrução do Porto, da Sociedade Martins Sarmiento de Guimarães e da Escola Livre das Artes de Desenho de Coimbra¹¹⁷. Bernardino Machado conferia relevância à instrução moral, a par da instrução técnica, e advogava a necessidade de desenvolver, sobre os alicerces de uma instrução geral, os ensinos técnico, político e artístico, na medida em que traduziam três dimensões humanas fundamentais, os interesses, os direitos e a afectividade¹¹⁸. Nesta base, discordava com a criação de um ensino industrial completamente divorciado, inclusive nas tutelas ministeriais, dos ensinos primário e secundário, e defendia a criação de um ministério específico para a instrução que concentrasse todo o ensino público.

Fushini, em 1890, numa crítica às insuficiências do ensino profissional, afirmava que "*a educação do operário português é feita, ou pela rotina dos mestres, que o acaso lhe depara nos anos de aprendizagem, ou pelos teorismos de um ensino que não tem carácter algum prático e positivo*"¹¹⁹. Traduzindo a convicção de que os métodos tradicionais de aprendizagem dos ofícios não permitiam acompanhar a modernização dos processos de produção industrial e, portanto, garantir a capacidade de competição face aos outros países, o deputado vê com apreensão a deficiente alternativa oferecida

¹¹⁶ A problemática da centralização do ensino português foi aprofundadamente analisada por FERNANDES, António Manuel de Sousa, *A Centralização Burocrática... op. cit.*

¹¹⁷ Cf. Intervenção de Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1884, sessão de 22 de Março, pp. 810-812.

¹¹⁸ Cf. Intervenção de Bernardino Machado, *Ibidem*, 1886, sessão de 15 de Março, p. 636.

¹¹⁹ Intervenção de Fushini, *Ibidem*, 1890, sessão de 3 de Junho, p. 495.

pelo ensino em vigor. Sugere ao MOPCI que subvencione, anualmente, um grupo de operários para estudar em oficinas estrangeiras (França, Inglaterra, Alemanha) de forma a formar profissionais qualificados que possam dinamizar as pequenas indústrias e oficinas e, ainda, integrar o corpo docente das escolas¹²⁰.

A referência explícita ao ensino industrial nos discursos da coroa surgiu pela primeira vez em 1905, sendo anunciadas propostas do governo para o seu desenvolvimento, promessa que se repetiu no ano seguinte, para "*maior utilização profissional do nosso ensino industrial*"¹²¹, mas que não mais seria retomada até ao final da monarquia constitucional. Registaram-se, contudo, algumas intervenções neste sentido nos anos subsequentes.

Para Antonino Vaz Machado, em 1906, urgia concretizar as medidas legisladas, desenvolvendo as práticas laboratoriais e oficinais sem as quais o ensino industrial não poderia considerar-se técnico e profissional¹²². O Conde de Paçô Vieira, em 1907, na discussão do OGE, considerava que devia ser aumentado o número de escolas de desenho industrial no país¹²³. No mesmo sentido, Ascensão Guimarães defendia, em 1908, que se alargasse o ensino técnico e profissional a todo o país e se lhe conferisse uma orientação mais prática apetrechando-o com o material necessário¹²⁴. Sabino Coelho, em 1909, pugnou igualmente pela profusão de cursos técnicos e profissionais que pudessem ser frequentados após a instrução primária¹²⁵. Segundo este deputado o exemplo a seguir não deveria ser o da França, com as suas Escolas Primárias Superiores e Escolas de Artes e Ofícios, mas o de países como a Suíça, a Alemanha, a Áustria e os Estados Unidos. O deputado destacava os baixos custos do ensino profissional de Zurique, a capacidade de formação de operários da escola técnica de Basileia e as três modalidades de escolas (profissional, técnica e mecânica) de Genebra. A divisão entre os cursos técnicos e profissionais foi também sublinhada no caso das escolas alemãs e austríacas. No mesmo ano, Brito Camacho, na discussão do tratado comercial com a Alemanha, associava o atraso das indústrias portuguesas à insuficiência do ensino técnico em Portugal¹²⁶.

A dimensão profissional do ensino industrial afigura-se, nos discursos dos

¹²⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 494-495.

¹²¹ Discurso da Coroa, *Ibidem*, 1906, sessão de 12 de Outubro, p. 10; cf. Discurso da Coroa, *Ibidem*, 1905, sessão de 1 de Maio, pp. 9-10.

¹²² Cf. Intervenção de Antonino Vaz de Macedo, *Ibidem*, 1906, sessão de 26 de Outubro, pp. 5-6.

¹²³ Cf. Intervenção do Conde de Paçô Vieira, *Ibidem*, 1907, sessão de 20 de Março, p. 7.

¹²⁴ Cf. Intervenção de Ascensão Guimarães, *Ibidem*, 1908, sessão de 24 de Agosto, p. 6.

¹²⁵ Cf. Intervenção de Sabino Coelho, *Ibidem*, 1909, sessão de 6 de Agosto, p. 6.

¹²⁶ Cf. Intervenção de Brito Camacho, *Ibidem*, 1909, sessão de 20 de Agosto, p. 10.

deputados, como um elemento basilar, mas a relação entre o tipo e o grau de prática oficial com o perfil concreto do público destinatário não fica claramente expressa. O destinatário é referido, de forma imprecisa, como operário, como mestre de oficina ou como proprietário de estabelecimento de pequena indústria. Esta indefinição dos verdadeiros objectivos e destinatários do ensino industrial terá determinado, em parte, as distintas orientações conferidas ao ensino nas escolas industriais, a instabilidade do seu desenvolvimento e os limites do seu sucesso.

7.1.3.2. Dissonâncias e incongruências em torno do ensino profissional feminino

As referências à formação profissional feminina são esparsas e pouco numerosas e não coincidem significativamente com as intervenções sobre o ensino industrial. As opiniões expressas por alguns deputados sobre a educação feminina e, em particular, sobre a necessidade de uma preparação de carácter mais profissionalizante para as raparigas, vocacionada para o exercício de actividades no sector secundário, são pontuais ou surgem integradas na discussão de projectos relativos ao ensino primário ou secundário. São muito raros os discursos sobre as mulheres que convocam o ensino das escolas industriais e de desenho industrial, o que significa que a necessidade do ensino profissional feminino raramente surge associada ao ensino industrial.

As referências à instrução e à formação profissional femininas estão maioritariamente associadas aos labores, à economia doméstica ou à formação para o sector dos serviços, reflectindo a hegemonia de um discurso que associa a representação feminina ao paradigma da domesticidade, uniformizando as distintas origens sociais das mulheres¹²⁷. Apenas a concretude da realidade local, pela importância que nela assumem as vidas quotidianas, corporizadas em homens e mulheres que pertencem a grupos sociais definidos e se inserem em actividades e profissões específicas, logrou contrariar a incompatibilidade discursiva entre formação profissional feminina e trabalho no sector das indústrias. Ilustram esta situação os casos, atrás analisados, das rendeiras da escola de Peniche, ou das propostas apresentadas na Câmara para a criação

¹²⁷ Numa clara referência ao acesso das mulheres ao terciário, Mariano de Carvalho afirma que "*nem o sexo feminino escapou à fúria de empregar gente estranha ao quadro dos correios*" (*Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1884, 22 de Março, p. 813); Elvino de Brito, ministro das Obras Públicas em 1899, ao justificar a reorganização dos serviços do MOPCI e as possibilidades de redução de despesas, assegurava que nos serviços de correios e telégrafos a categoria de ajudante tinha passado a ser exclusivamente feminina (cf. Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Elvino de Brito, *Ibidem*, 1899, sessão de 19 de Maio, p. 17).

de oficinas para o sexo feminino em diversas escolas do país¹²⁸.

As intervenções relativas à instrução das mulheres não reflectem uma linha discursiva coerente, pois a preparação de cariz profissional, quando aplicada às mulheres, reflecte quase sempre a contaminação do princípio da domesticidade. Deste modo, o ensino da economia doméstica, por exemplo, era defendido como preparação profissional para as mulheres das classes populares.

Em 1890, José Júlio Rodrigues, no contexto do *Ultimatum*, alertou para os problemas de ordem interna, sobretudo económicos, e dedica a parte final de um longo discurso à importância do ensino¹²⁹. Identificando-se com "*a escola política do Sr. Conselheiro Emídio Navarro*"¹³⁰, pugnou pelo desenvolvimento do ensino industrial e profissional, mas as propostas que apresentou eram divergentes do plano de ensino industrial incrementado por aquele estadista. Defendeu a criação, em Lisboa e no Porto, de escolas de ofícios e, para o sexo feminino, de escolas de economia doméstica¹³¹. Com estas últimas pretendia que as "*raparigas pobres, essas pobres criaturas nossas irmãs na vida e no destino, mas desajudadas dos bens de fortuna e a preciosa educação profissional para os granjear (...) [aprendessem] a cozinha e outras artes domésticas, como as regras do bom viver caseiro, regrado e moralizador*"¹³². O seu objectivo era evitar que "*resvalem por esses pendores tão perigosos, onde não raro se afundam a honra individual e a reputação das famílias*"¹³³, ou seja, a sua proposta reflecte preocupações de cariz social e a ela subjaz uma concepção instrumentalizadora da domesticidade feminina como via de regulação social.

O papel moralizador das mulheres no seio das famílias era entendido como uma forma de prevenir os males sociais, entre os quais a prostituição, bem patente nas palavras do autor. Os exemplos dos conteúdos a serem ministrados destinavam-se a formar uma boa "doméstica", que devia executar todas as tarefas no interior de sua casa, e não uma "dona-de-casa", cujo saber se dirigia à gestão do lar, incluindo a criadagem, e a secundar o marido nos convívios sociais¹³⁴. Evocando Emídio Navarro no início das suas considerações, a sua ideia de formação profissional das mulheres era distinta, porém, da que se praticava nas escolas industriais.

¹²⁸ Ver capítulos 4.1.1., 4.1.2., 6.2.1. e 6.2.2..

¹²⁹ Cf. Intervenção de José Júlio Rodrigues, *Diário da Câmara dos Senhores...* op. cit., 1890, sessão de 10 de Maio, pp. 167-169.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 168.

¹³¹ Cf. *Ibidem*, p. 169.

¹³² *Ibidem*, p. 168.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ Sobre a utilização das expressões "doméstica" e "dona-de-casa" ver nota 16 do capítulo 2.1.1..

Um mês mais tarde, no debate da organização do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, o ensino manual ou profissional feminino foi alvo de referências por parte de alguns deputados. José Júlio Rodrigues retomou a intervenção atrás citada para desafiar o Governo para que desse "*às filhas das famílias do povo, em vez de uma instrução postiça, um ensino prático, um ensino que as habilitasse a viver condignamente na posição a que podem inspirar*"¹³⁵. Esta intervenção, porém, mais do que promover uma qualquer modalidade de ensino profissional, constituiu, sobretudo, uma crítica implícita ao ensino secundário liceal para o sexo feminino: "*o que quer o governo fazer com relação ao ensino do sexo feminino? Quer fazer das mulheres doutoras, ou dar-lhes outro ensino?*"¹³⁶. Esta pergunta remete directamente para a alteração, em 1890, do programa de estudos da Escola Maria Pia, que deixou de incluir a vertente profissionalizante na sequência do seu currículo ter sido uniformizado com o dos liceus masculinos¹³⁷.

João Arroyo, Ministro da Instrução Pública, assegurou-lhe que estudaria com a maior atenção as escolas femininas de ensino secundário de modo a evitar a mera importação de legislação estrangeira. Na sua mente estava um programa "*relativo à educação da mulher em que o governo lhe facultasse toda a educação do menage*"¹³⁸, ou seja, a introdução do ensino da economia doméstica. Teófilo Ferreira não deixou de enumerar as medidas que promovera, no início da década de 1880, quando estivera à frente do pelouro da instrução da Câmara Municipal de Lisboa, a favor do ensino popular, incluindo o ensino especial de labores nas escolas do sexo feminino¹³⁹.

José de Castro interveio a favor dos institutos para a educação da mulher, mas, corroborando José Júlio Rodrigues, insistiu que o ensino neles ministrado fosse essencialmente prático e vocacionado para as tarefas domésticas, sublinhando que "*na gente do povo ainda é mais imprescindível esta educação*"¹⁴⁰. Assim, segundo ele, o ensino de línguas e outras disciplinas só poderia interessar às mulheres da alta sociedade

¹³⁵ Intervenção de José Júlio Rodrigues, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1890, sessão de 25 de Junho, p. 865.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ A Escola Primária Superior Maria Pia foi inaugurada em 1885 pela Câmara Municipal de Lisboa, passa a oferecer uma preparação de tipo liceal a partir de 1890 e em 1906, com a criação do ensino liceal feminino (decreto de 31/01/1906 de Eduardo José Coelho) converte-se no primeiro Liceu feminino (cf. FUENTE, Maria José de la, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*).

¹³⁸ Intervenção do Sr. Ministro das Obras Públicas, João Arroyo, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1890, sessão de 26 de Junho, p. 900.

¹³⁹ Cf. Intervenção de Teófilo Ferreira, *Ibidem*, 1890, sessão de 26 de Junho, p. 894.

¹⁴⁰ Intervenção de José de Castro, *Ibidem*, 1890, sessão de 28 de Junho, p. 924.

ou àquelas que, sendo "*gente do povo (...) [se] queiram dedicar ao professorado*"¹⁴¹. Nesta conformidade, solicitou ao Ministro da Instrução Pública que não deixasse de organizar esses estabelecimentos para as mulheres, porque "*é nos seus joelhos que se forma o que há de melhor no mundo: um homem de bem e uma mulher honesta*"¹⁴², declarando que essa "*medida é de alta conveniência social*"¹⁴³. Defendeu, ainda, que o ensino teórico introduzia a vaidade nas mulheres do povo, convertendo-as de mulheres honestas em "*tipas*"¹⁴⁴, ou, por outras palavras, em prostitutas.

No debate suscitado pela reforma de João Franco sobre o ensino industrial, decretada em 1891, o diálogo encetado sobre a formação feminina é revelador da disparidade dos pressupostos em que se baseavam os interlocutores. José Júlio Rodrigues, na sua crítica ao diploma, prognosticou que, com a reorganização em curso, o ministro iria inverter a tendência de aumento da frequência feminina das escolas e das oficinas verificada após a reforma de Emídio Navarro¹⁴⁵. João Franco, na sua resposta, frisou que "*todas as escolas são frequentadas pelos dois sexos*"¹⁴⁶. Acrescentou, ainda, que existiam "*oficinas disseminadas por onze escolas*"¹⁴⁷ e que o deputado, na sua fala, se tinha desviado das finalidades do ensino industrial, pois insistira "*muito nas aulas de caligrafia e de ensino doméstico*"¹⁴⁸ que não faziam parte do currículo daquelas escolas. O assunto foi retomado por Adriano Monteiro que, criticando uma proposta de José Júlio Rodrigues, para que se criasse uma cadeira de culinária nas escolas industriais, afirmou jocosamente que "*o sábio professor teria de mandar a sua cozinheira para o ensino oficial da arte culinária*"¹⁴⁹, querendo com isso dizer que o curso se mostrava tão pouco útil que seria difícil recrutar candidatas em número suficiente para assegurar o seu funcionamento. Nada mais foi acrescentado e o assunto ficou encerrado, sem que a Câmara fosse, ou mostrasse vontade de ser, esclarecida sobre os conteúdos das

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ Cf. Intervenção de José Júlio Rodrigues, *Ibidem*, 1891, sessão de 16 de Dezembro, p. 7. Em virtude de o deputado não ter entregue o discurso integral, apenas o seu resumo se encontra publicado, pelo que não é possível saber com pormenor o seu conteúdo.

¹⁴⁶ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Franco Castelo Branco, *Ibidem*, 1891, sessão de 19 de Dezembro, p. 19.

¹⁴⁷ *Ibidem*. Na realidade, segundo o diploma, estão previstas onze oficinas de ensino técnico profissional para o sexo feminino distribuídas por nove escolas, dado que duas delas, a Rainha D. Maria Pia, em Peniche, e a Rainha D. Amélia, em Setúbal, dispunham de duas oficinas para o efeito, uma de "rendas, costura e bordados" e outra de "corte de roupa" (cf. decreto de 8/10/1891, *Diário do Governo* nº 227 de 9/10/1891).

¹⁴⁸ Intervenção do Ministro das Obras Públicas, Franco Castelo Branco, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1891, sessão de 19 de Dezembro, p. 20.

¹⁴⁹ Intervenção de Adriano Monteiro, *Ibidem*, 1891, Apêndice à sessão de 29 de Dezembro, p. 20.

aprendizagens das raparigas que frequentavam as escolas e as oficinas do ensino industrial.

Estas intervenções evidenciam, por um lado, a influência do debate, nacional e internacional, em torno da instrução secundária para o sexo feminino, no qual o ensino da economia doméstica assume um papel central, e, por outro lado, a dificuldade em configurar uma formação profissional para as mulheres das classes trabalhadoras que não se restringisse aos trabalhos de agulha ou de labores femininos contemplados nos currículos da instrução primária. Quando Oliveira Simões, em 1903, defendeu a necessidade da iniciativa particular na criação e manutenção de escolas e oficinas para o ensino industrial, referiu o exemplo de escolas em funcionamento nos países europeus, entre os quais a Alemanha, onde se formavam raparigas "*para criadas, para cozinheiras, para engomadeiras, etc.*"¹⁵⁰.

Não se fala numa instrução com vista à qualificação para o desempenho de actividades profissionais remuneradas no sector secundário, que garantam um acréscimo dos proventos familiares ou a sua autonomia económica em caso de necessidade (situação que outros autores coevos apresentam para justificar a instrução profissional das raparigas). A preparação das mulheres da classe trabalhadora é aqui entendida como um mecanismo de reforço, não só do modelo da domesticidade, mas do papel improdutivo da mulher, propugnado para as classes médias. A preparação obtida por uma percentagem significativa de raparigas e de mulheres, que frequentavam as escolas industriais e oficinas anexas, e a sua utilidade para a economia nacional não merecem menção explícita.

As iniciativas parlamentares, a favor de uma formação profissional de raparigas e de mulheres para o exercício de actividades no sector secundário são raras, no entanto, afiguram-se significativas, pois por elas perpassam trechos do país real a que os parlamentares não eram, de um modo geral, tão sensíveis. Um dos exemplos é o do Projecto de Lei de João de Paiva, de 1891, que, como já atrás se referiu, foi uma das duas iniciativas parlamentares, durante este período, com vista a uma reforma do ensino profissional secundário, alternativa aos cursos ministrados nas escolas industriais¹⁵¹.

O texto introdutório dedica especial atenção ao desenvolvimento do ensino profissional em arte de minas, agricultura e piscicultura, de modo a incrementar as respectivas indústrias no país. Segundo o seu autor, aquela última, quer na costa

¹⁵⁰ Intervenção de Oliveira Simões, *Ibidem*, 1903, sessão de 6 de Maio, p. 9.

¹⁵¹ Cf. Projecto de Lei de 16/06/1891 de João de Paiva, *Ibidem*, 1891, sessão de 17 de Junho, pp. 2-19. Ver capítulo 7.1.2.2..

marítima, quer nas margens dos rios, não só se adequava plenamente às características geográficas do país, como apresentava a dupla vantagem de não exigir capitais avultados e de poder "*não só ser exercida pelo homem, mas até pela mulher, como acontece com a criação das aves domésticas, das abelhas, da seda, etc.*"¹⁵². A concretização do ensino feminino, todavia, ficou omissa, pois, o articulado do projecto deixou para uma Comissão, a nomear pelo Governo, a função de organizar os cursos, currículos, programas e estabelecimentos.

Outra iniciativa, de carácter mais restrito, foi apresentada, em 1904, por Reis Torgal. O deputado entregou um projecto de lei que autorizava o governo a criar "*duas escolas de arte tipográfica para indivíduos do sexo feminino; uma junto da imprensa Nacional e outra junto da Imprensa da Universidade*"¹⁵³. O projecto não chegou a ter segunda leitura e, portanto, não foi admitido, facto a que não foi alheia, mais uma vez, a dissolução das Cortes, exactamente no dia seguinte à sua apresentação¹⁵⁴. Embora este último projecto não se integrasse directamente na estrutura do ensino industrial público, nele se expressam necessidades de formação concreta e distinta daquela que as escolas industriais proporcionavam ao sexo feminino, indiciando a diversidade de actividades exercidas por raparigas e mulheres, as quais exigiam um determinado grau de especialização.

O processo de transformação da Colegiada de Guimarães em estabelecimento de ensino constitui um exemplo paradigmático da imprecisão de contornos conferidos à formação profissional destinada ao sexo feminino. Iniciado por Francisco Machado, em 17 de Março de 1888, com base numa Representação dos habitantes de Guimarães contra a extinção eminente da Colegiada, o assunto arrastou-se durante três anos¹⁵⁵. O deputado sugeriu a constituição de um *Petit Séminaire* com aulas preparatórias para o estudo eclesiástico, mas João Franco, ao secundar a iniciativa, alargou as possibilidades de reconversão da Colegiada a uma função preparatória ou complementar do ensino da escola industrial¹⁵⁶. Neste sentido apresentou um Projecto de Lei no qual se previa a conversão

¹⁵² *Ibidem*, p. 6

¹⁵³ Intervenção de Reis Torgal, *Ibidem*, 1904, sessão de 19 de Abril, p. 8.

¹⁵⁴ Cf. AHP, *Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões*, Legislatura de 1902-1904, Livro nº 1430, fl. 182, Projecto de Lei nº 32-A de Luís Gonzaga dos Reis Torgal.

¹⁵⁵ Cf. Intervenção de Francisco Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1888, sessão de 17 de Março, pp. 819-820; segundo a lei de 01/12/1869, que suprimiu as colegiadas, estas iam sendo extintas à medida que falecia o último cônego. A idade avançada dos cônegos da colegiada de Guimarães tornava preocupante o futuro da instituição.

¹⁵⁶ Cf. Intervenções de Francisco Machado e de Franco Castelo Branco, *Ibidem*, 1888, sessão de 17 de Março, pp. 819-820.

da Colegiada num estabelecimento de ensino livre, para os dois sexos, com o formato de escola especial, isto é, com a possibilidade de funcionamento de cursos de carácter prático, diurnos, nocturnos ou dominicais, desde que autorizados pelo Governo e custeados pela Câmara Municipal, Sociedade Martins Sarmiento ou outra corporação local¹⁵⁷.

O articulado do projecto definia o currículo de base da escola e determinava que as disciplinas dele constantes fossem "*desdobradas em cursos para o sexo masculino e cursos para o feminino, em dias alternados, quando haja concorrência de alunos matriculados de um e outro sexo*"¹⁵⁸. O texto introdutório do projecto sublinhava a importância da instrução do sexo feminino "*extensamente empregado em ocupações industriais e de comércio*"¹⁵⁹. Considerando que "*as mulheres em Guimarães não restringem a sua actividade ao governo doméstico*"¹⁶⁰, o projecto determinava "*cursos alternados para o sexo masculino e para o sexo feminino*"¹⁶¹.

Francisco Machado e João Franco insistiram nesta causa em sessões posteriores, aludindo a Representações de diversas associações vimaranenses, as quais, todavia, se dividiram entre a defesa de um currículo mais profissionalizante ou, pelo contrário, um de tipo liceal, que servisse as classes médias, dado já existir uma escola industrial na localidade¹⁶². É interessante verificar que, nas Representações que sustentam a primeira hipótese, a instrução do sexo feminino é indicada como um dos requisitos comumente aceite nos países mais desenvolvidos, abrindo-se "*escolas apropriadas para o desenvolvimento literário e profissional das mulheres, quer para os mesteres industriais, quer para empregos de comércio*"¹⁶³.

O currículo de tipo liceal, porém, vai ganhando mais adeptos, por um lado porque era apoiado pela influente Sociedade Martins Sarmiento e, por outro lado, porque se ajustava melhor à outra vertente de ensino, a de carácter religioso, que não se poderia ignorar naquela instituição¹⁶⁴. Em inícios de 1889, na sessão seguinte da legislatura, o assunto foi retomado por Francisco Machado, que objectivou o rumo menos

¹⁵⁷ Cf. Projecto de Lei nº 34-C, de 06/04/1888, de João Franco, *Ibidem*, 1888, sessão de 10 de Abril, pp. 1023-1025, segunda leitura na sessão de 11 de Abril, pp. 1035-1037.

¹⁵⁸ *Ibidem*, Art. 8º, p. 1024.

¹⁵⁹ *Ibidem*, Texto Introdutório, p. 1024.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Cf. Intervenções de João Franco, *Ibidem*, 1888, sessões de 27 de Abril, p. 1249, 2 de Maio, p. 1366, e 9 de Maio, p. 1494; Francisco Machado, *Ibidem*, sessão de 9 de Maio, p. 1496.

¹⁶³ Representação nº 185 dos Industriais e artistas de Guimarães, *Diário do Governo*, nº 117 de 23/05/1888; cf. Representação nº 150 da Associação Comercial de Guimarães, *Ibidem*, nº 98, de 30/04/1888.

¹⁶⁴ Cf. Representação nº 172 da Sociedade Martins Sarmiento, *Diário do Governo*, nº 109 de 14/05/1888; Intervenções de João Franco, Francisco Machado e Ministro da Justiça, Francisco Beirão, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1888, sessão de 11 de Junho, pp. 1949-1953.

profissionalizante num Projecto de Lei que já não contemplava qualquer modalidade de ensino para o sexo feminino¹⁶⁵. Apesar de João Franco não ter insistido no seu projecto inicial, as divergências políticas entre os dois deputados foram-se acentuando.

Seis meses mais tarde, na legislatura seguinte, sendo João Franco Ministro da Fazenda no novo Governo, foram renovadas as iniciativas dos dois projectos¹⁶⁶. Dada a natureza da Colegiada, o parecer foi pedido à Comissão dos Negócios Eclesiásticos. Esta, todavia, limitou-se a propor uma autorização ao Governo para converter a Colegiada em estabelecimento de ensino de disciplinas preparatórias para curso teológico e outras a definir¹⁶⁷. O projecto foi discutido e aprovado sem que o conteúdo de qualquer dos dois projectos anteriores, de João Franco e de Francisco Machado, tivesse sido tido em conta. Deste modo, com a expressão "*outras [disciplinas] a definir*"¹⁶⁸, ficou indeterminado o currículo daquele estabelecimento.

O debate em torno do currículo e dos/as destinatários/as da Colegiada revela que, no que respeita ao sexo masculino, os deputados não pareciam ter dúvidas acerca dos grupos sociais aos quais se destinavam, respectivamente, o ensino profissional (fosse o das escolas industriais, fosse o ministrado no âmbito da instrução primária, das escolas especiais ou das escolas de iniciativa particular) e o ensino liceal, mas, no caso do sexo feminino, essa dissociação não era tão clara.

O trabalho das mulheres no sector secundário, referido em diversas intervenções, surge, nos discursos parlamentares, dissociado da qualificação e formação profissionais, ao contrário do que sucede com os homens. A presença feminina nas indústrias é mencionada no âmbito das discussões sobre a protecção do trabalho das mulheres e dos menores nos estabelecimentos fabris, assunto que perpassou os debates parlamentares entre 1881 e 1910, com particular incidência até 1891, quando foi publicado o primeiro

¹⁶⁵ Cf. Projecto de Lei nº 3-M, de 19/01/1889, de Francisco Machado, *Ibidem*, 1889, sessão de 19 de Janeiro, pp. 141-143, segunda leitura, *Ibidem*, sessão de 21 de Janeiro, pp. 158-159; e intervenções de Franco Castelo Branco, *Ibidem*, sessões de 18 de Janeiro, p. 132, 10 de Abril, pp. 323-324, 9 de Maio, pp. 619-620; e de Francisco Machado, *Ibidem*, sessão de 8 de Maio, p. 600.

¹⁶⁶ Cf. Projecto 133-F, de 19/06/1890, de Francisco Machado, renovando iniciativa do Projecto de Lei nº 3-M, de 19/01/1889, *Ibidem*, 1890, sessão de 20 de Junho, pp. 793-795; Projecto 139-C, de 25/06/1890, de Jacinto Cândido, renovando iniciativa do Projecto de Lei nº 34-C, de 06/04/1888, *Ibidem*, 1890, sessão de 26 de Junho, pp. 879-880; e intervenções de Francisco Machado, *Ibidem*, 1890, sessões de 19 de Junho, pp. 754-755, de 26 de Junho, pp. 883-884; de Franco Castelo Branco, *Ibidem*, sessão de 19 de Junho, p. 760; de Eduardo Abreu, *Ibidem*, sessão de 9 de Julho, p. 1113.

¹⁶⁷ Cf. Projecto nº 147, de 1/07/1890, da Comissão dos Negócios Eclesiásticos, *Ibidem*, 1890, sessão de 6 de Agosto, pp. 1730-1731.

¹⁶⁸ Intervenções de Elvino de Brito, Jacinto Cândido, Paulo Cancela, Ministro da Justiça (Lopo Vaz), Francisco Machado, Eduardo José Coelho, Francisco Beirão, Frederico Laranjo, *Ibidem*, 1890, sessão de 6 de Agosto, pp. 1734-1742, e Apêndice à sessão de 6 de Agosto, pp. 1744A-1744J.

decreto que regulamentou a matéria em Portugal¹⁶⁹.

A preocupação com a instrução, presente, desde início, em todos os projectos sobre a protecção do trabalho nas indústrias, referia-se concretamente ao ensino primário e, apenas vagamente, a escolas profissionais¹⁷⁰. Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI, reiterou, no projecto que apresentou em 1881, a obrigatoriedade de frequência do ensino primário pelos menores de ambos os sexos, em conformidade com a reforma do ensino primário de Rodrigues Sampaio, publicada em 1878¹⁷¹. Determinava esta lei que a frequência da instrução primária era obrigatória para as crianças de ambos os sexos, entre os seis e os doze anos, e que o seu cumprimento era responsabilidade, não só dos pais, ou de outras pessoas com equivalente papel educativo, mas também dos proprietários de fábricas, oficinas ou outra empresa agrícola e industrial¹⁷². Neste sentido, o projecto de Saraiva de Carvalho previa a possibilidade de os industriais criarem escolas nas fábricas, mistas ou não, as quais podiam ser subsidiadas pelas Câmaras Municipais.

Augusto Fushini, em 1885, na introdução ao seu projecto de regulamentação do trabalho dos menores na indústria, frisou que o inquérito industrial de 1881 desvelara um analfabetismo muito elevado entre os menores e que estes, começando a trabalhar em idade precoce (aos 6 anos, fossem rapazes ou raparigas) e estando sujeitos a longas jornadas de trabalho (10h a 14h), se viam impossibilitados de frequentar a escola primária ou de receber formação profissional¹⁷³. Reiterando o princípio da obrigatoriedade da frequência da instrução primária, estabelecido em 1878, o deputado propunha que as empresas agrícolas ou industriais e os donos de fábricas e de oficinas fossem obrigados a sustentar uma aula de instrução primária, desde que empregassem mais de onze menores de 16 anos, e que os restantes dispensassem as crianças para que pudessem frequentar a escola pública. Embora as escolas industriais já estivessem em funcionamento à data do projecto, este não as contempla, referindo-se, em exclusivo, às

¹⁶⁹ Cf. Decreto de 14/04/1891, *Diário do Governo*, nº 88 de 22/04/1891. Esta questão foi abordada no capítulo 2.1.2..

¹⁷⁰ O ministro do MOPCI, Saraiva de Carvalho, inaugurou, em 1881, a discussão sobre a regulamentação do trabalho na indústria. Cf. "Proposta de lei nº 10-A regulando o trabalho dos menores na indústria", apresentada por Saraiva de Carvalho, ministro do MOPCI, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1881, sessão de 8 de Janeiro, pp. 22-27. Os projectos posteriores, apresentados até à aprovação, em 1891, da primeira legislação sobre a matéria, encontram-se referidos na nota 81, do capítulo 2.1.2..

¹⁷¹ Cf. Carta de Lei de 02/05/1878, alterada pela Carta de Lei de 11/06/1880 e regulamentada pelo decreto-lei de 28/07/1881, in *Reformas do Ensino em Portugal...* *op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 51-60, pp. 67-68 e pp. 88-134, respectivamente.

¹⁷² *Ibidem*, art. 7º.

¹⁷³ Cf. "Projecto de lei sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Diário da Câmara dos Senhores...* *op. cit.*, 1885, sessão de 11 de Julho, pp. 3064-3097.

escolas primárias e prevendo penalizações para os directores e patrões que empregassem menores que não tivessem completado ou não frequentassem aquele nível de ensino.

Os projectos posteriores sobre protecção laboral continuaram a dissociar o ensino industrial da escolaridade obrigatória para os menores e a limitar à instrução primária as escolas que as unidades fabris de maior dimensão eram compelidas a sustentar¹⁷⁴. Para tal contribuía a lentidão com que se generalizava o ensino primário, garantido, constitucionalmente, para ambos os sexos desde 1822 e tornado obrigatório em 1836¹⁷⁵, por Passos Manuel, apesar das diversas medidas que foram sendo legisladas, das quais se podem destacar o sistema de multas, para os pais que não enviassem os filhos à escola, e a obrigatoriedade das Câmaras Municipais participarem nas despesas do ensino, ambas instauradas por Costa Cabral e aperfeiçoadas por diplomas ulteriores, em especial pela reforma de 1878, de Rodrigues Sampaio¹⁷⁶.

A prioridade de "*converter numa realidade a instrução gratuita e obrigatória para todos, para ambos os sexos*"¹⁷⁷, proclamada por Bernardino Machado, foi marcando os objectivos da educação popular, o que remeteu o ensino técnico e industrial, destinado às classes trabalhadoras, para um lugar secundário nos debates parlamentares até à República. A formação do cidadão liberal alicerçava-se na escola primária e o pensamento republicano continuou a considerá-la "*le grand moteur de l'édification de la «Patrie Nouvelle»*"¹⁷⁸, pois ela garantia, através da formação cívica, uma adequada socialização dos indivíduos, de acordo com o projecto de regeneração e progresso da Nação.

As referências à formação profissional das mulheres surgem, até 1910,

¹⁷⁴ Cf. "Proposta de lei nº 5-G sobre regulamentação do trabalho dos menores na indústria", apresentada por Tomás Ribeiro, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1886, sessão de 29 de Janeiro, pp. 241-242; "Proposta de lei regulando o trabalho dos menores e das mulheres na indústria", apresentado por Emídio Navarro, ministro do MOPCI, *Ibidem*, 1887, sessão de 29 de Julho, pp. 2183-2186; "Proposta de renovação de iniciativa sobre a regulação do trabalho dos menores na indústria", apresentado pelo deputado Augusto Fushini, *Ibidem*, 1890, sessão de 5 de Maio, pp. 65-67.

¹⁷⁵ Cf. Decreto de 15/11/1836 que estabeleceu um Plano da Instrução Primária (in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 37-41). Já no ano anterior, Rodrigo da Fonseca Magalhães proclamara a obrigatoriedade do ensino primário (decreto de 07/09/1835, *ibidem*, pp. 4-8), mas três meses depois as suas disposições foram suspensas por Mouzinho de Albuquerque (Decreto de 02/12/1835, *ibidem*, p. 19), por falta de recursos.

¹⁷⁶ Cf. Decreto de 20/09/1844, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 1, pp. 115-139 e decreto de 02/05/1878, *Ibidem*, Tomo I, vol. 2, pp. 51-60.

¹⁷⁷ Intervenção de Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1883, sessão de 19 de Janeiro, p. 95.

¹⁷⁸ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Peuple, patrie et nation: les mots et les idées dans le Discours parlementaire portugais du dix-neuvième siècle", *Parliaments, Estates and Representation*, vol. 16, London, 1996, p. 112.

associadas, sobretudo, ao debate sobre o ensino secundário. O deputado José Saldanha, em 1882, expressou com clareza aqueles que permaneceriam dois dos grandes pilares argumentativos sobre a instrução secundária para o sexo feminino: uma educação, em primeiro lugar, mais prática do que teórica e, em segundo lugar, adequada à posição social das raparigas¹⁷⁹. No que respeita a esta última, contudo, só eram mencionadas possibilidades de saídas profissionais em actividades do sector terciário (correios e telégrafos, por exemplo), ou seja, as profissões que se começavam a alargar às mulheres das classes médias.

O debate em torno de um ensino secundário de vertente mais prática e vocacionado para as actividades rurais e fabris de cada região acentuou-se a partir da criação das escolas secundárias municipais, prevista na reforma do ensino secundário de 1880, apresentada pelo governo progressista de Luciano de Castro¹⁸⁰. Aprovada e regulamentada na generalidade no mesmo ano, a reforma não chegou a ser definida na especificidade. A fim de suprir tal lacuna, o governo regenerador de Tomás Ribeiro propôs, em 1882, uma nova reforma, que se revestiu de dois aspectos inovadores, a saber, a quantidade de referências ao ensino secundário feminino e o enfoque na formação profissional¹⁸¹. A proposta do ministro privilegiava Guimarães, Covilhã e Portalegre para a instalação das primeiras escolas, as mesmas localidades que tinham constado da reforma do ensino industrial de 1864 e que voltariam a ser contempladas por António Augusto Aguiar quando, em 1884, criou as primeiras escolas industriais e de desenho industrial. O parecer da Comissão parlamentar de instrução primária e secundária considerou a proposta inicial lacunar no que se referia ao ensino do sexo feminino e esse assunto seria retomado no debate¹⁸².

A controvérsia centrou-se, porém, em temas como o ensino das línguas estrangeiras¹⁸³, a conformidade do currículo à missão de mãe e de educadora¹⁸⁴ e o ensino da ginástica¹⁸⁵. As opiniões dividiram-se quanto a incluir no projecto em apreço

¹⁷⁹ Cf. Intervenção de D. José de Saldanha, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1882, sessão de 1 de Maio, p. 1303.

¹⁸⁰ Cf. Lei de 14/06/1880, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 69-74; ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates... op. cit.*

¹⁸¹ Cf. ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates... op. cit.*, pp. 50-79 e pp. 323-624. Esta proposta foi brevemente referida no capítulo 3.1.2..

¹⁸² Cf. Decreto-Lei nº 20, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1883, sessão de 5 de Março, p. 549.

¹⁸³ Cf. Intervenção de Lopes Vieira, *Ibidem*, 1883, sessão de 5 de Março, pp. 554-558.

¹⁸⁴ Cf. Intervenção de Alberto Pimentel, *Ibidem*, sessão de 9 de Março, pp. 604-607.

¹⁸⁵ Cf. Intervenção de Elias Garcia, *Ibidem*, sessão de 10 de Março, pp. 621-634 e intervenção de Cunha Belém, *Ibidem*, sessão de 12 de Março, pp. 652-653.

o ensino secundário para o sexo feminino¹⁸⁶ ou a elaborar uma proposta específica sobre a matéria¹⁸⁷. Defendia o deputado Gonçalves de Freitas que a instrução era essencial para que a mulher consciencializasse a "*grandeza da sua missão*"¹⁸⁸ e para que tivesse "*condições de conquistar pelo trabalho a independência*"¹⁸⁹, mas é na sua própria classe social que ele pensa, explicitando-o ao concluir que tinham servido de talismã ao seu discurso "*três nomes: esposa, filha e mãe*"¹⁹⁰. Contra argumentava Cunha Belém que a mulher devia ser instruída, mas só para ser educadora competente, porque aquela "*que faz profissão de sábia é quase inútil, é estéril*"¹⁹¹.

O projecto, discutido ao longo de dezassete sessões, não chegou a ser analisado pela Câmara dos Pares, nem a ser aprovado¹⁹². As escolas secundárias municipais, criadas pela Lei de 1880, seriam abolidas em 1886, encontrando-se em pleno funcionamento, nessa altura, o ensino industrial.

Em 1886, Bernardino Machado reintroduziu na Câmara dos Deputados a questão do ensino secundário para o sexo feminino, mas, embora o ministro do Reino e presidente do Conselho, Luciano de Castro, tenha concordado com a urgência da sua criação, só no ano seguinte apresentaria uma proposta nesse sentido¹⁹³. O ministro retomou a malograda iniciativa de D. António da Costa, que estabelecera, em 1870, um Instituto de ensino secundário para o sexo feminino durante os escassos dois meses em que encabeçou o efémero Ministério de Instrução Pública¹⁹⁴. Apesar de uma referência inicial "*às aptidões específicas de que [a mulher] é dotada, e de que tem dado exuberantes provas no exercício de alguns cargos e de diversas profissões artísticas, industriais e comerciais (...)*"¹⁹⁵, a proposta de Luciano de Castro limitava-se a

¹⁸⁶ Cf. Intervenção de Gonçalves de Freitas, *Ibidem*, sessão de 12 de Março, pp. 644-645 e intervenção de Cunha Belém, *Ibidem*, pp. 652-653.

¹⁸⁷ Cf. Intervenção de Bernardino Machado, *Ibidem*, sessão de 7 de Março, pp. 592-593.

¹⁸⁸ Intervenção de Gonçalves de Freitas, *Ibidem*, sessão de 12 de Março, p. 644.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 645.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ Intervenção de Cunha Belém, *Ibidem*, p. 654.

¹⁹² Cf. ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates... op. cit.*

¹⁹³ Cf. Intervenção de Bernardino Machado, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1886, sessão de 2 de Abril, p. 774 e intervenção do Presidente do Conselho de Ministros, Luciano de Castro, *Ibidem*, 1886, sessão de 2 de Abril, p. 774 e sessão de 5 de Abril, pp. 812-813; Proposta de lei nº 107-H, *Ibidem*, 1887, sessão de 4 de Junho, pp. 1009-1010.

¹⁹⁴ Cf. Decreto de 03/08/1870. O Ministério de Instrução Pública, criado pelo governo do Duque de Saldanha em 22/06/1870, foi dirigido por D. António da Costa até 29/08/1897, data em que houve mudança governamental. O referido ministério foi assumido pelo Bispo de Viseu, sobreviveu, ainda, à remodelação do executivo de 29/10/1870 e viria a ser extinto em 27/12/1870. Todas as medidas de D. António da Costa foram revogadas. Cf. CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino... op. cit.*; LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino... op. cit.*

¹⁹⁵ Proposta de lei nº 107-H, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1887, sessão de 4 de Junho, p. 1009.

preconizar a instrução das mulheres das "*classes média e superior*"¹⁹⁶, não só para os deveres de esposa, mãe e dona-de-casa, mas também para "*as carreiras para que as suas qualidades predominantes ou as suas disposições naturais de espírito a convidem, no meio da sociedade*"¹⁹⁷. O currículo, porém, não incluía qualquer disciplina profissionalizante, nem mesmo para o sector terciário, mas dele constava o ensino da higiene e da economia doméstica. Enviado às Comissões de Instrução Primária e Secundária e de Fazenda, os respectivos pareceres só seriam apresentados no hemiciclo em Agosto de 1887¹⁹⁸ e não foram discutidos.

O assunto do ensino secundário para o sexo feminino ficou pendente e no início do ano seguinte o Discurso da Coroa menciona a intenção do governo em legislar sobre a matéria¹⁹⁹. O processo, porém, acabaria por seguir trâmites inusuais. Durante a discussão de um projecto sobre instrução primária, o deputado Júlio Vilhena apresentou uma proposta de estabelecimento de institutos de ensino secundário para o sexo feminino²⁰⁰. Não obstante a disparidade entre as duas matérias, o projecto foi considerada oportuno, foi discutido, aprovado e publicado num diploma peculiar, que integrava também disposições sobre instrução primária e sobre o ensino secundário para o sexo masculino²⁰¹. O currículo definido era uma versão aligeirada do ensino liceal masculino ao qual se somavam a pedagogia, a higiene e a economia doméstica, mas os institutos nunca chegaram a abrir.

As propostas e diplomas sobre o ensino secundário feminino, apesar de partirem do diagnóstico de uma realidade na qual as mulheres exerciam actividades profissionais, não respondiam, nos planos de estudos definidos, a qualquer formação profissionalizante, nem mesmo vocacionada para o ingresso das filhas das classes médias no sector terciário. O contraste entre a ausência de debate em torno de um ensino profissional para a população feminina das classes trabalhadoras e o conjunto de propostas que, embora esparsas, foram sendo elaboradas, desde 1870, com D. António da Costa, para o ensino secundário feminino destinado às classes médias e altas, evidencia que a elite política estava, sobretudo, preocupada com os conteúdos de

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 1010.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ Cf. Projecto de lei nº 167, *Ibidem*, 1887, sessão de 8 de Agosto, pp. 2406-2408.

¹⁹⁹ Cf. Discussão do Projecto de resposta ao discurso da Coroa, *Ibidem*, 1888, sessão de 29 de Fevereiro, p. 635.

²⁰⁰ Cf. Intervenção de Júlio Vilhena, *Ibidem*, 1888, sessão de 7 de Julho, pp. 2420-2421.

²⁰¹ Cf. Intervenções de António Pereira Carrilho, *Ibidem*, p. 2421, de Luciano de Castro, Ministro do Reino, *Ibidem*, p. 2421, de Souto Rodrigues, *Ibidem*, p. 2422, de Pedro Monteiro, *Ibidem*, p. 2423, de Barbosa de Magalhães, *Ibidem*, p. 2423 e de João Pinto dos Santos, *Ibidem*, p. 2423 e pp. 2424A-2424C. Cf. Carta de lei de 09/08/1888, in *Reformas do Ensino em Portugal... op. cit.*, Tomo I, vol. 2, pp. 267-269.

instrução destas últimas, procurando formatá-las de acordo com o modelo de domesticidade feminina, consubstanciado na missão de esposa/dona-de-casa e de mãe/educadora. É, portanto, esta vertente que predomina nos discursos, deixando pouco espaço às propostas vocacionadas para o ensino profissional das mulheres das classes trabalhadoras.

7.2. O pensamento e as propostas dos técnicos coordenadores do ensino nas escolas industriais

A análise das ideias e propostas de todos os educadores e pedagogos que se pronunciaram sobre o ensino industrial e profissional, ou, ainda, sobre o ensino profissional para o sexo feminino, intento que justificaria, em si próprio, um projecto colectivo de investigação, está fora do alcance deste trabalho²⁰². Afigura-se, contudo, relevante, para a compreensão da inclusão do sexo feminino nos estabelecimentos e oficinas do ensino industrial público, aprofundar as propostas e concepções defendidas pelo grupo restrito daqueles que intervieram directamente no sistema.

Alguns dos técnicos que acompanharam de perto o ensino nas escolas industriais, desde a sua criação, em 1884, produziram pensamento sobre a matéria, para além das iniciativas de cariz mais concreto, assinaladas em capítulos anteriores²⁰³. Os relatos, reflexões e análises críticas dos coordenadores constituem, no conjunto dos diversos discursos produzidos, por intelectuais e pedagogos, sobre o ensino industrial e a instrução profissional das mulheres, um núcleo de particular importância. Os posicionamentos por estes assumidos podem oferecer uma tripla valência.

Uma primeira marca que particulariza os pareceres e ditames destes actores é a sua emergência a partir do interior da realidade sobre a qual opinam. Esta circunstância não determina que a analisem com maior rigor ou profundidade em comparação com outras figuras coevas. O seu envolvimento nas questões concretas de funcionamento e a defesa de interesses particulares, decorrentes do lugar que ocupam no sistema, podem,

²⁰² Utiliza-se o termo "educador" no sentido amplo que lhe é conferido in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores... op. cit.*. O ensino profissional e, mais raramente, o industrial para as raparigas é referido em alguns trabalhos de investigação sobre o pensamento educativo de algumas figuras proeminentes da educação oitocentista. Cf., entre outros, BARREIRA, Isaque, *Ramalho e a Educação. Outros tempos - os mesmos problemas*, Braga, Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1995; FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os problemas... op. cit.*; ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica... op. cit.*; RODRIGUES, Sofia Leal, *Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*; VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa... op. cit.*

²⁰³ Em especial capítulos 4.2.2. 5.1. e 5.2..

mesmo, ter-se traduzido num olhar mais parcelar ou subjectivo. No entanto, tendo em devida conta o lugar de onde falam, são as pequenas sensibilidades destes técnicos e pedagogos, sobre a adequação do ensino industrial à formação profissional de homens e de mulheres, que importa descortinar.

O segundo aspecto a relevar é que, tratando-se de intervenientes directos no sistema, as teses por eles advogadas influenciaram, em maior ou menor grau, consoante a posição que ocupavam, as redes pessoais de amizade que os sustentavam e os apoios políticos de que beneficiaram, os rumos daquele ensino, quer a nível decisório – Marques Leitão e António Arroio, por exemplo, colaboraram na feitura de diplomas legais –, quer a nível de propostas concretas respeitantes ao real funcionamento da rede escolar – contratação de pessoal docente e não docente, abertura de oficinas, para citar apenas alguns exemplos. Isto significa que as ideias que defenderam foram, não só difundidas discursivamente, convencendo, com maior ou menor eficácia, contemporâneos e vindouros, mas também convertidas com frequência em práticas que foram configurando a realidade do ensino nas escolas industriais.

Por fim, o seu estatuto de técnicos com responsabilidade coordenativa confere aos seus testemunhos um valor historiográfico de primeira ordem, pelo que os seus escritos se convertem em material de memória decisivo para a construção do conhecimento sobre o ensino nas escolas industriais de 1884 até à 1ª República, em especial no que respeita à articulação entre os seus objectivos e o real funcionamento de escolas e oficinas que foram frequentadas por alunos e aprendizes de ambos os sexos.

7.2.1. O corpus documental

Não seria viável, no âmbito deste estudo, realizar um levantamento das ideias expressas, na vasta produção jornalística, sobre o ensino nas escolas industriais e a formação profissional para homens e mulheres, por um significativo número daqueles que intervieram, quer nas estruturas orgânicas do sistema, quer no funcionamento efectivo dos estabelecimentos escolares, substancializando as opções políticas contidas nos diplomas legais e/ou emanadas da tutela ministerial e influenciando os decisores, através de propostas e de práticas antecipadas²⁰⁴. Madeira Pinto, Joaquim de

²⁰⁴ A apreciação do pensamento legislativo dos ministros, com base na interpretação dos diplomas que instituíram, reorganizaram e regulamentaram o ensino nas escolas industriais entre 1884 e 1910, foi realizada no capítulo 3.2.2.. As iniciativas e acções práticas levadas a cabo pelos responsáveis pela coordenação central e regional do ensino nas escolas industriais foram analisadas no capítulo 4.2..

Vasconcelos, Joaquim Telo, Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro são alguns dos dirigentes do MOPCI e dos inspectores do ensino nas escolas industriais que mantiveram colaboração regular na imprensa periódica. Esta, todavia, não se encontra, na maior parte dos casos, compilada. O *corpus* documental a analisar circunscrever-se-á, assim, por razões de ordem metodológica, à documentação acessível, produzida no quadro do sistema do ensino industrial (ofícios e relatórios, por exemplo), acrescida dos escritos compilados ou editados em publicação autónoma²⁰⁵.

Do conjunto de técnicos que coordenaram o ensino nas escolas industriais, entre 1884 e 1910, acompanhando e orientando a sua concretização, destacam-se, no que se refere ao *corpus* documental, os inspectores das escolas. Francisco da Fonseca Benevides e José Guilherme de Parada e Silva Leitão, inspectores desde a criação das escolas até 1891, deixaram relatórios anuais da sua actividade²⁰⁶. António Arroio, que deteve o mais longo vínculo à inspecção daquele ensino (1892-1924), não deixou relatórios regulares, mas os que escreveu contêm historiais introdutórios com muita informação²⁰⁷. Nos relatórios, os inspectores expressam ou deixam transparecer o modo como encaram a adequação das escolas industriais ao sexo feminino.

Os relatórios de António Arroio, sobretudo os de 1911, de 1914 e de 1915, têm sido as fontes mais exploradas pelos investigadores²⁰⁸. O facto de António Arroio incluir nos seus relatórios um historial crítico do ensino nas escolas industriais, confrontando os objectivos definidos nas diversas reformas com os resultados propiciados pela sua aplicação, confere àqueles documentos uma grande riqueza informativa. Acresce que estes textos oferecem quadros interpretativos sistematizados, o que não acontece com a maior parte da documentação disponível sobre a matéria, o que,

²⁰⁵ Por documentação acessível entende-se a que se encontra disponível para consulta nos arquivos e bibliotecas, dado que grande parte das fontes relativas ao ensino industrial público, para o período que antecede a 1ª República, permanece por localizar e/ou inventariar (cf. NÓVOA, António (coord.), *Instituto Histórico... op. cit.*).

²⁰⁶ Consultar fichas biográficas no Anexo 13. Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul. 1885-1887; 1888-89; 1890-91... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Sul. 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888, 1889-1890... op. cit.*; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte. 1884-1885 a 1886-1887; 1887 a 1888; 1888-1889; 1889-1890; 1890 a 1891... op. cit.*

²⁰⁷ Consultar fichas biográficas no Anexo 13. Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891 - 1892)... op. cit.*; ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*, pp. 3-226; "Missão de estudo a algumas escolas de ensino técnico industrial...", in *op. cit.*, pp. 227-360; ARROIO, António, *Relatório sobre a situação da Escola Industrial... op. cit.*; ARROIO, António, *Relatórios sobre a reorganização... op. cit.*. Neste conjunto de relatórios, António Arroio refere e cita passagens de outros que teria elaborado em 1895, 1897, 1903, 1906 e 1910, mas que não foi possível localizar. Esta documentação poderá estar no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cujo acervo se encontra, na maior parte, por inventariar.

²⁰⁸ Ver referências bibliográficas na nota anterior. Os relatórios sobre as escolas de Setúbal e de Alenquer, de 1915, foram publicados em 1916.

no imediato, é tido como vantajoso.

As imprecisões e lacunas dos relatórios de António Arroio, no que respeita à realidade do ensino industrial para períodos anteriores ao exercício da sua função inspectora, sobretudo no que se refere à circunscrição do sul, não têm obstado a que eles sejam assumidos, com frequência, como pontos de partida. Ao atribuir, por exemplo, o atraso do ensino profissional feminino em Portugal ao facto de este não se ter desenvolvido separado do masculino, mas ter estado sempre anexo às escolas industriais, António Arroio afirma que a escola de Peniche constituía um caso singular de frequência exclusiva de mulheres²⁰⁹. Este parecer, desfasado da realidade, revela que o inspector, em 1911, data em que o escreveu, não dominava a realidade do ensino industrial a nível nacional²¹⁰. Dezasseis anos mais tarde, porém, a mesma informação foi reproduzida num artigo da *Revista das Escolas Técnicas Elementares*, cujo autor se terá baseado, por certo, no texto de António Arroio²¹¹. Sublinhe-se, ainda, que parte dos referidos relatórios data da 1ª República, factor que assume particular relevância no que respeita à instrução e formação profissional para o sexo feminino.

Os relatórios anuais de Fonseca Benevides e Parada Leitão, elaborados entre 1884 e 1891, período durante o qual exerceram o seu mandato como inspectores, são documentos oficiais destinados a informar os superiores hierárquicos sobre o funcionamento e respectivos resultados das escolas. Estes documentos têm sido consultados, de uma maneira geral, a título complementar para obter dados sobre a instalação, actividade e progresso das escolas. Exceptuam-se os dois trabalhos pioneiros sobre o ensino industrial, a saber, o artigo de Joaquim Ferreira Gomes, escrito em finais da década de 1970, e a obra de Mário Alberto Nunes Costa, publicado em 1990, que conferiram primordial importância aos documentos deixados pelos dois primeiros

²⁰⁹ Cf. ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*.

²¹⁰ A escola de Peniche esteve integrada no sistema, tal como as outras escolas; foi frequentada pelos dois sexos como se verificou nos capítulos 5.1., 5.2. e 6.2.2.. No relatório datado de Abril de 1911, António Arroio apresentou uma proposta de reorganização curricular das escolas, baseado nas informações que recolhera, na sua qualidade de inspector, até 1910, mas não se pronunciou sobre a maioria das escolas mais pequenas, que funcionavam como escolas de desenho industrial. Sugeriu que fossem os directores das respectivas escolas – Viseu, Peniche, Caldas da Rainha, Leiria, Tomar, Setúbal, Viana do Alentejo, Portalegre, Lagos, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo – a expor a oferta profissional desejável para cada localidade (Cf. "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*). Apenas para citar outro exemplo, no relatório de 1915 (publicado em 1916) sobre a escola de Alenquer, António Arroio, afirmando ter feito uma pesquisa bibliográfica e local, através de entrevistas várias, sublinha que não eram conhecidas as razões do encerramento daquela escola, ocorrido em 1899, facto que se encontra relatado nos registos da inspecção (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*).

²¹¹ Cf. "Esboço histórico do ensino industrial em Portugal – 2ª parte", *Revista das Escolas Técnicas Elementares*, Ano I, nº 8, 1927, pp. 121-126. Embora o artigo não tenha sido assinado, o destaque que nele se dá a Emídio Navarro é incompatível com a posição crítica de António Arroio face àquele estadista, pelo que é improvável que ele tenha sido o seu autor.

inspectores, tendo, por certo, contribuído para tal, o facto de estarem ambos confinados a balizas cronológicas que não ultrapassaram o final do século XIX²¹².

Carlos Adolfo Marques Leitão, director da escola Marquês de Pombal, constituiu, como atrás se assinalou, uma figura incontornável no desenvolvimento do ensino nas escolas industriais, pois manteve uma colaboração regular com as estruturas de coordenação, assumindo, a título interino, o serviço inspectivo na circunscrição do sul²¹³. Deixou alguns escritos sobre o ensino industrial que reflectem os seus pontos de vista sobre a matéria²¹⁴.

Os textos de Marques Leitão, datados, na sua maioria, das duas primeiras décadas do século XX, apresentam-se sob a forma de sínteses organizadas e, à semelhança dos de António Arroio, têm sido privilegiados pela historiografia. Os primeiros trabalhos publicados, até à República, são de apresentação global do ensino em eventos internacionais, como conferências e exposições industriais, tratando-se, neste último caso, de textos oficiais que lhe foram cometidos. As conferências proferidas em finais dos anos vinte de noventa são balanços críticos sobre o ensino industrial, baseados na sua longa experiência profissional pessoal, não tendo, assim, um vínculo formal com o sistema. No que respeita ao rigor da informação que veicula, já atrás se assinalou como estranho o facto deste inspector interino da circunscrição do sul e director da maior escola industrial do país ter omitido a presença, laureada com medalha de ouro, dos trabalhos das alunas da escola de Peniche, na Exposição Universal de Paris, de 1889²¹⁵.

Os restantes documentos do *corpus* atrás definido, pela sua descontinuidade e/ou difícil acesso, quase não têm sido utilizados para a produção de conhecimento historiográfico sobre o desenvolvimento do ensino nas escolas industriais, contudo fornecem elementos cruciais sobre o pensamento dos técnicos coordenadores do ensino nas escolas industriais.

Joaquim de Vasconcelos, conservador e director do Museu Industrial do Porto e inspector da circunscrição do norte por um breve período (1891-92), desempenhou um papel de relevo na implementação do ensino industrial e na dinamização de exposições

²¹² Cf. GOMES, Joaquim Ferreira, "Escolas Industriais...", in *op. cit.*, pp. 73-145; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal... op. cit.*

²¹³ Consultar ficha biográfica no Anexo 13.

²¹⁴ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Escola Industrial Marquez de Pombal... op. cit.*; LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel... op. cit.*; LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, "Ensino industrial...", in *op. cit.* vol. 1, pp. 569-584; LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Dois Conferências*, Lisboa, Tip. Maurício, 1917; LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *O Ensino Técnico Elementar. Três períodos da sua vida*, Lisboa, 1930.

²¹⁵ Ver capítulo 6.1.3..

dos trabalhos realizados nas escolas, assuntos sobre os quais deixou registos de propostas e de avaliação de iniciativas²¹⁶.

Ramalho Ortigão, inspector da circunscrição do sul entre 1891 e 1892, deixou, na correspondência trocada com o MOPCI, propostas e comentários que reflectem a sua concepção de ensino industrial, incluindo para o sexo feminino²¹⁷. Importa cotejar o conteúdo destes ofícios com alguns dos textos que dedicou ao ensino profissional e feminino na vasta obra que publicou. Luciano Cordeiro, que o substituiu na função e nela se manteve até 1899, poucos registos escritos deixou, tanto mais que a correspondência oficial com o MOPCI é muito lacunar para o seu período de exercício²¹⁸.

No que respeita aos dirigentes que asseguraram a coordenação central do ensino nas escolas industriais, Silvestre Bernardo Lima, Ernesto Madeira Pinto e Joaquim Telo, apenas se encontra localizada e disponível para consulta uma parte da correspondência oficial trocada com os inspectores e as escolas²¹⁹. No caso daquele último, a sua participação directa na organização de exposições no Museu Industrial de Lisboa e de mostras dos trabalhos das escolas nas exposições industriais, proporcionou alguns testemunhos sobre a matéria nas publicações associadas a algumas dessas iniciativas.

A correspondência trocada entre estes técnicos e o MOPCI, apesar de não cobrir todo o período em análise, fornece dados complementares de incontestável relevância para a compreensão da sua acção e do seu pensamento²²⁰.

7.2.2. A visibilidade conferida à frequência feminina do ensino industrial pelos primeiros inspectores

Os relatórios elaborados pelos dois primeiros inspectores, Francisco da Fonseca Benevides e José Guilherme de Para e Silva Leitão, durante o seu período de exercício

²¹⁶ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma de Belas-Artes... op. cit.*; VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III... op. cit.*; VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas... op. cit.*; VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas... op. cit.*

²¹⁷ Consultar ficha biográfica no Anexo 13. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*.

²¹⁸ Consultar ficha biográfica no Anexo 13. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*; *Registo de correspondência entrada (1895-1896; 1896-1897)*.

²¹⁹ Consultar fichas biográficas no Anexo 13.

²²⁰ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*; Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Minutas de ofícios para Escolas e Museus (1887)*; *Registo de correspondência expedida para os museus e escolas industriais e comerciais (1884-1887)*; Fundo do MOPCI, RI, *Registo de comunicações expedidas (1870-1887)*; *Registo de correspondência entrada (1895-1896; 1896-1897)*.

(1884-1891) são documentos de carácter informativo e, portanto, mais descritivos que especulativos. A sua leitura permite, no entanto, identificar perspectivas e práticas distintas relativamente ao ensino nas escolas, das quais se retém, para análise, a relevância conferida à frequência feminina e ao ensino oficial.

Como já se referiu, a integração de raparigas e mulheres nas escolas industriais e de desenho industrial foi uma iniciativa dos inspectores, em primeiro lugar de Fonseca Benevides²²¹. É de salientar que este último tem a preocupação de informar pormenorizadamente, em todos os seus relatórios, os dados respeitantes ao sexo feminino. Sabe-se, por ele, que na circunscrição do sul as aulas eram em geral mistas, estando sempre assinaladas as raras excepções verificadas²²². Este inspector especifica, também, a evolução das matrículas – "*o número de alunos do sexo feminino também aumentou*"²²³ – e o seu alargamento a novas escolas – "*no ano lectivo de 1884 a 1885 houve alunos deste sexo em quatro escolas (...) no ano de 1885 a 1886 (...) [houve] ensino para os dois sexos em todas as escolas*"²²⁴.

O relatório relativo ao ano lectivo de 1886/87 é um exemplo cabal de quão precisas e discriminadas eram as informações de Fonseca Benevides. Relata, por exemplo, que na escola Marquês de Pombal, devido a alguns professores primários não terem dispensado as suas alunas "*às terças, quintas e sábados, das dez às onze e meia horas da manhã (...) foi necessário estabelecer um curso de noite*"²²⁵, para que elas pudessem frequentar as aulas do curso de desenho elementar. Descreve que nas escolas de Torres Vedras, das Caldas da Rainha e de Portalegre os métodos de ensino aplicados ao sexo feminino foram iguais aos utilizados para o sexo masculino e que, na última escola, "*os resultados obtidos foram ainda superiores*"²²⁶.

No final do ano lectivo de 1890/91, Fonseca Benevides, ao comunicar que nas escolas tinha sido ensinado em larga escala, mesmo ao nível do desenho elementar, o desenho geométrico com a utilização de instrumentos gráficos, realçava que "*até o sexo feminino tem acolhido com grande favor esta espécie de desenho, sobressaindo mesmo,*

²²¹ Ver capítulo 4.2.4.1..

²²² Funcionaram classes separadas para o sexo feminino, em 1884/85, nas escolas Marquês de Pombal em Alcântara e Afonso Domingues, em Xabregas, ambas na capital; em 1885/86, nas escolas Marquês de Pombal, na de Tomar e na das Caldas da Rainha; a partir de 1886/87 apenas na Marquês de Pombal; cf. Relatórios da inspecção da circunscrição do sul, referenciados na nota 206 do capítulo 7.2.1..

²²³ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1886]... op. cit.*, p. 19.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul [1887]... op. cit.*, p. 4.

²²⁶ *Ibidem*, p. 19.

em algumas escolas, aos trabalhos produzidos pelos alunos do sexo masculino"²²⁷.

Parada Leitão é muito mais parco nas alusões ao sexo feminino, registando-se um único comentário, no relatório de 1884/85, sobre a sua afluência às escolas: "*quanto aos alunos do sexo feminino, foi ainda em Guimarães que concorreram em maior número às lições (...), nas outras escolas, a não ser a do Bonfim, ou não se matriculou nenhuma aluna, ou se alguma se matriculou, não concorreu às lições*"²²⁸. Esclarecia o inspector que a razão da maior regularidade de frequência dos dois sexos em Guimarães se devia, por um lado, ao papel promotor da Sociedade Martins Sarmento e, por outro lado, à predominância da indústria caseira, onde a dispensa para assistir às aulas era mais fácil do que nos estabelecimentos fabris, pois o elevado custo dos combustíveis para iluminação desencorajava os trabalhos ao serão, deixando estes livres para assistir aos cursos da escola. Nos relatórios posteriores não há qualquer menção à evolução da situação aqui descrita²²⁹.

A exploração da mão-de-obra infantil, "*crianças de oito a dez anos já sob o peso de um trabalho às vezes bem fatigante, encerradas numa fábrica, respirando um ar viciado (...) durante catorze e mais horas (...) fazendo serões até às dez horas, e se o trabalho urge muitas vezes até à meia noite*"²³⁰, é uma das causas apontadas por Parada Leitão para o absentismo nas escolas do norte. Apelava, então, a que fosse aprovada a lei de regulamentação do trabalho de menores e das mulheres, que já tinha sido, por mais do que uma vez, apresentada nas Cortes. Este foi um assunto que o inspector da circunscrição do sul nunca referiu, nem mesmo a propósito das rendilheiras de Peniche que debutavam com a idade de quatro anos e estavam sujeitas a longas jornadas de trabalho.

No que concerne ao sexo feminino, um outro aspecto ressalta da leitura dos relatórios de Fonseca Benevides e de Parada Leitão, a saber, a distinta categorização utilizada em alguns quadros estatísticos. Embora todos eles apresentem a informação desagregada por sexo, no caso dos quadros com a classificação profissional dos alunos, o uso de categorias mais aplicáveis ao sexo masculino determina a ocultação das profissões exercidas pelas alunas das escolas. Em 1884/85, primeiro ano lectivo de funcionamento das escolas, a maioria das alunas é colocada na categoria "vários" ou "diversos", expressões que foram reconvertidas no *Anuário Estatístico* na de "sem

²²⁷ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas... do Sul... 1890-91... op. cit.*, p. 18.

²²⁸ MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1884-1885 a 1886-1887)... op. cit.*, p. 9.

²²⁹ Cf. Relatórios da inspeção da circunscrição do norte, referenciados na nota 207 do capítulo 7.2.1..

²³⁰ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte. 1884-1885 a 1886-1887... op. cit.*, pp. 10-11.

profissão"²³¹. Apenas algumas das profissões constantes dos mapas se lhes adequam: uma "costureira" e uma "escultor", na circunscrição do norte, e cinco "empacotadores", uma "encaixotador" e duas "professores" na do sul²³². Em 1886/87, é introduzida a categoria "estudantes", a qual passou a registar uma parte das alunas antes inscritas em "vários".

A partir de 1887/88, a expansão das oficinas traduziu-se num leque mais alargado de designações, patente nos relatórios do inspector da circunscrição do sul. Este foi, como se observou, o grande obreiro da concretização do ensino oficial nas escolas, durante a governança de Emídio Navarro²³³. Uma das características que sobressaiu deste processo foi a preponderância das oficinas para o sexo feminino²³⁴. A análise das estatísticas de cada escola, apresentadas por Fonseca Benevides, revela que os respectivos quadros não obedecem a um só critério de categorização profissional, ajustando-se à realidade das respectivas oficinas, em particular em alguns estabelecimentos.

Destaca-se o caso da escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, vocacionada especialmente para o ensino do fabrico de rendas de bilros, cuja directora e professora de desenho industrial, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, utiliza uma nomenclatura própria e mais adaptada à realidade local: "aprendizas de fabrico de rendas", "estudantes" (na qual apenas se registaram os alunos do sexo masculino que frequentavam o curso de desenho industrial), "mestras de rendas", "operárias" e "várias". No ano seguinte as categorias usadas, nesta mesma escola, para enquadrar as alunas restringem-se a "rendeiras" e "várias", pois, mais uma vez, só há "estudantes" do sexo masculino. Em 1889/90 a escola registou, pela primeira vez, "estudantes" do sexo feminino e as duas categorias anteriores permaneceram. Em 1890/91 há apenas registo de alunas "rendeiras" e "estudantes" e a categoria "várias" foi eliminada²³⁵.

Nos relatórios da circunscrição do norte as designações das profissões são menos diversificadas, facto que não será decerto alheio à falta de oficinas²³⁶.

As novas categorias adoptadas, resultantes da conjugação da realidade da frequência das escolas e da consciência dessa realidade por parte dos respectivos

²³¹ MOPCI, DGCI, *Anuario Estadístico de Portugal. 1885... op. cit.*

²³² Manteve-se a designação das profissões de acordo com o género gramatical usado nos quadros estatísticos; cf. Relatórios da inspecção da circunscrição do sul, referenciados na nota 206 do capítulo 7.2.1..

²³³ Ver capítulo 4.2.2.3.2..

²³⁴ Ver capítulo 5.2.1.

²³⁵ Cf. Relatórios da inspecção da circunscrição do sul, referenciados na nota 206 do capítulo 7.2.1..

²³⁶ Cf. *Ibidem*.

directores e/ou do inspector da circunscrição do sul, responsável pelas orientações de carácter prático relativas às escolas, não foram suficientes, todavia, para introduzir uma classificação profissional ajustada à realidade feminina. Não obstante o aumento progressivo do número de "costureiras" e de "professoras", as opções "vários" e "estudantes" congregam a maioria das mulheres, o que inviabiliza qualquer análise rigorosa da actividade profissional das alunas²³⁷.

Ramalho Ortigão, que substituiu Fonseca Benevides em Outubro de 1891, encarava a educação, à semelhança da Geração de 70 e de outros intelectuais oitocentistas, como o melhor meio de fazer progredir o país, a nível político, social e económico, atribuindo o atraso da agricultura e a incipiência da indústria à falta de instrução²³⁸. Segundo Isaque Barreira, Ramalho Ortigão, apesar de preocupado com os elevados índices de analfabetismo registados no país e o reduzido número de escolas nas aldeias, vilas e, mesmo, cidades, centrou-se mais na instrução secundária liceal, ou seja, à que se destinava à burguesia. Teceu severas críticas à deficiência das suas condições logísticas, à inadequação de currículos, programas e métodos, à duração excessiva das férias escolares e, ainda, no caso dos colégios privados, à duvidosa contratação de professores dos liceus como elementos dos júris de exames, a fim de garantir, por meios menos lícitos, a aprovação dos seus alunos. Valorizando a dimensão utilitária da educação, preconizava, no entanto, um programa de instrução secundária que associasse as vertentes científica e profissional²³⁹.

As suas propostas de ensino para as classes trabalhadoras assentavam, na senda das teses defendidas por Joaquim de Vasconcelos, desde os anos 1870, no primado do desenho como condição básica da revitalização das indústrias caseiras e do progresso industrial. Compartilhava com aquele educador a ideia de que "*o povo era e é nas pequenas indústrias caseiras (...) o único depositário da arte nacional*"²⁴⁰. Ramalho Ortigão começou a preocupar-se muito cedo com este tipo de ensino. Em 1876 sublinhava que as rendilheiras de Peniche e de Vila do Conde não sabiam desenhar,

²³⁷ Esta dificuldade foi salientada por Luís Alberto Alves ao trabalhar a informação constante nos Livros de Matrículas da Escola Infante D. Henrique no Porto (cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque... op. cit.*). A identificação da origem socioprofissional das alunas, com base na actividade profissional dos progenitores, afigura-se uma via profícua, mas exige uma investigação morosa a nível local, dado que os registos de matrículas, na maior parte dos casos, não fornecem esse dado (Cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista... op. cit.*).

²³⁸ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa... op. cit.*

²³⁹ Cf. BARREIRA, Isaque, *Ramalho e a Educação... op. cit.*. Ver ficha biográfica de Ramalho Ortigão no Anexo 13.

²⁴⁰ ORTIGÃO, Ramalho, "Os artistas, o povo, Junho de 1882", in *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, Tomo VI, 1991.

faltando-lhes "uma escola de desenho pública e gratuita"²⁴¹ que lhes desenvolvesse o gosto e as competências artísticas de modo a "dar à indústria das rendas portuguesas a grande importância económica de que ela é susceptível"²⁴².

O interesse com que seguiu o desenvolvimento do ensino industrial em Inglaterra, com a fundação do Museu de South Kensington e das escolas de desenho, após a Exposição Universal de 1851, deixava transparecer o valor que atribuía ao "desenho puramente artístico"²⁴³, em detrimento do linear e geométrico, pois "a sorte das indústrias em toda a Europa depende hoje directamente do grau de desenvolvimento artístico de cada povo"²⁴⁴. Sublinhava, neste sentido, o êxito da produção inglesa de artefactos de luxo e de consumo por parte das classes médias e altas, no que respeitava à confecção e respectivos elementos ornamentais, ao mobiliário, à cerâmica, à ourivesaria, às rendas, às encadernações, etc.²⁴⁵. Daqui decorria a crítica que tecia, em 1887, às recém-criadas escolas industriais portuguesas, por não assegurarem a regeneração de oficinas e pequenas indústrias caseiras. Acusava os governantes de ignorarem a obra de Joaquim de Vasconcelos e de manterem o país fora do "moderno movimento escolar"²⁴⁶.

No que se refere ao ensino feminino e ao papel das mulheres na sociedade, Ramalho Ortigão tem propostas distintas, mas transversalizadas por um discurso da domesticidade feminina com vários matizes. As suas posições, mesmo quando se reporta ao seu estrato social, tanto circunscrevem as mulheres à missão de "ser unicamente uma esposa e uma mãe"²⁴⁷, recusando-lhes o exercício de profissões como a de telegrafista, boticária, jornalista ou doutora, como exaltam mulheres que sustentam uma família com o dinheiro da sua actividade, como é o exemplo da pintora holandesa Teresa Schwartze, que ele considerou ter uma "carreira"²⁴⁸ e ser, em termos de qualidade, "o primeiro pintor de retratos na Holanda"²⁴⁹. O valor artístico dos quadros pintados por sua filha, Berta Ramalho Ortigão, premiada pela Sociedade Promotora de Belas Artes em Portugal e aceite, em 1885, no famigerado Grupo do Leão, poderão ter

²⁴¹ ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal... op. cit.*, p. 189.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull... op. cit.*, p. 126.

²⁴⁴ ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda*, Lisboa, Liv. Clássica Edit., s/d., p. 174.

²⁴⁵ Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull... op. cit.*, pp. 114-157.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 155.

²⁴⁷ ORTIGÃO, Ramalho, *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, Lisboa Clássica Editora, 1945, p. 76.

²⁴⁸ ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda... op. cit.*, p. 347. A obra foi escrita em 1883.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 348.

influenciado a segunda atitude²⁵⁰. Não obstante, a disparidade dos seus postulados dificulta o estabelecimento de um fio condutor coerente, pois, como Ana Costa Lopes comentou, "*é como se existissem dois Ramalhos*"²⁵¹.

Ao mesmo tempo que subscrevia com veemência o ideal da *ménagère*, advogando escolas específicas para o efeito, Ramalho, não só aceitava, como enaltecia as competências profissionais das mulheres concretas com que se deparava. A propósito de um Congresso de Mulheres realizado em Paris, em finais dos anos 1870, o folhetinista foi categórico ao declarar "*que não seja médica nem filósofa nem literata e que empregue todo o seu espírito e todo o seu coração em ser unicamente uma esposa e uma mãe*"²⁵². No início da década seguinte usufruía com deferência da hospitalidade da já referida pintora Teresa Schwartze, que o convidou "*para as suas espirituosas soirées de artistas, para os seus jantares a pessoas estrangeiras suas amigas*"²⁵³ e o orientou em visitas a museus. Esta antinomia não corresponde a uma mudança de ponto de vista e a variável "estrangeira" é comum aos dois episódios, o de Paris e o da Holanda. O que parece ter radicalizado o discurso de Ramalho Ortigão, no primeiro caso, foi a presença de um colectivo de mulheres, que se reuniu num congresso público para tratar e decidir de assuntos que lhes diziam respeito e que, segundo Isaque Barreira, "*se revelou altamente feminista, mas com cujas ideias e conclusões o nosso autor se mostrou em desacordo quase total*"²⁵⁴. A singularidade do percurso da pintora, a par de outras trajectórias profissionais femininas, era integrada sem qualquer animosidade, porque, mesmo sendo muitas, estas mulheres não eram encaradas como um grupo.

Nos projectos destinados às mulheres das classes trabalhadoras (filhas de comerciantes, de operários, de artesãos, etc.), que interessam de forma mais directa a este estudo, cruzam-se, também, desígnios diferenciados de acordo com o lugar ocupado na hierarquia socioeconómica. É com naturalidade que Ramalho Ortigão relata o papel das mulheres ou das filhas dos lojistas de Roterdão, que os substituíam ao balcão, que serviam de intérpretes aos estrangeiros, pois "*mais frequentemente que o marido, é a mulher que fala o francês*"²⁵⁵, e que lhes sucediam no negócio. Justificou a importância da aprendizagem do desenho para as indústrias artísticas louvando a

²⁵⁰ Cf. OLIVEIRA, Maria João Lello Ortigão, "Berta Ramalho Ortigão Ramos", in in CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino...* op. cit., pp. 178-179.

²⁵¹ LOPES, Ana Costa, LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da Mulher...* op. cit., p. 525.

²⁵² ORTIGÃO, Ramalho, *Notas de Viagem...* op. cit., p. 76. Sublinhado nosso.

²⁵³ ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda...* op. cit., p. 349.

²⁵⁴ BARREIRA, Isaque, *Ramalho e a Educação...* op. cit., p. 100, nota 10.

²⁵⁵ ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda...* op. cit., p. 194.

iniciativa de uma fábrica de loiças de Delft, que criara uma escola frequentada por "*raparigas entre os quinze e os vinte anos, sérias, bem vestidas (...) representando aos meus olhos na imagem mais simpática a renascente arte industrial da Holanda*"²⁵⁶.

O trabalho das mulheres nas fábricas, não nas indústrias artísticas, mas nos grandes estabelecimentos fabris, onde elas eram utilizadas como mão-de-obra não qualificada, foi condenado por ele em 1873, com hostilidade: "*a fábrica é para as mulheres e é para as crianças o sepulcro do pudor, da honestidade e da saúde*"²⁵⁷. Como alternativa preconizava, na linha de D. António da Costa, a criação de escolas profissionais e, referindo que "*em França, na Inglaterra, na Alemanha e principalmente na Suécia, as mulheres habilitadas nos cursos especiais têm já muitos empregos úteis na indústria e no comércio*"²⁵⁸, apresentava uma extensa lista de exemplos, da qual constavam mulheres proprietárias de fábricas e de oficinas, trabalhadoras nas artes industriais (gravura em madeira, em cobre e outros metais, xilografia, litografia, fotografia, pintura em porcelana, modelagem, rendas e bordados, cartonagem), nos serviços (bancos, seguros, correios e telégrafos, repartições de estatística) e, mesmo, farmacêuticas e médicas²⁵⁹. Destacava o exemplo da Suécia, onde, em 1871, "*2675 mulheres dirigiam os seus próprios negócios [e] quinhentas e quatro mulheres eram proprietárias de fábricas e de oficinas*"²⁶⁰.

Ao enumerar as diversas escolas profissionais para o sexo feminino existentes naqueles países, o autor não deixa de ter em conta a classe social destinatária de cada uma delas, utilizando expressões como "*raparigas pobres*", "*raparigas da classe operária*" e "*raparigas da classe burguesa*"²⁶¹. Durante a sua estada na Holanda, em 1883, preocupou-se em colher informações sobre a situação do ensino, incluindo o que se destinava ao sexo feminino, referindo a existência de uma escola particular e de uma industrial para raparigas em Amesterdão e de onze escolas de costura e de bordados em Roterdão²⁶². A actividade profissional por parte das mulheres era, assim, incentivada, desde que fosse exercida em pequenas unidades de produção ou em casa. A massificação fabril afigurava-se, pois, o principal óbice ao trabalho feminino, mais uma vez associado a um colectivo, menos controlável e com maior potencial de querela pública.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 323.

²⁵⁷ ORTIGÃO, Ramalho, "As mulheres operárias, Novembro de 1873", in *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, Tomo VII, 1992, p. 72.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 73.

²⁵⁹ Cf. *Ibidem*; cf. COSTA, D. António da, *A instrução Nacional... op. cit.*

²⁶⁰ ORTIGÃO, Ramalho, "As mulheres operárias...", in *op. cit.*, p. 73.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 74.

²⁶² Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda... op. cit.*

É neste contexto que Ramalho Ortigão, durante o exercício do cargo de inspector das escolas industriais (1891-1892), mostra particular desvelo com as oficinas de trabalhos femininos anexas às escolas e, em particular, como a de Peniche, cuja direcção, segundo ele, deveria voltar a ser entregue a Maria Augusta Bordalo Pinheiro, pertencente ao seu círculo de amigas e de tertúlia artística²⁶³. O inspector sustentava que o ensino nas escolas industriais não se destinava ao cidadão burguês, mas ao operário, para quem *"qualquer que seja a sua indústria, a aplicação desses conhecimentos positivos e experimentais à prática de cada dia é a condição essencial da sua vida"*²⁶⁴. Ramalho clarificava, referindo-se aos dois sexos, que o desenho que mais lhes interessava aprender era *"o do seu móvel, ou o da sua jóia, o do arco de uma porta, o do revestimento de uma janela, o do tema ornamental de uma encadernação, de um tecido, de um tapete, de um bordado, de uma renda"*²⁶⁵ e concluía afirmando que *"a importante oficina que para o desenvolvimento da produção e da riqueza nacional convém anexar à escola industrial não é a de aprendizagem, mas sim a meu ver a de aperfeiçoamento profissional"*²⁶⁶.

Nesta consonância, seis meses depois, Ramalho Ortigão apresentou ao director-geral da DGCI do MOPCI uma proposta de reforma do ensino industrial. Pretendia tornar o ensino mais profissional, circunscrevendo-o à parte técnica e eliminando as disciplinas mais teóricas (Francês, Física e Química, História Natural, Geografia e História). Para ele não se justificava e até era nefasto que os operários com o curso industrial se pudessem candidatar, como previa a legislação em vigor, ao Instituto Industrial e Comercial, porque o ensino a ministrar-lhes não devia ser mais do que a prática do seu próprio ofício. Ramalho Ortigão considerava que os operários eram, de facto, os grandes destinatários deste ensino, o qual só deveria ser gratuito para eles. Aos restantes alunos caberia pagarem não só as matrículas, mas também o material de estudo. Defendia que todas as escolas deveriam ter o seu museu escolar e um pequeno laboratório químico, bem como uma oficina de aplicação profissional e uma oficina para o sexo feminino com as áreas de costura, tapeçaria e cartonagem. Sugeria, também, a organização de uma biblioteca ambulante e a criação de uma categoria de professores viajantes que formassem os mestres e directores das oficinas. Advogava, ainda, tal como

²⁶³ Sobre as iniciativas concretas de Ramalho Ortigão, como inspector, ver capítulo 4.2.4.4. e 6.2.2..

²⁶⁴ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1892)*, officio nº 3507 de 16/11/1891, fl. 19.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Ibidem*, fl. 30.

Joaquim de Vasconcelos, que o ensino do desenho elementar passasse para a instrução primária de modo a assegurar uma maior implantação do ensino industrial no país²⁶⁷.

A proposta de reforma elaborada por Ramalho Ortigão não teve seguimento e, no mês seguinte, ele renunciou ao cargo. Continuou, porém a pugnar pela recuperação das indústrias domésticas através do ensino do desenho industrial para operários, insistindo que, por essa via, se poderiam converter as "*indústrias caseiras em indústrias de concorrência*"²⁶⁸.

Na circunscrição do norte, Joaquim de Vasconcelos substituiu Parada Leitão e desempenhou funções na mesma altura que Ramalho Ortigão²⁶⁹. Joaquim de Vasconcelos foi um dos maiores defensores da recuperação e da revitalização das indústrias caseiras, as quais, segundo ele, esmoreciam por falta de originalidade e de criatividade dos motivos, "*monótonos, do mesmo gosto, barroco e rococó*"²⁷⁰, por falta de escolas para o ensino do desenho. Atribuía particular importância ao fabrico das rendas de bilros, que ocupava milhares de mulheres "*desde Viana do Castelo até Peniche e Setúbal, desde Vila Real de Santo António até Lagos*"²⁷¹, o qual, frisava ele em 1884, não tinha qualidade artística, pois o seu ensino "*se transmite na família, ou se dá em casa de uma mestra, que repete hoje, sem critério, o que se fazia há cem anos*"²⁷². Joaquim de Vasconcelos declarava que só com escolas e boas mestras é que as rendas de bilros poderiam conquistar o mercado nacional, destronando o consumo de artigos estrangeiros por parte das classes mais abastadas.

Já atrás se assinalou o seu papel precursor das escolas de ensino industrial em Portugal e a importância das suas propostas, elaboradas em 1879, para a orgânica do sistema instituído por António Augusto Aguiar²⁷³. A sua perspectiva de melhorar, através do ensino do desenho, em escolas e oficinas, o labor artístico dos operários e artífices das pequenas unidades de produção ligadas às industriais caseiras, norteou, em parte, o surto de oficinas na circunscrição do sul entre 1886 e 1890, embora tivessem sido introduzidas novas aprendizagens, associadas ao progressivo uso de inovações técnicas e tecnológicas no sector secundário, como os laboratórios de química e o

²⁶⁷ Cf. *Ibidem*, ofício nº 3699 de 07/05/1892, fls. 317-326

²⁶⁸ ORTIGÃO, Ramalho, *O culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 2ª ed., s/d., p. 139.

²⁶⁹ Joaquim de Vasconcelos exerceu o cargo de inspector entre Outubro de 1891 e Maio de 1892. Ver ficha biográfica no Anexo 13. A sua acção como inspector foi analisada no capítulo 4.2.4.3..

²⁷⁰ "Opinião da imprensa. Artigo de Joaquim de Vasconcelos no *Comércio do Porto*, números 149 a 152", in *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães... op. cit.* p. 146.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 147.

²⁷² *Ibidem*, p. 152.

²⁷³ Sobre o papel de Joaquim de Vasconcelos ver capítulos 3.1.1. e 3.1.2.; sobre a organização do ensino industrial ver capítulo 3.2.2..

tirocínio com instrumentos mecânicos (teares, máquina de costura, entre outros) e com máquinas movidas a vapor, para citar alguns exemplos.

Em 1891, seis meses antes de tomar posse como inspector, Joaquim de Vasconcelos, à data director do Museu Industrial do Porto, instava para que as escolas industriais do norte fossem dotadas com oficinas, seguindo o exemplo da circunscrição do sul, de modo a proporcionarem a vertente profissionalizante que ele tanto prezava²⁷⁴. Argumentava ele que a prática oficinal se poderia concretizar sem custos demasiado elevados. Na realidade, o custo de instalação das oficinas, embora variasse de acordo com o equipamento necessário a cada área profissional, não ultrapassava, em média os 250\$000 réis, salvaguardados os casos especiais, como o de Peniche, atrás assinalado²⁷⁵. Maior encargo implicava o seu funcionamento, não só devido às despesas com material, mas também com o pagamento dos salários dos mestres e das mestras, cujo valor médio mensal era, respectivamente, de 25\$000 e de 12\$000 réis²⁷⁶.

Joaquim de Vasconcelos, à semelhança de Fonseca Benevides e de Ramalho Ortigão, atribuía um valor idêntico às artes industriais associadas a cada um dos sexos e sublinhava a excelência do desempenho do sexo feminino na aprendizagem do desenho, como enunciou de forma concludente ao apreciar, em 1891, os trabalhos das escolas²⁷⁷.

Ao tomar posse como inspector, porém, confrontou-se com as medidas tomadas por João Franco, as quais introduziram uma primeira inflexão no rumo prosseguido até àquele momento pelo ensino industrial. Joaquim de Vasconcelos não chegou a exercer o cargo até ao final do ano lectivo, ficando o relatório relativo a 1891/92 a cargo de António Arroio, que lhe sucedeu. O ministro, com o objectivo de reduzir despesas, não só suprimira escolas, como limitara a oferta curricular e profissionalizante da maioria das escolas, optando por concentrar os recursos financeiros em estabelecimentos maiores, com maior frequência, melhor equipados e com uma oferta mais diversificada. Isto significou, na prática, o reforço das escolas Infante D. Henrique, no Porto, e, sobretudo, Marquês de Pombal, em Lisboa, as quais se demarcaram ainda mais dos

²⁷⁴ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas... op. cit.*

²⁷⁵ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*; Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Livro de despesas pagas pela Inspeção (1884-1893)*; Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de correspondência expedida para os museus e escolas industriais e comerciais (1884-1887)*; Fundo do MOPCI, RI, *Registo de correspondência entrada (1895-1896; 1896-1897)*. Para o caso de Peniche consultar o capítulo 6.2.2..

²⁷⁶ Os valores variavam de escola para escola. Só com a reforma de 1897 é que se estabeleceu um valor anual fixo para os salários dos mestres (360\$000 réis) e das mestras (300\$000 réis). Sobre a evolução dos salários dos e das mestras ver capítulo 5.3.3..

²⁷⁷ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas... op. cit.*. Os comentários de Joaquim de Vasconcelos foram analisados no capítulo 6.1.1..

restantes estabelecimentos do país. O decreto de 1891 previa que nas escolas e oficinas pudessem ser ensaiados, por iniciativa governamental ou privada, "*os aparelhos, materiais e processos susceptíveis de emprego vantajoso nas indústrias locais*"²⁷⁸, pretendendo criar respostas para as necessidades de desenvolvimento tecnológico.

No sul, Luciano Cordeiro substituiu Ramalho Ortigão e manteve-se à frente da inspeção da circunscrição até à fusão dos dois lugares de inspector, do sul e do norte, em 1899²⁷⁹. Luciano Cordeiro, tal como Ramalho, encarava as escolas industriais como estabelecimentos de ensino destinados a operários e artífices "*e não institutos destinados a mais desafogada população e carreira e não, sobretudo, institutos de preparação ou de ensino especulativo*"²⁸⁰.

Durante o seu exercício, manteve uma atitude vigilante e favorável face à frequência feminina das escolas, à manutenção ou à abertura das respectivas oficinas e ao nível de qualidade das aprendizagens que nelas tinham lugar²⁸¹. O inspector mostrou-se, também, empenhado em atribuir o ensino do desenho, na escola de Peniche, a uma professora, que ele reconhecia como mais competente para o efeito do que o professor lá colocado e, quando a mudança se consumou, advogou que ela auferisse o vencimento atribuído, por tabela, aos professores e não um mero salário de contratada²⁸².

Apesar da permanente contenção de verbas para as escolas, ao longo do período de exercício de Luciano Cordeiro, o número de oficinas para o sexo feminino registou um ligeiro incremento, suplantando, mesmo, o das que se destinavam ao sexo masculino²⁸³. Mais notório foi, contudo, o reforço das respectivas mestras, que triplicaram entre 1890/91 e 1894/94²⁸⁴. Recorde-se que na circunscrição do norte funcionou apenas, até 1910, uma oficina para o sexo feminino. A reorganização dos cursos, elaborada por Bernardino Machado, em Outubro de 1893, foi favorável a esta evolução, mas a insistência de Luciano Cordeiro, na contratação de mestras e na abertura de oficinas, terá, por certo, contribuído de forma decisiva para os resultados práticos obtidos.

²⁷⁸ Decreto de 08/10/1891, art. 85º-f), *Diário do Governo* nº 227 de 09/10/1891.

²⁷⁹ Ver ficha biográfica no Anexo 13.

²⁸⁰ AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1892)*, circular às escolas nº 3781 de 06/08/1892, fl. 431.

²⁸¹ Foram apresentados exemplos destas posições no capítulo 4.2.4.4..

²⁸² Sobre este assunto consultar capítulo 6.2.2..

²⁸³ Consultar gráfico 12 no capítulo 5.2.1..

²⁸⁴ Consultar Quadro XI no capítulo 5.3.1..

A título de exemplo, refira-se que o inspector, em Novembro de 1893, ao receber as primeiras propostas de programas adequados à reorganização dos cursos decretada, trinta dias antes, por Bernardino Machado, que lhe tinham sido enviados pelos/as directores/as de oito escolas, considerou que apenas duas respondiam aos requisitos²⁸⁵. Solicitou, então, aos superiores, autorização para que o respectivo pessoal fosse confirmado nos seus lugares "*no desejo de apressar a reabertura das escolas «Rainha D. Maria Pia» e «Rainha D. Amélia»*"²⁸⁶, ou seja, das escolas de Peniche e de Setúbal, ambas, por coincidência, dirigidas por mulheres.

Joaquim de Vasconcelos e Ramalho Ortigão sofreram o impacto das novas orientações decorrentes da reforma de João Franco de 1891. Ambos defendiam o projecto anterior, de disseminação de pequenas oficinas onde a aprendizagem privilegiava a aplicação do desenho artístico e ornamental aos artefactos das indústrias caseiras, que se pretendia recuperar para a indústria de luxo, incluindo as que se encontravam associadas ao sexo feminino. O esforço que desenvolveram teve alguma continuidade na circunscrição do sul, com Luciano Cordeiro, dentro do quadro curricular e programático definido, em 1893, por Bernardino Machado, o qual, na prática, contrariou, em certa medida, o sentido do diploma de 1891 e protelou as mudanças que a reforma de João Franco pressagiava.

7.2.3. Um ensino feminino dissociado do ensino industrial – a viragem de meados dos anos noventa

António Arroio, quando assumiu o cargo de inspector da circunscrição do norte, em Junho de 1892, identificou duas grandes dificuldades do ensino industrial nas escolas, a saber, os elevados índices de absentismo e de abandono e a falta de apoios por parte das entidades privadas e locais²⁸⁷. Segundo ele, os industriais e os operários estavam tão desmotivados para aquele ensino que a aplicação de uma propina, como se fazia noutros países para estimular a frequência, não era uma alternativa adequada ao caso português. António Arroio criticava o facto do ensino industrial ter sido criado e continuar a ser mantido pelo Estado, por iniciativa e vontade das classes dirigentes, contrapondo o exemplo da Bélgica, onde "*a criação dos estabelecimentos onde a*

²⁸⁵ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, IEIDICS, *Copiadores de correspondência expedida (1892-1894)*, ofício nº 7063 de 08/11/1893, fls. 426-427.

²⁸⁶ *Ibidem*, ofício nº 7072 de 13/11/1893, fl. 437.

²⁸⁷ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas... do Norte (1891 - 1892)... op. cit.*

instrução industrial é ministrada aos operários e às mulheres, procede de um movimento verdadeiramente nacional"²⁸⁸. Observe-se que o inspector, apesar de aplicar a expressão "instrução industrial" aos dois sexos, apartou de forma subtil as mulheres da população operária. Em termos globais, o inspector defendia, ainda, que o ensino deveria ter um carácter mais profissional do que industrial, porque em Portugal não se justificava formar directores ou engenheiros especializados²⁸⁹.

António Arroio preconizava um inquérito às indústrias que permitisse averiguar as reais necessidades do país e adequar, de modo sustentado, o ensino e a formação profissionais à realidade portuguesa. Constatando, pelo menos na região norte, que conhecia mais aprofundadamente, a dificuldade de escoar grandes quantidades do mesmo produto, afigurava-se-lhe preferível diversificar o ensino, através de ateliers de aprendizagem, a fim de preparar os operários para todas as operações de uma actividade e para a utilização de novos meios de produção, incrementando, por exemplo, o uso dos teares mecânicos em vez dos manuais²⁹⁰.

A partir do decreto de 1893, no qual Bernardino Machado regulamentou em pormenor os programas dos cursos e a distribuição dos tempos semanais, António Arroio assumiu uma posição muito crítica face à excessiva centralização e uniformidade do ensino, características que reputava aceitáveis para a instrução primária e secundária liceal, mas não para o ensino profissional, que carecia ser ajustado à realidade local²⁹¹. Este princípio norteou as propostas que apresentou em 1895 e em 1897 para que se procedesse a um inquérito às indústrias, semelhante ao de Antonin Proust, realizado em França em 1881, com o objectivo de diagnosticar as necessidades locais de ensino industrial e profissional.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 6.

²⁸⁹ As designações "profissional" e "industrial" aplicadas ao ensino não estavam definidas e convencionadas, dando lugar a controvérsias e ambiguidades. Em 1882, Joaquim de Vasconcelos tinha considerado vaga e, portanto, cómoda, a designação de ensino profissional para o ensino técnico da oficina, acrescentando que "*a confusão que se faz neste assunto, confusão de classificação e de doutrina, é já incalculável (...)*" (cf. VASCONCELOS, Joaquim de, "O Ensino do Desenho em Portugal", *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Ano 2, nº 8, 01/08/1882, p. 399). Em 1893, esta questão foi também abordada por alguns colaboradores da *Revista de Educação e Ensino*. Cardoso de Bethencourt, baseando-se na crítica à expressão "ensino profissional" enunciada no *Dicionário de Pedagogia* de Buisson, congratula-se com a denominação de "ensino industrial" utilizada em Portugal (cf. BETHENCOURT, Cardoso de, "O ensino primário profissional em França", *Revista de Educação e Ensino*, 1893, pp. 193-198). João de Almeida Pessanha, que fora director da extinta escola industrial de Bragança, defende, também, que as escolas deveriam ser industriais e não profissionais, porque o seu objectivo deveria ser a criação e desenvolvimento de indústrias de acordo com os recursos e necessidades do país e não o mero desenvolvimento de competências para trabalhar objectos (cf. PESSANHA, João de Almeida, "Escolas industriais", *Ibidem*, 1893, pp. 241-245).

²⁹⁰ Cf. ARROIO, António, "Missão de estudo a algumas escolas...", in *op. cit.*

²⁹¹ Cf. *Ibidem*.

Com base num inquérito parcial, que efectuou à indústria têxtil do Minho e Douro, o inspector propôs, em 1897, quando lhe foi solicitado um contributo para a reorganização do ensino que estava a ser preparada, que se criasse uma escola central de tecelagem que formasse mestres de vários ateliers de aprendizagem, os quais desmultiplicariam o ensino em várias localidades, como Guimarães, onde faltavam operários que soubessem trabalhar com o tear mecânico. Na sua óptica, a produção feita com teares manuais, assegurada por mão-de-obra domiciliária muito barata, constituída por trabalhadores rurais dos arredores de Braga, Trofa ou Guimarães, só sobrevivia graças à protecção da pauta aduaneira e aos baixos custos de produção, não tendo, por isso, futuro. Considerando que "*a escola não cria indústrias*"²⁹², António Arroio defendia que aquele ensino deveria contribuir para desenvolver ou diversificar as indústrias já existentes, fomentando o uso de instrumentos e de maquinismos mais modernos.

A sua ideia de inquérito foi contemplada na reforma de Augusto José da Cunha, decretada em Dezembro de 1897, em cujo preâmbulo se preconizava que o ensino industrial devia ser "*apropriado à feição dominante das indústrias locais*"²⁹³, sendo para isso necessário "*um novo e proficiente inquérito sobre o estado da nossa indústria*"²⁹⁴. O decreto regulamentar, todavia, limitou o âmbito do inquérito, pois cometia a sua concretização ao inspector de cada circunscrição, com o possível auxílio de professores das escolas e, na prática, aquele não chegou a realizar-se²⁹⁵.

A reforma de 1897, já atrás evidenciada por ter eliminado formalmente os cursos industriais para o sexo feminino, representa, também, o início de uma fase, que se prolongaria pela 1ª República, ao longo da qual o cunho de António Arroio e o de Marques Leitão se inscreveram, de algum modo, na evolução do ensino nas escolas industriais. Este último foi o único assessor do ministro Augusto José da Cunha na elaboração da reforma e não deixa de ser significativo que, numa conferência proferida em 1930, intitulada *O Ensino Técnico Elementar. Três períodos da sua vida*, ele tenha elegido, como marco inaugural da notoriedade da escola Marquês de Pombal e da sua própria acção no sistema do ensino industrial, a reforma de 1897, a partir da qual se inicia o primeiro dos três períodos anunciados no título da sua exposição²⁹⁶.

²⁹² *Ibidem*, p. 255.

²⁹³ Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283, de 15/12/1897.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ Cf. *Ibidem*, art. 133º - 6º.

²⁹⁶ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *O Ensino Técnico Elementar... op. cit.*

António Arroio continuou a tecer sérias críticas ao entrosamento entre as indústrias artísticas e as de precisão no currículo do ensino industrial, bem como à persistência do carácter centralizado e uniformizado do sistema, que, no seu entender, continuava desfasado da realidade local por falta de inquérito adequado. Note-se, todavia, que a reforma de 1897, ao recuperar o princípio de independência das escolas face aos institutos, presente nos diplomas inaugurais de António Augusto Aguiar, terá integrado o contributo de António Arroio²⁹⁷.

Em finais de 1898, o ministro do MOPCI, Elvino de Brito, decretou um plano de inquérito técnico e económico para a remodelação do ensino industrial e comercial, cujo teor se deve, em grande parte, a António Arroio, não só a nível dos procedimentos, mas também dos fundamentos, como ele próprio testemunha e se pode comprovar pela similitude entre os textos dos seus relatórios e o do preâmbulo do referido decreto²⁹⁸. Neste se reconhece a inviabilidade do inquérito previsto na reforma de 1897, não só porque a tarefa era excessiva para um só funcionário, o inspector, "*seja qual for a sua capacidade e dedicação pelo ensino*"²⁹⁹, mas, também, porque era desejável que aquele instrumento traduzisse "*a expressão sintética e ponderada das exigências do meio e das conveniências do formato nacional*"³⁰⁰ e não uma mera opinião individual.

O inquérito definido em 1898 versava quatro pontos centrais – natureza da indústria local, natureza e duração do ensino a estabelecer; iniciativa particular; instalação das escolas – e para o concretizar foram criadas duas comissões centrais, uma em Lisboa e outra no Porto, compostas por representantes das respectivas Câmaras Municipais, dos estabelecimentos de Ensino Politécnico, dos Institutos Industriais e Comerciais, das Academias das Ciências e das Belas Artes, de Associações Industriais e Comerciais e, ainda, pelos Inspectores das escolas industriais³⁰¹. No que respeita ao ensino profissional feminino pretendia-se apurar a sua necessidade e natureza em consonância com a realidade local, o modo de recrutamento das mestras e, ainda, a viabilidade de o separar do masculino³⁰². As comissões foram constituídas e nomeadas um ano depois, mas não chegaram a reunir e o inquérito, mais uma vez, não se realizou,

²⁹⁷ Cf. ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar... op. cit.*

²⁹⁸ Cf. Decreto de 24/11/1898, *Diário do Governo* n.º 272 de 3 de Dezembro; António Arroio, refere, em 1901, que foi "*chamado a colaborar largamente*" no diploma que organizou o inquérito (ARROIO, António, "Missão de estudo a algumas escolas...", in *op. cit.*, p. 233).

²⁹⁹ Decreto de 24/11/1898, *op. cit.*

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ Cf. *Ibidem*, art. 1.º

³⁰² Cf. *Ibidem*, art. 3.º

nem tão-pouco viria a ser retomado na reforma de 1901, assinada por Manuel Francisco de Vargas³⁰³.

António Arroio, entretanto, apesar de nomeado, desde Dezembro de 1899, único inspector das escolas industriais, sob a dependência do inspector-geral e director da DGCI, só tomaria posse no segundo semestre de 1901, após ter terminado o seu mandato de vogal na Exposição Universal de Paris de 1900 e ter regressado, em Julho de 1901, da sua missão de estudo a escolas de ensino técnico na Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra. No relatório que efectuou sobre esta visita reconhecia que "*ainda não pude tomar conhecimento completo das escolas do sul e das suas condições locais*"³⁰⁴. Nas escolas observadas, António Arroio colhe propostas no sentido de desenvolver, através do ensino, as indústrias caseiras, as indústrias do litoral, as profissões ligadas ao trabalho do ferro, da madeira e da pedra, as indústrias de precisão e algumas indústrias artísticas, pugnando, para o efeito, pelo desenvolvimento do Ensino Normal, ou seja da formação do professorado das escolas profissionais e industriais.

Apesar de não ter conferido prioridade ao ensino profissional para o sexo feminino, o inspector confessa que, depois de ter percorrido os outros países, "*cada vez mais se me afigura mais evidente a necessidade de estabelecer, em edifícios próprios e independentes, o ensino das raparigas (...)*"³⁰⁵. No seu pensamento, porém, não se tratava apenas de criar espaços próprios de aprendizagem para o sexo feminino. António Arroio legitimava a separação dos sexos com base numa inferioridade das raparigas, que ele apelidava de intelectual, a qual se manifestava na feitura de obras de decoração inferiores às dos rapazes, disparidade que ele afirmava ter constatado em algumas escolas estrangeiras³⁰⁶. Este juízo negativo sobre as capacidades femininas não encontrava eco na realidade portuguesa e contrariava os testemunhos de Fonseca Benevides e de Joaquim de Vasconcelos em abono da qualidade dos trabalhos realizados pelas alunas, encarada, muitas vezes, como superior à dos seus colegas do sexo masculino, bem como as propostas e comentários de Ramalho Ortigão e de Luciano Cordeiro que secundavam este tipo de apreciação. A inexpressiva realidade oficial nas escolas da circunscrição

³⁰³ Cf. Decreto de 23/11/1899, *Diário do Governo* n° 294 de 28/12/1899; ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*; decreto de Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo* n° 295 de 30/12/1901.

³⁰⁴ ARROIO, António, "Missão de estudo a algumas escolas...", in *op. cit.*, p. 237.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 234.

³⁰⁶ Cf. *Ibidem*. Em 1915 o inspector volta a referir que o trabalho dos operários era mais perfeito do que o das operárias (cf. ARROIO, António, *Relatórios sobre a reorganização... op. cit.*).

do norte, a única que António Arroio conhecia naquela data, e o desconhecimento, quer das apreciações dos seus antecessores, quer da importância e do reconhecimento internacional dos trabalhos das escolas e das oficinas da circunscrição do sul, podem ter influído no seu parecer. Os relatos produzidos pelos primeiros inspectores estavam, quiçá, menos influenciados pelo discurso da domesticidade, o qual, tendo já inúmeros defensores, no país e fora dele, começou por se direccionar para as classes médias antes de se generalizar às classes populares, a quem se destinava o ensino industrial.

António Arroio sustentava, ainda, em 1901, que os artigos de arte que faziam parte dos cursos de labores femininos das escolas industriais não eram produtos industriais e discordava da vantagem de investir no ensino das artes decorativas, à excepção das que estivessem mais implantadas no país. Do seu ponto de vista, dando o exemplo das rendas e bordados, ou não se consideravam objectos de arte e, então, inseriam-se nos labores femininos, ou eram objectos artísticos que, como tal, entravam na categoria de artigos de luxo e, neste caso, a fraca procura nacional não justificava o seu desenvolvimento³⁰⁷. Quanto à indústria caseira do sector, monopolizada, no norte do país, pelos negociantes de exportação para o Brasil e pautada pela má qualidade, declarava que não valia a pena revitalizá-la, reconhecendo, todavia, que ainda não se tinha inteirado sobre o fabrico de Peniche.

Com este conjunto de argumentos, António Arroio excluía da categoria de produtos industriais aqueles que provinham do trabalho das mulheres, fosse qual fosse, afinal, o seu contexto de produção ou o seu nível de qualidade. Deste modo, embora as indústrias caseiras e as artísticas se incluíssem no grupo daquelas que o inspector supunha ser vantajoso desenvolver em Portugal, tendo em conta que "*não é, nem suponho que poderá jamais ser, um país de grande indústria*"³⁰⁸, as que assentavam na mão-de-obra feminina não eram contempladas.

O ensino que preconizava para o sexo feminino era o ministrado nas escolas *ménagères*, mas estimava insuficiente formar em "*mesteres caseiros*"³⁰⁹ as mulheres e as filhas dos operários, pois estas, trabalhando com frequência como serviçais, careciam de aprendizagens específicas que lhes permitissem adequar as actividades (confecção de refeições, organização do serviço à mesa, gestão da limpeza, etc.) às exigências das "*famílias burguesas*"³¹⁰ que as empregavam. Outra área profissional que se abria às

³⁰⁷ Cf. ARROIO, António, "Missão de estudo a algumas escolas...", in *op. cit.*

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 233.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 300.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 301.

mulheres era, segundo o inspector, a de educadora, em especial em creches e jardins infantis. Continuava, porém, a insistir na necessidade de um inquérito que possibilitasse averiguar as necessidades de ensino profissional para o sexo feminino.

Em 1906, com José Malheiro Reymão à frente do MOPCI, retomou-se o processo de adequação do ensino industrial às necessidades concretas do país e António Arroio, incumbido de elaborar um relatório sobre o estado do ensino, propôs que se reforçasse e diversificasse a vertente profissional com a colaboração dos industriais e das entidades locais, circunscrevendo a acção preponderante do poder central às áreas formativas de carácter geral³¹¹. Um ano mais tarde o ministro criou uma Comissão para o efeito, constituída pelo inspector, que presidia, e por dois vogais, Carlos Adolfo Marques Leitão e Augusto Patrício Prazeres³¹². A Comissão, porém, não chegou a concluir a sua tarefa. À dificuldade, apontada por António Arroio, de fazer avançar com celeridade o trabalho, devido à acumulação de actividades por parte dos três elementos, adicionou-se a cessação do mandato após o Regicídio³¹³.

Em Agosto de 1910, António Arroio voltaria a ser encarregue de conceber um plano de reforma do ensino técnico e profissional. Deslocando-se ao II Congresso Nacional Francês do Ensino do Desenho, realizado em Paris no mesmo mês, recolheu e transcreveu um artigo, escrito por uma professora, Louise Son, que tinha sido delegada ao Congresso, sobre o desenho para operários³¹⁴. Na medida em que o inspector não incluía as mulheres neste tipo de formação, não deixa de causar perplexidade o facto de aquele ter sido o único testemunho que seleccionou sobre a matéria, utilizando os argumentos de uma mulher para fundamentar o seu ponto de vista em prol da utilidade do ensino do desenho para as indústrias e da importância da vertente pedagógica. Subscrevia, assim, as palavras da professora sobre a necessidade, por um lado, de fazer compreender aos industriais que o seu sucesso face à concorrência dependia de um maior domínio do desenho por parte do operariado e, por outro lado, de distinguir o desenho como arte de luxo do desenho industrial que se situava mais próximo da ciência.

³¹¹ Cf. ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*.

³¹² A comissão foi nomeada pela portaria de 09/09/1907, *Diário do Governo* nº 207 de 16/09/1907.

³¹³ Marques Leitão e Patrício Prazeres, para além de professores e directores de escolas, eram deputados. O primeiro, para além de ter sido co-fundador, em 1908, da Liga de Educação Nacional, integrava o Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial, ao qual António Arroio também pertencia, por inerência de funções. Este último era, ainda, vogal da Comissão portuguesa para a Exposição do Rio de Janeiro, de 1908, em cujo catálogo Marques Leitão colaborou (ver fichas biográficas de António Arroio e de Marques Leitão, no Anexo 13).

³¹⁴ Cf. ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*, pp. 93-94. O Congresso decorreu entre 1 e 5 de Agosto de 1910.

A visibilidade conferida por Louise Son às mulheres merece, todavia, ser também sublinhada. Afirmando que fora consensual no Congresso que "*l'une de nos plus graves infériorités dans la concurrence industrielle, c'est que nos ouvriers et ouvrières ne savent pas dessiner*"³¹⁵, ela recomendava a sensibilização dos industriais e frisava que "*il faut dire et redire aux pères de famille dont les enfants, garçons et filles, sont, par leur volonté dirigeante, destinés aux travaux manuels (...)*"³¹⁶, que os conhecimentos de desenho facilitavam o acesso ao emprego. Esta perspectiva não era partilhada por António Arroio, para quem as profissões femininas que mereciam ser incrementadas pouco dependiam da aplicação do desenho, salvo as de carácter artístico, que ele integrava nos artigos de luxo, como atrás se referiu. A implantação da República adiará, mais uma vez, a readaptação do ensino industrial³¹⁷.

António Arroio mantém e consolida, nos relatórios que foi elaborando até 1915, algumas ideias-chave enunciadas em 1892 e em 1901. Destacam-se, entre outras, a importância de uma sólida vertente profissional ligada às necessidades locais, a obrigatoriedade da frequência da instrução primária, na qual se deveria iniciar a aprendizagem do desenho, a instituição de um ensino separado e específico para o sexo feminino, a independência dos ensinos industrial e comercial e o estabelecimento de um Ensino Normal para preparar docentes para as escolas industriais, em particular de desenho, tendo em conta a diferença entre desenho artístico e desenho científico e de precisão³¹⁸.

A especificidade do ensino para o sexo feminino, separado do masculino, não era a única proposição a repercutir-se na vida escolar e aprendizado profissional das mulheres. António Arroio não concebia um ensino industrial democratizado a todos os intervenientes no sector secundário. Ciente de que a indústria nacional não exigia mão-de-obra mais qualificada do que a existente, o inspector considerava que era suficiente uma instrução primária que garantisse uma aprendizagem prática de nível elementar. Deste modo, o ensino profissional nas escolas industriais ficava circunscrito a profissões novas ou àquelas que se justificava revitalizar. O trabalho feminino na indústria fabril não exigia, sequer, uma escolaridade mínima e as áreas de formação vocacionadas para indústrias caseiras e domiciliárias exercidas por mulheres eram,

³¹⁵ *Ibidem*, p. 93.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 94.

³¹⁷ Cf. *Ibidem*.

³¹⁸ Cf. *Ibidem*; ARROIO, António, *Relatório sobre a situação da Escola Industrial... op. cit.*; ARROIO, António, *Relatórios sobre a reorganização... op. cit.*

como atrás se assinalou, excluídas da categoria "industrial" e reputadas de fraca viabilidade.

O divórcio, preconizado pelo inspector, entre ensino industrial e comercial, associado à crescente procura deste último por parte das mulheres, a que se iam abrindo possibilidades de emprego no sector terciário, converge no sentido de separar, em termos de espaço físico, o ensino para cada um dos sexos. A valorização do desenho técnico em detrimento do artístico e as propostas de estabelecimento do Ensino Normal contribuem, também, de forma decisiva, para dissociar as mulheres do designado ensino industrial.

A formação dos professores de desenho das escolas industriais foi um projecto sucessivamente adiado até à República³¹⁹. António Augusto Aguiar tinha-o previsto, em 1884, mas os professores e mestres contratados em diversos países europeus, que poderiam ter sido aproveitados para formar profissionais nacionais, foram colocados nas escolas criadas nos primeiros seis anos de incremento do ensino industrial. Esta opção suscitou severas críticas por parte de António Arroio, as quais foram assumidas no preâmbulo do decreto que reorganizou o ensino industrial em 1897. Neste sublinhava-se a "*arbitrariedade e falta de conexão, pedagógica e utilitariamente considerada*"³²⁰ do ensino daqueles estrangeiros.

A reorganização de 1891, de João Franco, tinha atribuído aos Institutos o Ensino Normal para formar professores das escolas industriais, mas a medida não chegou a ser concretizada. O mesmo diploma estabeleceu, pela primeira vez, que o curso completo de Liores Femininos das escolas Marquês de Pombal, em Lisboa, e Infante D. Henrique, no Porto, habilitava mestras para o exercício profissional das respectivas matérias nas oficinas, mas tão-pouco existem registos que comprovem o funcionamento desta modalidade de Ensino Normal³²¹. Constatou-se que, na realidade, as professoras e

³¹⁹ A primeira Escola Normal para o ensino do desenho, em Portugal, foi criada em 1918. A sede dos serviços foi instalada na escola industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, dirigida por Marques Leitão, e as práticas funcionavam na escola industrial Afonso Domingues, também na capital. O seu primeiro director, nomeado em 1920, foi Tomás Bordalo Pinheiro, mas, tendo falecido no mesmo ano, foi substituído por Marques Leitão (cf. PROENÇA, Carlos, *Uma Reforma do Ensino Técnico e seu desenvolvimento*, Anexo ao Boletim «Escolas Técnicas» n.º 43, Lisboa, Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1971).

³²⁰ Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n.º 283, de 15/12/1897.

³²¹ Cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* n.º 227 de 09/10/1891: "Art. 99.º. *O curso dos liores femininos das escolas completas Infante D. Henrique e Marquês de Pombal habilita sendo seguido em anos completos, com boa frequência e assídua aplicação, para a regência de trabalhos idênticos nas escolas industriais completas, incompletas e noutros estabelecimentos oficiais*".

as mestras contratadas para as escolas não eram detentoras do curso de aperfeiçoamento previsto para as duas escolas referidas³²².

O regulamento de 1897 acrescentou um ano de aperfeiçoamento ao curso profissional completo de Lavoros Femininos, destinado a habilitar as alunas a dirigirem oficinas, e a cláusula manteve-se na reforma de 1901³²³. António Arroio, ao preceituar o Ensino Normal para os professores do ensino industrial não contemplava o sexo feminino e advogava, em consonância com o seu objectivo de apartar as mulheres do ensino industrial, a supressão dos cursos destinados a habilitar mestras para as oficinas, previstos desde 1891³²⁴.

Em 1911, António Arroio, embora sustentasse que sem inquérito às necessidades locais não era possível definir as áreas apropriadas ao ensino para o sexo feminino, expunha um leque de profissões exercidas por mulheres mais diversificado do que o enunciado em 1901. Às actividades no comércio, na guarda e educação de crianças (creches e jardins de infância), no sector alimentar (cozinha, confeitaria e conservas), acrescentava a cartonagem, a encadernação, as obras de cabelo, de flores e de penas, os engomados, a pintura decorativa, bem como os trabalhos que ele apelidava de *manuais* e que incluíam os bordados, as rendas, a tapeçaria, a passamanaria, a costura, o corte, a confecção de roupa de mulher e de homem, o fabrico de luvas, chapéus, gravatas e colarinhos. Para além das escolas *ménagères*, *gardiennes* e *maternelles*, recomendava, de forma explícita, a criação de escolas profissionais femininas³²⁵.

O estabelecimento de escolas profissionais para o sexo feminino não se afigurava um problema fácil de resolver, sobretudo em Lisboa, onde o número de alunas que frequentavam as escolas industriais era elevado. Tendo em conta as escolas de Lisboa, onde se fazia "*ao mesmo tempo o ensino propriamente industrial e o das artes decorativas, tanto para homens, como para mulheres*"³²⁶, António Arroio classificava de muito numerosa a população feminina da escola do Príncipe Real (em 1909/10 registaram-se 434 matrículas³²⁷), de pouco importante a da escola Marquês de Pombal

³²² Ver capítulo 5.3..

³²³ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Ibidem*; Decreto de 24/12/1901, *Diário do Governo* nº 295 de 30/12/1901.

³²⁴ Cf. ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*.

³²⁵ Cf. *Ibidem*.

³²⁶ *Ibidem*, p. 171.

³²⁷ Cf. Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuario Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910...* *op. cit.*. Ver Quadro 6.1. no Anexo 6.

(apesar das 224 matrículas no mesmo ano³²⁸) e de insignificante a da escola Afonso Domingues (35 matrículas³²⁹).

A sua proposta era eliminar daquelas escolas os cursos destinados ao sexo feminino e criar duas escolas profissionais femininas, com currículos diferentes, uma localizada entre o Rato e Alcântara, que reuniria as alunas das escolas do Príncipe Real e Marquês de Pombal, e outra no Intendente. O ensino feminino na escola Afonso Domingues seria suprimido sem alternativa. Planeava, também, uma escola profissional para o Porto com diferentes tipos de ensino a serem professados "*em dois graus: o do operariado corrente e o das mestras de oficina, artífices, etc.*"³³⁰, de acordo com os resultados do inquérito que se realizasse. Nestas escolas continuariam, pois, a funcionar as áreas das oficinas de Lavoros Femininos das escolas industriais, ou seja, bordados, rendas, costura, corte, confecção, cartonagem, encadernação, pintura decorativa, trabalhos em flores, penas, cabelo, etc..

O inspector propunha, também, uma nova área de formação, a de turismo, para a qual seriam criadas escolas profissionais próprias e separadas por sexo. Nas masculinas formavam-se hoteleiros, cozinheiros e criados de hotel. Nas femininas, em contrapartida, industriavam-se, apenas criadas de hotel, porque se recrutavam nas escolas *ménagères* ou de *trabalho caseiro* as cozinheiras para a hotelaria e restauração³³¹. Sublinhe-se a distinta classificação, baseada apenas no sexo, entre o curso de cozinheiro, considerado profissional, e o de cozinheira, apelidado de doméstico. Daqui se pode induzir que era a classificação das aprendizagens femininas, isto é, a sua inscrição numa categoria socioeconómica e profissional de pertença, que justificava a sua separação do ensino industrial e não o seu teor propriamente dito. As mulheres podiam continuar a exercer as mesmas actividades e algumas destas podiam ter equivalente para os homens (o caso do cozinheiro e da cozinheira de hotel), mas o seu lugar no sistema de ensino era diferente, tal como era distinto o seu estatuto profissional.

O ensino industrial, porém, manteve-se organizado em conformidade com a reforma de 1901, que pouco alterara a de 1897, até à reforma de Azevedo Neves, em 1918. António Arroio, nos relatórios de 1914 e de 1915, reiterou as suas propostas,

³²⁸ Cf. *Ibidem*.

³²⁹ Cf. *Ibidem*.

³³⁰ ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*, p. 183.

³³¹ Cf. *Ibidem*.

continuando a pugnar pela criação de escolas *ménagères* ou de *trabalho caseiro*³³². O inspector considerava, porém, que este ensino se destinava a um público distinto do das escolas profissionais e, por isso, pronunciava-se a favor de escolas separadas, justificando que "*a situação social destas populações é muito diversa (...) para todas elas poderem fazer boa vida em comum*"³³³.

Carlos Adolfo Marques Leitão, apesar de não ter exercido um cargo com o mesmo grau de responsabilidade, do ponto de vista formal, do de António Arroio, não teve um papel menos influente. Já atrás se mencionou o dinamismo que imprimiu à escola Marquês de Pombal, a relação próxima com João Franco, bem como o reconhecimento por parte de Bernardino Machado, e o crédito de que gozava junto do Rei D. Carlos³³⁴. Nas duas últimas décadas da monarquia, a confiança que nele depositaram alguns ministros do MOPCI, como Augusto José da Cunha, que o escolheu para assessorar a feitura do diploma de reforma de 1897, e Elvino de Brito, que o nomeou, em 1900, para o Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial e o incumbiu de elaborar a brochura, sobre as escolas industriais da circunscrição do sul, para a Exposição Universal de Paris de 1900, proporcionaram-lhe espaços de intervenção mais directa no sistema de ensino das escolas industriais e oportunidades de deixar, em documentos oficiais sobre o mesmo, a marca da sua óptica pessoal³³⁵.

Os capítulos sobre ensino industrial e comercial, para a obra editada no âmbito da participação portuguesa na Exposição do Rio de Janeiro de 1908, foram também cometidos a Marques Leitão. Este sublinhava a importância do papel social desempenhado pelas escolas industriais, ao subtraírem as crianças do meio pernicioso das oficinas particulares. Não estava em causa, apenas, a questão do trabalho dos menores, mas, também, o facto, identificado por vários pedagogos, dos mestres e dos donos de oficinas e de fábricas terem deixado de iniciar as crianças numa profissão, limitando-se, como denunciava Luís Jardim, a utilizá-los "*sem trégua nem descanso, em qualquer divisão do trabalho tão simplificada que ele possa produzir imediatamente sem jamais aprender um ofício*"³³⁶. No mesmo sentido, Marques Leitão sublinhava a

³³² Cf. ARROIO, António, *Relatório sobre a situação da Escola Industrial... op. cit.* e *Relatórios sobre a reorganização do ensino elementar, industrial e comercial em Setúbal... op. cit.*

³³³ ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial... Abril de 1911", in *op. cit.*, p. 180.

³³⁴ Estes aspectos foram desenvolvidos no capítulo 4.2.4.6..

³³⁵ Tal aconteceu com a já citada omissão da presença de trabalhos da escola Rainha D. Maria Pia, de Peniche, na Exposição Universal de Paris de 1889. Sobre este assunto ver capítulo 6.1.3..

³³⁶ JARDIM, Luís (Conde de Valenças), "Artes e Ofícios", *O Ocidente*, nº 349, 1888, p. 199.

vantagem do "*pequeno profissional festejar (...) os seus doze anos no labor da oficina escolar*"³³⁷, após ter completado o ensino primário.

Mereceu-lhe igual destaque a existência de dois públicos destinatários distintos das escolas industriais em Portugal. Um era constituído por menores, que frequentavam os cursos diurnos e recebiam uma preparação inicial profissionalizante de cariz teórico-prático. O outro grupo integrava adultos, já inseridos no mercado laboral, que seguiam os cursos nocturnos com o objectivo de aperfeiçoarem o seu desempenho nas profissões que exerciam.

Marques Leitão, próximo das ideias de António Arroio, contrapunha a importância basililar do desenho geométrico ao primado do desenho artístico e do desenvolvimento das artes industriais, elementos centrais do pensamento de Joaquim de Vasconcelos e de Ramalho Ortigão. Numa conferência que proferiu em 1913, para as alunas do *atelier* de Roque Gameiro, justificou o primado do desenho geométrico com o exemplo da confecção de vestuário, uma das áreas em funcionamento na escola que dirigia, explicando que "*os moldes que os alfaiates e modistas empregam para determinar a forma do corte dos tecidos, dos quais formam os vestidos, tanto para homens como para senhoras*"³³⁸, resultavam da decomposição em partes do desenho figurativo da peça a confeccionar. Acrescentava o professor que "*uma aplicação muito útil da geometria é a que ensina a combinar o corte das diferentes peças de um vestido, de maneira que se aproveitem os mais pequenos retalhos da peça de que o mesmo for cortado*"³³⁹. O objectivo das escolas industriais não era, pois, no seu entender, formar criadores de figurinos ou de motivos artísticos, mas habilitar indivíduos com competências técnicas que lhes permitissem aplicar, com destreza e de modo apropriado, aos materiais e objectos da sua área profissional, qualquer *design* que lhes fosse apresentado.

Convicto de que as escolas industriais deviam proporcionar um aprendizado oficial vocacionado para a modernização dos meios de produção, Marques Leitão promoveu a instalação, na escola Marquês de Pombal, de uma oficina de Carpintaria mecânica, para cuja frequência se estimularam os alunos com a atribuição de um subsídio ou salário, outra de serralharia mecânica, depois a criação de um curso livre de Química e de um curso de Condutores de Máquinas a vapor, ao qual, mais tarde, se

³³⁷ LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, "Ensino industrial...", in *op. cit.*, p. 572.

³³⁸ LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Dois Conferências...* *op. cit.*, p. 24.

³³⁹ *Ibidem.*

adicionou a disciplina de condutores de motores de explosão³⁴⁰. No seu entender, não estava em causa o valor da aprendizagem das artes e técnicas tradicionais populares, que ele considerava representativas de uma identidade nacional e, nas suas palavras, "*o melhor tesouro das gerações, o que mais dura, o que mais caracteriza, o que mais nobilita*"³⁴¹, mas distinguia as respectivas aprendizagens do ensino industrial propriamente dito. Este pressuposto, aplicado às áreas profissionais exercidas pelas mulheres, como as rendas e os bordados, sustentou a supressão dos cursos industriais para o sexo feminino, decretada pela reforma de 1897, cujo conteúdo muito deve às propostas de Marques Leitão.

O director da escola Marquês de Pombal foi um dos grandes mentores da aprendizagem precoce do desenho e dos trabalhos manuais elementares, o que significava incluí-la no currículo do ensino primário, projecto que logrou realizar, em 1905, no Colégio Militar, a pedido do respectivo director³⁴². O ensino industrial deveria corresponder, segundo ele, a um grau de especialização, premissa que o diploma de 1897, decerto por influência sua, assumiu ao eliminar os trabalhos manuais elementares e ao circunscrever a prática oficial aos cursos profissionais³⁴³. Naquele decreto, Marques Leitão conseguiu fazer valer outras propostas, como foi o caso dos cursos para alunos destinados às colónias, os quais se iniciaram na escola por ele dirigida. Não é, pois, de estranhar que a reforma de 1897 constituísse, do seu ponto de vista, o marco inaugural de um primeiro período do ensino industrial moderno, o qual se prolongaria até 1918³⁴⁴.

A distinção entre cursos industriais e profissionais, a secundarização das artes decorativas e o preceito da especificidade do ensino para o sexo feminino são questões que colheram a convergência do pensamento de António Arroio e de Marques Leitão. Estas perspectivas não lograram introduzir alterações legislativas profundas, tanto mais

³⁴⁰ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Escola Industrial Marquez de Pombal... op. cit.*; Intervenção de Marques Leitão, *Diário da Câmara dos Senhores... op. cit.*, 1907, sessão de 4 de Março, p. 3.

³⁴¹ LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *O Ensino Técnico Elementar... op. cit.*, p. 34.

³⁴² Cf. NÓVOA, António, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 707-708; LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Duas Conferências... op. cit.*. Bernardino Machado, como se viu nos capítulos 3.2.2. e 7.1.2., foi um dos pedagogos que pugnou pela introdução do ensino profissional na escola primária.

³⁴³ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* n° 283, de 15/12/1897. Marques Leitão afirmou, em 1930, que "a organização de 1897 foi da autoria do ministro Augusto José da Cunha, sem a consulta de qualquer comissão, sendo eu o seu único auxiliar" (LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *O Ensino Técnico Elementar... op. cit.*, p. 11). Salvarde-se, contudo, a colaboração de António Arroio, a quem foi solicitado contributo para o mesmo diploma (cf. ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar... op. cit.*).

³⁴⁴ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *O Ensino Técnico Elementar... op. cit.*

que a organização de 1897, reiterada na quase totalidade pelo decreto de 1901, permaneceu, no seu essencial, em vigor até 1918.

Como afirmava um dos inspectores de indústria do MOPCI, Adriano Monteiro, em 1897, "*o novo regímen de fábrica não foi uma conquista do movimento social do operariado português (...) mas foi talvez uma transigência erudita do poder central (...) para nos colocar, como nação, ao nível da alta civilização europeia (...)*"³⁴⁵. Compreende-se, assim, por exemplo, que os cursos para o sexo feminino, suprimidos como industriais em 1897, tivessem perdurado nas mesmas escolas como cursos profissionais de Lavoros Femininos e que as raparigas continuassem a frequentar oficinas, como a de Pintura decorativa na escola Marquês de Pombal, que se integravam em cursos que não lhes eram destinados em exclusivo³⁴⁶.

O diploma de 1897 e as ideias sustentadas por António Arroio e por Marques Leitão traduzem, todavia, a tendência para distinguir as produções caseira, oficial e domiciliária, conotadas, cada vez mais, com as artes decorativas e a produção de artefactos para consumo de luxo, da produção industrial, que implicava uma nova organização do trabalho, o emprego de novas técnicas e de instrumentos mecânicos, bem como o uso de diferentes fontes de energia. O novo rumo traçado para o nível elementar do desenho industrial ministrado nas escolas, vocacionado para os novos modos de produção e para as novas indústrias, em detrimento das artes industriais, levaria muito tempo a concretizar-se³⁴⁷. Durante os primeiros anos da 1ª República retomou-se o debate sobre esta mudança de paradigma do ensino industrial, a fim de resolver os problemas de fomento económico em distintas regiões do país³⁴⁸.

Com a reconceptualização das profissões, as actividades profissionais exercidas pelas mulheres e as respectivas aprendizagens foram excluídas da categoria "industrial". A aprendizagem, por exemplo, das rendas, incluindo as de bilros, dos bordados e da costura, bem como do corte, indispensável na indústria da confecção e para o qual, como demonstrara Marques Leitão, era imprescindível o domínio do desenho geométrico, foi englobada, em 1897 e em 1901, nos cursos especiais de Lavoros

³⁴⁵ MONTEIRO, Adriano, "História da instalação da inspecção da 4ª circunscrição industrial", *Boletim da Propriedade Industrial*, 8ª série, 14º ano, nº 35-36, 30/06/1898, p. 269.

³⁴⁶ Em 1917, as oficinas de trabalhos Femininos continuavam a funcionar nas escolas de Lagos, da Covilhã, de Faro, do Funchal, de Leiria, de Lisboa (Afonso Domingues), de Peniche, de Portalegre, do Porto (Infante D. Henrique) e de Setúbal (cf. VAZ, Mário (coligido por), *O ensino industrial... op. cit.*).

³⁴⁷ Na 1ª República o ensino técnico elementar, segundo Sérgio Grácio, continuava a orientar-se muito para as actividades artesanais (cf. GRÁCIO, Sérgio, *Destinos do ensino técnico... op. cit.*).

³⁴⁸ Cf. AZEVEDO, Aníbal Lucio de (relator), *O ensino elementar industrial*, Lisboa, Tipografia Moralizadora, 1915.

Femininos. Escamoteava-se, com esta nomenclatura, a diferença entre produzir para o mercado ou para a família. Os cursos permaneceram os mesmos, mas, ao serem renomeados, assumiram um novo significado e passaram a ocupar um lugar, com estatuto diferente, na organização do ensino e do trabalho.

Estas actividades profissionais, ao manterem as características de produção caseira ou oficial, não causavam, em inícios do século XX, fortes objecções. Com efeito, o princípio da domesticidade feminina permanecia salvaguardado desde que elas não fossem consideradas industriais, sendo irrelevante o número de horas ou as condições de trabalho a que as trabalhadoras estavam sujeitas. O mesmo não acontecia com a utilização de mulheres como mão-de-obra barata nas unidades fabris dos têxteis, do tabaco, do papel e das conservas. Estas, porém, não eram as destinatárias do ensino profissional, pois a sua mais-valia residia, precisamente, no facto de não serem qualificadas.

CONCLUSÃO

O itinerário percorrido ao longo desta investigação se, por um lado, clarificou e confirmou alguns pressupostos iniciais, por outro lado, evidenciou aspectos inesperados, suscitou perplexidades e renovou interrogações, quantas vezes deixadas a descoberto por improficiência da autora.

O ensino em escolas industriais surgiu como necessidade de criar e controlar uma nova fonte de transmissão/formação de conhecimentos/saberes no que respeita à produção. A diversidade de modalidades adoptadas nos diversos países, traduzindo as particularidades dos respectivos contextos nacionais, foi transversalizada por dois eixos essenciais: a vontade de colmatar a crise de aprendizagem, decorrente da eliminação das corporações, e a necessidade de racionalizar e de modernizar os processos de trabalho, respondendo às exigências colocadas por novas formas de organização da produção e pela aplicação de novas tecnologias. O ensino técnico oitocentista oscilou, pois, entre esta dupla vocação, de acordo com as dinâmicas espaço-temporais do desenvolvimento económico dos países e com os lugares socioeconómicos e/ou políticos de emergência das iniciativas, dimensões que se combinaram, por sua vez, com outras variáveis, como a posição mais ou menos periférica de cada país numa nova ordem mundial, marcada, cada vez mais, pela capacidade de dominar os impérios, com o grau de influência das políticas nacionalistas, com os distintos cenários socioculturais, incluindo a amplitude da rede escolar do ensino primário e o seu impacto nos níveis de alfabetização, e com a maior ou menor celeridade do processo de assimilação da ideologia das esferas separadas e do paradigma da domesticidade feminina inerentes à sociedade burguesa e industrial.

O ensino industrial desenvolvido na Europa oitocentista apresentou cenários múltiplos, pois cada país seguiu o rumo que as respectivas características e dinâmicas ditavam. Em Inglaterra, o avanço do processo de industrialização, associado ao peso das classes médias, configurou um ensino industrial dinamizado pela iniciativa privada e norteado pela necessidade de formar quadros técnicos de nível médio e superior (engenheiros, por exemplo), que adquirissem os conhecimentos e as competências necessárias ao processo de modernização tecnológica das unidades produtivas. A rápida disseminação da ideologia das esferas separadas e da domesticidade feminina, desde a era vitoriana, criou condições propícias para uma nova divisão sexual do trabalho,

antecipando as medidas protectoras do trabalho dos menores e das mulheres, em comparação com os outros países da Europa.

A ascendência da economia britânica e o sucesso do ensino industrial e profissional impeliram outros países europeus (Áustria, Alemanha, Itália, Suécia, Holanda, Dinamarca, Suíça, França e Portugal) a secundarem o incremento de escolas para o ensino industrial onde o desenho ocupava um lugar central nas aprendizagens.

O sistema português revelou mais afinidades com o belga e o francês, colhendo experiências de outros países do continente, como a Itália e a Espanha. O processo foi centralizado pelo Estado, mas este, mercê dos problemas financeiros que enfrentava e das prioridades de investimento definidas, confrontou-se com os elevados custos que esta modalidade acarretava. Embora o ensino industrial tenha sido criado em 1852, decorreriam mais de trinta anos até à abertura das primeiras escolas, em 1884, destinadas a ministrar os primeiros graus daquele ensino.

O atraso económico português, marcado pelo peso de um sector agrícola não modernizado e por um sector secundário onde as pequenas unidades de produção, de cariz artesanal e oficial, e o trabalho caseiro e domiciliário predominavam, a par de uma incipiente industrialização assente, sobretudo, no emprego de mão-de-obra barata e não qualificada, não favorecia a procura de mestres, contramestres, condutores de trabalhos, ou, mesmo, de uma elite operária mais especializada. Isto significou que as finalidades esperadas das modalidades de ensino nas escolas industriais não encontraram, à partida, terreno propício no país. Acrescia que o desígnio liberal de reduzir o analfabetismo e de educar o cidadão, através do ensino primário, não lograra cumprir-se, por insuficiência da rede escolar e pela dupla resistência das classes empregadora e trabalhadora. Nesta última, a pluriactividade constituía, ainda, uma característica dominante e o sustento das famílias continuava a exigir que todos os seus elementos, crianças e adultos de ambos os sexos, fossem mobilizados para o trabalho produtivo. Os dados estatísticos fornecidos pelos inquéritos industriais finisseculares, apesar de omitirem grande parte do trabalho múltiplo, permanente, sazonal ou ocasional das mulheres, não deixavam de evidenciar taxas de actividade feminina muito elevadas. Em inícios do século XX, porém, a adaptação dos instrumentos estatísticos aos critérios internacionais tornou-os menos adequados à realidade do trabalho feminino, tornando-o, ainda, menos visível.

As leis protectoras do trabalho, sobretudo no que respeitava a mulheres e menores, foram tardias em Portugal, tal como ocorreu em grande parte dos países

européus, edificando-se e generalizando-se a partir das Conferências Internacionais do Trabalho de 1890 e de 1906. As medidas decretadas apenas se dirigiam ao universo fabril, pelo que a sua aplicabilidade teve um impacto lento e reduzido na realidade nacional, pois a numerosa mão-de-obra feminina e infantil, empregue nas modalidades de trabalho caseiro, domiciliário, oficinal e nas pequenas manufacturas semi-mecanizadas, não era abrangida pelas regras estabelecidas. A ideologia das esferas separadas e da domesticidade feminina, num país em que a debilidade das classes médias constituía um traço estrutural, progredia muito lentamente e os discursos da elite intelectual e política mostravam-se contraditórios e ambivalentes, mercê de uma realidade que não se ajustava àquele modelo e de um quadro social no qual burguesia e aristocracia se interpenetravam e o fascínio nobiliárquico continuava a modelar o quadro mental dos grupos ligados ao poder económico-financeiro e político.

Os sucessivos projectos de diploma tendentes a regulamentar o trabalho nas indústrias foram revelando o modo como, a pouco e pouco, se foram construindo as diferenças de tratamento entre os dois sexos, com base no progressivo reforço da imagem das mulheres como seres frágeis, cuja função social primordial, a maternidade, carecia de particular resguardo. Nas atitudes face ao trabalho das mulheres das classes trabalhadoras, sobressaíram distintos modelos de feminidade, indicando que o discurso da domesticidade feminina não adquirira, ainda, carácter hegemónico, nem progredia sem resistência. O elogio da mulher que co-sustentava a família, opondo o mérito do trabalho ao ócio e ao vício, persistia a par da crescente afirmação, no pensamento político e educativo, do princípio da complementaridade entre os sexos, que vinculava as mulheres à esfera doméstica não produtiva e os homens à esfera pública e ao trabalho. Espelhando a realidade incontornável da imprescindibilidade do trabalho das mulheres na sociedade finissecular, os posicionamentos dividiam-se em função da maior ou menor flexibilidade conferida ao figurino ideal.

Os debates oitocentistas sobre a instrução das mulheres foram atravessados por duas alternativas possíveis, a de um ensino separado e diferente do masculino ou a integração das mulheres no sistema com eventuais adaptações curriculares, e as práticas adoptadas variaram de país para país e, dentro de cada país, com o grau ou a modalidade de ensino. Em Portugal, o prolongamento da escolaridade feminina, por via de um ensino secundário que apetrechasse as filhas das classes médias com competências adequadas à sociabilidade das famílias, à educação das crianças e à gestão do lar, foi difícil e protelado. A debilidade das classes médias, em Portugal, não foi alheia ao fraco

interesse suscitado por um ensino que tornasse as mulheres mais cultas e competentes para o exercício das suas responsabilidades de esposas, mães, educadoras e gestoras da economia doméstica.

O ensino profissional, vocacionado para as classes trabalhadoras, articulou-se, de início, com o modelo de ensino primário com dois graus, no entanto, o propósito de instituir um grau superior do ensino primário, num país onde os resultados do ensino elementar eram parcos, mostrou-se, na prática, pouco exequível e permaneceria sem resposta durante todo o período da monarquia constitucional.

A tentativa do Ministério do Reino, em 1879, de estimular os poderes locais a criar escolas primárias com ensino profissional, obteve como resposta a inércia geral. Das raras iniciativas destacou-se a escola primária superior Rodrigues Sampaio, criada pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1883, a qual veio a ser integrada no sistema de ensino industrial público na década de noventa. A mesma Câmara criou, em 1885, a escola primária superior Maria Pia, para o sexo feminino, mas esta, por falta de procura para a vertente profissionalizante, acabaria por se vocacionar para o currículo liceal e converter-se-ia no primeiro liceu feminino em 1906. A iniciativa governamental de 1879 visava revitalizar as indústrias locais. Algumas das localidades e das áreas oficiais então sugeridas foram retomadas aquando da criação das escolas industriais, como se verificou com a Cerâmica e a Modelação, nas Caldas da Rainha, a Tecelagem e a Tinturaria, em Portalegre e na Covilhã, e as Rendas, na Madeira e em Peniche.

Esta *passagem de testemunho* acabaria por inscrever o projecto de formação profissional das escolas primárias superiores nos objectivos das escolas industriais, as únicas que os executivos monárquicos lograram implementar no domínio da formação profissional de nível elementar e secundário. Deste vínculo resultaria a finalidade de aperfeiçoar e actualizar as competências dos e das profissionais ligados/as a sectores que exigiam uma aprendizagem prévia, a qual, sem o controlo das corporações, perdera qualidade e capacidade de se modernizar. Correspondiam a este perfil os ofícios artesanais, as manufacturas semi-mecanizadas e muitas áreas de produção domiciliária. As propostas de Joaquim de Vasconcelos, que tanto marcaram os objectivos das escolas industriais criadas por António Augusto Aguiar, em 1884, inserem-se nesta linha, de acordo com uma das vertentes prosseguidas noutros países europeus. O ensino do desenho que ele preconizava, se bem que distinto do desenho artístico, não era o desenho técnico de máquinas, mas o desenho aplicado à produção artesanal e caseira, ou seja, o que viria a ser designado por *design*. O ensino industrial português oitocentista

oscilaria entre esta vocação e a de formar uma elite de operários especializados e de quadros técnicos de orientação e supervisão do trabalho industrial no quadro de unidades tecnologicamente mais modernizadas. A massa operária não se enquadrava, à partida, em qualquer destas ofertas formativas, pois o facto de ser não-qualificada e barata era sinónimo de mais-valia na lógica do incipiente capitalismo português.

Os objectivos e finalidades definidos para as escolas industriais, bem como os tipos de oferta formativa implementados são fundamentais para acompanhar as alterações na divisão sexual do trabalho e na construção das relações sociais de género. As mulheres continuaram ao longo do século XIX a inserir-se nas diversas modalidades de produção em pequenas unidades artesanais, oficinais e manufactureiras e predominavam no trabalho domiciliário, dedicando-se a actividades muito diversificadas. Uma parte destas actividades inseria-se, tal como as que eram realizadas pelo sexo masculino, nas referidas indústrias locais, às quais se destinava um ensino profissional centrado na aprendizagem do desenho, visando revitalizá-las através do incremento da qualidade e do valor competitivo dos respectivos produtos face à concorrência estrangeira. No meio fabril a situação era distinta. O sexo feminino predominava, por exemplo, em sectores de ponta, como era o caso do têxtil, do tabaco e do papel, integrando estabelecimentos de média e grande dimensão, mas não era esta mão-de-obra barata e não qualificada que interessava formar em escolas industriais.

A análise da legislação que foi enquadrando o ensino nas escolas industriais, entre 1884 e 1910, mostrou que o desígnio primordial de investir na revitalização das indústrias locais, na sua maioria de tipo artesanal, oficinal ou eventualmente manufactureiro, oferecendo preparação ou aperfeiçoamento profissional aos respectivos *artistas* ou *operários artífices*, foi persistindo a par do intuito de promover a introdução de novas indústrias, a inovação tecnológica, o incremento dos estabelecimentos fabris de maior dimensão, optando por formar pessoal mais categorizado e com maior capacidade de intervir neste nível de mudança. Esta dualidade, não só transparece em aspectos distintivos entre diplomas, como coexiste dentro de cada um deles, ocasionando inconsistências. Verificou-se que a orgânica do sistema e o tipo de oferta formativa presentes em cada diploma nem sempre se ajustaram com coerência aos objectivos e ao público destinatário definidos como prioritários.

Em Portugal, os diplomas que criaram e regulamentaram as primeiras escolas de ensino industrial, em 1884, vocacionaram-nas para aprendizes ou oficiais das indústrias locais, em grande parte ligadas às designadas *artes industriais*. Nesta consonância,

dava-se prioridade ao desenho elementar, pois a vertente prática fazia parte do quotidiano profissional de quem se encontrava já inserido no mundo do trabalho. Vocacionado o ensino industrial para os diversos ramos produtivos de âmbito oficial e artesanal, os cursos de desenho foram definidos tendo em conta a sua aplicabilidade às diversas actividades profissionais, fossem exercidas por homens ou por mulheres, pois essa era a realidade da esfera laboral. A congruência, explicitada na letra da lei, entre o público destinatário dos cursos e a realidade de uma classe trabalhadora constituída por homens e por mulheres, constituiu uma das perplexidades desta investigação e impôs um novo olhar na análise da presença das mulheres no sistema de ensino nas escolas industriais.

A *inclusão* inicial obriga a questionar o próprio sentido do sistema de ensino industrial oitocentista em termos diferentes do que os que uma perspectiva de *não exclusão* suscitaria. Não se trata de uma mera precisão de linguagem, mas de definir um lugar teórico condutor da análise. Incluir não significa apenas tolerar e permitir, mas implica que, no momento de conceber o sistema e a sua oferta curricular, se antevêem destinatários dos dois sexos. Constatou-se que esta atitude se inverteu, antes do final do século. Ao longo da década de noventa, a situação de crise financeira, de instabilidade social, de dificuldades governativas, de desafios coloniais e de pressões internacionais, sublinhava as debilidades da economia e da estrutura social nacionais. A necessidade de apostar na modernização tecnológica das unidades industriais foi-se tornando mais premente.

O sistema de ensino nas escolas industriais nunca optou com clareza por um dos rumos atrás enunciados, o de recuperar sectores produtivos artesanais e oficiais ou o de preparar profissionais para a modernização tecnológica. Em consonância, os debates parlamentares mostraram que as hesitações e contradanças do rumo político definido para o ensino industrial transversalizaram os diferentes partidos que formaram governo, nas últimas décadas da monarquia constitucional.

Os sucessivos diplomas de organização do ensino nas escolas industriais não foram mais congruentes. A criação de oficinas anexas às escolas (1886-1888) traduziu a valorização de uma preparação teórico-prática prévia à entrada na actividade profissional, preenchendo o vazio criado pela extinção do tradicional aprendizado oficial regulado pelas corporações de artes e ofícios. A articulação com a instrução primária (1891 e 1893) e a exigência do respectivo diploma (1897) terão convergido no sentido de mobilizar os menores, em detrimento dos adultos, configurando possibilidades de prosseguimento de estudos no sentido da formação de grupos de

operários especializados e de quadros técnicos de nível médio para as indústrias. A reforma de 1897 afigura-se, neste caso, paradigmática. A separação operada entre cursos de desenho industrial, cursos industriais e cursos profissionais indicia um conceito de indústria mais restrito e consentâneo com os princípios contemporâneos decorrentes da sociedade industrial. O contraste com os cursos industriais definidos em 1893 foi muito acentuado. Estes, todos eles com vertente oficial, de acordo com áreas profissionais que se considerava necessário revitalizar, qualificar ou incrementar, destinavam-se a aprendizes/as e artífices de especialidades muito diversificadas das artes e ofícios, umas associadas ao sexo masculino, outras ao feminino e outras, ainda, exercidas por ambos. Esta terceira categoria constituiu a segunda perplexidade deste estudo. A análise cruzada dos cursos estipulados no decreto de 1893, das estatísticas de frequência das oficinas e do percurso profissional das mestras mostrou que os cursos abertos ao sexo feminino não se circunscreveram aos cinco (Bordadeira, Rendeira, Modista, Costureira e Florista) que lhes têm sido atribuídos em virtude da sua designação. Os cursos de Encadernador e de Pintor Decorador foram comprovadamente frequentados pelos dois sexos. O curso de Lavrante de Couro foi sempre assegurado por uma mestra e, apesar de se ter autonomizado da Oficina de Lavoros Femininos (1891-1893), nunca se identificaram registos de matrículas do sexo masculino.

A terminologia utilizada teve um efeito indutor muito claro na interpretação historiográfica. Em primeiro lugar assumiu-se, que, sendo usado o género gramatical masculino para definir um grupo de profissionais (Encadernador ou Pintor Decorador), estes só podiam ser homens. Em segundo lugar, os substantivos *comuns de dois*, não surgindo precedidos de artigo (Lavrante de Couro), associaram-se, de imediato, ao masculino. *Lidos* no masculino, os cursos foram rotulados e analisados em conformidade. A importância deste facto repercute-se no grau de visibilidade conferida às mulheres que frequentaram as escolas industriais, aspecto que assume relevância em si mesmo e nos resultados da análise. A organização de 1893 revela que a codificação das actividades profissionais em femininas e masculinas ainda não se extremara e que a divisão sexual do trabalho possibilitava áreas de flexibilidade e de coexistência dos dois sexos.

A reforma de 1897, ao eliminar os cursos industriais para o sexo feminino, criando os cursos de Lavoros Femininos, formalizou uma ruptura no normativo das escolas industriais. O enquadramento dos cursos profissionalizantes para o sexo feminino na orgânica do sistema ficou ambíguo, pois nem eram de desenho industrial, nem profissionais. No entanto, não havendo condições financeiras para criar no país a

alternativa ideal, ou seja, as escolas de ensino doméstico que vinham sendo fundadas no estrangeiro, as mulheres continuaram a frequentar as escolas industriais e as oficinas que lhes eram destinadas. Os cursos, porém, deixaram de ser considerados industriais ou profissionais, apesar das respectivas aprendizagens continuarem a preparar e a qualificar para o exercício de actividades integradas nos sectores artesanal, oficinal e domiciliário. Estes continuavam a constituir uma componente complementar e imprescindível da produção industrial e a garantir o sustento de uma grande parte (se bem que difícil de contabilizar) da população portuguesa.

A fractura anunciada pela reforma de 1897, todavia, não se concretizou até ao final da monarquia constitucional, como a análise da realidade escolar patenteou. No entanto, a crescente propagação da ideologia das esferas separadas e da domesticidade feminina, os debates em torno das leis regulamentadoras do trabalho industrial e o próprio avanço da industrialização e concomitante declínio das actividades produtivas ligadas ao sector artesanal e oficinal conjugaram-se na exclusão formal do sexo feminino, o que se revestiu de significativos efeitos simbólicos, porque o que não pode ser nomeado, não existe.

A análise dos diversos diplomas evidenciou que a integração do sexo feminino na estrutura curricular do ensino industrial professado nas escolas públicas foi favorecida pelo investimento na formação de operários e artífices e na revitalização de indústrias tradicionais. À medida que a produção em centros fabris de maior dimensão se foi afirmando em detrimento da indústria caseira e das pequenas unidades produtivas, o novo tipo de organização da produção passou a ocupar um lugar mais central no delineamento das políticas de ensino e de formação profissional, o que se repercutiu no progressivo afastamento das mulheres da esfera da especialização profissional destinada ao mundo industrial e empresarial. Com a tendência das escolas industriais abandonarem as aprendizagens vocacionadas para actividades ligadas à indústria caseira e ao artesanato, a frequência por parte do sexo feminino deixava de fazer sentido.

Ressalve-se, contudo, que as disposições legais nunca foram completamente postas em prática. A concretização das leis, já por si dificultada pela imprecisão dos articulados, confrontou-se, sempre, com insuficientes dotações orçamentais. A vertente oficinal seria sempre a mais penalizada pela falta de verbas. Acrescia que o cunho concreto da realidade escolar dependia, em larga medida, da forma como o processo era conduzido pelas estruturas de coordenação do sistema escolar e das iniciativas e inércias das escolas e das comunidades locais.

A progressiva constituição da rede escolar, conduzida pelo MOPCI e concretizada pelos órgãos de coordenação daquele ensino, processou-se a um ritmo acelerado. O ensino nas escolas industriais não suscitou debates sobre políticas educativas e só não passou despercebido no hemiciclo parlamentar, porque alguns deputados se empenharam em apoiar a criação de estabelecimentos nas localidades dos círculos eleitorais que representavam. As intervenções não foram muito numerosas, considerando os vinte e sete anos examinados, mas constituíram material significativo para a análise do tema. O apoio à criação de novas escolas e o protesto contra o seu encerramento mobilizaram o empenho de alguns deputados, muitas vezes portadores de petições provenientes, não do sector industrial, mas das Câmaras Municipais e de Sociedades particulares, que aproveitavam a cláusula da lei que permitia as iniciativas provenientes das comunidades locais.

As iniciativas parlamentares, mesmo quando suscitadas pelos interesses locais, coincidiram, quase sempre, com as reformas decretadas pelos executivos ministeriais, o que demonstra que esta matéria foi impulsionada e centralizada pelo Estado, com estímulos muito débeis e pontuais das comunidades locais e com o silêncio do mundo empresarial. As pretensões locais raras vezes foram coroadas de êxito. Mais de metade das escolas abertas entre 1884 e 1910 foi referida na Câmara dos Deputados, mas poucas foram as que mereceram um empenho mais continuado. A questão da vertente profissional suscitou, a partir da introdução do ensino oficial nas escolas (1886), comentários, sugestões e críticas. Problemas pontuais com outras escolas foram, também, mencionados, revelando os deputados, com frequência, um insuficiente conhecimento da legislação do ensino industrial e da própria oferta formativa das escolas concretas a que se referiam. A referência à falta de verbas mostrou-se recorrente e tornou-se um obstáculo intransponível à resolução da maior parte das dificuldades identificadas.

Menos frequentes foram os esforços no sentido de alargar a oferta do currículo teórico das escolas, introduzindo disciplinas de línguas (Português, Francês, Inglês), consideradas fundamentais para a consulta e compreensão dos manuais e das instruções relativas ao manejo de máquinas. A maior parte destes pedidos não logrou obter resposta positiva, o que converge com o facto das escolas, na prática, não se terem vocacionado para a modernização tecnológica. A indefinição das carreiras profissionais do corpo docente e de mestres/as das escolas, bem como a ausência de sistema de formação para estes/as profissionais, problemas denunciados no Parlamento,

constituíram outros indicadores das incongruências do sistema.

Sem impacto político, a implementação das escolas foi conduzida pelas estruturas de coordenação criadas para o efeito. A dinâmica decorrente das propostas e das iniciativas dos responsáveis, que orientavam e supervisionavam o processo, imprimiu sempre um cunho decisivo no modo como os princípios normativos foram concretizados. Os coordenadores do ensino industrial não foram alheios ao modo como se foi configurando a rede escolar e o funcionamento de cada estabelecimento de ensino, sendo de sublinhar a decisão de admitir a frequência do sexo feminino nas escolas. A interpretação que fizeram da lei, quando confrontados com as matrículas de mulheres, foi determinante para a sua admissão. O facto de este grupo ter sido reduzido e de ter permanecido, na sua maior parte, em exercício de funções durante um longo período conferiu continuidade ao funcionamento dos estabelecimentos, apesar das mudanças introduzidas pelas sucessivas reformas. A análise da evolução das incumbências atribuídas pelos diplomas legais às estruturas de coordenação revelou uma progressiva centralização do sistema.

A administração central foi a que revelou maior estabilidade dos dirigentes que acompanharam o ensino nas escolas industriais até 1910, com particular destaque para Ernesto Madeira Pinto e para Joaquim Telo. Na fase inicial (1884-1886) de instalação e abertura das escolas, sobressaiu o empenho de Joaquim de Vasconcelos, como conservador do Museu Industrial do Porto e o dinamismo de Fonseca Benevides, Inspector da Circunscrição do Sul. Joaquim de Vasconcelos, incansável defensor do ensino do desenho aplicado às artes industriais, influenciou de modo decisivo os programas de desenho utilizados nas escolas industriais. Todavia, não actuava directamente sobre as escolas, cuja abertura ia sendo protelada por circunstâncias pouco claras, mas que podem ter resultado da confluência de factores individuais (o inspector Parada Leitão), locais (falta de apoio dos agentes económicos, sociais e políticos) e institucionais (maior apoio a Lisboa em detrimento do Porto por efeito da macrocefalia e do centralismo da capital). Até 1891, o ritmo e o êxito das diligências de Fonseca Benevides na Circunscrição do Sul contrastaram, radicalmente, com as delongas do Norte e definiram uma forte assimetria entre as duas circunscrições que se manteve até ao final do período estudado. Deveu-se, também, a este inspector a iniciativa de avançar com a expansão do ensino oficial, em 1886, formalizada na reforma de Emídio Navarro. No final do seu mandato, tinha logrado abrir trinta oficinas, distribuídas por todas as escolas da sua circunscrição. O intento foi prosseguido por Ramalho Ortigão e,

sobretudo, por Luciano Cordeiro que permaneceu mais tempo no lugar. Este processo evidenciou, por um lado, a preferência por oficinas ligadas às artes oficinais tradicionais; por outro lado, o elevado número de oficinas destinadas ao sexo feminino, abertas entre 1886 e 1910, inclusive após a reforma de 1897; por último, o efeito, pelo menos em alguns casos, das redes de amizade e de sociabilidade.

Carlos Adolfo Marques Leitão, personalidade de algum modo controversa, é outra figura incontornável, quer pelo impulso que conferiu à escola industrial Marquês de Pombal, quer pela sua influência junto dos decisores do sistema. Assegurou, ainda, a título interino, a inspecção das escolas da Circunscrição do Sul entre 1888 e 1901. Este estudo evidenciou a singularidade da perspectiva de Marques Leitão face ao ensino nas escolas industriais, quando confrontada com a dos outros intervenientes na coordenação e orientação das escolas, destacando-se a divergência quanto à importância conferida à formação para o sexo feminino, o que se mostra indissociável da sua atitude face ao ensino de desenho para as artes oficinais. Não obstante essas áreas estarem também contempladas nas oficinas da escola Marquês de Pombal, esta distinguiu-se das demais pela aposta em áreas vocacionadas para as exigências tecnológicas e de utilização das novas energias, tais como os cursos de condutores de máquinas a vapor e de explosão e o laboratório de Química.

Num país pequeno, de forte assimetria na distribuição geográfica da população e com poucos e reduzidos centros urbanos, a reduzida elite sociocultural e política frequentava os mesmos locais (exposições, espectáculos, termas e banhos, concursos, cafés, eventos desportivos, etc.), era atravessada por laços de parentesco, visitava-se, escrevia-se, debatia ideias através dos jornais, concordava ou discordava entre si, enfim, relacionava-se de forma mais ou menos directa. Esta vertente da influência das relações pessoais nas opções de implementação do ensino industrial não coube no âmbito deste trabalho mas o seu aprofundamento afigura-se uma via profícua para uma melhor compreensão das vicissitudes dos diversos estabelecimentos de ensino industrial, incluindo as prioridades nas escolhas das escolas, das oficinas, das verbas concedidas a umas e não a outras, da escolha do pessoal docente, entre outras questões.

O caso de Peniche constitui um exemplo de como os círculos de conhecimentos, actuando nos *bastidores*, influíam na escolha das escolas e das oficinas, na libertação das verbas necessárias e na celeridade dos processos. A escola e a oficina de Rendas de Peniche foram criadas e postas a funcionar em pouco mais de quatro meses. A proposta partiu do próprio ministro do MOPCI e, na teia de influências favoráveis a este processo

cruzaram-se, entre outras: a tertúlia artística do Grupo do Leão, a que pertenceram vários professores das escolas industriais, incluindo Maria Augusta Bordalo Pinheiro, que viria a ser a directora e professora da escola industrial de Peniche; a relação próxima deste grupo com o Príncipe (depois rei) D. Carlos, por via das afinidades artísticas; a relação próxima da família Bordalo Pinheiro com a Família Real e a ligação pessoal de Maria Augusta Bordalo Pinheiro com a Princesa (depois Rainha) D. Amélia; a estreita amizade que unia Rafael Bordalo Pinheiro ao ministro Emídio Navarro; a ligação de Fonseca Benevides (Conselheiro Régio) à Corte; os convívios, que reuniam estas individualidades e ocasionavam ideias, projectos e iniciativas. Outras redes de influência pessoal foram mobilizadas em torno do ensino industrial, como as cartas de Joaquim de Vasconcelos mostraram sobejamente.

A aplicação da categoria de género à análise da rede de escolas e de oficinas e da respectiva frequência, entre 1884 e 1910 mostrou que o alargamento da rede escolar foi um processo indissociável da presença do sexo feminino, pois, ao longo dos vinte e sete anos considerados, as situações de ausência de alunas foram pontuais e não se assinalou uma única escola que nunca tivesse sido frequentada por mulheres. Este facto afigurou-se, desde a abertura das escolas, uma realidade inerente ao sistema e não se encontrou qualquer registo que indiciasse dificuldades ou resistências particulares associadas à frequência feminina. Os efeitos das reformas do ensino industrial no movimento de matrículas nas escolas e nas oficinas foram distintos em função do sexo, contudo, em termos globais, o sexo masculino foi o mais penalizado.

A maior parte dos estabelecimentos foi criada entre 1884 e 1890 e a rede escolar não sofreu, em termos quantitativos, mudanças significativas até 1910. O Baixo Alentejo permaneceu fora deste sistema e a zona nor-nordeste foi dele excluída com o fecho das escolas de Chaves e de Bragança. Nas vésperas da 1ª República a rede escolar apresentava-se, todavia, diminuta, em virtude da falta de crescimento efectivo. Entre 1884 e 1910, embora a procura das escolas se tivesse mostrado favorável ao sexo masculino, a taxa de feminização das matrículas nas escolas industriais revelou uma tendência ascendente, traduzindo o reforço do peso relativo das mulheres, o qual foi muito significativo nos anos que precederam a 1ª República. A apreciação da distribuição das matrículas por escola revelou assinaláveis diferenças regionais e em função do sexo. A circunscrição do sul reuniu, para o período considerado, cerca de quatro quintos do total de matrículas do sexo feminino, verificando-se que o factor litoral se associou a taxas de feminização mais elevadas. O volume de matrículas nas

escolas esteve ligado, em ambos os sexos, às oscilações e ao peso de escolas específicas, mas a preponderância do sexo masculino esteve mais associada aos centros urbanos de maior importância do que a do sexo feminino. A escola de Peniche afigurou-se um caso particular, no conjunto das escolas industriais, pelas elevadas taxas de feminização mantidas desde a sua criação.

A clara assimetria entre a circunscrição do norte e a do sul, evidenciada pela cartografia da rede escolar acentuou-se no caso das oficinas. As oficinas, concentradas na circunscrição do sul e, dentro desta, na região central do país, foram-se concentrando num menor número de escolas, tendo resultado, deste processo, o reforço da oferta para o sexo feminino. A análise da evolução da rede de oficinas, ao conferir visibilidade à oferta real de prática profissional para cada um dos sexos, provocou a terceira perplexidade suscitada por este estudo: o número de escolas com estabelecimentos oficiais para o sexo feminino mostrou-se, a partir do início da última década de oitocentos, superior ao apurado para o sexo masculino. A reforma de 1897, apesar de ter eliminado os cursos industriais para o sexo feminino, não perturbou a estabilidade das oficinas já existentes para as mulheres, tendo-se verificado, em contrapartida, o subsequente encerramento de algumas oficinas para o sexo masculino. Isto determinou que a oferta oficial para este sexo permaneceu circunscrita a um menor número de escolas do que a do sexo feminino, até final da Monarquia Constitucional. As oficinas criadas para as mulheres revelaram, aliás, uma maior continuidade ao longo do período estudado.

A prevalência das oficinas para o sexo feminino traduziu-se num volume de matrículas inesperado. As taxas de feminização, na vertente oficial das escolas superaram, a nível global, as do sexo masculino e representaram 58% do volume total recenseado entre 1886 (ano de inauguração das primeiras oficinas) e 1910. Estes valores mostram que o ensino oficial implementado privilegiou, na prática, o sexo feminino. A escola Marquês de Pombal destacou-se pelo elevado volume de matrículas do sexo masculino nas suas oficinas e a escola de Peniche evidenciou-se pelo carácter continuado e sustentado da oficina para o sexo feminino, a segunda mais frequentada de todas as oficinas, para mulheres e para homens, que funcionaram entre 1886 e 1910. A afluência do sexo feminino mostrou-se menos dependente da diversidade de cursos oficiais, proporcionados por cada escola, do que a do sexo masculino. Outro aspecto que as particularizou foi o elevado número de aprendizas por oficina, traduzido numa média de alunas por mestra superior ao verificado para o sexo masculino.

O balanceamento do ensino industrial, atrás sublinhado, entre a requalificação

das e dos profissionais ligados aos sectores artesanal e oficial e a especialização de operários e quadros técnicos médios para a desejada modernização tecnológica, poderá explicar as assimetrias exibidas pelas redes escolar e oficial e pela respectiva frequência por homens e por mulheres. Aquela dualidade tornou-se um elemento estruturante e estrutural do sistema. A aposta na preparação técnico-profissional, que habilitasse os alunos para novas profissões e responsabilidades no contexto do processo de industrialização, foi a menos conseguida no conjunto das escolas. Só as poucas escolas que ofereciam um currículo mais completo poderiam, à partida, responder de forma positiva neste sentido, mas as únicas que podem ser apresentadas como exemplos de sucesso significativo são a Marquês de Pombal e a Infante D. Henrique.

A prioridade atribuída, por algumas reformas, a uma finalidade formativa mais ligada às necessidades tecnológicas acabou por não ter efeitos práticos muito visíveis, face aos condicionalismos do sistema e da maioria dos estabelecimentos e à permanente insuficiência de verbas. A falta de cumprimento dos currículos previstos para as escolas e a incapacidade sistemática de abrir as oficinas criadas na lei determinou que as diversas reorganizações deste ensino não lograssem introduzir mudanças muito profundas no sistema.

A realidade oficial enraizou-se, sobretudo, numa lógica produtiva mais tradicional, privilegiando aprendizagens muito ligadas, por um lado, a sectores das artes oficinais que se pretendia preservar e, por outro lado, a segmentos da indústria que continuavam vinculados à produção realizada no domicílio ou em pequenas unidades manufactureiras. A procura de oficinas de trabalhos de aplicação (couro, madeiras, rendas, ourivesaria, encadernação, pintura) parece enquadrar-se no primeiro caso, enquanto que a elevada afluência às oficinas de corte e costura, onde a máquina de costura constituía um elemento fundamental, daria resposta às necessidades dos sectores têxtil e de confecção.

Esta convergência, entre a oferta formativa das escolas e um tipo de produção, de cariz artesanal, semi-mecanizado e domiciliário, que o avanço da industrialização foi tornando cada vez mais feminizado, não logrou responder por completo a todas as interrogações suscitadas pelo domínio das oficinas para o sexo feminino e da respectiva frequência, ao longo das quase três décadas examinadas. Sublinhe-se que a oferta oficial para o sexo feminino constituía um investimento acrescido, ao contrário do que acontecia com as disciplinas ministradas nas escolas, cuja frequência podia ser mista ou, no caso de se constituírem classes separadas, beneficiava dos mesmos espaços

e docentes. A criação de uma oficina implicava uma decisão formalizada por decreto, um edifício, equipamento e material de trabalho e a contratação de pessoal. Este processo, que em nada diferia do usual para o sexo masculino, implicou, contudo, em muitos casos, despesas superiores.

Os resultados desta investigação não permitiram estabelecer os limites da intencionalidade e da inércia na implementação da rede de oficinas, nem apurar o grau de consciência que os intervenientes, nos diversos níveis do sistema, tinham da relação custo-benefício das oficinas abertas para as mulheres. Não se dispõe, ainda, de estudos sobre a maioria das escolas e, como já se assinalou, os realizados nem sempre apresentam dados desagregados por sexo. Acresce que só em casos pontuais se consegue apurar as profissões das alunas das escolas, pois estas são quase sempre classificadas nas categorias *indeterminado* ou *vários*. O contexto socioprofissional das aprendizas das oficinas afigura-se, contudo, imprescindível, para a compreensão do seu peso nas escolas industriais. Urge desenvolver estudos monográficos sobre as escolas industriais e respectivas oficinas, que dediquem particular atenção aos contextos socioprofissionais de pertença dos alunos e, em particular, das alunas, pois é sobre estas que a informação directa se revela mais lacunar.

A presença feminina nas escolas industriais alargou-se ao corpo docente. Até 1910, identificaram-se trinta e seis mulheres (professoras de desenho, directoras de escolas, mestras de oficinas, ajudantes). A primeira mestra, Maria Eugénia Bianchi, foi contratada no ano de arranque no ensino oficial (1886), a par com um colega do sexo masculino. No ano seguinte era nomeada a primeira professora de desenho e directora de uma escola, Maria Augusta Bordalo Pinheiro. O número de mulheres contratadas acompanhou o ritmo de crescimento das escolas e das oficinas e, em 1893/94, encontrava-se consolidado e estabilizado o corpo de mestras nas oficinas. Mais de dois terços das mestras ao serviço em 1909/10 já se encontrava a trabalhar em 1893.

As três professoras de desenho e directoras de escolas revelaram percursos profissionais notáveis e duas delas, Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro e Etelvina Paz Assunção, tiveram uma longa carreira. Esperou-se delas o mesmo zelo e proficiência que se exigiu aos seus colegas do sexo masculino, e a competência que demonstraram no exercício das funções que lhes foram cometidas foi comprovada a diversos níveis. As escolas onde foram colocadas, Peniche e Setúbal, vocacionavam-se para capacitar mulheres trabalhadoras, adultas ou jovens, para o exercício profissional de bordados, de costura e de rendas, em especial de bilros. Apesar de constituírem uma minoria no

conjunto do pessoal docente e dirigente das escolas, a sua nomeação reveste-se de um importante significado simbólico. O seu estatuto, como professoras de uma escola industrial, era superior ao das que ensinavam nas escolas primárias, ou, até, nas Escolas Normais, como atestaram as diferenças salariais. O cargo de directora revestiu-se, ainda, de maior peso, pois franqueou-lhes o acesso a um lugar com algum poder de decisão, no quadro de um sistema de ensino que tinha por objectivo qualificar recursos humanos para sectores da economia de mercado. É crível que as redes de conhecimentos tenham contribuído para a sua escolha, mas esse critério aplicou-se a qualquer dos sexos.

A maior parte das mestras revelou, também, longos percursos profissionais. O recrutamento destas fez-se, em parte, no interior das próprias escolas e uma análise nominal das matrículas de cada escola permitiria obter dados mais precisos e, por certo, mais elevados. Algumas professoras primárias ou de Escolas Normais optaram por transitar de carreira ou por acumular. Os vencimentos mais elevados que auferiam no ensino industrial podem ter constituído um bom atractivo para a mudança. Nenhum dos casos identificados cumpria o requisito de frequência do curso especial de habilitação de mestras das escolas Marquês de Pombal e Infante D. Henrique e não foi possível apurar se o curso chegou a funcionar.

As Exposições Industriais (locais, nacionais e internacionais), fenómeno indissociável da sociedade industrial da segunda metade do século XIX, revelaram-se um bom indicador dos resultados do ensino industrial e da sua frequência pelo sexo feminino. Estas iniciativas mostraram que a presença contínua e crescente das mulheres nas escolas industriais portuguesas e, sobretudo, nas oficinas, de que elas foram as principais beneficiadas, se traduziu numa incontestável visibilidade pública.

Nas exposições escolares, realizadas nos Museus Industriais (Lisboa e Porto), as alunas ganharam representatividade como expositoras, fosse de produtos das oficinas, fosse de trabalhos de desenho. O destaque dado às alunas e aos seus trabalhos não parece ter colidido com o duplo objectivo destas mostras: comparar a qualidade e avaliar o progresso do trabalho desenvolvido nas escolas e sensibilizar a população trabalhadora e patronal para o papel da formação profissional no processo de modernização tecnológica. O bom aproveitamento alcançado pelas alunas das escolas e das oficinas sobressaiu do conjunto dos registos, quantitativos e qualitativos, examinados, o que reforça a hipótese, suscitada pelos dados de algumas escolas e por alguns indicadores gerais, de o sexo feminino ter obtido, neste ensino, um sucesso escolar superior ao do sexo masculino. Este aspecto carece ser aprofundado a partir do

alargamento dos estudos monográficos sobre as escolas.

As exposições industriais, nacionais e locais, que proliferaram pelo país, na segunda metade de oitocentos, mostraram que a ruptura entre artes e indústrias ainda não tivera lugar. As secções de Belas-Artes integravam estes eventos, a par da indústria, da agricultura, da pecuária e dos avanços científicos e tecnológicos. A importância atribuída às Artes Aplicadas é ainda mais elucidativa da persistência (e do peso), na economia nacional, das actividades artesanais e oficinais, cuja prática exigia o domínio de saberes técnicos e artísticos. A presença das escolas neste tipo de eventos iniciou-se com a Exposição Industrial Nacional de 1888, realizada em Lisboa. A participação neste evento, abrilhantada pelos produtos, diversificados e apelativos, das oficinas, foi um sucesso. No entanto, foi o atelier montado pela escola de Peniche, onde as alunas da oficina de Rendas de bilros trabalharam à vista do público, que se converteu num dos pólos mais atractivos da Exposição. O acontecimento foi sobejamente relatado e os textos denotam a consciência de que aquelas aprendizas de rendas, mesmo as que só tinham sete ou oito anos de idade, não eram meninas prendadas, mas trabalhadoras, cujo sustento, presente ou futuro, dependia de uma actividade profissional que lhes permitisse produzir para o mercado.

Os trabalhos das escolas, fossem do sexo feminino ou masculino, ocupavam, por vezes, um espaço contíguo ao das indústrias caseiras, o que reflecte as afinidades entre os respectivos produtos. Observou-se que quanto maior era a participação dos produtos dos sectores artesanal e manufactureiro nas exposições mais significativa se tornava a presença das expositoras e maior destaque se dava aos seus trabalhos. Estes incluíam, também, sectores de fabrico recente em Portugal, como são exemplos a confecção, que justificava o apetrechamento das oficinas com máquinas de costura, e o couro lavrado aplicado ao mobiliário, cuja oficina, era dirigida por uma mestra.

O elevado número de expositoras nos eventos analisados demonstrou que uma parte significativa, não só da indústria caseira, mas também das pequenas unidades produtivas, ligadas aos ramos tradicionais e a algumas actividades novas, era assegurada pelo trabalho e pelo empreendedorismo femininos. As mulheres expunham, eram distinguidas com prémios e integravam, mesmo, alguns dos júris. Face a este contexto geral, compreende-se que a visibilidade conferida aos trabalhos das escolas nestes certames não tivesse sido diferenciada em função do sexo.

A participação das escolas industriais nas Exposições Internacionais pretendeu exhibir, através dos resultados daquele ensino, os progressos realizados no país,

colmatando a ausência de inventos ou de maquinaria mais avançada. O espírito nacionalista, subjacente a estas iniciativas, justificava, também, a importância de promover e de publicitar as artes oficiais próprias de cada país, designadamente as que se ligavam a áreas de consumo mais luxuoso, que se iam generalizando, nos países de economia mais desenvolvida, a par do crescimento das classes médias. O sucesso das rendas de bilros da escola de Peniche na Exposição Universal de Paris de 1889 integrou-se nesta tendência. O êxito internacional das rendas das alunas de Peniche, consagrado com uma medalha de ouro, foi motivo de regozijo nacional, por demais publicitado nos registos coevos. No entanto, Marques Leitão fez tábua rasa daquele acontecimento no relatório oficial das escolas industriais que elaborou para a Exposição Universal de Paris de 1900. Não é possível determinar o grau de intencionalidade daquele acto, se bem que não seja crível que ele resultasse de mero desconhecimento, tendo em conta as funções de responsabilidade que desempenhava no ensino industrial.

As escolas da circunscrição do sul participaram e foram premiadas noutras Exposições Universais, mas as do norte mantiveram-se ausentes, em virtude, por certo, da falta dos produtos atractivos das oficinas. Os factores individuais não terão sido de somenos importância. O empenho de Joaquim Telo, coadjuvado por Marques Leitão, ficou assaz testemunhado, mas o papel de António Arroio ficou por esclarecer.

Nas Exposições Internacionais as alunas ganharam ainda maior representatividade. No Rio de Janeiro, em 1908, elas expuseram cerca de dois terços do total dos exemplares inventariados, sem contar os produtos das oficinas frequentadas pelos dois sexos, nem os da oficina da escola de Peniche, omitida no Catálogo da Secção Portuguesa, apesar de ter recebido uma medalha de ouro. O predomínio do trabalho escolar feminino também pode reflectir, de forma directa, um aproveitamento e uma produtividade superiores. Nesse caso, pode-se questionar se a aplicação, associada à perseverança, ao afínco, ao zelo, ao apuro, terá sido, nas escolas industriais de finais do século XIX e inícios do século XX, uma estratégia comportamental utilizada pelo sexo feminino quando tinha acesso ao ensino.

Um outro traço significativo foi a particular relevância que as rendas de bilros, em particular as de Peniche, assumiram. O objectivo de adequar as escolas às necessidades locais nem sempre foi alcançado, mas no caso de Peniche, a oficina de Rendas articulou-se com a segunda actividade económica daquele concelho. As rendilheiras de Peniche iniciavam o seu aprendizado aos quatro anos, em escolas particulares, produzindo já para o mercado e apresentavam a particularidade de se

dedicarem a tempo inteiro ao fabrico de rendas, não participando em qualquer tarefa complementar das pescas, ao invés do que se passava noutras comunidades piscatórias do país. A divisão sexual do trabalho era muito vincada e qualquer dos sexos se recusava a exercer actividades dissociadas da sua profissão. No último quartel do século, o agravamento das crises da actividade piscatória fez recair, ainda mais, a subsistência das famílias sobre as rendilheiras.

A escola de Peniche destinou-se, neste contexto, não só a implementar a qualidade das rendas de bilros, mas também a melhorar a vida das trabalhadoras. Neste último objectivo, materializado na atribuição excepcional de salários às aprendizas, transparece a ideologia da domesticidade, contrária às longas jornadas de trabalho feminino, em *sistema de suor*, bem como um certo espírito filantrópico, presente, aliás, em alguns discursos do deputado Francisco Machado.

A escola, apesar de ter tido a segunda oficina mais frequentada do país até 1910, integrou apenas uma pequena parte da comunidade de rendilheiras, não tendo alterado o funcionamento das escolas privadas, nem o sistema de dependência das trabalhadoras face às/aos negociantes. O seu êxito foi, contudo inquestionável. Em primeiro lugar, as rendas foram revitalizadas e aperfeiçoadas, a nível técnico e artístico. Em segundo lugar, a escola beneficiou de uma população discente proveniente de meios familiares com invulgares índices de alfabetização, em particular o sexo feminino, o que terá favorecido os excelentes resultados escolares. Por fim, as alunas que foram saindo da escola transmitiram as suas aprendizagens por via da sua actividade profissional, fosse como trabalhadoras nas oficinas particulares, fosse como mestras nas escolas privadas e disseminaram desenhos, estilos e técnicas na comunidade de rendilheiras.

Por último, a projecção nacional e internacional das rendas de bilros desta escola mostrou o quanto este produto, classificado ora como industrial, ora como artístico, reforçou o espírito nacionalista coevo, apegado aos traços mais genuínos da cultura tradicional portuguesa. A partir da medalha de ouro conquistada na Exposição Universal de Paris, em 1889, as rendas de bilros tornaram-se uma espécie de *ex libris* da presença portuguesa naqueles concursos e logravam situar-se ao nível das melhores da Europa. Este sucesso reforçava a intencionalidade de revitalizar aquela indústria, melhorando a sua qualidade artística e a habilitação profissional das suas executantes, mas sem alterar o seu cunho caseiro.

O investimento na escola de Peniche, ao requalificar uma actividade profissional feminina, contribuiu para a sustentabilidade de uma indústria caseira com grande peso

na economia do concelho. Importa questionar, porém, de que modo aquela escola respondeu aos objectivos do ensino industrial lançado a partir de 1884. Este foi criado no entendimento de que o progresso das indústrias exigia uma formação profissional ministrada em escolas à semelhança do que ocorria nos outros países europeus e nos EUA e cujos resultados eram patenteados nas inúmeras exposições industriais internacionais realizadas no último quartel do século XIX. Desde o início, porém, a legislação orientadora desta modalidade de ensino em Portugal vocacionou-o, na prática, para as unidades de produção artesanal e oficinal, em detrimento de uma (re)qualificação profissional de mestres, contra-mestres, condutores de trabalhos, capatazes, quadros médios e directores de fábricas, que revertesse em favor da dinamização e da competitividade do sector fabril. O êxito da escola de Peniche e da oficina a ela anexa torna-a paradigmática do rumo tomado pelo sistema de ensino industrial implementado pelo Estado nas últimas três décadas da monarquia. O reverso da medalha deste sucesso foi a incapacidade de resposta do sistema de ensino à necessidade de formação de profissionais que pudessem introduzir e potenciar as inovações tecnológicas imprescindíveis à aceleração do desenvolvimento industrial.

O ensino nas escolas industriais, fruto das iniciativas governamentais, suscitou ainda menos debate político nas Câmaras Parlamentares do que o ensino secundário liceal. Entre 1884 e 1910, as intervenções sobre aquele ensino na Câmara dos Deputados foram em número reduzido e, na sua maior parte, pontuais. Na Câmara dos Pares não deu entrada qualquer projecto e as referências sobre a matéria não ultrapassaram a dezena. O projecto das escolas industriais, cuja necessidade ainda pouco se fazia sentir por parte do tecido empresarial, afigurava-se pouco sustentado e de difícil enquadramento na estrutura escolar e os políticos mais preocupados com a formação profissional preferiam inseri-la no ensino primário.

Os únicos dois Projectos de Lei de iniciativa parlamentar sobre ensino profissional não estabeleceram qualquer articulação com o sistema de escolas industriais e não tiveram seguimento. As reformas lançadas pelo MOPCI despertaram algumas reacções, mas estas, exceptuando as vozes que se levantaram a favor de interesses locais, surgiam como pretexto para criticar os executivos governamentais e servir os interesses partidários.

O problema das despesas públicas tornou-se, a partir da crise de 1890, um assunto recorrente nas intervenções sobre o ensino industrial, suscitando críticas ao excessivo ou ao insuficiente gasto com as escolas. As verbas atribuídas ao ensino

industrial eram reduzidas e o seu peso no OGE foi diminuindo ao longo das duas últimas décadas da monarquia. A tutela do MOPCI revelou-se desfavorável em termos orçamentais, pois este ministério, ao abranger áreas que exigiam muitos e avultados encargos, absorvia uma fatia muito pesada do OGE, tornando-se o alvo preferencial das críticas parlamentares. No conjunto dos discursos, porém, não se vislumbrou um perfil claro do público destinatário, referido ora como operário, ora como mestre, ora como proprietário de uma pequena unidade industrial. As fronteiras entre ensino profissional e ensino industrial mostraram-se, em particular, indefinidas.

No caso das intervenções relativas ao ensino feminino, os equívocos acentuaram-se, em virtude da dificuldade em separar as expectativas traçadas para as mulheres que pertenciam às classes médias dos destinos profissionais das trabalhadoras. Os discursos sobre a utilidade de um ensino prático, que facilitasse a entrada das filhas das classes trabalhadoras no mercado de trabalho, ao serem contaminados pelo princípio da domesticidade feminina e pelo modelo do ensino doméstico, originavam propostas incongruentes. No entanto, o ensino profissional para as filhas das classes populares, visto como um ensino prático que não aumentaria o eruditismo das mulheres, nunca gerou uma polémica semelhante à suscitada pela instrução das classes médias, o que justifica as escassas intervenções parlamentares sobre essa matéria.

O pensamento expresso pelos técnicos que coordenavam o ensino nas escolas mostrou-se muito mais preciso, quer sobre os objectivos do ensino, quer sobre o lugar que nele ocupavam as raparigas, pois, ao contrário da maioria dos parlamentares, estavam inseridos no sistema e conheciam bem o seu funcionamento.

O papel decisivo que desempenharam no modo como se foi concretizando e reformulando aquele ensino conferiu aos seus relatos um grau de coerência que transmite a ideia de um conhecimento completo e exacto da realidade que descrevem. Este dado afigura-se de grande relevância, porque a consistência dos testemunhos abona, em geral, a favor do seu rigor, mitigando, assim, a atitude de suspeita sobre o que é omitido naquilo que é dito.

Constatou-se que os inspectores que privilegiaram a aprendizagem de competências técnicas e artísticas para actividades enquadradas nos sectores produtivos caseiros, oficial ou das pequenas manufacturas favoreceram a frequência das escolas pelo sexo feminino, promoveram o alargamento e a diversidade das oficinas que lhe eram destinadas, sublinharam a evolução das respectivas matrículas e o nível do seu desempenho, destacaram os seus trabalhos nas mostras públicas e foram, por vezes,

sensíveis a categorias socioprofissionais mais adequadas à realidade concreta das alunas das escolas. Fonseca Benevides foi o que marcou, de forma mais decisiva, esta orientação, tendo sido secundado por Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro. O caso de Ramalho Ortigão revelou-se muito significativo do balanceamento entre, por um lado, a defesa de um ensino que preparasse o sexo feminino para actividades profissionais e, por outro lado, a crítica veemente às mulheres que trabalhavam e que prosseguiam estudos. Em causa estava, também, a diferença entre trajectórias individuais e, quiçá, excepcionais, e a vulgarização de grandes colectivos de trabalhadoras. Contudo, a realidade do trabalho das mulheres, que persistia ligado a modos de produção pré-industrial, muitas vezes articulados com as indústrias fabris emergentes, colidia com o discurso da domesticidade. Luciano Cordeiro foi o último dos inspectores a inserir-se neste espírito, promovendo o reforço e o alargamento das oficinas femininas e defendendo a contratação de mestras. O longo período em que se manteve no cargo justificaria um trabalho de aprofundamento do seu pensamento e da sua acção, com recurso a fontes mais diversificadas de modo a colmatar as lacunas dos documentos da inspecção disponíveis nos arquivos.

Em meados da década de 1890 inicia-se uma mudança de perspectiva, mas esta, afirmando-se lentamente, não chegou a consumir-se, por completo, até ao final da Monarquia Constitucional. A importância do incremento de novas áreas no ensino profissional foi sendo justificada pelas exigências colocadas por nova maquinaria e mais recentes fontes de energia e o conceito de ensino industrial foi adquirindo um significado mais específico e menos dependente de práticas oficinais. A reforma de 1897 marcou essa viragem ao suprimir os cursos industriais para o sexo feminino.

Marques Leitão e António Arroio são duas figuras de incontornável influência durante este período. A ingerência do primeiro no diploma de 1897 ficou comprovada, mas a influência do segundo nos normativos decretados para o ensino industrial até 1910 permaneceu pouco clara, exceptuando o contributo para o Plano de Inquérito às Indústrias, decretado por Elvino de Brito, em 1898. Conhecedor dos sistemas adoptados em diversos países europeus, mas revelando lacunas acerca do funcionamento das escolas portuguesas, António Arroio criticou a excessiva centralização do ensino e a falta de iniciativa local e contrapôs os *ateliers* de aprendizagem às escolas industriais. A influência estrangeira tornou-se mais evidente no que respeita ao ensino profissional para o sexo feminino, pois os modelos que defendeu estavam muito mais imbuídos da ideologia da domesticidade do que os dos outros inspectores analisados. Segundo ele,

não havia lugar para as mulheres no ensino industrial e preconizava ensinos distintos, em conteúdos e estabelecimentos escolares, para os dois sexos. A proposta da formação de cozinheiros, em escolas profissionais, e de cozinheiras, em escolas de trabalho caseiro, é elucidativa do modo como ele conceptualizou distintamente a mesma profissão de acordo com o sexo de quem a exercia.

Marques Leitão, incumbido de elaborar diversos relatórios oficiais, deixou a sua marca na imagem que transmitiu, a contemporâneos e a vindouros, sobre o ensino industrial. Convicto de que as escolas se deviam vocacionar para a inovação tecnológica, subvalorizava a vertente de formação profissional associada às produções artesanais e oficinais e mais ligadas ao desenho ornamental. Estas, segundo ele, não eram actividades industriais, perspectiva que conseguiu introduzir na reforma de 1897, que ele elegeu como marco inaugural do ensino industrial moderno. A omissão da participação da escola de Peniche na Exposição Universal de 1889 terá sido motivada, porventura, pelo mesmo motivo: não foi considerada, por ele, como industrial.

Estas perspectivas não lograram introduzir, na prática, mudanças significativas profundas no exercício das escolas industriais até à República, mas a sua influência, a partir de 1897, inscrita em relatórios e diplomas, contribuiu para conformar uma memória sobre o ensino industrial que conferiu pouca visibilidade à presença do sexo feminino e, sobretudo, ao seu significado no contexto da realidade socioeconómica nacional.

A inclusão inicial das mulheres nas escolas industriais, expressa nos diplomas anteriores a 1897, reflectindo a realidade de uma esfera laboral que integrava homens e mulheres, revelou-se um dado importante no processo de compreensão/ interpretação do sistema de ensino industrial em finais do século XIX e inícios do século XX. O seu pendore para aprendizagens ligadas às indústrias caseiras tradicionais adequou-se às necessidades das pequenas unidades de produção, oficinais e manufactureiras, e do trabalho domiciliário, cada vez mais feminizado. A presença continuada das mulheres nas escolas, a sua predominância nas oficinas, a contratação de elevado número de mestras, a inclusão de professoras e de directoras de estabelecimentos, a visibilidade conferida aos trabalhos femininos e o êxito que obtiveram, nas exposições nacionais e internacionais, revelaram-se aspectos correlacionados que conferiram coerência ao sistema. Nesta perspectiva, afigurou-se relevante a nomeação dos cursos profissionais, pois reflecte a importância da linguagem no modo como se representa a realidade e, em função disso, se transmitem determinadas imagens sobre as actividades femininas e masculinas.

Na releitura das fontes, o significado historicamente situado de cada conceito assume particular importância. A expressão *ensino industrial* remete para o conceito polissémico de *indústria*, termo que, em finais de oitocentos e inícios da centúria seguinte, estava ainda muito associado às *artes e ofícios* e, portanto, à aptidão para executar um trabalho manual, fosse por homens ou por mulheres. Os objectivos do ensino nas escolas industriais foram balanceando entre o peso desta conotação e a emergência de um significado mais restrito e mais próximo do actual, o da transformação de matérias-primas pela utilização da tecnologia fabril. Esta alteração semântica não é independente de um conceito de trabalho que dissociou a esfera doméstica e as mulheres das actividades consideradas produtivas. O articulado do diploma de 1897 e os discursos de Marques Leitão e de António Arroio reflectem esse novo olhar, mas a realidade socioeconómica do país não introduzira mudanças significativas no trabalho das mulheres, como o caso de Peniche evidenciou, e as escolas continuaram a ser frequentadas pelo sexo feminino sem mudanças práticas no seu funcionamento. Os cursos mantiveram-se, mas, ao serem renomeados e reclassificados, foram remetidos para o exterior da esfera produtiva industrial, mesmo se a ela se destinavam. A realidade, porém, é também o que dela se diz e o que dela se omite, pois é complexo o modo como se constrói a memória (recordação e olvido) dos acontecimentos.

O ensino nas escolas industriais portuguesas permaneceu, até à 1ª República, um projecto das classes dirigentes. O sistema, fortemente centralizado pelo Estado e conduzido por um reduzido número de coordenadores, ressentiu-se do desinteresse, leia-se, da fragilidade de uma classe empresarial, espelho do incipiente desenvolvimento de sectores industriais tecnologicamente mais avançados e da ausência de classes médias geradoras de uma maior dinâmica nos sectores da procura e do consumo. As iniciativas locais registadas, sempre dependentes da execução ministerial, provieram, sobretudo, de Autarquias e de Sociedades e foram, com frequência, defendidas pelos deputados dos respectivos círculos eleitorais, mas esse empenho traduziu-se em magros resultados, em parte devido à descontinuidade da vida parlamentar. Face a estes condicionalismos, até 1910, o projecto de ensino industrial não logrou cumprir os seus objectivos.

No caso português, o malogro do sistema de ensino industrial e a elevada frequência do sexo feminino afiguram-se duas faces da mesma moeda. O sistema, criado por políticos, não emergiu da realidade local e das necessidades económicas do país, por isso, não podia responder a necessidades de formação para um novo sistema de

produção que ainda não estava implantado. As escolas e as oficinas anexas privilegiaram aprendizagens dirigidas para a revitalização de sectores das indústrias e das artes aplicadas tradicionais, ou de trabalho domiciliário complementar da indústria. O investimento nas oficinas para o sexo feminino decorreu dessa opção e tornou visível a persistência de um importante trabalho feminino qualificado, associado a actividades artesanais, que coexistiu com a utilização de trabalho não qualificado nas fábricas. As taxas de feminização da população activa eram muito elevadas em inícios do século XX, o que não favoreceu a generalização do duplo paradigma da mulher dona-de-casa e do homem *ganha-pão*, como aconteceu em países com classes médias mais fortes e de maior desenvolvimento industrial. O atraso no desenvolvimento do ensino da economia doméstica reflecte esta situação. A indústria portuguesa não usufruiu, assim, dos benefícios do modelo da domesticidade feminina no processo de acumulação de capital. As relações sociais de género no Portugal finissecular, ao manterem demasiadas características de Antigo Regime, não se terão mostrado favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

Espera-se que este trabalho contribua para evidenciar que a aplicação da categoria analítica de género, em todas as fases da operação historiográfica, constitui um requisito de rigor na construção do conhecimento histórico, no entendimento de que este se inscreve, como projecto de verdade, na memória histórica e social.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Manuscritas

1.1.1. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Secretaria Geral

Registos de Correspondência Expedida, 1886-1892.

Correspondência recebida da Câmara dos Deputados, 1883-1891.

Correspondência recebida da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1883-1891.

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição Central

Correspondência recebida da Câmara dos Deputados, 1869-1881 e 1883-1886.

Correspondência recebida da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1883-1886

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Colecção de Processos Individuais

ARROIO, António José

BENEVIDES, Francisco da Fonseca

BRITO, Elvino José de Sousa e

LIMA, Silvestre Bernardo

PINTO, Ernesto Madeira

TELO, Joaquim José Pimenta

VASCONCELOS, Joaquim de

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul

Catálogo de mobília, livros, modelos, etc., nº 2 – Escolas de Província.

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Copiadores de correspondência expedida (1891-1894).

Livro de despesas pagas pela Inspeção (1884-1893).

Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894).

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Repartição de Indústria 2ª secção

Minutas de ofícios para Escolas e Museus (1887).

Registo de correspondência expedida para os museus e escolas industriais e comerciais (1884-1887).

Registo de Portarias acerca do ensino comercial e industrial (1891-1892).

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Indústria

Registo de comunicações expedidas (1870-1887).

Registo de despesas com as escolas industriais e de desenho industrial da Circunscrição do Sul (1895-1896).

Registo de correspondência entrada (1895-1896; 1896-1897).

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria. 2ª Secção

Registo de despesas com as escolas industriais e de desenho industrial da Circunscrição do Sul (1894-1895).

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Ensino Industrial e Comercial – 1ª secção

Talões de levantamento de contas de depósito da Direcção das Oficinas do Estado e de Institutos e Escolas Industriais (1903-1907).

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Ensino e Estatística Industrial – 1ª secção.

Livro de Contas-correntes com as dotações orçamentais (1901-1902).

Talões de levantamento de contas de depósito da Direcção das Oficinas do Estado e de Institutos e Escolas Industriais (1902-1903).

1.1.2. Arquivo Histórico do Ministério da Educação

Fundo da Direcção Geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas

Série Pessoal, Unidade 3565

Cadastro do pessoal das escolas industriais da circunscrição Norte (1894).

Cadastro do pessoal do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1894).

Relação do pessoal das escolas industriais da circunscrição do Norte (1894).

Relação de todos os professores das escolas industriais do país (1896-1897).

Processos individuais de professores das escolas industriais (1888-1896).

Concursos de Bruxelas, Viena de Áustria, Paris, Berlim, Roma e Berna (1888-1889)

Série Processos Individuais, Unidades 2790, 2832, 3531, 3532

Processos individuais de professores (1872-1916)

1.1.3. Arquivo Histórico Parlamentar (AHP)

Índices dos Projectos de Lei apresentados pelos Senhores Deputados e de Pareceres de Comissões, Livros 1424-1432 (1890-1910).

Índices das Propostas de Lei apresentadas pelo Governo, Livros 1467-1475 (1890-1910).

Comissões Permanentes – Comissão da Instrução Pública, Livros 2163-2168 (1874-1879).

Projectos de Lei e Pareceres distribuídos na Câmara dos Deputados e existentes nas várias Comissões, Livros 2852-2860 (1901-1910).

1.1.4. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alenquer (AHCM de Alenquer)

Fundo da Escola *Damião de Goes*

Caixa 1 (documentação avulsa).

Copiador de Ofícios (1890-1898).

Livro de Comunicações de Serviço à Inspeção das Escolas Industriais da Circunscrição Sul (1892/94; 1894/95; 1895/96; 1896/97).

Livro de Matrículas (1890-1898).

1.2. FONTES IMPRESSAS

1.2.1. Dicionários e Descrições Gerais de Portugal

FREITAS, J. J. Rodrigues, *Notice sur le Portugal*, Paris, 1867.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Empreza Litterária Fluminense, 1873-1890.

PERY, Gerardo, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, 13 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciências, 1871-1893.

SILVA, Inocêncio Francisco da, ARANHA, Pedro Venceslau de Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, 22 vols., 1858-1923, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973 (ed. fac-similada do original).

1.2.2. Estatísticas e Inquéritos

Annaes de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - *Estatística do Ensino Commercial e Industrial (1854-1893)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

Anuário Estatístico de Portugal. 1892, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

Anuário Estatístico do Reino de Portugal, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Repartição de Estatística, 1877.

CAMPOS, Carlos Augusto da Silva, *Almanach Commercial de Lisboa para 1892*, Lisboa, Escriptorio da Administração, 1891.

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Indirecto. Terceira Parte. Repartição de Estatística, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.

Inquérito Industrial de 1890. Vol. IV. Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Anuário Estatístico de Portugal. 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Anuário Estatístico de Portugal. 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal. 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Notice statistique sur le Portugal et ses colonies, Paris, Aillaud, 1900.

Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1903*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1904-1905*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906 e 1907*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1908, 1909 e 1910*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

Resumo do Inquérito Industrial de 1881, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.

1.2.3. Textos Legislativos e Regulamentares

- Colecção de legislação de 1886 e 1887 relativa a Obras Públicas e Minas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord.), *Collecção de Legislação Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord.), *Collecção de Legislação de 1908 relativa aos Serviços do ministério das Obras Públicas*, vol. XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.
- Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul, *Instruções, Regulamento e Programma das Cadeiras aprovadas pelo Ministro das Obras Públicas, Commercio e Industria em 7 de Abril de 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- Legislação de instrução secundária desde 1895 até março de 1901*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
- Legislação sobre Museus industriais e comerciais e escolas industriais e de desenho industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral da Agricultura, *Instruções para o funcionamento da Exposição Permanente de Produtos Portuguesas na cidade do Rio de Janeiro*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1906.
- Reformas do Ensino em Portugal*, Tomo I, vol. 1 (1835-1869); vol. 2 (1870-1889); vol. 3 (1890-1899); vol. 4 (1900-1910) [compilação fac-similada de legislação], Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1989-1996.
- Regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos Industriais : decretos de 10 de Fevereiro de 1890 e de 14 de Abril de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Regulamento dos Concursos para professores das Escolas de Ensino Elementar Industrial e Commercial dependentes do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria aprovado por Decreto de 24 de Dezembro de 1901*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
- Regulamento e Programa para a Exposição Industrial no Palácio de Cristal que se realizará no mês de Junho a Agosto de 1887*, Porto, Tipografia Central Avelino António Mendes Cerdeira, 1886.

Regulamento Geral e Programma da Exposição Industrial Portuguesa na real Tapada da Ajuda que será inaugurada no 1º de Maio de 1888 sob a protecção de Sua Magestade o Rei Senhor D. Luiz, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

Regulamento para o trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos Industriais de qualquer especie ou sob qualquer direcção approved por decreto de 16 de Março de 1893, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

VAZ, Mário (coligido por), *O ensino industrial em Portugal*, Lisboa, Pedro Bordallo Pinheiro, 1917.

1.2.4. Relatórios e Catálogos oficiais

ARROIO, António, "Missão de estudo a algumas escolas de ensino técnico industrial, artístico e comercial do grau elementar e secundário na Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra em 1901. Esboço de um relatório", in *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 227-360.

ARROIO, António, "O povo português", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 73-100.

ARROIO, António, "Praias e Estações Thermaes. Portugal estação de Inverno", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 101-145.

ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial e comercial professado nas escolas dependentes do Ministério do Fomento. Abril de 1911", in *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 3-226.

ARROIO, António, *Relatório sobre a situação da Escola Industrial «Campos Melo» da Covilhã*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

ARROIO, António, *Relatórios sobre a reorganização do ensino elementar, industrial e comercial em Setúbal e Alenquer*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

As Escolas Industriais da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa em 1888. Catálogo dos Desenhos e outros objectos executados e expostos pelos alunos, Lisboa, Typpographia e Stereotypia Moderna, 1888.

Associação Industrial Portuguesa, *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1888-1890.

- Associação Industrial Portuguesa. Exposição Industrial com uma secção agrícola em 1888, *Catálogo da Exposição de Bellas Artes. Secção de Pintura, Escultura, Gravura e Architectura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- AZEVEDO, Aníbal Lúcio de (relator), *O ensino elementar industrial*, Lisboa, Tipografia Moralizadora, 1915.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre alguns estabelecimentos de instrução e escolas de desenho industrial em Itália, Alemanha e França e na Exposição de Turim de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul. Ano lectivo de 1888-89*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul. Ano lectivo de 1890-91*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e Profissionais na Exposição Universal de Paris de 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1891-1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio. Relatório do Director Literário com respeito aos anos lectivos de 1883-1884 e 1884-1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- Catálogo da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, s/l, s/ed., 1884.
- Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Crystal Portuense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- Catálogo e relatório da exposição industrial, agrícola e de belas artes do distrito de Portalegre, promovida pela direcção do Montepio Operário artístico portalegrense em 1892", *Apêndice ao Diário do Governo*, nº 5 de 1894, 06/04/1894.

- COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908. Catálogo Oficial da secção Portuguesa*, Lisboa, Typographia "A Editora", 1908.
- EÇA, Vicente M. M. C. Almeida d', "As Pescas em Portugal. As salinas", in *Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, Notas sobre Portugal*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 269-286.
- Exposição Nacional de 1908, *Prémios concedidos pelo Jury Superior. Julgamento da Secção Portuguesa*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.
- Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa - Inspeção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas obtidas pelos expositores de Portugal e pelos seus colaboradores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
- Exposition Universelle de 1900. Portugal. Catalogue Officiel*, Paris, Aillaud, 1900.
- Exposition Universelle de Paris en 1889. Catalogue Officiel des Sections Portugaises*, Paris Imprimerie de la Société Anonyme de Publications Périodiques, 1889.
- Exposition Universelle Internationale de Bruxelles, 1910. Programme Général. Règlement-Classification*, Bruxelles, Imprimerie Moderne, 1908.
- FERNANDES, José Maria da Conceição, *O trabalho manual na escola. Visita à Exposição Universal de Paris de 1889. Relatório apresentado à Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa em 25 de Janeiro de 1890*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira, 1890.
- LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, "Ensino industrial e commercial", in *Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, Notas sobre Portugal*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 569-584.
- LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel et commercial. Les écoles industrielles et de dessin industriel de la Circonscription du Sud*, s/l., Exposition Universelle de 1900 - Section Portugaise, 1900.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Comercial de Lisboa e executados nas Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul no Ano lectivo de 1889-1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1885 a 1886-1887)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1887 a 1888)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1888 - 1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1889 - 1890)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1890 a 1891)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1891 - 1892)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul. Anos lectivos de 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul (1889 - 1890)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Documentos relativos à organização da secção portuguesa da Exposição do Rio de Janeiro de 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspeção das Escolas Industriais, Circunscrição Sul, *Rendas Portuguesas. Rendas de Peniche. Escola industrial Rainha D. Maria Pia*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Indústria, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu Industrial e Commercial de Lisboa em 28 de Julho de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- PESTANA, Alice, "Relatório da viagem de estudo a estabelecimentos de instrução secundária do sexo feminino na Inglaterra, Suíça, França para que foi nomeada por portaria de 2 de Novembro de 1888", *Apêndice ao Diário do Governo*, nº 17, 1889.

PESTANA, Alice, "Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional do sexo feminino no estrangeiro", in MACHADO, Bernardino, *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro)*. *A Indústria*, Coimbra, Typographia França Amado, 1898, pp. 320-355, – ou Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Programa da Exposição Industrial e Agrícola do Concelho da Figueira da Foz em 1901, Figueira, Imprensa Lusitana, 1901.

REAL, Fernando Homem da Cunha Corte, "A indústria da fiação e tecelagem do linho e de outras fibras vegetais na 3ª circunscrição dos serviços técnicos de indústria", *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 101, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, Porto, Typ. António José da Silva Teixeira, 1884.

Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal Portuense, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Secção de Indústria da Sociedade de Geografia de Lisboa, *Exposição Nacional Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

SILVA, António Arthur Baldaque da, *Relatório sobre pesca marítima nas águas de Peniche, Berlengas e Farilhões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

SOUSA, Hermínio Sousa da Costa, "Indústria das Rendas", *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 94, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escholas de desenho industrial*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1891.

1.2.5. Publicações Periódicas

1.2.5.1. Oficiais

Apêndice ao Diário do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional (1887-1910).

Boletim da Propriedade Industrial, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

Boletim do Trabalho Industrial, Lisboa, Imprensa Nacional, [nº 1 – 1906] (1906 -1916).

Diário da Câmara dos dignos Pares do Reino, Lisboa, Imprensa Nacional, [Ano I – 1870] (1884-1910).

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, [Ano I – 1835] (1882-1910).

Diário do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional (1870-1910).

Revista das Obras Públicas e Minas, Lisboa, [Ano I - 1868] (1870-1910).

1.2.5.2. Imprensa

Alador. Boletim da Escola Industrial e Comercial de Peniche, Centro de Actividades Circum-Ecolares, Ministério da Educação Nacional, Ano 1, nº 1. 1970.

Anuário Commercial de Portugal, Ilhas e Colónias ou Anuário do milhão de Endereços, Lisboa, s/ed., 1902-1911.

Anuário Commercial ou Anuário Oficial de Portugal, Ilhas e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Anuário Commercial ou Anuário Oficial de Portugal, Ilhas e Ultramar, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1897-1901.

Anuário da Folha de Torres Vedras para 1906, Torres Vedras, Typographia d' A Folha de Torres Vedras, 1905.

Anuário-Almanach Commercial da Industria, Magistratura e Administração ou Anuário Oficial de Portugal, Ilhas e Ultramar, Lisboa Companhia Nacional Editora, 1893,1894.

Anuário-Almanach Commercial da Industria, Magistratura e Administração ou Anuário Oficial de Portugal, Ilhas e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

Atlântida. Mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil, [Ano I, nº 1, 15/11/1915] (1915-1916).

Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais, [Ano I – 1921] (1921-1927).

Boletim da Escola Industrial de «Faria Guimarães» (Arte Aplicada), Ano I, nº 1, 1888 a 1939.

Caldense – Folha semanal (O), Caldas da Rainha [Ano 1, nº 1 28/09/1884], (1890-1894).

CAMPOS, Carlos Augusto da Silva, *Almanach Commercial de Lisboa para 1892*, Lisboa, Escriptorio da Administração, 1891.

Comércio de Portugal, Lisboa (1893)

Comércio do Porto, Porto (1887; 1891)

Diário de Notícias, Lisboa [Ano I, nº programa, 1864] (1897)

Distrito de Leiria (O), (1887-1889).

Exposição Operária em 1889 (A), Jornal publicado pela Caixa Económica Operária, nº único, Lisboa, Maio de 1889.

Exposição Operária em 1889 (A), Jornal publicado pela Caixa Económica Operária, nº único, Lisboa, Maio de 1889

Ilustração Portuguesa (A), I Série, [nº prospecto Junho de 1884] (1884-1890).

Ilustração Portuguesa, II Série, Lisboa, Empreza do Jornal *O Século*, [Ano 1, nº 1, 9/11/1903] (1903-1916).

Ocidente (O), Lisboa [Ano I, nº 1, 1878] (1888-1889)

Pontos nos ii, [nº programa 07/05/1885] (1885-1891).

Revista da Sociedade de Instrução do Porto, (1881-1883) completar ref^a

Revista das Escolas Técnicas Elementares, Porto, [Ano I, nº 1, 15/01/1927] (1927 - 1928).

Revista de Educação e Ensino, Lisboa [Ano I - 1886] (1886 - 1900).

Terra Portuguesa, [Ano 1, nº 1, Fevereiro 1916] (1916-1917).

1.2.6. Estudos e Ensaios

AAVV, *Les merveilles de l'Exposition de 1889*, Paris, A la Librairie Illustrée, 1889.

ABREU, José Miguel de, *Apontamentos acerca do ensino de desenho industrial no Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

Alice Pestana. *1860-1929: In Memoriam*, Madrid, Imprenta D. Julio Cosano, 1931.

ALMEIDA, José Valentim Fialho de, *Vida Irónica (Jornal de um Vagabundo)*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914.

AMORIM, António Maria de, "A instrução primária", *Revista de Educação e Ensino*, 1890, pp. 136-144.

BELÉM, António Manuel da Cunha, *Escola Maria Pia. Instrução do sexo feminino. Notícia para o Congresso Pedagógico de Madrid em 1892*, Separata do Instituto, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900.

BENALCANFOR, Visconde de (Ricardo Augusto Pereira), "Instrução Feminina", in *Notas Soltas de Instrução e Pedagogia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 3-22.

BETHENCOURT, Cardoso de, "O ensino primário profissional em França", *Revista de Educação e Ensino*, 1893, pp. 193-198.

- Breve Notícia acerca da criação e estado actual do Asilo de N. S. da Conceição*, Lisboa, Tipografia do Futuro, 1860.
- Cartas de Joaquim de Vasconcelos*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1975.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *As Nossas Filhas. Cartas às Mães*, 2ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906 (1ª ed. 1904).
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Cartas a Luiza (Moral, Educação e Costumes)*, Porto, Barros e Filha Editores, 1886.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Mulheres e Creanças: notas sobre educação*, Porto, Joaquim Antunes Leitão e Irmão, 1880.
- CENTENO, Sebastião Rodrigues Barbosa, *O trabalho dos menores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- COELHO, Adolfo, "O ensino primário superior", *Revista de Educação e Ensino*, 1892, pp. 158-182.
- Coelho, Adolfo, *Ensino Primário Superior*, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1892.
- Coelho, Adolfo, *O trabalho manual na escola primaria*, Lisboa, Imprensa Democratica, 1882.
- COELHO, Francisco Adolfo, *A questão do ensino*, Porto, 1872.
- COELHO, Francisco Adolfo, *História da Instrução Popular*, Lisboa, 1895.
- COELHO, Francisco Adolpho, *Cultura e Analfabetismo*, Lisboa, IPPC, 1984 (ed. de 1916 fac-similada).
- COSTA, D. António da, *A instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.
- COSTA, D. António da, *A mulher em Portugal: obra póstuma*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1892.
- COSTA, D. António da, *Auroras da instrução pela iniciativa particular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- COSTA, D. António da, *História da Instrução Popular em Portugal. Desde a Fundação da Monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.
- CRUZ, Abigail de Paiva, *Estudos de Arte em Portugal. Desenho, pintura, escultura e rendas de arte*, Porto, Companhia Portuguesa Editora Lda., 1927.
- CUNHA, Pedro José da, "O Ensino Secundário do Sexo Feminino em Portugal", Separata da *Revista de Educação Geral e Técnica*, Lisboa, 1916, pp. 3-15.

Escola Industrial de «Affonso Domingues». Sessão do Conselho Escolar em homenagem à memória do falecido professor Thomaz Bordallo Pinheiro, 5 de Outubro de 1921, Lisboa, Typ. Anuário Commercial, 1921.

FERREIRA-DEUSDADO, "Educação e criminalidade", *Revista de Educação e Ensino*, 1889, pp. 353-367.

FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho, *A industria de Peniche*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

FIGUEIREDO, José, *Portugal na Exposição de Paris*, Lisboa, Empreza da História de Portugal Editora, 1901.

GRAINHA, Manuel Borges, *A instrução secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Typographia Universal, 1905.

JARDIM, Luís (Conde de Valenças), "Artes e Ofícios", *O Ocidente*, nº 349, 1888, p. 199.

LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Duas Conferências*, Lisboa, Tip. Maurício, 1917.

LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Eschola Industrial Marquez de Pombal. O seu estado actual e notícia do movimento escholar no ano lectivo de 1891-1892*, Separata de *O Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899.

LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *O Ensino Técnico Elementar. Três períodos da sua vida*, Lisboa, 1930.

LEWIS, John T., *A Exposição Universal de São Luiz em 1904*, Rio de Janeiro, Typographia Altina, 1902.

LIMA, Carolina da Assumpção, *Anotações à Instrucção Primária Feminina em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.

MACHADO, Bernardino, *Afirmações Públicas. 1882-1886*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

MACHADO, Bernardino, *Afirmações Públicas. 1888-1893*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

MACHADO, Bernardino, *O Ensino Primário e Secundário*, Coimbra, Typographia França Amado, 1899.

MACHADO, Bernardino, *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro). A Indústria*, Coimbra, Typographia França Amado, 1898.

MAGDALENA, Maria (Pseud.), *Evocações de Rendas*, Porto, Officinas de Empreza Litt. e Typographica, 1917.

- MONTEIRO, Adriano, "História da instalação da inspecção da 4ª circunscricção industrial", *Boletim da Propriedade Industrial*, 8ª série, 14º ano, nº 35-36, 30/06/1898, pp. 267-274.
- MOURA, Carneiro de, *A mulher e a civilização. Estudo histórico, económico e jurídico da evolução paralela dos sexos*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editor, 1900.
- Notas sobre a Instrução Profissional*, Lisboa, Ministério de Instrução Pública, 1930.
- NUNES, Vítor Augusto Pereira, *O trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais: exposição e crítica*, Porto, Typographia Progresso, 1918.
- OLIVEIRA, Felinto de, *O Binóculo: visita à Exposição Universal de 1889*, Lisboa, Typografia da Companhia Nacional, 1890.
- ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda*, Lisboa, Liv. Clássica Edit., s/d.
- ORTIGÃO, Ramalho, *A lei da Instrução Secundária na Câmara dos Deputados em Portugal*, Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Notícias, 1883.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, (ed. completa), Lisboa, Clássica Editora, 1986-1992.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Liv. Clássica Edit., 1943.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Esquecidas*, 2 vols., Lisboa Clássica Editora, 1946.
- ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull. Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização*, Porto, Liv. Int. de Ernesto Chardron, 1887.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, Lisboa Clássica Editora, 1945.
- ORTIGÃO, Ramalho, *O culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 2ª ed., s/d.
- OSÓRIO, Ana de Castro, "Rendas Portuguezas", *Terra Portuguesa*, Ano I, vol. II, nº 8, 1916, pp. 33-36 e Ano I, vol. II, nº 12, 1917, pp. 171-172.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *A Educação da criança pela mulher*, Figueira, Typ. Popular, 1905.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *A mulher na Agricultura, nas Industrias regionaes e na Administração Municipal. Tese apresentada ao Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28, 29 e 30 de Outubro de 1915*, Lisboa, Casa Editora «Para as Crianças», 1915.

- OSÓRIO, Ana de Castro, *Às mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.
- PÉLICO Filho, Sílvio, *História da Instrução Popular em Portugal*, Lisboa, Lumen / Empresa Internacional Editora, 1923.
- PEREIRA, J. M. Esteves, *O Feminismo na Indústria Portuguesa*, Lisboa, Companhia Nacional Edit., col. Biblioteca do Povo e das Escolas, nº 196, 1897.
- PERY, Gerardo, "Estudos Económicos [O comércio Externo em Portugal de 1800 a 1890]", *Revista de História Económica e Social*, nº 4, 1979, pp. 89-106 [reprodução de artigos recolhidos, por Maria Ioannis Benis, da *Revista das Alfândegas* do nº 12, Ano 1, 04/05/1893 ao nº 21, 24/09/1893].
- PESSANHA, D. José, *A História das Industrias Artísticas em Portugal*, Lisboa, Typographia do Jornal O Tempo, 1889.
- PESSANHA, D. Sebastião, *Ensino Industrial*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1915.
- PESSANHA, João de Almeida, "Escolas industriais", *Revista de Educação e Ensino*, 1893, pp. 241-245.
- PESTANA, Alice (Caêl), *O que deve ser a instrução secundária da mulher?*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1892.
- PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A Mulher e a Vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principais aspectos (Instrução Secundária)*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1872, 2ª edição facsimilada, Lisboa, Colibri, 2005.
- QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 3ª ed., 1979.
- SILVA, A. J. Pereira da, *Homenagem à memória de José de Parada e Silva Leitão*, Separata da *Revista da Chimica pura e applicada*, II Série, Ano II, Porto, Typografia a Vapor da Encyclopédia Portuguesa, 1917.
- SIMÕES, J. de Oliveira, "A evolução da industria portuguesa. Bosquejo histórico", in *Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, Notas sobre Portugal*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 359-375.
- SIMÕES, José de Oliveira, *Assistência Social às mulheres de trabalho*, Lisboa, Tip. Anuário Comercial, 1909.
- SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *A exposição industrial de Belém em 1893*, Lisboa, Lucas e Filho Editores, 1894.

- SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *Uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889*, 2ª ed., Lisboa, Lucas e Filho Editores, 1893 (1ª ed. 1892).
- TORRESÃO, Guiomar, *As Batalhas da Vida*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1892.
- VASCONCELOS, Joaquim de, "Arte Decorativa Portuguesa", in *Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, Notas sobre Portugal*, vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 179-208.
- VASCONCELOS, Joaquim de, "O Ensino do Desenho em Portugal", *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Ano 2, nº 8, 01/08/1882, p. 399.
- VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma de Belas-Artes: análise do relatório e projectos da Comissão oficial nomeada em 10 de Novembro de 1875*, Porto, Imp. Literário Comercial, 1877.
- VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes III – Reforma do Ensino do Desenho*, Porto, Imprensa Internacional, 1879.
- VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas* (org. e prefácio de Maria Teresa Pereira Viana), Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1983.

2. Bibliografia

2.1. Instrumentos de trabalho

- A Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa, CIG, 2007.
- A Igualdade de Género em Portugal. 2003*, Lisboa, CIDM, 2004.
- ALBARELLO, Luc, et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- Bibliografia Anual de História de Portugal. 1989*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.
- Bibliografia Anual de História de Portugal. 1990*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.
- CAMPOS, Luís Esteves de Melo, *A Mulher em Textos e Contextos. Um Recenseamento Bibliográfico*, Lisboa, CCF, 1989.

- CAPEL, Rosa María, USSEL, Julio Iglesias de, *Mujer Española y Sociedad. Bibliografía (1900-1984)*, Madrid, Ministerio de Cultura/Instituto de la Mujer, 1984.
- CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- DIAS, Ana Bela (comp. e org.), *Teses Portuguesas para a Educação. Repertório de dissertações de mestrado e doutoramento em educação e áreas afins*, Aveiro, Universidade Aveiro, 1994.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.
- Dissertações de Doutoramento. Repertório das dissertações realizadas na Universidade de Lisboa de 1917 a 1989*, Lisboa, Serviço de Documentação e Publicações – Universidade de Lisboa, 1990.
- Dissertações de Doutoramento. Repertório das dissertações realizadas na Universidade de Lisboa de 1990 a 1993*, Lisboa, Serviço de Documentação e Publicações – Universidade de Lisboa, 1994.
- ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 2ªed, Lisboa, Ed. Presença, 1982.
- ESTEVES, António Joaquim, “Sociologia da Educação. Guia Temático e Bibliográfico”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Ano 1, nº 1, 1984, pp. 129-149.
- Exposição Organizada pela Biblioteca de Ciências da Educação para o 1º Encontro de História da Educação em Portugal. Roteiro”, in *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 295-308.
- FLOUD, Roderick, *Métodos cuantitativos para historiadores*, 3ªed., Madrid, Alianza Editorial, 1983, 3ª ed. (1ª ed. 1975).
- GEPE, *Estatísticas da Educação 2005/06*, Lisboa, Ministério da Educação, 2007 [em linha], disponível em http://www.gepe.min-edu.pt/np3content/?newsId=7&fileName=estatisticas_educacao_0506.pdf (consultado em 28/02/2008).
- GPEARI, *Evolução do número de diplomados no Ensino Superior, por Distrito e NUTS II:1997 - 1998 a 2005 – 2006*, Lisboa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2008 [em linha], disponível em http://www.estatisticas.gpearl.mctes.pt/archive/doc/EvolucaoNumeroDiplomadosES9798_200506.xls (consultado em 28/02/2008).

- GPEARI, *Oferta e procura de formação em Tecnologias da Informação e da Comunicação no ensino superior – 1997-1998 a 2006-2007*, Lisboa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2008 [em linha], disponível em http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/dadostic_310108.xls (consultado em 28/02/2008).
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa /Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia Lda., s/d.
- Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, Primeira Parte. Instituições do Antigo Regime, 4 vols., Lisboa, IAN/TT, 1998-2002.
- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- LEAL, Ivone (coord.), *Fontes Portuguesas para a História das Mulheres*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.
- LEAL, Maria Ivone, "Arrolamento cronológico dos Manuais de Civilidade impressos em língua portuguesa existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa desde o século XVI aos nossos dias", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, (orgs.), *Mulheres, História e Sociedades. Linhas de investigação nos finais do século XX*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 37-74.
- MACEDO, Ana Gabriela, AMARAL, Ana Luísa (org.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Afrontamento, 2005.
- MAGALHÃES, Justino, "Fontes locais para a História da Educação, uma proposta de sistematização", in *Ciências da Educação: Investigação e Acção*, Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, I vol., Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1995, pp. 341-351.
- MARIZ, José (coord), *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias*, vol. 1., HENRIQUES, Maria Cecília, SILVA, Ana C. Nogueira da, COSTA, Fernando Dores, *Distrito de Lisboa*, Lisboa, MC/ANNT/IPCM, 1995; vol. 8., SOUSA, Acácio Fernando de (coord. técn.), *Distrito de Leiria*, Lisboa, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1997.
- Ministério da Educação, *Educação e Formação em Portugal*, Lisboa, Ed. Do Ministério da Educação, 2007 [em linha], disponível em http://www.gepe.min-edu.pt/np3content/?newsId=7&fileName=educacao_e_formacao.pdf (consultado em 28/02/2007).
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, 3 vols., Lisboa, ICS/AR, 2004-2006.

- NÓVOA, António (coord.), *Instituto Histórico de Educação*, II vol., Lisboa, Ministério da Educação, 1997.
- NÓVOA, António (dir.), *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003.
- Ó, Jorge Ramos do, “Teses em História da Educação (1986-1995) ”, *Análise Psicológica*, n.º 4 (XIV), 1996, pp. 523-531.
- OLIVEIRA, Américo Lopes, *Dicionário de Mulheres Célebres*, Porto, Lello e Irmão Editores, 1981.
- PEREIRA, José Costa (coord.), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2 vols., s/l, Publicações Alfa, 1990.
- PEREIRA, Miriam Halpern, “A Historiografia Contemporânea sobre o século XIX”, *Ler História*, n.º 21, 1991, pp. 93-127.
- PIRES, António Machado, *O século XIX em Portugal. Cronologia e Quadro de Gerações*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1975.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, Manuela (org. e coord.), *Jornais e Revistas Portugueses do século XIX*, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998.
- SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados. 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.
- SERRÃO, Joel (coord.), LEAL, Maria José da Silva, PEREIRA, Miriam Halpern, *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea. Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 2 vols., Lisboa, INIC, 1984.
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias: 1518-1998)*, Lisboa, Cosmos, 1999.
- TREMOCEIRO, Paulo, JORGE, Teresa Revés, *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ministério do Reino. Inventário*, Lisboa, IAN/TT, 1999.
- USSEL, Julio Iglesias de, *Elementos para el estudio de la mujer en la sociedad española: análisis bibliográfico. 1939-1980*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1980.

2.2. Obras de carácter geral

- AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, 2 vols., Coimbra, IHES – FL, Universidade de Coimbra, 1986.
- AAVV, *La Mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1984.
- AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975, VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990.
- AAVV, *Mujer y Sociedad en España (1700-1975)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982.
- ANDERSON, Bonnie S., ZINSSER, Judith P., *A History of Their Own. Women in Europe from Prehistory to the Present*, vol. II, New York, Perennial Lybrary, 1989.
- ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol.4, PERROT, Michelle (dir.), *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990.
- BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H. (eds.), *Connecting Spheres. Women in the Western World, 1500 to the Present*, New York, Oxford University Press, 1987.
- CASEY, James, *História da Família*, Lisboa, Ed. Teorema, 1990.
- DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994.
- EFA Global Monitoring Report 2003/04, *Gender and Education for All. The Leap to Equality*, Paris, UNESCO, 2003.
- FAURÉ, Christine (dir.), *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, Paris, PUF, 1997.
- GARRIDO, Elisa (ed.), *Historia de las Mujeres en España*, Madrid, Ed. Sintesis, 1997.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Arcádia, 1980 (1ª ed. 1971).
- GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement en Belgique*, Bruxelles, CRISP, 1998.
- KNIBIEHLER, Yvonne, FOUQUET, Catherine, *L'Histoire des Mères du moyen-âge à nos jours*, Paris, Ed. Montalba, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol.2, Lisboa, Palas Editores, 5ª ed., 1978 [1ª ed. 1974].

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol.2, Lisboa, Palas Editores, 5^a ed., 1978 [1^a ed. 1974].
- MARX, Karl, *O Salário, o preço e o lucro*, Lisboa, Estampa, 1975.
- MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Ed. Presença, 1993.
- MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Ed. Presença, 1993.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)* e vol. 6, RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.
- MAYEUR, Françoise, *Histoire de l'enseignement et de l'éducation. III. 1789-1930*, Paris, Perrin, 2004.
- MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale de l'Education*, vol.3, *De 1815 à 1945*, Paris, PUF, 1981.
- MORANT, Isabel (dir.), *Historia de las Mujeres en España y América Latina*, Madrid, Cátedra, 2006.
- Plataforma de Acção de Pequim, 1995, e Iniciativas e Acções Futuras. Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o século XXI*, Lisboa, CIDM, 2001.
- PROCACCI, Giovanna, ROSSILLI, Maria Grazia, "La construction de l'égalité dans l'action des organisations internationales", in FAURÉ, Christine (dir.), *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, Paris, PUF, 1997, pp. 827-859.
- Programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objectivos dos sistemas de educação e de formação na Europa, (2002/C 142/01), *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 14.6.2002 [em linha], disponível em <http://www.gaeri.min-edu.pt/biblioteca.asp?pub=2> (consultado em 05/12/2006).
- PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, 2^a ed., London, UCC Press, 1997 (1^a ed. 1995).
- QCA - *Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal 2000-2006*, Ministério do Planeamento [em linha], disponível em http://www.qca.pt/n_qca/pdf/QCA_2000_06.pdf (consultado em 30-09-2005).
- REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, Publ. Alfa, 1990.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, AIP/PEA, 1999.

- SCHWEITZER, Sylvie, *Les femmes ont toujours travaillé. Une histoire du travail des femmes aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Odile Jacob, 2002.
- SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Ed. Presença, 1991.
- SHORTER, Edward, *Naissance de la Famille Moderne. XVIIIe-XXe siècles*, Paris, Ed. du Seuil, 1977.
- SIDERI, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1978.
- SILVA, Regina Tavares da, *Étude sur le bilan de fonctionnement effectif des mécanismes nationaux pour l'égalité entre les femmes et les hommes dans les États membres du Conseil de l'Europe*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, 2004.
- SILVA, Regina Tavares da, *Twenty-five years of Council of Europe action in the field of equality between women and men*, Strasbourg, Conselho da Europa, 2002.
- TIMM, Annette F., SANBORN, Joshua A., *Gender, Sex and the Shaping of Modern Europe. A History from the French Revolution to the Present Day*, New York, Berg, 2007.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996.

2.3. Estudos teóricos e metodológicos sobre Produção Historiográfica, Memória e Género

- AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993.
- AGUADO, Ana, "La historia de las mujeres como historia social", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 57-71.
- ALCOFF, Linda, "Femminismo culturale e post-strutturalismo", *Memoria. Rivista di storia delle donne*, n^o 25, *Genere e soggetto. Strategie del femminismo fra Europa e America*, 1989, pp. 7-35.
- ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, Presença, 1974.
- AUGÉ, Marc, *Les Formes de l'oubli*, Paris, Rivages, 2^a ed., 2001 [1^a ed. 1998].

- AVDELA, Efi, "L'histoire des femmes au sein de l'historiographie grecque contemporaine", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 81-96.
- BALLARÍN DOMINGO, Pilar, "Las mujeres como sujeto/objeto de la historia de la educación española contemporánea", in AAVV *Mujer y Educación en España. 1868-1975*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 27-35.
- BARD, Christine, "Jalons pour une histoire des études féministes en France (1970-2002)", *Nouvelles Questions Féministes. Revue Internationale francophone*, vol. 22, n° 1, 2003, pp. 14-30.
- BÉDARIDA, François, "L'histoire entre science et mémoire?", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1999, pp. 335-342.
- BÉDARIDA, François, *Histoire, critique et responsabilité*, Bruxelles, Ed. Complexe, 2003.
- BILLIG, Michael, EDWARDS, Derek, "La construction sociale de la mémoire", *La Recherche*, vol. 25, n° 267, 1994, pp. 742-745.
- BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1965.
- BLOM, Ida, "Global Women's History: Organising Principals and Cross-Cultural Understandings", in OFFEN, Karen, PIERSON, Ruth Roach, RENDALL, Jane (eds.), *Writing Women's History. International Perspectives*, Bloomington, Indiana University press, 1991, pp. 135-149.
- BOCK, Gisela, "História, História das Mulheres, História do Género", *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n° 4, 1989, pp. 158-187.
- BOCK, Gisela, "La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional", *Historia Social*, n° 9, Universidad de Valencia, 1991, pp. 55-77 [em linha], disponível em http://www.sas.ac.uk/ilas/genero_segunda_1_bock.pdf (consultado em 07/07/2004).
- BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, "A narrativa na «época pós-histórica»", *Análise Social*, vol. XXXIV, n° 150, 1999, pp. 11-28.
- BORDERÍAS, Cristina (ed.), *Joan Scott y las políticas de la historia*, Barcelona, Icaria Ed., 2006.

- BOXER, Marilyn J. *When Women Ask the Questions: Creating Women's Studies in America*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1998.
- BOXER, Marilyn J., "«Women's Studies» aux États-Unis trente ans de succès et de contestation", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 13, *Intellectuelles*, 2001, 34 páginas [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document142.html?format=print> (consultado em 08/09/2006).
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença, 1972.
- BRITTON, Diana F., "Historia pública y memoria pública", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia*, Madrid, Marcial Pons, 1998, pp. 147-162.
- BURIN, Mabel, "Estudios de Género. Reseña histórica", in BURIN, Mabel, MELER, Irene, *Género y Familia. Poder, amor y sexualidad en la construcción de la subjetividad*, Buenos Aires, Paidós, 1998, pp. 19-29.
- CAINE, Barbara, SLUGA, Glenda, *Género e Historia. Mujeres en el cambio sociocultural europeo, de 1780 a 1920*, Madrid, Narcea, 2000.
- CANNADINE, David (coord.), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006.
- CARDIM, Pedro (coord.), *A História: entre memória e invenção*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1998.
- CARDOSO, Ciro F. S., *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e historia*, Barcelona, Ed. Crítica, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. S., PÉREZ BRIGNOLI, Hector, *Los métodos de la historia: introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*, Barcelona, Ed. Crítica, 3ª ed., 1979.
- CARROLL, Berenice (ed.), *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, Chicago, University of Illinois Press, 1976.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Da História-Crónica à História-Ciência*, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª ed., 1976.
- CASTRO, Zília Osório de, "Os intelectuais e o feminismo", *Revista da História das Ideias*, vol. 24, 2003, pp. 453-474.
- CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de, "A operação histórica", in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História*, vol. 1, *Novos Problemas*, Venda Nova, Bertrand, 2ª ed., 1987, pp. 17-58.

- CERTEAU, Michel de, *L'écriture de l'histoire*, Paris Gallimard, 2^a ed., 2002 [1^a ed. 1975].
- CHANTER, Tina, "Gender Aporias", *Signs. Journal of Women in Culture and Society*, vol. 25, n° 4, 2000, pp. 1237-1241.
- CHAPONNIÈRE, Martine, "Impossible interdisciplinarité?", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n° 1, *Les disciplines en jeu*, 2004, pp. 12-20.
- CHAPONNIÈRE, Martine, HILTMANN, Gabrielle, "L'interdisciplinarité entre idéal et réalité – une approche pragmatique", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n° 1, *Les disciplines en jeu*, 2004, pp. 4-11.
- CHARTIER, Roger (entretien avec), "Les représentations du passé", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1999, pp. 15-19.
- CHAUNU, Pierre, "Quelle image de la condition humaine donne aujourd'hui l'histoire?", in CHAUNU, Pierre, *L'historien dans tous ses états*, Paris, Perrin, 1984, pp. 615-634.
- CHESNEAUX, Jean, *Du passé faisons table rase?*, Paris, Maspero, 1976.
- COLLIN, Françoise, "Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 315-349.
- COLLIN, Françoise, "Ruptures. Résistance. Utopie", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 22, n° 1, *In/discipline. La volonté de faire science?*, 2003, pp. 61-70.
- CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta, 1999.
- COSTA-LASCOUX, Jacqueline, "Procriação e bioética", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 637-657.
- COTTIAS, Myriam, et al., "Entre doutes et engagements: un arrêt sur image à partir de l'histoire des femmes", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 20, 2004 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document1383.html>, (consultado em 14/02/2007).
- COURTOIS, Luc, PIROTTE, Jean, ROSART, Françoise, "Introduction. «Mes soeurs, si nous recommençons!»", in COURTOIS, Luc, PIROTTE, Jean, ROSART, Françoise (dir.), *Femmes et Pouvoirs. Flux et reflux de l'émancipation féminine*

depuis un siècle, Louvain-la-Neuve/ Bruxelles, Collège Érasme/ Ed. Nauwelaerts, 1992, pp. 9-16.

COVA, Anne (ed.), *Comparative Women's History. New Approaches*, New York, Columbia University Press, 2006 [versão portuguesa publicada com o título *História Comparada das Mulheres. Novas Abordagens*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008].

COVA, Anne, "Balanço historiográfico da história das mulheres: o século XX", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, (orgs.), *Mulheres, História e Sociedades. Linhas de investigação nos finais do século XX*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 107-117.

COVA, Anne, "Balanço historiográfico da história das mulheres: o século XX", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, (orgs.), *Mulheres, História e Sociedades. Linhas de investigação nos finais do século XX*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 107-117.

COVA, Anne, "Escrever a História das Mulheres", *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (6 a 11 de Julho de 1998)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, vol. 4, pp. 117-129.

COVA, Anne, "Género e História das Mulheres", in NETO, Félix, JOAQUIM, Teresa, SOARES, Rui, PINTO, Teresa (orgs.), *Igualdade de Oportunidades, Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, pp. 49-55.

COVA, Anne, "L'enseignement de l'histoire des femmes dans la Péninsule Ibérique", in SOHN, Anne-Marie, THÉLAMON, Françoise (dir.), *L'Histoire sans les femmes est-elle possible?*, Paris, Perrin, 1998, pp. 313-323.

COVA, Anne, "L'histoire des femmes au Portugal: le XXe siècle", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 49-66.

COVA, Anne, "O conceito de feminismo numa perspectiva histórica", in SILVA, Maria Beatriz Nizza da, COVA, Anne (orgs.), *Estudos sobre as Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 157-176.

COVA, Anne, SILVA, Maria Beatriz Nizza da (orgs.), *Estudos sobre as Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CRABBE, Brigitte et al., *Les femmes dans les livres scolaires*, Bruxelles, Pierre Mardaga Edit., 1985.

- CUESTA BUSTILLO, Josefina, "Memoria e historia. Un estado de la cuestión", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia*, Madrid, Marcial Pons, 1998, pp. 203-246.
- DAUPHIN, Cécile et al., "Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie", *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, n° 2, 1986, pp. 271-293.
- DAVIS, Natalie Zemon, "«Women's History» in Transition: The European Case", in SCOTT, Joan Wallach (ed.), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 79-104.
- DAVISSE, Annick, LOUVEAU, Catherine, "Pratiques sportives: inégalités et différences", in MARUANI, Margaret (dir.), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 139-147.
- DE GIORGIO, Michela, "Raconter l'histoire des femmes en Italie", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 67-79.
- DE GIORGIO, Michela, "Women's history in Italy (nineteenth and twentieth centuries)", *Journal of Modern Italian Studies*, Ano I, n° 3, 1996, pp. 413-431.
- DE GIORGIO, Michela, *Le Italiane dall'Unità a Oggi. Modelli Culturali e Comportamenti Sociale*, 2ª ed., Roma, Ed. Laterza, 1993 (1ª ed. 1992).
- DE LAURETIS, Teresa, "Semiótica y experiencia", in *Alicia ya no. Feminismo, Semiótica, Cine*, Madrid, Ed. Cátedra, 1992, pp. 251-294.
- DELPHY, Christine, "Penser le genre: quels problèmes?", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, CNRS, 1991, pp. 89-101.
- DÍAZ SANCHEZ, Pilar, "Balance de los estudios sobre el trabajo de las mujeres en la España Contemporánea", in VAL VALDIVIESO, Mª Isabel del, et al. (coord.) *La Historia de las mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 373-391.
- DONOVAN, Claire et al., "Women in higher education: Issues and challenges for part-time scientists", *Women's Studies International Forum*, vol. 23, n° 2-3, 2005, pp. 247-258.
- DORLIN, Elsa, "De l'usage épistémologique et politique des catégories de «sexe» et de «race» dans les études sur le genre", *Cahiers du Genre*, n° 39, *Féminisme(s): Penser la pluralité*, 2005 [em linha], pp. 83-105, http://www.iresco.fr/revues/cahiers_du_genre/numero39.htm (consultado em 02/10/2006).

- DOSSE, François, "L'École des Annales: Histoire d'une Conquête", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1999, pp. 279-283.
- DOSSE, François, "Michel de Certeau et l'écriture de l'histoire", *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n° 78, 2003, pp. 145-156 [em linha], disponível em http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=VING&ID_NUMPUBLIE=VIN_078&ID_ARTICLE=VING_078_0145 (consultado em 22/01/2007).
- DOSSE, François, *Paul Ricoeur et Michel de Certeau. L'Histoire: entre le dire et le faire*, Paris, Ed. de l'Herne, 2006.
- DOWNS, Laura Lee, "Les gender studies américaines", in MARUANI, Margaret (dir.), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 356-363.
- DUBESSET, Mathilde, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, *Parcours de femmes. Réalités et représentations. Saint-Etienne 1880-1950*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1993.
- DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1995.
- DUFRANCATEL, Christiane, "La femme imaginaire des hommes. Politique, idéologie et imaginaire dans le mouvement ouvrier", in DUFRANCATEL, Christiane et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Galilée, 1979, pp. 157-186.
- DUFRANCATEL, Christiane, et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Galilée, 1979.
- DUMONT, Micheline, *Découvrir la mémoire des femmes. Une historienne face à l'histoire des femmes*, Montreal, Ed. Remue-Ménage, 2002.
- DZUBACK, Mary Ann, "Gender and the Politics of Knowledge", *History of Education Quarterly*, vol.43, n° 2, 2003, 47 parágrafos [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/heq/43.2/dzuback.html> (consultado em 28/05/2004).
- EDFELDT, Chararina, *Uma história na História. Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2006.
- EISENSTEIN, Hester, "Patriarchy and the universal oppression of women: feminist debates", in ARNOT, Madeleine, WEINER, Gaby (ed.), *Gender and the Politics of Schooling*, London, Union Hyman/ The Open University, 1987, pp. 35-49.

- ELSHTAIN, Jean Bethke, "The power and powerlessness of women", in BOCK, Gisela, JAMES, Susan (ed.), *Beyond Equality and Difference. Citizenship, feminist politics, female subjectivity*, London, Routledge, 1992, pp. 110-125.
- ERGAS, Yasmine, "O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980", DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 583-611.
- EVANS, Richard J., "Prólogo: Que é a História? – Hoje", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 17-37.
- FARGE, Arlette, *Lugares para a História*, Lisboa, Teorema, 1999.
- FAUVE-CHAMOUX, Antoinette, "Etat de la question. L'apport de l'historiographie internationale", *Sextant*, n° 15/16, 2001, pp. 9-31.
- FAZIO, Ida, "Gender history", in COMETA, Michele (dir.) et al., *Dizionario degli Studi Culturali*, Roma, 2004 [em linha], disponível em http://www.culturalstudies.it/dizionario/lemmi/gender_history_b.html (consultado em 18/10/2006).
- FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 2ª ed., 1985.
- FÉLIX, Annette, "La «femme» et son rôle dans la société. Définitions dans quelques grands dictionnaires des 19e et 20e siècles", *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Études sur les Femmes*, n° 13/14, 2000, pp. 37-67.
- FENTRESS, James, WICKHAM, Chris, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "El género como categoría de análisis en la enseñanza de las Ciencias Sociales", in VERA MUÑOZ, María Isabel, PÉREZ I PÉREZ, David (ed.), *Formación de la ciudadanía: las TICs y los nuevos problemas*, Alicante, Asociación Universitaria del Profesorado de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2004, pp. 565-583.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "Las mujeres en la investigación histórica", in FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia (coord.), *Las mujeres en la enseñanza de las ciencias sociales*, Madrid, Ed. Síntesis, 2001, pp. 61-93.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe, "Epílogo: Que é a história hoje", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 191-206.
- FERREIRA, Virgínia, "A Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Breve Apresentação", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n° 4, 2000, pp. 125-128.
- FERREIRA, Virgínia, TAVARES, Teresa, PORTUGAL, Sílvia (ed.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, 1998.

- FINGER, Anke, ROSNER, Victoria, "Doing Feminism in interdisciplinary contexts", *Feminist Studies*, Summer 2001 [em linha], disponível em http://www.findarticles.com/cf_0/m0300/2_27/78392726/print.jhtml (consultado em 30/09/2003).
- FLAX, Jane, "Postmodernism and Gender. Relations in Feminist Theory", *Signs*, nº 4, 1987, pp. 621-643.
- FLECHA GARCÍA, Consuelo, "Historiografía sobre educación de las mujeres en España", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del, et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 335-353.
- FLECHA GARCÍA, Consuelo, "Memoria y genealogía en la Educación de las Mujeres", in FLECHA GARCÍA, Consuelo, NUÑEZ GIL, Marina, REBOLLO ESPINOSA, María José (dir.), *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*, Sevilla/Buenos Aires, Deputación Provincial de Sevilla/Miño y Dávila, 2005, pp. 11-20.
- FOUCAULT, Michel, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971.
- FRAISSE, Geneviève, "À côté du genre", in TAZI, Nadia (dir.), *Masculin-Féminin*, Paris, La Découverte, 2004, pp. 59-84.
- FRAISSE, Geneviève, *Les femmes et leur histoire*, Paris, Gallimard, 1998.
- FRANÇA, José-Augusto, *História, que História?*, Lisboa, Colibri, 1996.
- FREDERICKSON, Mary, "Surveying Gender: Another Look at the Way We Teach United States History", *The History Teacher*, vol. 37, nº 4, 2004 [em linha], <http://www.historycooperative.org/journals/ht/37.4/frederickson.html> (consultado em 27/09/2006).
- FRIEDMAN, Susan Stanford, "Academic Feminism and Interdisciplinarity", *Feminist Studies*, Summer 2001 [em linha], disponível em http://www.findarticles.com/cf_0/m0300/2_27/78392727/print.jhtml (consultado em 30/09/2003).
- GARDEY, Delphine, "Procréation, corps, sciences et techniques au XXe siècle", in MARUANI, Margaret (dir.), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 131-138.
- GLUCK, Sherna Berger, "What's So Special about Women? Women's Oral History", in ARMITAGE, Susan H., HART, Patricia, WEATHERNON, Karen (eds.), *Women's Oral History. The Frontiers Reader*, London, Frontiers Pub., 2002, pp. 3-20.

- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio IV. Humanismo Científico e Reflexão Filosófica*, Lisboa, Sá da Costa, 1971.
- GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe, *Hombres y mujeres: el difícil camino hacia la igualdad*, Madrid, Ed. Complutense, 2002.
- GORDON, Anne D., BUHLE, Mari Jo, DYE, Nancy Schrom, "The Problem of Women's History", in KARROLL, Berenice A. (ed.), *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, Chicago, University of Illinois Press, 1976, pp. 75-92.
- GORDON, Linda, "What's new in Women's History", in GUNEW, Sneja (ed.), *A Reader in Feminist Knowledge*, London, Routledge, 1991, pp. 73-82.
- GUBIN, Eliane, "Histoire des femmes, histoire de genre", *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Etudes sur les Femmes*, nº 2, 1994, pp. 89-103.
- GUILLAUMIN, Colette, "Le corps construit", in *Sexe, Race et Pratique du pouvoir: L'idée de nature*, Paris, Côté-Femmes, 1992, pp. 117-142.
- HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (édition critique établie par Gérard Namer).
- HENRIQUES, Fernanda, "Género e desejo. Da biologia à cultura", *Cadernos de Bioética*, Ano XII, nº 35, 2004, pp. 33-49.
- HENRIQUES, Fernanda, *Filosofia e Literatura. Um Percorso Hermenêutico com Paul Ricoeur*, Porto, Afrontamento, 2005.
- HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa, "Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação", *ex æquo. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 6, 2002, pp. 11-54.
- HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, "Historia, historia de las mujeres e historia de las relaciones de género", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 29-55.
- HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Tendencias historiográficas actuales. Escribir Historia hoy*, Madrid, Ed. Akal, 2004.
- HESPANHA, António Manuel, "Senso Comum, Memória e Imaginação na construção da narrativa historiográfica", in CARDIM, Pedro (coord.), *A História: entre memória e invenção*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1998, pp. 21-34.

- HÖNIG, Kathrin, "Relativism or Anti-Relativism? Epistemological and Rhetorical Moves in Feminist Epistemology and Philosophy of Science", *European Journal of Women's Studies*, vol. 12, n° 4, 2005, pp. 419.
- HUBERT, Ollivier, "Féminin/masculin: l'histoire du genre", *Révue d'Histoire de l'Amérique Française*, vol. 57, n° 4, 2004, pp. 473-479 [em linha], disponível em <http://www.erudit.org/revue/haf/2004/v57/n4/009638ar.pdf> (consultado em 02/10/2006).
- HUFTON, Olwen, "Femmes/hommes: une question subversive", in BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (dir.), *Passés recomposés. Champs et Chantiers de l'Histoire*, Paris, Ed. Autrement, 1995, pp. 235-242.
- HUFTON, Olwen, "Que é a história religiosa hoje?", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 85-110.
- IZQUIERDO, María Jesus, *El malestar en la desigualdad*, Madrid, Cátedra, 1998.
- JOÃO, Maria Isabel, "Memória e História: os problemas e o método", in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, CAMPOS, Maria Cristina Souza (orgs.), *História, Memória e Imagens nas Migrações*, Oeiras, Celta, 2005, pp. 1-11.
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 (policopiado), [publicado com o título *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002].
- JOAQUIM, Teresa, "Ex æquo: Contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal", *Revista de Estudos Feministas [on line]*, vol. 12, n° especial, 2004, pp. 88-93 [em linha], disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-026X2004000300009&Ing=en&nrm=iso&tlng=pt (consultado em 02/10/2006).
- JOAQUIM, Teresa, "Notas sobre os Estudos sobre as Mulheres na Produção e Formação Científicas", in PINTO, Teresa (coord.), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM, 2001, pp. 29-39.
- JOAQUIM, Teresa, GALHARDO, Anabela (orgs.), *Novos Olhares. Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Oeiras, Celta, 2003.
- JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça, a construção social da feminilidade*, Lisboa, Fim de Século, 1997.
- JOHANEK, Michael, "Race, Gender and Ethnicity in the United States History Survey: Introduction", *The History Teacher*, vol. 37, n° 4, 2004 [em linha], disponível em

<http://www.historycooperative.org/journals/ht/37.4/johanek.html> (consultado em 27/09/2006).

KELLY-GADOL, Joan, "The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History", in HARDING, Sandra (ed.), *Feminism and Methodology. Social Science Issues*, Milton Keynes, Open University Press, 1987, pp. 15-28.

KESSLER-HARRIS, Alice, "Que é a história do género hoje?", in CANNADINE, David (coord.), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 129-149.

KNIBIEHLER, Yvonne, "Chronologie et Histoire des Femmes", in PERROT, Michelle (dir.), *Une Histoire des Femmes est-elle possible?*, Marseille, Rivages, 1984, pp. 50-57.

KNIBIEHLER, Yvonne, "État des savoirs. Perspectives de recherche", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.439.html> (consultado em 20/05/2004).

LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Le territoire de l'historien*, Paris, Gallimard, 1973.

LANGUE, Frédérique, "L'histoire des sensibilités. Non-dit, mal dire ou envers de l'histoire? Regards croisés France-Amérique latine", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, nº 6, 2006 [em linha], disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document2031.html> (consultado em 23/01/2007).

LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret, "Introduction", in LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret (dir.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, Paris, PUF, 2002 (1ª ed. 2001), pp. 11-24.

LE DŒUFF, Michèle, *Le sexe du Savoir*, Paris, Flammarion, 1998.

LE GOFF, Jacques, "Documento/Monumento", in ROMERO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol.1, *Memória e História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

LE GOFF, Jacques, "História", "Memória", "Progresso/reacção", in ROMERO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol.1, *Memória e História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 158-259, pp. 11-50 e pp. 338-369.

LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques (dir.), *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990.

LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História*, 3 vols., Venda Nova, Bertrand, 1977-1987.

- LE GOFF, Jacques, *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Ed. 70, s/d [ed. original 1982].
- LERNER, Gerda, "New Approaches to the Study of Women in American History", "Placing Women in History: a 1975 Perspective", in CARROLL, Berenice (ed.), *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, Chicago, University of Illinois Press, 1976, pp. 349-356 e pp. 357-367.
- LERNER, Gerda, *Why History Matters. Life and Thought*, New York, Oxford University Press, 1997.
- LEYDESDORFF, Selma, "Politics, identification and the writing of women's history", in ANGERMAN, Arina et al. (ed.), *Current issues in women's history*, London, Routledge, 1989, pp. 9-20.
- LEYDESDORFF, Selma, PASSERINI, Luisa, THOMPSON, Paul (eds.), *Gender and Memory*, Oxford, Oxford University Press, 1996.
- LIPOVESTSKY, Gilles, *La troisième femme*, Paris, Gallimard, 1997.
- LOPEZ-CORDON CORTEZO, Maria Victoria, "Joan Scott y la historiografía modernista en España: influencias y desencuentros", in BORDERÍAS, Cristina (ed.), *Joan Scott y las políticas de la historia*, Barcelona, Icaria Ed., 2006, pp. 145-167.
- LORENZO ARRIBAS, Josemi, "El telar de la experiencia. Historia de las mujeres y epistemología feminista", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 73-92.
- LOUIS, Marie-Victoire, "Dis-moi, «le genre», ça veut dire quoi?", *Sisyphe*, 2005 [em linha], disponível em http://sisyphe.org/article.php3?id_article=1810 (consultado em 02/10/2006).
- LÖWY, Ilana, ROUCH, Hélène, "Genèse et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre", *Cahiers du Genre*, n^o 34, 2003, pp. 5-16 [em linha], disponível em http://www.iresco.fr/revues/cahiers_du_genre/numero34.htm (consultado em 02/10/2006).
- MATTOSO, José, "Introdução ao painel «Estudos sobre as mulheres em Portugal»", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993, pp. 55-57.
- MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Estampa, 1988.
- MELER, Irene, "Nuevas tecnologías reproductivas: su impacto en las representaciones y prácticas acerca de la parentalidad", in BURIN, Mabel, MELER, Irene, *Género*

y Familia. Poder, amor y sexualidad en la construcción de la subjetividad, Buenos Aires, Paidós, 1998, pp. 257-283.

MIES, Maria, "Women's Research or Feminist Research? The Debate Surrounding Feminist Science and Methodology", in FONOW, Mary Margaret, COOK, Judith A. (ed.), *Beyond Methodology. Feminist Scholarship as Lives Research*, Bloomington, Indiana University Press, 1991, pp. 60-84.

NAMER, Gérard, "Antifascismo y «la memoria de los músicos» de Halbwachs (1938)", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia*, Madrid, Marcial Pons, 1998, pp. 35-56.

NAMER, Gérard, "Les cadres sociaux de la mémoire", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1999, pp. 349-351.

NAMER, Gérard, "Posface", in HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (édition critique établie par Gérard Namer), pp. 239-295.

NAROTZKY, Susana, *Mujer, Mujeres, Género. Una aproximación crítica al estudio de las mujeres en las Ciencias Sociales*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995.

NASH, Mary, "Nuevas dimensiones en la historia de la mujer", in NASH, Mary (ed.), *Presencia y protagonismo. Aspectos de la historia de la mujer*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1984, pp. 9-50.

NASH, Mary, "Women's History in Contemporary Spain: Issues in the 1990s", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 9-26.

NASH, Mary, *As Mulheres e o Mundo. História, desafios e movimentos*, Vila Nova de Gaia, Ed. Ausência, 2005.

NOIRIEL, Gérard, "L'historien et l'objectivité", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1999, pp. 421-426.

NORA, Pierre, "La aventura de *Les lieux de mémoire*", in CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.), *Memoria e Historia*, Madrid, Marcial Pons, 1998, pp. 17-34.

NORA, Pierre, "Les lieux de mémoire", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1999, pp. 343-348.

- NORA, Pierre, "Memória colectiva", in LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques (dir.), *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, pp. 451-454.
- NUNES, Maria Teresa Alvarez, *Género e cidadania nas imagens de história: estudo exploratório de manuais escolares do 12º ano e de software educativo*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia, Lisboa, Univ. Aberta, 2004 (policopiado) [publicado com o título *Género e Cidadania nas imagens de História*, Lisboa, CIG, 2007].
- PARINI, Lorena, "L'expérience interdisciplinaire à l'École Doctorale Lémanique en Études genre", *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n° 1, *Les disciplines en jeu*, 2004, pp. 25-30.
- PEDERSON, Susan, "Comparative History and Women's History: explaining Convergence and Divergence", in COVA, Anne (ed.), *Comparative Women's History. New Approaches*, New York, Columbia University Press, 2006, pp. 117-142.
- PERROT, Michelle (dir.), *Une histoire des femmes est-elle possible?*, Paris, Ed. Rivages, 1984.
- PERROT, Michelle, "Faire l'histoire des femmes: bilan d'une expérience", in LAUFER, Jacqueline, MARRAY, Catherine, MARUANI, Margaret (dir.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, Paris, PUF, 2002 (1ª ed. 2001), pp. 229-244.
- PERROT, Michelle, "Histoire sociale, histoire des femmes", in MARUANI, Margaret (dir.), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 21-26.
- PERROT, Michelle, "Pratiques de la Mémoire Féminine", *Traverses*, n° 40, 1987, pp. 19-27.
- PERROT, Michelle, *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998.
- PEYRE, Evelyne, WIELS, Joëlle, FONTON, Michèle, "Sexe biologique et sexe social", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, CNRS, 1991, pp. 27-50.
- PHILLIPS, Anne, TAYLOR, Barbara, "Sex and Skill: Notes Towards a Feminist Economics", in SCOTT Joan Wallach (ed.), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 317-330.
- PINTO, Teresa, "Educação e políticas para a igualdade em Portugal. Balanço e prospectiva", in AMÂNCIO, Lígia, et al. (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote, 2007, pp. 141-154.

- PINTO, Teresa, "História das Mulheres e do Género. Uma progressiva presença institucional de dúbia legitimação académica", *ex æquo*, nº 16, 2007, pp. 141-166.
- POMATA, Gianna, "História das Mulheres, História do Género. Observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na *História das Mulheres no Ocidente*", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1995, pp. 25-35.
- POMATA, Gianna, "History, Particular and Universal: on Reading some Recent Women's History Textbooks", *Feminist Studies*, vol. 19, nº 1, 1993, pp. 7-50.
- PREISWERK, Roy, PERROT, Dominique, *Ethnocentrisme et Histoire*, Paris, Anthropos, 1975.
- PUIG, Maria, "(Re)construire les savoirs", in GUBIN Eliane et al. (dir.), *Le siècle des féminismes*, Paris, Les Editions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 2004, pp. 289-302.
- PUISSANT, Jean, "Quelques pistes de réflexion en guise de conclusion", *Sextant*, nº 15/16, 2001, pp. 347-354.
- PULEO, Alicia H., "Filosofia e género: da memória do passado ao projecto de futuro", in GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, Coordenaria Especial da Mulher/ Prefeitura do Município de S. Paulo, 2004, pp. 13-34.
- PURVIS, June, "From «women worthies» to poststructuralism? Debate and controversy in women's history in Britain", in PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, 2ª ed., London, UCL Press, 1997 (1ª ed. 1995), pp. 1-22.
- RAMA, Carlos M., *Teoria da História*, Coimbra, Almedina, 1980.
- RAMOS, Maria Dolores, "¿Clío en la encrucijada? A propósito de la historia de las mujeres (1990-2000)", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol.10, nº 1, 2003, pp. 81-103.
- RAMPAZI, Marita, "Due Giornate di riflessione su «Memoria e Società»", *Memoria. Rivista di storia delle donne*, nº 25, 1989, pp. 113-116.
- RANCIÈRE, Jacques, "Sobre a *História das Mulheres* no século XIX", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1995, pp. 45-55.
- RAPHAËL, Freddy, "Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale", *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*, nº 1, 1980, pp. 127-145.
- RAS, Marion E. P. de "Alice au pays des merveilles. Première conférence internationale sur les filles et les jeunes filles. Transitions et dilemmes", *Clio. Histoire, Femmes*

et Sociétés, n° 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.html?id=440.html> (consultado em 20/05/2004).

- RICOEUR, Paul, "L'écriture de l'histoire et la représentation du passé", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Ano 55, n° 4, 2000, pp. 731-747.
- RICOEUR, Paul, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil, 2000.
- RIOT-SARCEY, Michèle, "Du genre au singulier dans l'histoire", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, CNRS, 1991, pp. 181-187.
- ROSA, José Maria Silva, "Destruição da fatalidade: para um uso crítico da memória", in Henriques, Fernanda (coord.) *A Filosofia de Paul Ricoeur. Temas e percursos*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, pp. 217-228.
- ROUCH, Hélène, "Nouvelles techniques de reproduction: de la différence à l'inégalité", in HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle, ROUCH, Hélène (ed.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, CNRS, 1991, pp. 245-255.
- RUBIO HERRÁEZ, Esther, "Educación Femenina, División del Conocimiento y Feminismo. Apuntes para el Debate", in FLECHA GARCÍA, Consuelo, NUÑEZ GIL, Marina, REBOLLO ESPINOSA, María José (dir.), *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*, Sevilla/Buenos Aires, Deputación Provincial de Sevilla/ Miño y Dávila, 2005, pp. 367-376.
- SANTOS, Boaventura Sousa, "Ciência", in CARRILHO, Manuel Maria (dir.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, 1991, pp. 23-43.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento, 2000.
- SCHAFF, Adam, *História e Verdade*, Lisboa, Ed. Estampa, 1974.
- SCOTT, Joan Wallach (ed.), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press, 1996.
- SCOTT, Joan Wallach, "Deconstructing Equality-Versus-Difference: or, The Uses of Poststructuralist Theory for Feminism", *Feminist Studies*, vol.14, n° 1, 1988, pp. 33-50.
- SCOTT, Joan Wallach, "Fictitious unities. «Gender», «East» and «West»", Paper presented at the 4th European Research Conference, Bologna, Italy, 23/09/2000 [em linha], disponível em <http://www.women.it/cyberarchive/files/scott.htm> (consultado em 16/03/2003).
- SCOTT, Joan Wallach, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", in *Gender and the Politics of History*, New York, Columbia University Press, 1988, pp. 28-50.

- SCOTT, Joan Wallach, "História das Mulheres", in BURKE, Peter, *A Escrita da História. Novas Perspectivas*, S. Paulo, Editora UNESP, 1992, pp. 63-95.
- SCOTT, Joan Wallach, "L'universalisme et l'histoire du féminisme", in COHEN, Yolande, THÉBAUD, Françoise (dir.), *Féminismes et identités nationales. Les processus d'intégration des femmes au politique*, Lyon, Programme Rhône-Alpes Recherches en Sciences Humaines, 1998, pp. 285-298.
- SCOTT, Joan Wallach, "The Problem of Invisibility", in KLEINBERG, S. Jay (ed.), *Retrieving Women's History. Changing Perceptions oh the Role of Women in Politics and Society*, Oxford, Berg, 1988, pp. 5-29.
- SILVA, Janine Gomes da, "Sobre a «aventura intelectual da história das mulheres»: entrevista com Françoise Thébaud", *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, nº 1, 2003, pp. 195-216.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, "Passado e presente nos Estudos sobre as Mulheres", in NETO, Félix, JOAQUIM, Teresa, SOARES, Rui, PINTO, Teresa (orgs.), *Igualdade de Oportunidades, Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, pp. 43-47.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, COVA, Anne (orgs.), *Estudos sobre as Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, "«Estudos» sobre as Mulheres em Portugal – Breve perspectiva histórica", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993, pp. 59-67.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, "Estudos sobre as mulheres em Portugal. Um olhar sobre o passado", *ex æquo*, nº 1, 1999, pp. 17-28.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, "História no feminino: os movimentos feministas em Portugal", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, vol. XV, *Adenda. Biografias. Índices Remissivos*, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 283-299.
- SMITH, Bonnie G., "Historiography, Objectivity, and the Case of the Abusive Widow", in SCOTT Joan Wallach (ed.), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 547-567.
- SOBRAL, José Manuel, "Memória social e identidade. Experiências individuais, experiências colectivas", in CARDIM, Pedro (coord.), *A História: entre memória e invenção*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1998, pp. 35-60.
- SOUSA, Maria Reynolds de, "Estudos sobre as Mulheres em Portugal", in PINTO, Teresa (coord.), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM, 2001, pp. 21-28;

- SOUSA, Maria Reynolds de, "Instituições onde se realizam Estudos sobre as Mulheres", *Notícias – CIDM*, nº 68, 2003, pp. 21-22.
- STROBEL, Margaret, BINGHAM, Marjorie, "The Theory and Practice of Women's History and Gender History in Global Perspective", in SMITH, Bonnie G. (ed.), *Women's History in Global Perspective*, vol.1, Urbana, University of Illinois Press, 2004, pp. 9-34.
- STUDER, Brigitte, THÉBAUD, Françoise, "Entre histoire et mémoire", in GUBIN Eliane et al. (dir.), *Le siècle des féminismes*, Paris, Les Editions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 2004, pp. 27-45.
- THÉBAUD, Françoise, "De Pénélope a Clio. Forces et faiblesses de l'histoire des femmes en France", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 11, 2004, pp. 15-30.
- THÉBAUD, Françoise, "Écrire l'histoire des femmes en France: parcours historiographiques, débats méthodologiques et rapports avec les institutions", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 97-115.
- THÉBAUD, Françoise, "Sexe et genre", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 59-66.
- THÉBAUD, Françoise, *Ecrire l'histoire des femmes*, Fontenay/Saint-Cloud, ENS Editions, 1998.
- THOMPSON, Paul, "Believe It or Not: Rethinking the Historical Interpretation of Memory", in JEFFREY, Jaclyn, EDWALL, Glenace (Eds.), *Memory and History. Essays on Recalling and Interpreting Experience*, Boston, University Press of America, 1994, pp. 1-13 [em linha], disponível em http://www3.baylor.edu/oral_history/thompson.pdf (consultado em 17/01/2007).
- THOMPSON, Paul, *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford, Oxford University Press, 1978.
- TODOROV, Tzvetan, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, 2004.
- TOLDY, Teresa Martinho, "Contributo da filosofia feminista para «uma nova definição de sujeito»", *Revista da UFP*, vol. 2, nº 2, 1998, pp. 275-288.
- TORGAL, Luís Reis, "História... da «ciência» (ou «arte») à memória" e "História, divulgação e ficção", in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 365-371 e pp. 491-545.

- TUDOR, Ruth, *Enseigner l'histoire des femmes au 20e siècle: la pratique en salle de classe*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, 2000.
- VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del, "A modo de introducción. La Historia en los albores del siglo XXI", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 11-27.
- VAN DE CASTEELE-SCHWEIZER, Sylvie, VOLDMAN, Danièle, "Les sources orales pour l'histoire des femmes", in PERROT, Michelle (dir.), *Une Histoire des Femmes est-elle possible?*, Marseille, Rivages, 1984, pp. 60-70.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "Breve reflexão historiográfica sobre a História das Mulheres em Portugal: o século XX", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n^o 3, 2000, pp. 81-101.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "Estudos sobre as Mulheres na Área da História", *História*, Ano XVIII (Nova Série), n^o 18, 1996, pp. 51-61 (versão actualizada de "Estudos sobre as Mulheres na Área da História", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993, pp. 107-139).
- VAQUINHAS, Irene Maria, "Impacte dos Estudos sobre as Mulheres na Produção Científica Nacional: o Caso da História", *ex æquo*, n^o 6, 2002, pp. 147-174
- VAQUINHAS, Irene Maria, "L'historiographie sur les femmes au Portugal: le XIXe siècle", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 27-47.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço", *História. Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 201-221.
- VAQUINHAS, Irene, "Breve reflexão a propósito da igualdade de oportunidades na Universidade de Coimbra depois do 25 de Abril de 1974", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne & MEA, Elvira Cunha de Azevedo (org.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 337-344.
- VEYNE, Paul, "A história conceptualizante", in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.), *Fazer História*, vol. 1, *Novos Problemas*, Venda Nova, Bertrand, 2^a ed., 1987, pp. 81-114 [1^a edição 1977].
- VEYNE, Paul, *Como se escreve a história*, Lisboa, Edições 70, 1983.

- VIDAL-NAQUET, Pierre, "Mémoire et histoire", *La Recherche*, vol. 25, n° 267, 1994, pp. 726-729.
- VIEIRA, Cristina Maria Coimbra, "A dimensão de género nos *curricula* do ensino superior: factos e reflexões a partir de uma entrevista focalizada de grupo a especialistas portuguesas no domínio", *Ex æquo*, n° 16, 2007, pp. 167-178.
- VIGNE, Éric, "Accords et désaccords avec les historiens", *Esprit*, n° 3-4, 2006 [em linha], disponível em <http://eurozine.com/pdf/2006-03-24-vigne-fr.pdf> (consultado em 22/01/2007).
- VILAR, Pierre, *História Marxista, História em Construção. Ensaio de diálogo com Louis Althusser*, Lisboa, Estampa, 1976.
- VOVELLE, Michel, "Histoire et représentations", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'Histoire aujourd'hui*, Auxerre, Sciences Humaines Editions, 1999, pp. 45-49.
- WALLERSTEIN, Immanuel, "Escrever História", *Ler História*, n° 45, 2003, pp. 7-18.
- WANG, Shuo, "The «New Social History» in China: The Development of Women's History", *The History Teacher*, vol.39, n° 3, 2006 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ht/39.3/wang.html> (consultado em 27/09/2006).
- WEBBER, Michelle, "«Don't be so feminist»: Exploring student resistance to feminist approaches in a Canadian University", *Women's Studies International Forum*, vol. 28, n° 2-3, 2005, pp. 181-194.
- WEYMANS, Wim, "Michel de Certeau and the limits of Historical Representation", *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, n° 43, n° 2, 2004, pp. 161-178.
- XIAO-JIAN, Li, "Xingbie ou le genre", in TAZI, Nadia (dir.), *Masculin-Féminin. Pour un dialogue entre les cultures*, Paris, La Découverte, 2004, pp. 85-96.
- ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, "France: Vers une histoire des femmes du temps présent", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 117-137.
- ZOOK, Melinda S., "Integrating Men's History into Women's History: A Proposition", *The History Teacher*, vol.35, n° 3, 2002 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ht/35.3/zook.html> (consultado em 30/05/2004).

2.4. Construção sócio-histórica da feminidade e da masculinidade

- AGUADO, Ana, "Género y ciudadanía en la formación de la sociedad burguesa", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, nº 10, 2003, pp. 61-79.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 1995.
- AMÂNCIO, Lígia, "Implicações teóricas e epistemológicas dos estudos de género para a teoria feminista", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 9, 2003, pp. 29-34.
- AMÂNCIO, Lígia, "Mitos e racionalidades sobre a «natureza» feminina", in FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (org.), *Pensar no Feminino*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 29-34.
- AMÂNCIO, Lígia, *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994.
- BOURDIEU, Pierre, *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998.
- BRAIDOTTI, Rosi, "A diferença sexual e o controverso conceito da cidadania europeia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 50, 1998, pp. 73-82.
- CHARTIER, Roger, "A História das Mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos e violência simbólica", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1995, pp. 37-44.
- CRUZ, Maria Isabel, «*Sportswoman*». *A construção dos corpos femininos na imprensa desportiva portuguesa da década de 20*, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2003.
- CRUZ, Maria Isabel, SILVA, Paula, GOMES, Paula Botelho, *Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos*, Lisboa, CIDM, 2006.
- FERREIRA, Virgínia, "A Reprodução e as Novas Tecnologias. Da volatilização da maternidade à materialização da paternidade", *ex æquo*, nº 1, 1999, pp. 33-43.
- GARCÍA COLMENARES, Carmen, "Identidad e identidades de género: de la exclusión a la complejidad", *Tabanque. Revista Pedagógica*, nº 15, 2000, pp. 39-57.
- GARNEL, Maria Rita Lino, "A mulher como «Homem-Máquina» (1915)", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, MEA, Elvira Cunha de Azevedo (orgs.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 279-298.
- GARNEL, Maria Rita Lino, "O Poder Intelectual dos Médicos. Finais do século XIX – inícios do século XX", *Revista da História das Ideias*, vol. 24, 2003, pp. 213-253.

- GRAU I MATEU, Josep, "Control Social y Discursos de Genero en la Cataluña Contemporánea: El Tribunal para niños de Barcelona", in NASH, Mary, BALLESTER, Rosa (coord.), *Mulheres, Trabalho e Reprodução. Atitudes Sociais e Políticas de Protecção à Vida. Actas do III Congresso da ADEH*, vol.2, Porto, Ed. Afrontamento, 1996, pp. 77-89.
- HENRIQUES, Fernanda, "Rousseau e a exclusão das mulheres de uma cidadania efectiva", in FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (org.), *O que os Filósofos pensam sobre as mulheres*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 171-190.
- HENRIQUES, Fernanda, *Projectos de Vida, Projectos de Aprendizagem*, Lisboa, CIDM, 1994.
- LIS, Catharina, "Insegurança e exclusão social. Uma avaliação histórica", in VAZ, Maria João, RELVAS, Eunice, PINHEIRO, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social*, Oeiras, Celta, 2000, pp. 215-233.
- NASH, Mary, "Identidad Cultural de género, discurso de la domesticidad y la definición del trabajo de las mujeres en la España del Siglo XIX", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *Historia de las Mujeres*, vol 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (coord.), *El siglo XIX*, Madrid, Taurus, 2000, pp. 612-624.
- PAIS, José Machado, *Artes de amar da burguesia. A imagem da mulher e os rituais de galanteria nos meios burgueses do século XIX em Portugal*, Lisboa, Ed. do I.C.S. da Universidade de Lisboa, 1986.
- PEREIRA, Miriam Halpern, "As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado", in TEIXEIRA, Nuno Severiano, PINTO, António Costa (coord.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, pp. 47-76.
- POPE, Barbara Corrado, "The Influence of Rousseau's Ideology of Domesticity", in BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H. (eds.), *Connecting Spheres. Women in the Western World, 1500 to the Present*, New York, Oxford University Press, 1987, pp. 136-145.
- PULEO, Alicia H., "Algunas reflexiones sobre género y persona" in ALARIO TRIGUEIROS, Teresa, GARCÍA COLMENARES, Carmen (coord.), *Persona, género y educación*, Salamanca, Amarú Ed., 1997, pp. 23-30.
- RAMOS, Maria Bernardete, "O mito de Adão e Eva revisitado: acerca do masculino e do feminino na cultura da nação", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 7, 2020, pp. 45-67.

- RODRIGUES, Julieta de Almeida, *Continuidade e Mudança nos Papéis das Mulheres Portuguesas Urbanas. O aparecimento de novas estruturas familiares*, Lisboa, CIDM, 1995.
- ROTHMAN, Sheila M., *Woman's proper place: a history of changing ideals and practices, 1870 to the present*, New York, Basic Books, 1978.
- SINGLY, François de, "La place variable du genre dans l'identité personnelle", in MARUANI, Margaret (dir), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 2005, pp. 48-51.
- TORRES, Anália Cardoso (coord), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, DEEP-CID, 2004.
- VAQUINHAS, Irene (coord.), *Entre Garçonnes e Fadas do Lar. Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do século XX*, Coimbra, FL-UC, 2004.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "A Mulher e o Poder. Os Poderes da Mulher. Visão Histórica", in AAVV, *A Mulher e o Poder. Comunicações de um Seminário*, Lisboa, CCF, 1987, pp. 155-179.
- VAQUINHAS, Irene, *Nem Gatas Borracheiras, nem Bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- VIEIRA, Cristina Coimbra, *Educação e desenvolvimento do género. Os trilhos percorridos na família*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003 (texto policopiado), [publicado com o título *É menino ou menina? Género e educação em contexto familiar*, Coimbra, Almedina, 2006].

2.5. Estudos e Ensaios sobre Portugal

2.5.1. História da Educação

- ADÃO, Áurea, "A História da Profissão Docente em Portugal: Balanço da Investigação realizada nas últimas Décadas", in NÓVOA, António e BERRIOT, J. Ruiz, (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal - Investigação e Actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1993, pp. 123-135.
- ADÃO, Áurea, "A História do Ensino Secundário Liceal Português: Balanço da Investigação realizada nas últimas Décadas", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 97-114.

- ADÃO, Áurea, *A Criação e Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses. Organização Administrativa e Pedagógica (1836-1860)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982.
- ADÃO, Áurea, *As Políticas Educativas nos Debates Parlamentares. O caso do Ensino Secundário Liceal*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/ Ed. Afrontamento, 2002.
- ALBUQUERQUE, Luís de, CARVALHO, Rómulo de, “ Ensino Liceal “, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Liv. Figueirinhas, 1985, pp. 389-392.
- ALMEIDA, Alfredo Betâmio de, "Ensino das Artes Plásticas", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 386-389.
- ALVES, Jorge Fernandes, "A construção interior. Rodrigues de Freitas e a questão da instrução", in ALMODOVAR, António, ALVES, Jorge Fernandes, GARCIA, Maria do Pilar (orgs.), *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, Porto, CLC-FL da Universidade do Porto, 1997, pp. 271-291.
- ARAÚJO, Helena Costa, “ Precocidade e «Retórica» na Construção da Escola de Massas em Portugal”, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, pp. 161-174.
- AZEVEDO, Rafael Ávila de, *Tradição educativa e renovação pedagógica (subsídios para a história da Pedagogia em Portugal - século XIX)*, Porto, s/ed., 1972.
- BÁRBARA, A. Madeira, *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal (Da Reforma Pombalina à 1ª República)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.
- BARREIRA, Isaque, *Ramalho e a Educação. Outros tempos - os mesmos problemas*, Braga, Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1995.
- BRITO, Ana Maria Tomé Parracho, *João Franco e as Reformas do Ensino*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, FPCE – Universidade de Coimbra, 1996 (policopiado).
- CANDEIAS, António, "A Escola Oficina nº 1 de Lisboa 1905-1930: Mudar a escola para mudar o mundo", *Análise Psicológica*, série XIV, nº 4, 1993, pp. 447-463.
- CANDEIAS, António, "Memórias de uma escola libertária do princípio do século contadas por quem a viveu: a Escola Oficina nº 1 de Lisboa, entre os anos de 1905 e 1930", *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, pp. 185-200.
- CANDEIAS, António, “Ritmos e Formas de Alfabetização da População Portuguesa na Transição de Século: o que nos mostram os Censos Populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930”, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, pp. 35-63.

- CANDEIAS, António, *Educar de outra forma. A Escola Oficina nº 1 de Lisboa – 1905-1930*, Lisboa, IIE, 1994.
- CARNEIRO, A. Henriques, *A inspecção do ensino em Portugal nos finais do século XIX e alvoreces do século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CORREIA, Luís Grosso, “Fugirás à Escola para trabalhar nas Artes Fabris. Escolaridade obrigatória e condição social no Porto de finais do século XIX”, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, pp. 65-97.
- FERNANDES, António Manuel de Sousa, *A Centralização Burocrática do Ensino Secundário. Evolução do sistema educativo português durante os períodos liberal e republicano*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1992 (policopiado).
- FERNANDES, Rogério, "Ensino primário e debate curricular. O projecto de D. António da Costa em 1857", in AAVV, *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, NAIS-FPCE-Universidade de Coimbra, 1998, pp. 291-298.
- FERNANDES, Rogério, “Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910)”, *Revista de Educação*, vol. VII, nº 1, 1998, pp. 35-47 (reeditado in PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998, pp. 23-46).
- FERNANDES, Rogério, “História da Educação, História das Mentalidades, História da Cultura”, in GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES, Rogério, e GRÁCIO, Rui, *História da Educação em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 97-116.
- FERNANDES, Rogério, “História das Inovações Educativas (1875-1936)”, in NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruiz, (Eds), *A História da Educação em Espanha e Portugal - Investigação e Actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1993, pp. 157-170.
- GOMES, Joaquim Ferreira, “Situação Actual da História da Educação em Portugal”, in GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES, Rogério e GRÁCIO, Rui, *História da Educação em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 67-96.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Para a História da Educação em Portugal*, Porto, Porto Editora, 1995.

- GRÁCIO, Rui, “Ensino Primário e Analfabetismo”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 392-397.
- GRÁCIO, Rui, “História da História da Educação em Portugal: 1945-1978”, in GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES, Rogério e GRÁCIO, Rui, *História da Educação em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 19-66.
- GRÁCIO, Rui, *Obra Completa*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- LOFF, Manuel, “Para a superação do estado de *subdesenvolvimento* da História da Educação em Portugal: propostas numa conjuntura de *Reforma Educativa*”, in *Ciências da Educação: Investigação e Acção*. Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, volume I, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1995, pp. 353-362.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de, "Um apontamento para a História da alfabetização e da educação de adultos nos séculos XIX e XX em Portugal", in *AAVV Educação de Adultos em Portugal. Situação e Perspectivas. Actas*, Coimbra, Comissão Organizadora das Jornadas de Educação de Adultos em Portugal, 1996, pp. 83-102.
- MATOS, Sérgio Campos, "Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista", *Separata Clio*, Nova Série, vol. 2, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 85-107.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Social. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- NÓVOA, António, “História da educação: Percursos de uma disciplina”, *Análise Psicológica*, nº 4 (XIV), 1996, pp. 417- 434.
- NÓVOA, António, “Os Professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?”, in STOER, Stephen R. (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa: uma Abordagem Pluridisciplinar*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, pp. 59-130.
- NÓVOA, António, “Perspectivas de Renovação da História da Educação em Portugal”, in NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruiz (org.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: Investigação e Actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 11-22.
- NÓVOA, António, *Histoire et Comparaison (Essais sur l'Éducation)*, Lisboa, Educa, 1998.
- NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs. Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*, Vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

- PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1993 (policopiado).
- REIS, Jaime, “O Analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada”, in *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 75-79.
- ROCHA, Filipe, *Fins e objectivos do sistema escolar português. I. Período de 1820 a 1926*, Porto, Paisagem Ed., 1984.
- ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da, *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas: Instrução de Meninas em Viana, 1778-1884*, Dissertação de Mestrado, Porto, FL-Universidade do Porto, 1995 (policopiado).
- SEABRA, Maria Judite de Carvalho Ribeiro, *Os Liceus na Sociedade Coimbrã (1840-1930)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1999 (policopiado).
- SERRÃO, Joel, "Perspectiva Histórica do Ensino em Portugal (do último quartel do século XVIII a cerca de 1930)", in LOUREIRO, João Evangelista (coord.), *O Futuro da Educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*, Aveiro, Universidade Aveiro, 1985, pp. 31-51.
- SERRÃO, Joel, “Elementos para o estudo da instrução pública em Portugal cerca de 1870”, in *Labor*, nº 113, 1951.
- SERRÃO, Joel, “Estrutura Social, Ideologias e Sistemas de Ensino”, in SILVA, Manuela e TAMEN, Maria Isabel (coord.), *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 17-45.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, “História da Alfabetização em Portugal: Fontes, Métodos, Resultados”, in NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruiz (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: Investigação e Actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 101-121.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa... Notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

2.5.1.1. História do Ensino Industrial

- ABREU, José António Marques, "Influência do Professor Joaquim de Vasconcelos no ensino industrial", in *O Ensino das Artes do Livro*, Porto, Imprensa das Oficinas de Fotogravura de Marques Abreu, 1942, pp. 29-38.
- ALVES, Luís Alberto Marques, "A Escola Faria Guimarães no contexto do Ensino Industrial (1855-1910)", *História. Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 185-200.
- ALVES, Luís Alberto Marques, "A frequência feminina no arranque do ensino industrial (1884-1910)", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, MEA, Elvira Cunha de Azevedo (org.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 261-276.
- ALVES, Luís Alberto Marques, "Ensino Técnico. Uma filosofia específica para uma dinâmica diferente", *Estudos do século XX*, nº 6, 2006, pp. 57-75.
- ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*, Porto, Afrontamento, 2003.
- ANDRADE, Fernando de Azevedo, *Ensino Técnico Profissional (1756-1991). Contributo para o estudo da sua organização e funcionamento*, Dissertação de Mestrado, Viseu, FPCE – Universidade de Coimbra, 1991.
- CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro, *Do ensino industrial à formação profissional. As políticas públicas de qualificação em Portugal*, 2 vols., Lisboa, ISCPS da Universidade Técnica de Lisboa, 2005.
- CARVALHO, Joaquim de, "Homenagem a Luciano Cordeiro", in *Obra Completa*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1887, pp. 141-154.
- Centenário do Ensino Industrial em Setúbal*, nº 1, 1988 e nº 2, 1989.
- CLARO, Rogério, *Um século de ensino técnico profissional em Setúbal. Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1988)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 2000.
- COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.
- CRUZ, António Pereira da, *Joaquim de Vasconcelos. O Homem e a Obra com algumas cartas inéditas*, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, Porto, Ed. Marânus, 1950.
- CUNHA, Fanny Andrée Font Xavier da, "O Fomento Industrial através do Ensino (séculos XVIII e XIX)", in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*.

Actas e Comunicações, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1990, pp. 367-387.

DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola Industrial Campos de Melo na Covilhã (1884-1984)*. *Estudos de História*, Covilhã, Ed. Autor, 2ª ed., 1985 (1ª ed. [5 ex.] 1984).

DUQUE, L. Rosa, *O Ensino Técnico em Portugal antes e depois da Adesão à Comunidade Europeia*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 1996 (policopiado).

Escola Industrial Marquês de Pombal. 1888-1963, Lisboa, Aço Irmãos Lda., 1963.

FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

FERREIRA, João Filipe Evangelista, *A Escola Marquês de Pombal: Um estudo de caso do Ensino Técnico em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1999 (policopiado).

GOMES, Joaquim Ferreira, “Escolas Industriais e Comerciais”, in *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 73-145.

GRÁCIO, Sérgio, “Destinos do Ensino técnico em Portugal (1910-1990)”, *Análise Psicológica*, nº 4 (XIV), 1996, pp. 507-522.

GRÁCIO, Sérgio, *Destinos do ensino técnico em Portugal (1910-1990)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1992 (policopiado).

LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira, *O ensino das artes aplicadas (ourivesaria e talha) na escola Faria Guimarães de 1884 a 1948*, 2 vols., Dissertação de Mestrado, Porto, FL-UP, 1998 (policopiado).

MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso, *A Escola Avelar Brotero (1884-1974). Contributo para a história do ensino técnico-profissional*, Dissertação de Doutoramento, Guarda, FPCE – Universidade de Coimbra, 1993.

NÓVOA, António, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 707-708.

OLIVEIRA, A. Nazaré, *Da Escola de Desenho Industrial de Viseu à Escola Secundária de Emídio Navarro. 1898-1998*, Viseu, Esc. Sec. de Emídio Navarro, 1999.

PARDAL, Luísa, VENTURA, Alexandre, DIAS, Carlos, *O ensino técnico em Portugal*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2003.

- PASSOS, Carlos de, *Joaquim de Vasconcelos*, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, Ed. Marânus, Porto, 1950.
- PINTO, Teresa, "Ensino Industrial Feminino Oitocentista", in Castro, Zília Osório de, Esteves, João (coord.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2005, pp. 311-315.
- PINTO, Teresa, "O ensino técnico industrial feminino em finais do século XIX: a escola Damião de Goes em Alenquer", in JOAQUIM, Teresa, GALHARDO, Anabela (orgs.), *Novos Olhares. Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 23-34.
- PINTO, Teresa, "L'enseignement industriel féminin au XIXe siècle", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (org.), *Ecrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud. XIXe – XXe siècles / Writing Women's History in Southern Europe. 19th – 20th Centuries*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 141-144.
- PINTO, Teresa, "Peias e Trilhos do Ensino Industrial Feminino Oitocentista", in ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, MEA, Elvira Cunha de Azevedo (org.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 247-259.
- PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista. A Escola Damião de Góis em Alenquer*, Lisboa, Colibri, 2000.
- PORTUGAL, Idalina, "Arroio, António José", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, p. 112.
- PROENÇA, Carlos (relator), "Parecer aprovado em sessão do Conselho Permanente da Acção Educativa de 21 de Abril de 1952 e homologado por despacho ministerial de 19 de Maio de 1952", in *Escola Industrial e Comercial de Peniche*, Separata do *Boletim das Escolas Técnicas*, nº 15, 1956.
- PROENÇA, Carlos, *Uma Reforma do Ensino Técnico e seu desenvolvimento*, Anexo ao Boletim «Escolas Técnicas» nº 43, Lisboa, Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1971.
- RAMOS, Rui, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques" e "Martins, Joaquim Pedro de Oliveira", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 2, Lisboa, ICS/AR, 2005, pp. 520-522 e pp. 773-779.
- RODRIGUES, Sofia Leal, *Joaquim de Vasconcelos: o desenho e as indústrias artísticas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2001 (policopiado).

- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Joaquim de Vasconcelos e a valorização das Artes Industriais", in ALMODOVAR, António, ALVES, Jorge Fernandes, GARCIA, Maria do Pilar (orgs.), *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, Porto, CLC-FL da Universidade do Porto, 1997, pp. 229-238.
- SANTOS, António Cristovão, "Ensino Técnico Médio", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 397-402.
- SANTOS, Raul Esteves dos, *O Ensino Técnico e Profissional sob o ponto de vista histórico*, Lisboa, Ed. da S.I.B. A Voz do Operário, 1948.
- SOUSA, Acácio Fernando, *O aparecimento do ensino técnico-profissional em Leiria. Escola Domingos Sequeira*, Boletim da Escola Secundária de Domingos Sequeira – edição comemorativa do 1º Centenário, Leiria, 1988.

2.5.2. História do Trabalho e da Educação das Mulheres

- AAVV, *A Mulher e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1987.
- ABRANCHES, Graça, "Homens, mulheres e mestras inglesas", in RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (orgs.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, 2002, pp. 255-305.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, "Mulheres e Famílias Operárias: a «esposa doméstica»", *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 120, 1993, pp. 105-132.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, "Ser mulher ontem e hoje; e amanhã? A Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 3, 2000, pp. 137-146.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, "Da Educação da Mulher no Portugal Oitocentista - notas de um estudo", *Revista de Ciências Históricas*, Vol. V, 1990, pp. 321-341.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, *Em Busca da História das Mulheres*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- AMORIM, Inês, "A organização do trabalho da pesca, em finais do século XIX, na Póvoa de Varzim", in RAMOS, Luís de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins, e POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FL – Universidade do Porto, 2001, vol. I, pp. 113-133.

- AMORIM, Inês, "Mulheres, tempo e trabalho no sector das pescas no século XIX – uma proposta de estudo", comunicação apresentada no XXII Encontro APHES, *Empresas e Instituições em perspectiva histórica*, Universidade de Aveiro (15 e 16 de Novembro de 2002) [em linha], disponível em <http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/artigos/a%20Amorim%20onM&t.pdf> (consultado em 15/09/2007).
- ARAÚJO, Helena Costa, "As Professoras Primárias e as suas Histórias de Vida: das Origens aos Primeiros Anos de Vida Profissional", *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 3, 1994, pp. 7-36.
- ARAÚJO, Helena Costa, "As Professoras Primárias na Viragem do Século: uma contribuição para a história da sua emergência no Estado (1870-1910)", *Organizações e Trabalho*, n.º 5/6, 1991, pp. 127-143.
- ARAÚJO, Helena Costa, "Da história de uma profissão em mutação: as professoras primárias na viragem do século", *Análise psicológica*, n.º 4 (XIV), 1996, pp. 479-486.
- ARAÚJO, Helena Costa, *The Construction of Primary Teaching as Women's Work in Portugal, 1870-1933*, Dissertação de Doutoramento (PhD), Inglaterra, Open University, 1993 (policopiado) [publicado em versão portuguesa com o título: *Pioneiras na Educação. As professoras primárias na viragem do século. 1870-1933*, Lisboa, IIE, 2000].
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, "A progressiva invisibilidade do trabalho feminino em Portugal (1890-1940)", in VAZ, Maria João, RELVAS, Eunice e PINHEIRO, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social*, Oeiras, Celta, 2000, pp. 85-97.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, "Women in the Portuguese labour market (1890-1940)", in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Ecrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud. XIXe-XXe siècles*, Oeiras, Celta, 2003, pp. 149-153.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, ONG/CC da CIDM, 1999.
- BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves, *Universos femininos em Portugal: retrato da burguesia em Lisboa - 1890 – 1930*, Dissertação de doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- BARREIRA, Cecília, "Imagens de mulher na literatura portuguesa oitocentista", in *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 9, 2003, pp. 67-73.
- CABRAL, António Madeira Brito, "A família de dupla carreira e a socialização da criança e do jovem – alguns problemas de psico-sociologia na família", in

- AAVV, *Tempo para o trabalho, tempo para a família*, Lisboa, DGF-MESS, 1989, pp. 87-112.
- CÂMARA, Isabel Maria dos Santos Batista da, *Pensar o feminino. Alice Pestana e a educação*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996 (policopiado).
- CAMPOS, Maria Christine S. Souza, "Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão", *NEPS. Boletim Informativo*, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, nº 21, 2001, pp. 15-19 e nº 22, 2001, pp. 9-12.
- CASTRO, Helena de, "Emancipação da Mulher e Regeneração Social no século XIX segundo Lopes Praça", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 17, 2007, pp. 59-72.
- CASTRO, Helena de, *A Educação da Mulher em Portugal. Das Origens do Pensamento Liberal ao Movimento Republicano*, Dissertação de Licenciatura, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1994 (policopiado).
- CASTRO, Helena de, *Emancipação da Mulher e Regeneração Social no século XIX segundo Lopes Praça*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FL – Universidade de Lisboa, 2000 (policopiado).
- CORREIA, Judite, *A mulher e a associação de classes em Portugal: 1880-1900*, Dissertação de mestrado, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- EDUARDO, Joaquim Mário Cortes, *Adelaide Cabete (1867-1935): biografia de uma professora feminista*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (policopiado).
- ESTEVES, João Gomes, "OSÓRIO, Ana de Castro" e "VELEDA [Maria Carolina Frederico Crispim], Maria" in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 1019-1026 e 1421-1424.
- ESTEVES, João Gomes, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*, Dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1989.
- FERREIRA, Maria de Fátima Moura, "Um outro olhar sobre o casamento em finais de oitocentos: a prática civil", in NASH, Mary, BALLESTER, Rosa (coord.), *Mulheres, Trabalho e Reprodução. Atitudes Sociais e Práticas de Protecção à Vida. Actas do III Congresso da ADEH*, vol. 2, Porto, Ed. Afrontamento, 1996, pp. 91-98.
- FONSECA, Maria Manuel Baptista Vieira da, *Práticas de educação feminina nas classes superiores*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1988 (policopiado).

- FONSECA, Teresa, “A mulher na economia do Antigo Regime. Évora, 1750-1820”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 5, 2001, pp. 95-116.
- GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, 2 vols., Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da CIDM, 1997.
- LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino - os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.C.S.H./Universidade Nova de Lisboa, 1989 (policopiado).
- LEAL, Maria Ivone, “Os Papéis Tradicionais Femininos: Continuidade e Rupturas de meados do século XIX a meados do século XX”, in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 2, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 353-368.
- LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, Lisboa, Quimera, 2005.
- MACHADO, Adelaide Vieira, “Os liceus femininos ou a vingança do sexo forte”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 1-2, 1999, pp. 127-133.
- MADUREIRA, Nuno Luís, "Rendilheira/Rendeira", in MADUREIRA, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol.1, *A Indústria Têxtil*, Oeiras, Celta, 2001, pp. 180-182.
- MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, "Rendas", in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 16º, Lisboa, Verbo, 1974, pp. 297-299.
- MAGALHÃES, M. M. de S. Calvet de, *Bordados e Rendas de Portugal*, Lisboa, Vega, 1995.
- MATIAS, Maria Goretti, “As operárias do século XIX e o mito da eterna feminilidade”, *Educação e Trabalho*, nº 32, 1984, pp. 23-27.
- MATTOSO, José, “A Mulher e a Família”, AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol.1, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 35-49.
- MENDES, José Amado, "A Mulher no Artesanato Coimbrão, ao tempo das Invasões Francesas", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 1, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 369-381.
- MENDES, Manuel, "Uma vida de mulher e de artista", *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, nº 25, 1963, pp. 25-29.

- MIRANDA, Helena Costa Pinto dos Reis, *"A pedagogia de Teresa Saldanha". Um contributo para a história da formação pessoal e social em Portugal no século XIX*, Dissertação de Mestrado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1993 (policopiado).
- MONTEIRO, Natividade, *Maria Veleda (1871-1955) – uma professora feminista, republicana e livre-pensadora: caminhos trilhados pelo direito de cidadania*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (policopiado).
- MONTEIRO, Natividade, *Maria Veleda (1871-1955)*, Lisboa, CIDM, 2004.
- MOTA, Guilhermina, "O Trabalho Feminino e o Comércio em Coimbra (sécs.XVII e XVIII). Notas para um estudo", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 1, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 351-367.
- MOURA, Maria Clementina Carneiro de, "Rendas de Peniche", in BARREIRA, João (dir.), *Arte Portuguesa. As Artes Decorativas*, vol. 2, Lisboa, Ed. Excelsior, s/d, pp. 299-354.
- NUNES, Maria de Fátima, "Angelina Vidal e o mundo do trabalho. Apontamentos de um discurso feminino", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol.1, Coimbra, IHES–FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 457-465.
- PINTO, Teresa, "Instrução e Feminidade: a pluralidade dos discursos em finais de oitocentos", in CASTRO, Zília Osório de (dir.), *Falar de Mulheres. Da igualdade à paridade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 261-278.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *Pano para Mangas: uma revolução na moda feminina urbana portuguesa (1914-1930)*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- ROCHA, Cristina, “ Contribuição do Ensino Secundário Liceal Feminino para um Modelo de Educação Pública da Mulher - 1888-1940 “, in AAVV, *Ciências da Educação em Portugal - Situação Actual e Perspectivas*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1991, pp. 219-233.
- ROCHA, Cristina, “Entre o Particular e o Público: o Ensino Secundário Liceal nos anos 30”, in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993, pp. 213-222.
- ROCHA, Cristina, *A Educação Feminina entre o Particular e o Público. O Ensino Secundário Liceal nos anos 30*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH- Universidade Nova de Lisboa, 1989.

- ROSA, Elzira Machado, “Alice Pestana: uma pedagoga portuguesa em Espanha (séculos XIX e XX)”, in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. Actas*, vol. II, Lisboa, CIDM, 1995, pp. 627-631.
- ROSA, Elzira Machado, *Bernardino Machado, Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*, Lisboa, CCF, 1989.
- ROSA, Elzira Machado, *Situação e educação femininas na obra pedagógica de Bernardino Machado. Propostas a favor da Igualdade e da Emancipação das mulheres*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1996, (policopiado) [publicado com o título *A educação feminina na obra pedagógica de Bernardino Machado. Propostas a favor da Igualdade e da Emancipação das mulheres*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1999].
- SANTOS, Maria José Moutinho, *O folheto de cordel: mulher, família e sociedade no Portugal do século XVIII (1750-1800)*, Dissertação de Mestrado, Porto, FL – Universidade do Porto, 1987 (policopiado).
- SERRÃO, Joel, "Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 2, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 325-352.
- SERRÃO, Joel, *Da Situação da Mulher Portuguesa no século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- SILVA, José Gentil da, “A mulher e o trabalho em Portugal”, in *A Mulher na Sociedade Portuguesa - Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 1, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 263-307.
- SOARES, Maria Isabel, *Da Blusa de brim à touca branca. Contributo para a história do ensino de enfermagem em Portugal 1880-1950*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1983 (policopiado) [publicada: *Da Blusa de brim à touca branca*, Lisboa, Educa, 1997].
- SOUSA, António Ferreira de, “A voz das criadas”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 4, 2000, pp. 55-69.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino do século XIX: o Caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)", *Gestão e Desenvolvimento*, nº 5/6, 1996/1997, pp. 213-247.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua História", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 427-447.

- VAQUINHAS, Irene Maria, "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance", in AAVV, *Turres Veteres III: Actas de História Contemporânea*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000, pp. 93-101.
- VAQUINHAS, Irene Maria, «*Senhoras e Mulheres*» na *Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri, 2000.
- VIEIRA, Cristina Coimbra, "Em defesa do direito da mulher à educação: alguns apontamentos históricos", *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 36, nº 1,2 e 3, 2002, pp. 581-599.
- VILELA, Ana Maria de Oliveira, *O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1999 (policopiado).

2.5.3. Portugal Contemporâneo

- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na «Regeneração» (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiado).
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, DIFEL, 1991.
- BARBAS, Maria Manuela, *Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1945)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1998 (policopiado).
- BARBOSA, Branca Maria Rocha, *A educação familiar rural - entre a ideologia e a pedagogia: subsídios para o estudo da educação da mulher no Estado Novo*, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1997 (policopiado).
- BARREIRA, Cecília, «*Onde está a Felicidade*» (*O conceito de Progresso Técnico no Século XIX*), Lisboa, Universitária Editora, 1997.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O século XIX português*, Lisboa, ICS, 2002.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Ed. Estampa, 1991.
- BRETES, Maria da Graça, *O discurso sobre a educação sexual em Portugal (do início do século XX até à década de trinta do mesmo século)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 1989 (policopiado).
- CABRAL, Manuel Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976.

- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003.
- CALADO, Mariano, *Peniche na História e na Lenda*, Peniche, Ed. Autor, 4ª ed., 1991 [1ª ed. 1962].
- CALADO, Mariano, *Visão Cronológica da História de Peniche*, Lisboa, Ed. Autor, 1999.
- CANOTILHO, J. Joaquim Gomes, "As Constituições", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 149-165.
- CARDOSO, José Luís, "Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins: controvérsias económicas", in ALMODOVAR, António, ALVES, Jorge Fernandes, GARCIA, Maria do Pilar (orgs.), *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, Porto, CLC-FL da Universidade do Porto, 1997, pp. 45-61.
- CARVALHO, Maria Margarida Mota da Cunha Rego de, *Domitila de Carvalho: biografia de um percurso singular*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2004 (policopiado).
- CASTRO, Armando, "Artífice" e "Exposições Agrícolas e Industriais", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, vol. I, pp. 211-212 e vol. II, pp. 509-511.
- CASTRO, Armando, "Pesca", in PEREIRA, José Costa (coord.), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, s/l, Publicações Alfa, 1990, vol. 2., pp. 105-106.
- CASTRO, Armando, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 4ª ed., Porto, Ed. Limiar, 1978 (1ª ed. 1947).
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Ed. Notícias, 2ª Ed., 2000 (1ª Ed. 1999).
- CONCEIÇÃO, Ângela Maria A. da, *Colonialismo e mulheres em Moçambique, anos 50-60: mulheres brancas em terra de negros*, dissertação de mestrado em História de África, Lisboa, FL - Universidade de Lisboa, 2004.
- COVA, Anne, SILVA, Maria Beatriz Nizza da (orgs.), *As Mulheres e o Estado*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.
- CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1999.

Estudos Temáticos para a Preparação do Próximo Ciclo de Intervenções Estruturais QREN 2007-2013 (inclusão social), Edição do Observatório do QCAIII, 2006.

EVANGELISTA, João, *Um século de população portuguesa: 1864-1960*, Lisboa, CED-INE, 1971.

FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A Classificação Socio-Profissional: uma questão em aberto”, *População e Sociedade*, nº 1, 1995, pp. 177-208.

FILIPE, Alda Maria Martins Mourão, *A Formação do Tecido Empresarial na Área Económica de Leiria. 1836-1914*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000 (policopiado).

FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. I - Cronologia*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1979.

FONSECA, Laura e MAGALHÃES, M^a José, “Reflectindo sobre dicotomias na orientação escolar profissional”, in AAVV, *Reconstruir os nossos olhares. O papel da orientação escolar e profissional na promoção da igualdade de oportunidades*, Coimbra, ME/DREC, 2001, pp. 53-63.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, vol. II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa 1898. Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2^a ed., 2002 (1^a ed. 1997).

HOMEM, Amadeu Carvalho, "O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional" e "Ideologias e práticas políticas. O Republicanismo e o Socialismo" in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 131-145 e pp. 239-251.

ILDEFONSO, Maria Isabel Moutinho Duarte, *As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O Jornal A Voz Feminina (1868-1869)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 1998 (policopiada).

JUSTINO, David, "Problemas de História dos Preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro (1862-1931)", *Revista de História Económica e Social*, nº 2, 1978, pp. 29-58.

JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vol., Lisboa, Ed. Vega, 1988-89.

LAINS, Pedro, "A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos", in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 57-79.

- LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.
- LAINS, Pedro, *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1913). Uma interpretação quantitativa*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990.
- LAMAS, Rosa Maria Wank-Nolasco, *O Feminismo Português através da leitura da Alma Feminina e do Portugal Feminino*, Dissertação de doutoramento, FCH – Universidade Católica, 1993.
- LEAL, Maria Ivone, *Um Século de Periódicos Femininos*, Lisboa, CIDM, 1992.
- LOPES, Norberto, *O exilado de Bougie. Perfil de Teixeira Gomes*, 2ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.
- MAGALHÃES, Maria José de Sousa, *Movimento Feminista e Educação: em torno da análise dos discursos sobre Educação em Portugal, nas décadas de 1970 e 1980*, Dissertação de Mestrado, Porto, FPCE-Universidade do Porto, 1995 (policopiado). [publicada: *Movimento feminista e educação: Portugal, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta, 1998].
- MATA, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto", in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.
- MATOS, Sérgio Campos, "A crise no final de Oitocentos em Portugal: uma revisão", in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 99-115.
- MENDES, José Amado, "As exposições como «festas da civilização»: Portugal nas exposições internacionais (séculos XIX e XX)", *Gestão e Desenvolvimento*, nº 7, 1998, pp. 249-273.
- MENDES, José Amado, "Evolução da economia portuguesa", "Etapas e limites da industrialização", "Comércio, transportes e comunicações" e "As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luis Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 315-323, pp. 355-367, pp. 369-379 e pp. 493-499.
- MENDES, José Amado, "Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX", Separata de *O Instituto*, vol. CXXXIX, 1979, pp. 35-55.
- MENDES, José Amado, "Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX", *Análise Social*, vol. XVI, nº 61-62, 1980, pp. 49-51.

- MENDES, José Amado, *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.
- MOACHO, Dulce Maria Baptista, *Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal*, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, 2004 (policopiado).
- MÓNICA, Maria Filomena, "As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910", *Análise Social*, vol. XXXI, nº 139, 1996, pp. 1039-1084.
- MÓNICA, Maria Filomena, "Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX", *Análise Social*, vol. XVI, nº 63, 1980, pp. 499-518.
- MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e Industriais (1879-1914)", *Análise Social*, vol. XXIII, nº 99, 1987, pp. 819-863.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, ICS, 1986.
- NUNES, Ana Bela Ferreira Macias, *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade. Uma contribuição para o crescimento económico português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISE - Universidade Técnica de Lisboa, 1989 (policopiado).
- OLIVEIRA, César, *O socialismo em Portugal. 1850-1900*, Porto, Afrontamento, 1973.
- OLIVEIRA, Maria João Lello Ortigão, "Berta Ramalho Ortigão Ramos", in CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 178-179.
- PEIXOTO, Luís Correia, *Apontamentos para a História da Pesca da Sardinha e da Construção Naval em Peniche*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche, 1991.
- PEIXOTO, Luís Correia, *Casos lembrados e "Gentes"*, Rio Maior, Ed. autor, 1999.
- PEIXOTO, Luís Correia, *Peniche. Pormenores que testemunham o passado*, 2ª ed., Rio Maior, Ed. autor, 1997 (1ª ed. 1996).
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo* Lisboa, Presença, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983 (1ª ed. 1971).
- PORTUGAL, Idalina, "Portugal nas Exposições Universais (1851-1900)", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Série 3, nº 2, Out. 1997/Abril 1998, pp. 231-235.

- QUARESMA, Vítor Sérgio, *A «Regeneração». Economia e Sociedade*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1988.
- RAMOS, Rui, "Os intelectuais no Estado Liberal (segunda metade do século XIX)", in VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP/ISCTE, 2005, pp. 107-133.
- RAMOS, Rui, "O Estado e o Patriotismo", "A Vida Nova" e "Os desenraizados", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 69-123, pp. 125-297 e pp. 299-331.
- REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX. 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, *África no Feminino. As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento, 2007.
- RIBEIRO, Maria Manuela Macedo, *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha: Barroso, 1940-1990. Um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*, dissertação de doutoramento, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes, 1992.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Movimento operário e a formação cultural", Separata de *Los 98 Ibéricos y el mar*, Madrid, Comisaría General de España/Expo Lisboa 98, 1998.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Peuple, patrie et nation: les mots et les idées dans le Discours parlementaire portugais du dix-neuvième siècle", *Parliaments, Estates and Representation*, vol.16, London, 1996, pp. 107-113.
- SALGADO, Maria Teresa, "Angelina Vidal: entre le socialisme et le féminisme", in AAVV, *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle. Actes du Colloque (10-13 Janvier 1979)*, Paris. Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982, pp. 307-318.
- SERRA, João B., *Arte e indústria na cerâmica caldense (1853-1977)*, Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos da Casa da Cultura das Caldas da Rainha, 1991.
- SERRÃO, Joel, "Artista", in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, vol. I, p. 216.
- SERRÃO, Joel, MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

- SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980 (1ª ed. 1958).
- SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas. II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, “Mulheres portuguesas. Vidas e Obras celebradas e vidas e obras ignoradas: alguns marcos importantes para o estudo da História da Mulher em Portugal”, *Boletim da CCF*, Ano VII, nº 4, 1981, pp. 37-51.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, “Mulheres portuguesas: Ana de Castro Osório”, *Boletim da CCF*, Ano V, nº 1, pp. 39-49.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, “Mulheres portuguesas: Caïel”, *Boletim da CCF*, Ano VI, nº 4, 1980, pp. 43-48.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, “Mulheres portuguesas: Carolina Michaëllis de Vasconcellos”, *Boletim da CCF*, Ano VII, nº 3, 1981, pp. 27-34.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX*, 2ª edição, Lisboa, CIDM, 1992 (1ª edição 1982).
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *O Associativismo e os Direitos das Mulheres*, Odivelas, Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, 2000.
- SOUSA, Fernando de, “A industrialização portuguesa no século XIX” in FERREIRA, Maria Emília Cordeiro (coord.), *Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, I.P.E.D., 1985.
- SOUTO, Maria Helena, "Da Avenida da Liberdade a Paris. A Exposição Industrial Portuguesa em 1888 e a representação nacional na Exposição Universal de 1889", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Série 3, nº 1, Abril-Out, 1997, pp. 175-182.
- TENGARRINHA, José Manuel, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Ed. Caminho, 1983.
- TORGAL, Luís Reis, “Ideologias e práticas políticas. O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico” e “A Instrução Pública”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luis Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 227-239 e pp. 609-651.
- VALÉRIO, Nuno (coord.) et al., *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos Preliminares*, Lisboa, Assembleia da República/ Afrontamento, 2001.
- VAQUINHAS, Irene Maria, "As mulheres na imprensa regional. O caso de A Comarca de Arganil (1901-1980)", *Ler História*, nº 45, 2003, pp. 63-90.

- VAQUINHAS, Irene Maria, "O Campesinato", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 479-491.
- VAQUINHAS, Irene Maria, CASCÃO, Rui, "Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 441-457.
- VAQUINHAS, Irene Maria, NETO, Margarida, "Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 325-337.
- VAQUINHAS, Irene Maria, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1855 a 1918*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, Coimbra, FL- Universidade de Coimbra, 1990. [publicado com o título *Violência, Justiça e Sociedade Rural Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1995].
- VARGUES, Isabel Nobre, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias" e "Ideologias e práticas políticas. Os Liberalismos", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 183-203 e pp. . 213-227.
- VIANA, Maria Teresa Pereira, "Prefácio", in VASCONCELOS, Joaquim de, VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas* (org. e prefácio de Maria Teresa Pereira Viana), Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1983.
- VIEIRA, António Lopes, "Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1940", *Revista de História Económica e Social*, nº 5, 1980, pp. 57-94.

2.6. Estudos e Ensaios sobre outros Países

- ADLER, Laura, *Segredos de Alcova. História do Casal de 1830 a 1930*, Mem Martins, Terramar, 1990.
- ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, "La construcción social del empleo femenino en España (1850-1935)", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 9, nº 2, 2002, pp. 215-239.

- ARIÈS, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous L'Ancient Régime*, Paris, Ed. du Seuil, 1973.
- BADINTER, Elisabeth, *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)*, Paris, Flammarion, 1980.
- BALLARÍN DOMINGO, Pilar, "Historia de la Educación y Feminismo Académico", in FLECHA GARCÍA, Consuelo, NUÑEZ GIL, Marina, REBOLLO ESPINOSA, María José (dir.), *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*, Sevilla/Buenos Aires, Deputación Provincial de Sevilla/ Miño y Dávila, 2005, pp. 21-28.
- BALLARÍN DOMINGO, Pilar, "La construcción de un modelo educativo de «utilidad doméstica»", DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História de las Mujeres en Occidente*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *El Siglo XIX*, Madrid, Taurus, 2000, pp. 624-639.
- BALLARÍN DOMINGO, Pilar, *La educación de las mujeres en la España contemporánea (siglos XIX-XX)*, Madrid, Síntesis, 2001.
- BALLESTEROS DONCEL, Esmeralda, "Contribuciones de las mujeres al bienestar material de los hogares en la España contemporánea: aproximaciones socio-históricas", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol.9, nº 2, 2002, pp. 241-267.
- BATTAGLIOLA, Françoise, *Histoire du travail des femmes*, Paris, La Découverte, 2004 (1ª ed. 2000).
- BERG, Maxine, "Women at work during the Industrial Revolution in Britain", in RAMOS, María Dolores, VERA, María Teresa (Eds.), *El trabajo de las mujeres, pasado y presente. Actas del Congreso Internacional del Seminario de Estudios Interdisciplinarios de la Mujer*, tomo 2, Málaga, Diputación Provincial de Málaga/Universid de Málaga, 1996, pp. 163-172.
- BERRIO, Julio Ruiz, "La Investigación Española en Historia de la Educación. La Sección de Historia de la Educación de la Sociedad Española de Pedagogía", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 153-174.
- BERRIO, Julio Ruiz, GALINO, Angeles, "L'éducation en Espagne", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir), *Histoire Mondiale de l'Education*, vol.3, *De 1815 à 1945*, Paris, PUF, 1981, pp. 197-215.
- BLUNDEN, Catherine, *Le travail et la vertu. Femmes au foyer: une mystification de la révolution industrielle*, Paris, Payot, 1982.

- BOCK, Gisela, "A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 185-219.
- BOCK, Gisela, "Racism and Sexism in Nazi Germany: Motherhood, Compulsory Sterilization, and the State", *Signs*, vol.8, nº 3, 1983, pp. 400-421.
- BOIRAUD, Henri, "L'évolution de l'éducation féminine", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir), *Histoire Mondiale de l'Education*, vol.3, *De 1815 à 1945*, Paris, PUF, 1981, pp. 319-332.
- BOLUFER PERUGA, Mónica, "Actitudes ante el trabajo femenino en el siglo XVIII", in RAMOS PALOMO, María Dolores, VERA BALANZA, María Teresa (eds.), *El Trabajo de las Mujeres, pasado y presente. Congreso Internacional del Seminario de Estudios Interdisciplinarios de la Mujer*, Tomo I, Málaga, Diputación Provincial de Málaga/ Univ. de Málaga, 1996, pp. 215-225.
- BORDERÍAS, Cristina, "El trabajo de las mujeres en la Cataluña contemporánea desde la perspectiva de los hogares: balance y perspectivas", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol.9, nº 2, 2002, pp. 269-300.
- BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H., "Overview, 1750-1890", in *Connecting Spheres. Women in the Western World, 1500 to the Present*, New York, Oxford University Press, 1987, pp. 95-135.
- BRICARD, Isabelle, *Saintes ou Pouliches. L'Education des Jeunes Filles au XIXe siècle*, Paris, Albin Michel, 1985.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Debate, conquistas y expectativas de la enseñanza de la mujer española durante la Edad de Plata", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 741-754.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "La apertura del horizonte cultural femenino: Fernando de Castro y los Congresos Pedagógicos del Siglo XIX", in AAVV, *Mujer y Sociedad en España (1700-1975)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982, pp. 109-145.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, "Las etapas iniciales de una incorporación. 1850-1915", in CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, *Mujer y trabajo en el siglo XX*, Madrid, Arco/Libros, 1999, pp. 11-33.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María, *El Trabajo y la Educación de la Mujer en España (1900-1930)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982.

- CARASA SOUTO, Pedro, "Perspectivas de la Historiografía Española en torno a los expósitos e ilegítimos, desde las actuales tendencias en Historia Social", in PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH*, vol.3, Porto, Ed. Afrontamento, s/d [DL 1996], pp. 87-105.
- CARREÑO RIVERO, Miryam, COLMENAR ORZAES, Carmen, "Lo que piensan las mujeres acerca de los problemas de su educación en la España de fines del siglo XIX", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 95-103.
- CASPARD, Pierre, "L'Histoire de l'Éducation en France", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 137-152.
- CASTETS, Jean, "Genre et mixité des certifications professionnelles, d'une guerre à l'autre", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 18, THÉBAUD, Françoise, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (dir), *Coéducation et mixité*, 2003, pp. 143-153.
- CHARLOT, Monica, MARX, Roland, *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Lisboa, Terramar, s/d [DL 1995].
- CIPOLLA, Carlo M., *Educación y desarrollo en Occidente*, Barcelona, Ed. Ariel, 1983.
- COHEN, Yolande, THÉBAUD, Françoise (dir.), *Féminismes et identités nationales. Les processus d'intégration des femmes au politique*, Lyon, Programme Rhône-Alpes Recherches en Sciences Humaines, 1998.
- COLOM CAÑELLAS, Antonio J., SUREDA GARCÍA, Bernardo, "Educación Feminina y Confrontación Ideológica en la Restauración", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 104-111.
- CONSTANS, M., "Les Ecoles Nationales Professionnelles", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, *L'enseignement Technique et la Formation Professionnelle*, Paris, Ed. Rombaldi, 1954, pp. 153-159.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, "Histoire des Femmes d'Afrique", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 6, 1997 [em linha], <http://clio.revues.org/document373.html> (consultado em 02/10/2006).
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *Les Africaines. Histoire des femmes de l'Afrique Noire du XIXème au XXème siècle*, Paris, Desjonqueres, 1992.
- COSNIER, Colette, *Le silence des filles. De l'aiguille à la plume*, Paris, Fayard, 2001.

- COVA, Anne, "Génese do Estado Providência em França. A protecção da maternidade e os movimentos de mulheres, 1892-1939", *Ler História*, 37, 1999, pp. 79-91.
- COVA, Anne, «*Au Service de l'Eglise, de la Patrie et de la Famille*». *Femmes catholiques et maternité sous la IIIe République*, Paris, l'Harmattan, 2000.
- COVA, Anne, *Maternité et Droits des Femmes en France (XIXe-XXe siècles)*, Paris, Anthropos, 1997.
- CRUBELLIER, Maurice, *L'enfance et la jeunesse dans la société française. 1800-1950*, Paris, Armand Colin, 1979.
- DALLA CASA, Brunella "Educazione ed Istruzione professionale per le donne: la Scuola d'arti e mestieri «Regina Margherita», poi Istituto «Elisabetta Sirani», dalla origini agli anni Cinquanta", in *Donne, Scuola, Lavoro*, Bolonha, Istituti Aggregati Sirani, 1996, pp. 15-78.
- DAUMARD, Adeline, "Affaire, amour, affection: le mariage dans la société bourgeoise au XIXe siècle", *Romantisme*, n° 68, 1990 (II), pp. 33-47.
- DAVILA BALSERA, P., "La formación profesional de la mujer en el País Vasco (1900-1930)", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 400-406.
- DE GIORGIO, Michela, "Grandir entre deux siècles: mythes et réalité de la jeunesse féminine italienne de la fin du XIXe siècle à l'entre-deux-guerres", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.html?id=435> (consultado em 20/05/2004).
- DE GIORGIO, Michela, "O Modelo Católico", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 199-237.
- DENECKERE, Gita, *Les Turbulences de la Belle Époque. 1878-1905*, Bruxelas, Ed. Complexe, 2005.
- DEROISIN, Sophie, *Petites filles d'autrefois. 1750-1940*, Paris, Epi, 1984.
- DUMONT, Micheline, "L'accès des Québécoises à l'éducation et à la mixité", in GUBIN Eliane et al. (dir.), *Le siècle des féminismes*, Paris, Les Editions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 2004, pp. 149-162.
- ESCOLANO BENITO, Agustín, *El Pensil de la Niñas. La educación de la mujer. Invención de una tradición*, Madrid, EDAF, 2001.

- FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison, maîtresses d'école. Femmes, famille et éducation dans l'histoire du Québec*, Montréal, Boréal Express, 1983.
- FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline, "Les rapports femmes/famille/éducation au Québec. Bilan de la recherche", in FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison, maîtresses d'école. Femmes, famille et éducation dans l'histoire du Québec*, Montréal, Boréal Express, 1983, pp. 5-46.
- FAHMY-EID, Nadia, THIVIERGE, Nicole, "L'éducation des filles au Québec et en France (1880-1930): une analyse comparée", in FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison, maîtresses d'école. Femmes, famille et éducation dans l'histoire du Québec*, Montréal, Boréal Express, 1983, pp. 191-220.
- FARGE, Arlette, "L'histoire ébruitée. Des femmes dans la société pré-révolutionnaire parisiennes", in DUFRANCATEL, Christiane, et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Galilée, 1979, pp. 13-39.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "Imágenes de lo femenino: de la pintura a la historia de las mujeres, siglos XV-XVII", in ALARIO TRIGUEROS, Teresa, et al. (coord.), *Hacia una pedagogía de la igualdad. Actas de la II Universidad de Verano*, Salamanca, Amarú Ediciones, 1998, pp. 131-141.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia, "La educación de las niñas: ideas, proyectos y realidades", in MORANT, Isabel (dir.), *Historia de las Mujeres en España y América Latina*, vol. III, GÓMEZ-FERRER, Guadalupe, et al. (coord.), *Del siglo XIX a los umbrales del XX*, Madrid, Cátedra, 2006, pp. 427-453.
- FLECHA GARCÍA, Consuelo, NUÑEZ GIL, Marina, REBOLLO ESPINOSA, María José (dir.), *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*, Sevilla/Buenos Aires, Deputación Provincial de Sevilla/ Miño y Dávila, 2005.
- FOLBRE, Nancy, "The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth-Century Economic Thought", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol.16, nº 3, 1991, pp. 463-484.
- FOLGUERA, Pilar, "Hubo una revolución liberal burguesa para las mujeres? (1808-1868)", in GARRIDO, Elisa (ed.), *Historia de las Mujeres en España*, Madrid, Ed. Síntesis, 1997, pp. 421-449.
- FOLGUERA, Pilar, "Revolución y Restauración. La emergencia de los primeros ideales emancipadores (1868-1931)", in GARRIDO, Elisa (ed.), *Historia de las Mujeres en España*, Madrid, Ed. Síntesis, 1997, pp. 451-492.

- FRADER, Laura L., "Femmes, genre et mouvement ouvrier en France aux XIXe et XXe siècles: bilan et perspectives de recherche", *Clio*, nº 3, 1996 [em linha] disponível em <http://clio.revues.org/document472.html> (consultado em 23/05/04).
- FRAISSE, Geneviève, "Les bavardes. Féminisme et moralisme", in DUFRANCATEL, Christiane, et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Éditions Galilée, 1979, pp. 187-218.
- FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle, "Introdução: Ordens e Liberdades", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 9-15.
- FRANZOI, Barbara, "«...with the wolf always at the door...»: Women's Work in Domestic Industry in Britain and Germany", in BOXER, Marilyn J., QUATAERT, Jean H. (eds.), *Connecting Spheres. Women in the Western World, 1500 to the Present*, New York, Oxford University Press, 1987, pp. 146-155.
- GARCÍA ABAD, Rocío, PAREJA ALONSO, Arantza, "Servir al patrón o al marido. Mujeres con destino a la Ría de Bilbao durante la primera industrialización", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol.9, nº 2, 2002, pp. 301-326.
- GARCÍA DE LA TORRE, Mercedes, LEDESMA REYES, Manuel, "Un hito histórico en la educación femenina: la Asociación para la Enseñanza de la Mujer", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 615-622.
- GARCÍA FRAILE, Juan Antonio, "«El Fomento de las Artes» durante la Restauración (1876-1912): una Perspectiva Obrera sobre la Educación de la Mujer", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975. VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 607-614.
- GARRIDO ARCE, Estrella, "El trabajo de las mujeres en la economía familiar preindustrial. La Huerta de Valencia en el siglo XVIII", in RAMOS PALOMO, María Dolores, VERA BALANZA, María Teresa (eds.), *El Trabajo de las Mujeres, pasado y presente. Congreso Internacional del Seminario de Estudios Interdisciplinarios de la Mujer*, Tomo I, Málaga, Diputación Provincial de Málaga/ Universidad de Málaga, 1996, pp. 105-115.
- GAUTIER, Arlette, "«Nou Le Pa Z'enfants batards»: la construction par la France du genre outre-mer", *Clio*, Nº 12, 2000 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document188.html> (consultado em 12/09/2006).
- GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe, "La imagen de la mujer en la novela de la Restauración: hacia el mundo del trabajo (II)", in AAVV, *Mujer y Sociedad en España (1700-1975)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982, pp. 175-206.

- GORDON, Linn D., "Education and the Professions", in HEWITT, Nancy A. (ed.), *A Companion to American Women's History*, Oxford, Blackwell, 2005, pp. 227-249.
- GROOTAERS, Dominique, "Cent cinquante ans d'instruction publique, à la poursuite de l'intégration sociale et de la promotion individuelle", in GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement en Belgique*, Bruxelles, CRISP, 1998, pp. 85-107.
- GROOTAERS, Dominique, "L'émergence des différents types d'institutions scolaires à but professionnel", in GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement en Belgique*, Bruxelles, CRISP, 1998, pp. 367-403.
- GROOTAERS, Dominique, "Le projet éducatif et culturel fondant l'enseignement à but professionnel", in GROOTAERS, Dominique (dir.), *Histoire de l'enseignement en Belgique*, Bruxelles, CRISP, 1998, pp. 404-436.
- GUBIN, Eliane, "Libéralisme, féminisme et enseignement des filles en Belgique aux 19^e-début 20^e siècles", *Cahiers du CRHIDI (Centre de recherches en histoire du droit et des institutions)*, n° 13-14, NANDRIN, Jean-Pierre, VAN YPERSELE, Laurence (coord.), *Politique imaginaire et éducation. Mélanges en l'honneur du professeur Jacques Lory*, Bruxelles, Facultés Universitaires Saint-Louis, 2000, pp. 151-174.
- GUBIN, Eliane, PUISSANT, Jean, "Le travail de nuit des femmes au 19^e siècle. Un débat occulté", *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Études sur les Femmes*, n° 4, 1995, pp. 11-42.
- HALL, Catherine, "Lar, doce lar", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol.4, PERROT, Michelle (dir.), *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 53-87.
- HEAD-KÖNIG, Anne-Lise, "La pénurie de domestiques en Suisse et ses remèdes (1870-1939)", *Sextant*, n° 15/16, 2001, pp. 127-148.
- HERNÁNDEZ DIAZ, José Maria, "Alice Pestana, embaixadora de la educación portuguesa en España", in AAVV, *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, FPCE-UC, 1998, pp. 265-271.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo, "Os anjos vão ao Colégio: a educação feminina no Brasil (1850-1900)", in *O Rosto feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. Actas*, vol.II, Lisboa, CIDM, 1995, pp. 555-567.
- HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire, "Ler e escrever na Alemanha", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 171-197.

- HUDSON, Pat, "Women and industrialisation", in PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, London, 2ª ed., UCL Press, 1997 (1ª ed. 1995), pp. 23-49.
- HUNT, Lynn, "Revolução Francesa e vida privada", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol.4, PERROT, Michelle (dir.), *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 21-51.
- ISAMBART-JAMATI, Viviane, "A quoi attribuer les changements?", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale de l'Education*, vol.3, *De 1815 à 1945*, Paris, P.U.F., 1981, pp. 99-114.
- JACKSON, Stevi, "Women and the Family", in RICHARDSON, Diane, ROBINSON, Victoria (eds.), *Introducing Women's Studies. Feminist Theory and Practice*, London, Macmillan, 1993, pp. 177-200.
- KÄPPELI, Anne-Marie, "Cenas feministas" in DUBY, Georges, PERROT, Michèlle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, pp. 541-579.
- KARNAOUCH, Denise, "Féminisme et coéducation en Europe avant 1914", *Clio. Histoire, Femmes, Sociétés*, n° 18, THÉBAUD, Françoise, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (dir.), *Coéducation et Mixité*, 2003, pp. 21-41.
- KNIBIEHLER, Yvonne, et al., *De la pucelle à la minette. Les jeunes filles de l'âge classique à nos jours*, Paris, Temps Actuels, 1993.
- LACALZADA DE MATEO, María José, "Concepción Arenal: un perfil olvidado de mujer y de humanista", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 1, n° 1, 1994, pp. 71-102.
- LAGRAVE, Rose-Marie, "Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.5, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 501-539.
- LASLETT, Peter, *O Mundo que nós perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975.
- LELIÈVRE, Françoise, LELIÈVRE, Claude, *L'histoire des femmes publiques contée aux enfants*, 2ª ed., Paris, PUF, 2002 (1ª ed. 2001).
- LÉON, Antoine, "L'enseignement technique", in MIALARET, Gaston, VIAL, Jean (dir.), *Histoire Mondiale de l'Education*, vol.3, *De 1815 à 1945*, Paris, P.U.F., 1981, pp. 291-306.
- LÉVY, Marie-Françoise, *De Mères en Filles. L'éducation des françaises. 1850-1880*, Paris, Calmann-Lévy, 1984.

- LEWIS, Jane, *Women in England, 1870-1950: Sexual Divisions and Social Change*, Sussex, Wheatsheaf Books, 1984.
- LOPEZ-CORDON CORTEZO, Maria Victoria, "La situación de la mujer a finales del Antiguo Regimen (1760-1860)", in AAVV, *Mujer y Sociedad en España (1700-1975)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982, pp. 47-107.
- LOURO, Guacira Lopes, MEYER, Dagmar, "A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970)", *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, pp. 129-159.
- MARGADANT, Jo Burr, *Madame le Professeur. Women Educators in the Third Republic*, Princeton, Princeton University Press, 1990.
- MARÍAS, Julián, *La Mujer en el Siglo XX*, 4ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1982 (1ª ed. 1980).
- MARTIN, Jane, GOODMAN, Joyce, *Women and Education, 1800-1980*, New York, Palgrave Macmillan, 2004.
- MARTIN-FUGIER, Anne, "Os ritos da vida privada burguesa", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol.4, PERROT, Michelle (dir.), *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 193-261.
- MARTIN-FUGIER, Anne, *La place des bonnes. La domesticité féminine à Paris en 1900*, Paris, Grasset, 1979.
- MAYEUR, Françoise, "A Educação das Raparigas: o Modelo Laico", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 277-295.
- MAYEUR, Françoise, "L'enseignement secondaire des jeunes filles (1867-1924)", *Le mouvement social*, nº 96, 1976, pp. 103-110.
- MAYEUR, Françoise, "Recherches Historiques sur l'Enseignement Féminin", in *La Place des Femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*, Paris, Ed. La Découverte, 1995, pp. 581-585.
- MAYEUR, Françoise, *L'Education des Filles en France au XIXe siècle*, Paris, Hachette, 1979.
- MAYEUR, Françoise, *L'Enseignement Secondaire des Jeunes Filles sous la Troisième République*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

- McDERMID, Jane, "Women and education", in PURVIS, June (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, London, UCL Press, 1997 (1ª ed. 1995), pp. 107-130.
- MICHAUD, Stéphane, "Idolatrias: representações artísticas e literárias", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 145-169.
- MICHEL, Andrée, *Sociologie de la famille et du mariage*, Paris, PUF, 1972.
- MILIBAND, Ralph, "A Escola e o processo de legitimação social", in MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Escola e Classes Sociais*, Lisboa, Ed. Presença, 1981, pp. 27-42.
- MINISTERE DE L'EDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique et la Formation Professionnelle*, Paris, Ed. Rombaldi, 1954.
- MORLEY, Louise, "Gender equality in Commonwealth higher education", *Women's Studies International Forum*, vol. 23, nº 2-3, 2005, pp. 209-221.
- MOSCONI, Nicole, "Conclusion", in ROGERS, Rebecca (dir.), *La mixité dans l'éducation. Enjeux passés et présents*, Lyon, ENS Éditions, 2004, pp. 195-205.
- NASH, Mary, "Historia de las mujeres y estrategias de resistencia femenina", in ALARIO TRIGUEROS, Teresa, et al. (coord.) *Hacia una Pedagogía de la Igualdad. Actas de la II Universidad de Verano*, Salamanca, Amarú Ediciones, 1998, pp. 59-73.
- NASH, Mary, "Maternidad, maternología y Reforma Eugénica en España 1900-1939", DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História de las Mujeres en Occidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *El Siglo XX*, Madrid, Taurus, 1993, pp. 627-645.
- NASH, Mary, TAVERA, Susana, *Experiencias Desiguales: conflictos sociales y respuestas colectivas (siglo XX)*, Madrid, Ed. Síntesis, 1995.
- NIELFA CRISTÓBAL, Gloria, "Concepción Arenal y la igualdad", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol.1, nº 1, enero-junio, 1994, pp. 139-156.
- PEDERSON, Susan, *Family, Dependence, and the Origins of the Welfare State: Britain and France, 1914-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- PÉREZ CANTÓ, Pilar, ORTEGA LÓPEZ Margarita (ed.), *Las edades de las mujeres*, Madrid, IUEM - Universidad Autónoma de Madrid, 2002.
- PÉREZ-FUENTES HERNANDEZ, Pilar, "El trabajo de las mujeres en la España de los siglos XIX y XX: algunas consideraciones metodológicas", in NASH, Mary,

- BALLESTER, Rosa (coord.), *Mulheres, Trabalho e Reprodução. Atitudes Sociais e Políticas de Protecção à Vida. Actas do III Congresso da ADEH*, vol.2, Porto, Ed. Afrontamento, 1996, pp. 33-55.
- PERROT, Michelle, "A família triunfante", "Funções da Família", "Personagens e Papéis", in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol.4, PERROT, Michelle (dir.), *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 93-103, pp. 105-119, pp. 121-185.
- PERROT, Michelle, "La femme populaire rebelle", in DUFRANCATEL, Christiane et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Galilée, 1979, pp. 123-156.
- PERROT, Michelle, *Uma História das Mulheres*, Porto, Ed. Asa, 2007.
- PLUM, Werner, *Exposições mundiais no século XIX: espectáculos da transformação socio-cultural*, Bonn, Friedrich – Ebert – Stiftung, 1979.
- PURVIS, June, "Social class, education and ideals of femininity in the nineteenth century", in ARNOT, Madeleine, WEINER, Gaby (eds.), *Gender and the Politics of Schooling*, 2ª ed., London, Unwin Hyman / The Open University, 1989 (1ª ed. 1987), pp. 253-275.
- QUARTARARO, Anne T., *Women Teachers and Popular Education in Nineteenth-Century France. Social Values and Corporate Identity at the Normal School Institution*, Newark, University of Delaware Press, 1995.
- RACOIS, A., "Les Ecoles Professionnelles de la Ville de Paris", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique et la Formation Professionnelle*, Paris, Ed. Rombaldi, 1954, pp. 163-168.
- REAGIN, Nancy R., *Sweeping the German Nation. Domesticity and National Identity in German, 1870-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- REBOUL-SCHERRER, Fabienne, *La Vie Quotidienne des Premiers Instituteurs. 1833-1882*, Paris, Hachette, 1989.
- RENAUDEAU, F., "La Formation et le Développement de l'Enseignement Technique", in MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique et la Formation Professionnelle*, Paris, Ed. Rombaldi, 1954, pp. 17-26.
- REPOUSSI, Maria, "Mixité et enseignement en Grèce aux XIXe et XXe siècles", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 18, THÉBAUD, Françoise, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (dir), *Coéducation et mixité*, 2003, pp. 155-166.
- RIPA, Yannick, *Les femmes, actrices de l'Histoire. France, 1789-1945*, Paris, SEDES, 1999.

- RIPA, Yannick, *Les Femmes*, Paris, Le Cavalier Bleu, 2002.
- ROBLES SANJUÁN, "Género, educación e historia: Espacios de exclusión, espacios de resistencia", *Arenal*, vol .9, nº 2, 2002, pp. 329-351.
- ROBLES SANJUÁN, Victoria, "La Historia de la educación de las mujeres. Líneas, problemas y aportaciones a la historiografía educativa ", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del, et al. (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 355-371.
- ROGERS, Rebecca, "État des lieux de la mixité. Historiographies comparées en Europe", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 18, THÉBAUD, Françoise, ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (dir), *Coéducation et mixité*, 2003, pp. 177-202.
- ROGERS, Rebecca, "L'impensable mixité de l'enseignement secondaire féminin en France au XIXe siècle", in ROGERS, Rebecca (dir.), *La mixité dans l'éducation. Enjeux passés et présents*, Lyon, ENS Éditions, 2004, pp. 101-114.
- ROGERS, Rebecca, "Le professeur a-t-il un sexe ? Les débats autour de la présence d'hommes dans l'enseignement secondaire féminin, 1840-1880", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document445.html> (consultado em 20/05/2004).
- ROGERS, Rebecca, "Learning to be good Girls and Women. Education training and schools", in SIMONTON, Deborah (ed.), *The Routledge History of Women in Europe since 1700*, London, Routledge, 2006, pp. 93-133.
- ROGERS, Rebecca, *Les demoiselles de la Légion d'honneur. Les maisons d'éducation de la Légion d'honneur au XIXe siècle*, Paris, Plon, 1992.
- SANTALLA, Manuela, "La condición femenina en Concepción Arenal", *Arenal*, vol. 1, nº 1, 1994, pp. 103-115.
- SANTOS, Paulo Coelho Mesquita, COSTA, Adilson Rodrigues da, "A Escola de Minas de Ouro Preto, a «Sociedade de Geografia Económica de Minas Gerais» e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX", *Rem: Revista da Escola de Minas*, vol.58, nº 3, jul/set 2005, pp. 279-285 [em linha], disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=so370-44672005000300014&Ing=pt&nrm=iso (consultado em 21/06/2006).
- SCANLON, Geraldine, "Nuevos horizontes culturales: la evolución de la educación de la mujer en España. 1868-1900", in AAVV, *Mujer y Educación en España. 1868-1975, VI Coloquio de Historia de la Educación*, Santiago, Universidade de Santiago, 1990, pp. 721-740.

- SCOTT, Joan Wallach, "A mulher trabalhadora", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), *O Século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 443-475.
- SEGURA GRAIÑO, Cristina, "Mujeres, trabajo y familia en las sociedades preindustriales", in VAL VALDIVIESO, M^a Isabel del, et al., (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 229-248.
- SILVA, José Gentil da, "La mujer en España en la Época Mercantil: de la igualdad al aislamiento", in AAVV, *La mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 11-33.
- SIMON PALMER, Maria del Carmen, "La higiene y la medicina de la mujer española a través de los libros (s. XVI a XIX)", in *La mujer en la Historia de España (siglos XVI-XIX). Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 71-84.
- SIMONIN, J., "Les Collèges Techniques Féminins", in MINISTERE DE L'EDUCATION NATIONALE, *L'Enseignement Technique et la Formation Professionnelle*, Paris, Ed. Rombaldi, 1954, pp. 139-144.
- SOHN, Anne-Marie, "Un siècle décisif pour les femmes?", in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (coord.), *L'Histoire aujourd'hui*, Auxerre, Sciences Humaines Editions, 1999, pp. 95-100.
- SOHN, Anne-Marie, *Chrysalides. Femmes dans la vie privée (XIXe-XXe siècle)*, vol. I, Paris, Publ. de la Sorbonne, 1996.
- SOMBART, Werner, *Amor, Luxo e Capitalismo*, Venda Nova, Bertrand, 1990.
- SOTO CARMONA, Alvaro, "Cuantificación de la Mano de Obra Femenina (1860-1930)", in AAVV, *La Mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 279-298.
- STEINBACH, Susie, *Women in England. 1760-1914. A Social History*, New York, Palgrave Macmillan, 2004.
- STONE, Lawrence, *Rode to Divorce. A History of the Making and Breaking of Marriage in England*, 2^a ed., Oxford, Oxford University Press, 1995 (1^a ed. 1990).
- STRUMINGHER, Laura, S., *What Were Little Girls and Boys Made Of? Primary Education in Rural France 1830-1880*, Albany, State University of New York, 1983.

- THÉBAUD, Françoise, "A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 31-93.
- THÉBAUD, Françoise, "Introdução", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 9-23.
- THIERCÉ, Agnès, "«De l'école au ménage»: le temps de l'adolescence féminine dans les milieux populaires (III^e République)", *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, n° 4, 1996 [em linha], disponível em <http://clio.revues.org/document.html?id=433> (consultado em 20/05/2004).
- THIVIERGE, Nicole, "L'enseignement ménager, 1880-1970", in FAHMY-EID, Nadia, DUMONT, Micheline (dir.), *Maîtresses de maison, maîtresses d'école. Femmes, famille et éducation dans l'histoire du Québec*, Montréal, Boréal Express, 1983, pp. 119-142.
- TILLY, Louise A., "Paths of Proletarianization: Organization of Production, Sexual Division of Labour and Women's Collective Action", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 7, n° 2, 1981, pp. 400-417.
- TILLY, Louise A., SCOTT, Joan W., *Les femmes, le travail et la famille*, Paris, Rivages, 1987.
- WOYSHNER, Christine, "The Education of Women for Wifhood: Coverture, Community, and Consumerism in the Separate Spheres", *History of Education Quarterly*, vol. 43, n° 3, 2003, pp. 410-428 [em linha], disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/heq/43.3/woyshner.html> (consultado em 23/05/2004).

3. Sítios Web

Annuaire, Université d'Orléans, <http://www.univ-orleans.fr/annuaire/> (consultado em 11/09/2006).

AUDEM – Asociación Universitaria de Estudios de las Mujeres, <http://www.audem.com> (consultado em 18/02/2008).

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, <http://www.letras.up.pt/dhepi/> (consultado em 17/02/2008).

Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, <http://www.fl.ul.pt/historia> (consultado em 17/02/2008).

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, <http://www.fcsh.unl.pt> (consultado em 17/02/2008).

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, <http://www.fpce.up.pt> (consultado em 17/02/2008).

FCT, Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, <http://www.fct.mctes.pt> (consultado em 17/02/2008).

GAERI, Ministério da Educação, <http://www.gaeri.min-edu.pt> (consultado em 05/12/2006).

Gender and Equality Studies, Panteion University, <http://www.genderpanteion.gr/en> (consultado em 20/12/2007).

GEPE, Ministério da Educação, <http://www.gepe.min-edu.pt> (consultado em 28/02/2008).

GPEARI, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, <http://www.gpearl.mctes.pt> (consultado em 28/02/2008).

International Institute of social History, Seventh European Social Science History, <http://www2.iisg.nl/esshc> (consultado em 17/02/2008).

Osservatorio della Ricerca sulla differenza/e sessuale e generazionale, Università degli Studi di Napoli "FedericoII", www.osservatoriosulladifferenza.unina.it (consultado em 12/10/2006 e 10/04/2008).

QCA - Quadro Comunitário de Apoio III, Ministério do Planeamento <http://www.qca.pt> (consultado em 30-09-2005).

The Clio Project *Worldwide Women's History on the Web*, <http://www.clioproject.org> (consultado em 15/12/2006).

The National Women's History Project, <http://www.nwhp.org> (consultado em 15/12/2006)

Universidade Aberta, <http://www.univ-ab.pt> (consultado em 17/02/2008).

Universidade de Coimbra, Informação sobre Ensino, <http://www.uc.pt/informacaosobre/ensino> (consultado em 17/02/2008).

Universidade de Évora, <http://www.uevora.pt> (consultado em 17/02/2008).

ANEXOS

1. Identificação das escolas industriais criadas entre 1884 e 1910.

Localidade	Nome da escola	Ano de criação	Ano de extinção
Alenquer	Damião de Góis	1889	1899
Angra do Heroísmo	António Augusto Aguiar	1889	1891
	Madeira Pinto	1904	...
Aveiro	Fernando Caldeira	1893	...
Batalha	Aula D. João I ²⁴⁴⁵	1890	...
Braga	Bartolomeu dos Mártires	1884	...
Bragança	Infante D. Pedro	1888	1901
Caldas da Rainha	Rainha D. Leonor	1884	...
Chaves	Chaves	1889	1891
Coimbra	Brotero	1884	...
Covilhã	Campos Melo	1884	...
Faro	Pedro Nunes	1888	...
Figueira da Foz	D. Luís I	1888	1891
	Bernardino Machado	1893	...
Funchal	Josefa d'Obidos	1889	1891
	António Augusto Aguiar	1891	...
Guimarães	Francisco de Holanda	1884	...
Lagos	Vitorino Damásio	1905	...
Leiria	Domingos Sequeira	1888	...
Lisboa	Marquês de Pombal	1884	...
	Gil Vicente	1884	1891
	Afonso Domingues	1884	...
	Rodrigues Sampaio	1892 ²⁴⁴⁶	...
	Príncipe Real	1895 ²⁴⁴⁷	...
Matosinhos	Gonçalo Zarco	1889	1891
Peniche	Rainha D. Maria Pia	1887	...
Ponta Delgada	Gonçalo Velho Cabral	1889	...
Portalegre	Fradesso da Silveira	1884	...

²⁴⁴⁵ Aula desenho da Batalha considerada sucursal da escola de Leiria

²⁴⁴⁶ A Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, da Câmara Municipal de Lisboa, passa para o Estado sob tutela do MOPCI

²⁴⁴⁷ A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de labores femininos e a partir de 1895 autonomizou-se.

Localidade	Nome da escola	Ano de criação	Ano de extinção
Porto	Faria Guimarães	1884	...
	Infante D. Henrique	1884	...
Porto Gaia	Passos Manuel	1884	...
Setúbal	Princesa / Rainha D. Amélia	1888	...
Tomar	Jácome Ratton	1884	...
Torres Novas	Vitorino Damásio	1884	1905
Viana do Alentejo	Médico Sousa	1893	...
Viana do Castelo	Nuno Álvares	1888	...
Vila Real	D. Luís I (depois de 1891)	1888	...
Viseu	Emídio Navarro	1898	...

2. Factos relevantes para a criação das escolas de ensino industrial (1851-1884).

- 1851 Exposição Universal de Londres.
 Criação do Museu e escola de South Kensington (Inglaterra).
- 1852 Escola da Associação Industrial Portuense.
 Criação do MOPCI.
 Instituição do ensino industrial.
- 1855 Exposição Industrial no Porto.
 Exposição Internacional de Paris.
- 1857 Exposição Industrial no Porto.
- 1860 Fundação da Associação Industrial Portuguesa.
- 1861 Exposição Industrial no Porto.
- 1862 Exposição Universal de Londres.
- 1863 Exposição Agro-Industrial em Braga.
 Exposição Industrial Têxtil em Lisboa.
- 1864 Reforma do ensino industrial.
- 1865 Exposição Industrial no Porto.
- 1867 Exposição Internacional de Paris.
- 1869 Reforma do ensino industrial.
 Exposição Industrial em Coimbra da Associação dos Artistas de Coimbra.
- 1870 Reforma do ensino primário.
- 1873 Exposição Universal em Viena (Áustria).
- 1875 Criação da Sociedade de Geografia.
- 1876 Congresso Europeu sobre Estudo das Artes Industriais (Munique). Presença
 de Joaquim de Vasconcelos.
 Conferência Internacional de Bruxelas (Colonial) não inclui Portugal.
- 1878 Prelecções de Joaquim de Vasconcelos.
 Criação da Escola Livre de Artes do Desenho de Coimbra (Associação
 Artistas de Coimbra).
 Reforma do ensino primário.
 Exposição Universal de Paris.
- 1879 Proposta de Joaquim de Vasconcelos sobre o ensino industrial.
 Circular do Ministério do Reino sobre a criação de escolas primárias
 municipais profissionais.
- 1880 Projecto-lei de Luís Jardim (Conde de Valença) defende criação de escolas
 profissionais.

- 1881 Primeira Exposição de indústrias do Centro Artístico Portuense.
Inquérito industrial.
- 1882 Proposta de lei de Tomás Ribeiro na Câmara dos Deputados contemplando a criação de escolas profissionais.
Exposição de Trabalhos Mecânicos e Indústrias Caseiras da Sociedade de Instrução do Porto.
Exposição de Cerâmica Nacional da Sociedade de Instrução do Porto.
Projecto da escola Rodrigues Sampaio (Câmara de Lisboa).
- 1883 Exposição de Ourivesaria e Joalheria da Sociedade de Instrução do Porto.
Criação da Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio.
Curso nocturno de desenho industrial da Câmara Municipal do Funchal.
Escola de Desenho e Modelagem, em Vila Nova de Gaia (Devezas), da Sociedade de Instrução do Porto.
Cursos nocturnos de Desenho e de Francês, da Sociedade Martins Sarmiento em Guimarães, para trabalhadores das artes e ofícios.
MOPCI abre Concurso para colocar operários portugueses a estagiar no estrangeiro.
Criação dos Museus Industriais de Lisboa e do Porto.
- 1884 Exposição distrital de manufacturas, em Coimbra, da Escola Livre das Artes de Desenho.
Criação das escolas industriais.
Exposição Industrial de Guimarães da Sociedade Martins Sarmiento.
Início do funcionamento das escolas industriais.
Início da Conferência Colonial de Berlim.

3. Diplomas sobre as escolas e oficinas de ensino Industrial (1884-1910)

Ano	Data	Diploma	Observações
1884	01.03	decreto	Criação de escolas industriais - A. Augusto Aguiar: Covilhã, Lisboa (Alcântara, Belém, Xabregas), Porto (Bonfim, Vilar, Gaia), Coimbra, Caldas da Rainha.
das			Regulamento das escolas de ensino industrial - A. Augusto Aguiar. Criação
	05.06	portaria	escolas de Portalegre, Tomar, Guimarães e Torres Novas.
	10.09	decreto	Atribuição de nomes às escolas da circunscrição do sul.
	12.03	decreto	Escola de Guimarães passa a industrial.
	12.05	decreto	Atribuição de nomes às escolas da circunscrição do norte.
	12.11	decreto	Criação da escola de desenho industrial de Braga.
1885	04.07	regulamento	Da inspecção com instruções sobre exames.
	06.09	decreto	Regulamento da escola industrial da Covilhã.
	12.12	portaria	Introdução da disciplina de Francês na escola da Covilhã.
1886	09.10	portaria	Criação e regulamentação da oficina de Trabalhos de Metal da escola de Portalegre.
	09.10	portaria	Criação e regulamentação da oficina de Madeira da escola de Portalegre.
Vicente	10.22	portaria	Regulamento da oficina de Madeira e de Trabalho de Pedra da escola Gil em Lisboa (Belém).
em	10.22	portaria	Regulamento da Oficina de Laveres Femininos da escola Marquês de Pombal Lisboa (Alcântara).
Afonso	12.02	portaria	Regulamento da oficina de Madeira, Metal e Pintura Decorativa da escola Domingues em Lisboa (Xabregas).
	12.11	decreto	Criação da oficina de Madeira da escola de Tomar.
	12.11	decreto	Criação da oficina de Cerâmica da escola das Caldas da Rainha.
	12.11	decreto	Criação da oficina de Madeira, Tecelagem e Tinturaria da escola da Covilhã.
	12.11	decreto	Criação da oficina de Madeira da escola de Torres Novas.
	12.30	decreto	Plano de Organização do Ensino Industrial e Comercial - Reforma de Emídio Navarro.
1887	08.04	carta lei	Escola das Caldas da Rainha passa a industrial.
	08.04	carta lei	Criação da escola de Peniche.
	09.17	despacho	Criação da oficina de Rendas da escola de Peniche.

Ano	Data	Diploma	Observações	
1888 Navarro.	02.23	decreto	Regulamentação das escolas industriais e de desenho industrial - Emídio	
	04.23	portaria	Atribuição de nome à escola de Peniche.	
	06.13	decreto	Criação da escola de Leiria.	
	06.13	decreto	Criação da escola da Figueira da Foz.	
	06.13	decreto	Criação da escola de Faro.	
	06.13	decreto	Escola Marquês de Pombal passa a industrial.	
	Metal, Lisboa.	06.13	decreto	Introdução das disciplinas de Francês e de Física Mecânica e das oficinas de Madeira, Tecelagem e Curtumes na escola industrial de Guimarães.
		06.13	decreto	Criação da escola de Setúbal.
		06.13	decreto	Escola Faria Guimarães no Porto passa a escola industrial.
		06.13	decreto	Criação da escola de Viana do Castelo.
06.13		decreto	Criação da escola de Vila Real.	
06.13		decreto	Criação da escola de desenho industrial de Bragança.	
06.13		decreto	Introdução definitiva de Francês na escola da Covilhã.	
06.13		decreto	Aprovação dos programas das disciplinas da escola Marquês Pombal em	
Porto.	08.23	portaria	Aprovação dos programas das disciplinas da escola de Guimarães.	
	08.23	portaria	Aprovação dos programas das disciplinas da escola Faria Guimarães no	
	08.23	portaria	Aprovação dos programas das disciplinas da escola da Covilhã.	
	08.23	portaria	Aprovação dos programas das disciplinas da escola da Covilhã.	
1889	01.04	despacho	Criação do Museu Industrial Marítimo na escola de Faro.	
	01.10	decreto	Criação da escola do Funchal.	
	01.10	decreto	Criação da escola de Matosinhos.	
	01.10	decreto	Escola de Braga passa a industrial.	
	01.10	decreto	Introdução da disciplina de Francês na escola Faria Guimarães no Porto.	
	01.10	decreto	Escola de Coimbra passa a industrial.	
	03.14	decreto	Criação da escola de Chaves.	

Ano	Data	Diploma	Observações
1889	04.25	decreto	Escola de Tomar passa a industrial.
	04.25	decreto	Escola de Bragança passa a industrial.
Desenho	06.24	regulamento	Interpreta artigos 28,29,63 do Regulamento do Ensino Industrial e de Industrial.
	08.22	decreto	Criação da escola de Ponta Delgada.
	08.22	despacho	Criação da oficina de Laves Femininos na escola de Braga.
	10.03	decreto	Criação da escola de Alenquer.
	10.09	despacho	Criação da oficina de Laves Femininos na escola de Leiria.
	10.09	despacho	Criação da oficina de Ourivesaria e Escultura em Metal na escola Marquês de Pombal em Lisboa.
	10.31	decreto	Escola da Figueira da Foz passa a industrial.
	10.31	decreto	Criação da escola de Angra do Heroísmo.
	10.31	decreto	Escola de Chaves passa a industrial.
	10.31	decreto	Introdução da disciplina de Português na escola de Bragança.
Lisboa.	10.31	decreto	Introdução da disciplina de Português na escola Marquês de Pombal em
	11.06	portaria	Atribuição de nome à escola da Figueira da Foz.
	11.06	despacho	Criação da oficina de Trabalhos em Madeira da escola das Caldas da Rainha.
1890	04.10	decreto	Escola de Portalegre passa a industrial.
	05.02	portaria	Regulamento da oficina de Laves Femininos na escola de Braga.
	06.25	portaria	Regulamento da aula de Tecelagem da escola da Covilhã.
expostos	06.30	regulamento	Informações que devem acompanhar os desenhos das escolas industriais nos museus.
1891	05.04	despacho	Aula de desenho da Batalha torna-se sucursal da escola de Leiria.
	10.08	decreto	Reorganização do ensino industrial e comercial - Reforma de João Franco e Bernardino Machado.
1892	09.10	decreto	Escola Rodrigues Sampaio é reorganizada e passa para MOPCI.
	12.01	decreto	Organização da inspecção do ensino nas escolas industriais.
1893 relativamente à	01.18	portaria	Atribuições do Director Geral do Comércio e Indústria do MOPCI inspecção das escolas de ensino industrial e comercial.

Ano	Data	Diploma	Observações
1893	09.14	decreto	Criação da inspeção geral do ensino industrial e comercial.
	10.05	decreto	Organização dos cursos das escolas industriais e comerciais - Bernardino Machado e João Franco.
	10.14	aditamento	Aditamento ao decreto de 05/10/93 (sobre a escola Rodrigues Sampaio).
	10.28	portaria	Subsídio para a criação escola da Figueira da Foz (CM + MOPCI).
Viana	10.28	portaria	Subsídio à Soc. União Vinícola e Oleícola do Sul para a criação da escola de do Alentejo (Soc. U.V.O.S.+CM + MOPCI).
	10.28	portaria	Subsídio para a criação da escola de Aveiro (CM + MOPCI).
	12.19	portaria	Subsídio para a criação da escola de Évora (CM+MOPCI).
1895	04.05	decreto	A 2ª secção da escola Rodrigues Sampaio autonomiza-se com o nome de escola Industrial do Príncipe Real.
1897	12.14	decreto	Regulamentação das escolas de ensino industrial - Augusto José da Cunha.
	12.14	decreto	Organização das escolas de ensino industrial - Reforma de Augusto José da Cunha. Elimina cursos industriais para o sexo feminino.
1898	09.03	decreto	Elvino Sousa e Brito, mandando executar a organização do curso preparatório do Instituto Industrial e Comercial do Porto.
ensino	11.24	decreto	aprovando o plano do inquérito técnico e económico para a remodelação do industrial e comercial - Elvino Sousa e Brito
	12.09	decreto	Criação da escola de Viseu.
1900	12.04	portaria	Esclarecimento de dúvidas sobre a Regulamentação das escolas industriais (decreto de 14/12/1897).
1901	12.24	decreto	Regulamento do ensino nas escolas industriais - Manuel Francisco de Vargas.
Francisco de	12.24	decreto	Organização do ensino nas escolas industriais - Reforma de Manuel Vargas.
1902	05.24	decreto	Introdução da disciplina de Noções Elementares de Comércio na Escola da Figueira da Foz.
1903	02.28	decreto	Criação do curso profissional, conforme decreto de 24/12/1901, na escola Industrial do Príncipe Real.
	10.14	decreto	Criação do curso de Desenho Ornamental e Modelação e respectivo curso de Desenho Industrial na escola industrial da Covilhã.
1904	05.03	portaria	Definição do quadro de disciplinas e de pessoal docente da escola de Angra do Heroísmo.
	12.24	decreto	Criação da disciplina de Língua Francesa na escola da Covilhã.
1905	07.04	decreto	Transferência da escola Vitorino Damásio de Torres Novas para Lagos.
	09.04	portaria	Atribuição de nome à escola de Viseu.
1907	09.09	portaria	Nomeação de uma Comissão de estudo sobre o ensino industrial adaptado às necessidades locais (A. Arroio, Marques Leitão, Augusto Patrício Prazeres).

4. Ministros e dirigentes do MOPCI (1883-1910).

Ano	Mês/Dia	Governo	PCM	MOPCI	DGCI	RI
1883	10.24	40º P Regenerador	Fontes Pereira Melo	António Augusto Aguiar	Silvestre Bernardo Lima	Miguel Maurício de Faria
1884						
1885	02.04			Fontes Pereira Melo		
	11.19			Tomás António Ribeiro Ferreira		
1886	02.20	41º P Progressista	José Luciano de Castro	Emídio Navarro	Elvino de Brito	Elvino de Brito
	03.05					
	06.25					
	07.29					
	08.12					
1887						
1888						...
1889	02.25			Eduardo José Coelho	Ernesto Madeira Pinto	Joaquim José Pimenta Telo
1890	01.14	42º P Regenerador		Frederico de Gusmão Correia Arouca		
	10.13	43º extra-partid com apoio P. Regenerador	João Crisóstomo de Abreu e Sousa	Tomás António Ribeiro Ferreira		
1891	05.21	44º extra-partid c/ apoio parlamentar do P Regenerador	João Crisóstomo de Abreu e Sousa	Lopo Vaz Sampaio e Melo		
	07.07			João Franco Castelo Branco		
	07.08			Lopo Vaz Sampaio e Melo		
1892	01.17	45º extra-partid c/ apoio parlamentar do P Regenerador	José Dias Ferreira	Sebastião José de Carvalho Visconde Chancelheiros		
1892	05.27	46º extra-partid c/ apoio parlamentar do P Regenerador	José Dias Ferreira	Pedro Victor da Costa Sequeira		
1893	02.22	47º P Regenerador	Ernesto Hintze Ribeiro	Bernardino Machado		
1893	12.20			Carlos Lobo de Ávila		
1894	09.01			Artur Alberto de Campos Henriques		
1895	03.00					
1897	01.02					
1897	02.07	48º - P Progressista	José Luciano Castro Pereira Corte Real	Augusto José da Cunha		

Ano	Mês/Dia	Governo	PCM	MOPCI	DGCI	RI
1898	08.18	49º P Progressista	José Luciano Castro	Elvino Sousa e Brito	Ernesto Madeira Pinto	Joaquim José Pimenta Telo
1899						
1900	06.25	50º P Regenerador	Ernesto Hintze Ribeiro	José Gonçalves Pereira dos Santos		
1900	11.30			Manuel Francisco de Vargas		
1901						
1902						
1903	02.28	51º P Regenerador	Ernesto Hintze Ribeiro	Alfredo Vieira Peixoto Vilas-Boas		
1904	10.20	52º P Progressista	José Luciano Castro	Eduardo José Coelho		
1905	04.26			D. João de Alarcão Velasques de Sarmiento Osório		
1905	12.27	53º P Progressista	José Luciano Castro	António Ferreira Cabral Pais do Amaral		
1906	03.20	54º P Regenerador	Ernesto Hintze Ribeiro	José Gonçalves Pereira dos Santos		
1906	05.19	55º P Regenerador-Liberal	João Franco Castelo Branco	José Malheiro Reimão		
1907	05.10					
1908	02.04	56º P Progressista + P Regenerador	Francisco Joaquim Ferreira do Amaral	João de Sousa Calvet de Magalhães		
1908	12.25	57º P Progressista + dissidentes Regenerador	A Campos Henriques	D. Luís Filipe de Castro		
1909	04.11	58º P Progressista + dissidentes Regenerador	Sebastião Sousa Teles	D. Luís Filipe de Castro		
1909	05.14	59º P Progressista + dissidentes Regenerador	Venceslau Pereira Lima	António Alfredo Barjona de Freitas		
1909	12.22	60º P Progressista + dissidentes Regenerador	Francisco Veiga Beirão	Manuel António Moreira Júnior		
1910	06.26	61º P Regenerador	António Teixeira de Sousa	José Gonçalves Pereira dos Santos		
1910	10.05	Implantação República	Teófilo Braga			

FONTES: AHMOP, Fundo do MOPCI, Coleção de Processos Individuais, *Telo, José Joaquim Pimenta*; AHMOP, Fundo do MOPCI, Coleção de Processos Individuais, *LIMA, Silvestre Bernardo*; AHMOP, Fundo do MOPCI, Coleção de Processos Individuais, *PINTO, Ernesto Madeira*; AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Repartição de Indústria 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas (1884-1887)*; SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados. 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.

5. Evolução das escolas de ensino industrial (1884-1910)

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Di a	Diploma	Diario Governo	Observações
Alenquer	Damião de Góis	1889 10.03	decreto	nº249, 04/11/89	criação da escola de desenho industrial (Eduardo José Coelho).
		1890 10.01			inauguração da escola.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1899			encerramento da escola (não funcionou em 1898/99 por falta de inscrições).
Angra do Heroísmo	António Augusto Aguiar	1889 10.31	decreto	nº249, 04/11/89	criação da escola de desenho industrial (substituiu a escola que a Junta do Distrito criara em 1885 e inaugurara em 21/09/1885) (Eduardo José Coelho).
		1890 10.			inauguração da escola.
			1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91
	Madeira Pinto	1904 05.03	portaria		quadro de disciplinas e de pessoal docente da escola industrial de Angra do Heroismo e atribuição de nome (Conde de Paçô Vieira).
		1905			inauguração da oficina de Laves Femininos.
Aveiro	Fernando Caldeira	1893 10.28	portaria	nº273, 01/12/93	auxílio à Câmara Municipal para fundar uma escola industrial (Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Não funcionaram oficinas.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/01	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Nunca funcionaram oficinas.
Batalha	Aula D. João I	1890 10.			inauguração como aula de desenho.
		1891 05.04	despacho		Aula de desenho da Batalha considerada sucursal da escola de Leiria.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	continua a pertencer à escola de Leiria (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	continua a pertencer à escola da Leiria (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	continua a pertencer à escola de Leiria (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	continua a pertencer à escola de Leiria.
Braga	Bartolomeu dos Mártires	1884 12.05	decreto	nº282, 11/12/84	atribuição de nome.
		1884 12.11	decreto	nº288, 18/12/84	criação da escola de desenho industrial de Braga (António Augusto Aguiar).
		1885 12.12			inauguração da escola.

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Di a	Diploma	Diario Governo	Observações
Braga	Bartolomeu dos Mártires	1889 01.10	decreto	nº44, 23/02/89	passa a industrial (com Aritmética, Geografia, Química, Física, Mecânica, Francês) (Emídio Navarro).
		1889 08.22	despacho		criação da oficina de Lvores Femininos.
		1890 05.02	portaria		regulamento da oficina de Lvores Femininos (a oficina só foi inaugurada em 07/01/91).
		1891 01.07			oficina Lvores Femininosfoi inaugurada; só funcionou em 1890/91 e 1891/92.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial incompleta (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola Industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Não funcionaram oficinas.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Nunca funcionaram oficinas.
Bragança	Infante D. Pedro	1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).
		1888 10.01			inauguração da escola.
		1889 04.25	decreto	nº97, 01/05/89	passa a industrial (comAritmética, Geometria e Francês) (Eduardo José Coelho).
		1889 10.31	decreto	nº249, 04/11/89	introdução Português.
		1890 01.07			inauguração como escola industrial.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
Caldas da Rainha	Rainha D. Leonor	1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	não consta dos mapas.
		1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1885 01.07			inauguração da escola.
		1886 12.11	decreto		criação da oficina de cerâmica.
		1887 02.07			inauguração da oficina.
		1887 06/30	Carta Lei	04/08/87	passa a industrial (Aritmética e Geometria Elementar + Química Industrial Aplicada à Cerâmica) (Emídio Navarro).
		1887 10.24			inicia funcionamento como escola industrial com Química e a 25 com Aritmética e Geometria.
1888 08.23	portaria		ou 25/08, aprovados os programas das disciplinas.		

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Di a	Diploma	Diario Governo	Observações
Caldas da Rainha	Rainha D. Leonor	1889 11.06	despacho		criação da oficina de Trabalhos em Madeira.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
Chaves	Chaves	1889 03.14	decreto	nº65, 21/03/89	criação da escola de desenho industrial (Eduardo José Coelho).
		1889 10.31	decreto	nº249,04/11/89	passa a industrial (com Aritmética, Geometria, Português e Francês) (Eduardo José Coelho).
		1889 12.18			inauguração da escola.
		1890 10.01			inauguração como industrial.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	extinção da escola (João Franco).
Coimbra	Brotero	1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 12.05	decreto	nº282, 11/12/84	atribuição de nome.
		1885 02.20			inauguração da escola.
		1889 01.10	decreto	nº44, 23/02/89	passa a industrial (com Aritmética, Geografia, Química, Física, Mecânica, Francês) (Emídio Navarro).
		1891 01.04			início do funcionamento da escola como industrial.
		1891 01.08			inauguração da oficina de Gravura e Ornamentação em Metais; só funcionou em 1890/91.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial incompleta (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola Industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Não funcionaram oficinas.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
		1907			só funcionam oficinas a partir de 1907/08 (Cerâmica, Marcenaria e Serralharia).
Covilhã	Campos Melo	1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1884 12.03			inauguração só da aula de Desenho.
		1885 01.07			início do funcionamento de Química e, no dia 8, de Matemática.

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Di a	Diploma	Diario Governo	Observações
Covilhã	Campos Melo	1885 06.09	portaria	nº167, 30/06/85	regulamento da escola industrial e programa.
		1885 12.12	portaria		aprova a disciplina de Francês.
		1886 01.07			início da aula de Francês, gratuitamente assegurada pelo Presbítero José Pedro Soares.
		1886 12.11	decreto		criação das oficinas de Madeira, Tecelagem, Tinturaria.
		1887 02.08			inauguração da oficina de Madeira.
		1887 03.01			inauguração da oficina de Tinturaria.
		1887 03.07			inauguração da oficina de Tecelagem; entregue a operário que estudou na Alemanha (ordem de António Augusto Aguiar), mas foi exonerado por falta competência.
		1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	introdução definitiva da disciplina de Francês e das oficinas já criadas.
		1888 08.23	portaria		ou 25/08, aprova os programas das disciplinas.
		1889 10.01			inaugurado o curso de Tecelagem (professor Martin Kuratlé).
		1890 06.25	portaria		regulamento da aula de Tecelagem.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial incompleta (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Só funciona a oficina de Laveres Femininos.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Só a oficina de Laveres Femininos.
		1903			funcionamento da oficina de Laveres Femininos entre 1903 e 1905.
		1903 10.14	decreto		criação do curso de Desenho Ornamental e Modelação e respectivo curso de Desenho Industrial (Conde de Paçõ Vieira).
		1904 12.24	decreto		cria disciplina VI (língua francesa) (Eduardo José Coelho).
		1905			início do funcionamento da oficina de Tecelagem em 1905/06.
Évora	Évora	1893 12.19	portaria	nº294, 28/12/93	auxílio à Câmara Municipal de Évora para fundar uma escola industrial (Bernardino Machado). Nunca abriu no âmbito do MOPCI até finais de 1910.
Faro	Pedro Nunes	1888 04.23	portaria	nº93, 24/04/88	atribuição de nome (antes da criação da escola).
		1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).
		1889 01.04	despacho		criação do Museu Industrial Marítimo.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas, programas (João Franco, Bernardino Machado).

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Dia	Diploma	Diario Governo	Observações	
Faro	Pedro Nunes	1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Só funcionam as oficinas de Carpintaria e de Laveres Femininos.	
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Só funcionam as oficinas de Carpintaria e de Laveres Femininos.	
Figueira da Foz	1 D. Luís I	1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).	
		1888 10.01			inauguração da escola.	
		1889 10.31	decreto	nº249, 04/11/89	passa a industrial (com Francês, Aritmética, Geometria, Contabilidade e Escrituração, Geografia) (Eduardo José Coelho).	
		1889 11.06	portaria	nº252, 07/11/89	atribuição de nome.	
		1890 10.01			inaugurada como industrial com Desenho e Geografia.	
		1890 11.10			inicia Aritmética, Geometria e Contabilidade.	
		1891 07.01			inicia Francês.	
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	extinção da escola (João Franco).	
	2 Bernardino Machado	1893 10.28	portaria	nº273, 01/12/93	concede auxílio à Câmara Municipal para fundar uma escola industrial (Bernardino Machado).	
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).	
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).	
		1902 05.24	dec.		introdução da disciplina de Noções Gerais de Comércio.	
Funchal	1 Josefa d'Obidos	1889 01.10	decreto	nº44, 23/02/89	criação da escola de desenho industrial do Funchal (segundo Benevides em 30/12/88) (Emídio Navarro).	
		2 António Augusto Aguiar	1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
			1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas, programas (João Franco, Bernardino Machado).
			1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funcionam as oficinas de Carpintaria, Marcenaria e Laveres Femininos.
Guimarães	Francisco de Holanda	1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Mantém as oficinas de 1897.	
		1884 05.06	portaria	nº103, 07/05/84	cria escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).	
		1884 12.03	decreto	nº282, 11/12/84	passa a industrial (contribuiu Exp industrial Guimarães 1884) com Aritmética, Geometria (inicia 01/02/86) e Química Industrial (inicia 16/09/89) (António Augusto Aguiar).	
		1884 12.05	decreto	nº282, 11/12/84	atribuição de nome.	
		1885 01.12			inauguração da escola.	
		1886 02.01			inauguração da escola como industrial.	
		1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	Francês, Princípios de Física e Elementos de Mecânica e oficinas de Metalurgia, Madeira, Tecelagem e Cortumes.	

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Dia	Diploma	Diario Governo	Observações
Guimarães	Francisco de Holanda	1888 08.23	portaria		ou 25/08, aprovados os programas das disciplinas.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial incompleta (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Nunca funcionaram oficinas.
Lagos	Vitorino Damásio	1905 07.04	decreto		transferência da escola Vitorino Damásio de Torres Novas para Lagos (Sarmento Osório).
		1909			inauguração da oficina de Liores Femininos.
Leiria	Domingos Sequeira	1888 04.23	portaria	nº93, 24/04/88	atribuição de nome (antes da criação da escola).
		1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).
		1889 10.09	despacho		criação da oficina de Liores Femininos; é inaugurada em 1889 e funciona em 89/90.
		1890			inauguração da oficina de Pintura Decorativa em 1890/91.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funcionam as oficinas de Carpintaria, Formador, Liores Femininos.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Mantém as oficinas de 1897.
		Lisboa 1 Alcântara	Marquês de Pombal	1884 01.03	decreto
1884 10.09	decreto			nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
1884 11.17					inauguração da escola
1886 10.22	portaria			nº244,26/10/86	regulamento da oficina de Liores Femininos (Madeira Pinto, Emídio Navarro).
1886 11.04					abre oficina de Liores Femininos.
1886 12.22					inauguração da construção do novo edifício da escola.
1888 06.13	decreto			nº185, 16/08/88	passa a industrial (Emídio Navarro).
1888 08.23	portaria				ou 25/08, aprovados os programas das disciplinas.
1888 10.31					inauguração do novo edifício da escola; começa a funcionar como industrial; contratados novos professores, incluindo Marques Leitão (futuro director).
1889 10.09	despacho				criação da oficina de Ouriversaria e Escultura em Metal.

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Dia	Diploma	Diario Governo	Observações
Lisboa 1 Alcântara	Marquês de Pombal	1889 10.31	decreto	nº249, 04/11/89	introdução da disciplina de Português.
		1890 10.01			inauguração das oficinas de Ourivesaria e Escultura em Metal e de Trabalhos em Madeira; secções de Flores de Papel ou Pano e de Trabalho em Couro na oficina de Lances Femininos; ensino de Pintura passa a escola industrial completa (João Franco).
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	
		1892 04.11	despacho		criação da oficina de Cartonagem, anexa à oficina de Lances Femininos.
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funcionam oficinas de Pintura Decorativa, Entalhador, Carpintaria, Serralharia, Encadernação e Lances Femininos.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Mantém as oficinas de 1897 mais as de Marcenaria e de Formador.
Lisboa 2 Belém	Gil Vicente	1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1884 12.10			inauguração da escola.
		1886 10.22	portaria	nº244, 26/10/86	regulamento provisório das oficinas (Madeira, Trabalho em Pedra) (Madeira Pinto, Emídio Navarro).
		1886 11.29			inauguração das oficinas.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	extinção da escola (João Franco).
Lisboa 3 Xabregas	Afonso Domingues	1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1886 12.02	portaria	nº279, 07/12/86	regulamento provisório das oficinas (Madeira, Metal, Pintura Decorativa) (Madeira Pinto, Emídio Navarro).
		1887 01.10			inauguração das oficinas de Carpintaria, Serralharia, Torneiro, Pintura Decorativa.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funcionam as oficinas de Pintura Decorativa, Carpintaria, Serralharia, Formador e Lances Femininos.
		1901 12.24		nº295, 30/12/19	oficinas de Pintura Decorativa, Carpintaria, Serralharia, Formador e Lances Femininos.
Lisboa 4	Rodrigues Sampaio	1892 05.06	dec.		escola primária superior Rodrigues Sampaio passa para o Estado (Visconde de Chancelheiros).
		1892 09.10	decreto	nº212, 20/09/92	escola primária superior Rodrigues Sampaio passa para a tutela do MOPCI (Pedro Víctor Sequeira).
		1893 10.05	dec.		Rodrigues Sampaio dividida em 2 secções; redefinição curricular; oficina de Lances Femininos na 2ª secção (Rato) (João Franco, Bernardino Machado).

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Dia	Diploma	Diario Governo	Observações
Lisboa 4	Rodrigues Sampaio	1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola preparatória para institutos; sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola preparatória para os institutos, sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
Lisboa 5	Príncipe Real	1895 04.05	decreto	nº80, 10/04/95	2ª secção (Rato) da escola Rodrigues Sampaio constituiu-se em escola industrial independente; continua a oficina de Lances Femininos (Campos Henriques).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funcionam as oficinas de Lances Femininos e de Ourives Cinzelador.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Mantém as oficinas de 1897.
		1903 02.28	decreto		criação, na escola industrial Príncipe Real de Lisboa, do curso profissional conforme decreto de 24/12/1901 (Manuel Francisco de Vargas)
Marinha Grande		1893 11.29	portaria	nº273, 01/12/93	auxílio à Sociedade Filarmónica da Marinha Grande para fundar uma escola industrial. Nunca abriu no quadro do MOPCI até finais de 1910 (Bernardino Machado).
Matosinhos	Gonçalo Zarco	1889 01.10	decreto	nº44, 23/02/89	criação da escola de desenho industrial (edifício da antiga escola, Gonçalo Zarco, de desenho, primária, e aula de matemática, pertencente a Sociedade particular) (Emídio Navarro).
		1889 10.01			inauguração da escola.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	extinção da escola (João Franco).
Peniche	Rainha D. Maria Pia	1887 06.30	Carta Lei	?, 04/08/87	(ou 07.30 - Benevides dá 2 datas) criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).
		1887 09.17	despacho		criação da oficina de Rendas.
		1887 09.24			inauguração da oficina.
		1887 09.26			inauguração da escola.
		1888 04.23	portaria	nº93, 24/04/88	atribuição de nome.
		1889			início do funcionamento da oficina de Lances Femininos em 1889/90.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funciona a oficina de Rendas.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Funciona a oficina de Rendas.
Ponta Delgada	Gonçalo Velho Cabral	1904			reinicia o funcionamento da oficina de Lances Femininos.
		1889 08.22	decreto	nº191, 27/08/89	criação da escola de desenho industrial (Eduardo José Coelho).
		1890 10.			inauguração da escola.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas, programas (João Franco, Bernardino Machado).

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Dia	Diploma	Diario Governo	Observações
Ponta Delgada	Gonçalo Velho Cabral	1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Oficina de Marcenaria.
Portalegre	Fradesso da Silveira	1884 05.06	portaria	nº103, 07/05/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1884 12.03			inauguração da escola.
		1886 09.10	portaria	nº209, 15/09/86	criação e regulamento provisórios das oficinas de Madeira e Trabalho em Metal (2 portarias) (Madeira Pinto, Emídio Navarro).
		1886 11.04			inauguração das oficinas de Madeira e Trabalho em Metal.
		1890			inauguração da oficina de Instrumentos de Precisão e Fundação de Metais em 90/91.
		1890 04.10	decreto	nº39, 22/04/90	passa a escola industrial (Frederico Arouca).
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial incompleta (João Franco).
Porto Bonfim	Faria Guimarães	1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funcionaram oficinas de Lances Femininos e de Carpintaria.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Funcionam as oficinas de 1897 e de Serralharia (iniciada em 1904/05).
		1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 12.05	decreto	nº282, 11/12/84	atribuição de nome.
		1885 01.12			inauguração da escola.
		1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	passa a industrial com Aritmética, Geometria e Química (Emídio Navarro).
		1888 08.23	portaria		ou 25/08, aprovados os programas das disciplinas.
		1889 01.10	decreto	nº44, 23/02/89	introdução de Francês.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
Porto Gaia	Passos Manuel	1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
		1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 12.05	decreto	nº282, 11/12/84	atribuição de nome.

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Dia	Diploma	Diario Governo	Observações
Porto Gaia	Passos Manuel	1884 12.29			inauguração da escola.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
Porto Vilar	Infante D. Henrique	1884 01.03	decreto	nº5, 07/01/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 12.05	decreto	nº282, 11/12/84	atribuição de nome.
		1886 01.14			inauguração da escola. Houve matrículas em 84/85 mas não abriu por atraso das obras de instalação no edifício do Museu Industrial e Comercial do Porto.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial completa (João Franco) Abre oficina de Liores Femininos em 1891/92.
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	escola industrial com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funciona a oficina de Liores Femininos.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Funciona a oficina de Liores Femininos.
Setúbal	1 Princesa D. Amélia	1888 04.23	portaria	nº93, 24/04/88	atribuição de nome (antes da criação da escola).
		1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial e da oficina de Liores Femininos (Emídio Navarro).
		1888 10.01			inauguração da escola e da oficina.
	2 Rainha D. Amélia	1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, com oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha). Funciona a oficina de Rendos.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Funciona a oficina de Rendos.
Tomar	Jácome Rotton	1884 05.06	portaria	nº103, 07/05/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1884 12.09			inauguração da escola.
		1886 12.11	decreto		criação da oficina de Madeira.
		1887 02.15			inauguração da oficina.
		1889 04.25	decreto	nº97, 01/05/89	passa a industrial (Eduardo José Coelho).

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Di a	Diploma	Diario Governo	Observações
Tomar	Jácome Ratton	1890			inauguração da oficina de Trabalho em Metal e do curso elementar de Química (90/91).
		1890 10.			inauguração como industrial.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Não funcionaram oficinas.
Torres Novas	Vitorino Damásio	1884 05.06	portaria	nº103, 07/05/84	criação da escola de desenho industrial (António Augusto Aguiar).
		1884 10.09	decreto	nº234, 14/10/84	atribuição de nome.
		1884 12.16			inauguração da escola.
		1886 12.11	decreto		criação da oficina de Madeira.
		1887 02.01			inauguração da oficina.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
		1905 07.04	decreto		transferida para Lagos.
Viana do Alentejo	Médico Sousa	1893 10.28	portaria	nº273, 01/12/93	auxílio à Sociedade União Vinícola e Oleícola do Sul para fundar uma oficina-escola de Olaria (Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	oficina de Cerâmica anexa à circunscrição do sul (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial com oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas). Oficina de cerâmica.
Viana do Castelo	Nuno Álvares	1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).
		1888 10.07			inauguração da escola.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).

Localidade	Escola	Ano/ Mês/Di a	Diploma	Diario Governo	Observações
Vila Real	D. Luís I	1888 06.13	decreto	nº185, 16/08/88	criação da escola de desenho industrial (Emídio Navarro).
		1888 10.11			inauguração da escola.
		1891 10.08	decreto	nº227, 09/10/91	passa a escola industrial elementar (João Franco).
		1893 10.05	decreto	nº226, 06/10/93	redefinição curricular - disciplinas, cursos, oficinas e programas (João Franco, Bernardino Machado).
		1897 12.14	decreto	nº283, 15/12/97	passa a escola de desenho industrial, sem oficinas; redefinição curricular (Augusto José da Cunha).
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
Viseu	Emídio Navarro	1898 12.09	decreto	nº294, 30/12/98	criação da escola de desenho industrial (Elvino Sousa Brito). Substitui a escola Prática de Agricultura de Viseu; ficam as oficinas de Carpintaria e Serralharia, não funcionam.
		1900 01.24			inauguração da escola.
		1901 12.24	decreto	nº295, 30/12/19	escola de desenho industrial sem oficinas; reorganização curricular (Manuel Francisco de Vargas).
		1905 09.04	portaria		atribuição de nome.

6. Evolução das matrículas femininas e masculinas nas escolas e taxa de feminização (1884-1910)

Quadro 6.1. Evolução das matrículas do sexo feminino nas escolas (1884-1910)

IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS		1884/85	1885/86	1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	TOTAL	
Circunscrição do Sul	Alenquer – Damião de Góis (a)							38	25	11	13	10	0	0	0													97	
	Angra Heroísmo – Madeira Pinto							26															22	54	40	26	24	19	211
	Batalha – Aula D. João I (b)								0	2	3	3	8	7	3	6													32
	Caldas da Rainha – Rainha D. Leonor	0	2	5	4	4	1	10	6	9	14	11	11	8	2	1	0	0	0	0	0	4	8	7	7	11	12	137	
	Covilhã – Campos Melo (c)	4	7	2	5	7	3	3	3	1	7	11	9	5	7	0	1	1	2	1	11	12	17	8	4	6	4	141	
	Faro – Pedro Nunes					18	38	61	63	95	100	102	101	107	82	70	71	62	41	40	42	31	26	24	27	51	66	1318	
	Funchal – A. Augusto Aguiar						17	36	19	0	21	8	5	5	3	5	4	6	9	11	15	28	141	106	81	62	67	649	
	Lagos – Vitorino Damásio																							0	0	0	71	63	134
	Leiria – Domingos Sequeira					11	10	21	29	10	22	48	46	43	24	17	5	35	36	31	32	19	14	21	22	19	23	538	
	Lisboa – Rodrigues Sampaio (d)										0	0	0	14	12														26
	Lisboa – Príncipe Real (e)											e)	e)	e)	117	142	128	163	164	151	143	127	567	571	309	489	434	3505	
	Lx – Alcântara – Marquês Pombal	23	32	34	43	82	77	96	68	125	128	87	96	98	77	74	65	64	85	96	97	101	213	202	181	198	224	2666	
	Lx – Belém – Gil Vicente	3	1	1	1	2	1	0																					9
	Lx – Xabregas – Afonso Domingues	10	9	5	0	3	4	5	8	9	17	12	20	17	11	11	6	20	24	25	25	23	28	41	35	42	35	445	
	Peniche – Rainha D. Maria Pia				45	57	43	52	32	51	54	55	57	54	69	56	57	40	43	40	47	57	55	69	81	80	88	1282	
	Ponta Delgada – G. Velho Cabral							16	16	13			15							28	18	17	15	17	20	20	26	23	272
	Portalegre – Fradesso Silveira	0	7	12	12	11	6	7	2	4	46	32	13	23	16	15	11	16	22	22	20	18	23	35	27	27	27	454	
	Setúbal – Princesa D. Amélia					23	46	75	55	41	65	60	23	23	22	32	23	22	10	7	11	6	6	9	9	35	72	675	
	Tomar – Jacome Ration	0	6	10	20	13	23	24	14	13	13	14	3	2	0	2	3	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	1	166
	Torres Novas – Vitorino Damásio	0	11	13	10	7	10	9	3	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0							69
	Viana Alentejo – Médico Sousa												0	19	14	21	22	19	11	14	11	7	4	8	13	16	12	11	202
Circunscrição do Norte	Aveiro – Fernando Caldeira											0	0	0	4	1	13	4	7	3	5	10	12	11	6	5	5	0	86
	Braga – Bartol. dos Mártires		3	0	0	1	2	32	22	19	1	7	11	13	3	5	9	4	7	3	4	8	28	6	11	21	24	244	
	Bragança – Infante D. Pedro					50	26	18	6	12																			112
	Chaves – Chaves						26	8																					34
	Coimbra – Brotero	3	0	0	8	14	26	27	25	22	18	21	20	41	34	29	28	27	30	29	28	19	26	36	34	44	72	661	
	Figueira da Foz – Bernardino Machado					27	5	12				11	12	19	20	17	10	12	4	7	7	6	5	13	18	19	16	24	264
	Guimarães – Francisco Holanda	42	51	33	22	37	47	31	33	30	33	28	6	9	15	10	14	16	10	10	9	6	18	35	15	17	7	584	
	Matosinhos – Gonçalo Zarco					0	0																						0
	Porto – Bonfim – Faria Guimarães	1	3	0	0	4	1	3	4	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
	Porto – Vilar – Inf. D. Henrique (f)		11	0	1	1	2	3	1	13	14	17	19	27	32	51	54	74	67	66	55	43	36	38	34	26	25	710	
	Viana do Castelo – Nuno Álvares					13	14	7	2	1	2	5	3	1	0	0	0	5	2	7	6	9	8	9	8	9	5	1	100
	Vila Nova Gaia – Passos Manuel	15	0	0	28	32	6	9	11	4	10	12	7	5	9	5	4	6	5	3	5	6	3	4	8	4	4	205	
	Vila Real – D. Luís I					10	19	33	24	6	6	4	7	0	0	0	7	17	13	17	40	41	23	18	25	20	20	350	
Viseu – Emídio Navarro																	2	0	0	0	5	6	11	21	30	16	14	105	
TOTAL		101	143	115	199	427	453	662	473	494	600	564	532	536	568	572	527	623	615	595	638	621	1358	1356	1041	1324	1365	16502	

LEGENDA:

- (a) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*)
 (b) A partir de 1898/99 as fontes estatísticas deixam de discriminar as matrículas da Aula de Desenho da Batalha, sucursal da escola de Leiria.
 (c) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola... op. cit.*)
 (d) A Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, que era municipal, passou para a dependência do Estado sob tutela do MOPCI (decreto de 06/05/1892), sendo organizada como escola técnica preparatória (decreto de 10/09/1892). No ano lectivo de 1892/93 a escola mudou de edifício, o qual necessitou de obras, pelo que as aulas só abriram em Abril e não se efectuaram exames. A partir de 1897/98 a escola torna-se em exclusivo uma escola Preparatória para os Institutos.
 (e) A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de labores femininos e a partir de 1895 autonomizou-se. Um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.
 (f) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque ... op. cit.*)

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

Quadro 6.2. Evolução das matrículas do sexo masculino nas escolas (1884–1910)

IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS		1884/85	1885/86	1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	TOTAL		
	Nome																													
Circunscrição do Sul	Alenquer – Damião de Góis (a)							105	73	26	58	38	49	55	35													439		
	Angra Heroísmo – Madeira Pinto							87															71	77	77	99	109	53	573	
	Batalha – Aula D. João I (b)							14	15	20	22	22	24	24	21														162	
	Caldas da Rainha – Rainha D. Leonor	54	43	36	78	57	84	104	76	55	94	95	67	70	23	32	47	36	35	42	59	60	61	63	75	51	56	1553		
	Covilhã – Campos Melo (c)	51	97	77	86	94	95	109	111	109	122	151	108	133	83	67	42	65	49	47	60	32	59	58	49	45	44	2043		
	Faro – Pedro Nunes					46	68	70	99	93	112	99	135	153	120	102	105	135	99	81	96	74	81	87	118	91	79	2143		
	Funchal – A. Augusto Aguiar						197	126	53	14	35	40	40	44	45	33	31	71	65	77	85	84	156	155	177	140	175	1843		
	Lagos – Vitorino Damásio																						102	97	100	108	97	504		
	Leiria – Domingos Sequeira						90	71	81	109	75	70	179	107	177	48	21	22	46	50	45	54	36	41	39	40	53	52	1506	
	Lisboa – Rodrigues Sampaio (d)										78	317	429	487	538															1849
	Lisboa – Príncipe Real (e)												e)	e)	e)	161	216	191	204	222	265	264	256	423	659	318	578	494	4251	
	Lx – Alcântara – Marquês Pombal	42	58	63	74	165	187	298	320	263	390	331	379	366	258	265	280	315	330	351	400	430	980	965	109	118	115	10941		
	Lx – Belém – Gil Vicente	45	55	52	59	78	65	92																					446	
	Lx – Xabregas – Afonso Domingues	43	44	40	39	56	49	83	137	189	392	317	362	339	245	236	249	252	248	294	332	290	761	954	797	889	959	8596		
	Peniche – Rainha D. Maria Pia				13	39	28	16	29	23	33	22	15	11	9	8	4	2	6	8	9	6	15	13	12	13	12	346		
	Ponta Delgada – G. Velho Cabral								132	99	81			100						62	34	37	36	54	51	62	58	64	920	
	Portalegre – Fradesso Silveira	42	41	42	41	61	47	124	76	41	59	64	56	53	22	33	30	29	31	14	16	16	17	51	32	36	43	1117		
	Setúbal – Princesa D. Amélia					100	90	98	84	67	96	85	64	103	43	40	60	50	35	53	29	17	23	25	33	81	81	1357		
	Tomar – Jácome Ratton	38	47	51	56	40	95	103	77	84	75	65	48	70	33	39	30	23	16	47	29	39	24	37	29	39	33	1267		
	Torres Novas – Vitorino Damásio	48	63	60	51	53	56	56	78	67	71	45	57	46	18	21	10	14	7	17	16							854		
Viana Alentejo – Médico Sousa												53	42	45	30	19	21	13	16	21	31	25	27	34	27	27	28	459		
Circunscrição do Norte	Aveiro – Fernando Caldeira										86	107	80	130	133	108	88	82	84	95	100	96	69	72	60	81	85	1556		
	Braga – Bartolomeu dos Mártires		124	91	104	130	166	118	106	117	72	135	260	275	61	93	82	97	68	75	111	119	276	287	281	263	367	3878		
	Bragança – Infante D. Pedro					184	92	48	58	53																		435		
	Chaves – Chaves						171	63																				234		
	Coimbra – Brotero	149	106	98	101	147	198	302	373	348	279	285	283	343	211	245	323	345	336	307	340	263	339	402	509	585	777	7994		
	Figueira da Foz – Bernardino Machado					75	58	90			189	170	215	189	101	104	104	104	103	120	121	115	194	228	258	234	180	2952		
	Guimarães – Francisco Holanda	110	115	120	148	204	168	182	126	137	177	187	162	213	118	135	131	135	126	102	100	108	271	312	225	245	271	4328		
	Matosinhos – Gonçalo Zarco						88	52																					140	
	Porto – Bonfim – Faria Guimarães	143	76	57	82	131	145	117	152	193	173	175	173	226	146	148	133	128	160	159	214	170	243	216	200	194	210	4164		
	Porto – Vilar – Inf. D. Henrique (f)		544	114	115	131	160	119	254	302	221	308	357	545	378	389	359	374	382	380	403	463	470	462	477	551	624	8882		
	Viana do Castelo – Nuno Álvares					341	132	90	64	59	48	61	80	75	60	52	50	50	63	62	67	44	51	58	57	65	72	1701		
	Vila Nova Gaia – Passos Manuel	194	75	73	133	110	119	107	91	70	82	91	107	82	29	31	35	37	39	68	80	80	68	64	57	62	67	2051		
	Vila Real – D. Luís I					118	57	43	46	24	29	36	31	26	33	51	59	35	32	65	56	65	58	61	54	55	62	1096		
Viseu – Emídio Navarro																	85	79	36	48	60	51	38	54	40	27	32	550		
	TOTAL	959	1488	974	1180	2450	2686	3029	2706	2588	3302	3590	3888	4331	2464	2488	2571	2783	2672	2880	3168	3064	4975	5592	5275	5869	6158	83130		

LEGENDA:

- (a) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*)
- (b) A partir de 1898/99 as fontes estatísticas deixam de discriminar as matrículas da Aula de Desenho da Batalha, sucursal da escola de Leiria.
- (c) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola... op. cit.*)
- (d) A Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, que era municipal, passou para a dependência do Estado sob tutela do MOPCI (decreto de 06/05/1892), sendo organizada como escola técnica preparatória (decreto de 10/09/1892). No ano lectivo de 1892/93 a escola mudou de edifício, o qual necessitou de obras, pelo que as aulas só abriram em Abril e não se efectuaram exames. A partir de 1897/98 a escola torna-se em exclusivo uma escola Preparatória para os Institutos.
- (e) A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de trabalhos femininos e a partir de 1895 autonomizou-se. Um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.
- (f) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque ... op. cit.*)

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

Quadro 6.3. Evolução da taxa de feminização (%) nas matrículas das escolas (1884–1910)

IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS		1884/85	1885/86	1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	1884-1910				
	Nome																															
999	Alenquer – Damião de Góis (a)							26,6	25,5	29,7	18,3	20,8	0,0	0,0	0,0													6,5	18,1			
	Angra Heroísmo – Madeira Pinto							23,0															23,7	41,2	34,2	20,8	18,0	26,4	26,9			
	Batalha – Aula D. João I (b)							0,0	11,8	13,0	12,0	26,7	22,6	11,1	22,2														16,5			
	Caldas da Rainha – Rainha D. Leonor	0,0	4,4	12,2	4,9	6,6	1,2	8,8	7,3	14,1	13,0	10,4	14,1	10,3	8,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	11,6	10,0	8,5	17,7	17,6	8,1				
	Covilhã – Campos Melo (c)	7,3	6,7	2,5	5,5	6,9	3,1	2,7	2,6	0,9	5,4	6,8	7,7	3,6	7,8	0,0	2,3	1,5	3,9	2,1	15,5	27,3	22,4	12,1	7,5	11,8	8,3	6,5				
	Faro – Pedro Nunes						28,1	35,8	46,6	38,9	50,5	47,2	50,7	42,8	41,2	40,6	40,7	40,3	31,5	29,3	33,1	30,4	29,5	24,3	21,6	18,6	35,9	45,5	38,1			
	Funchal – A. Augusto Aguiar							7,9	22,2	26,4	0,0	37,5	16,7	11,1	10,2	6,3	13,2	11,4	7,8	12,2	12,5	15,0	25,0	47,5	40,6	31,4	30,7	27,7	26,0			
	Lagos – Vitorino Damásio																							0,0	0,0	0,0	39,7	39,4	21,0			
	Leiria – Domingos Sequeira						10,9	12,3	20,6	21,0	11,8	23,9	21,1	30,1	19,5	33,3	44,7	18,5	43,2	41,9	40,8	37,2	34,5	25,5	35,0	35,5	26,4	30,7	26,3			
	Lisboa – R. Sampaio (d)										0,0	0,0	0,0	2,8	2,2														1,4			
	Lisboa – Príncipe Real (e)												e)	e)	e)	42,1	39,7	40,1	44,4	42,5	36,3	35,1	33,2	57,3	46,4	49,3	45,8	46,8	45,2			
	Lx – Alcântara – M. Pombal	35,4	35,6	35,1	36,8	33,2	29,2	24,4	17,5	32,2	24,7	20,8	20,2	21,1	23,0	21,8	18,8	16,9	20,5	21,5	19,5	19,0	17,9	17,3	14,2	14,3	16,2	19,6				
	Lx – Belém – Gil Vicente	6,3	1,8	1,9	1,7	2,5	1,5	0,0																					2,0			
	Lx – Xabregas – A. Domingues	18,9	17,0	11,1	0,0	5,1	7,5	5,7	5,5	4,5	4,2	3,6	5,2	4,8	4,3	4,5	2,4	7,4	8,8	7,8	7,0	7,3	3,5	4,1	4,2	4,5	3,5	4,9				
	Peniche – Rainha D. Maria Pia				77,6	59,4	60,6	76,5	52,5	68,9	62,1	71,4	79,2	83,1	88,5	87,5	93,4	95,2	87,8	83,3	83,9	90,5	78,6	84,1	87,1	86,0	88,0	78,7				
	Ponta Delgada – G.V. Cabral								10,8	13,9	13,8			13,0								31,1	34,6	31,5	29,4	23,9	28,2	24,4	31,0	26,4	35,9	22,8
	Portalegre – Fradesso Silveira	0,0	14,6	22,2	22,6	15,3	11,3	5,3	2,6	8,9	43,8	33,3	18,8	30,3	42,1	31,3	26,8	35,6	41,5	61,1	55,6	52,9	57,5	40,7	45,8	42,9	38,6	26,9				
	Setúbal – Rainha D. Amélia				18,7	33,8	43,4	39,6	38,0	40,4	41,4	26,4	18,3	33,8	44,4	27,7	30,6	22,2	11,7	27,5	26,1	20,7	26,5	21,4	30,2	47,1	33,2					
	Tomar – Jácome Ratton	0,0	11,3	16,4	26,3	24,5	19,5	18,9	15,4	13,4	14,8	17,7	5,9	2,8	0,0	4,9	9,1	0,0	0,0	2,1	12,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	11,6			
	Torres Novas – Vitorino Damásio	0,0	14,9	17,8	16,4	11,7	15,2	13,8	3,7	2,9	2,7	0,0	1,7	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,5			
Viana Alentejo – Médico Sousa												0,0	31,1	23,7	41,2	53,7	47,5	45,8	46,7	34,4	18,4	13,8	22,9	27,7	37,2	30,8	28,2	30,6				
Circunscrição do Norte	Aveiro – Fernando Caldeira										0,0	0,0	0,0	3,0	0,7	10,7	4,3	7,9	3,4	5,0	9,1	11,1	13,8	7,7	7,7	5,8	0,0	5,2				
	Braga – Bartol. dos Mártires		2,4	0,0	0,0	0,8	1,2	21,3	17,2	14,0	1,4	4,9	4,1	4,5	4,7	5,1	9,9	4,0	9,3	3,8	3,5	6,3	9,2	2,0	3,8	7,4	6,1	5,9				
	Bragança – Infante D. Pedro					21,4	22,0	27,3	9,4	18,5																		20,5				
	Chaves – Chaves					13,2	11,3																					12,7				
	Coimbra – Brotero	2,0	0,0	0,0	7,3	8,7	11,6	8,2	6,3	5,9	6,1	6,9	6,6	10,7	13,9	10,6	8,0	7,3	8,2	8,6	7,6	6,7	7,1	8,2	6,3	7,0	8,5	7,6				
	Figueira da Foz – B. Machado					26,5	7,9	11,8			5,5	6,6	8,1	9,6	14,4	8,8	10,3	3,7	6,4	5,5	4,7	4,2	6,3	7,3	6,9	6,4	11,8	8,2				
	Guimarães – Francisco Holanda	27,6	30,7	21,6	12,9	15,4	21,9	14,6	20,8	18,0	15,7	13,0	3,6	4,1	11,3	6,9	9,7	10,6	7,4	8,9	8,3	5,3	6,2	10,1	6,3	6,5	2,5	11,9				
	Matosinhos – Gonçalo Zarco						0,0	0,0																					0,0			
	Porto – Bonfim – Faria Guimarães	0,7	3,8	0,0	0,0	3,0	0,7	2,5	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5			
	Porto – Vilar – I. D. Henrique (f)		2,0	0,0	0,9	0,8	1,2	2,5	0,4	4,1	6,0	5,2	5,1	4,7	7,8	11,6	13,1	16,5	14,9	14,8	12,0	8,5	7,1	7,6	6,7	4,5	3,9	7,4				
	Viana do Castelo – Nuno Álvares					3,7	9,6	7,2	3,0	1,7	4,0	7,6	3,6	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	7,4	3,1	9,5	12,0	15,0	12,1	13,6	7,1	1,4	5,6				
	Vila Nova Gaia – Passos Manuel	7,2	0,0	0,0	17,4	22,5	4,8	7,8	10,8	5,4	10,9	11,7	6,1	5,7	23,7	13,9	10,3	14,0	11,4	4,2	5,9	7,0	4,2	5,9	12,3	6,1	5,6	9,1				
	Vila Real – D. Luís I					7,8	25,0	43,4	34,3	20,0	17,1	10,0	18,4	0,0	0,0	0,0	10,6	32,7	28,9	20,7	41,7	38,7	28,4	22,8	31,6	26,7	24,4	24,2				
Viseu – Emídio Navarro																	2,3	0,0	0,0	0,0	7,7	10,5	22,4	28,0	42,9	37,2	30,4	16,0				

LEGENDA:

- (a) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. PINTO, Teresa, *O Ensino Industrial Feminino... op. cit.*).
- (b) A partir de 1898/99 as fontes estatísticas deixam de discriminar as matrículas da Aula de Desenho da Batalha, sucursal da escola de Leiria.
- (c) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola... op. cit.*).
- (d) A Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, que era municipal, passou para a dependência do Estado sob tutela do MOPCI (decreto de 06/05/1892), sendo organizada como escola técnica preparatória (decreto de 10/09/1892). No ano lectivo de 1892/93 a escola mudou de edifício, o qual necessitou de obras, pelo que as aulas só abriram em Abril e não se efectuaram exames. A partir de 1897/98 a escola torna-se em exclusivo uma escola Preparatória para os Institutos.
- (e) A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de labores femininos e a partir de 1895 autonomizou-se. Um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.
- (f) Informação procedente dos Livros de Matrículas da escola (cf. ALVES, Luís Alberto Marques, *O Porto no Arranque ... op. cit.*).

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

7. Evolução das matrículas femininas e masculinas nas oficinas e taxa de feminização (1884-1910)

Quadro 7.1. Evolução das Matrículas do sexo feminino nas oficinas (1886-1910)

ESCOLAS		1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	Total	
Circunscrição do Sul	Angra Heroísmo -- Madeira Pinto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12	17	8	5	—	42	
	Covilhã – Campos Melo	0	0	0	0	0	0	1	9	13	7	5	7	—	1	—	—	—	1	1	0	0	0	0	0	45	
	Faro – Pedro Nunes	—	—	0	0	0	—	—	51	61	68	80	57	54	44	50	40	30	23	16	22	23	25	21	26	691	
	Funchal – A. Augusto Aguiar	—	—	—	0	0	0	—	0	8	6	3	3	4	3	3	8	10	3	9	13	19	23	13	17	145	
	Lagos – Vitorino Damásio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25	25
	Leiria – Domingos Sequeira	—	—	0	21	16	28	4	21	40	24	27	4	2	0	9	10	9	16	14	11	11	8	9	14	298	
	Lisboa – Príncipe Real	—	—	—	—	—	—	—	—	—	a)	a)	78	89	85	112	87	81	107	94	68	158	80	140	116	1295	
	Lisboa – Alcântara – M. Pombal	13	10	29	24	168	90	122	119	66	64	64	51	46	45	45	58	64	53	68	54	48	46	38	44	1429	
	Lisboa – Xabreg. – A. Domingues	0	0	0	0	0	0	0	0	12	19	9	8	5	4	1	2	5	0	10	6	3	3	4	2	93	
	Peniche – Rainha D. Maria Pia	—	22	44	98	93	27	41	34	40	45	51	50	45	42	37	41	39	39	97	98	117	136	139	141	1516	
	Portalegre – Fradesso da Silveira	0	0	0	0	0	0	46	30	10	22	16	13	7	5	8	10	8	18	22	34	26	26	26	26	327	
	Setúbal – Princesa D. Amélia	—	—	26	89	175	55	41	65	60	23	23	32	32	23	22	10	2	2	1	1	2	5	35	16	740	
	Tomar – Jácome Ratton	0	0	0	0	0	0	13	16	0	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29
C. do Norte	Braga – Bartol. dos Mártires	—	—	—	—	10	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	
	Porto – Vilar – Inf. D. Henrique	—	—	—	—	—	9	13	14	14	19	25	1	6	7	4	7	6	8	5	4	3	3	2	2	152	
TOTAL		13	32	99	232	462	212	222	372	360	285	309	307	296	261	288	271	256	260	333	311	435	363	432	429	6840	

LEGENDA:

(a) A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de trabalhos femininos e a partir de 1895 autonomizou-se. Um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

Quadro 7.2. Evolução das Matrículas do sexo masculino nas oficinas (1886-1910)

ESCOLAS		1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	Total	
Circunscrição do Sul	Alenquer – Damião de Góis	—	—	—	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	
	Angra Heroísmo – Madeira Pinto	—	—	—	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0	0	0	0	—	9	
	Caldas – Rainha D. Leonor	12	11	7	31	16	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	87
	Covilhã – Campos Melo	12	17	15	23	14	12	13	11	10	14	10	0	—	0	—	—	—	0	0	8	6	10	6	5	186	
	Faro – Pedro Nunes	0	0	11	9	14	0	0	20	25	26	24	18	24	25	16	20	22	13	18	14	12	6	4	16	337	
	Funchal – A. Augusto Aguiar	—	—	—	19	14	14	—	11	10	7	7	5	4	3	11	11	9	2	3	3	4	3	0	1	141	
	Leiria – Domingos Sequeira	—	—	4	8	17	13	15	38	26	20	16	1	0	—	32	21	2	4	3	2	0	0	0	0	222	
	Lisboa – Príncipe Real	—	—	—	—	—	—	—	—	a)	a)	0	25	24	30	21	30	24	23	24	27	14	23	16	281		
	Lisboa – Alcântara – M. Pombal	0	0	0	0	18	31	23	165	102	125	125	84	78	58	102	88	112	73	126	142	144	117	109	75	1897	
	Lisboa – Belém – Gil Vicente	11	9	7	9	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	41
	Lisboa – Xabreg. – A. Domingues	13	12	11	10	16	0	4	3	100	123	223	24	31	36	11	13	27	0	27	25	37	67	59	36	908	
	Ponta Delgada – G. Velho Cabral	—	—	—	—	5	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4	0	2	4	7	10	4	—	47
	Portalegre – Fradesso Silveira	10	14	17	21	15	9	—	21	34	24	16	9	11	11	5	5	4	4	8	13	19	25	28	32	355	
	Tomar – Jácome Ratton	5	10	8	13	24	0	0	7	6	9	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	104
	Torres Novas – Vitorino Damásio	8	11	19	17	15	13	9	0	17	14	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	135
Viana Alentejo – Médico Sousa	—	—	—	—	—	—	—	—	13	12	13	9	6	5	4	5	3	3	4	1	2	1	3	2	—	86	
C.N.	Coimbra – Brotero	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	40	24	33	103	
TOTAL		71	84	99	160	198	112	64	276	343	374	468	150	179	162	211	185	213	123	214	236	258	293	260	216	4949	

LEGENDA:

(a) A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de labores femininos e a partir de 1895 autonomizou-se. Um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

Quadro 7.3. Evolução da taxa de feminização (%) nas matrículas nas oficinas (1886-1910)

ESCOLAS		1886/87	1887/88	1888/89	1889/90	1890/91	1891/92	1892/93	1893/94	1894/95	1895/96	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03	1903/04	1904/05	1905/06	1906/07	1907/08	1908/09	1909/10	1886 a 1910			
Circunscrição do Sul	Alenquer – Damião de Góis					0,0																				0,0			
	Angra Heroísmo – Madeira Pinto					0,0															100,0	100,0	100,0	100,0			82,4		
	Caldas – Rainha D. Leonor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																				0,0		
	Covilhã – Campos Melo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1	45,0	56,5	33,3	33,3	100,0															19,5	
	Faro – Pedro Nunes			0,0	0,0	0,0			71,8	70,9	72,3	76,9	76,0	69,2	63,8	75,8	66,7	57,7	63,9	47,1	61,1	65,7	80,6	84,0	61,9	67,2		67,2	
	Funchal – A. Augusto Aguiar				0,0	0,0	0,0		0,0	44,4	46,2	30,0	37,5	50,0	50,0	21,4	42,1	52,6	60,0	75,0	81,3	82,6	88,5	100,0	94,4	50,7		50,7	
	Lagos – Vitorino Damásio																									100,0	100,0		
	Leiria – Domingos Sequeira			0,0	72,4	48,5	68,3	21,1	35,6	60,6	54,6	62,8	80,0	100,0			22,0	32,3	81,8	80,0	82,4	84,6	100,0	100,0	100,0	100,0	57,3		
	Lisboa – Príncipe Real											a)	a)	100,0	78,1	78,0	78,9	80,6	73,0	81,7	80,3	73,9	85,4	85,1	85,9	87,9	82,2		
	Lisboa – Alcântara – Marquês Pombal	100,0	100,0	100,0	100,0	90,3	74,4	84,1	41,9	39,3	33,9	33,9	37,8	37,1	43,7	30,6	39,7	36,4	42,1	35,1	27,6	25,0	28,2	25,9	37,0	43,0			
	Lisboa – Belém – Gil Vicente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																						0,0	
	Lisboa – Xabregas Afonso Domingues	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,7	13,4	3,9	25,0	13,9	10,0	8,3	13,3	15,6	0,0	27,0	19,4	7,5	4,3	6,3	5,3	9,3			
	Peniche – Rainha D. Maria Pia		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Ponta Delgada – Gonçalo Velho Cabral					0,0	0,0											0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Portalegre – Fradesso Silveira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		68,7	46,9	29,4	57,9	64,0	54,2	38,9	50,0	61,5	71,4	66,7	69,2	62,9	64,2	51,0	48,1	44,8	47,9		47,9	
	Setúbal – Princesa D. Amélia			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Tomar – Jácome Rattton	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	65,0	72,7	0,0	0,0																21,8	
	Torres Novas – Vitorino Damásio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																0,0	
Viana Alentejo – Médico Sousa										0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
C. do Norte	Braga – Bartolomeu dos Mártires				100,0	100,0																					100,0		
	Coimbra – Brotero				0,0																			0,0	0,0	0,0	0,0		
	Porto – Vilar – Inf. D. Henrique					100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Taxa de feminização por ano		15,5	27,6	50,0	59,2	70,0	65,4	77,6	57,4	51,2	43,2	39,8	67,2	62,3	61,7	57,7	59,4	54,6	67,9	60,9	56,9	62,8	55,3	62,4	66,5	58,0			

LEGENDA:

(a) A escola industrial do Príncipe Real foi, entre 1893 e 1895, uma secção da escola Rodrigues Sampaio, com uma oficina de labores femininos e a partir de 1895 autonomizou-se. Um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)...* op. cit.; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)...* op. cit.; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)...* op. cit.; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

8. Fichas por escola: matrículas nas oficinas (1886-1910)

Circunscrição do Sul

Alenquer

	Madeira		Torno	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/A	M/O			
1890/91	5	4	1	10	0	0,0

LEGENDA: M/O – Sexo Masculino/Operários; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes.

Angra do Heroísmo

	Rendas	Lavores Femininos	TOTAL	Ourivesaria	Madeira		Torno	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	F	F	M/A	M/O	M/A	M/O			
1890/91					5	3	1	9	0	0,0
1891/92										
1892/93										
1893/94										
1894/95										
1895/96										
1896/97										
1897/98										
1898/99										
1899/00										
1900/01										
1901/02										
1902/03										
1903/04										
1904/05										
1905/06		12	12					12	12	100,0
1906/07	6	11	17					17	17	100,0
1907/08		X	8					8	8	100,0
1908/09		X	5					5	5	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Caldas da Rainha

	Madeira		Cerâmica			Operários	Aprendizes	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/A	M/O	M/A	M/V	M	M			
1886/87			5		7			12	0	0,0
1887/88			6		5			11	0	0,0
1888/89			3	4				7	0	0,0
1889/90	7	4	17	3				31	0	0,0
1890/91	6	4	3	3				16	0	0,0
1891/92						7	3	10	0	0,0

LEGENDA: M/O – Sexo Masculino/Operários; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/V - Sexo Masculino /Voluntários.

Covilhã

	Lavores Femininos	Ourivesaria	Madeira		Torno		Tecelagem		Tinturaria		Operários/as		Aprendizes	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F		M/A	M/O	M/A	M/O	M/A	M/O	M/A	F	M	M				
1886/87			2	4	1	3			1	1				12	0	0,0
1887/88			3		1	3	5	2	3					17	0	0,0
1888/89			3			7			5					15	0	0,0
1889/90			2		1	6	5	2	7					23	0	0,0
1890/91			2		1	4	2		5					14	0	0,0
1891/92											1	11		12	0	0,0
1892/93										1	13			14	1	7,1
1893/94										9	11			20	9	45,0
1894/95										13	10			23	13	56,5
1895/96										7	14			21	7	33,3
1896/97										5	10			15	5	33,3
1897/98										7				7	7	100,0
1898/99																
1899/00										1				1	1	100,0
1900/01																
1901/02																
1902/03																
1903/04	1													1	1	100,0
1904/05	1													1	1	100,0
1905/06							8							8	0	0,0
1906/07							6							6	0	0,0
1907/08							10							10	0	0,0
1908/09							6							6	0	0,0
1909/10							5							5	0	0,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Faro

	Lavores Femininos	Madeira		Torno	Carpintaria	Aprendizes/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	M/O	M/A	M/O	M	F	M			
1888/89		5	6					11	0	0,0
1889/90		9						9	0	0,0
1890/91		3	8	3				14	0	0,0
1891/92										
1892/93										
1893/94						51	20	71	51	71,8
1894/95						61	25	86	61	70,9
1895/96						68	26	94	68	72,3
1896/97						80	24	104	80	76,9
1897/98						57	18	75	57	76,0
1898/99						54	24	78	54	69,2
1899/00						44	25	69	44	63,8
1900/01	50				16			66	50	75,8
1901/02	40				20			60	40	66,7
1902/03	30				22			52	30	57,7
1903/04	23				13			36	23	63,9
1904/05	16				18			34	16	47,1
1905/06	22				14			36	22	61,1
1906/07	23				12			35	23	65,7
1907/08	25				6			31	25	80,6
1908/09	21				4			25	21	84,0
1909/10	26				16			42	26	61,9

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; M/O – Sexo Masculino/Operários; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes.

Funchal

	Madeira	Torno	Marcenaria e Entalhador	Carpintaria	Lavores Femininos	Aprendizes/as		Operários	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/O	M	M	F	F	M	M			
1889/90	18	1							19	0	0,0
1890/91	12	2							14	0	0,0
1891/92							4	10	14	0	0,0
1892/93											
1893/94							11		11	0	0,0
1894/95						8	10		18	8	44,4
1895/96						6	7		13	6	46,2
1896/97						3	7		10	3	30,0
1897/98						3	5		8	3	37,5
1898/99						4	4		8	4	50,0
1899/00						3	3		6	3	50,0
1900/01			X	X	3				14	3	21,4
1901/02			X	X	8				19	8	42,1
1902/03			1	8	10				19	10	52,6
1903/04			X	X	3				5	3	60,0
1904/05			1	2	9				12	9	75,0
1905/06			0	3	13				16	13	81,3
1906/07			3	1	19				23	19	82,6
1907/08			3	0	23				26	23	88,5
1908/09			0	0	13				13	13	100,0
1909/10			1	0	17				18	17	94,4

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Lagos

	Lavores Femininos	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F			
1909/10	25	25	25	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino.

Leiria

	Costura	Bordados	Rendas	Lavores Femininos	Ourivesaria	Madeira	Torno	Pintura Decorativa	Carpintaria	Aprendizes/as		Operários/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F/V	F/V	F/O	F	M/A	M/O	M/O	M/V	M	F	M	F	M			
1888/89						3	1							4	0	0,0
1889/90	10	10	1			6	2							29	21	72,4
1890/91	8	8				8	3	6						33	16	48,5
1891/92										17	1	11	12	41	28	68,3
1892/93										4	15			19	4	21,1
1893/94										21	38			59	21	35,6
1894/95										40	26			66	40	60,6
1895/96										24	20			44	24	54,6
1896/97										27	16			43	27	62,8
1897/98										4	1			5	4	80,0
1898/99										2	0			2	2	100,0
1899/00																
1900/01				9					32					41	9	22,0
1901/02				10					21					31	10	32,3
1902/03				9					2					11	9	81,8
1903/04				16					4					20	16	80,0
1904/05				14					3					17	14	82,4
1905/06				11					2					13	11	84,6
1906/07				11					0					11	11	100,0
1907/08				8					0					8	8	100,0
1908/09				9					0					9	9	100,0
1909/10				14					0					14	14	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; F/V – Sexo Feminino/ Voluntárias; F/O – Sexo Feminino/Operárias; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários; M/V – Sexo Masculino/Voluntários.

Lisboa – Alcântara – Escola Marquês de Pombal (1886-1910)

	Costura	Bordados	Pintura	Couro e flores	Lavores Femininos	Ourivesaria	Madeira		Tomo	Pintura Decorativa		Encadernação		Marcenaria e Entalhador	Carpintaria	Serralharia	Aprendizes/as		Operários/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %		
	F/V	F/V	F/V	F/V	F	M/A	M/O	M/A	M/O	F	M	F	M	M	M	M	F	M	F	M					
1886/87	X	X																				13	13	100,0	
1887/88	X	X																					10	10	100,0
1888/89	X	X	6																				29	29	100,0
1889/90	11	5	8																				24	24	100,0
1890/91	68	68	9	23		14	1	2	1														186	168	90,3
1891/92	X	X	X	X			X	X	X									89	26	1	5		121	90	74,4
1892/93																		122	23				145	122	84,1
1893/94																		119	165				284	119	41,9
1894/95																		66	102				168	66	39,3
1895/96																		64	125				189	64	33,9
1896/97																		64	125				189	64	33,9
1897/98																		51	84				135	51	37,8
1898/99																		46	78				124	46	37,1
1899/00																		45	58				103	45	43,7
1900/01					X					X	X	X	X	X	X	X							147	45	30,6
1901/02					X					X	X	X	X	X	X	X							146	58	39,7
1902/03					57					7	12	0	4	15	30	51							176	64	36,4
1903/04					X					X	X	X	X	X	X	X							126	53	42,1
1904/05					65					3	10	0	8	14	41	53							194	68	35,1
1905/06					45					7	11	2	3	16	60	52							196	54	27,6
1906/07					41					5	9	2	6	20	45	64							192	48	25,0
1907/08					X					X	X	X	X	X	X	X							163	46	28,2
1908/09					X					X	X	X	X	X	X	X							147	38	25,9
1909/10					32					10	5	2	0	12	15	43							119	44	37,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; F/V – Sexo Feminino/ Voluntárias; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Lisboa – Belém – Escola Gil Vicente

	Madeira		Torno	Pedra		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/A	M/O	M/O	M/A			
1886/87	5			6		11	0	0,0
1887/88	2	2		4	1	9	0	0,0
1888/89	4			2	1	7	0	0,0
1889/90	2		2	5		9	0	0,0
1890/91	3		1	1		5	0	0,0

LEGENDA: M/O – Sexo Masculino/Operários; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes.

Lisboa – Escola do Príncipe Real

	Lavores Femininos	Ourivesaria Cizelaria	Operários	Aprendizes	Voluntários/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	M	M	M	F	M			
1895/96					X*		X*	X*	X*
1896/97					X*		X*	X*	X*
1897/98					78		78	78	100,0
1898/99			25		89		114	89	78,1
1899/00			20	1	85	3	109	85	78,0
1900/01	112	30					142	112	78,9
1901/02	87	21					108	87	80,6
1902/03	81	30					111	81	73,0
1903/04	107	24					131	107	81,7
1904/05	94	23					117	94	80,3
1905/06	68	24					92	68	73,9
1906/07	158	27					185	158	85,4
1907/08	80	14					94	80	85,1
1908/09	140	23					163	140	85,9
1909/10	116	16					132	116	87,9

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; * A escola industrial do Príncipe Real autonomizou-se a partir de 1895 da Escola Rodrigues Sampaio, mantendo a oficina de Lavores Femininos já existente, mas um incêndio destruiu os dados de matrículas até ao ano lectivo de 1897/98.

Lisboa – Xabregas – Escola Afonso Domingues

	Lavores Femininos	Madeira	Torno	Metal	Pintura Decorativa		Carpintaria	Serralharia	Aprendizes/as		Voluntários/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	M/O	M/O	M/O	M/V	M	M	M	F	M	F	M			
1886/87		2	2	4	5								13	0	0,0
1887/88		4	1	2	5								12	0	0,0
1888/89		3	2	2	4								11	0	0,0
1889/90		2	2	2	4								10	0	0,0
1890/91		4	1	8	3								16	0	0,0
1891/92													0	0	—
1892/93												4	4	0	0,0
1893/94												3	3	0	0,0
1894/95									12	41		59	112	12	10,7
1895/96									17	50	2	73	142	19	13,4
1896/97									9	57		166	232	9	3,9
1897/98									8	24			32	8	25,0
1898/99									5	31			36	5	13,9
1899/00									4	36			40	4	10,0
1900/01	1					X	X	X					12	1	8,3
1901/02	2					X	X	X					15	2	13,3
1902/03	5					3	12	12					32	5	15,6
1903/04													0	0	—
1904/05	10					8	19	0					37	10	27,0
1905/06	6					7	12	6					31	6	19,4
1906/07	3					10	13	14					40	3	7,5
1907/08	3					X	X	X					70	3	4,3
1908/09	4					X	X	X					63	4	6,3
1909/10	2					7	13	16					38	2	5,3

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; M/O – Sexo Masculino/Operários; M/V – Sexo Masculino/ Voluntários.

Peniche

	Costura	Boroados	Rendas		Lavores Femininos	Operárias	Aprendizas	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F/V	F/V	F/O	F/A	F	F	F			
1887/88			6	16				22	22	100,0
1888/89			24	20				44	44	100,0
1889/90	35	35	25	3				98	98	100,0
1890/91	32	32	29	0				93	93	100,0
1891/92						24	3	27	27	100,0
1892/93						20	21	41	41	100,0
1893/94						11	23	34	34	100,0
1894/95						39	1	40	40	100,0
1895/96						34	11	45	45	100,0
1896/97						32	19	51	51	100,0
1897/98						32	18	50	50	100,0
1898/99						29	16	45	45	100,0
1899/00						27	15	42	42	100,0
1900/01			37					37	37	100,0
1901/02			41					41	41	100,0
1902/03			39					39	39	100,0
1903/04			39					39	39	100,0
1904/05			42	55				97	97	100,0
1905/06			44	54				98	98	100,0
1906/07			50	67				117	117	100,0
1907/08			X	X				136	136	100,0
1908/09			X	X				139	139	100,0
1909/10			88	53				141	141	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; F/V – Sexo Feminino/ Voluntárias; F/O – Sexo Feminino/Operárias; F/A – Sexo Feminino/Aprendizas.

Ponta Delgada

	Madeira	Torno	Marcenaria e Entalhador	Operários	Aprendizes	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/O	M	M	M			
1890/91	4	1				5	0	0,0
1891/92	X	X		3	7	10	0	0,0
1892/93								
1893/94								
1894/95								
1895/96								
1896/97								
1897/98								
1898/99								
1899/00								
1900/01								
1901/02			1			1	0	0,0
1902/03			4			4	0	0,0
1903/04			0			0	0	—
1904/05			2			2	0	0,0
1905/06			4			4	0	0,0
1906/07			7			7	0	0,0
1907/08			10			10	0	0,0
1908/09			4			4	0	0,0

LEGENDA: M – Sexo Masculino; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Portalegre

	Lavores Femininos	Madeira		Torno	Metal		Fundição de metal		Instrumentos de precisão		Carpintaria	Serralharia	Aprendizes/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	M/O	M/A	M/O	M/O	M/A	M/O	M/A	M/O	M/A	M	M	F	M			
1886/87		3	2	2	2	1									10	0	0,0
1887/88		1	8	2	2	1									14	0	0,0
1888/89		2	11	2	1	1									17	0	0,0
1889/90		3	13	2	2	1									21	0	0,0
1890/91		3	2	1	1	2	1	2	1	2					15	0	0,0
1891/92														9	9	0	0,0
1892/93																	
1893/94													46	21	67	46	68,7
1894/95													30	34	64	30	46,9
1895/96													10	24	34	10	29,4
1896/97													22	16	38	22	57,9
1897/98													16	9	25	16	64,0
1898/99													13	11	24	13	54,2
1899/00													7	11	18	7	38,9
1900/01	5										5				10	5	50,0
1901/02	8										5				13	8	61,5
1902/03	10										4				14	10	71,4
1903/04	8										X	X			12	8	66,7
1904/05	18										4	4			26	18	69,2
1905/06	22										6	7			35	22	62,9
1906/07	34										6	13			53	34	64,2
1907/08	26										X	X			51	26	51,0
1908/09	26										X	X			54	26	48,1
1909/10	26										15	17			58	26	44,8

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Setúbal

	Costura	Bordados	Rendas		Aprendizas	Voluntárias	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F/V	F/V	F/O	F/A	F	F			
1888/89		20	2	4			26	26	100,0
1889/90	43	43	1	2			89	89	100,0
1890/91	70	70	2	33			175	175	100,0
1891/92					55		55	55	100,0
1892/93						41	41	41	100,0
1893/94						65	65	65	100,0
1894/95						60	60	60	100,0
1895/96						23	23	23	100,0
1896/97						23	23	23	100,0
1897/98						32	32	32	100,0
1898/99						32	32	32	100,0
1899/00						23	23	23	100,0
1900/01			22				22	22	100,0
1901/02			10				10	10	100,0
1902/03			2				2	2	100,0
1903/04			2				2	2	100,0
1904/05			1				1	1	100,0
1905/06			1				1	1	100,0
1906/07			2				2	2	100,0
1907/08			5				5	5	100,0
1908/09			35				35	35	100,0
1909/10			16				16	16	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; F/V – Sexo Feminino/Voluntárias; F/O – Sexo Feminino/Operárias; F/A – Sexo Feminino/Aprendizas.

Tomar

	Madeira		Torno	Metal		Aprendizes/as		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/A	M/O	M/O	M/A	F	M			
1886/87	2	3						5	0	0,0
1887/88	3	7						10	0	0,0
1888/89	3	5						8	0	0,0
1889/90	2	9	2					13	0	0,0
1890/91	8	7	2	4	3			24	0	0,0
1891/92								0	0	—
1892/93								0	0	—
1893/94						13	7	20	13	65,0
1894/95						16	6	22	16	72,7
1895/96							9	9	0	0,0
1896/97							22	22	0	0,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários

Torres Novas

	Madeira		Torno	Pedra		Operários	Aprendizes	Voluntários	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M/O	M/A	M/O	M/O	M/A	M	M	M			
1886/87	8								8	0	0,0
1887/88	4	7							11	0	0,0
1888/89	6	7		4	2				19	0	0,0
1889/90	3	7	2	2	3				17	0	0,0
1890/91	4	6		2	3				15	0	0,0
1891/92						7	6		13	0	0,0
1892/93						2	3	4	9	0	0,0
1893/94									0	0	—
1894/95						7	4	6	17	0	0,0
1895/96						6	4	4	14	0	0,0
1896/97						3	3	6	12	0	0,0

LEGENDA: M – Sexo Masculino; M/A – Sexo Masculino/Aprendizes; M/O – Sexo Masculino/Operários.

Viana do Alentejo

	Cerâmica	Operários	Aprendizes	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M	M	M			
1894/95		2	11	13	0	0,0
1895/96		3	9	12	0	0,0
1896/97		4	9	13	0	0,0
1897/98		3	6	9	0	0,0
1898/99		1	5	6	0	0,0
1899/00		1	4	5	0	0,0
1900/01	4			4	0	0,0
1901/02	5			5	0	0,0
1902/03	3			3	0	0,0
1903/04	3			3	0	0,0
1904/05	4			4	0	0,0
1905/06	1			1	0	0,0
1906/07	2			2	0	0,0
1907/08	1			1	0	0,0
1908/09	3			3	0	0,0
1909/10	2			2	0	0,0

LEGENDA: M – Sexo Masculino.

Circunscrição do Norte

Braga

	Lares Femininos		TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	F/A			
1890/91	10		10	10	100,0
1891/92		3	3	3	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; F/A – Sexo Feminino/Aprendizas.

Coimbra

	Cerâmica	Marcenaria e Entalhador	Formador/ Estucador	Serralharia	Gravura em Metal	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	M	M	M	M	M			
1890/91					6	6	0	0,0
1891/92								
1892/93								
1893/94								
1894/95								
1895/96								
1896/97								
1897/98								
1898/99								
1899/00								
1900/01								
1901/02								
1902/03								
1903/04								
1904/05								
1905/06								
1906/07								
1907/08	X	X	0	X		40	0	0,0
1908/09	X	X	0	X		24	0	0,0
1909/10	2	15	0	16		33	0	0,0

LEGENDA: M – Sexo Masculino.

Porto – Vilar – Escola Infante D. Henrique

	LAVORES FEMININOS		Aprendizas	TOTAL	Total Feminino	Taxa Feminização %
	F	F/A	F			
1891/92		9		9	9	100,0
1892/93			13	13	13	100,0
1893/94			14	14	14	100,0
1894/95			14	14	14	100,0
1895/96			19	19	19	100,0
1896/97			25	25	25	100,0
1897/98			1	1	1	100,0
1898/99			6	6	6	100,0
1899/00			7	7	7	100,0
1900/01	4			4	4	100,0
1901/02	7			7	7	100,0
1902/03	6			6	6	100,0
1903/04	8			8	8	100,0
1904/05	5			5	5	100,0
1905/06	4			4	4	100,0
1906/07	3			3	3	100,0
1907/08	3			3	3	100,0
1908/09	2			2	2	100,0
1909/10	2			2	2	100,0

LEGENDA: F – Sexo Feminino; F/A – Sexo Feminino/Aprendizas..

FONTES: BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1885-1887, 1888-1889, 1890-1891)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Sul (1886-1888, 1889-1890)... op. cit.*; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1884-1892)... op. cit.*; Anais de Estatística, vol. II, Série II, Instrução Pública, nº 1 - Estatística do Ensino Comercial e Industrial (1854-1893), Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Portugal, Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuário Estatístico de Portugal. 1892, 1900, 1903, 1904-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1908; Portugal, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Estatística, 4ª Repartição - Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal. 1906-1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914; *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, II Série (1895-1900).

9. Dados escolares e profissionais das professoras e mestras das escolas

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obssevações
Albertina de Sousa Pedroso e Mota	Campos Mello	Covilhã	1895/1997	mestra	Costura e Bordados	27.02.1895	casada; resid Covilhã		candidatou-se a vaga na escola (25/02/95); 1897 confirmada como professora auxiliar de Lvores Femininos com 300\$000/ano - Tabela de 1897.
			1897/1898	mestra	Costura e Bordados		casada; resid Covilhã	1897 confirmada; 1898 professora auxiliar de Lvores Femininos com 300\$000/ano - Tabela de 1897.	
			1898/1916	mestra	Costura e Bordados		casada; resid Covilhã	pode ter continuado.	
Albina Cândida Pereira Magro	Braga	Braga	1889/1890	mestra	Lvores	16.08.1889			oficina criada em Agosto de 1889; Regulamento da oficina - portaria 02/05/1890.
			1890/1891	mestra	Lvores			oficina inaugurada em 07/01/1891.	
			1891/1892	mestra	Lvores			transferida para o Porto em 12/91; só houve 3 matrículas em Braga.	
	Infante D. Henrique	Porto	1891/1893	mestra	Lvores			transferida de Braga em 12/91; iniciou em finais de Maio de 1892 o curso de Lvores Femininos; substituída por Carolina A. Lima.	
Ana de Jesus Almeida	Fradesso da Silveira	Portalegre	1887/1888	aluna					prémio honorífico (Desenho de Elementos completo); participou na Exposição de 1888.
			1889/1890	aluna					expôs na Exposição do Museu Industrial em 1889/90.
			1893/1894	mestra	Costura	01.12.1893			proposta pelo inspector em 14/11/93; 12\$000/mês; pede demissão em 01/94; substituída por M ^a Amélia R. Bento.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Ana de Jesus Almeida	Fradesso da Silveira	Portalegre	1897/1898	mestra	Costura				contratada de novo como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.
			1898/1910	mestra	Lavores Femininos				pode ter continuado.
Augusta das Dores Ornellas	Ant Augusto Aguiar	Funchal	1893/1897	mestra	Costura e Corte, Bordados	01.12.1993			proposta pelo inspector em 24/07/1893; nomeada com 20\$000/mês.
			1897/1898	mestra	Costura e Corte, Bordados				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.
			1898/1910	mestra	Costura e Corte, Bordados				pode ter continuado.
Augusta Hermínia Abranches	Príncipe Real	Lisboa	1900/1901	ajudante	Lavores Femininos				só há registo deste ano.
Beatriz Lourenço			1906/1910	decuriã	Lavores Femininos				pode ter continuado.
Benvinda da Conceição Exposição Fernandes	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1887/1889	aluna			22 anos	rendeira	1888 prémio de 10\$000 (rendas) e expôs na Nacional; 1889 prémio honorífico (Rendas).
			1889/1890	aluna			24 anos em 1890	3 anos freq escola	1889 prémio 11\$000 (Rendas) + dintinção (Lavores Femininos); expôs no Museu Industrial; 14 valores no último exame.
			1890/1891	aluna			26 anos em 1891	rendeira	1890 prémio honorífico (Desenho Ornamental) + 10\$000 (Rendas).

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Benvinda da Conceição Fernandes	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1892/1897	mestra	Rendas	11.01.1893			9\$000/mês; 12\$000/mês em 11/93; 18\$000/mês 12/93 (gratificação por desdobramento da oficina).
			1897/1898	mestra	Rendas			confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.	
			1898/1928	mestra	Rendas			pode ter continuado; entre Fevereiro e Abril de 1928 dirigiu interinamente a escola.	
Carolina da Assunção Lima 1885),	Infante D. Henrique	Porto	1893/1894	mestra	Lavores	19.12.1893	n. 26.04.1862;	Esc Normal Lx	foi professora primária no Asilo da Ajuda (1884-1885),
			1894/1897	mestra	Femininos, Costura		solteira	e Port em Massarelos-Porto (1886?-1891), na Anadia-Aveiro (1891-1893).	
			1897/1898	mestra	Lavores Femininos, Costura,			requer acumulação do curso de Bordadeira em 19/09/95.	
			1898/1910	mestra	Lavores Femininos			confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.	
Elisa da Conceição Paninho Rigoroso	Rainha D. Amélia	Setúbal	1889/1890	aluna			19 anos em 1890	professora	dois prémios honoríficos (Desenho Geométrico e Costura/Corte/Bordados) e expôs no Museu Industrial.
			1890/1891	aluna				professora	1891 - 15 valores no último exame / prémio expôs no Museu Industrial.
honorífico;	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1893/1897	mestra	Costura e Corte, Bordados				proposta pela Directora em 30/09/93; inspector insiste; contratada em 12/93 com 18\$000/mês.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Elisa da Conceição Paninho	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1897/1898	mestra	Rendas				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.
			1898/1928	mestra	Rendas				pode ter continuado; entre Abril e Outubro de 1928 dirigiu interinamente a escola.
Elvira Barreto de Figueiredo Aquarela + Perdigão	Domingos Sequeira	Leiria	1890/1891	aluna				professora	prémios honoríficos: Desenho Ornamental a Lavores Femininos.
			1893/1897	mestra	Costura				12\$000/mês em 01/94; pede 30 dias de licença em 31/08/95 e 20/08/96.
			1897/1898	mestra	Costura				confirmada como mestra adida (Decreto 1897).
			1898/1903	mestra	Costura				1904/05 professora na Escola de Habilitação para o Magistério Primário de Leiria.
Etelvina Augusta da Paz Assunção (Guizado)	Marquês de Pombal	Lisboa	1887/1888	aluna			n.	13/12/1869	prémio 8\$000 (Desenho Geométrico rigor) + distinção (Desenho Ornamental); aluna de João Hilário Pinto Almeida; expôs em 1888.
	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1888/1889	professora + mestra	Desenho, Rendas	28.11.1888			coadjuvante da professora de Desenho com 20\$000/mês.
			1889/1891	professora + directora	Desenho+directora escola e oficina	17.08.1889			45\$000/mês; 05/10/89 gratificação de 90\$000 como Directora de Oficina.
			1891/1892	mestra + directora ofic	Rendas				Francisco Gil dirige a escola de 10/91 a 11/92.

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Etelvina Augusta da Paz Assunção (Guizado)	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1892/1896	professora + directora esc	Desenho+directora escola e oficina	15.11.1892			regência da escola com 1\$500/dia.
			1896/1897	professora + directora esc	Desenho+directora escola e oficina			confirmada como Directora e professora auxiliar com 540\$000; rege 4ª disciplina; é do quadro.	
			1897/1898	professora + directora esc	Desenho+directora escola e oficina			confirmada professora efectiva com 600\$000/ano - Tabela de 1897.	
			1898/1928	professora + directora esc	Desenho+directora escola e oficina		morre em 26.01.1928	Exposição Universal Paris 1900 - medalha de prata (dirige a escola).	
Etelvina Rebelo	Príncipe Real	Lisboa	1906/1910	ajudante	Lavores Femininos			pode ter continuado.	
Gabriela Celestina Faria de Magalhães	Jacome Rattton	Tomar	1895	candidata	Costura e Corte			pede para ser nomeada por estar vago o lugar em 16/09/95; era aluna da escola.	
Ida Amélia Garcia	Príncipe Real	Lisboa	1900/1901	mestra e ajudante	Lavores Femininos			só há registo neste ano.	
Inácia Rosa Cardoso Tavares	Jacome Rattton	Tomar	1895	candidata	Costura e Corte			pede para ser nomeada por estar vago o lugar em 08/11/95.	
Joaquina Aurélia Baptista Rigoroso); Guerreiro	Marquês de Pombal	Lisboa	1886/1887	aluna			33 anos em 1887	professora es prim	premiada com 7\$000 (Desenho Geométrico aluna de João Hilário Pinto Almeida.
			1887/1888	mestra	Lavores Femininos	20.09.1887		com 10\$000 mensais.	

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações	
Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro	Jácome Raton	Tomar	1888	professora	reger curso Desenho	15.03.1888			substituição de professor doente; 1\$500 diários.	
	Rainha D. Amélia	Setúbal	1888/1889	professora + directora ofic	Desenho + directora oficina	26.07.1888			Dec 26/07/1888, DG nº185,16/08; Desp 13/10/88 para gratificação de 90\$000 como Directora da Oficina de Liores Femininos.	
			1889	professora + directora ofic	Desenho + directora oficina	25.06.1889			Desp 25/06/89 - prémio de 100\$000 anual ao professor de desenho de maior zelo e aptidão pelo serviço.	
			1889/1890	professora definitiva	Desenho + directora oficina	22.05.1890			Directora da Oficina de Liores Femininos (05/10/89) com 90\$000/mês; professora de Desenho definitiva (22/05/90).	
			1890/1891	professora + directora esc	professora+directora escola + juris	15.09.1890			Desp 15/09/90 nomeia-a Directora da escola; elemento de júris de exames em escolas industriais.	
			1891/1892	professora + directora	professora+directora escola + juris				Desp 01/09/91 90\$000 como Directora de Oficina; elemento do júri de exames de desenho de instrução secundária (M Reino).	
			1892/1897	professora + directora	professora+directora escola + juris		casou 1893 apelido Henriques			elemento de júris de exame em escolas industriais.
			1897/1907	professora + directora	professora+directora escola + juris					confirmada Directora e professora do quadro com 600\$000/ano - Tabela de 1897; 1900 medalha de prata na Exposição Universal.
Laura Gonçalves	Pedro Nunes	Faro	1893/1897	mestra	Liores Femininos				início da oficina em 1893/94.	
			1897/1898	mestra	Liores Femininos				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.	

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Laura Gonçalves	Pedro Nunes	Faro	1898/1910	mestra	Lavores Femininos				pode ter continuado.
Ludovina d'Oliveira	Príncipe Real	Lisboa	1906/10	decuriã	Lavores Femininos				pode ter continuado.
Maria Amália Reis Bentes	Fradesso da Silveira	Portalegre	1893/1897	mestra	Costura e Corte		viúva	costureira-modista	contratada em 01/1894 com 12\$000/mês.
			1897/1908	mestra	Costura e Corte				confirmada como mestra adida (decreto 1897).
	Vitorino Damásio	Lagos	1908/1910	mestra	Costura e Corte				colocada como mestra do quadro; terá continuado.
Maria Amélia da Conceição Sousa	Jacome Rattton	Tomar	1889/1891	aluna			33 anos		1889/90- prémio honorífico de Desenho Ornamental; expós no Museu Industrial; 1890/91 - distinção em Desenho de Figura.
			1895	candidata	Costura e Corte				pede para ser nomeada por estar vago o lugar em 13/11/95.
Maria Augusta de Protes Bordalo Pinheiro	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1887/1888	professora	professora	01.09.1887			DG 03/10/1887, nomeação provisória por 2 anos.
			1888/1889	professora	professora + directora oficina				Desp 21/11/1888 gratificação de 90\$000 anuais em 88/89 por dirigir a oficina.
			1889	professora	professora + directora de oficina				Desp 26/07/89 encarrega-a de visitar escolas industriais em França e Bélgica com a gratificação de 270\$000; portaria 14/08/89 dispensa serv escola Peniche.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obssevações
Maria Augusta de Prostés Bordalo Pinheiro	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1891	professora					Desp 03/09/1891 tem de optar: Peniche ou Asilo Nª Sª Conceição sem vencimento pelo MOP; exonerada por Dec 08/10/91.
Maria Augusta de Vasconcelos Soares	Rodrigues Sampaio	Lisboa	1893/1895	mestra	Costura e Corte				em 04/04/94 já está nomeada mestra de Laveres Femininos na 2ª secção (Rato).
	Príncipe Real		1895/1897	mestra	Costura e Corte				a secção do Rato autonomiza-se em escola industrial do Príncipe Real.
			1897/1898	mestra	Costura e Corte				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.
			1898/1910	mestra	Costura e Corte				pode ter continuado.
Maria da Conceição Carvalho Geométrico ou 15	Rainha D. Amélia	Setúbal	1889/1890	aluna			38 anos em 1890	professora	prémio honorífico (Princípios de Desenho Rigoroso)+ honorífico (oficinas Laveres F., Costura, Corte, Bordados); Exposição do Museu Industrial.
			1890/1891	aluna			38 anos em 1890	8 meses freq esc	expôs em 1891 no Museu Industrial; obteve 14 valores no último exame + prémio honorífico ; professora.
			1892/1893	mestra	Costura e Corte	15.12.1892			proposta pelo inspector em 11/02/1892; 9\$000/mês.
			1893/1897	mestra	Rendas (e fiel)				11/93 para ajud fiel ofic encarreg trabs;12/93 12\$000;desp 20/07/94 gratif 6\$000;passou para oficina de Rendas
			1897/1898	mestra	Rendas				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Maria da Conceição Carvalho	Rainha D. Amélia	Setúbal	1898/1910	mestra	Rendas				pode ter continuado.
Maria da Conceição Prezado	Afonso Domingues	Lisboa	1894/1897	mestra	Lavores Femininos				desde início da oficina.
			1897/1910	mestra	Lavores Femininos			confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897; Pode ter continuado.	
Maria do Carmo Dias da Silva	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1893/1897	fiel	fiel		viúva de alferes guarda fiscal		10\$000/mês; proposta em 6/12/93.
			1897/1904	fiel	fiel			confirmada pelo Decreto de 1897; pode ter continuado.	
Maria do Carmo Mazzachiodi F. Escazena	Marquês de Pombal	Lisboa	1886/1887	aluna			26 anos em 1887	professora Primária	prémio honorífico (Desenho Geométrico Rigoroso); formada pela Escola Normal Lisboa.
			1887/1888	aluna					prémio 7\$000 (modelação); expôs desenhos Exposição 1888; continua a acumular o magistério primário.
			1888	mestra	Lavores Femininos	26.03.1888			10\$000/mês até Dez 1888; substitui Joaquina Aurélia Baptista; continua a acumular o magistério primário.
			1888/1889	mestra	Lavores Femininos	28.08.1888			12\$000/mês; continua a acumular o magistério primário.
			1888/1889	aluna					prémio 10\$000 (Lavores Femininos, secção pintura); continua a acumular o magistério primário.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obssevações
Maria do Carmo Mazzachiodi F. Escazena	Marquês de Pombal	Lisboa	1889/1890	mestra	Lavores Femininos	06.06.1889			até 30/06/1890; expôs no Museu Industrial 1891; continua a acumular o magistério primário.
			1890/1891	mestra	Lavores Femininos			contrato renovado; continua a acumular o magistério primário.	
			1891/1897	mestra	Lavores Femininos	09.06.1891		confirmada como mestra com 12\$000/mês; continua a acumular o magistério primário.	
			1897/1898	mestra	Lavores Femininos			confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897; continua a acumular o magistério primário.	
			1898/1910	mestra	Lavores Femininos			continua a acumular o magistério primário; pode ter continuado	
Maria Elisa Moura Coutinho Pimentel	Infante D. Henrique	Porto	1905/1910	mestra	Costura Bordados			pode ter continuado	
Maria Eugénia Bianchi (Figura).	Marquês de Pombal	Lisboa	1885/1886	aluna			23 anos em 1886	profª Lavores primár	aluna premiada com 12\$000 (Princ Desenho de
			1886/1887	mestra	Lavores Femininos	21.12.1886			01-11-1886 a 30-06-1887 com 10\$000/mês.
Maria Helena Silveira da Silva Geométrico	Domingos Sequeira	Leiria	1889/1890	aluna			28 anos em 1890	1ano freq esc	prémio honorífico (Princípios de Desenho Rigoroso)+ distinção (Aquarelas em Ornato); expôs na Exposição do Museu Industrial.
			1890/1897	mestra	Lavores Femininos	21.06.1890			9\$000/mês; confirmada em 19/1/92; 12\$000/mês a partir de 01/94.

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Maria Helena Silveira da Silva	Domingos Sequeira	Leiria	1897/1898	mestra	Lavores Femininos				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.
			1898/1910	mestra	Lavores Femininos				pode ter continuado.
Maria Inácia 1889.	Rainha D. Maria Pia	Peniche	1887/1889	aluna			48 anos	rendeira	expôs Exposição 188; expôs Exposição Univ Paris
			1889/1890	aluna			50 anos		expôs Exposição Museu Industrial 89/90.
			1892/1897	decuriã	Rendas				5\$000/mês; 6\$000/mês em 08/1893; 9\$000/mês em 11/1893.
			1897/1898	decuriã	Rendas				confirmada pelo decreto de 1897.
			1898/1904	decuriã	Rendas				pode ter continuado.
Maria José Escazena			1892/1893	mestra	mestra de oficina Costura e Corte	11.01.1893	doença contagiosa em 07.93	14\$000/mês; pede demissão por doença em 09/1893; substituída por Elisa Conceição Paninho.	
Maria Júlia Baptista Guerreiro	Rainha D. Amélia	Setúbal	1892/1897	mestra	Rendas e Piques	15.12.1892			14\$000/mês; 12\$000/mês em 11/1893.
			1897/1898	mestra	Rendas				confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obsrvações
Maria Júlia Baptista Guerreiro	Rainha D. Amélia	Setúbal	1898/1910	mestra	Rendas				pode ter continuado.
Maria Júlia Canedo			1892/1893	mestra + professora	Bordados, 1ª parte Desenho	15.12.1892			10\$000/mês.
			1893/1894	mestra	Bordados, Costura				18\$000/mês.
			1895/1897	mestra	Bordados, Costura e Corte			Decreto 1897 encerra oficina corte e costura; a mestra foi dispensada.	
Maria Luisa Faria de Magalhães	Jacome Ratton	Tomar	1887/1889	aluna	Bordados, Costura e Corte		16 anos		1888- prémio 7\$000 (Desenho Geométrico Rigoroso); expôs na Exposição Industrial Nacional; 1889 - prémio 9\$000 (Desenho de Figura)
			1889/1891	aluna					1890- prémio 8\$000 (Desenho Aquarelado); Exposição do Museu Industrial 1891 - Distinção em Desenho Decorativo + prémio de 6\$000 em Modelação.
			1893/1895	mestra	Costura				12\$000/mês em 23/12/93; em 09/95 o lugar está vago e a oficina deixou de funcionar em 1895/96.
Maria Silvério Laborde Nunes auxiliar	Marquês de Pombal	Lisboa	1888/1890	mestra	Lavores Femininos, Bordados	30.10.1888		profª Esc Normal Lx	12\$000/mês; acumula funções como professora na Escola Normal de Lisboa.
			1890/1891	mestra + directora	Flores Papel e Couro	01.10.1890			dirige as novas secções de Flores de Papel e Pano e Trabalho em Couro; continua a leccionar na Escola Normal.
			1891/1893	mestra + directora	Lavor em Couros	29.01.1892			Lavor em Couros Aplicado ao pequeno e grande Mobiliário; 12\$000/mês; continua a leccionar na Escola Normal.

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obssevações	
Maria Silvério Laborde Nunes	Marquês de Pombal	Lisboa	1893/1897	mestra + directora	Bordados, Flores, Couro				acumula as três oficinas, 24\$000/mês; continua a leccionar na Escola Normal.	
			1897/1898	mestra	Lavores Femininos			confirmada como mestra com 300\$000/ano - Tabela de 1897; continua a leccionar na Escola Normal.		
			1898/1904	mestra	Lavores Femininos			continua a leccionar na Escola Normal.		
Maria Soledad Carvalhais	Príncipe Real		1906/1907	ajudante	Lavores Femininos			só registada neste ano.		
Pudenciana Avelina da Silva			1906/1907	ajudante	Lavores Femininos			só registada neste ano.		
Rita de Jesus Mendes	Fradesso da Silveira	Portalegre	1886/1888	aluna			14 anos		1887- prémio de 9\$000 (Desenho Figura); 1888- 8\$000 (Desenho Geométrico Rigoroso Desenvolvido) + distinção (Desenho Figura); Exposição Nacional.	
			1888/1890	aluna					1889- prémio de 10\$000 (Projeções e Teoria de Sombras); prémio honorífico (Desenho de Figura).	
			1890/1891	aluna						prémio de 5\$000 (Desenho de Figura); expôs no Museu Industrial.
			1893/1897	mestra	Bordados	06.12.1893				12\$000/mês.
Rosa Viana dos Santos	Campos Mello	Covilhã	1894	candidata				proposta pelo director da escola com 10\$000/mês em 02/03/94.		

Nome	Escola	Localidade	Ano Lect	Cargo	Funções	Data Nomeação	Dados Biograficos	Dados Curricul	Obssevações
Virgínia Cassia do Sacramento Marques	Rodrigues Sampaio	Lisboa	1894/1895	mestra	Costura e Corte				mestra na oficina de Lavoeres Femininos da 2ª secção (Rato).
			1895/1897	mestra	Costura e Corte			secção do Rato da escola Rodrigues Sampaio autonomiza-se em escola industrial do Príncipe Real.	
	Príncipe Real	1897/1898	mestra adida	Lavores Femininos			confirmada como mestra adida pelo decreto de 1897.		
		1898/1910	mestra adida	Lavores Femininos			pode ter continuado.		

10. Intervenções na Câmara dos Deputados que referem as escolas e o ensino industrial (1884-1910).

10.1. Distribuição das intervenções de ministros e de deputados por categoria temática

Contexto da Intervenção		Reformas do ens. esc. ind.	Orçamento Geral Estado	Outras matérias	Interpeleções, requerimentos	Proj. Lei sobre ens. esc. ind.	TOTAL
Anos	Oradores						
1884	Deputados	2	5	2	3	0	12
	Ministros	0	1	1	0	0	2
	TOTAL	2	6	3	3	0	14
1885	Deputados	0	0	1	0	0	1
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	1	0	0	1
1886	Deputados	0	0	3	0	0	3
	Ministros	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	0	0	4	0	0	4
1887	Deputados	0	1	2	0	0	3
	Ministros	1	0	1	0	0	2
	TOTAL	1	1	3	0	0	5
1888	Deputados	0	0	2	4	0	6
	Ministros	0	2	0	2	0	4
	TOTAL	0	2	2	6	0	10
1889	Deputados	0	0	1	1	1	3
	Ministros	0	1	0	0	0	1
	TOTAL	0	1	1	1	1	4
1890	Deputados	0	1	15	3	0	19
	Ministros	0	0	2	1	0	3
	TOTAL	0	1	17	4	0	22
1891	Deputados	13	0	3	7	1	24
	Ministros	3	0	1	1	0	5
	TOTAL	16	0	4	8	1	29
1892	Deputados	0	0	1	2	0	3
	Ministros	0	0	0	1	0	1
	TOTAL	0	0	1	3	0	4
1893	Deputados	0	0	1	4	0	5

Contexto da Intervenção		Reformas do ens. esc. ind.	Orçamento Geral Estado	Outras matérias	Interpeleções, requerimentos	Proj. Lei sobre ens. esc. ind.	TOTAL
Anos	Oradores						
	Ministros	0	0	0	4	0	4
	TOTAL	0	0	1	8	0	9
1894	Deputados	0	0	0	0	0	0
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	0	0	0	0
1895	Deputados	0	0	0	0	0	0
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	0	0	0	0
1896	Deputados	0	0	2	1	0	3
	Ministros	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	0	0	3	1	0	4
1897	Deputados	0	1	1	0	1	3
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	1	1	0	1	3
1898	Deputados	0	3	0	3	9	15
	Ministros	0	2	0	1	0	3
	TOTAL	0	5	0	4	9	18
1899	Deputados	0	0	1	4	1	6
	Ministros	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	0	0	2	4	1	7
1900	Deputados	0	3	0	1	0	4
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	3	0	1	0	4
1901	Deputados	0	3	0	2	0	5
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	3	0	2	0	5
1902	Deputados	2	2	2	1	1	8
	Ministros	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	2	2	3	1	1	9
1903	Deputados	0	9	3	0	1	13
	Ministros	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	0	9	4	0	1	14

Contexto da Intervenção		Reformas do ens. esc. ind.	Orçamento Geral Estado	Outras matérias	Interpeleções, requerimentos	Proj. Lei sobre ens. esc. ind.	TOTAL
Anos	Oradores						
1904	Deputados	0	0	1	2	0	3
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	1	2	0	3
1905	Deputados	0	0	0	1	0	1
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	0	1	0	1
1906	Deputados	0	0	3	1	0	4
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	3	1	0	4
1907	Deputados	0	2	0	0	1	3
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	2	0	0	1	3
1908	Deputados	0	5	2	1	2	10
	Ministros	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	0	5	3	1	2	11
1909	Deputados	0	0	4	2	1	7
	Ministros	0	0	2	0	0	2
	TOTAL	0	0	6	2	1	9
1910	Deputados	0	0	0	2	0	2
	Ministros	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	0	2	0	2
TOTAL		21	41	63	55	19	199

FONTE: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados... op. cit. (1884-1910).*

10.2. Sinopse das intervenções na Câmara dos Deputados sobre o ensino nas escolas industriais (1884-1910)

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervenção	Observações
1884	01.12	41-42	intervenção	de Elias Garcia sobre dec 03/01/1884, criticando não ter sido discutido na Câmara dos Deputados.
	01.14	46	intervenção	de Mariano Carvalho desejando interpelar o MOP sobre dec 03/01 relativo à criação de escolas industriais.
	01.28	153	intervenção	de Marçal Pacheco, na discussão do projecto de reforma eleitoral, sobre criação de escolas industriais.
	02.15	355-356	representação	da Câmara Municipal de Tomar pedindo a criação da escola industrial, apresentada pelo conde de Thomar, enviada às Comissões de Instrução Primária e da Fazenda, a publicar no Diário do Governo.
	03.01	486	intervenção	de Illydio do Valle, no âmbito da discussão sobre a reforma eleitoral, referindo a falta de verbas para as escolas industriais.
	03.21	766+778-779	projecto lei	parecer da Comissão, sobre orçamento rectificativo, refere despesas com o ensino industrial.
	03.22	810-817	intervenção+ proposta	intervenção de B. Machado, Dantas Barracho, Fonseca P. Coutinho, Mariano Carvalho, MOP (AAA) e Carrilho: propostas sobre o ensino profissional e a criação de escolas industriais.
	03.31	926-927	intervenção	de Wenceslau Lima e Mariano Carvalho sobre necessidade das escolas industriais de Guimarães, Covilhã e Portalegre.
1885	06.19	2423	intervenção	de Souto Rodrigues elogiando a criação de escolas industriais.
1886	01.27	222	intervenção	de Elvino Brito questionando a legalidade do dec 03/01/84.
	02.03	285+288-290	intervenção	de Consiglieri Pedroso, José Luis Dias e Elvino Brito a MOP sobre regulamentação do trabalho de menores e ensino industrial e resposta de MOP.
1887	06.06	1068	intervenção	de João Franco na discussão do Orçamento rectificado (Proj lei nº107), acusando MOP de aumentar as despesas por causa da reforma do Instituto Industrial; discurso sai também a 10/06.
	07.14	1757-1758	intervenção	resposta do MOP, Emídio Navarro, à moção de Arouca de 13/07 relativa à legislação do MOP sobre o ensino industrial nos Institutos e nas Escolas; a 2ª parte do discurso é sobre agricultura.
	07.20	1863	proposta aditamento	de Franco Castelo Branco ao projecto lei nº 157, sobre a introdução do Francês e do Inglês nas escolas industriais.
	07.20	1863-1864	intervenção	do MOP, Emidio Navarro, sobre ensino industrial e oficinas e de José de Azevedo Castelo Branco.
	08.08	2378	prop lei nº 228-B	de Campos Henriques sobre orçamento e créditos para as escolas industriais.
1888	01.11	64-65	intervenção	de Avelar Machado sobre importância de Augusto da Fonseca Coutinho (regenerador, deputado) para o ensino industrial.
	01.16	112, 125	intervenção	do Ministro da Fazenda, Marianno Cyrillo de Carvalho, apresenta orçamento rectificativo e proposta de despesa extraordinária, referindo aumento das despesas públicas também por causa do ensino industrial.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervençã	Observações
1888	02.17	470-472	intervenção	de Franco Castelo Branco sobre a construção do edifício das oficinas da escola industrial de Guimarães e resposta de MOP, Emídio Navarro.
	03.12	750I	intervenção	de Frederico Laranjo registando o aumento das escolas industriais e felicitando o MOP.
	04.27	1248	intervenção	do MOP, Emídio Navarro e Franco Castelo Branco (2 intervenções) - obras na escola industrial de Guimarães.
	05.09	1531	intervenção	de Eduardo Villaça, na discussão sobre construção do porto de Lisboa, elogiando AA Aguiar por criar escolas de ensino industrial e por propor regulamentação do trabalho de menores.
	05.22	1685+1656	representação	representação (E. nº189), apresentada por Madeira Pinto, de professores de escolas industriais e de desenho industrial sobre vencimentos, referindo que leccionam aos 2 sexos.
	06.30	2343	relatório	do Ministro da Fazenda, referindo a portaria de 19/08/1887 - subsídio à escola industrial de Caldas da Rainha.
1889	04.10	325-327	intervenção	de Francisco José Machado sobre Peniche e referência à escola de desenho industrial e a rendeiras.
	05.24	847	intervenção	do Ministro da Fazenda, Barros Gomes, na discussão sobre o orçamento, referindo as despesas da Comissão com o ensino industrial.
	05.31	960	projecto lei	de 29/05 de Silva Cordeiro sobre vencimentos de professores das escolas industriais; enviado à Comissão de Instrução Superior.
	06.05	1050	representação	de professores das escolas industriais, apresentada por Baptista de Sousa, sobre vencimentos.
1890	05.10	167-169	intervenção	de José Júlio Rodrigues sobre vários assuntos, incluindo trabalho, ensino industrial e ensino feminino - escolas de economia doméstica.
	07.01	964	intervenção	em sessão nocturna, de Mattoso Santos, criticando o governo sobre o orçamento para o ensino industrial; sem grande interesse; discussão do orçamento.
	07.01	944	intervenção	do MOP, Arouca respondendo a Francisco Machado sobre a obra da escola industrial de Caldas da Rainha. Refere que o ensino industrial passa para MIPBA.
	07.01	950A-950B	intervenção	de Francisco Machado sobre a escola industrial de Caldas da Rainha.
	07.02	977+985	intervenção	de Charters de Azevedo, respondendo a Francisco Machado sobre as obras da escola industrial de Caldas da Rainha; Frederico Laranjo contra a passagem do ensino industrial para MIPBA.
	07.07	1081-1083	intervenção	de Francisco Machado, referindo a discordância de Progressistas/Regeneradores sobre as escolas industriais.
	07.07	1096G+1096K-1096M	intervenção	em sessão nocturna, de Francisco Machado, sobre as despesas com escolas industriais, referindo as escolas de Braga e de Portalegre. Intervenção de Alves Passos contra o imposto adicional.
	07.08	1102 I -1102 K	intervenção	de Francisco Machado, na discussão do proj lei nº120 (imposto adicional), referindo ensino industrial e estradas de Peniche (sem grande interesse).
	07.09	1036H-1036I	intervenção	de Francisco Machado, na discussão do proj lei nº120, referindo Emídio Navarro e o ensino industrial.
	07.28	1578B	intervenção	de Francisco Machado, interpellando o MOP sobre as obras da escola industrial de Guimarães.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervenção	Observações
1891	05.30	3-13	intervenção	apresentação do Programa do Gov em mo ^o de crise; declarações de outros partidos; reforma do ensino industrial; intervenção de Eduardo Abreu sobre a importância do ensino industrial, mas custos elevados.
	06.17	2-7+17-19	projecto lei	de João de Paiva, de 16/06/91, 2ª leitura, sobre economia e protecção industrial, remetido à Comissão; refere o ensino industrial e profissional e o trabalho feminino.
	06.25	20	orçamento	sessão nocturna, na discussão do proj-lei de Meios, aprovado aditamento (Teixeira Vasconcelos) para verba ensino industrial e profissional (266:673\$000 cont orçamento MOP até dec transferir para MIP).
	07.02	9	requerimento	de Francisco Machado ao MOP sobre sindicância à escola industrial de Faria Guimarães.
	07.02	32-33	intervenção	de Theophilo Ferreira sobre a necessidade da escola industrial dos Açores - Horta; referência à escola de Peniche e às rendas.
	11.30	3	req ^o +interpe- lação	de José Julio Rodrigues, requer ao MOP informação sb despesas com ensino industrial + interpeação sobre extinção da escola de desenho industrial de Angra + sobre reforma do ensino técnico - dec 08/10/91.
	12.02	3+6	req ^o + intervenção	de E. J. Coelho sobre professores do ensino industrial no quadro da reforma de 08/10/91 + F. F. Dias Costa sobre o mesmo assunto.
	12.02	12	interpeação	de E. J. Coelho sobre as escolas industriais de Chaves e de Bragança.
	12.09	2	intervenção	de José Júlio Rodrigues sobre despesas com o ensino industrial.
	12.15	16	intervenção	José Júlio Rodrigues e MOP sobre a escola industrial de Angra e a reforma do ensino industrial.
	12.16	6-7	intervenção	de José Julio Rodrigues sobre a reforma do Ensino Técnico de 08/10/1891.
	12.18	5-7	intervenção	continua a discussão de interpeação de José Julio Rodrigues ao MOP sobre a reforma do ensino industrial; resposta de João Franco.
	12.19	10-21	intervenção	de João Franco/MOP sobre a reforma do Ensino Técnico de 08/10/1891; continua na sessão seguinte + Eduardo José Coelho.
	12.21	9-13	intervenção	continua a discussão de interpeação de José Julio Rodrigues ao MOP sobre a reforma do ensino industrial; intervenção de Eduardo José Coelho e Carlos Lobo d'Ávila.
	12.23	10-12	intervenção	de Francisco Machado, resposta de João Franco sb a reforma do ensino ind e professores desempreg(p.8-9);cont discussão interp de J J Rodrigues ao MOP sb reforma do ensino industrial; interv de Dias Costa.
	12.28	6-8+11-15	intervenção	de Jacinto Candido sb a extinta escola industrial de Angra;continua discussão interpel JJ Rodrigues ao MOP sb a reforma do ensino industrial; interv de Adriano Monteiro (Apênd.11-15) + Dias Costa.
	12.29	4-6; 9-10; 13-20 (não on line)	intervenção	fim da discussão do Dec Ensino Industrial de 08/10/1891, início 02/12; 16,18,19,21,23,28 e 29/12. Referência a rendeiras, escola industrial de Peniche; interv de Frederico Laranjo e de Adriano Monteiro.
1892	02.12	2-3	intervenção	de José Júlio Rodrigues sobre a supressão da escola industrial de Angra e resposta do MOP.
	02.13	3	requerimen- to	de José Júlio Rodrigues para que seja publicada em Diário do Governo uma representação da Classe Artística da Ilha Terceira para o restabelecimento da escola industrial de Angra.
	03.07	5	intervenção	de Matheus de Azevedo sobre alterações ministeriais e extinção do MIP e sobre a reforma do ensino industrial.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervençã	Observações
1893	02.04	5	intervenção	de Frederico Laranjo, interpellando o MOP sobre as escolas industriais.
	06.06	7	intervenção	de Jose Carlos Gouveia sobre a escola industrial de Évora.
	06.12	8-9+31-32	intervenção	de B. Machado, MOP, sobre o ensino industrial; interv de Ferreira Magalhães para MOP concluir esc Bartol. dos Mártires, Braga; interv de Ressano Garcia sb reforma do Inst Ind. de Lx 1891, refere Benevides.
	06.14	13,26	orçamento	Parecer da Comissão do Orçamento refere o ensino industrial e comercial e a diferença para + de 2:217\$500; MOPCI - ensino industrial e comercial: 208:682\$092.
	06.14	7	intervenção	de Fushini, Ministro da Fazenda, respondendo sobre a escola industrial de Évora.
	06.16	5-6	intervenção	de Almeida Azevedo, pedindo ao MOP a escola industrial de Aveiro + resposta do MOP.
	06.22	14	proposta nº 103	sessão nocturna, Antº Fr Costa, J.Cândido, JF Abreu Castelo Branco p/ restab esc desenho ind A.A. Aguiar de Angra; professor e guarda trabalham gratuita/ desde supressão da escola (proposta alteraç orç/º).
	07.05	24	intervenção	de Eduardo José Coelho, referindo a extinção das escolas de Chaves e de Bragança ao criticar João Franco
1896	02.29	381	intervenção	de Oliveira Guimarães sobre as obras na escola industrial de Braga.
	03.12	578	intervenção	de Santos Viegas e Ministro da Guerra, Pimentel Pinto, sobre Marques Leitão e a escola Marquês de Pombal.
	03.27	894	requerimen- to	de J. Jardim sobre as estatísticas das escolas industriais.
1897	08.07	547-548	intervenção	de Campos Henriques sobre orçamento e créditos para as escolas industriais.
	08.10	581	intervenção	de Joaquim Telo, fazendo referência à economia e à escola industrial de Peniche.
1898	01.14	44	requerimen- to	de Teixeira de Sousa sobre professores das escolas industriais.
	01.27	133	intervenção	de António Cabral sobre a escola industrial de Braga + resposta do MOP.
	01.27	135	projecto lei	de Oliveira Matos para a criação da escola de desenho industrial em Castanheira de Pera (Leiria); 2ª leitura em 28/01/98.
	01.28	146	projecto lei nº 4-D	2ª leitura: de Oliveira Matos para criação da escola de desenho industrial em Castanheira de Pera (Leiria); enviado às Comissões de Artes e Indústria + Instrução Pública Superior e Especial + Fazenda.
	02.11	276	aviso	de João de Melo, querendo interpelar o MOP sobre a oficina da escola industrial de Guimarães.
	03.28	736	projecto	parecer da Comissão do Orçamento sobre o Orçamento Geral do Estado, redução de despesas com as escolas industriais.
	03.30	751-752	projecto lei	de Oliveira Matos de 30/03 para introduzir o Francês na escola industrial de Coimbra; enviado às Comissões de Artes e Indústria + Instrução Pública Superior e Especial; foi considerada no orçamento.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervenção	Observações
1898	04.01	778G	intervenção	de Malheiro Reymão, com referência ao ensino profissional, opondo-se ao Francês no ensino industrial - discussão do orçamento (778A-778H) Apêndice.
	04.01	772	projecto lei	do Visconde da Ribeira Brava e João Catanho de Menezes de 28/03 para a introdução da mecânica aplicada à condução de máquinas a vapor na escola industrial A.A. Aguiar; enviado à Comissão das Obras Públicas.
	04.21	893-894+899	intervenção	de Ferreira de Almeida, referindo as escolas industriais + Dias Costa Ministro da Marinha.
	04.23	917-918+920-923	intervenção	de Pereira dos Santos referindo o ensino industrial na discussão do Orçamento; resposta de Joaquim Telo (que propõe conversão da escola agrícola Viseu em escola industrial).
	04.26	943	projecto lei	de António D.P. Chaves Mazziotti sobre o restabelecimento do desenho arquitectónico na escola industrial da Figueira da Foz (cf. reforma 14/12/1897).
	04.27	956	projecto lei nº 49-E	de António D.P. Chaves Mazziotti sb restab do desenho architect. na esc ind da F. Foz (cf. reforma 14/12/1897) com apres (2ª leitura). Enviado às Comissões de Artes e Indústria + Instr Publ Sup e Especial.
	05.06	1048	projecto lei	de Joaquim Telo para transformação da escola agrícola de Viseu em escola de desenho industrial.
	05.07	1108	projecto lei nº 71-A	de Joaquim Telo para transformação da escola agrícola de Viseu em escola de desenho industrial. Parecer nº 92-1 e 3/06.
	05.09	1146	proposta alt nº133	proposta de alteração do orçamento para transformação da escola agrícola de Viseu em escola de desenho industrial.
	05.09	1150-1156+1158-1160	orçamento	em sessão nocturna - despesas do MOPCI - ensino industrial e alterações; discriminação de despesas (não costumam aparecer na discussão do orçaº). Parecer da Comissão.
	05.24	1246	parecer	da Comissão das Obras Públicas, apresentada por Augusto Ricca sobre a disciplina de mecânica aplicada à condução de máquinas a vapor na escola industrial A.A. Aguiar do Funchal.
	05.28	1285	projecto lei	parecer da Comissão de Artes e Indústria sobre proj lei nº4-D para a criação da escola de desenho industrial da Castanheira de Pêra, concelho Pedrógão Grande, distrito Leiria, enviado à Comissão da Fazenda.
	05.30	1302	projecto lei nº92	parecer da Comissão da Instrução Pública Superior e Especial sobre Proj nº71-A de transformação da escola agrícola de Viseu em escola de desenho industrial.
	06.01	1366-1367	projecto lei nº92	da Comissão de Instrução Pública Superior e Especial cria a escola de desenho industrial de Viseu, com processo anterior; continua a discussão a 03/06 em sessão nocturna mas não continua por falta quorum.
	06.03	1411	projecto lei nº92	continua a discussão para a transformação da escola agrícola de Viseu em escola de desenho industrial, (vd sessão anterior).
1899	02.01	3	intervenção	de António Cabral sobre a escola industrial de Braga.
	03.24	6	intervenção	de Augusto José da Cunha sobre a petição dos serventes das escolas industriais.
	04.05	4-5	projecto lei	de Catanho de Menezes, sobre vencimentos dos professores das escolas industriais.
	04.07	2	projecto lei nº 18-D	de Catanho de Menezes, sobre vencimentos dos professores das escolas industriais, 2ª leitura + apresentação. Enviado às Comissões das Obras Públicas e da Fazenda.
	04.25	3	intervenção	de Mazziotti sobre a criação da disciplina de desenho arquitectónico na escola da Figueira da Foz.

A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e representações.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervenção	Observações
1899	05.19	5	intervenção	de António Chaves Mazziotti sobre a criação da disciplina de desenho arquitectónico na escola industrial da Figueira da Foz (vd. 25/04/1899).
	05.19	10-18	proposta lei nº36-C	de Elvino Brito, MOP, apresentada em 12/05, sobre a reorganização dos serviços técnicos das Obras Públicas; referência a ensino industrial e professores; referência a mulheres telégrafos.
	05.27	25-26	proposta	de Joaquim Telo ao orçamento do MOPCI para as escolas industriais.
	06.17	29+40+49-50	orçamento	parecer da Comissão do Orçamento, alterações, ensino industrial. A Comissão aumenta o orçamento do MOPCI e inclui aumento no ensino industrial; Exposição Universal de Paris: 100:000\$000.
	07.17	3+21	interv+representação	de Tavares Festas sobre a representação da Câmara Municipal de Pedrógão Grande sobre a criação de uma escola industrial em Castanheira Pêra + representação.
1900	05.07	21	proposta	de João Monteiro Vieira de Castro, propondo o aumento da verba do orçamento do MOP para professor de Português na escola Francisco de Holanda.
	05.07	8	intervenção	de Pereira dos Santos, criticando a redução das verbas no orçamento para as escolas industriais.
	05.22	12	intervenção	de Teixeira de Sousa sobre orçamento e escolas industriais. Discussão do parecer da Comissão do Orçamento sobre as propostas ao orçamento já aprovado. Parecer aprovado em 23/05.
	05.25	3+13	representação	da Junta Geral Distrital de Angra, apresentada por Abreu Castello Branco, para integrar no regime das Escolas de Estado a escola de desenho industrial que sustenta.
1901	01.15	8-9	requerimento	de António Rodrigues Nogueira ao MOP solicitando dados sobre o ensino industrial (estatísticas, relatórios de inspecção, relação de docentes e mestres por escola, oficinas).
	04.08	6	intervenção	de Rodrigues Nogueira, interpelando o MOP sobre o Regulamento relativo às escolas industriais de 15/01/01, que não tem resposta.
	05.08	17	intervenção	de Oliveira Matos referindo a necessidade de aumento dos vencimentos dos professores das escolas industriais (discussão do orçamento).
	05.10	9	intervenção	de Rodrigues Nogueira sobre o orçamento do MOPCI, criticando que não haja, ao longo dos anos, aumento com o ensino industrial.
	05.11	15	intervenção	de Oliveira Matos, referindo a necessidade de aumento dos vencimentos dos professores das escolas industriais + escola industrial de Coimbra.
1902	01.17	7	requerimento	de Rodrigues Nogueira requerindo ao MOP vários documentos - relatórios de directores das escolas, missões estrangeiras, última reforma, professores.
	01.30	3-7	intervenção	de Egas Moniz sobre a reforma da instrução pública de 28/12/1901, e.g. reorg Dir Geral de Instr Publ; do Conselho Sup de Instr Publ; propõe extinção da escola médica Funchal e melhorar escola industrial.
	02.22	7-8	intervenção	de Rodrigues Nogueira criticando a reforma do ensino industrial (6-8).
	03.22	43	proposta	de Pereira dos Santos, sobre o aumento do orçamento do MOP para professores de comércio da escola da Figueira da Foz (aprov. 01/04).
	03.22	44	proposta	de Alex Sarsfield, Frederico dos Santos Martins e Alberto Botelho sobre o aumento do orçamento do MOP para a escola industrial do Funchal (aprov. 01/04).
	03.22	4-15	intervenção	de Luiz José Dias contra o aumento de despesas do MOP porque é para lugares para amigos do Ministro Manuel Francisco de Vargas. Dados sobre as despesas do ensino industrial.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervençã	Observações
1902	04.01	7, 22	proposta	inscrição e aprovação da proposta de aumento da verba para a escola do Funchal e da Figueira da Foz.
	04.02	3	intervenção	de José de Lacerda pedindo a integração, na escola de desenho industrial de Angra, do curso nocturno de Português para a classe trabalhadora.
	04.09	2+11	projecto lei	de José de Lacerda e Júlio Angelo Petra Vianna para a integração, na escola de desenho industrial de Angra, do curso nocturno de Português para a classe trabalhadora (Proj entrou na sessão de 08/04).
	04.26	4	intervenção	de Oliveira Matos sobre a transferência de verba para mestres das oficinas da escola industrial de Coimbra, que não funciona.
	04.28	4	intervenção	do MOP, Manuel Fr da Vargas, recusando a proposta de Oliveira Matos de 26/04.
1903	02.14	4+6-7	intervenção	de Oliveira Matos referindo a falta de pessoal na escola industrial de Coimbra e o desperdício de maquinaria; resposta do MOP, Vargas, refere problemas do ensino industrial.
	03.10	19-23	intervenção	de Oliveira Matos sobre projecto da escola Naval, referindo a qualidade dos maquinistas formados na escola industrial Marquês de Pombal - curso de condutores de máquinas.
	03.24	8	intervenção	de Oliveira Matos criticando a redução de verbas para as escolas industriais.
	04.01	8	intervenção	de Moreira Júnior, na discussão do orçamento, criticando a redução de verbas (só menciona) com o material das escolas industriais.
	04.14	11	moção	de Luiz José Dias contra o orçamento criticando a redução de despesas com o ensino industrial.
	04.15	10	intervenção	de Mello e Sousa, na discussão do orçamento, exigindo a explicação ao MOP sobre a redução de verbas com o material das escolas industriais.
	04.18	10+17	intervenção	de Clemente Pinto, defende o orçamento, concordando com a redução de despesas com o ensino industrial porque a maioria não tem justificado as verbas. L. Cayolla critica proj do orçamento.
	05.04	4	intervenção	de Rodrigues Nogueira, na discussão do orçamento, criticando a redução de verbas com as escolas industriais.
	05.05	10	intervenção	de Rodrigues Monteiro, na discussão do orçamento, justificando a redução de verbas com as escolas industriais.
	05.06	8-10+13-15	intervenção	de Oliveira Simões, fazendo considerações sobre as despesas com as escolas industriais; Oliveira Matos refere os cortes de despesas com as escolas industriais.
	05.15	15, 32	proposta	Pareceres da Comissão do Orçamento sobre a proposta de Oliveira Matos relativa às verbas para as escolas industriais.
	05.26	8	intervenção	de José Lacerda - renovação iniciativa de 02/04/1902: pedido de integração, na escola de desenho industrial de Angra, do curso nocturno de Português para a classe trabalhadora.
1904	03.01	7	intervenção	de Oliveira Matos pedindo ao MOP que tome nota da reclamação relativa a professores das escolas industriais.
	03.09	7	requerimen- to	de Manuel Afonso de Espregueira sobre os serventes da escola industrial de Viana do Castelo.
	10.14	5	intervenção	de Moreira Almeida sobre o ensino secundário, criticando as alterações à referência ao ensino industrial de Emídio Navarro.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervençã	Observações
1905	05.02	9	requerimen- to	de José de Oliveira Simões ao MOPCI pedindo elementos sobre a escola industrial do distrito Leiria.
	08.17	3-6	intervenção	votos de pesar pela morte de Emídio Navarro; jornalista escreveu em Paiz, Progresso, Correio da Noite.
	08.21	3-4	intervenção	votos de pesar pela morte de Emídio Navarro.
1906	10.12	10	discurso da coroa	anuncia proposta do governo para "maior utilização profissional do nosso ensino industrial".
	10.26	5-6	intervenção	de Antonino Vaz Macedo sobre a indústria da Covilhã e a carência do ensino técnico e profissional, refere a escola industrial.
1907	03.04	3	intervenção	de Marques Leitão (também director de uma escola industrial) sobre a necessidade de criação, nas escolas industriais, de habilitação para condutores de motores de explosão.
	03.20	4+7	intervenção	de Conde de Paçô Vieira sobre a escola de desenho industrial + de Brum do Canto sobre o proj lei de introdução do Inglês na escola industrial do Funchal (ficou para 2ª leitura).
	03.22	4-5	proposta	de Salvador Manuel Brum do Canto sobre a introdução do Inglês na escola industrial do Funchal.
1908	05.16	13+31-32	orçamento	justifica o aumento de verbas da DGCI para o ensino industrial; despesas do ensino não discriminadas; DGCI, ord- 325:564\$766; extr MOPCI com aquisição de maquinaria escolas industriais- 5:000\$000.
	05.20	12	intervenção	de Joaquim Telo elogiando a escola industrial de Lagos.
	05.25	12	intervenção	de José Oliveira Simões avisando querer interpelação ao MOP sobre o ensino nas escolas industriais e sobre a necessidade do ensino comercial elementar.
	07.06	16	intervenção	de Adriano Anthero criticando a reforma do ensino industrial de B. Machado dos Institutos Industriais e Comerciais.
	07.28	9-10	projecto lei	sobre a transformação da escola de desenho industrial Vitorino Damásio de Lagos em escola profissional com oficina de labores femininos.
	08.06	7-8	intervenção	de António José de Almeida e resposta de PCM/Ministro do Reino, Ferreira do Amaral, sobre a crise na Covilhã, o trabalho das mulheres e a escola industrial da Covilhã.
	08.08	3-4	projecto lei	de Chaves Mazziotti para criar a escola de desenho industrial nocturna na freguesia de Montelavar, concelho de Sintra. Enviado à Comissão da Instrução Primária e Secundária. Não há registo de parecer.
	08.17	13	proposta adita ^o	de AJG Ribeiro, JJ Sinel Cordes, E. de Vasconcellos, JFT Azevedo, R Ortigão e J Telo, apresentada por G.Guerreiro ao Orça ^o , p/ criação de oficinas na esc de desenho industrial Lagos (fem+masc); admitida.
	08.18	8,36	representa- ção	apresentada por Claro da Ricca, de professores de Inglês das escolas industriais.
	08.19	9	proposta	de Joaquim Telo sobre emenda ao orçamento para aumento da verba para a escola industrial de Faro (vd. 29/08).
	08.24	6	intervenção	de Ascensão Guimarães defendendo o desenvolvimento do ensino industrial e de João de Menezes que também é contra a redução de verbas.
	08.29	63	proposta	Aprovada a Proposta de Emenda, de Joaquim Telo, de orçamento do MOP incluir mais verba para a escola industrial de Faro.

Ano	Mês/Dia	Paginas	Intervenção	Observações
1908	08.29	57	intervenção	de Rodrigues Nogueira, relator do orçamento do MOP, justificando a rejeição da proposta sobre a escola industrial de Faro.
	08.29	54	proposta adita ^o	ao Orçamento para a criação de oficinas na escola de desenho industrial de Lagos (fem+masc) (Vd 17/08/1908); admitido e aprovado pela Comissão.
	08.29	55	proposta	rejeitada pela Comissão do Orçamento a Proposta de Adiamento sobre a escola industrial de Faro (de 19/08) de Joaquim Telo, por questão processual.
1909	03.20	66	representação	da Câmara Municipal de Aveiro pedindo que, no Orçamento Geral do Estado (OGE), se inclua verba para a aquisição do edifício da escola.
	07.24	22	representação	da Câmara Municipal de Aveiro, apresentada por Manuel Nunes da Silva, para inclusão no orçamento de verba para a compra do prédio da escola industrial de Aveiro.
	07.26	16, 25	representação	da Câmara Municipal de Aveiro, apresentada por Rodrigues Noqueira, sobre as disciplinas da escola industrial de Aveiro e resposta do MOP.
	08.06	6	intervenção	de Sabino Coelho sobre o ensino superior e a defesa do desenvolvimento do ensino técnico industrial. Envia proposta (2ª leitura 07/08) para estudar a extensão do ensino em Portugal.
	08.18	7	projecto lei	de Soares Branco sobre a criação das disciplinas de Francês e de Inglês na escola industrial do Funchal (vd 20/08).
	08.20	10	intervenção	de Brito Camacho, na discussão do Tratado Comercial com Alemanha, defendendo o desenvolvimento do ensino técnico.
	08.20	3-4	projecto lei	de Soares Branco sobre a criação das disciplinas de Francês e de Inglês na escola industrial do Funchal.
	09.07	3-6	projecto lei	de Moreira Almeida para o recruta ^o de docentes dos ensinos secundário e industrial ser = ao do ensino superior. PCM/MR discorda sobre industrial (lido 8/9/09, env Comissão Instrução Sec e Sup).
1910	04.05	9	avulso	de José M ^a de Oliveira Simões, querendo interrogar o governo sobre o ensino industrial em algumas escolas, e.g., Domingos Sequeira.
	04.18	8	representação	de José de Oliveira Simões, declarando ter entregue a resposta da Câmara Municipal de Leiria a solicitar verba para concluir escola industrial.

10.3. Alinhamento partidário dos deputados que intervieram sobre as escolas e o ensino industrial (1884-1910)²⁴⁴⁸

Partido Progressista

Deputados	Intervenção sobre	
	Escolas	Ensino Industrial
António Cabral		✓
António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz	✓	
António Ferreira Cabral Pais do Amaral	✓	
António Maria Dias Pereira Chaves Mazzioti	✓	
António Rodrigues Nogueira		✓
António Rodrigues Nogueira	✓	
António Tavares Festa	✓	
Barbosa de Magalhães (José Maria)		✓
Carlos Augusto Ferreira		✓
Carlos Lobo d'Ávila		✓
Dias Costa		✓
Eduardo Abreu		✓
Eduardo José Coelho	✓	✓
Eduardo Vilaça		✓
Elvino de Brito		✓
Francisco Correia de Herédia	✓	
Francisco Felisberto Dias Costa	✓	
Francisco José Machado	✓	✓
Frederico Laranjo (José)	✓	✓
Gaspar Queirós Ribeiro de Almeida e Vasconcelos	✓	
J. F. Abreu Castelo Branco	✓	
João Monteiro Vieira de Castro	✓	
João Soares Branco	✓	
Joaquim Telo (J José Pimenta T)	✓	✓
José Carlos de Gouveia	✓	
José Ferreira de Magalhães	✓	
José Júlio Bettencourt Rodrigues	✓	
José Júlio Rodrigues		✓
Lourenço Cayolla		✓
Mariano de Carvalho	✓	✓
Moreira de Almeida (José Augusto)		✓

²⁴⁴⁸ Considerou-se a filiação ou simpatia partidária à data da intervenção de cada deputado.

Moreira Júnior (Manuel)		✓
Oliveira Matos	✓	✓
Paulo Cancela (José P Monteiro C)		✓
Pedro Monteiro (P António M)		✓
Souto Rodrigues (João José de Antas de)		✓

Partido Regenerador

Deputados	Intervenção sobre	
	Escolas	Ensino Industrial
Adriano Monteiro		✓
Alberto Botelho	✓	
Alberto Pimentel		✓
Alexandre Sarsfield	✓	
Alves Passos (Bernardino Pacheco)		✓
Anselmo Vieira		✓
Antonino Vaz de Macedo	✓	✓
António Francisco da Costa	✓	
António Pereira Carrilho		✓
Augusto Fushini		✓
Avelar Machado (José Alves Pimenta de)		✓
Bernardino Luís Machado		✓
Campos Henriques (Artur Alberto de)		✓
Carlos Adolfo Marques Leitão	✓	
Clemente (Joaquim dos Santos) Pinto	✓	✓
Conde de Paçô Vieira		✓
Cunha Belém (António Manuel)		✓
D. José de Saldanha (Oliveira e Sousa)		✓
Dantas Baracho	✓	
Fonseca Coutinho	✓	
Franco Castelo Branco		✓
Frederico dos Santos Martins	✓	
J. Jardim		✓
Jacinto Cândido	✓	✓
Jacinto Cândido	✓	
João de Paiva		✓
João Lopes Carneiro de Moura		✓
José Caetano de Sousa e Lacerda	✓	
José de Azevedo Castelo Branco	✓	
José Gonçalves Pereira dos Santos	✓	
José Maria de Oliveira Simões	✓	
Júlio Augusto Petra Viana	✓	

Deputados	Intervenção sobre	
	Escolas	Ensino Industrial
Júlio Vilhena		✓
Lopes Vieira (Adriano Xavier ou Afonso Xavier?)		✓
Lourenço Malheiro		✓
Luciano Cordeiro		✓
Malheiro Reymão (José M R Teles de Menezes)		✓
Manuel José de Oliveira Guimarães	✓	
Marçal (de Azevedo) Pacheco		✓
Mateus de Azevedo		✓
Melo e Sousa (José Adolfo)		✓
Oliveira Simões (José Maria de)		✓
Pereira dos Santos (José Gonçalves)		✓
Pereira Lima ((Venceslau de Sousa)		✓
Sabino Coelho (S Maria Teixeira)		✓
Teixeira de Sousa		✓
Teófilo Ferreira	✓	✓
Wenceslau de Lima	✓	

Partido Republicano

Deputados	Intervenção sobre	
	Escolas	Ensino Industrial
Elias Garcia		✓
José (Augusto Soares Ribeiro) de Castro		✓
Manuel Brito Camacho		✓
António José de Almeida	✓	

Independentes

Deputados	Intervenção sobre	
	Escolas	Ensino Industrial
João (Catanho) e Menezes	✓	✓

FONTE: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados... op. cit. (1884-1910).*

11. Imagens de Rendas de Bilros e da Escola D. Maria Pia em Peniche

11.1. A arte industrial das Rendas de Bilros



IMAGEM 11
Natureza Morta
(Josefa d' Óbidos, cc. 1660)

FONTE: CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003, p. 61.

IMAGEM 12
Menino Jesus Salvador do Mundo
(Josefa d' Óbidos, cc. 1660)



FONTE: CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003, p. 65.

IMAGEM 13
Pequena rendilheira de Peniche
(Alberto Portugal de Lacerda)



FONTE: CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003, p. 199.

IMAGEM 14
The Lace Maker [Russia]
(Vasilii Andreevich Tropinin, 1823)



FONTE: www.rollins.edu/Foreign_Lang/Russian/trop3sm.jpg (consultado em 30/03/2007).

IMAGEM 15
The Lace-Maker [Holanda]
(Caspar Netscher, 1662)



FONTE: www.kfki.hu/~arthp/art/n/netscher/lacemaker.jpg (consultado em 30/03/2007)

IMAGEM 16
De kantwerkster [Holanda]
(Jan Vermeer, cc.1669-1671)



FONTE: http://essentialvermeer.20m.com/catalogue_xl/xl_lacemaker.htm (consultado em 30/03/2007)

IMAGEM 17
"A Bedfordshire Lace Maker"
(Fotografia, Boston, 1907)



FONTE: <http://www.americancenturies.mass.edu/collection/itempage.jsp?itemid=9507>
(consultado em 30/03/2007).

IMAGEM 18
O encaixe galego
Fotografia, Pedro Ferrer, *Palilleiras*,
inícios séc. XX)



FONTE: GALLEGO REI, Mario, *O encaixe galego*, s/l, A Nosa Terra, 2006, p. 58.

IMAGEM 19
Rendilheiras de Bruges
(Fotografias, 2002)



FONTE: <http://www.formatage.org/branches/realisations/bruges2002/brugge-artisanat.html>
(consultado em 30/03/2007).

IMAGEM 20
Rendilheira da Suécia
Selo de correio (1976)



FONTE: <http://lace.lacefairy.com/LaceStamps/SwedishStamp.jpg> (consultado em 30/03/2007)

IMAGEM 21
Palillada en plena rúa [Galiza]
(Fotografia, início do séc. XX)



FONTE: GALLEGO REI, Mario, *O encaixe galego*, s/l, A Nosa Terra, 2006, p. 57.



IMAGEM 22
Abafador de Bule
(Maria Clotilde Couto Marques, Peniche, 1999)

FONTE: Guilherme, Ida, *Piques e Rendas de Peniche. Memórias de uma vida*, Peniche, ed. Autor, 2004, p. 43.

11.2. A Escola D. Maria Pia e a aprendizagem das Rendas de Bilros

IMAGEM 23

Oficina de Rendas da Escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche, dirigida por Maria Augusta Bordalo Pinheiro (Fotografia, 1888/89)



FONTE: Reprodução fotográfica da autora de fotografia exposta no Museu de Peniche.

IMAGEM 24
Oficina particular de rendas em Peniche
(Inícios do século XX)



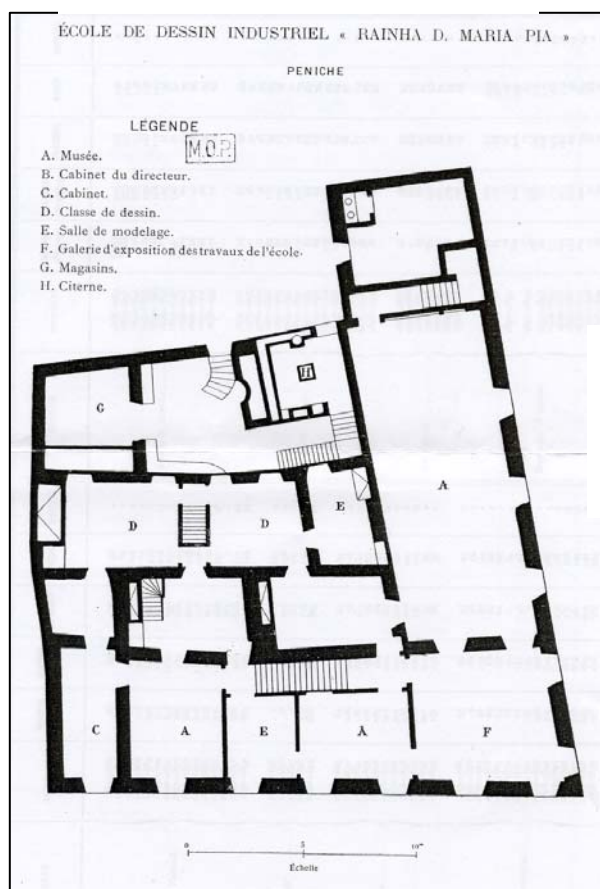
FONTE: Reprodução fotográfica da autora de fotografia exposta no Museu de Peniche.

IMAGEM 25
Oficina particular de rendas em Peniche
(Inícios do século XX)



FONTE: Reprodução fotográfica da autora de fotografia exposta no Museu de Peniche.

IMAGEM 26
Planta da Escola Rainha
D. Maria Pia em Peniche (1900)



FONTE: LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel et commercial. Les écoles industrielles et de dessin industriel de la Circonscription du Sud*, s/l., Exposition Universelle de 1900 - Section Portugaise, 1900, p. XXIII.

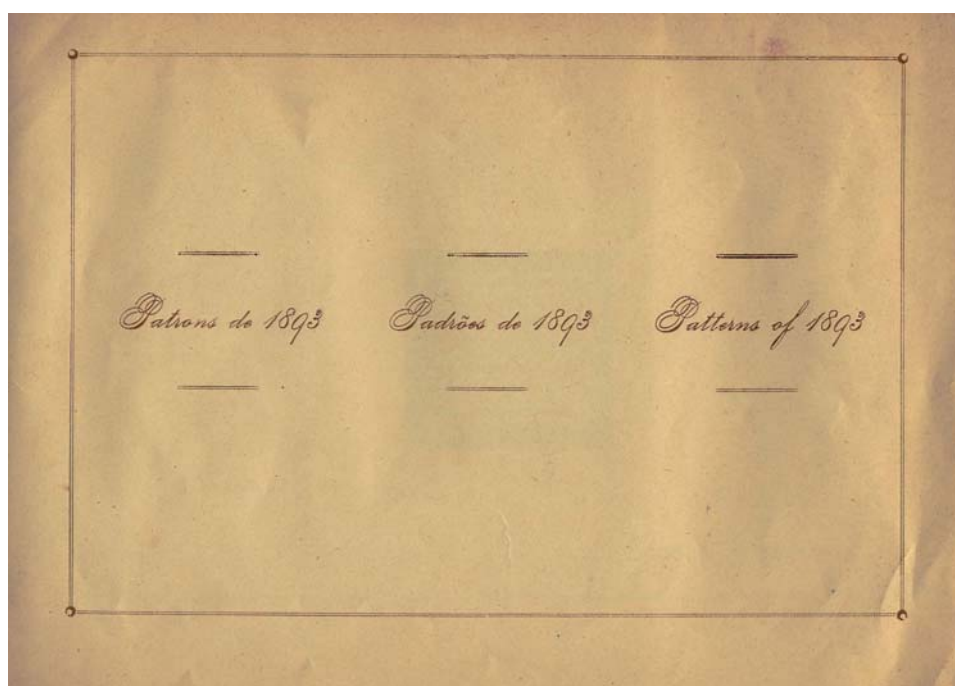
IMAGEM 27
Planta da Escola Rainha D.
Maria Pia em Peniche (s.d.)

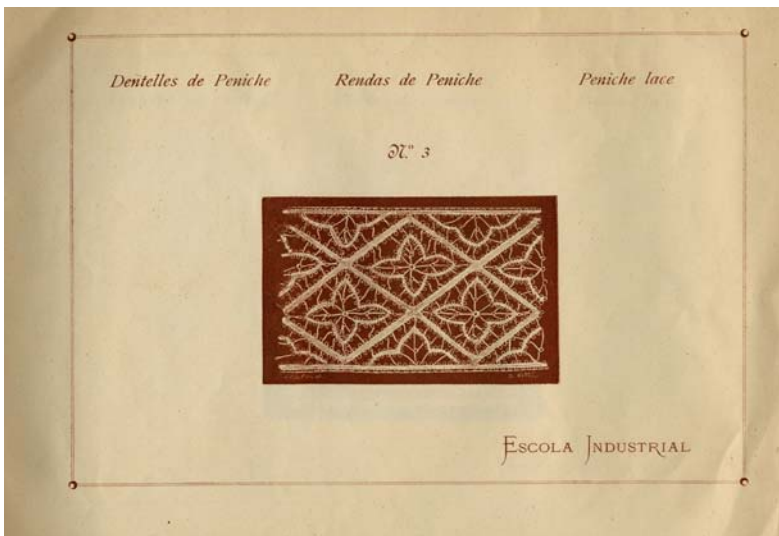
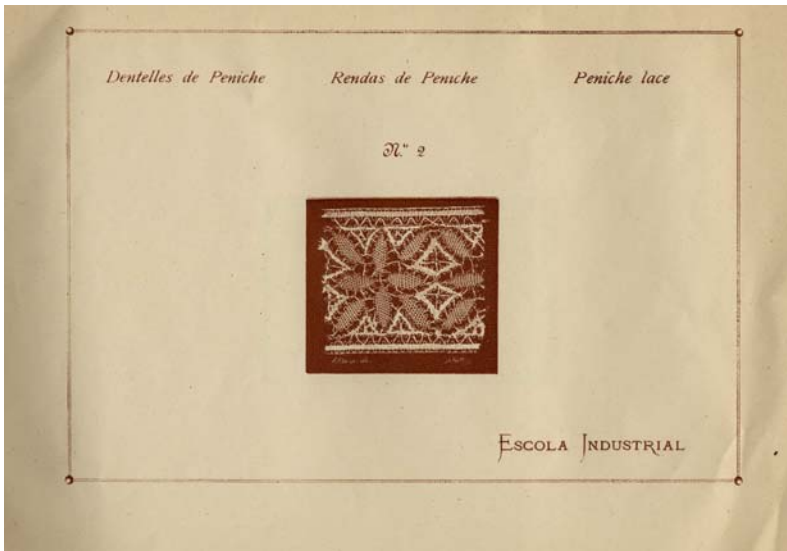
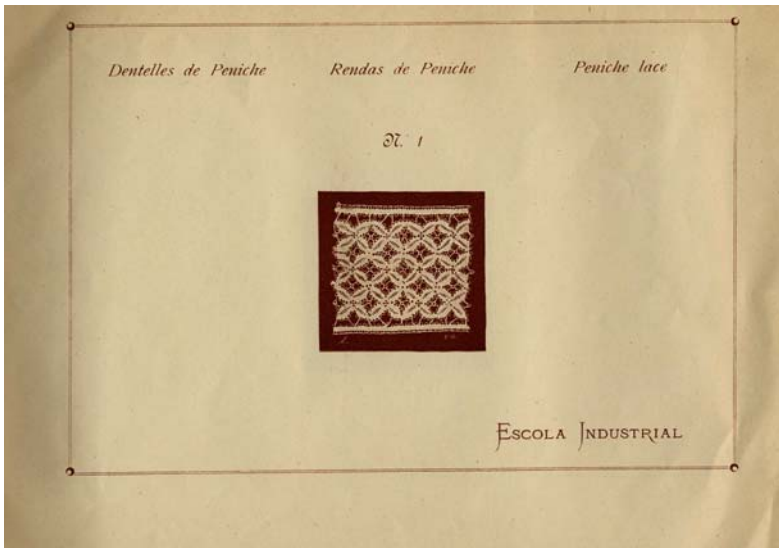


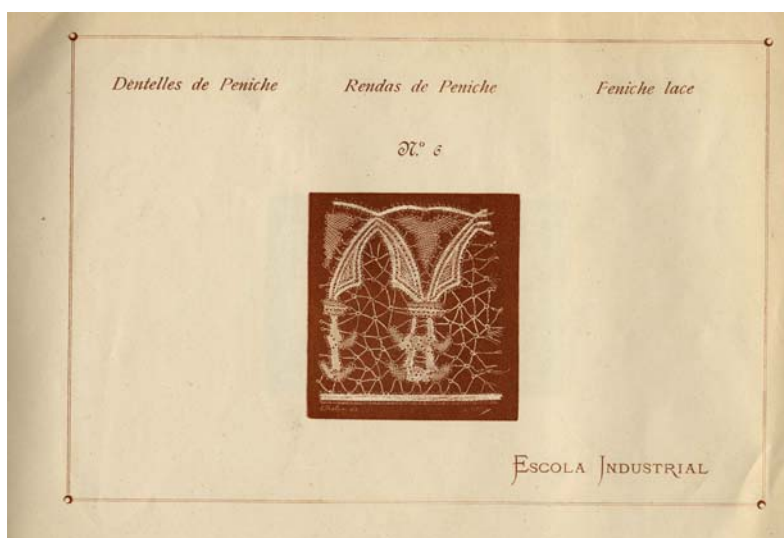
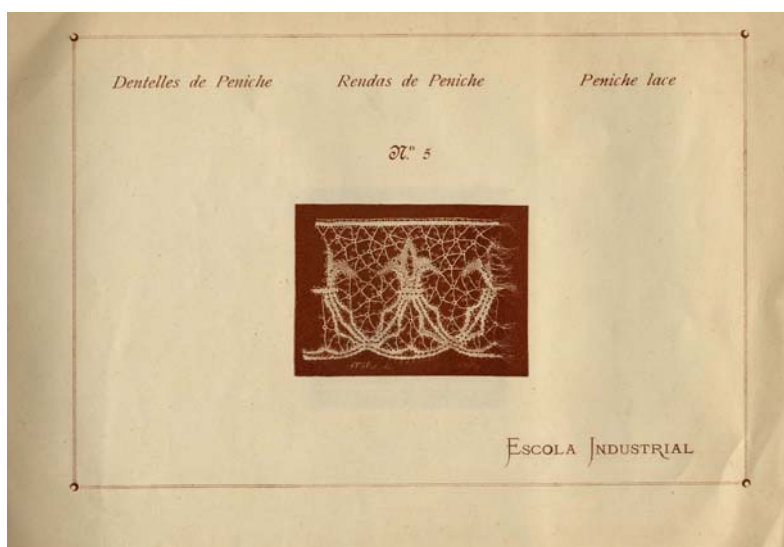
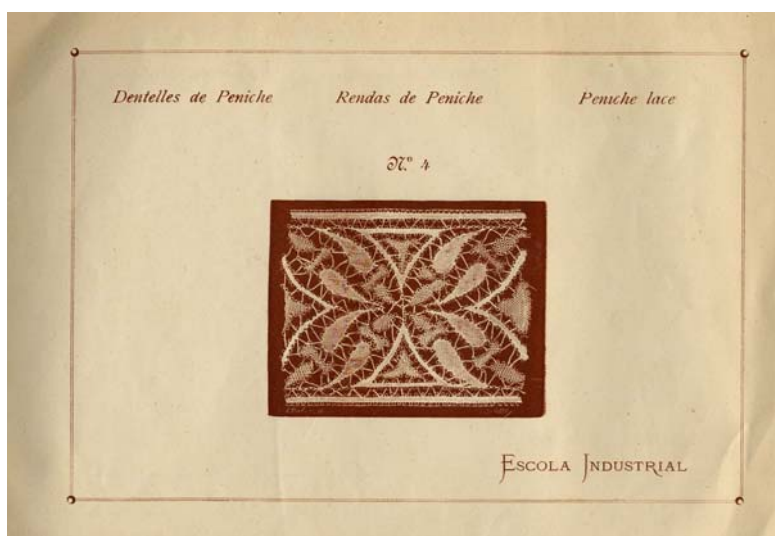
FONTE: CALADO, Mariano, *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Ed. Autor, 2003, p. 144.

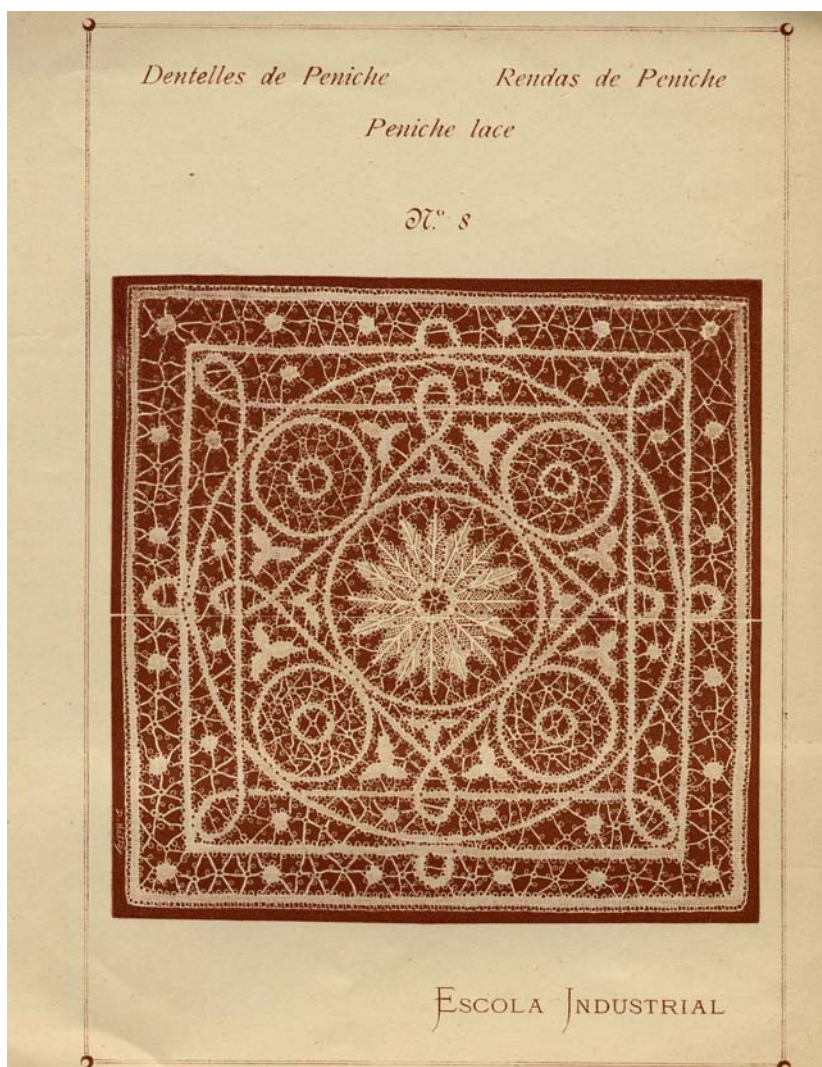
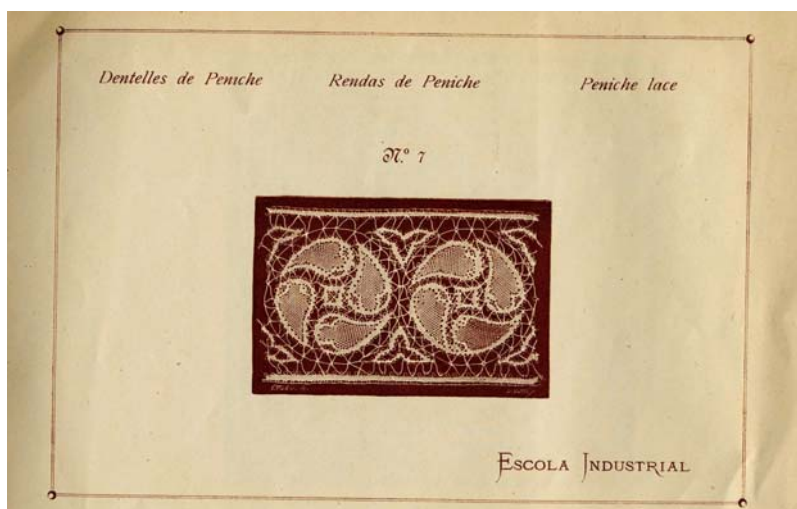
12. Catálogo da Escola de Peniche para Exposição Industrial (1893)

IMAGEM 28
Folha de Rosto, página de abertura e oito padrões de rendas da Escola de Peniche









FONTE: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspecção das Escolas Industriais, Circunscricção Sul, *Rendas Portuguesas. Rendas de Peniche. Escola industrial Rainha D. Maria Pia*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.

13. Notas Biográficas sobre algumas personalidades da coordenação central e regional das escolas industriais

ARROIO, António José
(19/02/1856 – 25/03/1934) ¹

Inspector das escolas industriais da circunscrição do norte (1892-1899) e das circunscrições do norte e do sul (1899-1924)

Concluiu o curso de Engenheiro de Pontes e Estradas na Academia Politécnica do Porto em 1878 e, em 01/03/1879, iniciou trabalho na construção do Caminho-de-ferro da Beira Alta (linha da Figueira da Foz), onde se manteve até ter sido nomeado Engenheiro Civil em 06/08/1881 e colocado na Direcção das Obras Públicas da Guarda. Manter-se-ia nos quadros do MOPCI, embora em diversos serviços, até ao final da sua carreira profissional.

Em 1883 foi encarregue de elaborar o projecto da escola Rodrigues Sampaio (portaria de 23/08/1883). Em 22/12/1883 foi transferido para a Direcção de Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste.

Entre Novembro de 1884 e Agosto de 1886 entra em licença ilimitada para servir a Empresa do Conde da Foz. Ao apresentar-se ao serviço foi colocado na Direcção das Obras Públicas de Évora, mas, um mês mais tarde, regressa à Direcção de Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste (despacho de 03/09/1886).

Foi incumbido de várias comissões de

serviço no estrangeiro, nomeadamente Bélgica, França, Inglaterra e Alemanha (todos os anos entre 1886 e 1890). A partir de 1888 algumas das suas missões passam a relacionar-se com o ensino industrial: encarregado, na Bélgica, de completar a colecção de material de ensino para a cadeira de Tecnologia Química do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; de fazer estudos precisos quanto a maquinismos e instalação de oficinas de fição, tecelagem e cutelaria na escola industrial de Guimarães (26/04/1888); visita à Escola Profissional de Serralharia em França (13/10/1888); encarregado de ir a França e Inglaterra contratar directamente o fornecimento de equipamentos para as oficinas de fição e tecelagem da escola industrial de Guimarães (24/04/1889).

Por portaria de 28/03/1890 começou serviço na DGCI, tendo sido encarregue de trabalhos relativos à instalação e funcionamento das oficinas das escolas industriais (redacção dos projectos de edifícios para algumas escolas industriais já existentes ou outras a criar e ainda montagem das oficinas anexas às escolas, escolha de mecanismos, etc.).

O decreto de 12/05/1892 nomeia-o Inspector das escolas industriais da circunscrição do Norte, mas só tomaria posse em 01/06/1892². Integrou, por

¹ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi obtida in AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, ARROIO, António José.

² Cf. Decreto de 12/05/1892, *Diário do Governo*, nº108 de 14/05/1892; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1891-1892)... op. cit.* p.3.

inerência de funções, o Conselho Superior de Instrução Industrial e Comercial, constituído pelos directores e alguns lentes dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, um representante da Universidade de Coimbra e outro da Escola Politécnica de Lisboa, Joaquim Telo, na qualidade de Chefe da Repartição de Ensino Industrial e Comercial, e três directores de escolas nomeados³.

Em 1897, contribuiu para a reforma de Augusto José da Cunha, decretada em 14/12/1897⁴.

Em 1898 colaborou directamente no diploma de 24/11/1898, assinado por Elvino de Brito, que aprovou o plano de um inquérito para diagnosticar a situação da indústria e das necessidades de ensino industrial⁵.

Pelo Decreto nº2 de 23/12/1899 que extinguiu os dois lugares de inspectores das circunscrições do norte e do sul, António Arroio foi nomeado para supervisionar todas as escolas do país sob dependência do inspector-geral e director-geral da DGCI⁶. Tomaria posse apenas no segundo semestre de 1901, finda a sua função de

³ Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1900-1910, Lisboa.

⁴ Cf. Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº283 de 15/12/1897; ARROIO, António, "Relatório sobre o ensino elementar industrial e comercial professado nas escolas dependentes do Ministério do Fomento. Abril de 1911", in *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 3-226.

⁵ Cf. ARROIO, António, "Missão de estudo a algumas escolas de ensino técnico industrial, artístico e comercial do grau elementar e secundário na Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra em 1901. Esboço de um relatório", in *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 227-360.

⁶ Cf. Decreto nº2 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº 294 de 28/12/1899.

vogal da Comissão portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1900⁷.

Integrou, em 1907, conjuntamente com Carlos Adolfo Marques Leitão e Augusto Patrício Prazeres, uma comissão nomeada para estudar a orientação a dar ao ensino industrial com vista a melhor o adaptar às necessidades locais através do incremento do ramo profissional⁸.

Em 1907 foi nomeado vogal da Comissão para a organização das colecções portuguesas a enviar à Exposição do Rio de Janeiro de 1908⁹.

Foi sócio fundador, em 1908, da Liga de Educação Nacional¹⁰.

Foi progredindo na carreira de engenheiro, tendo sido promovido a Engenheiro Chefe de 1ª em 1912 (decreto de 01/06/1912) e a inspector do quadro técnico das Obras Públicas em 1919 (decreto de 09/08/1919). Após a suspensão da Inspeção-geral dos serviços do Ministério (decreto nº10031 de 22/08/1924) foi colocado como vogal no Conselho Superior de Obras Públicas (despacho de 27/08/1924).

Em 1929 deixou o serviço do Conselho Superior de Obras Públicas e solicitou a aposentação.

⁷ Cf. PORTUGAL, Idalina, "Arroio, António José", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, p.112; ARROIO, António, *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

⁸ Portaria de 09/09/1907, *Diário do Governo* nº207 de 16/09/1907.

⁹ Cf. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Documentos relativos à organização da secção portuguesa da Exposição do Rio de Janeiro de 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

¹⁰ Cf. PORTUGAL, Idalina, "Arroio, António José", in *op. cit.*.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca

(28/01/1835 – 19/05/1911)

Inspector das escolas industriais da circunscrição do sul (1884-1891)

Completo o curso da Escola Naval em 1853 e no ano seguinte ingressou como lente de Física no Instituto Industrial de Lisboa, em acumulação, até 1871, com a docência na Escola Naval¹¹. Possuía o curso geral da Escola Politécnica de Lisboa¹².

Merece destaque a presença de Fonseca Benevides nas Exposições Universais. Em Junho de 1855 foi-lhe concedida, a seu pedido, autorização para gozar de uma licença de três meses após o final do ano lectivo para se deslocar à Exposição Universal de Paris¹³. Em 1867, quando se realizou na mesma cidade nova exposição, Benevides foi incumbido pela DGCI do MOPCI de ali efectuar uma comissão de serviço, com a duração de dois meses e com direito a uma gratificação de 600\$000 réis, para estudar os aparelhos de física telegráfica e faróis e, ainda, as máquinas a vapor¹⁴.

Foi nomeado, por despacho de 15/05/1884, inspector das escolas, função que exercerá

¹¹ Cf. MOREIRA, Tiago, "Benevides, Francisco da Fonseca", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 160-161.

¹² COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial...* op. cit.

¹³ AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Coleção de Processos Individuais, *BENEVIDES, Francisco da Fonseca*, requerimento de 16/05/1855, ofício de 04/06/1855.

¹⁴ *Ibidem*, ofício de 02/07/1867 e portaria nº202, de 05/07/1867.

durante sete anos¹⁵.

A fim de melhor se habilitar para o exercício do novo cargo, Benevides deslocou-se por mote próprio, nos meses de Junho e de Julho, a França, à Alemanha e a Itália, para visitar museus e estabelecimentos de ensino profissional e de desenho industrial e, ainda, para percorrer a Exposição Universal patente em Turim, com particular enfoque para a presença das escolas industriais¹⁶. Recebeu louvor régio pelo relatório apresentado¹⁷.

Coube-lhe, ainda, a tarefa de elaborar programas de cadeiras e instruções regulamentares sobre exames e atribuição de prémios nas escolas¹⁸.

Deveu-se às propostas de Fonseca Benevides a criação de oficinas anexas às escolas, em 1886 e nos anos subsequentes, incluindo oficinas para o sexo feminino¹⁹.

Na Exposição Industrial Nacional de 1888, na Avenida da Liberdade, coordenou a mostra de trabalhos das escolas da sua circunscrição e organizou o respectivo

¹⁵ Despacho de 15/05/1884, *Diário do Governo* nº116 de 23/05/1884.

¹⁶ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre alguns estabelecimentos de instrução e escolas de desenho industrial em Itália, Alemanha e França e na Exposição de Turim de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

¹⁷ Portaria de 23/08/1884, *Diário do Governo* nº 196 de 30/08/1884.

¹⁸ Cf. Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul, *Instruções, Regulamento e Programma das Cadeiras aprovadas pelo Ministro das Obras Públicas, Commercio e Industria em 7 de Abril de 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

¹⁹ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 35.

catálogo²⁰.

Recebeu, em Novembro de 1888, novo louvor régio pelo trabalho desenvolvido como inspector das escolas industriais da circunscrição do sul, na sequência de informação do director-geral da DGCI (Ernesto Madeira Pinto)²¹.

Benevides deixaria ainda um registo assaz completo da participação das escolas industriais dos vários países europeus na Exposição Universal de Paris de 1889, destacando a única escola portuguesa participante, a Escola Rainha D. Maria Pia de Peniche²².

Fonseca Benevides deixou pormenorizados relatórios anuais, entre 1884/85 e 1890/91, sobre as escolas e sobre os esforços e iniciativas que desenvolveram para o incremento daquele ensino²³.

²⁰ *As Escolas Industriaes da Circunscrição do Sul na Exposição Industrial de Lisboa em 1888. Catálogo dos Desenhos e outros objectos executados e expostos pelos alumnos*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1888.

²¹ Portaria de 02/11/1888, *Diário do Governo* nº 255 de 07/11/1888.

²² Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e Profissionais na Exposição Universal de Paris de 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

²³ Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriaes e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul. Annos lectivos de 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888; MOPCI, DGCI, *Relatório sobre as Escolas Industriaes e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul (1889 - 1890)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890; BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre as Escolas Industriais e*

Foi exonerado de inspector, a seu pedido, em 23 de Outubro de 1891²⁴.

Em inícios de 1892 assumiu a direcção do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, lugar que ocupou até 1901²⁵. A sua importância como educador e como director do Instituto industrial de Lisboa foi assinalada em linhas gerais no *Dicionário de Educadores Portugueses*²⁶.

Recebeu uma medalha de ouro, como colaborador, na Exposição Universal da Paris de 1900²⁷.

Era conselheiro régio.

Autor de *Rainhas de Portugal*, 2 vols., 1878-1879.

de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul. Ano lectivo de 1890-91, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

²⁴ Despacho de 23/10/1891, *Diário do Governo* nº241 de 26/10/1891; cf. AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul, *Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894)*, fl.1.

²⁵ Foi nomeado, na qualidade de decano, director interino do instituto Industrial e Comercial de Lisboa em 16/01/1892 e, por portaria de 02/03/1893, fica efectivo; cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1891-1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893 e "Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1892-1893", *Apêndice ao Diário do Governo*, nº1 de 26/02/1894.

²⁶ Cf. MOREIRA, Tiago, "Benevides, Francisco da Fonseca", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 160-161.

²⁷ Cf. Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa - Inspeção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas obtidas pelos expositores de Portugal e pelos seus colaboradores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

BREYNER, Francisco Manuel de Melo
(4º conde de Ficalho)
(1837-1903)²⁸
Conservador do Museu Industrial de Lisboa (1884-?)

Concluiu o curso da Escola Politécnica em 1860.

Lente da Escola Politécnica desde 1861 (lente proprietário e catedrático a partir de 1890).

Inspector-geral de Belas-Artes.

Camarista de D. Carlos, mordomo-mor da Casa Real, membro do Conselho de Estado (efectivo a partir de 1893).

Membro do grupo "Os vencidos da vida".

Sócio da Academia Real das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Par do Reino a partir de 1881, fez parte de várias comissões, entre as quais, a da Instrução Pública (1885-1886, 1890-1894) e Obras Públicas (1885-1886, 1890-1892).

No Parlamento seguiu o Partido Regenerador.

Nomeado Conservador do Museu Industrial de Lisboa em 1884²⁹.

²⁸ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi seleccionada de PEREIRA, Zélia, "BREYNER, Francisco de Melo", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 1, Lisboa, ICS/AR, 2005, pp. 462-463.

²⁹ Despacho de 07/05/1884, *Diário do Governo* nº126 de 04/06/1884.

BRITO, Elvino José de Sousa e
(19/05/1851 / 17/08/1902)³⁰
Chefe da RI da DGCI do MOPCI (1886)
e director da DGCI do MOPCI (1886)

Cursou, no Porto, Engenharia Civil de Minas e Engenharia de Pontes e Estradas. Concluiu os estudos em 1876.

Iniciou a sua actividade profissional no MOPCI no caminho-de-ferro do Douro (ofício de 29/08/1876 da Direcção do Caminho de Ferro do Douro ao director-geral de Obras Públicas e Minas).

Nomeado director das Obras Públicas da província de S. Tomé e Príncipe por decreto de 19/10/1877, *Diário do Governo* de 27/10/1877 (com a graduação de capitão).

Exonerado de director das Obras Públicas da província de S. Tomé e Príncipe por decreto de 05/04/1878 e colocado em Vila Real.

Transferido em 05/06/1879 para a Direcção da Fiscalização da linha-férrea da Beira Alta.

Em 1879, filiou-se no Partido Progressista e foi eleito deputado. Fez parte de diversas comissões parlamentares, entre as quais a das Obras Públicas (1880-81, 1886, 1887-88, 1889, 1898), Indústria (1891), Orçamento (1893, 1898), Instrução Pública Superior Especial (1894)³¹.

Nomeado, em 10/06/1879, secretário da Repartição Central do MOPCI no gabinete

³⁰ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi obtida in AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, BRITO, Elvino José de Sousa e.

³¹ Cf. "Brito (Elvino José de Sousa e)", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Ed. Enciclopédia Lda., Lisboa / Rio de Janeiro, vol. V, p.103.

do ministro Augusto Saraiva de Carvalho e, em 17/06/1879, secretário particular do mesmo ministro.

Em 12/03/1880, por motivo de "padecer do peito", o que o obriga a reduzir a actividade, pede dispensa de secretário do gabinete do ministro. Acrescenta que já avisou não poder trabalhar assiduamente na Câmara de Deputados de que é membro. Deferido em 16/03/1880.

Em 22/03/1881 ingressa na Secretaria de Estado das Obras Públicas como 1º oficial (requerimento de 22/03/1881, deferido na mesma data).

Nomeado na mesma data (22/03/1881) Chefe da 2ª secção da Repartição de Minas da DG de Obras Públicas e Minas.

Nomeado, por decreto de 24/04/1884, chefe da Repartição de Estatística³².

Em 08/10/1884 é incumbido de ir em serviço ao estrangeiro por um mês para fazer estudos estatísticos.

Publicou o 1º Anuário Estatístico de Portugal e Colónias, obra apreciada no estrangeiro e que mereceu um louvor régio³³.

Em 1886 é nomeado Lente Catedrático do Instituto Industrial de Lisboa³⁴.

Nomeado interinamente, por portaria de 05/03/1886, chefe de repartição de Indústria do MOPCI, em substituição de Miguel Maurício Faria, acumulando com o cargo de chefe de Repartição de Estatística.

³² Decreto de 24/04/1884, *Diário do Governo*, nº94 de 26/04/1884.

³³ Cf. "Brito (Elvino José de Sousa e)", *Grande Enciclopédia...: op. cit.*; MOPCI, "Louvor" de 12/02/1886, *Diário do Governo*, nº47 de 01/03/1886.

³⁴ Cf. "Brito (Elvino José de Sousa e)", *Grande Enciclopédia... op. cit.*

Em Junho de 1886, foi nomeado director-geral da DGCI, em substituição de Silvestre Bernardo Lima³⁵.

Em Julho de 1886, na sequência do Decreto de 28/07/1886, que reorganizou os serviços do MOPCI, é nomeado director-geral da Direcção Geral de Agricultura³⁶.

Foi-lhe concedido o título de Conselheiro por decreto de 01/07/1886.

Em 1886, por morte de Fontes Pereira de Melo, ocupa o seu lugar na Junta Consultiva do Ultramar³⁷.

Deve-se à sua iniciativa a Exposição Industrial Portuguesa com uma secção Agrícola e Pecuária, de 1888³⁸.

Em 1889 preparou a representação portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1889³⁹.

Nomeado, em 08/07/1889, Comissário Régio junto da Companhia Real dos Caminhos de Ferro portugueses.

Nomeado, em 24/08/1889 (*Diário do Governo* nº190 de 26/08/1889), para exercer interinamente, em acumulação com a direcção da Direcção Geral de Agricultura, o cargo de director-geral da DGCI na ausência, em comissão no estrangeiro, de Ernesto Madeira Pinto e encontrando-se

³⁵ Decreto de 25/06/1886, *Diário do Governo* nº142 de 26/06/1886; Cf. AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Repartição de Indústria 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas (1884-1887)*.

³⁶ O decreto de 28/07/1886 autonomizou a anterior Repartição de Agricultura da DGCI, considerando-a uma remodelação da DGCI, o que implicou que o anterior director-geral da DGCI, à data Elvino de Brito, passasse a director-geral da DGA (art. 95º); Decreto de 28/07/1886, in *Colecção de legislação de 1886 e 1887 relativa a Obras Públicas e Minas*, Lisboa, Imprensa nacional, 1888, pp.59-95.

³⁷ Cf. "Brito (Elvino José de Sousa e)", *Grande Enciclopédia... op. cit.*

³⁸ Cf. *Ibidem*.

³⁹ Cf. *Ibidem*.

também ausentes em comissão ou licença os chefes de repartição da respectiva DGCI.

Exonerado a seu pedido da função interina de director-geral da DGCI em acumulação com a de director-geral da DG de Agricultura⁴⁰.

Secretário Geral do MOPCI em acumulação com o cargo de director-geral da DG de Agricultura.

Em 1897 foi nomeado Provedor da Casa Pia⁴¹.

Em 1898 foi elevado ao pariato⁴².

Ministro do MOPCI entre 18/08/1898 e 25/06/1900⁴³. Decretou, em 1898, Plano de Inquérito à situação da indústria e do ensino industrial⁴⁴.

Vogal efectivo do Tribunal de Contas em 21/06/1900, *Diário do Governo*, nº139 de 25/06/1900.

Escreveu em jornais como *Progresso* e *Correio da Noite*⁴⁵.

⁴⁰ Portaria de 24/09/1889, *Diário do Governo* nº219 de 28/09/1889 (assinada por Eduardo José Coelho).

⁴¹ Cf. "Brito (Elvino José de Sousa e)", *Grande Enciclopédia... op. cit.*

⁴² Cf. *Ibidem*.

⁴³ Cf. SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados. 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.

⁴⁴ Decreto de 24/11/1898, *Diário do Governo* nº 272 de 3 de Dezembro. O inquérito não chegou a realizar-se.

⁴⁵ Cf. MATOS, Ana Cardoso, "BRITO, Elvino José de Sousa e", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. I, Lisboa, ICS/AR, 2004, pp. 469-473.

LEITÃO, Carlos Adolfo Marques

(01/05/1855 – 25/02/1938)⁴⁶

Director da escola Marquês de Pombal (1890-1929)

Inspector interino da circunscrição do sul (1888-19??)

Director da Escola Industrial Marquês de Pombal, substituiu em diversas ocasiões, a partir de 1888, o inspector das escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do Sul nas suas faltas e impedimentos. Continuou a desempenhar esta função após 1899, quando foram extintos os dois lugares de inspector das escolas. António Arroio foi então nomeado para supervisionar todas as escolas do país, sob dependência do inspector-geral e director-geral da DGCI, mas tomaria posse apenas no segundo semestre de 1901.

Militar de carreira, começou a leccionar a disciplina de Desenho no Real Colégio Militar, em 1879.

Em 1888, quando a Escola Marquês de Pombal foi elevada a escola industrial, inicia aí, em acumulação, a actividade de professor de Aritmética e Geometria.

No ano seguinte assume interinamente a direcção da escola, cargo que se tornou definitivo em 13/03/1890 e que ele deteria

⁴⁶ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi seleccionada dos seguintes artigos: NÓVOA, António, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 707-708; RAMOS, Rui, "LEITÃO, Carlos Adolfo Marques", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 2, Lisboa, ICS/AR, 2005, pp. 520-522.

até 14/06/1929⁴⁷.

Em 1892 apresentou uma comunicação sobre a escola Marquês de Pombal no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, realizado em Madrid⁴⁸.

Recebeu um louvor régio em 1893⁴⁹.

Foi assessor do ministro Augusto José da Cunha na elaboração do Plano de Organização das escolas industriais de 1897⁵⁰.

Foi preceptor e professor dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel a partir de 1899.

Elaborou a brochura sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul para a Exposição Universal de Paris de 1900⁵¹. Nesta exposição foi, ainda, agraciado com uma medalha de ouro, como colaborador⁵².

Integrou, por nomeação, desde 1900, o Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial. Deste faziam parte os directores

dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e alguns dos seus lentes, um representante da Universidade de Coimbra e outro da Escola Politécnica de Lisboa, Joaquim Telo na qualidade de Chefe da Repartição de Ensino Industrial e Comercial, António Arroio na qualidade de inspector, e mais dois directores de escolas nomeados, Francisco Adolfo Coelho (escola Rodrigues Sampaio) e João Vaz (escola Afonso Domingues)⁵³.

Aderiu ao Partido Regenerador-Liberal, de João Franco, em 1903, e foi eleito deputado por esse partido em 1906.

Integrou, em 1907, conjuntamente com António Arroio e Augusto Patrício Prazeres, uma comissão nomeada para estudar a orientação a dar ao ensino industrial com vista a melhor o adaptar às necessidades locais através do incremento do ramo profissional⁵⁴.

Na obra preparada pela secção portuguesa da Exposição Industrial do Rio de Janeiro de 1908, foi responsável pelo capítulo sobre o ensino industrial e comercial⁵⁵.

Assinou o programa da Liga de Educação Nacional (1908) e participou nos Congressos da Liga Nacional de Instrução entre 1908 e 1914.

Dirigiu, igualmente, o Real Colégio Militar (1910 a 1912) e a Escola Normal para o Ensino do Desenho (1922).

⁴⁷ Cf. FERREIRA, João Filipe Evangelista, *A Escola Marquês de Pombal: Um estudo de caso do Ensino Técnico em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, U. Católica Portuguesa, 1999 (policopiado).

⁴⁸ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Escola Industrial Marquez de Pombal. O seu estado actual e notícia do movimento escolar no ano lectivo de 1891-1892*, Separata de *O Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899.

⁴⁹ Portaria de 02/05/1893 cit. in AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul, *Copiadores de correspondência expedida (1891-1894)*, vol. 2, ofício nº5017 de 04/05/1893, fl. 9.

⁵⁰ Cf. *Escola Industrial Marquês de Pombal. 1888-1963*, Lisboa, Aço Irmãos Lda., 1963.

⁵¹ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, *Enseignement spécial industriel et commercial. Les écoles industrielles et de dessin industriel de la Circonscription du Sud*, s/l., Exposition Universelle de 1900 - Section Portugaise, 1900.

⁵² Cf. Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa - Inspeção Geral, VI. *Lista Definitiva das Recompensas obtidas pelos expositores de Portugal e pelos seus colaboradores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

⁵³ Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1900-1910, Lisboa.

⁵⁴ Portaria de 09/09/1907, *Diário do Governo* nº207 de 16/09/1907.

⁵⁵ Cf. LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, "Ensino industrial e comercial", in Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa, *Notas sobre Portugal*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 569-58.

Colaborou com Azevedo Neves na reforma do ensino industrial de 1918⁵⁶.

Foi sócio-fundador e membro da direcção da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais.

LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva (24/12/1842 – ??/??/19??)⁵⁷

Inspector das escolas industriais da circunscrição do norte (1884-1891)

Engenheiro de Pontes e Estradas e de Minas pela Academia Politécnica do Porto. Professor no Instituto Industrial e Comercial do Porto, passou a Lente Catedrático em 15/02/1887⁵⁸.

Foi nomeado, por despacho de 15/05/1884, inspector das escolas, função que exercera durante sete anos⁵⁹.

Parada e Silva Leitão deixou relatórios anuais, entre 1884/85 e 1890/91, sobre as escolas e sobre os esforços e iniciativas que se desenvolveram para o incremento daquele ensino⁶⁰.

⁵⁷ Provavelmente filho de José de Parada e Silva Leitão (1809-1880), como sugere a dedicatória que lhe é dirigida por A. J. Ferreira da Silva in *Homenagem à memória de José de Parada e Silva Leitão*, Separata da *Revista da Química pura e applicada*, II Série, Ano II, Porto, Typografia a Vapor da Encyclopedia Portuguesa, 1917. A semelhança dos nomes e o facto de ambos terem leccionado no Instituto Industrial e Comercial do Porto têm levado alguns autores a considerá-los como uma só pessoa (é o caso de COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990).

⁵⁸ Cf. AHME, Fundo do MOP-DGCI, Série 03 – Pessoal, Unidade 3565, *Cadastro do pessoal do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1894)*, fl.45.

⁵⁹ Despacho de 15/05/1884, *Diário do Governo* n.º116 de 23/05/1884.

⁶⁰ Cf. MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1885 a 1886-1887)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1887 a 1888)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1888 - 1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890; MOPCI, DGCI,

⁵⁶ Cf. *Escola Industrial Marquês de Pombal... op. cit.*

Foi exonerado a seu pedido em 16/10/1891, após a publicação da reforma de João Franco e substituído por Joaquim de Vasconcelos⁶¹.

LIMA, Silvestre Bernardo⁶²
(01/04/1823/4(?) – 09/10(?) / 09/1893⁶³)
Director da DGCI (1881-1886)

Lente da Escola Veterinária Militar (nomeado por decreto de 22/07/1845) até à sua extinção em 1856 e lente do Instituto Agrícola e Escola Agrónoma de Lisboa (nomeado em 08/01/1856).

Nomeado, em 26/08/1859, Vice-Presidente do Conselho Especial de Veterinária.

Deputado, uma única vez, pelo círculo de Benavente (1865-1868). Em 1887 foi eleito Par do Reino por Faro⁶⁴.

Nomeado director-geral da DGCI por decreto de 17/03/1881 (após a morte de Morais Soares).

Na sequência da criação dos Museus Industriais de Lisboa e Porto, Silvestre Lima elaborou uma "Classificação sistemática" para a sua organização, a qual

Relatórios sobre as Escolas Industriaes e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1889 - 1890), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891; MOPCI, DGCI, *Relatórios sobre as Escolas Industriaes e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1890 a 1891)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

⁶¹ Decreto de 16/10/1891, *Diário do Governo* nº235 de 19/10/1891. A reforma de João Franco alterou os critérios de escolha dos inspectores; cf. Decreto de 08/10/1891, *Diário do Governo* nº227 de 09/10/1891.

⁶² A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi obtida in AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *LIMA, Silvestre Bernardo*.

⁶³ Não há concordância entre as obras consultadas quanto às datas de nascimento e de morte. Maria José MARINHO só apresenta ano de nascimento (?/1824) enquanto que Inocêncio SILVA e Pedro ARANHA apresentam dados mais completos, mas discordantes no ano (01/04/1823); em relação à data da morte apenas divergem no dia, 10 para a primeira e 9 para os segundos. Cf. MARINHO, Maria José, "LIMA, Silvestre Bernardo", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 2, Lisboa, ICS/AR, 2005, pp. 587-588; SILVA, Inocêncio Francisco da, ARANHA, Pedro Venceslau de Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973 (ed. fac-similada), Tomo VII, p. 258 e T. XIX, p.212.

⁶⁴ Cf. MARINHO, Maria José, "LIMA, Silvestre Bernardo", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 2, Lisboa, ICS/AR, 2005, pp. 587-588.

viria a ser aprovada em inícios de 1885⁶⁵. Após a subida ao poder do governo progressista de José Luciano de Castro, com Emídio Navarro na pasta do MOPCI, o Chefe de Repartição de Indústria, Miguel Maurício de Faria, foi substituído, em inícios de Março, por Elvino de Brito⁶⁶. A partir dessa data, a documentação emanada da RI da DGCI, até então assinada por Silvestre Bernardo Lima, passou a ser assinada por Elvino de Brito⁶⁷. Em 22/06/1886 solicita aposentação do lugar de director-geral da DGCI por motivos de idade e saúde. Deferido em 23 ou 25/06/1886 (*Diário do Governo* nº142). Ficou adjunto à Secretaria-geral a fim de exercer serviços compatíveis com o estado de saúde. Foi incumbido por despacho de Emídio Navarro de 28/06/1886 de proceder a melhoramentos e arborização da Mata do Buçaco e da Trafaria (Portaria de 28/06/1886). Sócio da Academia Real das Ciências e da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa⁶⁸.

⁶⁵ Portaria de 19/01/1885, in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

⁶⁶ O 41º governo constitucional, do Partido Progressista, iniciou funções em 20/02/1886. O Partido Regenerador estava no poder desde 25/03/1881 (38º governo constitucional). Ver notas biográficas sobre Elvino de Brito.

⁶⁷ Cf. AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Repartição de Indústria 2ª secção, *Registo de comunicações expedidas (1884-1887)*.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (30/04/1845-24/08/1894)⁶⁹

Director do Museu industrial do Porto (1884-1888/9)

Estudou no Liceu de Lisboa e na Academia de Belas-Artes.

Escritor, historiador, economista, quadro superior de empresas e político.

Presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880). Ensaiou um inquérito às indústrias do Porto⁷⁰.

Inicialmente de ideário socialista, inscreve-se, depois, no Centro Eleitoral Republicano Democrático (1880), mas colaborou facilmente com a administração regeneradora.

Em 1881 participou no Inquérito Industrial, trabalhando directamente no Inquérito às Indústrias do Porto (a convite de Tomás Ribeiro).

Membro da direcção do Museu Industrial do Porto (1884-1889)⁷¹.

Em 1885 aderiu ao Centro Progressista do Porto. É apoiado por Anselmo Braamcamp e Emídio Navarro. Em *Política e Economia*

⁶⁹ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi seleccionada dos seguintes artigos: MATOS, Sérgio Campos, "MARTINS, Joaquim Pedro de OLIVEIRA", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 880-888; RAMOS, Rui, "MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 2, Lisboa, ICS/AR, 2005, pp. 773-779.

⁷⁰ Cf. CARDOSO, José Luís, "Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins: controvérsias económicas", in ALMODOVAR, António, ALVES, Jorge Fernandes, GARCIA, Maria do Pilar (orgs.), *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, Porto, CLC-FL da Universidade do Porto, 1997, pp. 45-61.

⁷¹ Portarias de 24/12/1883, *Diário do Governo* nº297 de 31/12/1883.

Nacional (1885), expõe "uma matriz global de enquadramento do papel motor do Estado no desenvolvimento económico do país"⁷², na qual destaca a criação de incentivos institucionais à formação de recursos humanos. Mas com o projecto político "Vida Nova" suscitou a oposição de importantes progressistas (Mariano de Carvalho, Emídio Navarro).

Em 1886 foi nomeado, por Emídio Navarro, Presidente da Comissão encarregue de um Inquérito à Agricultura, a qual apresentou, no mesmo ano, um relatório com uma proposta de matriz⁷³.

Deputado (1886-1894).

Em 1888 desligou-se da maioria progressista e formou com Carlos Lobo de Ávila, António Enes e António Cândido, o conde de Ficalho o "Grupo dos Amuados" (em silêncio na Câmara). Com estes e Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, o conde de Sabugosa, o futuro conde de Arnoso e o futuro marquês de Soveral, forma o grupo dos "Vencidos da Vida".

Integrou a comissão executiva da Exposição Industrial Portuguesa de 1888.

Administrador-geral da *régie* dos Tabacos (1888-1891) e da Companhia de Moçambique (1888-1890)

Nomeado, por portaria de 14/03/1890, delegado técnico para a Conferência

Internacional de Berlim sobre Protecção dos Operários⁷⁴.

Ministro da Fazenda (1892, durante 121 dias)

Vice-presidente da Junta do Comércio Público (1893-1894)

Fundou *A Província* (1885) e o *Repórter* (1888). Colaborou em *A Revolução de Setembro* e *Jornal do Comércio, República. Jornal da Democracia Portuguesa*.

Foi também amigo de Alexandre Herculano, Antero de Quental, Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis e Luciano Cordeiro.

Em relação à educação, no início dos anos setenta defende uma escola primária "secular, obrigatória e gratuita" e critica severamente a tradição religiosa. Mas a partir de 1875 acaba por reconhecer que a apressada secularização das escolas tinha sido nefasta, pois não havia professores preparados e os compêndios e programas não tinham qualidade.

Oliveira Martins via na instrução geral, popular, um instrumento decisivo para o desenvolvimento económico e a transformação social e moral da comunidade nacional. Neste aspecto mostrava-se em sintonia com a tradição racionalista e liberal dominante na *intelligentsia* portuguesa de Oitocentos. Inspirando-se na experiência suíça, defendia que a instrução elementar deveria ser obrigatória entre os 6 e os 12 anos, bem como para os adultos em cursos nocturnos

⁷² CARDOSO, José Luís, "Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins... *op. cit.*, p. 55.

⁷³ Decreto de 02/04/1886, *Diário do Governo*, nº75 de 05/04/1886; MOPCI, DGCI, "Relatório da Comissão encarregue de um Inquérito à Agricultura", *Diário do Governo*, nº 100 de 06/05/1886 e nº101, de 07/05/1886.

⁷⁴ AHMOP, Fundo do MOPCI, Secretaria Geral, *Registos de correspondência expedida (1886-1892)*, vol.2, officios nº24 e 25 de 14/03/1890, fls. 36vs e 37.

e ao domingo. Defendia a proibição do trabalho infantil até aos 12 anos. Defendia a descentralização do ensino para a sua adequação às particularidades locais.

Considerava o ensino liceal o principal instrumento de formação das classes médias.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho

(24/11/1836 – 27/09/1915)⁷⁵

Inspector das escolas industriais da circunscrição do sul (1891-1892)

Foi professor de Francês e latim no Colégio da Lapa no Porto.

Em 1867 visitou a Exposição Universal de Paris.

Em 1868 radicou-se em Lisboa e foi provido oficial de Secretaria da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Em 1871 inicia a publicação de *As Farpas*, inicialmente com Eça de Queirós e depois sozinho, tendo dedicado algumas crónicas ao ensino industrial e à instrução feminina⁷⁶.

Em 1878 visitou a Exposição Universal de Paris⁷⁷.

Na década de 70 partilhou das ideias republicanas e, em 1880, concebeu o cortejo cívico das Comemorações do IV Centenário da morte de Camões. Posteriormente abandonaria aquelas ideias e juntar-se-ia ao grupo dos Vencidos da Vida.

Foi nomeado inspector por decreto de 23/10/1891 e foi exonerado a seu pedido por decreto de 09/07/1892⁷⁸.

⁷⁵ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi seleccionada de LEAL, Ernesto Castro, "ORTIGÃO, José Duarte Ramalho", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 1016-1018;

⁷⁶ Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, (ed. completa), Lisboa, Clássica Editora, 1986-1992.

⁷⁷ ORTIGÃO, Ramalho, *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, Lisboa Clássica Editora, 1945.

⁷⁸ Cf. AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspecção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na

Foi vice-presidente da secção de ensino técnico do Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano (Madrid 1892).

Tornou-se amigo do rei D. Carlos e foi nomeado bibliotecário do Palácio da Ajuda em 1895.

Em 1906-1908 apoiou as posições de João Franco.

Após a implantação da República exilou-se em Paris, regressando em 1912.

Escreveu as *Últimas Farpas* (1911-1914) e manifestou a sua convergência ideológica com os monárquicos integralistas.

Destaca-se a sua actividade jornalística, tendo colaborado no *Jornal do Porto*, e, em Lisboa, na *Revolução de Setembro*, no *Diário de Notícias*, no *Diário Popular* e no *Jornal do Comércio*.

A observação, a análise e os comentários críticos sobre a situação económica e do ensino, incluindo o profissional, muito presentes em *As Farpas*, atravessam o conjunto da sua obra, com destaque para *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, *A Holanda* e *John Bull. Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização*⁷⁹.

Circunscrição do Sul, *Livro de registo do pessoal de Inspeção e das respectivas escolas (1884-1894)*, fl. 91.

⁷⁹ Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas... op. cit.*; ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda... op. cit.*; ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull... op. cit.*; ORTIGÃO, Ramalho, *Notas de Viagem... op. cit.*

PINTO, Ernesto Madeira

(07/06/1846 – 11(ou 12)/03/1921)⁸⁰

Director da DGCI do MOPCI (1886-1910)

Cursou o Instituto Industrial de Lisboa (1861-1864)⁸¹.

Ingressou na Administração Central dos Correios de Lisboa – MOPCI, em 27/10/1864, com dezoito anos de idade, passando à categoria de inspector em 28/06/1880. No mesmo ano foi delegado do governo português no Congresso Postal Internacional realizado em Lisboa. Foi nomeado professor efectivo do ensino prático de correios e telégrafos em 13/12/1881 e, por despacho de 02/08/1883, dirigiu interinamente a Direcção-geral dos Correios e Telégrafos durante dois meses.

Nomeado Director-geral da DGCI em 29/07/1886, superintende o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial tuteladas pelo MOPCI e, por inerência de funções, ocupa o lugar de Vice-Presidente do Conselho de Instrução Industrial e Comercial criado pelo decreto de 30/12/1886.

Assinou diversos regulamentos do trabalho profissional nas primeiras oficinas criadas nas escolas industriais e de desenho industrial, designadamente, o da oficina de labores da escola Marquês de Pombal em Lisboa, primeira medida legislativa

⁸⁰ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi obtida in AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *PINTO, Ernesto Madeira*.

⁸¹ ALMEIDA, Pedro Tavares, "Pinto, Ernesto Madeira", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. 3, Lisboa, ICS/AR, 2006, pp. 332-333.

expressamente destinada ao ensino industrial para o sexo feminino⁸².

Foi, também por inerência de funções, Vice-Presidente do Conselho Superior do Comércio e Indústria criado por decreto de 03/02/1887⁸³.

Em 1888 foi Comissário Régio na Exposição Nacional Industrial de 1888 realizada na Avenida da Liberdade⁸⁴.

Nomeado, por portaria de 14/03/1890, delegado técnico para a Conferência Internacional de Berlim sobre Protecção dos Operários⁸⁵.

Em 1891, sendo delegado do governo na exposição industrial do Porto, foi encarregado de proceder aos estudos necessários para a realização da exposição

⁸² Portaria de 10/09/1886 que regulamenta a oficina da escola Fradesso da Silveira, em Portalegre (secções de trabalhos em madeira e em metal), Portaria de 26/10/1886 que regulamenta a oficina da escola Gil Vicente, em Belém (secções de trabalhos em pedra, em madeira e em gesso), Portaria de 22/10/1886 que regulamenta o ensino profissional na oficina de labores femininos na escola Marquês de Pombal, em Alcântara (secções de trabalhos de agulha e de pintura), Portaria de 02/12/1886 que regulamenta o ensino profissional nas oficinas da escola Afonso Domingues, em Xabregas (oficina de pintura decorativa e oficina de trabalhos em madeira e em metal), cf. *Reformas do Ensino em Portugal*, Tomo I, vol. 2 (1870-1889), Lisboa, Ministério da Educação. Secretaria-geral, 1991.

⁸³ Decreto de 03/02/1887, art. 3º, in *Colecção de legislação de 1886 e 1887 relativa a Obras Públicas e Minas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 346-349. Entre os assuntos, sobre os quais competia ao Conselho Superior de Comércio e Indústria dar parecer, incluíam-se as exposições e os inquéritos industriais e comerciais, bem como a regulamentação do trabalho fabril e do trabalho de menores e mulheres na indústria (*Ibidem*, art. 1º).

⁸⁴ Cf. Associação Industrial Portuguesa, *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1888-1890.

⁸⁵ AHMOP, Fundo do MOPCI, Secretaria Geral, *Registos de correspondência expedida (1886-1892)*, vol.2, ofícios nº22 e 23 de 14/03/1890, fl.36.

industrial de Braga⁸⁶.

O decreto com força de lei nº1 de 01/12/1892, que organizou os serviços internos do MOPCI, atribuiu-lhe, como director-geral da DGCE, a função de inspector-geral do ensino industrial e comercial, de vice-presidente do Conselho Superior do Comércio e Indústria e de vogal do Conselho Superior de Estatística⁸⁷.

Por portaria de 14/09/1893 foi transferido para o lugar de Director-geral dos Correios e Telégrafos⁸⁸ e, por decreto da mesma data, foi determinado que continuasse a desempenhar as funções de inspector-geral do ensino industrial e comercial⁸⁹. Em 1899, por conveniência de serviço, regressou ao desempenho de funções de Director-geral da DGCI (decreto de 07/09/1899). Foi nomeado, por portaria de 27/06/1900, Secretário-geral do MOPCI, cargo que exerceu em acumulação com o anterior.

Foi vogal, por inerência de funções, da Comissão Organizadora da Secção Portuguesa na Exposição do Rio de Janeiro

⁸⁶ AHMOP, Fundo do MOPCI, DGCI, RI 2ª secção, *Registo de Portarias acerca do ensino comercial e industrial (1891-1892)*, 07/12/1891, fl.94.

⁸⁷ Decreto com força de lei nº1 de 01/12/1892 in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação... op. cit.*

⁸⁸ Portaria de 14/09/1893, *Diário do Governo* nº208 de 15/09/1893. Determinava-se que o director-geral da DGCT, Guilhermino Augusto de Barros, passava a dirigir a DGCI, trocando com Madeira Pinto, a pedido do primeiro.

⁸⁹ Decreto de 14/09/1893, *Diário do Governo* nº212 de 20/09/1893. Bernardino Machado determina que Madeira Pinto, transferido na mesma data para a DGCT, continua nos termos do § único do art. 136º do decreto com força de lei nº1, de 01/12/1892, a desempenhar as funções de inspector-geral do ensino industrial e comercial.

de 1908⁹⁰.

Após a implantação da República, foi exonerado, a seu pedido, do cargo de Secretário-geral (Portaria de 05/12/1910). Manteve-se, todavia, como Director-geral da DGCI, integrada no recém apelidado Ministério do Fomento⁹¹. Um ano mais tarde pediu a aposentação, que lhe foi concedida por decreto de 13/01/1912.

Madeira Pinto foi filiado no Partido Progressista e teve uma limitada experiência parlamentar, tendo sido eleito deputado em 1887 e em 1889 (círculo de Mogadouro, distrito de Bragança)⁹². Não proferiu discursos e as suas iniciativas foram pontuais e restritas, apresentando, por exemplo, duas representações de professores das escolas industriais sobre questões salariais (22/05/1888)⁹³. Pertenceu a algumas Comissões Parlamentares, tendo presidido a de Comércio e Artes (1887-1889)⁹⁴.

Jornalista desde muito novo, colaborou em jornais de Lisboa – País, Progresso, Gazeta do Porto, Comércio de Portugal, Diário de Notícias – e do Porto – Actualidade⁹⁵.

⁹⁰ Cf. COSTA, Bernardino Camilo Cincinnato da, *Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908. Catálogo Oficial da secção Portuguesa*, Lisboa, Typographia "A Editora", 1908.

⁹¹ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares, "Pinto, Ernesto Madeira... *op. cit.*."

⁹² Cf. *Ibidem*.

⁹³ Cf. Intervenção de Madeira Pinto, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, sessão de 22 de Maio, pp. 1656 e 1685.

⁹⁴ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares, "Pinto, Ernesto Madeira... *op. cit.*."

⁹⁵ Cf. "Madeira Pinto, Ernesto", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa /Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia Lda., vol. XV, p. 848.

**SOUSA, Gustavo Adolfo Gonçalves e
(??/1818 – 30/03/1899)**

**Inspector interino das escolas industriais
da circunscrição do norte (1892)**

Curso de Eng^o de Pontes e Minas da Academia Politécnica do Porto (1850)⁹⁶.

Leccionou na Escola Industrial Portuense desde o início do seu funcionamento em 1852 (inauguração a 22/11/1852)⁹⁷.

Foi lente na Academia Politécnica do Porto até 1882⁹⁸.

Foi lente na Escola Industrial do Porto desde 1853, futuro Instituto Industrial e Comercial do Porto, que dirigiu a partir de 1882⁹⁹.

Desempenhou um papel importante na Exposição Industrial de Guimarães em 1884¹⁰⁰.

Desempenhou, a título interino, as funções de inspector das escolas industriais da circunscrição Norte entre a exoneração de Joaquim de Vasconcelos e a nomeação de

⁹⁶ Cf. MOREIRA, Tiago, "Sousa, Gustavo Adolfo Gonçalves e", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores ... op. cit.*, p. 1341.

⁹⁷ Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990, pp. 40-43.

⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

⁹⁹ Cf. AHME, Fundo da Direcção Geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Série Pessoal, Unidade 3565, *Cadastro do pessoal do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1894)*, fl. 35; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial ... op. cit.*, p. 168; *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Colónias*, Lisboa, 1893-1910.

¹⁰⁰ Cf. *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Porto, Typ. António José da Silva Teixeira, 1884.

António Arroio (12/05/1892) e o início de funções deste último (01/06/1892)¹⁰¹.

SOUSA, Luciano Baptista Cordeiro de (21/07/1844 – 24/12/1900)¹⁰²

Inspector das escolas industriais da circunscrição do sul (1892-1899)

Luciano Cordeiro cursou a Escola Politécnica de Lisboa, mas tendo interrompido os estudos por motivos de saúde, acabou por frequentar o Curso Superior de Letras (1865-1867), tendo-se colocado ao lado de Antero de Quental na famosa "Questão Coimbrã". Ingressara na vida militar em 1862 e, por nomeação do Ministério da Guerra, iniciou a sua carreira profissional como professor de Filosofia e Literatura no Real Colégio Militar (1871-1874)¹⁰³.

As suas actividades políticas, científicas e jornalísticas são assaz conhecidas, nomeadamente no que respeita à sua dedicação à questão colonial, à qual se associam a fundação e presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) e o papel que desempenhou, como delegado de Portugal, na Conferência de Berlim (1884-85). No que respeita ao ensino, preocupou-se sobretudo com a instrução ultramarina, no que respeita quer às escolas profissionais, quer ao ensino secundário¹⁰⁴.

¹⁰¹ Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial ... op. cit.*; António Arroio foi nomeado por despacho de 12/05/1892, tomou posse do lugar em 01/06/1892 e só assumiu funções no final do ano lectivo; cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, ARROIO, António José; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas ... Circunscrição do Norte (1891-1892)... op. cit.* p.3.

¹⁰² A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi obtida in SANTOS, Marta Carvalho, "Sousa, Luciano Baptista Cordeiro de", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar... op. cit.*, vol. 3, pp. 844-849.

¹⁰³ Cf. CARVALHO, Joaquim de, "Homenagem a Luciano Cordeiro", in *Obra Completa*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1887, pp. 141-154.

¹⁰⁴ Sobre o pensamento de Luciano Cordeiro como educador ver PAULO, João Carlos, "Cordeiro de Sousa, Luciano Baptista", in NÓVOA, António

Desempenhou um papel activo nas comemorações nacionalistas do 3º centenário da morte de Camões (1880), do 1º centenário da morte do Marquês de Pombal (1882) e do 4º centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898).

Ingressou no Ministério do Reino em 1882. Filiado no Partido Regenerador foi eleito deputado por três vezes (1881-84; 1884-87; 1890-92) e fez parte de vinte e duas Comissões, entre as quais as de Comercio e Artes e de Instrução Primária e Secundária. Em 1890 foi eleito vice-presidente da recém-criada Liga de Educação Nacional¹⁰⁵.

Foi nomeado inspector das escolas industriais da circunscrição do sul por decreto de 09/07/1892 e tomou posse em 16/07/1892¹⁰⁶. Chefiava, à data, a Repartição de Instrução Superior da Direcção Geral da Instrução Pública (Ministério do Reino)¹⁰⁷.

Foi reconfirmado no cargo de inspector em 1897 e em finais de 1899 ainda se

mantinha em funções¹⁰⁸. Teria sido, presumivelmente, exonerado da função de inspector quando Elvino de Brito eliminou os dois lugares de inspectores¹⁰⁹.

Distinguiu-se no jornalismo político e publicou artigos no *Diário de Notícias*.

(dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 388-389.

¹⁰⁵ A Liga de Educação Nacional foi um projecto de Bernardino Machado, seu primeiro presidente (cf. FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985).

¹⁰⁶ Cf. AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspecção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul, *Livro de registo do pessoal de Inspecção e das respectivas escolas (1884-1894)*, fl. 93vs; AHMOP, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspecção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul, *Copiadores de correspondência expedida (1891- 1894)*, vol.1, fl. 382.

¹⁰⁷ Cf. *Damião de Goes*, nº 342, 17/02/1892, p.1.

¹⁰⁸ Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo* nº 283 de 15/12/1897; AHCM de Alenquer, Fundo da Escola *Damião de Goes*, Caixa 1, Comunicação de serviço da inspecção de 28/10/1898; o seu nome ainda consta como inspector no *Anuário Comercial... op. cit.*, de 1900.

¹⁰⁹ Cf. Decreto nº2 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº 294 de 28/12/1899; COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.

TELO, Joaquim José Pimenta
(06/02/1841 – 21/12/1912)¹¹⁰
Chefe da RI da DGCI do MOPCI (1886-1910)
Director do Museu Industrial de Lisboa

Formado em medicina pela Universidade de Coimbra, ingressou na carreira militar em 12/07/1865, reformando-se com o posto de General em 15/11/1908. A direcção do Hospital provisório instalado em Vila Real de Santo António aquando da epidemia de cólera, em 1885, granjeou-lhe a insígnia de cavaleiro da Ordem militar de N^a. Sra. da Conceição (decreto de 16/09/1886).

Joaquim Telo foi secretário particular de Emídio Navarro quando este, em Fevereiro de 1886, assumiu a pasta do MOPCI e depois foi nomeado Chefe de Repartição da Indústria da DGCI do MOPCI (decreto de 12/08/1886). Manteve a chefia da Repartição incumbida dos assuntos das escolas industriais até aos finais da monarquia, embora aquela tenha, nas sucessivas remodelações orgânicas do MOPCI, tomado várias designações: Repartição de Indústria, Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria, Repartição do Ensino e Estatística Industrial e Repartição do Ensino Industrial e Comercial.

Após a implantação da República, Joaquim Telo continuou a chefiar Repartição do

¹¹⁰ A informação constante deste texto, à excepção dos casos devidamente assinalados, foi obtida in AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, *Telo, José Joaquim Pimenta*; "Telo, José Joaquim Pimenta", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia Lda., vol. XXXI, p. 161.

Ensino Industrial e Comercial, então integrada no designado Ministério do Fomento, reformando-se em 06/01/1912¹¹¹. Por inerência de funções ocupava o lugar de Secretário do Conselho de Instrução Industrial e Comercial criado pelo decreto de 30/12/1886.

Foi director do Museu Industrial e Comercial de Lisboa e organizou, nessa qualidade, exposições de trabalhos das escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul, a primeira em 1890/91 com trabalhos do ano lectivo anterior e a segunda em 1893, tendo sido responsável pelos respectivos catálogos, cada um deles antecedido por um relatório sobre os objectivos e a implementação do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial¹¹². Após a extinção dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, por Elvino de Brito, Joaquim Telo integrou a Comissão Superior de Exposições, criada pelo mesmo decreto de 1899¹¹³.

Em Outubro de 1889 desempenhou interinamente as funções de Director Geral da DGCI na ausência de Ernesto Madeira

¹¹¹ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares, "Telo, Joaquim José Pimenta", in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar... op. cit.*, vol. 3, pp. 903-905.

¹¹² Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Commercial de Lisboa e executados nas Escolas Industriaes e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul no Anno lectivo de 1889-1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Indústria, *Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa realizada no Museu Industrial e Commercial de Lisboa em 28 de Julho de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

¹¹³ Decreto nº1 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº294 de 28/12/1899. Cf. *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Colónias*, Lisboa, 1893-1910.

Pinto, tendo recebido um louvor pela competência e zelo demonstrados¹¹⁴.

Após a extinção dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, por Elvino de Brito, Joaquim Telo continuou à frente do museu de Lisboa como membro da Comissão Superior de Exposições, criada pelo mesmo decreto de 1899¹¹⁵.

Integrou o Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial desde 1900. Integrou, por inerência de funções, a secção de Ensino Industrial e Comercial do Conselho Superior do Comércio e Indústria. Desta Comissão faziam parte os directores dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e alguns dos seus lentes, um representante da Universidade de Coimbra e outro da Escola Politécnica de Lisboa, António Arroio na qualidade de inspector, e três directores de escolas nomeados, Carlos Adolfo Marques Leitão (escola Marquês de Pombal), Francisco Adolfo Coelho (escola Rodrigues Sampaio) e João Vaz (escola Afonso Domingues)¹¹⁶.

Filiado no Partido Progressista, foi eleito deputado em várias legislaturas, sempre por círculos algarvios, de onde era natural (1879-81; 1894; 1897-99; 1905; 1908-10). Pertenceu a oito Comissões Parlamentares, entre as quais a de Artes e Indústrias (1897-1899) e foi um parlamentar activo e

defensor dos interesses locais e regionais do Algarve¹¹⁷.

As suas propostas a favor da criação de escolas industriais foram das raras iniciativas parlamentares bem sucedidas registadas entre 1884 e 1910¹¹⁸.

Colaborou como redactor efectivo nos jornais *O Progresso*, *Novidades* e *Correio da Noite*.

¹¹⁴ Portaria de 28/09/1889, *Diário do Governo* nº221 de 01/10/1889 e Louvor a Joaquim Telo, *Diário do Governo* nº236 de 18/10/1889.

¹¹⁵ Decreto nº1 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº294 de 28/12/1899. Cf. . *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1900-1910, Lisboa.

¹¹⁶ Cf. *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1900-1910, Lisboa.

¹¹⁷ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares, "Telo, Joaquim José Pimenta ... *op. cit.*."

¹¹⁸ Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884-1910.

**VASCONCELOS, Joaquim António da
Fonseca e**

(10/02/1849 – 02/03/1936)

**Conservador e director do Museu
Industrial do Porto (1884-1899)**

**Inspector das escolas industriais da
circunscrição do norte (1891-1892)**

Embora a História de Arte fosse o seu domínio de especialização e ao qual dedicou grande parte dos seus escritos, a sua vida profissional esteve ligada a outras áreas de actividade, designadamente ao ensino, tendo colaborado em diversas revistas de educação¹¹⁹.

Foi professor de alemão no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto, até se aposentar, em 1924¹²⁰.

As suas propostas de reforma das Belas-Artes e do ensino do desenho aplicado às indústrias fazem dele um precursor das escolas industriais e de desenho industrial¹²¹. No domínio do ensino do desenho, incluindo o desenho aplicado às

artes industriais, Joaquim de Vasconcelos apresentou propostas pedagógicas inovadoras baseadas em experiências bem sucedidas em outros países europeus. O facto de ter estudado na Alemanha e ter visitado outros países, como a França, a Inglaterra e a Dinamarca, proporcionou-lhe contactos com institutos, academias e outras instituições estrangeiras e incutiu-lhe uma perspectiva comparada do ensino. Contribuiu para valorização em Portugal da importância do ensino do desenho nas escolas industriais e do papel destas no desenvolvimento das indústrias portuguesas.

Foi membro do Centro Artístico Portuense (fundado em 1879) e organizou a sua 1ª exposição, em 1881, a qual patenteava diversos espécimes de indústrias nacionais, incluindo a sua colecção particular de rendas de Peniche, Vila do Conde, Viana do Castelo, entre outras¹²².

Em 1880 foi co-fundador da Sociedade de Instrução do Porto, promovendo diversas exposições entre 1882 e 1884 (Trabalhos Mecânicos e das Indústrias Caseiras; Cerâmica; Ourivesaria e Joalheria Nacional; Fiação e Tecidos Nacionais; Marcenaria e Artes Correlativas). As duas últimas não chegaram a realizar-se¹²³.

Em 1884 foi nomeado conservador do Museu Industrial e Comercial do Porto e

¹¹⁹ Sobre o contributo de Joaquim de Vasconcelos para o ensino artístico em Portugal ver Ó, Jorge Ramos do, "Vasconcelos, Joaquim António da Fonseca", in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa, 2003, pp. 1410-1413. Joaquim de Vasconcelos fundou a *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* e colaborou em *O Instituto*, *O Ensino* (1877-78), *Revista dos Liceus* (1891-96), *A Tribuna do Professor* (1907-08).

¹²⁰ Cf. CRUZ, António Pereira da, *Joaquim de Vasconcelos. O Homem e a Obra com algumas cartas inéditas*, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, Porto, Ed. Marânu, 1950.

¹²¹ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma de Belas-Artes: análise do relatório e projectos da Comissão oficial nomeada em 10 de Novembro de 1875*, Porto, Imp. Literário-Comercial, 1877; VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma do ensino de Belas-Artes*, Porto, Imprensa Internacional, 1879.

¹²² Cf. VIANA, Maria Teresa Pereira, "Prefácio", in VASCONCELOS, Joaquim de, *Indústrias Portuguesas* (org. e prefácio de Maria Teresa Pereira Viana), Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1983.

¹²³ Cf. *Cartas de Joaquim de Vasconcelos*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1975.

elaborou o respectivo Regulamento¹²⁴. Nesta função acompanhou a implementação das escolas industriais e de desenho industrial na circunscrição do norte.

No Museu Industrial do Porto Joaquim de Vasconcelos manteve uma exposição permanente de rendas que exibiu em diversas exposições nacionais e internacionais¹²⁵.

Em 1889 assume a sua direcção, acumulando esta função com a de conservador e com a sua actividade de professor no liceu¹²⁶.

A sua colecção particular de rendas ganhou uma medalha de prata na Exposição Universal de Paris de 1889¹²⁷.

Foi professor de História de Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Escola de Belas-Artes do Porto¹²⁸.

Exerceu as funções de inspector das escolas industriais da circunscrição do

norte entre 16/10/1891 e 12/05/1892, data da nomeação de António Arroio¹²⁹.

Organizou, em 1891, a exposição das escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do norte, sobre a qual elaborou um relatório pormenorizado¹³⁰.

Após a extinção dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, por Elvino de Brito, Joaquim de Vasconcelos continuou à frente do museu do Porto como membro da Comissão Superior de Exposições, criada pelo mesmo decreto de 1899¹³¹.

¹²⁴ Cf. Despacho de 07/05/1884, *Diário do Governo* nº126 de 04/06/1884; "Regulamento do serviço interno do Museu industrial e Comercial do Porto (aprovado pela direcção na sessão de 23/11/1885)", in FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa (coord. de), *Collecção de Legislação Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

¹²⁵ Cf. *Exposition Universelle de Paris en 1889. Catalogue Officiel des Sections Portugaises*, Paris Imprimerie de la Société Anonyme de Publications Périodiques, 1889; *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal Portuense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

¹²⁶ Cf. AHMOP, Fundo do MOPCI, Colecção de Processos Individuais, VASCONCELOS, Joaquim de, ficha de registo de 23/02/1897; *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*

¹²⁷ Cf. SOUSA, A. E. de F. Cavalleiro e, *Uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889*, 2ª ed., Lisboa, Lucas e Filho Editores, 1893 (1ª ed. 1892).

¹²⁸ Cf. CRUZ, António Pereira da, *Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*

¹²⁹ Decreto de 16/10/1891, *Diário do Governo* nº235 de 19/10/1891; cf. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1891 - 1892)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

¹³⁰ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, *A exposição das escolas de desenho industrial*, Porto, Typografia de Comércio do Porto, 1891.

¹³¹ Decreto nº1 de 23/12/1899, *Diário do Governo* nº294 de 28/12/1899. Cf. *Cartas de Joaquim de Vasconcelos... op. cit.*; *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Colónias*, Lisboa, 1893-1910.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de escolas em funcionamento por ano (1884-1910).....	324
GRÁFICO 2 - Número de escolas em funcionamento e número de escolas frequentadas pelo sexo feminino (1884-1910)	325
GRÁFICO 3 – Matrículas nas escolas industriais (1884-1910)	334
GRÁFICO 4 – Evolução anual das matrículas de alunos dos dois sexos nas escolas industriais (1884-1910).....	334
GRÁFICO 5 – Evolução das matrículas nas escolas (1884-1910)	336
GRÁFICO 6 – Evolução da taxa de feminização nas escolas industriais (1884-1910).	337
GRÁFICO 7 – Evolução das matrículas do sexo feminino por escola (1884-1910)	342
GRÁFICO 8 – Evolução das matrículas do sexo masculino por escola (1884-1910)	343
GRÁFICO 9 - Escolas com maior número de matrículas do sexo feminino (1884-1910)	344
GRÁFICO 10 – Escolas com maior número de matrículas do sexo masculino (1884-1910)	344
GRÁFICO 11 – Distribuição das matrículas nas escolas industriais pelas circunscrições do sul e do norte (1884-1910).....	345
GRÁFICO 12 – Escolas com oficinas para o sexo masculino e para o sexo feminino nas escolas industriais (1886-1910)	357
GRÁFICO 13 – Matrículas nas oficinas das escolas (1886/87 – 1909/10)	365
GRÁFICO 14 – Matrículas nas oficinas das escolas por circunscrição (1886/87-1909/10)	366
GRÁFICO 15 – Evolução anual das matrículas nas oficinas (1886-1910)	367

GRÁFICO 16 - Evolução da Taxa de Feminização nas oficinas das escolas industrias (1886-1910)	369
GRÁFICO 17 --Evolução das matrículas nas oficinas do sexo feminino (1886-1910)	374
GRÁFICO 18 – Evolução das matrículas nas oficinas do sexo masculino (1886-1910)	375
GRÁFICO 19 – Matrículas do sexo feminino em oficinas (1886-1910)	376
GRÁFICO 20 – Matrículas do sexo masculinas nas oficinas (1886-1910)	377
GRÁFICO 21 – Câmara dos Deputados. Total de intervenções que referem o ensino nas escolas industriais 1884-1910	490
GRÁFICO 22 – Câmara dos Deputados. Intervenções que referem o ensino nas escolas industriais e Ocorrências sobre ensino feminino (1884-1910)	491
GRÁFICO 23 – Câmara dos Deputados. Intervenções que referem o ensino nas escolas industriais categorizadas em função do contexto parlamentar (1884-1910) .	493
GRÁFICO 24 - Câmara dos Deputados. Intervenções que referem o ensino nas escolas industriais por categoria de contexto parlamentar (1884-1910)	495

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Oficina de Pintura Decorativa, escola Marquês de Pombal	245
IMAGEM 2 – Maria Augusta Bordalo Pinheiro com as alunas da escola Rainha D. Maria Pia em 1888/89	387
IMAGEM 3 – Escola Afonso Domingues. Alunas premiadas em 1906	410
IMAGEM 4 – Vitruvas de Maria Augusta Bordalo Pinheiro e da escola de Peniche na Exposição do Ateneu Comercial de Lisboa em 1897	433
IMAGEM 5 – Folha de rosto de um Catálogo de rendas da Escola de Peniche	441
IMAGEM 6 – Diploma de Medalha de Ouro da Escola de Peniche, na Exposição do Rio de Janeiro de 1908	445
IMAGEM 7 – Transportes terrestres para Peniche	450
IMAGEM 8 – Monumento à Rendilheira, Peniche	463
IMAGEM 9 – Rendilheiras de Peniche trabalhando na rua na primeira metade do séc. XX)	465
IMAGEM 10 – A cerimónia de inauguração da Escola de Peniche numa caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro	477
IMAGEM 11 – <i>Natureza Morta</i> (Josefa d' Óbidos)	754
IMAGEM 12 – <i>Menino Jesus Salvador do Mundo</i> (Josefa d' Óbidos)	754
IMAGEM 13 – <i>Pequena rendilheira de Peniche</i>	755
IMAGEM 14 – <i>The Lace Maker</i> [Russia]	755
IMAGEM 15 – <i>The Lace-Maker</i> [Holanda]	755
IMAGEM 16 – <i>De kantwerkster</i> [Holanda]	755

IMAGEM 17 – <i>"A Bedfordshire Lace Maker"</i>	756
IMAGEM 18 – <i>O encaixe galego</i>	756
IMAGEM 19 – Rendilheiras de Bruges	756
IMAGEM 20 – Rendilheira da Suécia	756
IMAGEM 21 – <i>Patillada en plena rúa</i> [Galiza]	757
IMAGEM 22 – <i>Abafador de Bule</i>	757
IMAGEM 23 – Oficina de Rendas da Escola Rainha D. Maria Pia, em Peniche	758
IMAGEM 24 – Oficina particular de rendas em Peniche (Inícios do século XX).....	759
IMAGEM 25 – Oficina particular de rendas em Peniche (Inícios do século XX).....	759
IMAGEM 26 – Planta da Escola Rainha D. Maria Pia em Peniche (1900).....	760
IMAGEM 27 – Planta da Escola Rainha D. Maria Pia em Peniche (s.d.)	760
IMAGEM 28 – Folha de Rosto, página de abertura e oito padrões de rendas da Escola de Peniche (Catálogo, 1893).....	761

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA A - Escolas industriais (1884-1910)	329
MAPA B - Escolas industriais (1890/91)	330
MAPA C - Escolas industriais (1909/10)	331
MAPA D - Oficinas nas escolas industriais (1886-1910)	361
MAPA E - Oficinas nas escolas industriais (1890/91)	362
MAPA F - Oficinas nas escolas industriais (1909/10)	363

ÍNDICE DE ORGANIGRAMAS

ORGANIGRAMA 1 - Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1884)	234
ORGANIGRAMA 2 - Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1886/1888)	239
ORGANIGRAMA 3 - Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1891/1893)	242
ORGANIGRAMA 4 - Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1897)	249
ORGANIGRAMA 5 - Sistema do ensino industrial nas escolas e respectivo currículo geral (1901)	253
ORGANIGRAMA 6 - Coordenação do ensino nas escolas industriais (1884 a 1886)	287
ORGANIGRAMA 7 - Coordenação do ensino nas escolas industriais (1886 a 1892)	288
ORGANIGRAMA 8 - Coordenação do ensino nas escolas industriais (1892 a 1899)	290
ORGANIGRAMA 9 - Coordenação do ensino nas escolas industriais (1899 a 1910)	292

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I - Restrições ao trabalho de menores e mulheres nas indústrias aprovadas na Conferência de Berlim de 1890	148
QUADRO II - Diplomas de organização e regulamentação do ensino nas escolas industriais (1884-1910)	233
QUADRO III - Evolução do funcionamento das escolas industriais (1884-1910)	326
QUADRO IV - Evolução anual das matrículas e da taxa de feminização nas escolas industriais (1884-1910)	338
QUADRO V - Total de matrículas e taxa de feminização nas escolas industriais (1884-1910)	346
QUADRO VI - Total de matrículas nas escolas industriais (1884-1910) por ordem decrescente de grandeza	348
QUADRO VII - Taxa de feminização nas matrículas das escolas industriais (1884-1910) por ordem decrescente de grandeza	348
QUADRO VIII - Taxas de feminização das matrículas (1890/91 e 1909/10)	351
QUADRO IX - Evolução do funcionamento das oficinas nas escolas industriais (1884-1910)	358
QUADRO X - Matrículas nas oficinas das escolas em 1888/89, 1890/91 e 1909/10	370
QUADRO XI - Pessoal docente feminino nas escolas industriais (1886/87 – 1909/10)	381
QUADRO XII - Pessoal docente feminino e masculino nas escolas industriais em 1897/98	383
QUADRO XIII - Média de alunos/as por mestre/a nas oficinas das escolas industriais em 1897/98	383
QUADRO XIV - Directores das escolas industriais em 1897/98	384
QUADRO XV - Exercício de funções das mestras das escolas industriais (1886/87 – 1909/10)	397
QUADRO XVI - Exposição no Museu Industrial de Lisboa (1891).	

Expositores/as na mostra das escolas	412
QUADRO XVII - Exposição no Museu Industrial de Lisboa (1891).	
Relação entre expositores/as e exemplares de trabalhos expostos	414
QUADRO XVIII - Exposição no Museu Industrial de Lisboa (1891). Exemplares de trabalhos oficinais e de desenho expostos por alunos e alunas	415
QUADRO XIX - Exposição Industrial Portuguesa – 1893. Produtos das oficinas das escolas industriais (nº)	429
QUADRO XX - Exposição Industrial, Agrícola e de Belas-Artes de Portalegre (1892). Secções e expositores/as	432
QUADRO XXI - Exposição Universal de Paris (1889). Preços de trabalhos das alunas de Peniche	439
QUADRO XXII - Exposição do Rio de Janeiro (1908). Distribuição dos objectos executados pelas alunas e pelos alunos das oficinas das escolas industriais pelas secções e grupos de produtos da secção portuguesa	447
QUADRO XXIII - Movimento marítimo por cabotagem no porto de Peniche em 1851. Importações e exportações (em toneladas)	454
QUADRO XXIV - Taxa de alfabetismo, por sexo, nas freguesias do concelho de Peniche em 1900	468
QUADRO XXV - Despesas de instalação da escola de Peniche (1887)	478
QUADRO XXVI - Contexto parlamentar e governamental das reformas do ensino nas escolas industriais e de desenho industrial	497
QUADRO XXVII - Despesas das escolas e institutos industriais e comerciais no orçamento de despesas ordinárias do MOPCI	519

ÍNDICE DE ANEXOS

1. Identificação das escolas criadas entre 1884 e 1910.	681
2. Factos relevantes para a criação das escolas de ensino industrial (1851-1884).	683
3. Diplomas sobre as escolas e oficinas de ensino industrial (1884-1910).	685
4. Ministros e dirigentes do MOPCI (1884-1910).	689
5. Evolução das escolas de ensino industrial (1884-1910).	691
6. Evolução das matrículas femininas e masculinas nas escolas e taxa de feminização (1884-1910).	703
Quadro 6.1. Evolução das matrículas do sexo feminino nas escolas (1884-1910).	703
Quadro 6.2. Evolução das matrículas do sexo masculino nas escolas (1884-1910).	704
Quadro 6.3. Evolução da taxa de feminização nas matrículas das escolas (1884-1910).	705
7. Evolução das matrículas femininas e masculinas nas oficinas e taxa de feminização (1886-1910).	706
Quadro 7.1. Evolução das matrículas do sexo feminino nas oficinas (1884-1910).	706
Quadro 7.2. Evolução das matrículas do sexo masculino nas oficinas	

(1884-1910).	707
Quadro 7.3. Evolução da taxa de feminização nas matrículas das oficinas (1884-1910).	708
8. Fichas por escola: matrículas nas oficinas (1886-1910).....	709
9. Dados escolares e profissionais das professoras e mestras das escolas.....	725
10. Intervenções na Câmara dos Deputados que referem as escolas e o ensino industrial (1884-1910).	739
10.1. Distribuição das intervenções de Ministros e Deputados por categoria temática (1884-1910).....	739
10.2. Sinopse das intervenções na Câmara dos Deputados sobre o ensino nas escolas industriais (1884-1910).....	742
10.3. Alinhamento partidário dos Deputados que intervieram sobre as escolas e o ensino industrial (1884-1910).	751
11. Imagens de Rendas de Bilros e da Escola D. Maria Pia em Peniche	754
11.1. <i>A arte industrial</i> das Rendas de Bilros.....	754
11.2. A Escola D. Maria Pia e a aprendizagem das Rendas de Bilros.	758
12. Catálogo da Escola de Peniche para Exposição Internacional (1893).....	761
13. Notas Biográficas sobre algumas personalidades da coordenação central e regional das escolas industriais.....	765

